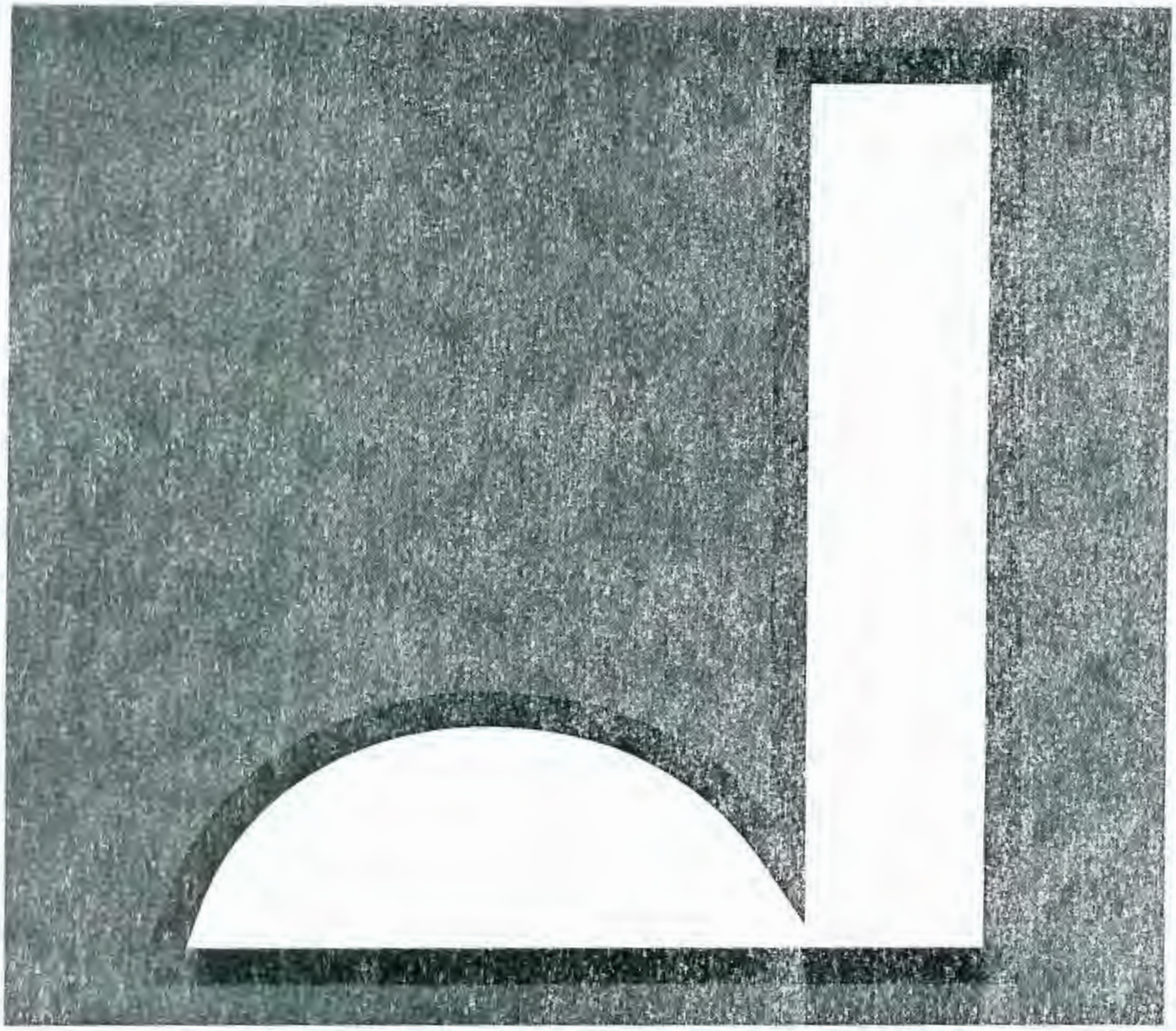
EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL Subsecretaria de Arquivo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX - SUP. AO Nº 179 - QUINTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2004-BRASILIA-DF

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP
1º Vice-Presidente
Paulo Paim – BLOCO – PT – RS
2º Vice-Presidente
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO
1º Secretário
Romeu Tuma – PFL – SP
2º Secretário
Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário
Heráclito Fortes – PFL – PI
4º Secretário
Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário
1º João Alberto Souza – PMDB – MA
2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT
3º Geraldo Mesquita Júnior– BLOCO – PSB – AC
4º Marcelo Crivella - PL – RJ

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19
(PT–13, PSB – 3, PTB – 3)

LÍDER – PT
Ideli Salvatti - PT

Vice-Líderes

Roberto Saturnino – PT
Ana Júlia Carepa – PT
Flávio Arns – PT
Fátima Cleide – PT

LÍDER - PSB - 3

João Capiberibe – PSB

Vice-Líder PSB
Geraldo Mesquita Júnior

LÍDER - PTB – 3
Duciomar Costa – PTB

LIDERANÇA DO PMDB - 22
LÍDER
Renan Calheiros – PMDB
Vice-Líderes
Hélio Costa
Sérgio Cabral
Luiz Otávio
Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá
Papaléo Paes

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29
PFL– 17, PSDB – 12

LÍDER
Efraim Morais - PFL

Vice-Líderes
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL

LÍDER – PFL – 17
José Agripino - PFL

Vice-Líderes
Paulo Octávio
Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
José Jorge
João Ribeiro

LíDER - PSDB – 12
Arthur Virgílio – PSDB – AM
Vice-Líderes
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 5
LÍDER
Jefferson Péres – PDT
Vice-Líder
Almeida Lima

LÍDER – PL – 3
Magno Malta – PL

Vice-Líder
Aelton Freitas

LIDERANÇA DO PPS – 2

LÍDER
Mozarildo Cavalcanti – PPS

LIDERANÇA DO GOVERNO
LÍDER

Aloizio Mercadante – PT

Vice-Líderes

Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Sabóya Gomes – PPS
Hélio Costa – PMDB
Marcelo Crivella – PL
Ney Suassuna – PMDB
Ideli Salvatti – PT

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) Atualizado em 23.4.2004

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES

1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos

1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, realizada em 25 de agosto de 2004 4

26ª Reunião Extraordinária, realizada em 07 de julho de 2004 (Republicação) 5

28ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de agosto de 2004..... 13

29ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de setembro de 2004..... 16

30ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2004 30

31ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de outubro de 2004 65

1.2 – Comissão de Fiscalização e Controle

19ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de outubro de 2004 74

1.3 – Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 529, de 2003, "com a finalidade de irem a Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Rondônia inteirar-se das questões fundiárias daqueles estados"

1ª Reunião, realizada em 27 de janeiro de 2004..... 76

1º Relatório da viagem "in loco" ao Estado de Roraima, realizada em 06 e 07 de fevereiro de 2004 76

2º Relatório da viagem "in loco" ao Estado de Mato Grosso do Sul, realizada em 13 de fevereiro de 2004 153

3º Relatório da visita "in loco" ao Estado de Santa Catarina, realizada em 11 de março de 2004..... 191

2ª Reunião, realizada em 17 de março de 2004..... 235

3ª Reunião, realizada em 1º de abril de 2004..... 260

4ª Reunião, realizada em 20 de abril de 2004..... 270

5ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2004..... 284

6ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2004..... 292

7ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2004..... 315

8ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2004..... 322

9ª Reunião, realizada em 13 de maio de 2004..... 338

10ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2004..... 339

11ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2004..... 363

12ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2004..... 373

13ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2004..... 384

4º Relatório da visita "in loco" ao Estado de Rondônia, realizada em 18 e 19 de junho de 2004..... 406

14ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2004..... 450

15ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2004..... 451

16ª Reunião, realizada em 12 de agosto de 2004..... 479

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada, em 25 de agosto, de 2004, às 18:00 horas, na Sala de Reuniões nº 3 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezoito horas e vinte e dois minutos do dia vinte e cinco de agosto do ano de dois mil e quatro, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Edison Lobão, reúne-se a Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, com a presença dos Senadores Aelton Freitas, Fernando Bezerra, Romero Jucá, Rodolpho Tourinho e César Borges. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp e Antero Paes de Barros. Havendo número regimental, o Presidente Eventual, Senador Edison Lobão, declara aberta a reunião. A Presidência esclarece que a presente reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão e comunica que foi apresentada apenas uma chapa formada pelos Senadores Aelton Freitas e Fernando Bezerra para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Procedida a votação secreta, o Senador Edison Lobão solicita aos Senadores Romero Jucá e César Borges que procedam ao escrutínio. O Senador Aelton Freitas é eleito Presidente, por cinco votos, e o Senador Fernando Bezerra Vice-Presidente, por quatro votos, sendo dado o outro voto de Vice-Presidente ao Senador Edison Lobão. Assumindo a Presidência, usa da palavra o Senador Aelton Freitas e, em seguida, o Vice-Presidente, Senador Fernando Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Edison Lobão,** Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão de Liquidação de Instituições Financeiras, criada por meio do Requerimento nº 36 da Comissão de Assuntos Econômicos, de 2004, de autoria do Senador Aelton Freitas. Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: Presidente, Senador Aelton Freitas; Vice-Presidente, Senador Fernando Bezerra. Aliás, é a tradição que o autor do requerimento seja sempre o Presidente ou o Relator.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação, na qual serão obedecidas as composições partidárias.

Convido, então, os Srs. Senadores Aelton Freitas, Fernando Bezerra, Romero Jucá, Rodolpho Tourinho e César Borges. O Presidente não votará.

(Procede-se à votação.)

Encerrada a votação, peço aos Senadores Romero Jucá e César Borges que procedam à apuração. (Pausa)

Proclamo o resultado da votação: eleitos os Senadores Aelton Freitas, para Presidente, e Fernando Bezerra, para Vice-Presidente.

Convido, então, o Senador Aelton Freitas para assumir a Presidência e o Senador Fernando Bezerra para compor a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Exmºs Srs. Senadores, Sr. Presidente Edison Lobão, nobres colegas, é uma satisfação muito grande poder participar dessa Subcomissão com V. Exªs. Sabemos o nosso trabalho, a meta dessa Comissão e o volume de trabalho que teremos pela frente. Juntamente com V. Exªs e o meu vice, Senador Fernando Bezerra, procuraremos fazer o melhor possível para o nosso País e para o nosso Governo. Vamos trabalhar da melhor maneira possível. Tenho certeza de que esta Comissão terá muito trabalho e será muito útil para o futuro.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, antes de mais nada, agradecer a manifestação de confiança e de solidariedade da maioria dos Srs. Senadores que me escolheram Vice-Presidente; cumprimentar o Presidente Aelton Freitas pela iniciativa da criação desta Comissão, acolhida pela sensibilidade do Presidente Edison Lobão.

Reputo esta Comissão de grande responsabilidade. É um trabalho que há muito deveria estar sendo acompanhado mais de perto pelo Senado da República. Temos uma infinidade de bancos, inclusive estatais, liquidados há anos, sem nenhuma conclusão, causando enormes prejuízos ao setor privado ou ao setor público e, principalmente, à sociedade. É essa a contribuição que nossa Comissão pretende oferecer.

Quero me colocar à disposição do Sr. Presidente, dos Srs. Membros, para trabalharmos juntos. Ofereço

minha modesta contribuição para que façamos um trabalho à altura do que espera o Senado e a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas) – Queria pedir a compreensão dos Senadores para elegermos o Relator nos próximos dias de trabalho. (Pausa.)

Como todos estão de acordo e nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 18h29min.)

Ata da 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 7 de julho, de 2004, às 14:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. (Republicação)

Às quinze horas e nove minutos do dia sete de julho do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior, Ideli Salvatti, Flávio Arns, Serys Slhessarenko, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Hélio Costa, Luiz Otávio, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Antônio Carlos Magalhães, Marcos Guerra, Sérgio Guerra e Eduardo Azeredo. Deixam de comparecer os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra, Romero Jucá, Pedro Simon, Jorge Bornhausen, Tasso Jereissati, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A Comissão aprecia, portanto, as matérias da pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 73, de 2004, não terminativa, "propõe ao Senado Federal, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID", autoria do Executivo, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do parecer pela Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, usam da palavra os Senadores Ney Suassuna, Roberto Saturnino, Mão Santa, Hélio Costa e Eduardo Azeredo. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer da Relatora favorável nos termos do PRS apresentado e, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria; Item 02– Mensagem do Senado Federal nº 94, de 2004, não terminativa, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Cleveland Prates Teixeira para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Magalhães, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Antonio Carlos Magalhães, usa da palavra para dar início à sua exposição, o Sr. Cleveland Prates Teixeira. Após a exposição, usam da palavra para interpelar o sabatinado os Senadores Eduardo Suplicy e Antônio Carlos Magalhães. O Presidente convida para atuarem como escrutinadores os Senadores Aelton Freitas e Luiz Otávio. Colocado em votação, a Comissão aprova a indicação do Senhor Cleveland Prates Teixeira para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por 19 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 01 de redação que apresenta. A apreciação da matéria é adiada em virtude da falta de quorum qualificado. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 36-CAE, de 2004, de autoria do Senador Aelton Freitas, que requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, de uma Subcomissão destinada ao acompanhamento das Liquidações de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil, composta por sete membros titulares e sete membros suplentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às

dezesseis horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores da República Federativa do Brasil, tenho a honra de declarar aberta a 26ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A reunião está abrilhantada por eminentes Senadores da República para votarmos dois assuntos de grande importância nesse final dos nossos trabalhos do 1º semestre de 2004. Consta como item 1 da pauta, referentemente a esta convocação extraordinária, uma mensagem do Presidente da República propondo ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federativa do Brasil, para que seja autorizada a contratação de crédito externo no valor equivalente a até US$100 milhões dos Estados Unidos da América do Norte, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, destinado ao financiamento parcial do Programa de Ação Social e Saneamento, PASS/BID.

Antes de conceder a palavra à eminente Senadora Serys Slhessarenko, que, atendendo ao apelo desta Presidência, aceitou em tempo Record apresentar o seu parecer, gostaria de pedir às Srªs e aos Srs. Senadores que nos dispensassem da leitura da Ata e a considerassem aprovada, se assim entenderem.

Olhando para o plenário e com a voz do Senador Roberto Saturnino, que falou em nome de todos, está aprovada a Ata da reunião anterior.

Antes de conceder a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, quero agradecer à Comissão, porque às vezes não há tempo, e é preciso que agradeçamos. Esta Comissão tem funcionado – não vou falar modéstia à parte, porque o mérito pertence aos membros da Comissão, e cada um que bata no peito se quiser. Não houve nenhum terça-feira que não fosse feriado em que não houvesse reunião com matéria votada. Aqui não se olhou e não se tem olhado coloração partidária, mas os superiores interesses do País. Ainda ontem, todos ficamos felizes por ver que não houve um lamento sequer, e eram dois empréstimos para o Governo do Estado de São Paulo, capitaneado pelo partido da social-democracia brasileira. E hoje temos um pedido especial que poderia até ser levado ao plenário com a assinatura dos Líderes, no entanto, está garantida aqui a apreciação desta matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos, porque o Governo Federal pretende US$100 milhões para um financiamento parcial de um programa de ação social em saneamento.

Esta Comissão recebeu o apelo do Ministro, de próceres da República, de Senadores, todos interessados nesse assunto, e encontrou boa vontade. Logo que se convocou a Senadora Serys para o seu parecer, meus bons amigos Senadores Geraldo Mesquita e Mão Santa, que me olha com atenção, S. Exª disse: "Pode me entregar, porque dou conta de relatar". Por isso, S. Exª está com a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, antes que V. Exª passe a palavra, eu quero dizer, com a autoridade de quem foi Presidente desta Comissão, que tudo isso se deve também à direção que V. Exª tem implementado nesta Comissão não só presidindo como relatando. Então, os parabéns são para a Comissão mas para V. Exª em especial.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT-RJ) – A voz abalizada do Senador Ney Suassuna falou por todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quando eu falei não busquei a sua palavra, Senador Ney Suassuna, mas já que ela veio eu a recebo como estímulo para continuar agindo assim. Aqui não tem esse negócio, observa-se apenas o interesse do País.

O Sr. Ministro disse-me: "Olha aqui, Senador, o Cade não está funcionando. O Brasil inteiro está reclamando uma efetiva participação do Cade na condução dos interesses da sociedade brasileira. O Cade tem um papel importantíssimo para condenar as concorrências desleais e ver o que é melhor para o consumidor e a sociedade brasileira."

Então, vamos ver se realizamos hoje a votação para que os quadros do Cade fiquem completos. Parece que o Cade está mesmo interessado em tudo, porque ontem tivemos a honra de aprovar o nome de três membros do Cade, entre os quais da Drª Elizabeth, que nos honra hoje com a sua presença. Ela é a Presidente do Cade, em quem depositamos muita confiança, e que ontem foi saudada aqui não apenas por suas qualidades pessoais, que ornamentam a sua personalidade, o seu caráter e a sua reconhecida capacidade intelectual e, mais do que isso... não sei definir um grau de comparação, mas sei dizer que – estou de bom humor hoje – que as mulheres ficaram vibrante e eu também, porque se há um adepto do sexo feminino, está aqui. As mulheres são dedicadas, competentes, são as primeiras a chegar e as últimas a sair do trabalho...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Incorruptíveis.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já que o senhor falou nisso, desejo que continuem invictas,

porque, até hoje, não ouvi falar em uma mulher neste País que exerça cargo público que tivesse sido manchada com essa nódoa da corrupção, que deve ser varrida do nosso País.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Só a Jorgina.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas essa não foi eleita pelo povo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Peço um aparte ao seu pronunciamento. Eu estava aqui atentamente ouvindo e meditando sobre uma reportagem em que os jornalistas falavam dos elegantes. A reportagem errou, porque V. Exª é o exemplo maior de elegância. Eu estou que nem o Ibrahim Sued. E errou também quando disse que o nosso Suassuna não era elegante. O repórter tem que saber que "o essencial é invisível aos olhos". O Suassuna tem aquela elegância das virtudes, que ninguém o excede.

Então, ratificando as suas palavras, representando a beleza e a inteligência da mulher, aquela que, a exemplo da garota de Ipanema, é a Senadora do Pantanal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, para proferir parecer.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é a sua competência e o seu compromisso político que estão em evidência, com certeza.

Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 73, 2004 (nº 298, de 7/6/2004 na origem), que solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de até US$100 milhões de principal, destinado a financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PAS/BID.

Relatório:

Com a Mensagem nº 73, de 2004, o Presidente da República solicita ao Senado Federal autorização para contratação de operação de crédito externo a ser celebrado entre a República Federativa do Brasil e o BID no valor total de até US$100 milhões, de principal, destinado a financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PAS/BID.

Acompanha a Mensagem, entre outros documentos: Exposição de Motivos nº 61, de 19/5/2004 do Ministro da Fazenda; Parecer PGFN/COF nº 685/2004 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; cópia do Parecer STN/Core/Gerf nº 190/2004 da STN; cópia do resultado do Tesouro Nacional no mês de março de 2004; Ofício nº 2004/095, de 14 de maio de 2004, do Banco Central do Brasil; e o Aviso nº 96/2003, do Ministério das Cidades, dia 16 de maio de 2003.

As características da operação de crédito são as seguintes: primeiro, mutuário, República Federativo do Brasil; b) mutuante: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; c) valor do empréstimo de até cento e quarenta e seis milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América de principal, com o compromisso de cancelamento posterior do valor de quarenta e dois milhões, setecentos e treze mil dólares dos Estados Unidos da América; d) valor da contrapartida originalmente estimada em sessenta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América e revisada para trinta e oito milhões, cento e noventa e dois mil dólares dos Estados Unidos da América, em paralelo com o cancelamento previsto no item "c"; e) prazo de desembolso: quatro anos e meio; f) amortização – parcelas semestrais e consecutivas de valores aproximadamente iguais, vencendo a primeira seis meses a partir da data prevista, para desembolso final, e a última, no mais tardar, vinte e cinco anos após a assinatura do contrato; g) juros exigidos semestralmente calculados com base no custo de captação do banco para empréstimos unimonetários, qualificados, apurados durante seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável, expressa em termos de uma porcentagem anual para a cobertura de despesas administrativas; h) comissão de crédito exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0.75 centésimos por cento, sobre o saldo não desembolsado o empréstimo, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato; i) taxa de inspeção e supervisão geral até 1% do empréstimo em prestações trimestrais – tanto quanto possível, iguais.

A Secretaria do Tesouro Nacional informa ainda, no referido Parecer nº 190, de 2004, "a": no Item 6, que o prazo limite para a assinatura do contrato foi prorrogado em nove meses, tendo sido definida, portanto, a data de 30 de junho de 2004 como data limite para a assinatura; b) no Item 7, tendo em vista as reduções dos valores de empréstimo, em contrapartida ao que o Ministério da Fazenda deverá solicitar imediatamente após a assinatura do contrato, o cancelamento dos recursos do empréstimo, no valor de quarenta e dois milhões, setecentos e treze mil dólares dos Estados Unidos da América e da contrapartida nacional correspondente; c) no Item 11, que o custo efetivo da operação, que estava situado em 8.08%, passou para 5.44%, anteriormente definido, em virtude da redução no custo e financiamento do BID dos últimos anos; d) no Item 18, a margem nos limites de endividamento da União, estabelecidos no art. 2º, Incisos I e II, do art. 3º e art. 4º da Resolução do Senado nº 96, de 1989; e) no Item 20, considerando o caráter prioritário das ações

previstas no Programa PASS/BID, assim como a prorrogação excepcional da data para assinatura, concedida pelo BID, nada temos a opor acerca da contratação da referida operação de crédito externo.

Análise.

As operações de crédito externo da União e concessão de garantia pela União estão disciplinadas na Resolução nº 96, de 1989.

Pela análise da documentação apresentada, o pleito preenche os requisitos necessários à celebração do contrato e empréstimo a que se refere.

Voto.

Diante do exposto, concluímos o nosso voto pela aprovação do pleito nos termos do seguinte: projeto de resolução autoriza a República Federativa do Brasil a celebrar contrato de crédito externo no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América com o Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID – para o financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID.

O Senado Federal resolve – art. 1º: "Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – no valor total de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América de principal".

Parágrafo Único: "Os recursos advindos da operação a que se refere o **caput** deste artigo serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID".

Art. 2º – As condições da operação de crédito são as seguintes:

1 – Mutuário: República Federativa do Brasil.

2 – Mutuante: Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID.

3 – Valor do empréstimo: até US$100 milhões de principal.

4 – Valor da contrapartida: em valor equivalente de até US$67 milhões.

5 – Prazo de desembolso: quatro anos e meio.

6 – Amortização: parcelas semestrais e consecutivas de valores aproximadamente iguais, vencendo a primeira seis meses a partir da data prevista para o desembolso final e a última, no mais tardar, 25 anos após a assinatura do contrato.

7 – Juros: exigidos semestralmente e calculados com base no custo de captação do banco para empréstimos unimonetários qualificados, apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de uma margem razoável, expressa em termos de uma porcentagem anual, para a cobertura de despesas administrativas.

8 – Comissão de crédito: exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculadas com base na taxa de até 0,75 centésimos por cento sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato.

9 – Taxa de inspeção e supervisão geral: até 1% do empréstimo, em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais.

Art. 3º – Esta autorização perderá a eficácia caso o Poder Executivo não apresente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no prazo de até três meses após a celebração do contrato aqui autorizada, pedido de cancelamento dos recursos do empréstimo, no valor de até US$42,713 milhões, e dos recursos de contrapartida nacionais, em valor equivalente a US$28,808 milhões.

Art. 4º – O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, a contar da sua publicação.

Art. 5º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, lido o relatório, procedido o voto favorável e o projeto de resolução, terminamos de ler.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Serys, por gentileza, eu pediria a V. Exª que virasse a página, no item c, que concordasse com a retificação.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Sim, 46.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, no valor de empréstimo de até...

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – US$100 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E colocar por extenso 100 milhões.

Feita a retificação, concedo a palavra a quem queira dela fazer uso para discutir a matéria.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu não pediria a palavra para discutir, necessariamente, o texto da Senadora Serys, mas para fazer um apelo à Liderança do Governo, que está aqui representada pela ilustre Senadora Ideli Salvatti.

Estamos, evidentemente, apreciando um empréstimo de US$100 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – De até US$100 milhões.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB-MG) – De até US$ 100 milhões. Eu entendo e espero que chegue aos US$100 milhões, para saneamento.

Nesse caso em particular, temos que lembrar que existe, neste momento, na Casa Civil da Presidência da República, uma proposta de regulamentação do setor de saneamento, que foi preparada pelo Ministério das Cidades, que, lamentavelmente, não ouviu, na sua preparação, as empresas estatais. São 24 empresas estatais de saneamento, que representam mais de 80%

do atendimento na área de saneamento, em todos os 24 Estados onde estão situadas.

Ainda ontem, foi realizado em Brasília um fórum para discutir a questão do saneamento, patrocinado pelo Ministério das Cidades, onde ficou estabelecido que serão realizados outros oito fóruns para discutir a questão do saneamento e essa regulamentação do setor.

Agora, lamentavelmente, não sei por que cargas d'água, talvez porque o Senador Hélio Costa já fez dois discursos pedindo ao Governo para ter muita atenção e cuidado com a regulamentação do setor de saneamento, colocaram esses fóruns nas seguintes cidades: Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Goiânia, Belém, Manaus e Brasília.

Esquecem-se de que a maior empresa de saneamento do Brasil está em São Paulo e a segunda, em Minas Gerais, mas não temos, aqui, a gentileza de fazermos um desses fóruns em Minas Gerais, em que a Copasa, que é uma empresa modelo, poderia, certamente, colaborar muitíssimo na preparação dessa questão, que é tão importante a nível nacional. Hoje, em mais de 62% dos Municípios brasileiros não há saneamento básico. Então, estamos falando de uma questão de saúde pública, uma questão que, lamentavelmente, coloca o Brasil em uma condição inferiorizada entre os países de América Latina, imaginem lá fora, na Europa ou em qualquer parte do mundo.

Portanto, estamos falando de um empréstimo importantíssimo para um setor de absoluta importância e, infelizmente, o meu Estado, Minas Gerais, que é líder em empresa estatal de saneamento, fica fora até mesmo da colocação dos estudos que serão feitos para a apresentação dessa matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Senador, nesta Comissão há três vice-Líderes: eu, do Governo; a Senadora Ideli Salvatti que, além de Líder do Governo também é Líder do PT e V. Exª. Portanto, solidarizamo-nos com V. Exª. Certamente levaremos essa colocação à Liderança. Mas, em relação ao assunto aqui tratado, ele é tranqüilo, é pacífico, e está de acordo com a lei, por isso, pedimos o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Apenas para me manifestar por entender que o financiamento está correto, portanto, não tenho nada a obstar. Também quero registrar que existem dois financiamentos do Estado de Minas Gerais aguardando liberação por parte da Secretaria do Tesouro Nacional, pois não há mais motivos para a paralisação nas decisões, tendo em vista já termos aprovado, aqui, empréstimos para outros Estados. Então, nesta oportunidade, quero registrar que nesse momento o Tesouro Nacional esta devendo a liberação de projetos a Minas, já aprovado pelos devidos órgão técnicos.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Sr. Presidente, gostaria de dar um esclarecimento com relação aos objetivos do Programa de Ação Social em Saneamento – Paes/BID.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora, peço-lhe brevidade, porque assim que iniciar a Ordem do Dia, vamos cumprir a lei.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Pois não, Sr. Presidente.

O objetivo, realmente, é a redução das desigualdades sociais dessa propositura para o esgotamento sanitário que atenderá a maior concentração de pobreza: 1.2 milhões de pessoas nas áreas mais carentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Mão Santa, tem V. Exª a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente, acredito que hoje não haverá Ordem do Dia.

Sr. Presidente, gostaria de dar o meu testemunho como Governador que fui.

Em primeiro lugar, penso que isso tem que ser aprovado logo, porque isso vai para o Ministro das Cidades, além do mais quero dizer que S. Exª, o Ministro, hoje, é o mais competente Ministro que o Brasil tem. S. Exª foi Governador na mesma época em que eu governava o Piauí. Um quadro vale por dez mil palavras. Quando Governador do Estado do Piauí consegui US$30 milhões para um projeto semelhante a esse, denominado Sanear, para Teresina. Hoje, Teresina tem quase quatrocentos quilômetros de esgoto, o que contribuiu bastante para a redução da mortalidade infantil. Senadora Serys Slhessarenko, o essencial é invisível aos olhos. De repente, ela se verticalizou, porque o projeto possibilitou a construção de grandes e modernos edifícios. Então, isso é essencial, é fundamental. E o Ministro, na sua competência e austeridade, saberá dividir esse dinheiro com todos os projetos de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação a matéria e a urgência.

As Srªs e os Sr. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada, assim como a sua urgência, e seguirá para o Plenário.

Peço, então, à Mesa que encaminhe, de acordo com a deliberação do Plenário, a matéria imediatamente à Mesa do Senado.

E fazendo coro com o Senador por Minas Gerais, Hélio Costa, penso interpretar aqui também o Senador Delcídio, que está me fazendo sinal. Esses recursos deviam ser distribuídos por toda a federação brasileira, que haja equanimidade, que haja justiça,

porque isso só está ficando nos grandes centros e, por exemplo, Mato Grosso do Sul está ficando alheio a isso. É preciso que se olhe um pouco para o Estado de Mato Grosso do Sul e para outros Estados mais necessitados da Federação. Acredito que esta é uma grande oportunidade.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães para o item 2 da pauta; não sem antes agradecer ao Senador a presteza com que S. Exª redigiu o seu relatório e se colocou à disposição tão logo soube que havia sido designado Relator para a indicação de um diretor do Cade. S. Exª me disse pessoalmente que, amigo do Ministro, reconhecendo a importância do Cade, com muita honra relataria o projeto.

Convidando para compor a mesa o ilustre sabatinado, Sr. Cleveland Prates Teixeira, passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães para a leitura do relatório. E convido a Presidenta, Drª Elizabete, que está abrilhantando os nossos trabalhos, para tomar assento à mesa, caso seja do seu agrado, porque para nós é uma honra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se da Mensagem nº 94, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Cleveland Prates Teixeira para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Cade do Ministério da Justiça por um mandato de dois anos.

Nascido em São Paulo, o indicado formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo, USP, em 1991, tendo obtido o título de Mestre em Economia em 1998 pela Fundação Getúlio Vargas.

O currículo do candidato atesta, sem dúvida, a sua qualificação acadêmica e a sua ampla experiência profissional na área da economia, com destaque para o exercício da atividade de Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Coordenador-Geral da Defesa da Concorrência da Secretaria de Acompanhamento Econômico do próprio Ministério da Fazenda; Assessor Econômico da Presidência da Confederação Nacional do Comércio e, desde agosto de 2002, é Conselheiro do Cade. O Sr. Cleveland tem exercido também atividades do magistério em instituições de nível superior de mérito como: Fundação Getúlio Vargas, Universidade Paulista – UniP, Escola Nacional de Administração Política e o Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, tendo administrado cursos sobre política de defesa da concorrência, economia monetária e financeira, macroeconomia, teoria do investimento e finanças, análise e elaboração de projetos, organização industrial, matemática aplicada à economia.

Há ainda que destacar também outras atividades exercidas pelo indicado como Conselheiro do Cade, gestor da Fundação de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e como representante do Brasil no Grupo de Negociação da Alça.

O indicado já participou como palestrante e debatedor de inúmeros seminários e palestras no Brasil, nos Estados Unidos, na França e no Panamá, onde apresentou artigos sobre leis, políticas e concorrência internacional. Por isso mesmo, ele fala várias línguas. Trata-se de um poliglota, o que é uma certa vantagem para o seu aprendizado. Por outro lado, tem vários trabalhos publicados, como a "Integração Vertical da Indústria do Comércio", a "Defesa da Concorrência", o "Modelo Brasileiro de Telecomunicações – Aspectos Concorrenciais e Regulatórios", "Guia para Análise Econômica, "Guia para Análise Econômica e Prática de Preços".

Considera-se, assim, que as informações constantes do seu currículo comprovam sua qualificação e adequação para o desempenho do cargo. Ressalte-se que, nos termos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, os conselheiros são escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 anos de idade, não se exigindo condição de nacionalidade, embora o quotidiano seja brasileiro nato, como demonstra, apesar do nome.

Mencionou-se também, de acordo com o §1º do referido artigo, que o conselheiro tem mandato de 2 anos. Agora, é candidato à sua recondução. Diante do exposto, em complemento às disposições constitucionais, submete à apreciação e julgamento desta Comissão, indicado pelo Senhor Presidente da República, Cleveland Prates Teixeira para ser reconduzido ao Cade.

O meu voto é favorável à sua nomeação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senhoras e Senhores Senadores, todos acompanharam atentamente o parecer do Senador Antonio Carlos Magalhães, que concluiu pela aprovação do nome do indicado, que já se encontra à Mesa.

Em se tratando de uma recondução, creio que o Plenário vai concordar que eu lhe faça um apelo no sentido da brevidade de sua explanação. Trata-se de uma sabatina que, porém, é tendente à recondução.

Portanto, se V. Sª puder ser breve, esta Presidência agradece.

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Obrigado.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ramez Tebet; Exmº Senador Antonio Carlos Magalhães, que muito me honra com a relatoria de minha recondução; Senadoras, Senadores e demais presentes, de fato, vou ser o mais breve

possível. Tentei antecipar preparando um relatório de atividades, para que V. Exªs tenham conhecimento do meu trabalho ao longo desses dois anos no Cade. Está disponível a todos.

Simplesmente, farei algumas considerações, já que todos têm informações a meu respeito, sobre alguns pontos que entendo relevantes para o bom andamento do Cade. Escutamos várias críticas ao Cade e eu também me uno a várias delas. No entanto, a solução dos problemas postos depende de algumas alterações fundamentais. Basicamente, apresentarei os quatro pontos principais, que me parecem ser questões mais urgentes para que o Cade exerça sua função de maneira célere, rápida e de forma compatível com a demanda da sociedade.

São quatro questões. Ontem, tive oportunidade de estar aqui presente e as vi sendo debatidas. Em primeiro lugar, há necessidade de se mudar a apresentação de atos de concentração e que essa apresentação seja feita de maneira prévia, para que não surjam problemas de desconstituição, quando necessário, depois de um tempo demorado de análise. É fato que nós, no Cade, tentamos instrumentar legislativamente alguma forma de evitar problemas desse tipo por meio do que denominamos de APRO – Acordo de Preservação de Reversibilidade da Operação –, que nada mais é do que uma forma de tentar paralisar e estancar a operação, o ato de concentração até o julgamento final.

A segunda questão que também me parece muito relevante é a mudança do filtro de apresentação de atos de concentração, ou seja, estabelecer critérios objetivos para que operações apresentadas ao Cade sejam feitas da maneira mais clara e transparente possível.

A terceira questão, e essa eu acho que deve ser muito bem tratada – é o excesso de guichês, digamos assim, de análise.

Hoje nós temos, no sistema, uma análise preliminar feita pela Siai, posteriormente essa análise também é realizada pela SCDE, passa por um terceiro guichê de análise, que é a Procuradoria do Cade e, por último, chega ao Ministério Público. Então, são quatro etapas de análise antes da decisão do Cade. Muito da demora que se atribui às decisões do Cade não se deve especificamente a ele, acontece nesse processo longo em que várias instituições são obrigadas a fazer análise. De fato, o que temos hoje dentro do Cade são noventa dias, em média, de análise.

Por último, o ponto fundamental – vou encerrar a minha exposição – é a questão referente à estrutura e à carreira do Cade. Hoje o Cade não tem uma carreira própria, não tem uma estrutura, em que pese a Lei nº 8.884, de 1984, ter estabelecido em seu artigo 81, muito claramente, que o Poder Executivo encaminharia no prazo de sessenta dias ao Congresso Nacional projeto de lei criando essa carreira e essa estrutura. Dez anos depois da criação da lei, nós ainda estamos sem uma estrutura e sem uma carreira própria, o que dificulta muito a análise dos nossos casos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa falta de estrutura é responsabilidade de quem?

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Eu não indicaria responsáveis, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas tem que ter alguém responsável, Excelência.

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – O que posso antecipar é que houve discussões desde 2000 de um projeto de lei de alteração da estrutura do Cade em que se incorporaria a carreira também. Houve discussões ao longo desses quatro anos e me parece que o projeto deste Governo está bem encaminhado e será encaminhado o mais breve possível ao Congresso. Basicamente seria isso.

Seriam essas as palavras iniciais que eu teria a dizer. Coloco-me à disposição de V. Exªs para responder qualquer questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O nosso sabatinado tem longa folha de serviços prestados ao Cade.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que é o único orador inscrito até agora para sabatiná-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, avalio que o relatório de atividades que o Conselheiro Cleveland Prates Teixeira nos traz fornece-nos informações muito significativas sobre a relevância do seu trabalho no Cade – quero cumprimentá-lo por isso. Acho que ele cumpriu muito bem a sua função como Conselheiro do Cade. Portanto, recomendo a sua aprovação.

Quero apenas dar uma informação, Sr. Presidente. Ainda hoje de manhã, eu mencionei ao Ministro Roberto Rodrigues que, por ocasião da exposição dos membros do Cade ontem, eu aqui mencionei a preocupação dele. Quero informar que o Ministro Roberto Rodrigues, mais uma vez – ainda hoje o encontrei por ocasião da visita ao Itamaraty com o Presidente Vicente Fox –, disse-me que será importante que o Cade e esta Comissão de Assuntos Econômicos tomem alguma iniciativa relacionada à questão da laranja.

Sendo assim, Sr. Presidente, quero informar que, no segundo semestre, vou propor alguma iniciativa junto a V. Exª para que possamos fazer algo quase que em caráter preventivo.

O Conselheiro Cleveland Prates Teixeira, em seu trabalho, menciona que o Cade tem papéis educativos, repressivos e preventivos. O que estou imaginando, Sr.

Presidente, é que uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com o Cade e com os produtores de laranja e suco de laranja pode ter, justamente, um caráter preventivo, educativo, quase que para alertar as empresas de suco de laranja que hoje dominam 70% do mercado que elas precisam adotar um comportamento que não fira as regras, as leis de concorrência. Se assim não for, alguma outra iniciativa poderá ser tomada.

Com esse intuito, Sr. Presidente, queria anunciar que vou, até em cooperarão com o Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, ver qual a melhor maneira. Estou considerando que a Comissão de Assuntos Econômicos possa fazer uma reunião, aqui ou na região produtora de laranja, onde podem se reunir muitos produtores de laranja e interessados no assunto, como já o fizemos há mais ou menos três anos. Portanto, dada as circunstâncias, teríamos uma nova iniciativa. E teria esse caráter preventivo e educativo. Se o Conselheiro Cleveland quiser comentar, seria próprio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª gostaria de fazer algum comentário?

O SR. CLEVELAND PRATES TEIXEIRA – Muito brevemente. Senador, estamos à inteira disposição. Essa função educativa deve ser mais executada pelo Cade. Se tem uma crítica que faço a nós mesmos é a de que devemos estar mais presentes, ouvirmos mais e estarmos mais próximos dos problemas que surgem. Então, estamos à inteira disposição para eventuais convocações e convites. Sempre que fui convidado ou convocado estive presente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o eminente Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – Sr. Presidente, devo dizer a V. Exª que é até triste falar disso. Há 40 anos, uma comissão de Senadores e Deputados da qual eu participava esteve nos Estados Unidos. Alguns dos membros dessa Comissão chegaram a Ministro, Governador e até Presidente da República, como foi o caso do Presidente José Sarney. Estivemos lá estudando também o problema do Cade e falamos sobre a legislação americana. E uma figura do Cade – não era o Presidente, mas um alto funcionário –, que nos acompanhava para tratar do assunto, dizia que a nossa legislação, já àquela época, era boa e que o Brasil não a colocava em prática. Isso me chamou atenção para o Cade.

E tenho visto, infelizmente – não neste Governo mas em vários governos –, que o Cade não cumpre exatamente suas funções, que são amplas demais, mas importantes. Eu até dizia à Presidente que eu achava o órgão tão ou mais importante que alguns ministérios que existem mas não deveriam existir.

De modo que acredito que o Cade devia, como disse o Senador Eduardo Suplicy – e sei que V. Exª também pensa assim –, mandar para esta Casa, por meio da Presidente, um programa de ação do órgão nos vários setores onde irá atuar. Se isso for feito, muitos problemas deixarão de existir para decisão do Cade, porque nas suas normas e na sua programação já estarão resolvidos com as deliberações anteriormente tomadas.

Seja como for, é um órgão da maior importância, e a Presidente e os demais membros estão à altura do mandato que o Presidente da República lhes confere, se aprovados pelo Senado, como estão sendo, para fazer uma programação junto à Comissão que V. Exª preside. Dessa forma, teríamos dentro de dois ou três meses, pois não é algo que se faça em cima da perna, o **modus operandi** do Cade. Isso dará importância ao órgão e, ao mesmo tempo, vai-nos dar segurança para debater os assuntos quando aqui chegarem.

Era essa a solicitação que gostaria de fazer. Aplaudo, mais uma vez, a indicação do Dr. Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sinceramente, espero que a Presidente do Cade e os diretores que aqui se encontram, não só V. Exª que, esperamos, terá o nome sacramentado pelo Plenário, aceitem essas sugestões, que é uma maneira de o Senado colaborar e cumprir suas elevadas funções.

Feito isso, eu o dispenso de permanecer à Mesa, por uma questão regimental.

A Srª Presidente pode continuar.

Convido as Srªs e os Srs. Senadores a exercitarem o direito de voto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Encerrado o processo de votação.

Convido os Senadores Aelton Freitas e Luiz Otávio para a devida apuração dos votos.

Enquanto se procede à apuração dos votos, informo que há sobre a mesa requerimento firmado pelo Senador Aelton Freitas, solicitando que seja criado, no âmbito da nossa Comissão, uma subcomissão destinada ao acompanhamento das liquidações de instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil, composta por sete titulares e sete membros suplentes.

Esclareço que esta matéria está livre para votação, considerando a desistência de requerimentos dos Senadores Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra, que pediam a criação de subcomissões e que estavam na frente. Com essa desistência, podemos votar o requerimento, que está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. Fica criada, no âmbito desta Comissão, a Subcomissão destinada ao acompanhamento das liquidações de instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil.

O requerimento do Senador Sérgio Guerra será apreciado no mês de agosto, conforme informação da Secretaria.

Resultado da votação:

Votaram 21 Srs. Senadores. Foram 20 votos favoráveis e 01 abstenção. Assim, o nome do Dr. Cleveland Prates Teixeira foi aprovado. Será reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Cadê, caso seu nome, como esperamos, seja aprovado pelo Plenário do Senado. O Senador-Relator, Antonio Carlos Magalhães, me pede que seja retificado. São 20 votos: dezenove "sim" e uma abstenção.

Coloco em votação o requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães pela urgência da matéria. (Pausa.)

Está aprovada a urgência. A matéria segue incontinente para o Plenário do Senado da República.

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez, os agradecimentos desta Presidência à imprensa falada, escrita e televisada, a todos que nos honraram com suas presenças e, principalmente, aos membros da Comissão.

Estou muito animado com os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, que atende ao nosso chamamento. Se fizermos um balanço, veremos que ela é recordista, graças a Deus: em cima da hora, a toda hora e a todo momento.

Muito obrigado ao Senador Antonio Carlos Magalhães e a V. Exªs. Até outra oportunidade, se Deus quiser. Espero rever todos em agosto.

(Levanta-se a reunião às 16h.)

Ata da 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 24 de agosto, de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de agosto do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença da Senadora Ana Júlia Carepa e dos Senadores Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Efraim Morais, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Edison Lobão, Eduardo Azeredo e a Senadora Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, tendo falta justificada em virtude de licença para tratamento de saúde, Fernando Bezerra, Mão Santa, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, César Borges, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e Almeida Lima. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente, Senador Ramez Tebet, esclarece que, nos termos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal, encontra-se sobrestando a pauta o PLC nº 32, de 2004, e, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, a Medida Provisória nº 189, de 2004, sendo assim, esta Comissão poderá apreciar somente as matérias não terminativas. A Presidência inicia a reunião comunicando que, em 07 de julho, de 2004, a Comissão aprovou, nos termos do art. 73, Regimento Interno do Senado Federal, o Requerimento nº 36-CAE/2004, de autoria do Senador Aelton Freitas, que criou a Subcomissão Temporária, "destinada ao acompanhamento das liquidações de instituições financeiras pelo Banco Central, composta por sete membros titulares e sete membros suplentes", com prazo até o dia 15 de dezembro de 2004, e, nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designa os membros para compor a Subcomissão, tendo com titulares os Senadores Aelton Freitas, Fernando Bezerra, Romero Jucá, Valdir Raupp, Edison Lobão, Rodolpho Tourinho e Antero Paes de Barros, e como suplentes os Senadores Ideli Salvatti, Delcídio Amaral, Ney Suassuna, Maguito Vilela, César Borges, Efraim Morais e Álvaro Dias. Comunica, ainda, o recebimento do ofício do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, em que apresenta solicitação do Senador Antonio Carlos Magalhães no sentido de que não sejam realizadas reuniões da Comissão enquanto não houver sessão Plenária não deliberativa. O Presidente do Senado esclarece que regimentalmente não é possível, mas solicita aos membros da Comissão uma avaliação do assunto. O Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet, propõe que esta solicitação seja matéria da próxima reunião, em virtude da ausência de quorum. Usam da palavra as Senadoras Ideli Salvatti e Ana Júlia Carepa. Fica adiada, por falta de quorum, a apreciação das matérias da pauta, Item 01-Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2000, não terminativo, que

"estende aos portadores da forma crônica da Hepatite C ou da Hepatite B os direitos e garantias existentes para os portadores do HIV e doentes de AIDS", de autoria da Câmara dos Deputados, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela sugestão da Emenda nº 1 de Redação ao PLS nº 71, de 2000; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2001, não terminativo, que "dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e determina outras providências", de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação; Item 03-Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 16-12-03, a matéria foi aprovada na CAE. Em 05-05-04, foi aprovado Requerimento nº 543, de 2004, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, no Plenário do Senado, solicitando reexame da matéria pela CAE; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2003, não terminativo, que "acrescenta o artigo 47-A à Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985, que dispõe sobre o cheque e dá outras providências, alterando o regime de citação na execução do cheque", de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002, não terminativo, que "altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades, de autoria do Senador José Agripino, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 de Redação que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação; Em 16-10-03, foi aprovado o Requerimento nº 851, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, no Plenário do Senado, solicitando exame da matéria pela CAE; Item 06-Petição (SF) nº 15, de 2003, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal o Relatório Final da CPI dos Fiscais do ICMS do Estado do Rio de Janeiro", de autoria da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer pelo encaminhamento do Parecer e da presente matéria à CPMI do Banestado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura.

Não há número regimental para deliberação. A Presidência, então, procederá aos comunicados pertinentes.

Em 7 de julho de 2004, esta Comissão aprovou, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerimento nº 36 da Comissão de Assuntos Econômicos, deste ano, de autoria do Senador Aelton Freitas, que criou a Subcomissão Temporária destinada ao acompanhamento, pelo Banco Central, das liquidações de instituições financeiras, composta por sete membros titulares e sete membros suplentes.

A Presidência, nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno, designa os seguintes membros para compor a Subcomissão da Liquidação de Instituições Financeiras: pelo Bloco de apoio ao Governo, como titulares, Senadores Aelton Freitas e Fernando Bezerra e, como suplentes, a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Delcídio Amaral; pelo PMDB, como titulares, os Senadores Romero Jucá e Valdir Raupp e, como suplentes, os Senadores Ney Suassuna e Maguito Vilela; pelo PFL, como titulares, os Senadores Edison Lobão e Rodolpho Tourinho e, como suplentes, os Senadores César Borges e Efraim Morais; pelo PSDB, como titular, o Senador Antero Paes de Barros e, como suplente, o Senador Alvaro Dias.

O prazo dessa Subcomissão vai até o dia 15 de dezembro do corrente ano.

Há sobre a mesa, Ofício do Presidente José Sarney, nos seguintes termos:

"Sr. Presidente, na sessão do dia 11 do corrente, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, usando da palavra, solicitou desta Presidência que intercedesse junto a V. Exª no sentido de que, quando não houvesse sessão deliberativa do Senado Federal, também as Comissões não se reunissem.

A Presidência entendeu ser pertinente a solicitação do Senador, mas esclareceu que, regimentalmente, seria impossível que proibíssemos a realização de reuniões de Comissões.

Nesse sentido, solicito a manifestação de V. Exª sobre a sugestão do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, ao tempo em que encaminho anexas as notas taquigráficas do seu pronunciamento.

Cordialmente, – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal."

Srs. Senadores, o próprio Presidente da Casa observou que regimentalmente seria impossível que proibíssemos a realização das Comissões. No entanto, quero entender que a sugestão do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, em primeiro lugar, diz respeito apenas a esse período eleitoral, ou seja, quando não houvesse sessão deliberativa do Senado Federal nesse período de acordo, do recesso, em razão das eleições, também as Comissões não se reunissem, atitude essa, aliás, justa, porque sem eleição não existe democracia. É obrigação dos Parlamentares estarem presentes em seus Estados ou em outra parte do território nacional, contribuindo para o exercício da cidadania.

Feita a leitura, na próxima reunião, vou submeter essa consulta do Presidente José Sarney à deliberação do Plenário. Quero ouvir o que pensam os senhores Senadores.

Percebo que continuamos sem número legal.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, apenas para uma pequena ponderação. Temos um projeto, que todos sabem da importância, o Projeto da Parceria Público-Privada, que está nesta Comissão desde maio, aguardando um entendimento entre as Lideranças para que efetivamente possamos aperfeiçoá-lo.

Ontem tivemos conversas com algumas Lideranças e, na semana do último esforço concentrado, estava prevista uma reunião dos Líderes para tentarmos um acerto, mas, tendo em vista dois problemas ocorridos – o falecimento do Deputado do Piauí e a crise ocorrida na CPMI do Banestado –, acabamos sem condições de realizar esta reunião. Há uma previsão de realizá-la hoje ou, mais tardar, amanhã. Isso vai ser proposto a todos os Líderes, até porque apresentamos um requerimento.

Sr. Presidente, se avançarmos as negociações com as Lideranças, teremos a possibilidade, como sei que V. Exª é muito pronto, de realizarmos uma reunião extraordinária da CAE ainda esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ideli Salvatti, sobre esse importante projeto – trata-se de um importante projeto, cada um tem uma opinião, apesar de entender que precisa de aperfeiçoamentos –, quero deixar muito claro que esta Comissão, não só pelo seu Presidente, mas através dos seus membros, nunca deixou de funcionar atendendo às prioridades do País.

Quem estabelece as prioridades do País? Dentro do Congresso são as Lideranças; as Lideranças políticas, no caso específico do Projeto de Parceria Público-Privada. Em havendo entendimento, não teremos dúvida em marcar reunião no dia em que os Srs. Líderes da Casa entenderem que deva ser feito.

Quero esclarecer que, primeiro, há medidas provisórias trancando a pauta do Senado Federal, e essa situação não ocorre por culpa do Congresso Nacional. Em sendo assim, mesmo se tivesse existido um acordo de Lideranças, não poderíamos proceder à votação.

Respondendo à consulta de V. Exª, quero dizer que esta Presidência e esta Comissão não vão faltar com os seus deveres para com a Nação brasileira. O projeto será aperfeiçoado. Há mecanismos de aperfeiçoamento. A minha sensibilidade indica que precisamos ajustar determinadas peças. Feito isso, o Congresso Nacional naturalmente vai votar, e estaremos prontos aqui para deliberar.

Antes de mais nada, é preciso, volto a repetir, desobstruir a pauta do Senado. Além disso, há requerimentos aprovados, e a Presidência não pode, evidentemente, tornar sem efeito aquilo já aprovado pela Comissão, como, por exemplo, a audiência pública com o Presidente do BNDES e com o Ministro da Fazenda, uma vez que o Ministro do Planejamento aqui já compareceu, bem como do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Senadora Ideli Salvatti, acredito que os Líderes vão tratar de todos esses assuntos e se resolverem votar, vão suspender. A Presidência não pode tomar essa atitude enquanto essas pessoas não comparecerem à Comissão.

Lerei um requerimento sobre esse assunto, mas sem qualquer deliberação, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando a presença do economista Raul Veloso, do Dr. Cláudio Abramo e do Presidente do Sinduscon, Dr. João Cláudio Robusti. Creio que já fiz essa leitura.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Já leu sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse requerimento ainda não está aprovado e continuará pendente porque não há **quorum**.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, arrependi-me, na semana passada, de não ter solicitado a palavra, antes de V. Exª encerrar a reu-

nião, para que votássemos um projeto não terminativo. Hoje, não poderemos votá-lo, mas poderíamos, pelo menos, discuti-lo dada a sua importância. Poderíamos, pelo menos, proceder à discussão desse projeto de autoria do Senador Romeu Tuma, que, aprovado no Senado, foi para a Câmara, que apresentou um substitutivo. Agora, cabe a nós apenas acatá-lo ou não. Elaboramos inclusive um parecer, porque consideramos o assunto muito importante. Trata-se de isenção de Imposto de Renda para aposentados portadores de Hepatite B ou C de forma crônica.

Sr. Presidente, por se tratar de tema muito relevante, solicitaria a V. Exª, se fosse possível, pelo menos a discussão. Porém, V. Exª, como Presidente, conhecendo o Regimento certamente melhor do que eu, poderá responder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Ana Júlia Carepa, o projeto é tão importante que é o item 1 da pauta, mas, lamentavelmente, iniciar uma discussão sem a presença dos Srs. Senadores não seria de bom alvitre – não vou dizer deselegante.

Portanto, agradeço a presença de todos e, não havendo ainda número legal, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h e 53min.)

Ata da 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 14 de setembro, de 2004, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e cinco minutos do dia quatorze de setembro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Antonio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, Flávio Arns, Aelton Freitas, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Pedro Simon, Valdir Raupp, Valmir Amaral, Gerson Camata, Ney Suassuna, César Borges, Efraim Morais, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, José Agripino, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Leonel Pavan e Almeida Lima. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Saturnino, João Alberto Souza, Jonas Pinheiro, Jorge Bornhausen, Antero Paes de Barros e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. O Presidente, Senador Ramez Tebet, esclarece que, nos termos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal, encontra-se sobrestando a pauta o PLC nº 32, de 2004, e nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal o Projeto de Lei de Conversão nº 43, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 191, de 2004), sendo assim, esta Comissão apreciará somente as matérias não terminativas. Em seguida, são apreciadas as matérias da Pauta, Item 01-Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2000, não terminativo, que "estende aos portadores da forma crônica da Hepatite C ou da Hepatite B os direitos e garantias existentes para os portadores do HIV e doentes de AIDS", de autoria da Câmara dos Deputados, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela sugestão da Emenda nº 1 de Redação ao PLS nº 71, de 2000. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 16-12-03, a matéria foi aprovada na CAE. Em 05-05-04, foi aprovado Requerimento nº 543, de 2004, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, no Plenário do Senado, solicitando reexame da matéria pela CAE. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2003, não terminativo, que "acrescenta o artigo 47-A à Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985, que dispõe sobre o cheque e dá outras providências, alterando o regime de citação na execução do cheque", de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002, não terminativo, que "altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades, de autoria do Senador José Agripino, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 de Redação que apresenta. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação; Em 16-10-03, foi aprovado o Requerimento nº 851, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, no Plenário do Senado, solicitando exame da matéria pela CAE. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Mão Santa, usam da palavra para discutir a matéria o Se-

nador Fernando Bezerra. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 apresentada. A matéria vai à CAS e CE com decisão terminativa; Item 05-Petição (SF) nº 15, de 2003, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal o Relatório Final da CPI dos Fiscais do ICMS do Estado do Rio de Janeiro", de autoria da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer pelo encaminhamento do Parecer e da presente matéria à CPMI do Banestado. Após a leitura do parecer pelo Relator, Senador Ney Suassuana, colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator. A matéria vai à CPMI do Banestado. Logo após, são apreciadas as matérias Extra Pauta, Item 01– Mensagem do Senado Federal nº 149, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), no valor total de até US$ 36,000,000.00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para o financiamento parcial do "Programa de Saneamento Ambiental do Estado do Espírito Santo – Projeto Águas Limpas", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Romero Jucá, usa da palavra para discutir a matéria o Senador Gerson Camata. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. È aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 146, de 2004, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Sergio Eduardo Weguelin Vieira, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na vaga de Luiz Antonio de Sampaio Campos", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Fernando Bezerra, o Senhor Sérgio Eduardo Weguelin Vieira inicia a sua exposição. Usa da palavra para interpelar o sabatinado, o Senador Eduardo Suplicy. O Presidente convida os Senadores Mão Santa e Pedro Simon para atuarem como escrutinadores. Após a votação secreta, a Comissão aprova a indicação do Senhor Sérgio Eduardo Weguelin Vieira para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por quatorze votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. A Comissão aprovada, ainda, o Requerimento nº 40-CAE, de 2004, de autoria do Senador Efraim Morais, que requer, nos termos dos incisos II e III do parágrafo 2º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 90 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Infra-estrutura e de Assuntos Econômicos, com a presença de autoridades federais e representantes de entidades da sociedade civil, visando esclarecer a crise econômica e financeira das companhias aéreas brasileiras, em especial a negociação em curso entre a direção da Varig e o gabinete da Presidência da República, conforme noticiado em "O Globo", no dia 16 de agosto de 2004, no caderno de Economia, sob o título "Socorro de R$ 3 bi para a Varig"; Requerimento nº 41-CAE, de 2004, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos do art. 93, I, RISF a realização de audiência pública nesta Comissão para instruir o PLC nº 10, de 2004, com a presença do economista Raul Veloso, do Diretor executivo da Organização Não Governamental "Transparência Brasil", Dr. Cláudio Abramo e do presidente do Sinduscon/SP, Dr. João Cláudio Robusti; Requerimento nº 42-CAE, de 2004, de autoria dos Senadores Paulo Octávio e Efraim Morais, que requer que seja convidada a Câmara Brasileira da Construção – CBIC para audiência pública nesta Comissão, com a finalidade de instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004; e Requerimento nº 43-CAE, de 2004, de autoria dos Senadores Ramez Tebet e Senadora Lúcia Vânia, que requer, nos termos regimentais, a realização de reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com as Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 09, de 2004, que cria o Conselho Nacional de Biossegurança. Usam da palavra os Senadores Efraim Morais Eduardo Suplicy, Ramez Tebet, Tasso Jereissati, Mão Santa, Pedro Simon, Sérgio Guerra, Aloizio Mercadante e Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebetm,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há número regimental nesta 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do chamado esforço concentrado do Senado da República.

Por isso, declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 14 de se-

tembro de 2004, às 11h, na sala de reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, queria agradecer a presença da maioria dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos e declarar que esse esforço concentrado é perfeitamente democrático. É preciso aproveitarmos a oportunidade para esclarecer à opinião pública que o primeiro passo para o exercício da democracia é o processo eleitoral. Está-se num processo eleitoral e não se podem atrasar as matérias de interesse dos Estados e da Nação brasileira. Por isso, trabalha-se em esforço concentrado. A nossa Comissão, inserida nesse contexto, está aqui para solicitar aos Srs. Senadores, inclusive, que concordem com a inclusão de uma matéria extrapauta devido à solicitação do ilustre Governador do Estado do Espírito Santo, com a presença aqui de um dos seus representantes, Senador Gerson Camata, e do nosso amigo Guilherme Dias, ilustre ex-Ministro e atual Secretário do Espírito Santo, que nos honra. Saudamos também a imprensa.

Se houver concordância, vamos dar a palavra ao Relator da matéria, Senador Romero Jucá. Está em pauta, portanto, a Mensagem do Senado Federal nº 149, de 2004, não-terminativa. Aproveito para dizer que a pauta do Senado está trancada por uma medida provisória, mas, como essa matéria é não-terminativa, estamos colocando-a em votação com a concordância do Senado. Trata-se de uma mensagem que propõe autorização à contratação de operação de crédito externo, com garantia do Brasil, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Mundial – Bird, no valor total de US$36 milhões, para o financiamento parcial do programa de saneamento ambiental do Estado do Espírito Santo, Projeto Águas Limpas. O Relator da matéria é o Senador Romero Jucá, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como bem disse V. Exª, a Mensagem nº 149 trata de empréstimo de US$36 milhões do Banco Mundial para o Estado do Espírito Santo exatamente para cumprir a finalidade de investimento em saneamento, saneamento ambiental e ampliação de sistema de abastecimento de água, portanto, fundamental para a população daquele Estado. Os requisitos legais foram cumpridos e o nível de endividamento do Estado está nos limites compatíveis que autorizam esse empréstimo.

Portanto, o Parecer do Relator é pela aprovação, solicitando, inclusive, logo após a aprovação, um requerimento de urgência para que, assim que a pauta seja liberada, essa matéria possa ser votada em urgência no plenário. Portanto, o Parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Parecer de V. Exª é favorável no sentido de que as exigências legais e os pareceres estão todos conforme. Está em discussão a matéria.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço aos companheiros o apelo feito pelo Governador Paulo Hartung para a aprovação desse empréstimo. Não se trata de uma grande importância – são US$36 milhões –, mas vai mudar a face do Espírito Santo em matéria de saneamento e recuperação de áreas degradadas pelo lançamento de esgotos, principalmente no mar. Vitória é uma ilha. Devemos agradecer ao Ministro Antônio Palocci, ao Presidente Lula, ao Ministro José Dirceu – que se prontificaram, rapidamente, em mandar a mensagem para cá –, ao Senador Romero Jucá, a V. Exª e aos demais companheiros – que incluíram a matéria na extrapauta. Registro a presença do Secretário de Planejamento do Estado do Espírito Santo, Guilherme Dias.

Gostaria de registrar apenas um fato: depois de 12 anos, o Espírito Santo volta aos organismos multilaterais de crédito. O Estado havia sido depredado por Governos anteriores, havia sido retirado de qualquer oportunidade o acesso a esses organismos multilaterais e agora, depois de 12 anos, graças ao ajuste fiscal que o Governador Paulo Hartung fez, o Estado volta a área internacional com prestígio, com uma boa folga no seu orçamento para pagamento dos débitos que forem contraídos daqui para frente, exatamente para aplicação nessa área tão importante que é a área de saneamento básico.

Era o que tinha a registrar em rápidas palavras, agradecendo, mais uma vez, a cooperação dos nossos ilustres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria está aprovada e coloco o requerimento de urgência formulado pelo Senador Romero Jucá em votação, lembrando que vamos votar matéria de urgência só com a desobstrução da pauta.

Em votação o requerimento de urgência.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Consulto o Senador Mão Santa se está pronto para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 177, item nº 4 da pauta.

Está em apreciação o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002, não-terminativo. Autoria do Senador José Agripino e Relatoria do Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – O nobre Senador Agripino Maia apresentou à deliberação desta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002, com o objetivo de permitir que o Fundo de Amparo ao Trabalhador financie estágios remunerado em empresas e universidades.

A proposta é a criação de uma bolsa profissional no valor de R$200,00 reajustada anualmente, cujo financiamento, por parte do Fat, dar-se-á nos seguintes moldes: total, no caso em estágio em universidade pública; 75% no caso de estágio em micro e pequenas empresas, bem como em universidade privada; 50% para estágio em outros tipos de empresa.

Quando o estágio ocorrer em universidade deverá ser supervisionado por professor qualificado, além de não poder ocorrer em grande centro urbano. Em qualquer caso, o estágio cuja duração é de 6 meses renovável por uma vez, não cria vínculo empregatício e nem direitos previdenciários. Ademais, só tem direito o trabalhador que não disponha de outros meios de subsistência.

Ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, órgão tripartite responsável pela gestão do Fat e do Programa do Seguro Desemprego, cabe o estabelecimento das condições indispensáveis ao recebimento da bolsa de aperfeiçoamento.

Dentre essas a definição dos pré-requisitos para habilitação do trabalhador e da entidade concedente do estágio, a fixação dos limites de comprometimento dos recursos do Fat e os procedimentos operacionais cabíveis.

Cabe ressaltar que a bolsa será efetivada apenas quando a celebração do termo de compromisso com estagiário implicar acréscimo no número de empregados da empresa, estabelecimento ou universidade. Além disso, o número de estagiários não poderá ultrapassar 20% da média de empregados da entidade concedente do estágio, nos seis meses anteriores à data de termo de compromisso.

Cabe a esta Comissão a análise preliminar da matéria, que posteriormente deverá ser apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e Educação, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Nesse contexto, o presente parecer tem como foco central os aspectos econômicos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

A proposição representa, sem dúvida, avanço na legislação trabalhista, dados os propósitos sociais que norteiam a sua apresentação. Ela está, ademais, consentânea com os propósitos constitucionais relativos à iniciativa das leis e à competência para legislar. Também, no que se refere aos aspectos jurídicos e regimentais, não há aspectos que deponham contra a iniciativa.

Com relação ao mérito, nada há a opor, especialmente no que ser refere aos aspectos econômicos da proposição.

A criação da Bolsa de Aprendizagem Profissional insere-se perfeitamente em um dos objetivos do Programa Seguro-Desemprego, que, de acordo com o disposto no art. 2º, Lei 7.998, de janeiro de 1990, é auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de colocação e qualificação profissional. Tanto é assim que a Medida Provisória nº 2.164, de 24 de agosto de 2001, institui, no âmbito do programa em questão, a Bolsa de Qualificação Profissional para trabalhador com contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido ao empregado.

É também essencial considerar que o trabalhador que tenha participado do estágio profissional remunerado nos moldes propostos pela proposição terá mais chance de se alocar posteriormente no mercado de trabalho. Desse modo, diminuirá a probabilidade que venha no futuro a ser beneficiário do Seguro-desemprego.

Com relação aos aspectos econômicos, financeiros, as informações sobre o FAT constante da justificação do projeto de lei demonstram a viabilidade financeira da implantação da Bolsa de Aprendizagem Profissional. Dados mais recentes confirmam essa assertiva.

Em 2003, a arrecadação líquida do Pis/Pasep devida ao FAT, isto é, excluídos os 20% referentes às desvinculações dos recursos da União, correspondeu a cerca de 13 bilhões, que, após a cobertura dos gastos correntes, 40% para o BNDES, Seguro– desemprego, abono salarial, qualificação de mão-de-obra e outras despesas afins, resultou em um déficit de aproximadamente de 1,3 bilhão.

Contudo, considerada a entrada de outras receitas do FAT, como, por exemplo, dos juros decorrentes da aplicação financeira de recursos tal do fundo, por seu turno, já situam em torno de 89 bilhões.

Além disso, o projeto de lei estipula que a fixação dos limites de comprometimento dos recursos do FAT, para fazer face ao custeio da Bolsa Aprendizagem Profissional, cabe ao Codefat. Assim fica garantida a necessária flexibilidade do programa, de forma a não prejudicar as demais ações no âmbito do Programa de Seguro Desemprego, em especial o pagamento de benefício aos trabalhadores desempregados.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa, há que ser observada a necessidade de alteração na numeração dos artigos inseridos na Lei nº 7.998, já que nela foram incluídos, por intermédio da Medida Provisória nº 2.164/41, os artigos 2-A, 2-B, 2-C, 8-A, 8-B e 8-C.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002, com oferecimento da seguinte Emenda de Redação:

"Os artigos 2-A, 2-B, 2-C e 8-A, inseridos na Lei nº 7.998, de 8 de janeiro de 1990, passam a ser renumerados pelos artigos 2-D, 2-E, 2-F e 8-D, respectivamente".

Sala das Comissões. Senador Francisco de Assis de Moraes Souza – Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Lido o parecer, coloco-o em discussão.

Tem a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, considero esse um bom projeto. Entretanto, não foram levadas em consideração as audiências do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação e do próprio Codefat.

Estou encaminhando à Mesa requerimento nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento, para que sejam convidados a comparecer em audiência pública os representantes do Ministério do Trabalho e do Emprego, do Ministério da Educação e o Presidente do Codefat, este último, aliás, é o representante do empresariado. O ex-Vice-Presidente da CNI e Presidente da Federação aqui.

Eu considero bom o projeto, mas creio que deveríamos ouvi-los em razão das implicações que esse estágio em empresas traz ao programa de aplicação de recursos do Codefat. Ele já é feito com alguns incentivos, mas sem a remuneração do FAT.

Então, requeiro a V. Exª que submeta à apreciação esse requerimento. Não sei se há tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra, a Comissão tem sido muito compreensiva com a realização de audiências públicas. Elas têm esclarecido matérias aqui discutidas, debatidas e votadas.

Como o requerimento de V. Exª está sendo apresentado depois da leitura do parecer, consulto o Relator da matéria, Senador Mão Santa, se S. Exª concorda com o procedimento. Se S. Exª não concordar, V. Exª poderá pedir vista para análise.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Considero justa a preocupação do extraordinário Líder governista. O Governo se preocupa muito com dinheiro e não com o bem que o dinheiro pode proporcionar. Mas eu queria advertir o nobre Senador que este projeto não é terminativo. Esse projeto será discutido exaustivamente na CAS – Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Educação.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Ele não é terminativo aqui. Depois, ainda vai para o Plenário.

Quero agradecer aos....que sei que são sinceros pela amizade que nos une. A minha preocupação é mesmo do cidadão, do Senador, que é envolvido com essa questão já há algum tempo. E acho, repito aqui, o projeto é bom, mas, não podemos deixar de ouvir o Ministério do Trabalho, o Codefat – eu conheço o Codefat –, a Confederação Nacional da Indústria, que tive a honra de presidir e tem representação, aliás, o Presidente do Codefat, hoje, é um empresário, o Sr. Lourival Novaes Dantas, que foi presidente da Federação de Brasília.

A minha preocupação não é criar nenhum embaraço ao projeto. A minha preocupação é saber se os recursos do Codefat são suficientes, se eles não tinham outro tipo de aplicação, e o Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, V. Exª aceita uma sugestão?

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse projeto não é terminativo aqui. O Relator salientou que a matéria vai passar ainda por duas comissões, vai passar pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Educação. Acho que o requerimento poderia entrar numa dessas duas comissões.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu achei que seria mais pertinente... Pois não, Senador.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Se V. Exª me permitir. O Senador Fernando Bezerra realmente tem essa preocupação. E o Relator Senador Mão Santa chama a atenção realmente de duas comissões onde o projeto ainda será discutido: a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Educação. Exatamente no que diz respeito ao Ministério do Trabalho e Emprego – Codefat, essas comissões tratariam melhor

essa matéria do que a nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Entendo que temos tempo de fazer essa convocação, pois a matéria será amplamente discutida, para que pudéssemos avançar já que se trata de uma matéria de interesse do trabalhador brasileiro. E tenho certeza da compreensão do Líder do Governo nesta questão. E até já endosso o requerimento do nobre Senador, comprometendo-me, na Comissão de Assuntos Sociais, da qual sou membro, mesmo na ausência do Ministro, a assinar essa matéria.

Então, Senador Fernando Bezerra, V. Exª já tem aqui três membros a sua disposição: eu, o Senador Ney Suassuna, que é vice-Líder do Governo e o nosso Relator Senador Mão Santa.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Se puder, quero pedir vista.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pedindo vista, vamos quebrar todo o acordo da reunião, Sr. Presidente. Queremos deixar claro. Fizemos um acordo para votar as matérias e vamos quebrá-lo. Entendo que foi combinado votar a matéria sem vistas, sem nada. Se for...

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Mas não estou fazendo isso por nenhum capricho. Não sabia nem que tinha havido acordo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Pois, então, dentro da matéria, quero dizer que vamos quebrar o quorum.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Bastava ter falado, não precisava dessa agressividade.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Não é agressividade.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Não estou quebrando acordo, porque acordo nenhum eu fiz...

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Mas eu fiz com o Vice-Líder do Governo. Então, queremos trabalhar.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Eu abro mão do pedido de vista.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Interessa-me o fato, até porque o projeto é do meu Líder e tenho direito...

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Já abri mão do pedido de vista.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Eu agradeço.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Agora, não vá dizer que entrei em acordo de que não participei. Tem outra forma de colocar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dada a manifestação do Senador Fernando Bezerra, a Presidência dá a discussão por encerrada e vai colocá-la em votação, anotando que há um compromisso do Senador Mão Santa, do Senador Efraim Morais e do Senador Ney Suassuna no sentido de subscreverem requerimento de audiência pública em outras comissões.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência agradece ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, só para ficar claro para as pessoas que ouviram: não participei de nenhum acordo e nem tive a intenção de quebrar qualquer acordo. Apenas queria conhecer um projeto de que tenho interesse de participar. Nunca quebrei acordo e nunca quebrei minha palavra. Portanto, não posso aceitar a forma como é colocado. Já retirei o pedido de vista para não dizer que não estou participando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem. O Senador Efraim Morais esclareceu que o acordo que ele tinha feito realmente não foi com V. Exª, foi com...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não, porque o Senador chegou logo depois do acordo...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Senador Ney Suassuna, vou pedir a atenção de V. Exª, porque a apreciação dessa matéria será rápida. Não vamos perder tempo nesta reunião da Comissão.

Trata-se da Petição do Senado Federal nº 15, de 2003, que encaminha ao Senado Federal o relatório final da CPI dos Fiscais do ICMS do Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Senador Ney Suassuna, que deu um parecer para o encaminhamento do parecer e da presente matéria à CPMI do Banestado.

Concedo a palavra ao Sr. Relator para saber se S. Exª confirma esse parecer. Em confirmando, vou colocar a matéria em votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – É verdadeiro o parecer, Sr. Presidente. A colocação é esta, uma vez que a CPI do Banestado tem os reflexos e também porque foram detectadas por aquela Comissão essas colocações.

Dessa forma, que essa matéria seja enviada àquela Comissão.

Quando essa matéria chegou ao nosso domínio, Sr. Presidente, soltamos dois documentos: um foi a indicação para a CPI do Banestado, e o segundo foi aquela do colarinho branco, pela qual criávamos mais um gravame sobre esse assunto.

Então, peço a V. Exª que coloque a matéria em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vou colocar alguns requerimentos em votação.

Requerimento do Senador Efraim de Morais, que tem por objetivo a realização de uma audiência pública conjunta da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos, com presença de autoridades federais e representantes de entidades de sociedade civil abaixo relacionadas visando esclarecer a crise econômica e financeira das companhias aéreas brasileiras, em especial a negociação em curso entre a direção da Varig e o Gabinete Civil da Presidência da República, conforme noticiado em **O Globo** do dia 16 de agosto de 2004, no Caderno de Economia, sob o título "Socorro de 3 bi para a Varig".

Em discussão a matéria.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, apenas para informar à Comissão de Assuntos Econômicos que esse requerimento já foi aprovado na Comissão Infra-Estrutura. Evidentemente, queremos fazer uma única audiência em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infra-Estrutura.

Por essa razão, peço a aprovação deste requerimento, visto que o mesmo já foi aprovado na Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Está em votação conjunta na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Infra-Estrutura o requerimento do Senador Tasso Jereissati.

Nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado da República, requer a realização de audiência pública nesta Comissão para instruir a matéria do PLC nº 10, de 2004, com a presença do economista Raul Veloso; do Diretor Executivo da Organização Não Governamental Transparência Brasil, Dr. Cláudio Abramo; e do Presidente do SindusCon – São Paulo, Dr. João Claudio Robusti.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Paulo Octávio e do Senador Efraim Morais requerendo seja convidada a Câmara Brasileira de Construção para audiência pública nesta Comissão, com a finalidade de instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública.

Em votação a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer. O requerimento do Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já foi aprovado, esse está fora de pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Eu sei, mas é sobre o PPP e esse também é, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Haverá ainda mais algum sobre esse assunto, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas há outros que já foram aprovados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Certo. Já em reuniões anteriores. Não tenho objeção alguma ao requerimento, mas gostaria de indagar, Sr. Presidente, se há um entendimento com respeito aos Líderes, aos autores do requerimento e a V. Exª sobre a tramitação dessa importante matéria. Penso que é ótimo que se realizem as audiências públicas para o esclarecimento, mas gostaria de saber se há algum entendimento com os autores dos requerimentos, com V. Exª e com as Lideranças sobre o calendário para termos essas audiências, com o objetivo de – tal como ocorreu a Lei de Falência, por exemplo – termos um calendário dos debates e da votação da matéria.

Essa é a minha indagação, sem prejuízo da votação desse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, o zelo de V. Exª é por demais reconhecido nesta Casa. Esclareço a V. Exª que a matéria se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo procedimentos regimentais. Há audiências públicas que foram aprovadas. Autoridades como, por exemplo, o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

foram convidadas oficialmente e não se manifestaram quanto à data de aqui comparecerem.

A Presidência sabe que essas autoridades sempre foram muito ágeis no atendimento às solicitações ou convites do Senado da República, tanto que o Ministro Mantega já compareceu e prestou seus esclarecimentos a nossa Comissão. S. Exª estava de viagem – até quero louvá-lo – e, assim que chegou ao Brasil, tomou conhecimento, telefonou-me, de comum acordo marcamos a data para o dia seguinte à chegada dele. Ele esteve aqui. As outras autoridades, vou até dizer lamentavelmente, apesar de reconhecer a boa vontade de ambas, não se pronunciaram.

Enquanto isso, outros requerimentos de audiências públicas, como o de hoje, estão aprovados. Se há requerimentos de audiências públicas aprovados, para a não realização delas há necessidade, evidentemente, de um amplo acordo entre as Lideranças partidárias. Uma vez deferidas as audiências públicas, elas só não serão realizadas se os Líderes se entenderem e dispensarem as autoridades desse convite. O ambiente político é que vai determinar o andamento desse projeto das parcerias público-privadas. E esse ambiente político naturalmente segue o Regimento do Senado da República, pelo qual todos temos o dever de zelar, inclusive eu, como Presidente.

É essa a situação.

Então, coloco em votação o requerimento dos Senadores Paulo Octávio e Efraim Morais.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Considero aprovado o requerimento.

Srs. Senadores, há um projeto de muita repercussão, de interesse nacional em andamento nesta Comissão: o Projeto de Biossegurança. Esse projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, veio para o Senado, foi aprovado na Comissão de Educação, está na Comissão de Assuntos Econômicos e, regimentalmente, tem que passar ainda pelas Comissões de Assuntos Sociais e pela de Constituição, Justiça e Cidadania.

Recebi um forte apelo da Senadora Lúcia Vânia e de outros parlamentares no sentido de que pudéssemos realizar uma reunião conjunta das Comissões que ainda não realizaram audiências, quais sejam: a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Subscrevi esse requerimento, assim como a Senadora Lúcia Vânia e sei que o Senador Edison Lobão também está de acordo.

Por isso colocarei o requerimento em votação. (Pausa.)

O objetivo do requerimento é fazer com que o Projeto da Biossegurança seja discutido em reunião conjunta das três Comissões: Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Penso que a matéria está entendida e o requerimento, também.

Em votação.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Tenho lido nos jornais com freqüência – inclusive no jornal de hoje – um apelo do Presidente Lula para que o Congresso trabalhe, que aprove os projetos, que faça as modificações necessárias, mas que trabalhe pelo amor de Deus, que não deixe assuntos urgentíssimos para o Governo Federal e para o País parados por falta de vontade da Oposição em obstruir o andamento de projetos tão importantes para o futuro deste País. Isso, juntamente com as declarações de outros Ministros, dá a sensação de que esta Casa, e principalmente esta Comissão – porque o projeto da PPP, especificamente, está nesta Comissão – simplesmente não trabalham porque não temos vontade ou porque estamos nas campanhas eleitorais e não estamos aqui, e assim os projetos não são aprovados.

Não vejo hoje aqui, Sr. Presidente, com exceção do Senador Eduardo Suplicy, nenhum Senador do PT para discutir a questão. Queria fazer um apelo aos Senadores do PT porque estou querendo trabalhar e discutir a PPP e não vejo ninguém aqui.

Será que existe falta de vontade dos Senadores do PT, ou eles estão de tal maneira voltados para às suas campanhas eleitorais que não têm tempo de trabalhar nesta Comissão?

V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, que tem comprometimentos seriíssimos no seu Estado, pois está profundamente envolvido na campanha eleitoral, está aqui para trabalhar. Mas não temos condições de discutir, com exceção da honrosa presença de sempre do brilhante e trabalhador Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª; depois daremos continuidade aos nossos trabalhos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, creio que é louvável o chamamento do Senador Tasso Jereissati, mas avalio que, no que diz respeito ao Projeto das PPPs, dado ao fato de ter havido um debate muito tenso em relação ao assunto – e o Senador Tasso Jereissati é uma das pessoas que, estudando a matéria, vem solicitando de todos nós maior atenção a ela, pelo menos uma audiência pública – creio que poderia até haver um esforço, já que V. Exª, hoje, tem muitos requerimentos para diver-

sas autoridades especialistas no assunto. Mas acho que essa matéria é até de interesse do Senador Tasso Jereissati, um dos autores do requerimento, e dos demais, no sentido de que realizemos uma audiência pública, mas com o sentido de agilizar o esclarecimento e a votação da matéria, já que o Governo avalia que é muito importante votá-la. O mesmo raciocínio vale para o Projeto da Biossegurança.

Sim. O Presidente da República, inclusive, ontem, fez um apelo aos Senadores e a outros para nos empenharmos nesse assunto. Como ainda há certas questões polêmicas, que demandam dúvidas e esclarecimentos, a audiência pública é o método adequado. E isso vai exigir de todos nós empenho e esforço.

Há ainda uma outra audiência que está pendente nesta Comissão, até avalio que seria importante se V. Exª puder nos informar a respeito. Acredito que o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ainda não tenha respondido, uma vez que ele esteve ausente durante esses dias em viagem ao exterior, a Basiléia. Eu estava imaginando se, quem sabe, nesta semana, pudesse ser realizada aquela audiência, uma vez que houve convite para S. Exª nesse sentido. Mas como S. Exª foi a Basiléia e só voltaria no meio desta semana, não houve.

Portanto, veja V. Exª que realizamos pelo menos as audiências sobre as PPPs e a Biossegurança em reunião conjunta, por proposição de V. Exª. Acho ótimo porque, assim, as três Comissões têm a oportunidade de esclarecer e acelerar a tramitação da matéria.

Há ainda aquela audiência com o Presidente do Banco Central, inclusive em sessão conjunta com a Fiscalização e Controle, que está pendente. Avalio que ela poderá ser realizada.

Até digo publicamente ao Presidente do Banco Central que será muito positivo S. Exª vir aqui – diante das matérias que serão discutidas nas reuniões de hoje e de amanhã do Copom – e discutir a política econômica nesta Casa. Isso é sempre de grande utilidade, e está na hora de fazermos outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, quero prestar um esclarecimento em defesa da Comissão e do Senado.

Aqui, não temos faltado em momento nenhum; aqui, desde o começo do ano, só não realizamos uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Todas as terças-feiras, a não ser que tenha havido algum feriado, a Comissão tem trabalhado. Mas é preciso deixar claro: há audiências públicas aprovadas e aprovadas desde junho de 2004. Telefonei para S. Exªs. Ninguém falou que viria, mas ninguém falou que não viria; ninguém se negou a comparecer, mas ninguém se propôs a comparecer, exceção feita ao Ministro do Planejamento, que sempre tem sido altamente solícito com esta comunicação, que aqui já compareceu e prestou os esclarecimentos à Comissão.

Bom, além dos telefonemas, a Comissão resolveu oficializar – e oficializou – o convite ao digníssimo Presidente do BNDES, ao Ministro da Fazenda e ao Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Esses requerimentos foram firmados pelo Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Senador Efraim Morais e, parece-me, pelo Senador Roberto Saturnino. Mas, em verdade, isso foi aprovado no dia 15 de junho, e estamos em setembro. Acredito que deveríamos fazer um apelo. Peço aos Líderes, como o Senador Eduardo Suplicy, que entrem em contato com o Ministro para que S. Exª compareça e preste os esclarecimentos. Se for necessário realizar sessão extraordinária e as Lideranças concordarem com isso, a Presidência marcará sessão extraordinária para discutir matérias de relevância.

Feitos esses esclarecimentos e dado como aprovado esse da biossegurança para realização conjunta das audiências da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais, concedo mais uma vez a palavra pela ordem ao Senador Tasso Jeireissati e depois daremos continuidade à pauta.

O SR. TASSO JEIREISSATI (PSDB-CE) – Eu gostaria, em função do que ocorre de fato, de pedir novamente ao Senador Eduardo Suplicy que leve ao conhecimento do Ministro Guido Mantega, que, talvez por falta de experiência parlamentar, não conhece o andamento dos trabalhos nesta Casa, que não podemos votar esta semana o projeto das PPPs e não o fizemos na semana passada porque o projeto está nesta Comissão e estamos aguardando justamente que os Ministros e alguns convidados venham a esta Casa. Não depende da vontade de qualquer pessoa. O Ministro Mantega, às vezes no afã de servir a sua causa, faz apelos que absolutamente não tem nenhum contato com a realidade palpável da vida parlamentar de todos os dias. Talvez uma conversa com o Senador Eduardo Suplicy, que conhece tão bem os trâmites desta Casa, esclareça a situação. Proponho que S. Exª perca um pouco do seu tempo e dê uma aula de como funciona o Senado Federal. Isso será importante para sua vida como Ministro daqui para frente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Permita-me um aparte, Senador Tasso Jereissati?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aparte, não. Concedo a palavra pela ordem, e vamos encerrar a matéria.

O Senador Mão Santa pediu a palavra pela ordem...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, faço uma sugestão, em termos práticos. Para esta semana seria difícil a realização da audiência e depois virão as semanas que precederão o dia 3 de outubro. Mas fico pensando se, nas três semanas que antecedem o segundo turno, quando muitos de nós também estaremos empenhados nas eleições, mesmo que não haja sessão deliberativa, pelo menos não poderiam os Líderes e o Presidente José Sarney dizerem que precisamos, entre o primeiro e o segundo turnos, dedicar um ou dois dias para audiências públicas. Senão, como iremos avançar? Assim, poderíamos firmar o compromisso de dedicarmo-nos às audiências – digamos na terça e na quarta-feira – que devem preceder à deliberação desses projetos que são tão importantes, quais sejam as que V. Exª há pouco mencionou, a do Presidente do Banco Central, a das PPPs e a da Biossegurança.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há requerimento para o comparecimento do Banco Central.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Como não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. É sobre...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Não de hoje, mas o pendente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas não é sobre essa matéria. Estamos discutindo o projeto das PPPs.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Não. Estou falando das audiências pendentes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou esclarecer. Presidente do BNDES, Ministro da Fazenda e Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Há outros que foram aprovados hoje. Nenhum deles envolve o Presidente do Banco Central nessa matéria.

Concedo a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Sr. Presidente Ramez Tebet, estou orgulhoso da Presidência do nosso Partido. Estou aqui abraçado por outro companheiro do nosso Partido, ladeado pelo maior símbolo do nosso Partido, o PMDB, todos nós, fiéis a Ulysses, devemos ouvir a voz rouca das ruas.

Queria salvaguardar, Presidente Ramez Tebet, a imagem de V. Exª que, sem dúvida nenhuma, foi um dos melhores Presidentes desta Casa, e poderá sê-lo novamente.

O Padre Antonio Vieira disse que o exemplo arrasta, e o exemplo de V. Exª não está arrastando os membros do PT nesta Comissão com muita grandeza presidida por V. Exª. É vergonhoso dizer, mas a presença é só de 10%, só o Suplicy, porque ele é maior do que o PT, no momento da convocação. A CAE tem 10 membros do PT. Isso dá o quadro do desamor do Governo, no que diz respeito às suas responsabilidades nesta Comissão neste momento. Todos nós temos interesse também nas eleições. O PT abandona o dever para conquistar votos que já estão perdidos há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon e logo em seguida ao Senador ao Senador Sérgio Guerra, todos pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, estava em meu gabinete ouvindo o pronunciamento do Deputado Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Senador. É grave o que estou falando. Deus me perdoe, entrar na onda daqueles que não querem a reeleição dele. Dentro do PT estão tramando isso, mas o povo de São Paulo haverá de exigir a sua candidatura. Se o PT não quiser, terá que garantir a sua candidatura um ano antes. Senão ele poderá mudar de partido e ganhará em qualquer partido.

Na verdade, o fato de não estar aqui parece uma coisa meio singela, mas o fato de o PT não estar aqui, à exceção do Senador Suplicy, que é um homem que sabemos que tem luz própria, não é orientado, vai-não-vai – se ele tem que ir, ele vai; se ele acha que não deve ir, não vai. Assim, à exceção de Suplicy, que é um caso extra, o PT não está aqui. Se quiserem discutir e debater, e se falarem que o esforço concentrado não deu em nada, que não rendeu, que não se trabalhou, vejam que não está aqui ninguém do PT, à exceção de um que tem luz própria. Na verdade, na verdade, o PT não está interessado na urgência dessa matéria.

V. Exª não precisava se desculpar, mas no primeiro dia em que esse assunto foi tratado, quando foi dito que seria importante a audiência, V. Exª tomou as providências e até agora nada. O Governo tem duas linguagens: uma para a opinião pública, em que o próprio Presidente da República bate no Congresso, dizendo que o Congresso não vota, que o assunto é importante, e ameaça com medidas provisórias; e outra para nós, porque não dá bola, não dá satisfação, não tem nenhuma preocupação com isso.

Fique claro que essa é uma matéria da maior importância, é uma matéria grave, o projeto da forma como está é um escândalo, é uma abertura para a corrupção aberta e deslavada, é um escândalo. Até me pergunto quem assinou esse projeto, se quem o fez

não o releu. O projeto deve ser debatido e devemos encontrar uma fórmula para ele. Que o Governo esteja preocupado em fazer investimentos, que alguém tenha batido à sua porta dizendo que ia entrar dinheiro de montão, da mesma forma que bateram à porta do Presidente Fernando Henrique dizendo-lhe que devia privatizar, que ia entrar dinheiro de montão, que com o dinheiro das privatizações poderia ser paga a dívida externa... Privatizamos, não ganhamos um tostão, não pagamos nada e a dívida duplicou.

Concordo em votar o projeto, mas como está não voto de jeito nenhum. Se baixarem uma medida provisória do jeito que está o projeto, vou considerar isso um escândalo. Creio, Sr. Presidente, que esse é um projeto que pode dar origem aos maiores escândalos da história deste País se for aprovado como está.

Há descaso do Governo. De um lado, bate no Senador Tasso Jereissati, querendo desviar o assunto. De outro lado, vai para a Imprensa e cobra, dizendo que somos inoperantes, que não queremos fazer, que não estamos fazendo nada. Ao mesmo tempo, ele não faz nada.

Se os ministros tivessem dito que iam assistir, tínhamos obrigação de, neste esforço concentrado, nos reunirmos extraordinariamente e ouvi-los. Teríamos que fazer isso. Era só eles quererem. No entanto, eles não querem. Então, que fique claro perante a opinião pública que, se baixarem medida provisória tendo como objeto o projeto nos termos em que se encontra, será um escândalo, porque quem assina, assina porque sabe, é co-responsável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, V. Exª pede a palavra? Acredito que seja pela ordem...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Não. Estou me inscrevendo para discutir e por ter sido citado na minha ausência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Sérgio Guerra está na frente. Logo depois, concederei a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante não foi citado, o que não quer dizer que ele não deva falar, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência vai conceder a palavra a S. Exª pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, essa questão das PPPs, como está sendo colocada – e como de resto a questão desse chamado esforço concentrado –, está muito ruim para o Congresso e não está bom para a oposição. A versão de que o Congresso não trabalha é uma versão simplória e equivocada.

A afirmativa segundo a qual a oposição deseja protelar a votação do projeto das PPPs não tem consistência. Acho que o presidente pode, perfeitamente, fazer as coisas acontecerem com o apoio de todos nós, e deve haver esse apoio do PT, que não estava aqui, e dos que estavam aqui antes do PT. Por que não começarmos a ouvir as pessoas que foram convocadas? Por que não iniciar um processo de debate? Nada impede que se desenvolva essa discussão de forma concreta, substantiva, especialmente em se tratando de uma matéria que suporta a polêmica da dimensão levantada pelo Senador Pedro Simon, com toda a responsabilidade e a competência que lhe são peculiares.

É evidente que é do interesse do Congresso, da Oposição e do País que essa questão seja tratada de forma sistemática, que as pessoas convocadas sejam ouvidas e que se faça, como se faz sempre, uma discussão, uma análise e, se for o caso, uma negociação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de esclarecer que está acontecendo uma audiência pública importante sobre a Ancinave, com a presença de ministros de Estado e de alguns membros desta Comissão. Gostaria também de esclarecer que vários líderes, inclusive a líder da nossa bancada, estavam presentes em duas reuniões que estamos fazendo desde as

8h30min, uma discutindo o Projeto de Biossegurança e a outra negociando o projeto de informática – reunião que incluiu os três líderes, os três senadores do Amazonas, os Senadores Arthur Virgílio, Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho, além de outros senadores, e a própria Senadora Ideli. Fizemos uma longa reunião discutindo a Lei de Informática, que são matérias de grande alcance.

Gostaria de também esclarecer que marcamos uma reunião para a qual convidamos todos os senadores que têm propostas e emendas e que manifestaram interesse no tema da PPP para aprofundarmos a discussão. A reunião será hoje à tarde, às 14h30min. Convidamos, inclusive, os senadores Rodolpho Tourinho, Tasso e Sérgio Guerra. Acho muito oportuno também que os senadores Pedro Simon e Valdir Raupp estejam presentes. Lembro ainda que convidamos os ministros Aldo e Guido para esse diálogo. Fica o convite, evidentemente, se todos tiverem interesse e disposição.

A PPP, como está, foi aprovada em quatro estados da Federação: no Estado de São Paulo, no Estado de Minas Gerais, no Estado de Goiás e no Estado do Mato Grosso. E como está foi aprovada por am-

pla maioria pelos deputados federais na Câmara dos Deputados.

Acho muito importante que sejam dadas contribuições pelos senadores que tenham interesse em aprimorar a lei. Não conheço as emendas do Senador Pedro Simon, mas tenho certeza, pela veemência da intervenção, de que ele deve ter contribuições substantivas a dar a essa matéria – contribuição que será muito bem-vinda pois temos todo o interesse em aprimorar o projeto.

Quero dizer que esse é um instrumento que existe em vários países e que é um instrumento indispensável num Estado como o brasileiro.

O nosso Estado está muito endividado, precisa de uma responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, regimentalmente, há prazo legal. A Presidência está observando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – O nosso Estado está muito endividado e precisa estabelecer uma parceria com o setor privado na logística e na infra-estrutura.

Sr. Presidente, se eu estiver interrompendo a dinâmica da Comissão, eu me inscrevo depois. Para mim não há qualquer... eu não estava fora da reunião, não quero prejudicar nenhum dos meus parceiros. Se estiver prejudicando, evidentemente, aguardo e me inscrevo no final.

Pediria a gentileza ao Senador Tasso Jereissati porque preciso acompanhar a outra audiência com o Ministro de Estado e não pude ficar lá. Vim aqui, em deferência ao debate da Comissão, explicar a minha ausência.

O Governo sempre esteve aberto à negociação.

Só pedi a palavra pela ordem para participar do debate em deferência. Como foi cobrada a minha ausência, e eu estava em outra Comissão, vim para cá pelo respeito que tenho a esta Comissão, já que nunca falto às reuniões. Só estou explicando que estou tendo uma audiência púbica e preciso participar. Tenho que estar, hoje, em duas reuniões, e isso desde as 8h30min.

O Governo sempre esteve aberto às negociações em relação a esse projeto. Na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto foi aprovado por unanimidade, e como está também, tendo sido aprovado por vários Senadores, inclusive pela Relatoria do PSDB. Sendo assim, não conseguimos identificar tantos problemas. Inclusive, levantei vários problemas naquela ocasião. Mas quero dizer que estamos abertos a construir, sempre estivemos.

Penso que algumas questões que foram levantadas como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal são muito procedentes. Foi feita uma sugestão de fixar um limite de comprometimento da receita líquida dos Municípios, dos Estados e da União, que ajuda nessa observação oportuna. O Senador Tasso Jereissati já a tinha feito, em plenário, e outros levantaram essa questão que me parece bastante – e também o Senador Sérgio Guerra – oportuna, qual seja, a preocupação em se respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação ao processo licitatório, a sugestão foi no sentido de se retirar as obras do processo licitatório. O projeto das PPPs só pode ser para concessão de serviços. Não vejo por que obras possam ser contratadas na forma de parcerias público-privadas. Para as obras, existe a Lei de Licitações, ou seja, devem ser feitas por licitações.

O Senador Rodolpho Tourinho apresentou 13 emendas e esses pontos, inclusive, são abordados por S. Exª nas suas emendas, corrigindo-os de forma bastante competente. E o Senador também trouxe outras contribuições. Basicamente, portanto, vim aqui para dizer que a nossa disposição é a de fazer a melhor legislação para o País, buscar criar um instrumento sólido, de preferência suprapartidários, porque esses governos também aguardam definições do Congresso Nacional para poder estabelecer seus contratos, já que sabem que a legislação federal se sobrepõe.

O Senador Valdir Raupp, como Relator, fez um esforço muito grande nesse trabalho e sempre esteve aberto à negociação e ao diálogo. Penso, portanto, que a melhor forma é sentarmos à mesa com as propostas, o que não prejudica as audiências públicas e os debates, para negociarmos as emendas como fazemos em todos os projetos.

Não vejo como podemos votar o projeto das PPPs neste esforço concentrado, nem há essa expectativa, mas, sim, aproveitarmos o esforço concentrado para negociarmos o projeto e avançarmos em relação a isso, para, aí sim, apresentarmos ao País um texto mais aprimorado e acabado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Valdir Raupp, vou conceder a palavra a V. Exª e pedir aos demais membros da Mesa, salvo se houver questões relevantes, que não peçam mais a palavra, visto que há matérias em apreciação.

O Senador Valdir Raupp é Relator do projeto das PPPs, que não está em discussão, mas, sim, a forma como vão funcionar. Então, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fiquei até surpreso porque me parece que não estava para ser discutido nesta reunião as PPPs, acabou entrando...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que está sendo discutido é o atraso. A quem cabe esse atraso?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Fui convidado para uma reunião hoje, as 14h30min, quando vai ser realmente discutido, com os Líderes, o Ministro Guido Mantega, com o Líder Aloizio Mercadante, esses ajustes no relatório, até porque já apresentei duas vezes este mesmo relatório nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E parece que V. Exª vai ter que relatar algumas emendas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Houve uma vez que pareceu que seria aprovado, mas, de última hora, pediu-se o adiamento. Naquela oportunidade, foi por muito pouco que o relatório não foi aprovado. Agora, vejo, o projeto se arrasta por longos meses. Estamos abertos, o meu relatório não é fechado. Nem foi a proposta do Governo, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados, e nem é o meu relatório. Inclusive, a questão de obras pura, isso está sendo acordado, isto é, que obras, pelas PPPs, devem ser precedidas pela prestação de serviço. Concordo com o Líder Aloizio Mercadante quando fala que as obras têm que ser de parceria e precedida pela prestação de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aí já é mérito, Senador Valdir Raupp. Os esclarecimentos de V. Exª foram úteis.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – E quanto às emendas do Senador Pedro Simon, se S. Exª tiver alguma emenda ainda para apresentar ao relatório, estamos aí para discutir e, se possível, mudar esses pontos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, houve insistente apelo para que uma matéria fosse colocada extrapauta, além da já votada referente ao empréstimo ao Estado do Espírito Santo, que se refere à apreciação do nome do Sr. Sérgio Eduardo Weguelin Vieira para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, na vaga de Luiz Antonio de Sampaio Campos.

Autoria: Poder Executivo; Relator: Senador Fernando Bezerra.

Já consultei a Comissão, e ninguém se opõe à apreciação da matéria.

Então, concedo a palavra ao indicado, que já se encontra no recinto da Comissão.

Solicito à Secretaria que o conduza ao plenário.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, para que proceda à leitura do seu parecer.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a Mensagem nº 146, de 2004, e em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio Eduardo Weguelin Vieira, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários na vaga de Luiz Antonio de Sampaio Campos.

Conforme **curriculum vitae** anexo à mensagem, o Sr. Sérgio Eduardo Weguelin Vieira nasceu em 27 de maio de 1955 em Montevidéu, Uruguai, e tem nacionalidade brasileira. Sua formação acadêmica inclui a graduação em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, com mestrado em Economia Política pela The New School for Social Research de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. Consta também curso de graduação em Engenharia Civil até o quarto ano nas Universidades de Brasília e Federal do Rio de Janeiro.

Quanto à experiência profissional, destacam-se as seguintes informações:

Atuação no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O Sr. Sérgio Eduardo Weguelin Vieira foi Gerente Executivo da área de Desenvolvimento de Novos Produtos e chefe do Departamento de Mercado de Capitais desde março de 2003.

Sua atuação no BNDESPar, primeiro, como economista na área de planejamento, seguida de Gerente de Investimento e Superintendente de Mercado de Capitais.

Segundo os dados curriculares do Sr. Sérgio Weguelin, ele é também colaborador do **Jornal do Brasil** e professor de Inglês. Participou, ademais, de seminário do Brasil no exterior como representante do BNDES e BNDESPar, assim como em diversos cursos de programação e especialização, atualização profissional, voltados em sua maioria para a área de mercado de capital.

Por fim, relatamos os dados e informações relevantes contidas na Mensagem Presidencial de modo a subsidiar a competente deliberação dos membros desta Comissão sobre a indicação do nome do Sr. Sérgio Eduardo Weguelin Vieira para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Para mim, o Sr. Sérgio é perfeitamente apto para o exercício da função para a qual foi indicado pelo Senhor Presidente da República.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência agradece ao Senador Fernando Bezerra.

Em seguida, de acordo com o Regimento Interno, concedo a palavra ao Dr. Sérgio Eduardo Vieira, para que faça a sua breve exposição.

O SR. SÉRGIO EDUARDO WEGUELIN VIEIRA – Bom dia. Falando só um pouco mais do currículo e da passagem para a CVM, sou funcionário de carreira do BNDES. Trabalhei vários anos na BNDESPar, na área de mercado de capitais. Eu era responsável pelo giro da carteira, pela venda de ativos, ações e debêntures conversíveis.

A carteira da BNDESPar é uma carteira de R$35 bilhões, mais ou menos 160 participações hoje, girando 20% ao ano. Então, isso demandou a execução de várias operações estruturadas para trazer ativos e líquidos para o mercado. Posteriormente, esse trabalho me levou para a área de desenvolvimento de novos produtos do BNDES, na qual passei a cuidar não só de renda variável, mas de renda fixa e de todo um leque de produtos que interessassem ao banco. A idéia era conversar interna e externamente, para tentar ampliar os produtos do BNDES. Depois fui para a área de mercado de capitais, em que estou agora; eu fazia um pouco de desenvolvimento de mercado e de venda de ativos da carteira de renda variável.

Nessas atividades, tive contato freqüente com a CVM, seja na estruturação de novas operações que demandavam regulamentação específica, seja na discussão das operações que estavam em andamento. O BNDES é um forte indutor de operações de mercado de capitais: muitas das operações que vieram ao mercado foram deflagradas por demandas dele, sempre em contato com a CVM.

Posso citar algumas dessas operações: as famílias de fundos – os fundos de investimento e participação, os chamados fundos de *private equity, os* fundos de governança, fundos de empresas emergentes, fundos de base tecnológica – e um conjunto de debêntures, como as debêntures mandatórias ligadas à Eletrobrás. Tivemos vários produtos associados a ações e derivativos, e, recentemente, em julho, um fundo de Índice PIB, que é um fundo de ações, um ativo de bolsa que replica o retorno das 50 ações que compõem o Índice Brasil da Bolsa.

A minha ida para a CVM é um desafio, para o qual espero estar preparado. Levo comigo o conhecimento das demandas de um grande cliente, de um grande investidor como o BNDES e dos seus interlocutores. Embora não seja advogado, espero rapidamente absorver a cultura jurídica da casa. Gostaria de me colocar à disposição de V. Exªs para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto se os Srs. Senadores desejam sabatinar o Dr. Eduardo Vieira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sim, Sr. Presidente.

Como V. Sª, Dr. Sérgio Weguelin Vieira, informou, segundo o relatório do Senador Fernando Bezerra, que conheceu muito bem as operações do BNDES no mercado de capitais, poderia informar qual é o volume de operações que tem sido realizado pelo BNDES no mercado e qual é o peso de sua influência no mercado de capitais? Pediria que nos desse uma idéia sobre a importância dessa atuação em 2003 e 2004.

O SR. SÉRGIO EDUARDO WEGUELIN VIEIRA – Estou identificando, num primeiro momento, nas operações de capitais e nas operações de renda variável...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Ou no conjunto das operações de que participa o BNDES no mercado de ações.

O SR. SÉRGIO EDUARDO WEGUELIN VIEIRA – Isso. Nas participações acionárias, o BNDES tem uma carteira de R$35 bilhões, que, na média, nos últimos dez anos, tem gerado 20% ao ano. Isso significaria um investimento e um desinvestimento da ordem de R$7 bilhões por ano. Em alguns anos, há mais investimentos e, em outros, menos, dependendo das janelas de oportunidade, mas essa tem sido a média. São operações de participação acionária, subscrição de debêntures conversíveis; todos eles, investimentos primários, em que os recursos vão para algum projeto, para uma expansão, para uma modernização. O BNDES entra em um ponto do ciclo de investimento no qual a maioria dos investidores ainda não têm apetite para risco, reestrutura o projeto e recoloca-o no mercado, nas operações de desinvestimento das quais eu participava. E essas operações têm tido um retorno muito bom.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Obrigado. Terminei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido os Srs. Senadores a exercitarem o direito de voto.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido os Senadores Mão Santa e Pedro Simon para exercitarem o direito de voto e também para serem escrutinadores.

Declaro encerrado o processo de votação.

Convido os eminentes Senadores Pedro Simon e Mão Santa para serem escrutinadores e procederem à contagem dos votos na forma da lei.

Há 15 votantes. A lista de presença de votantes confere com as sobrecartas.

Vamos à contagem dos votos.

(Procede-se à contagem dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, o nosso sabatinado foi aprovado, por 14 votos a 01.

A Presidência cumprimenta o ilustre indicado, deseja-lhe votos de sucesso e comunica a V. Exªs que a matéria segue diretamente ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar na reunião de hoje, a Presidência agradece não só a presença dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos mas também a presença da Imprensa falada, escrita e televisada, dos amigos que aqui se encontram e dos Srs. Assessores.

Está encerrada a presente reunião.

Até outra oportunidade.

(Levanta-se a reunião às 12h25min.)

Ata da 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em Conjunto Com a de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Sociais, em 15 de setembro, de 2004, às 11:00 horas, na Sala de Reuniões nº 3 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às onze horas e sete minutos do dia quinze de setembro de dois mil e quatro, na sala de reuniões número três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Edison Lobão, Presidente da Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana, Antonio Carlos Valadares, Magno Malta, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, João Batista Motta, Pedro Simon, Antonio Carlos Magalhães, Álvaro Dias, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Aelton Freitas, Ney Suassuna, Luiz Otávio, Renan Calheiros, João Alberto Souza, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Almeida Lima, Delcídio Amaral, Roberto Saturnino, Mão Santa, Valdir Raupp, César Borges, Jonas Pinheiro, Antero Paes de Barros, José Agripino, Flávio Arns, Hélio Costa, Osmar Dias, Geraldo Mesquita Júnior, Papaléo Paes, Teotônio Vilela Filho, Augusto Botelho, Gerson Camata, e as Senhoras Senadoras Serys Slhessarenko, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Fátima Cleide e Lúcia Vânia reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senadores Ana Júlia Carepa, Romero Jucá, Efraim Morais, Jorge Bornhausen, Paulo Octávio e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, o Presidente, Senador Ramez Tebet, declara aberta a presente reunião conjunta destinada à deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, não terminativo, que "regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências", de autoria da Presidência da República, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que "acrescenta dispositivos a Lei 8.974, de 05 de Janeiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo Organismo Geneticamente Modificado (OGM) ou derivados de OGM", e com o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 1999, de autoria do Senador Romero Jucá, que "determina a exibição da expressão que menciona, nos produtos transgênicos, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 188 e 422, de 1999. São apresentadas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania as Emendas de nº 01, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, e de nºs 02 a 08, do Senador Alvaro Dias. Na Comissão de Assuntos Sociais são apresentadas as Emendas nº 01, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, nº 02, de autoria da Senadora Fátima Cleide, do Senador Sibá Machado e da Senadora Serys Slhessarenko, nº 03, de autoria do Senador Osmar Dias, a Emenda nº 04-Substitutiva, de autoria da Senadora Fátima Cleide, do Senador Sibá Machado e do Senador Flávio Arns, e de nº 05, de autoria do Senador Flávio Arns. E na Comissão de Assuntos Econômicos são oferecidas as Emendas nº 01, de autoria do Senador Osmar Dias, e de nº 02, do Senador Antônio Carlos Valadares, todas essas Emendas submetidas à análise do Relator. Antes da leitura do parecer, usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Antônio Carlos Magalhães, Pedro Simon e Antonio Carlos Valadares. Em seguida o Relator, Senador Ney Suassuna, procede a leitura do seu Parecer. Na discussão da matéria, usam da palavra os Senadores Serys Shessarenko, Osmar Dias, Pedro Simon e Aloizio Mercadante. O Presidente, Senador Ramez Tebet, suspende os trabalhos com retorno previsto para as quatorze horas e trinta minutos. Retornando

aos trabalhos, o Presidente, Senador Edison Lobão, declara reaberta a reunião e, dando continuidade à discussão, concede a palavra ao Senador Osmar Dias e, logo após, aos Senadores Flávio Arns, Magno Malta, Antônio Carlos Valadares, Jonas Pinheiro, Tião Viana, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Delcídio Amaral. Encerrada a discussão, o Relator, Senador Ney Suassuna, conclui pela rejeição das Emendas nºs 02, 04 e 05 da CAS, e acolhe as Emendas de nºs 01 e 02 da CAE, nºs 01 a 08 da CCJ, e nºs 01 e 03 da CAS, que passam a incorporar o Substitutivo apresentado. Colocado em votação, as Comissões aprovam o Parecer do Relator favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 09, de 2004, nos termos da Emenda nº 02-CAE-CCJ-CAS (Substitutivo), e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 188 e 422, de 1999. Votam vencido na Comissão de Assuntos Econômicos os Senadores Pedro Simon, Flávio Arns e as Senadoras Fátima Cleide e Serys Slhessarenko. Votam vencido na CCJ a Senadora Serys Slhessarenko e os Senadores Pedro Simon e Sibá Machado. Votam vencido na Comissão de Assuntos Sociais a Senadora Fátima Cleide e os Senadores Flávio Arns, Sibá Machado e Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezoito horas e vinte minutos; e para constar, eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Senador **Edison Lobão,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a 24ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. A presente reunião é conjunta entre as três comissões já mencionadas e destina-se à deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 188 e o Projeto de Lei nº 422, de 1999.

Esclareço que a presidência desta reunião está sendo ocupada por mim por uma questão acidental, porque critério por idade é acidente. Por mérito, tanto eu quanto o senador Edison Lobão, gostaríamos que a reunião fosse presidida pela Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. No entanto, S. Exª abdicou dessa honraria, porque irá apresentar e discutir o mérito desta reunião. E como afirmei que a questão da presidência, neste caso, é uma questão acidental, evidentemente, a presidência será, por mérito, passada, em momento oportuno, ao Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto em análise é não-terminativo. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados e seus derivados; cria o Conselho Nacional de Biossegurança; reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; dispõe sobre a política nacional de biossegurança; revoga a Lei nº 8974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2191-9, de 23 de agosto de 2001, e dá outras providências.

A autoria desse projeto é da Presidência da República.

A relatoria, nesta oportunidade, é do Senador Ney Suassuna.

O parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 188 e nº 422, de 1999, que tramitam em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 188 de 1999, não-terminativo, que acrescenta dispositivos à Lei nº 1974, de 5 de janeiro de 1995, estabelecendo obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismos geneticamente modificados ou derivados de OGM. Autoria do Senador Carlos Patrocínio e relatoria do Senador Ney Suassuna.

O parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 188 e nº 422, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 1999, também não-terminativo, que determina a exibição da expressão que menciona nos produtos transgênicos, e dá outras providências. A autoria é do Senador Romero Jucá; a relatoria, do Senador Ney Suassuna.

O parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 188 e nº 422, de 1999, que tramitam em conjunto.

Em 14 de setembro de 2004, foi oferecida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, perante a Comissão de Assuntos Sociais, bem como a Emenda nº 1, de autoria da senadora Serys Slhessarenko, e as Emendas nºs 2 a 8, de autoria do Senador Álvaro Dias, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo o Senador Edison Lobão e a Senadora Lúcia Vânia, Presidentes de duas das três Comissões que hoje estão reunidas. Agradeço aos três Presidentes a confiança de conceder a mim a honra de relatar um processo tão problemático e complicado.

Imaginem V. Exªs que esse projeto diz respeito ao meio científico, aos ruralistas, à igreja, aos evangélicos, a vários Ministérios, como o da Agricultura, o da Ciência e Tecnologia, o da Saúde, o do Meio Ambiente. Por isso, precisamos discutir muito, e foram dias e dias de discussão.

O projeto veio da Câmara. Peço aos Senadores que já o receberam e aos Presidentes que me concedam a licença de ler apenas o parecer, porque fizemos um acordo para, com relação à tramitação, ler o parecer e suspender a reunião para fazermos os últimos fechamentos.

Buscamos como base o projeto do nobre Senador Osmar Dias, que fez um trabalho primoroso na Comissão de Educação. Aliás, louvo o Senador Osmar Dias pelo trabalho, porque inicialmente o projeto não passaria nem pela Comissão de Educação, mas S. Exª defendeu que se tratava de assunto relativo à área de tecnologia e de pesquisa, sendo de direito que o projeto passasse pela Comissão de Educação. Fui um dos que votou favoravelmente a que o projeto fosse àquela Comissão. Lá, S. Exª fez um trabalho ouvindo vários segmentos, promovendo audiências públicas e nos dando, com isso, uma boa base para que pudéssemos fechar esse trabalho hoje.

Ainda há alguma divergência entre mim e S. Exª, e vamos tentar, de acordo com essa programação de tramitação que estamos propondo, ler o parecer, principalmente o relatório. Em seguida, nobres Presidentes, pediria que fosse suspensa a reunião para o almoço, para que fechássemos os últimos itens que ainda faltam. Na parte da tarde, entraríamos na discussão, encerrando-a, até porque neste momento a Senadora Lúcia Vânia não se encontra presente. S. Exª, os Senadores Jereissati, Tião Viana e Flávio Arns estão discutindo com cientistas as últimas observações referentes à célula-tronco.

Como esse projeto é um consenso, o acordo é que esse grupo especializado nessa área de biologia, área médica, etc faça o fechamento dessa matéria ao mesmo tempo em que discutimos com Jonas Pinheiro, com quem há poucos minutos fechamos o último artigo – S. Exª cuida de uma área muito importante –, e com o Senador Osmar, responsável por algumas áreas em aberto sobre as quais ainda estamos em discussão. Poderemos, dessa forma, na parte da tarde, ter inteiramente sanado o debate. Por quê? Pela seguinte razão, Srªs e Srs. Senadores: quanto mais monolítico for esse projeto, mais possibilidades teremos de permanecer o texto quando retornar à Câmara.

Diante dessas explicações, passo a ler o parecer. Não vamos abordar o projeto propriamente dito, pois sabemos que haverá pedido de vista, em cujo prazo buscaremos o fechamento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – V. Exª só vai ler o parecer?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Só o parecer. Aliás, só o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – O projeto já está também publicado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Exato. Está publicado, nobre Senador. Agradeço a V. Exª a interferência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Como o Relator já anunciou que haverá pedido de vista, consulto V. Exª se esse pedido de vista faz parte do acordo e se, fazendo parte do acordo, já está combinado o horário da próxima reunião para votarmos o projeto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – O nobre Presidente vai determinar em que horário retornaríamos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Osmar Dias, pelo que estou informado, após a leitura do relatório pelo Senador Ney Suassuna, naturalmente haverá pedido de vista, e há uma unanimidade de que essa vista seja concedida até o período da tarde, porque faltariam alguns entendimentos. É nesse sentido que estou informado pelas lideranças.

O SR. PEDRO SIMON (PMD-RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, com todo respeito, estranho que esta matéria seja votada com essa urgência e sem que tenhamos a chance do debate que imaginávamos, no seu final.

Sei que foram feitos acordos, mas não sei quais e no que consiste ou não. Aprofundei-me nessa matéria e, inclusive, procurei analisar como ela está sendo tratada em vários países do mundo.

Nos Estados Unidos, há longos anos vêm debatendo a matéria e ainda não foi votada, como também não foi na Europa, na Inglaterra e na França. A Itália

votou, semana passada, um dos quesitos; e o que lá votaram é bem diferente do que vamos votar aqui, qual seja, um parecer absolutamente contrário ao que vamos votar aqui.

Sr. Presidente, está aqui:

Terminou de ser votado na Itália este primeiro item:

Da experiência de embriões humanos:

É proibida qualquer experimentação em embriões humanos.

Esse é o item primeiro da Itália.

Honestamente, esta matéria está sendo discutida no mundo inteiro, e não entendo a pressa, a correria em uma matéria tão importante, tão fundamental, tão básica.

Entrei com um pedido para votar a parte referente à soja transgênica em separado, pois essa é uma questão que é obvia, já está resolvida e quanto a ela há uma unanimidade. Mas digo com toda franqueza que não sei como votá-la. Estou acompanhando? Estou. Estou ouvindo? Estou. Existem acordos feitos pelos líderes que são muito importantes. V. Exª disse que há unanimidade dos líderes, mas nenhum líder ouviu a sua bancada. Meu líder não reuniu... V. Exª foi chamado pela bancada do PMDB? Não discutimos a matéria, ninguém.

Apreciar uma matéria dessa natureza agora, suspender, almoçar e, depois do almoço, voltar para votá-la hoje? Qual é a urgência? Pelo amor de Deus, digam-me qual o significado da urgência de uma matéria que visa o futuro, a humanidade? Estamos mexendo com o futuro da humanidade, com a nossa presença, em termos do que é mais importante: a vida.

Quero ter a serenidade de poder votar essa matéria conhecendo, analisando, debatendo, aprofundando. Aqui não se trata de oposição, situação, a favor ou contra a Igreja, mas de analisar questões relativas ao nosso futuro da maior importância.

Agora, vejo os Estados Unidos debatendo longamente – procurei falar com eles. Os países modernos estão discutindo longamente essa matéria. A Itália decidiu anteontem. E nós estamos fazendo o casamento contrário.

Não sei, mas gostaria de consignar, pelo menos, a minha posição, para que ela fique clara. Essa é uma matéria da maior importância, do maior significado, da maior profundidade, e, no pensamento deste humilde Senador, deveríamos conhecê-la, estudá-la melhor.

Por isso, apresentei uma emenda e faço um destaque para que a parte que já é unanimidade, qual seja, a relativa à soja transgênica, seja votada, e, quanto ao resto, possamos estudar mais matéria.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Senador Pedro Simon, este assunto vem sendo debatido no Senado há muitos meses. Já realizamos pelo menos seis audiências públicas. Aqui vieram cientistas de todas as universidades do País e também de todos os credos religiosos.

Quanto às células-tronco, neste momento, está havendo mais uma reunião. Peço a V. Exª, homem de muita visão e de muita inteligência, que, se possível, participe dessa Comissão. Lá estão o Senador Tasso Jereissati, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Tião Viana e o Senador Flávio Arns, juntamente com um grupo de cientistas e pessoas de vários credos, discutindo esse assunto, porque ainda, por essa razão, há suspensão. Apesar de todas as audiências públicas, ainda temos alguns itens.

Tomei cuidado porque, nesta área, não sou eu que estou legislando, são esses que vêm acompanhando as audiências públicas e as promoveram nas três Comissões esse tempo todo.

Em relação à clonagem terapêutica, por exemplo, ainda está havendo discussão, porque, mesmo entre os cientistas, o que é passível de dúvida não será aprovado. Serão aprovadas matérias de entendimento pacífico, que estão ocorrendo tranqüilamente em todo o mundo. Nas áreas em que houver dúvida, vamos retirar a matéria e pedir um outro instrumento. Provavelmente, será criada uma área específica no caso, por exemplo, da clonagem terapêutica. Sobre esse assunto, o Senador Tião Viana já apresentou projeto. Aqui, não vamos entrar em bola dividida, mas vamos só participar do que é tranqüilo, pacífico e pacato.

Concordo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Relator...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Concordo com V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antonio Carlos Valadares...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Foi-me dada a palavra para relatar. A matéria não está em debate ainda, deixe-me terminar o relato, para podermos discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Pois não, Relator.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Então, nobre Senador, também concordo com V. Exª que houve uma mistura de dois assuntos de difícil entendimento. Lamentavelmente, do ponto de vista regimental, não tem como fazer o desenlace. Cabe a este Relator, que vem já há dois meses lutando, ouvindo cientistas... Fui Professor de Biologia na minha juventude, repassei todos os meus conceitos porque ouvi milhares de ex-

plicações de todos os matizes de cientistas. Nem entre eles existe acerto. Fique tranqüilo porque não entraremos em nenhuma bola dividida. O que for duvidoso fará parte de um outro instrumento que não este.

Dada essa explicação, passo ao relatório:

O Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004 (PL 2.401, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Poder Executivo, altera o regime jurídico que disciplina as atividades relacionadas a organismos geneticamente modificados, regulamentando-as desde a pesquisa até a comercialização. Além de disciplinar as atividades que envolvem OGM, organismo geneticamente modificado, e seus derivados, o projeto sob exame proíbe a clonagem humana para fins reprodutivos e usos para fins terapêuticos de células-tronco embrionárias obtidas por técnica de clonagem, as chamadas clonagens terapêuticas, ou a partir de embriões excedentes das clínicas de reprodução assistida.

A proposição apresenta 46 artigos estruturados em 9 capítulos.

Capítulo I: objetivos, princípios, conceitos técnicos e vedações impostos pela norma.

Capítulo II: criação do Conselho Nacional de Biossegurança, Órgão de Assessoramento Superior do Presidente da República para a Formação e a Implementação da Política Nacional de Biossegurança.

Capítulo III: criação, composição e competência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a CTNBio.

Capítulo IV: competência dos órgãos e entidades de registro e fiscalização dos Ministérios da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Meio Ambiente e da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca.

Capítulo V: atribuição da Comissão Interna de Biossegurança, CIBio, entidade obrigatória para toda instituição que usar técnicas e métodos de engenharia genética ou realizar pesquisa com organismos geneticamente modificados e derivados.

Capítulo VI: criação do sistema de informação e biossegurança, destinado à gestão das informações decorrentes de atividades da análise, autorização, registro e monitoramento e acompanhamento das atividades que envolvem OGMs e derivados.

Capítulo VII: criação do fundo de incentivo ao desenvolvimento de biossegurança e da biotecnologia para agricultores familiares com a finalidade de promover instituições públicas de recursos para o financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento no campo da biotecnologia e da engenharia genética e instituição para porte exclusivo das **(inaudível)** de contribuição de intervenção do domínio econômico sobre a comercialização e importação de cimentos e muda de cultivares geneticamente modificados.

Capítulo VIII: dispositivos relativos à responsabilidade civil, penal e administrativa.

Capítulo IX: disposições finais e transitórias sobre rotulagem dos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham organismos geneticamente modificados.

b) Validação dos certificados de qualidade, de biossegurança e dos comunicados e pareceres já emitidos pela CTNBio e prorrogação, por um ano, dos efeitos da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza o plantio e a comercialização da soja geneticamente modificada da safra de 2004."

Após amplo acordo, que resultou das contribuições dos grupos representativos de diversos interesses, entre os quais da comunidade científica, de entidades ambientalistas, do segmento do setor produtivo, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, nos termos do substitutivo do relator, consubstanciando-se no PLC nº 9, de 2004, que ora relatamos.

No Senado Federal, a proposição, inicialmente, foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. Antes de ser apreciada por esses colegiados, porém, foi encaminhada à Comissão de Educação, por força de aprovação do Requerimento 140, de 2004, subscrito pelo Senador Osmar dias, ao qual fiz questão, inclusive, de votar favoravelmente.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 710, de 2004, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, o PLC nº 9, de 2004, passou a tramitar em conjunto com os Projetos de Lei do Senado de nºs 9, de 2004; 188 e 422, de 1999, respectivamente de autoria dos Senadores Carlos Patrocínio e Romero Jucá, que determinam a rotulagem de produtos que contenham organismos geneticamente modificados ou derivados de organismos geneticamente modificados, os quais aguardavam apreciação da Comissão de Assuntos Sociais.

A proposição principal e os projetos apensados já foram examinados pela Comissão de Educação, na qual foi aprovado o Substitutivo apresentado pelo Senador-Relator, Senador Osmar Dias, que, de forma substancial, reformulou o texto aprovado na Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, entre outras modificações, o referido substitutivo da Comissão de Educação inclui:

I – dispositivos que autorizam a pesquisa com células-tronco embrionárias, obtidas a partir de embriões excedentes nos processos de fertilização **in vitro** ou produzidos por tecnologia de transferência nuclear;

II – estabelece o poder vinculante das decisões da CTNBio junto aos demais órgãos e entidades da administração pública, tanto para as atividades de pesquisa quanto para a liberação comercial de organismos geneticamente modificados e derivados;

III – determina que a CNTBio decide, em última e definitiva instância, sobre os casos em que a atividade é potencial ou efetivamente poluidora, bem como a necessidade de licenciamento ambiental;

IV – explicita que as disposições dos incisos I e II do art. 8º e o **caput** do art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei da Política Ambiental, somente se aplicam nos casos em que a CNTBio deliberar que o organismo geneticamente modificado é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente;

V – altera a composição da CNTBio e o **quorum** para a deliberação do colegiado, que passa a decidir por maioria dos membros presentes à reunião;

VI – suprime seis ministros da composição do Conselho Nacional de Biossegurança, que passa a contar com nove Ministros e altera as suas competências;

VII – extingue a Cide-OGM;

VIII – exclui da aplicação da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, a Lei dos Agrotóxicos, os organismos geneticamente modificados que tenham função de agrotóxicos, estabelecendo que somente estarão sob a égide da Lei de Agrotóxicos os organismos geneticamente modificados que servirem de matéria-prima para a produção de agrotóxicos.

Após o exame do PLC nº 9, de 2004, pela Comissão de Educação, esta Casa deliberou por apreciar o projeto em reunião conjunta da CCJ, da CAE e da CAS, recebendo essa última, a CAS, nos termos do disposto nos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, análise de mérito.

Ainda diríamos que, na Comissão de Economia, pelo fator econômico, também haveria o exame do mérito.

No âmbito da CCJC, foram apresentadas oito emendas da CAS e uma da CAE.

O PLC nº 9, de 2004, sob exame, altera o regime jurídico e disciplina as atividades relacionadas a organismos geneticamente modificados. No entanto, apesar de, em essência, tratar de biossegurança e de organismos geneticamente modificados, incorpora disposições relativas à terapia genética e à pesquisa de terapia com células-tronco embrionárias, matérias que definitivamente não guardam relação com o escopo do projeto.

O impacto econômico positivo proporcionado pela aprovação dessa matéria é incontestável. O uso da biotecnologia na medicina e na agricultura é uma revolução da ciência na atualidade. Se o Século XX foi marcado pela revolução verde, com o desenvolvimento de cultivares altamente produtivos, via melhoramentos genéticos, o Século XXI será marcado pelas descobertas da engenharia genética e da biotecnologia. O desenvolvimento da biotecnologia não se restringirá ao aumento da produtividade das culturas, mas proporcionará também alimentos de maior qualidade, mais nutritivos e com maior durabilidade.

A propósito, a proposição aborda três temas distintos, que serão analisados de forma destacada no decorrer do parecer.

Dispositivos Relacionados à Biossegurança.

Sobre esse tema, a principal questão em debate refere-se ao nível de competência que se pretende atribuir à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, com respeito à liberação comercial de OGM e derivados.

O PLC nº 9, de 2004, estabelece ritos diferenciados para análise das solicitações relativas a projetos de pesquisa e à liberação comercial de organismos geneticamente modificados e derivados.

Pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados, a CTNBio delibera em última e definitiva instância sobre todas as atividades de pesquisa com OGM. Para a liberação comercial, adotou-se a sistemática de manter as competências dos órgãos e entidades das áreas de saúde, agricultura e meio ambiente, que decidem com base no parecer técnico da CTNBio.

Com o intuito de assegurar procedimentos menos burocráticos, propomos reformular esse modelo de modo a conceder à CTNBio plena autonomia para decidir todas as liberações de organismos geneticamente modificados, seja para fins de pesquisa, seja para uso comercial.

Alteramos, portanto, o art. 5º, incisos VIII, X, XV, XXI, §§ 1º, 2º, 4º, 12, 13; e incisos II, XVII, § 1º do inciso III, entre outros.

Também incorporamos ao projeto sob exame as modificações oferecidas pelo texto da Comissão de Educação relativas ao **quorum** deliberativo das CNTBio, que passa a decidir com maioria simples.

Quanto à composição da CTNBio, incluiu-se no inciso II do art. 9º do PLC nº 9, de 2004, representantes do Ministério das Relações Exteriores, em substituição ao Ministério de Assistência Social, à época Ministério da Segurança Alimentar e Combate à Fome. Mantivemos os demais incisos no dispositivo.

Preservamos, a exemplo do Substitutivo da Comissão de Educação, as demais atribuições da CTNBio, bem como a exigência do certificado de qualidade de biossegurança, a obrigatoriedade de uma Comissão

Interna de Biossegurança para toda instituição que usar técnicas de engenharia genética e sistemas de informações em biossegurança, determinações já estabelecidas na legislação atual e incorporadas ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Uma vez alterado o arcabouço das competências administrativas para exame e autorização do uso comercial de OGM, centralizamos todo o poder decisório no âmbito da CTNBio e abrimos a possibilidade de os órgãos e entidades de registro e fiscalização das áreas de saúde, meio ambiente e biossegurança, recorrerem da decisão da CTNBio ao Conselho Nacional de Biossegurança. O recurso deverá ser interposto no prazo de até trinta dias, contados a partir da data da publicação do parecer técnico da Comissão. O Conselho Nacional de Ministros terá prazo de 45 dias para apreciá-lo. Caso o Conselho não delibere nesse prazo, o recurso será dado como prejudicado.

Estabelecemos ainda para dar agilidade e desburocratizar o funcionamento do Conselho, a substituição dos titulares por suplentes nos seus impedimentos e instalação dos trabalhos com a presença de pelo menos seis dos membros e deliberação por maioria simples de votantes.

Assim, quatro ministros sempre terão que votar. O **quorum** mínimo é de quatro ministros.

Em função desse novo enfoque, os arts. 6º e 7º do PLC nº 9, de 2004, relativos às competências e à composição do Conselho de Ministros, devem ser igualmente reavaliados.

Nesse sentido, optamos por acolher parcialmente as propostas do substitutivo da Comissão de Educação, uma vez que decidimos manter como membros do Conselho de Ministros os Ministros das Relações Exteriores, pelos problemas de Mercosul e outros acordos, dada a importância no âmbito internacional, e também o Ministério da Defesa, por causa do problema do bioterrorismo.

Outro ponto controverso do PLC nº 9, de 2004, relaciona-se à obrigatoriedade de rotular os alimentos que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM. Como o Código de Defesa do Consumidor já exige a adequada informação para a composição de qualquer produto, optamos por suprimir o art. 33 do Projeto. A nosso ver, basta um decreto para disciplinar a rotulagem de produtos que contenham OGM ou derivados, o que, aliás, já ocorre atualmente.

O PLC nº 9, de 2004, também gera polêmica ao instituir a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico sobre a comercialização e importação de sementes e mudas de cultivares geneticamente modificados, o que seria a CIDE-OGM. Sabiamente, o relator da matéria no Conselho de Educação acolheu em seu substitutivo emendas dos Senadores Tasso Jereissati e Lúcia Vânia, que suprimiu esse que seria mais um tributo. Além de ser indesejável aumentar ainda mais a já elevada carga tributária brasileira, ensejaria a bitributação de mudas e sementes geneticamente modificadas, razão pela qual ratificamos a posição da Comissão de Educação.

Em decorrência da não instituição do CIDE-OGM, propomos suprimir os arts. 17 a 20 do PLC nº 9, de 2004, que criam o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento de Biossegurança, uma vez que não vai ter renda. Se não vai existir renda, para que manter uma coisa que não vai ter como funcionar?

Todos os Srs. Senadores têm o projeto. Então, pergunto se V. Exªs fazem questão de que eu leia o relatório até o final ou se já posso suspender e cada um ler isoladamente, uma vez que acho que está mais ou menos disciplinado. O relator, além de estar aberto à discussão todo o tempo, ainda vai tentar fechar alguns itens para que, na parte da tarde, possamos dialogar já com maior conhecimento. Sr. Presidente, peço que V. Exª faça a consulta oficialmente. Não crio nenhum problema em suspender aqui para que voltemos à tarde para a discussão do projeto.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Pedirei vistas, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Só consultaria o relator sobre as emendas apresentadas. Apresentei oito emendas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Serão relatadas na parte da tarde, logo após o término das últimas coisas, porque alguma emenda poderá ser prejudicada por algum fechamento. Por essa razão, na parte da tarde, abriríamos relatando as emendas e passaríamos ao debate e à votação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Nesse relatório ainda não há o acolhimento das emendas?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os dois itens ainda precisam ser debatidos. O problema da genética, de que estamos falando e que tanto preocupou o Senador Pedro Simon, ainda está sendo debatido com os cientistas. Precisamos ter uma última conversa com a nossa Bancada, que é especializada em agricultura, Senadores Osmar e Senador Jonas Pinheiro, para ver se conseguimos tirar algum óbice que possa existir em relação ao projeto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de comunicar ao relator, Senador Ney Suassuna, que há um ponto de divergência grave entre o projeto que V. Exª apresentou e o nosso, mas há uma forma de encontrarmos um consenso. Vou apresentar uma emenda e submetê-la a V. Exª para que na parte da tarde, quando formos discutir o assunto,

essa emenda possa ser analisada por V. Exª. Já pedi a elaboração da emenda e vou apresentá-la. Trata-se do §7º do art. 16. No projeto de V. Exª, a CTNBio dará parecer técnico conclusivo, e eu coloco "decisão técnica da CTNBio".

Essa é a alteração que estou propondo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a V. Exª apenas que nós, logo após receber a decisão, tenhamos um *tête-à-tête* e troquemos algumas informações, para ver se podemos aplainar esse assunto. Estamos abertos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – *Tête-à-tête* é uma conversa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Exª tem a palavra.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Sr. Presidente, peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, vamos fazer o seguinte: o relatório está parcialmente lido, pelo que concluí. Tudo indica, pelo andamento, que as partes divergentes...

Senador Osmar Dias, preciso da colaboração de todos para proferir uma decisão. O ideal seria conceder o pedido de vistas da Senadora Serys pelo prazo já estipulado por todos, mas quero ouvir a opinião geral, porque o relatório não está concluído. Como faremos?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Concluí sabendo que vai haver modificações.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, sempre acompanho o trabalho de V. Exª, tanto na presidência do Senado quanto na presidência da Comissão. Entendo, porque também presido uma Comissão, que conceder vistas de um relatório não concluído não é regimental. Sugiro que seja suspensa a sessão por determinado tempo, para que o relator possa concluir o relatório.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Mas o pedido de vista não pode ser negado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Mas o pedido de vista só pode ser feito depois de concluído o relatório.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Posso ler o relatório como está, pois ele está completo. No entanto, sei que vamos modificá-lo em alguns pontos. Apenas estamos sendo extremamente abertos, dizendo que essa seria uma forma de ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas se for modificado vai ter outra vista.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Mas se quando voltarmos alguém pedir vista, será jogado para amanhã ou depois de amanhã. E há o problema de atrasar o plantio das sementes, que deve ser feito em outubro, em todo o território nacional. Estaremos fazendo uma castração do nosso direito de parlamentar de legislar, porque virá uma medida provisória inexoravelmente e será difícil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – É um absurdo colocar uma medida como essa, da semente da soja, que é uma questão tranqüila, com uma matéria complexa, que não tem nada a ver com isso. Isso é um absurdo! O absurdo é nos obrigarem a votar agora essa matéria, que não tem nada a ver com isso, porque a soja precisa. Penso que é possível fazer um destaque em separado para votarmos a soja agora e deixar isso, Sr. Presidente. É o absurdo dos absurdos! Ontem, o nobre Senador Presidente da Comissão de Educação falou da tribuna do plenário que o relatório do Senador Ney Suassuna tinha modificado profundamente o seu parecer, que ele era contra e tinha que estudar. Então, tínhamos o relatório do Senador Dias, depois vem o relatório do Senador Suassuna completamente diferente. Agora, já vem um meio termo, que não é nem o do Senador Osmar Dias nem o do Suassuna. É um terceiro que ainda não está completo, que vai ficar completo hoje à tarde. Qual é a obrigação de votarmos essa matéria com essa urgência? Aqui não há Oposição, não há Governo, não há nada. Essa é uma matéria de grande importância e significado, então faço um apelo. Tem razão o Senador Suassuna, já vimos isso. Mas, neste Senado, ouvimos sobre uma matéria durante três anos e ela fica na gaveta. Tirar da gaveta e votar logo não pode. Tem que tirar da gaveta, fazer um debate para valer e votar. Faço um apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Aloizio Mercadante, tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Senador Pedro Simon, por quem tenho grande respeito, por sua grande vivência parlamentar. Estamos vivendo um processo legislativo de excepcionalidade. Estamos num contexto de eleições, temos feito o esforço concentrado em sessões esporádicas e com um baixo rendimento do ponto de vista da demanda que a sociedade tem. Nessa questão, este projeto está na Casa há oito meses. Tivemos inúmeras audiências públicas. O Senador Osmar Dias organizou um ciclo de debates memorável na Comissão de Educação. O mesmo fez a Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Sociais. Tivemos discussões e muitos seminários. Sobre alguns temas, fizemos até audiências específicas. Por exemplo, no problema dos embriões, discutimos com cientistas temas específicos do projeto, ouvindo todos os setores da sociedade, e encaminhamos um processo de negociação bastante participativo e abrangente durante

todo esse período. Ontem, no plenário, fiz até questão de interferir, porque o Senador Ney Suassuna teve o cuidado de construir todo o parecer dele a partir do excelente trabalho que havia feito a Comissão de Educação. O trabalho do Senador Osmar Dias foi o ponto de partida, que já foi produto de uma longa articulação política no âmbito da Comissão de Educação, e a partir desse parecer que S. Exª buscou fazer alguns aperfeiçoamentos.

E a minha expectativa – registrei isso em plenário que não tinha havido ainda uma negociação entre a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Jonas, hoje o Senador Flávio Arns, o Senador Tião Viana, o Senador Tasso Jereissati – é que todos que vêm acompanhando há meses essa discussão, envolveram-se há meses nessa etapa final.

Estamos muito próximos de uma grande convergência, sabendo que, Senador Pedro Simon, existem algumas questões em que não haverá acordo. Por exemplo, há uma dimensão nesse projeto da relação entre ética e ciência. Há uma dimensão da relação entre fé e ciência. E temos que respeitar as vocações, as convicções que existem na vida pública. São temas que não serão resolvidos porque continuamos discutindo. Não vai resolver. Temos que respeitar as convicções e permitir que se expressem por meio do voto.

Já temos a conclusão de um processo de negociação.

Todos os projetos, na reta final, sempre são objetos dessas últimas tratativas. E esse, como tantos outros, o foi, e penso que de forma bastante transparente. Então, ponderaria que realmente trabalhássemos no esforço para cumprirmos essa etapa no Senado Federal. A Câmara já tem o projeto, vai dar a palavra final. A contribuição do Senado será arbitrada na Câmara.

E há um problema na agricultura, que é o plantio. O Senado não pode ficar com a responsabilidade de permanecer oito meses com o projeto, prejudicando a agricultura brasileira. Temos que dar a resposta aos produtores rurais. O Brasil já resolveu isso por meio de medida provisória, já se tomou a decisão. É um fato que está aí.

Hoje mesmo, em relação a outros setores, há uma convicção de que isso tem que ser preservado. Então, pondero que o Senado deveria concluir a sua etapa, apresentar o projeto. E, por meio do voto, podemos ter emendas, destaques, explicitar as nossas diferenças. Os Senadores que consideram o projeto da Câmara mais adequado mantenham esse projeto. É absolutamente legítimo que seja assim, mas que procuremos concluir.

Fizemos um acordo na Lei de Informática, que está pronta para ser votada hoje. Há ainda aquela discussão com a Bancada do PFL em relação à medida provisória, ao prazo regimental. Mas a medida provisória também não é objeto de maiores polêmicas. E poderíamos votar também o crédito vinculado à folha de pagamentos, que atinge 22 milhões de aposentados.

Então, penso que essa matéria mereceria ser votada. E, particularmente, termino, Senador Pedro Simon, dizendo que alguns Senadores dedicaram-se meses nesse trabalho. Os Senadores Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Ney Suassuna, Tião Viana e a Senadora Lúcia Vânia, que não está aqui, estudaram, aprofundaram, debateram. Foram meses de trabalho para se chegar ao relatório.

Acredito que temos todas as condições de ir a voto, com respeito e a pluralidade que sempre caracterizam esta Casa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Como relator, peço a palavra para uma explicação ao Sr. Pedro.

Primeiramente, o relatório hoje está concluído. O que existia antes de ser apresentado aqui era um anteprojeto que estava em debate porque, até como democrata, eu tinha que ouvir e fazer as modificações. No debate de ontem com o Senador Osmar Dias – inclusive, conversamos depois e tiramos as nossas diferenças posteriores –, S. Exª tinha ainda uma versão do anteprojeto. Não tinha sido apresentado, logo não era projeto, mas nós estávamos ainda nas tratativas de buscar o maior acordo possível.

S. Exª tinha a informação de que estávamos vetando todos os cultivares que tivessem algum problema de ser usado para o combate, por exemplo, a insetos. E eu já havia retirado isso, porque tinha sido convencido.

Faço questão de dizer que não acato a idéia de que o projeto não está pronto. Só porque estou tendo a humildade de dizer que ainda vou admitir algumas mudanças, ele não pode ser considerado incompleto. Ele está completo, portanto, é certo o pedido de vista. No entanto, porque declarei que estou aberto a aceitar modificações que poderiam ser dificultadas pelas emendas, pois teria que dar despacho, eu já disse que até o final da tarde aceito algumas modificações, para não precisar de fazer emendas e estarmos gastando mais tempo numa semana apertada, onde temos pouco tempo.

Então, em relação à preocupação de V. Exª, Senador Pedro Simon, que é grande, diria que não vamos legislar aqui em nada que seja duvidoso.

Porém, na hora em que vetamos inteiramente e não avançamos no assunto de uso de células-tronco – pelo menos as maduras já são permitidas, e estamos falando apenas das que não são maduras, ou seja, das

que podem ser retiradas do embrião ou a clonagem terapêutica –, estamos apenas penalizando os pobres, porque esses não poderão fazer nenhum tratamento.

O Senador Jonas Pinheiro tem parentes que precisam fazer essa cirurgia. Ele teria de fretar um avião e mandá-los para outro país. Então, o rico poderá fazer a cirurgia em outro país, mas, no Brasil, estaremos vetando essa oportunidade aos pobres.

Portanto, fique tranqüilo que não estamos fazendo nada que enseje temeridade. Estamos agindo com muita seriedade.

Há meses, fui a São Paulo. Discuti com cientistas e com o pessoal da agricultura, em São Carlos; em Campinas, com o pessoal da agroindústria; fui à nossa Embrapa, conversei com todos os cientistas, com todos os segmentos, e esse não é um trabalho fácil. Essa minha missão não é fácil, porque juntar ambientalistas com produtores rurais não é fácil; juntar quem tem fé e ideologia com quem quer fazer avanço científico não é fácil, mas estamos conseguindo um tento, que é fazer essa abertura – digo isso talvez até pela minha humildade. Está pronto. Se quiserem, leio até o fim. Está prontinho! Mas achei que não devia – porque está em cima da mesa e todos têm o projeto – lê-lo até o fim. Mas peço vênia ao Presidente. Vamos ler até o final, vamos dar o projeto como pronto para poder conceder o pedido de vista. O que não é certo é, quando voltarmos, pedirmos outro pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, a matéria está amplamente discutida. Sei que a responsabilidade é da Presidência. Não posso fugir a ela. Entendo que temos de obedecer a um mínimo do Regimento, e creio que o próprio Regimento nos oferece uma solução.

Considero o relatório do Senador Ney Suassuna, porque declarado por ele e à disposição de todos os Senadores, como um relatório concluído. Dou valor também às suas palavras e às palavras de todos os Senadores que merecem crédito, fé. Está todo mundo mergulhado em um projeto da maior relevância e da maior importância para o País. O mundo inteiro discute os assuntos que estão embutidos dentro desse projeto.

Então, como há realmente Senadores em entendimento, vou pedir licença à Senadora Serys e vou suspender a reunião até as 14h30min e, depois, será concedido o pedido de vista, naturalmente considerando este esforço concentrado do Senado um pedido de vista que nos permita, tanto quanto possível, se o assunto estiver bem mastigado, que a matéria seja votada aqui entre nós. Essa solução é melhor do que violar o Regimento, apresentar qualquer modificação ou ter que abrir vista.

Fica o Senador Ney Suassuna atendido; os que ainda têm interesse em aperfeiçoar o projeto, atendidos; o Governo, atendido, e a Presidência, tranqüila, porque está cumprindo o Regimento.

Assim, estão suspensos os trabalhos até as 14h30min.

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Declaro reaberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos; a 24ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

A presente reunião conjunta destina-se à deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei nºs 188 e 422, de 1999.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias para discutir a matéria.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, gostaria de colocar uma questão de ordem, unicamente, antes de iniciar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos iniciar a discussão. No entanto, em primeiro lugar, atendo ao pedido de V. Exª para uma questão de ordem, com a permissão do Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Claro, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Senador Osmar Dias, permita-me V. Exª, pois se trata de uma consulta ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sabemos que este projeto de lei aborda dois assuntos: o da Lei de Biossegurança, sob o ponto de vista dos organismos geneticamente modificados; e o do uso de células-tronco embrionárias para pesquisa e para terapia. Poderíamos acrescentar um terceiro assunto: o da terapia gênica. Mas, Sr. Presidente, argumenta-se que estes são assuntos correlatos, conexos. Mas existe uma grande maioria – mesmo nas audiências públicas que mantivemos aqui no Senado Federal na Comissão de Educação e na Comissão de Assuntos Sociais –, os especialistas, todos, de maneira quase unânime, argumentaram que esses assuntos deveriam ser tratados em duas leis distintas por terem dois objetos diferentes.

A Lei Complementar nº 95, que regulamenta o artigo da Constituição, que trata da tramitação de matérias legislativas, é muito clara ao dizer que o mesmo projeto de lei não pode tratar de dois assuntos que não tenham uma conexão, uma causa, uma causalidade. São assuntos completamente diferentes.

Então, farei uma indagação à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – inclusive esse assunto foi levado à Mesa, que também compreendeu, verbalmente, essa dificuldade. A Lei é bastante clara, como mencionado no art. 7º: "O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito da aplicação". O art. 1º desta Lei aborda realmente, Lei da Biossegurança, sobre o ponto de vista dos organismos geneticamente modificados. O inciso II do art. 7º diz que "a Lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão". Quer o ponto de vista esposado, como mencionei, por muitos dos especialistas, quase que como uma unanimidade.

Então, nesse sentido, eu gostaria de indagar de V. Exª se a primeira medida não deveria ser por parte do Senado Federal, apesar de esta lei estar vindo, em sua tramitação, da Câmara dos Deputados.

Portanto, indago se o seu primeiro objeto, a sua primeira preocupação, não deveria ser o desmembramento dos assuntos constantes desse Projeto de Lei em função do que preceitua a Lei Complementar nº 95, apesar de o Regimento colocar alguns óbices nesse sentido, mas entendendo, também, que o Regimento se subordina à Lei Complementar, obviamente, que está regulamentando um artigo da Constituição.

Esta é a questão de ordem que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr. Senador, esta Presidência, desde logo, concorda que se trata de uma matéria de grande envergadura. Por isso mesmo, ela foi analisada, do ponto de vista jurídico, profundamente e detidamente, tanto na Presidência da República quanto na Câmara dos Deputados, de onde, neste momento, ela provêm, assim como, também, aqui no Senado da República.

Foram feitas consultas, a esse respeito, aos consultores, e todos se manifestaram no sentido de que era perfeitamente possível a tramitação conjunta com uma exigência única, e já adredemente cumprida, que foi a menção dos dois temas já no primeiro artigo da própria lei proposta.

O art. 258 do Regimento Interno do Senado também estabelece que, havendo em curso no Senado dois ou mais projetos regulando a mesma matéria, é lícito promover a sua tramitação em conjunto.

Observe, V. Exª, que o Regimento Interno não se sobrepõe à Lei Complementar, o que é real. Porém, a Lei Complementar, também, não se choca com aquilo que foi feito aqui, ou seja, já está mencionado no primeiro artigo desta lei proposta no projeto a tramitação conjunta ao tempo em que se mencionam as duas questões agora questionadas por V. Exª.

Assim, a Presidência entende que a matéria está tramitando regimentalmente, constitucionalmente e legalmente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, V. Exª permitiria só um complemento à minha argumentação para ficar claro?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sem dúvida.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – E, inclusive, me desculpando, porque não objetivo me contrapor a V. Exª de maneira alguma. O art. 7º é muito claro ao dizer que o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito da aplicação, observados os seguintes princípios: I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto.

Agora, no art. 1º – a menção que V. Exª fez inclusive ao Relatório do colega Senador Ney Suassuna –, faz-se uma menção ao descarte de organismos geneticamente modificados.

Penso que, certamente, não está se referindo às células-tronco embrioes, porque não estamos falando de organismos geneticamente modificados. Mas, de qualquer forma, o art. 7º se complementa com o Inciso I que, excetuadas as codificações, cada lei, neste sentido, tratará de um único objeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Eu vou ler o art. 1º, até em socorro à menção feita por V. Exª que, no meu entendimento, é bastante ampla. Não poderia sê-lo além do que foi, porque, se o fizesse, já estaríamos tendo a lei inteira no primeiro artigo. Mas diz o art. 1º:

"Art. 1º Esta Lei estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados – OGM – e seus derivados, tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia; a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente."

Portanto, os dois temas estão suficientemente arrolados aqui no primeiro artigo.

Tendo respondido a V. Exª, peço permissão para passar a palavra, então, ao Senador Osmar Dias, primeiro orador inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto chegou ao Senado em fevereiro, mas, antes, a Comissão de Educação já havia se antecipado e realizado quatro audiências públicas no ano passado e mais quatro este ano. Portanto,

no âmbito da Comissão de Educação, realizamos oito audiências públicas.

Como o Senador Ney Suassuna, Relator nestas Comissões, já se referiu hoje, a Comissão de Educação, a princípio, não constava da lista das Comissões que apreciariam essa matéria, mas, em razão até do título do projeto que V. Exª acaba de ler, que tem a ver com ciência e tecnologia, área em que a nossa Comissão tem competência, fizemos um requerimento que, aprovado, remetesse o projeto também à Comissão de Educação.

Avoquei a relatoria porque já estava estudando esse assunto há mais de dois anos, antes mesmo de o projeto ser aprovado pela Câmara dos Deputados. Fiz um estudo e contei com a ajuda muito importante, mais uma vez, do consultor Eugênio Arcanjo, que se dedicou durante, praticamente, seis meses a me assessorar nesse assunto, junto a outros assessores de gabinete, como o Raimundo.

Esse trabalho foi feito consultando todas as entidades do mundo científico. Todas as pessoas da comunidade científica brasileira que se interessaram em dar a sua opinião foram recebidas por mim no gabinete ou em audiências públicas ou em reuniões. Todas as entidades ligadas ao setor agropecuário se manifestaram.

Com a ajuda dos Senadores Jonas Pinheiro, Juvêncio da Fonseca e outros, que se dedicaram e se debruçaram sobre o tema com suas assessorias, formulamos, em conjunto, um projeto substitutivo que apresentei na Comissão de Educação, que foi aprovado com apenas três votos contrários.

O projeto substitutivo passou, portanto, a ter preferência já que o projeto da Câmara havia sido substituído por ele. Foi designado o Senador Ney Suassuna como Relator nas três Comissões, e começamos um debate, que, no dia de ontem, ficou um pouco mais acalorado em razão de eu ter recebido um anteprojeto – estou dizendo anteprojeto porque era mesmo um anteprojeto – do Senador Ney Suassuna que guardava relação com o meu projeto em 90% dos artigos. Era praticamente o mesmo projeto, mas, quando chegava a artigos de importância substancial para o tema ou que mudava o mérito do projeto, havia algumas modificações muito significativas propostas no anteprojeto do Senador Ney Suassuna. Em razão de não ter podido participar da reunião da manhã de ontem, não vi a outra versão. Fui ao plenário e protestei contra a versão que havia visto.

Portanto, quero apresentar aqui ao Senador Ney Suassuna, publicamente, o meu reconhecimento de que, naquele momento, equivoquei-me porque estava com a outra versão do projeto. Só que, ao receber a nova versão do projeto, notei que havia, por parte do Senador Ney Suassuna, o desejo de aproximar mais ainda do projeto que passou a ser da Comissão da Educação e não mais de minha autoria. A Comissão de Educação fez várias alterações, que acatei com o Relator, e foram aprovadas.

De todas essas aproximações ou avanços que considero no projeto do Senador Ney Suassuna, restaram alguns pontos, artigos ou parágrafos que, no meu entendimento, têm uma enorme importância no sentido de modificar a essência do projeto que foi aprovado pela Câmara.

(Fora do microfone. Inaudível.)

Tenho mesmo essa dificuldade, Sr. Presidente. Quando alguém fala mais alto do que eu e estou no microfone, não consigo ouvir o que estão falando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Eu diria que é quase uma dificuldade universal.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, hoje pela manhã fizemos uma reunião com a presença de alguns Senadores – o Senador Jonas Pinheiro se fez representar, participou de outras reuniões – e aproximamos muito o texto do Senador Ney Suassuna ao projeto da Comissão de Educação, mas há pendências que considero importantes.

Em primeiro lugar, quando se fala na questão da "clonagem terapêutica", esse termo surgiu no debate do projeto apresentado pelo Senador Ney Suassuna, em substituição àquele que veio da Câmara, que já continha o termo "clonagem terapêutica". No projeto da Comissão de Educação, ao aceitarmos as emendas apresentadas pela Senadora Lúcia Vânia, pelo Senador Tasso Jereissati e pelo Senador Tião Viana, fizemos a opção por autorizar "conjuntos de células embrionárias" ou "pesquisa em células-tronco", que não tivessem sido congeladas até o quinto dia e que estivessem armazenadas há três anos, e somente para as células que estavam estocadas em laboratório e não para aquelas que viessem a ser estocadas. Essa decisão foi adotada pela Comissão de Educação, adotada por mim como Relator e que foi transformada em projeto substitutivo.

O Senador Ney Suassuna, ao propor a pesquisa e a clonagem terapêutica, mudou de forma até contundente a proposta original até porque surgiu uma situação contraditória. Se somente as células estocadas em laboratório poderão ser aproveitadas pela pesquisa, desde que ainda não tenham completado cinco dias – ouvindo principalmente o Senador Tião Viana, que é especialista no assunto – tememos que a clonagem terapêutica possa abrir a possibilidade para

o comércio de embriões, prática que, evidentemente, não devemos permitir.

Claro que não é isso que o Senador Ney Suassuna pretende. Talvez o que S. Exª pretenda seja o mesmo que todos nós: o avanço da ciência no sentido de encontrarmos cura para doenças degenerativas e genéticas. Sei que a intenção do Senador Ney Suassuna é a mesma que a nossa, mas estamos tentando aprovar o melhor projeto para o País.

De outro lado, na questão que envolve os OGMs, havíamos avançado, e entendi naquele momento que todos os segmentos haviam sido contemplados quando aprovamos, na Comissão de Educação, um projeto que dizia que a CTNBio, órgão técnico, composto de 27 doutores e especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento – o projeto descreve essas áreas – teria o poder de decidir tecnicamente, porque assim ocorre no mundo inteiro. Para atender o apelo do princípio da cautela, levantado especialmente pelas pessoas ligadas à defesa do meio ambiente e que entendemos ser necessário, teríamos que abrir dois caminhos: um recurso que poderia ser apresentado em 15 dias pelo órgão de registro ou de licenciamento, no caso o Ibama, Anvisa, Ministério da Saúde, que teria 30 dias para ser julgado pela própria CTNBio.

Em nosso entendimento e no entendimento da Comissão de Educação, será uma decisão técnica, e somente um órgão técnico poderia julgar esse recurso, no caso a CTNBio, principalmente porque o TRF decidiu que a lei que criou a CTNBio deu a essa Comissão a competência de decidir sobre o OGM, e não poderíamos retirar essa competência porque, assim, estaríamos revogando a lei que criou a CTNBio.

Baseados nisso, inserimos em nosso projeto outra possibilidade para que o princípio da cautela fosse atendido. Qual é essa possibilidade? Se o recurso não fosse apresentado pelo órgão de registro e se o Conselho de Ministros, que reduzimos de 15 para 9, porque seria impossível reunir 15 Ministros ou a maioria de 15, abrimos a possibilidade de o Conselho de Ministros poder avocar a decisão tomada pela CTNBio e dizer que, tecnicamente, não temos o que constatar, porque estão lá os doutores e os especialistas que entendem da matéria. No entanto, entendemos que essa decisão não é boa para o País do ponto de vista comercial, político, da soberania, enfim, do ponto de vista da decisão política que tem de ser adotada com os riscos de uma decisão política.

O Conselho poderia avocar a decisão da CTNBio. Essa é a segunda possibilidade que abrimos.

Quem compõe a CTNBio e o Conselho? Tanto na CTNBio quanto no Conselho está o meio ambiente. Portanto, estão representados o Ibama; a Anvisa; o Ministério da Saúde; a Ciência e Tecnologia; Agricultura e Pesca; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa; Ministério do Meio Ambiente. Todos estão representados tanto no conselho tecnico quanto no conselho político.

Se o Ibama se sentiu prejudicado porque a CTNBio vai decidir, ele pode recorrer uma vez da decisão técnica e outra vez, pedindo que o Conselho avoque.

Não gostaria de comentar o parecer que ouvi do Ministério do Meio Ambiente – deveria haver mais respeito do Executivo com o Legislativo –, mas, infelizmente, o parecer é uma condenação a mim, dando a entender que estou querendo desmantelar os órgãos de vigilância e de fiscalização e me acusando de ser um destruidor. Parece que está à vista a terceira guerra com o projeto que aprovamos na Comissão de Educação.

O Governo deveria orientar seus ministérios para que respeitem a posição dos demais quando emitirem parecer e que, com o voto, ganha a maioria. Isso não significa que aquela opinião não é a correta, mas, sim, que a maioria decidiu pela outra. Entretanto, não precisam colocar num parecer agressões tão baixas como as que vi no parecer proferido pelos assessores do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama. Não sei se foi escrito pelos assessores do Ministério do Meio Ambiente ou por uma ONG, mas, de qualquer forma, deixo registrado que foi um parecer agressivo, e isso não tem acontecido só comigo. Outros Senadores já reclamaram disto: quando a idéia de um Senador não é igual à de um assessor do Governo, ele é agredido nos pareceres emitidos.

Faço esse registro para que os Líderes do Governo adotem uma postura um pouco mais rigorosa com relação ao desrespeito que vem acontecendo sistematicamente. Faço isso em defesa do livre exercício da atividade parlamentar, de que muito me orgulho, por poder falar sempre o que penso. Aquilo não é parecer. Aquilo tem outro nome, que não posso dizer aqui porque o Regimento não me permite.

Continuando, a decisão tomada pela Comissão de Educação guardava o princípio da cautela porque qualquer órgão de registro poderia recorrer ou avocar do Conselho Político.

O Senador Ney Suassuna, atendendo os apelos feitos por setores do Governo, fez uma alteração. E aí está a grande mudança do projeto, com a qual não concordo e que acredito trará problemas para o futuro da biotecnologia no Brasil. O que está escrito no projeto do Senador Ney Suassuna? S. Exª mudou o parágrafo 7º do art. 16, dizendo o seguinte: o recurso que um órgão de registro ou de licenciamento

pode apresentar num prazo de 30 dias será julgado pelo Conselho Nacional de Biossegurança. A princípio, não concordei, mas até aí concordo. Mas, em todos os artigos e parágrafos colocados por S. Exª, fala em parecer técnico da Comissão Nacional de Biotecnologia, e não decisão. Então, a Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia, CTNBio, deixa de ser um órgão de decisão, voltando-se à proposta do Deputado Renildo Calheiros, para ser um órgão que apenas oferecerá parecer. E diz o Senador Ney Suassuna que esse recurso será julgado pelo Conselho Nacional de Biossegurança. Lá atrás, num outro artigo – no §5º do art. 9º –, diz-se que o Conselho Nacional de Biossegurança decidirá pela maioria dos membros presentes na reunião. Se o Conselho Nacional de Biossegurança tem onze membros, seis membros formam maioria, e quatro membros decidem. Quatro vão decidir uma matéria grave, uma matéria que pode interferir enormemente na vida do País.

Acho que seria prudente, em primeiro lugar, aprovarmos a emenda que apresentei, emenda que estabelece que, em todos os lugares onde se lê "parecer técnico da CTNBio", leia-se "decisão técnica da CTNBio". Se assim fizermos, mesmo que a decisão sobre o recurso fique para o Conselho Nacional de Biossegurança, ele será obrigado a decidir pela maioria dos seus membros – é a outra emenda que estou apresentando. Se ele é composto por onze ministérios, que seis ministros estejam presentes para decidir.

O Conselho Nacional de Biossegurança não quer ser forte? Não quer ter o poder de decidir? Então, que pelo menos reúna a maioria dos seus membros. Agora, reunir quatro de onze não dá, Sr. Presidente. Em nenhum lugar do mundo se decide pela minoria, decide-se sempre pela maioria, que, nesse caso, é de seis.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Apenas para entender: quando V. Exª diz seis, são seis membros votando a favor de alguma coisa...

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR) – Não. Seis é o quorum. O que eu sugiro é que se estabeleça a necessidade do voto da maioria dos membros para que se profira uma decisão; seriam necessários seis votos para decidir a favor ou contra uma matéria apresentada.

O projeto do Senador Ney Suassuna diz que, se a maioria se reunir, a maioria dos presentes decide. Então, se a maioria do Conselho é representada por seis membros, quatro votos já poderiam decidir. Estou dizendo que precisa estar presente a maioria dos membros e que essa maioria precisa se manifestar a favor de determinada decisão. Essas duas modificações muito aproximariam o projeto do Senador Ney Suassuna da proposta aprovada pela Comissão de Educação. Diria até que, se essas duas emendas não forem aceitas, não votarei a favor do projeto. Só votarei a favor do projeto se essas duas emendas forem aceitas, porque tenho a convicção de que, em primeiro lugar, essa possibilidade de o Conselho julgar todos os recursos vai, daqui a um ano ou dois, fazer com que o Executivo mande um projeto para cá mudando a regra, porque o Conselho não vai agüentar julgar tantos recursos. O Ministério do Presidente Lula – ou de qualquer outro – não vai ter tempo para ficar reunindo-se para julgar recursos e mais recursos que venham a surgir com relação aos transgênicos.

Estou dizendo que não é bom para o País aprovar esse projeto se ele não sofrer essas alterações, porque sei que teremos um estrangulamento e um cerceamento do desenvolvimento científico em nosso País.

Sr. Presidente, por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vou conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, mas, antes, desejo convidar o Senador Osmar Dias a nos dar a honra da sua presença em nossa Comissão – S.Exª, que é presidente da Comissão de Educação, uma importante comissão da Casa, e foi relator também naquela comissão deste projeto, tendo apresentado um brilhante parecer, assim considerado pela quase unanimidade dos senadores. É claro que, mesmo tendo sido brilhante o seu parecer, pode não ter sido completo: sempre se pode aperfeiçoar alguma coisa feita no Congresso Nacional. De qualquer forma, o parecer foi julgado pelos senadores que o leram como um parecer brilhante e eficiente.

Cumprimento o Senador Osmar Dias pelo trabalho que fez e pela seriedade que sempre coloca nas suas decisões, nos seus pareceres e nos encaminhamentos das proposições legislativas da Casa. Convido, portanto, o Senador Osmar Dias a que nos dê a honra de sua companhia.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, obrigado pelas palavras e pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a primeira colocação que faço é que esse é um assunto extremamente complexo. Tivemos inúmeras reuniões de liderança, nas quais os senadores Jonas Pinheiro, Osmar Dias, técnicos de todos os Ministérios, assessores do Senado Federal participaram desse trabalho, de toda essa coletânea, de que resulta o brilhante parecer – concordo – do Senador Osmar Dias, que sintetizou muito bem o sentimento geral do Senado Federal.

Diferentemente da Câmara dos Deputados, o sentimento aqui no Senado Federal é de que precisamos avançar. Tanto é que, em relação ao relatório da

Câmara dos Deputados, avançamos em inúmeras coisas, como é o caso, por exemplo, das células-tronco, que lá estava negado e que aqui acatamos. E como é o caso, inclusive, da modificação do fluxo, da rotina de como seria o licenciamento, seja para pesquisa, seja para comercialização, e assim por diante. Então, nós, aqui no Senado Federal, estamos fazendo uma nova face dessa lei tão polêmica, como bem disse o Senador Flávio Arns. É realmente uma lei complexa, não deviam ter sido misturados os dois assuntos, mas não temos, regimentalmente, como separá-los, e, tendo em vista que tinham sido já analisados pelos juristas tanto na Presidência da República quanto na Câmara dos Deputados, aqui foi a primeira preocupação quando começamos. E comecei por aí, perguntando da constitucionalidade, tendo ficado tranqüilo depois de ter recebido a resposta em relação a esse fato.

Em relação às colocações do Senador Osmar Dias, a primeira colocação é que, tanto na Comissão de Educação como nas três Comissões constantes do relatório que estamos apresentando, não fomos competentes para atender a todos ao mesmo tempo. Então, houve uma departamentalização, como S. Exª acabou de declarar. A Senadora Lúcia Vânia, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Tião Viana, o Senador Flávio Arns e o Senador Eduardo Azeredo participaram dos debates mais profundamente no que se refere às células-tronco. Em relação a nossa Comissão, não fizemos diferente – até porque o nosso parecer não é um parecer para o Senador Ney Suassuna chegar aqui e brilhar, mas um parecer que tem que sair o mais monolítico possível do Senado Federal, porque ele vai enfrentar uma votação na Câmara dos Deputados e, quanto mais monolítico ele estiver, mais chances temos de aprimorar aquele assunto. Esse é o grande problema que estamos enfrentando.

Então, em relação ao que saiu lá da Comissão de Educação, no que se refere às células-tronco, está dito no art. 5º, § 6º do relato da Comissão de Educação: "Intervenção em material genético humano, **in vivo**, exceto se aprovado por órgãos competentes para fins de: diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças e lesões; clonagem terapêutica para obtenção de células-tronco; terapia celular e medicina regenerativa."

No que se refere à área agrícola, louvo e faço todas as mesuras ao Senador Osmar Dias, que sempre foi um homem ligado, visto que já foi Secretário de Agricultura e tem formação na área. Mas S. Exª teve o cuidado de pegar o mesmo grupo que nós. Quando chegou o relatório, três assessores do Senado Federal interpretaram de modo diferente o que estava escrito e foram consultar o mesmo grupo, e este concordou com a nova redação. No entanto, essa nova redação, que parecia tranqüila, quando divulgamos, assim não se apresentou. Havia divergência entre os Senadores, e o Senador Tião Viana não concordava com clonagem terapêutica, razão pela qual, hoje, não pôde presidir a reunião a Senadora Lúcia Vânia, porque estavam todos em debate com os cientistas que convocaram. Imediatamente debateram, aprofundaram e terminaram apresentando uma versão, que é a versão segundo a qual, pelo acordo em trânsito, adotamos plenamente, em que tiram a clonagem terapêutica.

Com toda a certeza, vamos enfrentar emendas aqui e emendas no plenário, pedindo o retorno da clonagem terapêutica, até porque ela existe em vários países e é extremamente eficiente. Se, no Brasil, alguém precisar desse recurso e for rico, poderá pegar um avião e fazer o tratamento no exterior; se for pobre, não o fará, porque está proibido por enquanto no País, a não ser que seja permitido, num avanço gigantesco do Senado e em oposição ao parecer da Câmara.

Então, não tenho nenhum pejo de dizer que o assunto foi resolvido pela mesma Comissão, até porque foram eles que se aprofundaram no tema. Mesmo assim – daí a preocupação dos Senadores Pedro Simon e Flávio Arns, porque precisamos de um outro instrumento para aprofundarmos o estudo e regulamentarmos o processo –, sabemos que, em relação aos embriões, em cada tratamento para engravidar tiram-se quatro óvulos, pois dois ficam estocados. Hoje, temos cerca de 20 mil embriões. Dizem os cientistas – e eles são unanimidade – que o estoque é suficiente para cinco anos. No início, pediam cinco anos, mas, com muita prudência, a Comissão de Educação baixou para três, até para garantir que realmente possa ser utilizado dessa forma. Esses embriões, vejam V. Exªs, ao completarem quatro anos, são jogados no lixo, quando poderiam estar amenizando o sofrimento de muitas pessoas.

Não vou entrar no mérito da matéria. Do jeito que ela veio do grupo especializado que a debateu estamos colocando-a, embora a minha posição pessoal seja a de que devíamos abrir mais. Mas as pessoas desta Casa e na vida política e na vida em geral têm que ter palavra. Como dei a palavra de que acatava **ipsis literis** o que viesse do grupo, não vou lutar pela clonagem terapêutica. Vou acatar o trancamento da clonagem terapêutica, embora sabendo que não estamos tratando de um ser ainda e sim de um aglomerado de células, porque até o 15º dia não tem sistema nervoso, então não é um ser. Quando alguém morre é porque o sistema nervoso parou de funcionar. Se ainda não tem sistema nervoso, há apenas um aglomerado de células que, colocadas no lugar certo, poderá se transformar em qualquer tipo de tecido, como osso ou neurônio.

Há muito tempo, no Brasil, é permitido o estudo das células maduras do umbigo, do cordão umbilical, dos ossos, da medula óssea, do sangue e de alguns outros lugares. Mas as melhores células são as embrionárias, com toda certeza.

Então, não há problema, pois, em relação ao primeiro item, estamos tranqüilos porque fomos à mesma fonte e acatamos a mesma regra.

Em relação ao segundo item, consultei a matéria e pensei que fosse mais uma querela de assessores, Senador Osmar Dias, porque eles brigam por termos, às vezes, para mostrar quem sabe mais ou quem está fazendo da melhor forma. Eu não estava dando importância, até ver o parecer, que é técnico conclusivo, pois se V. Exªs lerem nosso relatório verão que é um parecer, mas no final tem voto e fórmula. E sempre é assim o parecer. Quando é conclusivo, segundo os juristas da Casa, se colocar como decisão, se houver uma medida judicial contrária e a súmula vinculante, teríamos uma jurisprudência proibindo tudo daqui para frente. Então, era melhor fazer um parecer técnico conclusivo.

Em relação ao segundo item, concordo com V. Exª, está acatada a emenda desde já, por uma razão simples: é mais tranqüilo. Embora tenhamos incluído os secretários gerais como suplentes dos ministros, por que deixar quatro se pode ser realmente a maioria real? Desde já, informo a V. Exª que estamos com essa dificuldade em relação à primeira questão, mas, quanto à segunda, estamos tranqüilos. Acatamos, e não há problema. Portanto, essas são as respostas que posso dar.

Quando V. Exª estava falando, voltei a pedir à Assessoria que reanalisasse a matéria, para verificar se, do ponto de vista jurídico, isso seria possível, sem criar um problema futuro de súmula vinculante, porque, se houver problema, não terei como acatar. Se não houver, não vou, de maneira alguma, fazer questão e buscarei atender. Quanto à segunda questão abordada por V. Exª, estamos de acordo. Realmente, ela reforça e melhora a nossa colocação. Por essa razão, nós a acatamos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Senador Ney Suassuna, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Concedo um aparte ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Nos últimos dois dias, as pessoas estão tentando convencer-me de que parecer técnico conclusivo e decisão têm o mesmo significado, o que não é correto. Quando concluo que sou a favor, trata-se de um parecer técnico conclusivo. Ao concluir que sou a favor, não estou decidindo a favor. A decisão tem outra conotação; outro valor. Não consegui entender como as pessoas julgam que parecer técnico conclusivo é o mesmo que decisão técnica. Se pensam tratar-se da mesma coisa, aceitem a emenda e estabeleçam a decisão técnica.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não estou dizendo que seja a mesma coisa. Estou dizendo que há uma diferença dos juristas. Consegui, na minha vida, fazer o curso de Administração, de Economia e de Pedagogia. Fiz os três cursos, mas não sou advogado. Por essa razão, recorro a quem é especializado.

Dizem os juristas que a diferença poderá trazer, no futuro, um problema sério que seria relativo à súmula vinculante. Por isso, pedi para que, mais uma vez, revisassem a matéria, porque gosto de pisar com certeza. Estou apenas informando esse fato. Os juristas estão analisando, e não eu. O parecer preliminar que recebi foi esse e, por esse motivo, não estou acatando.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Farei mais uma consideração. Os juristas estão dizendo que o parecer técnico conclusivo poderia ser anulado na Justiça?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – O parecer não poderá ser considerado, porque cada parecer será um parecer. Se for uma decisão, ela será definitiva e criará jurisprudência. Logo, uma súmula vinculante também criaria jurisprudência, o que poderia prejudicar, no futuro, o progresso em alguns setores. Essa é a justificativa que me deram. Pedi para refazerem o estudo, porque precisamos agir do modo mais seguro possível.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – A minha dúvida é a seguinte: nunca vi alguém recorrer de um parecer. Já vi recorrer de decisão. É possível recorrer de decisão, mas não de parecer, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Senador, se o parecer é conclusivo e há voto, vai-se recorrer, com toda certeza, do voto do parecer ou da conclusão do parecer.

Já respondi a V. Exª que tenho dúvidas quanto à primeira. No decurso dos fatos, vou aguardar esse esclarecimento. Em relação à segunda ponderação de V. Exª, ressalto que a acatei por considerar que melhora o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL-ES) – Sr. Presidente, quero manifestar-me quanto a alguns tópicos da fala do Senador Ney Suassuna.

Na verdade, essa discussão começou de forma errada, porque construímos e votamos as leis, mas também desobedecemos às leis. A lei diz que o mesmo projeto não pode versar sobre três matérias ao mesmo tempo. Nesse caso, perguntamos o que levou a Câmara e, posteriormente, o Senado a entenderem que poderiam fazer isso? A resposta é: o *lobby* foi muito

forte, pressionou demais e levou a Casa, que elabora as leis, a atropelar a própria lei.

Chegamos hoje a essa discussão. O projeto deveria ter sido votado ontem. Entretanto, o Senador Ney Suassuna apresentou uma série de controvérsias, de desencontros de questões de assessoria com acordos feitos anteriormente. Houve até um mal-estar no plenário, o que nos levou a discutir hoje a questão.

Senador Ney Suassuna, participei, juntamente com os Senadores Flávio Arns, Tião Viana e Tasso Jereissati, a Senadora Lúcia Vânia, os cientistas e as cientistas, do grupo a que V. Exª se referiu. Discutimos exatamente essa questão que não foi aprofundada sobre a clonagem terapêutica e os 20 mil embriões que estão congelados. Como a informação que recebemos é a de que muitos desses embriões não têm identificação, nem dono, nem pai. Alguns sim; outros não. Essa é uma forma de irresponsabilidade, como dizia o Senador Flávio Arns. O sujeito tem um embrião, abandona para lá, joga para lá. É um desprezo à própria vida. Esse é o nosso entendimento.

O Senador Flávio Arns, a exemplo do Senador Tião Viana, que acompanhou o debate com a CNBB, e eu, que falo em nome dos evangélicos sobre esse assunto, acreditamos que existe um viés de entendimento religioso a observar. Temos outro entendimento do que, de fato, é a vida e onde ela começa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Fazendo soar a campainha.) – Atenção, sobretudo os Srs. Assessores. Silêncio!

O SR. MAGNO MALTA (PL-ES) – Fomos informados de que esses 20 mil embriões que estão congelados, a cada quatro ou cinco anos, devem ser jogados fora. Ou seja, é o mesmo que dizer que devem ser jogados no lixo. No nosso entendimento, trata-se da própria vida. Se esses 20 mil embriões estão congelados, e ninguém sabe a quem pertencem, nem quem os vai reclamar, decidimos, Sr. Presidente, dos males, o menor: que esses 20 mil congelados sejam usados para fins de estudos científicos e que, neste exato momento, excluamos do texto a clonagem terapêutica, para que, em futuro próximo, possamos aprofundar a discussão, até porque nenhum país do mundo tomou decisão, a não ser a Inglaterra, que adotou essa posição com regras duríssimas, mas que precisam ser estudadas, copiadas até certo ponto, melhoradas. O Brasil não vai querer inventar a pólvora; os Estados Unidos e os países mais avançados da Europa não tomaram a posição que estamos querendo tomar a toque de caixa. Estamos tratando é da vida.

De quanto dispomos para a pesquisa científica que trata dessa matéria? Pouco mais de 18 milhões. Soube que, para essa pesquisa, foram destinados mais de US$50 bilhões nos Estados Unidos, que ainda não tomaram a posição que estamos querendo tomar aqui.

Então, Sr. Presidente, assumimos uma posição com base na frase "dos males, o menor": que se autorizem, para estudos científicos, os 20 mil embriões congelados e que a clonagem terapêutica fique para uma discussão adiante. Esse tema perpassa por uma discussão filosófica e religiosa. A CNBB, a Frente Parlamentar Evangélica, os que professam a fé cristã e até outros estão envolvidos nisso de forma direta. Vou convidar esses interessados para uma discussão.

Senador Ney Suassuna, V. Exª, que se graduou em três cursos superiores, estudou mais do que eu, que prestei vestibular três vezes, mas não passei em nenhum. Não sei se Paul Richter é que dizia que só os tolos não mudam. O esclarecimento precisa vir, porque a matéria é muita complexa. Eu convidei essas entidades para fazer esse estudo conosco e quero convidar a cúpula do segmento em que exerço minha fé, para também ouvi-la. Não adianta dizer "sou contra e acabou" e não estar com o espírito desarmado para ouvir, discutir, chegar a um entendimento depois da questão bem analisada.

Devemos, de fato, deixar para adiante a clonagem terapêutica. A Bíblia diz: "Basta a cada dia o seu próprio mal", e o mal de hoje é votar a questão dos embriões congelados e deixar o outro assunto para adiante.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Eminente Senador, V. Exª aborda dois problemas e faz uma referência.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. *Faz soar a campainha.*) – Atenção, Srs. Senadores!

Senador Magno Malta, o Relator está respondendo a V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Senador Magno Malta, V. Exª aborda dois problemas e faz uma referência a este projeto, que é o mais democrático. É o meu jeitão mesmo: não sou o dono da verdade. Desde ontem, procuro aplainar todos os óbices, porque esta matéria tem a ver com meio ambiente, com produtores, com religião católica, os evangélicos e com cientistas. Enfim, são tantos os óbices como em uma corrida de obstáculos.

Há mais de dois meses, estou ligado a essa matéria. Fui à Universidade de São Carlos e à Universidade de Campinas conversar com os professores; à Embrapa, conversar com os produtores; a todos os lugares, buscando entender a matéria, embora também tenha sido professor de biologia.

Não fiz Direito, mas lamento, porque gostaria de ter feito esse curso, pois quanto mais soubermos, melhor será. Reconheço que na área jurídica sou uma negação e, por isso, acato os juristas.

Em relação ao primeiro assunto que V. Exª abordou sobre a lei, o nobre Presidente deu uma resposta muito precisa mostrando que, felizmente, não há forma regimental de separar. E, mais do que isso, juristas da Presidência da República, da Câmara e do Senado disseram que, embora mal feita, um quasímodo, é constitucional do ponto de vista legal. O primeiro assunto de V. Exª foi resolvido dessa forma.

Em relação ao comentário, houve várias colocações, e vou negociando. Acabei de aceitar do Senador Osmar Dias uma sugestão que melhora o projeto, que será do Senado. Não posso ter o orgulho de dizer que é meu projeto o projeto. Não. O projeto é nosso. Nós o estamos fazendo e, para isso, preciso de ajuda de quem sabe mais do que eu.

Quanto ao segundo caso, lamento a clonagem terapêutica no projeto. Foi tirado o termo, porque V. Exªs decidiram, e eu tinha que cumprir o acordo com V. Exªs. A palavra tem que ser cumprida, mas lamento.

Recebi, nos últimos dias, centenas de pedidos para que se mantivesse o termo, mas não podemos mantê-lo por todas essas razões e por existir um limiar muito tênue da ética e da fé.

Vejam a carta que recebemos do pai do Herbet Viana, que diz assim:

"Sou pai do cantor Herbert Viana e estou empenhado em uma campanha na qual vislumbro sensibilizar o Congresso Nacional, no caso o Senado, a aprovar a utilização de embriões das células-tronco, pesquisa que será impossibilitada de prosseguir se não houver um correto entendimento científico do tema.

A Câmara dos Deputados parece, segundo informações, pressionada por forças religiosas que talvez não compreendam bem a fórmula de obtenção de tais células, foi de parecer contrário e encaminhou a matéria ao Senado.

Temo que a desinformação possa gerar um impedimento definitivo ou, pelo menos, momentâneo da continuidade de tais pesquisas, que hoje são a maior esperança para a cura de diversas doenças com dificuldade de movimento etc."

Aqui, temos o Senador Jonas Pinheiro que perdeu dois entes queridos por que há atrofia muscular, uma doença que aflige a sua família. S. Exª é um defensor dessa pesquisa, saiu de uma paralisia pela sua fé e ajuda divina, e sabe como é isso.

Na verdade, estamos fazendo "dos males o menor". Pessoalmente, lamento, porque entendo que não devemos misturar religião com ciência para não acontecer como aconteceu com Galileu Galilei, mas como católico praticante tenho o dever de respeitar todas as religiões e a fé de vários matizes.

Lamentavelmente, nem serei voto vencido por estar apresentando sem clonagem terapêutica, embora houvesse mais abertura. Mas estamos avançando, porque a Câmara negou, e estamos acatando.

A Câmara negou, tudo bem. Faremos outra lei daqui a cinco anos. Nesse tempo, estará mais nítido o contorno disso e teremos condições de avançar mais. Fique tranqüilo que, em relação a suas preocupações, todas estão cobertas, e temos muita gente esperando que seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, gostaria ainda de informar que a mesma emenda que foi colocada pelo Senador Osmar Dias também o foi pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Os dois tiveram a mesma preocupação de fortalecer o conselho de ministros e acho que os dois fizeram um movimento exatamente para melhorar a nossa intenção. Quero agradecer e louvar a emenda que V. Exª encaminhou à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Temos muitos oradores inscritos e peço a S. Exªs que se circunscrevam, na medida do possível, a cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Sr. Presidente, há cerca de cinco anos, apresentamos um projeto de lei – ainda em tramitação na Casa – que dizia respeito a uma quarentena de cinco anos para a produção dos transgênicos. Nesse prazo de cinco anos, os transgênicos se disseminaram principalmente no Rio Grande do Sul, e o Governo Federal foi obrigado a editar sucessivas medidas provisórias autorizando o plantio de transgênicos naquele Estado.

Durante esse período, fui me conscientizando da importância da produção monitorada de transgênicos no Brasil, já que diversos países adotam tal modalidade de produção. Há restrições na Europa, mas os Estados Unidos são os grandes propagadores da utilização de transgênicos como instrumento de melhoria na qualidade da produção agrícola e de melhoria na economia.

O que estamos discutindo aqui, Sr. Presidente, é a regulamentação não apenas dos transgênicos, cuja discussão nasceu depois. A principal finalidade do projeto era estabelecer regras claras e objetivas em relação às células-tronco e outros assuntos mais complexos que dizem respeito à vida. Por essa razão, o assunto preocupa a todos nós Senadores, pois não condiz apenas com o fortalecimento da economia agrícola, mas lida

com vidas. E vida é o que consideramos mais sagrado. Defendemos o direito à vida, seja onde for.

Sr. Presidente, não tive o privilégio, como tantos outros Senadores e Senadoras, de participar da Comissão de Educação, porque dela não sou membro, e não tive o privilégio de ouvir as opiniões abalizadas do Senador Osmar Dias, homem versado na economia rural pelo seu passado no Paraná e, aqui no Senado Federal, figura magistral que tem o dom de colher informações e de saber transmiti-las aos colegas com muita precisão, inteligência e produtividade. Não tomei qualquer atitude aqui em relação a projeto legislativo concernente à agricultura sem antes consultar os Senadores Osmar Dias e Jonas Pinheiro. Em todas as ocasiões em que os consultei, fui bem sucedido. E quem ganhou com isso foi a agricultura nacional, foi a agricultura do Nordeste, como por exemplo naquele caso, Senador Ney Suassuna, de endividamento rural, em que trabalhamos a fim de reduzir o sofrimento do agricultor no que diz respeito ao crédito.

Vamos ao que nos interessa mais de perto nesta reunião. Existem dois órgãos fundamentais no projeto. Um é o Conselho, o "Conselhão", constituído de onze ministros – eram nove na Comissão de Educação, agora são onze, ou seja, houve maior democratização com a sugestão do nobre Senador Ney Suassuna. O Conselho Nacional de Biossegurança, instância maior, vinculada à Presidência da República, é um órgão de assessoramento superior do Presidente da República para formulação e implementação da política nacional de biossegurança. Trata-se de um conselho que diz o seguinte: o outro órgão, que é o órgão técnico, a CTNBio, não decide em última instância. Se há a possibilidade de recurso, Sr. Relator, ela não é a instituição que decide que não há recurso. Há recurso. E esse recurso está previsto aqui no § 7º do art. 16, que fala em parecer técnico duas vezes. Fala: "em caso de divergência quanto ao parecer técnico conclusivo da CTNBio sobre a liberação comercial de OGM e derivados, os órgãos e entidades de registro de cassação, no âmbito de suas competências, poderão apresentar recursos ao CNBS, no prazo...a contar da publicação do parecer da CTNBio".

Ora, vamos ser práticos, nós que participamos da Comissão de Justiça, o termo "parecer técnico" pode ser aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Educação, na Comissão de Assuntos Sociais, mas aqui temos que aprovar decisão mesmo. Quando o Tribunal de Contas dá um parecer técnico sobre as contas do Presidente da República, aprovando-as ou rejeitando-as, o que vai ser publicado? A decisão do Tribunal de Contas, que aprovou o parecer técnico e rejeitou ou aprovou as contas. Quando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova um projeto de lei, aprova o parecer, mas o que vai ser discutido é o projeto. Cito um exemplo. Quando vamos para Plenário: projeto de lei do Senador Ney Suassuna, que teve o parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, o que vamos discutir é o projeto, que está alicerçado, baseado no parecer.

Então, o principal é a decisão. Parecer técnico é secundário. É importante, porém mais importante é a decisão, que é uma decisão colegiada. Parecer técnico não diz respeito à decisão colegiada. É um instrumento para imprimir uma decisão correta a um colegiado. E sabemos, Senador Ney Suassuna, que a CTNBio é uma comissão colegiada.

Isto é, acho que tem toda razão o Senador Ney Suassuna...o Senador Osmar Dias, V. Exª sabe que sou favorável ao seu parecer com as duas emendas. Inclusive uma delas coincide com a do Senador Osmar Dias – eu até gostaria que V. Exª analisasse as duas, é só uma questão de redação. A do Senador Osmar Dias alude apenas à obrigatoriedade de uma decisão pela maioria dos seus membros, dos membros do Conselho, enquanto que a nossa emenda fala: "as reuniões do CNBS poderão ser instaladas com a presença de seis de seus membros e as decisões serão tomadas por voto da maioria absoluta dos seus membros".

Então, falamos aqui em maioria absoluta e ainda exigimos a instalação com a presença de seis de seus membros.

É apenas para V. Exª verificar a questão de redação, que não vai alterar em nada a fundamentação proposta pelo Senador Osmar Dias.

Portanto, Sr. Presidente, minha sugestão é que se substitua, no § 7º do art. 16, essa expressão "parecer técnico" por "decisão", que é a mais correta do ponto de vista técnico e do ponto de vista legislativo. Isso não vai, de maneira nenhuma, criar obstáculos, travar os processos em andamento no conselho.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Jonas Pinheiro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Deixe-me responder logo...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Eu pediria a V. Exª que respondesse tudo ao final.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – São muitas matérias diversas. Será ligeiro.

Quanto à afirmação, V. Exª tem uma coincidência em relação aos posicionamentos do Senador Osmar Dias. Já está acatada a questão do conselho. Quanto à outra, estou aguardando. Até o final, teremos um posicionamento mais tranqüilo, porque meu único problema

é o jurídico. Eu gostaria que tivéssemos tranqüilidade em relação a isso.

Então, quanto ao primeiro posicionamento, concordo e ele vai melhorar o parecer. Quanto ao segundo, aguardo mais um pouco. Até o final da reunião, os assessores terão analisado mais uma vez o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, há uma preocupação com respeito ao plantio deste ano, principalmente considerando-se a soja. Nos dois últimos anos, o Presidente da República emitiu duas medidas provisórias; uma que permitia a comercialização de um produto já plantado e colhido; e a outra – MP nº 131 – autorizava o plantio e a comercialização da safra passada. Já estamos no dia 15 de setembro. Os produtores já formalizam sua intenção de plantio, o que plantar e quanto plantar. O Governo já não tem nenhuma intenção de emitir medida provisória nesse sentido. Então, apresentamos projeto para ajudar o próprio Governo. Se aquele projeto recebesse o regime de urgência, ele poderia ser aproveitado para ser transformado em lei para o plantio deste ano.

Incluímos, no parecer do Senador Osmar Dias e no parecer do Senador Ney Suassuna, dois artigos para a solução do plantio deste ano. Por esses dois artigos, ficam autorizadas a produção e a comercialização de sementes de cultivares de soja geneticamente modificada, tolerantes ao glifossato, já registradas no Ministério da Agricultura, no Registro Nacional de Cultivares.

Temos duzentas mil sacas de soja na Embrapa, na Fundação Mato Grosso, na Codetec e em outras empresas, que podem ser aproveitadas. São sementes. Duzentas mil sacas de soja não são suficientes para atender à demanda dos interessados em plantar sementes geneticamente modificadas. Entretanto, os produtores....

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. *Fazendo soar a campainha.)* – Atenção, Srs. Senadores. Por favor, silêncio.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Os produtores brasileiros que plantam soja e plantaram transgênicos têm, no seu paiol ou no seu armazém, grãos geneticamente modificados, cujo plantio também estamos autorizando nessa safra de 2004/2005, porque não vamos ter semente para toda a demanda dos interessados no plantio de transgênicos.

Por que colocamos em 2004/2005? Exatamente para não perpetuar o uso de grãos. Porém, alguém pode perguntar: "E se não tivermos a semente no próximo ano?" Aí, colocamos um parágrafo, autorizando o Poder Executivo a prorrogar a autorização de que trata esse artigo.

Por isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já fiz essa proposta. O Relator tem muito boa vontade e simpatia por ela, que é a solução para o plantio deste ano, se aprovarmos essa lei ainda neste mês ou, no máximo, até a primeira ou segunda semana do mês de outubro. Sem isso, não teríamos condições de fazer o plantio deste ano.

Sr. Presidente, gostaria que o Relator analisasse essa emenda e a incluísse no seu parecer.

Obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, temos dois guerreiros. Há mais guerreiros, mas dois se expõem, mostrando a face durante todo o tempo. Se hoje há um entendimento médio do Senado Federal de que se tem de avançar e de que se tem de abrir, devemos isso aos Senadores Jonas Pinheiro e Osmar Dias, que sempre têm brigado. Faço parte da Bancada também, mas sou muito menos afoito e muito menos exposto que os dois.

Por essa razão, quando fizemos o parecer, buscamos, no projeto que está há sete meses parado no Senado Federal – que, se tivesse sido resolvido, não passaríamos pelo vexame a que se referiu o Senador Jonas Pinheiro –, exatamente esse artigo que passou a ser o art. 34 do nosso projeto. Sobre esse art. 34, hoje de manhã, tivemos um pequeno desentendimento, que foi sanado com muita tranqüilidade. Numa das redações, pedia-se a revogação de toda a lei. Na verdade, somente podíamos tirar alguns artigos. Se deixássemos toda a lei, estaríamos ilegalizando as sementes colhidas do ano passado. Hoje, temos cerca de dez mil sacas ainda oriundas do ano passado, quando temos cerca de 200 mil sacas feitas pela Embrapa e por outras empresas, que vão permitir o plantio de cerca de 35% da soja no País.

Quando as pessoas falam, pensam que se vai plantar soja transgênica em todo o País. Não. Com isso tudo, vamos atingir 35% da área plantada. Com o aumento da produtividade e com a diminuição da agressão da natureza, não consigo entender como alguém pode ser contra, quando há a troca de seis agrotóxicos por apenas um agrotóxico. Está-se diminuindo essa quantidade e está-se melhorando a produtividade, permitindo todos esses avanços.

Por todas essas razões, acatamos, com muita alegria, as afirmações de V. Exª, que é especializado na área – toda a Nação o reconhece. Com muita alegria também, verificamos que não houve nem embate, porque foram conversações que nos levaram a essa posição.

Agradeço e louvo. Sinto-me honrado por poder ter incluído o pensamento de V. Exª nesse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao cientista Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – O Presidente é generoso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é um assunto difícil, que expõe o Senado Federal às fronteiras da tecnologia, a uma compreensão profunda de um assunto que é novo no plano internacional. O mundo inteiro debate esse tema, com amplas dificuldades. A imprensa brasileira está inteiramente envolvida no debate, tentando trazer a sua compreensão, que é favorável ao uso imediato de células embrionárias, tentando, a partir das células-tronco, conseguir respostas para as doenças genéticas que afetam de três a cinco milhões de brasileiros. E o Senado Federal está tentando fazer a sua parte, que é debater esse tema.

Entendo que o Senador Osmar Dias expõe, com toda a clareza, as convicções de um debate na ótica do setor produtivo rural brasileiro. S. Exª tratou com absoluta honestidade intelectual esse tema. S. Exª tem procurado se aprofundar nesse debate há anos, ao lado do Senador Jonas Pinheiro e de outros. Da mesma maneira, aqueles que têm uma tese mais ligada ao campo ambientalista, ao campo de uma regra de proteção aos ecossistemas e às sociedades de uma maneira geral agiram do mesmo modo, com convicções e com responsabilidade política e social diante do tema. O resultado é esse relatório.

Penso que, no que diz respeito aos organismos geneticamente modificados, temos uma ruptura de uma decisão que tinha sido tomada na Câmara dos Deputados, envolvendo o Governo, o Ministério do Meio Ambiente, com a tolerância, embora com discordância de enfoque, do Ministério da Agricultura. O Governo saiu dessa discussão e deixou o Senado Federal tomar sozinho a sua decisão. Entendo isso como um gesto de respeito à profundidade e à responsabilidade da atitude do Senado Federal – prefiro entender assim.

Hoje de manhã uma construção de um entendimento foi feita pelo Senador Osmar Dias, pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e por outros Senadores no que diz respeito aos organismos geneticamente modificados.

Quanto ao uso de embriões, o tema foi delegado à Senadora Lúcia Vânia, e aos Senadores Tasso Jereissati, Magno Malta, Flávio Arns e à comunidade científica para tentarmos encontrar um ponto de consenso.

O Senador Ney Suassuna aquiesceu que pudéssemos construir esse consenso, que diz respeito a aceitar, o que é diferente da Câmara dos Deputados, o uso de embriões congelados excedentes que estejam, há mais de três anos, congelados para fins científicos. A comunidade científica diz que está plenamente satisfeita nas suas necessidades imediatas.

Um ponto de divergência forte era a clonagem terapêutica. A comunidade científica diz que é um amontoado de células produzido a partir de um óvulo esvaziado no seu nucléolo, com alguma contribuição genética de outro tecido. A partir daí se tem um amontoado de células. Vale lembrar que esse conceito serviu para a vida da ovelha Doly, é usado na medicina veterinária e gera seres. O mesmo conceito está gerando seres vivos. Então, é preciso muita cautela.

O mundo inteiro tem debatido sobre o tema com medo, muito cuidado e prudência. A Inglaterra é o único país que conseguiu, do ponto de vista formal, adotar uma legislação sobre o tema. Temos a China e Israel que adotam pesquisa com clonagem terapêutica, mas não têm legislação específica clara. A Inglaterra teve o cuidado, por cinco anos, de fazer uma observação rigorosíssima para mediar as conseqüências das decisões que tomam.

E ainda disseram mais: não temos condições, de imediato, de fazer qualquer uso de clonagem terapêutica para tentar beneficiar os portadores das doenças genéticas. No momento, a disponibilidade tecnológica da ciência brasileira é apenas voltada para o uso de células embrionárias, ou seja, dos embriões que estão disponíveis. Então, por que precisamos nos antecipar quando os Estados Unidos não decidiram, o Canadá não decidiu, a Espanha não decidiu, e a França não decidiu?

Será que somos avançados em termos de maturidade científica para tomarmos uma decisão tão simples, acreditando que é a panacéia, a libertação das doenças genéticas do Brasil? O Governo americano gasta US$53 bilhões por ano só em biotecnologia. O Brasil não gasta nem um terço disso. Será que o Brasil é dono da varinha mágica para encontrar a solução para tudo? Temos de ter a prudência e o zelo devidos nesse debate.

Nesse ponto, penso que o Relator foi muito correto quando acolheu o entendimento que construímos. O Senador Osmar Dias está com convicções profundas quanto ao tema dos organismos geneticamente modificados.

A ponderação que faço é a de cumprimentar o Relator por acolher o nosso entendimento. Estamos abertos com a comunidade científica a promover cinco audiências públicas, pelo menos, por intermédio da Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Sociais, com todos os envolvidos e interessados para discutirmos clonagem por meio da Senadora Lúcia Vânia, na

Comissão de Assuntos Sociais, com todos os envolvidos e interessados para discutirmos clonagem.

Mas, nesse momento, vamos aprovar nesses termos, que é uma margem compreensível, mesmo com a divergência clara de alguns companheiros, que merecem todo respeito por suas convicções também.

O apelo que eu faria ao Relator é no sentido de que S. Exª pudesse reintroduzir o que já foi...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Estou considerando a explanação de V. Exª perfeita. Contudo, se tirarmos o problema da soja, que é outro problema, quanto à outra questão que V. Exª está apresentando, não é correto não votar agora e deixar para fazer tudo isso como V. Exª está fazendo? Por que votar agora algo que não se sabe o que é e o que não é e depois ir lá para a Comissão? Penso que o normal... V. Exª disse muito bem, os Estados Unidos não correram, a França não correu, por que vamos correr? Por que vamos votar agora correndo? De ontem para hoje já se alterou quatro vezes as decisões. Que se suspenda a discussão da matéria agora e se deixe para as quatro sessões que V. Exª mencionou.

É o apelo que eu faria. Agora mesmo, estou recebendo a informação de que a Itália votou. A Itália terminou de votar nesta semana um projeto. O que diz o art. 1º: "É proibido qualquer experimentação de embriões humanos".

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – É a lei de reprodução assistida desta semana.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Então não seria interessante, se a matéria é essa... O que o Brasil vai ganhar se votarmos hoje e não votarmos daqui a três meses... O apelo que faço, entrei com uma emenda que se vote em processo à parte a soja e se deixe para votar como V. Exª quer. Por que votar agora uma lei que todos vão debater e discutir? Haverá uma guerra dos diabos para depois lá adiante começar. Comecemos adiante! É um gesto de grandeza do Senador Ney Suassuna, é um gesto de grandeza do nosso Presidente, é um gesto de grandeza de nós todos, por termos a humildade de entender.

Para que votarmos algo pela metade agora, quando, como muito bem disse V. Exª, lá adiante, será preciso um grande debate? Deixemos tudo para lá.

Esse é o apelo que faço a esta Comissão.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Agradeço o aparte do Senador Pedro Simon, que, sem dúvida alguma, enriquece e destaca a responsabilidade e a prudência que se deve ter com esse tema, no seu devido lugar.

Tive o cuidado de defender essa tese no início da discussão, quando a matéria chegou aqui no Senado. Mas, infelizmente, na Comissão de Assuntos Sociais, fui voz isolada, fiquei sem apoio, e as lideranças do PSDB e do PFL agiram com hostilidade no debate político, alegaram que poderia significar uma manobra para que o assunto não obtivesse a devida urgência.

Diante disso, construí um entendimento baseado na condição técnico-científica que tenho e apresentei sugestões às emendas que o Senador Tasso Jereissati construiu com tanta propriedade.

Então, se houver essa decisão, não me oporei à ponderação do Senador Pedro Simon, mas fico com o acordo construído com o Senador Tasso Jereissati, com a Senadora Lúcia Vânia, do qual outros Senadores participaram. Não tenho como retroceder diante desse acordo.

Apenas deixo o alerta de que o apelo que faço ao Senador Ney Suassuna é para que acolha o que o Senador Osmar Dias já aceitou, qual seja, que a rotulagem de alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal, contenha ou seja produzido a partir de organismos geneticamente modificados, com informações nesse sentido, de acordo com o regulamento. Esse é o art. 6º, inciso IV. O outro é o inciso III do art. 17, que trata dos ecossistemas naturais. Onde está a expressão ecossistemas naturais, tire "naturais" e fique apenas ecossistemas.

O Senador Osmar Dias, segundo o Senador Mercadante, aquiesceu nesses termos. Diante disso, faço apelo para que o Relator possa acolhê-los.

No mais, Sr. Presidente, encerro, cumprimentando V. Exªs pelo entendimento, pela responsabilidade e pela prudência necessárias, sem estarmos dissociados da comunidade científica em absolutamente nada. Estamos sintonizados e dividindo responsabilidades. A ciência jamais poderá caminhar sozinha no campo da investigação, e a lei jamais poderá estar dissociada da ciência. Temos que achar o ponto do entendimento. A base sagrada da existência humana, da sobrevivência da espécie humana está nas suas nuances genéticas, na diversidade genética, que faz parte de cada um de nós, que nos torna diferentes um do outro.

Temos que ter responsabilidade. Temos que pensar que podemos estar construindo uma sociedade que evite todas as doenças genéticas. Será que os portadores de algumas doenças não gostariam de ter nascido? Com esse debate, onde estamos entrando? Aonde vamos? Como diz o maior filósofo cristão da atualidade, Frei **(inaudível.)**

Era o que tinha a dizer.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Peço a atenção do Senador Pedro Simon, que levantou uma questão importante.

Mesmo que o Senado, como estamos fazendo hoje, em uma reunião, sem o direito de pedido de vista, vote um projeto desse tamanho, dessa importância, e esse projeto seja levado ao plenário do Senado para ser votado amanhã, mesmo que isso ocorra, aquele argumento usado pelo Senador Jonas Pinheiro não será atendido, porque o plantio da safra começará em outubro, e a Câmara dos Deputados ainda terá de votá-lo, e não sabemos como e quando a Câmara dos Deputados irá fazê-lo.

Então, a prudência impõe essa posição do Senador Pedro Simon. Como fui relator do projeto em sua primeira fase, tinha consciência de que a matéria tramitaria em três comissões e de que haveria um debate que se estenderia. Como sou autor do primeiro substitutivo, gostaria de dizer que não há razão para não concordar com o adiamento dessa votação e com que o Governo faça o que está fazendo com todas as outras matérias, isto é, prorrogar a validade da medida provisória em vigor, dando uma decisão àqueles que estão agoniados com a falta de uma posição. Vamos votar aqui, e não ficará resolvido nada.

Os produtores estão enviando ao meu gabinete cartas, **e-mails**, apavorados. Dizem que não sabem o que vão fazer; também não sei o que responder. O que vou responder? Vamos votar e aprovar o projeto aqui? Tudo bem. Vamos votar o projeto. Não sei se vamos aprová-lo ou rejeitá-lo. Mas, supondo que ele seja aprovado, vai resolver o problema da emergência do plantio da soja? Não vai, porque o plantio da soja começa no início de outubro e, nesse período, a Câmara não terá votado o projeto ainda. Portanto, não teremos uma lei definitiva no País. O Governo, que tem editado medidas provisórias para tantas coisas sem nenhuma urgência, que assuma então o ônus do encaminhamento de um projeto para a Câmara dos Deputados e esse projeto ter passado por lá sem a necessária discussão. Aqui no Senado, ele foi debatido na Comissão de Educação e em outras Comissões, mas, na Câmara dos Deputados, posso afirmar que ele não foi suficientemente debatido. E foi aprovado de tal forma que, ao chegar aqui, tivemos que reformulá-lo totalmente.

Então, se o bom senso do Senador Pedro Simon aponta como solução a resolução do problema emergente, deixando-se que essa discussão traga mais elementos, mais informações, eu, como Relator na primeira fase – agora não sou mais Relator –, concordo plenamente com isso. Não será a solução a votação desse projeto aqui. Eu continuarei sem saber o que responder para os produtores que estão me escrevendo e me telefonando perguntando o que fazer, porque não foi aprovado o projeto e não temos nenhum dispositivo legal regulamentando o assunto.

Senador Pedro Simon, está havendo uma confusão, e quero deixar claro que o dispositivo que apresentei admitia a pesquisa com conjunto de células embrionárias congeladas até o quinto dia e que não serão utilizadas para reprodução, que serão descartadas, e que já estão estocadas nos laboratórios. Esse conjunto de células embrionárias que serão descartadas e que já estão nos laboratórios. Só essas poderiam ser utilizadas. Essa proposta foi aprovada por praticamente todos os Senadores, apenas três votaram contra. Esse é o projeto proposto pelo Senador Tião Viana, que eu acatei e que agora o Senador Ney Suassuna está acatando aqui, mudando aquela posição inicial. Mas, de qualquer forma, mantenho a manifestação que fiz aqui: se depender de mim, aceito a proposta do Senador Pedro Simon.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Não posso, pedi a palavra pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Eu tenho a mesma preocupação externada pelo Senador Osmar Dias.

Temos a obrigação de abordar com profundidade, com adequação, como já é sem dúvida alguma o costume do Senado Federal, dois assuntos fundamentais: o dos OGMs e o das células-tronco embrionárias. Hoje de manhã, fizemos um debate, do qual V. Exª participou, e depois tivemos uma outra reunião em que discutimos a questão das células embrionárias. Uma das discussões feitas, e que teria que estar abordada nesse projeto de lei para se dar uma tranqüilidade para a área, é sobre quem, por exemplo, pode utilizar as células embrionárias. Uma coisa é a USP, a Escola Paulista de Medicina, a Universidade Federal do Paraná usarem essas células. Essas universidade têm um Conselho de Ética. Mas por que não uma firma, uma empresa interessada em usar as células embrionárias? Onde estão as células embrionárias? Será que uma empresa poderia chegar a esse local e dizer que precisa de dez células? Será que outra poderia dizer que precisa de cinco, de vinte? Não temos nenhum órgão

controlador, fiscalizador, um conselho de bioética ou coisa semelhante para normatizar esse assunto.

O mesmo ocorre com os OGMs, assunto fundamental para o Brasil. E o Senador Jonas Pinheiro abordou bem esse aspecto, dizendo que tem que haver urgência e, hoje ou daqui a duas ou três semanas, uma solução.

Então, endosso as palavras proferidas anteriormente no sentido de que temos que encontrar uma solução, mas precisamos discutir com calma. Eu, inclusive, tenho dificuldade de ver qual projeto, quais emendas deverão ser apresentadas e a que conclusão chegaremos.

Endosso também as palavras do Senador Osmar Dias e as do Senador Pedro Simon, que pede precaução, cautela, tempo para se pensar sobre esse assunto e que haja, por parte das presidências, dos partidos e da própria relatoria, um processo de entendimento para que possamos chegar a uma boa conclusão sobre esse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Respondendo ao nobre Senador Tião Viana, sem deixar de responder ao aparte do Senador Pedro Simon, a minha primeira preocupação, e eu mencionei antes de V.Exª chegar, quando recebemos o projeto, foi saber se regimentalmente poderíamos dividi-lo. Não é possível. Do ponto de vista do Regimento, não é possível a divisão.

Em relação ao nobre Senador Tião Viana, acatamos a emenda de rotulagem que V. Exª apresentou. Acatamos também a mudança...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Foi do Senador Mercadante, em nome do Senador Mercadante.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Em nome do Senador Mercadante.

Com relação aos ecossistemas naturais, também acatamos a supressão da expressão "naturais".

Então, do ponto de vista das emendas apresentadas, acatamos as duas, o que tranqüiliza as pessoas ligadas ao meio ambiente, no que se refere aos ecossistemas.

Quanto à rotulagem, quero demonstrar aqui a minha preocupação com relação a um único item, o desenho da rotulagem, que ficou parecendo alguma coisa radioativa. Se mandarmos aquele desenho à Europa ou aos Estados Unidos para vender, será difícil, porque quando "baterem o olho" logo pensarão que deve haver radioatividade nisso.

Penso que foi um desenho infeliz, mas paciência! Vamos ver se no futuro conseguimos mudar.

Quanto à lei, não há problema, o desenho é que ficou realmente temeroso, por dar uma impressão de veneno ou de radiatividade quando "batemos o olho" no produto.

Em relação às células-tronco, acatamos também a não-identificação, embora tivéssemos o cuidado, nobre Senador Tião Viana, na primeira versão, antes de debatermos com o grupo de V. Exªs, de defender a necessidade de identificação. E por que isso? Porque, pela lei de doação de órgãos, só se pode tirar órgão de cadáver que foi identificado; caso contrário, as pessoas sairiam matando "a torto e a direito" para conseguirem um fígado, por exemplo. Olha, vá atrás de um fígado! Vá atrás de um rim! Não, o cadáver tem que estar identificado.

No caso específico dos óvulos fertilizados, ou seja, dos embriões, também queríamos a identificação, mas lamentavelmente as clínicas pelo Brasil afora já não têm o controle da identificação. Volto a dizer que respeito a religião dos outros e também a minha, que é a Católica, sou católico praticante e membro do Encontro de Casais. No entanto, não posso entender como podemos querer protelar uma coisa que só vai prejudicar os pobres, porque os ricos vão sair e fazer o tratamento no exterior.

Então, quando dizemos aqui que não pode, na minha cabeça...

Outra coisa me vem à cabeça, a todo momento, é que, se Deus nos deu essa possibilidade de entender e de trabalhar para melhorar o sofrimento de tanta gente, com certeza, é porque Ele quer assim.

Então, entendo a fé, mas sempre com o medo de estarmos praticando um ato como o de Galileu Galilei. Penso que, como foi feito pelos Senadores que participaram do grupo, está muito bem posto que o Brasil não fica à margem, embora não tenha avançado mais, mas penso que é prudente.

Por essa razão, o acatamento **ipsis literis** da forma como veio do acordo de vocês.

O SR. MAGNO MALTA (PL-ES) – Senador Ney, é só um aparte, para não ficar parecendo que estamos contra os pobres. No exterior, onde os ricos podem...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Podem ir ao Japão, podem ir à França, para fazer o normal...

O SR. MAGNO MALTA (PL-ES) – Está em fase de estudo, ninguém adotou. Só a Inglaterra criou uma legislação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Só a terapêutica que não. Quanto a isso, está de bom tamanho o que foi assinalado. Por isso a minha facilidade de acatamento, até para manter o acordo.

Queria lembrar aos Senadores que estamos costurando um acordo há muitos dias. Praticamente só

recusamos duas emendas. Todas as demais nós acatamos. Srs. Senadores, eu queria vê-los aqui no meu lugar. Tivemos que coordenar meio ambiente e ruralistas. Nenhum Senador foi acirrar ânimos na Câmara, mas inúmeros Deputados não fizeram lá o serviço como deviam e agora aqui dizem que não pode ser isso ou aquilo. É incrível! Isso dificultou, mas também passamos ao largo. Tivemos que respeitar a fé sem deixar de fazer os avanços científicos; tivemos que conciliar Ministérios completamente diferentes, como é o caso da saúde com a Anvisa, ou do MAPA com o Meio Ambiente, com a Agricultura, que quer abertura e rapidez, e com Ciência e Tecnologia, que quer abertura total para pesquisa.

Então, eu queria que V. Exªs soubessem da dificuldade de chegarmos ao acordo. Surpreende-me quando algumas pessoas que não participaram e não se envolveram, por razões mil e outras obrigações, chegam e dizem que não pode ser. Para chegar aonde chegamos, gastamos muitas horas de trabalho, muitos dias, muitas audiências. Louvo o trabalho do Senador Osmar Dias, porque só ele realizou oito audiências. Fizemos um périplo pelo Brasil em universidades, Embrapas estaduais, sempre procurando achar uma solução. Por isso, peço a compreensão dos Srs. Senadores. Esse não é um parecer de Ney Suassuna, conforme já disse três vezes, mas um parecer de todos nós. Quanto mais homogêneo ele estiver, mais possibilidade teremos de na Câmara vencer. Se chegarmos divididos e fragilizados com uma votação fraca, prevalecerá o projeto de lá, que é um retrocesso.

Por isso, peço aos companheiros um pouco de compreensão. Estamos fazendo tudo o que é possível para que possamos construir um projeto, que não é o melhor. Concordo em gênero, número e grau que isso não deveria ter vindo junto, mas infelizmente veio. Tem como separar? Não tem. Daí, toda essa dificuldade que estamos vivendo.

Peço a compreensão do meu amigo Pedro Simon. Realmente, é constrangedora a nossa situação: sete meses no Senado sem solução, audiências e audiências,ouvindo técnicos, e sem chegar a nenhuma solução, e toda a sociedade clamando por uma solução. Essa é a razão da nossa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Srs. Senadores, está ficando quase que impossível prosseguir com esta reunião. Não sei se a suspendo ou se faço mais um apelo dramático aos Srs. Senadores, sobretudo aos assessores e Líderes do PT, no sentido de dispensarem o telefone celular, mas sobretudo a assistência lá atrás, que também perturba. Os jornalistas também já não conseguem ouvir mais nada.

Então, de duas uma: ou fazemos silêncio ou vou ter que suspender a reunião. Não temos outro caminho, não conheço a terceira via. Não posso nem conceder a palavra ao Senador Pedro Simon porque também está ao telefone. O celular passou a ser um instrumento perturbador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Nobre Presidente, peço a palavra para fazer um apelo. Os Senadores vão poder fazer emenda no plenário. Logo, gostaria que não chegassem mais emendas porque já tivemos o prazo, continuam a chegar emendas e isso dificulta o trabalho da relatoria. Pediria que suspendêssemos aqui. Acataremos todas as demais para o Plenário, quando estaremos à disposição. Mais do que isso, estarei á disposição para discutirmos antes. Estamos inteiramente abertos, só não poderemos fazer o impossível. Não podemos fazer a separação porque é anti-regimental.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos tentar prosseguir por mais alguns minutos. Se não for possível, terei de suspender a sessão.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer ao Líder do Governo que entendo e penso que a situação do nobre Líder em querer votar essa matéria é respeitável. Mas nem S. Exª nem eu estamos nessa discussão a favor ou contra o Governo. Essa é uma matéria a favor do Brasil, e todos queremos aceitar o que é melhor para o País. Em segundo lugar, reconheço o trabalho de V. Exª e até aceito a sua crítica velada a mim. V. Exª trabalhou, se matou, a Senadora se matou, o Senador se matou, e o Pedro Simon onde estava? V. Exª tem razão, mas isso faz parte do Parlamento em qualquer lugar do mundo. Posso citar casos em que matei, como a Lei de Licitações, e não vi V. Exª, que estava em outro trabalho. É normal que alguns trabalhem e outros não. Mas em uma matéria dessa delicadeza, desse significado, não adianta V. Exª me culpar, dizendo que fui culpado porque não estive lá. Devia estar, mas não estava. E não adianta V. Exª me dizer: eu sei de tudo. O Mercadante e o Osmar Dias sabem de tudo, mas os outros sessenta Senadores não sabem. Essa é uma matéria muito delicada para os parlamentos. Estou dizendo para V. Exª que, recentemente, a Itália publicou a primeira lei a respeito. Essa é a primeira. Estamos falando sobre tudo, e essa só falou sobre embriões. Nessa semana, a Itália terminou de falar, proibindo. Os Estados Unidos ainda não decidiram, assim como a maioria dos países da Europa. Então, o Brasil não precisa decidir hoje. Segundo disse o Senador, podemos deixar para votar com tranqüilidade. Assim, a Senadora vai ouvir e tomar uma série de decisões. Ele

mesmo diz que isso é apenas o início, que o debate verdadeiro vai se travar depois, nas Comissões. Então, em vez de votar uma lei capenga, que vai levar crítica de todos os lados após a sua publicação, deixemos para votar em outubro, na Comissão, e em definitivo quando todos estiverem participando. Estou falando isso porque quero ser muito sincero. Eu não estou em condições de votar essa matéria. Culpe-me porque eu estava fazendo campanha no Rio Grande do Sul, que sou isso, que sou aquilo, pode me culpar do que quiser. Agora, não pode me obrigar a votar uma matéria que eu não sei. Como se dissessem que, se não votarmos a matéria, milhões vão morrer; trata-se de vida e morte; ou votamos agora, ou é uma desgraça. Não é verdade. Vamos votar agora e isso vai levar um tempo enorme para entrar em prática.

Com relação à soja, em primeiro lugar, com todo o respeito, V. Exª diz que o Regimento não permite. Não se pode mais dizer no Senado que o Regimento não permite. O Regimento não permitia mudar o parecer três ou quatro vezes. O Regimento não permitia emendar a Constituição em cindo dias, fazer uma sessão extraordinária hoje, depois outra, depois outra, até votar a Emenda Constitucional como votamos. Estamos passando pelo Regimento na hora que queremos. Então, ou fazemos um destaque para votar a matéria da soja em separado, ou não se vota nada. Tenho certeza de que o Governo baixará uma medida provisória, como tem baixado tantas, resolvendo essa questão da soja. Se vamos votar outra matéria dramática porque temos que votar a questão da soja, em que há unanimidade, apelo ao Líder do Governo para que, com o beneplácito do Congresso Nacional, o Governo baixe uma medida provisória sobre a matéria para que possamos discutir mais tarde.

Digo de coração: não tenho nada, meu Líder, atrás de mim; não tenho representação alguma; não tenho problema em votar ou não. Essa é apenas a minha visão. Tenho falado com muitos Senadores que não sabem muito mais do que eu sobre essa matéria. Muitos Senadores têm falado comigo e não sabem muito mais do que eu. E eu não sei nada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Desculpe-me, não sei se há uma lista de inscrição.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Há uma lista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª está na lista de inscrição?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Então, evidentemente, respeitarei a lista.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Então, com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, somente para perguntar se meu nome está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª está inscrito.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, venho dizer a nossa posição. Sou totalmente contra a separação. É "não" mesmo. Até porque acredito que o tema foi profundamente discutido. Creio no esforço da CAE, da Comissão de Educação, do grupo que fez o consenso, do entendimento, do acordo desse nome que se queira, sobre a questão da célula-tronco, que está sendo mais polemicamente discutida aqui e parece que as pessoas estão com medo de votar.

Eu creio que a questão realmente é complexa; não é fácil, porque é a vida do ser humano que está em discussão. Está aqui o Senador ao meu lado que já perdeu quatro irmãos e um filho. Não é preciso ir longe de nós, desta sala, para essa questão estar resolvida. Ninguém está aqui querendo nem discutindo. Já foi deixada de lado a história da clonagem terapêutica. Ela está fora. Não tenham medo disso, senhores! Vamos assumir. A comunidade científica já provou e comprovou. A discussão foi ampla. Mas se alguns não participaram, paciência, decidam o seu voto ou decidam não votar. Não vejo nada sobre a questão da célula tronco sendo discutido aqui apressadamente. Eu diria que é o contrário. Está sendo demoradamente, porque há muitas pessoas aí fora desesperadas. Inclusive, tenho recebido e-mails de grupos religiosos, dizendo "Peça aos Senadores. Vote a favor." Quer dizer, não há essa história de que religiosamente a coisa está sendo... O que se ganha? Foi feita esta pergunta, há pouco, por um Senador: "O que se ganha com tanta pressa?" Ganham-se vidas. São vidas que estamos ganhando. São pessoas, são pais, que estão sofrendo problemas. Estão chegando *e-mails* e *fax* chegando, e súplicas até.

Então, do meu ponto de vista, não tem de separar, pois separar significa jogar para a frente, para não dizer aquele termo mais chulo "empurrar com a barriga" essa parte, pois ela é mais complexa e mais difícil. Houve todo o trabalho da nossa Senadora Lúcia Vânia, do nosso Senador Osmar Dias, do nosso Senador Tião Viana, para se chegar a um acordo. O acordo se deu. Não vejo pressa. O que precisamos agora é ter coragem. É difícil? É. Mas nós fomos eleitos para isso, para enfrentarmos com coragem determinados

momentos. Sou favorável à questão da célula-tronco, e ponto. Da maneira que está no consenso, no acordo, feito a partir de tantos debates, embates e audiências públicas.

Muito obrigada. Esta é a minha posição: "não" à separação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, eu tive também muitas dificuldades em acompanhar os debates. Duas grandes preocupações que eu tinha aqui já foram respondidas. Uma delas, já pelo próprio Senador Osmar Dias, quanto ao tempo entre o Senado tomar uma decisão, e a Câmara dos Deputados também fazê-lo, em tempo hábil. Isso, digamos assim, já não é mais uma preocupação. Fui muito bem esclarecido pelo nobre Senador.

A outra, o Senador Suassuna nos tirou as dúvidas quanto à questão da separação dos problemas. No que diz respeito ao primeiro ponto desta reunião, sobre células-tronco, nobres Senadores, acredito que a situação de ver uma pessoa que padece de um problema, que está entre a vida e a morte, e fica dependendo de nós, de uma postura nossa, não deve ser desejada ao pior inimigo. Vi Cazuza, pela imprensa nacional, em uma luta violenta, sobre-humana para resgatar a vida, porque ele acreditava, naquele momento, que o tempo poderia, em um espaço muito pequeno, pela pesquisa, criar um medicamento que pudesse controlar a Aids e, infelizmente, até agora isso não foi possível.

Vi meu pai morrer de uma doença degenerativa que se iniciou no coração e que não teve como controlar. O coração foi, aos poucos, perdendo a força, até que não teve mais condições de bombear o seu sangue. Como também vi minha mãe morrer de câncer de fígado. E também, ao olhar a minha mãe naquele leito de morte, vi a esperança de poder ser salva por alguém.

Então, quando tratamos desse problema, Sr. Presidente, é claro que nós temos aqui também um pouco do coração sobre as nossas mentes.

Nesse aspecto, estou convencido de que fomos à exaustão, no sentido de encontrar o melhor propósito, para que possamos dar celeridade à decisão.

A outra parte da lei trata sobre OGMs e, principalmente, sobre o cultivo da soja. Quanto ao cultivo da soja, também estamos de pleno acordo com a imediata solução desse problema, vendo os prazos em que precisam ser cultivados agora no início de outubro.

Há pontos sobre os quais penso que não temos condições de chegar a uma unanimidade nesta Casa e, infelizmente, teremos que sobrepor a votos. As pessoas que discordarem dela terão que votar contrário ou favoravelmente a uma outra posição.

Era sobre isso que queria me ater, Sr. Presidente, nobre Relator. É o ponto que diz respeito à participação dos órgãos de fiscalização, registro e controle de matérias dessa natureza. Esse é um pano de fundo para nós. Sobre apenas esse ponto, nobre Senador Ney Suassuna, apresentei as emendas e subscrevi algumas outras.

Sobre esse ponto, o projeto que veio da Câmara chegou ao limite do entendimento. Como li nas proposições apresentadas, eu, infelizmente, neste ponto – e somente sobre ele –, colocar-me-ei de forma contrária. Apresentei emendas nesse sentido.

Ainda vou tentar conversar com V. Exª para ver a possibilidade de um meio termo sobre eles. Não havendo, respeito todos os trabalhos que foram feitos até agora: o de V. Exª, o do Senador Osmar Dias, o das pessoas que participaram de amplas negociações. Sei das dificuldades que V. Exª enfrentou, mas, neste aspecto, estou apresentando as emendas e os destaques que se fizerem necessários nesta Comissão e no plenário do Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço desculpas por não estar acompanhando todo o trabalho, apesar de ter acompanhado todo o esforço dos Senadores Osmar Dias, Lúcia Vânia, Ney Suassuna, Jonas Pinheiro, Tasso Jereissati, Tião Viana, Flávio Arns e tantos outros que participaram intensamente de toda a evolução desse processo.

Em primeiro lugar, gostaria de argumentar que o projeto trata da biossegurança, da segurança da vida, e estamos vivendo um processo de evolução da engenharia genética que coloca questões entre a evolução da ciência e a ética, sobretudo quando diz respeito à genética do ser humano, a engenharia genética e o meio ambiente, quando diz respeito ao impacto no ecossistema.

Portanto, o Brasil não pode atrasar o seu ingresso nesse processo de evolução da biotecnologia. Ela tem um papel muito importante para a agricultura.

Outro dia, em uma discussão que fazíamos, o Senador Osmar Dias trouxe o exemplo do aumento da produtividade na agricultura. A agricultura aumentou em 115% a safra nesses últimos 14 anos (100% foi aumento de produtividade e 15%, de área plantada). Se não aprofundarmos o aumento da produtividade, nossa única saída será derrubar floresta para ampliar a fronteira agrícola do País.

Portanto, mesmo para quem tem uma visão de preservação do meio ambiente, o avanço da produtividade no campo é a segurança que seremos capazes de preservar, sobretudo, o que temos de florestas tropicais, que têm um importante papel no equilíbrio do sistema ecológico – eu diria – global.

A engenharia genética é um desses instrumentos, mas, ao mesmo tempo em que permite aumentar a produtividade, ela traz desafios, sobretudo, à imprevisibilidade do impacto que possa vir a ter no meio ambiente.

Por isso, temos que ter uma legislação que crie mecanismos de reserva, acompanhamento e cuidado, mas que não seja, de outro lado, uma moratória disfarçada que, efetivamente, impedirá o País tanto na pesquisa quanto no uso da evolução da biotecnologia para a produção de alimentos, que é essencial para a solução do problema da vida no Planeta. Hoje o Brasil é o maior produtor de álcool, açúcar, carne, aves, couro, suco de laranja e café do mundo.

Pergunto o seguinte: que chance tem uma nação como a China, que tem menos da metade da terra do Brasil, de alimentar 1 bilhão e 350 milhões de pessoas se não tiver um parceiro como o Brasil produzindo alimentos e exportando? Que possibilidade tem a China, neste século, se não formos capazes de aumentar a produtividade do nosso solo e a eficiência e produzir cada vez mais alimentos, como estamos fazendo e batendo todos os recordes históricos?

Então, a pesquisa da engenharia genética é essencial ao desenvolvimento da agricultura brasileira e é indispensável ao conhecimento científico do País. O debate é absolutamente oportuno entre aqueles que têm ênfase na preservação do meio ambiente e aqueles que querem aumentar a produtividade.

Este projeto contempla essas duas dimensões. À medida que a Comissão de Biotecnologia for tendo especialistas de todas as áreas para se posicionar sobre essa área – que é de fronteira pluritemática interdisciplinar, e cabe recurso dos órgãos de fiscalização e controle da Anvisa e do Ibama – eles podem entrar com um recurso contestando, apesar de participarem da Comissão de Biotecnologia, podem questionar através de um requerimento.

Quem vai dar provimento, ou não, ao requerimento é o Conselho de Ministros. Dado provimento ao requerimento, há um debate técnico entre dois entes, arbitrado pelo Conselho de Ministros. Porque a técnica não é neutra.

Entendo que criamos um procedimento de respeito às agências de controle que permite valorizar a Comissão de Biotecnologia, que é o grande espaço.

Peço a atenção do Senador Pedro Simon e do Senador Flávio Arns para o próximo ponto. Na questão da célula tronco, fizemos uma belíssima audiência pública nesta Casa – 8 audiências públicas –, mas fizemos uma belíssima audiência conclusiva do processo com os mais importantes cientistas que trabalham sobre esse tema e chegamos a um acordo do passo que o Brasil pode dar, porque esse debate vai continuar, Senador Pedro Simon. Qual é o passo que estamos dando na questão da célula tronco? O passo é que temos cerca de 20 mil embriões no Brasil. Depois de três anos de congelamento, esses embriões poderão ser utilizados para fins de pesquisa científica. Qual é o destino desses embriões? É a destruição depois desse processo. Por que cabe a pesquisa? Porque é indispensável à defesa da vida. A Senadora Lúcia Vânia debateu muito por isso nesse processo.

Sei que o Senador Jonas Pinheiro, meu companheiro que, quanto mais a gente o conhece, mais o respeita, não colocou esse argumento no debate público. Mas colocou na Comissão de uma forma que sensibilizou a todos. E não foi o único depoimento pessoal que eu recebi. Eu pedi autorização para falar do dele e não falarei das outras pessoas que me procuraram sobre o mesmo tema. No caso do Senador Jonas Pinheiro, S. Exª já perdeu quatro irmãos e um filho. A família tem um problema genético, sendo que a possibilidade de vida depende de decisões como essa. A pesquisa de embriões é o mais promissor avanço da medicina para que a família de S. Exª possa preservar sua espécie e defender os seus parentes.

Eu pergunto porque adiar essa possibilidade. Estamos fazendo isso com a cautela que outros países adotaram. Não estamos permitindo multiplicar os embriões, nem produzir os embriões para fins de pesquisa. Estamos dizendo que os embriões já existem e que, depois de 3 anos, perderão a validade. Que não joguemos fora a chance de avançar a ciência e, quem sabe, preservar outras famílias, outras pessoas que dependem dessa possibilidade.

Estamos fazendo com critério, uma relação entre ética e ciência. Alguns cientistas pedem que a gente avance mais na clonagem de embriões. Falamos que nesse momento não é possível. Há necessidade de criar uma comissão de bioética para, permanentemente, tratar desse tema. Tenho certeza que todos serão sensíveis a esses argumentos. Mas por que tem que estar dentro da biossegurança? Porque trata da engenharia genética, da pesquisa científica e trata da segurança do ponto de vista ético de uma sociedade. Evidentemente, estamos mexendo com organismo humano e há, realmente, uma questão de convivên-

cia entre a ética, a filosofia, os princípios morais e a evolução da ciência.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que os nossos Senadores confiassem no trabalho profundo que foi feito por pessoas que têm formação política, ideológica e partidárias das mais diversas.

Mais uma vez, o Senado está chegando com um projeto de grande convergência dessa classe. Respeito o trabalho que a Câmara fez, respeito o direito de qualquer Senador que quiser votar no projeto da Câmara que trata de uma outra forma, ou mesmo tentar retirar parte desse texto, porque, quanto ao debate entre ética e ciência, creio que nunca entraremos em um pleno acordo, porque o limite é o pessoal de cada um. Suas consciências e seus valores. Às vezes, valores de fé.

Eu respeito, mas este projeto, esse trabalho que esses Senadores fizeram – três deles estão nessa mesa – foi um passo muito importante para que o País tenha segurança no que vai fazer e estimule a pesquisa, estimule a produção com as reservas que são necessárias,

No caso dos embriões, esse é um desafio da medicina do qual muitos poderão viver ou não, viver com qualidade de vida ou não, enterrar ou não os seus entes queridos. Por isso, penso que o assunto é absolutamente meritório, e temos uma certa urgência em relação a ele – estamos há oito meses debatendo essa matéria!

Peço, encarecidamente, que compareçamos ao plenário, que as divergências que existam sejam debatidas com transparência, mas que possamos aprovar essa matéria. Inclusive o acordo que tenho com os Líderes dos outros partidos é aprovar por acordo esse projeto. Havendo acordo na comissão, votaremos por acordo em plenário.

Então, eu pediria encarecidamente essa compreensão e a possibilidade que esse debate continue.

Se, na evolução desse processo, Senador Pedro Simon, sobretudo pela sabedoria, pela vivência e pelo respeito que tenho a V. Exª e ao Senador Flávio Arns – que sempre manifestou uma diferença em relação a essa questão, mas nunca se opôs a ela; sempre manifestou preocupações e cautelas, e quem o conhece com profundidade sabe a profundidade das suas convicções –, tivermos que rever a lei, vamos revê-la.

O compromisso que assumo é que seguramente o Governo encaminhará uma outra mensagem na perspectiva de criar uma comissão de bioética, que seja um fórum permanente de acompanhamento de toda essa política. Só não o fazemos agora por vício de iniciativa. Não temos essa prerrogativa, mas seguramente penso que esse é um instrumento que precisa ser colocado nessa evolução.

Por tudo isso, peço a aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas considerações.

Primeiro, acompanho esse projeto há um bom tempo, desde que ele deu entrada na Câmara e, depois, quando veio para o Senado e passou pelas Comissões em que sou titular. E, mesmo nas Comissões em que sou suplente, acompanhei esse projeto sempre conversando com vários Senadores que militam nessa área ou na área das células-tronco, ou nas áreas ligadas a alimentos transgênicos.

Fui Relator da medida provisória que regularizou a soja transgênica no Rio Grande do Sul, no final do ano passado. Acompanhei esse processo todo até o debate, a discussão e a aprovação da matéria, na Comissão de Educação do Senado Federal. A matéria foi discutida **a posteriori**, inclusive pelas Lideranças e dentro de um trabalho hercúleo do Senador Ramez Tebet, da Senadora Lúcia Vânia, dos Senadores Ney Suassuna e Osmar Dias. A realidade é que acompanhei esse processo até a Comissão de Educação, mas confesso que não tenho hoje todas as informações necessárias com vistas inclusive a me posicionar sobre essa questão.

Estamos discutindo com o Senador Ney Suassuna, Senador laborioso e competente. Mas parece-me que, agora, distribuíram o texto final ou, pelo menos, a última revisão desse texto.

Até por uma questão de bom senso, Sr. Presidente, penso que deveríamos ter pelo menos um tempo para que todos os Senadores olhassem, todos os Senadores avaliassem essas propostas. Esse é um tema complexo, esse é um tema difícil. A despeito de todas as ponderações apresentadas pelo Senador Aloizio Mercadante, todas elas pertinentes, o Senado sempre se colocou de uma maneira sensata, analisando os fatos com serenidade e com bom senso. Penso que se usarmos as horas que temos – teremos sessão amanhã –, vamos olhar com tranqüilidade isso e não aprovar um processo ou um relatório que, graças a esse trabalho hercúleo do Senador Ney Suassuna, está sendo colocado, apresentado e discutido quase que em tempo real. Creio que temos que ponderar um pouco a despeito da importância desses temas, da importância da soja no Rio Grande do Sul.

Portanto, eu queria ponderar aos senhores talvez um tempo maior para que fizéssemos uma análise um pouco mais acurada, para que votemos com sereni-

dade e com tranqüilidade amanhã, no Senado, essa matéria ou então eventualmente que reavaliássemos essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Delcídio Amaral, compreendo as palavras de V. Exª e também as do Senador Pedro Simon. Sucede que esse assunto está sendo debatido há muito tempo e o parecer do Senador Ney Suassuna acolhe em mais de 90% o substitutivo do Senador Osmar Dias, que já não é novo, é antigo, e foi amplamente debatido até no Plenário do Senado. Portanto, essa é uma questão bastante discutida. Sei que os Senadores da República sempre estudam todos os projetos que têm que votar. Isto é bom. Mas nem sempre todos os Senadores estão suficientemente assenhoreados dos projetos que votam todos os dias. Daí essa criação engenhosa da figura do relator, que é aquele que estuda profundamente e que informa seus companheiros. É o que tem sido feito nas três Comissão: na de Assuntos Sociais, na de Constituição, Justiça e Cidadania e na de Assuntos Econômicos, como ocorreu na Comissão de Educação e vai ocorrer, em seguida, no Plenário. O projeto ainda poderá ser emendado no Plenário do Senado. Vejam V. Exªs que as possibilidades são muitas de sempre se melhorar a lei. Ela já foi redigida pelo Poder Executivo, já foi amplamente debatida e aprovada na Câmara, veio para o Senado, amplamente discutida no Senado com a comunidade científica, audiências públicas seguidas, oito audiências públicas e, finalmente, estamos aqui diante das três Comissões importantes que estão debatendo também o assunto.

Então, entendo que se não estamos ainda totalmente informados do projeto, das minudências do projeto, seguramente, temos uma informação global do que ele representa.

Então, peço a compreensão de V. Exªs para também a necessidade da urgência. O exemplo que acaba de ser mencionado pelo Senador Aloizio Mercadante, do nosso companheiro do Mato Grosso, que aqui se encontra, é candente. Esse é apenas um exemplo, mas temos milhares de exemplos como este espalhado pelo Brasil inteiro.

Há, portanto, a necessidade de votação desse projeto.

O SR. NEY SUASSUA (PMDB-PB) – Falta relatar três emendas.

Quando o nobre Senador Delcídio Amaral diz que recebeu a última versão é que essa versão já está incluindo as emendas. E nas emendas, inclusive, já está incluída – e aí informo aos Senadores Antonio Carlos Valadares e Osmar Dias –, com o parecer dos juristas, que estavam divididos. Enquanto nos reuníamos aqui, eles reuniam lá para ver a diferença entre decisão e parecer técnico conclusivo; chegaram à conclusão que termina dando no mesmo.

Portanto, fica acatada e transforma-se em decisão todas as expressões que tiverem parecer técnico conclusivo.

Essa emenda, que estava pendente, está resolvida.

A emenda da Comissão de Assuntos Econômicos nº 1, de autoria do Senador Sibá Machado e da Senadora Fátima Cleide, lamentavelmente, não posso acatá-la porque ela muda todo o acordo feito.

Mas os Senadores podem apresentá-la novamente em Plenário, e, em última instância, podem votar no substitutivo da Câmara.

A última emenda, de autoria do nobre Senador Flávio Arns, retira do projeto clonagem e célula-tronco. Infelizmente, trata-se do mesmo argumento utilizado, ou seja, de que, pelo Regimento, não podemos fazê-lo, e que, lamentavelmente, fere o acordo feito, que seria o construído nesses últimos dias.

Portanto, estão relatadas todas as emendas que foram apresentadas a este Relator. As demais, foram acatadas e já se encontram no corpo do projeto, e nas mãos dos nobres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, primeiro, é bom que a Comissão se atente porque este já é o terceiro parecer do Relator que vem em questão de duas horas.

OSR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Entenda, Dr. Pedro, tenho que acatar as emendas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Correto, é que já trabalhamos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Pelo contrário, é que estamos tão eficientes que já estamos entregando.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Correto. Quero felicitar a competência de V. Exª. E penso que a Comissão deve ter também a competência de entender que o primeiro bota-fora, o segundo bota-fora, e este último é o que vale; os outros não valem mais, o último é o que está valendo.

Mas, Sr. Presidente, uma matéria dessa natureza trazer o drama do nosso companheiro! Mas, pelo amor de Deus, é claro que o drama dele é o nosso; se pudesse, eu daria uma parte minha para ajudar na solução, mas não me parece que esta seja uma fórmula de mais dois meses, menos dois meses. Está aqui com a data do dia 13: "A Itália resolveu apenas a questão da medida de proteção ao embrião". Apenas isso no dia 13, apenas isso! O resto tudo está em discussão no Parlamento da Itália, no Parlamento da França, no

dos Estados Unidos. Estão discutindo, estão debatendo. Emocionei-me com o discurso do nobre Líder do Governo e acredito que foi altamente positivo e está correto quando diz que o nosso Governo está avançando, porque está com as mãos arregaçadas para produzir mais, entrar no campo da ciência. Formidável! Nota 10. Estou no meu caminho.

Só digo o seguinte – perdoem-me – mas falo como mais velho e mais experiente: o mal da Câmara e do Senado é que não sabem votar como se vota; ou vota correndo, e, agora, estávamos lá, na Comissão de Relações Exteriores, voltaram correndo um acordo para terminar com a produção de fumo no Brasil, um acordo de Líderes: entrou num dia e saiu no dia seguinte – agora está dando uma guerra lá; ou se vota levando um tempo, como o Código Civil, que levou 16 anos na Câmara, sete anos no Senado e, de repente, graças ao Josaphat Marinho, foi votado aqui. Ou então se vota em cima da perna, como se votou um empréstimo escandaloso no Governo retrasado para a Embraer de não sei quantos bilhões, que entrou e saiu na mesma hora, duas horas depois estava votado, foi para a Câmara, veio para cá e, duas horas depois, estavam votados não sei quantos bilhões em empréstimos para a Embraer.

O que estamos querendo é uma coisa normal. O projeto é correto, é sério, é profundo. Penso que o interesse do Governo, a manifestação do Líder Mercadante é a mais elogiável possível. Mas vamos ser racionais. Será que pedir dois meses para que possamos compreender, ter o parecer definitivo, levar para casa e votar conhecendo; será que para o Brasil, que esperou tanto para chegar a este momento, vai acontecer alguma coisa? Não há problema nenhum neste projeto, não há crise, não é Governo, não é Oposição, não é nada; não é igreja, não estou falando em nome de ninguém, ninguém me procurou. Estou falando em meu nome e no que penso. O que estou pedindo é isso. Se o problema é o da soja, o Líder faz, baixa uma medida provisória; está resolvido o problema da soja. Se é problema de alguns que estão com medo e botaram a soja neste projeto para votá-lo, porque, tendo a soja aqui dentro, passa, e tirando a soja, fica na gaveta, quero dizer que, da minha parte, assumo o compromisso de honra de lutar, de trabalhar e de votar este projeto logo que as Comissões fizerem um estudo definitivo, quando ele for adiante. Não passa pela minha cabeça; se o nobre Líder pensa que passa pela minha cabeça a idéia de tirar a soja, para que seja votado, porque, assim, o resto fica na gaveta – tem muita gente pensando isso – o outro projeto fica eternamente na gaveta; não passa pela minha cabeça. Apenas penso isso, Sr. Presidente: este projeto, com este conteúdo, com esta seriedade – perdoe-me o que vou dizer; posso ser incompetente, burro ou que não entendo –, e o cara querer votar apressado...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não apoiado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – ... correndo, pensando que é gênio, perante a história, não vai dar uma demonstração muito bonita.

O meu apelo é este: que o nobre Líder leve o apelo nosso para que saia a medida provisória da soja e o projeto fique para a Comissão discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, queria só fazer uma ponderação com relação ao que acompanhei e discuti. Nesses últimos três dias, infelizmente, não tivemos condição de acompanhar todo o trabalho que foi desenvolvido. Estou ponderando a chance que se tem de os Senadores lerem o que estão votando. É só isso. Nem isso conseguimos fazer? Não seria razoável, sensato que os Senadores lessem o que estão votando? Pelo amor de Deus!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, for favor, a palavra.

Faz dois dias que este relatório está pronto, à disposição, foram mudadas apenas as emendas e estas foram discutidas neste plenário, de manhã até agora. Só que, pela primeira vez, estou vendo a eficiência ser penalizada, como normalmente dizemos: "Aprovado com as emendas que depois serão colocadas."

Fizemos uma emenda. Olhem o rodapé e verão que lá consta a hora, porque fizemos colocando a hora. Na medida em que as medidas forem sendo aprovadas, corrigimo-las, ou foram rejeitadas, fomos corrigindo.

É claro que mudou, mudou porque tivemos emendas daqui, como teremos emendas no plenário, que também farão modificações. Os Senadores estão acompanhando.

Agora, está à disposição das Comissões há dois dias, e todos que acompanharam sabem quantos meses: oito meses de debates.

Era apenas a ponderação que queria fazer.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sei que há gente com pressa para votar, outros não querem votar, e eu estou no meio termo. Penso que o Senador Ney Suassuna aceitou uma emenda e, para mim, fica difícil votar com essa emenda; só se destacar a emenda e eu puder votar em separado, porque no artigo...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Como vamos votar um projeto de lei assim?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador ...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Mas isso é natural em todo projeto aqui, Pedro. Todo projeto é assim.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Estou dizendo que vou pedir destaque para essa emenda...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Isso, pode pedir.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – ... porque é o seguinte, eu pediria a atenção dos Senadores. Penso que isso aqui não ficou bom.

"Art. 16 – Caberá aos órgãos e entidades de registro e fiscalização do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, entre outras atribuições, no campo de suas competências, observados o parecer técnico conclusivo da CTNBio, as deliberações do Conselho Nacional e os mecanismos estabelecidos nesta lei e na sua regulamentação".

Até aí tudo bem. Só que o inciso III do § 1º diz o seguinte:

"Após manifestação favorável da CTNBio ou do Conselho, em caso de avocação, caberá, em decorrência de análise específica e decisão pertinente."

O inciso III dizia o seguinte:

"Ao órgão competente do Ministério do Meio Ambiente emitir as autorizações e registros e fiscalizar produtos e atividades que envolvam a OGM e seus derivados a serem liberados nos ecossistemas naturais".

O Senador Ney Suassuna aceitou uma emenda ...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Que tira o "naturais".

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – ... suprimindo naturais. Ou seja, para que o Ministério da Agricultura? O Ministério do Meio Ambiente vai passar a ser o balizador das decisões em todos os ecossistemas. Aí, então, o **caput** do artigo fica completamente incoerente com o inciso III. Os "naturais" diz respeito do Ministério do Meio Ambiente, porque quando se fala "ao órgão competente do Ministério da Saúde emitir autorizações e registros e fiscalizar produtos e atividades com a OGM e seus derivados e assinar uso humano, farmacológico etc." Ou seja, na competência do Ministério da Saúde.

Agora, do jeito que ficou aqui, o Ministério do Meio Ambiente vai ficar com tudo, vai pegar todo o território nacional e vai falar assim para o Ministro da Agricultura: pode ir pescar, não tem mais o que fazer.

Então, isso aqui, quem apresentou a emenda, tem uma intenção, é o de dar todo o poder para o Ministério do Meio Ambiente e tirar todo o poder do Ministério da Agricultura. E eu não posso aceitar dessa forma que está sendo apresentado e que V. Exª acatou.

Quero colocar esse ponto de vista contrário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Só um esclarecimento, Senador. A sua tese é então é que volte a expressão "naturais"?

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Exatamente.

O SR. (Orador não identificado) – Senador Osmar, conte com o meu voto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – A emenda é do nobre Senador Mercadante, apresentada pelo Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT-AC) – Da minha parte não há nenhuma objeção, se o Senador Mercadante concorda...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Da minha parte também. O argumento que o Senador Osmar colocou é bastante procedente, porque, de fato, a competência deve ser absolutamente assegurada nos ecossistemas naturais. Nos demais ecossistemas, o órgão de fiscalização competente tem a prerrogativa de requerer contrariamente à decisão da CTNBio. Aí o Conselho de Ministros vai proferir o parecer.

Por isso, entendo que está correta a ponderação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V. Exª retira a sua emenda? Eu não vou mudar agora. Não vou ser acusado de estar apresentando um novo relatório. Vamos acatar a emenda, mas ela não será incorporada imediatamente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Ninguém está questionando a eficiência e a competência do Relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Eu só queria ponderar que o Relator, na tentativa de contribuir com os trabalhos da Comissão, tem buscado, por intermédio da assessoria, apresentar o relatório. Eu penso que S. Exª não devia fazer isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Em tempo real.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – O ideal seria terminar a discussão e, no final, vai emenda por emenda. Aí fechamos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não, já foram relatadas todas elas. Essa ia ser acatada, mas quando ele voltou e trouxe a ponderação, pedi-lhe

que fizesse um destaque para o Plenário. Mas, se V. Exª retirar...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Eu retiro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – ...não há problema nenhum, mas não vou incluir isso para não ser acusado de ter modificado mais uma vez.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Eu retiro a emenda, porque entendo que o argumento colocado é absolutamente procedente. Ou seja, os entes de fiscalização, nas demais decisões, terão de recorrer ao Conselho de Ministros, que acatará ou não o recurso contra a decisão da CTNBio.

Quando se trata de ecossistemas naturais, florestas, aí ele tem a função exclusiva da preservação. Creio que, assim, está respeitado espírito do projeto e, de fato, essa emenda provocaria uma alteração substancial. Estou de acordo com a ponderação. Retiramos a emenda.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Se a emenda foi retirada, voltamos ao que estava anteriormente. Eu apenas não estou incluindo isso, no momento, para não ser acusado, mais uma vez, de estar mudando o texto.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Veja a importância de os Senadores analisarem o relatório com tranqüilidade. Essa observação do Senador Osmar Dias é absolutamente pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senadores Delcídio Amaral e Pedro Simon, nem eu ou a Senadora Lúcia Vânia, nem o Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, nenhum de nós, relutaria em adiar a votação, porque não temos interesse pessoal algum em manter a votação neste momento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Então vamos fazer a votação!

Percebo que a grande, a esmagadora maioria deseja a votação, até pelo fato de esse assunto ter sido discutido longamente na Comissão de Educação. O substitutivo que está aqui é praticamente o mesmo.

Portanto, vamos proceder à votação do substitutivo conjunto do Senador Ney Suassuna. O substitutivo se refere à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Assuntos Sociais.

Em votação o Substitutivo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, peço votação nominal.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, pergunto se não podemos ter um tempo um pouco maior só para olhar. Ninguém quer deixar de votar. É só uma questão de bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Posso ouvir o Relator e o Líder do PMDB, que está aqui.

Peço a audiência do Relator Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, estamos há oito meses acompanhando isso. Vamos fazer... Já estamos em processo de votação. V. Exª já anunciou a votação. Há um pedido de votação nominal. Vamos fazer a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos ser tolerantes.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Gostaria de saber se vamos votar o projeto com as emendas ou o projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Com as emendas. Já foram aprovadas. Já está no texto.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Gostaria de ter a resposta do Presidente. Nós estamos votando o projeto com as emendas ou vamos ressalvar as emendas e votá-las uma a uma?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nós vamos votar o parecer que conclui pelo substitutivo, que, por sua vez, já absorveu as emendas, e as que não tiverem sido incluídas...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Todas foram.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Todas foram.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Faço uma pergunta específica: a emenda que apresentei diz o seguinte:

"Substitua-se em todo o texto do PLC, na forma do substitutivo em apreciação nas comissões de Assuntos Sociais, Econômicos e Justiça e Cidadania, a expressão "parecer técnico conclusivo por decisão técnica"".

Quero saber o parecer do relator.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Ela foi anunciada quando V. Exª se ausentou, foi acatada depois que recebemos o parecer técnico dos juristas dizendo que podíamos fazê-lo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu me ausentei por um minuto e ele me pegou!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Mas tecnicamente a decisão foi correta, e o parecer do relator também foi muito bem conduzido e preciso.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Obrigado pelo acatamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Arns tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Uma pergunta: o Senador Ney Suassuna, durante a nossa reunião, declarou que as emendas poderiam ser apresentadas em plenário. Isso procede?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – No plenário as emendas poderão ser destacadas ou apresentadas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PR) – Poderão ser apresentadas no plenário. Na verdade, havia uma dúvida em relação à assessoria, porque não poderíamos apresentar emendas a um substitutivo não votado. Então, na verdade...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Aqui houve o acatamento de emendas. Agora pode-se fazer o DVS ao projeto lá no plenário e discutiremos tranqüilamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PB) – Só quero ressaltar com isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, que nem todas as emendas foram apresentadas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Poderão ser apresentadas lá como DVS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT-PB) – Como DVS na seqüência.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – No turno suplementar, inclusive – vai haver turno suplementar –, poderão ser apresentadas até as emendas derrotadas aqui.

Que se proceda à votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vamos então proceder à votação do parecer do relator. A votação será nominal, na forma do que foi solicitado.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam com o parecer dirão SIM.

Como vota a Senadora Serys Slhessarenko?

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – A favor do Substitutivo apresentado pelo Senador Sibá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Estamos votando inicialmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Senadora Serys Slhessarenko vota SIM.

Como vota o Senador Aloizio Mercadante?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – É sobre o processo de votação?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Houve um mal-entendido quanto à votação da Senadora. Pediria que ela esclarecesse o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Qual foi o voto da Senadora?

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Pelo substitutivo do Senador Sibá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não está em causa o substitutivo do Senador Sibá. Está em causa o parecer do relator que conclui por um substitutivo dele e não do Senador Sibá. V. Exª vota com o parecer do relator ou contra o parecer do relator?

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Ouvirei V. Exª logo em seguida.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – É sobre o processo de votação. É que foi colocado agora um projeto que não conheço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, posso esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O projeto foi rejeitado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Não é um novo projeto, é uma emenda que foi recusada e que poderá ser reapresentada.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Não é isso.

Isso é absolutamente conhecido de todos nesta sala, e peço que, assim como todos têm de ser respeitados, respeitem também os outros encaminhamentos. Essa matéria é extremamente polêmica e sensível. Se não tivermos um tratamento respeitoso, será difícil chegarmos a um consenso no encaminhamento.

Alguns senadores vão votar favoravelmente ao projeto da Câmara dos Deputados, o que é absolutamente legítimo, democrático, correto. Não vejo nada que desabone essa opção, eles acham que o projeto da Câmara os contempla. Eles não são favoráveis ao substitutivo, eles vão defender o projeto da Câmara. Aqui, neste momento, vota contra o substitutivo e votará no plenário a favor do projeto da Câmara. É isso.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Esse é o meu voto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V. Exª vota "Não".

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senadora Serys, ainda não consegui entender o voto de V. Exª. V. Exª vota com o parecer do Senador Ney Suassuna, contra ele ou se abstém de votar?

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT-MT) – Sr. Presidente, contra o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª vota "Não".

Senador Aloizio Mercadante, como vota V. Exª?.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Voto a favor do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Vota "Sim"?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Tião Viana. (Pausa.)

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB-SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – "Sim".

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A votação está encerrada.

O SR. (Orador não identificado) – S. Exª solicitou antes do encerramento da votação, assim como a Senadora Ideli.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Já encerrei a votação. Além do mais, o quorum por parte do Bloco já foi completado; todos votaram. Titulares e suplentes correspondentes ao número.

Votos "Sim" 15; 3 votos "Não".

Portanto, o Substitutivo foi aprovado na Comissão de Justiça.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento. Se esse projeto for derrotado por uma das Comissões, o que acontece?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Ocorrerá que nas duas outras comissões valeu o parecer do Relator; na terceira Comissão, o Presidente nomeará um relator para o vencido.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Isso significa que se o projeto que estamos votando for derrotado prevalece o que veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não, já foi aprovado o projeto na primeira Comissão, portanto, ele já irá a plenário; as duas outras comissões não interferiram na dinâmica da votação de plenário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT-PR) – Era só para entender o voto do PT.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª (Oradora não identificada) – Senador Osmar Dias, era exatamente o que queríamos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Senador Ramez Tebet, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comandará a votação na sua Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, como já esclareceu o Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os Senadores que quiserem acompanhar o relatório do Senador Ney Suassuna votarão "Sim".

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, com relação ao parecer da consultoria técnica das atribuições da CTNBio, ao posicionamento do Conselho de Ministros e em atendimento a essa mudança do texto da emenda do Senador Tião Viana, voto com o Relator, competente e eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Delcídio Amaral vota "Sim".

(Continua o processo de votação.)

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Senador Ramez Tebet, quero registrar a minha presença, porque tinha me ausentado por uns segundos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Fernando Bezerra, gostaria de esclarecer a V. Exª que, pelo Bloco do Governo, todos já votaram. O suplente já votou no lugar de V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Muito obrigado.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet.) – Declaro encerrada a votação. Vamos à contagem dos votos.

Votos SIM 18, e 04 votos NÃO.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, a matéria está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Para a votação na Comissão de Assuntos Sociais, está presente a Presidente Senadora Lúcia Vânia, que comandará, portanto, a votação em sua Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Boa tarde a todos!

Na Comissão de Assuntos Sociais, vamos chamar os titulares. O procedimento é o mesmo que se deu na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Assuntos Econômicos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordarem com o Relator votem "Sim", os que não concordarem, "Não".

(Procede-se à votação nominal.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Passamos, agora, à apuração dos votos. (Pausa.)

Na Comissão de Assuntos Sociais, votaram SIM 18 Srªs e Srs. Senadores e NÃO 04 Srªs e Srs. Senadores.

O projeto está aprovado na Comissão de Assuntos Sociais.

Agradecemos a todos e passamos a palavra ao Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Foi, portanto, aprovado nas três Comissões o parecer do Relator, que será enviado ao plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião.)

Ata da 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 05 de outubro, de 2004, às 10:00 horas, na Sala De Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e cinqüenta e oito minutos do dia cinco de outubro do ano de dois mil e quatro, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Fernando Bezerra, Aelton Freitas, Valdir Raupp, Luiz Otávio, Gerson Camata, Ney Suassuna, Efraim Morais, Jonas Pinheiro, Paulo Octávio, Rodolpho Tourinho, Edison Lobão, Antero Paes de Barros, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Almeida Lima e Patrícia Saboya Gomes. Deixam de comparecer a Senadora Ana Júlia Carepa e os Senadores Roberto Saturnino, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, César Borges e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, são apreciadas as matérias da pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 144, de 2004, não terminativa, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial da segunda etapa do Projeto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – VIGISUS II, a ser executado pela Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, do Ministério da Saúde, e pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA", de autoria do Executivo, tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do parecer pela Senadora Ideli Salvatti, colocado em votação, a Comissão aprova o parecer da Relatora favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para tramitação da matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 148, de 2004, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo pela República Federativa do Brasil junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor total de US$ 505,050,000.00 (quinhentos e cinco milhões e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o "Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental", no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao BRASIL (PAFIB), destinados ao financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional", de autoria do Executivo, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do parecer pelo Senador Fernando Bezerra, colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova, ainda, Requerimento de Urgência para tramitação da matéria; Item 03-Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2000, não terminativo, que "estende aos portadores da forma crônica da Hepatite C ou da Hepatite B os direitos e garantias existentes para os portadores do HIV e doentes de AIDS", de autoria da Câmara dos Deputados, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela sugestão da Emenda nº 1 de Redação ao PLS nº 71, de 2000. O Presidente designa o Senador Aloizio Mercadante Relator Ad Hoc. Em seguida, o Senador Aloizio Mercadante procede à leitura do Relatório. Usam da palavra os Senadores Rodolpho Tourinho e Gerson Camata. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela sugestão da Emenda nº 1 de Redação ao PLS nº 71, de 2000; Item 04-Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2003, não terminativo, que "autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências", de autoria do Senador Sérgio Cabral, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A matéria já foi apreciada pela CCJ. Em 16-12-03, a matéria foi aprovada na CAE. Em 05-05-

04, foi aprovado Requerimento nº 543, de 2004, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, no Plenário do Senado, solicitando reexame da matéria pela CAE. A Presidência conceda a palavra ao Relator, Senador Jonas Pinheiro para que proceda à leitura de seu Parecer. Em seguida, usam da palavra os Senadores Gerson Camata, Aloizio Mercadante e Efraim Morais. É concedida Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2003, não terminativo, que "acrescenta o artigo 47-A à Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985, que dispõe sobre o cheque e dá outras providências, alterando o regime de citação na execução do cheque", de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2002, terminativo, que "permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Carlos Wilson, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2002, terminativo, que "modifica o artigo 2º e o artigo 5º, incisos II e III, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de forma a instituir a opção do fundo de aval como garantia dos financiamentos", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos, de autoria do Senador Jefferson Peres, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas", de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Paulo Octávio, que oferece parecer favorável ao PLS nº 361, de 2003, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PLS nº 46, de 2003. Em 02-12-03, foi concedida Vista ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, nos termos regimentais, que devolveu sem Voto em Separado. Em 26-06-04, foi apresentado Requerimento, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando Audiência Pública para instruir a matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 29-06-04 foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, terminativo, que "acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer por Audiência prévia da CCJ, para análise de constitucionalidade e juridicidade, e posterior exame da CAE, com o ajustamento da Emenda nº 01 de redação que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2002, terminativo, que "altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o artigo 6º da Lei", de autoria do Senador Paulo Souto, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 2 que apresenta. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2003, terminativo, que "autoriza a União a conceder benefícios financeiros aos Estados e ao Distrito Federal em função do desempenho exportador e do saldo comercial externo", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre

a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES", de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que "altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)", de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2004, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer prazo até o último dia útil do ano em que é entregue a declaração de ajuste para a restituição de Imposto de Renda Pessoa Física pago a maior", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador João Alberto Souza, que oferece parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)", de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. Em 09-12-03, foi lido o parecer do Relator, ficando adiada a discussão e votação da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que "acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica", de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29/06/04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2003, terminativo, que "isenta da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) as sociedades cooperativas que observarem o disposto na legislação específica, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades", de autoria do Senador Aelton Freitas, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2003, terminativo, que "altera o artigo 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências", de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que "dispõe sobre o seguro educacional", de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2003, terminativo, que "altera os artigos 5º e 8º e revoga o artigo 9º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências", de autoria do Senador José Jorge, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2001, terminativo, que "permite o ingresso de pessoas físicas no Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pelo art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000", de autoria do Senador Luiz Otávio, tendo como Relator o Senador Roberto Saturnino, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 43-CAE, de 2004, que requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, sejam convidados para comparecer em Audiência Pública neste Órgão Técnico, a fim de instruir a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, o Secretario do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, o Chefe do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Demian Fiocca, e o Presidente do Grupo Trevisan, Antoninho Marmo Trevisan; Requerimento nº 44-CAE, de 2004, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que requer, em função da aprovação do Requerimento nº 41-CAE, de 2004, para a realização de audiência publica para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2004, a inclusão do nome do Sr. José Adrião de Sousa, representante da Associação de Aposentados e Pensionistas do

Banco do Brasil (AAPBB); Requerimento nº 45-CAE, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer aditamento ao Requerimento nº 41-CAE, de 2004, aprovado em 14/09/2004, requerendo, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública nesta Comissão para instruir o PLC nº 10, de 2004, incluindo como convidado, o Senhor Luiz Antônio Athayde; Requerimento nº 46-CAE, de 2004, de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Paulo Octávio que requer, nos termos do art. 89, XII, do Regimento Interno do Senado, seja remetido para exame da Subcomissão de Turismo, o Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003, que "dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, do dobro das despesas realizadas em Programas de Hospedagem para Lazer do Trabalhador, institui o vale-hospedagem e dá outras providências", antes de sua apreciação terminativa por esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ramez Tebet,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com a dispensa queiram permanecer sentados. (Pausa)

A Ata está aprovada e será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Sr. Senadores, terminado o primeiro turno, ei-nos aqui para mais uma jornada de trabalho de esforço concentrado.

Há matérias importantes a serem votadas.

Pediria escusas para, de ofício, colocar alguns requerimentos em votação.

O primeiro deles, do Senador Aloizio Mercadante, refere-se ao Projeto de Lei da Parceria Público-Privada e requer o comparecimento, para uma audiência pública, do Sr. Joaquim Levy, do Chefe do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Demian Fiocca e do Presidente do Grupo Trevisan, Sr. Antoninho Marmo Trevisan.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O requerimento está aprovado.

A Secretaria deve providenciar dia e hora para que sejam ouvidas as citadas pessoas.

Há um adendo a um requerimento do Senador Tasso Jereissati.

Em função da aprovação por esta Comissão de requerimento para realização de audiência pública, S. Exª requer a inclusão do nome do Sr. José Adrião de Sousa, representante da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O Senador Eduardo Azeredo, com relação também ao Projeto de Parceria Público-Privada, requer a oitiva de Luiz Antônio Athayde, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aqui há duas mensagens de muita importância referentes à contratação de empréstimos a favor da União.

Encontrando-se presente o Relator de uma das matérias, o Senador Fernando Bezerra, inverto, de ofício, a pauta, para que S. Exª possa proferir, dar conhecimento do seu relatório.

É a mensagem que propõe ao Senado Federal autorização para que seja contratado operação de crédito externo do Brasil, junto ao Bird, no valor de US$505,050 milhões, dos Estados Unidos da América.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, a Relatora Ideli Salvatti também já se encontra presente, de modo que os dois poderão ser relatados imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agora já inverti a pauta, e a Senadora não fará objeção. Logo a seguir, voltaremos ao Item 1.

Senador Fernando Bezerra com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB-RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é encaminhado ao Senado Federal a Mensagem nº148,de 2004, da Presidência da República, Mensagem nº524, na origem, para que a União possa contratar operação de crédito externo no valor de US$505,050 milhões americanos, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil

do Banco Mundial, destinado a financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional.

Como se sabe, por força do art. 52, V, da Constituição Federal, regulado pela Resolução nº69, de 1989, do Senado Federal, a contratação de empréstimos externos de interesse da União deve ser precedida de aprovação do Senado.

Trata-se de uma modalidade de empréstimo condicionada ao cumprimento prévio de metas na área de preservação ambiental. Vale dizer que o Brasil se tornou apto a solicitar crédito após ter cumprido metas de gestão na área de preservação ambiental.

A título de ilustração, cito algumas dessas metas: ações de fortalecimento do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama por meio da reorganização administrativa e criação da carreira de especialistas em meio ambiente, com a contratação de 100 especialistas para o Ministério e outros 600 para o Ibama; aumento da transparência nas informações ambientais, disponibilizando-se ao público as informações do Sistema Nacional de Meio Ambiente; aprovação pela Câmara dos Deputados da Lei de Proteção da Mata Atlântica, em dezembro de 2003; definição das áreas prioritárias de conservação por meio do Decreto nº5.092, de 2004; criação da Comissão Nacional de Substâncias Químicas, em abril de 2003, destinada a formular um programa de segurança química; e apreciação da Medida Provisória nº165, de 2004, que estabeleceu condições e meios para aperfeiçoar a gerência dos recursos hídricos através de contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as empresas locais.

Os recursos obtidos nesta operação de crédito não serão destinados a novos investimentos, mas comporão as reservas internacionais do País e poderão ser utilizados para saldar seus compromissos financeiros externos. Por esse motivo, não é exigida contra-partida com recursos nacionais. Ademais, os recursos poderão ser desembolsados de uma só vez, imediatamente após a efetividade do acordo de empréstimo, uma vez que as ações previstas em contrato e que condicionam a liberação dos recursos já foram satisfatoriamente atendidas.

São as seguintes as condições:

– Devedor: Ministério da Fazenda;

– Credor: Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird;

– Valor: US$505.050 mil dólares americanos;

– Prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2004; amortização: em 24 parcelas semestrais e consecutivas com vencimento de 15 de novembro de 2009 a 15 de maio de 2011, correspondendo cada uma das 23 primeiras a 4,17% do valor desembolsado, e a última a 4,9%;

– Juros: exigidos semestralmente em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta da *libor*, de seis meses, e *spread* de 0,5% ao ano;

– Comissão de compromissos: 0,85% ao ano sobre o saldo devedor não desembolsado exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% ao ano em diante;

– Taxa inicial: 1% do valor do financiamento, pagável simultaneamente no ingresso do recurso.

Compõem o processado em questão dois documentos que analisam os aspectos legais e técnicos da operação: o primeiro é o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de nº1.092, e o Parecer nº389 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Em nenhum dos dois há qualquer ressalva que desabone a operação. Em especial, o parecer do Tesouro Nacional atesta o total enquadramento da operação à exigência da Resolução nº69 do Senado.

Diante do exposto e nesses termos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluo o voto pela aprovação do pleito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, como vimos, o parecer é pela aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 1. Trata-se de um pedido de empréstimo em favor da União, também com o Bird, no valor de US$100 milhões, para financiamento parcial da segunda parcela do projeto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, a ser executado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e pela Fundação Nacional de Saúde, Funasa.

Tem a palavra a ilustre Relatora, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATI (Bloco/PT-SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Bird, que vai ser executado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, e pela Fundação Nacional de Saúde, para o VIGISUS, que é o Projeto de Vigilância em Saúde no SUS, num total de US$100 milhões de dólares dos Estados Unidos.

A modalidade do empréstimo é *fixed spread loan*, com possibilidade de conversão de moeda, conversão da taxa de juros de flutuante para fixa ou vice-versa, estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros. Todas as possibilidades serão eventualmente aplicáveis à totalidade ou a partes do empréstimo.

O prazo do desembolso é até 31 de dezembro de 2008.

A amortização se dará em vinte parcelas semestrais, sendo cinco parcelas consecutivas, com vencimentos de 15 de julho de 2009 a 15 de julho de 2011, mais quinze parcelas consecutivas, de 15 de janeiro de 2013 a 15 de janeiro de 2020, ou seja, sem pagamentos em 2012.

Os juros exigidos semestralmente, em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano, calculado sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual composta de *libor* semestral e *spread* de 0,50% ao ano.

A comissão de compromisso é de 0,85% ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% ao ano em diante.

A comissão à vista é de 1% sobre o valor do empréstimo a ser debitada na parte na data em que o contrato estiver em efetividade.

Então, dadas as condições do empréstimo, a importância, a relevância, nosso parecer e nosso voto é favorável à autorização pleiteada pela Mensagem nº144, de 2004 e apresentamos o Projeto de Resolução para aprovação do empréstimo.

Sr. Presidente, é esse o nosso parecer e voto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs. e Srs. Senadores, como vimos o parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

A matéria foi aprovada.

Como a Relatora do Item 3 não se encontra presente, vamos ao Item 4.

Item 4. Projeto de Resolução do Senado de nº57, de 2003, não terminativo, que autoriza cessão para cobrança da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras e dá outras providências.

Autoria do Senador Sérgio Cabral. O Relator é o Senador Jonas Pinheiro, que tem a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, este projeto foi muito debatido nesta Comissão e aprovado após profundas mudanças, inclusive sugeridas pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Depois de entendimento com o Poder Executivo, este projeto foi para o plenário. Quando ia ser votado, a Senadora Maria do Carmo Alves apresentou uma proposta, que fez com que ele retornasse a esta Comissão, no sentido de que não só os municípios, mas também o Distrito Federal e os Estados, pudessem pedir antecipação de receita mediante cobrança por agentes financeiros.

Então, Sr. Presidente, como a Constituição é clara, porque não diferencia o que é responsabilidade do município, do Estado e da União e também do Distrito Federal, essa emenda da Senadora Maria do Carmo Alves merece nosso apoio.

Portanto, trata-se de matéria aprovada nesta Casa. Ela apenas recebeu essa emenda para que se incorporasse os Estados entre os entes que fariam a cobrança por intermédio do sistema financeiro.

Sr. Presidente, é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o nobre Senador Gerson Camata para discutir.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, o Projeto já passou pela Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – O substitutivo apresentado pelo Senador Jonas Pinheiro aperfeiçoa o Projeto – inclui os Estados – e propõe uma melhor formatação jurídica. É um grande avanço para os Estados e municípios.

Quem já exerceu cargo no Executivo – como V. Exª – sabe das dificuldades que, às vezes, as Procuradorias oferecem para a cobrança dessas dívidas e dos inúmeros sistemas protelatórios paralelos à Justiça. Isso torna a situação complicada e difícil para os Estados, municípios e Distrito Federal reaverem aquilo que foi desviado, aquilo que não foi pago. Além disso, há um outro problema: incentiva a sonegação. Os que pagam os seus tributos em dia percebem que os inadimplentes, às vezes, conseguem protelar esse pagamento por anos ou decênios, e até mesmo não pagar.

É um Projeto moralizante e oportuno.

Quero também me congratular pela maneira como o Relator, Senador Jonas Pinheiro, conseguiu enxugar e até melhorar a compreensão do Projeto em si.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, de fato, discutimos bastante este Projeto e a minha primeira impressão era a de que o Projeto estava retomando as malfadadas operações de antecipação de receita orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas não é o caso.

O SR. ALOIZIO MERCANDANTE (Bloco/PT-SP) – Eu sei, mas naquela ocasião, destaquei, inclusive, que, da forma como o Projeto estava, era, efetivamente, a retomada de antecipação das receitas orçamentárias. O texto avançou bastante. Houve um aprimoramento. O Senador Jonas Pinheiro está de parabéns, mas eu gostaria de estudar uma alternativa que, talvez, eliminasse esse risco definitivamente: o Estado ou o município vender, terminantemente, a dívida ativa. Isso se faz uma só vez: transfere-se toda a dívida para um ente privado e recebe-se a remuneração correspondente, eliminando, por assim dizer, esse espaço pouco transparente, e que sempre prejudica o setor público, entre a instituição e o ente público nesse tipo de tratamento. Em função disso, eu só quero estudar. Realmente, é um tema muito delicado e o passado do Brasil recomenda toda a cautela.

Peço vistas com o compromisso de, rapidamente, apresentar a possibilidade de uma alternativa. Se isso não for possível, mantenho, evidentemente, o parecer do Senador Jonas Pinheiro. Respeito o trabalho que foi feito, inclusive participei do mesmo, e considero que houve um grande avanço.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL-PB) – Sr. Presidente, eu, também, peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O pedido de vistas é coletivo, considerando que o Senador Efraim Morais faz o mesmo pedido de vista.

Está concedido vista, então, pelo prazo legal de 5 dias.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Sr. Presidente, é possível procedermos à apreciação do item 20, relativo ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um pedido de inversão de pauta.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, se possível, há, também, um outro pedido de inversão de pauta – do item 11.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos atender o pedido de inversão feito pelo Senador Paulo Octávio, Vice-Presidente da Comissão. S. Exª pede para que a Comissão examine o item 20.

Item 20. Altera o art. 4ºda Lei nº7.827, de setembro de 1989.

O Senador Garibaldi Alves Filho conclui pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. O Projeto é terminativo e exige quorum qualificado, Sr. Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – O Relator não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª insiste, posso designar um relator, mas o quórum é qualificado. Penso que seria bom esperar um pouco.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF) – Aguardamos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é o requerimento de V. Exª?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – O meu também seria terminativo e exigiria quórum qualificado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É o 16, não é?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu só queria pedir urgência para as duas operações de crédito que nós votamos. Não votamos a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem sido praxe e eu irei colocar em votação os dois de uma vez só.

O requerimento é no sentido de conceder urgência aos itens 1 e 2, já votados aqui e que versam sobre a concessão de créditos em favor da União.

Está em votação o regime de urgência. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos, então, ao Item 3.

Designo, para ler o relatório da Senadora Ana Júlia Carepa, não para modificações, um relator **ad hoc** para leitura. Quero deixar isso claro.

Item 3. Substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº71, de 2000, não terminativo, que estende aos portadores da forma crônica da hepatite C ou da hepatite B os direitos e garantias existentes para os portadores do HIV e doentes de Aids.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa.

Designo o Senador Aloizio Mercadante para leitura do relatório.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar a iniciativa desse projeto de lei da Câmara dos Deputados, em particular a Senadora Ana Júlia, que estudou de-

talhadamente a matéria e apresentou um excelente relatório, já do nosso conhecimento.

Está em apreciação o substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº71, de 2000, que altera a Lei nº7.713, de 22 de dezembro de 1998, para incluir entre os rendimentos isentos de Imposto de Renda os proventos recebidos por portadores de hepatopatia grave.

Na versão aprovada pelo Senado Federal propõe-se apenas a isenção de Imposto de Renda Pessoa Física para os aposentados portadores de hepatopatia grave, mediante alteração, nos termos seguintes, introduzida diretamente na lei que rege a matéria:

"Art. 1º – O inciso XIV *do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:*

XIV – Os proventos da aposentadoria ou reforma motivada por acidentes em serviço percebidos pelos portadores de hepatopatia grave, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma..."

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados amplia o escopo da proposição e utiliza outra técnica legislativa ao estipular, no art.1º, que são estendidos aos portadores os benefícios dispostos no inciso XVI do art. 6º da Lei nº7.713, de 22 de dezembro de 1998.

Além de modificação da técnica legislativa, ou seja, da forma, notam-se as seguintes alterações de mérito introduzidas pela Câmara dos Deputados:

1. a expressão "hepatopatia grave" é substituída pela expressão "portadores de hepatite C e da hepatite B, em sua forma crônica".

São estendidos aos portadores dessas formas de hepatite os benefícios estabelecidos na Lei nº7.670, de 1998, aos portadores de HIV e doentes de Aids licença para tratamento de saúde ou para aposentadoria ou reforma militar, pensão especial, dispensa de carência de previdência geral para fins de auxílio-doença, aposentadoria e pensão, bem como levantamento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Também são estendidos aos supracitados portadores de hepatite os benefícios da Lei nº 9.303, de 1996, que trata da distribuição gratuita de medicamentos.

É criada a exigência de que o beneficiário deva submeter-se aos exames periciais, conforme dispuser o regulamento.

Análise.

Nesta fase da tramitação do projeto, cabe ao Senado unicamente aceitar ou rejeitar as alterações nele efetuadas pela Câmara dos Deputados, razão por que devem ser aplicados os Dispositivos nºs285 a 287 do Regimento Interno, que dispõem o seguinte:

"Art. 285. A emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda.

Art. 286. A discussão e a votação das emendas da Câmara a projeto do Senado far-se-ão em globo, exceto:

I – se qualquer comissão manifestar-se favoravelmente a umas e contrariamente a outras, caso em que a votação se fará em grupo, segundo os pareceres;

II – se for aprovado destaque para a votação de qualquer emenda.

Parágrafo único. A emenda da Câmara só poderá ser votada em parte se o texto for suscetível de divisão.

Art. 287. O substitutivo da Câmara e do projeto do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, obedecido ao disposto no parágrafo único do artigo anterior."

A aprovação do substitutivo da Câmara enfrenta dois problemas, independente do mérito das alterações de substância que ele introduz no projeto original do Senado. Quanto à técnica legislativa, o substitutivo, diferentemente do projeto do Senado, não observa dispositivo no art. 7º, inciso IV, e no art. 12 da Lei Complementar nº95, de 26 de fevereiro de 1988.

Voto.

Em face ao disposto, voto pela rejeição do substitutivo da Câmara dos Deputados (Projeto de Lei do Senado nº71, de 2000).

Sugiro, todavia, para melhorar a clareza do texto no referido PLS, já aprovado por esta Casa, a seguinte emenda de redação, a ser incluída pela Mesa, nos autógrafos que serão encaminhados para a sanção.

Emenda de redação da Comissão de Assuntos Econômicos: substitua-se no inciso XIV, art. 6º da Lei nº7.703, de 1988, que se refere o art. 1º do PLS nº71, de 2000, a expressão "hepatopatia grave" pela expressão "hepatite B ou hepatite C, na sua forma crônica".

Portanto, Presidente, basicamente, o parecer da Senadora Ana Júlia mantém o projeto original do Senado, fazendo apenas uma emenda de redação, que me parece totalmente apropriada.

Com a alteração proposta pela Relatora fica muito mais fácil para o cidadão comum entender o alcance dessa lei, que é uma lei de proteção social, que concede os benefícios que já existem a outras doenças, como a AIDS, aos portadores de hepatite B ou hepatite C, em sua forma crônica. Essa é a denominação amplamente reconhecida pela população. Em sendo assim, a redação proposta facilita o acesso, é mais

didática e permite ao cidadão usufruir os benefícios que estão sendo concedidos.

Portanto, proponho manter o relatório e o voto da nossa grande Senadora Ana Júlia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão a matéria.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Só quero, Sr. Presidente, louvar este projeto, porque, em primeiro lugar, quando se verifica o que acontece hoje com a hepatite C no País, não se tem a real dimensão desse problema. Em segundo lugar, trata-se de uma doença que pode levar até dez anos para se manifestar.

Creio no acerto em estender e em tornar mais claro esse benefício. Não tenho dúvida nenhuma da sensatez do parecer da Senadora Ana Júlia, até o próprio Líder apresentou alguma dificuldade em dizer "hepatopatia grave", porque realmente é complicado. Trocar essa expressão por hepatite C, hepatite B torna o dispositivo muito mais fácil do povo entender. É essa uma das nossas funções.

Quero louvar o parecer e o projeto.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – Sr. Presidente, certa vez, aqui, propus a criação de uma comissão mista para simplificar o enunciado das leis, que normalmente são elaboradas com muitos termos jurídicos, muitos termos sofisticados, o que torna os dispositivos, às vezes, incompreensíveis ao cidadão comum. Contarei um episódio que ocorreu aqui apenas para exemplificar a necessidade de se utilizar uma terminologia mais acessível à população.

Um projeto que proibia o abate de determinada espécie de tartaruga foi inicialmente redigido assim: fica vedado o abate das tartarugas do gênero **versatia universalis carapecum**, um nome assim. Imaginem um pescador no Amazonas, para abater ou não uma tartaruga, ter que descobrir se era **versatia universalis**. Na época se optou pelo nome popular da tartaruga, que era conhecido pelo pescador.

Sempre que podemos simplificar a sua terminologia, aproximamos a lei da população.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas não vamos trabalhar a passo de tartaruga. Temos que ser rápidos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – É somente um aparte sobre este tema.

Na minha sala, tenho um resumo do Joaquim Nabuco, inclusive o texto é de próprio punho, em que S. Srª escreve a lei de maior alcance social da história do Brasil, que é a Lei da Abolição da Escravatura, que tem dois artigos: o primeiro, "fica abolida a escravatura em todo território do Império do Brasil"; e o segundo, "ficam revogadas as disposições em contrários".

Hoje, se fôssemos elaborar uma lei como essa, inclusive com as técnicas legislativas que dominam o processo, o texto teria aproximadamente 50 páginas. Por exemplo: "Ficaria abolida a escravatura, mas os escravos comprados em um período determinado teriam direito a uma indenização específica; os escravos do Nordeste receberão um adicional; e os proprietários, indenização específica." Na região Norte seria de forma diferente, tal setor da atividade produtiva teria direito a alguma compensação. Seria, na realidade, um manual.

Considero importante simplificarmos as leis para atendermos à objetividade e à essência dessa mesma lei, para atendermos ao senso comum. Dessa forma, diminuiríamos as pendências judiciais e aumentaríamos o acesso dos cidadãos comuns aos seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua em discussão o parecer da Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Srs. Senadores, há um requerimento solicitando – de ofício, e já fiz isso ao despachar – que o Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Leonel Pavan, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto de Renda de pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programa de hospedagem para lazer de trabalhador; que institui o vale-hospedagem; e dá outras providências, seja encaminhado à Subcomissão de Turismo.

Isso me é facultado pelo art. 88, inciso XII, do Regimento Interno do Senado. Assim, faço apenas a comunicação à Casa.

Srs. Senadores, as demais matérias dependem de **quorum** qualificado. Creio que voltamos ao trabalho, já que votamos algumas matérias importantes.

Antes de encerrar, quero franquear a palavra aos Srs. Senadores que possam ter algumas considerações com relação à nossa Comissão ou a qualquer assunto de interesse da Comissão, do Senado ou da coletividade. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, houve um acordo de Líderes pelo qual, nesta semana de sessões deliberativas, faríamos audiência pública do projeto de Parceria Público-Privada e iniciaríamos o processo de negociação para que, na próxima semana em que haja sessões deliberativas, possamos votar o projeto.

Solicitaria a V. Exª seja marcada reunião extraordinária para que seja debatido o projeto de Parceria Público-Privada. Sugiro que esta audiência seja feita quinta-feira pela manhã por considerar um bom horário para realizar reunião extraordinária da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Considerando que não há outro dia a não ser quinta-feira de manhã – amanhã já é quarta-feira –, pedirei à Secretaria que entre em contato com alguns dos convidados para verificar a disponibilidade de S. Srªs. Talvez consigamos agendar uma audiência com alguns dos inúmeros convidados para a próxima quinta-feira. Em caso afirmativo, haverá reunião às 10h, na quinta-feira.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, gostaria de informar que normalmente haveria reunião da CRE na quinta-feira, às 10h, mas, prevendo algum contratempo nesta quinta-feira e havendo necessidade de oitiva do indicado para ocupar a Embaixada no Timor Leste, informo – já que muitos da CAE pertencem à CRE – que a reunião para essa oitiva será hoje, às 18h30min. Dessa maneira, nós, os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estaríamos livres para participar da reunião da CAE na quinta-feira, às 10h.

É apenas isso que eu gostaria de informar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É uma grande colaboração de V. Exª.

Também quero informar que, em se tratando de audiência pública, não haverá deliberação nesta Comissão. Além disso, como temos nos desdobrado para maior produtividade dos trabalhos legislativos na Casa, mesmo que houvesse reunião na sua Comissão, teríamos condições de realizar as duas, porque aqui seria apenas uma audiência pública.

De qualquer forma, agradeço a importante colaboração de V. Exª.

Registro também a presença do Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, fui autor de mais um requerimento de convocação para essa audiência pública. O convocado será o Secretário de Minas Gerais, encarregado da PPP em nosso Estado. O requerimento já foi aprovado.

Gostaria apenas de saber quantas audiências públicas haverá. Esta será a primeira. Quais serão as próximas? Já há alguma definição?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São vários os requerimentos de convocação. Se não houver acordo das Lideranças, ouviremos todos, porque são requerimentos aprovados. De ofício, não vamos dispensar ninguém. Mas, havendo acordo de Lideranças para a diminuição do número de convidados para a audiência pública, a Presidência naturalmente vai acatá-lo. São, no mínimo, seis ou sete convidados, contando com o requerimento de V. Exª.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Prefiro que seja mais de uma audiência, pois não conseguiremos debater em apenas uma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não faremos só em um dia.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Exatamente. Faremos mais de uma. Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Veremos quais convidados poderão comparecer na quinta-feira. Daremos ciência por antecipação. Os convites são feitos de forma oficial e também por telefone. Há, por exemplo, convite para o Ministro do Planejamento, já atendido por S. Exª, para o Presidente do BNDES, para o Ministro da Fazenda e para o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB-RN) – Sr. Presidente, o Presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção Civil e o Presidente da Confederação Nacional da Indústria estão convidados? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião com os agradecimentos a todos.

(Levanta-se a reunião às 11h35min.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 20 de outubro de 2004, às 11:30 horas.

Às doze horas e trinta e sete minutos do dia vinte de outubro de dois mil e quatro, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **NEY SUASSUNA**, reúne-se a Comissão de Fiscaliza-

ção e Controle, com a presença dos Senadores **AELTON FREITAS, IDELI SALVATTI, SIBÁ MACHADO, ANTONIO CARLOS VALADARES, LUIZ OTÁVIO, OSMAR DIAS, MOZARILDO CAVALCANTI, DELCÍDIO AMARAL e PAULO OTÁVIO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Aberta a reunião, o Senhor Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente passa à deliberação da pauta, que consta das seguintes matérias: **Item 1) AVISO Nº 20, DE 1999**, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 135, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamenta, relativa auditoria realizada em obras sob a responsabilidade da Cia. Docas do Estado de São Paulo – CODESP" (TC nº 700.280/97-9); **Autor:** Tribunal de Contas da União; **Relator:** Senador **DELCÍDIO AMARAL; Parecer**: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Adiado. Item 2) AVISO Nº 167, DE 2000**, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 321, de 2000, bem como dos respectivos relatório de auditoria e voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação" (TC nº 006.073/2000); **Autor:** Tribunal de Contas da União; **Relator:** Senador **DELCÍDIO AMARAL; Parecer**: Solicita informações ao TCU bem como a realização de uma reavaliação dos resultados dos programas de irrigação. **Resultado: Adiado. Item 3) REQUERIMENTO Nº 21, DE 2004-CFC,** que "requer, nos termos do artigo 58, § 2º da Constituição Federal e do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, que seja convidado o Dr. SEBASTIÃO DO REGO BARROS, Diretor-Geral da ANP – Agência Nacional de Petróleo, para, em audiência pública nesta Comissão, prestar esclarecimentos sobre a prospecção de petróleo em todo o território nacional". Autor: Senador NEY SUASSUNA. Resultado: Aprovado. **Item 4) REQUERIMENTO Nº 22, DE 2004-CFC,** que "requer, nos termos do artigo 58, § 2º da Constituição Federal e do artigo 90, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, que sejam convidados o Dr. SÉRGIO MACHADO, Presidente da TRANSPETRO e o Dr. CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO DE LESSA, Presidente do BNDES, para, em audiência pública nesta Comissão, prestarem esclarecimentos sobre o transporte e a distribuição de petróleo em todo o território nacional **Autor:** Senador **NEY SUASSUNA. Resultado: Aprovado. Item 5) REQUERIMENTO Nº 23, DE 2004-CFC**, que "requer, nos termos regimentais, sejam convidados para audiência pública, nesta Comissão permanente, o Senhor JOSÉ ALEXANDRE NOGUEIRA DE RESENDE, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres e o Senhor CARLOS ALBERTO W. NÓBREGA, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquáticos, para prestarem esclarecimentos acerca da realização de pregões dirigidos para a aquisição de softwares da Microsoft, que estariam em descordo com a política do governo e com definições do Tribunal de Contas da União, conforme reportagem publicada no Correio Braziliense de 14 de setembro de 2004 e 15 de setembro de 2004. **Autor:** Senador **AELTON FREITAS. Resultado: Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Airton Dantas de Sousa, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Ney Suassuna,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DO DIA 20-10-2004

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da Ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que foram respondidos os Requerimentos nºs 429, 544 e 689, de 2001; 70 e 248, de 2002; 16, 754, 755 e 892, de 2003, aprovados anteriormente por esta Comissão.

As cópias dos respectivos ofícios foram devidamente encaminhadas aos Membros da Comissão.

Lamentavelmente, esta Comissão tem-se reunido poucas vezes nesse período eleitoral. Hoje vamos colocar em votação apenas três requerimentos.

Requerimento nº, de 2004-CFC:

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal; e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, seja convidado o Dr. Sebastião Rego Barros, Diretor-Geral da ANP – Agência Nacional do Petróleo, para que, em audiência pública nesta Comissão, preste esclarecimentos sobre a prospecção de petróleo em todo o território nacional, bem como sobre os assuntos relacionados ao petróleo sob a visão da Agência Nacional de Petróleo.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº, de 2004-CFC:

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal; e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, sejam convidados o Dr. Sérgio Machado, Presidente da Transpetro, e o Dr. Carlos Francisco Theodoro Machado de Lessa, Presidente do BNDES, para, em audiência pública nesta Comissão, prestarem esclarecimentos sobre o transporte e a distribuição de petróleo em todo o território nacional.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O último requerimento é de autoria do nobre Senador Aelton Freitas, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para audiência pública nesta Comissão, o Sr. José Alexandre Nogueira de Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres e o Sr. Carlos Alberto W. Nóbrega, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquáticos, para prestarem esclarecimentos acerca da realização de pregões dirigidos para a aquisição de *softwares* da Microsoft, que estariam em descordo com a política do Governo e com definições do Tribunal de Contas da União, conforme reportagem publicada no **Correio Braziliense** nos dias 14 e 15 de setembro de 2004.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O nobre Presidente da Aneel, Sr. José Mário Miranda Abdo, está encerrando o seu mandato e solicita que, em reunião conjunta com a Comissão de Infra-Estrutura, esta Comissão permita que S. Sª preste informações sobre o seu mandato e sobre a Agência Nacional de Energia Elétrica ao Senado da República.

Informo aos Srs. Membros desta Comissão que foi marcada essa audiência para o dia 09 de novembro, às 11 horas, em reunião conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle, da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h41min.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA
Criada Mediante Requerimento nº 529, de 2003-SF

Com a Finalidade de Irem a Roraima e ao Mato-grosso do Sul Inteirar-se das Questões Fundiárias Daqueles Estados.

Ata da 1ª Reunião (Instalação), realizada em 27 de janeiro de 2004.

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatro, às dezenove horas e trinta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Eduardo Siqueira Campos e ainda com a presença dos Senhores Senadores Eduardo Siqueira Campos, Mozarildo Cavalcanti, Delcidio Amaral, Romero Jucá e Augusto Botelho, membros, reúne-se a Comissão Especial Temporária ***criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados"***. O Presidente declara aberta a reunião de Instalação da Comissão, na qual deverá ser eleito o Presidente. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação e convida para funcionarem como escrutinadores os Senadores Romero Jucá e Augusto Botelho. Realizada a apuração, o número de votos coincidiu com o número de votantes presentes no momento e apresentou o seguinte resultado: com cinco votos foi eleito por unanimidade, o Presidente o Senador Mozarildo Cavalcanti. A Presidência o declara eleito e empossado. O Senador Mozarildo de posse da palavra, agradece a honra que lhe foi conferido e, designa o Senador Delcídio Amaral para funcionar como Relator da Comissão. Dada a palavra ao Relator, este agradece sua indicação, tecendo considerações gerais sobre a necessidade das visitas "in loco" da Comissão nos Estados de Roraima e Mato-Grosso do Sul. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calhão*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

1º Relatório da Viagem in loco **ao Estado de Roraima, realizada nos dias 6 e 7 de fevereiro de 2004.**

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, às nove horas, na sede do Governo do Estado de Roraima, Palácio, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senhores Senadores Delcidio Amaral, Romero Jucá e Jefferson Peres, membros, reúne-se a Comissão Especial Temporária ***criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados"***. Presente também o Senador Augusto Botelho, o Governador Francisco Flamarion Portela, o Vice-Governador Salomão Cruz, o Juiz Alcir Crusen de Miranda. O Presidente dá início às Audiências em caráter reservado, na sede do Palácio do Governo de Roraima, na sala de reuniões, esclarecendo aos presentes o objetivo principal da Comissão, presente também os membros do Grupo

Técnico Especializado de Estudos das Áreas Indígenas. O Senhor Presidente concede a palavra aos Técnicos, pela ordem, ao Sr. Jonas de Souza Marcolino, Daniel Gianluppi, Robson Oliveira de Souza – Secretário Geral, Juscelino K. Pereira, Carlos Alberto Borges da Silva e Alcir Gursen de Miranda – Ccordenador, os quais abordaram os pontos fundamentais contidos nas publicações intituladas Área Indígena Raposa / Serra do Sol: Visão Regional e Perfil Territorial do Estado de Roraima, publicações estas que foram entregues no local aos membros da Comissão. A seguir, fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares Mozarildo Cavalcanti, Jefferson Peres, Delcidio Amaral, Romero Jucá e Augusto Botelho. Ao encerrar a Audiência com o Governador, com membros do Grupo Técnico Especializado de Estudos das Áreas Indígenas e demais autoridades locais, o Presidente da Comissão agradece a participação de todos e suspende a presente reunião para que os membros da Comissão possam dirigir-se à sede da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, onde se dará continuidade às Audiências, em caráter público, conforme previamente ajustado com as demais autoridades e convidados. Ao dar continuidade às Audiências, em caráter público, na sede da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, o Senhor Presidente convida para compor a mesa dos trabalhos, o Presidente da Assembléia, Deputado Antonio Mecias Pereira de Jesus, registrando a presença dos Senhores Deputados Estaduais Vingtum Praxedes, Raul Lima, Célio Wanderley, Titonho Marques, Elizeu Alves, Chico das Verduras, Sérgio Ferreira e da Deputada Federal Maria Helena Veronese. A seguir, o Presidente esclarece aos presentes quanto ao objetivo da Comissão em realizar a visita "*in loco*" ao Estado de Roraima. O Presidente concede a palavra, pela ordem ao Senhor Amazonas Brasil Hipérion – Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, ao Prefeito de Pacaraima, Senhor Hipérion de Oliveira, ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mecias, o Expositor passa a leitura de uma matéria publicada no Jornal do Brasil de autoria de Ivis Gandra Martins no Jornal do Brasil, à respeito das Organizações Não-Governamentais que estão envolvidas com questões fundiárias no território Nacional. A Presidência agradece a contribuição do Prefeito de Pacaraima e convida o Presidente da OAB, Dr. Antonio Oneildo Ferreira. Ato contínuo, fizeram uso da palavra os Senadores Jefferson Peres Delcidio Amaral, Relator da Comissão, Augusto Botelho e à Deputada Federal, Maria Helena Veronese, que passa a ler uma carta de uma cidadã residente no Município de Pacaraima e, após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Romero Jucá. O Senhor Presidente informa ao Plenário que irá suspender os trabalhos para o intervalo do almoço e em seguida será reaberto, dando continuidade a seqüência das Audiências. Reaberto os trabalhos, o Senhor Presidente informa aos presentes que os próximos expositores serão os representantes dos Produtores do Estado e faz um apelo aos mesmos para que sejam breves em suas colocações, uma vez que a Comissão ainda irá ouvir também os representantes das Entidades Indígenas. A Presidência concede a palavra ao Senhor Paulo César Quartiero – Presidente dos Rizicultores, ao Sr. Francisco Derval Furtado – Presidente da Associação Comercial e Industrial de Roraima, ao Senhor Dirceu Vinhal – Presidente da Associação do Grão Norte, que passa às mãos da Comissão, documentos contendo reivindicações dos índios, a seguir, fizeram também o uso da palavra, o Senhor Emilio Pauldo – Presidente da Cooperativa dos Produtores de Gado de Corte de Roraima, o Presidente convida o Sr. Luiz Zago – Presidente dos Pecuaristas , Dando seguimento às Audiências, o Senhor Presidente informa ao Plenário que esta Comissão convidou quatro Entidades Indígenas para participarem da presente Audiência, sendo elas a SODIUR, a CIR, a ARIKON e a ALIDICIR e, inicialmente, convida o Sr. Silvestre Leocádio – Representante da SODIUR, após, o Presidente solicita a presença do Representante da Entidade CIR, Sr. Jaci José de Souza e, dando seqüência às exposições, o Senhor Presidente convida o Representante de ARIKON, Sr. Gilberto Macuxi, o Prefeito de Pacaraima, Senhor Hipérion de Oliveira, solicita ao Presidente da Comissão a palavra pela ordem e contradita as palavras do Senhor Gilberto Macuxi. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra aos Senadores Jefferson Peres, Delcídio Amaral, na qualidade de Relator da Comissão, Romero Jucá e Augusto Botelho. A Presidência agradece a presença dos Senhores Senadores membros, de todos os presentes e Representantes de diversas Entidades, agradece a presença dos Técnicos do Senado aqui presentes, do apoio da Polícia Federal. Dando continuidade aos trabalhos da Comissão Temporária Externa, no dia sete de fevereiro do ano em curso, à bordo de um helicóptero cedido pelo Comando do Militar da Amazônia – CMA, partiram às sete horas e quinze minutos da cidade de Boa Vista, Capital de Roraima, os Senadores membros da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Augusto Botelho acompanhados pela Equipe Técnica do Senado Federal, Dr. Tarciso Dal Maso Jardim e Bruno Dantas Nascimento, Rosber Neves de Almeida, pela Secretária da Comissão, Dulcidia Ramos Calháo, com a presença dos Coronéis do Exército do Comando Militar da Amazônia, José Tadeu Simões Speck e Paulo Roberto Netto, dos Delegados da Polícia Fede-

ral Eduardo Alexandre Pontes e Fabíola Prado Piovesan, e os tripulantes do helicóptero cedido pelo Comando do Exército, Major Paulo Alexandre S. Dória, Capitão Emerson A. Januário, Capitão Luis Cláudio de Souza Franklin, Sargento Aquino Benites Neto, Sargento Bruno Leonardo Dias de Albuquerque e o Major José Ricardo Vendramin Nunes, em direção a Comunidade Indígena Serra do Sol.. Estavam também à borda da aeronave as seguintes autoridades: Prefeita de Uiramutã / RR, Sra. Florany Maria dos Santos Mota; Prefeito de Normandia / RR, Sr. Afonso Nivaldo de Souza, Presidente da Câmara de Vereadores de Uiramutã / RR, Vereador Tácito Cunha, e o Chefe Indígena, Jonas – Representante da Comunidade de Contão / RR. A Comitiva chegou à Comunidade Serra do Sol às nove horas sendo recepcionados pelos líderes e por todos os membros da Comunidade Indígena da Serra do Sol. Ao dar início às exposições inicialmente das lideranças Indígenas e posteriormente aos Senhores Parlamentares, fizeram uso da palavra, Dílson Ingarikó – Líder da Comunidade Ingarikó, após, o Líder Religioso, Senhor Leandro Luiz Ingarikó e Marco Ingarikó, respectivamente, que após usarem da palavra em sua língua de origem, foram traduzidos simultaneamente pelo Senhor Dílson, a Líder das Mulheres Ingarikó, o Sr. Martins Edman Ingarikó – Coordenador Geral do Povo Ingarikó. Após, fizeram uso da palavra o Senhor Davi Ingarikó, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Romero Jucá, a Sra. Florany Maria dos Santos Mota – Prefeita de Uiramutã; o Senho Afonso Nivaldo de Souza – Prefeito de Normandia / RR, e o Vereador Tácito Cunha – Presidente da Câmara de Vereadores de Uiramutã / RR. Ao término, os membros da Comissão, acompanhados pelas demais autoridades e técnicos, embarcaram no helicóptero com destino à Comunidade de Uiramutã, chegando às doze horas e trinta minutos sendo recepcionados pelas autoridades locais, líderes e pela comunidade e, todos passaram a cantar o hino Nacional e em seguida o hino do Estado de Roraima. A Presidência da Comissão apresenta os membros da Comissão e demais participantes e dá início às exposições, concedendo a palavra pela ordem aos Senhores: Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Augusto Botelho, Vice-Prefeito de Uiramutã, Senhor José Novaes, Senhor Jordão da Secretaria do Índio, Vereador Lauro Barbosa – Presidente da Câmara de Vereadores de Uiramutã, Senhor Lima Motta – Líder da Comunidade de Camarau e Vice-Presidente da SODIUR, Senhora Avelina – membro tradicional da Comunidade de Uiramutã, Senhor Jonas Marculino – Líder da Maloca do Pontão, o Líder Amazonas e a Prefeita de Uiramutã, Sra. Florany Maria dos Santos Mota. Ao encerrar as exposições realizadas na Comunidade de Uiramutã, o Senador Mozarildo agradece a todos pela participação, suspendendo os trabalhos às quatorze horas e quinze minutos para o intervalo do almoço e, após, os membros da Comissão, autoridades locais que a acompanham e os Técnicos, seguirão viagem de helicóptero para a Comunidade de Raposa. A Comissão chega a Raposa às dezesseis horas e trinta minutos, sendo recepcionados pelos Líderes e por toda a Comunidade, onde são encaminhados à quadra de esportes. Ao iniciar as exposições, toda os membros da Comunidade de Raposa cantam o hino Nacional e, o Líder Orlando Oliveira Justino apresenta a todos os participantes os membros da Comissão, as autoridades locais e concede a palavra pela ordem aos Senhores: ao Líder Davi, ao Líder João Maçarico, aos Senhores Lourival e Jonas – Líderes da Comunidade de Contão, Senhor Silvestre Leocádio – Representante da SODIURR, ao Líder Jadir e, também usa da palavra o Senhor Orlando Oliveira Justino. O Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti concede a palavra ao Líder Caetano, da Comunidade de Raposa, ao Senhor Hipérion de Oliveira – Prefeito de Normandia, ao Senador Augusto Botelho. Ao encerrar os trabalhos, às 17 horas e qarenta e cinco minutos, o Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, agradece a todos pela contribuição a esta Comissão e a Comitiva retorna para a cidade de Boa Vista de helicóptero, chegando à Capital às 18 horas e cinqüenta e cinco minutos. Encerra-se a missão da Comissão, e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei o presente Relatório que irá acompanhado das Notas Taquigráficas e registros fotográficos da viagem "*in loco*" ao Estado de Roraima.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – (Falha na gravação – fora do microfone.) ... quiseram sentar conosco para também debater essa questão. Eles já têm um posicionamento e chegaram a uma fase, segundo o que a Drª Débora disse, mais ou menos: "Não temos mais o debater, a fase do debate já passou. Agora só estamos na fase da homologação, que é o momento derradeiro."

Inclusive, ela chegou a dizer que o Presidente da República só confere a portaria do Ministro, não cabendo a Sua Excelência discordar. Recentemente, vimos, no Pará, a redução de uma área. Havia uma portaria do Ministro homologatória da área. Depois, ao ser ratificada, no decreto presidencial de homologação, houve uma redução da área. Como é o nome daquela área, Daniel?

O SR. DANIEL GIANLUPPI – Baú.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Baú. É um exemplo recente, de um ou dois meses atrás.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Se o Presidente, o Congresso Nacional e o Judiciário não podem fazer mais nada, há um 4º poder no País.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Sim. Formamos esse grupo de trabalho. O Robson é engenheiro agrônomo; o Roger é antropólogo; o Juscelino é advogado; o Jonas Marcolino é indígena. Por que o Jonas ? Ele foi tuxaua durante dez anos no Contão. O Jonas é professor, formou-se em Matemática e está começando a fazer Direito. É o exemplo de um índio que prosperou. Gianluppi é da Embrapa. Daniel Gianluppi é um pesquisador da Embrapa, nasceu no Rio Grande do Sul, mas veio para cá há mais de 20 anos e tem uma história dentro da Embrapa. O Dr. Gursen, o coordenador do grupo, é Juiz de Direito. Foi promotor no Pará, é especialista em Direito Agrário e em questões indígenas. Já publicou vários livros e dispôs-se a coordenar esse grupo, de modo que pudéssemos construir alternativas e debater com a associação.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Quem são os membros do grupo?

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Todos os que nominei estão aqui na frente, mais o Dr. Gursen. Cada um possui uma especialidade. Nesse grupo bem eclético, cada um pode dar a sua contribuição dentro dos dados catalogados, dentro das pesquisas que foram feitas.

Mais uma vez, dou as boas-vindas a todos e passo a palavra ao Vice-Governador para que faça sua explanação.

O SR. SALOMÃO CRUZ – Vou falar sobre mapas. Os mapas desta região são alterados constantemente. O que tenho em mãos é o mapa mais atual. Temos aqui três níveis de uso e de ocupação de terra, sob o ponto de vista da administração pública. A faixa daqui para cá é de fronteiras. Essa faixa é regida pelo § 2º, art. 20, da Constituição, que falta regulamentação. Existem várias legislações e o Dr. Gursen vai mencioná-las, mas depende de vontade da União na questão da regulamentação.

Essa faixa entre a linha vermelha e essa é regida pelo Decreto-lei nº 1.164. O entendimento do jurista é no sentido de que a Constituição não o recepcionou. É um Decreto-lei de 197,1 que está vigindo ainda. É o parâmetro que o pessoal usa para a questão de faixa de domínio de BR federal na Amazônia. Essa faixa entra aqui.

Essa outra faixa pode ser passada ao Estado a partir da regulamentação da Lei Marluce, que ainda não foi regulamentada. Porém, após a aprovação da lei, o Governo Federal criou tudo isso de área de preservação ambiental nessa faixa. Essa faixa toda.

Essa é a única faixa que pertence ao Estado: entre o Estado do Amazonas e a faixa fora do domínio das BRs federais. É a única faixa que pertence ao Estado e...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – **(Inaudível.)**

O SR. SALOMÃO CRUZ – Vou mencionar isso direitinho.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – **(Inaudível.)**

O SR. SALOMÃO CRUZ – Existem. Essas aqui são reservas ecológicas, são parques nacionais. Mas é...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – **(Inaudível.)**

O SR. SALOMÃO CRUZ – Sim, estão incluídas aqui todas as áreas de preservação. Unidades de conservação.

A distribuição deste mapa aqui, do ponto de vista institucional, estas áreas e estes dados são da Funai. Estas aqui são áreas de colonização do Governo Federal. Essa área em azul é uma área inundável e inaproveitável. Essa área foi delimitada pelo zoneamento ecológico-econômico. E essa outra área em creme é uma área montanhosa que foi tirada desta imagem de satélite aqui, que ressalta vários níveis de altimetria. Começa de 0 a 100 metros e vai até aqui. E essas áreas aqui, que são essas áreas douradas, vão de 600 a 2.500 metros, são áreas íngremes, áreas da faixa de fronteira desta parte aqui.

Do ponto de vista do ordenamento territorial, essas áreas aqui estão distribuídas nesses quadros. Por exemplo, área de faixa de fronteiras. Está aqui. O Incra tem isso aqui, arrecadadas pelo Incra. As áreas de preservação ambiental, unidades de conservação, dão esse total aqui. As áreas indígenas, totalizam esse total aqui. E o que sobra para o Estado, fora o Código Florestal, é 3 bilhões e 500 mil hectares, nesta área de fronteira.

Quanto às áreas de domínio das BRs federais que podem ser regulamentadas pela Lei Marluce, aqui está a distribuição delas, e o que sobra para o Estado é isso aqui. Como é uma área toda em área de floresta, sobra, na verdade, para o Estado 80% disso aqui.

E para as áreas do Estado, as únicas áreas que podem ser arrecadadas pelo Estado, porque estão fora de impedimentos legais, sobra esse total aqui. Aqui, há a distribuição total.

Esses dados normalmente não se compatibilizam. O Parque Nacional de Roraima é aqui. Ele está todo

dentro da área indígena. Prevalece a área indígena. Prevalece. Aqui é o Monte Roraima.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – E ele vai ser incorporado?

O SR. SALOMÃO CRUZ – Ele está incorporado na área indígena. Parque nacional.

Aqui há um parque nacional também, o Parima. E a proposta é a de extinção deles. São dois parques nacionais: o Parima, que sobra só isso aqui, e o Monte Roraima, que está dentro da área que é pretendida pela área Yanomami.

O SR. (Orador não identificado) – A questão ambiental prevalece à questão indígena. A idéia do Estado é de que prevaleça o (fora do microfone – inaudível), porque a área indígena (fora do microfone – inaudível). A idéia é não extinguir o parque...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Isso é que me espanta, porque parque nacional é santuário, e é proibida a exploração ecológica lá. É a diferença, por exemplo, de outras unidades de conservação. Numa reserva indígena, não há proibição de (inaudível).

O SR. SALOMÃO CRUZ – Não!

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Apenas se se incorporar ao fato, está-se extinguindo.

O SR. SALOMÃO CRUZ – Não, mas o parque é uma área aberta. Ela pode ser explorada. O parque nacional...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – O parque nacional, tecnicamente, é um santuário. É proibida qualquer exploração.

O SR. SALOMÃO CRUZ – Para as comunidades nativas, não!

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Apenas os que já vivem lá. Os que já vivem lá...

O SR. SALOMÃO CRUZ – As comunidades nativas podem explorar. Participei da Comissão. Fui Deputado Federal e participei da Comissão, Senador, cujo Relator era o Gabeira.

Mas os índios podem explorar. Os índios podem explorar para a subsistência deles. Tanto podem que há área indígena dentro do parque. E a proposta do Governo, do Ministério do Meio Ambiente e da Funai é de extinguir os dois parques, o Parima e o Monte Roraima, incorporando isso às áreas indígenas. Extingue-se o parque.

O SR. (Orador não identificado) – A proposta do Governo é de não extinguir o parque.

O SR. SALOMÃO CRUZ – Do Governo estadual.

O SR. (Orador não identificado) – Do governo estadual.

O SR. SALOMÃO CRUZ – O Gursen vai falar sobre isso aí.

Aqui, um mapa que estamos montando que abrange parte do norte da Amazônia, a Amazônia Ocidental, da Venezuela e parte das Guianas. Na verdade, a área dos Ianomâmis se estende para a Venezuela, são 9,4 milhões de hectares dentro do Brasil. E dessa área, cinco... Aqui é a Cabeça do Cachorro. A divisa é aqui: daqui é Venezuela, daqui é Brasil. Essas sete áreas aqui são unidades de conservação da Venezuela. Essas cinco, por exemplo, aqui são a reserva biosférica do Alto Orinoco, que é uma área fechada, como é a área de unidade fechada do Brasil para pesquisa.

Então, isso aqui é uma área de reclamação entre a Guiana e a Venezuela. Trouxe aqui um artigo que fala da intenção do Presidente Hugo Chávez de tomar da Guiana essa área que significa 2/3 do território da Guiana.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – É um contencioso antigo.

O SR. SALOMÃO CRUZ – É um contencioso antigo, o principal é de 1899 e 2/3, da Venezuela. O Presidente Chávez está encaminhando um projeto para a Assembléia Nacional Constituinte para reverter e tomar esse território da Guiana.

Assim, somada essa área de contestação aqui, com as áreas indígenas do lado brasileiro na fronteira, com as áreas de preservação na Venezuela – porque na Venezuela a legislação é um pouco diferente –, temos mais de 50 milhões de hectares, quase 1/3 do Estado do Amazonas destinado à área de preservação permanente, incluindo área indígena e outras coisas mais.

Isso aqui é uma imagem de satélite com as áreas institucionais, e aqui é o mapa mais atualizado das áreas indígenas brasileiras. Aqui há um erro.

Era esse o mapa que queria colocar para ter uma visão mais...

Agora, vou entregar isso em disquete para que fique mais...

O SR. ALCIR GURSEN DE MIRANDA – Governador, bom dia. Senadores, ratificando a colocação do Governador, nós, roraimenses, ficamos satisfeitos com a vinda das pessoas de Brasília, porque – e temos um amazônida, o que nos alegra muito – o grande problema que temos discutido é o desconhecimento da região amazônica pelos brasileiros, inclusive pelos próprios amazônidas. As pessoas não conhecem a Amazônia e só querem discutir os bichinhos e as plantinhas da Amazônia; esquecem que aqui também existem homens, seres pensantes. E, mais ainda, a história da nossa região, que é um problema seriíssimo. As pessoas não conhecem a nossa história, os nossos heróis, não conhecem as pessoas que realmente conquistaram isso

desde Pedro Teixeira, de uma maneira geral, a Lobo Dalmada, um caso específico da nossa região.

Sendo assim, ficamos satisfeitos com a vinda de pessoas que querem conhecer um pouco da nossa terra, especialmente a terra de Macunaima, que Mário de Andrade, por um tremendo equívoco, chamou de Macunaíma.

O Governador mencionou que devemos fazer parte de um grupo técnico. Não somos funcionários do Estado, do Governo do Estado, do Executivo. Esse grupo técnico foi formado por pessoas, por estudiosos, de acordo com o Decreto Presidencial nº 1.775, que regula hoje a demarcação de área indígena, que define as áreas específicas. E de acordo com essas áreas específicas é que foi montado esse grupo. Por esse motivo é que temos engenheiros agrônomos, antropólogos, juristas e um tuxaua, que dá uma visão mais étnica e histórica do problema.

Quando o Governador convidou o grupo, a idéia inicial foi traçar uma visão geral do nosso território, porque Roraima não vive apenas o problema indígena: o problema de Roraima é territorial, de uma maneira geral. Ou seja, envolve um aspecto fundiário em si, que envolve a questão ambiental, a questão indígena, a questão do Decreto nº 1164 e a questão de faixa de fronteira, que dizer, tudo isso tem que ser discutido, porque quando Roraima foi transformada em Estado, não se definiram essas questões.

O primeiro trabalho, o primeiro estudo, o primeiro relatório que apresentamos ao Governador, nós lhe demos esta denominação: Perfil Territorial do Estado de Roraima, o qual os senhores estão recebendo. Nós nos preocupamos em inserir na capa desse relatório dois mapas, um de 1904, que mostra o que o Brasil perdeu, especialmente em Roraima, na questão com a antiga Guiana Inglesa, com a Inglaterra. O Brasil perdeu 19 mil quilômetros quadrados em 1904. Inserimos, também outro mapa no qual situamos essa discussão toda. Temos receio de virmos a perder mais terras em virtude de uma possível internacionalização da Amazônia. O mestre Arthur César Ferreira Reis, o maior amazonólogo que temos, registrou isso em 1962, num trabalho fantástico que escreveu.

Neste trabalho que apresentamos, os senhores verão que traçamos um perfil geral: falamos da parte histórica de Roraima e destacamos a colonização da região, objeto de cobiça desde a época em que era chamada de Eldorado. Os senhores devem saber que ficava aqui em Roraima essa região a que se referia a lenda do Eldorado. A cobiça pela nossa região é muito grande, tanto que viemos a perder, depois, 19 mil quilômetros quadrados, que é exatamente a região do Pirara, onde ficaria, pela lenda, o lago do Eldorado.

Depois desse trabalho, fizemos um perfil sócio-econômico, mostrando a realidade do crescimento, a explosão demográfica, a transformação do Território em Estado, em obediência à Constituição de 1988, até os dias atuais. A população cresceu muito. A estrutura que o Estado pode oferecer demonstra essa preocupação com as pessoas que vivem aqui.

Para os senhores terem uma idéia, a migração é tão grande que no bairro chamado Pintolândia 86% da população são maranhenses. São dados para mostrar a grande migração que houve em nosso Estado.

Depois, fizemos um perfil fundiário que mostra os projetos fundiários, as glebas que temos, os assentamentos, a colonização e a situação em que se encontram. O Incra não regularizou totalmente muitas áreas, que não passaram para o nosso Estado até hoje. Estamos discutindo isso, mas o Incra nunca repassou essas terras para o Estado.

Depois foi feito um perfil das áreas indígenas. Neste ponto, uma discussão que levantamos é a de que, além de termos muitas áreas indígenas – são trinta e duas quase 50% do território de Roraima –, existe um problema maior que é a constante ampliação dessas áreas, o que causa insegurança jurídica em todo o povo. O Estado foi estruturado para dar segurança ao povo. Se ele não dá essa segurança, em que situação vamos viver? Esse é um problema, também, para o qual procuramos traçar esse perfil.

Em seguida, traçamos um perfil do meio ambiente e da atividade agrária exercida lá. Por quê? Porque as unidades de conservação existentes em Roraima hoje ultrapassam 25%; estão em torno de 28%. Ora, o Presidente Lula disse que o razoável seria 10% de área ambiental; já temos mais de 28%. O Presidente Lula disse que seria razoável 30% de área indígena; já temos quase 50% ou mais. E mostramos aqui que exercemos atividades agrárias que podem desenvolver o Estado.

Um dado para o qual sempre chamo a atenção é o de que Roraima foi um grande Estado pecuário. Na década de 80, Roraima tinha 400 mil cabeças de gado, e Rondônia tinha 400 mil cabeças de gado. Hoje Rondônia tem 9.600 milhões cabeças de gado, e Roraima continua com as 400 mil. Esse é um problema sério. Rondônia desenvolveu, e Roraima ficou patinando. Essa é a situação.

Temos a agricultura, que se desenvolve muito agora. O Estado de Roraima tem o privilégio de poder dizer que possui a maior produtividade de arroz do Brasil. O nosso arroz é de grande qualidade, e é por isso que o exportamos para o Amazonas e para o Pará.

Tenho dito aqui que não sei como o Governo Federal está vendo essa questão e por que quer tirar

esses produtores. Sabemos que a ONU, hoje, por meio da FAO, estabeleceu, depois do princípio da segurança alimentar, que a produção de alimentos se inclui no rol dos direitos humanos. A pessoa que produz alimentos precisa ter garantia para produzir alimentos em quantidade e em qualidade.

De acordo com a decisão da ONU, atualmente, não se pode remover uma pessoa que está produzindo alimentos. Em Roraima, há muitas pessoas – algumas delas estão aqui – que produzem alimentos de qualidade, que é o que se quer, de acordo com a linha da segurança alimentar. O Governo Federal quer tirar de lá esse pessoal que produz alimento numa região, em um País e num mundo em que se morre de fome. Não é preciso falar da África, basta irmos ao Nordeste. Roraima tem o privilégio de não ter essa preocupação com a miséria, pois lá existe pobreza, mas não tem miséria.

Depois, falamos rapidamente sobre a obrigatoriedade do zoneamento. Roraima também está preocupada com essa questão, porque é fundamental para o desenvolvimento do Estado ter o perfil, o zoneamento, para que se possa definir o que se vai produzir. Com isso, Roraima também está preocupada e está fazendo esse trabalho.

Ao final, mostramos o que o Governo do Estado está fazendo hoje e o que pretende fazer no futuro com suas terras.

Termino o trabalho fazendo algumas propostas plenamente viáveis para o Governo Federal nas áreas indígena e ambiental.

Elaboramos também um outro relatório específico da área Raposa/Serra do Sol, que é o foco maior hoje. Nesse relatório, que os senhores receberão até o final da manhã, apresentamos a problemática da Raposa/Serra do Sol, mostrando, numa visão antropológica segundo o Sr. Carlos Borges, a forma como os índios se estabeleceram no Estado. Se analisarmos a história, os macuxis, que é o caso da etnia do nosso parente Jonas Marcolino, chegaram aqui quase que de forma paralela, quase junto com os não-índios.

O etnógrafo alemão Theodor Koch-Grünberg, em 1911, demonstrou muito bem onde viviam os macuxis. E, em 1908, havia um pioneiro nessa região, chamado Severino Mineiro, que morava no Socó, que hoje vocês vão sobrevoar. Ele fundou em 1908 o Socó; depois, em 1911, fundou Uiramutã.

Essa visão antropológica também mostra como e por que esses índios vieram para cá, muitos inclusive em função da revolução que houve na Guiana. O tuxaua Jonas Marcolino elaborou um documento mostrando quantas malocas existiram. O Paulo Santilli, que é muito ligado ao Governo, numa dissertação de mestrado, diz que só existiam dez malocas em Roraima em 1986. Hoje, o CIR (Conselho Indígena de Roraima) afirma que são 152 malocas. Quer dizer, isso que colocamos no trabalho seria a forma de criação artificial dessas malocas. Destacamos muito isso.

Depois, procuramos destacar o aspecto agronômico, mostrando como são essas terras, onde muitas malocas foram implantadas artificialmente pelo CIR, pela Igreja Católica, terras que não têm condições de produzir. O Daniel e o Robson procuraram colocar isso de forma bem clara, mostrando o potencial de algumas áreas.

Por exemplo, os indígenas nunca habitaram a área onde os arrozeiros produzem. Inclusive, usamos muito como fundamento jurídico – aí já é o trabalho do Dr. Juscelino – o relatório feito pelo Ministro Nelson Jobim, que à época, em 1995, era Ministro da Justiça. S. Exª esteve aqui, visitou essas áreas, andou a cavalo, de trator, sobrevoou a região e depois chegou a uma conclusão, registrada no Despacho nº 80, de 20 de dezembro de 1995, onde diz que não existe fundamento antropológico para a ampliação que incluiu a área até a margem do rio Surumu e até a margem do rio Tacutu.

O Ministro Nelson Jobim diz também que não há por que se extinguirem essas vilas, que são centros populacionais consolidados, devido à forma de miscigenação existente. E S. Exª constatou isso. Se os senhores parassem no Socó, veriam que a maioria da população tem olhos azuis, porque o Severino Mineiro era paraibano e tinha olho azul.

O Ministro Nelson Jobim também constata a preocupação com os títulos expedidos pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que agora o Governo Federal está dizendo que não tem validade. E há uma preocupação séria: além da falta de segurança jurídica, é uma questão de estado de direito. Ora, o estado de direito foi criado devido ao abuso do Governo. Então, estamos em 2003 e o que estamos sentindo? Abuso do Governo Federal. Ele dá um título, o produtor está trabalhando e, de repente, ele tira esse título. Em que estado de direito estamos, se o próprio Governo não respeita a lei que faz nem seus próprios atos? Entendemos a questão dos Municípios na mesma linha.

Quero registrar a falta de respeito do Ministro da Justiça para com o Presidente da República. O Presidente Lula criou um grupo técnico para analisar a questão e iria esperar o resultado do trabalho dessa equipe, mas o Ministro da Justiça veio aqui e antecipou tudo, dizendo que a questão estava resolvida. Colocando um parêntese nessa questão, lembro que ato administrativo pode ser mudado a qualquer tempo. O

Presidente da República pode entender que está tudo errado, viciado e anular tudo. O administrador pode fazer isso. Entendemos que, nessa questão Raposa/Serra do Sol, isso pode ser feito, porque se trata de ato administrativo, e a Administração Pública pode, a qualquer momento, revogar seus atos. Isso é elementar em direito administrativo.

Quanto aos Municípios, o que entendemos? Se a União pretende suprimir o município, nós, do Estado de Roraima, entendemos que isso ofende o princípio federativo, porque, de acordo com a nossa Constituição, o município é uma unidade federativa. O Governo não pode fazer isso sob nenhum argumento, porque o município é uma entidade da nossa Federação, de acordo com a nossa Constituição Federal. Temos um entendimento geral sobre essa questão. Acreditamos que esse material é técnico.

O Professor Carlos Borges sempre dizia, quando estávamos trabalhando: "Estamos fazendo ciência. Não estamos preocupados em fazer política. Quem faz política são os senhores políticos". Procuramos fazer esse trabalho de forma técnica e subsidiar uma decisão política, é claro, de acordo com o entendimento técnico. Essa foi a nossa missão e a nossa preocupação, como técnicos das várias áreas, de acordo com a orientação do nosso Governador e com a discussão que tivemos com toda a sociedade organizada.

Governador, peço que dê tempo a cada um dos nossos companheiros para que faça uma exposição resumida sobre o tópico que lhe compete.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Com a palavra o Sr. Carlos Borges.

O SR. CARLOS ALBERTO BORGES DA SILVA – Bom dia, Sr. Governador, bom dia, Srs. Senadores. Farei um esclarecimento rápido, porque o Vice-Governador falou sobre a área de fronteira e, do mesmo modo, o Dr. Gursen abordou a questão da revolução na Guiana. Uma e outra questão são importantes para se compreender a movimentação, a mobilidade dos índios nas áreas Raposa/Serra do Sol e na área de fronteira.

Em 1969, aconteceu um levante que durou dois dias. Sr. Vice-Governador, estou estudando a questão do levante associada à chamada Guiana Essequibo, a parte que a Venezuela reivindica. Com certeza, uma e outra coisa estão associadas diretamente à nossa problemática indígena, uma vez que elas serviram para mobilizar o índio em direção a Roraima.

Até mais ou menos o início do século XIX – verifica-se isso em todos os relatos etnográficos –, era melhor para os índios viver na Guiana britânica, uma vez que lá tinham uma qualidade de vida bem melhor do que aquela oferecida aqui no Brasil. Grande parte dos índios macuxi, uapixana, atorai – disseram que estes últimos haviam sido extintos, mas o antropólogo Márcio Santos veio ao Brasil e redescobriu esses índios vivendo na área demarcada há pouco tempo, uma área pequena que se chama Quitauaú. Esses índios viviam na Inglaterra porque a vida lá era melhor.

Em 1969, depois da independência, em 1966, da Guiana, a situação começou a ficar dramática em razão da independência e da nova política de Forbes Burnham, e os fazendeiros que viviam na área de Lethem organizaram um levante, apoiado pela Venezuela, país que reivindicava essa região. Esse levante fracassou por problemas operacionais, e os fazendeiros saíram em massa levados exilados para a Venezuela. Uma parte ainda vive lá, outra parte migrou de volta para Roraima. Uma porção razoável encontra-se aqui. E com eles migraram tantos índios. Esses índios foram depois remanejados para a área de Santo Inácio, os Wapixana, Atoraiú, são índios Aruá, que falam a língua próxima do Wapixana, que vivem em Santo Inácio, na Venezuela, próximo a Santa Helena.

De lá para cá, era melhor para os índios viverem aqui no Brasil, tendo em vista que os Governos do território e ainda mais, com maior incidência, o Governo do Estado, passou a oferecer assistência às áreas indígenas. Acontece, dessa forma, uma movimentação da Guiana em direção ao Brasil.

Temos áreas indígenas na região de fronteira, na Serra da Lua, em que todos falam inglês. É o caso da área indígena Moscou, Jacamim, Bom Jesus e outras tantas. Na Raposa/Serra do Sol não é diferente. Esses índios preferem viver no Brasil a viver na Guiana. Muitos deles, de maneira curiosa, falantes de inglês, aposentam-se no Brasil. O Estado oferece uma assistência que estimula os índios a viverem no Brasil. Hoje, na área indígena Raposa/Serra do Sol, existem mil e tantos índios. Tem que se levar isso em consideração.

O Governo do Estado, ao oferecer assistência na área de saúde e educação, acabou estimulando esses índios da Guiana a se fixarem no Brasil. Vamos ter a mesma situação nas áreas próximas à fronteira, outras áreas, como, já disse, Jacamim, Moscou etc.

Fiz essa ligeira observação para que V. Exªs percebam que, para se compreender a situação indígena aqui no Estado, é preciso que venham, sintam a realidade. Vim para cá, pela primeira vez, em 1992; depois retornei em 1994 e 1996. Compartilhava de uma idéia que aprendi como estudante de pós-graduação, que via o Brasil como tendo uma dívida histórica com os índios, esse discurso que todo mundo conhece, mas que não oferece nenhuma saída viável e eficaz para os índios. Estes não querem olhar para o passado, sobretudo, os de Roraima. Querem olhar para o futuro,

planejá-lo, viver e ter acesso a todas as tecnologias e conquistas da sociedade não-índigena, mesmo assim mantendo-se como índio.

Queria oferecer esse tipo de informação a V. Exªs e dizer que estou aqui disponível para qualquer outro tipo de esclarecimento.

Obrigado.

O SR. JONAS DE SOUZA MARCOLINO – Bom dia, Srs. Senadores. Continuando a questão indígena, vou falar bem da nossa realidade. Sou macuxi, fui tuxaua do Contão por 10 anos, uma das mais antigas comunidades, dentre elas, o Contão, Raposa e Pedra Branca e Maturuca realmente, são comunidades mais antigas; a Serra do Sol fica lá em cima.

Nasci e fui criado no Contão. Estou aqui trabalhando e estudando, mas acreditamos nessa questão da demarcação principalmente da Raposa/Serra do Sol. Há dois grupos indígenas que pensam nessa região. Isso é fruto de uma consciência adquirida, de uma formação por dois grupos também brasileiros e outros grupos religiosos, na maioria estrangeiros. Os brasileiros procurando integrar, dentro do princípio realmente constitucional de dar toda a assistência à população indígena e garantir todos os direitos sociais; e, ao mesmo tempo, brasileiros querendo preservar e separar os indígenas, porque é isso que presenciamos. Vivemos conflitando praticamente com essas idéias. Somos um grupo que compõe a Sodiur, a Alidici e a Arikon, que são três organizações que defendem o Estado Nacional soberano, posso dizer assim, como um todo, entendemos que somos cidadãos indígenas, mas cidadãos brasileiros. Entendemos que esse povo, o Brasil como um todo, há mais de 500 anos, foi formado por povos europeus, asiáticos, africanos e americanos – os americanos que digo são os índios daqui.

Essa formação antiga, essa interação interétnica, essa integração, dificilmente hoje vamos conseguir separar. Não dá para conseguir. Não vejo nenhuma condição de separar os índios dos não-índios, nenhum caminho, nada que possa fazer com que os índios se separem da sociedade brasileira até, como disse, por questão de consciência. Adquirimos a consciência de que somos brasileiros, o Estado brasileiro nos pertence e pertencemos a Roraima, como um Estado da Federação, e aos Municípios, também como membros da Federação. Por isso, não lutamos, não buscamos demarcar Raposa/Serra do Sol de forma contínua. Um tuxawa da Santa Rita disse: "Área contínua para nós significa continuar os índios na pobreza e isolados, porque é isso que temos visto", Tenho recebido isso do maturuca, como tuxawa, abaixo-assinado, por ter essa posição contrária à demarcação de área contínua. O povo do maturuca, mais chamado João Onça, que era o tuxawa do maturuca na época, desceu no Contão para formar uma comunidade ao lado do Contão. Isso criou um problema, mas ele defendia o seguinte: "Nós defendemos área contínua. Então, podemos morar onde quisermos. Por isso, temos direito de assentar nossa maloca aqui." Eu até disse para ele que a Constituição, quando diz "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios", são as habitadas por eles em caráter permanente, e quem habita em caráter permanente ali na região é o povo do Contão. Não é o maturuca. Por isso, criou uma confusão, mas sabíamos que havia incentivo da Funai. O Walter Blos era o responsável na época, o administrador regional. Eu disse para ele: Walter, ou você vai conversar com esse pessoal, porque, numa reunião com a Funai, o tuxawa do maturuca disse: "Fomos nós que resolvemos, na assembléia no maturuca, assentar essa comunidade lá para fiscalizar os brancos que estão roubando gado dos índios." Esse lugar é um entroncamento, de onde saem Uiramutã, Normandia, e Pacaraima, onde está o Contão. Eu disse para ele: Mas, como, se os senhores são os maiores ladrões? Eles tinham acabado de comemorar, do dia 14 a 19 de dezembro do ano de 1998, a portaria do Ministro que demarcava área de forma contínua. Eles mataram muitos gados, dentre eles, 17 reses nossas foram roubadas. Então, eu disse para ele: "Como vocês são os maiores ladrões e querem, realmente, assentar ali um posto de fiscalização para..." Por que digo isso? Eu disse a eles: "Porque vocês roubaram 17 reses da nossa comunidade, mataram doze, e os que vocês não mataram voltaram ferrados." Isso aconteceu com uma comunidade vizinha que tem três famílias, chamada Banco de Ferro. Eles tinham esse argumento. Não poderíamos...

Eu disse para o Walter: Ou vocês vão tirar esse pessoal ou conversar com eles. O Walter disse: Não, essa é uma decisão da Funai, porque a Funai tinha botado, inclusive tem uma estrutura lá do Governo do Estado, construída pelo pelotão do Exército em 1995, num período que teve um tumulto aqui no Estado, e o pelotão do Exército foi assentado ali, ao lado do Contão. Colocaram casas de apoio e uma estrutura lá. Eles pediram do Governo aqui, na época do Neudo Campos, aquela estrutura e colocaram lá o que eles chamam de chefe de posto da Funai. Com esse chefe de posto, eles queriam construir a maloca. Daí criou um problema. Por isso, estou dizendo que a Funai permitia, porque, quando disse ou vocês vão sair daqui ou vamos já porque havia uma população grande do Contão – o Contão tem quase mil pessoas que estavam lá. Olha, tirem logo esse João Onça daí senão já vamos pegar ele e dar uma surra. Estava criando esse clima, e o Walter pegou ele, José Adalberto Jerônimo, na época

coordenador, afastou uns dez, quinze metros e foi falar com eles, baixinho, e chegou lá. Olha, eles resolveram voltar para o maturuca, para o lugar deles, vão deixar... Já haviam construído três casas, rapidinho, numa noite. Eles constroem, eles fazem isso, tanto que eles têm uma estratégia de construir as coisas muito rápido. Em 1995, quando queimaram três pontes, derrubaram uns dez quilômetros de cerca, queimaram três fazendas, derrubaram três torres telefônicas, foi numa noite. Ninguém viu. Quando amanheceu, tudo estava destruído, mas isso são atos, realmente, terroristas. Os índios nunca tiveram essa idéia. Alguém lhes deu essa idéia. Por isso, estou dizendo. E esse grupo que deu essa idéia – infelizmente, temos que citar – foi o da Diocese de Roraima, porque são eles: Padre Jorge, Tiago, Pedro, Irmã Augusta e tantas outras irmãs, padres e irmãos. Eles é que realmente estão lá, diariamente, e moram lá, no Maturuca, estão ali no Canta Galo, que é ao lado do Contão, que não era uma comunidade. Essa satelização das malocas é verdadeira. Não havia comunidade em volta do Contão até 1981, mais ou menos, até 1988. No começo da década de oitenta, não havia comunidades. Hoje, há Canta Galo, Machado, Maravilha, Pedra do Sol, Caranguejo, Xiriri, Monte Cristal, São Bento e Limão, uma comunidade antiga, que já existia na época em que o Marechal Rondon fez a visita. Mas todas essas outras que citei foram criadas agora, e há muito mais do outro lado: kiaraplaca, Banco, Caranguejo, Constantino, Kurakpá, Uixi. Enfim, são malocas pequenas; se se juntarem essas comunidades, não dá nem a população do Contão. Mas eles conseguiram fazer isso, chegar aos senhores, às autoridades lá em cima e dizer: temos tantas lideranças, porque cada uma daquelas famílias ali é um tuxaua. Então, para eles, são caciques, que, quando chegam lá, são apresentados assim.

Por isso, conseguiram convencer o Brasil. Eu já assisti a reuniões lá mesmo em Brasília, onde índios do Nordeste, do Sul e do Sudeste e de todas as regiões do País querem a homologação da Raposa/Serra do Sol contínua, porque não conhecem, mas conseguiram ser convencidos por esse grupo, que não é maioria, temos convicção disso. Se os senhores sobrevoarem a região, visitarão algumas comunidades maiores: Contão, Flechal, Serra do Sol, Raposa, Napoleão, Araçá-te-Coça e verão que todas essas comunidades não são favoráveis à área contínua. Verão que a única maloca maior que defende a área contínua é o Maturuca, onde está a estrutura da diocese. É a única, que não é nem maior que o Contão, nem maior que a Raposa, mas bem menor. Por isso, estranhamos quando eles conseguem fazer um trabalho que convence a maioria.

Temos muitas coisas para falar, mas acreditamos que os senhores vieram ouvir aqui a população do Estado e terão a responsabilidade e a competência de dar toda a condição para que Roraima e os Municípios de Pacará, Uiramutã e Normandia sejam consolidados como membros da Federação brasileira, mas, se faltar perspicácia, poderão até enfraquecer o Estado, reduzindo-o a nada praticamente, a um parque ecológico ou ambiental ou a qualquer coisa assim. Não é isso o que nós, indígenas, queremos.

Muito obrigado.

O SR. DANIEL GIANLUPPI – Sinceramente, estou sensibilizado por estar aqui, perante uma Mesa tão importante, e isso rebate na importância de Roraima mais especificamente. Isso também leva à idéia de que ninguém luta por algo que não tem valor. Encaramos que Roraima tem muito valor, por isso talvez estejamos nesses conflitos todos.

Cantamos, no Hino Nacional, que estamos deitados eternamente em berço esplêndido. O berço realmente é esplêndido, mas não podemos mais ficar deitados sobre ele. Teremos de lutar por ele, porque há outros lutando para nos tirarem. Já nos tiraram um pedaço, e logicamente tentarão nos tirar mais. Esse berço – coloquei nesse livrinho aqui, para os senhores poderem acompanhar, em que há vários mapas – está alicerçado em riquezas que temos, grandes potencialidades. Os senhores podem ver pelos mapas anexos a essa publicação que somos um Estado praticamente todo inserido no hemisfério norte.

No hemisfério norte, há uma época de produção distinta. Assim, além de todos aqueles aspectos de alta qualidade dos produtos, alta produtividade – o Dr. Gursen mencionou a maior produtividade de arroz do País –, só perdemos para Santa Catarina, porque são pequenas propriedades, considerando-se a safra anual. Como aqui temos temperaturas favoráveis à produção durante o ano todo, podemos produzir duas ou três safras por hectare/ano, o que nos jogaria nas maiores produtividades do planeta, somente conseguidas nas regiões dos trópicos, na região do Equador, como é a nossa aqui.

O potencial agrícola é fantástico. Essa produção agrícola tem condições de abastecer o Brasil na entressafra. Em qualquer deficiência de produção ou qualquer crise na produção do Sul do País, poderemos investir aqui e tentar uma compensação de certa forma. Assim, o potencial agrícola é inegável. Eu até coloco o mapa da região do Cotingo, onde temos condições de irrigar uma área enorme, fazendo uma represa no Rio Cotingo e criando, talvez, a Califórnia brasileira ali. O potencial agrícola é inegavelmente muito alto. Temos temperaturas boas durante todo o ano para produzir.

Alguém nos pergunta por que estamos fazendo opção por grão. Se vocês olharem a figura nº 2, verão que a razão está colocada no gráfico das precipitações.

O nosso período de chuva é exatamente no ciclo das culturas que não precisam ser irrigadas. Quando trabalhamos com irrigação, podemos produzir o ano todo, o que é um grande diferencial.

Também temos recursos minerais, que vocês vêem nas figuras nºs 3 e 4. Na figura nº 3, todos esses pontinhos vermelhos são ocorrências de minerais que o CPEM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) e o de DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) identificaram aqui no Estado. Vocês podem ver que eles se concentram, logicamente, nas áreas indígenas, de alguma forma. Se vocês olharem a figura nº 4, verão o mapa das jazidas e a importância do Estado. Algumas pessoas dizem que Roraima, em termos minerais, é uma Minas Gerais desabitada, em termos de agricultura, talvez, a Califórnia brasileira. Falta realmente desenvolvermos esse potencial.

Vocês podem ver regiões de conflito. Aqui no centro, há a expansão da área ianomâmi. Depois de praticamente demarcada, eles voltaram atrás, pegaram um outro traçado. O que há naquela área incluída ali? Há uma mina de fosfato, que a agricultura daqui agradeceria demais, uma mina de cassiterita maior do que aquela em Surucucus e também nióbio, tantalita, minérios de última geração apreciados e desejados a todo custo por todas as potências.

Nós não temos ainda retorno sobre o estudo realizado pela Petrobrás, entre 1970 e 1995, para identificação de poços ou lençóis petrolíferos. Mas acredito que temos perspectivas muito boas também nessa questão.

Roraima é um Estado que possui as suas divisas compostas de água. Praticamente todas as águas que formam o Rio Branco têm suas nascentes neste Estado, com exceção de alguns do Maú e do Tacutu, que fazem divisa com a Guiana. É bom lembrar que o Canadá, grande exportador de água doce potável, está com problemas exatamente por isso.

Há várias coincidências nesses mapas. Se vocês fizerem um cruzamento deles, constatarão o que digo. Bem, por que, então, com todo esse potencial, estamos brigando aqui? Vocês verão, na figura nº 7, as maneiras com que o Ibama e a Funai estão nos retirando as áreas. Reparem que há muito pouca área onde plantar e trabalhar.

Em 1975, quando o Projeto Radam Brasil fez o primeiro inventário sobre as potencialidades agrícolas do Estado, tínhamos 45% das áreas possíveis de aproveitamento. Hoje, temos algo em torno de 7%. Nas áreas de várzea, tínhamos 360 mil hectares que podiam ser plantados, hoje nós temos, segundo os últimos estudos, menos de 100 mil hectares. Quer dizer, alguém está querendo nos inviabilizar produtivamente; querem eliminar o potencial que o Estado tem.

Se olharmos o último mapa, a figura 8 – aproveitando a presença dos eminentes Senadores Jefferson Péres e Delcídio Amaral –, queria chamar a atenção da Bancada da Amazônia de que o problema já não está sendo mais nosso somente. Nós estamos, primeiramente, sob a alegação indígena, depois, sob a alegação ambiental. E essa aqui é uma obra publicada, feita sob os auspícios do Ministério do Meio Ambiente, mas que foi elaborada por seis ou sete ONGs internacionais, aliás bem representadas aqui no Brasil. Eu queria somente que vocês dessem uma olhada em o que sobra da Amazônia.

Essa aqui é a Amazônia Legal, e em tudo o que está colorido nós não podemos mais mexer. Essa é a pretensão. Aí vem, além das unidades de conservação, terras indígenas e todas as outras coisas que eles pretendem inviabilizar.

E vamos mostrar o outro mapa aqui, para apontar os eixos de desenvolvimento que eles deixam para a Amazônia. É esse último mapa. Para Roraima sobra, coincidentemente, o que eu chamo de um peixinho morto. Tem a figura de um peixinho. E os outros eixos de desenvolvimento que eles deixam é Tocantins, seguindo aqui pelo Maranhão. E o outro pegando Cuiabá até Santarém, no Rio Amazonas. Um outro trechinho indo para Rondônia. O Acre tem alguma coisa e o Amapá praticamente nada. O Amazonas fica com a Zona Franca.

Então, esse é o trabalho que está acontecendo em cima das áreas de Roraima. A nossa questão é simplesmente a seguinte: sem base produtiva, com o que nós temos da melhor qualidade, não podemos, acredito eu, sustentar um status. Nós temos, hoje, por estimativa do pessoal do IBGE, em torno de 350 mil habitantes, uma população economicamente ativa de 150 mil habitantes; e se nós fizermos um exercício, que está feito nesse livrinho marrom, sobre o que iremos gerar com produção, nas cadeias produtivas agropecuárias aqui no Estado, colocando as melhores produtividades que nós pudermos alcançar, talvez chegaremos a um nível de emprego de 80 a 90 mil empregos, em toda cadeia. E se pergunta: como se dará trabalho para outra parte da população, se a máquina do Estado já não consegue mais manter esse povo no emprego?

Então, essas são as considerações que eu queria fazer e fico à disposição para qualquer comentário. O Robson vai complementar a parte das potencialidades agrícolas.

O SR. ROBSON OLIVEIRA DE SOUZA – Bom dia, Governador e Senadores. Na verdade, dentro

desse grupo técnico, nós somos em dois colegas engenheiros agrônomos e fizemos esse trabalho sobre a potencialidade do Estado. Serei breve, até porque o Daniel foi bem explicativo.

O grande problema que hoje o Estado de Roraima enfrenta é a questão da titularidade das terras. Há dois, três anos, o Estado fez um trabalho de divulgação, em nível de Brasil, buscando investidores para o nosso Estado. Graças a Deus os investidores que vêm aqui ficam encantados com essa potencialidade, principalmente com a questão da entressafra brasileira, mas infelizmente, a vontade de investir no Estado se esbarra na questão fundiária, porque, quando recebemos bastantes investidores aqui – tenho um levantamento da época em que fui Secretário da agricultura –, recebemos em torno de 600 investidores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. E, infelizmente, quando vamos ao setor bancário, eles perdem a vontade de investir no Estado, porque não há a titularidade. Não tendo título, não há como acessar o crédito bancário oficial.

Só para V. Exªs terem uma idéia, fizemos um levantamento. Quando o Estado de Roraima passou de território para Estado, para investimento nos três Poderes constituídos, o Estado gastou aproximadamente cerca de R$4 bilhões para constituir o Tribunal de Justiça, a Assembléia Legislativa, enfim, esses outros órgãos dos Poderes constituídos.

Observamos que a forma de o Estado poder arrecadar dinheiro é no setor primário. Mas, como não existe a questão da titularidade, o Estado não tem a alternativa de buscar outro investimento, porque, como já foi dito, hoje, o nosso governador fez um concurso público, porque tem que diminuir o quantitativo do Estado, até porque a máquina do Governo já não comporta isso. E nos preocupa muito a única cadeia produtiva efetiva do Estado, que é a do arroz e que está sendo ameaçada.

Então, de uma forma bem sucinta – até porque meu tempo está se esgotando –, o que nós, do grupo técnico, realmente gostaríamos que os senhores observassem com muito carinho, com muito critério é o problema da questão fundiária. É simplesmente aquela proposta que o Governador falou no início da abertura dos trabalhos, de que essa proposta não é do Governo do Estado, e, sim, do anseio da sociedade roraimense, com a qual os senhores terão oportunidade de conviver. Há necessidade de realmente definirmos essa questão fundiária do Estado.

Estarei à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Meu nome é Juscelino, sou advogado, nativo dessa terra de Macunaima.

A mim me coube tratar da questão de abordar o aspecto jurídico das questões que envolvem os problemas fundiários do Estado. Não apenas a questão fundiária indígena, mas os aspectos jurídicos da questão fundiária do Estado.

Contudo, eu gostaria de, inicialmente, pedir permissão aos Srs. Senadores para fazer um esclarecimento que reputamos dos mais importantes, para que os senhores possam sair deste Estado entendendo a realidade de Roraima.

A ocupação do Estado se deu naturalmente – isso, em termos de Brasil – pelos portugueses, que foram conquistando território. É natural que um grupo que conquista um território se consolide impondo as suas tradições, os seus costumes, enfim, a sua forma e o seu grau de desenvolvimento.

Vejam bem, aqui vieram os portugueses. O que aconteceu, então, com Roraima? Hoje, por exemplo, não existe, em nível do ordenamento jurídico brasileiro, especialmente na intelectualidade brasileira, uma distinção muito clara do grau de integração dos povos indígenas. Teríamos, resumidamente, os isolados – e temos essa situação aqui em Roraima num percentual bem pequeno, que seriam os ianomâmis –, temos aqueles em estágio intermitente de integração, que são índios que, embora vivendo no seu habitat natural, mantêm relação de integração com a sociedade envolvente – aqui seria o caso dos ingarikós, que estão na área Raposa/Serra do Sol – e os integrados, aqueles que já conseguem se entender de acordo com o ordenamento jurídico, com os hábitos, com os costumes e que mantêm uma relação – aí não apenas interétnica, mas dialética com a sociedade envolvente. Aí o índio é empregador, é político, e chamo a atenção dos Srs. Senadores para esse aspecto. Se continuarmos entendendo Roraima – até lamento, além do Senador Delcídio Amaral, não termos mais representantes do sul do País. Porque a intelectualidade brasileira, especialmente do centro-sul do País, costuma entender ou ver os indígenas num único grau de integração. Gente vivendo num estado de rudeza absoluta, isolado, nu, ou seminu, perseguido por bandidos, que aqui os nossos produtores rurais fazendeiros são compreendidos erroneamente dessa maneira. Então é preciso que os senhores levem essa idéia.

Mas vou dar um exemplo aqui presente de como isso consolidou. A integração dos índios da Raposa/Serra do Sol, aqueles que não estão absolutamente integrados estão num estágio bem avançado de integração. Essa integração se deu de duas maneiras.

A primeira foi pela miscigenação. Foi o imigrante que veio, o seringueiro ou um outro explorador vindo do Nordeste, Portugal, veio aqui, casou-se com as índias, foi o caso de Severino Mineiro, um ancestral de quase toda essa região ali da Raposa/Serra do Sol, casou-se com uma índia Makuxi, e os filhos estão aí. Eu sou um exemplo disso. Meu pai hoje tem mais de 75 anos de idade, nasceu na região da Raposa/Serra do Sol. O meu avô chegou aqui com 18 anos, morreu com 50. Então daí se pode ver o tempo que a minha família reside na Raposa/Serra do Sol. Meu avô chegou, casou-se com uma índia.

Então, vejam bem, sou integrado à comunidade roraimense pela miscigenação, de uma forma definitiva. Temos os outros que se integraram pela convivência, que é o caso do Tuxaua Jonas. O avô dele foi Tuxaua do Contão, o pai dele foi Tuxaua do Contão. Contão é a maior aldeia indígena dessa área Raposa/Serra do Sol. E ele foi Tuxaua do Contão. Está aqui, tem nível superior, e está cursando mais uma faculdade de Direito, vai ser meu colega advogado. Se a intelectualidade brasileira, se as pessoas que decidem a nossa vida em Brasília não entenderem que os índios da área da Raposa/Serra do Sol são integrados pela miscigenação, como é o meu caso, ou pela convivência, como é o caso do Jonas, vamos ter uma decisão errada. Por isso, eu pediria aos nobres Senadores que atentassem para esse aspecto dos índios, e terão oportunidade de testemunhar na visita que fizerem. Os índios dessa região não o são. Se virem, em caso de visita de autoridades, são pessoas caracterizadas, que é só na visita da autoridade. Vai ali, põe um cocar, se pinta. Foi embora a autoridade, ele vai lá e põe o jeans, pega o relógio, o celular e vem-se apresentar. Então para esse aspecto é que gostaria de chamar a atenção dos senhores.

Agora, entrando especificamente na questão jurídica, a Constituição de 1988 assegurou de maneira justa e definitiva o direito a terra aos povos indígenas no Brasil, pagando, resgatando uma dívida que o Brasil tinha com o nosso povo (digo nosso povo, porque também sou descendente indígena). Mas eu chamaria a atenção para dois aspectos. O primeiro é que esse Estado, se não for resolvida de maneira definitiva a questão fundiária, vai se tornar um Estado com uma situação extremamente caótica.

Hoje o palácio do governo, a sede do governo do Estado é em nome da União. Isso aqui não é do Estado de Roraima, é da União Federal, esse palácio onde estamos. Assim são as demais áreas todas.

E se pergunta: de que maneira se resolveria? Poderia ser feito através da transferência das terras da União ao Estado. Mas isso é juridicamente possível? Sim. É juridicamente possível.

Na Constituição de 1891, no art. 64, já havia uma previsão nesse sentido, que dizia que seriam repassadas...

Aqui:

Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios.

Mais adiante:

As demais Constituições brasileiras todas foram fiéis a esse princípio.

A Constituição de 1988 diz:

§2º Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá os mesmos critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia.

O art. 15 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, que tratou das normas e critérios para o Estado de Rondônia, diz o seguinte:

Foram transferidos para o Estado [aqui vou citar Roraima] de Roraima domínio, posse e administração dos bens móveis e imóveis no Território Federal de Roraima, bem como os bens efetivamente utilizados pela administração do Território Federal de Roraima.

Ou seja, deveriam ter sido repassadas para o Estado e não foram.

Então, é preciso, para que possamos realmente viabilizar o desenvolvimento do Estado, resolver essa questão fundiária. Se não for resolvida, esse Estado fica numa situação extremamente difícil.

Um outro aspecto, é a segurança jurídica, segurança jurídica, como bem falaram meus antecessores, no seguinte aspecto: Hoje não temos nenhuma garantia. O Poder Público – vou citar exemplos concretos – um palude foi ao Incra regularizar uma terra. Pegou uma certidão da Funai dizendo que aquilo não era terra indígena, não era pretendida.

O Incra, cumprindo todos os procedimentos legais, o Incra expediu um título definitivo...Pois é, indiscriminatória. Posteriormente vêm a Funai, o Ministério da Justiça e dizem que isso não existe, que não tem nenhuma validade.

Mas há situações mais graves, situações recentemente criadas. O japonês veio investir no Estado, comprou área do Beco Mendes, ali no Alto Alegre, e simplesmente criaram uma comunidade indígena ali que nunca existiu. Era uma terra – e eu conheci o senhor que morava lá – cadastrada no Incra, pagava imposto territorial para o Incra e agora, simplesmente, já foi nomeado um tuxaua e o japonês que veio para cá, investiu R$1 milhão, está na eminência de perder tudo.

Como é que pode haver futuro para esse Estado, se não atentar para essas questões?

Finalizando, eu queria falar sobre Raposa/Serra do Sol. Como seria essa transferência?

Ela é possível, até porque nós temos um precedente recentíssimo, como disse o Governador, que foi a área indígena Baú, Município Novo Paraíso no Estado do Pará, onde era demarcada um área de 1.850 mil hectares mas foram homologados 1.543 mil hectares.

O que pleiteamos para Raposa/Serra do Sol é coisa semelhante. Essa área aqui é de aproximadamente 1.700 mil hectares. O que o Estado propõe aqui? Que seja excluído o Parque Nacional do Monte Roraima. Por que Parque Nacional do Monte Roraima? Porque tem características ecológicas específicas. Não foi criado um Parque Monte Roraima só para preservar não; isso aqui é o sopé do Monte Roraima, que tem uma característica geoclimática específica e ele só pode ser um parque porque está aqui. Então, não se pode de repente dizer que isso não vai ser mais parque, porque agora é área indígena. Ele foi identificado como parque, transformado por norma pelas características que apresenta.

A área indígena em Ingaricó. Os Ingaricó são os índios que se mantêm em estágio intermitente, diferentemente dos macuxi, dos Wapixana e os Taurepang que estão nessa outra área. Eles nunca permitiram, historicamente. Em todos os registros etnográficos, eles estão aqui neste território e não permitiram a entram nem de não índios e nem de outros índios que vivem nesta área.

A Funai identificou essa área a partir do Igarapé do Pipi até o sopé do Monte de Roraima – uma área de 90 mil hectares, demarcada com portaria. Posteriormente, não se sabe por que razão, a Funai resolveu englobar tudo, desconsiderando esse aspecto aqui. Eles, macuxi, durante a CPI da Funai, disseram textualmente que querem a área deles demarcada isoladamente, perdão os ingaricó, dos demais grupos indígenas existentes nesta área.

Temos, aqui, vilas e cidades. Por exemplo: Vila do Socó, fundada em 1908, e cidade de Uiramutã, fundada em 1911, que são povoados consolidados, com sede, estrutura, órgãos instituídos do poder público, Legislativo municipal, Executivo, onde o Governo de Estado mantém, regularmente, rede escolar, atende a área de saúde e de agricultura. Ou seja, são núcleos populacionais consolidados que se pleiteia sejam excluídos. O que seria excluído? A área urbana e a de expansão urbana desses núcleos populacionais, e as vias de acesso, como a RR-319, a RR-202, que corta da BR-174 até a cidade de Normandia, são rodovias. O que se propõe é que sejam excluídas as áreas das vias urbanas e estradas e as áreas das respectivas servidões. E mais, a área produtiva de arroz irrigado, onde estão cerca de 80% do plantio irrigado do Estado. É o único segmento econômico consolidado nesse Estado, o mais pobre da Federação, que tem todo o seu plantio de arroz irrigado aqui, nessas áreas em destaque embaixo.

Vejam a facilidade enorme que existe na exclusão dessa área. Qual prejuízo haveria se excluíssemos o extremo sul? Tudo mais, aqui, seria área indígena. Portanto, é o que diz o Estado. Estamos propondo uma demarcação de forma contínua, não há solução de continuidade. Aqui, seria a área da Raposa/Serra do Sul, só que ela seria reduzida de 1,7 milhão de hectares para 1,5 milhão de hectares. Não haveria grande prejuízo nisso e resguardaríamos a área produtiva do Estado, como disse, abastecendo o mercado do Estado.

Isso consta do nosso trabalho e o Ministro Jobim, quando esteve aqui, visitou **in loco** e destacou essa questão. Essa linha divisória que os senhores estão vendo aqui é fruto de um estudo de identificação dessa área, anteriormente feito pela Funai. A Funai veio, identificou isso aqui e excluiu essa área. Ela já havia sido excluída, anteriormente, pela Funai.

Essa era uma proposta anterior da Funai, mas que ficaria incluída toda na área indígena. Seria área indígena. A Funai, em determinado momento, propôs que fossem feitas algumas áreas, alguns adensamentos. O importante é que, posteriormente, a Funai ampliou, incluindo isso aqui, sem nenhuma justificativa jurídica ou antropológica razoável.

Temos, aqui, produtores rurais e o plantio de arroz irrigado, o que poderia ser excluído sem nenhum prejuízo aos 1,5 milhão de hectares contínuos das áreas indígenas.

(Inaudível – fora do microfone.)

O segmento produtivo não estava inserido. Em 1993, pela quarta vez, a Raposa/Serra do Sol foi ampliada em 330 mil hectares. Ele saiu dessa área tracejada para o limite de fronteira, para o limite máximo onde está o azul, o leito natural, para o divisor natural, que são os rios.

É aí que o Ministro Nelson Jobim diz que o laudo antropológico é silente, não há nenhum convencimento, nenhuma justificativa por que se ampliar de 81 – que havia sido a terceira ampliação – para acrescer 33. Ontem, quando disse isso, a Dra. Débora disse: "Mas os arrozeiros se instalaram lá depois". Não é verdade, estamos falando de 10 anos. Os arrozeiros estão lá, Daniel, há quantos anos? Você que é estudioso da Embrapa?

O SR. DANIEL GIANLUPPI – Desde 86.

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Essa foi a última ampliação. Por esse mapa aqui, os executores estão

excluídos, como os senhores podem perceber. Em 93, a área deles foi incluída, mas eles estão lá desde 86. Mas o que a gente diz não vale. Vale o que a Dra. Débora diz porque o pessoal manda documento para ela, pode não ser verdadeiro, mas a história está aqui.

O SR. (Orador não identificado.) – Governador, chamaria a atenção pelo seguinte: eles estão lá a partir de 86, mas essas áreas eram ocupadas por fazendeiros que venderam para os rizicultores. Em verdade, eles estão lá com ocupações seculares mesmo. O senhor vai encontrar os Madeira aqui na região do Surumu, vai encontrar o pessoal do velho Dandanha aqui para essa região mais ao Sul, vai encontrar os Cruz por aqui. Essas áreas eram ocupadas por fazendeiros.

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Colocamo-nos à disposição para possíveis perguntas.

O SR. ALCIR GURSEN DE MIRANDA – Essa foi realmente uma síntese dos nossos dois relatórios, apenas destacando um fato: o eminente conflito entre os próprios índios na região. Inclusive, hoje está havendo um bloqueio na Ponte do Rio Surumu, que pode haver uma luta que as conseqüências não conhecemos.

Um outro aspecto, para encerrar, é que a colocação mentirosa do Presidente da Funai, aliás, os dados da Funai ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República, normalmente, são mentirosos. E o Presidente da Funai disse que apenas 20% tinha esse movimento que são contrários à forma de demarcação da Funai. É o contrário: houve já plebiscito na região, inclusive para criar o Município de Pacaraima, onde houve malocas que 100% votaram pela criação do Município. Hoje, temos, seguramente, que mais de 70% dos indígenas, das pessoas indígenas da região são contra a proposta da Funai.

As comunidades, ou seja, aquelas malocas criadas pela Igreja Católica, realmente são maioria, mas a população que é maioria. Hoje a Igreja Católica trabalha com as comunidades em sua maioria, isso é verdade. As comunidades que eles criaram, comunidades com três, quatro famílias. Para terem uma idéia, a Raposa, o Contão, o Flexal, o Napoleão, são as maiores malocas da região e nenhuma concorda com a proposta da Funai.

Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento, qualquer pergunta.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Estou de mente aberta para colher subsídio que me ajudem a formar convicção. Parece-me que há um exagero. Desde alguns meses, parece-me que há exagero na demarcação da reserva. Já deixei bem clara a minha posição no debate em que participei na Comissão de Relações Exteriores, mas quero ouvir todos os envolvidos e quero saber se a proposta que o estado está fazendo realmente é defensável.

O Ministro vai dia 12, os Ministros Márcio Thomas Bastos e o Viegas. Ele já adiou essa ida, porque eles foram convidados. Se não forem no dia 12, vou propor a convocação – e conto com o apoio de V. Exªs. Espero que as posições políticas se traduzam em atos. Se o Ministro adiar mais uma vez é porque S. Exª não quer ir. Aí, então, vou propor a convocação, e não o convite, porque, assim procedendo, S. Exª terá que ir. Vejamos se, nessa votação, a Comissão me acompanha.

Em primeiro lugar, gostaria de me dirigir a você. Como é seu nome?

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Juscelino.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Você disse que não há nenhum grupo étnico isolado lá.

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Existe um semi-integrado.

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Estágio intermitente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Qual é esse grupo e onde ele se localiza?

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Os Ingarikós, que ocupam uma área bem definida, no extremo norte, **(inaudível)** em torno do Parque Nacional do Caribe.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Fora isso, são todos integrados?

O SR. JUSCELINO PEREIRA – São todos integrados, em um estágio avançado de integração.

V. Exª poderá se deparar, quando de sua visita à área, com uma situação teatral, porque as pessoas se fantasiam com o cocar e se pitam. Se V. Exª voltar lá no dia seguinte, poderá verificar – e muitos foram meus contemporâneos de colégio e são meus amigos até hoje, mas se fantasiam – que estão de relógio de pulso, vestindo o seu jeans e trabalhando normalmente.

O SR. (Orador não identificado) – Com licença, Senador. Essa região dos Ingarikós foi reconhecida pela Funai, identificada, delimitada e demarcada por Portaria, por entenderam que realmente se tratava de um grupo distinto, separado. Existe essa demarcação, esse trabalho todo. Lamentavelmente, depois a Funai desconsiderou esse trabalho feito por ela mesma.

O SR. (Orador não identificado) – Portaria nº 509/E, de 09/01/1979.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Tenho razões históricas e sentimentais por me interessar por isso, afinal de contas Roraima era do Amazonas. Foi o Governador Lobo Dalmada que introduziu o gado aqui, no século XVIII, e aqui nasceram alguns sobrinhos meus.

Fui abordado anteontem, no Senado, por dois representantes do Conselho Indigenista de Roraima, que me integraram um Memorial, em que eles chamam os não-índios de invasores.

Lá existem invasores em grande quantidade?

O SR. ALCIR GURSEN DE MIRANDA – Senador, a situação histórica da ocupação da região é bem evidente. Na região da Serra, onde fica a Maloca do Maturuca, ela começou a ser ocupada, efetivamente, em 1908 pelo Severino Mineiro. Esse dado está registrado em um relatório de Dom Alquino Maia, um Beneditino que aqui viveu na década 30. Nesse relatório, vamos passar mais tarde um outro trabalho exclusivo sobre Raposa/Serra do Sol em que colocamos isso. Dom Alquino Maia registra que um morador da região, da fazenda, já residia lá há mais de 30 anos. Esse relatório data de 1937. Em função desse dado da própria Igreja foi que nós registramos que esta região começou a ser ocupada em 1908.

Embaixo, ou seja, na parte do Lavrado, esta ocupação é bem anterior, tanto que Lobo Dalmada quando esteve na região, demarcando as nossas fronteiras, ele esteve no Maturuca, em 1932, e registrou a fazenda do Severino Mineiro lá em cima e aqui embaixo ele registrou várias outras fazendas e apenas cinco malocas, cinco adensamentos indígenas. Isso, em 1932, feito por Rondon, desculpe-me, e não Lobo Dalmada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Eles fazem assim no sentido de provocar as pessoas, chamando-as de invasores. Como também chamam a Vila do Mutum, a cidade de de Uiramutã de corrutela. Corrutela é prostíbulo de garimpo. Eles dizem, falam no jornal, falam em todo o canto dessa forma para ofender, porque eles querem que a gente parta para o conflito físico. Ninguém gosta que se chame a mãe de prostituta. Eles dizem isso dessa forma, tanto as pessoas do Cimi como esses zongueiros que os apóiam.

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Dias atrás, uma professora indígena, da Vila do Socó, veio preocupada, chorando mesmo, em lágrimas, procurar apoio da Comissão, das autoridades, porque ela estava temerosa. Ela é casada com um não-índio que reside na área e estava extremamente apavorada, com receio de que retirassem o marido que eles consideram invasor, mas ele é um agricultor – trabalham numa área de cinco, dez hectares. Os invasores são essas pessoas que, em verdade, vivem um relacionamento mais dialético que mesmo interétnico com a sociedade.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Eles dizem também que os dois Municípios de Uiramutã e Pacaraima foram criados depois de criada a reserva indígena. É isso mesmo?

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Não. Isso está no nosso trabalho, e V. Exª vai ver as datas: Socó, 1908; o Uiramutã, 1911.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Refiro-me à criação do Município, do ente federativo.

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Ah, sim, o Município.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Ocorreu logo depois de criada a reserva. Mas as vilas existem há mais tempo.

O SR. JUSCELINO PEREIRA – São povoados consolidados há quase um século.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Tive a curiosidade de procurar saber desde quando o Exército Brasileiro foi implantado em Pacaraima. O Exército Brasileiro foi implantado em Pacaraima em março de 1973. Portanto, em março do próximo mês, vai fazer 31 anos que o Exército Brasileiro está em Pacaraima. Mas era uma vila próspera, porque, antes de se criar o Município, lá estava implantada a Receita Federal – está presente o Senador Romero Jucá, que foi Governador em 1988/1989 –, e estavam a Polícia Federal e o Exército Brasileiro. Em 1995, foi feito o plebiscito, e a vila foi transformada em Município. Mas a Vila de Uiramutã está implantada há muito tempo.

O Salomão sempre questiona a maldade dos antropólogos, pois, quando foram constituir a reserva São Marcos, omitiram a existência de uma vila muito próspera, que hoje é o Município de Pacaraima, que também já era vila de Pacaraima e que tem um comércio muito forte no dia-dia com a cidade vizinha de Santa Helena do Uairem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A Comissão pode requerer da Funai.

O SR. FRANCISCO FLAMARION PORTELA – Na realidade, o Município foi criado em 1995.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Posso fazer uma observação em relação aos Municípios. Sou de Roraima, nasci e fui criado aqui. Só tivemos capacidade de criar municípios depois que viramos Estado. As cidades já existiam e tinham condições de ser um Município. Quando viramos Estado, fizemos um plebiscito, e o povo quis que se virasse Município. Não era possível que se criasse Município enquanto se era território. Como criar um Município em 1944? Quando foi criado o território, só havia o Município de Boa Vista e Caracaraí. Esses Municípios persistiram até depois que passou a ser Estado, quando criamos os outros Municípios no Estado. Por isso, os Municípios foram criados depois de 1990.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – O senhor disse que nasceu aqui, Botelho?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Fui feito aqui em Roraima. Minha mãe ficou grávida aqui.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Só a última pergunta. O que o Cimi, o Conselho, chama de aldeamentos indígenas são aldeamentos mesmos ou são vilarejos habitados? O que são? Os índios, lá, são comunidades homogêneas, etnicamente homogêneas?

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Na verdade, ocorreu o que falou o tuxaua Jonas. Houve um processo de saterização dessas áreas, um desmembramento. Por exemplo, hoje existem Raposa I e II. Houve um desmembramento. Como a Funai precisava demonstrar à Igreja Católica e a essas ONGs que trabalham com esses movimentos que as aldeias eram numericamente superiores, fracionaram algumas delas. Por exemplo, Caraparu tem quatro – Caraparu I, II, III e IV. São algumas situações, na verdade, fictícias. Eles consideram uma aldeia indígena, como Contão, que tem mil pessoas, igual a outra que tem trinta pessoas, porque há um tuxaua e está relacionada pela Funai como uma aldeia. Se se considerar as duas aldeias de Contão e Raposa, por exemplo, totaliza a população de todas as demais, aquelas que a Funai elenca como sendo aldeamentos indígenas, que, na verdade, foram criadas pelo processo de satelitização.

O SR. ALCIR GURSEN DE MIRANDA – A terminologia aqui utilizada como maloca, conhecida como sendo uma casa, se refere à aldeia, um ajuntamento. A palavra maloca é usada – e a Igreja trabalhou bem isso – como aldeamento. Hoje, chamamos Maloca da Raposa, ou seja, aldeamento da Raposa. Trabalharam essa estratégia, e hoje temos uma maloca com três casas.

Há essa confusão quanto a essa terminologia.

O SR. SALOMÃO CRUZ – Sr. Presidente, a partir do início da década de 60, foi criado o Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. É possível que o INPE, por meio de imagens de satélites, de radar, consiga plotar as comunidades indígenas existentes no final da década de 70.

Esse trabalho nunca foi feito, e esta Comissão poderia, junto ao INPE ou a CPM, **(falha na gravação – fora do microfone)** do Rio de Janeiro, que tem arquivo com toda essa matéria, tentar realizar um trabalho de interpretação de imagens de satélites ou de radar desses povoados antes da promulgação da Constituição de 1988, início da década de 80, até o final da década de 80. Penso que é possível reconstituir esse trabalho a partir da interpretação dessas imagens **(falha na gravação – inaudível)**

O INPE processava as imagens de radar, mas o arquivo pertence ao INPE.

O INPE tem possibilidade de realizar essa interpretação. Inclusive a CPM tem, no Rio de Janeiro, um centro de georeferência, onde é possível que haja tanto imagens de satélite como imagens de radar. O INPE também tem. E é possível, num trabalho detalhado, plotar essas comunidades à época do processamento das imagens.

O SR. CARLOS ALBERTO BORGES DA SILVA – Quanto a isso, se for feito o que o Vice-Governador está sugerindo, poder-se-ia verificar que até 98, na região compreendida entre o rio Tacutu e a cidade de Normandia, não havia nenhuma maloca. Quando da visita do Ministro Nelson Jobim, S. Exª verificou que não teria como justificar a inclusão dessa região. Os índios jamais viveriam naquela região, porque são áreas de lavrado extremamente ásperas para a vida reprodutiva, para a vida social indígena. No entanto, hoje, apenas para justificar a inclusão da região, foram instaladas mais cinco malocas entre o rio Tacutu e a cidade de Normandia, e o Estado pleiteia a sua exclusão.

O SR. JONAS DE SOUZA MARCOLINO – Só para complementar, gostaria de lembrar que criaram, no Contão, no ano de 2000, a Maloca Placa. Para criar a comunidade, eles escolhem um tuxaua, garantindo a ele 52 rezes. Só que essas rezes são ferradas com "M" e cruz, o marco da Igreja daqui.

Então, todas as comunidades que possuem gado de 52 rezes, número determinado pelo projeto denominado Um Gado para o Índio, Uma Vaca para o Índio, conseguem, por meio desse projeto, ocupar várias áreas, criando comunidades: a Maravilha, o Santo Antônio, o São Bento. Um tuxaua da Maloca da Placa, que está ao lado do Contão, onde há a estrutura do Governo, me disse: Olha, já estou cansado de subir a serra. Se vocês me dão vaca, eu não crio a minha maloca; mas, se vocês não me derem, eu vou pegar o gado e formar a minha maloca. Isso é claro, é assim que eles criam.

Então, criaram a Placa, bem ao lado do Contão, com sete famílias: duas do Caraparu, uma da Pedra do Sol e uma do Contão, que era tuxaua de 85 até 93.

Ele foi para lá com cinco famílias, seus filhos, que constituíram família, e mais uns três que vieram de outras comunidades. Criaram lá porque tinham cinqüenta e duas reses. Criaram muitas reses. Se os senhores sobrevoarem o local, vão verificar três casinhas no meio do caimbezal – ali é uma comunidade. Se chegarem a um local onde há um monte de mangueiras, ali era a fazenda, onde constituíram uma comunidade, conseguindo expulsar... Desde 77, foi criado no Maturuca um programa chamado "Vai ou Racha", para incomodar os fazendeiros. Viram que eles estavam prosperando e criaram esse programa para colocar pedra no sapato

dos fazendeiros. A única forma de colocarem pedra no sapato dos fazendeiros era cortando cerca, matando gado, roubando. Eles conseguiram fazer isso e expulsar todos os fazendeiros e constituir uma maloquinha ali. Assim os senhores vão ver inúmeras. São comunidades que o CIR criou.

O SR. DANIEL GIANLUPPI – Eu queria falar um pouquinho sobre o arroz, porque quando o governador falou e o grupo interministerial veio aqui também surgiu certa surpresa. Ou seja, por que grandes produtores de arroz quando é uma atividade altamente concentradora de renda? Por que eles foram invadir as áreas indígenas lá em cima próximo às cabeceiras dos rios?

Primeiro, aqui não existem enormes proprietários. Hoje, quarenta e três produtores plantam uma área de vinte mil hectares de arroz. Se fizermos uma média isso, dará 500 hectares para cada um. Se consideramos que eles normalmente fracionam a área de produção em duas épocas, teríamos ¼ dessa área.

Com relação à questão de eles estarem mais próximos das cabeceiras, por que ocorre isso? Quando se fazia só o suprimento do mercado local, a quantidade de arroz era muito pequena. Por isso, só se plantava durante a seca nas várzeas dos rios, perto de Boa Vista. No período de chuvas, o rio sobe e cobre essas áreas. Com a ampliação do mercado, era necessário produzir-se mais para cobrir Manaus; hoje, a produção está indo também para o Pará, para o Amapá e provavelmente para Rondônia. A produção de arroz aqui já atinge mais de dois milhões e quinhentas mil sacas. Para não precisarem ampliar a área, fazendo uma estrutura tremendamente cara, a solução foi plantar onde as várzeas não alagam no inverno. Por isso, eles plantam lá durante todo o ano. Se um produtor plantar mil hectares em um ano, ele fraciona isso em três etapas de produção. Assim, ele precisa de 1/3 da infra-estrutura para produzir os mesrnos mil hectares. Se eles saírem de lá e vierem para cá, para manterem a mesma produção, vão ter de triplicar a estrutura em silos, em armazéns, em máquinas. Provavelmente, vão ter que dispensar toda sua mão-de-obra efetiva, para pegar mão-de-obra temporária que será usada apenas durante três meses.

Esse era o esclarecimento que eu queria colocar.

O SR. SALOMÃO CRUZ – Vou dar mais uma informação. O governador falou que há 32 áreas indígenas. Nós discutimos mais essas áreas maiores. Fornecerei um dado interessante para a Comissão, assim como a imagem de satélite e de radar. O processo de demarcação de área indígena começa com o bloqueio da área e vai até o ato de homologação. Ele se inicia com uma portaria e termina com um decreto. Nas duas etapas, vem o memorial descritivo da área bloqueada e da área homologada. Tenho convicção disso. Estou fazendo um levantamento e acho que isso é importante para a Comissão. Trata-se de um trabalho relativamente fácil, até mais fácil do que para mim, porque a Funai vai dificultar a informação desses dados. Mas tenho certeza de que, se compararem o memorial descritivo das 32 áreas com o decreto de homologação daquelas que já foram homologadas, eles não batem um com o outro. Esse trabalho pode ser feito com relativa facilidade. Posso lhe garantir, com uma certa margem de segurança, que mais de 50% do decreto de bloqueio da área, de interdição da área, do memorial descritivo, com o decreto de homologação, que os memoriais descritivos não fecham. Há denúncias de que nenhuma dessas 32 áreas sofreu menos do que três alterações com sucessivas ampliações. Como a Comissão aí está, considero isso importante, e é relativamente fácil a obtenção do memorial descritivo e a plotagem no mapa por meio de uma empresa especializada.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – **(Falha na gravação – inaudível)** Lindeira... que vocês digam ao Governo de Roraima, e propõe sejam excluídos da reserva. Quantos proprietários? Só esses 43 ou têm mais? Quantos produtores de arroz existem em toda aquela faixa? Alguém sabe, tem esse dado?

O SR. ALCIR GURSEN DE MIRANDA – **(Falha na gravação – inaudível)** ...temos naquela região.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT –AM) – Quantos produtores?

O SR. ALCIR GURSEN DE MIRANDA – Duzentos e três.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Duzentos e três propriedades, posses, unidades produtivas, digamos assim. Empregam quantas pessoas?

O SR. SALOMÃO CRUZ – Olha, a pecuária aqui é extensiva. Na verdade, emprega pouca mão-de-obra. Há um dado interessante: dessas 203 propriedades – 203 ou 204, não tenho exatamente o número – tirando-se as seis maiores, o restante, 197 ou 198, tem em média menos de 300 reses por propriedade. Para que se tenha uma idéia, levando em consideração a taxa de produtividade num regime extensivo, é considerada pecuária de subsistência a que possui 203 reses, os donos dessas reses não são fazendeiros. Quando dizem fazendeiro, dá-se a idéia de que são grandes posses, grandes proprietários. São pequenas propriedades, que adotam regime extensivo de criatório.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Governador, desejo apenas tecer alguns observações importantes e que estão absolutamente de acordo com as ponderações do Senador Jefferson Péres em

relação ao papel do Senado, ao convite feito aos Ministros. São absolutamente importantes as ponderações do Senador Jefferson e a presença dos Ministros, até pelas dificuldades – aqui muito bem explanadas – que o País tem enfrentado em função até de decisões da Funai, como o Juscelino citou aqui, acima até do Presidente da República.

Teremos oportunidade ímpar com esta Comissão, presidida pelo Senador Mozarildo, de realmente dar um tom diferente para essa questão indígena, disciplinando os atos relativos à demarcação e a toda uma política indígena a ser adotada no País.

Sou de uma região do Estado do Mato Grosso do Sul, onde a situação é crítica, para não dizer dramática. Refiro-me à região de Japorã, em que a situação é de absoluto conflito. Para os senhores terem idéia, a Funai aparentemente negociou uma solução para o conflito e, amanhã, haverá uma mobilização monstro naquela região, exatamente para demonstrar a insatisfação dos produtores com relação ao acordo que a Funai alega ter firmado com todas as partes interessadas.

A situação é muito complicada, notei aqui pela exposição. Meu Estado também é de fronteira, tem muitos quilômetros, quase 2,2 mil quilômetros de fronteira com o Paraguai e com a Bolívia. Temos, pela descrição, algumas coincidências: ONGs internacionais européias, americanas, operando fortemente; algumas bem-intencionadas, outras não. Talvez aqui boa parte das pessoas tenha conhecimento disso, mas o meu Estado é conhecido por uma rota de narcotráfico fortíssima por causa do Paraguai e da própria Bolívia. Temos uma mistura de conflitos em função da política até então adotada pela Funai, uma região com produtores rurais muito eficientes, uma região também riquíssima como Roraima: nossa produção de soja e boi é em alta escala e de grande eficiência.

Temos uma questão também complicada que percebi com a exposição de vocês: soberania nacional e com o toque especial para o narcotráfico.

Eu estava conversando com o Governador agora pela manhã; lá era uma das regiões onde o Fernandinho Beira-Mar operava. A Polícia Federal conhece bem, porque acompanha de perto o que acontece no meu Estado. E precisamos buscar uma solução definitiva.

Para você ter uma idéia, Jonas, o meu Governador entrou em crise com o superintendente da Funai; só não partiram para o enfrentamento físico. Quer dizer, a nossa situação é absolutamente dramática.

Como Relator, quero registrar a exposição feita aqui de forma muito clara, concisa e objetiva. Evidentemente – como disse muito bem o Senador Jefferson Peres -, vamos ouvir os demais atores, mas eu não tenho dúvida, Senador Mozarildo, que este é o momento. O Senado Federal tem que se fazer presente para, de uma vez por todas, colocar ordem nessa situação de absoluta instabilidade que estamos vivenciando, não só aqui, mas também em Mato Grosso do Sul e – hoje muito bem lembrou o Senador Jefferson Peres – no Paraná, onde talvez uma dezena de índios, duas dezenas de índios estão levando a um conflito aberto numa das regiões mais ricas do Paraná. Portanto, precisamos trabalhar celeremente com os consultores do Senado também para que apontemos soluções. As informações que vamos coletar nessas visitas devem nos subsidiar não só nas propostas, mas também no debate com os nossos Ministros, Senador Jefferson Peres, se eles realmente comparecerem no dia 12 de fevereiro; se isso não ocorrer, claro que tomaremos outras medidas. O senhor foi muito claro. Conte absolutamente com o meu apoio no sentido também de nós discutirmos abertamente essas questões porque não dá mais para empurrar com a barriga. Seremos irresponsáveis se não tratarmos um caso tão sério para o País como o que estamos enfrentando, especialmente em Roraima e Mato Grosso do Sul.

O SR. ALCIR GURSEN DE MIRANDA – Senador, só um esclarecimento, no nosso trabalho colocamos o seguinte entendimento: competência do Presidente da República para demarcação de área indígena; essa competência é do Congresso Nacional. Fizemos um estudo detalhado, mostrando sob vários aspectos jurídicos que o Presidente da República não tem competência – e no caso aí é uma questão restritiva – para demarcação de área indígena. Essa competência é do Congresso Nacional. Entendemos assim e subsidiamos, fundamentamos isso no nosso trabalho.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Queria lembrar é que temos que resgatar isso, pois é um trabalho que o Senador Mozarildo Cavalcanti vem fazendo há muito tempo, exatamente com o intuito de o Congresso Nacional recuperar e não ficarmos à mercê de uma canetada de um burocrata que está lá em Brasília, operando, nem Deus sabe, a favor de quem interesses, como ficou muito claro aqui nessa exposição apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradecemos a presença dos Senadores Delcídio Amaral e Jefferson Péres, já que eu, o Senador Romero Jucá e o Senador Augusto Botelho somos da Casa. Conhecemos essa questão até exageradamente. Ouvimos isso e estamos roucos de tanto falar sobre essa questão, e diria até mesmo inquietos.

Pela primeira vez estamos vendo que o Congresso Nacional, tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados, que vai vir semana que vem aqui,

estão tomando para si, como instituição, a decisão de analisar e formular soluções para essa questão.

O Governo do Estado, de comum acordo, ouvindo todos os segmentos, desde os índios, os produtores, a sociedade civil toda, formulou propostas, que entendo que são completamente factíveis.

Entendo que é fundamental que esta Comissão, ao final da ida também a Mato Grosso do Sul, apresente uma formulação para toda a política indígena do País. O Senador Romero Jucá inclusive abordou isso em uma entrevista que li no jornal. Realmente, temos que formular uma política indígena atualizada, que tenha a ver com os interesses não só de um lado que, na verdade, nem é dos índios, mas de quem pretende conduzir a política indigenista no País.

Quero agradecer e dizer ao Governador que ficamos muito felizes de ter essa acolhida. Esperamos que, ao final do dia de amanhã, possamos ter todos os elementos para concluir os nossos trabalhos aqui em Roraima.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Só queria fazer um registro, para os senhores terem uma idéia do que é Mato Grosso do Sul. Temos a segunda população indígena do Brasil. Faço esta observação apenas para V. Exªs sentirem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – A segunda?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – A segunda população indígena do Brasil.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Só perde para o meu Amazonas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Só perde para o Amazonas.

Então, quero dizer da importância desse tema para nós no Estado.

O SR. DANIEL GIANLUPPI – Quero apenas dizer que os números indígenas, hoje, no Brasil são tremendamente desconfiáveis. Quando somamos os índios para dizer que o Brasil eliminou seus índios, dá-se um número baixo. Quando vai somar os índios para demarcar uma área, dá-se um número alto.

Então, também está no livrinho, como o Dr. Gursen colocou, temos diferença de instituições que fazem estatística até de 100% da população. Se pegarmos os maiores números, temos mais de 10% da população indígena do Brasil em Roraima...

(Falha na gravação)

(Suspende-se a reunião às 11h05min.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – **(Falha na gravação)** Saúdo os Prefeitos de Uiramutã, Pacaraima e Normandia; o nosso anfitrião, Presidente da Assembléia Legislativa; o Presidente da OAB e a todos os que estão aqui presentes para esta audiência da Comissão Temporária Externa do Senado Federal, que pretende colher subsídios para apresentar uma proposta que possa dar um encaminhamento diferente ao que tem sido feito até aqui na questão fundiária e indígena no Estado de Roraima.

Pedindo desculpas pelo atraso – bastante atraso por sinal –, começamos a audiência, conforme proposta da Prefeita Florany Mota, de Uiramutã, ouvindo o Prefeito de Pacaraima, que vai falar em nome dos outros dois Prefeitos de Normandia e da própria Uiramutã.

Tanto que gostaria de começar e obviamente estamos aqui para ouvir, temos o maior prazer em ouvir, não diria nem tanto os Senadores de Roraima, mas os dois Senadores que estão compondo a Comissão – o terceiro, o Senador João Ribeiro não pode vir, mas está aqui o Relator –, estão aqui o Senador Delcídio Amaral, o Senador Jefferson Péres, que é uma pessoa, embora da Amazônia, mas é respeitado nacionalmente pelo saber jurídico, então gostaríamos de apelar para que todos pudessem ser o mais objetivo possível a fim de que pudéssemos colher o máximo de informação e encaminhar. Estamos aqui também com assessores do Senado, especializados tanto na área de segurança como fundiária, para que, ao final, possamos formular um documento consistente.

De imediato, já passo a palavra ao Prefeito... Antes o Sr. Amazonas? A prefeita também fez um apelo, já que os três prefeitos vão se condensar em um só, que ouvíssemos o Presidente do Instituto de Geografia de Roraima.

O Sr. Amazonas Brasil, inicialmente, então.

O SR. AMAZONAS BRASIL – Srs. ilustres Senadores, ilustres Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, a luta pela **(inaudível)** da Amazônia começou com a Constituinte de 88, quando se mudou a palavra "imemorial" por "tradicional". São direitos dos índios as terras imemorialmente por eles habitadas, passou a ser "terras tradicionalmente por eles habitadas". Facilitou a expansão das áreas indígenas e a conquista de áreas incomensuráveis na Amazônia, trocando imemorialidade por tradicionalidade. Começou com a Constituinte de 88.

Daí para cá, com a publicação do Projeto Radan, o que eram áreas suficientes – em muitos laudos antropológicos de então – para a existência tranqüila dos índios, passou a ser a deficiência e começou-se a advogar-se, então, imensas áreas contínuas que continham e contêm as incomensuráveis jazidas minerais da Amazônia. Portanto, ligando as chamadas ilhas em áreas contínuas para envolver o imenso tesouro de minérios da Amazônia. Temos mapas, documentos que estão à disposição dos senhores e, oportunamente,

vamos mandá-los para que os senhores apreciem. E aqui em Roraima sempre se conviveu de forma pacífica e tranqüila na integração sociedade envolvente com a comunidade indígena até o ano de 1970, quando para cá vieram os missionários e começou então a desídia, a desagregação e agora o **apartheid** em Roraima. E isso nos preocupa muito, e nos preocupa principalmente, isso já foi objeto de trabalho na Escola Superior de Guerra, objeto da nossa tese na Escola Superior de Guerra, a violência contra a soberania nacional, a tentativa de internacionalizar a Amazônia e de um bom pretexto. Oportunamente, irei encaminhar a V. Exª o material que contém um ponto de vista da geopolítica – da estratégia de domínio da geopolítica.

Eu cito um exemplo: os índios papuas, da Nova Guiné, estão sendo dizimados pela Krupp, que já comprou aquela área. No entanto, não vemos nenhum órgão de imprensa, nenhum ecologista, nenhum indigienista, nenhum antropólogo defender os papuas, que são tão primitivos quanto os ianomâmis. Aquela região já está sob o domínio da Krupp, a mesma que, há vinte anos, mandou para Roraima US$740 mil para que Dom Aldo Mongiano começasse essa campanha de **apartheid** aqui em Roraima. O **Estado de S.Paulo** publicou, vinte anos atrás, reportagem – foram três dias de reportagem –, denunciando essa situação na Amazônia. A nossa preocupação é exatamente essa. Todas as áreas são contínuas. Mas, Srs. Senadores, por que só há validade a questão constitucional que defende o direito do índio, do qual nós somos a favor? Nós não somos contra o direito do índio de ter a sua terra. Apenas somos contra o abuso que se está cometendo com essas áreas contínuas não só em Roraima, mas também em outras regiões, a ponto de tentar eliminar – como ocorre agora em Raposa/Serra do Sol – o Parque Nacional do Monte Roraima, que não vai permitir que as áreas contínuas do Brasil se unam às áreas contínuas da Guiana e às áreas contínuas da Venezuela e seja formado um imenso território federal. Esse é o objetivo estratégico dos que defendem essa imensidão de áreas indígenas aqui na Amazônia.

Eu serei breve, mas gostaria de chamar a atenção de V. Exª – vou mandar os documentos – principalmente para a estratégia de ampliar e formar o futuro território indígena como preservação das matérias-primas, de acordo com o interesse do G-7. São três grandes áreas em diferentes partes do mundo: a Antártida, com imensas reservas de matéria-prima, mas de difícil acesso e exploração cara; os fundos oceânicos, também de difícil acesso e exploração cara, e a Amazônia, que, mais rica do que as outras duas, está sujeita à cobiça internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido, agora, o Prefeito Hiperion de Oliveira, para, em nome dos Prefeito de Normandia e do Prefeito de Uiramutã, fazer uso da palavra.

O SR. HIPERION DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Delcídio Amaral, o Senador Jefferson Péres, o Senador Romero Jucá, o Senador Augusto Botelho, o Presidente da Assembléia Legislativa, em cuja pessoa saúdo todos os Deputados, os prefeitos e a população em geral.

A história dos Municípios de Pacaraima, de Uiramutã e de Normandia, que é um pouco maior, se confunde com relação à problemática indígena e à demarcação de terras, assim como com a história de nosso Estado – Roraima – e de sua Capital – Boa Vista. Por volta de 1770, as primeiras expedições portuguesas aqui chegaram e encontraram colonizações espanholas, holandesas e inglesas a quarenta quilômetros de Boa Vista, na direção da Guiana, e a sessenta quilômetros, na direção da Venezuela. Assim foi constituído esse povo a partir daquela época. É verdade que as comunidades indígenas foram saindo devido ao avanço da colonização portuguesa. Depois aqui chegaram os ingleses, os holandeses e também os espanhóis, que vinham da Venezuela. Aqui, no Estado de Roraima, possivelmente se encontraram todas as populações. De lá para cá é que nós podemos começar a contar a história da formação do povo do Estado de Roraima, feita de portugueses e, numa segunda etapa, anos depois, de nortistas e de nordestinos que aqui vieram e aqui constituíram famílias, casando com os indígenas. Assim foram constituídas as famílias tradicionais de nosso Estado de Roraima.

A história da constituição do Município de Pacaraima é a mesma, por exemplo, do Município do Uiramutã. Pacaraima tem uma diversidade, porque metade de sua área está na área indígena São Marcos e metade está na Raposa/Serra do Sol. O total da área do Uiramutã se encontra na Raposa/Serra do Sol, e o Município de Normandia tem apenas 1,4% de sua área, que foi liberada dentro desse critério de demarcações que temos aí. Ou seja, somados os três Municípios, a área Raposa-Serra do Sol e a área São Marcos, resta apenas uma área do Exército em Pacaraima de apenas 0,2% e 1,4% da Raposa/Serra do Sol. Somando em torno de 1,6 milhão de hectares a 650 mil hectares da reserva São Marcos.

O que aconteceu com relação a isso? Em 1975, foi a primeira vez que, por decreto, se criou a reserva indígena São Marcos, que na época não era reserva indígena, mas colônia agrícola e previa a convivência pacífica entre índios e não-índios na mesma área. A

partir desse momento, também se consolidava o Norte, com a abertura da BR-174, em 1972, 1973, com sua conclusão, o que possibilitou a melhoria do tráfego e a consolidação dessas áreas que compreende hoje o Município de Pacaraima, Uiramutã e Normandia.

Vou contar a história da área São Marcos, porque ela reflete o que vai acontecer com a área Raposa/Serra do Sol. Quando o grupo veio aqui para fazer o processo de demarcação da área São Marcos, desconsiderou o núcleo urbano, que era Pacaraima, consolidado há mais de 20 anos. Em 1989, foram concluídos os trabalhos que reconheceram a área do Exército e desconheceram o outro lado da BR – a equipe que vai fazer o sobrevôo perceberá isso. Pacaraima era um núcleo consolidado, apenas subtraíram dessas terras a área do Exército, 0,2%, e demarcaram todo o restante como se fosse contínuo, o que causou o problema da indefinição entre a sede do Município de Pacaraima e a terra indígena São Marcos.

Esse é o mesmo procedimento que está sendo adotado para a demarcação da área Raposa/Serra do Sol quando desconhecem núcleos consolidados como o Uiramutã, desde 1919 – são os primeiros registros que temos lá –, quando desconhecem as vilas que estão lá instaladas, quando chamam, nos relatórios, as nossas sedes dos Municípios de corruptelas e as nossas vilas de "garimpos onde existem prostitutas e bandidos". Esse é o relatório principal da demarcação da São Marcos, que errou quando deixou o núcleo consolidado Pacaraima e que, mais uma vez, está errando quando deixa a sede do Município do Uiramutã e das vilas do Surumum, da Água Fria, Socó e Mutum dentro da reserva. E também, a exemplo da São Marcos, tirou fazendas com títulos definitivos e fazendas que estavam consolidadas desde 1919.

A mesma coisa vai acontecer com Raposa/Serra do Sol, quando também vai tirar as fazendas que têm quase uma centena de anos e fazendas tituladas também, um prejuízo enorme. Hoje, comentamos tudo isso como se fosse meia dúzia de arrozeiros, como é dito na mídia nacional muitas vezes – não vou generalizar porque algumas vieram aqui e procuraram retratar a realidade do que vive o Estado de Roraima. Não é meia dúzia de arrozeiros que causaram o problema todo que tivemos, das manifestações, e de todo esse sentimento, que até parece que o Estado inteiro é contra a demarcação das áreas indígenas. Não é verdade! Nós tínhamos um segmento que se consolidou há mais de cem anos, que era o garimpo, que era o nosso minério. É verdade que se chegou a solução que nós poderíamos ter encontrado, traçando políticas para que nós pudéssemos, de forma sustentável, ter os garimpos de forma ordenada, sem prejudicar o meio ambiente, como temos muitos outros exemplos. Há um muito próximo, que é o da Mineradora Taboca, do Grupo Paranapanema, que está há, mais de trinta anos, explorando perto da reserva waimiri-atroari. Mas não foi esse, não. O Presidente simplesmente chegou aqui e disse: "Vamos dinamitar tudo e fechar tudo". E deixou mais de 50 mil pessoas, dos quais muitos ainda estão aqui em Boa Vista, de um segmento que estava consolidado há quase 150 anos.

Posteriormente, nessa mesma área, São Marcos e Raposa/Serra do Sol, havia um outro segmento consolidado também há mais de cem anos, que era a pecuária, com quase seiscentas propriedades entre sítios, pequenas e médias, porque nunca houve grandes fazendas em nível do que nós temos no Brasil. Esse também foi um segmento prejudicado. Num local onde nós tínhamos, na região Norte, um rebanho de 600 mil cabeças de gado que contribuía para abastecer o mercado do Amazonas e o mercado de Rondônia, hoje há pouco mais de dez mil cabeças, e 80% do gado lá é da diocese.

Há outro segmento que, possivelmente, da forma como querem demarcar, será inviabilizado, que é o segmento da produção de arroz, no qual nós temos um excedente de produção que vai para o Estado do Amazonas.

Ora, então o que devemos fazer? Como grupo de trabalho que veio aqui e solicitou, vamos achar alternativas para o desenvolvimento. Ora, se todo o nosso potencial o tempo todo está sendo brecado como se fosse uma coisa orquestrada há mais de cem anos. Vai ficar extremamente difícil convivermos com uma Transamazônica parada – pode ser dado o exemplo –, porque o Brasil acha que não temos competência para desenvolver de forma sustentada uma estrada que faria a integração da Amazônia, trazendo o seu desenvolvimento regional. Também as críticas que sofreu a Ferrovia Norte-Sul, que ia ligar o Brasil a lugar nenhum, porque era no Maranhão. O programa e as dificuldades que teve o Programa Calha Norte – que há pouco tempo teve apenas um suspiro –, que também trazia o desenvolvimento regional e que está aí, mais uma vez, e que nós não sabemos se vai voltar. É um programa enorme, com uma visão estratégica abrangente para a Amazônia e que também fixava o povo da Amazônia no seu lugar. E, por fim, as Áreas de Livre Comércio de Pacaraima e de Bonfim, que também ficaram pelo meio do caminho.

Então, parece-me que há questões muito orquestradas, que nós que estamos aqui percebemos e que o Brasil ainda não percebeu. Temos um potencial enorme. A Zona Franca de Manaus é, para muitas pessoas, a mesma coisa que estar produzindo **chips** de alta tec-

nologia no meio da floresta. É como se referem à Zona Franca de Manaus, querendo, mais uma vez, tirar os benefícios que estão, sim, gerando emprego e estão trazendo desenvolvimento regional para todos os Estados da Amazônia. Talvez consigam, porque isso está muito próximo. O principal ponto de desenvolvimento é a Zona Franca, talvez o único, e, no lugar de ampliarmos e buscarmos leis, políticas bem consolidadas para o nosso desenvolvimento, ainda estamos atrás de brecar o desenvolvimento da Amazônia, principalmente em cima daqueles projetos que estão dando certo, pelo menos, para nós, amazônidas.

Então, parece-me que nos esquecemos de todo o esforço de pessoas que chegaram há 240 ou 250 anos, que aqui derramaram o seu suor, que aqui trabalharam para defender nossas fronteiras, para contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso Brasil. Estamos esquecendo isso. Talvez seja por esse esquecimento que o Brasil tem pelo seu povo os brasileiros também não tenham o sentimento patriótico tão aflorado, como conseguimos ver em outros países. Tivemos problemas com a Venezuela – porque quem veio aqui há 250 anos, conquistou o território e foi até mais dentro, na bacia do Orenoco – e o acordo foi muito simples. Apenas cedeu-se um pedaço para a Venezuela.

Na questão do Pirara, envolvendo o Brasil e a Guiana, a coisa mais simples a fazer foi ceder também um pedaço à Guiana. Até hoje, depois de 250, ou 260 anos, a Venezuela e Guiana não resolveram ainda seus limites. No mapa dos dois países existe uma zona de reclamação. Talvez as pessoas que morreram lutando lá, que suaram para conquistar aquele pedaço sobre o qual ainda não há definição, tenham tido o reconhecimento do seu País pelo sangue derramado. Assim como nós e muitos índios e não-índios estão dispostos – e muitas vezes percebemos isso nos discursos – a derramar o sangue para não sair daqui. Esse é o sentimento que temos por nossa pátria e que, talvez, nossa pátria não tenha por nós. É preciso que isso seja revisto.

Srs. Senadores, estamos cumprindo essa etapa para sensibilizar sobre os grandes prejuízos que já teve nosso Estado, assim como nossos Municípios. Muitas vezes jogamos a bandeira até por causa de coisas como essa. Falo da bandeira do patriotismo, de quem veio aqui para ficar e não quer mais sair porque veio produzir e, quem sabe, até derramar seu sangue pelo lugar onde está conseguindo criar sua família.

Eu gostaria de finalizar, pedindo aos Senadores presentes que intercedam junto às autoridades e junto ao Presidente, mostrando a realidade de um povo que também é Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra ao Presidente da Assembléia, registro a presença da Deputada Federal Maria Helena, dos Deputados Estaduais Vantan Praxedes, além do Presidente da Assembléia, Raul Lima, Célio Vanderlei, Titônio Marques, Eliseu Alves, Chico das Verduras e Sérgio Ferreira, que honram esta audiência da Comissão externa do Senado.

Passo, portanto, a palavra ao Presidente da Assembléia, Deputado Mecias de Jesus.

O SR. ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Senadores Romero Jucá, Jefferson Péres, Delcídio Amaral e Augusto Botelho; Prefeitos Hiperion de Oliveira, Florany Mota e Afonso Nivaldo, respectivamente de Pacaraima, Uiramutã e Normandia; Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional de Roraima, Antônio Oneildo Ferreira, em nome de quem saúdo os demais advogados presentes; Deputada Federal Maria Helena; companheiros deputados estaduais presentes; Secretário Adjunto da Secretaria do Índio, companheiro Jordão; Vice-Prefeito de Uiramutã, José Novaes; amigos da imprensa, senhores produtores, povo trabalhador deste Estado, não gostaria de fazer um discurso, mas gostaria de contar uma pequena história. Senador Jefferson Péres, cheguei a Roraima em 1974, mais precisamente no Município de São João da Baliza, Roraima. Fomos dali os primeiros habitantes. Meu cunhado, João Pereira da Silva foi o fundador daquela região e precisamente da cidade que hoje tem o nome de São João da Baliza.

Em 1974, não existia naquela região nenhum índio, não existia naquela região ninguém que desse notícias de indígenas por perto. Sabíamos que a aldeia mais próxima de nós ficava a 120 quilômetros, que era a dos índios Uai-Uai, no rio Jatapu.

Começamos a habitar aquela região e, por volta de 1977, 1978, na vicinal 29, que já estava habitada com mais de 50 produtores, começaram a aparecer índios Uai-Uai. Começamos a conversar com os índios e eles nos diziam que eram os padres que estavam levando os índios para ali, porque aquelas terras tinham que ser deles. Ali, começamos a conviver pacificamente com os índios, começamos a ter amizade, até que por orientação de alguns setores da Igreja, começou a haver brigas entre índios e brancos. Chegaram os próprios índios a conversar conosco e a propor uma solução na Funai. Estivemos aqui, quando fui Vereador em São João da Baliza, com uma comissão de índios na Funai, porque logo de imediato, quando os índios foram para lá, apareceu do nada uma área de pretensão da Funai. Hoje essa área já está demarcada e os

trabalhadores que lá viveram mais de vinte anos já perderam suas terras e foram obrigados a sair de lá. Isso está ocorrendo no nosso Estado e ocorrerá ainda mais se os senhores do Congresso Nacional, que inclusive têm o poder de mudar a Constituição Federal, não tomarem uma providência de imediato. Estamos entregando nosso País, estamos entregando Roraima de mãos beijadas a interesses comerciais. Aqui, Srªs e Srs. Senadores, é muito fácil tirar um produtor e um trabalhador da sua terra. Uma decisão de qualquer juiz, uma decisão de qualquer delegado, uma decisão de qualquer funcionário do Incra tira um trabalhador que está 30 anos na sua terra, como aconteceu recentemente no Município de Rorainópolis. Pessoas que ali vivem há 30 anos estão perdendo suas terras e sua vida, trabalharam ali a vida toda para deixar para seus filhos e para terem uma velhice mais tranqüila, mas estão sendo obrigados a sair na força bruta, porque a questão fundiária no nosso Estado não está resolvida. Enquanto isso, briga-se para demarcar mais 1,6 milhão de hectares no nosso Estado; enquanto isso, uma Ong chamada Associação Amazônia se apodera de 172 mil hectares de terra no nosso Estado. A Assembléia Legislativa fez uma CPI, concluiu, mandou para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados, houve uma CPI do Senado Federal presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti e uma CPI na Câmara Federal, mas eles continuam lá. Com certeza, se fosse presidida por um brasileiro ou se um trabalhador estivesse lá, já teria sido expulso de qualquer forma, mas ela é presidida por um argentino e por um canadense, eles não sairão de lá nunca, porque estão trazendo dinheiro internacional, porque estão sob a falsa moralidade, são piratas, são narcotraficantes no nosso Estado e que estão dizendo que são preservadores. É uma biopirataria.

Senadores, está nas mãos de V. Exªs mudar os destinos de Roraima, porque no Governo Federal não podemos mais acreditar. O Sr. Ministro da Justiça esteve aqui e disse que trazia um papel em branco. Lamentavelmente, Senador, o papel em branco que nos mostrou estava em branco mesmo, porque fomos nós que lhe demos aqui. Mas o outro já estava preenchido na mala dele. Poucos dias depois, S. Exª proferiu a decisão. Criaram um grupo interministerial, que sequer veio aqui, e S. Exª disse que já não haveria mais jeito, que a área seria demarcada em área contínua. O que teremos, Srs. Senadores, dessa área toda de 1,6 milhão hectares é que sejam excluídos 300 mil hectares. Queremos salvar as áreas produtivas, as cidades, para não atravancar o desenvolvimento do nosso Estado. Queremos que o Estado seja dono das suas próprias terras e que a nossa questão fundiária seja resolvida. Somos um Estado sem terra. Somos um Estado que não pode legislar sobre nossas terras. As decisões vêm de lá até hoje, e trabalhadores, como os que estão aqui, perdem suas terras. Vinte e cinco anos trabalhando, produzindo, e uma decisão os torna obrigados a deixar as terras de qualquer forma. É por isso que a Assembléia Legislativa se mostrou favorável ao movimento feito por eles. É preciso tratar-nos com respeito, porque fomos, durante anos e anos, as sentinelas mais baratas que este País já teve. Não cobramos nada para salvar e guardar nossas fronteiras, e, de repente, querem entregar tudo novamente.

Quero pedir permissão aos Senadores Jefferson Péres, Delcídio Amaral, Romero Jucá e Mozarildo Cavalcanti para dizer algo. O Senador Delcídio Amaral, em pequena conversa, disse-nos que, no Mato Grosso, há um problema parecidíssimo como o nosso, tão grave quanto o nosso. Estive ontem olhando, na Internet e no **Jornal do Brasil**, uma matéria do jurista Ives Gandra da Silva Martins. Não sei se V. Exªs tomaram conhecimento dessa matéria. Quero reproduzi-la para V. Exªs. Só um pouquinho da atenção de V. Exªs, e já vou concluir.

A pressão exercida por ONGs internacionais sobre a Constituinte, em 1987–1988, inclusive com a presença do famoso cantor Sting, para a defesa de 300.000 índios brasileiros, resultou na oferta de 10% do território nacional a tais pessoas, deixando para os outros 175 milhões de brasileiros os 90% restantes.

Em relação às terras passíveis de pertencer a esses 90%, o legislador supremo sujeitou-as à denominada reforma agrária, com vistas a coibir a existência de latifúndios improdutivos. Sabiamente proibiu a desapropriação de terras produtivas – seria bom que os violadores do MST lessem o art. 185, inciso II, da Carta Maior da nação –, assim como impôs pesados ônus tributários tendentes a evitar a permanência de latifúndios, com o escopo de mera valorização fundiária e imobiliária.

Quanto aos 10% restantes, correspondentes à "nação indígena", adotou-se o critério oposto: foram garantidos fantásticos latifúndios protegidos pela Polícia Federal, além de assegurar-se a 0,4% da população brasileira o reconhecimento de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições próprias, quase tratando seus integrantes como um povo estranho, enquistado dentro do Brasil, apenas pela União tutelado.

Está no art. 231, **caput**, da Constituição Federal assim redigido: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las,

proteger e fazer respeitar todos os seus bens", o que demonstra não ser fantasiosa tal interpretação.

Essa leitura do texto constitucional [diz o Jurista Ives Gandra Martins] – que interessa aos mais variados grupos, nem todos eles com ideais propriamente brasileiros (piratas da biodiversidade, narcotraficantes), não me parece, todavia, a mais correta, visto que haveria um claro ferimento do princípio da igualdade, o que a Lei Suprema não admite.

Tanto que por essa linha, que entendo carente de razoabilidade porque incompatível com os princípios insertos na Constituição, os brasileiros não-índios não poderiam ter latifúndios. Os índios brasileiros sim. Os brasileiros não-índios poderiam ter suas terras improdutivas desapropriadas. Os índios brasileiros não. O poder de expropriar terrenos urbanos, prédios, casas, fazendas, etc., só seria exercitado com relação aos bens pertencentes aos brasileiros não-índios; jamais aos de propriedade dos índios brasileiros. Em outras palavras, teria o constituinte, em um único artigo, outorgado a trezentas mil privilegiadíssimas criaturas, a grande maioria civilizada, dez por cento das terras brasileiras, cabendo à União apenas protegê-las, visto que tudo lhe pertenceria e seria permitido. A inteligência que dou ao dispositivo é diferente.

Entendo que, à luz do § 1º do art. 231 – diz o Jurista Ives Gandra Martins –, as terras que tradicionalmente ocupam são aquelas que à data da promulgação da Carta eram e ainda são por eles habitadas em caráter permanente. Vale dizer aquelas em que estão situadas suas aldeias e no máximo os terrenos lindeiros a elas. Jamais vastas extensões de terras, à época já ocupadas inclusive por cidades, consideradas propriedades dos indígenas. Vastas extensões de terras que já não são por eles ocupadas há muito tempo é tornar todo cidadão brasileiro não-índio de segunda categoria. Os brasileiros sem teto, sem terra, sem habitação, sem emprego, que não gozam de direito a qualquer parcela das terras brasileiras, nessa categoria estariam incluídos. Em compensação, os privilegiadíssimos cidadãos indígenas seriam intocáveis possuidores de 10% do Brasil.

Tampouco é razoável argumentar que a palavra tradicionalmente usada pelo Constituinte estaria a sinalizar que, por determinação constitucional, as terras que possuíam no passado continuam a lhe pertencer. Nesse caso, Paulo Bonfim, que mora em São Paulo e que é o príncipe dos poetas brasileiros, seria o dono da maior cidade da América Latina, pois sua família fundou São Paulo. Ele é descendente direto de Bartira e João Ramalho. E o Governo deveria desalojar todos os paulistanos para outorgar-lhe direitos à terra que sua família ocupou tradicionalmente. O certo é que o infeliz texto do dispositivo constitucional está provocando conflitos semelhantes aos provocados pelos violadores da lei enquistados no MST, sendo que a conivência governamental que leva a proteger os privilégios indígenas contra os cidadãos brasileiros pode inclusive despertar no futuro o interesse de potências do Primeiro Mundo em substituir a União na tutela dessa parcela da nação brasileira, que o Constituinte, na leitura canhestra do Governo, teria transformado em segmento autônomo separado do povo brasileiro. Se assim fosse, valeria a pena que cada brasileiro requeresse a cidadania indígena para de imediato tornar-se dono de parte do Brasil.

Concluo insistindo na interpretação que ofereço ao dispositivo. Ou seja, de que pertencem aos indígenas não as vastas extensões territoriais que lhes pretendem atribuir, mas apenas aquelas aldeias e terrenos lindeiros que vinham ocupando em caráter permanente em outubro de 1988 e em que permanecem atualmente. O que, a rigor, significa, de um lado, manter protegidos seus costumes e tradições e, de outro, assegurar a igualdade entre todos os brasileiros.

O jurista Ives Gandra Martins publicou no **Jornal do Brasil**.

Ora, senhores, se não conseguirmos, de forma amigável, por intermédio do Governo e de V. Exªs no Congresso Nacional, restará apenas um caminho, o da Justiça. E está aqui uma grande luz dada por um grande jurista. Esperamos que V. Exªs possam nos ajudar, e sabemos que podem.

Muito obrigado a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido agora para fazer uso da palavra o Presidente da OAB, Dr. Antônio Oneildo Ferreira.

O SR. ANTÔNIO ONEILDO FEREIRA – Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão do Senado, digníssimos Senadores Delcídio Amaral, Jefferson Péres, Augusto Botelho e Romero Jucá, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, colegas advogados, senhoras e senhores, muito se tem falado e debatido sobre esse nosso grande problema que enfrenta o Estado de Roraima. Com certeza, nós não vamos conseguir falar, e nem dominamos com propriedade, sobre o assunto tanto quanto as pessoas e os irmãos que moram aqui e vivenciam esse problema em área: os prefeitos, os vereadores, os políticos, os produtores, as lideranças indígenas, as comunidades índias e não-índias, que vivenciam diretamente esse problema em área e que, com certeza, têm condições de melhor especificar e melhor subsidiar esta Comissão do Senado nesse sentido.

Consideramos imprescindível e muito relevante a postura e a iniciativa do Senado Federal motivada por Senadores do Estado e de outros Estados também, em se deslocar de Brasília para ter esse contato, vivenciar, ouvir, constatar essa problemática da questão fundiária e das reservas em Roraima, que de certa forma muito tem sido trabalhada no âmbito nacional, na maioria das vezes, de forma distorcida, sem contemplar a totalidade dos segmentos ou dos dados existentes aqui no Estado.

Na OAB, temos acompanhado essa questão há muito tempo, coordenamos uma audiência pública com o Ministro da Justiça aqui e temos hoje uma comissão constituída para fazer um trabalho nesse sentido, vamos fazer um relatório fundamentado, vamos encaminhar esse trabalho para o Conselho Federal da OAB, para subsidiar inclusive uma manifestação da entidade, que não seja apenas retórica, de apoio a direitos humanos, ou de segmentos, ou de minorias, mas de forma circunstanciada, sobre a matéria como um todo. Vamos mandar também ao Ministro da Justiça e outras autoridades, ao Congresso Nacional, enfim, vamos trabalhar nesse sentido.

Mas há três aspectos que eu gostaria de brevemente destacar, que consideramos o cerne da questão e que tem norteado os debates que temos feito no âmbito nacional.

O primeiro ponto é quanto a solução que será dada a esse problema, tendo em vista a questão constitucional. E a preocupação principal é no sentido de que haja acomodação de direitos, e não sobreposição de direitos. E explico.

Geralmente o trabalho feito em Brasília noticia, como já disse o Prefeito de Pacaraima, que há uma quantidade insignificante ou muito pequena de habitantes não-índios nessas áreas. E sendo pequena ou insignificante, claro que não há nenhuma ou quase nenhuma preocupação no encaminhamento da demarcação disso aí. Porque não haveria, digamos, o que se resguardar, o que se compensar, ou o que se considerar nessa demarcação. Então, temos uma preocupação e consideramos que tratar dessa forma não seria uma acomodação, mas uma sobreposição de direitos, porque constam de dados do TRE que, nessa região toda, há mais de dez mil eleitores, considerando os municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia.

Então, vamos ter uma população de no mínimo 15 a 20 mil pessoas e, com certeza, a metade disso, no mínimo, é considerada comunidade não-índia. Portanto, com esse procedimento demarcatório, estariam excluídos, não estariam contemplados nesse procedimento – inclusive a Comissão de Direitos Humanos está trabalhando nisso.

Temos uma apreensão muito grande: qual seria o tratamento dispensado, se consumada essa demarcação de forma anunciada ou contínua; qual seria o tratamento dispensado a esse segmento. É um fato que consideramos impraticável, impróprio, se se consumar uma situação dessa natureza sob o pretexto de se resguardar e se contemplar a questão dos direitos humanos e se praticar uma violência dessa dimensão.

Temos, então, esse primeiro ponto, que consideramos importante, indispensável o Senado Federal ponderar, porque, a se consumar a solução anunciada, junto com essa decisão anunciada, é imprescindível que o Governo Federal trabalhe de forma minuciosa, de forma detalhada as compensações ou o deslocamento, ou o que vai acontecer com as comunidades não-índias, com as pessoas, com os cidadãos não-índios, considerados não-índios que habitam essa região.

Não temos um alinhamento, nenhum segmento depende dessa situação enquanto entidade, mas conhecemos e vivenciamos problemas na Justiça Federal de desapropriações de pessoas que se encontram na segunda, na terceira e quarta geração. Moradores cujos avós e bisavós nasceram, cresceram e moram na região e que jamais estiveram em qualquer outra localidade e que são considerados como segmentos não-índios.

Há uma preocupação nesse sentido, e esses fatores – isso constará do nosso relatório – entendemos importante serem considerados, serem ponderados. E a matéria deve ser trabalhada simultaneamente à homologação de qualquer que seja a reserva, porque é uma coisa que não se pode deixar para depois, o que significa abandonar, praticar um mal maior, uma injustiça maior do que se não concretizada a reserva.

Outro ponto de preocupação são os limites de fronteira. Sabemos que essas áreas como um todo – e não é um interesse local, nem aquele discurso fantasioso de nacionalismo – se localizam sobre área de fronteira. Temos toda uma legislação que disciplina essa matéria de forma própria. A própria Constituição já reserva e cria área de fronteira, gerando situações excepcionais quanto à titulação, quanto à ocupação, quanto ao uso e quanto à disposição dessas áreas. Temos uma preocupação sem também exagerarmos ou dizermos que há um conluio de ONGs ou governos internacionais – há interesses, não podemos negar, quanto à criação de nações, etc, – mas, efetivamente, há um problema muito sério, faz parte de uma preocupação, das ponderações e dos trabalhos que a entidade está fazendo: a demarcação e a homologação dessas áreas, sem especificar, sem definir, sem deixar muito claro e delimitado como ficam as áreas de fronteira, o acesso, a ocupação e o controle dessas áreas.

O Exército tem tido demandas na Justiça para retirar postos, pelotões dessas áreas tidas como indígenas. São efetivamente áreas indígenas. Então, essa é uma preocupação que gostaríamos de externar e, com certeza, o Senado Federal, o Congresso Nacional, a quem originariamente compete dispor sobre matéria desta natureza, com certeza deve ponderar, com certeza deve dar uma maior atenção a esse fato para não termos depois desdobramentos que fujam ao nosso controle, não só da comunidade, mas inclusive do País.

É uma região, como sabemos, que tem várias pendências – é desnecessário falar aqui: biopirataria, minérios. É uma região de grande interesse e importância nacional e internacional. Com certeza esse tema deve ser tratado e acompanhado de forma precavida, para evitar um problema muito maior não só para Roraima, mas também e principalmente para o País.

O terceiro ponto no qual estamos trabalhando e que faz parte de nossas preocupações é a existência sistemática, assumida e financiada de ensino religioso nas áreas indígenas, acompanhado de um alinhamento ideológico.

No art. 231 da Constituição Federal, é desnecessário dizer, pois o Senado é muito bem subsidiado e assessorado nessa área – e aqui está o Senador Jefferson Peres, que é da área jurídica – que as terras não estão e não ficam contempladas nem em primeiro lugar. Lá a Constituição resguarda e protege os povos indígenas, os índios, a estrutura, a organização social, suas tradições, credos, costumes, línguas e terras.

Por que a terra vem depois? Porque, sem a organização, sem a estrutura social deles, sem os credos, sem as línguas e os costumes, eles com certeza não se caracterizariam como um segmento diferenciado fazendo jus à preservação de suas terras, como está na Constituição.

Então, é esse conjunto de aspectos diferenciados que justificam e garantem a eles a permanência nas terras. Essa é uma preocupação que já estamos encaminhando ao Ministério Público Federal, para que acompanhe e trate dessa matéria de forma pertinente. E é uma preocupação de que deve o Senado Federal comungar. E não colocamos isso não como um discurso de enfrentamento contra ou a favor da Diocese, contra ou a favor da Funai – o que às vezes permeia o discurso de alguns. Trata-se de uma preocupação ponderada e equilibrada nesse sentido, porque entendemos como impróprio, como uma situação tão agressiva quanto a supressão das terras. Mais agressiva, porque a terra pode-se devolver. A identidade cultural, a forma de organização, os credos, as línguas e os costumes não são passíveis de devolução.

Uma vez que todos esses projetos de área são financiados principalmente pelo Governo Federal, por intermédio da Funasa, é importante que o Senado Federal, que o Congresso Nacional aprecie esse aspecto, que é grave, somado a um alinhamento ideológico, porque a politização cultural é perigosa, leva a um distanciamento e a uma dificuldade de entendimento.

Sabemos que existe isso no meio sindical e em tantos outros, mas é uma opção. No aspecto cultural, antropológico, das etnias, fica muito complicado. Vai-se instalar uma Palestina, um Oriente Médio religioso aqui a continuar essa situação de radicalização e distanciamento dos segmentos, principalmente em função do trabalho sistemático adotado.

Com essas ponderações vamos concluir este relatório e encaminhá-lo para as entidades que já anunciamos. São essas as ponderações que gostaríamos de externar à Comissão e que esperamos sejam refletidas no âmbito do Senado e do Congresso Nacional, porque são bastante relevantes.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradecendo a exposição dos diversos prefeitos, do Presidente do Instituto Geográfico, do Presidente da Assembléia e do Presidente da OAB, quero passar a palavra aos Senadores para, se quiserem, fazerem alguma argüição ou pedirem algum esclarecimento. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Srªs e Srs. Senadores e Deputados, Srªs e Srs advogados, prefeitos, senhoras e senhores, eu aceitei, com muito prazer, o convite do Senador Mozarildo para integrar esta Comissão, que já foi criada tardiamente. Acho que ela deveria ter sido constituída há muito mais tempo. O Senador Mozarildo diz-me que o requerimento é de julho. Não, Senador, acho que deveria ter sido criada há dez anos.

Estou nela de mente aberta, apesar de ter sempre hipóteses na cabeça, mas hipóteses precisam de comprovação. Discursos retóricos não me impressionam. Quero saber de fatos. Especulações também não e quando for tomar decisão e votar, pouco me importa se vou ser simpático ou não, perder votos ou não, porque isso não pesa no meu comportamento político. Podem acreditar nisso. Contrariar entidades que são tabus na sociedade não me importa nem um pouco e, amanhã, perder votos e perder eleição também não me preocupa. Não nasci político e provavelmente não morrerei político.

Desculpem-me essa colocação pessoal, mas apenas para dizer aos senhores que vou procurar agir, na

Comissão, como um magistrado. Uma convicção, no entanto, eu já tenho e algo, hoje de manhã, já me chocou. O que foi que me chocou? Eu sou muito sensível à questão ambiental e me chocou saber que pretendem incorporar o Parque Nacional de Monte Roraima à reserva indígena criada. Eu, tanto quanto puder, impedirei isso. Se depender do meu empenho, eu vou fazê-lo, porque reserva indígena é área aberta à exploração econômica. O Parque Nacional é santuário ecológico e principalmente devido a esse Monte Roraima, seja pelas suas características fisiográficas muito particulares, seja por estar no arco de fronteira, é chocante para mim saber que o parque seria extinto.

Agora, quanto à convicção que já formei: o Congresso Nacional não pode ficar alheio à questão. Está ficando à margem por omissão. A decisão final disso deve caber ao Congresso, porque não há instituição com maior legitimidade, no País, do que o Congresso Nacional, com todas as suas mazelas, que eu bem conheço. Nem mesmo o Presidente da República tem tanta legitimidade, porque Sua Excelência foi eleito pela maioria dos brasileiros contra o voto de um segmento e é filiado a um Partido. No Congresso Nacional estão todos os Partidos, todos os segmentos sociais.

Alguém já disse que a guerra é algo muito importante para ficar a cargo apenas dos generais. Antropólogos, indigenistas, burocratas da Funai precisam ser ouvidos, dão o laudo técnico, mas a decisão com eles, não. A questão indigenista é tão importante, hoje, que basta. Isso deve ser decidido pelo Congresso Nacional.

É essa a minha convicção. Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Primeiro, Senador Mozarildo, gostaria de registrar minha satisfação de estar aqui em Roraima. Faz seguramente 14 anos que não venho a Roraima. Mas vinha com muita freqüência, porque fui Diretor de Operação da Eletronorte por muitos anos, e vivi muitos anos na Amazônia, especialmente no Pará, tanto que tenho uma filha paraense.

Gostaria de cumprimentá-lo, os demais senadores, os prefeitos, a nossa querida prefeita também aqui presente, os deputados, os advogados, enfim, as lideranças todas.

Sou de um Estado chamado Mato Grosso do Sul, e o Senador Jefferson Péres está fazendo uma ponderação muito coerente, porque confundem o nosso Estado com o de Mato Grosso até hoje. Tanto é que o Governador Zeca do PT voltou a fazer uma campanha forte para mudar o nome do Estado e virar o Estado do Pantanal, porque dois terços do Pantanal estão no nosso Estado, Mato Grosso do Sul. Agora, os críticos pensam que não devemos mudar para Estado do Pantanal, porque, assim como Roraima é RR, Amazonas é AM, o nosso vai ser PT.

Gostaria de registrar, primeiro, a importância, e como bem disse o Senador Jefferson, as dificuldades, Mozarildo, que V.Exª enfrentou para implementar esta Comissão. Sei das dificuldades. Não foram pequenas. Havia o interesse de não se ir a fundo nessa questão. E hoje esta Comissão é uma realidade. Tenho a honra de participar como Relator e vou precisar contar com todos para executar um trabalho, como disse muito bem o Senador Jefferson Péres, isento, com essa competente equipe técnica também do Senado Federal.

No Mato Grosso do Sul, ou no futuro Estado do Pantanal, vive a segunda população indígena do Brasil. A primeira está no Estado do nosso querido Senador Jefferson Péres. E hoje enfrentamos uma situação muito difícil. Lá, a situação é de absoluto conflito. Conforme o Governador Zeca me disse, amanhã deverá haver uma mobilização muito grande na região de Japorã, que é a cidade-pólo desse movimento. Estamos acompanhando o processo todo com preocupações várias. A situação é crítica no Estado do Mato Grosso do Sul, como também é problemática em Roraima.

Hoje, conversamos com o Governador, com o grupo de trabalho também instituído para analisar essa questão e estamos agora conversando com todas as lideranças legislativas, os prefeitos, a OAB. Ouvimos hoje também essa explanação rápida, mas muito incisiva do nosso Presidente do Instituto Geográfico e Histórico. Não tenho dúvida, Mozarildo, de que, como disse muito bem o Senador Jefferson Péres, também não tenho preocupação alguma com relação a olhar com absoluta serenidade e com bom senso todas essas questões.

Acredito que essa iniciativa do Congresso Nacional é absolutamente importante para colocarmos os pingos nos "is" e, com isenção, definir políticas claras no que se refere às questões indígenas, que, hoje, atingiu uma dimensão maior, porque novas questões surgiram ao longo desses anos a despeito de uma política de preservação, além de outras variantes. Por exemplo, aqui, que traz uma característica diferente da do meu Estado, percebe-se claramente uma questão mineral, a água, muito envolvida em todos esses movimentos. No meu Estado há uma diferença porque temos áreas de grande produção agrícola e também de pecuária. O meu Estado é o maior produtor pecuário do Brasil e o maior exportador de carne bovina. As realidades são diferentes. Mas existem muitas semelhanças tais como no agir, semelhanças com relação ao risco dessa

região de fronteira – aqui estamos próximos à fronteira da Venezuela, à da Guiana. Lá no meu Estado, fazemos fronteira com a Bolívia e com o Paraguai. Hoje, preocupa-nos muito vários setores do nosso Estado, principalmente, no que se refere à má administração dessa questão, que pode trazer para o Mato Grosso do Sul, especialmente pela proximidade com o Paraguai e a Bolívia muitos transtornos. É sabidamente conhecido que uma das grandes dificuldades do meu Estado é o contrabando, o narcotráfico e o crime organizado. Então, estamos acrescendo a essa questão um cem números de outros interesses extremamente perigosos para a paz social, para a construção de uma sociedade fraterna, solidária, para uma sociedade melhor, não só em Mato Grosso do Sul, mas em todos os Estados brasileiros, e porque não falar especialmente daqui, o Estado de Roraima.

Meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, acredito que estamos diante de uma grande oportunidade. Contamos com Senadores dispostos a enfrentar a situação com isenção, com serenidade, disso não tenho a menor dúvida. Nos próximos dias, os Ministro da Defesa e o da Justiça comparecerão a uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Vamos acelerar fortemente os nossos trabalhos, porque na próxima semana estaremos em Mato Grosso do Sul, com uma agenda parecida com esta aqui de Roraima. Até porque, tendo em vista a iniciativa de V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, a bancada do Mato Grosso do Sul pegou uma carona e fez um aditivo ao importante requerimento de V. Exª, criando esta Comissão. Celeremente, vamos apresentar o nosso relatório com as mais variadas propostas. O Congresso Nacional, especificamente o Senado, que representa os Estados e a Federação, se fazendo presente.

Eu quero lhes dizer que não dá mais para viver assim. Aqui não estou fazendo juízo de valor de nenhuma parte envolvida. Mas o futuro das próximas gerações dependem do nosso bom senso e – como foi muito bem dito aqui – da nossa brasilidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente, apenas rapidamente para agradecer a presença dos Senadores Delcídio Amaral e Jefferson Péres aqui. A minha posição é bem conhecida aqui no meu Estado. Portanto, espero que, com a nova visão que S. Exªs terão daqui, possam levar o sentimento roraimense para poderem tomar as suas decisões. Tenho certeza de que os dois são imparciais e que têm a cabeça aberta para ouvir e decidir. A nossa intenção é que o Brasil todo passe a ver as coisas da forma como vemos. Eles acham que não tem importância; quando falam dos fazendeiros, referem-se a pessoas cheias de dinheiro, ricaços, que estão matando os índios, quando a realidade dos nossos pobres habitantes da Raposa/Serra do Sol é outra.

Espero que o Governo do PT faça justiça com as pessoas que foram postas para fora das suas fazendas, dos seus lugares, das casas onde viviam e que até hoje receberam indenizações irrisórias e não têm um local para serem re-assentadas. Pelo menos, a terra para que eles continuem com a vida de agricultura poderia haver – para os que não morreram, porque muitos já morreram. Faz trinta anos que as pessoas são postas para fora das suas casas, geralmente de acordo com a lei. Mas, quando se está capinando o quintal, chega a Polícia Federal com uma metralhadora e com um oficial de Justiça e uma ordem para se assinar e ser despejado. Apesar de estarem de acordo com a lei, há um constrangimento. Trata-se de pessoas simples, que vivem no mato. Muitos nem sabem ler direito, lêem com dificuldade e sofrem essa pressão. Há ainda as outras pressões que sabemos que foram feitas na forma de guerrilhas. Começaram a roubar o gado, a matar, a assustar.

Nós aqui em Roraima não somos contra a demarcação de áreas para os nossos irmãos índios. Queremos que sejam demarcadas, mas esperamos que este Governo, presidido por um operário venceu e que apoiamos no segundo turno, respeite o direito das pessoas.

Fico triste quando vejo as autoridades falarem, esse pessoal do Ministério da Justiça e tal. Lá no Mato Grosso do Sul, agora, eles estão mexendo com gente que tem dinheiro e não, com os nossos pobres de Roraima. Os pobres são mais fáceis de serem manuseados pelo poder, pelos políticos e por todo o mundo. Por isso, temos de melhorar a vida de todos.

Vou dar a minha mensagem para Roraima: estudem para melhorar de vida, para não serem mais manuseados pelos outros.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar a nossa reunião, informo que, ao mesmo tempo em que o Senado tomou a iniciativa de constituir esta Comissão, inserindo a questão fundiária indígena na pauta oficial do Senado Federal, a Câmara dos Deputados está constituindo uma comissão, que deve vir possivelmente na próxima semana fazer um trabalho semelhante ao nosso. Não quero dizer, necessariamente, que a conclusão será igual a nossa. Mas, pelo menos, tanto a Câmara como o Senado,

estão inserindo agora na pauta de discussão a questão indígena, a questão fundiária do nosso Estado e dos demais Estados, Mato Grosso do Sul, Paraná e tantos outros que estão passando por situações muito semelhantes.

Até por uma deferência não só aos nossos companheiros Parlamentares da Câmara Federal, mas também à figura da mulher Deputada, concedo a palavra para algumas considerações à Deputada Maria Helena Veronese.

A SRª MARIA HELENA VERONESE (PPS-RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta Comissão Especial Externa, agradeço a oportunidade, porque sei que estou "furando" a pauta.

Agradeço aos Senadores presentes o interesse em fazerem parte desta Comissão no sentido de chegarmos a uma saída de consenso para a questão da demarcação da Raposa/Serra do Sol.

Cumprimento todos os presentes, os Prefeitos e Vice-Prefeitos dos Municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia e todos os Deputados Estaduais.

Solicitei ao Senador Mozarildo Cavalcanti o uso da palavra primeiro porque todos os Parlamentares e o povo de Roraima sabem da minha opinião e da minha preocupação não só quanto à questão da economia ou quanto poderá ser afetada a economia do Estado, como já afetaram as demarcações anteriores. Nós que fomos os maiores produtores de gados bovinos do Norte do País, que já exportamos gado em pé para o Amazonas, que já exportamos laranja para o Amazonas e que estamos exportando arroz poderemos também perder esse segmento produtivo.

A minha preocupação, além da questão da vivificação dessa área, que é da maior importância, porque sabemos que no momento em que há demarcação, se não excluirmos dessas reservas algumas áreas importantes, o local fica totalmente à mercê da Funai (Fundação Nacional do Índio). Inclusive a Funai, que prestava assistência à saúde dos índios, deixou de prestar, transferindo, delegando essa competência às organizações não-governamentais.

Agora, depois de um trabalho ao longo de um ano – inclusive tenho aqui a carta que a Deputada Sueli Campos e eu assinamos e enviamos ao Ministro da Saúde, reiterados requerimentos que fizemos ao Ministro, para que essa atividade de prestação de serviços à saúde saísse da competência, deixasse de ser delegada a organizações não-governamentais –, finalmente, por uma decisão do Governo Federal, a assistência à saúde dos índios volta a ser responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Também quero aqui relatar um fato ocorrido ontem à noite, durante o vôo que fizemos de Brasília para cá, para o qual chamei a atenção do Senador Augusto Botelho. Sentado ao meu lado, no avião, havia um rapaz americano. Quando notei que no computador dele via-se a mata amazônica, comecei a prestar atenção no que ele estava fazendo. Conversei com ele e fiquei surpresa ao perceber que ele falava fluentemente a língua portuguesa. Conversamos durante toda a viagem e ele me disse que era um técnico da Nasa (**National Aeronautics and Space Administration**), e que hoje pela manhã mais cinco técnicos chegariam, pelo avião da Rico. Vinham ao Brasil por um convênio que o Ministério do Meio Ambiente teria firmado com a Nasa para que eles aqui pesquisem os impactos ambientais decorrentes das nossas queimadas. Perguntei por que o Governo brasileiro havia firmando esse convênio com a Nasa, e ele me respondeu que o Governo brasileiro não tem condições técnicas para realizar esse estudo.

Fiquei perplexa ao saber que estamos trazendo americanos que falam fluentemente a nossa língua para aqui pesquisar de forma livre, transitar livremente no nosso espaço, nas nossas reservas. E mais: quando perguntei se ele havia sido identificado quando ingressou no Brasil, se isso teria lhe causado qualquer desconforto, ele me disse que não havia sido identificado, porque tem visto de permanência para trabalhar aqui no Brasil.

Então, já que esse é um pensamento internacional e até nós, brasileiros, admitimos que não temos condições de administrar os nossos problemas e o nosso território, precisamos trazer técnicos de outros países para fazer esse trabalho, daqui a pouco poderá haver a decisão internacional de que não temos condições de administrar esse espaço da Amazônia. Essa decisão nos tornará muito vulneráveis e isso me preocupa.

Mas pedi a palavra porque considero da maior importância relatar uma carta que uma moradora de Raposa/Serra do Sol, neta e filha de moradores de uma área que já foi desapropriada e transformada em outra reserva indígena – temos 22 reservas no Estado.

Peço permissão à Prefeita Florany Mota porque essa carta, que sensibilizou a todos os presentes por ocasião da reunião do Grupo Técnico Interministerial quando estiveram aqui, há duas semanas, é de uma funcionária do Município de Uiramutã. Assim diz ela:

"Somos 300 famílias expropriadas de terras demarcadas pelos indígenas de Roraima, porém formamos também comunidade marginalizada que, dentre outras, abriga famílias destituídas de terras há mais de 20 anos. Fomos retirados de nossas terras, algumas até centenárias, mediante compromisso das autoridades de urgente reassentamento, respaldado por decreto do Presidente da República. Esse reassentamento nun-

ca aconteceu. Já se vão 24 anos desde a Exposição de Motivos nº 62, de 1980 e 21 anos desde o Decreto original, de nº 88.695, de 1983, que relacionava as pessoas expropriadas. Sucederam-no o Decreto 22, de 1991 e o Decreto 1.775, de 1996, em vigência. São 21 anos de lutas e provações."

Quanto às indenizações por benfeitorias, sofremos as dores de ver os frutos do nosso suor e trabalho serem avaliados muito abaixo do seu valor real. Edificações, cercas e plantios foram subavaliados. Muitos bens foram desprezados. Esperamos meses e até anos por essas avaliações que, ao serem finalmente realizadas, encontravam nosso patrimônio depreciado.

Os relatórios técnicos não retrataram com fidelidade o que havíamos construído em décadas de esforço de gerações. Ao contrário, tiveram um efeito arrasador. Pessoas simples e pacatas, submetidas à prepotência dos governos autoritários daquele tempo, novamente sucumbiram à pressão e à intimidação dos doutores da lei, que nos impuseram condições degradantes, ameaçados que fomos de tudo perder se não aceitássemos as indenizações nos termos em que eram vergonhosamente arbitradas.

Retirados à força de nossas terras, sem perspectiva do prometido reassentamento, onde, inclusive, seria expedido o título definitivo, enganados nas indenizações, formamos esse triste contingente de famílias às quais se somarão cerca de outras duzentas, caso seja homologada de forma contínua a área Raposa/Serra do Sol. São mais 2.000 pessoas a serem lançadas à própria sorte, sim, lançadas à sarjeta da periferia, deixando terras onde já houve fartura pelo subemprego. Esse será o destino das famílias que serão expulsas, pois, com base em nossa História, não confiamos mais nas palavras e decretos dos poderosos. Que credibilidade tem o Governo Federal em garantir justa solução, na medida em que, até agora, só soube descumprir a lei? Fomos esbulhados, humilhados, enganados e preteridos. Alguns morreram à mingua, outros, de desgosto. Porém, em todos nós, secou o entusiasmo. Apagou-se a chama da confiança no futuro, nas autoridades e no Brasil, país capaz de ignorar esse rincão, de nos condenar à miséria e ao sofrimento.

Somos tão pouco compreendidos pelo restante dos brasileiros que sempre fomos vistos como fazendeiros opressores, quando, de fato, éramos também produtores rurais oprimidos. Sempre fomos mais proletários que empresários, sempre nos relacionamos fraternalmente com nossos irmãos índios. Famílias foram constituídas pelo casamento entre índios e não-índios. Contudo, toda a relação de convivência pacífica vem sendo rompida, o que nos leva a lamentar profundamente esse **apartheid** produzido em Roraima.

O que nos resta agora, além do protesto enfático, porém pacífico, além da expressão dos nossos sentimentos e da história contada pelos que viveram e viram morrer o seu sonho de justiça e dignidade?"

Com base nas palavras dessa moça humilde, vítima de uma desapropriação e que será novamente prejudicada caso seja demarcada a terra como área contínua, nós, roraimenses, estamos unidos. Se existe uma lei, como disse ontem a Procuradora da República presente à audiência no Senado, que não permite seja aceita uma revisão, após estar demarcada a terra, não se podendo mais rever – o Presidente tem de homologar da forma como foi demarcada –, isso é justo? É essa a justiça que se faz neste País?

Então, cabe a nós, legisladores, mudar as leis. Se uma lei pode trazer injustiça, então, temos de mudar a legislação vigente.

Muito obrigada pela oportunidade, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar a reunião, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Boa tarde a todos. Não serei redundante. Penso que todos os Parlamentares e Prefeitos já se expressaram. Esta não é a primeira nem a segunda reunião que temos no plenário da Assembléia. Na verdade, penso que a expectativa de todos era de que aquela reunião havida no plenário da Assembléia com o Ministro da Justiça resolvesse definitivamente a questão, mas infelizmente isso não ocorreu. Continuamos nessa temática.

Tivemos uma reunião interna da equipe do Senado com o Governador Flamarion Portela e com o grupo de trabalho discutindo essas questões. A nossa posição é ampliar esse debate.

Roraima não pode ficar sozinha na discussão da questão indígena. Não pode parecer para o Brasil que Roraima está contra os índios e que não queremos demarcar a terra indígena. A discussão é muito maior do que essa. A questão indígena hoje, no Brasil, é problema e será ampliado não só em Roraima, mas no Mato Grosso do Sul, em Pernambuco, no Paraná. Essa é uma questão nacional. E temos que discutir uma nova política indigenista no Brasil. Esse é um ponto fundamental. Por isso, a importância da presença dos Senadores Jefferson Péres, Delcídio Amaral. Na próxima semana, estarão presentes Deputados Federais que não são de Roraima. Nós, de Roraima, conhecemos bem a realidade, mas, quando falamos, parece que estamos nos referindo a uma questão local, mas, na verdade, é uma questão nacional. Ela está hoje em Roraima, mas amanhã poderá estar no Acre, em Rondônia ou em outro qualquer Estado do Brasil.

Não queremos criar conflito com ninguém. Pelo contrário, a postura da bancada federal e a nossa sempre foi no sentido de buscar a pacificação e uma solução produtiva para o Estado de Roraima.

Acabar com o projeto de desenvolvimento do Estado de Roraima, levando-o à falência, é também prejudicar as comunidades indígenas, porque ou o Estado tem capacidade de investimento, de atendimento social, de cumprir as suas finalidades, e isso virá da arrecadação e da economia forte do Estado, ou não iremos a lugar algum.

Continuaremos aqui mendigando recursos federais, vivendo com muita dificuldade, e o nosso povo sem ter as condições que precisa de efetivamente alcançar autonomia e ocupar o Território brasileiro. Enfim, de tudo isso que é o discurso lá embaixo, mas que, na prática, quando se chega o restante do Brasil para atuar na Região Norte principalmente, há discriminação e falta de conhecimento.

Continuaremos atentos, lutando. A Bancada está unida, buscando um entendimento pacífico. E a nossa presença é para novamente somar esforços com todos vocês, com a sociedade de Roraima, na busca de um caminho que defina o futuro do nosso Estado.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a todos pela presença. Agradeço especialmente ao Presidente da Assembléia Legislativa, aos Srs. Deputados, que mais uma vez nos acolhe no debate dessa questão, que sai agora da esfera do Poder Executivo Federal para o Poder Legislativo. Estamos inserindo na pauta oficial do Congresso Nacional esse assunto, que, como disse o Senador Romero Jucá, deve ser debatido nacionalmente. Porque, quando só se falava em Roraima, lutávamos o tempo todo, mas ninguém sequer era ouvido e nem se prestava atenção ao nosso discurso.

Hoje isso mudou. Penso que esta Comissão, como bem disseram os Senadores Jefferson Péres e Delcídio Amaral, tem uma missão muito importante, pelo menos a de apresentar uma formulação razoável, que possa garantir direitos às partes envolvidas, para que obtenham a máxima justiça possível. Tenho a impressão de que isso é perfeitamente possível. Temos "n" caminhos a trilhar. Não podemos deixar que essa solução, como disse o Senador Jefferson Péres, seja tomada apenas por técnicos, burocratas de segundo escalão da Funai ou de outros órgãos, que possam decidir sobre os destinos do nosso Estado e de outros Estados da Federação.

O Senado, por ser a Casa que tem que preservar a Federação, a situação dos Estados, terá, com certeza, que concluir por indicar soluções legislativas e também sugerir ao Poder Executivo o caminho que possa apaziguar e, portanto, fazer com que a nossa Nação continue sendo unida e forte.

Voltaremos à tarde para outros debates.

Agradeço a todos pela presença.

(Palmas.)

(Suspende-se a reunião às 12h50min.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – **(Falha na gravação.)** Registramos a presença do Dr. Célio Macedo Fonseca, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do Dr. Francisco Derbal Furtado, Presidente da Associação Industrial de Roraima.

Havíamos programado audiência das 15h às 16h para ouvir os produtores. A pedido dos produtores, estamos relacionando aqui, em vez de dois, cinco representantes. Conversei com alguns produtores de forma que eles possam se dividir no tempo dentro desse período porque, em seguida, teremos a audiência com representantes das entidades indígenas.

Registro aqui a presença do Senador Jefferson Péres, do PDT do Amazonas, do Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul, e do Senador Augusto Botelho, do PDT de Roraima.

Inicialmente, concedo a palavra para o Sr. Paulo César Quartiero, da Associação dos Agricultores de Roraima, para a sua explanação.

O SR. PAULO CÉSAR QUARTIERO – Gostaria de saudar os nossos Senadores e Deputados, autoridades, senhoras e senhores. Por questão de tempo, gostaria de não repetir os dados que acho que foram apresentados pelo Governo à Comissão; não carece repetirmos aqui. Gostaria apenas de ressaltar o que representa o Estado de Roraima não somente para nós, mas para o Brasil. Primeiro, gostaria de dizer da importância estratégica e geográfica do Estado de Roraima, que, apesar de ter uma posição diminuta, é praticamente do tamanho do Estado de São Paulo. Até comparo, guardadas as proporções, evidentemente, que Roraima vai desempenhar, na história do Brasil, o mesmo papel que o Rio grande do Sul desempenhou há séculos, na consolidação do Cone Sul, da presença do Brasil naquela região. Acho que Roraima, por sua posição geográfica, por sua influência nessa área geopolítica, por ser a presença do Brasil no Hemisfério Norte, vai ter um papel muito grande. Acho que a importância de Roraima hoje não condiz com o seu esquecimento, com a sua pequena população e economia, mas, evidente e estrategicamente, tem uma enorme importância; e, economicamente, o potencial de Roraima, ainda não realizado, também é grande. Não

vou falar da parte mineral porque não é minha área. Sou agrônomo, produtor, arrozeiro. Gostaria de dizer da vocação de Roraima. Dada por Deus, a vocação é de ser, e vai ser, o celeiro da Amazônia. A vocação de Roraima é o agronegócio, a produção de grãos para alimentar nossos irmãos amazônidas e também, com toda a modéstia, o mundo.

Em contrapartida a essa posição privilegiada de Roraima na parte econômica, estratégica e geográfica, hoje Roraima está vivendo a maior crise institucional de sua curta história. Alguns fenômenos causaram isso. Criou-se aqui uma fantasia de que Roraima iria sobreviver eternamente à custa de repasses de Brasília. Esse sonho, que se configurava na economia do contracheque, acabou. Hoje, Roraima tem, necessariamente, que caminhar com suas próprias pernas; mas, nesse curto espaço de tempo em que se institucionalizou o Estado, não foi providenciada uma base econômica para sustentar o Estado, a população e a perspectiva de crescimento. Hoje estamos na situação difícil.

A outra conjuntura também de desvio de recursos que seriam destinados ao desenvolvimento para outras finalidades enfraqueceram muito o Estado. Assim, hoje, estamos em uma situação de praticamente 10 mil desempregados, e há a proposta de se desempregar mais outro tanto, que pode chegar a 20 mil. Em uma população diminuta como a nossa, isso representa praticamente quase 10% da população que perderá o emprego, e, como eu disse anteriormente, sem a perspectiva de arrumar emprego ou meio de sobrevivência em outras áreas, porque não foi feita uma base econômica. Deparamo-nos com um quadro, em Roraima, de potencial tremendo, mas penalizado com a situação que pode até degenerar em caos social.

E o que precisa ser feito de forma emergencial para resolver essa situação que é tangente e dramática? Teria de haver a união de todos – do Governo federal, do governo estadual e do municipal, junto com a sociedade – para traçarmos um plano de desenvolvimento, que passaria por uma definição fundiária, pela concentração dos esforços de todos para desenvolver o agronegócio, questão que dá respostas mais rápidas aos investimentos, a fim de gerarmos, de forma célere, os empregos necessários para a manutenção da nossa sociedade e de tantos pais de família.

O desenvolvimento do agronegócio é que, junto com outras atividades também, viabilizaria esse Estado, dando-lhe condições de se manter e, além disso, prover as demandas sociais que a população tem do Estado, principalmente os nossos indígenas, os mais necessitados e que mais demandarão auxílio. Mas com o Estado enfraquecido, empobrecido, será impossível se obter isso.

Como eu disse anteriormente, esse plano, essa necessidade emergencial da união de todos não é o que vemos na prática. O que estamos vendo hoje na prática? O Governo Federal – Brasília – trata Roraima como se fosse o Iraque e o Governo Federal fosse os Estados Unidos, e vem a nós como se Roraima fosse uma terra ocupada, trazendo uma tropa de choque para intervir neste Estado. Essa tropa de choque é constituída não de estrangeiros, mas de órgãos brasileiros, por incrível que pareça, entregues pelo Ministério do Meio Ambiente, por setores do Ministério Público Federal, pelo Incra, pelo Ibama, pela Funai, que agem em cumplicidade, quando não sob o comando das ONGs.

E qual é o resultado dessa política federal que trata Roraima como terra ocupada? É o engessamento da nossa atividade produtiva. Não apenas se impede o aumento da atividade produtiva, como também se penalizam a já existente. Daí se pergunta à nossa propalada democracia, tão festejada: se elegemos presidente, governador, deputados, senadores, os nossos representantes, enfim, dando-lhes uma procuração e somos governados por meio de ONGs, de órgãos manipulados pelas ONGs, onde está a democracia? Elegemos um governador que governa 12% da área geográfica do Estado, e órgãos de terceiro, quarto escalões vêm aqui, como mencionei anteriormente, como uma força de ocupação, dizer o que devemos fazer, como devemos proceder, se sobreviveremos ou não, se teremos de ir embora, se teremos de fechar essa porta. Isso é o que está ocorrendo em Roraima.

Quanto à questão específica da Raposa/Serra do Sol, indago: por que houve essa agitação em nossa sociedade sobre a Raposa/Serra do Sol? Ela é apenas mais uma reserva. Já demarcaram mais de trinta. Por que houve tanta comoção na demarcação da área Raposa/Serra do Sol? Porque ela se tornou uma questão emblemática. Na Raposa/Serra do Sol está desenhado se Roraima será um Estado ou não; se nós, brasileiros, temos alguma autonomia para fazer algo, ou não; se teremos futuro, ou não. Por causa de tudo isso, a Raposa/Serra do Sol se tornou importante. Ela tem de ser estudada e decidida melhor e tem de preservar especialmente essas demarcações, para evidenciar a capacidade do Estado de se implantar, de se desenvolver, de se viabilizar e de atender às demandas sociais, como disse anteriormente.

Roraima, tão conhecida nossa e dos Srs. Senadores também, é o maior vazio demográfico do mundo. E aqui, senhores, está sendo implantado um programa de limpeza étnica, um **apartheid**. Será possível que em 22 milhões, quatrocentos e poucos mil hectares não se possa acomodar a nossa pequena produção? Aqui está havendo não uma tentativa de solucionar um

problema de índio, de meio ambiente; está havendo, sim, o golpe, talvez fatal, em nosso Estado.

Isso causa, conseqüentemente, o despovoamento de nossas fronteiras e do interior do Estado. Se os senhores tiverem oportunidade de ir ao interior do nosso Estado, verão que quase toda a população é inteiramente urbana. Em um Estado em que basicamente predomina a agropecuária, a maior parte da população é urbana, como se nas cidades houvesse inúmeras indústrias; como se aqui fosse São Paulo. A nossa população tinha de ir para o interior.

Eu, há pouco tempo, estive em Uiramutã, com a Prefeita Florany, e vi aquela estrada que mais parece uma trilha entre os montes. Cheguei a Uiramutã, vi aquela comunidade pequena no meio daquele acidente geográfico, naquela extensão imensa de terra, rica em recursos minerais e em recursos hídricos. Lá estava também a bandeira brasileira, isolada . Aquilo me sufocou o coração e encheu-me de apreensão. Poucos heróis estão lá, com o bilhete de despejo. Os próprios indígenas vão relatar isso. Eu não vou invadir a seara alheia e falar em nome deles. Amanhã ou depois nós sairemos e eles sairão atrás. Eles falarão disso com maior propriedade.

O resultado dessa política é, primeiramente, a necessidade da presença do Estado e, depois, a política que será imposta por Brasília. Elas são antagônicas. Isso já resultou em quê? Roraima está em um impasse, e essa demarcação não resolverá esse impasse. Não podemos colocar embaixo do tapete 25 mil desempregados em Roraima; não podemos juntá-los com mais mil empregos diretos dos arrozeiros e mais 6 mil indiretos. Onde jogaremos essas pessoas? Deixaremos despovoado todo o interior do Estado? Ficarão entregues a quem? Fala-se muito que aqui há conflito entre índios e não-índios. Essa história já está ficando velha. Aqui não há nada disso; aqui não há conflito étnico. Aqui há, sim, um conflito irredutível entre dois pontos: o interesse da população e o interesse das ONG's, entre o interesse nacional, representado pela população e o interesse estrangeiro, representado pelas ONG's. Esse é o conflito que existe em Roraima, Srs. Senadores. Esse é o conflito que se instalou em Roraima. Cito o exemplo da demarcação. Vivemos, como disse anteriormente, em uma fronteira estratégica com três países. Nosso ponto de apoio, em caso de necessidade, para alimentar a nossa população, nem em Manaus está, mas estará talvez em Porto Velho, a quantos quilômetros daqui, dependendo da BR-174, para transporte de alimentos para manter a nossa população, inclusive as nossas Forças Armadas, no caso de uma necessidade.

Então, é um crime o que se está fazendo com os produtores do Estado, porque eles representam a certeza de segurança alimentar. Isso envolve conceitos importantes. Nós não podemos ficar a depender de uma estrada que pode ser interrompida a qualquer momento. Nós temos que ter produção própria, e a nossa produção é ridícula, face ao potencial que possuímos.

E dizem que não tem recurso para investir em produção, mas como existe recurso para desapropriar e colocar na rua produtores? E não é somente na Raposa/Serra do Sol, é no sul do Estado, nossos colonos, como posteriormente nossos colegas vão dizer, a pretexto de ambientalismo, de indigenismo, de formação – como já o GTI disse aqui – de uma nova sociedade.

Aqui também esteve a Procuradora Débora Duprat, na nossa Universidade. O que ela disse? O Estado Nacional Soberano está superado, é anacrônico, é jurássico! Hoje, é preciso haver povos convivendo numa mesma região, sob um governo mundial. Ela disse isso e tem testemunhas. Disse para todo mundo, para quem quisesse ouvir e é uma empregada do Estado brasileiro. Como ela pode dizer isso? E essas pessoas estão aí.

Eu li o jornal ontem. Nós ficamos quatro dias brigando nessa estrada, nessas repartições, dando prejuízo para a nossa própria população, para dar um grito de alerta e protesto. Sabe quem do Governo apareceu para dialogar conosco? Somente a polícia. Agora, fazem uma reunião do Conselho no Maturuca. No jornal, há meia página de órgãos do Governo participando.

Isso é um Governo nacional? Quem deu procuração para agirem dessa maneira? Quantos votos esse pessoal teve? E os nossos representantes legítimos, nomeados por meio da democracia, do voto, ficam praticamente sem poder. Nosso Governador está castrado nos seus poderes de atuar, e Roraima hoje está praticamente sem governo. Nós somos uma sociedade à mercê da sorte, dos ventos. Nós somos uma sociedade sem governo! Cada um sabe que uma sociedade moderna não tem como sobreviver sem governo.

A problemática já está colocada. A solução já é definida. Todos sabem que a solução passa pela união de todos, de esforços, de recursos para procurar afirmar o Estado no cenário nacional. E eu acho que isso seria até praticamente mais função do Senado Federal, que é o órgão que representa os Estados. Mas o que vemos é completamente alheio aos interesses da nossa população. Então nos perguntamos: para que nós valemos, para que servimos?

Nós estivemos nessas manifestações. Nossa população está desempregada, sofrendo nas estradas e, no entanto, por causa de três estrangeiros detidos para averiguação acabou-se o mundo! Aí, sim, se movimenta toda máquina governamental, Brasília, aviões, o Papa manda carta, bem como o Cônsul da Espanha, para resolver o problema dos três estrangeiros. E a nossa população, como fica? Como sempre ficou.

Eu gostaria de encerrar, porque realmente há outros oradores até de maior capacidade que a minha, mas eu gostaria de dizer simplesmente o seguinte, Srs. Senadores: nós, população de Roraima, que disseram que são só sete arrozeiros, mas, só se fôssemos superhomens para conseguirmos unir toda a sociedade em torno de um objetivo. Vamos resistir aqui em Roraima, sim; vamos resistir com governo, sem governo, apesar do governo. Diz aquele ditado: "o governo passa, o povo fica". E vamos ficar aqui. Podemos sofrer muito e temos que nos preparar para esse sofrimento, porque vamos ter que travar uma guerra, uma guerra para reconquistar o Brasil para os brasileiros. Essa guerra será longa, será dura, mas haveremos de vencer, porque ela é justa, ela é nobre.

Finalizando, eu pediria, até com humildade, até de maneira patética, pediria para as nossas autoridades aqui representadas que tenham sentimento cristão de caridade com este Estado. Este Estado, Srs. Senadores, ainda vai dar muita satisfação para o nosso País. Ele vai realizar suas potencialidades e vai contribuir economicamente, culturalmente, vai manter a presença brasileira no Hemisfério Norte, que não é imperialismo, mas, sim, uma influência benéfica nos nossos países vizinhos que estão aí à guisa de um líder, de uma bússola.

Então, pediria humildemente que V. Exªs tivessem... Sei das dificuldades, sei que até agora o Congresso Nacional tem sido apenas homologatório do Executivo. E falaram aqui da saída da Justiça, e já estão criando o controle externo. Então, seremos brecados. Quer dizer, aquela nossa esperança lá em cima já está sendo fechada, e esse controle externo possivelmente estará também... A Srª Débora Duprat e seus colegas estão julgando as ações dos nossos juízes. Então, nossa situação é muito difícil. Mas, como eu disse anteriormente, não vamos desistir, vamos resistir e vamos vencer. Tenho certeza disso.

Eu gostaria de encerrar agradecendo pela atenção e pedindo desculpas por ocupar o tempo dos senhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido, para fazer uso da palavra, o Sr. Francisco Derval da Rocha Furtado, Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima.

O SR. FRANCISCO DERVAL DA ROCHA FURTADO – Boa tarde a todos, aos companheiros empresários, produtores rurais, comerciantes, e profissionais liberais que estão aqui nesta Casa.

Senador Jefferson Péres, Senador Delcídio Amaral, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Augusto Botelho, Senador Romero Jucá, o meu companheiro Paulo há pouco se referiu à questão estrangeira com muita propriedade. Mas temos que lembrar mais ainda: declarações recentes foram feitas por militares da OTAN definindo que a soberania de países de Terceiro Mundo era altamente discutível, e isso foi anunciado pela mídia estrangeira, com documentos.

Então, os senhores vejam como está o nosso Brasil e como as mãos das autoridades brasileiras que nos conduzem reagem a essas intentonas absurdas contra o nosso Brasil, principalmente contra o solo mais rico, que é a nossa Amazônia, especialmente o extremo-norte, a nossa Roraima.

A questão fundiária nos leva, Senador Jefferson Péres, que está nos visitando nesta terra aqui, apesar de tão pertinho aqui no Amazonas, a ficarmos engessados pela Zona Franca de Manaus, pelo porto livre de Santa Helena, pelo porto livre de Leten, na Guiana, um triângulo. A BR-174, rodovia federal como bem citou agora recente o Paulo César, é fechada diariamente a partir das seis horas da tarde e vai até as seis horas do dia subseqüente.

Se a área Raposa/Serra do Sol for delimitada, homologada em forma contínua, a minha certeza absoluta é que farão a mesma forma. Como vamos desenvolver Roraima? Como fica o nosso turismo? Como fica o comércio? Como vamos abastecer nossos veículos? Como vamos fazer relações internacionais de comércio com países vizinhos, Venezuela principalmente e depois Guiana? Como vamos exportar talvez a pouca produção?

Srs. Senadores, sejam bem-vindos a Roraima. O comércio de Roraima é de contracheques, continua de contracheques, principalmente agora. Quando a produção base nossa quis dar um respiro, as intentonas maquiavélicas se propõem a nos calar, a fechar. Os trabalhadores do Governo Federal em Brasília só pensam, só planejam dessa forma, principalmente os estados pequenos, como é o caso de Roraima. Não obedece aos critérios de consulta a nossa população, não obedece aos critérios de consulta as nossas autoridades locais. Isso é o mais grave. Pouco foi dito que vêm pessoas de terceiro ou quarto escalão de Brasília e dizem como devem viver aqui, como devem proceder.

Eu gostaria de mandar na minha casa. Tenho certeza, Senadores, de que quando V. Exªs estive-

rem na sua casa e chegar um oficial de justiça dentro de um perímetro urbano como Pacaraima e entregar uma ordem judicial dizendo que você tem cem dias, sessenta dias, trinta dias, quinze dias para sair dessa terra, do seu lar, da sua casa, e deixar aqui já que você está ali há mais de 100 anos, 50 anos, que é o caso de população de Pacaraima, em nenhum lugar do Brasil aconteceu isso, principalmente nesses últimos tempos. Mas em Roraima está acontecendo. A sensibilidade do Senado Federal, especialmente dessa Comissão que está vindo aqui ouvir, é a primeira vez declarada aqui que chega uma comissão dessas para ouvir a sociedade roraimense, principalmente a produção.

Sejam bem vindos ainda. A proteção ao conhecimento das nossas riquezas, da nossa biodiversidade está jogada aos traços. Vejo que a inteligência brasileira está com programas nesse sentido, mas está muito aquém daquilo que pensamos e pensamos em defender nossas riquezas. As nossas riquezas, a nossa biodiversidade está sendo vendida, o açaí, o cipó "Santo Daime", o mastruz tem pretensões de pedido de patenteamento lá fora, e as nossas "autoridades" lá do Brasil continuam entregando a nossa riqueza, porque acham que isso aqui é só mata e não dão direitos reais aos nossos brasileiros índios e tampouco não-índios.

Lamentavelmente o comércio depende disso, Senadores, o comércio de Roraima depende da produção básica, que é o nosso foco principal de Roraima. Vivemos, repito, de contracheques, esperando que o pagamento das repartições públicas, do dia 25 de cada mês ao dia dez do mês subseqüente, cheguem aos seus funcionários para que o comércio possa movimentar. Mas os fiscais estão nas nossas portas. Pacaraima paga impostos federais, estaduais e municipais. Agora, querem tirar os nossos companheiros comerciantes e a população de Pacaraima. Essa é a absurdez, a insensatez, a loucura de quem acha que deve mandar na vida dos outros.

Srs. Senadores, os nossos agradecimentos por estarem aqui para nos ouvirem.

A questão fundiária de Roraima não se limitará apenas a Raposa/Serra do Sol, que é o foco dessa audiência, implica também por uma série de aspectos. Sabemos que as migalhas que estão nos prometendo de terra, de espaço para nos movimentarmos é absurda, é pequena. Não dá para plantar, não dá para criar. Essa é a maior absurdez que já se ouviu de autoridades da República do Brasil para com uma população de 340 mil habitantes.

Lamentavelmente a nossa preocupação vai mais além disso. O comércio e a indústria estão prontos e preparados e engajados nessa luta. Se for preciso vamos lutar. Mas a nossa arma também será a inteligência, a perseverança. O fator básico disso será não o **apartheid** que estão querendo nos impor, mas sim a boa convivência com o companheiros brasileiros, índios principalmente, porque eles são brasileiros. Eles têm que ter a terra deles e nós temos que ter a nossa. Por que não definir essa homologação em área não contínua, da forma que já está sendo proposta aos Srs. Senadores?

Essa é a proposta do comércio e da indústria de Roraima.

Encerro aqui.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Dirceu Vinhal, Presidente da Grão Norte.

O SR. DIRCEU VINHAL – Srs. Senadores Romero Jucá, Mozarildo Cavalcanti, Jefferson Péres, de quem nos orgulhamos por estar visitando nosso Estado, queremos aqui registrar o nosso respeito pela sua personalidade que marca o País no Senado Federal; Senador Augusto Botelho, Senador Delcídio Amaral, que representa o Mato Grosso e, portanto sabe da importância do setor agropecuário para o desenvolvimento de uma região.

Srs. Senadores, é de suma importância imaginar o Estado de Roraima como ele é classificado geograficamente. Muitas vezes não entendemos muito bem isso, principalmente pessoas que vivem no centro-sul.

Estamos no hemisfério norte. Temos condições e capacidade de abastecer o Brasil com milho, soja ou outros artigos, se houver desabastecimento. Temos uma vocação extraordinária para a agropecuária de um modo geral. Na Comissão Interministerial, até citei um exemplo de abastecimento de fruticultura numa caixa de limão. Para se ter uma idéia, na época da safra em São Paulo é vendida a R$10 e, na entressafra, chega a R$100, e poderíamos produzir esse limão na entressafra e mandar para São Paulo: um mercado fantástico.

Senador Jefferson Péres, falam muito da questão alimentar e da segurança alimentar do Amazonas, principalmente no arroz, e é praticamente abastecido por Roraima.

Estamos aqui, Srs. Senadores, reivindicando em torno de 20% do Estado para se trabalhar. Ora, não existe nenhuma incompatibilidade com demarcações indígenas e demarcação ambiental porque estamos falando de 20% a 30%, e temos que fazer paralisações para sermos atendidos e para podermos trabalhar em 20%. Somos de um Estado que foi criado e não somos respeitados como tal porque as terras não são do Estado.

Queremos registrar que não somos contra o que os americanos, ingleses, as ONGs estão fazendo com Roraima. Desejo, inclusive, parabenizá-los, pois estão buscando o seu espaço. Compete a nós, brasileiros, resistirmos e fazer valer a nossa soberania. Os Srs. Senadores são responsáveis e guardiões da soberania dos Estados.

Srªs e Srs. Senadores, tenho em mãos e vou passar para os Srs. uma documentação que consta os itens que estamos reivindicando, ou seja, o que determina a Constituição que é repassar as terras para o Estado, estamos solicitando que a PEC nº 38 do Senador Mozarildo Cavalcanti seja regulamentada, que a PLS do Senador Romero Jucá para o aproveitamento dos recursos minerais seja votada e aprovada, que a PLP da Senadora Marina, que está hoje na Câmara dos Deputados, seja aprovada por regime de urgência. Por incrível que pareça, Srs. Senadores, estamos aqui pedindo para que a BR-174 e outras rodovias federais sejam abertas para que possamos trafegar.

Estamos aqui também pedindo para que as áreas de Pacaraima, do Iramutã, do Exército e das rodovias sejam respeitadas. Parece um absurdo que estejamos aqui pedindo a interferência dos Srs. Senadores, que é a única esperança que temos é o Congresso Nacional, porque não creio em um poder isolado de uma pessoa, o mais iluminado possível, para determinar sobre áreas indígenas ou áreas outras, uma vez que estará constantemente sobre pressão, seja internacional ou nacional. Então, Srs Senadores estamos pedindo para que a Constituição seja respeitada.

Fazendo coro com as ONGs, em 1991, os Senadores norte-americanos elaboraram um documento encaminhado ao Presidente da República para que pressionasse o ex-Presidente Fernando Collor para que a área ianomâmi fosse demarcada. Hoje, aqui encerrando, estamos solicitando que as áreas sejam produzidas para que a Constituição seja respeitada e a soberania prevalecida.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Emílio Paludo, pela Cooperativa Coopecarne.

O SR. EMÍLIO PALUDO – Srs. Senadores, demais autoridades, companheiros de luta, o Estado de Roraima convive com um problema fundiário que está a impedir o desenvolvimento econômico do seu povo. Como Estado novo, por óbvio, é vulnerável à ação de pessoas interesseiras, pois ainda não consolidou bem as suas instituições e, como tal, apresenta-se frágil contra a ação de organismos alienígenas que aqui ainda encontram trânsito livre.

É necessária uma ação vertical e enérgica no sentido de colocar o nosso Estado no rumo do desenvolvimento, afastando do convívio todos quantos possam representar para tanto algum perigo. A situação fundiária padece de uma definição imediata: do reconhecimento do direito à terra a quem nela está a torná-la produtiva, pois não podemos nos descolar da função social que a propriedade rural deve cumprir.

A nossa Constituição não faz ressalva a respeito de quem deve ser o dono da terra, para que esta cumpra a sua função social. Mesmo as terras públicas estão sujeitas a esse mesmo desiderato. Portanto, é urgente que sejam tituladas as terras, guardando-se o limite constitucional, para que as pessoas que nela estão possam implantar uma atividade produtiva, pois, sem título definitivo, estão excluídas do programas de crédito oficial para investimento.

É necessário, igualmente, que seja respeitada a Constituição com relação à posse indígena para fins de demarcação de terras, pois é impossível compreender que a alegada posse indígena possa conviver com terras que possuem títulos definitivos ou mesmo que estejam há décadas sendo possuídas por não-índios – uma coisa não exclui a outra.

O processo utilizado no Estado de Roraima para a demarcação e homologação de terras indígenas foi feito até aqui sem respeito à Constituição e às leis, pois da área Yanomami foram desalojados não-índios que possuem títulos definitivos e que lá estavam há mais de três décadas. Diga-se de passagem que a área Yanomami foi aumentada seis vezes, até se atingirem os títulos, por um motivo puro e simples: porque nas nossas terras foi encontrada uma mina de fosfato. Naquela área, como na de São Marcos, foram usurpados os direitos e ofendidos atos jurídicos perfeitos; por meio do lado antropológico, praticou-se um verdadeiro confisco de propriedades, e alguns agricultores, atemorizados, aceitaram, a título de indenização, meros trinta dinheiros.

Todas as demarcações de terras feitas em Roraima até aqui são passíveis de revisão, Srs. Senadores. Pelo amor de Deus, vamos criar vergonha na cara e mandar revisar essas áreas, pois isso é uma afronta ao direito de propriedade, ao direito do cidadão brasileiro. Nada contra nossos irmãos índios que precisam demarcar suas terras, mas não podemos ser tirados das nossas propriedades por motivos que ninguém sabe exatamente quais são, a não ser por questões de minérios. Todas as demarcações feitas até aqui são passíveis de revisão, repetindo, pois, além de terem desrespeitado a lei, estão servindo para a segregação e aniquilamento dos indígenas, tal a situação de abandono em que vivem, pois não dispõem nem mesmo

de uma alimentação adequada que possa garantir a sua sobrevivência.

As comunidades indígenas Ianomâmi e São Marcos, isso para não falar em outras, se continuarem sendo mantidas no desamparo, estão fadadas ao desaparecimento e então perguntamos: quando não tiverem mais índios para quem ficarão tamanhas extensões de terras? Na área Ianomâmi só não foram desalojados até hoje aqueles agricultores, e incluo-me nesse rol, que estão resistindo judicialmente na busca de proteção de seus direitos. Olhe a vergonha, Srs. Senadores, ao invés de estarmos nas nossas propriedades produzindo, temos que gastar mais da metade do nosso tempo nos defendendo, o Estado que devia nos proteger, nos persegue, o mesmo destino se pretende dar a Raposa/Serra do Sol, onde mesmo sem haver posse indígena, na forma preconizada pela Constituição, onde os próprios índios na sua maioria, são contra **(inaudível)** antropológico como prova cabal, quando o próprio processo demarcatório contém vícios insanáveis, que afetam o princípio da publicidade dos atos administrativos pois deixou de cumprir o que está dito pelo Decreto 1775/96, que regulamenta o procedimento administrativo a ser cumprido na demarcação de terras indígenas. Fizeram tábua rasa do direito das pessoas, pois em nenhum momento os editais foram obrigatoriamente afixados. Todos esses fatos e tantos outros atingem mortalmente o procedimento que deverá ser declarado nulo administrativamente ou judicialmente. O Governo central, por certo, acenará com compensações em troca de demarcação contínua, mas é importante ressaltar a V. Exªs que têm o dever constitucional de zelar dos Estados Membros que, se não forem atendidos os clamores do povo todo de Roraima, o Estado Membro desaparecerá, apagando uma estrela na constelação da Federação. Roraima quer deixar de viver do Fundo de Participação dos Estados, pois tem potencialidades, braços e, acima de tudo, um povo trabalhador e patriota para garantir o seu próprio destino.

Outros Estados da Federação, por muito menos do que isso, levantaram-se contra o Poder Central; aqui, estamos no limite, pois não vejo outra saída para o Estado se não através da adoção de uma postura rígida contra aqueles que querem ver a sua desgraça. Compensação não nos interessa, pois não vamos permitir o desmonte e a inviabilização do nosso Estado nem temos nada para dar em troca, pois os nossos direitos não servirão como moeda de barganha. O que queremos é respeito, é o direito de continuar trabalhando tranqüila e honestamente, para que, através do nosso suor, garantir a prosperidade para a sociedade inteira.

V. Exªs serão nossos porta-vozes na Câmara Alta da República, por onde devem passar todos os assuntos que possam ameaçar a soberania da Nação e do princípio federativo. Estamos passando a suas mãos documentos que retratam a situação do Roraima e que assombram o nosso futuro, os quais haverão de servir para que V. Exªs se convençam de forma cabal da necessidade de ser resolvido definitivamente o problema fundiário do nosso Estado.

Mais uma vez, Srs. Senadores, eu queria pedir a revisão de todas as áreas, de todos os laudos fraudulentos, mentirosos, feitos em Roraima. Trata-se de uma questão de soberania e de direito do povo de Roraima. Eu acho que os Senadores têm esse poder de pedir a revisão desses laudos antropológicos.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. José Luiz Zago.

O SR. JOSÉ LUIZ ZAGO – Srs. Senadores Delcídio Amaral, de Mato Grosso do Sul; Romero Jucá, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, de Roraima; e Jefferson Peres, do nosso vizinho Estado do Amazonas, penso que o tema foi muito bem exposto pelos meus antecessores. Eu não quero ser muito repetitivo nem me alongar. Eu quero apenas dar um recado objetivo e bastante curto.

Em Roraima, nós temos duas questões seriíssimas. Uma é a questão indígena, a outra, a questão fundiária do sul do Estado, que está hoje sob a batuta do Incra.

Esse órgão Incra, lamentavelmente, já atua no Estado desde que foi criado, entretanto, nos últimos vinte ou trinta anos, não cumpriu a sua finalidade. Qual era a sua finalidade inicial? Dar às pessoas que estavam em suas propriedades o título e as condições para que lá permanecessem.

Quero citar apenas, rapidamente, alguns desvios desse órgão. Esse órgão, lamentavelmente, ao longo de vinte ou trinta anos, sempre foi usado politicamente e totalmente desvirtuado da sua finalidade. Nós temos, no sul do Estado, Srs. Senadores, dois assentamentos: um, é o Parque Anauá, e o outro, o Assentamento **(inaudível)**. Esses dois assentamentos hoje somam em torno de 7.600 famílias. Lamentavelmente, ao longo desses vinte e tantos anos em que foram assentadas – o Parque Anauá, por exemplo, vai fazer trinta anos o ano que vem – essas famílias, poucas conseguiram permanecer no local, porque há grandes problemas. Na época não havia estrada, acesso, hospital nem assistência alguma. As pessoas se viam totalmente abandonadas, atacadas pela malária, pela hepatite e

outras doenças mais. Então, durante todos esses anos, esse órgão nunca fez o seu papel.

As pessoas foram sobrevivendo no local aos trancos e barrancos durante todos esses anos. E algumas que, heroicamente, conseguiram se estabelecer na região e desenvolver alguma atividade, nos últimos doze meses, lamentavelmente, com a entrada desses principiantes no Incra de Roraima – um bando de principiantes e mal intencionados, diga-se de passagem –, começaram a chegar à região e colocar os produtores em pânico. Essa foi uma das razões, Srs. Senadores, porque Roraima é um Estado de pessoas humildes, simples, pacatas. Mas, há seis meses, essas pessoas, depois de serem humilhadas e maltratadas, tiveram que reagir. Na primeira ocasião, em setembro, foram apenas os produtores rurais desse Estado que estiveram na BR durante 27 horas e a fecharam.

É lamentável que tenhamos que ter chegado a esse ponto, porque não é o papel do produtor rural fechar as BRs. Mas foi a única maneira, Srs. Senadores, que encontramos para que Brasília entendesse e soubesse que Roraima tem pessoas que trabalham e que devem ser respeitadas.

No segundo momento, em janeiro, já não foram mais só os pecuaristas, já foram os produtores de grãos, a associação comercial e uma grande parcela da sociedade.

Srs. Senadores, esperamos que não tenhamos que fazer uma nova ação neste Estado, mas não estamos desmobilizados; pelo contrário, estamos completamente mobilizados e, na próxima ação, creio que as coisas vão tomar outro rumo. Até aqui tentamos dialogar com Brasília, tentamos mostrar para Brasília que, primeiramente, os nossos direitos não estão sendo respeitados e também não está havendo justiça neste Estado.

Então, Srs. Senadores, o que nos restou? Exatamente o que V. Exªs assistiram durante uma semana.

Espero que, na próxima, se tivermos que fazer, Brasília tenha bom senso, espero que o Senhor Presidente da República tenha bom senso, espero que as nossas autoridades em Brasília tenham bom senso, porque na próxima não irão apenas os produtores de grãos, os pecuaristas e o comércio, irão os bananeiros, os caminhoneiros, os lixeiros, os desempregados, ou seja, a sociedade irá como um todo.

Essa é uma questão bem maior. Estamos aqui, hoje, tentando dizer aos tiranos de Brasília, àqueles que sempre nos trataram com indiferença – Roraima sempre foi o quintal da casa deles – que isso acabou.

Precisamos achar, Srs. Senadores, uma solução justa para essa questão – e quando falo justa não queremos de maneira nenhuma prejuízo para os nossos irmãozinhos que já estão chegando e que, com certeza, com muita propriedade, irão apresentar as suas idéias – no sentido de acomodar todo mundo.

Sincera e honestamente, vamos apenas pedir aos Srs. Senadores, que são pessoas sábias, experientes, que representam um Poder realmente bastante grande, se não o maior, deste País, que é o Congresso Nacional.

Peçam ao Presidente da República para que não tenhamos que fazer uma lavagem de sangue neste Estado, para que entendam que aqui há pessoas, porque, lamentavelmente, não vamos ceder nem mais um milímetro, nem um milésimo de milímetro. Com certeza absoluta, o povo de Roraima irá resistir. Esperamos que isso não seja necessário. Esperamos, sincera e honestamente, que o caminho da democracia, o caminho do bom senso prevaleça, que se ache uma solução central, sem confronto, porque estamos nos preparando para um confronto. Não vamos cantar hino nacional da Inglaterra, da Espanha, da Itália ou de quem quer que seja. (Palmas.) O Hino Nacional que vamos continuar cantando, com toda certeza, é o Hino Nacional Brasileiro e a bandeira que queremos ver tremulando, arrepiando o pelo e o sangue que corre nessas veias dos brasileiros é a bandeira brasileira.

Srs. Senadores, muito obrigado e, por gentileza, por favor, nos ajudem. Sabemos que V. Exªs têm poder para isso e podem nos ajudar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço aos representantes dos produtores de Roraima, que tiveram a oportunidade de expor à Comissão as suas reclamações e ponderações.

Vamos passar à etapa seguinte da nossa audiência, ouvindo os representantes das entidades indígenas, que residem ou atuam na região da Raposa/Serra do Sol.

Convidamos as quatro entidades indígenas que têm ação naquela região. Convidamos, portanto, a Sodiur, o CIR, a Arikon e a Alidici.

Convido, inicialmente, o representante da Sodiur, o Sr. Silvestre Leocádio, para usar da palavra.

O SR. SILVESTRE LEOCÁDIO – Sr. Presidente, Srªs e Srs autoridades, Srs. Senadores, Srs. Prefeitos, Srs. repórteres, Srs. indígenas tuxauas, quero, em primeiro lugar, agradecer pela oportunidade de estar aqui hoje na presença deste público.

Quero deixar registrado como o índio vive hoje e como ele quer viver. É isso o que quero colocar para a nossa sociedade, para os Srs. Senadores que aqui estão.

Fazemos parte de uma sociedade envolvente, de uma sociedade evoluída. Queremos dizer a eles que levem a nossa voz até o Presidente da República. Fazemos parte de uma política pública, fazemos parte da política de desenvolvimento. Nós, indígenas de hoje, não somos mais os índios de há 500 anos. Somos os índios de hoje e os de amanhã. É isso o que quero começar dizendo às senhoras, aos senhores e às autoridades de Brasília.

Não quero que, amanhã ou depois, as coisas fiquem distorcidas, porque há muito tempo que os fatos vêm sendo distorcidos para a população indígena do Estado de Roraima. Então, quero dizer que este é um momento delicado.

Infelizmente, o que aconteceu no passado, não podemos, muitas das vezes, repetir. Os antropólogos e os geólogos fizeram levantamentos das áreas indígenas, não só da Raposa/Serra do Sol como também da área ianomâmi. Por exemplo, há 09 milhões de hectares, e os índios ianomâmis estão lá morrendo de fome, morrendo por falta de remédios. Há alguém por aí dizendo que cuida da saúde do índio. Essa é uma mentira que hoje existe, e quero deixar isso bem claro. O Governo Federal tem que fiscalizar para saber o que está acontecendo na área indígena. Quero deixar isso bem claro porque a área Raposa/Serra do Sol é muito diferente de várias outras áreas indígenas. Nas áreas de Raposa/Serra do Sol e São Marcos há Municípios; temos os nossos prefeitos, os nossos vereadores indígenas e vice-prefeito indígena. Está aí o Sr. José Novaes, indígena makuxi, que é Vice-Prefeito e pretende ser prefeito de Uiramutã. Temos a Florany Mota, que é Prefeita; nasceu e se criou naquele lugar. Podemos dizer que aquele lugar é sagrado, pois não há quem a tire dali. Jamais alguém vai tirar a Florany dali, porque ela nasceu e se criou ali.

Pergunto aos Srs. Senadores: quando for extinto o Município de Uiramutã, quando for extinto o Município de **(inaudível)**, quero saber aonde vão colocar esse pessoal que nasceu e se criou ali e que ali mora há mais de 100 anos. Quero deixar isso bem claro.

Hoje, não vivemos mais de caça e pesca. Vivemos hoje da nova tecnologia. Quero perguntar a eles qual é o programa que vão trazer para as comunidades indígenas que estão com área demarcada. É isso o que quero perguntar, porque, de palavras políticas, de promessas políticas, estamos cheios. O que queremos é desenvolvimento, queremos transporte, queremos estradas, queremos os Municípios, porque é daquele Município que os indígenas tiram os seus produtos para vender, para ganhar o seu dinheiro para comprar a sua roupa e o seu sapato. Eles não são diferentes de ninguém mais hoje.

Os índios de hoje, repito, não são mais os de 500 anos atrás. Continuo dizendo isso. E quero deixar bem claro que há terra para todo mundo.

Sou do Município de Alto Alegre e temos lá 11 comunidades cujas terras estão demarcadas em ilhas. Pergunto: o Dr. Romero Jucá, quando foi Presidente da Funai, o que fez por essas áreas? Qual foi o projeto que ele implantou dentro dessas comunidades indígenas?

(Palmas.)

Quero dizer que o índio hoje quer projeto, quer um programa de desenvolvimento, não quer briga. Mas o que acontece hoje é que há pessoas por detrás dos indígenas dizendo que estão ajudando, mas, na realidade, estão insuflando os índios. Vejam o que aconteceu: colocaram os indígenas contra os garimpeiros, e ninguém falou nada; colocaram os indígenas contra os fazendeiros, e ninguém falou nada. Sabe por que estamos falando? Porque estão colocando índio contra índio, e isso vai ter que acabar, vamos ter que parar com isso. O índio é pessoa inteligente, temos índios hoje fazendo faculdade, universidade de Direito, temos índios hoje estruturados. Sou capaz de administrar a minha comunidade, sou capaz de administrar um município, porque estudei. Não vou voltar a andar nu, de jeito nenhum, nem vou aceitar isso.

Então, quero aqui deixar que Roraima é um Estado rico, tem muita água, tem muita madeira, tem muita floresta, tem muito minério. É por isso que as ONGs estrangeiras estão ali, mas quero dizer, Srs. Senadores, que os senhores têm que fazer uma lei, baixar um decreto e colocar esses estrangeiros para fora, de volta para onde vieram. Aí sim a coisa vai começar a mudar, porque nós é que iremos comandar a nossa terra. É tanto que provamos. Chegamos a prender estrangeiros nas nossas terras, porque já tem mais de 30 anos que eles vêm insuflando as comunidades indígenas. Digo isso e provo com convicção. E hoje sou índio, não vou negar, sou índio de tradição, como adamuri e bebo caxiri, mas sei o que quero hoje, sei o que quero amanhã e sei o que quero para os meus filhos. É isso o que tenho a dizer, e não sou diferente de nenhum dos senhores, de ninguém que aqui está. O que eles fazem, também sei fazer.

Os meus filhos estão estudando. Quero esse futuro para esse povo, quero que esse povo plante com a nova tecnologia, para criar o boi, criar o peixe e criar aquilo que for necessário para fazer o desenvolvimento do Estado de Roraima, porque fazemos parte da economia do Estado. Pagamos impostos, porque compramos tudo e pagamos tudo. Então, precisamos da estrada, da energia, daquilo que é bom. É isso o que queremos dizer aos senhores e pedir que levem

isso ao Lula e digam a ele que se homologar a Raposa/Serra do Sol vai haver derramamento de sangue de índio contra índio e isso não vamos mais aceitar, pois não queremos – quero deixar isso bem claro. É uma revolução que estamos sofrendo há muito tempo na área da Raposa/Serra do Sol, na área de São Marco. Quantas pessoas foram de lá despachadas, pessoas que faziam parte da economia do Estado de Roraima? Para onde foi essa economia? É por isso que o Estado de Roraima, um Estado rico, está pobre e miserável, por causa dessas brigas todas. Temos que estar todos juntos: índio, não índio, político, Governo, todos os segmentos juntos. Se estivermos juntos, vamos acabar com isso, tenho certeza. Se vocês estiverem do nosso lado, isso vai acabar e vamos voltar a trabalhar e a gerar economia para o Estado de Roraima.

Muito obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao representante do CIR, Jaci José de Souza. Não está presente? Vou convidar o próximo. Quero registrar que, apesar de convidado oficialmente pela Comissão do Senado, o representante do CIR não atendeu ao convite, não comparecendo, portanto, à audiência que reputamos de importância. Vamos então ouvir o seguinte, o representante da Arikon, o Sr. Gilberto Macuxi.

O SR. GILBERTO MACUXI – Boa tarde aos Deputados e Senadores que se encontram aqui, aos prefeitos. Sou Gilberto Macuxi, originário de Roraima. Nasci na região do Monte Roraima, a 400 km da Capital. Sou uma pessoa que veio para a cidade para aprender o que hoje está servindo. Em 82, quando foram demarcadas as terras aqui do Estado de Roraima, de 81 para 82, todos acompanhavam, eu vendo que os nossos políticos ficaram completamente parados aqui.

Com essa parte da área de Raposa/Serra do Sol, quando foi feita a proposta de demarcação, na época da antropóloga Guiomar de Melo, que vive em Brasília ainda, eram duas áreas grandes, só que os padres da Igreja Católica, o Padre Jorge, o Padre Lima, o Padre Pedro, o Dom Aldo Mongiano, na época, viraram a cabeça dos índios contra a Funai, para que fosse área única. Nessa época, vi o Mozarildo já brigando contra a Funai – está lembrado disso, Sr. Mozarildo? Ele já estava contra a Funai naquela época.

Eu tinha pouca experiência e, com isso aí, levantei essa bandeira contra a Igreja Católica, em 86, brigando sozinho com os padres. Hoje, vejo muita liderança nascer, como o Silvestre, o Jonas, o Anísio, o nosso vice-Prefeito José Novaes, o Jonas. Já temos muitas pessoas que são conscientes disso. Essa bandeira é muito dura de vencer, mas hoje vejo o Estado de Roraima, juntamente com as lideranças indígenas, mexendo com o Brasil, mexendo com o mundo inteiro.

Hoje, quero agradecer o trabalho do Silvestre, do Anísio, do José Novaes, do Jonas e dos empresários que também foram nossos aliados, aliados dos índios, não sendo usados por eles.

Aqui, decidimos como mexer com Roraima e mostrarmos o País aos países do exterior, para que isso ficasse registrado. Como o Silvestre falou, já vínhamos falando isso há muito tempo, sobre as ONGs internacionais aqui, somente em Roraima. Já vínhamos denunciando há muito tempo. Hoje, mostramos a cara dos padres estrangeiros dentro das áreas indígenas, comandando-os somente a parte do Conselho Indígena de Roraima. O pessoal fala que a Igreja manda no Conselho Indígena de Roraima e que as ONGs internacionais mandam. Nós, aqui, não. Nós falamos aquilo que sentimos. Sempre disse: já sei o que é amargo e o que é doce.

Com isso, o Conselho Indígena de Roraima é mentiroso, completamente mentiroso, pode estar até aliado desde aí, em vir redebater essa questão. E aqui somos brasileiros e vamos mandar aqui no Brasil. Estrangeiro, daqui para a frente, vai ser preso por nós. Já temos barreiras na área Raposa/Serra do Sol para prender estrangeiros e prender os padres também.

(Palmas.)

Quero dizer aos Senadores que estão aqui, como Romero Jucá, como Mozarildo Cavalcanti e o Senador Botelho, que é novato, mas eu acho que já tem conhecimento do Estado de Roraima, que levem a nossa mensagem. Não adianta só aproveitar o tempo de política para dizer que fez e usar o índio, usar Roraima para dizer que está fazendo alguma coisa. Não. Roraima, hoje, está de cabeça baixa, está de cabeça baixa porque muita corrupção aconteceu, nas prefeituras também, principalmente nos Municípios. Só usam os índios e a corrupção é muito grande. Os índios são usados.

Quero dizer aos Prefeitos de Uiramutã, de Normandia, de Pacaraima: vocês tratam bem o índio, usam bem, jogam os projetos e nem se vê o projeto, só usando o índio. Não pode. Tem que colocar o índio com o desenvolvimento para que lute pela independência, não para usar e explorar os índios. É isso que quero dizer.

Está aí o Sr. Novaes, que vai ser nosso prefeito em Uiramutã. Quero que todo mundo registre isso. Os outros índios vão sair para Pacaraima e Normandia. E queremos uma política séria, que venha desenvolver a comunidade indígena e o Estado Roraima. Não só a comunidade indígena, mas todo o Estado.

E como estão aí os empresários ameaçados pelo Conselho de Segurança para sair, vamos lutar para que ninguém saia, que permaneçam os municípios, as vilas, os produtores de arroz que lá produzem. O Conselho indígena de Roraima hoje come até um arroz gostoso. Estão entendendo?

Então, nessa parte vamos lutar. Agora, se sair a homologação da área Raposa/Serra do Sol, vamos à guerra. Estou falando sério. Não vamos abrir mão. Vamos lutar todo mundo junto, toda a sociedade. Se o Presidente da República assinar a homologação da área Raposa/Serra do Sol, ele é criminoso, porque os índios vão lutar, brigar, derramar sangue. E o Ministro é criminoso e o Presidente da Funai também. Vai ser criminoso!

Quero que o Congresso, os Senadores joguem essa proposta para o Presidente Lula. Se o Presidente assinar, vai haver briga entre índio. Então, é isso que quero dizer. A nossa luta é justa, vamos lutar juntos. Somos brasileiros, uma sociedade organizada. Está aí uma organização nasceu dos brasileiros do Estado de Roraima, que é Brasil Vivo. E estamos aliados para lutar mesmo por um Brasil melhor, por um Brasil com desenvolvimento.

Queremos a paz e o desenvolvimento no Estado de Roraima. Não à corrupção. Muita gente foi presa. É uma vergonha só roubar, só roubar...

Quantas vezes vim conversar com o Presidente da Assembléia? Ele nunca recebeu índio, parece que... Não sei. Estou protestando contra isso.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Anísio Filho.

O SR. ANÍSIO FILHO – Srs. Senadores, público presente, boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de pedir aos senadores aqui presentes, principalmente aos visitantes que não conhecem muito a nossa realidade, que hoje, com certeza, sairão daqui com os seus relatórios prontos. Queremos que esses relatórios cheguem a Brasília, ao conhecimento do nosso Presidente da República, e que seja um relatório sério, sem desfalques, porque, muitas vezes, as nossas palavras aqui foram distorcidas.

O nosso sentimento é o mesmo que o do Silvestre e o do Gilberto. Sabemos que Roraima é um Estado muito rico, produtivo, com vida para muitas vidas, herança para os filhos que vêm por aí.

Roraima foi potencial na pecuária, na agricultura, na mineração, sendo forte ainda na mineração. Roraima exportou gado para o Amazonas. Foi potencial em muitos pontos importantes para o nosso Estado, mas hoje se encontra praticamente paralisado. E não foi falta nossa de ter vontade de trabalhar, nem dos nossos parlamentares, do nosso governo, que tiveram a vontade de fazer alguma coisas. Todos que vieram aqui contribuíram com o seu trabalho, com o mercado de trabalho, enfim, estenderam a mão aqui em Roraima, mas temos um problema muito sério que é a questão fundiária, que vem infringindo e vem trazendo um problema muito sério para Roraima. Por esta razão, nós todos reclamamos essa mesma situação. Primeiro, acabaram com a pecuária, acabaram com o garimpo, acabaram com a agricultura, agora querem acabar com os municípios, acabar com as áreas produtivas, acabar com as vilas, acabar com as estradas.

É por esta razão que estamos resistindo unidos com esse povo de Roraima e querendo vencer esta batalha, e espero que cada um de vocês que possa levar a nossa reivindicação a Brasília com muita sinceridade, porque também vamos cobrar esse relatório.

Espero que os senhores não façam como foi feito com a comissão interministerial que esteve aqui em Roraima, reuniu conosco, foi convidado... e não participaram, mas, logo após, sentaram-se, trancaram as portas e conversaram com o pessoal do ... Não é por aí que queremos, se temos a verdade, se temos a convicção do que queremos, estamos aqui na platéia para falar a realidade do nosso estado. Então é isso que queria cobrar de vocês e também dizer a vocês que cobrem o nosso relatório que foi entregue aos representantes do governo quando estiveram aqui em Roraima.

Quero também dizer aos senhores que as vilas, os municípios e as áreas produtivas também contribuem muito com o mercado de trabalho dentro do nosso estado, porque hoje estamos passando por uma calamidade muito grande. Se o governo não tem força, se a legislação não tem força, se a o Executivo não tem força, mas os povos se uniram, foram às ruas, gritaram e aqui estamos resistindo por essa razão. E quero dizer também aos senhores que a questão fundiária hoje em Roraima, temos um exemplo muito grande a dizer aos senhores, a área ianomâmi hoje com a sua terra homologada não dá 1% de absolutamente nada. E tenho certeza de que os ianomâmis estão lá porque não tem ninguém que brigue por eles, porque se soubessem brigar, se tivessem um representante como nos também estariam pedindo a liberdade deles.

Quero dizer também aos senhores que a área São Marcos foi homologada, teve investimento pesado nas indenizações das fazendas e hoje as fazendas estão se acabando, não tem investimento do Governo Federal, não tem investimento do governo estadual, não tem investimento das prefeituras, por quê? Quem é o culpado disso tudo? Chama-se Funai, que é um órgão que hoje poderia nos colocar e discutir aquilo

que nos interessa. Como falaram os nossos companheiros, hoje não somos mais índios de 500 anos, hoje sabemos o que queremos, hoje não somos coitados, sabemos nos dirigir, nós sabemos o que o nosso futuro está vindo por aí. O que eles querem? Eles querem hoje é produzir, é participar do mercado de trabalho, é participar da tecnologia. É esse o pensamento hoje que queremos, então hoje temos um grande prejuízo no estado em relação às questões fundiárias, e espero que os senhores possam ter força, coragem, compreensão, justiça, para que possamos chegar juntos e, com certeza, resolver essa questão fundiária que é crítica para o nosso estado. O que seria do nosso estado sem as terras? O que seria do nosso estado sem ter a agricultura que hoje é a base fundamental de qualquer país. E hoje não podemos mecanizar as áreas, não podemos ter as lavouras, porque o meio ambiente está aí, porque a Funai está aí, quer dizer, tudo querem podar aqui em Roraima, tudo querem podar no Brasil, em que situação vai ficar esse povo? Hoje, na cidade de Boa Vista, está a maior parte dos índios, em busca de melhores dias melhores. Quem é o culpado disso? É a Funai. São as ONGs – como vocês são sabedores.

Então, nós queremos pedir a vocês que tenham compreensão e que nos ajudem nessa situação. O Estado de Roraima, hoje, nas condições em que se encontra, não está fácil, pois a situação é crítica. Esse é o nosso apelo.

Às vezes, ficamos até pensando onde está a nossa soberania nacional? Onde está o nosso Exército brasileiro, já que a nossa Bandeira diz "Ordem e Progresso"? Onde estão os nossos Parlamentares? Onde estão os nossos Senadores? Onde estão os nossos representantes, lá em Brasília? O que estão fazendo por nós, já que toda a questão fundiária pertence, hoje, a Brasília? Roraima, todo o tempo, vai ser terreiro de Brasília? Ou seja, Brasília decide e nós não temos que dizer nada.

Estamos unidos para, juntos, resolvermos essa questão fundiária.

Era isso o que queria passar a vocês.

Espero de vocês um bom relatório e que possam ter compreensão para com as nossas reivindicações.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. HIPERION DE OLIVEIRA – Senador, evidentemente eu não gostaria ser deselegante, mas solicito a V. Exª apenas um minuto. Eu não posso concordar com as palavras do Gilberto Makuxi – embora não seja o tema –, porque grande parte dos investimentos que o Estado e o Município poderiam fazer nas áreas indígenas tem sido como nos disse o Presidente Anísio: temos a energia, que está embargada; temos a melhoria das obras de infra-estrutura, que estão embarcadas, porque a Funai não libera; o setor produtivo, para conseguir implementar projetos para uma melhor qualidade de vida das comunidades, tem muita dificuldade; às vezes, são necessários de dois a três anos. Mas, mesmo assim, temos o Programa de Saúde Indígena, pelo menos na reserva São Marcos, que é feito pelo Município de Pacaraima, que, segundo o **New York Times,** um dos maiores jornais do mundo, é o melhor programa de saúde indígena do Brasil e quiçá do mundo. Temos o Estado e os Municípios que atendem vocês nas áreas da saúde e educação, que implantam escolas, que pagam professores, os quais lhes ensina a língua materna, inclusive, hoje, há muitos professores índios, que estão nas escolas lecionando e ensinando a vocês e ao seu povo o que é melhor para vocês. Investimos também na habitação em muitas áreas. Só lá no Município de Pacaraima, estamos atendendo a 18 comunidades indígenas com habitações; melhoramos também o sistema de saneamento das duas maiores comunidades de lá: o Contão e a Boca da Mata. E se nós, dos Municípios e do Estado, ainda não fazemos mais é porque há inúmeras pessoas, principalmente as ONGs – vocês sabem muito bem disso – que interferem exatamente nesses procedimentos de melhor qualidade de vida para vocês, inclusive contra a vontade de vocês mesmos, como é o caso em que a Funai quer retirar de todas as comunidades indígenas o motor de luz do setor produtivo, porque vocês já usam a energia, inclusive no sentido de também melhorar a qualidade desse setor.

Eram essas as considerações que eu só gostaria de fazer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecer aos representantes das entidades indígenas que se pronunciaram, pois é muito importante para esta Comissão, a fim de que possamos produzir não apenas um relatório, mas inclusive propor providências, tanto no âmbito do Poder Legislativo quanto do próprio Poder Executivo. Acredito que tivemos um dia muito esclarecedor, principalmente para os Senadores que não são do Estado de Roraima, como os Senadores Jefferson Péres e Delcídio Amaral. Infelizmente o Senador João Ribeiro não pôde comparecer, já que S. Exª, ontem, teve um problema de saúde. O Senador João Ribeiro é membro da Comissão pelo Estado do Tocantins e vai participar do trabalho da feitura do relatório.

Passo a palavra ao Senador Jefferson Péres para suas considerações.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Esta é a última audiência de que participamos. Seja qual for o resultado, terá sido muito útil para nós. Por mais que pensemos que temos conhecimento de um problema por tudo o que lemos, por mais que eu conheça um pouco Roraima, por ser vizinho, do Amazonas, nada como ir ao local e ouvir as partes envolvidas.

Infelizmente, o representante do Conselho Indigenista, que faria o contraponto, o contraditório, não veio, e eu gostaria muito de ouvi-lo. Mas não esperem de mim um discurso exaltado para ganhar aplauso, porque não faço isso. Tenho de agir nesta Comissão com serenidade e isenção. É o meu jeito de ser.

Anteontem, eu vinha no corredor do Senado e fui abordado por um casal de meia-idade, que se identificou como representante do Conselho Indigenista. Entregaram-me um memorial, e eu disse: "Obrigado, vou ler", como realmente já li, "mas não esperem nada de mim; não me comprometo com vocês em nada". Depois, eles agradeceram e foram embora. A assessor que estava comigo disse: "Você não foi muito duro?" Eu digo: "Não. Não fui muito duro; não sou vendedor de ilusões". Não me importa nem um pouco que alguém diga que sou antipático, agora se há uma coisa que me dói é alguém dizer que foi enganado por mim. Eles não vão sair desse encontro dizendo que prometi alguma coisa a eles. Não prometo, como não vou prometer a vocês também. Vou agir, já tenho algumas idéias na cabeça, e vou votar na Comissão de acordo com o que penso. O problema é grave e pode se agravar muito mais. Por enquanto, é uma disputa, mas pode transformar-se num conflito. Em Brasília, parece que não estão entendendo esse fato.

Antes de concluir – os outros colegas vão falar –, gostaria de fazer uma ponderação. Quem numa batalha atira no alvo errado já perdeu a batalha. Perdeu porque não vai matar inimigo nenhum. Nós brasileiros, como, aliás, todos os latino-americanos, gostamos muito de transferir para os outros os nossos problemas: "o Brasil é pobre, é subdesenvolvido, porque é explorado, somos estrangeiros". Coisíssima nenhuma. O Brasil é um país soberano, não faz o que quer porque não quer. Não são os americanos, o Governo dos Estados Unidos culpado pelo que está ocorrendo aqui. Não importa se os Estados Unidos são bons ou maus. Não importa se existe americano nas ONGs. Digo e repito: não me importo se agrado ou não agrado platéia. Governo brasileiro faz o que quer. Governo americano não manda no Brasil. Quem nomeia o Presidente da Funai? É o Presidente da República, por indicação do Ministro da Justiça. Os americanos pediram, indicaram alguém para a Funai? O Embaixador americano procurou o Governo brasileiro para sugerir alguém para a Funai? Não, não houve absolutamente nenhuma interferência nisso. O Ministro da Justiça foi a escolha do Presidente da República. Se S. Exª veio aqui e não agradou vocês, são os americanos os culpados? O Congresso Nacional não aprovou o projeto do Senador Romero Jucá sobre exploração mineral nas terras indígenas, indispensável para pôr em execução o artigo da Constituição. Foram os americanos que não impediram. Ainda não aprovaram a PEC do Senador Mozarildo Cavalcanti que submete à aprovação do Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas. Está lá, no Senado, parada.

Se o Presidente da República quiser, nomeia alguém da Funai que venha e tome seu partido, e não há americano que impeça isso. Se Sua Excelência quiser, demite o Ministro da Justiça e nomeia outro.

Nunca recebi em meu gabinete emissário estrangeiro, até porque, se recebesse, seria expulso do meu gabinete. E tenho certeza de que, se o Lula receber alguma pressão americana quanto à reserva indígena, Sua Excelência irá também reagir.

Então, se vocês perderem essa guerra, por favor, não culpem os americanos, mas os brasileiros, o Presidente da República, o Ministro da Justiça, o Presidente da Funai, o Congresso Nacional. Não transfiram responsabilidade para exterior. Cobrem de nós. Se os projetos deles não passarem, fomos nós, Senadores e Deputados, não o Governo dos Estados Unidos.

De minha parte, só posso dizer aos senhores que acredito no trabalho desta Comissão.

Congratulo-me com o Senador Mozarildo, que, ajudado por dois Senadores de Roraima, o Augusto Botelho e o Romero Jucá, colocarão na pauta do Congresso Nacional essa questão, porque ela é de interesse nacional, não apenas de Roraima.

Também confio no discernimento do Senador Delcídio Amaral. O Estado de S. Exª vive um sério problema em torno de reservas indígenas. Mas não podemos mudar o País, não temos esse poder. Vamos fazer o possível para dar uma solução justa a essa questão.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, do Mato Grosso do Sul, Relator desta Comissão.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Boa-tarde. É uma satisfação estar aqui. Hoje, um dia de muitas atividades, ouvimos muitas pessoas.

Cumprimento o Senador Mozarildo, Presidente desta Comissão, a quem coube essa iniciativa fundamental não só para Roraima, mas para todo o País. Também cumprimento o Senador Romero Jucá, meu

amigo, meu caro amigo Senador Augusto, Senador Jefferson Péres, referência de homem público que honra o nosso País e o Congresso Nacional, e as lideranças aqui presentes, lideranças empresariais, lideranças indígenas.

Tive a honra de ser indicado como Relator desta Comissão. Hoje, colhemos muitos subsídios. Graças ao trabalho do competente corpo técnico do Senado Federal, creio que, depois de um longo trabalho do Senador Mozarildo, conseguimos fazer com que esta Comissão tomasse corpo, concretizasse o projeto que o Presidente desta Comissão imaginou há muito tempo.

Sei as dificuldades que o Senador Mozarildo enfrentou para viabilizar e concretizar esta Comissão. Hoje, realizamos essas atividades aqui em Roraima; na próxima semana, iremos a Mato Grosso do Sul, meu Estado.

Mato Grosso do Sul também enfrenta, como bem disse o Senador Jefferson Péres, muitas dificuldades. Hoje tive que me retirar da reunião para conversar com o Governador do meu Estado, Zeca do PT, que manifestou profundas preocupações com o que poderá acontecer amanhã na cidade de Japorã, sul do nosso Estado. Portanto, esse problema não afeta só o Estado de Roraima. Essa questão não é pontual. Mato Grosso do Sul enfrenta essas mesmas dificuldades, talvez de maneira um pouco diferente, em função do perfil econômico do meu Estado, muito focado na agricultura e na pecuária. Da mesma forma que Roraima, é um Estado de fronteira, mas ao mesmo tempo muito prejudicado por ações de fronteira, com crime organizado, assim como uma série de atividades ilegais que prejudicam muito não apenas o nosso Estado, mas também tem reflexos no restante do Brasil.

Nosso cronograma é muito claro. Na próxima semana, vamos repetir uma atividade. Teremos uma agenda básica, muito parecida com a que cumprimos aqui. Esperamos preparar o relatório que discriminará uma série de atitudes a serem tomadas não só no aspecto legislativo, como também no aspecto executivo por parte da Funai, do Mistério da Justiça e também dos governos estaduais e Governo Federal.

Há uma preocupação muito grande do Governo Federal no que se refere à política indigenista no País. Esta Comissão foi instalada depois de longas conversas com a Casa Civil, tanto com o Ministro José Dirceu como com o atual Ministro Aldo Rebelo, responsável pela coordenação política, que conversaram com o Presidente da República. Portanto, temos uma responsabilidade muito grande no sentido de estruturar efetivamente um programa de ação global para o País, porque essa questão se reflete em todos os Estados da Federação. Evidentemente, como fruto desse posicionamento do Congresso Nacional, atitudes serão tomadas não só pelos governos estaduais, mas também por parte da Funai, do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa.

O tempo é curto, mas temos de responder muito rapidamente, Senador Mozarildo Cavalcanti, porque é uma situação crítica que afeta não só a história e todo o futuro das nações indígenas, como foi muito bem colocado, mas também os produtores rurais e – por que não dizer – a soberania nacional. Estamos diante de um grande dilema. Sou um Senador pelo PT, mas irei avaliar com muito equilíbrio essas questões, para que o meu relatório, que vai ser votado pela Comissão, reflita efetivamente aquilo que esta Comissão detectou, discutiu e debateu, de tal maneira que o Congresso Nacional se mostre presente.

O Congresso Nacional indubitavelmente resgatará seu papel, principalmente na questão da demarcação de terras e especialmente como fiscalizador e vigilante das políticas indigenistas, fundamentais para a paz social no País. É uma demonstração de respeito à nossa História e, acima de tudo, às nossas fronteiras. (Palmas.)

Senador Mozarildo Cavalcanti, tenha certeza de que a nossa contribuição será a de alguém que está sofrendo na pele o problema e que, em função de tudo que vivenciou, irá procurar fazer o melhor não só para Roraima, mas para Mato Grosso do Sul e para o Brasil. Tenho absoluta convicção de que encontraremos, pela probidade, seriedade e pluralidade desta Comissão, que tem experiências de outros Estados, o que é muito importante também. Vamos encontrar uma solução, Senador. Está em nossas mãos. Só espero que Deus nos abençoe e nos ilumine, para que façamos um trabalho que honre a população de Roraima, a população indígena, mas toda população que aqui trabalha, a não-indígena, a população do Mato Grosso do Sul e do Brasil. Como bem disse o Senador Jefferson Péres, a responsabilidade é nossa e não podemos nos omitir numa situação tão grave como essa que estamos vivenciando. Inegavelmente, esta é a hora. Tenho certeza absoluta de que, com competência, o Senado, que a cada dia mais resgata a importância que tem no Congresso Nacional, não ficará ausente, não se omitirá. O Senado, sem dúvida nenhuma, levará propostas que o Executivo implementará, para que possamos nos próximos encontros avaliar nossos passos e, acima de tudo, discutir o futuro dos nossos filhos.

Senador Mozarildo Cavalcanti, conte comigo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, repetirei um pouco o que disse de manhã, uma vez que o público é diferente.

Agradeço aos Senadores Jefferson Péres e Delcídio Amaral pela presença. S. Exªs efetivamente se deslocaram até Roraima num grande esforço para compartilhar essa realidade conosco. A presença de S. Exªs é muito importante para nós, porque nossa estratégia primeira foi tentar resolver internamente essa questão político-administrativa com o Governo. Trouxemos aqui o Ministro da Justiça, discutimos com o Ministro José Dirceu, conversamos com vários Ministros, na busca de solução de entendimento.

O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, esteve neste plenário, ouviu discursos até mais fortes e mais extensos que os feitos hoje aqui. S. Exª saiu daqui dizendo que buscaria uma solução conciliatória. Confesso que fiquei animado com a atitude do Ministro. Acreditei, trabalhei e entendi que chegaríamos a uma solução que não fosse a de demarcação em ilhas, nem de **apartheid** social, de separação total do povo de Roraima, como quando se caminha por um outro lado. Na demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol, está embutida a retirada das cidades e das vilas. Enfim, uma série de ações que desencadearão um clima de convivência muito difícil no Estado – quem tem experiência sabe disso.

Felizmente, a Bancada federal está unida em torno de uma posição. Estamos apoiando os encaminhamentos feitos pelo Governador Francisco Flamarion Portela. Particularmente, entendo que o Governo de Estado é o responsável por elaborar propostas de entendimento, até porque administra o Estado. Por isso, fico muito tranqüilo ao dizer isso, pois, como já disse várias vezes, não votei no Flamarion e não votei no Lula. Poderia muito bem estar do lado de fora, fazendo discursos fáceis, atacando os três últimos Governos do Estado, aos quais fiz oposição também. Se eu assim agisse, estaria sendo irresponsável com Roraima, com os eleitores roraimenses que me deram 64% de votos. Por isso, resolvemos buscar a solução do entendimento, que é mais difícil, mas é a que pode pacificar o Estado.

A vinda dos Senadores Delcídio Amaral e Jefferson Peres agora, e, na próxima semana, dos Deputados Federais, é muito importante por abrir o debate. Em vez de estarmos discutindo a demarcação da Raposa/Serra do Sol, discutiremos a mudança da política indigenista brasileira no Governo Lula. Demarcação de terra indígena não pode ser instrumento gerador de conflito entre índios, mas de solução para as comunidades indígenas. Enquanto o debate esteve restrito a Roraima, era mais difícil, porque Roraima é longe, não tem importância econômica, tem uma Bancada federal pequena. Mas quando envolvemos Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, onde têm morrido índios e brancos, o Paraná, onde tem havido conflito, Mato Grosso, que tem tido problema sério na produção de soja; quando envolvemos a questão nacional, Raposa/Serra do Sol vai ser tratada como uma questão emblemática e como um exemplo a mais desta problemática toda que está sendo discutida. E então ganharemos força. Vamos continuar trabalhando. Essa homologação não saiu ainda. A Bancada Federal está cobrando as providências devidas; nas palavras do Ministro, ela sairia até o final de janeiro. Estamos segurando. Enquanto houver tempo e espaço para negociação e conversa, vamos fazê-lo. Quando não mais houver essa possibilidade, cada um saberá de sua circunstância política e se posicionará de acordo com sua consciência.

Disse ontem a alguns empresários com os quais nos reunimos que a sociedade tem que continuar mobilizada. A sociedade de Roraima, os produtores, a comunidade indígena têm que continuar mobilizados no sentido de cobrarem posições. Mas nos dêem espaço para que possamos, com a mobilização dos senhores, tentar buscar o entendimento. Volto a dizer que o conflito não vai resolver a questão. Da solução não podem sair vencidos ou vencedores. Temos que buscar uma solução de entendimento em que todos possam dizer que ganharam. Senão, não vamos pacificar o Estado.

Para encerrar minhas palavras, agradeço aos Senadores e ressalto que a Comissão estará atenta e vai acompanhar os trabalhos nos outros Estados. Vamos tentar negociar o máximo. Se não o conseguirmos, a sociedade e os políticos de Roraima, cada um terá que explicitar sua posição ao final dessa luta. Espero que possamos vencer; vamos defender a população de Roraima e aquilo em que acreditamos de todas as formas possíveis. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Volto a agradecer a presença dos Senadores Jefferson Péres e Delcídio Amaral no Estado e demais Senadores, além dos senhores prefeitos e de todos que aqui se encontram.

Reafirmo a minha esperança de que os direitos das pessoas que habitam tradicionalmente as áreas da Raposa/Serra do Sol, de que os direitos dos nossos assentados que estão há 20 ou 30 anos sem título definitivo, o direito de trabalhar para sustentar nossa família serão respeitados depois de todas essas conversações. Apesar da posição antecipada e um pouco apressada do Ministro da Justiça, ao dizer que estava

praticamente resolvida a solução para o caso Raposa/Serra do Sol, esperávamos que a solução viesse depois dos estudos.

Ainda acredito que o Presidente Lula vai respeitar os direitos das pessoas. Quando houve o conflito na terra do Senador Delcídio, Mato Grosso do Sul, e Pernambuco, fiquei até esperançoso de que a solução saísse mais justa. Volto a dizer que as pessoas que são chamadas por essas ONGs de fazendeiras, invasoras, de corruptas, expressões que podem denegrir a imagem do povo roraimense, são pessoas simples, pequenos criadores, trabalhadores rurais, garimpeiros que se forem expulsos de suas terras vão viver onde? Aqui na periferia da cidade, sem emprego? A indenização dos bens que vão receber da Funai todos já sabemos. Há o exemplo do "fazendeiro" do Amandique, Altair Melo, que esperou 20 anos e recebeu R$3 mil de indenização.

Como disse o Sr. Silvestre, há espaço e terra para todos viverem e trabalharem. As famílias de índios e não-índios já têm netos e bisnetos. Como fazer? Separar essas famílias? Recentemente, expulsaram o tio do Ailton, da família Cabral. Ele voltou para lá, mas vendeu várias cabeças de gado a fim de pagar advogados e voltar. Mas quando a ONG recorrer e o processo seguir para Brasília, ele vai perder, como todos perderam, porque não possuímos dinheiro para enviar advogados para Brasília. Produtor algum possui dinheiro para isso, mas era o que gostaria de dizer.

Fico triste também quando ouço falar em derramamento de sangue. Espero que não haja derramamento de uma gota de sangue sequer em razão de terra. Em Roraima não costumamos matar ou morrer por terra. Mas fico também preocupado porque os índios caminham nesse sentido. Espero que isso não ocorra. Há espaço para todos. O bom senso vai prevalecer. Espero que a sabedoria de Salomão ilumine o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Comissão a fim de que encontremos uma solução e que todos os direitos sejam respeitados.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a presença dos Prefeitos, dos produtores, dos presidentes das entidades indígenas. Agradeço também os técnicos do Senado Federal que estão nos assessorando e o apoio da Polícia Federal. A Comissão vai se debruçar com muito afinco na busca de soluções. Buscaremos todas as formas de encontrar uma solução para a questão não apenas de Roraima, como dito aqui, mas também de Mato Grosso do Sul e do Brasil como um todo. Temos que modificar a realidade. Não podemos permanecer apenas no discurso.

Assim, à medida que o Senado Federal envia uma comissão temporária externa, está oficialmente incluindo na pauta a discussão do tema das terras indígenas. A Comissão foi criada especificamente para os casos de Roraima e Mato Grosso do Sul. Mas abrangeremos a questão como um todo e apresentaremos sugestões e soluções, sejam legislativas, com a aprovação de leis ou emendas constitucionais, ou mesmo de ações do Poder Executivo que possam ser implementadas de maneira mais simples.

Gostaria, portanto, de dizer que todos nós, tanto o Senador Jefferson Péres, que é do Amazonas, como o Senador Delcídio Amaral, e nós três de Roraima, temos uma preocupação imensa com o problema. E como Senadores da República temos a obrigação de encontrar uma solução que atenda a todo o País. É o que buscaremos fazer, da maneira mais eficiente possível. Como disse o Senador Delcídio Amaral, espero que Deus nos ilumine e possamos obter êxito na tarefa.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 17h20min.)

QUESTÕES FUNDIÁRIAS – RORAIMA

(Canto indígena.)

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON ***(tradução)*** – Traduzirei o que ela disse.

Como falaram para eles, ontem, que aqui viriam os Senadores e Ministros, eles se reuniram para ouvir. Informaram para eles que as autoridades viriam para ver a maneira como eles vivem; se aqui existe escola, motor elétrico, como estão organizados. Então, eles estão reunidos para ouvir e participar. Ela disse também que eles estão alegres.

(Canto indígena.)

O SR. DILSON – Peço que cada um se apresente dizendo o que faz.

Esta é a segunda vez que a comunidade recebe autoridades; na primeira, esteve aqui um Ministro e, agora, é a segunda vez que a turma vem pisar na Serra do Sol, que chamamos de Raposa-Serra do Sol. Ninguém apareceu para resolver a questão de que estamos tratando.

Por favor, peço que o primeiro se apresente.

O SR. HUMBERTO SILVA – Sou Humberto Silva, sou jornalista da TV Caburaí.

(Tradução para a língua indígena.)

A SRª FLORANY MOTA – Fui assessora, sou jornalista, prefeita. ***(pronunciamento em língua indígena).*** *(Palmas)*

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Sou Mozarildo Cavalcanti, sou médico e Senador e estou aqui nesta Comissão para ouvir vocês sobre essa questão da demarcação da Raposa-Serra do Sol. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO – Sou Augusto Botelho, sou médico também. Esta é a primeira vez que venho aqui. Sempre pensei em vir. Sou Senador, eleito com votos de vocês também. Estamos com esta missão aqui para ouvir os senhores. Sei que os ingaricós gostariam de ter o seu território todo delimitado. Temos lutado por isso. Estamos lutando para que cada comunidade tenha o seu território demarcado, para saber onde começa e termina a terra dos ingaracós e a dos macuxis e outras, para não haver problema no futuro. Conheci o Dilson na formação do PPA. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. AFONSO NIVALDO – Meu nome é Afonso Nivaldo, sou professor e também sou Prefeito do Município de Normandia. Sou filho de Normandia, apesar de minha pele branca, não vim de fora. Tive oportuidade de estudar e hoje trabalho na Prefeitura. Não conhecia a Serra do Sol, mas conhecia praticamente todo o Uiramutã, que, na verdade, até 1996, era Normandia. Conhecemos a região e já tinha caminhado até o Flexal. E estou muito feliz por estar aqui com vocês, fazendo esta visita e acompanhando esta equipe do Senado Federal, que, sem dúvida, é o órgão que irá trabalhar junto ao Governo Federal para contemplar os interesses indígenas e não indígenas de Roraima. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. TÁCITO CUNHA – Eu sou Tácito Cunha, Vereador e Presidente da Câmara de Uiramutã. Nasci aqui, entre a comunidade do Flexal e Caju, Pedra Preta. Minha infância, eu curti aqui no Caju. Aos 12 anos, fui para a cidade, onde estudei. Retornei ao Uiramutã, onde, junto com o povo, quero desenvolver o nosso município, que é a terra querida. Muito obrigado. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. JOSÉ TADEU SPECK – Eu sou José Tadeu Speck, Coronel Speck do Exército brasileiro. Não sou da área; sou de Santa Catarina, no sul do Brasil. É a primeira vez que venho para a área amazônica. Estamos aqui para conhecer a área e, principalmente, para dar apoio a esta comitiva que veio escutar os senhores e as senhoras. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. NETTO – Eu sou o Coronel Netto, do Exército brasileiro. Estou morando em Manaus e vim de lá para conhecer a comunidade. É a primeira vez que venho aqui. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. VENDRAMIN – Sou Major Vendramin, do Exército brasileiro também. Trabalho em Boa Vista. Também estou aqui acompanhando a comitiva. É a primeira vez que venho à Serra do Sol, e é um prazer estar aqui. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. EDUARDO – O meu nome é Eduardo. Sou Delegado da Polícia Federal em Boa Vista. Vim de São Paulo. Pedi para acompanhar as autoridades. Sou Chefe da Delegacia que cuida dos problemas indígenas e vim ver de perto esse problema pelo qual a comunidade está passando. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. TARCISO DAL MASO – Meu nome é Tarciso Dal Maso. Sou Consultor do Senado Federal. Vim aqui para auxiliar a feitura de um relatório sobre a questão da Raposa-Serra do Sol e estudar junto com os nobres Senadores que assessoramos. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

A SRª FABÍOLA – Meu nome é Fabíola. Sou Delegada da Polícia Federal, colega do Eduardo. Também sou do Sul, do Paraná. Estou muito feliz por estar aqui e sinto-me muito honrada com esta recepção. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. BRUNO DANTAS – Sou Bruno Dantas, Consultor do Senado Federal. Como o Tarciso, vivo em Brasília e estou aqui para acompanhar e auxiliar a comitiva de Senadores. Sou especialista em Direito fundiário e auxiliarei os Srs. Senadores na realização do relatório que pretende ajudar a comunidade de Raposa-Serra do Sol. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. ROSBER ALMEIDA – Sou Rosber Almeida, assessor do Senador Mozarildo Cavalcanti no Senado e estou aqui acompanhando a delegação nesta missão. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

A SRª DULCÍDIA – Meu nome é Dulcídia, sou Secretária da Comissão, secretario os trabalhos desta

Comissão e o Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti. Sou de Mato Grosso, estou muito feliz por estar aqui e agradeço a recepção de todos. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. MARCELO MOTTA – Sou Marcelo Motta, jornalista, resido em Boa Vista e faço a cobertura fotográfica da Prefeitura de Uiramutã e para alguns *sites*. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. MÁRIO JÚNIOR – Sou Mário Júnior, repórter cinematográfico responsável pelas imagens do Governo de Estado. Sou funcionário do Palácio do Governo. *(Palmas)*

(Tradução para a língua indígena.)

O SR. DAVI – Com o tempo, os tuxauas e alguns representantes irão se apresentar através da fala.

Antes, gostaria de receber os senhores com muito respeito. Esta segunda visita é muito importante, é histórica para o povo ingaricó. Agradecemos a presença dos senhores. Sejam bem-vindos à comunidade Serra do Sol, região Serra do Sol, habitada pelo povo ingaricó, que chega a aproximadamente 1.025 pessoas, distribuídas em sete malocas em forma de aldeias, ou vilas.

Gostaria de dizer que esperávamos muito esta visita, para, juntos, começarmos a discutir e decidir a melhor forma de administrar a nossa terra-mãe querida, que todos precisam para se desenvolver, para viver e respirar um ar melhor e ter qualidade de vida.

Nós, ingaricós, vivemos há muitos anos nesta fronteira, colaborando com o Exército, dizendo não para as pessoas que vêm para o lado do Brasil querendo invadir, por falta de fiscalização.

Nós temos conhecimento de toda a área. A área é reconhecida pelos ingaricós e não há sequer um espaço que seja desconhecido; ela é toda conhecida por todos nós que a ocupamos. Hoje os ingaricós, para cumprir, para praticar o que está escrito na bandeira: Ordem e Progresso, precisam de quê? Queremos praticar, queremos progredir o nosso País, queremos colaborar com o desenvolvimento do País. Mas, fazendo o quê? Produzindo, plantando, criando, e respeitando o nosso meio ambiente, que é importante para todos nós. Por que deixar a nossa terra na mão de outras pessoas que vêm de outro país em vez de nós mesmos cuidarmos? Nós sabemos cuidar de nossa terra; se fosse outro mundo, com certeza, essa floresta tão maravilhosa já estaria em extinção e este ar tão puro já estaria poluído. A maioria das pessoas do Primeiro Mundo se preocupam só com o desenvolvimento, se preocupam com grana. Isso acaba com a qualidade de vida do povo. Isso leva as pessoas à morte, elas têm problemas de ouvido, problemas de vista, problemas em tudo, problemas de saúde. Nós queremos desenvolver o nosso País da melhor forma possível, respeitando o meio ambiente, respeitando cada sociedade que existe nesta região, respeitando as culturas diferentes, as religiões diferentes, as formas de crenças. Assim é que queremos melhorar o desenvolvimento do País, e também queremos mostrar para o outro mundo, que se considera o Primeiro Mundo, que o nosso País também é primeiro mundo, que ele representa a diversidade cultural, a diversidade de conhecimento, e muitas coisas que possam desenvolver a comunidade.

Nós, ingaricós, acreditamos nestas palavras "ordem e progresso", e assim nós vamos progredir. E queremos respeito. É claro que a terra precisa ser demarcada, mas não queremos sentir, não queremos ser um depósito de alguma coisa que vem de fora: "olha, nós queremos fazer isso por vocês; nós vamos cuidar de vocês". Isso nunca mais deverá existir. Nós, ingaricós, queremos assumir a responsabilidade de administrar a nossa própria cultura, educação, saúde, alimentação, tudo feito por nós. Assim, o País será desenvolvido, respeitando a convivência social. Isso não quer dizer que todos têm que estar misturados, não. Claro, cada qual tem seu território, e esses territórios devem ser respeitados por cada sociedade. E cada qual tem seu conhecimento, e esse conhecimento pode progredir cada vez mais. E esses conhecimentos devem se aproximar, cada qual deve apresentar a forma como se desenvolveu, de que forma progrediu para ajudar aquela comunidade que precisa melhorar a qualidade de vida. Isso é que é a convivência social.

De que forma vamos viver, com alegria e felicidade, se não está tendo entre os próprios parentes harmonia? Nós estamos vendo, Senadores, muita confusão, conflitos entre os nossos próprios parentes macuxi, devido à questão da homologação da Raposa-Serra do Sol de forma contínua. Nós, ingaricós, entendemos que os nossos próprios parentes que vivem nas sedes dos Municípios são os parentes, não são caraiuás – caraiuás são os brancos. No município de Uiramutã, vejo a maior população indígena. Em Água Fria e Mutum, existem algumas pessoas que são casadas com indígenas e não têm para onde ir. Se for expulsar esses parentes, eles irão para a favela da cidade? E depois vão se tornar bandidos, ladrões? Não. Esses parentes já vivem juntos há muitos anos e não têm culpa de que os fazendeiros, os garimpeiros invadiram a terra e casaram com as filhas. As mulheres casaram com os homens, e produziram famílias. De que forma vamos discutir essa questão? Será que essa família veio de longe? Eles não têm outro lugar. Se formos expulsar

essas pessoas, é claro que vai haver um conflito interno. Por exemplo, eu que sou a favor de limpar toda a área, acabar com a estrada, de repente, vou à cidade e lá vou me encontrar com a pessoa que expulsei, e ela vai me perguntar "o que você está fazendo aqui?" Aí vai começar toda confusão. Nós não queremos isso. Queremos que todos tenham o direito de viver tranqüilos. Claro, como tenho colocado, com respeito, tendo harmonia com todos.

Mas agora não deve ser mais permitido que, cada vez mais, as pessoas que vêm de fora ocupem o município. Somente será delimitado para as pessoas que vivem há muitos anos aqui e eles vão, claro, cada vez mais, aumentar a população. Não serão mais aceitas as pessoas que vêm de fora. Mas vai servir para as pessoas que já vivem há muitos anos ali, que são indígenas misturados.

Entendemos também que estamos vivendo o tempo da globalização. Isso não vai separar as comunidades indígenas da sociedade branca.

A globalização está trazendo muitas coisas interessantes. Quais são? Desenvolvimento do trabalho, uso das máquinas, estudo – e as comunidades pretendem hoje, aqui, estudar, colaborar com o País e acabar com a fome.

As comunidades aqui, Senadores, têm um espaço legal para desenvolver o trabalho e para melhorar a qualidade de vida. Muitas vezes, eles são obrigados a dizer não para a sua própria decisão. Queremos desenvolver esse tipo de trabalho, mas dizem: "Vocês não podem fazer isso. Vocês não têm de aceitar apoio político-partidário. Vocês não têm que aceitar algum trabalho que vem para beneficiar aqui, porque isso pode prejudicar vocês".

Como é que vamos desenvolver a comunidade se estamos sendo obrigados a dizer não para aquelas coisas que nós mesmos decidimos?

Por exemplo, disseram que não é necessário implantar de 5ª a 8ª séries na escola da comunidade que administro, porque isso iria levar as crianças e os rapazes a pensarem diferente e saírem daqui, irem embora morar nas cidades grandes.

Senadores, para que os senhores saibam: o que faz esses jovens, moças e jovens irem para a cidade é a falta de trabalho. Querem trabalhar, mas não podem. De que forma o rapaz vai progredir sem o trabalho, se não pode usar aquilo ali?

Nós, lideranças tuxauas, capataz e conselheiros estamos de acordo com o desenvolvimento. De que forma? Isso não significa que temos de trazer o americano para pesquisar esta área, ele que sabe descobrir medicamento natural. Depois, ele pega esse medicamento aqui, leva para lá, e vende caro para o nosso País. Nós não ganhamos dinheiro com isso. Nós é que poderíamos vender para lá, e não de lá para cá. Como é que retiram a planta daqui, levam para lá, produzem lá e trazem para cá e vendem caro? E a comunidade fica sem nada.

Ainda é tempo em que se diz: "Olha, o povo ingaricó está delimitado lá e agora é preciso um projeto apenas para atender à questão da saúde, para remover só quem tiver passando mal." Não queremos isso. Queremos administrar, fazer o nosso hospital, fazer a nossa escola, produzir a nossa alimentação, em vez de depender de outras pessoas. Nós mesmos buscando a nossa qualidade de vida na questão de alimentação; é lógico. A vida melhor. A nossa vida melhor.

Os tuxauas sabem que a comunidade aqui, nessa região, tem qualidade de vida, dentro do meio ambiente, por quê? Não está poluída, tem água limpa, é relacionada à natureza. Mas a questão da alimentação é muito difícil. Para o povo aqui, pelo que eu conheço, a vida é muito difícil nesse sentido, falta agricultura.

Nós não concordamos com aquele artigo – não me lembro qual é, mas também não é minha obrigação saber –, que fala que a terra é demarcada com o direito de usufruto do povo indígena: caçar, pescar e dormir. Nós jamais concordaríamos com essa proposta. Nós esperamos nos desenvolver além de caçar e pescar. Nessa região aqui, a caça e pesca não existem mais. Desse pedaço de fronteira, povos diferentes estão se aproximando. Os acauaios pelo lado da Guiana; os patamonas; os taurepang pelo lado da Venezuela e os ingaricós pelo lado brasileiro. Os acauaios, os taurepang e os ingaricós caçam na fronteira. De onde virão a caça e pesca? Acabaram.

Agora é momento de pensar em criar, ajudar o meio ambiente, a natureza a produzir cada vez mais os peixes, a caça; colaborar com esse desenvolvimento natural. Não sei se vocês estão entendendo. O desenvolvimento natural é ajudar a natureza a se desenvolver e recuperar a caça e a pesca que estão escassas. Acabaram-se.

Não tem que se dizer que se deve demarcar a terra porque o índio terá que viver caçando e pescando. Não queremos isso. Queremos que a terra seja demarcada com o direito de desenvolver, com os projetos, com o direito de fazer a parceria municipal e estadual, porque assim nós vamos ter apoio; só assim. Nós não queremos depender somente de dinheiro de fora, como os outros vão falar: "vamos esperar, porque Estados Unidos, G7, Alemanha têm dinheiro para oferecer à Amazônia".

Por que não defender a Amazônia deles, agora que estão querendo defender a nossa Amazônia? Por que o próprio brasileiro não pode cuidar da sua própria

Amazônia? Nós esperamos por isso; queremos colaborar, praticar "ordem e progresso" e levar para frente. É isso que nós esperamos. *(Palmas)*

Tuxaua Leandro, de Mapaé.

A SRª FLORANY MOTA – Apenas para explicar para os senhores. Este é o tuxaua Leandro. A comunidade dele está no pé do Monte Roraima, chama-se Mapaé. Ele veio andando para cá, e levou dois dias. Caminhou durante dois dias para chegar para a reunião. Por isso é que não estão todos os tuxauas aqui.

O SR. DILSON *(tradução)* – A distância é muito grande. Foi avisado em cima da hora e não deu tempo de todo mundo se reunir para vir.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – Eu estou muito feliz por receber todos os senhores e toda a comunidade está feliz por receber todos vocês; e eu estou feliz também por receber todos vocês. Espero que vocês estejam felizes por estarem aqui também.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – Eu sou ingaricó daqui. A minha **(inaudível)**. É diferente de outros grupos.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – Raposa-Serra do Sol é a garantia do nosso direito, da nossa terra, do nosso espaço, mas, existe alguma coisa que atrapalha a questão.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – Temos discutido muito nas reuniões e temos entregado as nossas palavras nas mãos de outras pessoas, e lá se desviam, fazem o que querem das nossas palavras, diferenciam, não falam como falamos.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – Na terra demarcada, queremos que permaneça um município que seja indígena e também a permanência de estradas, que é o acesso de todos nós. Até aqui, não há estradas. É necessário todos concordarem com essa proposta de abrir uma estrada até aqui, para podermos recuar o que é de nossa produção.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – Na terra demarcada, queremos o direito de levar os nossos produtos; estamos vendo o sofrimento de ir e de vir. Os nossos aposentados enfrentam uma dificuldade muito grande, daqui até as vilas Água Fria, que é o nosso acesso. E está faltando apoio nas construções das escolas, nos postos de saúde, estão faltando materiais necessários para os nossos postos, isso por falta de acesso, por ter acesso muito difícil nesta região.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR DILSON *(tradução)* – Todas as palavras, com certeza, aqui reunidas, têm a mesma voz, dizendo desta forma, porque não queremos ser a empresa daquelas pessoas que precisam se empregar. Muitas vezes, eles marcam e, acima de nós, se empregam e não dão uma oportunidade para gente. E queremos essa oportunidade de administrar o nosso trabalho, na área de educação e saúde, e outros que desenvolvem a comunidade, sustentavelmente.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – Agradeço de coração e quero encerrar minhas palavras dessa forma. *(Palmas)*

Agora falará a representante das mulheres, Angelita Sales, ingaricó. (Pausa.)

O líder religioso, Marcos da Silva, ingaricó.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – É o líder religioso; não é pastor, não, é o líder religioso. Ele coloca que estamos aqui reunidos para decidir a questão fundiária. Não é só o presente e nem só o passado, é o futuro, para sempre. Precisamos ver os problemas que irão surgir dentro da terra demarcada, mas até a terra não demarcada tem problemas. A terra demarcada também tem problemas; de todos os jeitos existem problemas.

Quando se fala em desenvolver, alguma parte atende melhor à qualidade de vida, alguma parte destrói a vida. Que seres humanos nós somos? Temos que respeitar cada qual, a diferença de todos.

Eu sou líder religioso e ensino meu povo ingaricó com a minha própria religião, com a crença que eu tenho, com o costume que eu tenho, sem trazer a cultura e a religião de fora, porque isso muda a cabeça das pessoas. Não queremos isso, queremos viver somente nós, ingaricós, usando a nossa religião. E quero ensinar para as crianças tudo que é do meu conhecimento, e assim poderão repassar de filho para filho.

Hoje, estamos preocupados com nossos parentes macuxis, que já têm cabeça de caraiuá. Eles dizem que os ingaricós são isso, que os ingaricós querem assim, que os ingaricós não querem assim, mas com a cabeça diferente e não com cabeça de macuxi mesmo, natural. A cabeça dos nossos parentes já está poluída; muitas coisas estão rodando na cabeça e estão confusos para decidir o que querem. Querem decidir sem prestar atenção no que vai acontecer com aquelas

pessoas que já vivem com coisas diferentes, que não é da cultura macuxi; já pegaram uma cultura diferente e é difícil eles definirem quem eles são, se são macuxis ou carimacuxi, uma mistura. Então, a nossa preocupação é essa. E queremos que a terra seja demarcada, mas que isso não nos isole do mundo, que tenhamos direito a acesso por estrada, porque assim todos vão trabalhar, colaborar uns com os outros, disse o senhor líder religioso. *(Palmas)*

Angelita Sales, representante das mulheres, ingaricó.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – Estou muito feliz pelos senhores estarem aqui, conhecendo a cultura do povo ingaripó, a forma das nossas casas, as construções e a região.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – Estou muito triste por não entender a fala de vocês, a língua de vocês. Da mesma maneira, acho que vocês estão sentido, por não entender o que estou falando. Ficaria muito feliz se nós nos entendêssemos.

Mas a nossa tristeza é muito grande, porque nossos parentes estão divididos, sem saber o que fazer. Isso dói para gente.

Acredito que, com a sua presença aqui, o Ministro viu a nossa situação.

Cadê ele, o Ministro? Vocês estão representando o Ministro? Os senhores vão levar as nossas palavras? Será que não vão dizer outra coisa?

A nossa preocupação é essa. Queremos acreditar que o que falamos será atendido assim como estamos falando.

Queria conversar muito mais, mas a comunicação é diferente. Mas isso não vai ficar assim.

Podemos lutar, implantar as escolas indígenas para ensinar todo mundo falar ingaricó – quem sabe, um dia – e fazer valer a nossa cultura, a cultura brasileira, nativa, que precisa ser mostrada para o País. Assim, todos terão respeito, porque o País tem sua cultura, tem sua estrutura, a sua língua, diversas línguas, diversos povos. Este País é rico. Por que procurar outras culturas? Será o melhor? Entendemos que não.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DILSON *(tradução)* – Ela, há muitos anos, tem acompanhado o movimento indígena junto ao Conselho de Índios. Tem colaborado com as barreiras para retirada de fazendeiros e garimpeiros. Concordamos com isso, porque a área estava sendo destruída; o meio ambiente estava sendo destruído. Praticamente já saíram todos: os fazendeiros e os garimpeiros. Hoje o povo macuxi está fazendo o papel do fazendeiro e o papel do garimpeiro. E isso dói.

O que nós queremos? Indicar o nosso limite, mas isso não quer dizer que temos deixar de ter harmonia com o povo macuxi. Pelo contrário, só queremos indicar o limite interno da comunidade, onde todos possam respeitar o espaço do povo ingaricó e o espaço do povo macuxi. Assim, todos estariam trocando conhecimentos: a forma do povo macuxi se organizar e a forma do povo ingaricó se organizar. Assim será fácil. Não se pode juntar três ou quatro etnias para desenvolver um trabalho, porque, às vezes, algum trabalho pode ir contra a cultura. Por isso é necessário fazer essa indicação de limites internos da reserva indígena.

Ela disse também que é muito difícil pensar no meio de muitas coisas diferentes. Não é a mesma coisa que pensar com o mesmo grupo e discutir idéias. Então, o que acontece conosco é isso. E agora, na terra demarcada, queremos viver, pensar melhor na nossa vida.

A questão da demarcação, a luta pela demarcação tem levado muitas pessoas ficarem sem alimentos, por viajar por longos caminhos, de cinco a dez dias de caminhada, para defender as suas terras. Mesmo assim, a terra estava sendo negociada, algumas partes, por nossos parentes. É difícil nós, ingaricós, ajudarmos outro grupo a definir como querem a terra, mas temos que colaborar com os projetos que eles querem, com os trabalhos que eles querem desenvolver. Aí cabe a nós ajudarmos no que eles querem, e cabe a eles também nos ajudar pelo que queremos. Agora, a definição de idéia de todos é muito difícil, porque há muita complicação para nós, que somos de um outro grupo, entendermos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Ela falou isso para o Ministro?

O SR. DILSON – Sim, ela falou a mesma coisa para o Ministro e, agora, ela esperava falar de novo, porque há dúvida ainda.

(Pronunciamento em língua indígena.)

(Palmas)

O SR. DILSON *(tradução)* – Queremos que permaneça o município. A Flora disse que é parente, falou até que, caso contrário, ela mesmo assume porque ela é capaz de administrar o município. Ela é índia do tempo atual e não do tempo anterior. Quer dizer, o povo tinha o seu conhecimento, mas só o registrava através de desenhos, das pinturas e, depois, veio a escrita, que é o poder poderoso entre todos nós, não somente entre os povos indígenas, mas também na sociedade branca, que não sabia escrever; os antigos

anotavam, desenhavam. E, aquilo ali é uma história muito grande. O que nós temos.

E, hoje, nós estamos aprendendo juntos e vamos administrar o município. Essa é uma decisão das comunidades e não da pessoa que vem de fora dizer que o município vai ter que permanecer. Tem que ser a palavra do povo que ocupa o município, o povo que sente a necessidade e que lá está.

E, depois, ela disse que existe o tempo de estudo. Existem as escolas para preparar as pessoas que vão administrar esse pedaço de terra. E uma coisa interessante que ela falou é que a maloca, ali, a Vila Uiramutã não é do caraiuás, é dos parentes macuxis ou saranduba, parecido com o rapaz ali, com a cabeça raspada. *(risos)* De repente, por não saberem pensar bem, aceitaram a presença dos que vieram de fora. Mas isso acabou, agora é momento de recuperar os parentes, o meio ambiente e os animais que existiam ali antigamente e trabalhar. *(Palmas)*

O SR. MARTINS EDMAR – Bom-dia. Sou representante do povo ingaricó. Vocês conhecem esse daí. Conheço o Mozarildo há muito tempo, de Boa Vista. Eles são médicos. Também conheço o Dr. Augusto. Ele até me tratou da vista. Eles trabalharam lá. Eu gostei do senhor mais do que os outros. Agora, os médicos são bravos, estão matando pessoas. *(risos)*. Estão aprendendo, estão aprendendo. Estou esperando vocês dois para operar a vista de um ingaricó ali.

Bom, eu estou por aqui. Colocaram-me para coordenar, para trabalhar junto com a comunidade para explicar para vocês os limites das nossas terras. Como o Dr. Augusto falou, queria saber onde são os limites dos macuxis também. Então, eu vim saber como vai ficar. Então, eu acredito que muito tempo fiquei sabendo disso daí. Há algum tempo, a área dos ingaricós ficava perto de Água Fria. Nesse tempo, não tinha garimpeiro aqui, não tinha caraíba, não. Não tinha não. Faz tempo, quando vim de Boa Vista, voltei até encontrar um. De lá, saí a pé até aqui. Nesse tempo, não tinha caraíba, não. Só tinha aquele velho avô dela. Eu conheci ele também, o delegado Cecílio. Então, tudo isso daí eu conheço.

Depois, começaram a entrar os garimpeiros e já encheram aí. Também tem parente aí no meio. E, em Uiramutã, a mesma coisa, não tinha gente também, não tinha branco garimpeiro. Depois não sei por que acocharam aí, depois colocaram o município. Nesse tempo, não tinha também, não tinha estrada também.

Olha, eu andei muito por aí depois que saí de Boa Vista. Naquele tempo, em que eu estava em Boa Vista, que conheci vocês dois, que são médicos, bem mesmo que trabalham; gostei do trabalho de vocês. Dr. Augusto, esses novos que chegaram são bravos ainda, estão matando pessoas. Mas vocês trabalharam e nunca morreu nenhum, nas mãos deles. Eu gostei dele e ele de mim. Eles trabalharam, são médicos.

Por isso, estamos por aqui. Voltei de lá e me colocaram aqui como coordenador. Primeiro, foi o tuxaua, não é? Peguei o lugar do tuxaua, que apareceu lá no Manalai, na fronteira mesmo, que já é Guiana mesmo. Não tem mais campo para eles não. Só tem mato, já emendaram com a Guiana. Nunca apertaram assim.

Então, não tem espaço para a gente. Aí eu fiquei triste, não é? Triste, porque nós estamos encostando. Estão empurrando os índios de lá para cá, da fronteira. E lá também, aqueles negros, pretos, estão empurrando também para aquela parede de fronteira. Não tem mais espaço para a gente. Então, estamos acochados aqui.

Como Juriqui e o Irapuca, não tem mais espaço para a gente. Por isso eu que comecei a trabalhar, porque eu conhecia tudo mesmo. Primeiro fui à área, já vou explicar para vocês, para vocês saberem. Não sei se vocês sabem, porque agora são Senadores. Eu não sou de nada, mas sou coordenador. Nós colocamos a área primeiro, por isso que estão falando que os ingaricós colocaram. Foi verdade. Fui eu mesmo, porque conheço a área. É ingaricó; não é nem ingaricó, é macuxi. Foi demarcado, há muito tempo, pelo General Rondon. Não tinha um branco nesse tempo.

Aí o General Rondon fez a demarcação, fez um marco lá.

Depois disso daí, as pessoas chegaram, trouxeram cachaça – o pessoal gosta. Agora estou gostando também.

O tuxaua, eu conheço, o Armando, veio para cá, para Serra do Sol, fazer reunião. Deixaram ordem de não deixar passar branco nem nada. Trouxeram cachaça, de graça, não pagava nada. Aí aproveitou. Aí começaram e fui afrouxando. O bêbado não sabe o que diz. Não sabe. Ele fala boa, fala ruim. Ele falou que ia dar carro, avião. Começaram assim. Só para enganar. Branco chega e diz: eu faço assim. É verdade. Se você pensa que me engana, você mesmo está se enganando e não eu. Ficou assim. Dinheiro, começaram com o Johny daqui, tuxaua, e aí entregou. Foi assim. Deram garimpo para eles, e iam dar fazenda para nós. Até hoje não estou vendo fazenda aqui, nem pagamento de diamante. Vou explicar para vocês. Água Fria **(Inaudível)** macuxi ficou para baixo. Estou explicando para vocês saberem. É por aí, o Uiramutã, nesse tempo, **(Inaudível)** os garimpeiros querem entrar mas não pode passar **(Inaudível)** o homem e agora já acabou. Estou falando assim porque vai sair a demarcação. **(Inaudível)**

Luz, nós precisamos também.

Água encanada? Estão falando nisso aí.

(Inaudível)

O SR. DILSON – Senadores, gostaria de deixar claro aqui que, no meio do povo, em ingaricó, ainda não é misturado, nunca teve fazendeiro nem garimpeiro, graças à luta dos ingaricós, que estabeleceram o limite de 1.000km para baixo. Os de macuxi aqui também são poucos. Este é macuxi, mas já é "ingaricozado". É, já é naturalizado aqui, igual aos Estados Unidos. Então, a maior parte aqui é ingaricó, não tem a mistura e também não tem religião de fora, tem a religião Aleluia. Agora, estamos brigando para mostrar a religião aqui na área ingaricó. Uma vez veio um monte de missionários e não foi aceito o batismo aqui. Por quê? Porque sabiam que ia dividir, que as igrejas começariam a dividir. Tem uma assembléia, tem outra, tem católico, e o povo de ingaricó se defendeu para não aceitar nenhuma religião de fora. Claro que temos que respeitar as religiões diferentes e esperamos que eles também nos respeitem, a forma da gente acreditar. A representante das mulheres, Angelita Sales, de Manalai, colocou a seguinte questão: o encanamento de água que solicitamos para os homens já tinha o projeto aprovado e não foi autorizado pela Funai. A Funai não autorizou a implantação desse projeto que é necessário. Temos vários documentos que solicitam saneamento básico para as comunidades, porque as malocas são grandes. Na Serra do Sol, por exemplo, há malocas grandes. É necessário ter saneamento básico. Um pai de família índio vivia num canto só, não tinha como acumular as coisas de necessidade. Então, era mais fácil controlar as doenças. Agora, com o acúmulo de muitas pessoas, com a formação de vilas, a fixação dos grupos necessita desse tipo de projeto, saneamento básico, encanamento de água, até porque esse rio é cheio de pessoas e, lá em cima, estão tomando banho, lavando roupa, e as pessoas pegam água aqui. A maior doença aqui, Senadores, é causada por vermes. As crianças são desnutridas por causa dos vermes. Então, é necessário que haja esse tipo de apoio. Estamos procurando melhorar nessa questão. É necessário que tenhamos os projetos para atender a essa demanda. Já está se aproximando a hora do Albertino falar.

Antes, gostaria de me apresentar.

Sou Dilson, sou daqui mesmo, saí daqui com 12 anos para estudar porque queria me comunicar, tinha muita vontade de estudar. Cheguei em Boa Vista menor de idade, não queriam me aceitar, tive de chorar para entrar na escola, sozinho. Primeiro, fui para o Maturuca, fui expulso da escola porque tinha que aceitar tudo que eles colocassem, a pessoa não podia se expressar por conta própria, tinha que aceitar tudo que eles diziam. Então, fui expulso por causa disso. Passei três anos, fiz da 1ª à 3ª série, vim para cá, não me comportei, porque queria estudar, queria buscar outros conhecimentos, fui embora para a cidade, menor de idade. Cheguei à Funai e me disseram que eu teria que voltar para a minha comunidade. E eu disse que não, que queria estudar. E eles disseram que não tinha ninguém para cuidar de mim. A Funai não é para cuidar de índio? Não é para proteger o índio? Sou índio, estou procurando o meu direito. Ou tenho que ser índio na mata, vocês só levando remédio, vendo se eu melhorei e dizendo para eu continuar vivendo lá, que voltarão para aplicar outro remédio para ver se eu melhoro. Não queria viver dessa forma. Fui, lutei, consegui me registrar por conta própria, chorei na banca da Funai, pedindo meu registro, porque queira estudar e não sabia o que era histórico escolar, certidão, identidade, não sabia de nada. Cheguei lá na escola: a tua identidade; se não tiver identidade, certidão de nascimento e histórico escolar. Não sei o que é isso, não me falaram nada, estava lá no Maturuca, não repassaram se tinha que ter aquilo ali. Fui aprendendo praticamente por conta própria. Claro que com o apoio de outras pessoas que não os ingaricós e nem a Funai. E fui lá ao fórum. Chegando lá, me perguntaram: quem te mandou aqui? Eu mesmo vim. Você vai ter que ir à Funai, porque a Funai dá entrada aqui. Mas foram eles que me mandaram aqui, e disseram que não vão tirar. Mas não desisti. Fui lá na Educação: quero meu histórico escolar. Eles disseram: você vai ter que ir à escola Maturuca. E eu disse: eles não querem me dar. Vocês terão que dar para mim. Eles repassaram, fizeram o histórico escolar. E eu fui correndo animado para a escola, consegui a matrícula. Ainda vivi como menor de idade numa casa alugada. Na cidade, trabalhei de garçom, de 15, 16 anos, contra a lei. Mas isso não foi para fazer maldade, foi para o bem, para atender a comunidade indígena. A história muito triste que tenho para contar, com certeza vou escrever na monografia e vai estar à disposição para todo mundo ler.

E depois encontrei a prefeita – naquele tempo ela não era prefeita, não participava da política partidária, ela era secretária –, eu era muito criança, estudei, acompanhei, terminei o segundo grau, entrei no magistério, voltei para a comunidade. Hoje, pretendo formar muitos professores em ingaricó e quero continuar os meus estudos.

Estou fazendo a Faculdade de Pedagogia intercultural, um projeto indígena agora na faculdade. Está sendo muito bom, mas está faltando apoio para gente. Gostaria de colocar isso para os senhores. Deveria haver um projeto específico para atender à formação dos professores, porque lá estamos praticamente usando

os nossos recursos, nosso salário, colaborando com todo mundo para nos mantermos lá.

O Governo do Estado nos garantiu e assinou o recurso lá, mas diz o pessoal que administra o curso que o recurso nunca mais foi depositado na conta. Não sei, temos que provar se realmente não está sendo depositado. Isso é na universidade. O curso é de formação superior indígena. E precisamos de apoio. Que não seja dos ingaricós, mas de toda a comunidade. Nós apoiamos essas decisões, a formação de professores e não somente os ingaricós. Quem sabe, com o tempo, vai haver curso que atenda somente aos ingaricós, mas estamos em processo de caminhada juntos, trocando conhecimentos.

Com você, Albertino.

O SR. ALBERTINO – Bom-dia a todos, Senador Mozarildo, meu grande amigo, Senador Augusto, prefeita eleita por nós – e acredito que vai ser mais uma vez –, nosso grande amigo Jonas, meu tio, que trabalha no Contão, autoridades, coronéis, hoje agradeço a Deus de vocês estarem mais uma vez aqui conosco na Serra do Sol.

Sou macuxicó, mistura de macuxi com ingaricó, mas, na verdade, a minha família, meu pai, minha mãe, todos são daqui, só que nasci na área macuxi, e lá encontrei uma companheira. Agora estou no meio dessa comunidade, do povo ingaricó, e fui eleito como porta-voz do povo indígena ingaricó da Serra do Sol, da Organização do Conselho Indígena Ingaricó, que é o Coping, fundado recentemente, está fazendo um ano, um aninho, vai começar a andar agora. Acredito, meus irmãos, meus amigos e companheiros, porque perante Deus somos todos iguais, não há diferença nenhuma. Deus deu a terra para nós trabalharmos e vivermos dela.

Quero falar, também, sobre a demarcação, que é a primeira coisa que está trazendo muitos problemas em nosso meio, aqui, no Estado de Roraima e no País.

As terras foram todas demarcadas; hoje, encontram-se todas demarcadas, e respeitamos as terras. Como o Brasil – o Brasil já é demarcado. A Venezuela é demarcada; a Guiana é demarcada. Então, quero dizer que este é um País que está todo delimitado e demarcado. E o Estado – estou passando para os irmãos, aqui, os ingaricós – também tem seus limites. Roraima tem seu limite lá na Vila Jundiá, onde me mostraram. Dali para lá é de Manaus. Vi também os limites dos municípios de Bonfim, de Normandia, de Pacaraima, de Amajari, de Alto Alegre.

Hoje está havendo uma briga por demarcações das terras indígenas. Hoje, então, está sendo mundialmente reconhecida a Raposa-Serra do Sol. Os ingaricós estão pensando em fazer o limite dela – da Serra do Sol e da Raposa. Dentro dela, existe o município. Hoje, nós estamos trabalhando, mostrando e abrindo a visão para que eles reconheçam que, há muito tempo, 100 anos atrás, os nossos avós andavam de 25 a 30 dias para comprar 25 quilos de sal em Boa Vista. No retorno, passavam mais de mês – de 38 a 40 dias – para chegar até o local onde viviam. Eles trouxeram essa história e me deram. Meu avô morreu com 100 anos, no Caraparu, e eu tenho toda essa história dentro de mim.

Não quero, hoje, dizer que vai sair a homologação da Raposa-Serra do Sol ou da Serra do Sol-Raposa e tirarmos o município. Não. Nós queremos que saia essa homologação – Raposa-Serra do Sol – mas com o direito de o município permanecer, permanecerem a estrada e as vilas porque já estão construídas e já estão aí. Não queremos pedir essa homologação para, depois, destruirmos tudo o que já está feito. Não, é para construir. O que nós estamos pedindo é para construir mais. E por que dizemos isso? Porque fomos nós mesmos que fizemos esse município, que pedimos essa estrada e, até hoje, estamos pedindo e sofrendo, passando por necessidades, passando por dificuldades, para que essa estrada chegue até aqui à comunidade ingaricó.

Falo para os Senadores que nós estamos pedindo isso há muito tempo e, agora, na Assembléia ingaricó, reforçamos os documentos para que essa estrada chegue até aqui. Por que nós pedimos isso? Porque nós queremos ter a facilidade de chegar, comprar 1 quilo de sal ali, em Água Fria – porque hoje levamos de duas a três horas –, e retornar à comunidade. E outra: a dificuldade que vejo aqui é que a maioria da comunidade daqui, do município de Uiramutã, é de aposentados.

Hoje, as pessoas da comunidade estão se engrenando e descobrindo, tendo conhecimento de que devem ser eleitores para eleger os seus parentes, eleger o Prefeito do Município de Uiramutã – que, hoje, consideramos como um município indígena –, um Vereador indígena para representá-las e lutar por elas. E, hoje, os eleitores chegam a 300 ou 400, na Serra do Sol.

Meus irmãos, isso, há muito, vem trazendo problemas para nós. Ali, no nosso lado, os nossos irmãos, nossos companheiros estão pedindo a retirada do município, a retirada da estrada. Para quê? Eles também são eleitores, eles também se candidatam a prefeito e a vereador. Mas por que eles querem eliminar o município?

Essa é a minha tristeza. Estou passando isso para a comunidade para que nós tenhamos a facilidade de nos desenvolver. Hoje temos a nossa prefeita, indígena

– a avó dela é índia, daqui da região, do Caraparu, o pai dela veio de fora mas é registrado como índio.

Deus está dando toda essa sabedoria para nós, enquanto os outros ali estão recebendo o mal. Quem deu esse alimento mau para nós, quem deu esse alimento mau para eles? Foi os que entraram como missionários, os que entraram como padres, como catequistas, que trouxeram esse problema para nós, que trouxeram essa doença para nós. Mas nós, os ingaricós, não queremos mais aceitar. Nós já participamos, como foi falado antes, dessa luta, mas depois descobrimos que isso não era certo e hoje tomamos a decisão de sermos independentes; trabalhamos pela independência, pelo desenvolvimento, para melhorar a qualidade de nossas vidas.

Srs. Senadores, coronéis, prefeita, só de olhar este povo aqui, acho que vocês já perceberam alguma coisa, que hoje não estamos nos apresentando pelados nem pintados. Nós nos apresentamos, nos reunimos todos vestidinhos, calçadinhos. E por quê? Porque estamos querendo melhorar, estamos querendo viver uma vida melhor. São essas coisas que estamos pedindo porque queremos que esta comunidade ingaricó seja desenvolvida na educação, na saúde e em outros projetos que servirão para melhorar a nossa vida aqui.

Quero solicitar mais uma vez que os senhores levem isso para o Lula, que nós sofremos por dois, três dias para chegar a Água Fria para votar para Presidente. Hoje ele está eleito. E também para o Governador Flamarion Portela, que até hoje nunca vi pessoalmente, mas nós lutamos e votamos nele ele. Hoje está aqui presente o nosso governo municipal, a Florany. Eu acredito que ela vai ser eleita de novo porque é nossa parente. Enquanto os outros lá não querem mais, nós estamos vendo que ela vai continuar nos ajudando; nós estamos cientes do que ela colaborou com a gente e, em mais quatro anos de mandato no município, ela terá mais projetos bonas para nos ajudar.

Acredito que o Governo Federal não vai assinar contra nós, porque vejo todo o tempo na televisão o Fome Zero e, se ele assinar isso da maneira que os outros estão pedindo, vai dar mais fome para nós.

Era somente isso. Agradeço a todos. *(Palmas)*

O SR. DILSON – Senadores, prefeitos, os assessores, jornalistas, agradecemos por esse trabalho que vocês vão fazer aqui na nossa comunidade e desejamos boa viagem e que essa discussão seja iluminada, seja reconhecido o nosso trabalho, o nosso desejo e, assim, estaremos realizando o sonho do Brasil para mostrar que somos capazes. *(Palmas)*

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Quero agradecer a recepção de vocês e dizer que foi muito bom decidirmos vir assistir, pessoalmente, ao problema da comunidade, porque essa discussão da Raposa-Serra do Sol nós já vínhamos acompanhando há muito tempo. Mas, infelizmente, a condução do processo vem sendo, como foi dito por vários de vocês aqui, distorcida. Na verdade, o pensamento dos ingaricós não estava sendo levado na sua devida proporção. Parece que somente a verdade de um estava imperando sobre os demais. As outras entidades, mesmo indo levar documentos, sequer expunham a sua posição, não eram ouvidas, não eram levadas em conta. Então, nós, no Senado, resolvemos tomar essa posição de constituir uma Comissão para realmente colocar a verdade nos trilhos.

O Ministro veio aqui e ouviu vocês, ouviu todas as outras entidades e, no fim, antes de terminar o trabalho interministerial, já anunciou que a decisão é contínua, que tirará os municípios e que fechará as estradas.

E não é essa a verdade que estamos colhendo aqui. Estamos acompanhando esse problema há muito tempo. Eu, como Senador, como Deputado de 82 a 90, já discutia essa questão naquela época. E percebo que o problema só vem se ampliando, sem que haja uma conclusão de interesse de vocês.

Temos que concluir por uma solução razoável, que atenda a todos os interessados, que atenda os macuxis, que atenda os ingaricós, que atenda aqueles que já estão, como foi dito aqui, radicados na área, e, portanto, que vocês possam decidir o futuro de vocês por vocês.

Esta Comissão terá de se debruçar sobre os depoimentos, sobre os documentos, sobre a lei e, depois, concluir, até se for o caso, pela apresentação de uma medida emergencial – tem que ser –, que é a decisão sobre Raposa-Serra do Sol, e outra mais ampla, para nortear a política indígena no País, mais de acordo com os índios, porque a política indígena no Brasil está sendo conduzida de acordo com as ONGs, que, às vezes, não são nem brasileiras. E nós, como brasileiros, não podemos concordar com isso.

Eu e o Augusto, como roraimenses, conterrâneos de vocês, não podemos realmente cruzar os braços.

Nesta Comissão, não estamos só nós dois, há mais três Senadores que não são daqui. São os Senadores Delcídio Amaral, Jefferson Péres e João Ribeiro, que estão na Comissão até para mostrar que não se trata apenas do pensamento dos políticos de Roraima, para dar uma isenção à decisão. Mas esta Comissão não tem compromisso com o que o Ministro está pensando. Vamos tentar promover um entendimento entre o que estamos vendo, o que o Senado vai concluir, e o que o Poder Executivo vai concluir.

Estamos interagindo, conversando com o Ministro José Dirceu, com o Ministro Aldo Rebelo, com o

Ministro da Defesa. Na semana que vem, o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça estarão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado para debater conosco esta questão. Vamos, inclusive, ter oportunidade de falar sobre esse depoimento de vocês aqui.

Portanto, quero dizer a vocês o seguinte: tenham a certeza de uma coisa, esta Comissão está levando e vai levar muito a sério a conclusão dos seus trabalhos, para dar uma solução que pacifique todo mundo.

Queremos que vocês, o Estado como um todo, possam viver em paz e que as nossas fronteiras, como foi dito por alguém também, não continuem ameaçadas, não pelos nossos vizinhos venezuelanos, não só pelos nossos vizinhos guianenses, mas por outras instituições de poder muito maior.

Queremos preservar as nossas fronteiras, garanti-las para os brasileiros que vivem aqui, para vocês mais do que ninguém, que sempre as defenderam. Quero agradecer, portanto. *(Palmas)*

O SR. AUGUSTO BOTELHO – Quero deixar bem clara a minha alegria e de toda a comitiva por estar aqui com vocês e pela recepção calorosa e alegre que vocês tiveram conosco.

Viemos aqui para ouvir o pensamento ingaricó, que já conhecia através de um livro, de que vocês querem fazer um povo separado.

Como eu e o Mozarildo sempre falamos, e dizemos para o Ministro toda vez que temos oportunidade, todos querem ter o seu pedaço definido – daqui para cá é Raposa; daqui para cá é Napoleão; daqui para cá é Contão –, porque senão haverá problemas no futuro.

Mas é importante, já que vocês têm um Conselho, que registrem esse Conselho, para vocês reivindicarem as coisas, como essa estrada que vocês querem aí. Porque eu digo que vocês querem estradas, a Funai diz que vocês não querem. Então, se vocês escreverem alguma coisa, se nós tivermos um papel à mão, fica mais fácil, porque nós temos autoridade. E a nossa autoridade, a minha e a do Mozarildo, é a que vocês nos deram quando votaram em nós dois. Temos o dever e a responsabilidade de fazer o que é bom para vocês. Eu não sei o que é melhor para quem vive aqui. Eu não vivo aqui. Sei que, de maneira geral, que todos estudarem é muito bom para a comunidade. Sei que a água encanada vai diminuir as doenças das crianças. Sei que se for construído um local para depositar fezes e urina diminuirão as doenças das crianças. Sei que se vocês começarem a criar gado, cavalo, porco e carneiro vai melhorar a vida de todo mundo. Sei que é isso que vocês querem. A Florany é minha parente, sou descendente do Coronel Mota, minha tetravó era índia. Há 30 anos, trabalho com os indígenas, e meu pai também trabalhou por 30 anos.

Eu gostaria que vocês escrevessem de forma clara as necessidades, de acordo com o Conselho. Porque quando apresentamos algo em relação a vocês, sempre vem uma proposta dizendo o contrário. Por exemplo, é óbvio que se precisa de estrada como da água, mas, para que possamos defender o que vocês querem, temos de ter as necessidades de vocês escritas. Está certo?

Mais uma vez, agradeço a todos.

Sei que vocês são os típicos ingaricós. Sempre se isolaram e não quiseram se misturar. É um direito de vocês, e nós vamos respeitá-lo. O Brasil tem de respeitá-los porque são brasileiros que vivem nesta pontinha do País e que querem viver dentro de seus costumes. Está na Constituição que devemos respeitar as pessoas. Todos têm de ser respeitados, como também aqueles que vivem na Vila do Socó, do Mutum, da Água Fria ou no Uiramutã.

Podem contar que eu e o Mozarildo estamos à disposição para trabalhar. É lógico que ninguém consegue fazer as coisas de uma hora para outra. O Dilson já sabe disso, mas temos que pensar. Temos muitos anos pela frente para tentar melhorar a vida de todos.

Espero chegar brevemente aqui de carro.

(Tradução para a língua indígena.)

(Palmas)

(SEGUNDA REUNIÃO.)

O SR. LOCUTOR – Convidamos todos que fazem parte da Comissão que nos visita a fazerem parte da Mesa.

Senador Mozarildo Cavalcanti *(palmas)*; Senador Augusto Botelho *(palmas)*; Vice-Prefeito de Uiramutã, José Novais *(palmas)*; Presidente da Câmara Municipal de Uiramutã, Dr. Tácito Cunha *(palmas)*; Prefeita Florany Mota *(palmas)*; Coronel Speck *(palmas)*; Drª Fabíola, da Polícia Federal *(palmas)*; Dr. Eduardo, também da Polícia Federal *(palmas)*; Dr. César *(palmas)*; Dr. Mário *(palmas)*; Major Vendramin *(palmas)*. Há mais alguém? (Pausa.) Existem mais pessoas. Assessores dos Senadores, sintam-se à vontade e podem compor a Mesa também.

Neste momento, iniciaremos nossos trabalhos com a execução do Hino Nacional e, em seguida, o Hino do Estado de Roraima.

Peço às professoras que comecem a cantar o Hino Nacional. (Pausa.)

(Execução dos hinos.)

Passaremos, agora, a coordenação dos trabalhos da Comissão dos Senadores, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Bom-dia a todos! Temos satisfação em estarmos aqui presentes, representando o Senado Federal. Esta Comissão é composta por mim, como Presidente; pelo Senador Delcídio Amaral, como Relator. O Senador Delcídio Amaral veio até Boa Vista, ontem, mas não pôde vir hoje porque S. Exª é de Mato Grosso do Sul. Como vocês devem estar acompanhando os noticiários, naquele Estado, a briga também está muito dura. Há um conflito armado entre índios e fazendeiros. A situação lá está muito mais complicada. S. Exª foi chamado pelo Governador do Estado para ir lá, pessoalmente, dar um apoio. Ontem, em Boa Vista, S. Exª ouviu todos os depoimentos, inclusive os da comunidade indígena, mas lamentou muito não poder estar hoje presente. No entanto, estamos aqui eu e o Senador Augusto Botelho. Mas também fazem parte da Comissão os Senadores Jefferson Peres, que também esteve em Boa Vista ontem, e Romero Jucá.

Esta é uma Comissão oficial do Senado, que vem a Roraima. Estivemos na Serra do Sol, estamos aqui e vamos à Raposa. Apresentaremos não só um relatório do que vimos, ouvimos e com base nos documentos que temos, mas, principalmente, como Senado da República, a Casa que representa dos Estados e que é responsável por defender a Federação, proporemos soluções para os problemas não só de Roraima, mas de Mato Grosso do Sul e outros Estados do Brasil, onde estão ocorrendo conflitos por causa de terras indígenas ou terras ecológicas.

O importante é que não se trata aqui apenas da vinda do Senador Mozarildo Cavalcanti, do Senador Augusto Botelho ou de outros Senadores, mas da vinda do Senado. Não podemos mais ficar apenas aguardando as providências do Poder Executivo, do Presidente da República ou de seus Ministros. Somos um Poder da República, assim como o Poder Executivo, e, aliás, com muitos mais comprometimento porque o Ministro não foi eleito, e nós fomos eleitos diretamente por vocês e temos a obrigação, portanto, de estar atentos a toda essa problemática. Viemos aqui para ouvi-los.

Estão conosco os assessores do Senado, pessoas especializadas na área de defesa nacional, na área fundiária, e que irão nos auxiliar na elaboração de um documento técnico de consistência, para que possamos adotar as posições, principalmente, emergencialmente, com relação a essa área de Raposa-Serra do Sol, que, no Estado de Roraima, hoje, é a que está dando maior aflição, maior constrangimento, maior preocupação a todas as pessoas, índios e não índios de nosso Estado.

Começaremos ouvindo o nosso digníssimo Vice-Prefeito, mas gostaria de deixar bem claro a todos que forem falar que o objetivo de nossa vinda aqui é discutir a questão Raposa-Serra do Sol. Cada qual deve apresentar seu ponto de vista, suas sugestões, aquilo que quiserem colocar sobre o problema. Vamos deixar os outros problemas para uma outra ocasião. É como – vamos dizer assim – se estivéssemos com um paciente no pronto-socorro, tendo que cuidar e resolver imediatamente o problema dele, que é essa questão da Raposa-Serra do Sol.

Vou chamar o Vice-Prefeito José Novais, para começar a fazer o seu depoimento. *(Palmas)*

O SR. JOSÉ NOVAIS – Meu bom-dia a todos. Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por estarmos juntos mais uma vez, o Senador Augusto Botelho; o Senador Mozarildo Cavalcanti; a Prefeita do Município de Uiramutã, Florany Mota; o Presidente da Câmara Municipal de Uiramutã, Tácito Cunha; o Coronel Speck, do CME de Manaus; o Prefeito de Normandia; agentes da Polícia Federal; Jonas, amigo nosso; tuxauas; representantes; lideranças; Secretário-Adjunto do Índio do Estado Wilson Jordão; o Seu Galego; meu pai; minha mãe; demais companheiros que aqui se encontram e o chefe de gabinete, Eliésio. Quero dizer a todos aqui mais uma vez reunidos em defesa do nosso País, do nosso Estado, do nosso Município, que nós criamos, dentro da lei – de dentro da lei foi criado o plebiscito, de dentro dos requisitos, o qual eles querem nos tomar.

Mas, quero dizer a V. Exªs que aqui somos patriotas brasileiros, criamos o Município dentro do requisito, como disse, e é uma questão de soberania nacional – e hoje nós estamos aqui defendendo essa soberania – que coloquemos pessoas em pontos estratégicos para que não passem as pessoas que insuflam e pregam discórdias nas nossas comunidades.

Há outra coisa muito séria, coronel. Na verdade, após uma luta imensa, conseguimos implantar, junto com todas as forças que aqui se encontram – Legislativo, Judiciário, Governo, os Executivos e os povos indígenas – o VI Pelotão Especial de Fronteira, aqui dentro de Uiramutã. E aqueles irmãos que recebem ordens de discórdia não aceitam o VI Pelotão dentro do Município de Uiramutã, e o qual faz a guarnição de fronteira e não dá sequer um passo do outro lado ali.

Que país é este, onde o Exército não pode fazer reconhecimento de fronteira? Eles não têm esse poder de fazer reconhecimento de fronteira. Isso é lamentável! E não queremos lamentar também a perda desse município, a perda das vilas, das estradas, das áreas produtivas. Hoje, nós também fazemos parte de todas essas regiões que estou colocando agora.

Nós somos índios. Sou índio macuxi, nasci e me criei aqui. Meu pai se encontra ali, e também recebeu o bastão do General Guilherme que se encontra em

suas mãos. Esse é um símbolo da convivência do Exército brasileiro com os povos indígenas na área de fronteira. *(Palmas)*

Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, há muito conhecimento nessas questões. Estamos muito gratos pela presença do Coronel, que está aqui pela primeira vez, e de outras autoridades. Pedimos, pelo amor de Deus, que não acabem com o nosso Município. Não somos contra a homologação das áreas indígenas, mas, sim, contra a forma como está sendo imposta ao nosso povo. *(Palmas)* Onde está a soberania popular do nosso povo que aqui se encontra?

Nós, como cidadãos, nos manifestamos no plebiscito para que ele fosse criado. Há um fato estranho, Senadores. Na reunião que realizamos em Boa Vista com o GTI, não se encontravam o CIR, a TWM nem o pessoal da Funai, mas todo este povo que está aqui hoje lá se encontrava também, porque é um povo de coragem que está levando a mensagem verdadeira: a necessidade de se manter o município, para que, nas comunidades indígenas, possam desenvolver atividades. *(Palmas)*

Não queremos indenização. Queremos que esse dinheiro destinado à indenização seja aplicado em projetos de desenvolvimento ou de autosustentabilidade nas nossas comunidades. É isso que estamos querendo. *(Palmas)*

É estranho, Senadores, Coronéis e Prefeitos. Quando procuramos o Jaci ou alguém que respondesse pelo CIR, não encontramos ninguém, porque eles usam apenas a mentira e a discórdia. No momento de a Funai e de a Procuradora do CIR fazerem uso da palavra, recusaram-se a nos olhar de frente; sequer quiseram pronunciar-se. Estranho é o fato de o GTI realizar depois uma reunião sem tomarmos conhecimento. Foram buscar as pessoas que estavam lá, mas não queriam se pronunciar publicamente – publicamente não se pronunciaram. Isso é estranho, porque é muito fácil dizer: "Somos a maioria", porque o Presidente da Funai disse que eles eram a maioria e nós, a minoria.

Estamos aqui dizendo que queremos o plebiscito. Não estamos querendo mudar nada, Srs. Senadores, Sr. Coronel. Estamos queremos que, de fato e de direito, as homologações sejam feitas, ressalvando as vilas, a sede do Município e seu perímetro urbano, para que desenvolvam suas atividades. Também queremos que se desenvolva a produção nas áreas produtivas.

O que V. Exªs estão vendo hoje aqui é a realidade. Não estamos querendo mudá-la. Estamos apenas querendo que, de fato e de direito, cada quadro tenha sua competência para desenvolver suas atividades. Esperamos que sejam respeitadas as áreas indígenas homologadas, assim como a sede do Município, as vilas, as estradas e as áreas produtivas. É isso que estamos querendo. Que tudo seja respeitado. *(Palmas)*

Senadores, isso é estranho. Ontem assisti à exposição de outros Senadores do Mato Grosso do Sul sobre essas questões. Ouvi o Senador Jefferson Peres – que admiro por ser muito atuante como V. Exªs –, e também o Senador Romero Jucá, falar sobre as relações de outros lugares que passam por essas dificuldades de demarcação. Não tive a oportunidade de falar, mas quero fazer uma pergunta: quando é que isto vai acabar? Na verdade, a área ianomâmi foi homologada, mas não se vê projeto nenhum de desenvolvimento daquela comunidade. E não queremos ficar isolados.

Estou falando por este povo que aqui se encontra. Não queremos ficar isolados. Queremos compartilhar de todas as atividades econômicas deste município e do Estado. É isso que estamos querendo. *(Palmas)*

Disse e repito: temos dois Vereadores indígenas que aí se encontram. Hoje, eu, macuxi, sou Vice-Prefeito de Uiramutã. O meu filho quer ser coronel, quer ser Senador. E também quero alcançar o topo de Prefeito deste Município de Uiramutã, porque nasci e me criei aqui. Tenho a legitimidade de defender isto aqui.

Mandamos a mensagem pela rádio FM que há no local – que dizem ser da igreja, dos padres –, se eles não nos ouvirem, como disse e repito, a situação poderá complicar-se.

Dizem que os políticos falam que pessoas vão morrer. Não são políticos que estão dizendo isso. Nunca ouvi Senador dizer isso. Nunca ouvi o Senador Mozarildo Cavalcanti ou o Senador Augusto Botelho dizer isso. Nunca ouvi a Prefeita dizer isso. Nunca ouvi parlamentar nenhum do Estado dizer isso. Quem está dizendo somos nós, que estamos sentindo as coisas na pele. Se as providências não forem tomadas da maneira que estamos pedindo e que são muito tranqüilas, até porque o povo do outro lado pede a demarcação em área contínua, a situação será muito difícil. Há na casa dele fax, televisão, antena parabólica. Enfim, está comendo no prato e cuspindo dentro dele. Isso, nós não aceitamos.

Digo mais: devem ser tomadas providências cabíveis para que, como disse ontem o Senador, ninguém saia nem perdendo, nem ganhando. Neste jogo, isso não pode existir, porque senão as coisas vão caminhar para um lado muito triste, como dissemos. Os nossos guerreiros estão aí. A partir do momento em que uma decisão for tomada em área contínua, sem duvida nenhuma, vai haver conflito entre índios e índios, embora não queiramos chegar a esse ponto. *(Palmas)*

Gostaríamos que levassem essa mensagem ao Presidente Lula, em quem votamos. Se ele assinar a homologação da Raposa-Serra do Sol em área contínua, haverá só miséria, as coisas vão mudar. Os Senadores têm de dizer isto para ele: vai haver só miséria no Brasil; não só no Uiramutã, mas no Brasil inteiro. Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido agora o Sr. Jordão, Secretário-adjunto do índio e Presidente da União de Vereadores de Roraima, para fazer uso da palavra.

O SR. JORDÃO – Bom-dia a todos. Primeiramente, quero agradecer a Deus por estarmos juntos aqui.

Sr. Presidente desta Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Augusto Botelho; Prefeita Flora; Prefeito de Normandia, Afonso Nivaldo; militares; autoridades federais; tuxauas; enfim, todas as pessoas aqui presentes, caros amigos, chamo a atenção dos assessores e dos Senadores que vieram de fora para olharem com carinho e nos darem a devida atenção porque vir até aqui significa gasto para o Governo federal. *(Palmas)* Quem sabe se esse gasto poderá ser transformado em projetos para a Prefeitura do Uiramutã. Pediria que olhassem com carinho e que levassem a nossa mensagem.

Senador Mozarildo e Senador Augusto, queremos saber sobre essa homologação e o que o Presidente Lula pensa em fazer com as famílias que estão aqui. Como é que vamos fazer com as famílias que não escolheram um lugar e que nasceram aqui no Uiramutã, que são pessoas tradicionais daqui. *(Palmas)*

Pergunto: como é que vão tirar uma família do Uiramutã e colocar uma no Mucajaí, no Caroebe ou no São João do Baliza? Com essa atitude, o Governo Lula está excluindo as famílias do Uiramutã e não precisamos disso.

Precisamos, Srs. Assessores do Senado, que os senhores colocassem no relatório a verdade, que este povo daqui não é invasor, este povo que está aqui não é corrutela, é formado por pessoas que nasceram aqui no Uiramutã, são pessoas como o Sr. Zélio Mota, que hoje me disse pela manhã que, quando o seu pai aqui chegou, ele não sabia se era Guiana ou se era Brasil. Eles nasceram aqui e hoje isto é Brasil. *(Palmas)* Pedimos que vocês, que o Presidente Lula, que a direção do PT Nacional tenham uma posição e que olhem para cá.

Roraima tem uma Secretaria do Índio que serve de exemplo para os outros Estados; somos modelos de administração na área indígena. Temos uma Prefeitura dentro de uma área indígena que é modelo para o Brasil. Não é um retrocesso; não é invasão, somos modelo para o Brasil. *(Palmas)* Precisamos que isso seja seguido. Uma das maiores populações de índios do Brasil está em Roraima. Por isso, o nosso modelo que deu certo deve ser seguido. Então, tem que se manter o Município do Uiramutã, tem que se manter a área produtiva e tem-se que manter a expansão da área urbana para as populações tradicionais poderem produzir em agricultura familiar. *(Palmas)*

Não queremos mudar e nem inventar modelos. Deixa como está – como disse o Vice-Prefeito José Novais.

Senador Mozarildo Cavalcanti, leve isso ao Presidente Lula. O contato com a sociedade já deu certo. Então, não mexam no que está certo, no que já existe, que deu certo e que tem prefeitura. Aqui pode estar um Prefeito índio, como o José Novais falou, ou um Deputado, ou um Senador; somos modelos e não se deve mexer nisso que está aqui e que deu certo.

Os assessores que estão aqui que levem isso às autoridades com carinho, porque não temos para onde ir. Não sei viver em outro canto a não ser no meu Uiramutã, como todos aqui. *(Palmas)*

Quero ser bem claro que não estou aqui para ganhar aplausos. Estou dizendo o que estou sentindo. As pessoas que estão aqui, casadas com índios há séculos, como há alguns com mais de 80 anos, casados com índias daqui, como vão ficar?

O meu avô está enterrado no Pão; o meu bisavô está enterrado no Socó, eu não vou poder visitá-los? Como é que vai ficar essa história? Então, que o Lula pense com carinho; que seja levada ao Gabinete Civil essa preocupação. O que os Senadores Augusto Botelho e Mozarildo falam em Brasília é verdade.

Não sei como as pessoas não conseguem entender que esse modelo deu certo. Esse modelo está aqui e é exemplo para o Brasil. É exemplo de contato entre índios e não-índios e de convivência pacífica. Portanto, queremos que continue.

Em 1995, 1996, foi feito um plebiscito. Em 1996, a primeira eleição. Em 2000, a segunda eleição. E a participação indígena na Câmara vem aumentando cada vez mais, nas direções e dentro da própria Prefeitura. Portanto, que se respeite a posição de cada um; que se respeitem as pessoas que estão aqui, as populações tradicionais que vivem dos recursos naturais do Uiramutã. Isto aqui não é invasão, não é corrutela, e sim um modelo de administração de como podem viver índios e não-índios, produzindo e comendo no Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido agora o ex-tuxaua do Flexal e ex-vereador também, Lauro Barbosa, para fazer uso da palavra.

O SR. LAURO BARBOSA – ***(Exposição em língua indígena.)*** Senador Mozarildo Cavalcanti, membros da Mesa – não sei citar o nome de todos –, Senador Augusto Botelho, Sr. Presidente da Câmara e demais acompanhantes, quero passar a V. Exªs a situação do nosso Município e do nosso Estado de Roraima. Estamos sendo vendidos pelo Presidente da República para as ONGs. *(Palmas)*

Por que gastar esse recurso para retirar esses moradores que residem aqui? Nós votamos no plebiscito para criar o município. Ele não olha para este povo que está aqui que lhe deu o seu voto. Vemos propaganda, todo o tempo, saindo na televisão, sobre o Fome Zero. Será possível que isso daí não está valendo?

O que ele quer com este povo? Somos iguais a ele, como qualquer cidadão. Estamos sendo escravizados como na época dos escravos que chegaram ao Brasil. Quem está querendo nos escravizar são as ONGs, junto com a Funai. *(Palmas)*

Como é que nós vamos viver se acabar o nosso Município? Onde é que nossos filhos vão estudar? Aonde vamos levar nossos velhos, nossas velhas para receberem aposentadoria? Será que posso dizer que vou continuar sempre sendo assim, com essa minha força? Eu acho que não. Quando nasci, como eu era criança eu não tinha força. Assim vou voltar atrás; vou ficar fraco, não vou poder juntar nada. Será que não somos brasileiros para sermos jogados fora daqui do nosso Município?

Srs. Senadores, prestem bem atenção, vocês têm que lutar por este povo, por estes cidadãos brasileiros e jogar as ONGs fora daqui, porque o interesse delas não é nos índios, é no minério, é na riqueza do Estado de Roraima. *(Palmas)*

Se nossos filhos saírem daqui para a cidade, qual será o problema? Os culpados serão as pessoas que estão pedindo a homologação e a área contínua, para ficarem isoladas, como é o exemplo do São Marco, onde índio nenhum tem direito. É da União; é da Funai; é da Polícia Federal, e guarnecendo aquelas ONGs bandidas que estão ali! São ladrões que chegaram aqui para roubar nossa área! Não aceitamos. *(Palmas)*

Digo porque sou filho daqui, nasci aqui, meu pai morreu aqui. Tenho trabalhado defendendo a minha Amazônia. Para que entregar esta imensa área Raposa-Serra do Sol para aquelas ONGs?

Algumas pessoas estão dizendo que somos minoria. Por que somos minoria? Então ficamos como minoria, e eles são maioria em quê? Em roubo, em invasão. E trabalham pedindo número para as pessoas das Guianas, como está no jornal. Eles querem fazer número e convidam todos os guianenses. Vivem trabalhando com as ONGs. A Funai é um protetor daqueles bandidos. Querem meter a mão e roubar o dinheiro público. Somente para eles e para os índios, não.

Tudo com o índio e nada para o índio!

Sobre a barreira, o ponto de fiscalização, como não queremos que as ONGs venham, os padres de carro ali, a nossa fiscalização no Contão vai permanecer. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Morazildo Cavalcanti) – Convido agora o Vereador Tácito Cunha, Presidente da Câmara de Vereadores do Uiramutã.

O SR. TÁCITO CUNHA – Agradeço primeiramente a Deus por nos conceder este dia maravilhoso.

Srª Prefeita Florany Mota; Sr. Vice-Prefeito José Novaes; Sr. Afonso Nivaldo, Prefeito de Normandia; Srs. Vereadores, com os quais labutamos dia-a-dia; Senhoras e Senhores deste Município, Srs. Tuxauas e representantes legais, Sr. Wilson Jordão, Secretário Adjunto da Secretaria do Índio, Exmºs Srs. Membros da Comissão do Senado da República Federativa do Brasil, na qual saúdo o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Augusto Botelho.

A Câmara Municipal de Uiramutã, Município do Estado de Roraima os saúda em nome do povo, a qual represento legislativamente como organismo e efetiva atividade política. Quero também pedir desculpas porque não acionei o Exército Brasileiro, do qual temos representantes e a Polícia Federal, que compartilha conosco deste momento.

Esperamos que o sol de Macunaíma possa desvendar os seus olhos diante da realidade ignota, reconstruída por uma manipulação de informações mentirosas e enganadoras insufladas nos veículos de comunicação nacional na tentativa de deturpar a identidade do verdadeiro povo de Uiramutã, este que sente o vertiginoso medo do furto fuliginoso que se apresenta diante das decisões políticas de homologação de uma forma contínua da área Raposa-Serra do Sol. Fazemos parte de um Estado de extensão de fronteiras terrestre e extraordinária polivalência étnica, o que nos possibilita uma grande capacidade de criação cultural, por meio de uma associação híbrida de idéias homogêneas entre índios e não-índios, o que acabamos de ver, por meio do depoimento de líderes indígenas que aqui se pronunciaram.

A natureza construída da realidade social, a incomensurabilidade da diferença e a contingência da história são fatores que caracterizam este povo que, convencionalmente, aprendeu a se respeitar e a se aceitar por meio da constituição de uma unidade municipal. Contudo, a evaporação de lutas irreprimidas, o antagonismo violento, até o presente instante em que se excita, fomenta incompatibilidades que chegam a

invadir lares e familiares, como já vimos também em pronunciamento dado aqui por líderes indígenas.

A política radical de uma falsa emancipação de povo indígena consubstancia-se como uma postura teórica de discursos reticentes e enganadores, além de apresentar um obscurantismo ideológico gigantesco, pois, se considerássemos a significação demográfica da população de indígenas da área Raposa-Serra do Sol, perceberíamos a desproporcionalidade que deve se retificar. Nesta comissão, já fomos à Serra do Sol, iremos até à Raposa e vamos ver que extensão demográfica é essa.

Porém, não queremos, no organismo municipal representativo, viciar a nossa posição, pois tal problema deve ser observado sob seus diversos aspectos, antropológicos, econômicos, sociais, jurídicos e até mesmo religiosos. Homologar de forma contínua a área indígena Raposa-Serra do Sol seria um ato deliberadamente radical e inconseqüente que sanaria, ignorando um possível atrofiamento econômico de uma unidade federativa fronteiriça, tornando frágil e débil, possibilitando o aumento de inúmeras patologias sociais, como desemprego, subemprego, economia infra ou atividades ilegais, com a migração para centros urbanos, em conseqüência da desabitação de vilas e comunidades não-indígenas. Por tais motivos, acreditamos numa demarcação em ilhas justa e equânime, embebida no líquido supremo da democracia, resultada de uma verdadeira consideração das possibilidades legislativas. Não é em uma decisão adstringente, que somente resultará em opacidade do social aspecto de um Estado que já se encontra, por acontecimento recente, com uma aparência deficiente ou deficitária.

Acreditamos não ser anacrônica a invocação da adestração, noção jurídica de direito adquirido, pois somos uma unidade constitucionalmente amparada, com efetivas instituições político-representativas, caracterizando auto-suficiência, potencialidades econômicas e estruturais. Neutralizamos, diante de tentativa de obliteração do nosso constitucional direito à emancipação.

Que estas palavras, senhores, não sejam sibilos da contestação a serem levadas pelo vento, e sim gritos de forças democráticas, pois elas são proferidas pelo povo do qual sois também representantes.

Para encerrar, quero dizer que hoje ouvimos vários depoimentos em que várias pessoas disseram que suas palavras são levadas pelo vento; que são ouvidas aqui mas não chegam a Brasília. Nós pedimos, encarecidamente, que estas palavras cheguem ao Poder maior, para que haja uma consciência, uma visão do que é o nosso País, o nosso Brasil.

Também quero chamar a atenção para um ponto que me deixou muito magoado, quando ouvi a Ministra Marina Silva dizer que jamais uma universidade poderia vir para Uiramutã, depois de ouvir o depoimento da Jucileine, uma jovem que pretende cursar uma faculdade.

Sinto demais isso, porque não são pessoas que conhecem a nossa realidade. Se ela soubesse o quanto é difícil sair daqui para enfrentar a cidade grande em busca de uma formação, ela não diria isso. Mas quero, de coração, pedir aos Senadores, porque acredito nesta Comissão, uma Comissão verdadeira, porque conhece a realidade do nosso Estado, porque são filhos de Roraima, que ergam essa bandeira.

Nada mais tendo a falar, quero dizer o meu muito obrigado a todos. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido a fazer uso da palavra o Evanildo Lima Motta, vice-Presidente da Sociedade em Defesa dos Índios Unidos de Roraima – Sodiur.

O SR. EVANILDO LIMA MOTTA – Em primeiro lugar, meu bom-dia a todos.

Agradeço a vinda do Senador Mozarildo Cavalcanti, do Senador Augusto Botelho, a presença da Polícia Federal e também do Exército brasileiro. Enfim, agradeço a toda a Comissão aqui presente.

Eu só quero acrescentar às palavras do ex-Presidente, o Lauro, que as coisas estão ficando tensas aqui em nosso município. Quero pedir aos Senadores para levarem ao Presidente Lula que as comunidades indígenas não aceitam a homologação de forma contínua. Tem de ser uma demarcação justa com progresso, com agricultura, pecuária.

Então, peço ao senhores que levem isso com carinho para o nosso Presidente Lula, porque todos aqui são eleitores. Eles não estão se escondendo. São homens batalhadores. Por isso, peço às autoridades aqui presentes que levem isso com carinho.

Eu, como vice-Presidente da Sodiur, falo pelos tuxauas, que estão aqui presentes. Eles não estão aqui apenas pela comida. Eles estão defendendo a nossa Pátria que está sendo entregue àqueles estrangeiros. Por isso eu digo, Srs. Senadores: levem isso com carinho.

Quero dizer mais uma coisa. A nossa fiscalização do Contão é legal, mas as coisas estão ficando tensas. Está faltando comunicação na fiscalização que está ali no Contão. As pessoas do CIR que estão passando estão criticando. Ontem, passaram dois ônibus, um comboio com oito transportes e, do último que vinha passando, alguém deu três tiros. As coisas estão ficando tensas. Os senhores e a Polícia Federal pensem com carinho, pois essas coisas não são

brincadeira. Por isso, estamos pedindo, senão vai haver derramamento de sangue. Chega de abuso! Não agüentamos mais!

Senador Mozarildo Cavalcanti, Coronel da Polícia Federal, peço que vejam a questão com carinho. Vamos fazer um documento e enviá-lo. Não queremos este tipo de abuso: críticas, piadas sobre os índios que estão fiscalizando. Não queremos que o estrangeiro entre. Se o estrangeiro for barrado vai ser pego e devolvido. Para brasileiros e índios a passagem é livre. Para os estrangeiros, negativo; vamos barrá-los e mandá-los embora para as suas terras. Os índios não estão invadindo a Itália, a Europa. Ninguém está indo para lá. Estamos permanecendo em nosso município. Por isso, queremos a demarcação justa, humana, com um intuito definitivo. É o que peço dos senhores. Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero convidar, para fazer uso da palavra, o tuxaua do Flexal, Sr. Abel Barbosa.

O SR. ABEL BARBOSA – Bom-dia a todos!

(Pronunciamento em língua indígena.)

Bom-dia à Prefeita Florany Mota, de Uiramutã; bom-dia ao Senador Mozarildo Cavalcanti e também ao nosso segurança; ao Presidente da Câmara; ao Senador Agusto Botelho e aos demais, à Mesa, quero perguntar: vocês vieram para ouvir a gente? Vocês não vieram só para levar mentira, não é? Os repórteres não têm levado a verdade, não, mas a mentira. Às vezes, a gente fala a verdade, e eles trocam pela mentira. Por isso que não quero que vocês, repórteres, vocês aí que estão me filmando, senadores, prefeitos, os demais, Polícia Federal, que ninguém leve mais mentira. Queremos a verdade; queremos trabalhar, somos brasileiros daqui de Roraima, macuxis nascidos aqui. Meu avô está morto ali no Flechal. Dali não saio; só saio se for morto. *(Palmas)*

Por isso, peço para que vocês levem isso ao conhecimento do Presidente, porque somos eleitores dele. Dei meu voto para o Lula, Luiz Inácio Lula da Silva.

E quero dizer a vocês: se o padre entrar aqui, ele vai entrar na flecha. Está aqui! Está aqui! Esta taquara aqui não é brinquedo, não. Se a área única sair está aqui para tirar a tripa da Funai, como a dos demais também. *(Palmas)*

Tenham muito cuidado com vocês se deixarem a área única sair, como alguns estão querendo. Por que o Presidente está querendo vender esta população igual animais; igual vendem um boi, igual vendem uma vaca? Por que será? Por quê? Não vê a situação dos índios? Por que ele não financia projetos para os índios trabalharem, para que Roraima tenha feijão, tenha criação de boi, de vaca, de porco, o que for? O índio é capaz de aumentar, trabalhar, mas não roubar a vida dos outros como os outros roubam. O povo ensinou os índios a roubarem! Isso, ninguém quer, Senadores!

Levem isso para o Presidente. Se eu pudesse ir lá, eu ia lá falar com ele pessoalmente. Mas eu não posso. Se vocês dissessem que iam levar os tuxauas para conversar diretamente com o Presidente seria muito bom, Senadores. Vocês que estão com o poder na mão poderiam ajudar. Porque nós não podemos, os índios aqui; mas nós lutamos pelo nosso direito, porque somos brasileiros, roraimenses daqui do Uiramutã. Então daqui ninguém arreda o pé. Se alguém for xingar a gente, como eles estão falando aí, não vamos agüentar. Se a área única sair e alguém chegar e dizer que vão mandar em nós, o que vai acotencer? Como não somos filhos de ninguém, eu pego o meu arco e flecho eles. Aí, quem vai ser o culpado? O Presidente, que assinou o documento. Entendeu? É isso que não queremos. *(Palmas)*

Essas pessoas aqui que são autoridades, que guardam essa fronteira, eles querem botar a gente para fora para quê? Não somos brasileiros? *(Palmas)*

Agora, peço que, de agora em diante, levem a verdade para o Presidente, Senador Augusto Botelho e Senador Mozarildo. Os senhores têm que levar isso para ele, porque os índios estão bravos. "Tenha cuidado contigo mesmo!", eu disse para ele, porque, um dia, se Deus me der oportunidade de ir até lá, isto aqui vai entrar nele, se demarcarem a área única. Eu estou falando isso. E ninguém quer isso. Eu quero que ele veja a nossa situação. Nós queremos trabalhar. Nós queremos desenvolvimento em nossa maloca.

Este meu filho estuda já, está estudando. Tenho um filho que se formou agora, este ano. Se a área única sair, onde eu vou colocar esse meu filho? Mandar para Boa Vista, para virar um marginal, para ficar destruindo o que é dos outros, para roubar o que é dos outros? Negativo. Eu não quero. Eu quero educação. *(Palmas)*

Para quê? Está aqui um exemplo: um dia ele vai servir quartel para ficar em Uiramutã ou para onde eles mandarem. Então, é isso que eu quero. Ouçam a população daqui e levem a verdade. Não inventem uma coisa.

Nós fizemos uma reunião em Boa Vista; mais tarde fizeram reunião com outras pessoas e levaram a mentira no lugar da verdade que nós tínhamos explicado para eles. Naquele dia, o senhor estava lá também.

Então, é por isso que eu estou dizendo. Eu acho que eles levam a mentira pelo dinheiro; não é outra coisa não. A Polícia Federal também é a favor dessas pessoas. Eu digo isso mesmo. Eles são a favor por causa do dinheiro que recebem. Isso aqui, eu garanto.

Eles não vão dizer que é mentira. É dinheiro; é dólar na mão que corre na mão deles. Da Funai também. Eu odeio a Funai. Eu odeio mesmo. *(Palmas)*

Por isso é que eu estou dizendo: tenham muito cuidado porque o Flexal está lá, e aqui estão os guerreiros. Para atacar matruca não vai custar não, se a área única sair. Eu estou falando. O Padre que correr vai entrar na bala também.

Então, obrigado por tudo. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Chamo agora Dona Avelina, representante das mulheres indígenas, já que apenas homens falaram.

A SRª AVELINA –

(Pronunciamento na língua indígena.)

O SR.(??) ***(tradução)*** – Bom-dia, senhoras e senhores, especialmente os membros da Mesa, que não ouviram, mas a Dona Avelina está dizendo que nos reunimos aqui não para falar de coisas boas, mas para falar de coisas ruins.

E quem foi que introduziu essas coisas ruins no nosso meio para que estivéssemos hoje tratando delas? Foi o Padre Jorge. Ela disse: "Chegou um bicho e não sabíamos quem era esse bicho". Era o Padre Jorge, que, por dois anos, se passou como uma boa pessoa, sendo um bom homem e um bom padre. No terceiro ano, ele passou a ser um mau padre e começou a autorizar os indígenas a roubarem gado. O primeiro tuxaua do Maturuca era o sogro dela, que nunca obedeceu a ordem do Padre Jorge. Mesmo que ele mandasse matar o gado do Jair e do seu Galego – ela o citou –, ele nunca obedeceu.

Mas, para que ele conseguisse realizar o que queria, ele formou o Jaci, que hoje é coordenador do CIR e, através do Jaci, ele conseguiu comer, mandar matar – e mataram – muito gado do Jair e do Sr. Galego, do Sr. Barroso e de tantos outros fazendeiros. De lá para cá, começou essa maldade.

Esta espada aqui é do sogro dela. Ele foi para Manaus, onde passou um ano e recebeu a espada, o chapéu, o uniforme completo, e, sozinho, conseguiu administrar a região – era um tuxaua; não tinha outro tuxaua no Maturuca. Então, quando Jaci chegou, o pai adoeceu e ele passou a espada para o filho dele, o Lauro. Depois do tuxaua Lauro, ainda quando estava formando o Jaci – houve um ponto de transição que não deu para eu entender bem –, ela disse que o marido dela adoeceu e ficou muito magro até morrer. Quando estava para morrer, ele passou a espada para ela e não para o filho Sinval, que está aqui – levante a mão, Sinval –, porque ele ainda era menino. Ele disse a ela que não ia passar a espada para o filho porque eles poderiam pegá-la e matá-lo com ela. Por isso, deixou com ela; ele sabia que iria morrer, certamente.

Por isso, ele deixou com ela e, hoje, está com o filho dele, o Sinval. Então, esse mal começou de lá. A história é longa, muito grande, mas ela está contando um pouquinho. Essa espada foi dada pelo Marechal Rondon, na sua primeira vinda aqui, quando pegou vários índios para fazer o marco entre Brasil e Venezuela. Ele foi um dos membros que trabalhou, inclusive alguns carregando cimento nas costas, do São Marcos até o Monte Roraima. Por vários meses, eles caminharam para chegar ao Monte Roraima. Inclusive, um senhor que morreu em 1998, no Contão, disse que iria andar do Monte Roraima até o marco 8. De lá, outra equipe de índios foi trabalhando. Nesse período, o Marechal Rondon deixou esta espada aqui para o tuxaua do Maturuca, na época o Meriquió, depois ficou para o tuxaua Lauro e, depois, com a mulher do tuxaua Lauro, e está hoje com o tuxaua Sinval, que ainda a preserva e a guarda.

Alguns perguntam por que ela está guardando esse objeto dos brancos. Ela está guardando porque tem um significado incomensurável, possivelmente. Isso aqui significa muita coisa, principalmente do ponto de vista dela. Quando o seu marido, o seu sogro era um tuxaua, havia ordem e, depois que o padre Jorge chegou e botou o Jaci, está esta bagunça. Ela disse num auditório que ele era ladrão e que ninguém sabia disso. Ele ensinou as pessoas a roubarem.

Quero fazer um esclarecimento, como nesta vinda do GTI e na do GTE o povo indígena não me ouviu falar, eles ficam me cobrando para que eu fale, por ter sido nomeado para isso. Mas falei ontem no grupo, lá no gabinete, na sala de reunião, e este povo, este mesmo povo aqui sabe da minha fala, do meu discurso, do meu ponto de vista, dos nossos princípios, das nossas convicções, da nossa fé, da nossa esperança. Temos certeza absoluta de que este povo aqui está lutando por uma questão de consciência, pois todos foram educados como cidadãos brasileiros, como eu fui, como todos aqui foram, e defendem a bandeira da Ordem e do Progresso, defendem o Hino Nacional, defendem os símbolos nacionais.

Por isso, Srs. Senadores, vejam, quando o tuxaua Evanildo disse: "senhores, vejam com carinho", uma senhora do Socó falou: "Que carinho nada! Vá fazendo isso logo; vá dando porrada aí, pelo menos eles vão tomar alguma decisão. Não veja com carinho, não. Entre duro". Ela estava dizendo. "Façam não com carinho, mas com muita raiva mesmo". Ela está achando que, se as pessoas olharem com carinho, não vai funciona; tem que ser duro mesmo. Como está sendo

o tuxaua Abel. O Abel, realmente, está revoltado; e não é só o Abel, não.

Aqui, se parassem no Contão, iriam ouvir a mesma coisa. Na Raposa, certamente os senhores ouvirão coisa semelhante, porque já passou o momento de agüentar muitos abusos, como disse o próprio tuxaua Evanildo. Somos muito tranqüilos, mas chegamos ao limite e nós vamos também tomar algumas decisões.

A Dona Avelina deixa, com muita precisão, esse problema, a origem do problema, e vocês devem levar e saber: a única comunidade, a única, a maior comunidade do CIR que defende a área contínua é o Maturuca, que os senhores certamente vão sobrevoar. É a única, mas é onde está sede da Igreja da Diocese de Roraima. É a única, não existe outra maior que ela **(falha na gravação)**, nem maior que a Raposa, nem maior que Napoleão. *(Palmas)* É uma comunidade pequena, só se torna maior porque há uma estrutura da Igreja lá. Por isso, é um grupinho pequeno, dominado por italianos, como ela disse. Conseguiram formar o Jaci para lutar contra os fazendeiros todos e para trazer os americanos e os italianos para cá – foi o que ela disse. Eles conseguiram educá-lo para que lutasse contra todos os fazendeiros e trouxesse para cá os estrangeiros. Por isso, essa é interpretação, a realidade que ela viu, que ela acompanhou e que hoje ainda está havendo, esse problema que não existia.

Portanto, muito obrigado e bom-dia a todos. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Embora estejamos com o nosso horário esgotado, quero ainda conceder a palavra ao tuxaua Amazonas, da Nova Vista, para fazer uma breve apresentação.

O SR. AMAZONAS – Quero dar bom-dia a todos, ao Senador Mozarildo; ao Senador Augusto Botelho; ao Coronel do Exército, à Prefeita Florany Mota; ao Prefeito Nivaldo, nosso amigo de Normandia; à Mesa do Senado que está aqui conosco; à Polícia Federal – não sei mencionar o nome de todos e isso alongaria demais esta espera, estando todos sentados aqui. E, com certeza, já estamos cansados.

Mas há o anseio de falarmos, de nos expressarmos, de demonstrar o nosso sentimento, de expressarmos aquilo que corre nas nossas veias, no nosso sangue, na emoção de cada um que mora no Uiramutã, aqueles que escolheram este lugar, este município, do qual todos contemplam as belezas, as paisagens que Deus criou, para viver. E ninguém tinha escrito no ventre da mãe o lugar para onde iria. Mas escolhemos esta terra bonita, boa para se viver, o Uiramutã, e este povo luta porque quer viver aqui.

Nós, índios, estamos com a bandeira do Brasil; somos nós índios que estamos com a bandeira da defesa desta terra. Iremos defendê-la com unhas e dentes, com coragem, porque somos brasileiros e não vamos nos acovardar diante de pressão nenhuma. Quem já passou por aqui falou que não vamos nos acovardar; nós vamos enfrentar. E vocês são os nossos legítimos representantes, eleitos para nos defender e nos representar no Senado Federal. *(Palmas)*

Nós aqui somos eleitores. Tenho certeza de que escolhemos pessoas competentes, Senadores e Deputados que estão em Brasília, para nos representar. Quero que vocês levem, como disse aquela senhora, a nossa revolta, o nosso sentimento, que chegou ao ponto de ocupar o centro – o sentimento que é o âmago do ser humano –, que está na pele e está sendo colocado para fora, desse povo de quem você vê a cara de sofrimento e de tristeza, mas que tem uma esperança viva no seu semblante. Quero que vocês levem isso ao Senado.

Quando estávamos votando, estávamos escolhendo homens competentes, legítimos, para nos representar. Mas alguém está dizendo que estamos sendo manipulados. Não! Porque escolhemos pessoas para nos representar no Senado; na Câmara Federal; aqui, na Assembléia Legislativa, no Município de Uiramutã – Prefeita e Vereadores foram escolhidos por nós. Creio que não escolhemos nada errado. Foi a nossa escolha. Então, quero que vocês levem isso.

O Exército está aqui presente. O que significa o Exército para nós? Segurança. E não há dinheiro que pague segurança, não é verdade? Não há dinheiro que pague a segurança. Então, eles estão aqui porque o Exército é médico, é saúde, é aquele parceiro que pode nos buscar na montanha, porque eles são preparados para buscar as pessoas muito distantes. Isso nós sabemos. Então, estamos aqui defendendo a nossa Pátria, a nossa soberania. E não vamos dar isso a ninguém. E escolhemos uma Bancada, escolhemos essas pessoas. O Brasil escolheu essas pessoas para nos representar. O Governo Lula, o Presidente Lula, foi votado pelos índios na esperança de que tivéssemos um Brasil para todos. Mas não estamos achando. Parece que não é para todos. E queremos para todos.

Aqui, onde se forma um triângulo que se chama Brasil, está o voto para ele. Levem isso para ele, porque não temos oportunidade de ir até lá para expressar nosso sentimento. Porque bonito é quando você olha dentro dos olhos do outro e percebe o sentimento, a emoção de cada um, o que está sofrendo na pele, como nós aqui estamos vivendo. Ouvir discurso de longe é como apenas ver uma montanha; enquanto não se sobe nela, não se sabe o sacrifício que é para chegar lá em cima. Gostaria que chegássemos – não todos – ao ponto de conversar com o Presidente, para

ele olhar nos nossos olhos, porque, dessa forma, é fácil identificar e conhecer quando a pessoa está falando a verdade ou não. É fácil identificar o sentimento olhando um para o outro, dentro dos olhos. E este povo está dessa maneira aqui, como não queremos, e vamos defendê-lo.

Se eu for eleito tuxaua, vou defender o meu povo, a minha família, os meus filhos, este povo que, muitas vezes, não têm oportunidade de falar. Se cada um deles tivesse oportunidade de se manifestar, ouviríamos diversos depoimentos sobre o que estão sentindo na pele. Quero agradecer. Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tenho a honra de anunciar agora a palavra da Prefeita Florany Mota.

A SRª FLORANY MOTA – Bom-dia a todos.

(Expressões ditas em língua indígena.)

Exmº Sr. Senador da República Augusto Botelho, parente nosso; Senador Mozarildo Cavalcanti; Coronel Speck, por intermédio de quem cumprimento os demais tripulantes; pessoal da Comissão; Polícia Federal; nosso amigo Jonas, tuxaua Jonas, professor, que representa aqui o grupo de trabalho técnico do Estado que está tratando dessa questão da demarcação – Desde quando, Jonas, vocês estão trabalhando? Desde julho do ano passado. Essas pessoas trabalham muitas vezes no anonimato –; Evanildo, vice-presidente da Sodiur; Presidente da Câmara de Vereadores de Uiramutã, Deputado Tácito Cunha; Vereador Edmar; Vereador Bernardo; Sr. Wilson Jordão, Secretário Adjunto, meus cumprimentos.

Quero cumprimentar todos os moradores de Uiramutã. Cumprimentar também o Sr. Galego, o Sr. Zélio Mota, enfim, todos os descendentes de Severino Mineiro que aqui estão; o Sr. Manoel Rufino, de cabeça branca ali atrás, que vive numa enorme angústia – uma salva de palmas para o Sr. Manoel, que é um lutador –; o Sr. Adolfo Verneu; o Sr. Castro. Essas são as pessoas daqui, Comissão, e os senhores têm uma responsabilidade muito grande de relatar o que ouviram e viram. E eu gostaria de deixar aqui alguns registros importantes. Essas pessoas moram há mais de 50 anos em Uiramutã. São pessoas que fazem parte da história do Uiramutã. E, hoje, o que nós sentimos aqui é a história do Uiramutã escorrendo pelo ralo. É um desrespeito o que estão fazendo conosco.

Estou vendo agora aquele cartaz: "Por que deixar o Uiramutã chegar a esta calamidade, nossos representantes?"

Ontem, fiqei impressionada com o que disse o Senador Jefferson Péres: "Temos que atirar no alvo certo". Se atiramos no alvo errado, nós perdemos a batalha, não é isso, Coronel? E o nosso alvo aqui não são nossos representantes, até porque todos se posicionaram a favor da permanência do Uiramutã, a favor da permanência de Pacaraima. *(Palmas)*

Mas nós nos sentimos sem condições de resolver. É uma vergonha! Nós, sendo políticos do nosso Brasil, nos sentimos imobilizados numa decisão como essa.

Eu sou do PT, sou sim, mas discordo do posicionamento do Governo Federal. Já explanei isso muitas vezes e fui respeitada. O senhor sabe por quê? Porque nós que vivemos aqui é que sabemos da nossa realidade.

Foram essas pessoas que tiveram que sair daqui e deixar tudo o que fizeram, o que construíram com o seu próprio suor, como o Sr. Castro, que está hoje aí, e que vivia numa fazenda; como o Sr. Galego, que teve que se mudar com todo o seu gado lá para o Amajari; como outras pessoas que também tiveram que sair daqui. Será que elas não têm o direito adquirido? E onde fica o direito originário previsto na Constituição Federal? É melhor rasgar a nossa Constituição Federal, caso acabem com um município como Uiramutã. *(Palmas)*

O Uiramutã foi criado como precedem os artigos da Constituição Federal, mais precisamente o art. 18 da Constituição Federal, que diz como tem que ser criado um ente da Federação. **(falha na gravação)** Plebiscito?

(Manifestação dos ouvintes – Foi!)

A SRª FLORANY MOTA – Vocês votaram "sim" para o Uiramutã?

Votaram? Quem votou "sim" para o Uiramutã levante a mão.

Então, são os moradores. Nem aqui eu estava, nessa época. Mas eles lutaram para criar o Uiramutã. E agora, simplesmente querem extingui-lo do mapa? E o nosso direito, doutor, onde é que fica?

Essa parte foi habitada em 1908. Começou no Socó em 1908, com o Severino Mineiro. Estão aqui vários dos seus descendentes: Dona Maria; Dona Severina; todos aqui.

Em 1911, foi fundado o Uiramutã. E, pasmem, chamam-nos de corrutela. Sem ter preconceito contra ninguém, corrutela é lugar onde há bebidas, prostitutas, não é isso? E nós não somos prostitutas, não! Nossas mães não são isso, não! E diz bem o Dr. Rodolfo em todas as suas colocações: são mulheres muito sérias, que trabalharam e ajudaram seus maridos, criando os seus filhos nessa dificuldade. *(Palmas)*

Antigamente, nós andávamos a cavalo aqui. Para sairmos lá do Caraparu, Santo Antônio do Pão, tínhamos que atravessar o rio Cotingo, esperar os cavalos

secarem, para dormir lá no Araio, não é isso, Sr. Galego? E hoje estamos nessa facilidade. Temos nossas dificuldades e querem, de repente, acabar com a nossa história! Acabar a nossa história? Não. Pelo amor de Deus, isso não.

Vamos lutar sim, como já estamos lutando, e o Senador acabou de nos falar, agora há pouco, no recurso que deveremos entrar. Temos uma vantagem – considero vantagem –, que é o Processo de Ação Possessória. Toda vez que chega a Brasília, a Funai o retira, porque tem medo que seja decidido antes da homologação. A Ação Possessória é para que se devolvam as terras para a União. Então, todas as vezes que esse processo chegava ao STF – Superior Tribunal Federal, a Funai entrava com um agravo e o tirava. Por quê? Porque tem medo, porque não está do lado da verdade. Porque é o primeiro órgão que trabalha contra os direitos e faz diferenças entre pessoas. É um órgão que vai contra o art. 19 da Constituição Federal, que diz que nem o município, nem o Estado, nem a União podem fazer diferença entre pessoas, discriminações de pessoas.

Mas a Funai é a primeira a fazer discriminações; quem não se compactua com sua política suja e direcionada é discriminado, como estão sendo nossos parentes aqui. Quer dizer que quem pensa como a Diocese de Roraima recebe um tratamento, e quem não pensa recebe outro? Que história é essa? A Funai, infelizmente, aqui no Estado de Roraima, trabalha desse jeito; não sei por aí.

E quem decide a questão da homologação – por isso temos que falar do alvo certo –, primeiro, é o Presidente da Funai e, segundo, o Ministro da Justiça. Depois o Presidente homologa.

Esse tal de Mércio nunca sequer pisou em Roraima e já tem sua decisão; então dá entrevistas falando em minoria, maioria. Pise aqui primeiro para fazer um relatório; pise aqui e venha ver a dificuldade e o conflito que vivemos aqui. Venha aqui, como a Comissão de Senadores que aqui está, respeitando o nosso município, respeitando a nossa história, respeitando o nosso povo.

Inclusive ontem, estiveram aqui um Senador do PT e o Senador Jefferson Peres, do PDT. O próprio Senador do PT falou isso.

Então, temos nossas discordâncias, dentro do próprio Partido.

Temos que lutar, primeiro, pela questão do direito **(falha na gravação)** temos aqui **(falha na gravação)** não tem nada que sair daqui. E agora ficaremos à mercê, por exemplo, como a Professora Adelaide e o Sr. Francisco – Cadê a Professora Adelaide? Ela é casada com um piauiense, que é o Francisco Valdiná, e deu uma entrevista dizendo: como vou fazer? Vou ter que sair daqui. E o Jaci tem que decidir se ela fica ou se ela se separa? Por quê? Porque ele é caraiuá e vamos ver se é bom ou ruim? Isso é Brasil? Isso não é Brasil! Temos que tratar o Brasil com mais respeito. E é isto que queremos: ser tratados com mais respeito.

Gostaria que a Comissão relatasse essa questão do absurdo de se tirar inclusive o quartel daqui. Estamos numa área de fronteira. Não há quem tire; a questão da soberania nacional é sagrada.

O município do Uiramutã é indissolúvel perante a Constituição Federal, a não ser que rasguem essa Constituição e façam outra. Mas, é indissolúvel. E vamos lutar como? Na Justiça, até o último momento, como já estamos lutando, como já estamos batalhando. Ganhamos apenas uma ação – a primeira –, em agosto, e foi publicada em dezembro. Falta a segunda. No STF, estão os Ministros Maurício Correa, como Presidente, e Nelson Jobim, como vice-Presidente, que são pessoas capazes, e já nos deram parecer favorável, em 1996. Se tiverem mais quatro votos, adeus. Podem fazer o que quiser. Eles conhecem a nossa realidade; vieram aqui, foram a Água Fria, vieram aqui ao Uiramutã, foram ao Maturuca, foram a Socó e a várias outras comunidades, e conhecem a nossa realidade.

E é por isso que a Funai tem medo que se julgue no STF. Não temos medo, porque acreditamos, primeiro, na Justiça Divina e, segundo, no bom senso dos juristas que estão aqui coordenando o nosso Brasil. *(Palmas)*

Então, gostaria apenas de deixar essas palavras e dizer da angústia que vivemos no dia-a-dia. Ser prefeita de um município distante, do interior é difícil; está aqui o Sr. Nivaldo que pode falar também sobre isso. Mais difícil ainda é ser prefeita de um município que vive num conflito como este. Para construir uma escola, que é um direito, passamos oito meses na Justiça – e a escola embargada aqui. Não é fácil, não!

Tivemos um recurso na Funai, mandado pelo Deputado Salomão Cruz, na época, para construir uma casa de estudantes, a fim de minimizar o sofrimento desses jovens que vêm das comunidades indígenas para estudar aqui. Víamos os jovens querendo estudar e a dificuldade do nosso município, e simplesmente embargaram a construção de uma casa de estudantes, então só podemos pensar que esse pessoal não é de boa fé. Tudo para ser construído aqui é conseguido na Justiça. Nós gastamos mais com advogados e nessas mobilizações do que com outras coisas. Esse dinheiro poderia ser utilizado para ampliar projetos nas comunidades, para colocar água encanada nas comunidades. Mas não! Gasta-se com vôo, com mobilizações, com combustível.

Na semana que vem, virá outra Comissão e nós teremos que estar muito mais mobilizados. Ficamos tão sufocados, que nos dá uma angústia enorme. Mas o Deus que eu sigo é o Deus verdadeiro, e tenho certeza de que vamos vencer, minha gente. É difícil! As pessoas, às vezes, dizem que é impossível. Impossível nada! Dói no meu coração quando me dizem: "Ai, acabaram com o Uiramutã!" Não, não vão acabar desse jeito, não! Não vão acabar com a nossa história, com a nossa Pátria. E nós vamos lutar até o último momento. A nossa guerra é contra a Funai e contra a Diocese, e não contra os nossos representantes que estão a nosso favor. E pode ficar bem clara essa situação.

Um grande abraço a todos vocês. Muito obrigada. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido o Senador Augusto Botelho para dizer algumas palavras a todos nós.

O SR. AUGUSTO BOTELHO – Minha gente do Uiramutã, Srs. membros da Comissão, Sr. Massaranduba, cidadão mais antigo do município, minha posição com relação a isso é muito clara. Mas fico feliz porque a Comissão e alguns oficiais do Exército brasileiro estão ouvindo a explanação sobre a situação em que este povo se encontra.

Temos lutado contra a mentira. A mais recente foi aquela do Presidente da Funai, que disse que apenas 20% das pessoas que vivem na Raposa-Serra do Sol são contra a forma que as ONGs querem demarcar nossas terras. Mas acredito muito nas pessoas. Todos aqui vivem do seu trabalho. Todos aqui botam comida na boca de seus filhos com o suor de seu rosto. *(Palmas)*

Eu acredito ainda – digo "ainda" porque, se sair do jeito que as ONGs querem, não acreditarei mais – que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é um homem que também era um trabalhador como qualquer um de nós, vai respeitar o sentimento a posição de vocês. Se se tirar um cidadão daqui, tem-se que pagar uma indenização para ele, mas vai colocá-lo onde? Para onde ele vai?

Eu, pessoalmente, tenho um sentimento muito ruim com relação a tirar as pessoas de suas casas, porque vi aquele homem que era dono da ilha de Itamaracá, um homem bem simples – a ilha de Itamaracá foi a primeira zona ecológica criada aqui no Estado de Roraima –, morrer como mendigo num pronto socorro, de tanto sofrer, e sem ter recebido sequer um tostão de indenização. Por isso, não acredito – quem quiser acreditar que acredite – que vão pagar indenização para as pessoas, se acontecer de tirá-las daqui. E por que não pegam apenas a metade do dinheiro que seria gasto com indenização para aplicar nas comunidades indígenas? Não é para melhorar a vida dos índios que querem fazer isso? *(Palmas)*

E por que não fazem plebiscito? Porque sabem que a maioria das pessoas é contra o que as ONGs desejam.

Nós respeitamos as pessoas. E também acredito muito em Deus. Sou religioso, sei que todos nós somos iguais. A Igreja que freqüento erra quando começa a tratar as pessoas diferentemente. A nossa alma é uma só, e cada uma responderá pelo que fez na outra vida. Acredito muito em Deus e na Justiça. Por isso quero que vocês continuem assim: amando esta Pátria, esta terra que nós todos amamos, da qual nós todos gostamos. *(Palmas)*

Lutem, gritem, esperneiem, façam o que têm que fazer, que nós, eu e o Mozarildo, temos repetido o discurso feito aqui para todos os Senadores lá, em Brasília; repetimos com outras palavras, mas o conteúdo é o mesmo, ou seja, que queremos que esta gente seja respeitada como gente, como cidadãos brasileiros, como filhos de Roraima, como filhos do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para encerrar a reunião de hoje, quero dizer a vocês que sei que todo mundo – e me incluo nisso – está cansado de tanto lutar, de tanto falar às autoridades em Brasília e aqui, de todas as formas, seja na tribuna do Senado, sejam os Deputados na tribuna da Câmara, seja o Governador indo aos Ministérios e ao Presidente da República, sejam vocês em várias reuniões feitas aqui. No entanto, parece que o que falamos não tem valor, o que parece verdade é o que a minoria fala, o que as ONGs falam – e digo isso porque fui Presidente da CPI das ONGs e vi quanta molecagem existe nessa história de ONG no Brasil. Então, precisamos, efetivamente, tomar uma posição definitiva, que não seja mais só a posição da Bancada de Roraima. E foi por isso que resolvemos formar esta Comissão no Senado. Nesta Comissão, há apenas dois Senadores de Roraima, oficialmente, eu e o Senador Romero Jucá. O Senador Augusto Botelho cedeu a vaga dele para o Senador Jefferson Péres, que é do mesmo partido, justamente para trazer um Senador de outro Estado para ver a nossa realidade. Veio também o Senador Delcídio Amaral, que é do PT do Mato Grosso do Sul, que conhece esse problema porque, no seu Estado, também há muito, embora seja um pouquinho diferente. O Senador João Ribeiro, que é do Tocantins, também está na Comissão, mas não pôde vir por questões de saúde.

O importante é que esta Comissão não é apenas um grupo de Senadores que resolveu vir a Roraima, não; é uma Comissão designada pelo Senado da Re-

pública. Portanto, é a representação do Senado para apresentar o nosso parecer, o nosso relatório e, a partir daí, o Senado tome uma posição sobre a questão – e a posição agora está mais próxima do que nós vínhamos lutando há muito tempo.

Vocês podem perguntar o que nós podemos fazer. Ora, o Senado e a Câmara podem fazer uma Constituição; o Senado e a Câmara podem aprovar uma lei; o Senado e a Câmara podem aprovar, por exemplo, o Orçamento com o qual o Presidente da República governa o Brasil; o Senado e a Câmara podem mudar a Constituição; o Senado e a Câmara podem alterar a legislação e o Senado e a Câmara podem pressionar o Poder Executivo – aí leia-se o Presidente da República – e o Ministro da Justiça, para que façam justiça. O que estamos pedindo não é nenhum favor; o que estamos pedimos – nós ouvimos de todo mundo – não é nenhum favor. Estamos pedindo apenas que se faça justiça, o que, na verdade, é muito pouco. Pedimos que se tire apenas 327 mil hectares de uma área imensa de 1,7 milhão de hectares que querem demarcar, onde há várias etnias diferentes. Para quê? Para resguardar a sede dos municípios, as vilas, as estradas e algumas áreas produtivas – olhem que já estamos dizendo algumas áreas produtivas, porque a maioria, infelizmente, nós já perdemos. Então, temos que garantir esse mínimo; e nós vamos garantir, mediante um acordo com o Poder Executivo, pressionando-o – e aí não é mais aquela história de pedir ao Poder Executivo, mas mostrar-lhe que temos uma posição.

Portanto, depois de feito e votado o nosso relatório, vamos fazer isso com a maior urgência possível, porque a questão da Raposa-Serra do Sol, dentre os problemas indígenas no Brasil, é de emergência. Já passou da hora de conversar fiado. Temos que agir com rapidez. Como eu disse: trata-se de um paciente no pronto-socorro. Nós temos consciência disso; não só nós da Bancada de Roraima, eu, o Senador Augusto, o Senador Romero Jucá, os Deputados Federais que virão na outra semana aqui. Então essas duas Comissões: uma da Câmara e outra do Senado vão, com certeza, encontrar uma solução.

Vejam bem, mesmo se acontecesse uma molecagem, de essa homologação sair antes do nosso trabalho, temos como rever isso, porque nada é irreversível. Ao contrário do que dizem aí, que homologada não se pode revisar, pode sim. Pode revisar até uma área que já tenha sido homologada há muito tempo. Podemos alterar a Constituição; podemos alterar isso também.

Graças a Deus, agora, Roraima não está sozinha nesta luta, porque começou a arrebentar problema no Mato Grosso do Sul, em Pernambuco, no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, então, os Parlamentares dessas regiões viram que o problema não é tão simples.

Vou dar um exemplo do Paraná. Recentemente, no Paraná, uma antropóloga foi fazer uma tese de mestrado e identificou lá oito índios de uma tribo já considerada extinta. Ela identificou esses oito índios, catalogou-os – era verdade que os oito índios pertenciam àquela tribo. Estavam na região de Umuarama, no Paraná. Estavam morando ali, e vários já eram funcionários, trabalhadores, quatro deles com curso superior. Ao todo, esses oito índios e seus filhos, eram 28 pessoas.

Pois bem, essa antropóloga apresentou uma tese propondo que a Funai demarcasse uma área para essa comunidade. A Funai está propondo fazer uma demarcação numa área onde há mil produtores rurais, que estão lá há mais de 80 anos trabalhando. Ou seja, o que acontece conosco está acontecendo lá agora.

Aí a revolta dos Senadores do Paraná veio, portanto, somar àquilo que nós vínhamos falando há muito tempo, ou seja, que tínhamos que resolver isso pacificamente; que nós nunca fomos contra demarcar terras indígenas; que apenas queríamos que se fizesse uma coisa razoável, equilibrada, justa. Mas não, deixou-se apenas uma entidade comandar; deixou-se apenas uma entidade ter direito de falar – só se ouve essa entidade. E queixo-me, a toda hora, na Funai, de que só se ouve uma entidade.

Quando vem aqui uma Comissão como a nossa, convidamos todas as entidades para serem ouvidas.

A entidade que promove a discórdia, que faz a confusão foi convidada para vir aqui, mas não compareceu. Mas deixo registrado que essa entidade, embora convidada, não compareceu.

Então, vamos fazer um trabalho sério, que leve em conta todos esses detalhes. Vai sair um relatório, votado pelos cinco membros da comissão, que será, portanto, a posição oficial, não apenas da Bancada de Roraima, mas do Senado Federal.

Portanto, quero dizer a V. Exªs que não percam a esperança; podemos já ter perdido algumas batalhas, mas não perdemos a guerra.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a sessão.

(TERCEIRA REUNIÃO.)

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Boa-tarde a todos os presentes. Chegou o momento esperado de receber essas autoridades aqui na comunidade, da Raposa.

Contamos com a presença dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, que, com certeza, todos conhecem. Com certeza, vocês tiveram votos na

nossa comunidade. Estão presentes também os assessores do Senado Bruno Dantas, Tarciso Dal Maso, Dulcídia, Rosber Almeida e os Delegados da Polícia Federal: Fabíola e Eduardo Fontes. São Delegados da Polícia Federal tuxauas. Temos aqui uma equipe do Exército: Coronel Paiva Roberto Neto, Coronel Speck e Major Vendramin.

Neste momento, gostaríamos de saudar as nossas autoridades com uma salva de palmas. *(Palmas)*

Sejam bem-vindos à nossa comunidade.

Também está presente o nosso Prefeito, Afonso Nivaldo, Prefeito do nosso município; o Presidente da Câmara de Vereadores do Município do Uiramutã. Ainda agora, estávamos comentando a importância da companhia dos Parlamentares municipais neste movimento, nesta articulação. Temos aqui também a presença do Presidente da Sodiur, Silvestre Leocádio.

Neste momento, vamos ficar de pé para a execução do Hino Nacional.

Convido o tuxaua Davi, que está com voz melhor, para puxar o Hino.

O SR. DAVI – Vamos para a execução do Hino Nacional Brasileiro como brasileiros mesmo. Vamos cantar.

(Execução do Hino Nacional.)

(Palmas)

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Vamos nos sentar para iniciar os nossos trabalhos.

Cumprimento o tuxaua Jonas. Seja bem-vindo à nossa comunidade.

Autoridades aqui presentes, a nossa proposta com relação à polêmica Raposa-Serra do Sol sobre a questão da homologação, se homologa área contínua ou descontínua, para fazer uso da palavra, convidamos o tuxaua Davi para colocar a sua proposta, o seu pensamento, uma vez que Napoleão é uma comunidade grande de 803 pessoas.

O SR. DAVI – Quero cumprimentar os Srs. Senadores da República do nosso Estado de Roraima, Mozarildo Cavalcanti e Dr. Augusto Botelho. Quero também saudar o nosso Prefeito Municipal de Normandia, representantes de Brasília, assessores do Senado, em nome do qual saúdo as demais autoridades que compõem esta Mesa e esta Comissão.

Na verdade, com relação a essa situação da definição da homologação da Raposa-Serra do Sol, aqui, neste município de Normandia, nesta região da Raposa onde moramos, todos nós somos a favor de que se homologue, se possível, o mais breve. Mas queremos qua seja de uma forma justa, de uma forma que toda a sociedade, seja ela índia ou não índia, tenha a sua dignidade de viver.

O que é isso? Com certeza, os senhores presenciaram, nessas três localidades por onde passaram, movimento maior do que esse. Mas fizeram de tudo para fazer esse movimento. Mas queremos dizer que, ainda com essa pequena partícula daqui, essa comunidade Raposa e do Napoleão e algumas comunidades vizinhas, como coloquei, somos a favor.

Mas que fique a sede do município, que fiquem as vilas, que fique o livre acesso às estradas, que haja desenvolvimento nas comunidades, que fique o 6º Pelotão que está aí defendendo as fronteiras brasileiras, porque nós somos brasileiros e nós nos orgulhamos também. Dentro do Exército brasileiro, existem índios que o compõem e que estão na defesa da sua Pátria, da sua Nação.

E, por isso, Sr. Senadores, Srs. representantes, queremos que levem a nossa mensagem. Mais uma vez, é a mesma mensagem. Está decidido e definido que nós não vamos abrir mão e dizer que queremos área contínua como quer a Funai e as ONGs. Não admitimos isso de forma alguma. Porque nós temos as nossas decisões. E a nossa Constituição brasileira assegura que nós temos que desenvolver, melhorar e progredir. Até a própria Lei nº 6.001, que é o nosso Estatuto, ampara e dá todas as condições para que as comunidades possam se desenvolver, mas não vemos nenhuma condição via o órgão que é o tutor do índio, a Funai. Pelo contrário, a Funai tem beneficiado a si própria enquanto as comunidades padecem necessidades, sofrendo no sentido de todo.

Por isso, nós somos a favor que seja homologada, sim, mas de uma forma justa, de uma forma, como coloquei, digna, porque nós não queremos de maneira alguma retroceder. Não queremos viver de forma alguma como um animal irracional, dentro de uma jaula. Porque aí está o exemplo da região de São Marcos já homologada. A oeste do nosso Estado estão os nossos irmãos e parentes ianomâmis; e ouvimos falar e assistimos à reportagens tristes.

Hoje, aqui não há nenhuma pessoa fantasiado, pintado, para mostrar ou para dizer que somos índios. Nossa característica, nossa maneira de ser já diz que somos índios. Então, por isso, nós precisamos, sim, que se defina isso. Caso seja mais rápido, melhor. Mas da forma como colocamos.

E sabemos que o Ministério Público, a Justiça e a Funai tampouco podem definir o nosso destino. Nós temos o direito de dizer aqui, e que esta mensagem seja levada mais uma vez ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça o qual se posicionou de uma forma equivocada, dizendo que nós somos 80% a favor da área continua. Nós não somos. Somos, sim, a favor que a área seja demarcada, homologada, mas

que permaneçam as áreas produtivas, porque também nós estamos sabendo que, pela lei, nós não estamos integrados legalmente. Mas, na convivência, já estamos integrados. E, um dia, estávamos discutindo isso em nossas comunidades, que nós queremos a emancipação, caso a Funai queira continuar assim, tutelando as comunidades indígenas. Queremos chegar a esse ponto, sabendo que a Constituição garante isso também a nós, porque somos cidadãos brasileiros, certo? É essa a mensagem que temos que mandar a Brasília.

Eu esperava tanto aqui os Senadores que não são de Roraima, mas não vieram.

Mas esperamos que o representante que não é roraimense, o que seja, que não foi eleito em Roraima, mas que também nos representa lá, possa dar essa mensagem.

O meu muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Obrigado, tuxaua Davi.

Convidamos agora o professor João Raposo, para falar sobre a homologação da Raposa-Serra do Sol.

O SR. JOÃO RAPOSO – Boa-tarde, comunidades vizinhas, em nome da qual saúdo todas as autoridades aqui presentes. Sejam bem-vindos à Raposa.

Na verdade, esperamos por muito tempo esta comitiva, que possa nos trazer esperança.

O tuxaua Davi já falou praticamente tudo, Srs. Senadores, Sr. Comandante, e só queremos reiterar essa esperança que nós da Comunidade da Raposa temos nessa homologação, seja contínua ou seja ela conforme já havíamos solicitado antes.

Mas, hoje, os Srs. Senadores levam a nossa mensagem, a nossa esperança, que queremos essa demarcação, essa homologação da terra. Queremos ainda mais: não queremos ficar à mercê desse envolvimento dos municípios do Estado, do País. Queremos escolas, queremos nossos filhos, que também galguem uma posição melhor.

Não está aqui o Senador Romero Jucá. Anteontem, nos honrou com a sua presença em nossa formatura lá no Palácio da Cultura.

Queremos o melhor ainda para os nossos filhos, para os nossos alunos, tomando uma posição como médico, como advogado, como administrador, enfim, queremos ser politizados, queremos algo melhor.

Levem nossa mensagem, Srs. Senadores, comandante, para o nosso Presidente Lula, que elegemos com a esperança de resolver o problema social, econômico, financeiro.

Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Representando a comunidade do Contão, vamos convidar o Sr. Lourival, para fazer uso da palavra.

O SR. LOURIVAL – Vou gaguejar um pouco, porque não tenho esse costume de estar falando.

Boa-tarde para vocês, representantes que vieram nos visitar e levar nossa mensagem.

Nas poucas palavras que vou dizer, vou confirmar o que os companheiros estão falando; vou com eles, vou com vocês, nós vamos nessa batalha. Nós queremos que vocês nos ajudem, porque estamos sofrendo, através dos outros, não através dos nossos amigos, não, mas dos outros adversários, que vêm lá de outros países que não sei nem onde fica esses países da ONG, sei lá de onde, que conversa cantando caveira dos outros. Ninguém quer isso não.

Nós somos brasileiros tanto como vocês brancos; nós, índios, pretos, somos brasileiros. Nós queremos a terra para os nossos filhos e para vocês, tanto para os índios como para os filhos de vocês.

É só isso a minha palavra. *(Palmas)*

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Para reforçar a comunidade do Contão, vamos convidar o tuxaua Jonas.

Jonas, você que é o grande líder do Contão, venha dar a sua contribuição.

O SR. JONAS – Boa-tarde!

Gostaria de dizer que o Contão realmente é uma das comunidades que está lutando, há muitos anos, em favor de uma convivência harmoniosa. Ontem já disse e agora vou ressaltar o que disse, porque os meus parentes não me ouviram.

Disse que nós defendemos uma área não contínua; nós defendemos uma convivência harmoniosa por uma questão de consciência, por uma questão de formação educacional. Fomos educados como cidadãos brasileiros e, como tal, entendemos que o Brasil foi formado – disse isso ontem – por pessoas da Europa, da Ásia, da África e por americanos, que somos nós, indígenas, não podemos fazer da demarcação um fator capaz de dividir os indígenas dos não indígenas ou os negros ou dos brancos. Não podemos criar uma situação como essa.

Precisamos buscar, a cada dia, uma solução que possibilite o nosso desenvolvimento, para que tenhamos base suficiente para desenvolvermos uma economia, uma educação. Não podemos jamais pensar nem imaginar isso.

Os senhores sobrevoaram uma área que já foi muito mais habitada do que está agora. Antes, tinha muito mais rebanho. Hoje não tem absolutamente nada.

Em 1988, fui professor entre o Maturuca e o Uiramutã. Ainda existia a Fazenda Bom Jardim, a Fazenda São Jorge, a Fazenda JP, a Fazenda São Luiz, a Fazenda São João, várias fazendas, Santa Luzia, Arais, Santo Antonio do Pão. Tudo aquilo ainda era formado

por fazendas naqueles anos. Em toda aquela serra que vimos hoje, desabitada, despovoada, sem rebanho, sem nada, tinha muitos rebanhos.

Ontem, vocês ouviram aquela senhora dizendo que os padres incentivaram, ensinaram, inclusive, os índios a roubar – ela usou esse termo.

Hoje, nós somos vítimas. Aqui, dificilmente, encontraremos uma comunidade que não tenha sido roubada por outra comunidade, principalmente por aquelas que foram educadas pelo Padre Jorge, como disse aquela senhora. Ele ensinou e ensinou a roubar muito bem. As pessoas roubam com muita eficiência, pois ninguém sabe quando elas fazem isso. É tudo muito rápido. Já dissemos que eles destruíram três torres, queimaram três pontes, derrubaram dez quilômetros de cercas, queimaram umas fazendas lá em questão de segundos. Ninguém viu. Quando amanheceu, tudo estava destruído. Não queremos isso. Já lutamos contra isso.

Toda a estrutura que existe hoje no nosso Estado foi construída até 1981. A RR que vai para o Uiramutã, para o Mutum, para Água Fria, para Normandia foi construída de 1981 para trás. De lá para cá, nada foi construído, nada foi estruturado.

Nós temos aqui uma quadra, como há em outras comunidades. Mas nós não queremos somente essas quadras ou algumas escolas. Nós queremos aquilo que constitui fator decisivo para qualquer povo desenvolver sua economia: estradas, transportes, energia elétrica, comunicação. Isso é que é decisivo, porque são fatores que proporcionam melhores condições de eficiência e produtividade aos setores da economia. É por isso que os indígenas estão lutando hoje. Por enquanto, eles estão idealizando, está na consciência, na idéia deles. Estamos tentando formalizar isso no papel. Estamos também tentando simplificar, fazer uma coisa mais compacta, o mai breve possível. Por isso que eu digo que isso é uma questão de consciência, uma questão de preparo. Os indígenas estão hoje pensando como capitalistas, mesmo que não o sejam. Estão pensando em ganhar dinheiro. Essa é a realidade.

Eu estou concluindo o curso de Matemática e já comecei a fazer o curso de Direito, assim como tantos outros também estão estudando. Esse é o caminho. Já dizia Mendes Pimentel que "o homem educado é fácil de ser dirigido, difícil de ser dominado e impossível de ser escravizado". Como nós não pretendemos ser escravizados por nenhuma pessoa, estamos buscando aquilo que realmente constitui elemento essencial para a libertação e para o progresso de todos os povos, índios e não índios, no Brasil como um todo.

Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Jonas, obrigado pelas suas palavras.

Convido o Silvestre, Presidente da Sodiur, para fazer uso da palavra.

O SR. SILVESTRE – Senadores, senhores e senhoras, comandantes, Delegados da Polícia Federal, quero aqui ressaltar que o índio de hoje – sempre falei isso – não é mais o índio de 500 anos atrás, é o índio de hoje e do futuro, do amanhã.

Até quero dizer, nós, da Sodiur, que essa população indígena de hoje tem uma articulação tão forte com o Exército, com o Coronel Sena, com o Coronel Monteiro e vários outro Coronéis, que conhecem muito bem o nosso trabalho, até porque temos hoje 49% da população indígena servindo o Exército aqui, em Roraima. Então, em todo o Brasil, a segurança nacional hoje é feita pelos brasileiros e, principalmente, pela população indígena. Quem mais defendeu o Brasil foram os indígenas. Então, não vejo por que se falar hoje em acabar com o quartel, com o município, com a vila, com a energia. Se fosse assim, não estaríamos embaixo deste galpão. Nós somos índios.

Tenho colocado isso como exemplo para qualquer Estado, para qualquer pessoa. Hoje, nós, indígenas, queremos produzir.

Até frisei anteontem e ontem, na reunião, que o Romero Jucá tem sete anos de Senado – e eu disse a ele –, e o que ele já fez em favor da população indígena? Ele foi presidente da Funai.

Então, eu disse lá que esta população não vai mais voltar atrás, esta população vai seguir para frente, não vai andar para trás.

Até porque, quero dizer para todos que esta situação de hoje é de responsabilidade do Presidente da República, porque ele se diz um patriota, um democrata.

Vocês sobrevoaram a área da Raposa-Serra do Sol, que é imensa. Muitas vezes alguém diz: o Silvestre quer dar terra para o fazendeiro, para o produtor, para o branco ou para o preto. Na realidade, não é isso. O que vejo hoje é que temos 9 milhões de hectares demarcados e eu mesmo, um Macuxi, não consigo percorrê-la toda porque não tenho liberdade de ir lá.

Hoje, temos a área de São Marcos, com 1 milhão e 600 mil hectares de área demarcada e homologada. Eu disse isso em alguns momentos. O índio de lá está passando fome. Se ele me disser que vende 1 kg de arroz, eu digo que é mentira dele. Quer dizer, isso, numa área que tem riqueza, tem água, tem madeira, tem minério, tem tudo...

Hoje, temos **(falha na gravação)** demarcar 1,6 milhão de hectares. Então, eu coloco isso porque fazemos parte da política pública, da política do desen-

volvimento, e essa política vai ter que continuar. Não vamos abrir mão.

Essa política é para que este povo cresça, porque este povo faz parte do Brasil, faz parte da economia, faz parte do desenvolvimento; é isso o que queremos.

O índio de hoje quer andar com dinheiro no bolso, quer andar vestido. Aqui não tem nenhum nu. E acredito que nenhum deles mais vai tirar a roupa para dizer que é índio porque está nu, mas sim porque a sua característica é de índio. Isso que é importante. Agora, eu, como índio, vou dizer que não faço parte da sociedade? Falo e como em qualquer mesa, seja na mesa do Governador ou na mesa dos meus parentes. Eu disse isto ontem: eu como comida indígena, mas também como a comida que o Governador come. Acho que não podemos fazer mais essa divisão daqui para a frente, até porque Roraima é Brasil também, não é diferente de outros lugares.

O que queremos mesmo, eu disse ontem, é que a nossa barreira continue fiscalizando o nosso Estado, o nosso território indígena. E quem tem que fiscalizar isso somos nós, porque, se deixarmos alguém fiscalizar, vai acontecer o que está acontecendo na área dos ianomâmis e em outros lugares.

Eu disse isto para o Procurador da República: Por que vocês acham que a gente não pode fiscalizar e os waimiri atroari estão fiscalizando? Fecham a estrada às 6 horas, e a estrada é uma BR nacional, e pode ser internacional, porque ela é de Manaus à Venezuela. Ele disse: Mas lá é terra dos índios. E eu disse: E aqui não é nossa? Lá é deles e aqui não é nossa?

Acho que o direito tem que ser respeitado. É ruim, disse ainda agora e digo: se o Presidente da República não resolver esse problema vai ter derramamento de sangue na área Raposa-Serra do Sol.

Nós temos um grupo que é o contrário nosso, e não vamos aceitar, até porque eles foram empurrados com a barriga por terceiros, e isso nós não queremos. Queremos contar com a Justiça; queremos contar com o Exército; queremos contar com a Polícia Federal; queremos contar com os Senadores; queremos contar com o Presidente da República para que isso seja resolvido de uma vez por todas. Porque aqui tem terra para produtor, para arrozeiro, para pecuarista, para fazendeiro, para índio plantar, para índio morar, para índio criar, porque o índio de hoje não pesca e não caça mais não, ele tem que aprender criar o boi e o peixe. Hoje mesmo alguém dizia isso, que os nossos peixes começaram desse tamanho, agora está desse "tamaninho", porque eles não estão criando peixe.

Então, gente, digo o seguinte: as autoridades vão ter que mostrar projetos **(falha na gravação)**, vão ter que chegar aqui um dia fazer uma reunião dessa e dizer: olha, viemos aqui implantar um projeto. Um projeto de R$2 milhões, de R$10 milhões porque, amanhã, vocês vão ser produtores, vão ser empresários. É isso que queremos, porque o índio, amanhã ou depois, pode ser empresário, porque ele tem capacidade de administrar o que é seu; é capaz de administrar aquilo que é dele.

Hoje, temos vereadores, vice-prefeito, prefeito dentro da nossa área. Pelo amor de Deus, será que este povo vai entregar a sua sabedoria para alguém usar lá fora? Não vamos deixar mais. Sinceramente, acho que nós não vamos mais abrir mão.

Quero dizer para todos, hoje, e isso tem que ficar registrado, que quem não tem que entrar em nossas áreas é o estrangeiro. Eles estão entrando, e as autoridades vão ter que olhar isso, vão ter que ajudar a comunidade indígena, vão ter que ajudar o Governo do Estado, vão ter que ajudar os Deputados.

Vamos cobrar dos Deputados, vamos cobrar dos Senadores para baixar uma lei para que quem é padre tem que ir para a sua igreja; quem é estrangeiro tem que ir lá para o seu País, e nós, indígenas, vamos ficar nas nossas terras e vamos trabalhar, criar o que queremos, comer e viver como queremos, aí a coisa vai começar a mudar. Se isso acontecer, tenho certeza de que vai mudar. E, na outra vez que formos receber vocês, vamos dizer o seguinte: agora, sim, vocês vieram implantar projeto. Aí nós vamos aplaudir. Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Esteve falando aqui o Silvestre, Presidente da Sodiur e, agora, vamos ouvir o tuxaua do Araçá, o tuxaua Taumi.

O SR. TAUMI – Boa-tarde, Senadores, comitiva, Sr. Prefeito do nosso município, quero, neste momento, trazer os nossos sentimentos sobre a questão da área Raposa-Serra do Sol.

Queremos que os senhores levem a nossa mensagem para o Presidente, sobre a homologação.

Nós somos brasileiros aqui desta terra, precisamos desta terra para viver como brasileiros. Então, neste momento, quero complementar o pedido dos tuxauas que já falaram, este é o nosso pedido, que possa ser homologada de uma forma melhor, para que possamos trazer desenvolvimento para as nossas comunidades. Como assim? Trazendo muitos empregos, muitos trabalhos para que os nossos filhos não possam ir embora das nossas terras. Então, neste momento, sinto muito que os senhores devem levar essas nossas reivindicações para que possam ser atendidas o mais breve possível.

Quero, neste momento, defender a causa nossa, da população nossa, da comunidade de Araçá, em geral, do município de Normandia.

O meu muito obrigado a todos. *(Palmas)*

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Chamo agora o tuxaua Jadi.

O SR. JADI – Eu quero agradecer às autoridades da Mesa.

Eu quero mais é reforçar as palavras do companheiro tuxaua. Eu acredito que, desta maneira, ele fez uma colocação muito boa, de que nós precisamos dos nossos Senadores para que possam nos ajudar nessa parte, como a gente coloca neste momento, para que possamos viver nesta terra, junto com as autoridades e, também, com os prefeitos e vereadores.

Uma coisa que nós queremos é desenvolvimento para as nossas comunidades. Então, é isso que nós queremos colocar para as autoridades e que coloque isso ao nosso Presidente, para que ele não deixe que nós viemos a sofrer como nós estamos sofrendo neste momento.

As palavras que posso colocar é só isso mesmo, dando reforço às palavras do nosso companheiro. Obrigado.

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Para finalizar, Srs. Senadores, Srs. Assessores, Srs. Delegados da Polícia Federal, equipe do Exército, eu quero fazer, também, um breve comentário sobre a questão da Raposa-Serra do Sol.

Srs. Parlamentares e autoridades que estão presentes, nós que vivemos nesta terra, ao longo do tempo, nós que nascemos e vivemos aqui, vamos morrer aqui. Nós não vamos sair daqui. Nós somos deste lavrado.

Então, a Raposa-Serra do Sol está, praticamente, dividida nestes dois grandes eixos: o pessoal que mora no lavrado e o pessoal que mora na região da Serra, que faz parte do município de Uiramutã.

Demarcar a Raposa-Serra do Sol em área contínua é dizer sim e acabar com a esperança desse povo que vive nessas comunidades.

Nós temos estas grandes comunidades, que são Raposa, Napoleão, Xumina e Araçá, Contão e, assim, outras comunidades.

Dentro da Raposa-Serra do Sol, nós somos 144 comunidades, das quais, 62 comunidades são as que pensam dessa forma, que pensam desse jeito.

Nós somos a minoria, com certeza, em número de comunidade, mas, em número de população, nós somos 52% dessa população que vive dentro da Raposa-Serra do Sol – que são os nossos dados estatísticos; nós sabemos porque convivemos com esse povo que aqui vive.

A nossa realidade, autoridades, é esta que os senhores estão vendo aqui.

O nosso desafio é como melhorar a qualidade de vida desse povo que vai viver aqui, esse povo que vai crescer, esse povo que vai se multiplicar. Mas não estamos falando aqui para demarcar ou homologar Raposa-Serra do Sol, ainda não. Em bloco, nós não estamos pedindo isto, autoridades: nós estamos falando para que se homologue, Sr. Presidente, Sr. Ministro, mas que fiquem as nossas esperanças de que o nosso município permaneça porque aqui, na região da Raposa, nessas comunidades onde há urnas, o Lula teve, se não me engano, 964 votos. Ele, dentro dessas comunidades, teve 900 votos contra um pouco mais de 200 do José Serra, o seu concorrente. Nós votamos nele porque nós acreditávamos que ele teria essa capacidade de, com certeza, não acabar com a nossa esperança mas, sim, de fortalecer este povo que vive aqui.

Srs. Parlamentares, autoridades, a nossa prioridade não é a homologação da terra por prioridade. A nossa prioridade é que o Governo busque um consenso junto ao Governo do Estado ou ao Governo do Município para melhorar a qualidade de vida deste povo para que este povo possa, aqui, dar esperanças aos seus jovens.

Essas comunidades maiores estão enfrentando problemas sociais por falta de oportunidade e, com certeza, se isso não acontecer, as nossas famílias e os nossos jovens vão sair daqui e vão ser marginais na cidade, e as nossas famílias vão ficar nos lixões das periferias, o que vem acontecendo, conforme os dados que estão aí.

Nós temos aqui as nossas escolas, nós temos aqui os nossos projetos políticos, nós somos eleitores, nós votamos e vamos continuar votando. O projeto desse povo que está aqui – está aqui o Prefeito de Normandia – que com certeza será substituído por indígena porque o Município é indígena. Quem decide as eleições aqui são essas comunidades indígenas. Esse é um projeto político nosso e com certeza Uiramutã também está pensando dessa forma, de chegarmos a esse status de discutir, de peito a peito, de ombro a ombro aquilo de que precisamos, aquilo que estamos necessitando. Esse é o nosso projeto político, é nosso projeto social para que essas comunidades que estão aqui vivendo que não vão buscar em outro lugar meio para sobreviver, pois temos esses potenciais, temos essas vocações que precisam ser explorados por nossas autoridades. Aqui temos lagos perenes, nós temos campos propícios para animais de pequeno porte, para gado, só não é bom para a agricultura, Srs. Senadores, porque esse lavrado é pobre. Se não houver investimento e fizer com que essa terra produza, ela não vai produzir nada. Os senhores estão vendo aqui porque está adubado, há adubo orgânico, mas se plantar num lavrado qualquer não dá. Mas aqui vivemos há cente-

nas de anos e garantimos a esperança para esse povo. Estamos dizendo aos nossos jovens que devemos nos organizar e lutar para desafiar esse novo conceito de uma sociedade em que queremos viver.

Essa é uma comunidade com energia, com comunicação, com escola formando nossos jovens de amanhã. Tenho certeza de que, em cinco ou dez anos, não haverá mais analfabetos nessas comunidades porque está sendo implantado um projeto de educação para que possamos viver melhor e assim tenham seus representantes para falar do que sentem, do que querem.

Quero fazer aqui uma ressalva à questão do Exército. Como disseram os que me antecederam, o Exército para nós é uma arma, é um esteio. Estão aqui os nossos jovens que **deram baixa e estão** no Exército sem nenhum problema, Srs. comandantes. Eu sou índio, sou macuxi, nasci aqui na serra e nada me impediu que eu servisse à Aeronáutica. Passei quatro anos servindo à Aeronáutica, o que, para mim, como índio, era um orgulho, tenho irmãos que serviram ao Exército. Nós temos aqui parentes e filhos que estão servindo ao Exército. Nós convivemos no município de Normandia com o Exército, que, de vez em quando, nos festejos da comunidade, 7 de setembro, estão desfilando junto com nossos alunos, junto com nossos aposentados, junto com os nossos parentes.

Esse é o exemplo que podemos dar para o Exército. Eu não sei por que o outro lado quer que tire o Exército, quer que acabe com o município.

Nós sabemos que existem nossos parentes dentro dessas organizações, com esse pensamento **(falha na gravação)** Eu represento uma secretaria **(falha na gravação)** estão lá os pedidos de desenvolvimento dessas comunidades, que querem água encanada, que querem projeto de desenvolvimento sustentável, que querem energia. Mas, quando chega esse momento, todo mundo fica calado. Aí é que tiramos a conclusão de que são manipulados psicologicamente por pensamentos que não são deles.

Aqui não existe nenhum político, ninguém é vendido pelo político ou pago pelo político para falar do que nós estamos passando, do que nós estamos sofrendo, porque são opiniões nossas que estamos convivendo aqui, que estamos analisando na nossa comunidade aquilo que estamos passando. Estamos aqui não pago pelos arrozeiros nem pelos fazendeiros. Pelo contrário. Acho que o movimento deles também concilia com o nosso movimento, com a nossa vontade.

Isso é que eu gostaria de deixar aos senhores. Só para terminar, nós gostaríamos que os Senadores interviessem ao Governo Federal para que não se demarque uma terra e que se deixe abandonada a exemplo de muitas que estão aí, ao longo deste País, sem nenhum tratamento, sem nenhum cuidado para que essas comunidades possam produzir. Elas precisam produzir. Com certeza, nós precisamos produzir nas nossas terras.

Era isso que eu gostaria de dizer aos Srs. Parlamentares desta Comissão que levem a nossa mensagem ao nosso Presidente, ao nosso Ministro e que pensem e que olhem essa população e que nós não vamos abrir mão. Se isto vier a acontecer, de a Raposa-Serra do Sol ser demarcada área contínua, nós vamos buscar um outro meio para sobreviver, para mostrar identidade dessas comunidades. Nós vamos partir para a emancipação enquanto não é aprovado o nosso Estatuto. Nós vamos, sim, aqui produzir os nossos projetos e sustentar ela como nós queremos, futuramente essa nossa sociedade, essas nossas comunidades a parte que estão aqui.

Muito obrigado, Srs. Parlamentares. O sol está chegando à mesa.

Vamos, para fechar aqui este momento, vamos convidar o tuxaua Caetano, da Raposa, para fazer uso da palavra. *(Palmas)*

Ele é o tuxaua desta comunidade, da Raposa histórica, esta comunidade que, muitos anos atrás, sempre batalhou por este momento, que sempre sonhou com essa nova vida, com um novo momento. Esta comunidade, neste momento, passa a construir a sua realidade a partir de seus autores.

O SR. CAETANO – Srs. Senadores, dois Senadores roraimenses, filhos de Roraima, mas muitas autoridades, segundo informações que eu tenho, que eles não têm palavra. Quando eles falam que: nós somos roraimenses, filhos de Roraima, e não acreditam não, mas os senhores que estão aqui presentes estão participando e estão aqui no meio de nós. Nós conhecemos eles. São os nossos dois médicos, trabalharam muito ajudando os índios, operando os índios como médico, ajudaram muito. Por isso chegaram ao Senado.

Então, nós conhecemos esses dois, esses jovens aí, tão lindo que estão aí, roraimenses. Por isso estou aqui muito orgulhoso, muito orgulhos mesmo de ver os Senadores. Eles têm direito de falar e defender o nosso direito no Senado da República. Não é mentira, não. Não é disso que eles falam, não. Eles nós conhecemos.

Então, estou grato aos senhores, porque acompanham e que está nesta Comissão, e são nossos amigos bem perto, e um Deputado, Rodolfo Pereira. Ele é nosso parente. Nasceu e se criou no meio dos muitos parentes que estão por aqui. Hoje ele está lá e também lutando.

Disse: Tuxaua, lá quando levanto para falar, dizem que você, branco, você não tem direito de falar. Quem tem direito é índio.

Mas nós conhecemos esse Deputado. Por isso, a nossa esperança de que, amanhã, o que muito dos nossos parentes pediram, os tuxauas falaram aí, vai acontecer.

Então, leva isso para o nosso Presidente, que nós ajudamos. E a minha dúvida, sim, vou fazer uma pergunta para o nosso Presidente, Presidente da República: gostaria de saber se a nossa Amazônia não está vendido para americano? A minha dúvida aí. Não está vendido, não?

Se for vendido, então, explica, esclareça para o povo brasileiro, para todo mundo pintar cabelo, virar americano agora; todo mundo. Isso é o que quero saber do Presidente da República.

Nossa Amazônia está vendida? E nós, aqui, brigando, não sei o quê. Quem sabe amanhã? Depois? Se sair a área única? Outra coisa: essa área única saindo, o título vai ficar na mão do índio ou de quem?

A minha dúvida é essa aí, porque eu sou brasileiro, nós somos brasileiros. Nós somos roraimenses, brasileiros. Nós somos daqui. Todos nós somos brasileiros. Brasileiros nós somos. Não tem nem metade aqui. O Brasil é o povo. Eles são o povo brasileiro e são eleitores também.

Minha pergunta para o Presidente da República: se está vendido, nossa Amazônia está vendida? Esclareça para o povo, para que todo mundo se levante e diga vamos pintar o cabelo agora. Tudo é nosso. Quem tem barba tem que pintar tudo, virar americano.

Essa é minha pergunta aos senhores aos Srs. Senadores que estão aqui. Aqui é Raposa, usado Raposa-Serra do Sol, um grande desrespeito. Desrespeito mesmo porque nunca nos participaram aqui. Existe a Raposa, nessa região existe o povo.

O que pensamos sobre o colégio, sobre os técnicos agrícolas? Hoje, a tecnologia está aí, e queremos participar, estar no meio, acompanhar o desenvolvimento. Somos gente também. Índio, mas gente. Somos índios, mas brasileiros. Não queremos briga. Queremos área homologada sim, mas deixando o município, quartel, estrada, tudo o que falaram aí. É o mesmo que estou repetindo.

Senadores, é isso aí. Desculpem minha pergunta ao Presidente da República. Podem dizer para ele que vamos pintar o cabelo e virar americanos.

Quero falar um pouquinho em macuxi.

(Intervenção na língua nativa.)

Muito obrigado, senhores.

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Obrigado, tuxaua Caetano, tuxaua desta comunidade.

Vamos ouvir poucas palavras do Sr. Prefeito.

O senhor tem este momento para fazer uso da palavra e fazer suas considerações.

O SR. HIPÉRION DE OLIVEIRA – Tenho de ser rápido porque estamos fora do horário de vôo.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Dr. Mozarildo, Senador e Presidente desta Comissão do Senado. Cumprimento os militares que representam as Forças Armadas, assim como o pessoal da Polícia Federal e da imprensa. Todos os tuxauas, cumprimento em nome do Caetano. Cumprimento o nosso amigo Jonas, que está acompanhando esta equipe, o Vereador do Uiramutã, Presidente da Câmara, os senhores e as senhoras e também as crianças.

Vamos ser breves porque, como Prefeito, todos sabem a nossa posição.

Entendemos sempre que a demarcação das áreas indígenas é necessária para a definição do local de cada um, para que cada um saiba aonde pode ir, onde deve construir, onde pode criar ou não. Somos a favor da demarcação e, toda vida, fomos a favor dela.

Porém, como foi colocado aqui, hoje, vocês já ouviram no Uiramutã e na Serra do Sol, está bem clara uma coisa: as comunidades querem o desenvolvimento, estradas, escolas, trator, enfim, as comunidades indígenas, principalmente as desta região da Raposa – bem frisaram os tuxauas que aqui falaram –, não precisam andar com aquelas penas na cabeça porque todos conhecem os índios desta região. Está bem definida quem é a população indígena de Roraima e do município de Normandia, onde está o índio mais aculturado do Estado de Roraima. Vocês estão vendo todos com sapatos, calça comprida, relógio, caneta no bolso. Realmente, temos uma população indígena muito aculturada. Eles sabem muito o que querem e por que querem.

Assim, só estamos aqui, como Prefeito, para endossar a palavra de todos os tuxauas que se pronunciaram aqui, dando também o recado que o Caetano deixou – que é muito importante: se o Brasil negociou esta parte da Amazônia, como já foram negociadas outras partes do País – todo mundo sabe disso, que é verdade. Até hoje existe o marco brasileiro junto do rio Pununi**(??)**, que depois foi chamada para o rio Maú a nossa divisa. Se foi negociado – não é, Caetano? –, que tenham a coragem de dizer à Nação que, por conta de alguns bilhões de dólares, foi entregue esta parte do Brasil. Vamos nos conformar com o fato de nossos governantes terem feito isso conosco, mas ficaremos mais conformados do que se ficarmos sendo usado como massa de manobra ao longo de 30 a 40 anos.

Tenho 45 anos de idade. Quando me entendi por gente, já ouvia falar nessa questão de índio e não-índio.

Ficamos muito tristes com isso realmente, mas esperamos ainda – apesar da declaração do Ministro da Justiça de que está definida a área – que o Congresso Nacional, que o Ministério da Defesa e o próprio Presidente da República vejam o que estão fazendo contra a própria Nação. Como Governo Democrático que é, acredito que ele ainda repensará esse caso.

Ficamos tristes também quando sabemos que a Funai tem dinheiro para comprar muita coisa, inclusive terra para ficar abandonada. Várias fazendas foram compradas e estão abandonadas. Sabemos também quanto dinheiro recebe o CIR para fazer o trabalho das comunidades indígenas e também não o faz. Se somarmos o que o CIR e a Funai recebem para cuidar dos índios, tenho certeza que as comunidades indígenas não passariam o que estão passando. Só do que foi "indenizado" – entre aspas, mas que foi dado de R$90 mil, R$100 mil, R$50 mil – para 300 a 400 fazendeiros retirados da área, se tivesse dado para cada comunidade R$100 mil, tenho certeza de que essas comunidades hoje estariam bem para frente, com trator, com piscicultura, com criação de suínos, com avicultura, enfim, teriam um meio de viver, sobreviver e alimentar suas famílias.

Infelizmente, o dinheiro sempre é jogado da forma mais triste possível. Realmente, a comunidade permanece como está, precisando da ajuda do Governo do Estado, do Município e, principalmente, do Governo Federal, que, por meio da Funai, sua tutora, fica impedindo o desenvolvimento das próprias comunidades indígenas.

Agradecemos e pedimos que levem essa mensagem, os Senadores de Roraima, os representantes e técnicos do Senado, as Forças Armadas, a Polícia Federal, do povo Roraima, desta região, a nossas autoridades federais. Essa mensagem que vocês passaram todo esse tempo ouvindo, de que só queremos que seja feita justiça, que seja dividido igualmente o pão para o índio e para o não-índio. Todos merecem. Sei que a maioria aqui é evangélica. Todos sabem que o pão tem que ser dividido em partes iguais para que um não fique gordo e o outro morra de fome. Acredito e tenho certeza que temos terras para todos. Se o Brasil quiser realmente cuidar bem dos seus brasileiros, pode cuidar porque tem terra para fazer todo mundo feliz.

Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Sr. Prefeito, obrigado.

Vamos ouvir agora o Senador Mozarildo Cavalcanti, que também tem umas palavras para dizer a esta população.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI – Eu gostaria de dizer da minha felicidade pessoal de estar aqui, mas também da Comissão do Senado que estou presidindo neste momento, a Comissão temporária externa do Senado, criada com o objetivo de vir a Roraima e também ao Mato Grosso do Sul, para analisar essa questão das terras de Roraima, mas notadamente e principalmente a questão da Raposa-Serra do Sol.

Nós ouvimos ontem, lá em Boa Vista, todas as partes envolvidas, inclusive as lideranças indígenas.

Hoje, fomos à Serra do Sol, ao Uiramutã, estamos aqui agora.

E quero dizer a vocês que esta Comissão é composta de cinco Senadores, sendo dois de Roraima e três de outros Estados. Portanto, nós fizemos questão que a maioria dos Senadores não fosse de Roraima. Infelizmente, eles não puderam vir aqui hoje, mas estão representados pelos assessores do Senado, que estão anotando e gravando todos os depoimentos.

Esta Comissão não somos nós dois, os Senadores Augusto Botelho e eu, ou mesmo os três Senadores de Roraima que resolveram vir aqui. Não. Esta Comissão foi designada pelo Senado Federal, a nosso pedido, para vir cuidar da mudança desse rumo que estava tomando essa questão, com a declaração do Ministro da Justiça.

Então, nós vamos voltar a Brasília, vamos pegar esses documentos e os depoimentos de todos, vamos preparar um relatório com propostas concretas para a solução desse problema.

No caso da Raposa-Serra do Sol, tem que ser uma questão emergencial, já que há o anúncio da homologação da demarcação contra a vontade da maioria dos índios que moram aqui.

Não estamos nem discutindo se é de acordo com o que pensa o Governador, o Deputado, ou o Senador. Deve ser de acordo com o que pensa a maioria dos índios daqui. A maioria não quer a solução do jeito que a Funai quer, e a Funai quer empurrar isso de goela abaixo para atender apenas ao Conselho Indígena de Roraima (CIR). E, por sinal, nós o convidamos formalmente para ser ouvido na presença dos outros Senadores que estavam ontem em Boa Vista e o CIR não compareceu. Então, deu uma demonstração de desprezo pela oportunidade de provar, por exemplo, que os outros que pensam de forma diferente estavam errados, ou seja, se eles estão com a razão **(falha na gravação)** medo de ir lá dizer qual é a verdade para eles. Não foram. Isso foi lamentável.

No entanto, quero dizer para vocês o seguinte: nós vamos trabalhar seriamente e de maneira urgente nessa questão, para dar uma solução que atenda à maioria dos que querem efetivamente viver em paz,

produzir, viver melhor e poder contribuir para o nosso Estado, para o nosso País e, portanto, para o futuro dos filhos de vocês, de vocês mesmos e dos nossos filhos todos aqui de Roraima.

Muito obrigado a vocês. *(Palmas)*

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, por suas palavras, e vamos ouvir também o nosso Senador Augusto Botelho, para encerrar esta reunião.

O SR. AUGUSTO BOTELHO – Boa-tarde para todos.

Gostaria de cumprimentar todos da comitiva e todos aqui da comunidade da Raposa.

Vocês sabem que gosto de vir aqui, mas gosto de vir aqui para dormir, para conversar, para comer galinha na casa do Caetano. Agora, estou passando correndo.

Nós estamos correndo para evitar que as coisas fiquem do jeito que as ONGs querem.

Nós sabemos que vocês – já sei disso de longa data – querem que seja respeitado o direito de todos, querem que seja feita a coisa com justiça.

Aqui nós temos um povo que sempre trabalhou respeitando as outras pessoas, todos sempre tiveram as suas coisas, ninguém aqui fica mexendo nas coisas dos outros.

Então, o que vocês falaram aqui, tudo foi anotado pelos assessores do Senado, e nós vamos levar todas essas informações para elaborarmos o relatório que iremos apresentar.

Esse relatório do Congresso vai ser mais um apoio, um esforço a favor de vocês, para que seja respeitada a vontade das pessoas que vivem aqui.

A maioria das pessoas que vivem nesta região da Raposa, do Cotingo, do Maú, do Tacutu – assim é que era o nome mesmo, depois é que virou Raposa-Serra do Sol –, querem viver do jeito que estão vivendo, que estão evoluindo.

Gostam de luz elétrica; todo mundo gosta de água gelada aqui – não tem ninguém que não goste de água gelada –; gostam de ver televisão, de ouvir rádio – os homens principalmente. Essa parte vai ser resolvida, mas vocês, os mais novos, que ainda estão estudando, cursando o segundo grau, que às vezes vão para a aula só para agradar o pai, têm que assumir seus estudos com responsabilidade, estudar para vocês mesmos, para ficarem como o Jonas, como o Orlando, como eu e o Senador Mozarildo também, porque só somos Senadores hoje por isso. Com certeza, os coronéis e os outros que aqui estão também estudaram. Apenas conseguimos as coisas por meio de estudo. Por isso, os jovens e também os que já estão meio madurões, se quiserem, têm de estudar. É estudando e trabalhando que mudaremos e melhoraremos a nossa vida.

Sei que todos querem uma vida melhor, e foi por isso que vocês me elegeram para esse cargo.

Eu vivo daqui para lá para trabalhar. Vou lá para lutar e tentar melhorar a vida de todos nós: dos meus irmãos índios e dos não-índios, ou seja, de todos que vivem em Roraima. Somos brasileiros e gostamos de ser brasileiros, de ser roraimenses. Tenho certeza disso.

Eu me orgulho do meu Estado. Sei que um dia seremos um grande produtor de alimento e todos viverão bem. Digo que quero ver todos os parentes andando de Hilux, comprado com o próprio dinheiro. É isso que quero para todos vocês. *(Palmas)*

O SR. ORLANDO OLIVEIRA JUSTINO – Senador Augusto Botelho, obrigado por suas palavras.

Não sei se alguém do Exército, algum Coronel, ou alguém da Polícia Federal deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Mais ninguém deseja falar, então, tuxauas, neste momento, encerramos a reunião.

Esperamos que esta equipe leve a nossa mensagem ao Senhor Presidente da República e ao Ministro da Justiça, com relação à decisão da homologação da Raposa-Serra do Sol e ao futuro do nosso povo, principalmente de todos nós que moraremos e viveremos aqui.

Srs. Senadores, esperamos que esse relatório seja elaborado com urgência e que a justiça seja feita para todos nós.

Muito obrigado. Agradeço a presença de vocês e desejo um bom retorno a cada um dos senhores. *(Palmas)*

Agradecemos também a presença dos senhores, tuxauas, que vieram de suas localidades e estiveram aqui conosco.

Depois, veremos os caminhões que levarão vocês às suas comunidades, logo após a reunião com o tuxaua Caetano.

Obrigado.

2º Relatório da Viagem "in loco" ao Estado do Mato-Grosso do Sul, realizada no dia 13 de fevereiro de 2004.

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, às nove horas, na sede da Assembléia Legislativa do Estado de Mato-Grosso do Sul, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senhores Senadores Delcidio Amaral, Jefferson Peres, membros, reúne-se a Comissão Especial Temporária ***criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima***

e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados". Presente também os Senhores Senadores Ramez Tebet e Juvêncio da Fonseca, Deputado Londres Machado – Presidente da Assembléia Legislativa de Mato-Grosso do Sul, Dr. Dagoberto Nogueira Filho – Secretário de Justiça e Segurança Pública, Dep. Estadual Paulo Correia, Dr. Lúdio Coelho, Dep. Estadual Akira Otsubo, Dep. Estadual Gerson Domingos, Dr. José Felício – Secretário de Produção, Dep. Estadual José Teixeira – Secretário de Produção e Turismo, os quais são convidados para compor a Mesa dos Trabalhos. O Presidente dá início às Audiências em caráter reservado esclarecendo aos presentes quanto ao objetivo da Comissão em realizar a visita "*in loco*" ao Estado do Mato-Grosso do Sul. Antes de iniciar os trabalhos, a Presidência permite a entrada dos fotógrafos e cinematografistas para procederem aos registros para a imprensa local e nacional, solicitando em seguida que os profissionais se retirem do recinto para o início das Audiências. O Senhor Presidente concede a palavra, pela ordem aos seguintes líderes Indígenas Maria Regina – Aldeia Jaguapiru; Ambrósio – Aldeia Guereroka, e Carlos Antônio Duarte – Aldeia Jaguapiru. A seguir, a Presidência concede a palavra aos Senhores Dr. Márcio Justino Marcos – Representante da FUNAI de Campo Grande/MS; Dr. Luis César – Representante da FUNAI em Amambaí/MS, e o Dr. Jorge Antonio das Neves – Ex-Chefe do Posto Indígena de Buritis. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Jefferson Peres, Delcídio Amaral e Juvêncio da Fonseca. A Presidência concede a palavra ao Deputado Estadual Dagoberto Nogueira Filho – Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, após, o Presidente suspende a presente reunião reabrindo-a em seguida, e concede a palavra aos Representantes dos Produtores e Entidades Ruralistas, Senhores João Bosco Leal – Presidente do Movimento Nacional dos Produtores; Laucídio Coelho Neto – Presidente da Associação dos Criadores de Mato-Grosso do Sul, e Leo Brito – Presidente da Federação de Agricultura. O Senhor Presidente acata a solicitação do Sr. Leo Brito no sentido de oportunizar a palavra a uma Produtora, representante da cidade de Dois Irmãos do Buriti, Sra. Méris Terezinha Rosa e concede-lhe a palavra. Após, fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Jefferson Peres, Delcidio Amaral, Juvêncio da Fonseca e Ramez Tebet. A seguir, a Presidência suspende a presente reunião da Comissão por alguns minutos. Reaberto os trabalhos, o Senhor Presidente passa a palavra aos Representantes do Ministério Público e Justiça Federal, fazendo uso da palavra os Senhores Dr. Odilon de Oliveira – Juiz Federal; Dr. Wilson Rocha de Almeida Neto – Procurador da República em Campo Grande/MS; Dr. Charles Stevan da Motta Pessoa – Procurador do Ministério Público; Dr. Ramiro Rockembach da Silva – Procurador do Ministério Público, e ao Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini – Superintendente da Polícia Federal. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Jefferson Peres, Delcídio Amaral, Juvêncio da Fonseca e Ramez Tebet. A Presidência comunica aos presentes que irá suspender a reunião da Comissão por alguns minutos e ao reabri-la, concede a palavra aos Deputados Estaduais Pedro Kemp; José Teixeira, Paulo Correia e Dagoberto Nogueira Filho. A seguir, a Presidência concede a palavra aos Secretários de Estado, Dr. Valdeci Ribeiro de Castro Júnior – Secretário do Desenvolvimento Agrário e ao Dr. José Antônio Felício – Secretário da Produção e Turismo. Ao encerrar a presente reunião da Comissão, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão faz as suas considerações e em seguida, concede a palavra ao Senador Delcídio Amaral. Em continuidade aos trabalhos da Comissão Temporária Externa, no mesmo dia, no período da tarde, os Senadores membros da Comissão, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio Amaral e o Jefferson Peres acompanhados pela Equipe Técnica do Senado Federal, Dr. Tarciso Dal Maso Jardim e Bruno Dantas Nascimento, Rosber Neves de Almeida, pela Secretária da Comissão, Dulcidia Ramos Calháo, com a presença dos Coronéis do Delegado de Polícia Federal, Dr. Aderson Vieira Lima, em direção a Cidade de Iguatemi / MS. A Comitiva chegou à dezesseis horas e quinze minutos, sendo recepcionados pelos Agricultores e membros da Comunidade. Ao dar início às exposições, o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão esclarece aos presentes a finalidade da Comissão e em seguida concede a palavra aos Senadores Delcídio Amaral e Jefferson Peres. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Leôncio Brito – Presidente da FAMASUL e após, ao Senhor Joel Rodrigues, proprietário da Fazenda São Pedro em Mato-Grosso do Sul. Ao término, os membros da Comissão, acompanhados pelas demais autoridades e técnicos, agradecem a presença de todos e retornam para Campo Grande, Capital do Estado, chegando às zero horas e vinte minutos. Encerra-se a missão da Comissão, e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei o presente Relatório que irá acompanhado das Notas Taquigráficas e registros fotográficos da viagem "*in loco*" ao Estado do Mato-Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Dou início aos nossos trabalhos, porque já estamos com um ligeiro atraso.

Inicialmente, cumprimento todas as lideranças indígenas aqui presentes: guaranis, caioás, terenas.

Somos cinco os Senadores, membros da Comissão, designados para acompanhar e tomar conhecimento da realidade e dos problemas tanto do Estado de Roraima, onde já estivemos, como aqui no Mato Grosso do Sul: eu, como Presidente, o Senador Delcídio Amaral, Relator, o Senador Jefferson Péres, do PDT, do Estado do Amazonas, e mais os Senadores João Ribeiro, do Tocantins, e Romero Jucá, de Roraima, que não puderam comparecer.

Somos três membros presentes, portanto a maioria da Comissão. E estamos aqui para ouvir as partes envolvidas, com o objetivo de fazer um diagnóstico da realidade e buscar encontrar soluções que atendam a todos os lados, tanto os deste Estado quando os Roraima e de outros Estados, de maneira a possibilitar a convivência fraternal, em que cada um tenha seu espaço para realizar seu trabalho.

O objetivo desta Comissão é ouvi-los e elaborar um relatório que será levado ao Senado, para, depois, buscarmos as saídas para a questão.

Gostaria de começar os trabalhos dando a palavra ao líder indígena designado por vocês.

Com a palavra a Srª , a quem ouviremos com muito prazer.

A SRª MARIA REGINA DE SOUSA – Bom-dia a todos os presentes. Não falo muito bem o português e tenho pouca leitura. Vim aqui hoje na busca de alguma solução. Então, neste momento, estou aqui representando a mulher guarani e caioá, das áreas em conflito.

Por que eu, uma mulher? Porque a mulher é o ser humano que sofre mais nessa área, junto com os filhos. Não temos escola, não temos saúde, não temos lazer. O lazer dos nossos filhos é vigiar 24 horas a área em conflito.

Estou aqui, hoje, bastante emocionada ao ver vocês, senhores, autoridades, querendo ouvir alguma coisa de nós.

Desculpe-me. Meu nome é Maria Regina de Sousa. Estou lutando em favor das mulheres e dos demais que estão nas áreas em conflito. Primeiramente, Senadores, vocês não conhecem como está o clima nas áreas de conflito. Nossas áreas hoje são muito pequenas, muito pequenininhas. Não dá mais para plantar batata e mandioca para os nossos filhos comerem. Nós queremos segurança e alimento do fruto da nossa terra. Eu estou aqui hoje em favor de muitas comunidades que iriam estar aqui, mas não foi possível.

Então, hoje, neste momento, em primeira mão, os que mais sofreram quando aconteceu a invasão do branco aqui no Brasil foram os guaranis e os caioá. Hoje, nossa terrinha é muito pequena. A maior parte dos que estão aqui hoje são da área conflito. O nosso antepassado deixou muita terra para nós, mas não estamos conseguindo pegar de volta essa terra. E o que será dos nossos filhos se vocês, autoridades, não tomarem providências? Em nossas áreas, já entrou droga, prostituição, violência contra a criança. Então, a mesma coisa é você pegar um balão e encher; a qualquer momento, ia estourar mesmo. Nós queremos de volta a terra que foi dos nossos avós. Nas áreas dos guaranis e dos caioá, o que acontece? Muita desnutrição. Nós não temos terra para plantar. Justamente por isso, acontece miséria e fome em nossa terra. Os nossos filhos já entram na fase de desnutrição. Nós também não nos alimentamos bem, porque não temos mais nossa terra. Como vamos plantar se não temos mais um pedaço de chão? Para amamentarmos os nossos filhos, precisamos ter o fruto da nossa terra para comer. E aí entra a desnutrição. As crianças é que sofrem nessa história toda.

Volto a dizer aos senhores: o lazer dos nossos filhos hoje é conflito. Eles estão 24 horas vigiando e revezando – mil vão dormir, duzentos ficam vigiando. Essa é a realidade do prazer que nós temos. Enquanto isso, temos as autoridades lá em cima ou aqui em Campo Grande e, por isso, nós viemos colocar nossos problemas. Nós apenas queremos cultivar a nossa cultura. Nossa vida é a natureza; sem a terra, não teremos a nossa vida, nunca vamos ter a nossa vida porque vamos todos morrer. Muitas vezes, os senhores podem estar até se perguntando: "Mas eles recebem cesta básica?" Sim, recebemos. "Mas tem o Fome Zero"? Sim, é claro que tem, mas o Fome Zero só vai dar certo quando nós plantarmos. Nós termos o nosso pedaço, o nosso direito de plantar e cultivar o que nós queremos. Nós não estamos querendo ficar ricos; nós queremos apenas o alimento do fruto da nossa terra para comer. Muitas vezes, os brancos que estão na luta contra a gente estão dizendo: "Puxa, mas eu limpei, eu derrubei". Sim, ele destruiu a nossa mata e acabou com a nossa mata e com a nossa vida. E aí é o índio bêbado, o índio vagabundo – usam esses palavrões para falar do nosso povo. E hoje estamos numa terra muito pequenininha e queremos que as autoridades tomem providências com relação ao absurdo que está acontecendo. Se vocês forem lá e virem a coisa de perto, vocês não vão acreditar no que nós passamos lá.

Nós, índios, vivemos não só na área em conflito, mas os que estão na área de conflito podem a qualquer momento ser mortos. E agora pergunto aos Srs. Senadores... Nós acreditamos em vocês, que estão aqui hoje porque nós ainda acreditamos que vão agir. Nós botamos fé em cada um dos senhores que estão presentes.

Muitas vezes nós indígenas estamos na nossa casa, no nosso barraquinho – não se fala casa, porque é barraco de lona – e os nossos filhos reclamam que querem ir para a escola, mas não tem escola.

Um dia desses, eu juntei, na área de conflito, várias crianças, que formariam cinco salas e perguntei se queriam estudar. Elas responderam que isso seria a melhor coisa nas suas vidas. Elas dizem que têm vontade de ir ao parquinho, de jogar bola naquele salão bonito, têm vontade de ter isso, mas não podem porque a área ainda não é definitivamente nossa. Nós acreditamos que os senhores, que estão aqui sentados, ouvindo o nosso clamor, venham a sanar os nossos problemas.

Quantas vezes, ainda, vamos derramar sangue? Já morreram vários caciques, líderes foram expulsos, da mesma forma que um objeto que não vale nada, foram tirados a força. Será que ainda precisamos morrer? Se precisar, nós vamos morrer. Hoje eu estou aqui, mas, ao chegar na área de conflito, eu já não sei. Será que nossas vidas não valem nada? Nossas vidas não valem, é como uma folha seca que o vento vem e leva e depois que leva ninguém se lembra mais. O último caso foi Marcos Veron, que foi massacrado, mas que a família está lá e não sabe se permanecerá. Já plantaram mandioca, batata, já há muitas coisas naquele lugar, mas ainda não é o suficiente porque não é deles ainda. Foi nosso mas nos foi tomado a força.

Quantos índios ainda precisam morrer para os senhores acreditarem? Morrerão um, cinco, dez, vinte? Nós vamos morrer! Nós índios já tomamos uma decisão. Se acontecer um despejo nessas áreas em conflito, nós vamos nos suicidar. Vamos nos suicidar porque não valemos nada para ninguém. Ninguém ouve o que pedimos. Já mandamos vários documentos a várias autoridades. Já falamos até demais, nem sabemos para quem mais falar. Então, a solução para nós seria morrer. Quem sabe o que vem lá atrás um dia vai ganhar?

Quem sabe se algum dia o meu Senhor, Ianderu, o que está lá em cima, o senhor nosso Deus, vai tocar no coração de uma autoridade. E agora estamos muito ameaçados naquele lugar. A qualquer momento vai acontecer despejo. Nós não sabemos com quem vai acontecer. Nós indígenas, não estamos pressionando, mas gostaríamos...

nós, indígenas, não estamos pressionando, mas gostaríamos que vocês refletissem sobre isso, levassem e discutissem. O branco tem direito, é claro, lógico. Ele colocou a fazenda dele ali, mas a terra foi nossa, porque, quando o branco chegou aqui, os nativos já estavam aqui. Nossos avós, nossos ancestrais já estavam aqui.

Não sei falar bem português. Desculpem-me, senhores, se não falei, se não pude explicar melhor alguma coisa que vocês não entenderam. Acho que deu para entender alguma coisa.

Meu muito obrigada.

O SR. AMBRÓSIO VILHALVA – Bom dia a todos, meus senhores que são do Poder maior, de lá de cima. Aqui conheço alguns, o Senador Delcídio Amaral e alguns demais, e muitas autoridades me conhecem. Meu nome é Ambrósio Vilhalva, sou da aldeia Guira Roca. Falo da aldeia Guira Roca, meus companheiros, porque me sinto espremido pelas crianças para dizer que o índio está em conflito. O índio não está em conflito; o índio está no que é dele. O índio é o primeiro, a planta da terra que vem surgindo junto com a terra. O segundo lugar são os estrangeiros que vieram, invadiram o nosso território, foi o Getúlio Vargas e Pedro Cabral. Isso provo, não precisa ter dúvida, provo com qualquer um. Aquele que é o tal de invasor. Agora, vai dizer que o índio é invasor? Pensem, meus amigos! Pensem, meus companheiros.

O dinheiro, o que é? Acham que o índio sabe a fronteira? Se o índio está no Paraguai, é dele; se o índio está no Brasil, é dele. Ele não sabe fronteira. Se está lá na Bolívia, está na dele também. O Brasil é do índio. Se o índio chegar, recolher o que é dele, não fica nem uma chave de terra para os brancos. Mas queremos negociar. Vamos negociar. Vamos negociar, meus companheiros.

Também faço parte dos políticos e tenho o que dizer. Já trabalhei alguns dias atrás. Hoje estou vendo por qual forma o cidadão está indo para frente. O índio não pensava isso. Mas o que queremos? Queremos negociar. A terra é para todos, os seres humanos são iguais. Deus lá no céu é um, o tamanho é um só. Não tem maior, não tem menor, não tem nada. Todos os seres humanos são iguais.

Meus amigos, volto a falar sobre a questão da terra. Estamos prontos para negociar, para não dar problema. Se não vai negociar conosco, para termos nosso sustento de alimento para as crianças, aí vai dar problema. O problema não vai ser nosso, o problema vai ser do cidadão. Mas muito mais do que eu penso com a minha vida e com os meus povos indígenas, com aquelas inocentes crianças, como eu penso naquilo, penso com o cidadão também. Imaginem só: penso com meus povos indígenas e penso com aquele cidadão, a família do cidadão, os povos, os pobres carentes da cidade.

Por causa de um, do que é nosso, vamos fazer um relaxo em alguma cidade? Os coitados não sabem por que estão pagando a culpa daquele que entende, e nós, as autoridades, que têm o poder na mão, es-

crevem lei, desmancham lei, fazem a lei e não sabem aproveitar. Não entendo o que é a lei, não, mas a minha lei eu sei: minhas tradições, minha natureza. Isso é minha lei. Então, o que quero? Vamos negociar. Sei que a terra não é de ninguém. A terra não é só das vacas, do gado, dos bois. A terra é do mundo, que vive em cima, o que come, o que fala e o que não fala e o que não come também.

Por que nós queremos negociar? Considerem, sob o ponto de vista dos senhores, o que nós queremos. Eu sou uma pessoa que fala sem prometer. Se eu prometer, será diferente. Estou falando sem prometer; eu não quero prometer. Vou mostrar, der o que der. Estamos aqui nas áreas de conflito. Chamam essa área de área de conflito, mas quem faz o conflito é o cidadão.

Pergunto: alguém pode me dizer se veio índio do Japão para ser dono do território dos Kaiwá-Guarani? Veio índio do interior para ser dono daquele território Kaiwá-Guarani aqui no Mato Grosso do Sul ou foi índio daqui para a Itália ou para a Alemanha para ser dono daquela terra? Acredito que vocês sabem muito bem isso.

Queremos aquele nosso lugar, onde havia mais índios e onde Getúlio Vargas derramou o sangue dos nossos antepassados; aquele lugar onde fomos, voltamos e ocupamos. É só isso. Dêem um campo para cada um, amigos e companheiros, e está feito. Com o restante, podem fazer o que quiser. É isso o que queremos. Não queremos confusão, porque não criamos problemas em cima de problemas. O cidadão é que veio e criou o problema. Não queremos isso. Somos muito mais gente do que cidadão. Não estou fazendo uma crítica, mas se é para falar, é para falar. Não quero prejudicar ninguém. Entendam, parece que estou derrubando vocês, mas, pelo meu direito, estou falando do que é meu. Não estou falando do que é dos outros.

Companheiros, o que vão fazer, de hoje em diante, com as terras indígenas? Deveriam dar o nosso lugar para podermos trabalhar coletivamente, porque é a terra que dá alimento para todos os inocentes. Até pessoas da cidade, das periferias, vão à aldeia procurar batata doce ou pegar raiz de mandioca para poderem se alimentar na cidade. Tem tudo isso. Não é só o cidadão que pensa que deve manter aquele traficante no presídio, não. Não é isso, não. Queremos nossa terra para manter nossas famílias coletivamente. É para isso. Então os senhores estão partindo para a frente e não fazendo promessa. Queremos aquele nosso lugar, de cada um de nós. Ficarão felizes os senhores, ficaremos felizes nós também, por certo, com o trabalho que realizarem, que pedirem, que quiserem.

Estamos prontos para trabalhar de mãos dadas com todos. Daremos força para os senhores também, porque os povos indígenas hoje também conhecem os políticos. Como o cidadão entende o que é político, nós entendemos o que é político também. Ainda não fizemos o relaxo porque vamos segurar. Com aquele que não entende português, nós vamos conversar no nosso idioma, em guarani, dizer que não é para fazer isso. Mas muita gente está pronta para fazer isso. Mas eu falei não, temos que conversar.

Quero que, hoje, amanhã ou depois, algum Senador vá a cada curral, como chamamos a aldeia indígena. Que algum dos senhores visite o local da retomada, onde está a sepultura dos inocentes, dos fulanos e dos cicranos. E o velho, o velhinho como o Marco Veron? Tirar a vida de um inocente como aquele é triste. (Ininteligível) também tirou a vida de um bebê de 11 meses. Sabe porque estão vendo isso ainda? Em vez de hoje, de amanhã, para o ano que vem, ou para daqui a dez anos, o guri poderia dar até força para os grandes políticos no Brasil, ajudar vocês, cidadãos. Mas hoje está lá, em baixo da terra, com a soja desse tamanho em cima do cadáver dele. Eu mostro para vocês. Isso está na lei. Estou descobrindo que a lei do cidadão é dessa forma. Mas eu acho que não são todos que têm esse sentido, não são todos. Tem algum que entende e tem algum que não entende, e têm alguns que querem fazer porque são teimosos, porque eles teimam. Eu falo o meu idioma, falo a minha reza, faço o meu trabalho e faço para todos. Eu não nego. Aprendi e uso aquilo. Então, por isso eu falo com calma e peço a vocês para pensarem o que vocês vão ter que fazer, Senadores. Vocês vão analisar isso para nós, porque se vocês não fizerem nada, nós vamos partir para frente. O que acontecer depois, vocês não vão saber. Se virmos que o cidadão não respondeu o nosso trabalho, daí para frente vamos pegar por eito. E não sou só eu, mas todos os índios que estão na área de conflito.

Se chegar em qualquer área de conflito e perguntar para eles... Eu não vou mentir, porque não gosto de mentir, gosto de contar o que é verdade. Quer provar, provo a qualquer hora, eu não nego.

Quando eu estava no Poíque, só porque uma criança foi lá tirar aquela lenha, aquele galho de eucalipto, o capataz disse: "ô, bugrinho, sai daqui. Seu lugar é lá na rua, ali na estrada, mas aqui não, porque aqui tem esse boi aí, tá?" Aí o menino contou para mim e eu falei para o pajé para darmos uma idéia para eles. Tinha nove bois embaixo do eucalipto. Vocês falam daquele arco-íris, não é? Pedimos, fizemos o trabalho para o arco-íris. Nove bois morreram naqueles eucaliptos. Ele teve motivo para dar parte à polícia? Deu para procurar os seus direitos? Nós temos nosso segredo, meu amigo, nós temos. E vamos fazer, é só querer.

Disse não, pronto, acabou. Deixe por nossa conta. Não queremos fazer isso, mas vamos conversar, vamos negociar, vamos levar ao fim, por quê?

Olhando bem para mim, veja se eu tenho, como falamos – não gosto de falar por cima –, gosto de falar em pureza. Se a minha cara é...eu tenho cara de alemão, de baiano, de italiano ou de português? Tenho a minha cara, que é de terra, meu amigo, aqui do Mato Grosso do Sul, nascido e criado. Sou semente daqui de Mato Grosso do Sul. Esse tal de Campo Grande, você fala Campo Grande, todo mundo sabe disso. Esse daqui é batismo por cacique do interior, Campo Grande se diz Nhuguaçu. Você não vai saber isso, não. Nhuguaçu é Campo Grande. Campo assim... grande. Esse o cacique que deixou esse escrito aqui Nhuguaçu. E nos documentos dos brancos ficou Campo Grande.

Pergunta para qual cidadão que vem do interior o que é, como é que se chama no batismo dos pajés, vocês falam pajé, nós falamos nhanderu. Para vocês tirarem suas dúvidas, vocês têm muita leitura, vocês trabalham em um poder muito grande. Não é como eu. O meu trabalho é diferente. Eu não vou fazer e nem quero fazer. Mas não sei daqui para frente. Não sei daqui para amanhã também. Então, peço isto a vocês: nós queremos o nosso lugar sem problema nenhum.

Olha, acho que cidadão, vocês, Senadores, pensando bem, por esse momento e nessas palavras, acho que um gado não defende a vida de um ser humano, mas um índio defende a vida de todos. Hoje sou chamado ao Rio de Janeiro ou ao Rio Grande do Sul, para aliviar uma pessoa que tem problema na cabeça. Vou lá para mostrar o trabalho porque esse menino já andou por meio mundo e não obteve cura. Vou lá fazer isso.

Então, meus amigos, companheiros Senadores, estou falando demais do meu tamanho. De hoje para frente, documento será espalhado por todo lugar e agora só vou falando. Não sou papagaio de casa para andar só falando e não ver trabalho. Não sou papagaio de casa, que, quando o dono vai falar com ele, fala bastante, mas não aproveita nada. Não sou disso. Sou uma pessoa que trabalha, que sabe fazer e sabe aproveitar. Não sou empregado de ninguém, nunca fui e não quero ser. Dinheiro não me defende. O que defende os povos inocentes é a terra. Os índios são a maior riqueza do mundo e do Brasil. Hoje onde está nosso direito? Está na mão dos senhores. O cidadão morou dez anos ali, ou cem mil anos, mas isso não importa para nós. Quando, dois mil anos atrás, ele morou aqui, nós já vínhamos nascendo com a terra. Onde nosso direito está? Como vamos ter direitos? O que nós somos? Então, temos que voltar do mesmo jeito dos nossos antecipados. Como fizeram com os brancos, vamos ter que voltar a fazer assim. Acho que isso não tem cabimento, meus companheiros. Disse o pajé: "Olha, meu filho, você vai ouvir eles". Se ele acha que não, então, vamos ver do nosso lado, da nossa parte. Vamos mandar, vamos fazer andar isso aí. Hoje estamos a fim. E nós não queremos fazer isso, mas, pela "vigiação", se disse, como o dono da terra, tudo bem. Isso não me importa, mas, de hoje para frente, quero que vocês olhem para aqueles inocentes, para aqueles guris sem mãe, sem pai, aquele Fulano, aquele Sicrano. Por quê?

Falo isso porque hoje o índio não tem como corrigir as crianças dele. O juiz e o Conselho Tutelar estão aí para isso: corrigir a família da pessoa, dos índios, dos indígenas. Mas tem como corrigir? Não. Se o índio corrigir o filho, a filha, a mãe ou o pai, ele responde a processo. E como um cidadão pode agüentar as crianças lá dentro do território dele? Isso tem como? Tem graça? Acho que isso é uma vergonha para o Brasil. Único a fazer isso. Está trazendo vergonha para todos no Brasil e no interior de outro país, que hoje está enxergando o que está se movimentando em cima das nossas terras e, por outro lado, tem também. Nós vamos pegar a nossa terra de volta e queremos a indenização, a recuperação da floresta. De tudo o que for destruído queremos a recuperação. Isso, até lá...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria de pedir para que pudesse encerrar...

O SR. AMBRÓSIO VILHALVA – Eu já estou encerrando, desculpe-me. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Obrigado ao senhor.

Quero pedir, dado ao tempo de que dispomos, pois temos de ir à tarde à região onde está o problema, que tenhamos oportunidade de ouvir mais esse líder... Como é o seu nome?

O SR. CARLOS ANTÔNIO DUARTES – O meu nome é Carlos Duartes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sr. Carlos, seja breve, já que ouvimos os dois primeiros, pois queremos também ouvir a Funai e seguir avante na nossa programação.

Teremos muito prazer em ouvi-lo. O senhor pode usar da palavra agora.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DUARTES – Bom–dia a todos. O meu nome é Carlos Antônio Duartes, conhecido por Pirilita, guarani da Reserva de Dourados. Estou aqui para, junto com a área de conflito, representar todas as comunidades guarani-caioá da minha região.

A área de conflito é muito delicada para nós, porque a nossa família está passando por um confli-

to muito cruel dentro da nossa reserva, retomada na nossa área.

Os fazendeiros dizem que invadimos. Não estamos invadindo terra de ninguém. Estamos requerendo o nosso antepassado. E que invasão é essa? Essa não é invasão. Estamos correndo atrás do que é nosso e foi perdido, estamos recuperando o que é nosso para os nossos filhos. Na região do Mato Grosso do Sul, tem uma área em que nascem, só numa área, 600 a 700 crianças por ano. Daqui a 10 anos, onde essas famílias vão morar? Debaixo da ponte não tem jeito, porque vão dizer que estamos invadindo até debaixo da ponte. Ninguém vai querer fazer ponte para passar caminhão, pois vão falar que vamos invadir.

Então, temos dentro de nós um grande receio, quereremos retomar alguma coisa que é nossa mesmo. Não estamos invadindo terra de ninguém. As autoridades têm de fazer uma coisa justa para defender o nosso direito.

Os fazendeiros pedem indenização quando retomarem a nossa área. E quanto tempo usaram a nossa terra? Será que vão dar indenização para a nossa reserva, quando derem para nós a nossa área? E vamos perder esse nosso direito? As matas e a caça que não têm mais; o rio que foi desviado para o outro lado, e assim por diante. E ainda querem indenização? Essa é a nossa maior preocupação, mais as crianças, que estão sem escolas, sem lazer de futebol. As crianças é que sofrem. Nós, adultos, estamos correndo atrás dos direitos de nossos filhos, de nossos netos, para termos grande respaldo por nossa luta. Vários capitães, várias lideranças já foram mortas por causa disso, correndo atrás do nosso trabalho.

Esse é o meu agradecimento a vocês, porque o apuro de vocês é muito. Quero que vocês façam com muito carinho a remarcação da nossa terra para nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero dizer a todas as lideranças indígenas aqui presentes que tudo o que disseram foi gravado pela Assessoria do Senado. Portanto, todas as palavras foram gravadas; não só as ouvimos, como também estão gravadas. Assim, quando formos nos reunir para fazer o relatório, teremos a oportunidade de ouvir de novo tudo o que os senhores disseram. Estamos até querendo, devido a um pouco de atraso, ganhar tempo, indo à tarde no local para verificarmos pessoalmente como está.

O importante, que quero dizer aos senhores, é que viemos aqui com a missão de realmente buscar uma solução rápida para o problema, que possa atender todos os lados.

Quero também fazer o registro da presença do Senador Juvêncio da Fonseca, que, embora não sendo membro da Comissão, está nos honrando com a sua presença; o Senador Ramez Tebet, nosso ex-Presidente do Senado e que também se preocupa com a situação; o representante da Assembléia Legislativa; o Secretário de Justiça, que esteve ontem conosco na Comissão de Relações Exteriores. Além dessa Comissão Externa, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado está também estudando e aprofundando essa questão. Essa questão indígena não está restrita apenas à decisão da Funai ou à decisão de algum outro órgão. Agora, o próprio Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados, chamaram para a sua alçada, como, aliás, deveriam ter feito há mais tempo, em busca de uma solução, inclusive da legislação indigenista, que no meu entender precisa ser atualizada, para que possa dar tranqüilidade a todos, aos senhores e também aos não-índios.

Agradeço a presença de todos.

Passo à segunda etapa da nossa audiência, destinada a ouvir os dirigentes da Funai, aqui em Mato Grosso do Sul.

O SR. ISRAEL BERNARDO DA SILVA – Bomdia a todos. Eu sou o Israel, responsável pela unidade da Funai em Dourados.

É uma grande satisfação estar entre as autoridades, para discutir as questões indígena e fundiária em nossa região, onde há um problema gravíssimo. Colhendo todas as palavras, a questão indígena realmente é caótica e muito sensível. Esses acampamentos indígenas à margem das estradas vivem à beira de risco iminente de vida, e a Funai tem se preocupado muito com essa situação, embora esteja bastante enfraquecida na região por conta de diversas situações. Primeiro, por questões financeiras. Não temos orçamento para sustentar a demanda indígena, hoje, na nossa região. Infelizmente, somos pressionados não só pela questão não-indígena, mas pelos próprios índios reclamando os seus direitos, que reconhecemos perfeitamente.

Registro que a Funai, na representação da Gran-Dourados, tem enfrentado diversas dificuldades, entre elas a questão da segurança nas comunidades indígenas, em razão das superpopulações. Como eles disseram e registraram, ela é uma realidade. Essas superpopulações não estão conseguindo produzir o mínimo necessário e, muitas vezes, nem mesmo construir a sua própria casa dentro da reserva. A Funai tem tido muita dificuldade financeira e com os servidores, pois possui um quadro deficitário de servidores, de profissionais. Como disseram os Srs. Senadores, a questão do Estatuto do Índio tem de ser revista com a maior

urgência possível, para que possamos permear, juntamente com todas as demais entidades do Governo Federal, estadual e municipal uma política indigenista mais definida.

Esses são os posicionamentos que a Funai em Dourados tem repassado a sua Presidência, aos seus diretores, e é uma preocupação não só dos funcionários da Funai, mas de todas as lideranças indígenas que acabaram de dizer realmente a dor que essas populações estão passando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu passo, então, a palavra aos representantes da Funai. Estão presentes três deles. O Dr. Israel falou agora. Ouçamos o Dr. Márcio Justino.

O SR. MÁRCIO JUSTINO – Bom-dia a todos. O meu nome é Márcio Justino. Eu sou administrador da Funai aqui, em Campo Grande. Eu agradeço ao Presidente da Comissão, Senador Mozarildo, pelo convite e cumprimentar aqui, também, o Senador Delcídio, que no primeiro mandato, com poucos anos, já demonstra sensibilidade com a nossa questão. Então, em nome da comunidade, agradecemos o empenho que V. Exª tem sobre a questão. O Senador Ramez Tebet também tem um entendimento na questão, e o Senador Juvêncio. Cumprimento o Sr. Paulo Corrêa, Deputado, Secretário de Segurança.

Enfim, o meu colega Israel já disse praticamente como é o quadro da Funai atualmente. É um órgão que não oferece condições, realmente a estrutura é pequena, há falta de recursos humanos e financeiros. É uma dificuldade, Senador, mas isso não tem sido desânimo ou demonstração de incapacidade da nossa parte, temos feito de tudo para que a comunidade indígena atinja os seus objetivos.

Agora, o que nos preocupa, em determinado momento, é que algumas autoridades – vamos dizer assim – extrapolam, no meu entendimento, em alguns comentários e isso acirra os ânimos dos nossos patrícios que estão no campo. Ontem mesmo, eu queria deixar registrado que ouvi na imprensa, pela tarde, que o movimento indígena é um movimento de bandidagem. Isso não procede, magoa os índios e todos nós. Não somos bandidos, Senador. Eles estão buscando o que entendem ser o direito deles.

Em nenhum momento a Funai incitou alguém a praticar atos ilegais, muito pelo contrário. Os procedimentos demarcatórios são dentro do Decreto nº 1.775, são retomados, feitos estudos e não há nenhuma ilegalidade em determinado momento, como as autoridades dizem, falando contra o movimento indígena.

Eu gostaria de também contar um fato, Senador, para se ter uma idéia de como é a questão no campo. Aqui na região do Buriti, recentemente, naquele debate, dentro da comunidade indígena foram flagrados dois policiais em trajes civis – está registrado – com forte armamento, Senador, calibre doze, e nós ainda não recebemos uma resposta oficial do que realmente eles estavam fazendo lá. Então, eu gostaria que a Comissão também apurasse esse fato. Esse é um tipo de procedimento que acirra os ânimos e isso não chega a uma definição boa para todos nós.

Essa é a minha palavra inicial, Senador, dizendo que a Funai realmente está ao lado do índio, mas de uma forma legal. De maneira nenhuma há intromissão de outros órgãos não-governamentais dentro da nossa casa, vamos dizer assim.

Então, essas são as minhas palavras iniciais e eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu agradeço também e quero passar a palavra ao Dr. William Rodrigues.

O SR. LUIZ CÉSAR DE AZAMBUJA MARTINS – Bom-dia a todos. Meu nome é Luiz César de Azambuja Martins. Sou Procurador lotado na Fundação Nacional do Índio de Amambai. O Sr. William Rodrigues não pôde vir, porque está de licença, e pediu que eu viesse até Campo Grande, para conversar com os Srs. Senadores.

A situação de Mato Grosso do Sul, especificamente da região de Amambai e Dourados, no sul do Estado. Estamos vivendo uma situação que V. Exªs poderão constatar no local, no Município de Japorã; até já passei o mapa ao companheiro assessor, para que informasse melhor os Senadores sobre as fazendas e o local onde o litígio se deu, em Japorã.

Penso que o problema, com relação ao órgão indigenista, Sr. Senador, é estrutural. Sabemos que, há 30 anos, esse órgão indigenista não faz concurso para criar técnicos profissionais em indigenismo, sertanismo, e poder tratar melhor da política indigenista. Para se ter uma idéia, a minha função seria estar no fórum, estudando os processos. Mas, como há poucos funcionários, tenho que ir à área, voltar lá, ir à Justiça Federal e fazer uma série de serviços, o que poderia ser evitado, se houvesse uma estrutura funcional melhor no órgão.

Mas não cabe aqui reclamar mais dos problemas da Fundação. O problema que vejo, como Procurador, é jurídico, de choques de direitos dentro da Constituição. Ouvi o Senador dando uma entrevista, acho que anteontem. Parece que já foi dado um sinal para o caminho a ser tomado para a solução disso. O Senador deu uma entrevista, no Bom Dia MS, da TV Morena, e, como estudante de Direito, formado, vendo o problema há mais de 15 anos, defendendo as demarcações,

vejo que realmente deve ser feita uma mudança na Constituição. Logicamente que, na nossa posição de funcionário público e de eleitor, contamos com os Srs. Senadores para que, como disse o indígena, dêem-nos uma solução para esse caso. Está ficando dramática a situação, a ponto de não podermos mais ir ao fórum para explicar por que está acontecendo isso. E a população, parte dela preocupada e curiosa, quer saber mais como vive o índio e por que está havendo esses problemas. Muitos apóiam, muitos não entendem, e muitos criticam. De maneira que a solução agora deve estar com o Senado, com o Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço e, para dar oportunidade aos membros da Comissão que desejam fazer perguntas – o Senador Jefferson Péres já me adiantou que deseja fazê-las –, passo a palavra a S. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – É claro que o grande problema na questão indígena é o da demarcação das terras e o conflito com os não-índios que as ocupam há pouco ou muito tempo, não importa. Essa é a questão principal – eu sei – sobre a qual a Comissão vai debruçar-se e que o Congresso Nacional tem que chamar a si.

Mas, independentemente disso, ouvi a Líder indígena Maria Regina se queixar muito das condições de vida das comunidades indígenas, principalmente da falta de escola e de assistência médica. Assim, a pergunta que faço é a seguinte: não existem ações comunitárias nessas comunidades, seja do Poder Federal, por meio da Funai, seja do Governo do Estado? Faço uma pergunta – não se trata de acusação – aos dois servidores da Funai. O Estado do Mato Grosso do Sul é relativamente pequeno, ao contrário do meu, o Amazonas. Não existem ações ou existe problema em implantar escolas nessas comunidades? Por exemplo, ela se queixou amargamente de que não existe escola para os filhos dela. Não sei se a acusação é procedente, mas, se for, é tão difícil fazer isso? Independentemente da questão de terras, repito. A pergunta é dirigida aos funcionários da Funai.

O SR. JORGE ANTÔNIO DAS NEVES – O meu nome é Jorge Antônio das Neves, fui Chefe do Posto Indígena da Aldeia Buriti, agora estou trabalhando no ??? Realmente sou servidor da Funai há 23 anos. Quero agradecer aos Deputados e Senadores presentes.

A nossa comunidade indígena está em estado precário. Existem muitos programas para ajudar os índios – por exemplo, Pantanal -, mas nada chega realmente à comunidade indígena. O auxílio é tão pouco que não atende à nossa comunidade. Quando falo isso até me dói, porque criticar a Funai e o índio é fácil, difícil é saber a realidade de quem vive lá dentro com os índios. Estou falando aqui como um branco.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Senador Delcídio Amaral deseja fazer alguma pergunta?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer algumas considerações. Primeiro quero cumprimentar todas as lideranças indígenas conhecidas e o líder maior da Funai no nosso Estado, Sr. Márcio.

Senador Mozarildo, Senador Jefferson Péres, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Ramez Tebet, secretário Dagoberto, representante do presidente da Assembléia, caro Paulo, Deputado José Teixeira, também da região de Dourados, penso temos uma oportunidade ímpar para resolver essa questão. Estivemos em Roraima, na semana passada, repetindo a mesma programação que estamos cumprindo aqui. Evidentemente a situação de Roraima ocorre dentro de um outro contexto. Há pontos comuns e outros específicos da região da Amazônia, da fronteira com a Venezuela e da Guiana. Entretanto, em decorrência dos depoimentos aqui apresentados e do que todos discutimos na Comissão, tivemos uma audiência pública ontem, também, em que o Governador Zeca do PT foi representado pelo secretário Dagoberto e o Governador de Roraima, Flamarion Portela, estava presente.

Na próxima semana, no dia 4, teremos uma audiência com o Ministro da Justiça, a quem a Funai está subordinada, e com o Ministro da Defesa, José Viegas Filho. Dessa forma concluiremos toda essa rodada de reuniões para que o Senado apresente uma proposta que passe não só pelo Legislativo, mas também pelo Executivo.

Ontem, antes de vir para cá, estive com o Presidente Lula e com o Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, que conhece muito bem a questão indígena. S. Exª até esteve em Roraima, conheceu as aldeias e está sensibilizado com essa questão. Penso que essa é uma extraordinária oportunidade de conversarmos ponderadamente com todas as pessoas e estruturarmos uma política que dê tranqüilidade às nações indígenas e a todas as pessoas.

O Senador Jefferson Péres mencionou algo que ontem ficou muito claro: temos que encontrar definitivamente uma solução, principalmente pelas dificuldades que estamos enfrentando, para a falta de recursos da Funai. Não há mínima possibilidade de se conduzir uma política indigenista competente, ou pelo menos razoável, se os administradores também não tiverem o mínimo de estrutura para fazer frente aos desafios desta política.

Dentro da nossa programação nós devemos estar com o relatório concluído na semana seguinte às audiências com os Ministros. Não tenho dúvida nenhuma de que o Senado, como representante da Federação, representante dos Estados, vamos contribuir muito para que o Brasil, definitivamente, ou pelo menos tenha condições mínimas de equacionar, primeiramente trazendo tranqüilidade às comunidades indígenas, respeitar a nossa história e, acima de tudo também, garantir a paz social, não só em Mato Grosso do Sul, mas do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concederei também a oportunidade de falar, embora não pertença à Comissão, a uma pessoa que está muito preocupada com essa questão e tem apresentado no Senado, reiteradamente, a sua preocupação com o problema. Gostaria de ouvir o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Primeiramente um bom-dia a todos, ao Senador Jefferson Péres, ao Senador Mozarildo Cavalcanti que nos visita. Nossas boas-vindas a esses dois excelentes Senadores.

Talvez tenha sido o Senador que mais fala, que mais enfrenta o problema, mas a minha grande preocupação é justamente com os indígenas. As colocações foram sempre feitas em defesa do indígena. Fiz até uma proposta, uma PEC – Proposta de Emenda à Constituição, que já está tramitando aqui no Senado. Não sei se a referência feita pelo representante foi à minha proposta, ou se haveria outra.

O que estou entendo de tudo isso? Primeiramente, de um lado os índios, usando em razão do busca do seu direito até mesmo de violência da invasão, da depredação do patrimônio, do outro lado o não-índio que tem o seu patrimônio legitimamente adquirido e que está sendo violado. Então precisamos buscar uma solução para isso.

Com referência à reforma agrária, a solução existe. Quando há um conflito, o Governo vem e desapropria a área, paga em título da dívida agrária e as benfeitorias de boa-fé são pagas em dinheiro. No entanto, quando se quer fazer uma demarcação para o índio, numa área em conflito como estamos tendo aqui, o Governo Federal não tem autorização legislativa, a Constituição não permite. Então fica a Funai vindo aqui, o Presidente nacional, não conversa com ninguém, só vai lá, faz isso, faz aquilo, etc.; a Funai sem condições nenhuma porque materialmente está desprevenida, muito embora tenha grande boa vontade, mas está desprevenida, e, preocupada com questão do índio, às vezes até age unilateralmente em vez de agir no sentido do coletivo, mas a União não pode entrar para compor a dificuldade que está se passando.

A legitimidade da propriedade é a legitimidade do direito do índio, o direito à terra imemorial. É o direito imemorial que se fala. Nós também achamos que é preciso que haja uma expansão em certas áreas – não em todas –, haja uma expansão para poder amparar a todos. Mas se a Constituição não permite, o Presidente da República não tem como fazer a desapropriação da área para demarcar em favor do índio. Não tem como.

Então este meu projeto diz justamente isto: que pode haver a desapropriação sim e demarcar em favor da comunidade indígena.

Colocado na mão do Poder Executivo, do Presidente da República, naturalmente é um instrumento de composição. Agora, como é que se compõe? Que dificuldade é essa? O direito do índio está na área subjetiva, não está na lei – nesse caso não estaria na lei. O que está na lei é o direito à propriedade. E aqueles que estão com a propriedade legitimamente titulada na sua mão também pagaram pela propriedade, têm seus filhos, têm sua vida e não pode também ser diminuído o seu interesse. Chegaria o Estado, que comporia a situação, colocando o índio na demarcação e indenizando os proprietários.

Essa é a solução. Fora dessa solução, não há saída. Seria conversar demais, enrolar os índios e enrolar os proprietários. Como disse o cacique, "não é possível que a gente converse tanto e não realize nada"!

Vamos dar esse instrumento de trabalho para o Presidente da República, para que ele possa, na verdade, fazer a desapropriação e a demarcação. Demarcou, satisfez o índio; indenizou, satisfez o proprietário. Enquanto não se tiver esse instrumento legal na mão, não haverá condições de se resolver esses problemas de forma nenhuma.

Temos que entender o seguinte: resolver os problemas com violência pura e simples só acontece quando há revolução; quando não há revolução, é ilegalidade; se é ilegalidade, a força da justiça tem que prevalecer. Por isso, é preciso que se dêem para a Justiça os instrumentos legais para se compor o conflito.

Somos todos irmãos, índios e não-índios; todos temos famílias, todos temos fome; há pobreza de lá e há pobreza de cá. Será que estamos só de um lado? Não há como estarmos só de um lado.

Portanto, eu deixaria para os senhores a minha preocupação, a minha proposta, que traz solução. Pode ser que o meu projeto não seja tecnicamente perfeito, mas ele é um sinal de reforma da Constituição, que foi sclicitada até aqui pelos senhores próprios. Que este sinal signifique realizar uma reforma da Constituição

que dê condições de demarcação das áreas indígenas, principalmente nessas questões de expansão do aldeamento em razão da superpopulação de indígenas em determinadas áreas.

Essa é a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para encerrar este bloco, quero conceder a palavra ao Secretário Dagoberto.

Antes de S. Sª iniciar, quero desde já agradecer a todas as lideranças indígenas e aos representantes da Funai que usaram da palavra e pedir que caso tenham algum documento que queiram encaminhar para a Comissão, que o façam. E eu gostaria de pedir ao representante da Funai – embora possamos fazê-lo diretamente em Brasília – os dados das comunidades indígenas, como a questão das áreas, das áreas que estão em expansão, dos laudos antropológicos, dos decretos homologatórios, enfim, tudo o que possamos ter como subsídio para tomarmos uma decisão no âmbito do Senado Federal.

Para encerrar este bloco, quero passar a palavra ao Secretário Dagoberto.

O SR. DAGOBERTO – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Quero rapidamente cumprimentar o Senado pelo fato de ele estar avocando esta situação que estamos vivendo no Estado. Estávamos vivendo uma situação de desespero porque nem o índio e nem os produtores tinham mais a quem recorrer. A Justiça não decide, os problemas vão sendo "tocados com a barriga", como eles mesmos afirmaram, e a situação parece que não está ocorrendo no nosso País.

Há dois anos há tanto conflito, tanta morte, e até agora não víamos nenhum socorro nessa direção. Ainda ontem declarei a minha satisfação de ver o Senado com essa preocupação, porque entendo como o Senador Juvêncio e os demais Senadores, no sentido de que se não houver o instituto da indenização, será muito cômodo para a União, porque ela ficará de fora e deixará o índio conflitar diretamente com o proprietário. Isso gerará fatos como os que ocorreram no nosso Estado.

A partir do momento em que há indenização, a discussão é do proprietário com a União: de quanto se paga, como se paga e de que forma se paga, e acaba esse conflito diretamente entre o índio e o proprietário. Também concordo com a questão do orçamento da Funai.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade por dois motivos: primeiro, porque foi feita uma denúncia pelo Márcio em relação à participação de um policial. Eu gostaria que ele – e vou pedir para a Drª Sidinéia – identificasse onde ocorreu isso e o nome dos policiais, porque não permitirei isso e tomarei providências urgentes nesta direção.

Segundo, eu gostaria de fazer um apelo para os senhores em função de algumas ações pendentes judiciais, como a do caso de Sidrolândia e Dois Irmãos, aqui de Buritis, estamos já com o prazo esgotando. A de Panambizinho tem um acordo até abril com o próprio Governo Federal, que vai ter que encontrar uma saída para isso. Lá em Japorã, a Desembargadora nos deu um prazo.

O apelo que quero fazer é para que agora, neste momento, não façam invasões. Isso é importante. A invasão que houve hoje – e as áreas já foram desocupadas – de Japorã e Iguatemi está repercutindo negativamente, por causa da destruição que houve lá. Então, não se pode perder a razão. É preciso ter cuidado. Vamos confiar nas autoridades. O Senado veio aqui ouvir, porque sabe que tem que mudar a Constituição e tem que encontrar uma alternativa rápida e forte, pois não podemos mais ficar assistindo a isso. Como dizem, não vamos esperar morrer gente para depois acudir. Por outro lado, esperem da forma que estão, nas áreas que estão, vocês já chamaram a atenção das autoridades, está aqui presente a imprensa de todo o mundo.

Vou pedir, porque isso ajuda o Estado. Nós queremos ajudar daqui para frente. Não tenham dúvidas de que haverá soluções nessa direção, mas é importante que aguardem pacificamente onde estão. Isso é importante para não perderem a razão, para que a opinião pública não fique contra vocês e para que não ocorra aquilo que está ocorrendo em Japorã e Iguatemi.

Isso vem de forma negativa. Então vamos aguardar. Para o que precisar, o Governo do Estado estará à disposição. Se precisar ver, se as decisões estiverem demorando, montaremos comissões, como fiz agora para buscar o ônibus. Monto outra aqui e vamos parar em Brasília. Mas vamos ter ordem nisso. Vamos manter a ordem, para não perder a razão. Vamos evitar, neste momento importante de crise em que estamos vivendo, para que haja novas invasões.

É o apelo que queria fazer a todas as Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mais uma vez, quero agradecer e dizer a vocês que, embora eu saiba que quando a pessoa está esperando muito tempo por uma solução que não vem realmente, vai perdendo a esperança e vai buscando outros caminhos, repito uma frase que o Senador Jefferson Peres gosta de usar: a guerra é assunto muito sério para ficar na mão só de generais. Esse assunto indígena é muito sério para ficar, por mais competência e empenho que a Funai tenha, só com a Funai ou só

com o Ministro da Justiça. Por isso, o Senado está entrando nessa situação, para solucionar muitas coisas que estão aí sem solução e que dependem de uma lei, de uma emenda na Constituição. Quem a faz? O Congresso Nacional, o Senado .

A Câmara dos Deputados está com uma comissão, que não sei se virá aqui, mas que está indo a Roraima segunda-feira. Vou sugerir que a comissão venha aqui também, porque queremos trabalhar em conjunto – Câmara e Senado – para dar uma solução. Não é possível que nós brasileiros não encontremos uma solução para os nossos irmãos que representam 0,2% da população do Brasil. Não é possível que não tenhamos condições de encontrar essa solução. E nós vamos encontrar. Posso garantir que vamos encontrar essa solução. Logicamente, vamos somar esforços aos que já foram feitos até aqui pelos órgãos competentes, Funai e Ministério da Justiça, mas vamos além, vamos propor emenda constitucional, leis ordinárias, mas que a solução venha o mais rápido possível. Isso eu lhes posso garantir. E quero agradecer, porque temos que ouvir várias outras pessoas. Temos que voltar a Brasília com dados importantes.

Concluo pedindo que me remetam os documentos. Quero até pedir desculpas aos Líderes, pois não pude dar a palavra, no caso do Manuelito e do Basílio. Mas eles podem remeter para a nossa Comissão em Brasília ou aos nossos Senadores aqui do Estado, pois estaremos com muita disposição. Estamos aqui para tentar resolver o problema.

Muito obrigado.

Vocês vão nos dar a oportunidade de ouvir outros segmentos. Podem ficar com Deus e com confiança.

Vamos dar cinco minutos de intervalo.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria de convidar os representantes dos produtores e entidades ruralistas para tomarem assento na primeira fila, para que possamos dar prosseguimento.

Dando seqüência, peço aos representantes do Movimento Nacional dos Produtores da Federação da Agricultura, também incluindo extrapauta, vamos dizer assim, o Presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul, portanto, três representantes dos produtores de entidades ruralistas, que sejamos concisos. Sei que V. Sas têm uma organização boa e que pudermos ser sucintos na explanação e depois encaminhar os documentos para que a Comissão possa se debruçar sobre eles, porque pretendemos usar a parte da tarde para irmos **in loco** à área onde está havendo o conflito, para que possamos ter um diagnóstico mais completo.

Creio que os senhores conhecem todos os membros da Comissão, mas quero apresentá-los. Eu, Senador Mozarildo Cavalcanti, como Presidente, Senador Delcídio Amaral como Relator, o Senador Jefferson Péres como membro e os dois outros membros que não puderam comparecer são os Senadores João Ribeiro, do Tocantins, e o Senador Romero Jucá, de Roraima. Estão também acompanhando os trabalhos da nossa Comissão os Senadores Juvêncio da Fonseca e Ramez Tebet como convidados.

Quero, portanto, para ganhar tempo e agilizar os nossos trabalhos, começar concedendo a palavra ao Dr. João Bosco Leal, Presidente do Movimento Nacional dos Produtores.

O SR. JOÃO BOSCO LEAL – Bom dia, Senador. Em seu nome, eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades presentes e todos os Senadores que compõem esta Comissão.

O MNP tem bastante preocupação com o que está ocorrendo em nosso Estado, porque temos a nítida sensação de que o que está ocorrendo aqui vai acontecer no Brasil inteiro. Temos visto o pleito de índios para demarcação de terras exatamente nas áreas de fronteira e entendemos isso como um problema de segurança nacional, além de outros problemas dos produtores. Até hoje não vimos nenhum índio pleitear áreas junto ao litoral brasileiro, só nas áreas de fronteira. Vamos expor as fronteiras do País a contrabandistas, a FARCS, a todo tipo de contravenção penal.

Dentro desse contexto, agora, eu gostaria de me dirigir mais ao nosso Estado, pois, temos, hoje, 35 propriedades invadidas, das quais 33 por índios, como o exemplo da Fazenda São Miguel, desde 1985, sem que seja dado um término a essa demanda.

Num país democrático, representado pelos três Poderes, é de fundamental importância que o Congresso Nacional trace uma legislação clara, distinta, para que o Executivo e o Judiciário possam amparar os produtores e os cidadãos brasileiros. Dessa maneira, entendo como muito louvável o Congresso estar chamando a si a responsabilidade de esclarecer essa legislação. Dentro dessas possibilidades de risco para a nação de perda de produtividade, de exportação brasileira, econômica do agronegócio brasileiro, sim, como agora caminhões sendo bloqueados com exportação de carne brasileira por falta de vacinação de gado em áreas invadidas por índios. A economia do País, como um todo, está em risco. Então, entendemos que precisa ser mais clara a legislação nesse sentido.

A área invadida não pode ser objeto sequer de vistoria, como hoje está sendo feito com os movimentos sociais. O Movimento Nacional de Produtores fez uma grande campanha nacional, uma coleta de assinaturas

por todo o País e o Congresso Nacional acatou e, em determinada ocasião, implantou essa legislação que hoje entendemos que bloqueou bastante o ímpeto dos movimentos sociais nas invasões, porque sabem que as áreas invadidas não serão objeto sequer de vistoria. Entendemos que essa é uma das possibilidades com que o Congresso poderia ajudar os produtores. Então, essa é a nossa sugestão.

Uma outra sugestão é que o Congresso Nacional analise a legislação canadense com relação aos índios, porque o índio canadense que quer continuar silvícola tem a sua área e todos os direitos, como hospitais, escolas, enfim, todo o amparo do Estado, mas desde que permaneça na sua reserva. Se sair da sua reserva, ele será um cidadão com direitos e obrigações.

Não temos visto no Brasil, Senador, índios terem obrigações. Os índios, hoje, podem ser motoristas, podem comprar carro, podem tirar carta, podem votar em V.Exª, podem tudo, e não acontece nada quando esses índios, como o Paulinho Payakan, por exemplo, estupram uma não índia. A legislação o protege e não acontece nada. Esse índio tem que entender que ele votar sim, ele pode ter uma carta de motorista sim, mas ele também tem que ter obrigação e não pode destruir criminalmente, como está fazendo aqui no nosso Estado, transportando casas, levando casas embora, desmanchando propriedades, como V. Exªs vão ter que oportunidade de ver. Isso é crime e entendo que deva ser tratado como tal, independentemente de o cidadão ser índio ou não índio. Crime é crime.

Eu vou passar às mãos de V. Exª o relatório das áreas invadidas, os tamanhos das propriedades, os proprietários de todos os Municípios e essa era a sugestão do Movimento Nacional de Produtores.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a palavra do Dr. João Bosco Leal.

Passo a palavra ao Dr. Alcídio Coelho Neto, que é Presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul.

O SR. ALCÍDIO COELHO NETO – Senador Mozarildo Cavalcanti, em seu nome gostaria de cumprimentar todos os membros da Mesa.

Gostaria de abordar o aspecto do drama dessas famílias injustiçadas, invadidas que são, na sua grande maioria, as pequenas propriedades, com títulos, uma boa parte títulos federais. São áreas que foram colonizadas pela União e de repente, a própria União duvida de um título que ela emitiu. A revolta, o sentimento de impotência desses produtores chega à raia do absurdo.

Nós não podemos, de forma nenhuma, concordar com essa interpretação, porque grande parte disso é uma interpretação frouxa da lei. A lei realmente tem uma redação que permite interpretação, mas é muito de frouxidão das nossas autoridades.

Nós temos, no nosso Estado, problemas fundiários, ora com o MST, ora com índio. É o nosso Estado, que no tempo da divisão tinha 70% da riqueza, hoje tem metade do Mato Grosso, porque vem tendo uma administração pública, ao longo do tempo, mais decisiva. As autoridades, lá, têm agido mais prontamente. A insegurança, aqui, afasta o investidor. Esse **boom** da soja, com esses preços tão bons, recentemente trouxe uma porção de gente para o Cone Sul que, por ora, estancou. Não vem mais ninguém. Todo mundo está esperando o que vai acontecer, porque áreas que até há pouco tempo nunca se teve notícias de que teve índio, de repente, e pior ainda, por laudos de estrangeiros, viram terras indígenas.

Realmente, penso que a presença desta Comissão do Senado é uma coisa importantíssima, porque a legislação de fato precisa ser melhorada.

Pense o senhor num pequeno proprietário, que perdeu praticamente todo o seu patrimônio, entrar com uma ação indenizatória contra a União, e ficar 15, 20, 30 anos na Justiça.

Estamos condenando esses pobres coitados à miséria.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Só um instante. Gostaria de pedir à imprensa que pudesse encerrar, porque queremos prestar atenção aos depoimentos e termos oportunidade de debatermos o assunto.

Creio que já fizeram as imagens, agradecemos, é importante o papel da imprensa também, mas gostaríamos de dar seqüência às atividades.

O SR. ALCÍDIO COELHO NETO – Estamos condenando à miséria aqueles que conquistaram, com muita luta, com muito suor, e documentados. Isso que é o triste, documentados. Eles não invadiram, não tomaram. Eles conquistaram, compraram e foram ao cartório, têm retificação dos títulos no Incra e, de repente, nada disso é válido.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a palavra do Dr. Nalcídio e quero passar a palavra ao Dr. Léo Brito, Presidente da Federação da Agricultura.

O SR. LÉO BRITO – Bom dia a todos.

Senador Mozarildo Cavalcanti, é uma satisfação receber V. Exª aqui. Quero cumprimentá-lo e, em seu nome, peço permissão para cumprimentar os demais Senadores e autoridades, Secretários, os Srs. Depu-

tados Estaduais que compõem essa Mesa, os companheiros de Mato Grosso do Sul, as demais entidades. Senhoras e senhores produtores rurais, serei breve.

Peço permissão, Sr. Senador, para ficar em pé.

Temos questões agrárias e indígenas aqui em Mato Grosso do Sul.

Essa matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em setembro do ano passado, foi alvo de várias palestras nossas pela Comissão Nacional de Assuntos Indígenas da CNA, da qual sou Presidente, e também aqui, em Mato Grosso do Sul, pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul.

Esses Estados em vermelho são aqueles nos quais temos os problemas mais sérios, onde temos as emergências. Se clicarmos em cada um deles, vamos ver em cada um deles a sua gravidade.

Vamos para Mato Grosso do Sul, que é o objeto da nossa conversa.

Esses municípios em amarelo são aqueles onde temos propriedades invadidas. Aqui temos os mandados de reintegração de posse não cumpridos. E temos aqui o mapa do Cone Sul do Estado, e que é o objeto de várias invasões em função de uma cartilha de invasão, feita pelo Sr. Antônio Brant numa defesa de tese, em Porto Alegre, em novembro de 1997, num curso de pós-graduação, que depois quero passar a cópia aos Srs. Senadores.

Tiramos dessa cartilha de invasões... Esse é o mapa do Cone Sul do Estado, para localizar Ponta Porã, Paranhos, Sete Quedas, Iguatemi, Japorã, onde os senhores hoje à tarde se deslocarão para lá. Isso mostra todos esses pontos onde o Antônio Brant tem feito desse seu relatório, dessa defesa de tese, a cartilha de invasão. Está aqui o mapa onde há todos esses pontos, que depois, oportunamente, passarei às mãos de V. Exªs.

O que acontece em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, Cláudio, podemos voltar, por exemplo, para um município como Juti. O que acontece em Juti? Esse é um mapa do Município de Juti e aqui está essa área de criação da terra indígena Taquara e a criação da terra indígena Jarará.

Estamos informando a sociedade brasileira, há muito tempo, que não só aqui em Mato Grosso do Sul mas também nas audiências, nos seminários que fizemos sobre direito à propriedade, sobre as questões indígenas em Mato Grosso, na audiência pública que fizemos na Comissão de Agricultura e Política Agrícola da Câmara Federal, em Brasília, pelas nossas andanças por Eunápolis, por Itamaraju, na Bahia, por Chapecó, em Santa Catarina, vamos olhar a terra indígena lá em Itacuru, em Japorã. Estamos levando isso ao conhecimento das autoridades, inclusive dizendo quais as fazendas que seriam invadidas.

Por que acontece isso? Como disseram nossos companheiros das entidades que nos antecederam, tanto o Dr. João Bosco como o Dr. Alcídio, quem está interessado em que aconteçam essas coisas? Quem está por trás disso? Nós tomamos a liberdade de passar nosso informe publicitário, da Farmasur, num vídeo de uma gravação do Sr. Presidente da Funai, realizada na aldeia em Itacuru, onde a imprensa foi impedida de entrar, no dia 30 de janeiro, uma semana antes da destruição das fazendas das propriedades de Iguatemi e Japorã.

Peço, por gentileza, à assessoria da Assembléia que coloque esse vídeo para que as autoridades e os Srs. Senadores possam vê-lo.(Pausa.) A Farmasur o está divulgando. Já fez isso ontem na SBT, na TV Record. Não conseguimos espaço na Globo, ontem à noite, e nem hoje no Bom-Dia Brasil, mas vai sair agora ao meio-dia e à tarde. Cópia desse vídeo já foi endereçada também à CNA e a outras entidades. Aqui tem um informe publicitário, que tem a parte do vídeo, mas tem também o CD do que estou apresentando para V. Exªs, como também tem a cópia total da reunião da Funai com seu procurador, da Funai com seus assessores, com o chefe, da Funai de Amambaí, de Iguatemi. Gostaria que os senhores, por gentileza prestassem atenção ao vídeo.

A imprensa foi impedida de entrar no dia 30. Nós tivemos, no sábado, dia 7, veiculado pela imprensa nacional, a situação dessas fazendas. Os senhores vão verificar isso lá. A responsabilidade desse vídeo é da Farmasur.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

Além disso, Srs. Senadores, temos para entregar aos Senhores, de uma forma muito modesta, uma sugestão, antes de passarmos a palavra aos produtores rurais que estão presentes para prestar seus depoimentos.

Encontram-se presentes a Dona Lázara de Miranda; o Pio Silva, de Antônio João; o Adelson, de Panambi; o Ricardo Bacha, de Sidrolândia; a Dona Méris, que vai completar, no dia 22, um ano de invadida, de Dois Irmãos do Buriti; o Deputado José Teixeira, de Carapó; Miguel Subitiu, do Município de Juti; Dona Edna Edith, de Aquidauana; Ronei Fux, de Ponta Porã; Wilson Nunes, de Amambaí.

Hoje à tarde, no local onde os senhores vão, há o José Alagoano, um senhor de 82 anos, e o Joel, em Iguatemi, porque montamos um acampamento às margens do rio Iguatemi, onde fizemos as nossas reuniões.

Quero passar aos senhores também uma proposta da CNA e da Federação da Agricultura. Quem somos nós para aconselhar legisladores, mas seria uma proposta que adequaria definitivamente as questões indígenas no País. A primeira delas refere-se ao Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que identifica as áreas indígenas. É preciso dar aos produtores oportunidade de participar da identificação das terras indígenas em todas as suas fases, porque temos apenas 90 dias para o contraditório numa situação daquela de esbulho, de invasão, impossibilitados até de recursos para custear as despesas judiciais.

Como disse o Dr. Laucídio, a nossa esperança está no Legislativo. Confiamos no Executivo. O Judiciário não tem tempo para julgar, para termos uma condição; é um pouco demorado. Então, confiamos em V. Exªs. Modestamente – é uma ousadia nossa –, temos em mão uma minuta de decreto do Senhor Presidente da República estabelecendo que, no caso do Decreto nº 1.775, "não será objeto de estudo antropológico de identificação de que trata o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, nos dois anos seguintes à sua desocupação" – trata-se da mesma proposta do Dr. João e do Dr. Laucídio – "ou no dobro desse prazo em caso de reincidência". A área invadida por índios não deve ser objeto de estudo antropológico nos dois anos seguintes, para que o produtor possa recuperar, poder trabalhar e possa averiguar a realidade. Ainda temos a pretensão de sugerir que, uma vez serenados os ânimos com a adoção de tal medida, deve o Governo ouvir os índios e conhecer as suas reais necessidades. Há muito que o Governo perdeu a interlocução com os índios, relegando-os às influências de organizações não-governamentais, muitas delas alienígenas, sabe-se lá com quais interesses em nosso País. O Governo deve pôr o cobro nesse desmazelo, retomando as rédeas da soberania nacional.

Por último, Srs. Senadores, uma vez constatada a necessidade de serem conferidas mais terras aos índios, o que será possível averiguar após a retomada do diálogo entre eles e o Governo e por meio de estudos sérios e pertinentes, deve-se estabelecer um regramento legal, tendente a tornar possível, ainda que pela desapropriação de terras, mediante o pagamento justo, prévio e em dinheiro.

Trata-se de uma sugestão modesta, e quero passá-la à mão do Sr. Presidente juntamente com o mapa das invasões de Mato Grosso do Sul, formulado pelo Sr. Antônio Brant, pelo Conselho Indigenista Missionário e por outras entidades. O material é extenso. Não tenho outra cópia. Posso passá-lo à tarde ao Sr Presidente, quando a outra cópia já tiver sido providenciada, e ao ilustre Senador, nosso Senador de Mato Grosso do Sul, Relator desta Comissão. Esse vídeo contém toda a fala que foi possível gravar, que chegou às nossas mãos. Certa hora, podemos ouvir "desliga o gravador". Mas há o áudio, que continua.

Essa matéria é publicitária, de responsabilidade da Famasul, está sendo veiculada nas três principais emissoras de televisão e também estará disponível em toda a imprensa.

Se o senhor me permitir, gostaria de passar a palavra à Dª Lazara Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes, gostaria de fazer uma ponderação.

A assessoria da Comissão, ao estabelecer uma agenda prévia, entrou em contato com todas as partes envolvidas, para que pudéssemos ter capacidade de cumprir, durante a manhã, as audiências e, à tarde, nos deslocarmos à região de Guatemi.

Portanto, não há previsão de fala de outras pessoas. Poderei conceder a palavra a uma pessoa que represente todos.

O SR. – Sr. Presidente, com todo o respeito. Se V. Exª me permite, prestei muita atenção ao tempo concedido às comunidades indígenas.

Fui procurado pelo Secretário Dagoberto que me disse que trouxesse uma pessoa de cada município. Eles podem entregar os documentos. Eles vão falar e entregar os documentos. Eu escolho uma senhora para representar os produtores rurais do meu Estado. Srª Méris, peço a senhora conte a sua história. (Palmas.)

A SRª MÉRIS – Bom dia. Represento a cidade de Dois Irmãos do Buriti e é com muita tristeza que mais uma reunião viemos com muita esperança de voltar para casa com alguma coisa, estamos todos aqui de novo, o meu pessoal está todo acompanhando ali. A gente está esperando uma solução de vocês, porque é muito triste o que está acontecendo com a gente. Vemos que não tem lei. Já vai fazer um ano, dia 22, que estou fora de casa. Eles entraram na minha casa, invadiram, quebraram tudo, esbagaçaram. Não tem solução para isso. Estamos lá com 16 mil pés de laranjas abandonados, ninguém vai lá ver. O gato que tínhamos lá tivemos que tirar e arrendar pasto. Os índios estão colocando gado de outros fazendeiros na área, e ninguém faz nada. Estamos vivendo de favor. Se os índios estão passando fome, eu e a minha família só não estamos passando fome por ajuda do povo. Os nossos parentes que estão ajudando. Eu não tenho condições de dar estudo a minhas filhas. Elas estão estudando lá na Fundação Bradesco, porque eu não tenho condições nem de dar comida direito a elas, sendo que eu tinha aquelas terras, a gente trabalhava. Eu sou da roça. Eu estou aqui hoje, amanhã, se vocês

forem à minha casa, vão ver que eu sou superdiferente do que eu estou aqui hoje. Lá estou de luva, estou trabalhando, estou com o meu braço aqui hoje todo doído de tanto carregar taboca, para tabocar tomate, para pagar uma dívida que não é nossa, porque eles foram lá, acabaram com tudo, e hoje estamos lá trabalhando naquele serviço pesado, que nem é de mulher. Quero que vocês cheguem lá para ver. Eu não estou só com palavras, não. Para confirmar a pessoa tem que ir lá ver. É muito difícil. Tem uma senhora, vizinha nossa, que tem 90 anos, é avó de um rapaz que está aqui, que está de cama, dependendo de favor. Ela tem que ir à Prefeitura pedir cesta básica, porque o Prefeito ... ninguém ajuda.

Depois, vêm com a defesa dos índios? Se os índios têm direitos, nós também temos. Se eles têm passado, nós também temos. A família do meu marido trabalhou vinte anos para conquistar, para comprar essa terra, e hoje estamos na rua, dependendo de favor, dependendo de vocês. O pessoal do Cimi – não sei se tem alguém do Cimi aqui —, tanto a nossa família ajudou a Igreja, fez tanto coisa, hoje o Cimi só defende os índios. Toda aquela luta que fizemos pela Igreja, mas só defendem os índios. E nós que tanto trabalhamos?

Tem um senhor que perdeu 80 cabeças de gado. Eu não tenho fotos, mas em outra audiência trarei fotos para vocês vejam a nossa família como é. Foi no suor, aquilo não foi roubado, para hoje dizerem que aquilo não é nosso, entrar, roubar e ficar por isso mesmo. Não pode.

A nossa última chance são vocês. Nós dependemos muito de vocês e eu estou com medo, porque já vai fazer um ano agora, dia 22. Vão passando os meses e a raiva vai aumentando. Vemos que os índios, no dia que eles estão alegres lá, eles estão soltando rojão, estão festejando, matando gado nosso que eles roubaram. Estão lá matando gado, festejando às nossas custas, e nós dependendo dos outros.

Olha, eu queria que vocês se colocassem no nosso lugar, para ver como é difícil. Saber que você tinha condição de dar estudo para as suas crianças, dar tudo, e hoje não tenho mais nada. Saber que hoje estou aqui e amanhã, se não hoje mesmo, quando eu chegar em casa, sou obrigada a ir para roça e trabalhar. Só não tenho muito calo na minha mão por que eu uso luva, porque eu tenho vergonha também. Sei que é muito difícil.

Agora, eles estão lá, estão morando na minha casa, os meus colchões, acabaram com tudo. Ninguém foi lá ver. Ninguém viu se acabou ou não acabou; ficou por isso mesmo.

Eles recebem cesta básica, nós não recebemos. Por que eles recebem cesta básica? Se eles precisam daquela terra, vocês vão lá ver a quiçaça que está. Nós entramos escondidos lá, arriscando a nossa vida em levar uma bala, ou matar o meu marido ou qualquer um que vai lá. Ir escondido ao que é seu, que comprou, pelo que pagou. O governo deu o título daquela terra, para hoje ficarmos assim, sem nada. Não pode uma barbaridade dessa!

O Presidente da Funai, no dia em que saímos das terras, chorando muito – porque tivemos que sair escondidos no meio do mato, com medo de passar perto deles e eles darem uma flechada numa criança minha ou qualquer coisa – falou: "Dona, o que a senhora está passando hoje foi o que a gente passou no passado".

Gente, não tem cabimento eu pagar por uma coisa que eu não fiz, por uma coisa que os outros fizeram. (Palmas.)

Aquelas terras são tudo o que temos. Hoje estou dependendo de favor. É muito difícil isso. Então, precisamos muito da ajuda de vocês.

Nós financiamos um trator de R$80 mil, que íamos pagar com o produto dessa laranja. Ainda por má sorte nossa, um ladrão foi, depois dessa invasão dos índios, e roubou esse nosso trator. Tombaram esse trator. Conseguimos pegar, mas o trator estava esbagaçado. Aí entrou para o seguro pagar até o dia 10, mas o seguro não pagou. Se o seguro não pagar, tem mais R$11 mil para eu pagar ainda, que é de seguro, que era para pagar esse trator. A gente só está tendo prejuízo.

Estamos nas mãos de vocês. Pelo amor de Deus, já não sabemos mais o que fazer. Daqui uns dias, vai começar a ter desgraça lá. Só não está tendo desgraça porque as mulheres da casa estão pedindo calma, dizendo que temos crianças pequenas. As nossas crianças ficam na beira da estrada esperando ônibus. Se um índio passa e mata uma criança dessas? Eu prefiro passar fome do que perder um filho.

Sei que é muito difícil, gente, pelo amor de Deus, dependemos muito da ajuda de vocês. Já nem queria vir hoje, nem falar. Eu falei: Ademir, não adianta eu ir lá, porque nós vamos voltar para casa naquela alegria e não vai passar daquela alegria só do momento. Eles vão falar que vão nos ajudar, vamos virar as costas, acabou. Cada uma vai para a sua casa e estamos lá dependendo de favor. Humilhando todos os dias para receber um pacote de arroz dos outros, sendo que a gente trabalha tanto e não tem dinheiro para comprar nada. Sendo que a gente trabalhou muito. Plantamos aquela laranja debaixo de chuva. O barro ia no meio das pernas da gente. Eu e minha irmã andando para

plantar aquilo lá, para hoje a gente ir lá ver tudo abandonado, pegando doença. Quem paga aquilo para gente? Quem vai pagar, por que todo mundo fica jogando um para o outro?

Sei que é muito triste. Não tem quem inveje uma vida dessas. E saber que está tudo nas mãos de vocês. Vocês podem mudar o decreto. Mudem essa lei. Se essa terra é deles, comprem aquelas terras lá, que nós vamos comprar em outro lugar para a gente. A gente não fala que não vai vender aquilo lá. (Palmas). Mas foi comprado, foi com muito suor. Meu marido passou dia e noite, dormia embaixo de trator, para poder trabalhar em outras terras e comprar aquilo lá. Com tanto sacrifício, agora você vê um roubando, soltando rojão na sua frente e você tem que agüentar. Calma, calma! Até quando?

Dia 22 faz um ano que estamos fora de casa, e não apenas eu. Tem vários produtores da redondeza de Dois Irmãos; estão todos aqui dependendo da minha palavra, de vir e falar com vocês, para ver se vocês ajudam a gente, se decidem alguma coisa.

Tem uma senhora de 70 anos que nem pôde vir hoje. Ela falou: "Olha, eu vou lá e me sinto muito bem. Depois na hora em que chego em casa, nem durmo à noite. É só pesadelo que eu tenho – é só índio, só índio". Não tem quem consiga. Ninguém está agüentando mais conviver com isso.

Daqui a alguns dias, na hora em que o Ademir me falar que vai entrar lá, eu vou dizer para ele entrar que eu vou acompanhá-lo. (Palmas.) Nós vamos entrar e vamos...Me dói muito falar isso, porque eu não quero. Se eles têm direito, nós também temos, porque nós trabalhamos. E eu não estou só falando, é prova, podem ir lá e ver.

Estou morando numa casinha lá, estou de favor. Estou trabalhando, lutando. A minha irmã, o meu marido, os outros que saíram da terra lá, está todo mundo lutando só para pagar dívida. Nós trabalhamos no tomate, na época passada, dia e noite – eu e minha irmã junto com bóia-fria e tudo – para poder pagar dívida. Olha, não tem quem viva. Por isso venho pedir a vocês, não é nem mais pedir, não sei, ando implorando para todo mundo, peço muito a ajuda de vocês, a compreensão. Se tem algum decreto, alguma coisa para mudar, que vocês mudem. Aquela terra para nós é tudo. Se perdermos aquilo lá, estamos pior do que sem-terra, porque os sem-terra falam: eu sou sem-terra. Ganham sacolão, e nós nem sacolão não ganhamos. Estou vestida com roupa ganhada. Não vão achar que tive dinheiro para ir lá na loja comprar roupa para mim e minhas crianças não. Minhas crianças, já coloquei lá, porque não tinha condição de tratar nem de comprar roupa para elas.

É muito humilhante vir no meio de uma população, falar para todo mundo passando por dificuldades e saber que você trabalha tanto, e que tem tanto bandido solto no mundo e não é preso. A gente, que tanto trabalha, perder tudo que tem assim.

Muito obrigado a vocês. Não sei se magoei alguém, mas peço muito, muito a ajuda de vocês, porque, se o mal acontecer, depois que morreu um não adianta nada. Se morrer um da minha família, serei a próxima a morrer, porque, se matarem um de lá, eu mesma entro lá também.

Estava ouvindo os índios falando lá fora que se nós entrarmos lá eles vão matar. Isso não é palavra para falar aqui para vocês, vocês acharem que está certo. Onde já se viu falar amanhã vou invadir e vou matar índio? Não é por aí. Ele tem que pensar que nós compramos, pagamos, trabalhamos para ter aquilo lá também. Ninguém entrou e roubou. Tem os títulos, foi comprado, foi pago, foi tudo certinho.

Acho que é só. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecer as palavras emocionadas e obviamente verdadeiras.

Darei oportunidade aos membros da Comissão para fazerem alguma pergunta ou consideração, começando pelo Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Um dos senhores falou que existem propriedades com títulos emitidos pela União. São casos esporádicos? São muitas? Ou seja, a União considerava terra devoluta e pediu o título... Os demais são títulos, escritura de compra e venda, mas geralmente são terras tituladas em sua maioria ou não? Todas são tituladas?

(fora do microfone)

O SR. – O Presidente Getúlio Vargas, em 1950, fez a colônia agrícola de Dourados, de 320 mil hectares. Foi identificada como terra indígena, assim como toda a fronteira com o Paraguai foi incentivada, e foram fornecidos títulos aos produtores. Existem títulos de mil oitocentos e poucos, mil e novecentos e doze em Hidrolândia, em áreas que depois foram feitas reservas indígenas, e essa reserva indígena cita como limite de confrontação essas pessoas que já ...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Os senhores asseguram que posses ilegítimas não há de um modo geral. Pessoas que se estabeleceram sem títulos, na prática, invasores. Isto não existe ou são casos isolados?

O SR. – Não conhecemos...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – De modo geral, que os senhores conheçam, não.

O SR. – De modo geral não existe esse percentual. Se existir, ultrapassa usucapião, ultrapassa vin-

tenária, trintenária e há pessoas que recolhem ITR, têm matrícula de imóvel no cartório, dão emprego, pagam impostos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Finalmente, uma última pergunta: nessas áreas onde há os conflitos, hoje eles são mais agudos? Esses conflitos são antigos ou começaram recentemente? Invasão de índios? Invasões mesmo. Não digo disputa, pendências, mas invasão.

O SR. – Tenho de 1986, se não me engano em Juti, e depois as outras já são do final da década de 1990, e acho daí já vem Antônio João e depois outra em Juti, é recente...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Elas se intensificaram a partir de quando?

O SR. – Intensificaram, inclusive homologadas pelo Presidente da República, depois da emissão do decreto, em janeiro de 1996.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passo a palavra, agora, ao nobre Senador Delcídio Amaral, Relator da nossa Comissão.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Parlamentares, Secretários, Léo, vemos que o depoimento da Méris foi duríssimo. É uma realidade que já foi muito longe.

Eu sei da batalha do Senador Mozarildo Cavalcanti, que se especializou na discussão do tema indígena há muito tempo. E, durante muito tempo, todas as ações de S. Exª foram postergadas. Elas se perderam lá pelas várias Comissões, não é, Senador? Essas ações foram sendo sucessivamente adiadas com pedidos de vista e outros processos protelatórios.

Ao ser escolhido como Relator, fui chamado ao Palácio do Planalto, ao gabinete da Casa Civil para conversar com o Ministro José Dirceu e o Ministro Aldo Rebelo. S. Exªs manifestaram preocupação não só com os acontecimentos que impactam Roraima e Mato Grosso do Sul mas também Mato Grosso e Paraná.

O que esses acontecimentos demonstraram? Que o pior dos mundos é quando as definições não existem e, principalmente, quando muitas dessas ações são manipuladas. Por termos políticas muito subjetivas, acabamos sendo prejudicados por pessoas que, na maioria das vezes, têm interesses outros que não estão ligadas aos de produtores, não estão ligadas aos das comunidades indígenas. Eles obedecem a um outro tipo de orientação, a um outro tipo de realidade.

Ressalto também que existe hoje uma insatisfação e uma preocupação muito grande no que se refere à soberania nacional. Acho que aqui, de tanto repetirmos, todos os Senadores têm um bom conhecimento da situação do País, principalmente na região de fronteira. Esse trabalho vai passar por uma avaliação nessa questão de fronteira. Em Roraima, talvez tenhamos não só o narcotráfico e o crime organizado mas uma outra forma de invasão, a biopirataria, assunto muito complicado, sem falar da questão mineral.

Ontem, pouco antes de vir para cá, fui com o Governador Zeca a uma audiência com o Presidente Lula. Um dos assuntos tratados foi sobre Mato Grosso do Sul, que, hoje, é a questão palpitante no coração e nas mentes de todas as pessoas daqui do Estado.

O nosso cronograma está bem definido. No dia quatro, ouviremos o Ministro da Defesa e o Ministro da Justiça. O Senador Jefferson Péres diz sempre que a guerra é muito séria para ficar só na mão de general. Então, temos que ocupar o espaço do Senado Federal, para estabelecermos regras, disciplina para a confusão criada.

Portanto, Léo, transmito a você, com absoluta serenidade, a notícia de que vamos preparar um relatório, a ser discutido com o Poder Executivo, objetivando instrumentalizar o Estado, criar condições para que nós, do Legislativo, tenhamos regras claras e reconquistemos a paz que todos almejam. Esse é o nosso desafio. Você pode ter certeza de que estamos determinados a encontrar, pelo menos, soluções mínimas que garantam a tranqüilidade e para que tenhamos condições de, dali para a frente, respeitando a história, a cultura e o trabalho, tenhamos condição não só de cuidar, em Mato Grosso do Sul, de outras questões relevantes que irão desenhar um futuro melhor para os nossos filhos e netos, mas também trazer tranqüilidade ao Brasil. Não podemos utilizar os instrumentos que vínhamos adotando, deixando a vida de pessoas à mercê de interpretações subjetivas que nem Deus sabe de quem. Precisamos dar um basta a essa situação.

Outra questão muito discutida por esta Comissão é que precisamos ter coragem de enfrentar algumas entidades tidas como dogmáticas, emblemáticas, porque, infelizmente, em função do dogmatismo, temos sido bastante prejudicados. Hoje, a nossa situação é de grande intranqüilidade. Penso que, com isenção, com bom senso e com serenidade, encontraremos um caminho para resolver essa questão, que talvez seja a que mais preocupa o Governo Federal. Tenham a certeza, digo isso como Parlamentar deste Estado, que, juntamente com os Senadores Ramez Tebet e Juvêncio da Fonseca, com os Deputados Estaduais, com o Dagoberto e especialmente com o Governador Zeca do PT, encontraremos uma solução para essa questão.

Méres, eu a ouvi falar sobre o drama que está enfrentando. Espero que, daqui a algumas semanas, olhando principalmente para os seus filhos e para o seu marido, tenha absoluta convicção de que valeu à pena ter vindo a esta Comissão.

Obrigado. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca. Embora S. Exª não seja membro da Comissão, é Senador por este Estado e tem se preocupado muito com a questão, inclusive discorre sobre esses problemas de maneira muito contundente no Senado Federal.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Amigos presentes, lideranças dos produtores rurais, penso que todos conhecem meus pronunciamentos e a posição que, há tempos, adoto. No entanto, algo me preocupa: a grande expectativa que todos têm de que o Senado possa resolver muitas questões. Temos nos esforçado para encontrar soluções. Estão presentes os integrantes da Comissão, o Relator Delcídio Amaral, mas muitas regras que poderiam resolver a questão, já estão escritas na Constituição, no Código Civil, no Código de Processo Civil. Resta cumpri-las. Essa é a grande verdade. Nós temos que complementar as regras, porque a regra do respeito à propriedade existe; a regra contra o esbulho possessório existe: é a reintegração de posse pura e simples, desde que se prove a propriedade e o esbulho da posse com menos de ano e dia. Isso está provado em todos esses processos. Tanto assim que devemos exaltar a figura do Juiz Odilon de Oliveira. S. Exª, antes de dar a sentença determinando a reintegração, o eminente Juiz teve a precaução de reunir a todos, até mesmo os indígenas, e tentar soluções amigáveis. Quando um juiz não consegue o acordo, às vezes até extrapolando a função judicante – e foi o caso – S. Exª dá a sentença. O Juiz sentenciou, ordenando a reintegração de posse. Mas, infelizmente, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, reformulou a decisão da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, dando uma nova sentença esdrúxula. Essa é a grande verdade. O que podemos fazer para coibir uma sentença, uma decisão esdrúxula como essa do Tribunal Regional Federal, em São Paulo? Falemos claramente: devemos respeitar todas as instituições, mas também precisamos pôr o dedo na ferida, pois, senão, nós, Senadores, ficaremos aqui apenas falando bonito. Essa è a verdade. Se o Tribunal Regional Federal tivesse cumprido com suas obrigações, como cumpriu o Juiz Dr. Odilon de Oliveira, não teria havido essa desgraça que está acontecendo aqui hoje. (Palmas.) Essa é uma grande verdade.

Eu recomendaria ao nosso Presidente Lula, que prometeu a solução para as questões que estão aqui, perigosas, até de conflito, de morte, a nosso ilustre Senador Delcídio Amaral, que a primeira coisa que fizesse para compor essa situação amigavelmente fosse demitir o Presidente nacional da Funai. (Palmas)

Por quê? O Presidente fala bonitinho de um jeito, parece que o discurso de ontem nunca é o discurso de hoje; fala bonitinho, enrola todo mundo, mas na hora da decisão não há decisão maiúscula, decisão legítima, decisão que se necessita e que seja de acordo com a lei. Meu Deus do céu, adianta essa conversinha bonita, discurso fácil? Não vamos chegar a lugar nenhum. Eu vejo de um lado a comunidade indígena extremamente insuflada; insuflada para as invasões, insuflada para o conflito, insuflada pela Funai especialmente – vimos o vídeo aqui. (Palmas).

Dizem que às vezes eu agrido um pouco. Mas é necessário; nós estamos num momento em que precisamos ferir o problema de frente. Na Procuradoria-Geral da República, alguns Procuradores, em lugar de defender a ordem jurídica e/ou o indígena, defendem só o indígena. (Palmas) Existe a ordem jurídica. E defender é obrigação da Procuradoria-Geral da República.

Eu diria o seguinte: se é para rasgar a Constituição, só com revolução. Não se rasga a Constituição nessas cláusulas praticamente pétreas sem que haja revolução. Será que é isso que eles querem? Ou vamos construir uma sociedade de paz, de tranqüilidade? O Brasil hoje está muito dúbio na sua unidade de ação, de gestão pública, da política pública, está muito dúbio. O discurso de hoje nunca é o discurso de amanhã. Um ministro fala uma coisa, outro fala outra; e o Presidente fala uma terceira coisa. Não há definição. Nós vamos acreditar em quem? Eu tenho uma grande preocupação.

Eu fiz uma proposta e mandei para as entidades – pedi sugestão, estou aguardando sugestão, se houver –, e vou colocar também para a Comissão – é uma contribuição minha essa PEC – para aperfeiçoamento. Eu sei que ela não é inteiramente, vamos dizer assim, constitucional; se é um documento bem elaborado ou não. Eu fiz da maneira que pude fazer. Mais uma coisa: vou ao meu amigo Senador Jefferson Péres, que é regimentalista, constitucionalista, zeloso pela letra da lei, sempre foi assim, não tem medo de nada nesse sentido, e nós todos o conhecemos. Quando levei o problema para a Assessoria Parlamentar do Senado Federal, tive grandes dificuldades para que trouxessem uma peça que fosse bem elaborada tecnicamente. Todo mundo ainda está vinculado às questões da propriedade de memorial, o indígena é sagrado, etc., e não se pensa nunca na propriedade, que tem que produzir. Então, a peça feita por mim foi muito mais produto da minha cabeça. Ela está aí para ser burilada. Espero

que as instituições representativas não só dos produtores, mas também dos indígenas, da Procuradoria-Geral da República, da Funai, de todos, contribuam para que haja uma legislação. Em que sentido? Qual é a grande jogada nesse instante? Isso já foi dito em algumas reuniões. Num conflito como esse, é iminente a violência. De um lado os índios que invadiram, e o Estado tem que entrar, a União tem que entrar, compor a situação. Como é que a União compõe a situação? Como acontece com os sem-terra: desapropria a área, se necessário for, se essa for a solução. Desapropria a área e indeniza regiamente o proprietário e assenta quem quiser. Mas hoje a Constituição não permite fazer isso para o indígena; só permite para a reforma agrária. Então, essa proposta de emenda à Constituição que faço é possibilitando, facultando, não é obrigatório, ao Estado, se quiser, intervir e compor uma situação de emergência, até desapropriando e pagando regiamente, o que hoje não pode fazer. E a Funai, que é uma instituição do Governo, e outras instituições públicas, não tendo a definição correta de um pensamento, de uma doutrina, de uma ideologia do Governo Federal, ficam em dúvida, sem rumo e em desespero.

Espero que o Brasil mereça melhores dias.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet para fazer as suas considerações.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vou fazer, sim, Senador Mozarildo Cavalcanti, mas antes quero interpretar o sentimento da gente da minha terra.

Investi-me no mandato de Senador em 1995, quando tomei posse. Portanto, há oito anos que estamos trabalhando nessa questão que nos aflige, mas o que é interessante é que trabalhamos nos bastidores. É terra que sabemos que está produzindo, que tem dono, que tem título, que é invadida, e vai o Parlamentar, vai o Ministro da Justiça – na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quantas vezes fui a ele –, mas não tínhamos o sentido que estamos tendo hoje no Legislativo brasileiro.

Daí por que Mato Grosso do Sul se sente honrado – quero dizer isso – e o Senado engrandecido por ter organizado uma Comissão sob a Presidência de um homem de Roraima, profundo conhecedor desse assunto, que tem feito no Senado da República a sua bandeira de trabalho em defesa não só da terra, mas da soberania nacional, em defesa dos interesses do País, que é o Senador Mozarildo Cavalcanti, muito bem acompanhado por esse campeão, a meu ver, de postura de homem, Senador Jefferson Péres, que tem merecido não apenas a minha admiração, mas a admiração da Nação brasileira.

É esta a mensagem que quero trazer e dizer para aquela senhora que falou dali, emocionada, contando o drama da sua família: existe agora, sim, uma esperança mais concreta, porque, ao longo desses anos, é a primeira vez que o Senado da República toma para si essa vontade de querer, de não mais mendigar no Poder Executivo as providências, para a manutenção, mas de fazer sentir ao Poder Legislativo, que, como Casa da Federação, está interessada, está alerta.

Não tinha nem discurso, agora está tendo, e o quão o Senador Juvêncio da Fonseca tem sido veemente nisso, falando por todos nós na defesa da tese que S. Exª esposa.

Nós, de Mato Grosso do Sul, sentimo-nos honrados, porque, nesta Comissão , há um sul-mato-grossense como Relator, que é o Senador Delcídio Amaral, que pertence ao partido do Governo e, portanto, estamos agindo aqui, além de reconhecer o mérito dos Senadores, estrategicamente.

E não querendo repetir a fala de todos que me antecederam, gostaria de dizer que, agora, há uma efetiva esperança da solução do problema que aflige a todos quanto aqui se encontram. Antes a luta se limitava aos gabinetes e, hoje, a luta está aberta, e a Comissão não sairá desprestigiada desse trabalho que tem custado o esforço dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Péres, que aqui se encontram, porque eu, Juvêncio e Delcídio, afinal de contas, estamos, na nossa Casa, de tal forma identificados com esse problema, que ao perceber quem aqui se encontra, em defesa de muitos, já fomos a esses encontros em gabinete, sem nada conseguirmos. Essa é a verdade. Vislumbro aqui quantos têm esse problema e quantos já pediram o nosso auxílio, nossa participação nessa luta.

Quero dizer mais uma coisa: o Brasil não pode continuar atrasado. Ontem uma Procuradora da República, muito culta e inteligente, disse, no Senado, que no Canadá existe esse problema, citou mais dois países na mesma situação e registrou que, em verdade, os países fortes já o eliminaram.

No Brasil, estamos sofrendo por causa dele, nossos brios e nosso sentimento de nacionalidade foram atingidos. Quero repetir aqui o que eu já disse no Palácio do Planalto inúmeras vezes: em minha opinião, considerando os problemas do indígena e os do sem-terra, mais importante é resolver o problema do índio, que tem muito mais razão que o sem-terra. Contudo, os proprietários e aqueles que produzem têm muito mais razão do que os índios que querem invadir as terras produtivas.

Para provar meu raciocínio, lembro que a população indígena brasileira não ultrapassa trezentas mil. O que custa ter uma política verdadeira? O que custa à

Funai realmente se ocupar para encontrar terras ociosas ou para comprar terras daqueles que realmente querem vender sua propriedade para alojar os índios e dizer-lhes que ali é o lugar deles? Ou vamos todos nós nos sujeitar à caça e à pesca? Explico: onde houver um passarinho voando ninguém terá tranqüilidade para trabalhar porque realmente os primeiros habitantes do Brasil e de toda a América foram os índios.

Temos de lutar e sugerir mudanças na legislação. Como salientou o Senador Juvêncio da Fonseca, com certeza, esse relatório apontará a necessidade imperiosa de uma atitude firme do Governo, no sentido de fazer a demarcação absolutamente necessária e não a demarcação indiscriminada, produto da influência dos antropólogos que a querem fazer sozinhos e se julgam os donos da verdade, sem que reconhecer aos outros o direito de também participar do processo.

Era isso que eu gostaria de transmitir.

Nós do Mato Grosso do Sul estamos muito honrados. Eu poderia dar uma abraço nos Senadores Jefferson Péres e Mozarildo Cavalcanti. Quantas vezes abraço o Senador Juvêncio da Fonseca e o Senador Delcídio Amaral! O homem público precisa de estímulo. Dirijo essas palavras aos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Péres publicamente por isso. Não tem outro sentido porque nossa amizade é muito grande. Preciso abraçá-los publicamente. Esta comissão vai para frente e apresentará resultados sérios porque tem homens como os senhores e tem Relator como o Senador Delcídio Amaral, que conhece nossos problemas, além do Senador Juvêncio da Fonseca, que está fazendo discursos de acordo com o que pensa. Aliás, S. Exª tem feito os discursos mais eloqüentes no Senado da República nos últimos tempos.

No mais, meus agradecimentos e minhas escusas, Senador Mozarildo Cavalcanti. Aqui, todos me conhecem e, com certeza, haverão de me desculpar. Cheguei atrasado, tive de me ausentar, mas eu sabia que minha ausência pouca falta faria porque os senhores estão aqui, o Senador Juvêncio da Fonseca ficou aqui do começo ao fim, assim como o Senador Delcídio Amaral.

Muito obrigado a todos e meus cumprimentos a todos os parlamentares e às representações de classe presentes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço as palavras do Senador Ramez Tebet, que presidiu o Senado e, portanto, sabe da importância desta Comissão do Senado, porque agora, como S. Sª bem frisou, pela primeira vez na história, o Senado avocou para si o problema para – como foi dito pelo Senador Delcídio Amaral – realmente não deixar essa guerra somente nas mãos dos generais da Funai, dos generais da antropologia e dos generais das Ongs, que, enfim, de um lado, cometem sérios equívocos, do outro lado, pensam que estão ajudando os índios, mas muitas vezes estão prejudicando os índios.

Quero registrar também um ponto trazido pelo Sr. Ricardo Bacha. Existe uma emenda constitucional de minha autoria, incluindo nas competências privativas do Senado a decisão final sobre a questão da demarcação de terras indígenas e de reservas ecológicas. (Palmas.)

Penso realmente que agora o momento é propício. Esta Comissão deve concluir por várias sugestões, como a apresentada pelo Senador Juvêncio da Fonseca, as PECs de minha autoria, outras medidas infraconstitucionais, de legislação ordinária, até mesmo de decretos legislativos. Não buscaremos uma guerra com o Poder Executivo, mas vamos mostrar ao Poder Executivo que é bom para ele que essa questão fique efetivamente na competência privativa do Senado, porque não só temos a responsabilidade de representar os Estados, como temos a responsabilidade de zelar pela integridade e pela soberania da Nação – nós mais até do que a Câmara dos Deputados.

Quero pedir desculpas aos senhores. Se fosse o caso, nós gostaríamos de ficar aqui dois dias discutindo o problema, mas somos escravos do tempo. Peço desculpas por não ouvirmos todos que gostariam de falar, porque ainda temos dois blocos de audiência e temos um prazo curto para, à tarde, irmos à região. Se prolongarmos muito mais aqui, não poderemos ir à região.

Estejam certos de que queremos buscar uma solução. Pedirmos, inclusive, que encaminhem todos os documentos que tenham à Comissão, o que pode ser feito por meio dos Senadores Delcídio Amaral, Juvêncio da Fonseca, Ramez Tebet ou por meio do Secretário de Justiça. A Comissão terá ainda um prazo pelo menos até depois do dia 4, porque ouviremos – como foi dito aqui – os Ministros da Justiça e da Defesa. Sei que esse sofrimento, como lá em Roraima, já vem de décadas. Não queremos que essa solução não demore mais que um mês. Esperamos apresentar as soluções dentro de um mês e negociar com o Poder Executivo uma solução muito rápida.

Peço desculpas por não conceder mais a palavra a ninguém, porque temos que concluir até o meio-dia essas audiências para podermos ir, na parte da tarde, à região de Iguatemi.

Muito obrigado. (Palmas.)

Encerramos esse bloco.

Posteriormente, gostaríamos que nos deixassem, para que pudéssemos ouvir, conforme o pedido

das lideranças, somente a Comissão e as lideranças indígenas.

Solicito, então, às assessorias da Assembléia e do Senado que façam entrar os representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário. (Pausa.)

Eu gostaria de dar as boas-vindas aos Srs. Procuradores, ao Sr. Juiz Federal e ao Sr. Superintendente da Polícia Federal.

Esclareço, inicialmente, que a Comissão temporária externa do Senado Federal foi criada com o objetivo de ir aos Estados de Roraima e Mato Grosso do Sul, onde têm ocorrido conflitos mais exacerbados. Portanto, com essa decisão do Senado, a questão foi avocada para que a Casa possa talvez servir até como intermediária nessa situação e decidir, mediante legislação que possa vir a ser produzida, essas questões da maneira mais rápida possível. O que queremos é buscar soluções que pacifiquem a situação, permitindo, portanto, que os índios tenham condições de viver tranqüilamente e que os outros brasileiros também possam continuar sua vida em paz.

Então, é com muita honra que a Comissão recebe V. Sªs.

Eu gostaria de começar o trabalho deste bloco ouvindo o Dr. Odilon de Oliveira, Juiz Federal do Mato Grosso.

O SR. ODILON DE OLIVEIRA – Meu nome é Odilon de Oliveira. Sou Juiz Federal há 14 anos no Estado e há 18 anos em toda esta fronteira de Mato Grosso do Sul até Guajará-Mirim, no final da Bolívia.

Já tenho certa vivência com as questões indígenas há aproximadamente vinte anos. Fui juiz federal em Rondônia, em Mato Grosso e estou agora em Mato Grosso do Sul. Especificamente quanto a Mato Grosso – não sei se a Comissão dispõe de dados –, a Funai forneceu-me dados de que seriam de 44 mil a 54 mil índios. Esses índios estão numa área de 642 mil hectares em todo o Estado. Então, a ocupação indígena é esta: 642 mil hectares. Desses 642 mil hectares, existem 608.518 já demarcados. Isso não significa que não sejam terras em litígio, porque, muitas vezes, há demarcação e os proprietários vão à Justiça impugnar. E existe ainda uma área de 34.241 hectares de terras já identificada e ainda há terras a serem identificadas como terras indígenas em mais onze municípios. Assim, no Estado, hoje, há conflito de terra em um terço dos 77 municípios. Em 25 Municípios, no mínimo, segundo levantamento que fiz na Justiça Federal, está havendo conflitos entre índios e fazendeiros. Então, pelo menos um terço dos municípios do Estado está em conflito. Existem mais 11 municípios onde ainda haverá conflito, e os índios continuam invadindo. Nós chamamos de invasão; os índios chamam de reocupação. Esse seria um panorama rápido.

Segundo levantamento que fiz, na Justiça Federal, em Mato Grosso do Sul, há em disputa 18 mil hectares.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Doutor, peço licença, pois gostaria de convidar o Deputado Pedro Kemp para se juntar à Mesa e ouvir a explanação de V. Sª.

V. Sª pode continuar.

O SR. ODILON DE OLIVEIRA – Fiz um levantamento e constatei que 18 mil e 51 hectares estão em litígio em Mato Grosso do Sul. Há 54 processos envolvendo 344 fazendeiros proprietários que disputam terras indígenas no Estado.

A título de sugestão, gostaria de dizer que a Justiça Federal não é o foro apropriado para solucionar tais questões. O melhor lugar seria o Congresso Nacional. Quem deve solucionar o problema, segundo dita minha experiência, é o Congresso Nacional. Por essa razão, vejo agora que o caminho começa a ser palmilhado de maneira correta. Qualquer que seja a decisão do Poder Judiciário, com certeza será uma decisão legal, constitucional, mas será uma decisão injusta sob o aspecto social. Isso não interessa ao Poder Judiciário. A finalidade do juiz é buscar a paz. Como vou conseguir a paz retirando índios que invadem terras por necessidade porque a população cresceu muito, e a terra não, deixando o fazendeiro na terra? E como vou retirar o fazendeiro e deixar os índios?

Existe, no Estado, titulação de terras do século atrasado, do Século XIX. Se o Estado titulou, vendeu as terras, como retirar um proprietário que já está ali há 80, 100 anos, considerando, regressivamente, a cadeia dominial, até encontrar o Estado de Mato Grosso, como vendedor primitivo, originário, que vendeu essas terras devidamente autorizado pela União Federal, por intermédio do art. 64 da Constituição Federal de 1891? A União, por meio da Constituição Federal, concedeu as terras devolutas aos Estados. O que houvesse de terra devoluta, o Estado poderia fazer o que quisesse. Os Estados, segundo os indígenas, venderam não apenas as terras devolutas, mas incluíram no conceito de devolutas as terras indígenas, de maneira errônea. Os fazendeiros dizem que não. Assim nasceu o conflito.

Vejo apenas duas soluções. Em primeiro lugar, a Constituição Federal de 1988, art. 231 – a anterior dispunha o mesmo –, proíbe ação de indenização contra a União pela terra nua. Isto é, só se pode indenizar pela benfeitoria. Uma benfeitoria de 10 anos, eu avalio em R$10 mil. Considerando a depreciação, cai para zero. Um curral que foi construído há 10 anos, hoje não vale nada. Resultado: o fazendeiro vai sair com

uma mão na frente outra atrás, se for terra indígena. Se a Justiça agir dessa forma, é uma atitude imoral. O art. 231 da Constituição Federal é uma norma jurídica, mas não há nela, digamos, um matiz moral. A filosofia do Direito exige que a norma legal tenha também um conteúdo moral. E aquele dispositivo infelizmente não possui esse conteúdo moral. Assim, é uma imoralidade retirar fazendeiros e deixar índios. E é uma imoralidade também e uma ingratidão deixar os índios hoje confinados como estão.

Existem dois caminhos. Ninguém pode ajuizar ação de indenização contra a União porque a Constituição Federal proíbe. O fazendeiro teria que ajuizar contra o Estado. O Estado titulou as terras e vendeu terras indígenas, conceituando-as como devolutas. Isto é, vendeu o que não era do Estado, o que a União lhe havia transferido. Quem vende o que é dos outros responde por evicção, que é o instituto do Código Civil. Então, resta aos proprietários ajuizar contra o Estado, e o Estado vai chamar a União ali. Por quê? Porque a União naquela época transferiu para o Estado as terras devolutas e só as devolutas, mas tinha obrigação de naquela época dizer: as devolutas começam daqui e vai até acolá. E não disse isso. E o serviço de proteção da época ajudou inclusive a remover os índios, tirar os índios, deixar os índios confinados. A União cometeu um erro também. E agora, em 1985, de determinado ano para cá, a União veio e ratificou aqueles títulos outorgados indevidamente pelo Estado, aqueles títulos cobrindo as terras indígenas. Portanto, a União também tem responsabilidade.

O caminho para os proprietários é esse, em busca da pacificação, ajuizar contra o Estado. Agora, receber, não sei quando iriam receber, se os filhos ou os netos receberiam. Bom, esse é o primeiro caminho.

A segunda sugestão que vejo é pacificar, a alteração da Constituição Federal de 1988, para permitir que haja indenização não só pela benfeitoria, mas pela terra nua também. Altere a Constituição e pague. Nenhum fazendeiro – nenhum, nenhum – quer ficar naquela terra de conflito. Se houver indenização, todos saem de maneira satisfatória. A indenização tem que ter.

Alterando a Constituição, permite-se a indenização. E como se vai fazer? Tem que se criar um sistema semelhante ao da reforma agrária. Como? A Funai chega, faz a demarcação, homologa-se essa demarcação e ajuíza-se uma ação semelhante ao da reforma agrária, dizendo: a terra é indígena, está aqui a demarcação homologada; vou depositar em dinheiro, limpinho, à vista, o valor da benfeitorias e, como a Constituição agora permite, vou depositar em títulos da dívida agrária o valor da terra nua. O que fará o juiz? Feito aquele depósito, em 48 horas, o juiz deverá emitir a posse aos índios, autorizar os índios a entrarem na posse. E a partir daquele momento, acontecerá o quê? Vai-se discutir não mais a titularidade, mas o valor. Esse valor depositado dá ou não, é pouco ou muito? Aí, sim, a Justiça vai resolver: nomear um perito, fazer a avaliação, mandar complementar ou não. Soluciona-se rapidinho a questão. Se não for assim, não soluciona a questão. O Judiciário tem competência, mas não tem capacidade para resolver isso. O que resolve isso é dinheiro. Tem que ter dinheiro. Se não houver dinheiro, vamos ter conflito eternamente.

Esses títulos seriam negociáveis, não vencíveis até 20 anos como na reforma agrária, mas num prazo máximo de cinco anos.

Eu, fazendeiro, recebi meus títulos, compro uma área, vou ao Banco do Brasil, tomo um empréstimo e vou amortizando com os títulos. Então, pago minha nova propriedade. Esta é a solução ideal e, segundo minha ótica, minha visão, é a única que resolve para pacificar o conflito. Porque, senão, vamos ter questão a vida inteira. Não vai resolver. Se tira o índio, até por uma decisão judicial, ele volta a invadir depois. Se tira o fazendeiro, o que fará essa família que edificou ali, durante cem anos, suas esperanças, construiu um castelos e depois se viu na rua, sem nada?

Portanto, resumindo, a sugestão é essa: ou os fazendeiros ajuízam – e aí é problema dos fazendeiros – de acordo com a ordem jurídica constitucional atual, contra a União jamais, como está; ou, então, o Congresso Nacional muda a Constitucional e manda indenizar a terra nua, e a lei ordinária, como a lei complementar, cria um sistema semelhante ao da reforma agrária. Aí, assino embaixo que vai dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecê-lo pela inclusive pela sua capacidade de sintetizar e sugerir providências.

Quero dizer que, na agenda oficial que a Comissão estabeleceu, em contato inclusive com as partes, está o Dr. Juiz Federal e dois representantes do Ministério Público, Dr. Charles e Dr. Ramiro.

Se V. Exªs dividirem o tempo de 20 minutos, poderei conceder a palavra por dez minutos a cada um.

Concedo a palavra inicialmente ao Dr. Wilson.

O SR. WILSON LEON – Antes de tudo, muito boa tarde a V. Exªs. Vou tentar deixá-los a par do que efetivamente está ocorrendo no Estado, que não é o que está ocorrendo em toda a Nação. Precisamos diferenciar as situações, para sabermos que tipo de medida tomar, visto que V. Exªs vão tomar medidas nacionais.

No Estado de Mato Grosso do Sul, sobre o que está ocorrendo na maior parte das propriedades que têm indígenas envolvidos - falo pelas comunidades

Terena, Guató, Ofaié Xavante e algumas outras –, a Buriti foi o grande estopim da questão. Houve um estudo da Funai que reconheceu que aquela comunidade era a verdadeira usufrutuária daquelas terras todas. Isso ocorreu em 2001. Os fazendeiros ajuizaram uma ação declaratória e pediram para a Justiça Federal declarar nulo o estudo, alegando a inconstitucionalidade do Decreto nº 1.775.

O Dr. Odilon, aqui presente, antecipou a tutela – não sei se estou falando grego -, deu provimento antes, mandou parar tudo na Funai e declarou que o decreto era inconstitucional em nível de antecipação de tutela; reconheceu que não garantia o contraditório de ampla defesa. O procedimento parou, o processo ficou parado também muito tempo, os indígenas ficaram sem solução, e a miséria aumentando. Na Buriti, a própria Comissão de Direito Humanos esteve e viu que há efetivamente uma situação de miséria. Há menos de um hectare por pessoa dentro do que está demarcado hoje, que são dois mil hectares. A comunidade ficou totalmente aflita e sem esperança; toda vez que vinha conversar com as autoridades, não havia resposta, porque o Judiciário tinha parado todo o procedimento, e a ação não tinha sido ajuizada por todos os proprietários. A Funai não podia resolver, o Ministério da Justiça não podia dar uma conclusão, não se podia nem pagar as benfeitorias ainda. Mesmo que alguns dos proprietários quisessem, não receberiam o dinheiro dessas benfeitorias. Então, aquele procedimento paralisou, e o processo ficou parado.

Quando surgiu todo o conflito fundiário, ninguém mais conseguiu segurar, porque se gerou a miséria dos indígenas; o próprio TRF, em duas decisões, reconheceu que eles podiam ficar naquela área por uma questão de sobrevivência coletiva. Depois, o Judiciário – é difícil falar o Judiciário com o Dr. Odilon presente, porque o processo é dele – determinou uma perícia, que foi feita e que reconheceu que os estudos da Funai eram criteriosos, que era aquilo mesmo, que aquela propriedade era indígena, de acordo com a Constituição. O processo está aí hoje.

Surgiram outros estudos – Cachoeirinha –, e vão surgir outros este ano. Grande parte desses estudos conclui que, no início, o Estado arrogou a si as terras, ou seja, considerou-as devolutas, embora não o fossem – eram de ocupação indígena, para a qual havia garantia na época –, titulou-as para determinados fazendeiros, que, de posse desse título, foram ocupá-las efetivamente, tomar posse. O SPI teve uma atuação dramática na situação, porque pegou esses índios – o que foi também instrumento dessa ação –, colocou-os em áreas minúsculas, tirou-os de lá, e os proprietários, de posse dos seus títulos, dados pelo Estado e posteriormente ratificados em parte pela União, passaram a ocupar aquela propriedade.

Precisamos diferenciar o seguinte: não vejo necessidade da alteração da Constituição para haver indenização de proprietários nessas situações, que são a maior parte. Por quê? Não se está discutindo questão indígena. Isso é responsabilidade civil. O Estado e a União são responsáveis pela titulação indevida. Isso é responsabilidade civil e não tem nada a ver com a questão indígena. Se a perícia conclui que o grande responsável por tudo é o Estado, quando irresponsavelmente considerou devoluta o que não era, e a União foi conivente com isso e omissa, esses dois são os grandes autores para indenizar essas pessoas que vão sofrer, agora, a perda dessas propriedades. Agora, vão indenizar com base em quê, na Constituição? Não, com base na responsabilidade civil. Praticou-se um ato ilícito. Penso que essa é a grande saída para esse Estado, e eu não me arrogaria o direito de falar pela Nação, até por minha pouca idade.

Mas o que tem acontecido? As ações não têm sido contra o Estado nesse Estado. Só recentemente em Cachoeirinha pediu-se a denunciação à lide do Estado. Elas têm sido só contra a Funai. O que acontece? O juiz fica, como ele disse, de mãos atadas. Ele tem de julgar e se julgar contra os fazendeiros os deixa a ver navios. E por quê? Porque o Estado não está na lide. E por que não está na lide? Eu não sei responder.

O Magistrado disse que a União não pode ser processada. Pode sim. Ela não pode ser processada para indenizar com base no fundamento de Direito Indígena. Mas, com base em responsabilidade civil, não tenho dúvida. Se provado está que a titulação foi feita pelo Estado indevidamente e que a União foi omissa ou foi conivente, que o STI atuou, ela entra como ré em responsabilidade civil sim. E aí o pagamento fica fácil, no sentido jurídico. Não quero entrar em questões orçamentárias.

A alteração da Constituição, digo aos senhores, não vai resolver esse problema. O problema do Estado aqui é emergente, é urgente. Não é algo que demanda tempo prolongado. O Estado necessita que as autoridades responsáveis por esses atos analisem a situação e vejam se reconhecem a responsabilidade por ter titulado essas áreas.

Nós temos hoje, em Mato Grosso do Sul, a segunda maior população indígena do País, embora este seja o Estado que menos avançou em termos de demarcação no Brasil inteiro. Isso está reconhecido até em perícias. E por que menos avançou? Não vamos ser inocentes, aqui há uma das melhores propriedades do Brasil. E há um cinturão. No mapa, observa-se um cinturão de terras férteis e boas para a agricultura. Não

é uma coincidência que grande parte dessas terras estejam dentro de propriedades indígenas, porque os índios não bobos. Naquela época, eles iam para áreas melhores para a sobrevivência.

Essa é uma grande saída, sem precisar de grandes esforços legislativos ou constitucionais: os entes públicos reconhecerem que foram responsáveis por essas titulações.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Posso fazer um comentário? O senhor falou em responsabilidade civil e há muito tempo não ouço falar nessa tese. Não ocorre a prescrição se houver ajuizamento contra o Estado e a União?

O SR. WILSON LEON – Eu não queria entrar nos pormenores jurídicos da questão, mas quem foi responsável por essa titulação está até hoje conivente. Existe a obrigação de anular o que é nulo. Se até hoje não se faz, para mim, há uma responsabilidade. Mas eu acho que essa questão deve ser discutida na demanda proposta contra o Estado, e essa vai ser justamente a tese do Estado e da União. Mas eu não penso que seja forte não, sinceramente.

Entretanto, precisamos diferenciar o que está ocorrendo aqui. Esse decreto foi reconhecido inconstitucional aqui, mas o Supremo extinguiu todos os mandados de segurança na época do antigo decreto, sob o argumento de que esse garantia o contraditório e a ampla defesa. Como agora se diz que ele não garante?

Por trás dessa questão existe uma grande polêmica ideológica que estamos discutindo hoje.

Eu apresento aos senhores a proposta de se analisar a questão da responsabilidade civil. É a saída. Quanto à alteração da Constituição nos termos que o Dr. Odilon propôs, sinceramente, como representante do Ministério Público em Campo Grande – o que nada representa diante da Nação inteira -, não creio que vá resolver o problema. Mas como a minha parcialidade não me permite dizer isso com maior autoridade, o problema fica a cargo dos senhores, que são os políticos do nosso País. Mas é preciso que apreendamos e diferenciemos um pouco. Por exemplo, o Odilon fala em deterioração, mas para o índio o que houve não foi benfeitoria, mas sim destruição da sua terra. Está tudo desmatado. Eles falam: "Doutor, eu vou pegar uma terra toda desmatada. Dizem que tem curral, etc. Mas para que eu quero? Eu entreguei para eles, quando fui expulso, a terra toda preservada. Os rios tinham peixe..."

O que acontece com os Guatôs agora? Os turistas estão indo pescar dentro da área Guatô, perto de Corumbá, porque só lá há peixe. Acabaram com os peixes que havia fora. Os Guatôs me dizem: "Doutor, estão pescando dentro da minha área". E quando eu pergunto o porquê eles me dizem que isso ocorre porque só lá existe peixe.

Recentemente, fizemos uma reunião de educação e eu quero mostrar para vocês que isso não é um ponto específico, é estrutural. Os indígenas neste Estado não têm sido atendidos com o devido respeito, porque a miséria aqui é muito grande. Para que se tenha idéia, fiz uma reunião de educação recentemente com representantes da Sexta Câmara. Poucos políticos estavam presentes. Não havia quase ninguém na reunião, e estávamos discutindo educação indígena. Isso porque a discussão aqui é só a crise. Temos de aprender – e eu já falei mais de uma vez – a sentarmos para discutir antes da crise.

Vão existir muitos outros Estados como Mato Grosso do Sul nesta Nação. Mil outros Buritis vão surgir, se não formos responsáveis pelo amanhã.

Seria bom pegar o roldão dessa discussão e lembrar a educação indígena, que é caótica neste Estado, o assessoramento que é dado a essas populações em termos de auto-sustentabilidade. Ninguém quer 30 mil hectares para ficar andando, como um palhaço, na área. As pessoas querem porque precisam sobreviver. Se precisam sobreviver é porque não têm auto-sustentabilidade, porque não têm a assessoria devida, é porque têm problemas em sua área, problemas sociais, que são da responsabilidade de muitos políticos que não a assumem.

Creio que o tema é um pouco mais complexo nacionalmente. Posso contribuir um pouco com os senhores tentando explicar a situação no Estado, no norte e no centro. A questão da responsabilidade, embora o Senador discorde de mim, é um ponto que se afigura. Como o Direito não admite unanimidade e toda unanimidade é burra, fico a cargo dos senhores, que devem refletir sobre o que é mais razoável.

Por hora, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Dr. Charles.

O SR. CHARLES PESSOA – Bom-dia a todos os presentes. Meu nome é Charles Pessoa, sou Procurador da República em Dourados. Falarei por duas etnias que se encontram, em grande maioria, na nossa região de atribuição, são 38 Municípios no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, que são os Guaranis, que se dividem em dois subgrupos: os Caiuás e os Nhanderas.

Creio que a maior parte das regiões de conflito encontrem-se nessa área, na região de Dourados. Em complementação ao que falou o meu colega, o Dr. Wilson, em alguns momentos já me pronunciei favoravelmente à alteração da Constituição, do art. 231,

§ 6º. Confesso, hoje, que tenho algumas dúvidas em relação a isso.

Em um primeiro momento, vivemos um conflito emergencial. Os conflitos estão acontecendo em espaços exíguos de tempo. Aconteceu recentemente em Japorã. Novamente Mato Grosso do Sul acabou sendo objeto da atenção de todo o Brasil, mais uma vez por um conflito envolvendo fazendeiros. Agora, novamente, houve mais uma ocupação recente em Dourados.

V. Sªs já tiveram oportunidade de ouvir os índios, já tiveram oportunidade de ouvir os produtores. Tenho certeza de que devem ter feito menção à nossa atuação, creio que tanto os índios quanto os produtores. Falo com muita tranqüilidade que, em razão dessa atuação, infelizmente, temos passado por algumas situações em que a coisa tem sido personalizada. Em alguns momentos, somos questionados sobre o porquê de nossa atuação somente em favor dos índios. Quero deixar bem claro – e minha situação é bastante peculiar, porque apesar de eu não ser deste Estado, tenho parentes aqui que são produtores rurais – e sempre tentei deixar muito claro que, para que qualquer diálogo tenha sucesso, eu procuro portar-me pela franqueza. Sempre destaquei que, neste momento, não sou apenas fiscal da lei. Estou seguindo uma disposição expressa na Constituição quando determina que uma das funções infraconstitucionais do Ministério Público é a de defender, em juízo, o interesse das comunidades indígenas.

Ainda assim, tem sido possível o diálogo com alguns proprietários, em algumas situações não. Infelizmente, a questão é posta e, tanto para os índios quanto para os proprietários, como se o conflito fosse entre eles. Na verdade, fica claro que os dois são vítimas do processo.

Não sei se estou caindo no lugar comum, se estou sendo repetitivo, se não estão falando novidades. Não sei, também, o que os senhores estão esperando ouvir da gente. Sinto-me na obrigação de mencionar, com muita clareza, que vejo que os proprietários também são vítimas nesse processo. Encontram-se na situação de terem que abrir mão de suas propriedades. Uma boa parte já se encontra nela há muito tempo. Alguns alegam que já estão na propriedade há cinqüenta anos. Temos esse impedimento, esse óbice: a Constituição não permite a indenização pelo valor da terra.

Creio que a solução de simplesmente alterar a Constituição pode ser o caminho mais certo. Se realmente conseguirmos. O momento é até propício para conseguirmos uma mobilização no Congresso. A situação, de repente, vai permitir que esse convencimento seja feito. Não sei se, na prática, realmente vai resultar em alguma coisa. O papel vai ser alterado. Vamos ter a garantia de que o dinheiro realmente vai estar à disposição. Isso já é um outro momento.

Caímos na situação também de se criar uma incoerência. Acredito que esta questão que V. Exª comentou, Senador Ramez Tebet, da possibilidade da inscrição, realmente é uma coisa possível. Em algumas situações, vai ser difícil contornar essa situação. Mas criamos também uma outra incoerência: a simples mudança do art. 231, § 6º, com a indenização da União pela terra, faz com que nos defrontemos com a seguinte situação: a União passará a pagar por uma terra que já seria dela. Hoje, como a situação está regularizada não só pela Constituição – temos o Decreto nº 1.775 –, ninguém discute que teria simplesmente uma natureza declaratória.

Em relação a todo esse procedimento de identificação, delimitação e posterior demarcação das terras indígenas, não existe dúvida de que teria tão-somente uma natureza declaratória. O que significa isso? Aquela terra não passou a ser indígena em razão daquele procedimento; a partir daquele procedimento, ela sempre foi indígena. Se ela sempre foi indígena, ela sempre pertenceu à União. Temos lá o art. 20, inciso XI, salvo engano, que diz: "São bens da União as terras indígenas". Então, a União se encontrará numa situação em que pagará por uma coisa que já é dela. Isso é uma incoerência.

Mas quero ser muito prático. Não quero ficar apenas com uma questão de abstração de quem fica no seu gabinete fazendo lucubrações e chega a essa conclusão. Tenho dúvidas, sim, se vamos conseguir, ainda que se altere esse dispositivo, ter a garantia de que o dinheiro vai estar à disposição para indenizar os proprietários. Que eles têm o direito de receber o preço pela terra, não tenho dúvida, não; mas não sei se o caminho seria esse. O caminho, sim, a princípio, seria o da responsabilidade civil, porque, hoje, 90% das terras que foram tituladas nesse Estado foram tituladas pelo Estado de Mato Grosso. Então, num grande número de situações, titularam-se áreas que não poderiam ter titulado. E, em função disso, ele pode e deve ser responsabilizado por isso. Vendeu algo cuja propriedade ele não tinha.

Então, o testemunho que posso dar de quem está vivendo aqui, todos os dias, na região de Dourados, é de que realmente esse conflito está aumentando cada vez mais. Está aumentando mesmo. Os índios estão num processo que denominam de retomada das suas terras.

Se a intenção é realmente resolver, ficará complicado se qualquer uma das partes tiver postura de desrespeito mesmo. Atribuo isso ao preconceito. Não sei se isso vai ser denominado de discurso antropo-

lógico ou de "conversa para boi dormir". A verdade é que as pessoas que são encarregadas de tratar dessa situação olham para os índios – ou quando as terras são reivindicadas por eles – ainda com aquela idéia de "para que dar terra para o índio, se ele vai receber aquela terra, e não vai produzir nada depois"? O Estado perde com isso, todos perdemos; não vai haver produção, não vai haver nada. Isso é verdade, isso vai acontecer.

Mas a pergunta que deve ser feita antes é a seguinte: o índio é obrigado a manter a mesma produtividade? Porque ele não vai ter condições de fazer isso. Não vai. Não vai ter o mesmo maquinário. Mas ele é obrigado a fazer isso? Ainda vamos continuar dizendo o que ele tem que fazer com a terra? A terra é dele. Ele que vai definir isso.

Essa é uma afirmação que faço por ter aprendido aos poucos isso. Em nenhum momento, falo como se fosse um autorizado nesse assunto, até para poder pontuar também, porque creio que a minha parca idade também não me permite falar como catedrático nesse assunto. Acho que nunca vou ser.

O que percebo das minhas idas às aldeias, também por conversas com antropólogos e pelo que pude ler a respeito é que o valor da terra, queiramos ou não, é diferente para o índio. E os guaranis fogem daquele conceito que temos do índio genérico. Caímos no erro também de pensar que tudo é índio, que são todos iguais; vivem todos em aldeias, todos próximos uns dos outros. Os guaranis não são assim. Eles se distribuem no espaço de uma maneira distinta. Pude presenciar isso agora nessa ocupação que foi feita em Japorã. Era uma área extensa, eram três grupos e todos estavam distribuídos a grande distância uns dos outros. Se está errado ou certo, não nos cabe fazer esse juízo. É assim que eles se organizam na terra. Na verdade, é o seguinte: queira-se ou não, está assegurado na Constituição o direito à maneira de eles se organizarem socialmente, segundo as crenças, tradições e costumes. Isso é um direito que está assegurado na Constituição e que, ainda que seja alterado, dificilmente o Tribunal Federal vai ter condição de modificar, porque não existe dúvida nenhuma que está ligado aos direitos fundamentais.

Todos temos limites. Quer dizer, nem mesmo os senhores na sua nobre função de legislar, podem alterar tudo, ainda que consigam formalmente. Isso está sujeito ao controle. É um outro temor que fica. Com todo esse debate acerca da alteração do dispositivo constitucional, eu não tenho dúvidas de que se tentará alterar dispositivos que hoje se constituem garantias e que tiveram pouco espaço na Constituição. Praticamente só dois artigos tratam deles e acredito que esse pouco, pelo que se está desenhando, podem ainda ser suprimidos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O senhor não vai deixar quase tempo para seu colega.

O SR. CHARLES PESSOA – Muito obrigado pela atenção e pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Dr. Ramiro Rockembak.

O SR. RAMIRO ROCKEMBAK – Bom dia senhores, o meu nome é Ramiro Rockembak. Eu sou um dos procuradores de Dourados.

Eu quero rapidamente dizer o seguinte: independentemente de eventual alteração normativa, se os senhores pegarem nossa Constituição, verificarão que ela é repleta de artigos extraordinários. Só que a mudança de normas não assegura direitos – sabemos disso. É preciso que haja decisões concretas. E aí precisamos ter plena ciência do que se trata. E trata-se de dois direitos em conflito, cada qual querendo coisas bem específicas. Os fazendeiros não admitem não serem indenizados pela terra.

Precisamos, para garantir os direitos ou os anseios dos fazendeiros, que os senhores defendem, como defendem também os dos índios, assegurar orçamento para isso.

O Congresso Nacional e o Brasil estão repletos de grandes juristas que certamente poderão encontrar, melhor até do que nós todos, o caminho para fazer isso. Mas os fazendeiros querem e precisam da indenização. E os índios? Os índios não querem portaria de Ministros, não querem laudo antropológico; os índios querem suas terras – apenas isso. Então, para os índios precisamos assegurar as suas terras. Isso de imediato pode sim resolver o conflito. E vejo que não é nenhuma questão jurídica. A questão jurídica vai ser apenas o instrumento para que, dentro do nosso ordenamento, possamos resolver o problema. E a questão é sobretudo política, não só do ponto de vista Legislativo, mas também do Executivo. E aí entra o Ministro da Justiça, e ai entra o Presidente da Funai, que precisam sim ter uma postura. Os índios podem esperar. Se precisarem tempo, eles compreenderão isso. Mas eles precisam de cronograma: a minha terra vai ser identificada quando? Daqui a mil anos? É impossível trabalhar com essa situação, porque nada anda, não há um programa claro da Funai, não há um empenho do Ministro da Justiça, não há um empenho da Presidência da República, embora as terras deveriam ter sido demarcadas em 1993. Passaram-se dez anos e não há esse empenho. É esse empenho que precisa ocorrer, com dinheiro e com postura política. Não tenho dúvida que não faltarão grandes juristas para encontrar qualquer instrumento para resolver o

conflito. E vemos que, da parte dos índios, há um anseio muito forte por entrar na área. E pior: vão entrar em uma área que, se para o fazendeiro é muito boa porque lá está a sua soja e o seu gado, para eles é muito ruim. Ah! Os índios ganham terras e nada fazem em suas terras. Claro! Lá não tem mata, não tem fauna, não tem flora, não tem nada. Então, ele arrenda para quem sabe usar a terra desse jeito, que é o branco e não ele. É isso que acaba ocorrendo.

Então, veja, mesmo que se altere a Constituição, mesmo que se mude tudo, entendo que isso está acima do Brasil, porque o Brasil como Nação fez vários compromissos em convenções, em tratados internacionais respeitando os direitos dos índios, porque é um compromisso mundial respeitar o direito dos povos originários de todo o mundo. E por que isso? Porque os índios, sim, construíram a Nação junto conosco. Estavam aqui antes. Ou cederam mão de obra, ou cederam espaço e é claro agora que nós precisamos encontrar uma solução para nós, não índios, porque também estamos aqui. Agora, senhores, a minha posição é muito clara. Já fui acusado de incitar índios a invadir terra, o que não é verdade. Essa decisão é deles, eu jamais seria irresponsável de fazer isso, porque eles assumem, inclusive, risco de vida fazendo isso, como sabemos. Agora, depois que eles entram em suas terras, havendo fundamento, nós defendemos isso, sim. E se mudarem tudo, se quiserem acabar com todos os direitos dos índios, se quiserem reproduzir 1500, ainda podemos ter recursos fortes para governos internacionais, para demonstrar isso lá fora, também, porque se trata apenas de reconhecer o espaço dos índios. E não queremos que isso seja feito ignorando o direito de fazendeiros ou de quem quer que seja. Isso é um problema de toda a sociedade e, por isso, a indenização é o modo que conhecemos, hoje, de solidarizar esse prejuízo. Não é o fazendeiro "x" que fica lá de mão abanando. Não, todos nós, então, por meio do Orçamento.

Agora, parece-me, repito mais uma vez, que não é um problema de instrumento jurídico, mas de postura política determinada.

Hoje, nós temos um Presidente da República. Se os senhores forem ver o capítulo que trata da questão indígena, sobretudo dos índios do Mato Grosso do Sul, verão que é muito claro, é só cumprir. Cumprindo isso, penso que teremos uma grande solução. E, ao contrário do que, às vezes, se espalha, o Ministério Público Federal não está aqui para querer briga, conflito, nada disso, nós tentamos evitar conflito ao máximo. Eu, pessoalmente, tenho o exemplo do Panambizinho. Os índios queriam entrar nas áreas e aceitaram esperar 14 meses, mas com uma proposta concreta do Ministério da Justiça. O tempo está acabando. A responsabilidade, hoje, está com o Superintendente do Incra, o Bonelli, que está se desempenhando muito bem. Ou seja, é possível criar um cronograma e solucionar a questão. Os índios esperam que haja um programa, que se cumpra a palavra e se assegurarem os direitos de ambos os lados. Penso que essa é a questão fundamental.

Agora, como Procurador da República, não posso admitir, em momento algum, que se queira fazer qualquer espécie de mudança, ou seja lá o que for, para suprimir os direitos dos índios, para reproduzir o que foi feito em 1500 neste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Dr. Wantuir, Superintendente da Polícia Federal.

O SR. WANTUIR JACINI – Bom dia, senhores. A missão da Polícia Federal é a proteção do direito natural do homem à vida, à propriedade, à liberdade, aos direitos e garantias individuais, independentemente de serem índios ou não. Também, é a de cumprir as determinações judiciais, especificamente no caso indígena. Agora, é evidente que a legislação atual não é suficiente para resolver a questão. Se o fosse, não haveria conflito.

Não se trata apenas do ordenamento constitucional, do art. 231, mas da infraconstitucional também. Tudo o que foi construído a partir daí não foi suficiente para resolver a questão. É preciso, sim, fazer modificações que permitam resolver a questão. Não é possível tirar o direito dos índios, muito menos o dos fazendeiros. Há que se preservar o direito de todos. Esse é o preceito, a cláusula pétrea, o primado da nossa Constituição, a pretensão do direito natural do homem, independentemente se é índio ou não-índio.

Agora, de outro lado, na nossa administração direta, cada Ministério, tem suas atribuições: a Funasa, o Ministério da Educação, todos eles têm atribuições de proteção aos índios que não são cumpridas.

Nós vemos os Ministérios com dotações orçamentárias e não sei se o Ministério Público tem fiscalizado a aplicação dessas dotações orçamentárias na questão indígena aqui no Mato Grosso do Sul, mas parece que elas não são aplicadas, porque os índios estão nas periferias, por exemplo, de Dourados, passando toda sorte de necessidades, sem habitação, sem educação – educação de sua cultura ou a educação que quiser, a educação do branco, se quiserem. Os índios não têm o direito de ter o desenvolvimento que querem. Alguns segmentos – e parece que é um segmento dominante – só querem que os índios tenham aquela preservação exclusiva de sua cultura, enquanto que os índios das

periferias das cidades, não querem isso, eles querem progredir, eles também querem usar o tênis de marca, a roupa de marca, querem freqüentar a escola de branco também, querem ter um bom salário. É como disse um Procurador, eles querem ser doutores também, ou técnicos, e isso é muito difícil para eles.

Então, a administração direta, representada por todos os Ministérios, ao que parece, não está cumprindo com suas atribuições. Era preciso que houvesse uma coordenação nacional e que houvesse também uma fiscalização do Ministério Público Federal para que essas atribuições fossem cumpridas.

Para finalizar, sou firme nesta questão: tem-se que modificar o ordenamento jurídico porque ele não está atendendo as necessidades. O conflito está aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço e, para agilizar nosso tempo, passo a palavra ao Senador Jefferson Peres, caso queira fazer alguma pergunta ou obter um esclarecimento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Gostaria apenas de fazer uma consideração. Fiquei um pouco surpreendido com a veemência do último Procurador que se pronunciou.

V. Exª fez um discurso quase político. É um direito seu, mas políticos somos nós; político é, por definição, engajado. Creio que membros do Ministério Público e da Magistratura não deveriam ser. Não aceito essa posição maniqueísta de querer dividir as coisas em dois campos: os amigos e os inimigos dos índios. Não conheço nenhum inimigo de índio no Congresso Nacional que não queira reconhecer o direito dos índios às suas terras. Não conheço. V. Exª conhece alguém?(Pausa)

Agora, temos legitimidade. Somos a cúpula do Poder Legislativo. Temos legitimidade para mudar a Constituição e as leis. Se as nossas mudanças ferirem alguma cláusula pétrea fundamental, o Supremo Tribunal Federal decidirá isso, mas me surpreende V. Exª dizer que não admite... Não importa se V. Exª admite ou não. Faremos o que entendemos que é certo, porque temos legitimidade para isso. Mudar a Constituição, se for preciso, mudar as leis também. E V. Exª faz a sua parte, claro; fazemos a nossa.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, que é o Relator desta Comissão.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer um registro. O que está sendo discutido aqui é a busca de uma solução equilibrada. Hoje, com tudo aquilo que trabalhamos e nos aprofundamos com relação às comunidades indígenas, existem efetivamente dificuldades, não só no que se refere à legislação, como no que se refere à operacionalização da política indígena no Brasil.

E é muito importante registrar que o que se pretende fazer é exatamente discutir a questão legislativa, como disse muito bem o Senador Jefferson Péres, mas também procurar instrumentos efetivos para que o Poder Executivo tenha condição de fazer frente a uma política, e uma das políticas sociais importantes para o País, mas é fundamental registrar o interesse que todos temos. Aqui não há ninguém numa posição de isolar ou prejudicar o índio, como também do outro lado, em relação aos próprios produtores. Estamos buscando uma proposta coerente, porque o que fica muito claro – e até penso que num dos depoimentos isso foi registrado. Chegamos a tal subjetividade, e as políticas são tão erráticas e confusas que acabamos chegando nisso.

Esta é a proposta: buscar mecanismos não só pelo Poder Executivo como pelo Poder Legislativo, com regras mais claras, mais bem estabelecidas, para efetivamente não enfrentarmos mais esses problemas, essas dificuldades que todos temos vivenciado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para encerrar este bloco de audiências, quero ensejar a oportunidade de o Senador Ramez Tebet, que é de Mato Grosso do Sul, fazer alguma consideração que achar oportuna.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – É preciso ficar bem clara essa posição do nosso Relator. Gostaria de obter a experiência dos senhores, principalmente do Dr. Odilon. Alguém disse e concordo que, infelizmente, o Poder público não se está antecipando às crises. Temos de nos antecipar. Não podemos, só depois que as coisas ocorrem, apagar o incêndio.

Formulo um pergunta diante da afirmação de que não podemos – ouvi isso claramente – repetir o que ocorreu em 1500. Para mim, o que ocorreu em 1500 foi a descoberta deste País, que há de ser de todos. Isso é importante. Este País é de todos. Muito bem. A pergunta que faço relaciona-se ao número da população indígena existente, na opinião dos senhores, que têm experiência, que foram ao campo, que estão em contato – porque também estamos, os índios também nos procuram. Independentemente do direito, isso é inegável. Todos somos seres humanos. Vamos ser mais objetivos, porque estamos com o tempo limitado, até esgotado. A União – como eu penso que deveria agir – poderia fazer um levantamento sobre as etnias existentes no Mato Grosso do Sul, sobre as áreas em que são encontradas, sobre o contingente de pessoas. Se a União entregasse uma área acessível, haveria aceitação por parte da população indígena? A União compraria e pagaria indenização, porque ela

tem de indenizar mesmo. Não se trata de responsabilidade civil, ela tem de pagar, não podemos ficar com filigranas. Concordo com o senhor quando disse que filigrana jurídica não adianta. Para ficarmos discutindo, não adianta. Deve-se delimitar uma área razoável para que a população indígena tenha terra para viver, para cuidar de si. Aceitar-se-ia ou, em caso de não aceitação, um grupo se deslocaria de um lugar para outro, numa terra que está sendo titulada pela União ou pelo Estado há 50, 60 anos, como é o caso de Mato Grosso do Sul? Na opinião dos senhores, esse grupo continuaria com o direito?

Essa é a pergunta que formulo, para ver se temos uma solução prática. Não sei se fui claro. Temos de evitar uma crise. Vamos comprar a casa e entregá-la a quem não tem casa. Haveria uma aceitação por parte deles? Essa é a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Gostaria de não estabelecer o debate. Fica a pergunta gravada. Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, para encerrar essa parte.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Gostaria de fazer poucas considerações. Inicio dizendo da eficiência da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Federal, dois órgãos, duas instituições responsáveis pela pacificação dessa violência que ocorre no campo em Mato Grosso do Sul. Elogio o Dr. Odilon de Oliveira, porque S. Exª é famoso justamente pelas suas posições inteligentes, porém duras, enfrentando o narcotráfico como a Polícia Federal, pouco se importando com ameaças e sempre decidindo de acordo com a lei e o interesse social, a lucidez de S. Exª ao apresentar o contraditório entre os dois grandes interesses. Se todos os representantes de instituições pública do País que estejam envolvidos com a real solução dos problemas pensassem como V. Exª, não haveria esse conflito.

Falei e continuo dizendo que às vezes a Procuradoria extrapola a sua função, porque a Procuradoria advoga o indígena, os interesses indígenas, e deve realmente defendê-los. Considero esse papel espetacular. Vamos elogiar os que estão extrapolando a função, só que vocês têm a grande obrigação de também defender a ordem jurídica – fora dela não há salvação –, os princípios fundamentais, os direitos humanos, e temos visto que, às vezes, a Procuradoria incentiva essas invasões ou vai à aldeia e diz aos índios que não cumpram uma decisão – até considero que vocês têm esse direito.

Eu vi, pela televisão, um procurador junto com os índios, depois da decisão... Não falamos nada do que vocês falaram, mas é bom que se diga. Nessa hora, o procurador do indígena tem que fazer a defesa. Na apelação, no recurso, isso é muito importante, é fundamental, como também ir à área de conflito, como o Dr. Odilon, que foi lá para pacificar. S. Exª tentou, por três vezes, o acordo antes de dar a sentença. Vocês também têm a obrigação de tentar o acordo e ainda mais. Peço a vocês, procuradores, que representam e defendem o interesse indígena, que não deixem esses homens simples, humildes, nossos irmãos, usarem capuz, mascarar-se para os movimentos. Por que vocês não pedem a eles que retirem o capuz? Assim saberemos quem é, pois acho que não é o índio.

Faço essas considerações, Senadores Ramez Tebet e Mozarildo Cavalcanti, porque penso que o uso do capuz depõe contra a legitimidade da ação do índio, como também a depredação total e absoluta, o furto de gado, de patrimônio, a queima.

Meu Deus do céu, será que não há uma maneira de haver conciliação? Todos pertencemos a instituições democráticas do País e devemos trabalhar no sentido da pacificação, não deixar que aconteça um exagero, a não ser que queiramos que a situação piore, para, assim, solucioná-la. Aí é outra questão.

A questão da responsabilidade civil é um absurdo, não no sentido jurídico, mas no da solução imediata do problema. Quando se fala em fazendeiro, tem-se a impressão de que são milhões de hectares; mas o Dr. Odilon nos informou que são 218 mil hectares que estão em litígio, e para 344 famílias proprietárias. São minifúndios, não são grandes propriedades. Vamos preservar esses minifúndios. Vamos respeitar essas pessoas.

Hoje, tivemos um depoimento patético e dramático de uma mulher nova, com calo nas mãos, que foi expulsa do seu trabalho. Quando invasões e expulsão de proprietários são estimuladas, fala-se que agora que há responsabilidade civil, deve-se reclamar na Justiça, mas sabemos quanto tempo isso leva.

Quando se falava da reforma do Judiciário, mostrei, na tribuna do Senado Federal que no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul há uma ação, a mais demorada, há mais de dez anos, com 72 recursos. Isso apenas no Tribunal de Justiça. A segunda tinha 44 recursos. Então, essa reforma precisa ser feita, essa também é uma iniciativa jurídica.

Outro aspecto diz respeito ao pagamento da desapropriação. Por que pagar a desapropriação se a terra pertencia à União antigamente? Então, como é pago para reforma agrária? Trata-se da mesma coisa, não há diferença. A origem do título é a mesma, só que, nesse caso, houve solução jurídica e hoje não temos quase conflitos na área fundiária com referência aos trabalhadores sem-terra, que estão cada vez mais sendo reduzidos, sendo solucionados porque se

desapropria e se compõe a situação. Agora, não, porque a União diz assim: "Não tenho nada que ver com isso; deixe o índio brigar com o não-índio porque não posso desapropriar, não posso fazer nada."

Temos de colocar a União diante da sua responsabilidade, sim, de compor o conflito, nem que seja pagando com título da dívida agrária, ou criando o título da dívida indígena – aí, sim, uma grande dívida que tem de ser resgatada. Que criemos o título da dívida indígena, por meio do qual possamos pagar as indenizações em 5 anos, como disse o Dr. Odilon, uma grande proposta. Esse é o caminho que temos de trilhar.

Se, às vezes, exageramos na análise de alguns comportamentos mais radicais é porque os comportamentos são radicais. É preciso, como diz o nosso Senador Jefferson Péres, homem de expressão nacional – sempre digo que S. Exª é um regimentalista, um constitucionalista, mas um homem muito sincero, e temos até medo quando o Senador Jefferson Péres aborda um assunto, porque pensamos que S. Exª radicalizará, mas nunca radicaliza, apenas no cumprimento da lei, no cumprimento das posturas que temos de cumprir –, que todos fiquemos dentro da postura legal, constitucional, com a visão maior, a composição de que todos nós somos irmãos, índios e não-índios, e de que os direitos de cada um têm de ser respeitados. Que criemos, sim, novas normas, se preciso for, e até outras mais se necessário for amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço e queria até pedir desculpas aos participantes por não ensejar mais tempo ao debate, até porque estamos valorizando muito o fato de irmos, na parte da tarde, lá ao local, e ainda temos um bloco de audiências para fazer.

Gostaria de saber se algum membro do Ministério Público tem algum documento que possa encaminhar à Comissão, porque quanto mais dados e subsídios tivermos, melhor. Como disse muito bem o Senador Delcídio Amaral, queremos encontrar soluções emergenciais para o caso daqui e soluções de médio e longo prazos, para que não se repitam novos Mato Grosso do Sul, novos Roraima.

Objetivamente, encerramos este bloco e ficamos à disposição para receber os documentos dos procuradores, dos juízes, dos superintendentes, enfim, de todos aqueles que puderem colaborar para que encontremos a solução emergencial para este caso e o de Roraima, soluções definitivas para não ficarmos mais gastando o precioso tempo de todos os senhores e o nosso com esse problema tão singelo, no meu entender, e a Nação brasileira não encontra solução para resolver o caso de 320 mil pessoas, os nossos índios.

Essas sugestões poderão ser encaminhadas à Comissão e serão muito bem-vindas. Queremos, sim, encontrar uma solução.

Agradeço a todos, portanto, e encerro este bloco.

Peço aos ilustres procuradores, aos que participaram do bloco anterior, que agora deixem...

(Intervenção fora do microfone)

Vamos, então, começar o nosso próximo bloco.

Encareço ao nosso Secretário Dagoberto e aos demais presentes para que sejamos sintéticos e objetivos, considerando que já passamos do horário da programação e estamos muito preocupados em ir, à tarde, na região de Iguatemi.

Eu quero começar a audiência ouvindo o Deputado Londres Machado, Presidente da Assembléia. S. Exª não está presente?

O SR. () – Não. A Assembléia será representada por dois Deputados que utilizarão três minutos cada um.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, então, os Srs. Deputados.

O SR. () – Bom dia. Cumprimento a Comissão por se fazer presente em nosso Estado. Eu acredito que nos vai ajudar a acumular ainda mais sugestões e idéias, porque se trata de um problema complexo. Todos estamos, a cada dia, percebendo que não há uma solução simples, até porque, se houvesse, já teríamos resolvido o problema.

Temos acompanhado – eu, particularmente, como Deputado Estadual – na Assembléia Legislativa esse problema, ouvindo mais os reclames e as denúncias feitas pelas lideranças indígenas e também pela história que temos dos movimentos sociais ligados a essa questão, aos indigenistas. Eu tenho procurado, nesta Assembléia Legislativa, ouvir, prestar atenção e ponderar quando recebo a visita de proprietários rurais que vêm reclamar os seus direitos. Portanto, penso que é um dever nosso ouvirmos os dois lados e tentarmos equacionar o problema da melhor maneira possível.

Tenho refletido muito sobre o que vem ocorrendo em Mato Grosso do Sul. Acredito que não podemos fazer uma avaliação de maneira simplista, até porque temos problemas que parecem ser da mesma natureza, mas que precisam ser mais bem avaliados. Por exemplo, o atual conflito existente na região de Panambizinho, que está prestes a ser solucionado, decorre de um ato no passado do Presidente Getúlio Vargas, que colonizou terras hoje identificadas como indígenas. Essas terras estão demarcadas e foi concedido um prazo para que os colonos as deixassem e os índios pudessem, então, tomar posse da área, diferentemente de outras regiões do Estado.

O Dr. Odilon muito bem relatou que o próprio Estado brasileiro titulou terras com o apoio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e as comunidades indígenas foram confinadas em pequenas áreas. De lá para cá, essas comunidades cresceram. A população aumentou muito e há uma pressão por parte das comunidades indígenas para a ampliação de seus territórios. Eles reivindicam que sejam identificadas as terras tradicionalmente ocupadas por essas comunidades indígenas.

Como vejo a questão? Penso que o Estado brasileiro deve-se esforçar para que o processo de demarcação das terras indígenas seja agilizado no Mato Grosso do Sul. Eu também concordo com o Dr. Wilson, quando ele disse que o Estado do Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do País, mas é o Estado onde o processo de demarcação menos evoluiu.

Por isso esse conflito está ocorrendo agora. Pelo que tenho analisado, o problema tende a se agravar nos próximos meses, até porque o prazo concedido no Panambizinho está se expirando e não há uma solução, a meu ver, ainda concreta para aquele problema. Foi dado um prazo para que a Justiça Federal julgasse o processo da área de Buriti, que se encerra nesta semana.

Acredito que outras comunidades indígenas também impacientes estão prontas para se fazerem ouvir. A primeira providência é agilizar o processo de demarcação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

A proposta que faço é que seja constituída, com a legitimidade do Ministério da Justiça, do Governo Federal, uma comissão onde estejam presentes todas as partes envolvidas: proprietários de terras, lideranças indígenas, o Governo do Estado, Assembléia Legislativa, representantes da bancada federal, para que nós possamos negociar esse processo de demarcação. Eu não vejo que simplesmente – como dizemos – baixar a caneta, decidir, assinar, homologar, demarcar nos fará resolver a questão.

Então, eu queria apresentar como sugestão que o Congresso Nacional pudesse sensibilizar o Governo Federal para que o processo de demarcação das áreas indígenas fosse agilizado, acelerado. Em segundo lugar, como não é uma questão simples, porque envolve interesses diferentes, que fosse constituída uma comissão para negociar. Nós temos, por exemplo, instrumentos, a meu ver.

Eu apresentei um projeto de lei aqui na Assembléia Legislativa. Nós temos o fundo de terras, no Mato Grosso do Sul, e o meu projeto faz uma emenda a esse fundo de terras, permitindo que o Estado receba recursos do Orçamento da União para a compra de áreas e possa efetivar o re-assentamento de colonos que foram assentados em áreas hoje já identificadas e demarcadas como áreas indígenas. Isso já foi feito em outros estados brasileiros. Não resolve todo o problema, mas uma parte dele, no caso de Panambizinho e também no Sul do Estado, onde terras indígenas foram colonizadas indevidamente pelo Estado brasileiro.

Eu acredito que outras soluções poderão surgir nessa comissão oficial, representativa, com o reconhecimento do Governo Federal, do Congresso Nacional, porque em volta de uma mesa nós poderemos chegar a uma solução que venha a contemplar todos os lados.

Nós estivemos aqui representando a Assembléia Legislativa na área de conflito de Buriti, em Dois Irmãos do Buriti e Cidrolândia e eu ouvi de muitos proprietários que se houvesse algum tipo de indenização ou alguma proposta concreta, os proprietários, os fazendeiros teriam interesse em discutir, em negociar a saída dessas áreas, porque eles não têm mais interesse de permanecer numa área que hoje é de conflito e que possivelmente por muitos anos será uma área de conflito, se não for demarcada e resolvido o problema.

Então, há a minha proposta, considerando que é um assunto complexo e polêmico. Eu não quero entrar aqui na defesa de quem tem mais direito, porque eu acho que todos têm direitos, mas lembrando que há aqui uma fala de um cacique indígena na área de Buriti, em que dizia o seguinte: "Há muitos anos, talvez há séculos nós estamos aqui esperando uma providência do Governo brasileiro, e o fato de nós entrarmos hoje nas fazendas significa um grito de desespero para que nós sejamos ouvidos nesse momento". Eles aceitaram, depois da negociação, recuar das fazendas. Foi dado um prazo e estão aguardando que a justiça se pronuncie.

Quer dizer, eu vejo, da parte dos índios, boa vontade também para negociar. E vejo que os fazendeiros, os proprietários rurais, também têm interesse de sentar em volta de uma mesa e resolver essa questão de forma negociada. Portanto, a minha proposta, como o assunto não é simples e apenas um projeto ou uma proposta talvez não possa contemplar todas as áreas de conflito do estado, é que nós possamos sentar numa mesa, numa comissão que tenha legitimidade, para discutir caso a caso. Eu acredito que poderemos inclusive estabelecer cronograma para definir a demarcação e também iniciar, por exemplo, resolvendo em primeiro lugar a situação dos pequenos proprietários, dos minifúndios, chegando a situações mais complexas como daqueles que têm as maiores propriedades.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu queria apenas dizer que aqui no Mato Grosso do Sul houve um esforço conjunto de todas as instituições. Eu quero fazer justiça,

aqui, não somente à Justiça Federal, à Polícia Federal, à Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado, mas também ao Ministério Público Federal. Eu acho que agora, nesse conflito do Sul do Estado ele teve um papel importantíssimo e imprescindível para que não houvesse mortes, violências, e o problema chegasse a essa discussão, como estamos fazendo hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero, economizando o tempo, passar a palavra ao Deputado José Teixeira.

O SR. JOSÉ TEIXEIRA – É um prazer muito grande estar aqui na nossa Casa, recebendo tão brilhantes Senadores do nosso Estado, Senador Ramez Tebet, Senador Juvêncio da Fonseca, Senador Delcídio Amaral, além do Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Jefferson Péres. Tenho assistido atentamente ao pronunciamento de V. Exª, Presidente da Comissão, sobre as questões indígenas do seu Estado.

O nosso Estado não é diferente. V. Exª vai levar daqui, de Mato Grosso do Sul, toda a impressão possível do que V. Exªs ouviram aqui. Não podemos, nós produtores rurais, discutir de quem foi o erro do passado. Isso é malhar em ferro frio, porque a União delegou poderes ao Estado para titular as terras e essas terras foram tituladas, os títulos foram tramitados durante dois anos, três anos, foram pagos ao Tesouro do Estado em moedas, conforme os recibos que estão arquivados nos títulos que encaminhei a V. Exª, para V. Exª ter o conhecimento de como foi a tramitação. Três anos, quatro anos, a pessoa esperando na Exatoria do Município, onde reivindicava o título, o edital, por 30 dias, para verificar o direito de quem estivesse dentro da terra – branco, índio, de qualquer cor de pele – para que houvesse reclamação, e o título fosse impedido. Tinha que preservar esse edital o Decreto nº 5.941, de 1943, que criou a colônia agrícola, com 360 mil hectares de terras divididos em 30 hectares, 12 mil lotes, onde existia índio, como hoje existe...

O que não é aceitável, na minha ótica, é o custo de parcela da propriedade dos proprietários rurais de Mato Grosso do Sul, sendo que, se esse custo e essa dívida existem, são de todos os brasileiros e não de alguns produtores que estão vendo seu patrimônio lesado, esbulhado, agredido, desrespeitado.

E, quando se fala em comissão, acho que a comissão está criada no órgão maior do Brasil, que é o Senado. É lá que vamos resolver porque não podemos deixar que o produtor rural seja tratado da forma como está sendo tratado, um segmento que é a âncora do desenvolvimento deste País, é quem está produzindo e já lutando contra a falta de chuva, ou o excesso de chuva, contra uma política agrícola desumana. Por tudo isso o produtor rural luta.

Então, hoje, vamos tratar de quem é a responsabilidade, se é da União, se é do Estado que titulou. Os títulos expedidos em Mato Grosso do Sul respeitaram a Constituição vigente; a faixa de fronteira de 66 km, que era terra de retenção da União, os decretos, as pessoas que estivessem dentro, tudo isso foi respeitado na tramitação do título. Hoje só resta uma solução: é a que o Senador Juvêncio defende, é a que o Senador Ramez Tebet defende, a que o Senador Delcídio defende e acho que é a que V. Exªs também irão defender: pagam-se os brasileiros que estão sendo lesados, que estão sendo esbulhados. Nós até mudamos daqui. Proponho entregar minha propriedade, que foi invadida em 2000. O que eu já gastei com advogado... Aceitar grupo de trabalho dentro da minha fazenda, antropólogo de vinte e poucos anos de idade que não conhece a realidade. Por que não senta, o índio que está lá invadindo, com o patrão dele, que mora lá e tem 96 anos e diz que foi patrão dele...

O que estamos tratando aqui não é verdade? Os produtores rurais da região de Dourados, que foram carreiros da mate laranjeira, que puxaram erva-mate daquela região para Campo Grande com carro de boi, estão lá para dizer que não era reserva indígena; estão lá para dizer que moraram os índios changueiros, que eram trabalhadores braçais, um aqui, outro acolá. Estão lá. Sentem-se à mesa os homens de 90 anos, de 86 anos, o Sr. Romarildo Gentro tem 96 anos, e o índio que entrou na minha propriedade tem 70 anos. E lá do lado, onde tem um pedacinho de terra devoluta, onde mora o Sr. Chico Assunção, é cinco anos mais velho do que eu, o Cacique Papito, que andou com ele em festa quando ele era empregado da fazenda do Sr. Romarildo Gentro, Fazenda Juti, dele desde 1926, e o título ele requereu porque era posseiro em 1949. Isso temos que viver na realidade. Esse documento, Presidente Mozarildo, está numa pasta que encaminhei ao seu assessor. E tivemos o cuidado de trazer um antropólogo que tem outro pensamento. Está tudo dentro da pasta.

No Mato Grosso do Sul, o que precisamos é definir, de uma vez por todas, pagar as terras. Agora pergunto a V. Exª, a terra do Panambi, hoje, vale mil sacos de soja por alqueire. A soja está R$40. Então, são R$40 mil o alqueire. A cinco quilômetros à margem do rio Brilhante, compra-se a terra por R$6 mil ou R$7 mil o hectare, que dá uns R$12 mil ou R$13 mil. Agora, o índio é tutelado pelo Governo Federal. Ele quer buscar as terras dos seus ancestrais. Ele tem 30 anos de idade. O produtor está lá há 50 anos produzindo, porque recebeu o título em 1943. Ele não tem

hábito, costume – como dizem os procuradores – não tem passarinho, não tem rio, porque estamos produzindo soja, gado, feijão, arroz, para ajudar este País a desenvolver. É o setor que mais emprega e o único que não desemprega nem por idade nem por escolaridade, porque se uma pessoa tiver acima de 40 anos, mas tiver experiência, o setor produtivo emprega. Se ele não tiver um curso superior, mas souber manusear um trator, ele está empregado.

Eu queria que V. Exªs saíssem de Mato Grosso do Sul conscientes de que estamos agradecidos pela presença de todos aqui, em especial os três Senadores do nosso Estado, pois conhecemos as posições deles. Mas que resolvam isso de uma vez por todas. Cria comissão, vai estender mais o prazo. Precisamos resolver isso urgentemente, para que as pessoas possam continuar trabalhando com dignidade e respeitando, como sempre respeitaram, a Constituição, porque eles estão lá cumprindo deveres e obrigações há 50 anos. Por que agora inventaram essa história de que tem que buscar terra dos ancestrais dos índios? Se ele é tutelado, o Governo Federal que compre qualquer terra dentro do território brasileiro e dê para que eles morem com dignidade, com respeito.

Mas preciso que V. Exªs criem logo uma comissão para vistoriar as aldeias de Mato Grosso do Sul, porque não adianta distribuir terras para as aldeias continuarem improdutivas e o índio sem condições de produzir nem para sobreviver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ouço o Deputado Paulo Correia.

O SR. PAULO CORREIA – Vou ser conciso, Sr. Presidente. É uma satisfação poder receber tão ilustres personalidades aqui nesta Casa. Deixo um abraço ao Deputado Machado, 3º Secretário desta Casa, e quero dizer que esta Casa é do Senado também. É a casa do povo. Ficamos muito orgulhosos dos nossos três Senadores: o Senador Delcídio Amaral, que é o Relator; o Senador Juvêncio da Fonseca e o Senador Ramez por terem participado. Agradeço a V. Exª por ter vindo e ao nosso guru, Senador Jefferson Péres, de quem já conhecemos o procedimento.

Temos que centrar o foco no que vimos fazer aqui. Já debatemos demais esse assunto e já o esgotamos. O termo expropriação tem que ser banido da nossa Constituição. Não existe expropriação, não existe aquele negócio de garantir uma coisa sem garantir outra. Quero lembrar do empenho do produtor rural do Mato Grosso do Sul na faixa de fronteira. Quero dizer do Cone Sul. Já participei de reuniões com o Ministério Público Federal, inclusive com o Governado Zeca do PT que se empenha para resolver o assunto. E eles pensam que temos que dar para os índios 33% do território do Mato Grosso do Sul. Esse seria o percentual que consideram correto.

Penso que temos que pensar que esse é um problema de segurança nacional. Se nós, produtores rurais da faixa de fronteira, temos o nosso título ratificado pelo Governo Federal (o Governo Federal está dizendo que aquele título é correto), como é possível ter um questionamento posterior a isso. Espero que nessa reunião do dia 4, Senador Delcídio Amaral, que V. Exª vai fazer com o Ministro da Defesa, é importantíssimo, Sr. Presidente, que seja colocado isto: o nosso Cone Sul, a nossa faixa de fronteira está tendo o maior problema de conflito. Todos os títulos dos proprietários rurais foram ratificados. Se for dado da forma como está sendo feita agora, sem levar em consideração a parte de segurança nacional, o que temos ali é um grande corredor de narcotráfico. Isso tem que ser levado em consideração.

Está havendo uma invasão, e quero aqui denunciar, com apoio de organizações não-governamentais. Quero deixar essa denúncia aqui, com apoio de organizações não-governamentais estrangeiras, do lado do Paraguai para o Brasil, porque no Mato Grosso do Sul temos um programa social, um programa de segurança alimentar, que nada mais faz do que dar uma cesta básica de alimentação. E temos o SUS no Brasil que garante saúde para esses indígenas. Está vindo gente do Paraguai incitado por organizações não-governamentais. Duas de que temos notícia, e o Senado Federal tem condição de mandar averiguar: em primeiro lugar, uma organização não-governamental, parece-me, ligada à BBC e outra ligada ao Sr. Sting, que está prestando um desserviço ao nosso Brasil. Como é área de segurança nacional, deveríamos estar olhando nesse assunto.

Também, em especial, queria dizer do desserviço que presta o Ministério Público que vocês aqui presenciaram. Que serviço está prestando para termos um instrumento legal?

Os senhores viram que mesmo aprovando uma emenda constitucional proposta aqui pelos Senadores, ainda há o questionamento. Quer dizer, quanto pior melhor. Sim, Senador Delcídio e temos que levar isso em consideração. Para eles quanto pior melhor. Não acho que o Ministério Público Federal esteja prestando um serviço não. Está prestando um desserviço, porque, a partir do momento em que houvesse um instrumento legal e uma política pública definida para o pagamento, acabaria a função do Ministério Público Federal, que só quer incitar invasão, o conflito armado.

Então gostaria de dizer que me sinto muito orgulhoso em estar participando de uma audiência como

esta e deixar um abraço da Presidência da Casa, de todos os Srs. Deputados a essa visita tão ilustre desta comissão a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Secretário, Deputado Dagoberto Nogueira Filho.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA FILHO – Sr. Presidente, ontem já tive a oportunidade e a satisfação, primeiro, de cumprimentá-lo, pelo fato de ter avocado esse problema, segundo, de relatar a nossa situação aqui no Estado, portanto vou me ater hoje apenas a uma proposta que já protocolei a V. Exª. O grande problema do conflito que está existindo é a discussão sobre a Constituição: o que é a terra tradicionalmente ocupada e a questão de não poder indenizá-la?

Quando se definir esse problema do que é tradicionalmente ocupado e permitir a indenização acabarão esses conflitos. É muito cômoda a situação da União, assistindo ao conflito direto por parte dos proprietários, que estão defendendo aquilo que eles têm, porque sabem que se perderem tudo terão indenização somente das benfeitorias, que não valem 10% daquilo que vale sua área. Então esse conflito só vai parar quando resolvermos esses dois problemas.

Então faço essa proposta de inclusão dos §§ 8º e 9º do art. 231.

Nós diferenciamos, primeiro, da área invadida, que ser indenizada mesmo, por isso não alterei nada até o art. 7º lá da Constituição. Mas também temos o possuidor de boa-fé, que é esse que V. Exª viu, como é o caso da maioria dos casos daqui do Mato Grosso do Sul. Não tenho conhecimento de nenhum deles ter invadido a área que já era aldeia. Todos eles estão na área há 50, 100 anos, então tem que ser diferenciado; e títulos emitidos pelo Governo, ratificados pelo Governo. Incluímos aqui, diferenciando o que é tradicionalmente:

"§ 8º. As terras tradicionalmente não ocupadas pelos índios e que estejam em posse de terceiro poderão ser objeto de desapropriação em favor da comunidade indígena interessada, desde que a demarcação seja antecedida de estudos antropológicos de identificação regidos pelo princípio do contraditório."

Isso é importante, porque atende o que eles estão pedindo. Não basta fazer um exame antropológico e dizer porque achou uma cerâmica, ou porque isso... então existe o princípio do contraditório de rito sumário em que se definam terras indígenas.

"§ 9º. A desapropriação a que se refere o parágrafo anterior será objeto de prévia e justa indenização, desde que os proprietários possuam títulos de domínio expedidos e devidamente registrados, com posse mansa e pacífica."

Tenho a impressão de que, com a inclusão desses dois parágrafos e, logicamente, com a previsão no orçamento, ou por parte da Funai ou da União, o Ministério Público poderá pagar, indenizar.

Posso lhe falar com muita segurança que todos os proprietários dessas áreas, que, como V. Exª viu, que são pequenos proprietários, aceitam a indenização. Só não querem perder tudo que construíram a sua vida inteira, daí essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Dr. Waldecy, Secretário do Desenvolvimento Agrário do Estado.

O SR. WALDECY – Boa tarde, Srs. Senadores, é um prazer estar aqui, falando a esta tão distinta Comissão.

Rapidamente, gostaria de apresentar alguns elementos para contribuir para a reflexão desta Comissão. Nós do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul temos uma política difícil – diferentemente do que disse o Procurador do Ministério Público. A situação só não está pior em função de uma agenda extremamente importante do nosso Estado de atendimento direto às comunidades indígenas, no que toca ao desenvolvimento econômico por parte das aldeias, à saúde e à educação. Vivemos, neste momento, um problema de quase indefinição dos papéis que os órgãos da União devem cumprir.

A estrutura da Funai está totalmente desmantelada estrutura e desaparelhada para cumprir a sua função estabelecida na Constituição, que é a identificação, demarcação e indenização das terras ocupadas pelos indígenas. Aqui a Funai não tem conseguido fazer isso em virtude de problemas orçamentários. Esta é a primeira sugestão: o Governo Federal tem de definir competências. Se a Funai for cuidar da questão indígena, na minha avaliação, ela deverá dispor de todos os recursos orçamentários destinados a esse fim.

Se compararmos o orçamento da Funai, que é de R$240milhões a R$290milhões com o da Funasa, que cuida do saneamento, verificaremos que o da Funasa é maior. Além disso, há total dispersão dos recursos aplicados: os da saúde vão para um lado; os da educação vão para outro e os da demarcação para outro. Portanto, esse é um elemento importante. É preciso haver alguém que possa dialogar com o Governo do Estado e, em momentos de crise, ser responsabilizado e ajudar a resolver os problemas. Há total omissão por parte do poder constituído.

Outro elemento importante é a criação de um programa. Uma vez identificado quem vai cuidar da questão indígena, deve ser estabelecido um cronograma com metas físicas e orçamentárias, para que esse órgão possa dialogar. Na minha avaliação, o Estado

brasileiro precisa recuperar a confiança dos povos indígenas, a confiança de que nós brancos temos condições de dar auto-sustentabilidade à cultura, à vida e às aldeias deles.

Hoje existe também um processo de descrença com relação a tudo aquilo que viemos falando e que a Constituição de 1988 conseguiu fazer. Em 1993 deveríamos ter demarcado todas as terras indígenas e não o fizemos. Onze anos depois, estamos presenciando isso. Precisamos começar a cumprir aquilo que nós brancos assumimos. Um programa claro, com prazos, metas etc. deve ser negociado. Eu tenho uma presença muito forte, apesar da minha pouca idade. Temos conseguido negociar com base em prazos, estabelecimento de metas e de compromissos, que serão cumpridos obviamente. Fazendo isso com uma boa interlocução com os índios.

Até o Estado se propõe, como fizemos no final do Governo passado, a estabelecer convênios, parcerias, enfim, uma ação conjunta entre Estado e União, como na reforma agrária, para ajudar em todos os processos. Posso estar enganado, mas não há em nenhum Estado brasileiro o investimento direto que o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul tem destinado às aldeias, na forma de insumos, maquinários, para que elas aldeias tenham uma produção auto-sustentável. Vários programas oriundos das aldeias do Mato Grosso do Sul foram premiados, portanto há um atendimento direto a essa população. O Programa de Alfabetização Indígena também é importante.

Para terminar, deixo muito claro que temos dois problemas no Mato Grosso do Sul com relação à questão indígena: primeiro, é a demarcação e identificação das terras; segundo, são as revisões, que ocorrem em Japorã e Buritis, são as ampliações das áreas das comunidades que aumentaram o tamanho e passaram a viver confinadas.

Esses dois problemas necessitam de tratamentos diferenciados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Dr. José Antonio Felício, Secretário da Produção e Turismo.

O SR. JOSÉ ANTONIO FELÍCIO – Primeiramente, quero cumprimentar os Senadores, especificamente os nossos três Senadores, e fazer um cumprimento especial ao Senador Jefferson Péres. Eu o conheci pela TV Senado. Se eu já o admirava pela TV quero dizer aqui, ao vivo, da minha admiração. A intervenção de V. Exª foi extraordinária. Ouvi muitas pessoas falando sobre ter pouca idade, não sei se é porque tenho muita idade, é uma pena que não foi possível botá-los de bumbum para cima e dar umas chineladas. O nosso grande problema é a falta de experiência.

Acho que a Constituição de 1988, extraordinária, deu muitos direitos, mas não tinha dinheiro para cumprir todos. O grande problema prático – e me considero muito prático, não sei se os outros me vêem dessa forma – é a falta de dinheiro, pois com ele se resolveriam todos esses problemas.

Fico perplexo. Tenho três filhas e, se elas tivessem esse atrevimento com um pouco mais de 20 anos, eu me permitiria dar-lhes umas palmadas. Acho que isso é o que está faltando .

Vou fugir um pouco do foco, mas até Embaixador brasileiro está tirando os sapatos para entrar em outros países para ser examinado, e fico perplexo de ver essa ONGs, padre – sou católico e minhas filhas foram catequizadas, com muito orgulho, pelo Deputado Pedro Kemp -, pessoas participando de reuniões com o governo e mal sabem falar o português. Esse pessoal vem aqui para dar lição de moral e ensinar alguma coisa para o nosso País. Isso é uma vergonha! Sinceramente, sinto-me um incapaz, quando vejo essas pessoas terem esse tipo de atrevimento e virem aqui causar essa discórdia.

O nosso Estado – e o Deputado Kemp falou disso -, estou aqui há 25 anos, e nunca vi problemas de índios com brancos. Acho uma convivência extraordinária. Sou vizinho, sou proprietário rural, não estou tendo problemas, graças a Deus. São os meus vizinhos que estão tendo. Nesses 18 ou 19 anos, nunca tive problemas, o relacionamento sempre foi pacífico. Não sei se houve ou não injustiça no passado, mas o relacionamento sempre foi extraordinário. De uns tempos para cá, essas coisas se acirraram, e acho que é por essas entidades, por esses teóricos filósofos. Eles tinham que trazer soluções.

Os problemas existem e grande parte deles não se resolvem por falta de recursos. Se tivesse recurso, como disse o Deputado Paulo Correia, comprar-se-ia um terço do Estado – 10 milhões de hectares – e dava-os de graça. O nosso Governador, que aponta para o desenvolvimento, talvez não tivesse condição de fazer o discurso dele porque um terço do nosso Estado não teria produção. Como foi dito aqui, não adianta devolver essas terras para os índios, porque hoje elas não atendem às necessidades dos índios porque foram desmatadas e ocupadas pela produção ou coisa parecida.

Acho que soluções existem, o grande problema é a falta de recursos. Não acho que seja falta de legislação, temos que adequá-la. Não é falta de jurista, não é nada. Agora, acho que estamos passando por um momento extremamente difícil pela falta de experiência das pessoas que são responsáveis por conduzir esses assuntos, que são complexos, independente do

lado que tenha razão. Adoro a juventude, mas a irresponsabilidade, a falta de experiência dessas pessoas só faz acirrar os ânimos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar, quero só ouvir um comunicado do nosso Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu só queria comunicar que o Governador Zeca não se encontra em Mato Grosso do Sul hoje porque foi chamado pelo Presidente Lula. S. Exª está em Brasília, numa reunião inesperada, para a qual estava programada a presença do Governador Zeca.

Eu só queria justificar para os Senadores e pedir desculpas em nome do Governador, até porque o Presidente Lula o chamou com urgência. Esta é a razão de ele não estar aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Já tendo conversado com os outros Senadores, vamos deixar de fazer qualquer pergunta, porque fomos ram objetivos. Vamos levar essas informações todas.

Só quero reiterar que a posição do Senado ao avocar para si a questão emergencial do Mato Grosso do Sul e do Estado de Roraima foi um ganho muito grande para a questão. Vamos nos debruçar sobre todas essas questões e de todas as informações e buscar não só soluções legislativas imediatas como também interagir com o Poder Executivo para encontrar uma solução que possa, de maneira muito rápida, deixar Roraima e Mato Grosso em paz.

Muito obrigado a todos.

O SR. () – ...para produzir. O desafio é grande. O Legislativo – o Senado – vai assumir um papel fundamental, e não será um papel único, porque o Executivo também precisa ocupar o seu espaço. Tudo isso está acontecendo porque, infelizmente, não existe uma política indigenista clara, não existem recursos. Ano após ano, essas coisas entram num processo de degradação. Fundamentalmente, também hoje ele já afeta a soberania nacional e a questão das nossas fronteiras. Tudo aquilo que esses conflitos trazem não se refere ao crime organizado, narcotráfico e outras coisas mais, que todos aqui conhecem muito bem e acompanham de perto, principalmente nós, que temos uma fronteira grande com a Bolívia e o Paraguai. Esse é o desafio.

Nós estamos aqui para conversar. Fomos prejudicados pelo tempo. Também as audiências em Campo Grande se estenderam bastante. Fizemos já algumas visitas, mas não pudemos fazer todas. Íamos conversar com as lideranças indígenas, mas até pela dificuldade de acesso ficou prejudicado esse debate, essa conversa. Hoje, pela manhã, estivemos na Assembléia Legislativa, em Campo Grande, com as principais lideranças.

Agora, vou abrir a palavra aos meus companheiros, especificamente para o Presidente Mozarildo Cavalcanti, para que façamos dessa uma reunião frutífera que nos dê os subsídios necessários para, primeiro, honrar a expectativa que V. Exªs têm e, acima de tudo, procurar resolver de forma direta, clara, consistente, sem medo de dogmatismos, fazer um trabalho pelo Brasil e para todos os seus cidadãos. Acho que este é o desafio. Nós estamos todos aqui, queremos um Brasil melhor. A hora chegou, a hora é agora. Tenham absoluta convicção de que nós vamos trabalhar com muito empenho para sairmos desse conflito com uma solução que dê tranqüilidade para muitas gerações.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu acho que Delcídio explanou muito claramente tudo que nós pretendemos fazer ou que já estamos fazendo. Temos dois casos emergenciais, como ele citou: aqui em Mato Grosso do Sul e em meu Estado de Roraima.

O mais importante é que até aqui eram os parlamentares de Mato Grosso do Sul e de Roraima que ficavam brigando, tentando resolver na base do pedido junto à Funai e ao Ministério da Justiça. O Senado não tinha incluído na sua pauta essa questão como prioridade. Agora, com a designação pela Mesa do Senado de uma Comissão oficial do Senado, composta de cinco Senadores – Jefferson Péres, Senador Delcídio e eu, o Senador João Ribeiro, do Tocantins, e o Senador Romero Jucá, que não puderam vir – , estamos aqui em maioria os três e vamos, portanto, concluir os trabalhos, como disse o Senador Delcídio Amaral, lutando para uma solução emergencial nos dois Estados. Procuraremos fazer uma coisa que seria definitiva no que tange a essa política indigenista, para que não aconteça de resolvermos um problema hoje aqui e, amanhã, aparecer um novo problema e ficarmos nesse eterno apaga incêndio. Esse é o objetivo.

Estamos com informações muito precisas do que está acontecendo aqui. Vamos nos debruçar nos próximos dias para solucioná-los. Espero contar com o apoio de todos. O Senador Jefferson Peres é um jurista, um homem que conhece profundamente a questão, é um constitucionalista. Portanto, vai nos dar um apoio muito forte. Temos na nossa retaguarda toda a Consultoria Legislativa do Senado, formado de técnicos que podem nos subsidiar para que possamos dar uma solução.

Quero deixar não aquela certeza e um prazo amarrado pelos senhores, mas vamos trabalhar de maneira dura para resolver esse problema no menor espaço de tempo possível. Esperamos que consiga-

mos isso realmente num prazo emergencial. Até porque sou médico, e quando temos um paciente que está no pronto-socorro, temos que rapidamente tratá-lo, depois discutimos os outros problemas.

Da minha parte, quero dizer que estou à disposição.

Passo a palavra ao Senador Jefferson Péres para alguma consideração que S. Exª achar oportuno fazer. (Palmas)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Boatarde a todos.

Discursar para quê? Querem ouvir mais discursos? Vocês querem é solução para o problema, claro!

Bato o **mea culpa**. Penso que o Congresso se omitiu muito, deixou esse problema ser tocado por outras pessoas, até estrangeiro dá palpite hoje sobre o campo no Brasil. (Palmas.)

E o campo ameaça se transformar num barril de pólvora. O único setor no momento da economia brasileira que deu certo. Se essa situação continuar, vai começar a ser desarticulado, com certeza!

Chega! Não vamos cometer absolutamente injustiça. Os direitos dos índios serão contemplados, mas alguma coisa vamos fazer: mudar a Constituição, mudar as leis, pressionar o Poder Público. Esperem, vamos agir!

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em virtude do adiantado da hora, eles têm compromissos, tem vôos, pergunto aos senhores que foram invadidos qual dos senhores gostaria de falar. Uma pessoa só.

Joel, você gostaria de falar? Sr. José Alagoano?

Rápido, Joel, a sua história rapidinho: são 70 alqueires de soja, sua vida, seu financiamento. Eles estão cansados de saber, mas só para gravarmos.

E depois, em nome da Recove, da Acrissul, da Federação da Agricultura, vamos continuar aqui, acampados, vamos aguardar a reintegração de posse lá em Dourados. Também vamos estar lá.

Agradecemos a presença, mais uma vez, dos Srs. Senadores, com a participação efetiva do Governo do Estado. É importante que todos estejam percebendo que, por enquanto, se Deus quiser, nunca vamos perder essa persistência, essa tolerância. Um erro não justifica o outro. Vamos manter a paz, a tranqüilidade, porque temos confiança nos Poderes constituídos do nosso País.

O SR. – Bom, só queria dizer que até agora estamos aguardando. Acho que foi frutífera a vinda dos Srs. Senadores, para verem a situação por que estamos passando.

Não é fácil a pessoa ser tirada de dentro de casa, como todos nós o fomos, banidos da nossa propriedade, sem direito a nada.

Estamos ansiosos. Faz uma semana que estamos acampados. Vamos ficar mais duas ou três, aguardando até que seja tomada alguma posição, digamos assim, de contemplar o campo.

Viemos aqui chamados pelo Secretário da Agricultura para plantarmos, para produzirmos, para fazermos o Mato Grosso do Sul crescer.

Não viemos aqui fazer baderna. Estamos todos aqui, o Sr. José Alagoano, o pessoal que está conosco, pessoas que estão há 45, 50 anos morando nas terras invadidas. É complicado ficarmos esperando, aguardando justiça. Se fôssemos violentos ou quiséssemos fazer justiça com as próprias mãos, teríamos ido lá e batido de frente. Estamos aqui aguardando, todo mundo, não apenas eu, bem como os quatorze produtores. É sofrido. Às vezes, ficamos só nós, os quatorze aqui, na tenda. Temos que também entender o pessoal, que têm o que fazer. Ficamos aqui, agoniados, aguardando. Os quatorze estão unidos, esperando que seja feita alguma coisa, no sentido de resolver o problema.

Estou falando por todos, porque é o sentimento de todos.

Estou sendo prejudicado. Fiz financiamento pelo BNDES para a compra de implementos agrícolas, para custeio de lavoura e cortaram a cerca, o gado comeu toda a soja, não vou colher nada. O gado que estava lá já não sei onde está.

O que tenho a dizer é isso, que esperamos justiça, esperamos que se houver alguma coisa no sentido de que, também não vamos brigar com o índio, não somos loucos, vamos ficar aguardando, porque se for dos índios, que nos indenizem.

Só acho complicada uma indenização numa área de fronteira, é o que sempre temos recomendado.

Agradecemos o Prefeito Lídio, que nos deu apoio. Veio todos os dias aqui, mesmo quando estávamos só nós, veio aqui e nos apoiou. Acho que é uma liderança nossa aqui. (Palmas)

A Panasul, que, em nenhum momento, nos esqueceu. Até ontem havia uma tenda deles aqui, mas me parece que, por motivo de força maior, foi retirada daqui.

Mas o que todos esperamos, o que todos queremos, é simplesmente justiça. Nós aguardamos justiça. Vamos ficar aqui, sei lá até quando. Talvez possamos ser reintegrados novamente. Talvez os índios possam ser tirados dali e depois possam voltar. Mas não podemos ser expulsos de dentro de casa sem direito a nada. Vamos ficar aguardando até quando?

Obrigado. O que eu tinha para dizer era isso. (Palmas.)

O SR. – Muito obrigado. Conforme combinamos, um ia falar em nome dos quatorze, porque eles têm compromisso em Campo Grande. O avião está esperando por eles, lá no frigorífico. Nós vamos permanecer aqui, mobilizados, sempre com esse espírito de respeito à lei, às autoridades, ao Legislativo, ao Executivo e ao Judiciário. A Polícia vai fazer o papel dela, e nós vamos fazer o nosso, que é produzir e garantir o futuro do nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

3º Relatório da visita "in loco" ao Estado de Santa Catarina, realizada em 11 de março de 2004.

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às dez horas e cinqüenta e nove minutos, na sede da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença do Senhor Senador João Ribeiro membro, desta Comissão, reúne-se a Comissão Especial Temporária ***criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados"***. Presente também o Senador Leonel Pavan. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão esclarecendo o objetivo principal da Comissão que ora realiza visita "*in loco*" ao Estado de Santa Catarina. Ao iniciar as Audiências, o Senhor Presidente convida para tomar assento à Mesa dos Trabalhos o Dr. Loreno Weissheimer – Procurador Geral do Estado de Santa Catarina, que após a sua explanação, o Senhor Presidente convida para tomar assento à Mesa dos Trabalhos o Deputado Federal Gervásio Silva e o Secretário de Estado de Articulação Nacional, Dr. Valdir Colato. Dando segmento às Audiências, o Senhor Presidente convida a Dra. Ana Lúcia Hartmann – Procuradora da República de Santa Catarina que ao iniciar, solicita à Presidência que seja concedido a metade do tempo em que a mesma dispõe para suas explanações, cedendo esse espaço de tempo para o Dr. Eduardo de Oliveira Rodrigues – Procurador da República de Blumenau/SC. A seguir, a Presidência convida o Dr. Renato Halfen Porciúnca – Superintendente da Policia Federal de Santa Catarina, em seguida o Dr. João Henrique Blasi – Secretário de Segurança Publica e Defesa do Cidadão, após o Dr. Valdir Colato – Secretário de Estado de Articulação Nacional. Após, o Senhor Presidente registra a presença dos Deputados Estaduais Onofre Santo Agostini, Herneus de Nadal, João Rodrigues e Rogério Mendonça. Ato contínuo, a Presidência convida o Dr. Aldo Scheneider – Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Ibirama / SC. A Presidência comunica aos presentes que por motivo de agendamento, fica transferido para o período da tarde, Dr. Moacir Sopelsa – Secretário de Estado de Agricultura e Política Rural, concedendo em seguida a palavra ao Sr. João Maria Marques Rosa – Prefeito do Município de Abelardo Luz, após, o Senhor Presidente convida o Prefeito de Cunha Porã, Sr. Mauro de Nadal, deixando a agenda de Audiências no período da tarde mais flexivel. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Deputado Federal Gervásio Silva, em seguida a Senador Leonel Pavan que justifica a ausência dos Senhores Senadores Delcídio Amaral, Jefferson Peres, Romero Jucá e Ideli Salvati, e apresenta agradecimentos aos Senhores Dr. Valdir Colato, Deputado Gervásio Silva, Deputado João Marques, e Deputado Zonta, e em referência aos produtores e indígenas lembra da delicadeza da questão em discussão, ao tempo em que o Senador Leonel registra presença do Cacique Machado – Vereador de Chapecó. Ao suspender os trabalhos por alguns minutos, o Presidente faz as suas colocações aos presentes, à respeito da objetividade da Comissão no Estado de Santa Catarina. Às quatorze horas e trinta minutos, a Presidência reabre os trabalhos, ponderando aos próximos palestrantes que os mesmos tenham a conduta de elevação nos debates, evitando quaisquer tipo de comportamento que venha a diferir da conduta adotada pelos palestrantes do período da manhã nesta Comissão. Ao dar seqüência aos trabalhos, o Presidente convida o Diretor de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, Dr. Ari Geraldo Neumann – Representante do Secretário de Estado da Agricultura e Política Rural, a seguir, a Presidência convida para a sua exposição o Dr. Adair Paulo Bortolini – Procurador do Município de Seara e dos Agricultores atingidos pela área indígena de Toldo Pinha. Após, concede a palavra ao Dr. Fábio Ulli Coelho que representa os Colonos de Santa Catarina, usando o tempo que estava reservado para o Prefeito de José Boiteux. Em seguida, o Senhor Presidente convida para tomar assento à Mesa dos Trabalhos e ao mesmo tempo concede a palavra ao Deputado Volnei Morastoni – Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Dr. Clênio da Costa Álvares, representante da FUNAI de Santa Catarina. Ato contínuo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Dr. Sérgio Dalben – Representante dos Agicultores de Abelardo Luz, após, convida o representante do Cacique Albari dos Santos, Cacique Valdeci dos Santos – Representante dos Indígenas de Abelardo Luz , o Senhor Presidente registra a tolerância do tempo com o Cacique e solicita aos outros participantes que tenham o senso de não ultrapassarem o seu tempo para melhor andamento da

reunião. A seguir, o Presidente concede a palavra ao Dr. Paulo Peixe Filho – Representante dos Agricultores de Ibirama, após, concede a palavra ao Sr. Wilson de Souza – Representante dos Agricultores de Toldo Pinhal, em seguida, faz uso da palavra o Representante dos Indígenas de Toldo Pinhal, o Cacique Lauri Alves. Ato contínuo, a Presidência concede a palavra ao Dr. Arno Schwendler – Representante dos Agricultores de Cunha Porã e Saudades, dando seguimento à Programação Agendada, a Presidência concede a palavra ao Cacique Alcindo Barbosa – Representante dos Indígenas de Cunha Porã e Saudades, que cede os dez minutos finais de sua exposição ao indígena Pedro Barbosa. A Presidência concede a palavra ao Cacique Brasílio Priprá – Representante dos Indígenas de Ibirama. Ao término, fizeram uso da palavra os Senhores Senadodfseguir a Presidência concede a palavra aos Senadores João Ribeiro, Leonel Pavan, que passa às mãos do Presidente documentação da Região de Ibirama, faz um levantamento dos conflitos nas diversas Regiões de Santa Catarina, após o Senhor Presidente pondera aos presentes quanto a distribuição da agenda dos expositores a esta reunião, equilibradamente procurando ouvir aos lados de interesses dando oportunidade ao contraditório, agradece aos Senadores presentes, lembra que os depoimento foram gravados e os documentos serão para uso da Comissão em estudá-los e aquelas instituições que não entregaram documentação, que o façam para a Comissão nesta C asa Legislativa, lembra ao expositor que leu parte de seu discurso agrade também a presença dos Consultores do Senado Federal, Dr. Tarciso Dal Maso Jardim e ao Dr. Bruno Dantas Nascimento, e ao Dr. Rosber, pela contribuição a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei o presente Relatório de visita "in loco" ao Estado de Santa Catarina que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Bom-dia a todos.

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Temporária Externa do Senado Federal, criada através do Requerimento nº 529, com a finalidade de ir a Roraima e a Mato Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados. Por aditamento e requerimento do Senador Leonel Pavan, a Comissão também recebeu determinação da Mesa do Senado para vir a Santa Catarina analisar a questão indígena que está tomando conta e afligindo tanto um lado quanto outro da questão.

O objetivo desta Comissão – requerida por mim, daí por que eu a presido – era apenas de tratar da questão indígena no meu Estado, Roraima. Estendeu-se a Mato Grosso do Sul dados os conflitos lá ocorridos, que todos acompanharam pela imprensa. Já tivemos a oportunidade de ir àquele Estado. Hoje, com a vinda a Santa Catarina, atendendo a requerimento do Senador Leonel Pavan, que nos acompanha, concluímos nosso trabalho. Repito: estamos vindo a este Estado atendendo a requerimento do Senador Leonel Pavan. Quero apresentar o Senador João Ribeiro, que é também membro da Comissão. Dispomos aqui da Assessoria dos consultores do Senado Federal, composta por pessoas especializadas na questão e que estão nos acompanhando desde a primeira reunião. Pretendemos ouvir o Presidente da Funai e encerrar as audiências semana que vem. Depois, então, apresentaremos um relatório que contemple a descrição dos problemas e, sobretudo, soluções para eles.

Esta Comissão vai propor ações que possam, no âmbito do Legislativo, ordenar essa questão da política indigenista do País. Existe hoje uma verdadeira aberração em relação ao procedimento de criação de reservas indígenas, que é feita apenas por uma portaria do Presidente da Funai, um decreto preparado pelo Ministro da Justiça e assinado pelo Presidente da República. A criação de uma reserva indígena dispensa a discussão adequada, por exemplo, no mínimo no Senado Federal – Casa que representa os Estados e que é responsável pelo equilíbrio da Federação. Temos então que propor uma solução para o verdadeiro conflito federativo que está se formando nos Municípios, nos Estados, cujo árbitro é exatamente a Funai, que é parte na questão e ao mesmo tempo juíza dela. Dessa forma, o Senado da República tem que apresentar propostas que visem, de uma vez por todas, a ordenar e pacificar essa questão.

Considerando que 0,2% da população nacional é composta por índios, não é possível que não tenhamos condições de dar a esses índios tranqüilidade para viverem da forma que desejarem: ou da uma forma mais adequada aos seus costumes ou se integrando, caso queiram, à vida da sociedade chamada não índia. Lamento, como brasileiro, que exista essa distinção entre população índia ou não índia. Aliás, penso que brasileiro não deveria ser distinguido por ser preto, índio ou branco. No entanto, a nossa missão aqui é justamente ouvir todas as partes: autoridades, índios , agricultores, de forma que possamos ter ao final outros dados e concluir com uma proposta capaz, repito, de atender aos índios, aos não índios e pacificar essa questão indígena.

Inicialmente, anuncio a presença do Presidente da Assembléia, que nos acolhe para essas audiências. Quero cumprimentá-lo, agradecê-lo pela gentileza com

que recebeu Comissão e deixá-lo à vontade para voltar às atividades pertinentes ou para acompanhar nossas audiências. Teremos o prazer em recebê-lo.

Estamos começando mais ou menos pontualmente. Gostaria de ouvir a primeira pessoa inscrita, pedindo, inclusive, dado a quantidade de pessoas para serem ouvidas, atenção para com o tempo. Daremos vinte minutos a cada expositor. Se o expositor usar todo esse prazo, quase não haverá tempo para qualquer tipo de indagação. Portanto, melhor será se os expositores puderem condensar a manifestação em dez minutos para que haja perguntas e esclarecimentos. Mas, se o expositor julgar que deve usar os vinte minutos, não haverá problemas. Cumpriremos o prazo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Faço uma sugestão. A Presidência poderia conceder dez minutos aos expositores e, caso necessário, aumentar esse prazo, para evitar que alguém queira – segundo o ditado popular – encher lingüiça ao tentar completar os vinte minutos. Inicialmente, seriam concedidos dez minutos e, se fosse necessário, o tempo seria prorrogado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido a primeira autoridade inscrita para falar: Drª Ana Lúcia Hartmann, Procuradora-Geral da República.(Pausa.)

Concedo então a palavra ao segundo expositor inscrito: Dr. Loreno Weissheimer, Procurador-Geral do Estado, pelo prazo de dez minutos, conforme sugestão do Senador Leonel Pavan. Se S. Sª julgar necessário ampliar esse tempo, poderá fazê-lo.

O SR. LORENO WEISSHEIMER – Primeiramente, bom dia. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento esta Comissão e o Senado Federal pela iniciativa de pacificar essa importante questão da identificação e demarcação das terras indígenas.

Cumprimento, em nome do Senador Mozarildo Cavalcanti, os demais Senadores presentes, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Volnei Morastoni, que nos acolhe nesta Casa; o Secretário de Estado, Dr. Valdir Colatto; Prefeitos; o Prefeito de Cunha Porá, Dr. Mauro De Nadal – em nome de S. Exª, cumprimento os demais Prefeitos presentes –; agricultores, proprietários, indígenas, descendentes de indígenas, enfim, todos nós brasileiros que queremos resolver essa questão à luz do Direito, da Justiça, do Estado de Direito.

Farei inicialmente uma explanação sobre o interesse dos Estados Federados na demarcação das terras indígenas. Segundo estabelece a Constituição, a demarcação das terras indígenas é competência da União por meio do seu órgão, que é a Fundação Nacional do Índio – Funai. No entanto, há questões fundiárias envolvidas que no passado eram da competência dos Estados.

Começo a minha manifestação, referindo-me às Constituições anteriores. O Brasil se tornou uma República a partir da Constituição de 1891. Essa Constituição estabeleceu em seu art. 64 que as denominadas terras devolutas eram propriedade dos Estados. O que são terras devolutas? As terras devolutas foram conceituadas ou assim definidas por uma lei do Império, a Lei nº 601, de 1850. Essa lei previu que todas as terras até então não afetadas, que não tinham nenhuma destinação pública ou não tinham título privado, passariam a ser chamadas terras devolutas, ou seja, terras devolvidas. Elas voltaram a pertencer ao Império. Isso ocorreu em 1850.

Em 1891, como já disse, a então Constituição republicana definiu que essas terras passariam a ser propriedade dos Estados. E, em razão disso, a partir de então, os Estados brasileiros, os Estados federados fizeram a chamada colonização. Titularam essas terras, passando-as para proprietários privados. É necessário fazer a análise dessa legislação toda e dessa história toda, para definirmos o que é terra indígena.

Então, a partir da Constituição de 1891, os Estados fizeram a colonização. Essa situação permaneceu até a Constituição de 1967, que foi a primeira Constituição a definir terra indígena como propriedade da União. Até então nada se falava sobre propriedade da terra indígena. Apenas a Constituição de 1934 assegurava aos indígenas a posse das terras que ocupavam.

É importante ressaltar que tanto na Constituição de 1934 como nas posteriores, como a de 1967, a Emenda nº 1, de 1969, e a Constituição de 1988, no art. 231, o legislador constituinte sempre privilegiou uma realidade existente. Então se assegurou a posse, que era uma realidade das terras efetivamente ocupadas pelos indígenas. A Constituição de 1967 veio assegurar a propriedade da União, garantindo aos indígenas a posse dessas terras. A mesma coisa fez a Constituição de 1988.

Qual a novidade que trouxeram as Constituições de 1967 e de 1988 com relação à questão indígena? Primeiro, definiu-se a propriedade como sendo da União. Segundo, a Emenda nº 1, de 1969, definiu que seriam nulos os títulos que viessem a incidir sobre essas terras e que o direito dos indígenas sobre essas terras seria imprescritível. Portanto, a Emenda nº 1, de 1969, trouxe duas novidades: a imprescritibilidade do direito a essas terras e a nulidade dos títulos.

A pergunta que temos de fazer é: esse mandamento constitucional tem efeitos retroativos para anu-

lar títulos concedidos na vigência do ordenamento anterior? Decisão do Supremo Tribunal Federal, consubstanciada numa súmula editada no ano passado, a Súmula nº 650 do Supremo, diz que, desenganadamente, não, porque a Constituição até pode retroagir para desconstituir atos jurídicos anteriores, mas, quando faz isso, ela o faz expressamente, e não é o caso. A Constituição não disse que se anulariam títulos de propriedade ou se revogaria o direito anterior à Emenda nº 1, de 1969, ou à Constituição de 1988.

Logo, a Constituição tem efeitos para a frente. Portanto, no caso das terras ocupadas pelos indígenas em tempos imemoriais e que continuam ou que continuavam, pelo menos na atualidade dessa posse em 1969, quando promulgada a Emenda nº 1 à Constituição de 1967, como terras indígenas, os direitos sobre elas eram imprescritíveis e os títulos que viessem a incidir sobre elas seriam nulos, como dizia o mandamento constitucional. Mas não aquelas terras tituladas pelos Estados à luz da legislação anterior.

É importante mencionar que o Direito Constitucional brasileiro sempre respeitou questões muito importantes no Direito, como o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e o direito à propriedade. Nem mesmo as revoluções, nem a revolução republicana, nem a revolução de 30, nem a revolução de 64 modificaram essa condição. O direito também é fruto histórico. Ele respeita os fatos passados e aqueles negócios jurídicos realizados à luz da legislação anterior.

A questão de ter uma identificação clara do que seja terra indígena é muito importante para o deslinde desta questão e o Supremo Tribunal Federal já se manifestou em diversas oportunidades. Tenho aqui uma ação civil originária do Estado do Mato Grosso que foi julgada em 1983. O Supremo, pela Corte Plena, decidiu nesse sentido. Voltou a decidir com essa mesma orientação em 1999, em um acórdão proferido em relação a uma área no Estado de São Paulo. E agora, em 2003, o Supremo editou a Súmula nº 650.

Parece-me que a questão jurídica está bastante clara. O que está ocorrendo é que a Fundação Nacional do Índio, uma fundação autárquica que é um braço do Estado, não está seguindo aquela legislação. Temos visto essa orientação jurisprudencial, temos visto alguns pareceres da consultoria jurídica da Funai que são no sentido de que o direito sobre as terras indígenas seria anterior à existência do próprio Estado e que é um direito originário, anterior, portanto, a essa legislação. Isso é um absurdo! No Estado de Direito, não se pode falar em direito anterior ao Estado, pois seria a negação do próprio Estado. Existe direito a partir do Estado; fora dele não há direito.

Então, temos que resolver a questão à luz da legislação, à luz da Lei de Terras, a Lei nº 601, de 1850, que incluiu as terras indígenas como devolutas e atribuiu como sendo dos Estados a competência para fazer a colonização. Apenas a Constituição de 1934 veio assegurar a posse dos indígenas. Mas essa terra, quando abandonada, quando os índios deixavam aquela terra, voltava a ser devoluta.

Os negócios jurídicos realizados pelos Estados brasileiros.. Não é apenas o Estado de Santa Catarina. O Estado do Rio Grande do Sul está com esse problema, assim como os Estados de Roraima, Mato Grosso e da Bahia. Há uma ação civil originária da Bahia, muito antiga, que tramita no Supremo e que é conhecida como a invasão dos Pataxós no sul da Bahia, uma invasão promovida pela Funai, como outras que essa instituição tem promovido País afora.

Há outra questão a que gostaria de me reportar rapidamente, depois de ter feito essa definição de terra indígena, referente ao processo administrativo. O processo administrativo era regulado pela Portaria nº 20. O Supremo Tribunal Federal tem entendido que ela tinha vários vícios. Posteriormente, foi editado o Decreto nº 1.775, de 1996, quando o Ministro da Justiça era o Sr. Nelson Jobim.

Esse Decreto nº 1.775 é, hoje, a norma administrativa que regula o procedimento administrativo para a identificação e demarcação de terra indígena. Entendo, porém, que esse decreto não foi suficiente. Pela interpretação que está sendo feita dele pela Fundação Nacional do Índio, não se concede às partes, aos proprietários o direito à ampla defesa e ao contraditório. O Decreto estabelece, no § 8º do art. 2º, que as partes, os interessados – interessados, leia-se: proprietários, titulares, posseiros, os Municípios e os Estados – têm direito a se manifestar até 90 dias após a decisão do Presidente da Funai, que homologa o levantamento fundiário e o laudo antropológico.

Só que as partes tomam conhecimento por meio de um edital publicado no **Diário Oficial** desse ato do Presidente da Funai. Ora, tal ato significa que o processo já está concluído, quando o Decreto prevê que as partes têm o direito de se manifestar desde o início do processo. Mas não são intimadas, Senador. Não são citadas, não são comunicadas pessoalmente. Portanto, gostaria de dizer que, nesse processo que visa a declaração de terra indígena, onde se anula um título de propriedade possuído, às vezes há 80, 90, 100 anos, que é o único bem que o agricultor possui, o único meio de subsistência, de sobrevivência, se quer tirar esse bem maior sem ele ser comunicado, pessoalmente, no início do processo que tramita contra ele, a fim de que possa fazer a sua defesa.

O que ocorre é que tem início todo um procedimento, e as partes envolvidas tomam conhecimento por edital publicado no **Diário Oficial** do ato do Presidente da Funai, que já está homologando o laudo antropológico e o levantamento fundiário. Isso quer dizer que o processo, a instrução já foi concluída. O laudo antropológico é, nesse processo administrativo de identificação de área, uma perícia. Seria uma perícia no processo judicial. No processo judicial, quando se faz uma perícia, o juiz, quando nomeia o perito, intima as partes para que falem sobre o perito, se não vão impugnar o perito. E concede prazo para que formulem quesitos e apresentem um assistente técnico para acompanhar o laudo. Mas nada disso ocorre nesse processo administrativo. Ele é feito totalmente à revelia das partes. Após concluído é que as partes são intimadas por jornal, quando deveriam ser pessoalmente.

É falta de norma? Talvez o Decreto nº 1.775 não seja suficientemente claro. Mas mereceria ser interpretado pela Fundação Nacional do Índio. Porque o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal estabelece que as partes, em processo administrativo, têm direito ao contraditório e à ampla defesa. O que não ocorre. Em 1999, a União editou uma lei que regula o processo administrativo no âmbito de toda a administração pública federal. A Lei nº 8.784, de 1999, estabelece no art. 3º, inciso II, que em qualquer processo administrativo as partes têm que ser comunicadas no início. Mas isso não ocorre. A legislação é olimpicamente desrespeitada ou desconhecida pela Fundação Nacional do Índio.

Talvez os conflitos, a angústia e a expectativa sobre a questão decorram de que essa fundação autárquica não age dentro dos princípios constitucionais da estrita legalidade e da moralidade a que se submete a administração pública em geral. Está previsto no art. 37, **caput**, da Constituição Federal o princípio da legalidade estrita. Portanto, de alguma forma, essa fundação tem que ser compelida a se sujeitar à lei, ao Estado de direito, a fim de que obedeça a esse procedimento legal. E também quanto ao mérito, a fim de que determine, que identifique o que é terra indígena. Que siga o conceito que o Supremo Tribunal Federal já deu orientação, que há necessidade: um, que as terras sejam ocupadas por tempos imemoriais; e dois, que a posse seja atual, que, no momento da Constituição de 1988, ainda existia a posse. E aí diz, num acórdão do Ministro Marco Aurélio, o que no máximo se poderia retroceder é até a Constituição de 1967, até a Emenda nº 1 de 1969. Pois foi essa primeira Constituição que trouxe medida tão grave como a de declarar a nulidade de títulos e de declarar também a imprescritibilidade do direito sobre essas terras.

Doutores, para concluir, eu gostaria de dizer que estamos num estado de Direito, e os conflitos devem ser resolvido à luz do estado de Direito.

Um jurista italiano já dizia que o processo é o substitutivo do amor. Quando as pessoas não conseguem resolver suas diferenças pelo amor, pelas relações éticas, elas devem recorrer ao processo, porque o processo é o modo civilizado de resolvermos as questões, as diferenças, os conflitos. Por isso, o processo é o substitutivo do amor. O processo com regras claras, com direito a contraditório, com interpretação imparcial. Isso é um outro problema que parece que ocorrer, que a Fundação Nacional do Índio não tem a devida imparcialidade para decidir sobre essa questão. Aí está gerando apreensão pelo lado de agricultores que têm seus títulos legitimamente adquiridos, títulos que são originários do Estado, e, por outro lado, a expectativa de toda uma comunidade indígena que tem a expectativa de recuperar terras.

Quero me dirigir à comunidade indígena e dizer que os senhores, como nós, são brasileiros e merecem seus direitos, o respeito de todos nós, o respeito do Estado, mas essa questão indígena é mais ampla do que apenas a identificação e demarcação dessas terras. Imagino que a maioria dos senhores quer se integrar à sociedade, ser cidadãos, ter trabalho, como os demais brasileiros também têm essa expectativa e ter um modo de subsistência digno, dentro da luz da ética, da moralidade e do estado de direito.

Acho que essa questão indígena tem que ser revista, até a partir do próprio Estatuto do Índio, para que o índio que é civilizado, que já fala nossa língua, que muitas vezes tem curso universitário seja integrado na nossa civilização.

O que não podemos é remontar ao passado. Não podemos mais imaginar que os indígenas voltem a viver o passado porque não haveria terra suficiente. E nem nós mesmos, os próprios agricultores. Muitos são obrigados a deixar o campo, migram para outras profissões, porque a própria técnica evoluiu, a mecanização da agricultura, e por aí afora.

Então, toda essa questão, parece-me, precisa ser revista. Mas, no momento em que estamos discutindo essa questão da identificação e demarcação, seria essa a minha participação.

Quero agradecer a paciência que tiveram de me ouvir, parabenizar, mais uma vez, esta Comissão do Senado Federal, a Assembléia Legislativa, que está acolhendo a todos nós para achar uma solução pacífica, harmônica, dentro do estado de direito para essa grave questão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero convidar para fazer parte da Mesa o Deputado Federal Gervásio Silva, que representa neste ato a Câmara dos Deputados, e também o Secretário de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, Deputado Valdir Colatto.

Eu gostaria também de comunicar a todos os presentes que esta Presidência recebeu uma correspondência do Senador Jorge Bornhausen, dizendo que não poderia comparecer a este ato por já ter compromissos anteriormente assumidos. Neste momento recebi um telefonema da Senadora Ideli Salvatti, dizendo que estaria presente a esta reunião e que não pôde viajar porque há hoje uma reunião emergencial da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que está apreciando um recurso a respeito da CPI dos Bingos. Creio que todos estão acompanhando o assunto.

Dando seqüência a nossa audiência, quero convidar a Procuradora-Geral da República Ana Lúcia Hartmann para fazer uso da palavra.

A SRª ANA LÚCIA HARTMANN – Meu bom-dia a todos, às autoridades aqui presentes, membros da Comissão Especial do Senado, às outras autoridades de Santa Catarina, às senhoras e aos senhores, às comunidades indígenas, e muito especialmente ao Presidente da Comissão dos Povos indígenas de Santa Catarina, que também está presente.

Gostaria de pedir, inicialmente, que uma parte do meu tempo fosse cedida ao Procurador da República de Blumenau, presente também à reunião, que atua junto à comunidade Xokleng, especialmente sobre a redefinição daquela área. Não ocuparei muito tempo, serei bastante breve.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então V. Sª deve dividir o seu tempo de 20 minutos.

A SRª ANA LÚCIA HARTMANN – Eu dividirei.

Na verdade escutei atentamente o Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina, já conhecia a posição jurídica atualmente abraçada pelo Governo do Estado e gostaria de fazer alguns comentários a respeito.

Como todos sabem, sou Procuradora da República em Santa Catarina, represento, portanto, o Ministério Público Federal, que tem uma série de funções dentro do Estado brasileiro. Eu poderia resumi-las dizendo que somos, por assim dizer, o braço do Estado responsável por fazer obedecer a lei. Evidentemente, a Lei Maior é a Constituição Federal, que é de todos nós, índios ou não, descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, de todos nós que vivemos e trabalhamos aqui no Brasil. Todos nós cidadãos brasileiros. Esta é a primeira marca que gostaria de deixar bem clara, já que foi dito que os índios teriam o desejo de se tornar cidadãos, quando já o são de pleno direito.

Temos essa espinhosa função de se fazer obedecer a Constituição Federal. A que está em vigor, de 1988, diz claramente que devemos respeitar a cultura, os costumes, as crenças e as particularidades dos povos indígenas brasileiros, e temos que respeitar e fazer respeitar o direito desses indígenas sobre suas terras, que nós, de cultura não indígena, retiramos há tantos anos e continuamos retirando, espoliando, infelizmente, dia a dia.

Evidentemente, nós – assim como o Congresso Nacional, o Poder Executivo e Poder Judiciário como um todo – temos esse dever específico em relação a toda a população brasileira, de fazer respeitar a Constituição e as leis em relação a essas minorias, que têm principalmente no Ministério Público seu maior defensor.

Trabalho já há 12 anos em Santa Catarina, e todo esse tempo com a questão indígena. Já trabalhei no oeste do Estado, no centro, com os Xoklengs, e trabalho atualmente com os Guaranis do litoral catarinense, na região da grande Florianópolis. Conheço, portanto, um pouco dessa realidade.

Conheci momentos muito difíceis no interior de Santa Catarina. Não tão difíceis quanto o atual, é preciso que se diga. E gostaria de lamentar formalmente o incidente em Aberlado Luz, na região de Toldo Embu, cidade onde também já trabalhei, que conheci documentalmente e também em campo.

Como eu dizia antes, existe uma posição jurídica do Estado de Santa Catarina diferente das anteriormente adotadas. Eu gostaria que isso ficasse claro para os congressistas. No passado, o Estado de Santa Catarina já reconheceu, admitiu e até auxiliou esse processo de retomada de terras indígenas. Eu poderia dar como exemplo o local onde trabalhei pessoalmente, a terra do pinhal, no oeste catarinense, em relação ao qual o Estado de Santa Catarina se posicionou oficialmente pela demarcação.

É evidente que a questão dos colonos catarinenses é muito grave e nós, do Ministério Público, temos feito vários documentos alertando para essa situação, que é muito particular do Sul do Brasil. Se temos uma realidade no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste brasileiro que indica, muitas vezes, o apossamento por particulares da terra de uma forma violenta, no Sul essa situação é completamente diferente. Os nossos agricultores, os nossos colonos não-índios, na sua maior parte, receberam essas terras dos seus antepassados, que as adquiriram do Estado de Santa Catarina. Muito poucos – embora existam situações desse tipo – receberam doações do Estado de Santa Catarina. A maior parte dessas terras foi tida como devoluta, quando não o eram, eram terras indígenas. No caso

do Toldo Pinhal, do Toldo Imbu eram terras indígenas das quais os indígenas foram retirados à força. E o Toldo Imbu, em Abelardo Luz, é bastante exemplar desse tipo situação. Mas foi o Estado de Santa Catarina que tomou posse dessas terras como devolutas e vendeu-as através de companhias de colonização.

Então essa situação é, evidentemente, muito particular e parece-me que deva receber um certo cuidado do nosso Congresso Nacional, talvez até no sentido da discussão de uma possibilidade de indenização por terras. Já que, na medida em que o processo atual indica apenas a indenização por benfeitorias e o reassentamento por meio da atuação do Incra, essa situação cria beligerância e cria um conflito que seria desnecessário se houvesse essa possibilidade, que já existe no Rio Grande do Sul, na Constituição Estadual, de pagamento pelas terras, quando adquiridas de boa-fé pelos colonos que lá estão hoje.

Gostaria também de frisar, e até para não me estender muito, que existe, sim, um procedimento com contraditório, que foi criado em 1996, que é o Decreto Presidencial nº 1775, pelo então Ministro da Justiça, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, justamente para criar, no âmbito administrativo, um procedimento contraditório, ou seja, existe uma publicação em Diário Oficial, quando do início desses estudos de identificação, existe um processo de contestação, um prazo para contestação; todos os órgãos públicos, os entes públicos são intimados pela Funai para que façam uso desse tempo de contestação, existe uma análise dessas contestações e existe ainda, finalmente, se uma vez a terra demarcada não houver conformidade de todos os envolvidos, a possibilidade de uma discussão judicial.

Imagino e entendo que, dessa forma, o estado de direito de todos nós, índios e não índios, está plenamente presente, ou seja, temos a possibilidade, no procedimento administrativo, que está correto e em acordo com a Constituição Federal e com a Legislação Federal, e existe também a possibilidade de discussão, frente ao Poder Judiciário.

Passo, imediatamente, a palavra ao meu colega.

O SR. PRESISDENTE (Mozarildo Cavalvanti) – Convido o Dr. Eduardo de Oliveira Rodrigues, Procurador da República de Blumenau. V. Exª dispõe de dez minutos. (Palmas)

O SR. EDUARDO DE OLIVEIRA RODRIGUES – Bom-dia a todos, cumprimento esta Comissão do Senado Federal e da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e em nome também do Ministério Público Federal – que represento aqui, porque oficio em Blumenau, na região dos índios Xokleng –, também cumprimento a assistência.

O Ministério Público Federal não vê razão para que o processo de demarcação procedido pela Funai, das terras indígenas, não seja anulado como foi sugerido aqui pelo Exmº Sr. Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina. Uma anulação por suposta violação ao contraditório e ampla defesa não se justifica – e endosso aqui as palavras da minha colega Drª Ana Lúcia Hartmann, que gentilmente cedeu o tempo do seu discurso – porque não houve essa violação a contraditório. No sistema processual do decreto que regulamenta o processo de demarcação, o contraditório se dá de uma forma especial, que é não apenas a publicação do edital de instalação do estudo de demarcação, mas, sim, que as prefeituras tenham a responsabilidade de fazer esse edital tornar-se público, porque sabemos que, muitas vezes, as pessoas, especialmente em áreas mais afastadas dos grandes centros, não têm acesso ao Diário Oficial da União e, talvez, ao Diário Oficial do Estado. Portanto, o que o decreto determina é que as prefeituras tenham a incumbência de fazer chegar ao conhecimento das comunidades afetadas essa matéria, essa discussão, esse laudo, esse estudo étnico-antropológico de demarcação de terras indígenas. Por isso, não haveria juridicamente razão para uma anulação ou revisão dos estudos de demarcação pela Funai. Portanto, o Ministério Público e o Distrito Federal põem-se contrariamente a essa sugestão de anulação.

Além dessa razão propriamente jurídica, existe uma razão de maior envergadura, até de ordem político-constitucional, eu diria, diversamente do que foi sugerido pelo Exmº Sr. Procurador-Geral do Estado, na mesma linha da defesa da Drª Ana Lúcia: a vontade constitucional não é no sentido de integrar a comunidade indígena à sociedade envolvente, à sociedade branca; não é esse o desígnio da Constituição Federal de 1988, não foi esse o desígnio da Constituição Federal de 1967 e de 1969 e não foi essa a vontade constitucional das Constituições anteriores, de integrarem o índio à sociedade regional. Não. A vontade constitucional, pelo menos com mais força em 1988, foi a de reconhecer aos índios seus costumes, os seus usos, as suas tradições da forma como foram tornados um complexo cultural, com seus conflitos, como houve de fato e como se dá entre culturas diversificadas. Mas, fundamentalmente, o que a Constituição de 1988 contempla, consagra e quer é a identidade étnica da comunidade indígena, de todas as comunidades indígenas, porque não existe uma identidade étnica de todas as comunidades indígenas. Cada comunidade indígena tem a sua identidade, o seu padrão cultural, e é isso o que a Constituição quis preservar.

Por isso, o Ministério Público não vê uma razão para uma revisão dessa ordem. Apenas, talvez, se há uma crítica que se pode fazer, seria ao fato de não haver a Funai ainda acenado com a possibilidade de indenização de terras, o que é um problema de fato e que, talvez, nesse ponto, pode ser equacionado. Já se tentou aqui, na Assembléia Legislativa, por meio de projetos de lei, que o Estado assumisse essa responsabilidade de indenização por terras, mas, por três vezes, esse projeto foi rejeitado.

É nesse sentido que o Ministério Público Federal espera que a matéria seja equacionada, no sentido da indenização por terras, por intermédio de reforma legislativa estadual – ou eventualmente federal –, e não no sentido de uma revisão total, em razão desses dois aspectos. Não há nulidade do processo de demarcação, em face da especialidade do seu processo, e há vontade constitucional de preservação e valorização da identidade étnica de cada povo.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a participação do D. Eduardo e quero convidar o próximo orador agendado, que é o Dr. Renato Porciúncula, Superintendente da Polícia Federal.

O SR. RENATO PORCIÚNCULA – Sr. Presidente da Assembléia, Srs. Senadores que acompanham a Comissão, demais autoridades federais estaduais presentes, senhoras e senhores, a Polícia Federal tem tido uma participação nesses episódios, por força de determinação legal, no sentido de apurar responsabilidades por eventuais conflitos. Como estamos próximos às áreas de tensão no Estado, pois temos uma delegacia em Dionísio Cerqueira, uma em Chapecó e outra em Itajaí, temos acompanhado com bastante preocupação essa questão. A nossa participação, muitas vezes, limita-se a acompanhar eventuais negociadores, tanto da Funai quanto do Ministério Público, prestando-lhes segurança.

O convívio diário que temos com essa questão permite-nos externar a nossa preocupação em busca de uma solução rápida para o conflito. Todos os presentes sabem que o assunto é extremamente complexo e envolve questões históricas. Justamente a morosidade do processo e sua complexidade levam a essa situação de tensão e de eventuais conflitos.

Historicamente, o Estado de Santa Catarina não registrava, ou registrava eventualmente, conflitos com relação à demarcação de terras. O nosso acompanhamento da questão, ultimamente, tem-nos revelado um acirramento de ânimos, um descontentamento de ambas as partes, das partes envolvidas na questão da morosidade, o que é o estopim, digamos assim, que detona todo esse processo de insatisfação, abrindo espaço para que outras questões que não envolvam diretamente o assunto em foco possam progredir.

Acompanhei atentamente a fala do Senador, no início. Justamente, S. Exª detectou bem o problema. Precisamos de uma legislação capaz de colocar esse processo em marcha rapidamente, ou seja, que dirima em curto espaço de tempo as questões, antes que se dêem os conflitos que temos presenciado no Estado de Santa Catarina, ainda de maneira tênue, mas que começam a tomar proporções preocupantes.

A Polícia Federal, sempre que chamada nessas questões, para manter a ordem no local, às vezes, até por ser um órgão de grande mobilidade, chega antes dos negociadores e inicia as negociações no sentido de tentar apaziguar os ânimos.

Gostaria de fazer um apelo no sentido de que todos os contendores dessa questão – índios, colonos, simpatizantes – procurassem conduzi-la de uma maneira serena, tranqüila, para que a participação da Polícia Federal, nesses casos, seja de mera expectadora. Que possamos conduzir esse assunto complexo, que envolve interesses legítimos de ambas as partes, de maneira tranqüila. A Polícia Federal estará, com certeza, presente para a manutenção da ordem e para o cumprimento da lei.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a participação do Superintendente da Polícia Federal. S. Sª foi muito objetivo.

Convido o próximo inscrito, o Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Dr. João Henrique Blasé.

O SR. JOÃO HENRIQUE BLASÉ – Bom-dia a todos!

Sr. Presidente, que conduz esta audiência pública; Srªs e Srs. Senadores; Sr. Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Assembléia Legislativa; Srªs e Srs. Deputados Federais; Secretário Valdir Colatto, da Articulação Nacional, Senhoras e Senhores, desde meados do ano passado, mais precisamente no mês de agosto, preocupados com essa questão em Santa Catarina, temos adotado algumas providências, sobretudo trocando expedientes com órgãos competentes, visando à melhor solução da problemática na área afeta à nossa Secretaria, vale dizer, a questão da segurança pública.

No entanto, em se tratando de uma questão que envolve indígenas, sabidamente a competência, por força de disposição da Constituição Federal, é da Polícia Federal. Razão pela qual nos temos reportado, amiúde, ao Dr. Renato Porciúncula, Superintendente Regional da Polícia Federal, disponibilizando a ele permanentemente a Polícia de Santa Catarina, ou seja,

a Polícia Militar e a Polícia Civil, sempre que se fizer necessária a intervenção de ambas as instituições para a prevenção e, quando for o caso, para a repressão a eventos dessa natureza.

Inclusive, recentemente, no episódio ocorrido na Cidade de Abelardo Luz, tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil de Santa Catarina lá estiveram presentes, sob o comando da Polícia Federal, repito, por questão de definição da Carta Constitucional do País, e estiveram atuando no episódio verificado no mês de fevereiro na Cidade de Abelardo Luz.

Há duas semanas, participei de uma audiência juntamente com o Governador e o Secretário Valdir Colatto, com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, levando a S. Exª, mais uma vez, a preocupação do Poder Público catarinense com relação a esse fato, pedindo a intermediação do Governo Federal para que pudéssemos encontrar uma solução duradoura e, quem sabe, definitiva, apresentando uma sugestão que o próprio Governador já havia levado, em vezes anteriores, a S. Exª o Ministro da Justiça. Evidentemente, sobre essa questão, o Secretário Valdir Colatto falará daqui a pouco, com maior nível de detalhamento.

Gostaria, então, Sr. Senador, dizer que, de parte da Segurança Pública de Santa Catarina, estamos atentos, preocupados com o que aconteceu, com a iminência de novos conflitos e permanentemente disponibilizando a Polícia Federal, no que diz respeito à Polícia Militar e à Polícia Civil de Santa Catarina, para que cada qual atue sob o comando da Polícia Federal na área dos seus respectivos cometimentos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passo a palavra ao Secretário de Estado de Articulação Nacional, Dr. Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO – Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão Externa do Senado, pela presença de V. Exª aqui em Santa Catarina, em nome do Governo de Santa Catarina e do Governador Luiz Henrique. Gostaria de cumprimentar nosso Senador João Ribeiro, que veio do Tocantins para, pacientemente, ouvir o que Santa Catarina tem a dizer sobre a questão indígena, e agradecer, acima de tudo, o nosso Senador Leonel Pavan, que requereu a esta Comissão que viesse ouvir, em Santa Catarina, os agricultores, os indígenas, enfim, todos aqueles que estão envolvidos nesse processo. Gostaria de cumprimentar o Deputado Gervásio Silva, que representa a Bancada Federal e que também está amplamente envolvido nesta questão, e no nosso Presidente da Assembléia Volnei Morastone – que se ausentou, mas quero cumprimentá-lo – os Deputado Herneus de Nadau, Rogério Mendonça e outros que aqui estiveram, os Prefeitos, agricultores, indigenistas, procuradores, representantes da Polícia Federal, nosso Secretário de Segurança Pública João Henrique Blasé, que teve dias complicados e amargos no último episódio que ocorreu em Abelardo Luz.

Quero agradecer a esta Comissão pela qual realmente foi possível que os Senadores soubessem que Santa Catarina é uma realidade diferente daquela que se encontra no norte do País, do qual é oriundo o nosso Senador Mozarildo Cavalcanti, do norte de Roraima. Realmente, precisávamos mostrar para que o Congresso Nacional pudesse avaliar Santa Catarina e tomar as suas decisões.

Agradecemos também a assessoria não só da nossa parte mas especialmente a do Senado com a qual, por delegação do Senador Leonel Pavan e do Senador Mozarildo Cavalcanti, mantivemos tratativas para que essa reunião acontecesse. Era para ocorrer na semana passada, mas ficou para esta semana pelos afazeres inúmeros dos Senadores, e felizmente estamos aqui com eles.

Estou aqui como representante do governo do Estado, como foi o Secretário Blasé que já falou e também o nosso Procurador Loreno que colocou a sua posição tanto na área da segurança como na área jurídica.

Srs. Senadores, vamos fazer o nosso pronunciamento em cima daquilo que vem acontecendo, o que está sendo feito em nível de governo do Estado na área administrativa, na área política e na área jurídica para que esse processo pudesse caminhar para buscarmos uma solução.

Na verdade, eu gostaria depois de passar às mãos de V. Exªs esse material que trouxemos em nome do Governo do Estado de Santa Catarina, mostrando as ações do Governador, que já esteve seis vezes com o nosso Ministro Márcio Thomaz Bastos em Brasília levando esta questão, com os nossos Deputados e Senadores que estiveram lá, o fórum catarinense que esteve lá várias vezes, secretários, enfim, mostrando essa realidade que precisava de medidas concretas.

Esses documentos foram enviados à Funai, ao Ministro da Justiça, ao Presidente da República Lula e infelizmente estamos arrastando esse processo sem solução, tendo que testemunhar episódios lamentáveis com a morte de Luiz Stefani, líder sindicalista que foi assassinado em Abelardo Luz. E outros acontecimentos que o nosso Secretário da Justiça e Cidadania registra e que nós coletamos e que vamos passar às mãos de V. Exªs todo esse material para que fique nos Anais desta Comissão e possa ser analisado e utilizado para as tratativas e encaminhamentos necessários dentro do processo desta questão indígena, especificamente ao norte de Santa Catarina. Mas, como colocou muito

bem o nosso Procurador Loreno, é uma questão do contexto nacional e por isso temos aqui a presença dos nossos Senadores que nós, com a experiência política que temos, que passamos pelo Congresso Nacional, como Secretário e o Governo do Estado vemos na realidade que esta questão vai ser, deve ser e terá que ser assumida Senador Mozarildo Cavalcanti pelo Congresso Nacional.

O Congresso Nacional é o grande escoadouro de todas as correntes e linhas de pensamento de todo o País e realmente o Governo Federal está impotente quando não sabe o que fazer com esta questão indígena.

É preciso que o Brasil tenha uma política indigenista e defina claramente o que é terra indígena e o que não é terra indígena.

Ouvi aqui o Ministério Público Federal, a Procuradoria da República e o Procurador do nosso Estado. Sou um engenheiro agrônomo. Então, imagino como esses agricultores, os indígenas, estão neste bombardeio de duas linhas de pensamentos de interpretação da Constituição e da legislação brasileira sobre essa questão, Senador.

É preciso que o nosso art. 231 da Constituição tenha clareza, para que todos saibam exatamente o que é e o que não é terra indígena, Deputado Gervásio. Se o art. 231 da Constituição definiu que terras indígenas seriam aquelas em que houvesse a presença física permanente do indígena na data da sua promulgação, não há dúvida de que esse princípio tem de ser respeitado.

Por outro lado, também se defende a questão imemorial. Têm razão os indigenistas e os agricultores. Ficamos, portanto, sem saber exatamente para que lado ir.

O Sérgio Dalben, advogado, e outros advogados que estão aqui sabem que isso está virando uma festa para os advogados que buscam os parcos recursos dos nossos agricultores. Estes gastam recursos que não têm em causas onerosas, para defenderem seus legítimos interesses como proprietários das terras.

Ouvi falar aqui que se busca a solução da indenização das terras, Senador, e sabemos que há uma emenda constitucional, em Brasília, de iniciativa dos nossos Deputados, que dispõe que a indenização das terras reconhecidas como indígenas deveria ser da responsabilidade da União. Outra emenda constitucional aqui na Assembléia diz que o Estado deveria indenizar. Não há dinheiro nem em Brasília, nem aqui em Santa Catarina para isso.

Num cálculo simples, considerando cinqüenta mil hectares, em torno de duas mil e quinhentas famílias, precisaríamos em torno de R$500 milhões para indenizações por benfeitorias e terras, se assim acontecesse. É uma questão que precisa ser analisada.

No Rio Grande do Sul, existe realmente uma lei para indenizar os agricultores, mas essa lei foi feita, especificamente, para indenizar áreas de terra de Adonowai, de onde o Governo Brizola retirou os indígenas. Foi preciso, depois, indenizar essas terras porque os índios estavam lá fixados.

Então, em Santa Catarina, não existe essa lei.

Não estamos discutindo aqui a questão da indenização ou da retirada dos agricultores, mas de ser a terra indígena ou não. Essa é a questão central para identificarmos o Município de Cunhaporã, área do nosso Prefeito Mauro e que foi dos índios antigamente, de Abelardo Luz, de Ibirama, de Doutor Pedrinho, do José Boiteux. Precisamos saber se foram terras antigamente ocupadas pelos índios ou não.

Temos de definir isso claramente para que os nossos agricultores possam viver com tranqüilidade sem a preocupação constante de serem assediados com a discussão de tratar-se ou não de terras indígenas.

O Estado de Santa Catarina, como falou aqui o nosso Procurador, sabe e reconhece que realmente a titulação foi de boa-fé porque o Estado tinha prerrogativas legais para isso e assim o fez. Não é possível, agora, o Estado voltar atrás e dizer que há cem, oitenta ou cinqüenta anos, quem fez essa delegação agiu ilegalmente, que reconhece a ilegalidade e que vai indenizar. Seria como anularmos todos os títulos de terras do Estado de Santa Catarina. Essa é uma situação realmente complicada.

O Governador de Santa Catarina propôs, em todos os momentos, uma comissão eclética, composta pela Assembléia Legislativa, o Congresso Nacional, o Governo do Estado, o Governo Federal, a Funai, os índios e não-índios, para que pudéssemos estudar como esse processo andaria claramente.

Infelizmente, não tivemos sucesso, embora o Ministro já tivesse acertado isso. Antes de começar essa reunião, recebemos um telefonema do Dr. Sérgio Servo, chefe de gabinete do Ministro da Justiça, dizendo que o Ministro aceitaria a criação dessa comissão eclética apenas para a área de Ibirama. Então, a área de Ibirama terá essa comissão eclética, e teremos de indicar os nomes ao Ministério da Justiça para resolver isso.

Nas outras áreas, não houve esse acordo porque o Ministro não aceitou.

Quanto à questão de Abelardo Luz, dados os problemas que teve, dos recursos que foram feitos, inclusive pelo Governo do Estado – através da Procuradoria-Geral do Estado foi feito um recurso administrativo –, agora finalmente o Ministério da Justiça

e a Funai pediram de volta o processo para analisar juridicamente e voltou para a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça.

Mas esses documentos todos, Senadores, são realmente para demonstrar – e aí estão as cópias – as ações do Governo do Estado, dos Parlamentares, Senadores e Deputados, dos Secretários, dos lados que estavam sendo atingidos, principalmente dos agricultores, mostrando que a Funai age numa situação em que parece ser "professor de Deus": não respeita a legislação, faz os relatórios sem o conhecimento das partes interessadas, manda o relatório para Brasília e a própria Funai depois analisa os recursos que são interpelados, seja pelo Governo do Estado, seja pelos agricultores.

Ouvi – quero deixar bem claro aqui, e o Prefeito de Abelardo Luz estava junto, o Sérgio Dalbem estava junto – o Presidente Mércio Gomes, da Funai, dizendo que jamais ele poderia dar um resultado diferente do relatório que ele já tinha feito. Ele falou textualmente: "Ora, se nós que fazemos o relatório, nós que fazemos a análise, você acha que vamos julgar um recurso contra nós, se somos nós mesmos que julgamos o recurso"?

Então, acho que aí está o centro da questão. A Funai até hoje, Senadores, não respondeu um ofício sequer do Governador de Santa Catarina, dos Deputados, dos Senadores do Fórum Parlamentar, que estiveram várias vezes lá, eram dezesseis Deputados e três Senadores. Ela não responde, simplesmente faz a análise, vai para o Ministério da Justiça, que manda para a Funai de volta e a Funai simplesmente não responde o processo, não entra no mérito da questão da Constituição, da legislação, simplesmente diz que está indeferido o pedido, que não houve sucesso do pedido de recurso. O porquê não fala, não diz.

Então, fizemos questão de entregar a esta Comissão todos os documentos com cópias protocoladas, tanto na Funai quanto no Ministério da Justiça, para mostrar que a Funai, na verdade, age por conta própria, não respeita a Constituição, não respeita o Ministro da Justiça, não respeita o Congresso Nacional e não respeita qualquer autoridade. Ela faz a lei, determina e faz o laudo, inclusive laudos contestados, com dados inverídicos. Infelizmente, não conseguimos fazer com que essa comitiva importante de Senadores fosse nas áreas para verificar exatamente o que está ocorrendo lá.

Mas queríamos que os Senadores Mozarildo Cavalcanti e João Ribeiro, que são de Roraima e de Tocantins, no Norte do Brasil, pudessem analisar claramente o que é o norte e o que é o sul para que pudéssemos ter um trabalho diferenciado do que é a realidade de Santa Catarina e a realidade do norte.

Foi dito pelo nosso Procurador do Ministério Público que não há vontade dos nossos indígenas de integrar a sociedade. Aqui em Santa Catarina é outra realidade: já estão integrados. Conheço a reserva de Ipuaçu, de Ibirama, lá tem escola, o Estado de Santa Catarina dá escola, dá saúde, estão lá as escolas, segundo grau, inclusive – é a primeira no Brasil em área indígena. Estão integrados. Lá em Ipuaçu um dos indígenas era o Vice-Prefeito da cidade, que faleceu. Então, a integração é completa – aqui estão os indígenas, que sabem disso.

Então lá no seu Estado, vamos pegar uma aldeia ianomâmi, com nove milhões de hectares, nove mil índios, é uma situação diferente daqui, em Santa Catarina. Precisamos ver essa realidade.

As cidades estão incrustadas nessas áreas ditas dos indígenas, como é Abelardo Luz, como é Cunha Porã, Saudades, Ibirama, Doutor Pedrinho, José Boiteux e por aí afora. Precisamos ver essa realidade para que a legislação, que V. Exªs têm a competência de fazer, talvez na regulamentação do art. 231, possa clarear bem o que é terra indígena e o que não é, inclusive pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconhece que a Constituição de 1988 é onde as áreas indígenas são reconhecidas, onde está a presença permanente do indígena, que não é o caso de muitas áreas, a não ser Ibirama e Chapecó.

Então, precisamos acertar isso e há vontade de indígenas de fazer com que haja um acordo para que alguns indígenas sejam deslocados ou colocados em algumas áreas em negociação com alguns agricultores, para não trazer tantos traumas, tanto para os municípios quanto para as comunidades. Há essa vontade de muitos indígenas e a Funai é contrária e, não sei por quê, não entendeu esse processo.

Eu pediria que o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República e a área jurídica buscassem realmente entender a interpretação da Constituição, porque nós, leigos, ficamos num tiroteio sem saber. Mas tenho certeza de que o Senado Federal fará isso.

Obrigado pela presença de V. Exªs, Srs. Senadores. Tenho certeza de que levarão daqui muitos subsídios e que a solução sairá, porque o que está aí não é bom para ninguém, nem para indígenas e nem para agricultores e muito menos para o governo de Santa Catarina, que está com a missão de buscar uma saída justa que seja boa para todos.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço ao Secretário Valdir Colatto. Registro a presença dos Deputados Estaduais Onofre Santos Agostine, Primeiro Vice-Presidente da Assembléia Le-

gislativa do Estado, Eneus de Nadal, João Rodrigues e Rogério Mendonça.

Passamos para o próximo orador, Secretário de Estado da Agricultura e Política Rural, Dr. Moacir Sopelse. (Pausa.)

Chamamos o Secretário de Estado e Desenvolvimento Regional de Ibirama, Dr. Aldo Schneider.

O SR. ALDO SCHNEIDER – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador João, o Senador Pavan, o Deputado Gervásio Silva, o colega e Secretário Valdir Colatto, o colega e Secretário Blasé, senhoras e senhores. Talvez hoje, neste momento, estejamos tendo aqui em Florianópolis uma oportunidade que, ao longo dos anos, não tivemos e que vou falar com conhecimento de causa porque fui prefeito de uma área em conflito durante três mandatos e conheço como ninguém a convivência do povo índio e não índio. Desde 1997, buscávamos o entendimento da classe política, principalmente do parlamento brasileiro, no que tange a ouvir essas questões para se evitar um conflito futuro quando se cumprisse a determinação da Funai ou do Ministério da Justiça, no que se refere à demarcação de terras indígenas.

Então, desde 1997, na qualidade de prefeito municipal, como disse a Procuradora Ana Hartmann, que a Funai, por meio do Diário Oficial da União, chegou na prefeitura para coletar a assinatura do prefeito para dizer que, a partir daquele momento, uma parte do município de Vitor Meireles, assim como de José Boate, Dr. Pedrinho e Itaiópolis estavam sendo consideradas terras indígenas, dando início às contestações por parte das prefeituras e dos agricultores, deixando muito claro que a convivência sempre foi harmônica entre índios e não índios, até porque entendemos que o município é composto por seus habitantes, que, independentemente de sua origem, são munícipes. E, a partir daquele momento, começou a se criar um mal estar perante a comunidade. São propriedades adquiridas desde 1920, 1926 e que, naquele momento, estava sendo contestado o direito de propriedade desses agricultores.

Então, a partir de 1997, por várias vezes, acompanhado dos Deputados Federais de Santa Catarina, estivemos em mais de oito audiências com os Srs. Ministros da Justiça, buscando e alertando para o fato de que, se a situação não encontrasse um encaminhamento que atendesse todas as partes – e em nenhum momento discutimos o interesse desse ou daquele –, não poderíamos deixar que acontecesse a demarcação da Funai naquelas propriedades agrícolas sem darmos uma resposta aos senhores agricultores que têm o direito de propriedade também. Então, por isso, Senadores Mozarildo Cavalcanti, Leonel Pavan e João, bem como Deputado Gervásio Silva, parabenizo o Parlamento brasileiro porque, parece-me, que de tanto falarmos, estamos encontrando eco por parte do Congresso Nacional.

E não tenho a menor dúvida, Srªs e Srs. índios e não-índios, se existe alguém que pode resolver esse problema é o Parlamento brasileiro. Temos que mudar a legislação. Então, hoje, efetivamente, fico satisfeito porque, diante de todo o trabalho que tivemos, estamos encontrando resultado.

Outro aspecto que gostaria de afirmar é que a morosidade desses processos...Não sei, eu que convivo com a comunidade indígena, eu que convivo com a comunidade branca, fui prefeito por vários mandatos, sou atual Secretário Regional, não tem como discriminar este ou aquele, até porque está fora das nossas possibilidades fazer um julgamento se é este ou aquele o dono, visto que somos todos brasileiros.

Então, essa angústia não é somente sentida por todos os agricultores que estão aqui, como também é sentida pela comunidade indígena, que não sabe se é ou não é. Gostaria que, por parte do Parlamento, efetivamente tomássemos algumas providências para acellerar e darmos uma definição do que é e não é terra indígena. Friso alguns casos até porque vivemos isso no dia-a-dia, e essa angústia é dos dois casos.

Gostaria de pedir aos Srs. Senadores e Srs. Deputados que pudéssemos agilizar esse processo e talvez dar mos um ponto final a essa questão. Os oradores que me antecederam foram muito claros no sentido de que a demarcação de terras indígenas aqui no Sul é uma situação e no Norte é outra. E é aí que está a questão. Temos de buscar o entendimento até por região ou por Estado.

Um outro aspecto que gostaria de frisar, sucedendo o meu colega e Secretário Valdir Colatto, é que sempre procuramos buscar o entendimento basicamente na questão da defesa das propriedades dos agricultores e questionando o laudo antropológico.

Vou citar porque vivi isso, o laudo antropológico da reserva Duque de Caxias foi feito pelos antropólogos da Funai, que solicitaram a presença de alguns senhores da comunidade indígena, com 70, 80 anos, e que aleatoriamente foram falando: aqui catávamos pinhão em 1930, aqui não sei o quê. Prova disso é que estão dividindo uma comunidade chamada Serra da Abelha – a divisa é a estrada –, mas, quando os índios habitavam aquela região, se é que a habitavam, não havia estrada. Como a divisa é a estrada?

Essas coisas é que têm que ser discutidas. E sobre elas a Funai nunca nos deu resposta, porque deve ter falha no processo. E quero deixar bem claro

para toda a comunidade que nós, autoridades públicas, estamos no exercício de nossos mandatos e cargos para efetivamente resolver esses problemas. E, agora, deparamo-nos com um órgão que não nos dá nem o direito de responder o básico: por que a divisa é aqui? Ninguém sabe.

Então, Srs. Senadores, temos de reavaliar, de ver, até porque vejo que não terá como evitar esses conflitos. E aqui peço o testemunho dos Srs. Prefeitos da minha região que aqui estão. Se os Srs. Prefeitos, os Srs. Vereadores detêm uma liderança que nos faz ir a comunidades e pedir calma à comunidade branca, até um determinado momento conseguimos liderar os nossos liderados, bem como os caciques, porque me dou com todos os sete caciques da nossa reserva. Até um determinado momento, os caciques têm como controlar a comunidade indígena, mas chegará um determinado momento que não terão mais como controlar, porque o anseio de buscar propriedade, terra por parte do índio é grande. E o colono não vai querer sair do que é seu.

Então, estou alertando, desde 1997, que temos de buscar um encaminhamento e um entendimento, para que possamos efetivamente manter a convivência harmônica que sempre mantivemos com índios e não-índios.

Gostaria de dizer mais uma vez a V. Exªs que, desde 1997, trabalhamos nessa questão ardorosamente, diuturnamente, para que sensibilizássemos o Ministro da Justiça, o Presidente da Funai e Deputados Federais, a fim de buscar uma solução para esse problema. Hoje, graças a Deus – e parabenizo de novo –, estamos encontrando eco naquilo que sempre propalávamos há muito tempo. Não vou entrar no mérito e no aspecto jurídico porque não sou preparado para isso. Constituímos vários advogados para que buscassem o entendimento na esfera administrativa, com todos os recursos possíveis e dentro das datas, por parte da Funai, por parte do Ministro da Justiça e por parte do Presidente da República. Agora também estão buscando os direitos junto à Justiça Federal para que garanta a propriedade de terras dos agricultores. Não vou alongar-me na questão jurídica, até porque não sou profundo conhecedor dessa matéria, mas sou um profundo conhecedor do dia-a-dia do povo. E esse dia-a-dia do povo, V. Exªs podem ter certeza, está sendo comprometido pela lentidão, pela morosidade, pela angústia e porque ninguém sabe, efetivamente, o que o art. 231 quer dizer.

Espero que eu tenha sido útil aos Srs. Senadores, relatando aqui a forma de convivência, harmônica até então, por parte da comunidade branca e não-branca, ou seja, índio e não-índio.

Muito obrigado a todos os senhores. Colocamos a Secretaria de Desenvolvimento Regional à disposição do Senado Federal, bem como as quatro Prefeituras que represento na minha área de jurisdição, para qualquer dúvida, qualquer eventualidade, qualquer informação. Hoje, temos, com certeza, condições de informar, imparcialmente, essa questão da demarcação da reserva indígena. Tem que ficar claro aqui que temos de ser imparciais. Não podemos ser tendenciosos. As prefeituras, bem como a Secretaria de Desenvolvimento Regional, por parte do Sr. Governador, a nossa posição é sempre imparcial nesse fato.

Muito obrigado. Coloco-me à disposição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço e comunico que o Secretário de Agricultura teve um problema de agenda e solicitou que fosse passado para a parte da tarde. Como se encontra aqui o Prefeito de Abelardo Luz, que seria o primeiro orador da parte da tarde, vamos fazer uma inversão e dar a palavra ao Prefeito de Abelardo Luz, Dr. João Maria Marques Rosa.

O SR. JOÃO MARIA MARQUES ROSA – Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta Comissão, agradeço a V. Exª ao tempo em que também parabenizo o Senador Leonel Pavan, da nossa terra, do nosso Estado, que indicou a esta Comissão e, pela primeira vez, o Congresso Nacional vem à Santa Catarina para participar e discutir aquilo que os meus antecessores disseram. Há tempos, esperávamos que o Congresso Nacional tomasse as rédeas desse processo que está dividindo o nosso País. Também parabenizo e agradeço o Senador João Ribeiro, do Tocantins, o Deputado Gervásio Silva, o Procurador-Geral do Estado, pelas brilhantes palavras. Ele falou tudo o que, juridicamente, é possível falar sobre o processo.

Senador Mozarildo Cavalcanti, vou procurar falar despido da emoção, porque falar do meu Município Abelardo Luz, que dirijo pela segunda vez, sem associar o nome de Ulisses Stefani, que foi assassinado barbaramente, é passar por cima da nossa história. Abelardo Luz foi arranhada em nossa moral, em nossa história e, principalmente, no caráter dos produtores de Abelardo Luz, porque Ulisses Stefani era, talvez, o maior produtor de grãos deste Estado – Abelardo Luz é o maior produtor de grãos de Santa Catarina –, empregava mais de mil pessoas e morreu por uma causa que todos nós, de Abelardo Luz, achamos justa: o direito da propriedade. Não vou falar da parte jurídica porque o Procurador-Geral do Estado já a delineou, em todas as suas entrelinhas, com muita personalidade e perspicácia. Falará depois o Dr. Sérgio Dalbem, que esteve refém dos indígenas no dia 16 de fevereiro, fa-

tídico dia para a história abelardense, em companhia de mais cinco produtores rurais que aqui estão.

Quero dizer a V. Exªs e também à comunidade indígena aqui presente que não discriminamos ninguém, porque vivemos em um País que tem soberania, mas cuja Constituição, no meu parco entendimento jurídico, está sendo rasgada pela Funai.

Aqui vai o meu primeiro pedido: é preciso que o Congresso Nacional crie normas de limitação para a atuação da Funai, que me parece mandar mais do que o Presidente da República no que tange aos assuntos indígenas.

Estivemos lá com o Governador do Estado e, na última oportunidade, juntamente com o Secretário Valdir Colatto – que, aliás, é um profundo conhecedor de Abelardo Luz, porque foi o nosso primeiro agrônomo nas terras abelardenses –, comentávamos que, em Abelardo Luz, há dois conflitos de terra: um na área do Embu e outro na região do Canhadão, onde pequenos agricultores, com cinco ou seis alqueires, compraram as suas terras.

Tenho um jornal aqui – não sei se podem alcançá-lo; o Dr. Sérgio pode mostrar de lá – de quando o Presidente Ernesto Geisel esteve em Chapecó e chamou um agricultor, que aqui não pôde estar em função da idade, e disse: "Vá trabalhar e criar seus filhos", titulando as terras aos colonos. Eu disse isso ao Presidente da Funai, na frente do Secretário Valdir Colatto, que, num tom de ironia, disse-me: "Ora, isso foi um militar que deu. Tiramos terras lá no Rio de Janeiro, quando Getúlio Vargas as deu, porque foi eleito". Quer dizer, isso mostrou a soberba de um presidente que me parece não estar preparado para o cargo importante, que exerce, de unificar os povos indígenas junto à sociedade não-índia. Isso é preciso no País, porque não podemos passar também por cima da história dos indígenas.

Vivemos no ano de 2004, e a Funai nos remete a 1500. Se for assim, temos de devolver Copacabana, as cidades de São Paulo e Florianópolis. Aliás, em muitos pontos deste País gigante, sabemos que foram os índios os seus primeiros habitantes.

A Constituição é clara. Não falarei aqui da parte jurídica, repito, mas é preciso lembrar que o legislador quis mostrar aos índios e aos não-índios que a sua posição era muito clara: "terras tradicionalmente ocupadas por índios" entendemos serem aquelas em que deveriam os índios morar em 1988. Também se dizia que, em cinco anos, o Governo Federal deveria regularizar essas terras.

Em Abelardo Luz, isso não foi feito. Não tínhamos índios em 1988. Em Temos, em Abelardo Luz, a grandeza e a felicidade de ter o nosso primeiro Prefeito: eleito em 1958, morador de Chapecó, com 90 anos de idade, disse-me que, na época, também não havia índio em Abelardo Luz.

Quanto aos índios que hoje existem no chamado Toldo Embu – Toldo para a Funai, porque era Limbo, mas a Funai chegou e já criou o Toldo –, havia nove famílias de índios, que moravam e trabalhavam numas fábricas da cidade e vinham do Ipuaçu. Quando invadiram as terras em 2000, como Prefeito, chamei os colonos que não podiam entrar nas suas propriedades para plantar e colher. É uma área que abrange a metade da nossa cidade – o cemitério, a cooperativa, o colégio agrícola –, e a Funai simplesmente decidiu: "A cidade não queremos, mas, sim, a parte do campo, a parte de plantação".

Ora, o Colato disse muito bem: um órgão que faz a demarcação, chama um antropólogo que faz um laudo antropológico do jeito requerido; um órgão cujos processos de contestação são julgados por ele mesmo, que faz o que bem entende também tem o direito de chegar e dizer de repente: "Não, isso aqui está no processo, é área indígena, mas não a queremos". Eles sabem que a cidade, a exemplo do que ocorreu em São Paulo, por um acórdão do Supremo relatado pelo Ministro Nelson Jobim, não levaram, porque sabem que não podem levá-la.

Daí, temos de nos curvar à decisão de um órgão que infelizmente não está contribuindo em nada com os povos indígenas, mas está, sim, criando tumulto entre eles e os não-índios. Isso, sem falar das ONGs, que estão em outros países. Sabemos os interesses obscuros dessas ONG's com o Brasil, sem falar do Cimi, ligado à Igreja Católica, que, infelizmente, deveria levar palavra de fé e de esperança, mas está levando desassossego, desesperança e, sobretudo, conflito, principalmente ao nosso Município.

Abelardo Luz tem um Decreto. Historicamente, a nossa região pertenceu à Argentina até 1890. Pertencemos, depois, à Província do Paraná. O Governador do Paraná, em 1902, doou aos índios Coroados 68 mil hectares de terra – área que, hoje, abrangeria metade da nossa cidade e chegaria até o Município de Puaçu, de Bom Jesus, até Xenxerém. São 68 mil hectares de terra!

Esses índios chegaram lá em 2000. Fizemos as casas. Eu fiz nove casas, no acerto. Estava lá a Procuradora-Geral da República – se não me falha a memória, a que falou aqui agora, a Dr. Ana –; estavam o promotor, o juiz da nossa comarca, a Polícia Federal, os vereadores e os colonos. Acertamos que daríamos as nove casas. Retirei do colégio agrícola nove hectares de terra para os índios plantarem. Todos os anos, plantamos para os índios com o trator da Prefeitura.

Vamos lá plantar, para que eles colham algo, se não, eles não colhem.

O acerto era esperarmos que a Justiça se manifestasse, mas ela é muito morosa. O Ministério Público fica nos enrolando, aos índios e aos colonos. Não somos contra os índios. Não. Se a terra for dos índios, é justo que os colonos que compraram de boa-fé, que pagaram, criaram os seus filhos – lá também existe o cemitério dos não-índios –, também recebam por essas terras. Há colono lá, Senador, que somente possui cinco, seis alqueires de terra, um galpão, uma casa velha. Se ele receber somente benfeitoria, sobrará o quê? Engrossaremos a fila dos sem-terra? Abelardo Luz já é um Município com 1.500 famílias assentadas do Movimento dos Sem Terra! É o segundo maior assentamento do Brasil. Abelardo Luz já deu uma contribuição muito grande para a reforma agrária e nos conflitos de terra. Nunca morreu ninguém. Vivíamos pacificamente com os índios.

Eu, como Prefeito, ouvi aqui o ex-Prefeito de Ibirama, que disse que, às vezes, os prefeitos conseguem segurar os seus liderados, para evitar conflitos e mortes. Ele falou uma verdade incontestável. Nós conseguimos segurar 20 mil pessoas. Infelizmente, os índios, que trouxeram pessoas de Mangueirinha, escoltados por um carro da Funai, não conseguiram segurar 100 índios. Um ou dois deles – não sei quem foi – barbaramente assassinaram o sindicalista Olisses Stefani, que estava no direito de garantir a terra onde plantava. Ele foi lá para ver o que estava acontecendo, e eles, barbaramente, o assassinaram.

Não quero me alongar, pois o Dr. Sérgio também vai falar, mas eu gostaria, depois, que esta Comissão desse oportunidade para que pudéssemos ouvir aqui dois índios, dois ex-caciques da área, para os quais dei as casas para morar e que foram expulsos pelos demais índios que vieram de Mangueirinha, índios que vieram de Nonoai para invadir as terras. Eu gostaria que fosse dada essa oportunidade a eles, porque lá, atualmente, temos mais de 40, 50 famílias. Índios, eram nove. Está em um documento que temos e que será entregue para V. Exª, para os demais Senadores, para que fique registrado nos Anais desta comissão. Havia nove famílias na cidade. Resolvemos fazer esse acordo e eles deram a concordância para que pudéssemos plantar.

Hoje levaremos para essa área uma faculdade de agronomia, porque Abelardo Luz é o maior produtor de grãos e queremos levar tecnologia para os nossos agricultores. Mas estamos sujeitos a nem conseguirmos mais levar a faculdade de agronomia. Lá temos laticínio, temos tantas obras, cooperativas, e o Município de Abelardo Luz está sujeito, de repente, a ser riscado do mapa, por uma decisão arbitrária, sem direito a contestação. Eu, como Prefeito, nunca fui informado. Trouxeram uma antropóloga do Rio de Janeiro, que não sabia onde era Abelardo Luz. Ela somente trabalhava de madrugada; ninguém a via na cidade. Ela não nos procurou, e fazia o laudo como queria. Quer dizer, ela fez um laudo que não pudemos contestar, ou melhor, contestamos, mas a Funai mesmo não aceita a contestação, pois são eles que instruem e julgam o processo. Então, é uma via de apenas um caminho, uma mão; nós não temos condição. Se o Congresso Nacional não abraçar essa causa, não trouxer, à luz da verdade, uma discussão pacífica. Para que os ânimos não continuem acirrados, é preciso do Congresso Nacional. Nós acreditamos na prudência dos Senadores e do Congresso Nacional.

Por isso, eu quero parabenizar também o Deputado Gervásio Silva, que busca assinatura para ter uma CPI sobre a Funai. Eu acho que a Funai evidentemente tem funcionários bem intencionados, mas alguns que trabalham sabem que se forem contra podem até, de repente, perder o emprego. Então, são obrigados até a fazer aquilo que a Funai sempre fez, não haverá outra palavra a não ser a defesa do índio, mesmo que seja errado.

Então, eu gostaria de encerrar as minhas palavras e dizer a esta Comissão que Abelardo Luz vive um clima de muita tensão, já que perdemos um cidadão daquela localidade. Se fosse a perda de um índio eu também estaria lamentando, porque nós queremos resolver os conflitos sem morte. É preciso. Nós somos seres humanos, estamos no Século XXI e precisamos dirimir as nossas diferenças com diálogo, como o Congresso Nacional está abraçando essa causa.

Eu espero que V. Exª, juntamente com os demais membros dessa Comissão, consigam trazer a paz no campo e que Abelardo Luz não seja esquecido desse processo de paz que nós buscamos. Que os nossos produtores possam produzir com tranqüilidade, para a grandeza deste País e desse Estado. E que os índios possam também ter os seus direitos garantidos, mas nas terras que são deles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu quero agradecer ao Prefeito e dizer que dada a objetividade dos nossos oradores, nós vamos propor o seguinte: como na parte da tarde nós temos muito mais pessoas para fazer as suas explanações, já que se encontra aqui o Prefeito de Cunha Porã, eu gostaria de convidá-lo para agora se manifestar, portanto deixando a parte da tarde mais descomprimida.

O SR. MAURO DE NADAL – Eu quero cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti e em nome

de V. Exª, se me permite, cumprimentar todas as autoridades que compõem esse seleto palanque, os senhores índios e também, de uma forma especial, todos os agricultores que acompanham essa importante audiência.

Primeiramente, não querendo retomar assuntos já debatidos nessa manhã, principalmente no enfoque jurídico, eu quero trazer à tona alguma fase da história, principalmente envolvendo os Municípios de Cunha Porã e o Município de Saudades, que vivem um suposto conflito, mas de uma forma totalmente diferenciada dos demais episódios envolvendo povoações de indígenas e brancos.

A nossa região, oeste de Santa Catarina, foi basicamente colonizada por um pioneiro, Dr. Carlos Culmey, que além de colonizar a nossa região oeste, também colonizou uma região da Argentina, na qual havia mapeado cidades com determinados nomes pré-fixados. Tendo em vista episódios naquela região que não cabe trazer à tona, não se fez a colonização com aqueles nomes que ele havia determinado, os quais foram trazidos para essa nossa região oeste de Santa Catarina. Daí a origem do nome Cunha Porã, que seria um nome ofertado a povoações guaranis que vivem naquela região da Argentina. Então, isso se tornou uma conotação e se fizeram falsas colocações de que Cunha Porã e Saudades, em virtude do nome Cunha Porã, seriam locais onde guaranis viveram anteriormente.

Mas a história também tem demonstrado que lá naquelas nossas regiões não viveram guaranis, porque nós estamos tentando comprovar isso documentalmente, por meio de documentos colhidos no museu, no Rio de Janeiro. São documentos bem antigos, que fazem parte de um processo de defesa caro, por sinal, porque para defender colonos nós temos uma distância de igualdade de defesa, uma vez que o colono precisa tirar o dinheiro do seu bolso, ocupar os poucos meios que tem por intermédio das pequenas prefeituras com recursos parcos; lança mão daquilo que seria a subsistência de sua família para fazer defesa em processo de terra que adquiriu com trabalho e suor.

Então, nesse processo todo nós estamos montando nossa defesa. E para isso acontecer, Excelência, queria colocar a situação do colono, porque nós, para conseguirmos pagar um antropólogo, temos que fazer rifa de vaca, de motocicleta para arrecadar dinheiro. Essa é a realidade do nosso povo da região, para fazer defesa em um processo que, na verdade, para nós não existe, porque não há sequer o princípio fundamental de um processo, que é ter o fato jurídico. Não há. Estão criando um fato jurídico. Digo criando, porque fomos colhidos numa manhã, no ano de 2000, com índios trazidos pela Funai, escoltados e amparados pela Igreja Católica, trazidos para a nossa região, para povoar a região, supostamente alegada por eles como uma terra indígena.

Então, dado a tudo isso, vemos que a coisa dentro da FUNAI parece que é direcionada de uma forma, segundo alguns pensadores que existem ali dentro. E isso traz um desconforto tremendo para aqueles municípios. E um desconforto que aumentou, ainda mais, com o episódio da Abelardo porque esse episódio tirou novamente o sossego daquele povo cunhaporense e saudadense, até porque eles, até agora, não viram manifestações, até da Polícia Federal, para se saber se o episódio que ocorreu em Abelardo teve culpados ou se teve, pelo menos, pessoas detidas para se averiguar o fato, porque, se o branco comete um crime, o branco paga pelo crime.

Então, a sociedade está aflita porque ela não viu um resultado. E, quando a pessoa não vê um resultado, vamos dar hipoteticamente um exemplo: é como um gato trancado numa sala, ele procura sair. E, na busca da saída, ele se arma de todas as suas estruturas físicas para conseguir sair. E isso nos causa preocupação. Por quê? Segurar, até um determinado momento, a paz social da população, é fácil. Agora, quando essa paz social começa a ser colocada em xeque, quando o povo começa a perceber que a justiça não está sendo bem uma justiça, já é difícil para nós, prefeitos, que temos, na verdade, só o comando de voz.

Clamamos por soluções rápidas, soluções urgentes, para que consigamos restabelecer a paz social nesses dois municípios da nossa região até porque o processo parou. E o laudo que está sendo apresentado por essa antropóloga que também esteve na turnê, em Abelardo, fez uma turnê também no município de Cunha Porã e Saudades. Não sei qual é o horário que ela passou por lá, mas, lá também diz que tem esse laudo. Conseguimos alguns trechos desse laudo por meio do Ministério da Justiça, num requerimento formulado pelo nosso DPD – depois explico o que é o nosso DPD – onde podemos constatar, comparando com outros laudos colocados no Mato Grosso, que várias folhas são cópias fiéis de processos de Mato Grosso. Sequer foi feita uma análise aprofundada daquilo que é a situação do nosso município. E esse DPD, que colheu essa informação, é um grupo que criamos com agricultores, pessoas interessadas, justamente para conseguir barganhar os recursos para fazer a defesa, mas com um princípio maior, que é a sua própria criação, único no país, que está sendo copiado por vários outros movimentos, nacionalmente, onde busca unicamente defender a propriedade, a dignidade e trazer justiça social. Esse é o objetivo desse movimento. E

esse movimento tem lutado e tem mostrado, às autoridades constituídas que a nossa região, Saudades e Cunha Porã, nunca foi uma aldeia indígena, então, não pode ser razão para voltarmos a discutir um processo de futuro aldeamento. Não há razão para isso. Não há um fato jurídico, até porque nunca existiu índio.

Se a Constituição traça, através de suas interpretações, que a terra tem que ser tradicionalmente e permanentemente ocupada, não há nem porque se discutir aldeamento nos nossos municípios de Cunha Porã e Saudades.

O nosso apelo é para que isso termine por aí, para que a FUNAI, assim como está sendo feito um estudo de controle externo do Judiciário, que se tenha um controle externo ou interno, até propriamente, mas comandado pelo Ministério da Justiça para controlar os atos da FUNAI, também. Por que o terrorismo, no Oriente, é implantado, mas não formalmente. Aqui para nós, cunhaporenses e saudadenses, está acontecendo um terrorismo formal, amparado pelo Ministério da Justiça. Isso não podemos admitir num país onde reina a democracia.

A nossa colocação é pela urgência da decisão e, principalmente, para que Cunha Porã e Saudades se extinga por aí, se processe, porque não há lógica jurídica para a permanência disso.

Obrigado pela atenção e nossas considerações, nossos parabéns, pela iniciativa, que, como diziam pessoas que nos antecederam: "de tanto se bater na tecla, começamos a ser ouvidos". Ao se voltar ao princípio da democracia, há uma garantia de que o nosso País terá olhos para situações delicadas como essa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tendo encerrado o período dos oradores nesta manhã, concedo a palavra ao Deputado Gervásio Silva, que representa a Câmara dos Deputados, para que S. Exª faça as suas considerações.

O SR. GERVÁSIO SILVA (PFL – SC) – Bom dia a todos. Cumprimento e agradeço aos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Leonel Pavan e João Ribeiro, à Procuradora da República, ao Procurador de Blumenau, ao Secretário Colatto, aos Prefeitos e às autoridades.

Antes de me pronunciar, quero dizer que a minha posição sobre essa questão não é política. Creio, todavia, que não deveria ser a posição de ninguém. Em determinados momentos emocionais, vemos determinadas posições políticas. Entendo que a questão indígena no Brasil é, acima de tudo, uma questão de bom senso. O Governo Federal, de um modo geral – não é o atual –, tem sido omisso nessa questão. Que a Funai extrapola em suas atribuições, isso é um fato, tanto é que nem mesmo os indígenas estão satisfeitos com a sua atuação. Foi deprimente o depoimento de um índio a que assisti pela televisão, no Mato Grosso do Sul, há alguns dias, em que dizia que os índios estavam descontentes com o administrador da Funai e pediam comida para desocupar uma área.

Ora, senhoras e senhores, se a Funai estivesse agindo de acordo com a legalidade, ela levaria os índios, durante o dia, para Abelardo Luz* e o faria com proteção da Polícia Federal. Agora, o fato ocorreu às onze e meia da noite, com escolta e homens fortemente armados. Está provado! Tenho laudo de apreensão de armas. São doze armas de grosso calibre. As informações que temos é que se apreendeu apenas 20% das armas. Quanto ao culpado ou aos culpados, eles foram embora de Abelardo Luz. Não se pode admitir isso no Brasil.

Numa audiência, acredito que o Secretário Colatto estava presente à época, com o ex-Ministro da Justiça José Gregori – que saiu tarde daquele Ministério –, ouvi que mexer com a questão indígena no Brasil tinha repercussão internacional. Por isso, lavou as suas mãos, e a desgraça está ocorrendo. Não está bom para os índios nem para os agricultores.

Dirijo-me à Procuradora para dizer-lhe que o Ministério Público e o Judiciário precisam prestar atenção a esses movimentos no Brasil. Há pessoas e profissionais infiltrados, com objetivos pessoais, que não têm relação com o movimento. Isso ocorre com a questão indígena, com o MST e com outros movimentos sociais.

O Senador Mozarildo dizia-me ontem que já existem 53 assinaturas para a CPI no Senado. Ontem, quando saí de Brasília, a CPI – para cuja proposta estamos colhendo assinatura – tinha 131. Quero propor que seja uma CPI mista: Câmara e Senado. Assim, mostraremos para o Brasil a realidade dos fatos. Infelizmente, a grande imprensa brasileira anunciou que houve um grande confronto em Abelardo Luz. O que houve foi a morte de um cidadão, ao dirigir o seu carro. Quem foi socorrê-lo foi seqüestrado. Por isso, digo que é uma questão de falta de bom senso. Quero ler para provar o que digo. Depois do que ocorreu em Abelardo Luz e depois que começamos a colher as assinaturas dos Parlamentares para a CPI, todos os dias chegam informações e documentos diferentes ao meu gabinete. É claro que vamos averiguar se são verdades esses documentos.

Com relação à Palhoça – Morro dos Cavalos – e à BR-101, onde há conflitos com índios, as pessoas que foram lá me disseram – não posso comprovar a informação – que os índios que estão aqui foram trazidos do Paraguai e, para falar com eles, é preciso falar em espanhol. Infelizmente, estão ali abandona-

dos e morrendo atropelados na BR-101. Não sei se isso é verdade, mas tenho um documento que eu gostaria de ler. O documento foi traduzido pelo Sr. Walther Friedrich Rudolph Frank, do alemão para o português:

Como resultado dos congressos realizados no ano passado – esse documento é de Genebra, julho de 81 – englobando doze organismos científicos dedicados ao estudo da população minoritária no mundo, emitimos essas diretrizes por delegação de poderes com total unanimidade de votos, menos um dos presentes.

Simpósio Mundial Sobre Divergências Internas na América do Sul

Diretrizes:

A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreendo também parte dos territórios venezuelano, colombiano e peruano, é considerada por nós como um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial, não só por decisão de todos os organismos presentes ao Simpósio como também por decisão fisiológica dos mais de mil membros que compõem os diversos conselhos de defesa dos índios e do meio ambiente.

É nosso dever defender, prevenir, impedir, lutar, insistir, convencer, enfim, esgotar todos os recursos que, devida ou indevidamente, possam redundar na defesa, na segurança, na preservação desse imenso território e dos seres humanos que o habitam, que são patrimônio da humanidade, e não patrimônio dos países cujos territórios pretensamente dizem lhes pertencer.

É nosso dever impedir em qualquer caso a agressão contra toda a área amazônica quando essa se caracterizar pela construção de estradas, campos de pouso, principalmente quando destinadas à atividade de garimpos, barragens de qualquer tipo ou tamanho, obras de fronteira civis ou militares, tais como quartéis, estradas, limpeza de faixa, campos de pousos militares e outros que signifiquem a tentativa de modificação ou do que a civilização chama de progresso.

É nosso dever manter a floresta amazônica e os seres que nela vivem, como índios ou animais silvestres e os elementos ecológicos no estado em que a natureza os deixou antes da chegada dos europeus. Para tanto, é nosso dever evitar a formação de pastagens, fazendas, plantações e culturas de qualquer tipo que possam ser consideradas como agressão ao meio ambiente.

É nosso dever preservar a unidade das várias nações indígenas que vivem no território amazônico, provavelmente há milênios.

É nosso dever evitar o fracionamento do território dessas nações, principalmente por meio de obras de qualquer natureza, tais como: estradas públicas ou privadas ou ainda alargamento por limpeza ou desmatamento, faixas de fronteira, construção de campos de pouso.

É nosso dever considerar como meio natural de locomoção em tais áreas apenas os cursos d'água em geral, desde que navegáveis.

E é nosso dever permitir apenas o tráfego com animais de carga por trilhas da floresta, de preferência formadas pelos silvícolas.

É nosso dever definir, marcar, medir, unir, expandir, consolidar, independer, por restrição de soberania, as áreas ocupadas pelos indígenas, considerando-as suas nações.

É nosso dever promover a reunião das nações indígenas em união de nações, dando-lhes forma jurídica definida. A forma jurídica a ser dada a tais nações incluirá: a propriedade da terra, que deverá compreender o solo, o subsolo e tudo o que neles existir, tanto em forma de recursos naturais renováveis como não-renováveis.

É dever preservar e evitar, em caráter de urgência, até que as novas nações estejam estruturadas, qualquer ação de mineração, garimpagem, construção de estradas, formação de vilas e fazendas, plantaçao de qualquer natureza; enfim, qualquer ação dos governos das nações compreendidos no item 3 desta.

É nosso dever a pesquisa, a identificação, a formação de líderes que se unam a nossa causa, que é a sua causa.

É nosso dever principal transformar tais líderes nacionais dessas nações.

É nosso dever indicar personalidades poderosas, aptas a defender os seus direitos a qualquer preço e que possam, ao mesmo tempo, liderar os seus comandados sem restrições.

É nosso dever exercer forte pressão junto às autoridades locais desses países para que não só respeitem o nosso objetivo, mas o compreendam, apoiando-nos em todas as nossas diretrizes.

É nosso dever conseguir, o mais rápido possível, emendas constitucionais no Brasil, Venezuela e Colômbia, para que os objetivos dessas diretrizes sejam garantidos por preceitos constitucionais.

É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígines, para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas estejam reduzidas a um limite crítico.

Para que as diretrizes aqui estabelecidas sejam concretizadas e cumpridas com base no acordo legal de julho passado, é preciso ter sempre em mente o seguinte:

Angariar o maior número possível de simpatizantes, principalmente entre pessoas ilustres, como é o caso de Gilberto Freire, no Brasil, bem como, e principalmente, entre políticos, sociólogos, antropólogos, geólogos, autoridades governamentais, indigenistas e outros de importante influência, como é o caso de jornalistas e seus veículos de imprensa.

Cada simpatizante deve ser instruído para que consiga mais de dez, e esse dez em cada um deles, mais dez, e assim sucessivamente, até formarmos um corpo de simpatizantes de grande valor.

No documento, há algumas partes que considero importantes:

Educar, ensinar a ler os povos indígenas em suas línguas maternas, incluindo coragem, determinação, audácia, valentia e até um pouco de espírito agressivo, para que aprendam a defender os seus direitos. É preciso levar em consideração que os indígenas deste País são apáticos, subnutridos, preguiçosos.

É preciso que eles vejam o homem branco como um inimigo permanente, não somente dele, índio, mas também do sistema ecológico. É preciso que o índio veja e tenha consciência de que o missionário é a única salvação.

Disponho depois desse documento. Pedi para verificar a tradução e estou lendo parte dele.

Ainda quero ler aqui, para encerrar, o depoimento de um índio na cidade Amambaí, Mato Grosso do Sul. O índio chama-se Adair Gonçalves Sanches.

Um depoimento do tabelionato Albuquerque. Adair é indígena; lavrador, cujo teor transcrevo a seguir:

É índio da Tribo Guarani, nascido em 1959, na Aldeia Amambaí, Vereador eleito em Amambaí, com votos dos índios da Aldeia Amambaí; ex-- Presidente do Conselho da Aldeia de Amambaí, ex-representante da União das Nações Indígenas do Mato Grosso do Sul, ex-companheiro do antropólogo japonês Celso Aoki, Paulo Pepe. No caso o antropólogo: chefe de uma entidade que se chama PKN, que significa Projeto Kauai Não Deva, entidade criada em nome do índio Kauai e Guarani, em Amambaí em Mato Grosso do Sul.

Ele diz aqui no depoimento: o PKN – essa ONG –, o Cime – Conselho Indigionista Missionário – e o Partido dos Trabalhadores são entidades ligadas entre si. E essas entidades, usando a malandragem e a safadagem, fazem montagens aqui no Mato Grosso do Sul, coisas que ninguém nunca imagina e eu, que fui companheiro e conhecedor, sei que eles fazem no Mato Grosso do Sul.

O PKN recebe verba do exterior: Holanda, Canadá e Suíça em nome do povo indígena do Mato Grosso do Sul, do Kauai e Guarani; dizem que é para ajudar esses povos. Só que esses dólares que vêm do exterior, o povo indígena nem sabe. Usam o nome do índio e usam o índio também da seguinte forma:

Todos os problemas de terra que estão ocorrendo no Mato Grosso do Sul, na fronteira do Paraguai, são mandados pelo Sr. Celso Aoki e Paulo Pepe, antropólogos e chefes do PKN.

Fui companheiro dessas entidades e do Partido dos Trabalhadores por três anos, na época do Presidente José Sarney e do Ministro Ronaldo Costa Couto e fazíamos assim: procurávamos aonde os índios estavam trabalhando e quanto anos estavam morando naquela fazenda. Se eles falavam que estavam há cinco, ou seis, ou dez anos, perguntávamos se não tinham familiares que faleceram naquele local. Falamos para esse índio dizer, na entrevista, que antigamente aquela era uma área indígena. Se houvesse algum cemitério onde alguém da família, algum parente estivesse enterrado, era para falar que eles haviam nascido e sido criados ali, assim como os seus pais, avós, bisavós, etc. Era um pai da família que se tornava líder daquele lugar.

Os antropólogos Celso Aoki e Paulo Pepe são agitadores; ganham rios de dinheiro em troca desse tipo de trabalho. O depoimento vem nessa linha.

Senadores Mozarildo Cavalcanti e Leonel Pavan, precisamos resolver essa questão. Sinceramente não acredito que, por iniciativa própria, os índios saíram de Nonoai para Cunha Porã e Saudades ou de Mangueirinha para Abelardo Luz no último dia 16. Entendo que a atribuição da Funai é apoiar o índio e não estimular a invasão de terras. Lutarei por essa causa.

Srs. Senadores, precisamos propor uma legislação que realmente clareie a questão, porque o Judiciário e o Ministério Público estão com esse problema na mão e o Governo é omisso. Então cabe a nós do Legislativo ter coragem de propor ao Governo a legislação adequada para que se resolva o conflito e essas situações tenham fim.

Em muitos momentos, se diz no Brasil que as CPIs do Congresso acabam em pizza. É claro que algumas CPIs não chegam ao final, mas muitas chegam e indicam as providências que devem ser adotadas. O problema é que os caminhos indicados não são seguidos. Entendo que esta CPI mostrará ao povo brasileiro a realidade dessa questão. Espero que possamos trazer uma solução, a fim de que o agricultor possa ter tranqüilidade para sustentar sua família, e o índio possa ser integrado à sociedade com condições dignas de vida. É isso que queremos.

Sr. Presidente desta Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, essa audiência pública que se realiza hoje aqui em Florianópolis é de grande valia não só

para o nosso Estado, mas para o Brasil. Espero que nós, que temos a atribuição de legislar no Parlamento brasileiro, possamos realmente propor uma legislação que acabe com essa tragédia porque todos estão perdendo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço ao Deputado.

Solicito a todos que se apresentaram aqui, fizeram explanações, e têm documentos a encaminhar à Comissão, que o façam.

Para encerrar os debates da manhã, concedo a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti por ter aceito a nossa indicação e se deslocado de Brasília, deixando outros compromissos, vindo a Santa Catarina para ouvir ambos os lados: tanto os agricultores, os colonos, como também os representantes dos índios e as autoridades competentes. Também cumprimento o Senador João Ribeiro, do PFL, a quem agradeço, por quem tenho a maior estima. S.Exª é um grande companheiro e um dos grandes Parlamentares do nosso País. Aproveito para justificar a ausência do Senador Delcídio Amaral, do PT – S.Exª pediu que eu o fizesse –, que não pôde estar presente em função de outros compromissos no seu Estado. Também não estão presentes o Senador Jefferson Péres, do PDT, pois tinha um compromisso relacionado à CPI dos Bingos, em Brasília, e o Senador Romero Jucá, do PMDB.

Eu não faço parte da Comissão – sou do PSDB –, mas requeri à Comissão, pelo menos nos assuntos que envolvem Santa Catarina, e passarei a integrá-la, visando ajudar a solucionar esse problema, já que esta Comissão foi formada para debater os problemas do Brasil.

De modo especial, quero agradecer ao Secretário Articulação Nacional, Valdir Colato, o trabalho, o seu empenho, a atenção que deu, e que está dando, a esta Comissão, especialmente ao nosso pedido.Agradeço também a Gervásio Silva, que representa a Câmara.

Quero dizer que foram convidados outros Parlamentares. Cito o Deputado Vinhati, do PT, de Chapecó; o Deputado Zonta, do PT, de Concórdia; e o Deputado João Matos, da região do Alto Vale, do PMDB. Também alguns Deputados estaduais já estiveram aqui. Três Senadores foram convidados. O Senador o Jorge Borhausen e a Senadora Ideli Salvatti justificaram a ausência.

Queria dizer aos amigos aqui presentes e a toda a sociedade de Santa Catarina – quando digo "toda a sociedade", refiro-me tanto aos índios quanto aos agricultores. O objetivo desta Comissão é encontrar um caminho para que ambos os lados não saiam perdendo, para que, realmente, possamos encontrar uma saída, um modo de continuar convivendo pacificamente, a fim de que nos integremos cada vez mais.

Queremos que os colonos possam continuar trabalhando e que os índios também tenham oportunidade de trabalhar. Se não têm terra, o Governo tem de dar um jeito para que possam produzir. É preciso que os direitos sejam preservados de ambos os lados porque tanto há a cultura dos índios como há cultura também dos nossos agricultores.

Na semana passada, fui visitar a região de Abelardo Luz e também Ipuaçu. Naquela semana deveria ter sido feita uma reunião aqui em Florianópolis, mas, em função de compromissos do Senador Mozarildo Cavalcanti, não foi possível. O Senador Mozarildo Cavalcanti merece os nossos aplausos e o reconhecimento de Santa Catarina pela atenção que nos dedica, apesar do problema que tem no seu Estado, Roraima, onde mais de 50% do território está sendo demarcado pelos índios. S. Exª acaba deixando de lado o problema do seu Estado para vir ajudar Santa Catarina. S. Exª é um Senador do Brasil, e esta Comissão tem como objetivo justamente resolver os problemas que ocorrerem em função da demarcação de terras indígenas.

Queria dar apenas um depoimento. Está aqui o Cacique da área indígena de Chapecó e de Ipuaçu, Sr. Machado, Vereador do PPS. Nós estivemos naquela região. Estávamos em dúvida se iríamos até lá ou não. Fiz um convite à Comissão e temi ser mal interpretado, tanto por uma parte quanto pela outra. Na verdade, a Comissão foi criada para que o Congresso também possa analisar os problemas existentes.

Ouvi dizer aqui que de tanto ouvir falar alguns se mexeram. Quando fui provocado, eu me mexi. Eu não sabia dos problemas, não era parlamentar, mas encontrávamos apoio na pessoa de Valdir Colatto, quando ele era Deputado Federal, e do próprio Gervásio Silva, sempre ativos e atuantes. Há tempos estuda-se esse problema para achar uma solução tanto na Câmara como no Senado, só que agora resolvemos convocar a Comissão para que, definitivamente, o Senado possa tomar uma posição tanto para orientar a Mesa do Senado como para colocar o que aqui está sendo ouvido para o Ministério da Justiça e o Presidente da República, segundo o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Fiquei impressionado com o que vi na área indígena Chapecó, que é de Ipuaçu: as terras sendo cultivadas, índios integrados com a sociedade, vivendo em harmonia com os agricultores. Fui convidado para conhecer o centro do trabalho dos índios, onde há áreas esportivas, escolas, creches, centros comunitários, posto de saúde, e fiquei impressionado. Se lá existe

essa harmonia, por que nós, homens públicos, e o Governo também não podemos fazer essa integração e conseguir essa harmonia em outras áreas sem que ninguém saia prejudicado?

São estas as minhas palavras. Quero dizer que não tomamos posição para este ou para aquele. Queremos tirar daqui um documento, ouvir as pessoas, para que possamos, futuramente, fazer uma explanação maior, pedindo aos que realmente têm poder de decisão.

Acho que a morte do sindicalista de Abelardo Luz foi o estopim de tudo isso, porque também não concordamos que haja agressão de uma parte ou de outra. Os índios que vieram do Paraná, de Abelardo Luz, impuseram, até contrariamente aos índios que lá estão, impuseram, na marra, a invasão de terras. Talvez sirva esse sindicalista como um símbolo para voltar a paz e a tranqüilidade entre os colonos e os índios do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero, ao encerrar esta primeira parte dos nossos trabalhos, agradecer a presença de todos que aqui estão, aos índios, aos agricultores, a todos os brasileiros que aqui se encontram. Como disseram o Senador Leonel Pavan e o Deputado Gervásio Silva, na verdade, o grande objetivo do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara, é buscar uma solução pacífica, equilibrada, racional, que tenha razoabilidade dentro da própria lei, para que todos possam sair ganhando com essa solução, que não haja nem vencidos nem vencedores. Não posso entender, como Senador da República, que não tenhamos capacidade, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e todos os representantes da sociedade, condições de encontrar caminhos capazes de resolver, como eu disse na abertura dos nossos trabalhos, o problema da população indígena do País, que é muito diversa de Estado para Estado e até dentro do mesmo Estado, dependendo da etnia. Mas essa diversidade, embora pareça um complicador, é um facilitador, porque, quando se quer realmente resolver um problema, sentamo-nos à mesa, discutimos os diversos pontos de vista e encontramos uma saída, que pode ser intermediária ou uma que possa, digamos assim, causar o menor prejuízo possível aos lados que estão pleiteando.

Neste sentido, esta Comissão vai buscar não só apresentar um relatório com o diagnóstico de todos os problemas dos três Estados que visitamos, mas também propor medidas legislativas, se for necessário emenda constitucional, lei complementar, lei ordinária, decreto legislativo, o que for necessário, no âmbito do Legislativo. Do mesmo modo, vamos sugerir ao Poder Executivo, baseado no que ouvimos no nosso relatório, medidas que possam ser tomadas de maneira rápida pelo Poder Executivo. Para isso, estamos bem articulados, conversando tanto com o Ministro da Justiça quanto com o Presidente da República, que, inclusive, está aguardando o relatório tanto desta Comissão quanto da Comissão da Câmara que está fazendo um trabalho semelhante no que tange ao Estado de Roraima. Esperamos, portanto, que acabemos acabar com essa angústia, com essa aflição de ambos os lados. Não é possível que nós brasileiros não possamos viver em paz e produzir para o bem de todos. É isso que nós queremos.

Agradeço a todos. À tarde, às 14 horas, reiniciaremos os nossos trabalhos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PPS – RR) – Tem a palavra V.Exª

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Presidente, passo às suas mãos um documentário de agricultores e colonos de Seara e Arvoredo. Aqui está colocada parte da realidade dos agricultores daquela região, com fotos que mostram as áreas agrícolas, as escolas, os museus, os aviários. Enfim, é um documentário que certamente vai ajudar muito a Comissão que V. Exª preside.

Então, passo às suas mãos este documento de Seara e Arvoredo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço V. Exª

Dou por encerrada esta parte da reunião. Voltamos às 14 horas.

Muito obrigado.

...dizer a todos os que vão prestar os seus esclarecimentos que o objetivo desta Comissão é buscar encontrar uma solução que atenda a todos os lados. Estamos fazendo audiências, não estamos fazendo debates. A Comissão tem o objetivo de fazer audiências, isto é, ouvir todas as pessoas.

Na parte da manhã, ouvimos a Procuradora da República, o Procurador do Estado, os Secretários, dois dos Prefeitos. Quer dizer, ouvimos as autoridades envolvidas.

Na parte da tarde, vamos ouvir dois prefeitos e, a partir daí, ouvir, alternadamente, os agricultores e os índios.

Quero pedir a todas as partes, já que estamos fazendo um encontro em que os dois lados estão juntos aqui, que haja um respeito mútuo, que haja, portanto, a abordagem, a defesa dos seus pontos de vista de maneira respeitosa. Quer dizer, tanto um lado quanto o outro ponha os seus pontos de vista abertamente,

democraticamente, sem que haja qualquer tipo de animosidade.

Repito: o nosso objetivo é ouvir cada razão, de cada lado. Depois de ouvir, vamos, então, analisar e apresentar um relatório, seguido de medidas capazes de resolver, tanto no âmbito do Senado quanto da Câmara, como também no âmbito do Poder Executivo.

Feitas essas explicações, quero adotar o mesmo processo da manhã, dando dez minutos para cada um que for falar, igualmente, vou controlar, como controlei pela manhã, de forma a que todos possam ter oportunidade de falar igualmente.

Quero começar chamando, ficou da parte da manhã para a tarde, o Secretário de Agricultura do Estado, que está aqui representado pelo Dr. Ari Geraldo Neuman.

Eu gostaria que ele comparecesse aqui, para fazer a sua exposição.

O SR. ARI GERALDO NEUMAN – Gostaríamos, inicialmente, em nome do Deputado Moacir Sopelsa, saudar o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta Comissão, extensivo aos demais Senadores aqui presentes, saudar os Deputados Federais, que estão acompanhando este trabalho, também os Deputados Estaduais aqui da Casa, que estão presentes, demais autoridades que acompanham o trabalho desta Comissão. E também saudar os representantes da classe rural, que estão presentes, os agricultores, assim como os representantes dos indígenas.

É com muita satisfação que vemos sendo dado um encaminhamento a essa importante questão, que está afligindo o meio rural catarinense.

Por parte do Estado de Santa Catarina, por parte da Secretaria da Agricultura, nos vemos envolvidos no centro desses conflitos e nos sentimos também impotentes em dar qualquer solução para o que vem ocorrendo.

Por isso, vemos com satisfação que está se procurando dar um encaminhamento a essa questão.

Vemos, no interior, um clima de angústia e de indignação por parte dos agricultores e familiares, praticamente de todos os agricultores e familiares, que deveriam estar lá com tranqüilidade, para produzirem alimentos para a população brasileira e também para a exportação, buscando o equilíbrio da balança comercial em nosso País. Não quer dizer que não estejamos respeitando devidamente toda a área indígena. Tanto é que, por meio da Secretaria da Agricultura, nós estamos buscando dar assistência técnica, a exemplo de Ipuaçu, onde por muito tempo, com os técnicos da Epagri prestamos assistência àquela aldeia; em José Boiteux também, em convênio com a prefeitura municipal, estamos dando assistência àquela aldeia. O Projeto de Microbacias, um convênio com o Banco Mundial, prevê atender todas as aldeias. A área indígena é prioridade no atendimento para o Projeto de Microbacias. No último ano, houve até uma consultoria de antropólogos, na tentativa de buscar uma metodologia de trabalho com as áreas indígenas.

Há quinze dias, realizou-se um importante encontro em Florianópolis, envolvendo a Funai, a universidade, os representantes das aldeias indígenas, da Epagri, da Secretaria da Agricultura, na tentativa de buscar uma forma de trabalhar com a população indígena no Projeto de Microbacias. Esse projeto visa exatamente buscar a inclusão social de todos os povos. No local onde o Projeto de Microbacias atua o objetivo é eliminar a pobreza. Daí a sua importância.

Paralelamente a isso, está-se fazendo um esforço para administrar o resultado desses conflitos. Por exemplo, está-se procurando dar prioridade aos produtores que têm de abandonar suas propriedades no que se refere à política de crédito fundiário, para que possam buscar novas propriedades. Mas isso também não é a solução. Não vamos conseguir uma solução para todos. Por isso é importante que este trabalho que está começando aqui hoje tenha sucesso. É preciso encontrar uma solução urgente, senão urgentíssima, para essa questão, para que se possa, repito, trazer tranqüilidade para o meio rural, para que o produtor rural possa produzir.

Por outro lado, é preciso também que a população indígena tenha as suas condições garantidas e possa buscar todos os seus direitos.

Assim, em nome da Secretaria da Agricultura, em nome do Secretário da Agricultura, Deputado Moacir Sopelsa, nós gostaríamos de trazer esta mensagem e dizer que somos parceiros para a solução das questões que aqui são colocadas, sem prejudicar ninguém.

Era o que queríamos dizer.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu agradeço ao representante do Secretario de Estado de Agricultura e Política Rural a sua intervenção. S. Sª, com muita objetividade, não usou seus 10 minutos.

Gostaria de convidar para fazer parte da Mesa, com muita honra, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Volnei Morastoni.

Quero convidar também o prefeito de Seara, Dr. Flavio Ragagnin.

Estão me informando que o prefeito está sendo representado aqui pelo Dr Paulo Bortolini, a quem convido para falar.

O SR. PAULO BORTOLINI – Inicialmente, eu gostaria de saudar o Senador Cavalcanti e, por exten-

são, os demais Senadores, Deputados e autoridades presentes, assim como também saudar os agricultores e seus representantes, os indígenas e seus representantes e todas as demais autoridades e pessoas presentes. Gostaria de dizer que o Prefeito Flávio Raganin não pôde comparecer em razão de problemas no Município e pediu que nós, na qualidade de Procurador do Município e advogado dos agricultores atingidos pela área indígena de Toldo Pinhal, em Seara, Paial e Arvoredo, pediu que nós o representássemos no dia de hoje.

Já que falo em nome do Prefeito, procurarei ser o mais imparcial possível. Gostaria de dizer que na situação local existe uma área de 900 hectares e existe também a pretensão da Funai de aumentar essa área para 5 mil hectares. O processo administrativo está em andamento e a minha pessoa, juntamente com o Sr. Vilson de Souza, advogado também dos atingidos, já efetuamos uma defesa administrativa, inclusive com estudo antropológico efetuado por profissional capacitado, e já entregamos essa defesa à Funai, que, por sua vez, enviou à Brasília, onde o Ministério da Justiça e a própria Funai irão decidir administrativamente se reconhecem a área de Seara e região como indígenas ou não. Enfim, essa é a situação atual da Região de Seara.

Por acaso, li uma obra que se chama **Enterrem o meu coração na curva do rio**. Essa obra é de um autor americano, cujo nome me falha a memória, mas é bastante famoso, e conta detalhadamente como foi a colonização americana, as inúmeras chacinas, mortes e sangue ocorridas naquela nação.

No nosso País, graças a Deus, isso não se deu. A colonização foi feita de forma mais tranqüila, mas não podemos negar que também ocorreu alguma violência, mas não pode comparar com o ocorrido nos Estados Unidos. Há que se reconhecer que, tanto lá quanto cá, os indígenas e todos têm direito a um pedaço de terra. Isso não só aqui como lá, em qualquer país, bem como no Brasil. Esse é um lado da moeda. Contudo, não podemos esquecer que, de outro lado, existem os agricultores que, há mais de 100 anos, ocupam as terras deste País.

Meu pai foi também um pioneiro da região de Concórdia e Seara e temos conhecimento de como era a vida nas décadas de 20, 30 e 40. Naquela época, não existia estrutura nenhuma e as pessoas que hoje ocupam as terras só as ocupam porque alguém as desbravou e pagou por elas. Então, não podemos esquecer que os agricultores têm direitos legais sobre essas terras. Isso é indubitável.

Então, essas são as duas faces de uma mesma moeda. Como conciliar esses interesses que se opõem? Parece-me que talvez uma solução seria, em vez de se decretar áreas indígenas como a de Seara, com 300 famílias, decretar uma área indígena ou desapropriar áreas outras com apenas um proprietário ou dois. Conheço diversas pessoas que sozinhas têm mais do que esses 5 mil hectares. Certamente não teríamos esse problema social que fatalmente vai ocorrer no caso de haver decretação de uma área indígena lá em Seara e essas famílias serem despejadas. Aliás, esse problema social é muito grave. São 300 famílias que ocupam os quatro mil hectares, que estão para ser declarados como indígenas; mais de 1.200 pessoas que receberão cerca de R$5 mil, R$3 mil, R$8 mil, R$10 mil. Uma boa parcela. Muitos receberão mais, mas, e essas pessoas que receberão R$5 mil, R$3 mil e cujas terras têm poucas benfeitorias? Como vão viver? O que vão comprar? No mínimo, seria necessário que o valor fosse R$30 mil, R$35 mil para adquirirem uma propriedade pequena na região ou mesmo uma casa com terreno na cidade. Portanto, o problema social que ocorrerá é muito grande e não pode ser ignorado.

Se não houver um entendimento, certamente esse problema acabará na Justiça; e, na Justiça, parece-me que vai prevalecer o direito de propriedade – pelo menos é a jurisprudência que temos visto até o momento. O direito à propriedade está previsto no art. 5º da Constituição. E para que esse direito seja retirado das pessoas, tem que haver ou uma desapropriação ou usucapião. A hipótese que está sendo pretendida pelo Governo Federal – tenho um percentual muito grande de certeza disso – é no sentido de que ele acabará tendo que indenizar as famílias. Nada mais justo, porque, se as pessoas compraram e pagaram essas terras, nada mais justo que as recebam.

Para concluir, já que o tempo está se esgotando, gostaríamos apenas de pedir aos Parlamentares e autoridades que aqui se encontram que envidem os maiores esforços no sentido de que esse problema seja solucionado amigavelmente.

Se o Governo Federal entende que deve dar terras aos índios, não vemos problema nenhum nisso, apenas que o faça às suas próprias custas, e não às custas dos agricultores, que compraram e pagaram pelas terras.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a intervenção do Dr. Paulo Bortoline, que está representando o Prefeito de Seara.

Quero convidar o Dr. Flávio Coelho, que vai falar em nome do Prefeito de Botê.

O Dr. Flávio Coelho está com a palavra.

O SR. FLÁVIO COELHO – Boa tarde a todos!

Apenas vou fazer uma pequena exploração a respeito de um despacho do Exmº Sr. Juiz de Direito da Vara Federal de Joinville.

No Item 14, ele diz o seguinte: "Não se pode, sob o falso pretexto de proteger a comunidade indígena, admitir que, em evidente exercício arbitrário das próprias razões, os silvícolas invadam áreas que se encontram fora dos limites da reserva, atualmente demarcada, delas expulsando, mediante ameaça, os colonos que ali residem com suas famílias. Há muitos anos que ali retiram o seu sustento, expropriando-se ainda de madeiras e outros bens porventura existentes no local".

Deixo ainda consignado – vejam bem agora – que a manifestação da Funai, juntadas às folhas, conduzem a um exame sumário, um entendimento de que o órgão Federal referido estaria a chancelar a atitude dos indígenas, senão incitando, ao menos compactuando com o seu comportamento abusivo, quando lhe caberia manter a ordem no local orientando os índios, para que permanecessem restritos à área da atual reserva.

Até a conclusão do reestudo, que está em andamento, e a fim de evitar o confronto e a violência – agora vamos a mais uma observação final –, as autoridades administrativas, ou seja, a Funai, seus administradores, que assim o tenham efetivamente procedido, deverão oportunamente responder civil, administrativa e penalmente pelos atos ou omissões que praticaram nesse episódio.

Então, estamos aqui, mais uma vez, reforçando o comportamento também condenado pela Funai. Não estamos vendo a Funai dar assistência nem aos índios, nem ao branco. Penso que ela está, realmente, fugindo muito do seu lado comportamental, que deveria seguir.

Era só o que tinha a falar, porque o restante aqui é muito grande e não vale a pena falar, porque já foi explanado.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço também a palavra do Dr. Flávio Coelho. (Palmas)

Antes de passarmos a ouvir o administrador da Funai e, alternadamente, os agricultores e os indígenas, quero dar oportunidade de falar ao Presidente da Assembléia do Estado de Santa Catarina, já que tem outros compromissos.

Concedo a palavra, então, ao Dr. Wolney Morais Tony, Presidente da Assembléia.

O SR. WOLNEY MORAIS TONY – Boa tarde a todos. Quero saudar especialmente o Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta Comissão Externa do Senado Federal sobre a questão da demarcação de terras indígenas, e estender a saudação também ao Senador João Ribeiro, membro da Comissão, ao Senador Leonel Pavan, do nosso Estado, que acompanha os trabalhos da Comissão neste momento. Quero saudar o Deputado Federal, Secretário de Articulação Política Nacional do Governo do Estado de Santa Catarina, Valdir Colatto, com quem temos tido um relacionamento permanente junto ao Governo Federal nos encarninhamentos de tratativas relacionadas com essa questão. E quero estender a saudação a todas as demais autoridades presentes, prefeitos, vereadores, e também os representantes dos pequenos agricultores e das comunidades indígenas do nosso Estado, que estão aqui participando desta audiência pública.

Quero saudar a vinda desta Comissão do Senado Federal. A nossa Assembléia Legislativa recebe de braços abertos e com muita honra essa distinção de poder sediar a presente audiência pública para ouvir autoridades do Poder Público Federal, do Estado, dos Municípios, bem como das comunidades indígenas e dos pequenos agricultores, sobre essa questão da demarcação de terras indígenas e, conseqüentemente, desse conflito que se estabelece também com os pequenos agricultores.

Ocorre em boa hora a vinda da Comissão, uma vez até que, recentemente, alguns fatos aconteceram. Aliás, isso aconteceu não por falta de advertência ao próprio Governo Federal sobre a gravidade da situação em vários pontos de tensão no Estado. Infelizmente, aconteceu um incidente mais grave que, possivelmente, esteja precipitando também esta audiência pública e a necessidade de tomarmos decisões para encaminhamentos rápidos e definitivos sobre essa questão.

Não temos ainda, da parte da Assembléia Legislativa, uma posição oficial. Embora, como Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, vou manifestar uma posição e presto aqui um depoimento, uma declaração, mais, pelo que tenho acompanhado e pelo que eu penso, porque os debates acerca desse assunto estão se processando internamente também aqui no Plenário desta Casa, por parte dos Deputados estaduais, e não temos ainda uma posição, digamos, oficial. Mas entendemos que a Assembléia Legislativa do nosso Estado precisa se inserir definitivamente no contexto do debate dessa situação para junto com esta Comissão do Senado Federal e com uma comissão, que entendemos mais do que acertada, proposta pelo Governador de Santa Catarina, Luís Henrique da Silveira, já apresentada no ano passado, reiterada em janeiro deste ano por duas oportunidades, e posso dizer reiterada mais uma vez, em fevereiro, ao Ministério da Justiça, da necessidade de uma comissão formada por representantes do

Ministério da Justiça, da Funai, do Cime, agricultores, Câmara Federal, Senado Federal, Deputados estaduais, Assembléia Legislativa, Prefeitos, Vereadores e Governo do Estado de Santa Catarina para o acompanhamento desta questão.

Então, a Assembléia precisa se inserir nesse contexto, e posso declarar aqui, porque esse é o desejo, já manifestado pelos Srs. Deputados nos debates deste Plenário, de participarmos direta e ativamente na busca da solução desses problemas.

O que tem em tramitação na Assembléia Legislativa, nesse momento, é um Projeto de Emenda Constitucional nº03, de 2003, que dá uma nova redação ao art. 148 da Constituição do nosso Estado, e que no art. 5º, §4º propõe: o Estado promoverá o reassentamento e/ou a indenização dos pequenos agricultores que, de boa-fé, estejam ocupando terras irregularmente colonizadas pelo Poder Público estadual, ou que estejam ocupando terras situadas em áreas destinadas aos povos indígenas na forma da lei.

Essa é uma proposta de emenda constitucional que, na verdade, já provém do desarquivamento de uma outra proposta de emenda constitucional, praticamente nos mesmos termos, que tramitou durante toda a legislatura passada e, no final de intensos debates aqui, culminou pelo seu arquivamento.

O Estado, naturalmente, já em algumas oportunidades, quando se coloca essa questão, responde da impossibilidade que tem de arcar, por absoluta falta de condições e de recursos, com uma responsabilidade desse porte, ou seja, de indenização dessas terras que pertencem aos pequenos agricultores, se assim fosse o entendimento final proposto.

Entendo que precisamos, acima de tudo, ampliar essa discussão de forma aberta, transparente e democrática, nos moldes como está sendo feito por esta Comissão do Senado Federal, que representa os Estados brasileiros, que representa as Unidades da Federação, e não poderia estar à margem de estar incluída a Comissão que representa o Senado Federal na busca de uma solução. Ampliando, então, para esta Comissão que, especificamente para Santa Catarina, é proposta pelo Governador do Estado e, me parece, uma decisão recente, de hoje, comunicada pelo Ministério da Justiça, estaria esta comissão já aceita para tratar da situação da Reserva Duque de Caxias. Mas queremos ampliar essa comissão para tratar de todas as demais questões, iguais, no Estado de Santa Catarina.

Participei de várias audiências, acompanhando o Governador do Estado, acompanhando o Secretário de Articulação Nacional, Valdir Colatto, em audiências com o Governo Federal, especialmente no Ministério da Justiça, buscando uma solução negociada para essa questão, com a presença viva também do Governo Federal. E não podemos ficar apenas, única e exclusivamente, nos marcos dos critérios conduzidos pela Funai. Com todo o respeito que temos à Funai, há uma unilateralidade nesse encaminhamento. Precisamos estabelecer alguns critérios, que, na verdade, já estão estabelecidos pelas Constituições que precederam a nossa Constituição atual e mesmo pela nossa Constituição atual, vigente. Há critérios estabelecidos, além de decisões do Supremo Tribunal Federal, nesse sentido, que precisam ser levados em consideração, inclusive na definição de parâmetros, para retrocedermos na história em relação às terras indígenas, à demarcação dessas terras – se vamos remontar a tempos imemoriais ou se há outros prazos já vencidos e definidos que precisam ser levados em consideração. Parece-nos que essa é uma questão central que está vaga, indefinida, da forma como a Funai tem conduzido esse processo.

Então, precisamos abrir a roda, incluindo todos os segmentos. Reconhecemos o direito das comunidades indígenas, como cidadãos que são, brasileiros, e que precisam ter os seus direitos garantidos e respeitados, bem como os direitos também dos pequenos agricultores. Sou a favor do caminho do meio, da conversação, da negociação política também, além dessas definições no campo jurídico. Quer dizer, essa conversação, essa negociação política, com a participação das nossas instituições – o Senado Federal, a Assembléia Legislativa e outras instâncias –, onde os prefeitos, vereadores e a comunidade em geral estejam participando, é fundamental para que possamos encontrar uma solução em breve, uma solução urgente, que faça justiça também, sem cometer nenhum tipo de injustiça para qualquer uma das partes. E as comunidades dos pequenos agricultores e indígenas precisam ser ouvidas e consideradas, pois muitas vezes há outras imposições ou situações criadas podem estar dificultando um entendimento a contento, um entendimento mais imediato dessa situação.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, é isso que gostaria de declarar neste momento em nome da Assembléia Legislativa e dos Srs. Deputados presentes, Deputado Rogério Mendonça, da região do Alto Vale do Itajaí, próximo de uma dessas comunidades da região de Ibirama, da Reserva Duque de Caxias. Vocês têm alguma informação complementar, mas seria esse, digamos, o nosso entendimento, no momento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu agradeço a participação do Presidente da Assembléia. Como não poderia deixar de ser, a Assembléia Legislativa do Estado representa toda população do Estado,

tanto a indígena quanto a não indígena. Eu acho mesmo que a Assembléia pode colaborar muito com esta Comissão do Senado e também com esta Comissão que se forma no âmbito do Executivo.

Eu quero agora chamar, para sua explanação, o representante do Administrador Executivo Regional da Funai, Dr. Glênio da Costa Alvarez.

O SR. GLÊNIO DA COSTA ALVAREZ – Senador Mozarildo Cavalcanti, nobre Senador do Estado de Roraima, pelo qual tenho muito apreço; demais Senadores; Deputados; lideranças indígenas; Srªs e Srs, a nossa Constituição, no capítulo dos índios, foi muito bem elaborada pelos Senadores e Deputados Constituintes. Nós entendemos que eles foram, naquele ano de 1988, muito felizes. Aquele capítulo não existe em outra Constituição no mundo, em outro país, tão bem elaborado como foram o art.231 e o art.232 da nossa Constituição.

A Funai tem o papel de cumprir os arts.231 e 232. Além de cumprir a Constituição, ela também, no seu Regimento Interno, tem o papel de defender os direitos indígenas. Suas ações não são à revelia da lei, mas baseadas na nossa Constituição e no seu Estatuto.

Um dos decretos no qual a Funai se baseia para executar os seus trabalhos é o Decreto nº1.775, que já foi citado aqui por diversas vezes, com alguns equívocos. Primeiramente, é elaborado um laudo antropológico que vem junto com o levantamento fundiário. É publicado o resumo desse laudo antropológico, para que as pessoas que se sintam atingidas possam contestar. Essa contestação vai para o processo e a Funai simplesmente emite um parecer, mas quem julga não é a Funai, como foi colocado aqui hoje pela manhã. Quem julga é o Ministério da Justiça. Então, nós estamos cumprindo plenamente o que preconiza o Decreto nº1.775.

Há a questão também da publicidade. Nós publicamos no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado e afixamos nas prefeituras, para que elas também divulguem para a sua comunidade. Então, não escondemos o nosso trabalho, que pode ser também contestado e até, por uma interpretação do Ministério da Justiça, determinar-se que a Funai faça o trabalho, ou volte a campo, ou aprove o que o Ministro da Justiça aprove.

A Funai não incentiva invasões e, sim, executa seus trabalhos, a fim de reparar a dívida que a nossa sociedade tem com os povos indígenas. E seu trabalho é fiscalizado. Temos o Ministério Público Federal, que está sempre nos fiscalizando. No Ministério Público Estadual também há uma fiscalização nos trabalhos da Funai.

Lamentamos o incidente ocorrido em Abelardo Luz, a morte de mais de 30 indígenas em 2003 e o assassinato, semana passada, de um colega por garimpeiros invasores de terras indígenas. A Funai não incentiva essas ações e sempre está tentando ser uma mediadora entre as comunidades indígenas e a nossa sociedade.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a participação do representante da Funai.

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Sergio Dalbem, representante dos agricultores de Abelardo Luz.

O SR. SÉRGIO DALBEM – Exmº Sr. Mozarildo Cavalcanti, ilustre Senador da República, é com satisfação que saúdo V. Exª pela iniciativa de vir ao nosso Estado, com os demais membros da Comissão Temporária Externa do Senado da República.

Sr. Senador Leonel Pavan, saúdo V. Exª, em meu nome, em nome dos abelardenses e em nome daqueles que estão aqui e que foram vítimas de um cárcere privado, pela sua interferência junto aos órgãos federais, ao Ministério da Justiça, bem como a todos aqueles que tinham poder de decisão para que vidas não fossem ceifadas tão drasticamente. Sr. Senador Leonel Pavan, aceite a nossa saudação.

Sr. Deputado Volnei Morastoni, digníssimo Presidente desta Assembléia Legislativa, receba, também, em nosso nome e em nome dos proprietários de terras de Abelardo Luz e Ipuaçu – que aqui estão – a nossa saudação, pelo seu empenho e pela vontade que tem demonstrado em resolver a questão indígena de Santa Catarina.

Srs. Deputados Estaduais que aqui estão e Sr. Deputado Federal Gervásio Silva, que não se encontra presente neste momento, mas gostaria de deixar registrada a nossa saudação; agricultores de Abelardo Luz e Ipuaçu e demais comunidades, gostaria de fazer uma pequena retificação: falo em nome dos agricultores de Aberlardo Luz e Ipuaçu, os quais, também, represento numa questão indígena que envolvem aquelas pessoas.

Gostaria, também, de fazer uma saudação a todos aqueles que aqui estão, mas, principalmente, aos proprietários da nossa região do oeste, aos proprietários de Abelardo Luz e Ipuaçu, e pedir escusas se, por algum lapso, fomos levados pela emoção porque falo na condição de um sobrevivente que ficou quase 20 horas, em cárcere privado, a não menos de 20 dias.

Lamentamos e sentimos a morte do nosso irmão, Olisses Stefani, pessoa na qual o Prefeito João Maria Marques da Rosa fez os seus comentários. Pessoa ilustre, cidadão honrado e digno trabalhador

que morreu no afã do desígnio de buscar preservar o direito de propriedade, direito secular dos mandamentos constitucionais. Naquele fatídico dia, éramos par – estávamos juntos e fomos feito reféns. Olisses Stefani foi assassinado brutalmente numa via pública do município de Abelardo Luz.

Quero deixar registrado que o Secretário Valdir Colatto tem sido singular na defesa dos interesses do povo de Santa Catarina. A imprensa escrita fez relatos que não correspondem com aquilo que, realmente e efetivamente, aconteceu. Sr. Senador, em Abelardo Luz, não houve confronto. Fomos feito reféns numa via pública, e Olisses Stefani foi assassinado sem nenhuma reação. Fomos feitos reféns – eu e mais cinco –, quando não possuímos nenhuma arma e estávamos voltando de um jantar, numa fazenda, numa propriedade da área reivindicada pelos indígenas. Então, este reparo é para que se faça justiça. A imprensa noticiou um conflito indígena, mas não houve conflito. Fomos pegos de surpresa; o assassinato foi de surpresa. Gostaria de que esse fato ficasse registrado nos Anais desta Casa.

Senador, está ocorrendo um problema em Abelardo Luz, em duas áreas que, como falei no início, eu represento. A questão de Abelardo Luz e do Toldo Imbu remonta ao ano de 1993. A Funai editou uma portaria para que fosse demarcada uma área, mas, em 1998, esta foi revogada. Não sei se chegaram à conclusão de que se tratava de terra indígena. A área que deveria ser demarcada englobava o Município de Abelardo Luz e a cidade, o perímetro urbano. Revogaram aquela portaria e emitiram outra logo em seguida, em julho de 1998. E esta se arrasta até os dias de hoje. O processo está concluso para julgamento no Ministério da Justiça.

Gostaria de relatar um pouco da história para que V. Exªs tivessem conhecimento e também para que ficasse registrado. O Prefeito de Abelardo Luz, Dr. João Marques Rosa, pela manhã, disse que, como todo o oeste catarinense, Abelardo Luz fazia parte do território pertencente à Argentina até 1903. Somente em 1917 a terra passou a ser de Santa Catarina. De 1903 a 1917, até o final da Guerra do Contestado, pertencíamos ao Estado do Paraná. O Governo do Estado, em 1902, editou um decreto, reservando aos índios coroados uma área compreendida entre os dois rios Chapecó, de Abelardo Luz e Bom Jesus, até onde os dois rios fazem barra. Essa área é de aproximadamente 70.000 hectares. Nessa área do Chapecó há uma reserva indígena, no Município de Ipuaçu, com aproximadamente 16.700 hectares. Toldo Imbu está longe dessa área aproximadamente doze quilômetros, porém, está inserida naquele decreto do Governo do Paraná. O que nos causa espanto é que, no próprio decreto do Governo do Paraná, ficava estabelecido que a terra era dada aos índios coroados a mando do Cacique Voicrem, ressalvado o direito de terceiros.

Em todo esse procedimento, que se arrasta desde 1993, juntamos escrituras. Temos uma escritura pública registrada em 1898, portanto, quatro anos antes do Decreto de 1902, que reconhecia o direito de terceiros. A nossa escritura, da Fazenda São Pedro, de 7.200 hectares, é datada de 1898. Até mesmo historiadores que são ferrenhos defensores da causa indígena ressalvam esse direito nos relatórios feitos. No entanto, no nosso procedimento, a Funai rechaçou esse argumento, dizendo que a ressalva não englobava aquela área, por isso, concluíram-se todas as etapas. Nós as impugnamos, mas o processo ainda está na mão do Ministério da Justiça para ser publicado, reconhecido e homologado como área indígena.

No ano passado, com o empenho do ex-Deputado, atual Secretário da Articulação Nacional, Valdir Colatto, e do Governo do Estado, tivemos duas audiências com o Ministro da Justiça. Levamos toda a documentação que hoje passo às mãos de V. Exªs, mostrando que nossas escrituras estão ressalvadas pelo próprio decreto, que não reconhece o direito sobre aquelas áreas aos povos indígenas. No entanto, as respostas que sempre tivemos à nossa proposta de criação de uma comissão eclética restaram, até agora, infrutíferas.

Vejo hoje com bastante louvor a posição, agora há pouco, trazida pelo Presidente da Assembléia, de que o Governo acena com a possibilidade de uma Comissão Mista decidir a questão de Duque de Caxias. Espero que o mesmo valha também para o Município de Abelardo Luz, porque a nossa questão é documental e escritural.

Para não ser repetitivo, não direi novamente todos os argumentos apontados pela manhã pelo Procurador do Estado, Dr. Loreno Weissheimer, que apresentou nossa posição jurídica. Com certeza, nossa posição é a de que a Constituição de 1988 reconheceu que, para a terra ser considerada indígena, é preciso, sim, haver a presença dos indígenas. O voto do Presidente do Supremo Tribunal Federal determina que, quando muito, volte-se a 1969.

O que nos causa espanto, Srs. Senadores, é que temos prova, inclusive fornecida por laudo antropológico, assinado por antropóloga do Rio de Janeiro, na calada da noite, do qual ninguém tomou conhecimento. A antropóloga reconhece em seu relatório, todo por nós impugnado, que os indígenas foram expulsos daquela região em 1940. Mesmo assim, reconhece que a terra é indígena, mas em 1940, enquanto o acórdão

do Supremo Tribunal Federal determina que, quando muito, poder-se-á retroagir a 1969.

Se não bastasse o documento do Governo do Paraná, todos os proprietários presentes são portadores de escrituras quase centenárias, a maioria conseguida pelo Governo do Estado em 1917, e outras, em 1927, na questão de Abelardo Luz. E, mesmo assim, essas escrituras não têm valor.

Srs. Senadores, temos as escrituras públicas há quase 100 anos, pagamos impostos, habitamos as terras e nelas produzimos e, agora, somos taxados pela Funai como invasores. A Funai nos trata como grileiros, embora portadores de escrituras públicas há quase 100 anos.

Vejam o semblante desses agricultores que aqui estão. Duas ou três gerações criadas sobre essas áreas, e hoje somos tratados como invasores.

A questão de Abelardo Luz se cinge a esses fatos; a de Canhadão e Ipuaçu, também na mesma região, é um pouco mais eloqüente. No Município de Abelardo Luz, na área do Canhadão, existem oito proprietários que foram titulados pelo Presidente da República, a quem o Prefeito fazia hoje menção no jornal que passei a V. Exª. Em 1974, o Presidente Ernesto Geisel esteve em Chapecó e intitulou os proprietários, dando mais de três mil títulos para o oeste catarinense, entre os quais, mais de uma dezena de proprietários do Município de Abelardo Luz.

O Sr. Dionildo Antônio Urdigueiro, 80 anos – doente, não pôde comparecer, mas está presente seu filho – recebeu a escritura e o título do Governo Federal em 1974, mas hoje é taxado como invasor e está sendo banido. Pela decisão da Funai e pelo relatório antropológico, é um invasor, grileiro de terra.

No Município de Ipuaçu, ocorre a mesma situação. Em 1971, a Funai autorizou a troca de terra, no entanto aqueles proprietários que lá estão são taxados como grileiros.

Sr. Senador, nossos argumentos e a nossa história, como disse, remontam a dez anos. Fiz questão de contar a V. Exª, para que fique registrado, sem antes dizer da minha indignação como cidadão brasileiro que paga os impostos, como todos os que aqui estão, e espera justiça. Há vinte dias, houve uma morte no Município de Abelardo Luz, um cárcere privado e um seqüestro, e, até hoje, não se conhecem os autores dos fatos. A Polícia Federal não conseguiu mostrar à sociedade a cara de quem praticou esses fatos.

Faço esse registro, para que esta Casa, dentro do dever constitucional que tem, faça as cobranças devidas, a fim de que essas pessoas sejam punidas, evidentemente, por meio do processo legal.

Muito obrigado ao Sr. Senador e aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido a fazer uso da palavra o representante dos indígenas de Abelardo Luz, o cacique Albanir dos Santos.

O SR. ALBANIR DOS SANTOS – Primeiramente, quero saudar as autoridades presentes e dizer que estou representando o cacique, que não pôde estar presente, e que tenho alguns assuntos para apresentar.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Srªs e Srs. Deputados, autoridades presentes, senhoras e senhores, em primeiro lugar, eu gostaria de manifestar, em nome do meu povo, a nossa indignação com tamanha afronta a nós. Por não possuirmos poder político e econômico, somos motivo de piadas e alvo de discursos racistas e discriminatórios de Parlamentares do Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado e da classe dominante deste País.

Nos últimos meses, temos acompanhado, por meio da imprensa, os discursos de alguns Parlamentares contrários aos direitos indígenas. Isso nao nos causa medo, mas revolta, na medida em que abusam do poder que lhes foi concedido pelo voto popular. Causam-nos indignação especialmente três discursos, cujos autores são, no mínimo, racistas, fascistas e intolerantes com a diferença dos primeiros.

O primeiro deles é um velho conhecido do movimento indígena: Mozarildo Cavalcanti, Senador pelo PPS, de Roraima, contrário à homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, que, em seu discurso, em 31 de janeiro de 2004, faz o seguinte questionamento: "Não consigo entender como uma população de 0,2% de índios, que compõem uma população indígena no Brasil com 12% do território nacional demarcado, ainda assim continue pretendendo mais terras".

É simples, senhor. Somos 0,2% da população brasileira, graças à intolerância e ao preconceito de pessoas. Em pleno século XXI, não temos o mínimo poder de subir em uma tribuna do Parlamento brasileiro para alegar os nossos direitos, como o direito à nossa terra. Temos 12% do território nacional, porque foi o que nos restou dos saques cometidos contra os nossos antepassados, que aqui viviam quando chegaram os portugueses e os espanhóis. Essa terra tinha dono, sim. Este País era indígena. Agora, descaradamente, dizem que estamos inviabilizando o País e ameaçando a nossa soberania, enquanto povos diferentes querem 88% de um País que não é deles. Roubam-nos e dizem que são os donos legítimos deste chão encharcado pelo sangue do nosso povo.

O nobre Senador ainda faz mais uma pergunta: "Então, temos que devolver o Brasil todo para os índios?" Deveriam, sim. É assim que agem homens de

boa-fé. E quando não conseguem, procuram pagar pelo erro. Deveríamos exigir do Estado brasileiro uma indenização justa, porque temos sido despojados do nosso bem maior, que são as nossas terras.

Os Srs. Parlamentares deveriam lutar para garantir nosso direito à terra – direito esse perfeitamente compatível com o novo modelo de desenvolvimento para o País, com um modelo que reconheça e respeite as diferenças, formas e conceitos de produção e visões do mundo – em vez de fazer ecoar pelos quatro cantos que os índios são uma ameaça ao desenvolvimento.

Graças aos 12% do território indígena, o Brasil hoje é o maior País megabiodiverso do mundo, ocupa posição estratégica nas negociações internacionais, em fóruns como os da OMC e da UNPI

Portanto, o que vocês chamam de atraso, chamamos de estratégia, porque um modelo de desenvolvimento que não esteja alicerçado na recuperação e no uso sustentável da biodiversidade não pode ser considerado a política ideal para a inclusão dos nossos povos indígenas tradicionais. Há, sim, um modelo impositivo, retrógrado, chamado de desenvolvimento e progresso.

Não entendemos por que tanta indignação do Senador Juvêncio da Fonseca, no seu discurso, no dia 21 de janeiro de 2004, quando dizia que os índios usavam capuz para retomar seus territórios. Deve ser o medo de serem reconhecidos numa curva, em um banco de praça, numa rodoviária, ou em um ponto de ônibus; deve ser o medo de serem queimados, mortos a pontapés, pauladas, de terem os seus olhos furados e pescoços cortados, ou simplesmente de serem mortos com um tiro pelas costas.

É assim que fazem os caçadores de índios, os capangas de fazendeiros e de políticos. Eles nunca agridem pela frente. Todos os nossos grandes líderes, dos quais vinte e quatro foram barbaramente assassinados em 2003, morreram sem ver os rostos dos seus inimigos, porque foram mortos enquanto dormiam, ou enquanto lutavam, sempre pelas costas.

Ao pedir um aparte ao discurso do Senador Juvêncio da Fonseca, o Senador Paulo Paim disse: "Continuar demarcando terras é destruir o País.". Ficamo-nos perguntando se ele é também contra a demarcação de terras para os remanescentes de direitos recém-conquistados por esses povos tradicionais.

Graças à campanha desses Senadores racistas e preconceituosos, se a competência pela homologação dessas terras indígenas passar para o Senado Federal, aí sim estaremos derrotados. Poderemos perder a esperança de viver em nossos territórios demarcados e homologados. Pior do que isso, teremos nossas terras reduzidas e nossos direitos constitucionais deixarão de existir, porque a primeira providência será a de mudar o texto do art. 238 da nossa Carta Magna.

É o que tem movimentado e indignado esses representantes do povo brasileiro: mudar a lei que eles próprios aprovaram. Aliás, não foram eles – os "Mozarildos", os "Juvêncios", os "Osmares", os "Flamarions", os "Paulos", os "Augustos", os "Álvaros", que mudaram a lei. Foram favoráveis aos arts. 231 e 232 da Constituição. Eles jamais teriam feito isso. Teriam feito o que nobres Parlamentares como Benedita da Silva, Ulisses Guimarães, Florestan Fernandes, Roberto Freire e outros brasileiros solidários, humanos e responsáveis fizeram com que se reconhecesse todo o nosso sofrimento – o Genocídio, os saques de nossas terras, de nossas vidas e de nossa cultura.

Esses foram os responsáveis por garantir e assegurar os direitos indígenas e históricos da legislação maior do País. Queríamos ter direito à defesa da mesma tribuna onde eles se revezam para explicar, sem nenhum escrúpulo, o racismo que caracteriza a classe política dominante do País.

O Senador Osmar Dias, do Estado do Paraná, no seu discurso, no dia 28 de janeiro de 2004, reclama a sorte de mil pequenos produtores que estão ameaçados de perderem suas terras para que sete índios do povo (?) sejam apossados nas suas terras tradicionais e classifica os povos indígenas de minorias.

Gostaria de lembrar ao Sr. Senador que, graças ao extermínio promovido pelo Estado, realmente, só existem hoje sete índios. Eles são um povo com cultura, com crenças, com tradições diferentes. Não importa que sejam funcionários públicos, integrados ou não, ainda assim são povos indígenas.

Essa diferença incomoda, faz doer em seus olhos as nossas pinturas vermelhas e pretas. Diferenças essas que tenham a escolher, porque os remete à história de massacre e de perda de milhões de vidas que insistem em esconder, mas que insistimos em gritar, em lembrar, até que o Criador permita. É certo que, numa queda de braço, a luta é muito desigual, porque o Senado tem poder inatingível por nós, cidadãos comuns, enquanto nós, povos indígenas, não temos sequer um Senador, um Deputado e contamos apenas com alguns poucos corajosos aliados no Parlamento, que dizem representar a vontade do nosso povo. Somos sabedores que a Portaria Declaratória da Terra Indígena de Toldo Imbu está há quinze meses na mesa do Ministro e ainda não foi assinada por pressões políticas, especialmente do Governo do Estado de Santa Catarina.

O dia 16 de fevereiro, que resultou no infeliz episódio envolvendo o Presidente do Sindicato dos Empregadores de Agricultura, que, declararam, senhores

e senhoras, que não somos contra direitos de colono, culpamos, sim, o Estado, que titulou ilegalmente as terras indígenas que têm como conseqüência a desgraça de nosso povo. É muito fácil que hoje o Governo do Estado de Santa Catarina culpe os índios por esta situação. O Governo tem que ajudar a buscar uma saída, a negociar benefício ambos os lados e resolva, por um lado, a situação da comunidade indígena, que ocupa somente dez hectares de terras, dos quais seis são pedreiras, provocando fome e doença para o povo. E de outro lado, contribua para solucionar a situação dos colonos. Em Toldo Imbu vivem 150 índios, das quais a maioria são crianças e mulheres que hoje vivem em constante estado de medo, tensão e discriminação racial praticada especialmente pela administração municipal, que, ao excluir o time de futebol da comunidade indígena do campeonato, violou frontalmente o art. 1.º da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, do qual o Brasil foi signatário.

Não nos resta nenhuma outra esperança senão a que nos faz acreditar no Presidente Lula. Esperamos que toda a movimentação que está sendo feita no Senado Federal em torno de uma Proposta de Emenda à Constituição ao art. 231 não encontre apoio na Bancada do Governo no Congresso Nacional. Uma mudança nesse sentido marcaria a História do Brasil como um dos maiores retrocessos contra os direitos dos primeiros e verdadeiros donos desta terra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tolerei que o representante do cacique ultrapassasse em cinco minutos o tempo regulamentar, porque fui citado nominalmente e pareceria que eu estaria cerceando o direito de ele falar até o final. E não vou usar o direito de responder a nenhuma das acusações feitas porque não me cabe, como Presidente, fazê-lo. A manifestação é dele, tem o direito de fazê-lo, ficará registrada na Comissão e, portanto, espero só que os demais representantes, todos eles, tanto dos agricultores quanto dos indígenas, cumpram o prazo que todo mundo vem cumprindo. Estamos tolerando um pouquinho passar, mas, como eu não quis interromper, repito, tolerei que ultrapassasse em cinco minutos.

Quero chamar agora para pronunciar-se o representante dos agricultores de Ibirama, Dr. Paulo Peixe Filho.

O SR. PAULO PEIXE FILHO – Senadores Mozarildo Cavalcanti e Leonel Pavan, Srªs e Srs. Deputados, senhoras e senhores, temos três mil folhas do processo da Funai, se fosse para falar por muito tempo. Pularei algumas coisas, mas sei que muita coisa é importante, e a solicitação do Senado nos toca. Quando o Senado nos pede para trazer soluções, esse é verdadeiramente o interesse da Reserva Indígena de Ibirama e dos índios e não-índios.

Primeiramente, a legislação brasileira é problemática. A Lei nº 6.001, que é o Estatuto do Índio, não foi revisada ainda à luz da Constituição; ela é de 1973. Portanto, como fica o art. 2º do Decreto nº 1.775, aqui citado? Segundo alguns juristas, trata-se de um vazio legal.

O art. 231 da Constituição está sendo interpretado de diversas maneiras, e gostaríamos que ele fosse revisto de uma maneira correta que, evidentemente, beneficiasse ambas as partes, mas que fosse correto na interpretação.

Ainda sobre a legislação, há o Decreto nº 15, de 1926, que determina a Reserva Indígena Duque de Caxias em aproximadamente 20 mil hectares.

Um outro ponto que gostaríamos de tratar seria a questão do laudo antropológico, que foi exaustivamente analisado por pessoas que conhecem a região, por advogados que estiveram no local e pelos políticos que vivem no Município. Esse laudo demonstrou sérios vícios e incorreções e, conforme nossas contestações, foi simplesmente considerado improcedente pela Funai. A Funai não aceita nenhum tipo de argumento. Esse laudo antropológico não contempla as portarias que determinaram o levantamento da área, que são as Portarias nºs 923, de 1997, e 583, de 1998. Elas mandam medir os 20 mil hectares; eles foram ao local e mediram 37 mil.

O número de famílias indígenas não confere, e temos provas sobre isso. Juridicamente, também foi contestado, e aguardamos.

Foi aprovado pelo Presidente da Funai o resumo, sem que fossem feitos os levantamentos chamados LVAs. Foram feitos 72 numa população de quase 500 propriedades. Assim mesmo, o Sr. Presidente da Funai aprovou, e fomos contestar.

Em nenhum momento, vimos num laudo antropológico a necessidade da ampliação da reserva, não da demarcação. Ninguém é contrário à demarcação, podem demarcar os 20 mil hectares e podem perguntar ao povo que está aqui, pois ninguém brigará. Mas a bronca está na ampliação.

Há ainda parcialidade nos levantamentos de dados. Os conflitos que estão ocorrendo na região são pela exploração de madeira, pelos reflorestamentos existentes no entorno. Tudo o que está no entorno onde a Funai diz que deverá ser terra indígena está sendo invadido. Trata-se de terras não só de particulares, como de empresas. As invasões indígenas já ocorreram e continuarão ocorrendo, gerando grandes conflitos.

Foi citada uma morte, infelizmente, em Abelardo Luz, em Vitor Meireles e na região dos quatro Municípios envolvidos. Se, na realidade, pelo número de famílias envolvidas ocorrer algum conflito, esse número pode ser muito maior. Logo, o rio Itajaí-Açu passará a ser chamado de "rio vermelho". Essa é a nossa preocupação.

Da Reserva Duque de Caxias, hoje, são 14.156 hectares, o que dá 63 hectares por família. Sabemos que índio não tem espaço. O Brasil todo seria dele, no entanto, se se aumentar a reserva, vai para 170 hectares aproximadamente. O nosso agricultor está vivendo em 5, 6, 10 hectares; no máximo, em 25 ou 30 hectares.

Se não houver providências legais, com certeza, dentro de uns 15 anos, vai-se tornar impossível a convivência de índios e não-índios no Brasil e na América do Sul, porque sabemos dos vários problemas que estão ocorrendo por aí.

É importantíssimo que se cumpra a Constituição, sem, no entanto, sobrepor-se aos direitos também constitucionais, qual seja, o direito de propriedade.

Argumentamos que os Municípios não foram devidamente notificados pela Funai, no início do levantamento, e não foram obedecidas as portarias. Contestamos que o grupo técnico, pelo estudo antropológico, em nenhum momento provou essa necessidade de aumento. Contestamos também a assinatura do Presidente da Funai, que aprovou esse relatório no dia 11 de novembro de 1999 e definiu a demarcação. E somente em 2001, voltou a Funai ao Município, por causa da nossa contestação, e, então, definiu a área, anteriormente de 37 mil hectares, constando aí 472 famílias, quando colocaram no laudo apenas 45. Como o Presidente da Funai aprovou esse laudo? Certamente, confiou no antropólogo. Nós contestamos. Mandaram verificar e alegaram que havia realmente um número grande, quase 500 famílias. São 2.500 pessoas, dentre elas mil são crianças e estudantes.

Eles consideram a área como indígena porque, supostamente, os índios disseram que no local havia um cemitério. Essa informação foi citada no laudo, mas não as 1.155 tumbas de gente branca, tão branca quanto os índios que estão aqui, lá enterradas.

Se houver a demarcação e a saída desse povo para um assentamento, que será desses cemitérios? Até hoje respeitamos, o povo de Vitor Meireles respeita a reserva indígena, mas, se houver uma demarcação nesses moldes, como eles poderão visitar seus familiares mortos?

Contestamos também porque a identificação da terra passa por uma estrada. E há alegação de que a estrada do lado de lá é do índio, e a do lado de cá não é. Essa estrada foi construída, nos anos 40, 50, na época da colonização, pelos agricultores, porque não tinha nada, como hoje alegam que só tinha índio de um lado da estrada e do outro lado não? Estão inclusive dividindo propriedades ao meio, propriedades são cruzadas pela estrada. Parte dela tem índio, a outra não.

Discordamos das entrevistas feitas com os antropólogos, pois foram conduzidas e obtidas de pessoas não idôneas, que hoje, inclusive, estão mortas, faleceram por problemas de cabeça, de alcoolismo. Como esse laudo antropológico vai utilizar informações dessas pessoas? E, assim mesmo, só de uma meia dúzia?

Sr. Senador, Presidente desta Comissão, são aproximadamente 500 famílias, 2.700 nesta área, e 2.500 famílias no Estado estão com esse problema. Esses números representam muitos. Só nesses quatro Municípios, são R$10 milhões ao ano de movimento econômico. Resultando em R$1.700 mil em imposto; R$250 mil de Funrural. Se tirarmos essas pessoas dali, elas vão trabalhar em outro lugar ou ficarão embaixo da ponte até achar.

Com certeza o povo indígena não vai produzir isso aqui. Hoje eles não produzem. Se eles têm 14 mil hectares, por que aumentar a reserva? São 220 famílias.

Santa Catarina é um Estado formado de pequenas propriedades. Ouvi o seu discurso, há pouco tempo, narrando sobre a área indígena no Norte. É realmente assustador o número de hectares que estão querendo demarcar. Os nossos agricultores comentam que naquela região há muita terra, mas eles não conhecem bem a realidade. No nosso Estado, Sr. Senador, cada palmo de terra foi obtido com suor, e o alimento que hoje serve para o Programa Fome Zero está sendo produzido aqui. São esses agricultores que produzem esse sustento.

Sabemos que de cada dez agricultores no Brasil sete são da pequena escala. Nesta região, há agricultores familiares. E o que pedimos? Com o apoio de V. Exª, queremos que índios e brancos resolvam essa situação. Hoje recebemos a boa notícia de que o Ministro está aberto a novas negociações, mas, evidentemente, o processo está lá.

Espero que os documentos, que agora passo às mãos de V. Exª, sirvam para que recebamos apoio.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Chamo, agora, para prestar seus esclarecimentos, o Cacique Brasílio Pripá, representante dos indígenas de Ibirama. Parece-me que o cacique não está. Ape-

nas o cacique poderá falar ou alguém autorizado a representá-lo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao representante dos agricultores de Toldo Pinhal, Dr. Wilson de Sousa.

Esclareço que, se o cacique chegar até o final da audiência, a palavra lhe será concedida, pois não estou tolhendo sua participação.

O SR. WILSON DE SOUSA – Boa-tarde aos Senadores.

Primeiramente, agradeço ao Senador Leonel Pavan, que apresentou um requerimento para que a Comissão estivesse em Santa Catarina no dia de hoje.

Há duas razões – uma triste e outra alegre – para eu estar aqui hoje. Alegro-me por estarmos recebendo esta Comissão. Espero que, a partir de hoje, possamos ouvir respostas de alguém, porque até agora não as ouvimos. E fico triste, porque, embora haja tantos problemas sociais para resolver no Brasil, um País pobre, de miseráveis, com índios, brancos, negros, gastamos milhões na indústria da criação das áreas indígenas. É uma vergonha a indústria da criação das áreas indígenas. Basta ler a Constituição. Já disse, em outra audiência pública realizada no Estado, que quem foi à aula um dia não admitiria, em um Estado Democrático de Direito, que uma Constituição, num momento histórico, estabelecesse: "É possível retroagir no tempo. Ao encontrar algum índio que viveu na área, deve-se entregar a terra aos indígenas". Que Estado Democrático de Direito seria esse que viria, dez, cem ou duzentos anos depois para determinar: "Essa propriedade que você tem não vale nada. Estamos tirando essa propriedade de você".

Fizemos a nossa defesa e encontramos fundamentação jurídica de que esse é um estado de exceção e não um Estado de Direito Democrático. Estado de Direito Democrático defende interesse de todos e não de meia dúzia.

Solicitamos, no nosso requerimento, que fosse aberto um inquérito civil público para apurar a responsabilidade daqueles que, com dinheiro público, têm estimulado morte, destruição e gasto de dinheiro público desnecessário. Se eles soubessem ler a Constituição, certamente não encontrariam o que estão dizendo. A Constituição é clara, e não é preciso modificar absolutamente nada. A Constituição estabelece que são terras dos índios aquelas que eles tradicionalmente ocupam. Quem foi à aula um dia sabe o que significa "ocupam". É verbo presente e não passado. E quem está defendendo esse ponto deve ser processado e responsabilizado. E não estou dizendo isso sozinho. Bastar saber o que disseram os Ministros Nelson Jobim, Maurício Corrêa e Marco Aurélio em seus votos. O Senador Leonel Pavan e todos nós conhecemos a opinião dos Ministros e provavelmente aqueles que defendem os índios também a conhecem, mas fazem de conta que não enxergam. Enxergam o que querem. O que os Ministros dizem? Dizem que não é permitido, não é possível, no ordenamento jurídico, retroagir o tempo a fim de levar em consideração o fato de, em algum momento histórico, índios terem vivido ali.

E o conceito é a tal da posse imemorial. Que tem a ver a posse imemorial com o jurídico? A posse imemorial não tem nada a ver com o jurídico. A posse imemorial é um conceito antropológico utilizado pelos antropólogos que tentaram incluir na Constituição de 1988 dispositivo para fazer o que estão fazendo hoje. E o Ministro Nelson Jobim diz em seu voto que o falecido Senador Severo Gomes foi um dos grandes batalhadores para que este conceito imemorial não constasse do texto constitucional. E efetivamente não constou. O Ministro diz ainda no final do voto: "Se fosse assim, teríamos que entregar o Estado do Rio de Janeiro inteiro aos índios". É flagrante, é inquestionável! Não entendo como é possível até agora não terem sido processadas e responsabilizadas todas essas pessoas que se têm utilizado do cargo público que exercem, do dinheiro público que recebem para fazer de conta que estão defendendo indígenas.

Não estamos contra indígenas. Estamos a favor do direito primeiro que é o Estado Democrático de Direito, o direito de propriedade, que, no nosso caso, de Arvoredo, Seara e Paiol, títulos de cem anos outorgados pelo Estado de Santa Catarina. Alemães e italianos receberam propaganda lá no exterior, na Alemanha, na Itália, das terras que Santa Catarina estava disponibilizando para culturas. Vieram para cá, plantaram, cultivaram durante 100 anos. Valorizaram o nosso território; construíram um modelo para o mundo, um modelo da economia familiar, de pequenos agricultores em propriedades com 10 hectares ou 12 hectares. E hoje vem alguém da Funai com um laudo antropológico que é de chorar, para não dizer outra coisa. Só vou ler dois pequenos trechos do laudo que demonstram quanta credibilidade ele tem. O antropólogo diz:

A decisão final sobre o que é terra indígena tradicional cabe aos indígenas e a decisão sobre qual a estratégia para reivindicar também cabe aos indígenas, cabendo à Funai empregar o trabalho do antropólogo para consubstanciar tal reivindicação.

(...) O direito do grupo Caigangue do Pinal à posse da terra é incontestável antropológica e juridicamente.

Quem é o antropólogo para dizer o que é jurídico? Esse antropólogo, para se ter uma idéia, é contratado por um organismo internacional, a Unesco. Que país é este em que um organismo internacional diz o que

é terra indígena? E, no nosso caso, o antropólogo diz que, em 1930, os agricultores estavam aí, pois não havia índios. Mas, mesmo assim, diz que os requisitos estão preenchidos e que a terra é dos índios. Não é preciso fazer esforço psicológico nenhum, nem de conhecimento jurídico para saber o quanto é ridículo o que se está fazendo neste País: morte e destruição.

Reitero que requeri a abertura de inquérito civil público para que todos aqueles que recebem dinheiro público para fazer essa indústria sejam processados e responsabilizados. Inclusive a área pequena já criada lá tem que voltar ao estado anterior porque não houve índios no local. Se for esse o critério, também nasci lá. Minha família é Sousa. Sou índio também. Só que uns se esforçaram, estudaram, correram atrás. Muitas famílias que hoje estão perdendo as terras são as mesmas famílias que querem tomar as terras. Uns têm os ônus dos avanços da civilização; outros só querem ter os bônus. Está na hora de acabar com a hipocrisia nostálgica que atinge uma série de pessoas que pensam que uns devem voltar para o tronco e ter um cacique, mas querem ter celular, antena parabólica, carro na garagem. Só os ônus. Muito obrigado.

Entrego a V. Exª a nossa defesa juntamente com o laudo antropológico feito por uma doutora no assunto, contestando tudo o que foi dito. E, mais uma vez, vou dizer que o Presidente da nossa Comissão esteve lá em Brasília, na Funai, e disse que não se espera muita coisa de nós. E, à audiência aqui em novembro próximo passado esteve presente um representante do Ministério da Justiça. E, embora eu aguardasse, como todos nós, que ele dissesse que iria apreciar o caso à luz dos preceitos legais, leu o relatório do encontro de índios com brancos aqui na região de Blumenau e ainda veio dizer que o nome de Cunha Porã é indígena e que, portanto, era muita audácia daquele povo querer contestar essa situação. Esperamos que o Ministério da Justiça faça sua obrigação e nada mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido agora para fazer uso da palavra o representante dos indígenas de Toldo Pinhal, Cacique Lauri Alves.

O SR. LAURI ALVES – Primeiramente, quero cumprimentar todos que estão compondo a Mesa pela organização do evento, os Senadores, os Deputados Estaduais, a organização dos colonos, os agricultores, os vereadores, os indígenas de toda a região que se faz presente na audiência pública, o Ministério Público, enfim, todos aqueles que se dirigiram até esse local para expor suas visões diante dos fatos que vêm acontecendo quando se trata de terras indígenas.

Desde 02 de janeiro de 1998, sou cacique em Toldo Pinhal. Houve um grande sacrifício de nossa gente, devido à discriminação que enfrentou no decorrer de quinhentos anos. Isso deixou a maior marca em nossa região. Nosso velho índio foi tratado como bugre até o último dia de vida dele em nossas terras. Esta é a maior ofensa para o nosso povo: ser chamado de bugre.

Por outro lado, houve carta de despejo. Tivemos coragem, tivemos fé, para defender nosso direito. Sabendo que as terras eram do nosso povo, ficamos em cima delas sem dúvida alguma e sem nenhum medo de morrer pelo restinho que sobra. Se em todo o Brasil existem 2% de terras devolutas a todas as populações indígenas, no Estado de Santa Catarina existe 0,78%, e ninguém faz nada para resolver o problema nem dos colonos, nem dos índios.

Simplesmente há discurso bonito e nada se faz para esse tipo de gente. Quando o índio não trabalha é porque é vadio. Quando tem carro e celular, onde é que adquiriu um pouquinho de direito? O que é que tem de ser? Tem que ser morto porque trabalhou e conseguiu comprar alguma coisa? É difícil entender o povo, muito difícil.

Então, a gente espera que haja um momento de consenso diante das violências que vêm cometendo tanto contra a população indígena quanto contra os colonos também, para que se resolvam pacificamente todas as questões referentes às populações indígenas e aos colonos do Estado de Santa Catarina.

Quero aqui deixar registrada – não tenho nada em mão e não uso papel para fazer discurso; trabalho moralmente a minha cabeça –, uma contestação a uma suposta antropóloga contratada pela Comissão de Colonos, que aqui não está, que representam mais de cento e cinqüenta famílias que seriam da linha Pinhal, que são abandonados por parte do Município e nem estrada têm para sair das casas.

Essa antropóloga disse: "Índios do Toldo Pinhal...". Essa parte nem quero comentar, porque ninguém precisa nos reconhecer como tal, nunca reconheceram, mas nós sabendo o que somos e está bom. Por outro lado, ela nos acusa, dizendo que derrubamos a mata para vender a madeira. Eu quero que, por intermédio das Procuradorias, alguém vá lá e tome conhecimento do tipo que pegamos, 880.3 hectares na época, e veja como está hoje. Nós pegamos para preservar mesmo porque somos os donos e não temos de agredir a nossa natureza.

E, se encontrarem uma árvore nativa da nossa região derrubada, eu quero pagar por isso. Agora, se não existir nada, essa pessoa, sim, eu quero que seja processada duramente pelas leis que existem dentro

do nosso País porque não queremos pagar por uma coisa que não fizemos.

Por outro lado, já falei antes, o Dr. Wilson de Sousa, que é advogado dos colonos, também tem que responder por isso. Quando não se tem nada,é vadio; quando se tem carro e celular, que hoje é uma ferramenta de trabalho, o que se tem de fazer? O senhor tem que responder isso.

Estamos reivindicando, diante da nossa população existente nos locais tradicionais da nossa terra – a nossa terra é de uso tradicional do nosso povo – estamos reivindicando um pouco mais de três mil hectares e esperamos que esse prazo de contestação – o relatório está na Funai –, com as contestações dos colonos, que está vencendo agora, nos próximos dias, que a Justiça siga rigorosamente os prazos dados. A Justiça faz a lei e ela mesma não obedece a essas leis. Por isso que acontece violência, desânimo, uma série de coisas que não precisariam existir no meio da população indígena com os colonos. Posso dizer que, na nossa região, com os colonos que têm interesse direto na terra estamos de mãos dadas, com todas as 306 famílias, sem dúvida alguma. Estamos de mãos dadas com todos os colonos, trabalhando cada um na sua parte, e de outro lado nós temos o maior cuidado para não nos ofendermos. Esperamos que a Justiça tome providências para o nosso relatório e que essa terra seja demarcada, não em breve possível, o mais rápido possível, dentro dos prazos legais da lei.

Queria falar também aqui, porque não sei se vai ter um espaço na Mesa, por um meu parente, enfim, por um par de pessoas. Mas eu quero agora dirigir a palavra à comunidade do Condá, que seria a terra de uso tradicional de Chapecó. Estão criando uma reserva, que está aí escorregando há mais de cinco anos. Os índios estão lá, pagaram uma parte. Existe uma empresa, a Aneel, que tem que pagar essa terra e que não paga a parte dela, não pagou nada até hoje, e os índios estão lá, abaixo de... Esperam, muitas vezes com anseios, não sabem o que fazer. É isso que as leis brasileiras querem para a população do país deles? Será que é isso que tem que acontecer para o povo? Sem ter o que fazer em cima do processo já resolvido? Então, temos que tomar conhecimento para poder resolver de caso a caso.

A região aqui do Estado de Santa Catarina é bem diferente do que foi comentado de manhã, através do depoimento de um índio, individual, que talvez, por não saber viver lá dentro da tribo, é expulso, porque o índio, quando não vive bem dentro da tribo, ele tem o direito de ir para onde ele quer. Mas se ele não quiser sair, a comunidade transfere para uma outra determinada área.

A questão dos índios do Araçaí, que é a mais polêmica que eu considero, no oeste do Estado de Santa Catarina, onde os índios têm os maiores vestígios das terras como uso tradicional, diante dos nomes de rios e cidades na região. Estão vivendo, no momento, por ajuda de uma outra etnia indígena, que é a etnia Kaingangue do xinbangue, que está abrigando os índios Guaranis de Araçaí. Então, a terra dos Guaranis de Araçaí é a maior que tem, diante das outras também, que tem vestígio de uso tradicional, mesmo não existindo índio lá dentro. Os primeiros donos dessas terras foram índios, sem dúvida nenhuma. Mas temos o mínimo dos mínimos de direito para lutar, e não somos capazes, diante das leis, de ter um pouquinho de qualidade de vida para oferecer, muitas vezes, para a família.

Isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido agora o representante dos agricultores de Cunha Porã, Dr. Arno Schwendler.

O SR. ARNO SCHWENDLER – Sr. Presidente da Comissão, Senadores, Deputados Federais, Presidente da Assembléia Legislativa, quero cumprimentar a todos os presentes. Em primeiro lugar, quero contestar o que acabou de dizer o cacique aqui. Até o nome foi inventado. Porque nunca se chamou Araçaí. Só disse que os índios voltaram, e vou dizer por quê: voltaram para fazer um pequeno armistício em terra indígena e colocaram um "i", convertendo o nome Araçá em Araçaí.

Sr. Presidente, gostaria de pedir, depois de mim, um pequeno espaço para o nosso Prefeito, que está nos acompanhando. Haverá um espaço extra ou tenho que encurtar? Vou procurar encurtar um pouco.

Jamais escutei que uma pessoa de 70 ou 80 anos fosse anular a sua certidão de nascimento e depois mudar de pai ou de mãe. E é o que está acontecendo. O Estado passou as nossas escrituras para as companhias em 1921 e 1923. O Deputado Gervásio já lhe entregou essas cópias hoje pela manhã.

Como poderá, depois de oitenta e poucos anos, tornar-se inválida uma escritura pública registrada, de fé pública? Se foi registrada, é porque o cartorário teve um documento: terra cedida pela União. Então, é lógico que o documento é legal. Quero me reportar que temos ainda pessoas que vieram em 1931 e que ainda residem em Saudades. Foi feito um histórico de Saudades. Quando chegaram os primeiros agricultores do Rio Grande do Sul, havia gente morando nesta terra: caboclos, nada de índios.

Sr. Presidente, conheço Saudades e Cunha Porã desde 1957. Tenho dois mandatos de vereador e três de prefeito. Conheço toda a região e, desde 1957, nun-

ca um pioneiro do Município comentou que encontrou vestígio de índio. E a mesma coisa disse o Deputado Orlando Fantazini, que, há dois ou três meses, veio numa Comissão de Direitos Humanos, trazendo covardemente dois ônibus lotados de indígenas, para provocar os nossos agricultores, dizendo ou inventando na hora o local de um cemitério, e nunca alguém soube da existência de um cemitério. No seu depoimento, que temos gravado, o Presidente do Fórum Parlamentar, o Deputado João Pizzolatti, tem a cópia desse documento, onde ele diz que percorreu a região e não encontrou o mínimo vestígio de passagem de índios naquela região.

No entanto, aqui vem se dizer que, só por causa dos nomes, como já foi explicado pela manhã, o agrimensor Carlos Comas começou a sua tarefa de medição de terras na Argentina e devido a um seu amigo, padre, que tinha escolhido certos nomes como Cunha Porã para nomear um município lá da Argentina, e como não deram certo as conversas entre eles, veio para cá. Quando mediu Cunha Porã se lembrou do seu amigo e deu esse o nome de Cunha Porã para o nosso Município. Então, não tem nada a ver com a existência de indígenas na região.

Fala-se tanto em reforma agrária. Quero dizer que a nossa região é um modelo de reforma agrária para o mundo, porque 99% das nossas propriedades são de 10 a 13 hectares, de onde as famílias tiram o seu sustento. Por que outros precisam de 200, 300 hectares para sobreviverem?

Se a nossa área inicial fosse realmente considerada, o que não acreditamos, ainda esperamos a justiça dos homens, a produção é de 13 milhões/ano, atingindo a dois mil setecentos e poucos hectares, onde existem 511 famílias, mais precisamente, e essa área é considerada por especialistas como de maior produção de proteína animal por unidade no mundo. Será que o Governo vai querer tirar dos agricultores essa riqueza que temos para talvez nada produzir porque existiu má-fé ou instigação por parte do Cimi e provavelmente também da Funai? Porque existirá uma história de que na região havia nascido um índio, mas aqui trago a prova, uma declaração pública, registrada em cartório de Cunha Porã, em que esse senhor não aceita ser chamado de índio. A família dele já veio com quatro filhos do Paraguai, vieram a Santa Catarina por causa da guerra dos Maragatos, no Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina nasceu o quinto filho que, depois de crescido, ajudou essa companhia a demarcar terras em outros municípios, como Maravilha, Bom Jesus do Oeste, que o Senador conhece. Em troca desse trabalho ele ganhou duas colônias de terra, que depois negociou por um cavalo com seu vizinho. Ele confessa, temos gravação desse depoimento dele, que foi procurado por diversas vezes para dizer que ele nasceu lá e que era dono daquela terra e que sempre teriam existido índios lá. Essa é a história de como se inventa área indígena onde não existe.

Eu gostaria de que V. Exª ainda concedesse a palavra para o Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Como V. Exª usou dez minutos para a sua fala e para não abrir exceção, uma vez que está aqui o Presidente do Conselho Indígena de Santa Catarina, que deseja falar, e não querendo ser parcial com ninguém, se houver tempo ouvirei o Prefeito e também o Presidente do Conselho.

Quero, seguindo o roteiro, convidar o representante dos indígenas de Cunha Porã, o Cacique Alcindo Barbosa.

O SR. ALCINDO BARBOSA – Agradeço ao Presidente da Comissão, aos colonos agricultores e aos irmãos índios.

Estão falando do Araçaí, de Cunha Porá, o que significa? Cunha Porã eles dizem que veio da Argentina, mas não é. Cunha Porã, cunha significa moça, porã, bonita, então se diz moça bonita. Esse nome fomos nós índios que colocamos na cidade de Cunha Porã. E todas as divisas têm nomes indígenas, Araçaí, eles não disseram o que significa. Araçaí é uma fruta que se chama capote, Itapé tem todos os pontos indígenas.

Agora, digo a vocês, como o prefeito, de manhã, de Cunha Porã estava falando, que não quis assistir a fala do índio, acho que é mentira, porque antes de existir, aqui somos brasileiros, aqui somos índios, nós habitamos primeiro, acho que ele mentiu, e quem é dono do Brasil se fosse considerar, somos nós índios.

Quero dizer que o processo está na Funai para sair. Acabaremos com os conflitos apenas se o processo andar imediatamente, o mais rápido possível. Isso pode diminuir o conflito, porque o processo está na Funai desde o ano 2000 e ainda não está publicado. Queremos que esse relatório seja aprovado imediatamente, porque é nossa terra. Não há outro tipo de negociação, porque é nossa terra, temos provas. Ainda há parentes meus morando ainda naquela região. Não posso citar o nome, mas há pessoas ainda lá, que foram expulsas daquela área, tiveram suas casas queimadas. Até mataram muitos guaranis naquele lugar.

Então, quero dizer, para acabar com o conflito, que prossiga o processo de demarcação de terras, que é nosso direito, o mais rápido possível.

Quero dar tempo ao Pedro para que ele tenha a palavra. Não vou usar todo o tempo que tenho para falar. Vou deixar que ele prossiga.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Você usou cinco minutos. Como fizemos de manhã com a Procuradora, concederei cinco minutos ao Pedro para que complemente o tempo.

O SR. PEDRO BARBOSA – Quero cumprimentar todos os Senadores presentes e todos os meus parentes, também.

Quero dizer que me revolta quando mentem que nunca existiram índios guaranis naquela região. Se vocês forem lá, hoje, encontrarão muitos parentes meus, primos e tios, morando por favor de outros colonos. Eles não podem abrir a boca para dizer que esses guaranis são dessa área. Os próprios moradores ameaçam aqueles meus parentes que estão sendo acolhidos, para que não digam que eram daquela área. Por isso eles falaram. Aqueles índios que estão lá deram essa entrevista dizendo que não são índios porque, se disserem que são índios, serão expulsos novamente de lá. Assim, muitas vezes, obrigam-se a dizer que não são índios. Mas há muitos de nós lá.

O meu pai, que tem quase 100 anos, nasceu lá. O meu sogro, que tem quase 90 anos, também nasceu. Há mais de 50 pessoas adultas naturais daquela região de que estamos falando hoje. Não estamos mentindo. Temos como provar.

Por que hoje dizem que não existe índio naquele lugar? O meu pai conhece o local desde o começo da cidade de Cunha Porã, das primeiras casas, da primeira igreja que se implantou. Hoje, se lhes perguntam, não falam nada, por causa disso. Estão sendo ameaçados e não podem falar mais nada a respeito disso.

A primeira igreja cristã do Brasil estava lá. Meu pai conta tudo isso. Não estamos mentindo, não estamos fazendo uma política, porque não sabemos o que é isso. Muitas vezes somos pressionados, discriminados. Por que vêm dizer que nunca existiu índio lá, se não faz 40 anos que o índio saiu de lá porque queimaram a sua casa para poder exterminá-lo? Mas algum ainda ficou ao redor daquele pedaço. Só não consegue entrar lá por causa disso. Muitos já morreram, muitos já perderam a vida, aleijados, de trabalhar lá, para receber pelo que trabalhou. Pancadas de máquinas manuais, de plantar, vai receber. Tem uma senhora que foi para lá há poucos dias, que está junto conosco para visitar as suas tias, as suas irmãs, os seus tios, os seus irmãos; estão todos lá. Só que hoje, se vão lá para conversar com eles, eles dizem que não são índios, por quê? Por causa da pressão em cima deles.

É claro que agora não vai se encontrar nada, não vai dizer que tem índio. Mas eu não estou falando porque eu sou índio, porque sou criado ali. Mas o meu pai, o meu bisavô, o meu avô são todos dali, naturais dali.

Hoje todos estão brigando por seu direito, que é de todos. Os colonos têm direito e nós também temos direito. Estamos respeitando os direitos. Eles estão buscando os direitos deles. Nós também estamos buscando os nossos direitos. Queremos que eles também entendam.

Eu estava contando histórias do passado. Sou a descendência dos meus avós, dos meus bisavós e tenho meu pai vivo, que é de lá. Estou falando porque tenho certeza disso. Não estou contando histórias de quem morreu no ano passado. Estou falando porque sou descendência deles, se eles não estivessem vivos, alguém ia falar por mim também.

Não sei se está encerrando o meu tempo, mas penso que todos têm que entender. É uma discriminação para nós, o povo Guarani, dizer que nunca existiu. Se percorrer aquela região, vai achar. Nós conhecemos; são nossos parentes. Tem um velhinho lá que quase não consegue aumentar a casa de um colono, que já foi duas vezes conversar com aquele senhor. Na próxima vez que fui ele disse que não podia falar mais nada porque estavam ameaçando, mas ele conta certinho. Ele morava na divisa da área. Ele morou, ele sabe onde é a divisa.

Nós nunca emprestamos nome indígena para alguém fazer um mapa. Nós nunca emprestamos. Existem aqueles nomes porque nós batizamos, nós éramos donos daquilo lá. Todas as divisas de áreas indígenas que estão lá até hoje. Existe o mapa com o nome de todos os indígenas, porque foi meu pai quem falou, meu pai quem disse e esperamos que a justiça também tome providências, porque temos absoluta certeza de que é nosso. Dizer que nunca existiu índio lá é mentira, porque até hoje existe.

Creio que encerrou. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu agradeço. Estão me informado aqui que o cacique Brasílio Priprá. Se esta presente o cacique, pode então falar.

O SR. BRASÍLIO PRIPRÁ – Representante do povo Xokleng e gostaria de comentar sobre a área Lakanon, a qual se discute hoje a redemarcação. Não sei quantos minutos eu tenho....dez minutos?

Em 22 de setembro de 1914, foi pacificada essa comunidade indígena no Vale do Itajaí, na barra do rio Platê (?). Essa comunidade tinha sempre uma área em torno de 37.000 a 40.000 hectares, onde se coletava todo e qualquer tipo de frutas e animais, já que eles viviam da caça. Em trono de 1915, começou a diminuir essa área. Em 1926, tiraram mais uma parte da comunidade indígena. Como se não bastasse estar diminuindo essa área, foi morto Brasílio Pripá, quando defendia essas terras, no dia 24 de agosto

de 1954, quando foram vendidas essas terras pelo Estado de Santa Catarina aos colonos. Não temos nada contra os colonos. São amigos, companheiros, pessoas trabalhadoras, de boa-fé. Os Srs. Deputados, Senadores e autoridades são conhecedores dos nossos direitos. Sempre procuramos a justiça na paz e na amizade.

Como se não bastasse, na década de 70, construíram uma barragem de contenção de cheia, de proteção da sociedade de baixo, da sociedade branca. É protegida por essa barragem, que está dentro da reserva indígena. Comporta 360 milhões m3. Defende 1 milhão de pessoas, para baixo, empresas e comunidades. Há 24 anos não recebem a indenização por essa barragem. Em 1997, a pedido de todas as lideranças indígenas, de todos os caciques, foi solicitado um levantamento antropológico. Foi uma iniciativa da comunicada indígena. É tão recente essa retirada de terra do povo Kloklen que todos sabem, todos conhecem.

Houve um novo estudo que foi reconhecido pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. No dia 13 de agosto, S. Exª assinou a portaria declaratória com 37,108 mil hectares para os Kloklenes.

Queremos o que é nosso. Brigaremos dentro da lei. Respeitamos todos, inclusive aos colonos, pois também foram enganados quando compraram suas terras. Mas acredito na Justiça brasileira; acredito que os seus direitos serão reconhecidos, assim como os do povo Kloklene.

Eu gostaria de lembrar mais uma coisa: a terra, para o povo indígena, é uma mãe. Todos nós temos uma mãe e por nada a trocamos. Nós a respeitamos; acima dela, só Deus. A terra, para o povo indígena, é tratada dessa forma. Não se negocia, não se troca. Os ancestrais que lá estão devem ser respeitados. Talvez as comunidades brancas não valorizem, mas as comunidades indígenas têm orgulho e toda tarde choram por seu povo enterrado.

Eu gostaria, Srs. Senadores, Srs. Deputados, que observassem os nossos direitos. V. Exªs conhecem as leis, são V. Exªs que as fazem. Tudo o que estamos pedindo está dentro da lei e foi reconhecido pelo Ministro. Vamos brigar; brigamos, sim, mas na Justiça. Todos devem nos respeitar, como fazemos.

Quero agradecer a todos. Agradeço a esta Casa e às autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero também agradecer ao cacique. Mesmo chegando atrasado, veio em tempo de ser ouvido e de prestar o seu depoimento à Comissão.

Quero esclarecer que o nosso trabalho foi, com muita antecedência, estabelecido. Inclusive, fizemos contato com a Funai e, por meio desta, com as lideranças indígenas. Também fizemos contato com os agricultores, com o Governo do Estado, com a Procuradoria-Geral da República e com a Polícia Federal. Tivemos o cuidado de ouvir todos os interessados, todos os responsáveis pelas duas partes. Traçamos um cronograma, ouvimos todas as pessoas que estavam relacionadas. Alguns delas, inclusive, dividiram o seu tempo. Foi o caso da Procuradora, pela manhã. À tarde, o cacique dividiu o seu tempo com outro índio. Na verdade, atendemos todas as pessoas que estavam inscritas.

Temos inúmeros pedidos de outras pessoas para falar. O prefeito, representantes de organizações não-governamentais, deputados estaduais, etc. Realmente, como é a norma, vamos cumprir estritamente o que está programado.

Antes de encerrar, já que ouvimos todos, vou conceder a palavra aos dois Senadores que fazem parte da Comissão e vamos encerrar os nossos trabalhos, cumprindo com o combinado.

(Manifestação nas galerias).

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não foi discriminado, não, senhor! Pedimos à Funai que relacionasse todas as lideranças indígenas e a Funai assim o fez com as que desejavam ser ouvidas. V. Sª pediu aqui a inscrição, mas digo que, assim como não concedo a palavra a V. Sª, não a concedo também à professora da Universidade Federal de Santa Catarina, ao prefeito e a vários deputados. Então, não há discriminação contra ninguém.

O SR. JOÃO RIBEIRO – Meu caro Presidente desta Subcomissão, Senador Mozarildo, meu caro Senador Leonel Pavan, meu caro Deputado Volnei, membros da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, meu caro Deputado Gervásio, grande representante desse Estado no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, meu caro sempre Deputado Valdir Colatto, meu ex-colega da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Gervásio, gostaria de dar o testemunho do trabalho de vocês em Brasília, sobretudo do que V. Exªs têm feito em defesa do povo de Santa Catarina e do Brasil. O Deputado Valdir Colatto, hoje, representa o Governo de Santa Catarina, que gentilmente nos recebe.

Gostaria de cumprimentar os agricultores, os povos indígenas, todos os representantes das instituições aqui presentes.

Meu caro Senador Mozarildo, gostaria de não fazer a defesa de V. Exª, mas apenas procurar ser justo, colocando as coisas nos devidos lugares. O Senador Mozarildo propôs a criação desta Comissão para ouvir as partes interessadas. Então, não é bom que alguém venha aqui já fazer juízo e atacar o Senador Mozaril-

do ou outros Senadores, porque isso não contribui. Gostaria até de dar este conselho àqueles que estão orientando os povos indígenas, porque o estão fazendo de forma errônea. Não é desse modo. Não é atacando os Senadores, o Senado Federal, que está cumprindo com o seu papel, com o seu dever, da mais alta Corte Legislativa deste País, da mais alta Casa Legislativa do nosso País, de procurar dar a sua contribuição.

Senador Mozarildo, lamentavelmente, não pude participar das outras reuniões, porque julgo muito importante, uma das Comissões mais importantes, Senador Leonel Pavan, que já foi criada no Senado Federal. A situação é grave, é difícil, até porque o Senado tem, sim, que chamar para si essa responsabilidade, como aqui foi colocado por algumas pessoas, e procurar contribuir para que o Governo possa tomar uma posição clara e transparente sobre esse tema, que é muito importante para o País.

Por um lado, há os povos indígenas, cujos direitos temos que preservar, mas não podemos também, de forma alguma, Senador Pavan, deixar desabrigados os nossos agricultores, que são quem têm contribuído fortemente para a economia deste País. Aliás, o único setor que está dando certo no Brasil é realmente a agricultura, é o homem do campo, que vem trabalhando e produzindo.

Portanto, Senador Mozarildo, até peço que V. Exª não se sinta ofendido pelas palavras aqui colocadas, porque tenho certeza de que elas não foram do índio, e sim de quem está por detrás deles, escrevendo-as, e procurando colocar palavras que não são deles. (Palmas.)

V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, embasa o seu comportamento em conformidade com a sua vida integra e pela sua história como homem público. Também outros Senadores aqui citados, como, por exemplo, o Senador Juvêncio da Fonseca e o próprio Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores. No entanto, nós ainda não temos um juízo final, uma definição; estamos apenas ouvindo. Pela primeira vez estou participando, portanto, ainda vou fazer o meu juízo de valor. Por isso não podemos pensar que é de forma agressiva que se vai chegar a algum resultado. Não é por aí. Nós não viemos aqui para conflitar. Pelo contrário. O Senado veio para ouvir os dois lados: a comunidade indígena e aqueles que trabalham e produzem neste Estado de Santa Catarina.

Portanto, fica a minha observação.

Senador Leonel Pavan, aproveito a oportunidade para dar o meu testemunho a respeito de V. Exª ao povo de Santa Catarina, que lhe conhece muito bem o trabalho que V. Exª tem feito no Senado Federal em prol do Estado que representa naquela Casa. Também quero dizer do trabalho importante que realizam a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Jorge Bornhausen. Portanto, o Estado de Santa Catarina está muito bem representado no Senado Federal.

Por último, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero aqui registrar a minha alegria em poder retornar a Santa Catarina. Meu caro Deputado Valdir Colatto, aqui estive como Prefeito de Araguari há mais ou menos 14 anos, visitando Blumenau. Percorri o Estado e fiquei encantado, maravilhado. Por tudo isso, temos que resolver essa questão, porque Santa Catarina precisa de tranqüilidade para continuar contribuindo e dando exemplos para o País. Santa Catarina é um Estado que orgulha o povo brasileiro.

Fica aqui a minha melhor impressão que tive e que continuo a ter deste Estado. Voltarei, assim que puder. Vou contribuir para esse processo naquilo que eu puder, Senador Mozarildo Cavalcanti, auxiliando-o e ajudando-o. Mas não poderia deixar de dar esse testemunho tendo em vista o trabalho integro que V. Exª realiza, não apenas no Senado Federal, mas, sobretudo, à frente desta Comissão que, certamente, continuará a contribuir, e muito, para que se chegue a um denominador comum.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço as palavras do Senador João Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti; Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Volnei Morastoni, em primeiro lugar, passo-lhe às mãos mais um documentário da região de Ibirama para que fique registrado nos Anais desta Comissão e possa servir para o trabalho que está sendo desenvolvido pelos membros desta importante Comissão.

Sr. Presidente, vimos e ouvimos aqui que cada região tem uma realidade diferente. Algumas, praticamente estão convivendo com os agricultores, ou estão próximos de um acordo, de um entendimento; no entanto, em outras regiões, precisa haver uma interferência ou um órgão conciliador do processo que se encaminha. No entanto, ambos os setores, tanto os agricultores como os índios, merecem o nosso respeito e devem se respeitar. É claro que nas discussões sempre se puxa a questão com mais emoção para quem acha que tem direitos. Portanto, por parte dos índios e por parte dos agricultores.

O que acabará por decidir, verificar o ponto certo, o ponto de equilíbrio, deverá ser a Justiça ou até um reparo na lei, o que os Senadores e Deputados estão procurando fazer.

A imprensa registrou, por duas vezes, que a bancada parlamentar de Santa Catarina estaria se reunindo para discutir este assunto em Brasília. Infelizmente, não houve nenhuma reunião da bancada de Senadores e Deputados Federais. Esta reunião, que conta com a presença do Deputado Gervásio, do nosso Secretário Valdir Colatto, com a minha presença e a dos Senadores que integram a comissão, principalmente os Senadores Mozarildo e João, é que, pela primeira vez, discutirá com maior clareza e transparência as questões de Santa Catarina. Aqueles que não puderam vir tomarão conhecimento daquilo que for discutido aqui.

Temos aqui a Assessoria do Senado Federal, composta por vários técnicos, que não pertencem a cores partidárias, são funcionários do Senado Federal, e não dos Senadores Mozarildo, João, Pavan, Ideli, Bornhausen ou de quem quer que seja, que trabalham tecnicamente para buscar soluções e fazer o encaminhamento correto. Queremos agradecer a todos vocês. Essas pessoas estão ouvindo, prestando atenção, e nos ajudarão a elaborar o documento final.

Agradeço imensamente, do fundo do coração, Senador Mozarildo Cavalcanti, por V. Exª ter atendido ao nosso pedido. Sabemos que V. Exª está totalmente comprometido com as questões de outros Estados do Brasil, principalmente as do seu Estado, Roraima, e que já temos documentos, depoimentos, até para tomar uma decisão com relação a questões de outros Estados do nosso País. V. Exª não chamou apenas um segmento, mas mostrou-se imparcial. Se quisesse ser parcial chamaria apenas os setores que interessassem à sua posição.

Faço este depoimento público de que V. Exª veio aqui para ouvir ambos os lados e todas as pessoas que falaram foram designadas pela Funai e não escolhidas pelo Sr. Mozarildo ou pelo Sr. Valdir Colatto, ou por outro membro da comissão, mas foi a Funai que indicou o nome das pessoas que poderiam falar em nome dos indígenas, principalmente os caciques que, certamente, têm um amplo conhecimento da causa.

Considero justa a reivindicação de alguns integrantes, de alguns amigos, porque houve um número menor de participantes representando os índios, porém esses foram os nomes aprovados lá na comissão. Também reivindicaram aqui Prefeitos e representantes de universidades. O Ari, que representa aldeias, os índios, saiu daqui revoltado; mas estamos há mais de quinze, vinte dias falando sobre este encontro, sobre esta reunião e enviamos correspondência, tanto do meu gabinete como da comissão e da Secretaria do Sr. Valdir Colatto, em Brasília, para comunicar sobre este encontro.

Peço desculpas em nome do nosso Senador Mozarildo Cavalcanti. Fui o autor desse requerimento e quero ver o meu Estado pacífico, em paz. Quero que Santa Catarina seja um exemplo para o País, que os colonos, os agricultores, os índios e nós todos possamos viver em paz.

Estou cumprindo meu papel como legislador e representante de todas as áreas. No final, porém, uma posição terá de ser tomada: será necessário dizer sim ou não no final. Mas deixo registrado aqui que, se há lei para garantir o direito dos índios e o direito dos agricultores, a lei para ambas as partes é a Constituição, e o Senador Mozarildo Cavalcanti votou favoravelmente na Constituinte. Então, não merece ser aqui execrado nem criticado, porque o voto de S. Exª foi um dos que aprovou a Constituição por meio da qual os setores estão hoje reivindicando seus direitos. Se é o direito que lá está, se é aquela visão que estão sentindo, se interpretam daquela forma, como direito, ou colonos ou índios, é porque foi o Senado Federal, foi a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional que aprovou uma Constituição, tendo na época como Constituinte o Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Então, por favor, Senador Mozarildo Cavalcanti, leve daqui impressão boa, tanto dos índios como dos colonos. Tenha certeza de que essa carta veio pronta, até os itens. Sabemos muito bem de quem podem vir as palavras colocadas, quem as escreveu, porque a humildade dessa pessoa aqui revela alguém que sofre, que trabalha. Está sentindo, certamente, no coração, a perda da oportunidade de avançar um pouco mais ou de garantir o futuro dos seus filhos, talvez. Todavia, a carta que lhe foi encaminhada foi para romper ou para criar ainda mais uma discórdia entre os colonos e os índios, e talvez até, se isso lhe servir como ato de revolta, poderá direcioná-lo para o outro lado.

Sabemos que V. Exª, pessoa que conhecemos e que nem quis responder, tomará uma decisão séria, aberta, tranqüila e, acima de tudo, democrática. Leve de Santa Catarina a impressão boa do nosso Estado, de ambos os lados, porque a carta que veio, certamente, se foi escrita aqui, foi por pessoas mal-intencionadas, que gostariam muito mais de ver o discurso do que o resultado positivo; se veio de Brasília, veio de pessoas que, certamente, querem ver o circo pegar fogo.

Santa Catarina agradece a V. Exª do fundo do coração. Este dia ficará marcado na história de Santa Catarina. Uma comissão do Senado Federal vem aqui para levar depoimentos, ouvir pessoas humildes e simples, ao lado do Presidente da Assembléia, ao lado do Senador Mozarildo Cavalcanti, um Constituinte, do Deputado Federal Gervásio Silva, do Senador por

Tocantins, que já foi Deputado e Prefeito, João Ribeiro. Então, todos aqui puderam participar e se expressar.

Também agradecemos, do fundo do coração, aos índios e aos colonos, aos Deputados, ao Wolnei, à comissão técnica e à imprensa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar, farei algumas considerações.

Primeiramente, o trabalho de uma Comissão do Senado Federal se rege pelo Regimento do Senado Federal e pela praxe parlamentar. Tivemos o cuidado, se V. Sªs observaram, de ouvir quatro representantes dos agricultores e quatro representantes dos indígenas, além do representante da Funai. Um dos indígenas cedeu uma parte do seu tempo para outro, o que aceitamos porque pela manhã, também, a procuradora da República cedeu parte do seu tempo a outro procurador.

Então, seguimos a relação. O nosso interesse era ouvir os índios, os agricultores, as autoridades envolvidas no caso, para buscarmos, como falei pela manhã, um caminho de consenso, de entendimento. Se alguma entidade que não pôde ser ouvida ou alguma prefeitura quiser mandar documentação para a Comissão, estaremos à disposição. O que não podemos é planejar uma reunião e alterá-la no seu decurso, até porque tivemos o cuidado extremo de dar oportunidade iguais a todos. Ninguém aqui pode dizer que os índios não foram ouvidos ou que demos menos oportunidade para índios ou para agricultores, pois todos tiveram oportunidades iguais. O controvertido de amanhã, o Procurador-Geral da República, expressou o seu ponto de vista e o Procurador do Estado teve outro ponto de vista e nós ouvimos todas as opiniões diferentes.

Agora, de posse desses depoimentos, dos documentos e de mais algum que possamos requerer, poderemos apresentar um relatório e uma proposta ao Executivo e ao Legislativo, capazes de resolver não só emergencialmente esse problema de Santa Catarina, mas traçar medidas definitivas que possam conduzir a política indigenista do País por um caminho de paz, de boa convivência, de harmonia, para que todos passam ter os seus direitos assegurados, como aliás é de lei.

Agradeço profundamente, mais uma vez, ao Presidente da Assembléia, pela gentileza de ter cedido o espaço da Assembléia, que é a casa do povo; aos Senadores Leonel Pavan João Ribeiro, ao Deputado Gervásio Silva, que tive o prazer de conhecer na viagem para cá e que espero podermos fazer um trabalho junto permanentemente.

Todos os depoimentos foram gravados na íntegra, todos puderam se expressar livremente, da forma que bem entenderam. Todos os documentos que foram encaminhados estão autuados na Comissão e, repito, se mais alguma das partes quiser enviar mais algum documento, a Comissão estará aberta para recebê-los.

Fora isso, o que interessa para o Senado da República é que realmente o País se pacifique, para que todos possam buscar, como disse o Presidente Lula recentemente, um bom acordo, que só será possível se os dois lados ganharem e saírem satisfeitos. É isso que vamos buscar resolver, porque nenhum acordo imposto por um lado só resolverá a questão, uma vez que o prejudicado sempre terá um mecanismo de voltar com algum tipo de demanda e ação. E queremos fazer com que isso acabe e todos os nossos índios, de norte a sul e de leste a oeste, possam ter espaço para viver e produzir.

Só para finalizar, gostaria muito que a pessoa que leu o texto do meu discurso o fizesse na íntegra, porque uma ou duas frases não representam o contexto do meu pronunciamento.

Agradeço a todos, aos consultores do Senado, Tarcísio Dalmásio Jardim e o Dr. Bruno Nascimento Dantas, que irão nos subsidiar tecnicamente na elaboração tanto do relatório quanto das medidas. Agradeço também ao meu assessor particular, Dr. Rosber.

Declaro encerrada a presente audiência pública, agradecendo a todos pela colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Estou à disposição para ouvir, conforme solicitação de vocês.

O SR. JOÃO MARQUES ROSA – Sou o Prefeito do Município de Abelardo Luz, João Marques Rosa. Estão presentes o Ivo e o João, que são dois ex-caciques dessa área que está em litígio. Quando fizemos aquele acordo, a que me reportei hoje de manhã, eles estavam incluídos, dei uma casa para cada um deles, porque trabalhavam numa fábrica. E agora os índios que chegaram de fora os expulsaram. O João, inclusive, foi agredido, teve que ficar hospitalizado. Hoje, eles estão fora dessa aldeia, dessa área e têm coisas importantes a dizer, como é esse movimento. Existe o Cimi, organizações não-governamentais por trás, e por que eles foram para Abelardo Luz. E hoje ele está proibido inclusive de tirar mudança de dentro da área; teve que ir morar em Palmas. O João não sei onde está morando, se está morando em Abelardo Luz. Então, gostaria de ouvi-los a respeito. Eles estiveram lá no ano de 2000, fazem parte das nove famílias para as quais demos nove casas. Foram expulsos. E, hoje, o senhor ouviu que disse que tem mais de 150. O acordo era nove. O Procurador-Geral da República estava presente, o promotor, a Polícia Federal, a Funai, e concordaram de aguardar a decisão da Justiça. E

ficam trazendo mais índios e os expulsaram, porque não concordavam que viessem mais índios. E aí foram expulsos por causa disso.

O SR. JOÃO DOS SANTOS – Boa-tarde a todos. Sou João dos Santos, ex-cacique. O relato que vou fazer às autoridades que estão aqui presentes é o seguinte: Eu, desde 1994, fui trazido a Abelardo Luz pelo presidente do PDT do Município, o finado, falecido já, Agenor Barreta. Ele me trouxe ali para trabalhar na cidade, não havia objetivo de terra nenhum, em 1994.

Em 1998, chega a Funai junto com o Cimi, em Abelardo Luz, à noite, neste bairro, onde nós compramos as casinhas. Nosso patrão da fábrica de postes ali comprou umas casas ali pra nós. Nós pagamos a casa por mês para morar naquele bairro. O nosso objetivo era trabalhar, não com questões de terra nenhum, porque nós sabemos que ali, a minha mãe hoje vive, com 86 anos, minha mãe é viva, natural de Palmas. Somos de origem de Palmas, Paraná, minha mãe, hoje viva, diz pra mim que não é para eu morar em Abelardo Luz, numa terra que está em questão, em litígio, que não é área indígena, que era só cruzador dos índios. Hoje viva, ela prova para qualquer um que ali era só um passador, como ela fala até hoje, um passador dos índios.

Assim como nós estávamos morando ali, aparece a Funai junto com o Cimi e a antropóloga do Rio de Janeiro, a Elizabeth, dizendo para nós levar índio e invadir aquela terra ali. Nós nunca concordamos com a Funai, porque o nosso objetivo era trabalhar. Foi indo, foi indo, tudo bem. Colocaram-me de cacique naquela área ali, aceitei. Veio um colono da área que está em questão, fez uma proposta de R$10 mil pra mim, dizendo: "Eu vou vender minha propriedade, João, mas é o seguinte: quero que o senhor me deixe morando nessa área. Eu te dou R$10 mil reais para você me deixar morando e me cadastrar como índio." Ele fez uma proposta para um outro branco que está morando, hoje ele diz que é líder indígena, um tal de Rildo Mendes, que diz que é líder indígena ali junto com os índios. Não é índio. Eu sou índio Kaigang, natural de Palmas, como já disse. Ali foi rolo de branco. Não aceitei a proposta do Rildo Mendes, porque ele era branco, me ofereceram dez mil reais, e digo não. "Estou aqui pra trabalhar honestamente. Eu tenho um acordo com as autoridades municipais, um acordo federal, com a Câmara de Justiça Federal, eu não vou concordar isso". Ali, eles viram que eu não aceitei a proposta e me agrediram, junto com os colonos sem terra, misturado com índio. Ali só tem sete famílias indígenas, e tem mais de trinta famílias de pessoas não índias, que se dizem índias. Eu provo em documento, eu provo perante qualquer justiça, qualquer lei eu provo que não são índios, não têm origem indígena. Eu tenho minha origem, eu tenho meus troncos em áreas indígenas. Esses que estão morando ali, só sete famílias indígenas, são naturais, uns de Palmas e uns de Mangueirinha. Ali só há sete famílias indígenas, brigando numa terra que nunca foi área indígena. Digo isso para qualquer um, porque é do meu conhecimento. Sou um homem de 36 anos de idade, e minha mãe, velhinha, de 86 anos de idade, fala-me que nunca foi área indígena.

É o seguinte o que venho colocando ao Prefeito, ao Dr. Sérgio Dalbem: hoje moro no bairro da cidade de Palmas, Paraná. São 18 famílias indígenas que moram na cidade de Palmas, Paraná. Todas as nossas crianças estudam nos colégios. Daqui a uns 20 anos mais ou menos – já estamos velhinhos, quem sabe não vou existir mais –, os meus filhos vão requerer um bairro de Palmas, Paraná. Será que a cidade vai ceder também, só porque, como aqui, hoje, essas piazadas novas que estão lá, em Abelardo Luz, dizem que é área indígena; só porque ali foi área de cruzador índio, nunca foi área indígena? Então, eu me sinto nervoso, porque estávamos trabalhando em acordo com a Justiça, para ver se era nosso ou não. Mas tudo bem, fui expulso pelos brancos, não pelos índios. Fizeram-me propostas, e não aceitei. Disseram: "Você não precisa trabalhar, cacique. Nós vamos plantar, nós te damos uma porcentagem de lavoura por ano, por safra. O senhor não precisa trabalhar." Eu não concordei com eles, e fui expulso da área. Meu relato é esse. E está aqui minha esposa, que me acompanhou. Ela tem mais detalhes para falar. Somos casados há 20 anos. Então, ela tem mais detalhes para falar. O que eu ia dizer é isso.

A SRª MARIA DE FÁTMA OLIVEIRA – Desejo boa tarde a todas as autoridades que se encontram neste lugar, aonde a gente veio a um só objetivo. Minha apresentação: meu nome é Maria de Fátima Oliveira, esposa do João dos Santos. A gente chegou até esse lugar para relatar para as demais autoridades que estão aqui presentes. O que tenho a dizer é a mesma palavra que meu esposo falou. As minhas palavras vão ser poucas, mas verdadeiras. O que meu esposo falou é que fomos expulsos dali por brancos, negros e sem-terra, que estão fazendo banditismo – falo a verdade –, usando uma máscara para se esconderem atrás da sombra dos índios. É isso que tenho de dizer às demais autoridades.

Vou explicar o motivo. Os negros, os brancos, gente que veio de Blumenau, São Paulo, Florianópolis, Camboriú, se vestindo com uma máscara, se pintando de índios, atrás da sombra dos índios, para ganhar as terras, tirar as terras dos próprios donos, dos proprietários. Eu, agora, como índia pura, tenho 33 anos de idade; sou uma índia pura. Se vocês permitissem, até

falaria no meu idioma, mas, se não precisa, a gente não vai falar. Eu sou uma índia pura.

Olhem aqui, demais autoridades, ouçam o que vou dizer para todos vocês, levem este recado até o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz, pelo amor de Deus. Eu não quero uma injustiça por trás da sombra dos índios que se pintam. Ali tem pastores – eu até poderia dizer o nome de um pastor –, se pintando de índio, se pintando de máscara, fazendo barreira, fazendo um movimento, trancando terra, trancando estrada e se escondendo atrás da sombra dos índios, para tomar as terras dos proprietários. Uma injustiça! Eu, como uma índia pura, não aceito uma coisa dessa, não aceito. Fica determinado à minha pessoa, Maria de Fátima Oliveira: não aceito que o Márcio Thomaz decrete essa área, porque, se ele decretar área indígena, estará decretando para os brancos, negros, sem-terra e pastores que vieram de São Paulo. Esses vão ganhar terra, enquanto estamos fora, morando como se fosse uma pessoa civilizada. Eles vão ganhar as terras, os pastores vão ganhar as terras, e os negros e os brancos. E um proprietário que se fez como índio está cadastrado, morando dentro das nove casas que eram nossas. Esse dono das terras está morando na terceira casa, esse proprietário, esse dono das terras está morando ali dentro, como se fosse índio cadastrado.

Não aceito um banditismo, uma invasão, uma máscara sendo usada para muitas vezes estarem tentando tirar até a própria vida das pessoas. Não aceito uma coisa dessas não. Esse é o meu depoimento. Dei esse depoimento aqui e, seja onde for, vou dizer a mesma palavra.

Muito obrigada.

O SR. IVO GONÇALVES – Meu nome é Gonçalves. Em primeiro lugar, quero dizer boa-tarde a todos, às autoridades presentes.

Meu ponto de vista também é o mesmo do João, e o próprio Prefeito sabe. Fui cacique ali anteriormente, antes do João, administrei um ano e pouco e até tive uns obstáculos para passar na época. Chegou uma época em que 40 índios, nós tivemos de tirar, juntamente com a Polícia Militar, com o apoio do Prefeito. Se não atuássemos daquela vez, tinha ocorrido como ocorreu agora nos últimos dias, a injustiça que vem ocorrendo, como a D. Fátima disse.

A minha opinião seria desta forma: se fosse para dar a terra a pessoas que não são índias, então, que as deixassem com os agricultores, que são o pé direito de Abelardo Luz. Então, que deixem que os proprietários sigam em frente, trabalhem e lutem. Chegamos ali com o objetivo de trabalhar também, lutar por nossos filhos, por nossa família e nada mais. Não chegamos com o objetivo de ganhar terras, invadir, fazer o que foi feito ali. Então, temos as mãos limpas a respeito disso. Se fosse para dar terras a eles, então, que deixassem assim.

Muito obrigado.

A SRª MARTINHA DE OLIVEIRA – Em primeiro lugar, boa-tarde a todas as autoridades máximas que se encontram no lugar também. Apresento-me como Martinha de Oliveira, que é meu nome, e sou esposa do Ivo.

A minha opinião é a mesma: somos aqui apenas quatro pessoas índias, e creio que todos concordamos com o que a primeira pessoa disse. Isso aí é a verdade. Na realidade está acontecendo isso. Temos umas pessoas que não iam apoiar esse tipo de coisa, como disse a Maria de Fátima.

Poucos índios moram ali, como disse o João. A maioria ali é de brancos, negros, como ela já disse e repito, mas são mesmo de São Paulo, Blumenau, Florianópolis, também há pessoas que dizem ser daqui, que não são índios. Então, não adianta. Muitas vezes se pintam e trancam as estradas, dizendo que são índios, mas sabemos que não são. Como aconteceu agora, ali, quando se pintaram e atacaram. E o que ocorreu? Tiraram a vida de um colono. Isso, então, abalou muito Abelardo Luz. Nós mesmos também ficamos muito chocados com o que aconteceu.

Digo a mesma coisa: se for para o Ministro da Justiça assinar em favor desse pessoal ali, S. Exª estará assinando em favor de negros, muitas vezes... Existe até uma pessoa que é assentada, um sem-terra, que já teve terra, e está lá cadastrado como índio – no cadastro indígena, como se diz lá –, morando lá dentro.

Penso que isso é muito errado. Não pode acontecer uma coisa dessas no meio daquele povo ali. Ele tinha terra lá e a vendeu. Segundo o que a gente sabe, vendeu, fez lá um truque junto com os caciques de agora, que o aceitaram e o deixaram morando lá dentro da área como índio. Só que sabemos que ele não é índio. E há muito mais pessoas brancas lá, e até o próprio Prefeito de lá sabe.

Como estávamos dizendo, o primeiro Prefeito, Dr. João Marques, disse que as nove casas que deu foram dadas para nós. Só que agora, no momento, digo para quem quiser hoje que vá lá fazer uma vistoria, para verificar se há uma das pessoas que ele cadastrou lá e deu o direito às nove casas. Não tem ninguém mais embaixo das nove casas que era cadastrado. Só estão lá, como invasores, depois das nove famílias, a quem o Dr. João cedeu esse direito. Só que abrimos mão, em nome dessas quatro pessoas que estão aqui. Nós abrimos mão, por causa disso, porque não é desse jeito que queríamos que acontecesse. Mas, se for para acontecer desse jeito, eu digo o meu nome bem

claro, Martina de Oliveira, e mais esses quatro índios que estão juntos conosco. Abrimos mão se for para ser desse jeito ali. Não aceitamos. Os donos que fiquem com a terra deles!

A mesma coisa, dizendo que a terra é para os índios, quem vai plantar na terra são os próprios sem-terra, os negros que são de São Paulo, os índios vão ficar e os donos de mercado, os mercadistas, também estão envolvidos nesse problema que já sabemos. Não vou falar uma coisa que não sei, porque sou uma simples pessoa. Eu vou falar aquilo que eu sei, e pronto.

O SR. JOÃO DOS SANTOS – Complementando o meu sentimento, ficamos morando ali, depois que entraram os índios, esse atual que se diz cacique. Nós ficamos nervosos e muito tristes, porque, morando ali, junto com eles, tentando respeitar e obedecer, como uma autoridade. Só que ele fez o seguinte. Ele plantou, nesses nove hectares de terra, onde foi doado pela Prefeitura, ele plantou, mas ele repartiu o lucro dessa plantação para os brancos e nós, como índios naturais, como primeiros índios daquele lugar, não recebemos nem sequer um centavo daquela planta. Os brancos, esses sem-terra que estão juntos lá, os negros, as pessoas morenas que não moravam aqui, em Blumenau, que não são índios, receberam essa plantação. E nós ficamos olhando se falássemos onde aconteceu. Negros me bateram, me quebraram. Tenho raio x e tudo para provar que fui quebrado. Tem o meu nome aqui.

Então, ficamos nervosos por causa disso. Se é para os brancos estar quebrando os índios por uma terra que não é indígena, decidimos dar de volta para os colonos que são os proprietários.

É esse o nosso depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço o depoimento de vocês. Inclusive, já foi encaminhado cópia das declarações de vocês, com autenticação feita. Esta Comissão vai levar em conta esse depoimento, considerando até a situação peculiar de que vocês não puderam depor lá, publicamente, por constrangimento que poderiam vir a sofrer. Levaremos isso em conta, a ponderação de vocês. Ouvimos vocês, em separado, para que pudéssemos ter realmente uma visão de uma parte importante do problema.

Digo a vocês que a Comissão tem o maior interesse em resolver, juntamente com todas as forças vivas aqui, de Santa Catarina, seja o Governador, Senadores, Deputados e, principalmente, em atenção, justamente, a vocês tentar colaborar para encontrar rapidamente uma solução para esse problema, de maneira a mais justa e rápida possível.

Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE SILVEIRA – ...como subgovernadoria, mas ela não funciona autonomamente. O Secretário de Estado tem um nível igual ao da Fazenda, outro da terra, ele não só é submetido ao Governador, mas, mais do que isso, ele é submetido ao Conselho de Desenvolvimento. Então, o controle social é absoluto.

Cada Município participa do Conselho de Desenvolvimento pelo seu Prefeito, pelo seu Presidente da Câmara dos Vereadores e por dois representantes da comunidade, onde estão presentes a Igreja, os sindicatos, as cooperativas, as universidades. Aqui, por exemplo, no de Lajes, o Bispo Diocesano é membro do Conselho. E o Conselho se reúne de quinze em quinze dias em cada um dos Municípios. E ele decide a aplicação do orçamento, que era centralizado e foi descentralizado, e as prioridades de cada região.

Além disso, cada Conselho de Desenvolvimento Regional está realizando projeto de desenvolvimento regional de médio e longo prazo, de modo que dentro de um ano nós vai haver um projeto de desenvolvimento regional no Estado com detalhamento microrregional.

Eu tenho refletido muito a respeito dessa contradição. Por que o Brasil é tão rico e tão pobre? Tão avançado e tão atrasado? Tão Primeiro Mundo e tão Quarto Mundo? Como é possível que um Brasil que vende aviões a jato para os Estados Unidos e a Europa tenha um perfil social igual ao de Ruanda, que não tem uma indústria e cuja economia é agrícola? Para mim está muito claro: é só concentração do Governo em Brasília e nas Capitais. Claro!

Quem pode resolver o problema social? É o Prefeito, em cada comunidade. Mas, como o prefeito vai resolver, se ele fica com 13% da receita, o Estado com 22% e a União com 65%? Na Suécia o município fica com 78%, e é o País mais desenvolvido do mundo. Na Europa toda, em nenhum país o município fica com menos de 50%. E aqui no Brasil é fantástico, porque quanto mais o Brasil cresce tecnologicamente, quanto mais avança, pior fica em outros setores.

Não é de surpreender que o Brasil seja o primeiro País a desenvolver o fenômeno do genoma; foi um cientista brasileiro. Mas este mesmo País que está avançado na pesquisa do genoma tem malária, tuberculose, lepra. Isso é incompatível. Por que tem? Porque o dinheiro não chega à comunidade. Onde há um agente que poderia ser eficaz na educação, na saúde, no bem-estar, no saneamento, ele não tem dinheiro nem equipe nem máquina. Não tem dinheiro, porque o dinheiro fica concentrado em Brasília e se dispersa, perde-se, como um cano furado que, quando chega na torneira, goteja.

Para mim é muito claro! Enquanto nós não fizermos um novo pacto federativo, mudando a distribuição dos recursos e também das funções, não haverá mudança. E aqui nós estamos fazendo isso. Não se licitam mais obras daqui, mas de cada região, porque como se licitavam todas as obras aqui, as empresas todas vieram para cá. E qual foi a conseqüência? As pessoas também abandonaram o interior, vieram para cá e fizeram essa capital belíssima vítima de um perfil social terrível. Temos 32 favelas, algumas dominadas pela máfia do ditador, como no Rio de Janeiro. Fecha a porta, abre a porta, vai aqui, vai ali, ninguém manda lá, quem manda...

Então, estou convencido de que o país só vai deixar essa contradição de ser 11ª potência mundial e 64ª em indicadores sociais, no momento em que fizerem um novo pacto federativo e distribuírem as funções e os recursos para as comunidades locais.

Então, o que estamos fazendo? Por exemplo, agora, o dinheiro do CIDE, estamos aplicando-o todo em acesso aos municípios que não têm asfalto. E como vamos fazer? Repassamos o dinheiro para o prefeito, que faz o asfalto. O asfalto sai 60% mais barato, quando é feito pelo prefeito. E, quando é feito pelo Estado, contrata aqui, uma empreiteira quer 25% já para a instalação de...

Já estive 8 vezes com o Ministro da Justiça falando a respeito desse assunto, em audiências diversas. Desde a primeira vez, estou pedindo ao Ministro da Justiça que convoque uma reunião, crie uma comissão, em que participem as duas partes, para se encontrar uma forma conciliatória porque aqui, em Santa Catarina, o que aconteceu? Essas terras foram vendidas como devolutas para os agricultores. Os agricultores de toda essa região vieram do Rio Grande do Sul, compraram essas terras do Estado, pagaram essas terras para o Estado e, hoje, o local onde há igreja, onde casou o avô, casou o pai, casou o filho, batizou o neto, onde há o cemitério, em que morreu a família toda e está lá enterrada, a FUNAI quer fazer uma demarcação para entregar aos índios, onde, em muitos lugares, não existia índio. O índio foi trazido de outros lugares.

Agora, qual é a tese? A tese é que as terras, imemorialmente, pertencem aos índios. Então, todos temos que pedir licença e ir embora daqui. Chegar, ir para outro lugar e dizer: olha, dá um lugar para nós, porque temos que devolver as terras. Teoricamente, tudo era dos índios. E, evidentemente, que eu alertei, vai dar conflito, vai dar morte, pois ninguém vai deixar suas terras assim. Há uma experiência que os senhores poderiam ver perto de Chapecó. Era uma terra bem aproveitada, era uma terra agricultada fortemente, desapropriaram, entregaram aos índios. Vão lá ver como está.

Defendo a tese de que o índio deva viver num **habitat** que lhe permita viver dentro da sua cultura. Ele é da caça e da pesca, ele não é de plantar, de criar, ele não é de fazer o desenvolvimento que fazemos. Então, o erro é querer colocar índios, como se eles fossem desenvolver a região como agricultores – digamos – brancos. Então, esse é um problema muito sério. Temo conflitos. Creio que, se não for feita essa Comissão, com o Governo Federal, Governo Estadual, Congresso Nacional, Assembléia Legislativa, Funai e Cimi, pelo lado dos índios, e organizações dos agricultores, pelo lado dos agricultores, não chegaremos a um denominador.

O SR. – Governador, apenas para informá-lo, o Dr. Sérgio Sévolo ligou-nos hoje, dizendo que o Ministro aceitou a sua proposta só para a área de Ibirama. V. Exª pediu para todo o Estado e todas as áreas. Só se aceitou para Ibirama.

O SR. LUIZ HENRIQUE SILVEIRA – Já é um princípio. A área de Ibirama é a mais conflituosa. Foi definido que seria terra de índio, e o resto foi ocupado pelo homem branco. Agora, o que se vai fazer? Tirar os colonos que produzem?

Elmo, você que é o Secretário do Desenvolvimento Regional, já deve ter dado depoimentos.

O SR. ELMO – São 520 famílias que estão na iminência de ser desalojadas, para atendermos 222 famílias de habitantes da comunidade indígena. São habitantes, não indígenas. A proporção, hoje, é de 62 hectares por família que reside na reserva indígena. Se se concretizar esse pleito, passaria para 165 hectares por família que reside na comunidade indígena. É um despropósito desalojar 520 famílias. So nesse aspecto indígena, não existe como falarmos para os agricultores que têm de permitir a confecção do laudo fundiário. A Funai já faz esse trabalho. Lá, estão todos armados. E é aquela situação. Junto com o Governador, alertamos o Ministro várias vezes, conforme depoimento feito hoje pela manhã. Estive com vários Ministros e ninguém nunca acreditou. Agora foi aquilo que o Governador acabou de falar. Aconteceu o fatídico caso e irá acontecer muito mais se não tomarmos providência.

Para esclarecer, Governador, temos uma convivência muito boa com a comunidade indígena, até porque, na qualidade de ter feito muitos filmes desse povo, aprendemos a ter um estilo de cordialidade. O indiozinho mesmo não quer nem saber de terra; o problema são os caciques, conforme ouvimos hoje, que são instigados a pleitear.

Com essa Comissão, não tenho dúvida de que chegaremos a um entendimento, porque vamos ouvir o índio. Hoje ele está fazendo aquilo porque é manipulado, e nós sabemos. Sempre os tratei bem, tanto é que fazem parte do nosso Conselho de Desenvolvimento Regional. Há uma cacique indígena que discute os assuntos regionais.

O SR. – Estão aqui o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão Externa do Senado, e o Senador João Ribeiro. O Senador Pavan em breve chegará, porque foi atender a outros compromissos. Há uma solicitação do Senador Pavan para que esta Comissão viesse aqui e para que houvesse audiência pública, como houve todo o dia, por concessão do nosso Presidente. Foram mais de 25 depoimentos com índios, não-índios, autoridades, prefeitos e secretários. Está aqui o Prefeito de Abelardo Luz, onde houve o problema da morte do Luiz Stefani, estava aqui o Schwendler e tantos outros que fizeram depoimentos.

O Senador está aqui para trazer um relato do que ocorreu. Agradecemos a todos a presença. Acredito que foi mais um passo para buscarmos uma saída. É importante a vinda aqui dos Senadores. Foi uma caminhada muito forte nesse sentido, de acordo como que o Senador sempre se dedicou em Brasília. Agora estamos contando com esses aliados importantes que são os Senadores que estão nos ajudando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Na verdade, Sr. Governador, esta Comissão é oriunda de um requerimento que eu fiz para resolver o problema de Roraima, para tentar harmonizar os problemas de Roraima, que já está com 57% de área do Estado demarcada, ou limitada ou pretendida pela população indígena. É uma população que corresponde a 7% do Estado e que tem 57% de área. Então, fiz o requerimento para haver esta Comissão para ir lá e tentar tirar a discussão das mãos da Funai e de algumas instituições que se dizem defensoras dos índios. O pior é que a última reserva, onde está o foco, fica em Roraima, em uma área em que a maioria dos índios que moram lá não aceita a forma imposta pela Funai. É um contra-senso total.

Sempre disse que não entendo como o Congresso Nacional fica fora dessa discussão de maneira oficial, porque discurso zelado de um Parlamentar ou mesmo da Bancada não é a mesma coisa. O Senado, que representa os Estados e defende a Federação, não pode ficar fora. Depois que retornamos à Roraima, o Senador Delcídio, Relator da Comissão, requereu a nossa ida ao Mato Grosso do Sul, onde ocorre problema mais violento. Lá os índios invadiram 14 fazendas, derrubaram e queiram casas, expulsaram proprietários. Lá estivemos e vimos. Em seguida, o Senador Leonel Pavan requereu a nossa vinda a este Estado.

Aqui, tivemos a oportunidade de também dar esse diagnóstico. Passamos o dia ouvindo a Procuradora da República, as comunidades indígenas, os agricultores. Levaremos um material muito farto, muito denso. Inclusive nos foi passada toda a documentação do trabalho feito pelo Estado. Agora, teremos de casar essa ação dos Estados com a do Senado e com mais pessoas envolvidas. Não podemos deixar que a Funai seja a única instituição a defender, demarca e julgar tudo. Temos que mudar esse perfil.

Queremos nos colocar à disposição do seu Estado para que possamos transformar todo esse material em um debate, como o senhor citou, de pacto federativo. Considero essa situação como um conflito federativo que está sendo instalado.

O SR. LUIZ HENRIQUE SILVEIRA – É verdade.

Ficamos muito satisfeitos com a presença desta Comissão, pelo peso que ela tem, pela importância que ela tem. Gostaria de dizer que, por meio do Secretário Colatto, mais diretamente, o Governo do Estado está à inteira disposição, no sentido de ajudar a resolver a situação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para finalizar, na terça-feira, ouviremos o Presidente da Funai em Brasília. Já convidei o Secretário Colato, porque queremos realmente fechar esses trabalhos e já na outra semana apresentar um relatório conclusivo e, portanto, estar de mãos dadas com o senhor nesse trabalho.

Obrigado pela atenção.

(Levanta-se a reunião às 17h50min)

Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de março de 2004.

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas e dezoito minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com a presença do Senador Delcídio Amaral, membros da Comissão, reúne-se a Comissão Especial Temporária ***criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados"***. Presente também os Senadores Leonel Pavan, Augusto Botelho e Juvêncio da Fonseca. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa aos presentes que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Dr. Mércio

Pereira Gomes – Presidente da FUNAI. O Senhor Presidente concede a palavra ao Dr. Mércio para as suas considerações. Fizeram uso da palavra pela ordem, os Senhores Senadores: Leonel Pavan, Augusto Botelho, Juvêncio da Fonseca. A seguir, o Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Delcidio Amaral para os seus questionamentos. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a segunda reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 529 com a finalidade de, indo a Roraima e a Mato Grosso do Sul e também a Santa Catarina, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados.

Esta reunião se destina a ouvir a exposição do Dr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da Funai sobre essas questões envolvendo os três Estados mencionados. Esta Comissão esteve em Roraima, em Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina, tendo oportunidade de ouvir todas as partes envolvidas na questão indígena e, no caso de Roraima, as outras envolvendo terras.

Roraima é um caso diferente de Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina no que tange às terras do Estado porque tendo vindo de território federal ficou um vácuo legislativo na questão e a Comissão também opinará sobre as terras sem serem indígenas. Especificamente com relação à exposição do Dr. Mércio, ele falará sobre a questão indígena dos três Estados e, depois, abriremos para as interpelações que os Srs. Senadores queiram fazer especialmente o Sr. Relator, Senador Delcidio Amaral.

Concedo a palavra ao Dr. Mércio para sua explanação.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta Comissão Temporária, Sr. Senador Delcidio Amaral, Srs. Senadores, Sr. Senador Augusto Botelho, demais autoridades presentes, Parlamentares, lideranças indígenas, senhoras e senhores, tenho muita honra em estar aqui nesta Comissão ao lado dos Senadores que vêm buscando uma solução importante para a demarcação das terras indígenas no Brasil, desta Comissão que foi formada paralela a uma Comissão da Câmara para ouvir as pessoas, índios, fazendeiros, advogados que estão envolvidos na questão de demarcação de terras indígenas.

Em primeiro lugar, quero dizer que o processo de demarcação de terras indígenas é um dever constitucional do Estado brasileiro prescrito pela nossa Constituição que deveria ter sido concluído em 1993, cinco anos após. Assim, estamos nessa luta há onze anos após o prazo que foi concedido e que o Governo do Presidente Lula deseja fazer a conclusão desse processo que faz parte de nossa tradição republicana, da força republicana que o Brasil criou em 1991 de reconhecimento os direitos indígenas e da presença do índio e de sua continuidade no Brasil.

Esse é um processo que a primeira Constituição fez reconhecer pelas terras. O primeiro artigo das Constituições de 1934 – a de 1891 não escreveram nada sobre isso – falam apenas de terras. Assim, só para se ver a importância que é dada a terras para o reconhecimento da consolidação de povos indígenas.

Nesse sentido, temos que verificar que ser índio no Brasil é especialmente étnica, que envolve cultura e território. Ser índio no Brasil não é uma questão de DNA. Nos Estados Unidos, o índio é aquele que tem 1/16 de parentesco indígena, isto é, que tem uma bisavó. No Brasil, ser índio é quem participa de uma cultura, a vivencia com base em um território, se reporta a ele e a uma comunidade desse modo. Esse modo em que o Brasil reconhece um ser indígena, reconhece pela sua cultura. Recentemente, o IBGE colocou como classificação de identificação uma nova categoria chamada "indígena", e que, por conta disso, elevou o número de pessoas que se auto-identificam como indígenas no Brasil para 735 mil, quando os dados que a Funasa e que a Funai, nesse sentido, acatam, até que haja dados mais consistentes por um censo que vamos fazer, reconhecem cerca de 410 mil. Porque a Funasa está acatando pelo trabalho que faz a partir dessa vivência de comunidade de sentido étnico.

As demais Constituições brasileiras reconheceram esse direito. E sempre falavam em terras. A Constituição de 1988 consolidou todo esse processo de ampliação da participação dos índios no Brasil, o seu reconhecimento, o seu crescimento demográfico, no artigo 231, debatido aqui pelos Constituintes. Acho que o Senador era Deputado Federal nessa ocasião. O Senador (Augusto) Botelho foi Constituinte? Não. E que foi uma das grandes vitórias da nossa nacionalidade. A questão indígena, portanto, é uma questão da nacionalidade brasileira. A nacionalidade brasileira reconhece que há uma cultura brasileira. E nessa cultura brasileira se integram diferentes culturas. E entre elas estão as culturas indígenas, com seus processos autônomos de vivência e com um relacionamento com esta nação. A responsabilidade do Brasil está também conferida pelo Estatuto do Índio, criado em 19 de dezembro de

1973 pela Lei nº 6.001, e a legislação conseqüente, em termos de educação, de saúde, de meio ambiente, também reafirma esses direitos. Então, é nesse sentido que nós consideramos que a questão indígena brasileira é uma questão do cerne da nacionalidade brasileira. E a sua presença e a sua continuidade dentro da nação brasileira são de extrema importância para a cara que o Brasil tem perante o mundo e como ele se apresenta perante o mundo.

Em adição a isso, nós temos o a confirmação objetiva de que a presença dos índios valoriza a Nação, não somente pela sua cultura, mas pelos seus territórios, que garantem, em muitas áreas, isso já é evidente em áreas como o sul do Pará, em diversas áreas do Mato Grosso, no Maranhão, que a sobrevivência, a defesa, a preservação ambiental, são muito mais consolidadas nas áreas que são indígenas, que já são reconhecidas e demarcadas. Então, essa é a missão da Funai, precípua. É uma missão de estar ao lado do índio para consolidar a sua presença no Estado e na Nação brasileira.

Bem, dizendo isso, que é um preâmbulo para toda a minha explicação e a minha visão desse processo histórico que estamos vivendo, queria iniciar então uma explanação breve. Alguns dos senhores já me ouviram em outras ocasiões. Os dados são mais ou menos os mesmos, embora eu possa acrescentar aqui até novos dados, novas reflexões que foram obtidas ao longo desse debate com os Srs. Senadores e com os Srs. Deputados. Estamos aqui, acredito, na conclusão de um processo que foi iniciado na década de 50.

Um pequeno preâmbulo é necessário. O Brasil, até a década de 50, demarcava terras indígenas no sentido colonial que se demarcava. Durante a Colônia, os Reis de Portugal enviavam alvarás e leis que diziam: os índios descidos de suas aldeias podem demarcar terras para eles. E isso trazia índio do sertão para trabalhar nas fazendas, nos canaviais ou para trabalhar nas missões, e a eles reservavam uma parte das terras. Depois de Pombal, essas partes começaram a ser numeradas, escritas e delimitadas e se criou, desde então, uma base de que se dava uma légua quadrada, duas léguas quadradas, uma légua em círculo a partir de um certo ponto. Tinham diversas opções em que as terras foram demarcadas durante a Colônia. Algumas dessas terras, aliás, algumas dessas demarcações ainda servem de parâmetro para o reconhecimento de terras indígenas em algumas áreas onde eles estavam, como no Nordeste. O Império brasileiro manteve essa mesma atitude: se demarcar uma légua em quadra, uma légua testada por três léguas de fundo. E assim se fazia, como se fosse um lote de terras. A idéia de lote de terras também persistia. Nos primeiros anos do Serviço de Proteção aos Índios, aqueles anos em que o Estado brasileiro se viu com a necessidade de fazer umas demarcações, porque havia o sentimento de que os índios estavam sendo avassalados, os índios do sul do Brasil, os índios do Mato Grosso, pelos processos de colonização, as terras foram demarcadas também nesse sentido. Eram terras, como se dissessem: não, essas terras de uns índios que estão se acabando eram feitas para eles ficarem e terem uma boa morte, por assim dizer. Eram terras pequenas, algumas era léguas quadradas. As terras que haviam de ser demarcadas para os índios guaranis e Terenas do Mato Groso do Sul eram terras em léguas quadradas, que correspondiam, portanto, em média, a 3,6 mil hectares. Isso significa uma légua quadrada. E muitas delas foram demarcadas e mesmo assim foram perdendo. Havia um plano no SPI de fazer essas demarcações, que eram oito para os Guaranis e cinco para os Terenas, nesse princípio demarcatório.

Algumas outras áreas indígenas no Brasil foram demarcadas, na década de 30, já com princípios maiores, mas ainda era a idéia de légua e a idéia era de um território que se delimitava com a ponta de lápis num papel. Ou, então, por um princípio assim de quem estava na área e dizia: não, vamos deixar esse rio para eles; vamos deixar esse outro aqui. E fechava um polígono que fizesse algum sentido. E o sentido era de que se fechava uma área.

Só com a chegada de antropólogos no Serviço de Proteção aos Índios, a partir do fim da II Guerra Mundial, começou-se a pensar ainda instintivamente, sem nenhuma razão formal, porque os índios aparentemente continuavam a morrer, cada antropólogo que vinha via menos índio nas áreas. No fim da década de 40 para a década de 50, é que alguns antropólogos percucientes, com visão de mundo, até o próprio Estado brasileiro, a Nação brasileira – quem conhece o livro de Fernando de Morais sobre Assis Chateaubriand sabe da importância que Chateaubriand teve no favorecimento da criação do Parque do Xingu também, na elevação da questão indígena no Brasil para um imaginário moderno brasileiro –, começou-se a pensar o que é um território indígena; como se faz isso; qual é o sentido de um território indígena em relação ao resto do Brasil. Fizeram isso, e o exemplo essencial foi a construção do Parque Nacional do Xingu. Isso foi feito a partir da expansão que havia de se fazer para o Oeste, no projeto da expansão ao Oeste feita por Getúlio Vargas, em que se encontrou esse paraíso indígena, que são doze povos indígenas falando línguas absolutamente diferentes umas das outras, de troncos lingüísticos diferentes, vivenciando uma cultura comum. E isso é uma coisa extraordinária, tanto que é isso ainda está no imaginá-

rio brasileiro de ver, ou de se ouvir, ou de sentir o que é uma harmonia de povos com línguas diferentes que se juntaram ali, agregaram-se por uma compreensão cultural e se consolidaram numa só cultura.

Foram os antropólogos Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão, o grande indigenista Orlando Villas Boas, a grande figura do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e Getúlio Vargas que levaram essa primeira proposta, dizendo reconhecer no índio uma territorialidade própria, entendendo que não era um pedacinho de terra, mas aquilo que faz parte da sua vivência, e que a presença desse território consolida também a nação brasileira.

Daqui a anos, dizia o Darcy, veremos que onde foi salva a Amazônia haverá presença indígena. De fato quem sobrevoa as fronteiras, os limites do Parque Nacional do Xingu, do Parque Indígena do Xingu, verifica o resultado dessa premonição feita por Darcy ao Presidente Getúlio Vargas, vê a devastação que está ao lado, que não é por ter plantação de soja, de arroz nem por ter capim, nada disso, é porque nem os mananciais são preservados, nem as beiradas dos rios. Não há mais matas ciliares que compõem o Parque Nacional do Xingu.

Ouvi de um velho xinguano, há uns três meses, que pela primeira vez na sua história, na história mitológica do seu povo, alguém, ali no alto Xingu, onde está o posto Leonardo Villas Boas, atravessou o rio de uma ponta a outra com água pelos peitos, de tão assoreado que está o Xingu pela entrada de areia que vem das cabeceiras do rio.

Foi a partir disso que o Brasil começou a pensar no território indígena, não como lugar de réquiem para os índios, mas um lugar para a sua vida. Isso foi feito por uma premonição, porque todos os dados diziam que os índios iriam acabar, que estavam em queda demográfica. A reversão desse processo demográfico, na minha interpretação e já escrevi sobre o assunto, começou em meados da década de 50 e deu-se pela consolidação de um processo de defesa imunológica da sociedade brasileira, os processos de vacinação que se consolidaram em meados da década de 60, pelo fim de algumas das grandes doenças que atingiam o Brasil, especialmente a varíola, e também pelos processos de cura de tuberculose, que iniciaram por um grande sanitarista, que, certamente os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho conhecem, Noel Nutels. Foi ele que iniciou esse processo pelo Brasil afora com índios e caboclos, fazendo raios-x e dando remédios contra tuberculose. Então a população indígena começou a crescer. Já a partir mesmo do regime militar se começou a ver que as terras indígenas deveriam ter um reconhecimento, não como lugar de réquiem, mas como lugar de vida, reconhecimento de uma territorialidade, de uma valorização de meio ambiente, de preservação de terras e de recursos naturais, e de visão estratégica dessas terras indígenas em relação ao restante do Brasil, as terras que compõem o território nacional.

Esse é um processo, Senadores, que estamos vivenciando, talvez a sua conclusão, e talvez Raposa Serra do Sol seja o símbolo dessa conclusão, acredito que é esse o sentido tão simbólico, tão forte que chama tanto a atenção para essa reserva indígena, não somente para quem está contra a homologação contínua, mas quem é a favor sente instintivamente que isso está acontecendo.

E penso que é nesse sentido que a conclusão desse processo pela homologação é que vai demonstrar, não é que ainda faltem terras para ser demarcadas, faltam, mas elas não têm mais o sentido simbólico e, excetuando-se duas ou três, fazem parte de contextos regionais, que têm outra problemática, mas não é essa problemática simbólica, cuja solução, portanto, é diferente.

Bem, nesse sentido, por essa breve exposição, dá para sentir o que é Santa Catarina, Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, podemos falar Santa Catarina só como símbolo do sul, porque também tem Paraná, porque também tem Rio Grande do Sul e o que é Roraima, Amazonas. São pólos opostos no sentido histórico e quando foram demarcadas e são soluções também que virão de formas diferenciadas.

Santa Catarina, no fim do século XVIII, dezenove mil, oitocentos e tantos, foi um dos motivos da criação do Serviço de Proteção aos Índios. As colonizações, os projetos de colonização de alemães e italianos, em que as firmas compravam determinada área para colonizar e, nessa determinada área, havia índios Kaingang, Xokleng e Guarani. Então eles eram enxotados. Esse era o processo. Num certo momento, o enxotamento era feito por uma categoria social, que, felizmente, não existe mais no Brasil, chamada bugreiro, isto é, matador de índio. Eram pessoas contratadas por essas companhias para enxotar, para limpar a área para os colonos.

Tal escândalo chegou aos ouvidos da Presidência do Brasil, em 1910, depois de estarem repercutindo no Brasil em instituições científicas do Brasil, em instituições como a Igreja do Apostolado Positivista, os Centros de Ciência e Cultura do Positivismo Brasileiro, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Paulista e a Escola de Ciências de Artes e Ofícios de Campinas, que fizeram a campanha tendo ouvido essas denúncias, que eram denúncias de acusações dos bugreiros. Não somente matar de espingarda, mas

matar entregando roupas infectadas com varíola. Espalhou-se isso como se o Brasil fosse o grande matador de índios. Isso também é uma coisa séria. Na Europa e nos Estados Unidos, o Brasil ainda tem essa pecha de matador de índio, o que é uma das grandes injustiças que estão na modernidade.

Aqui, quando acontece qualquer coisa, vira uma notícia sensacionalista. Comparativamente aos outros países latino-americanos, o Brasil é o que tem a política mais consolidada, mais respeitosa. O que fazem de barbaridade na Colômbia e na Venezuela ou no Peru, no leste peruano, não está nos livros. E isso se deveu a essa época. O Brasil vem tentando reativar uma imagem, criar uma imagem da sua ação em relação ao seu posicionamento com os índios.

Os próprios brasileiros são exagerados nisso. Há ONGs por aí afora que adoram dizer que o Brasil está matando índio. Faz parte da sua compulsão cultural e política de fazer isso. Penso que isso se deve a essa situação. Elas nem acreditam quando mostramos o mapa de demarcação, o mapa de trabalho que o Estado brasileiro vem fazendo por meio do Serviço de Proteção aos Índios e depois a Funai, que vem dando continuidade a esse trabalho.

Santa Catarina, Mato Grosso do Sul foram criados e as demarcações foram criadas no estertor dessa exigência de não matar índio. O Serviço de Proteção ao Índio foi criado com esse sentido de urgência, e as demarcações foram feitas para conciliar essa entrada de colonos e alocar índios nessas pequenas áreas na idéia de que os índios iriam se acabar, que estávamos simplesmente colocando o seu lugar de repouso.

Há uns 30, 40 anos, os índios Kaingang e Guarani vêm crescendo a um ritmo muito grande. Perderam terras, mesmo aquelas... Algumas eram 3.600, foram recuadas e têm 1.600 hectares. A grande maioria dessas terrinhas que têm no sul de Mato Grosso e em Santa Catarina também são disso. Então, a recuperação de um mínimo território é o que está na mente deles. E a solução certamente será encontrada com uma negociação com fazendeiros e com o Governo do Estado, de modo que se consiga dar um sentido a essas populações que vivem nesses Estados. Em termos gerais, é isso.

Em Roraima, temos, digamos, a ponta final do Brasil, uma das áreas que estão em ampliação, criando a sua própria cultura, buscando um espaço próprio. É um Estado que cresceu imensamente. A população era de 60 mil habitartes, em 1968; 80 mil habitantes, em 1982; e atualmente é 340 mil. Estou aqui com 324, mas creio que é 340. A estimativa é de 340, mas o Censo de 2001, do IBGE, dá 324.397. Quer dizer, temos uma população de cerca de 200 mil pessoas que chegaram a Roraima nos últimos trinta anos. Havia uma tradição em Roraima, como os roraimenses sabem muito bem, mesmo os que não são autóctones à região, mas recém-imigrantes. É uma região em que, a partir do fim do século XIX, consolidou-se uma população não indígena por meio do sistema de fazendas, que fazia parte da cultura brasileira colonial de expansão do gado. Assim aconteceu no Nordeste, em Minas Gerais, em Mato Grosso, em Goiás. É o sistema de quarto ou de sorte em que o fazendeiro tem os seus peões e cada peão que se esforçar consegue ganhar uma quarta dos bezerros nascidos, podendo expandir, ter a sua própria terra e tudo mais. E Roraima criou-se nesse sentido e no meio dessas populações indígenas, uma grande parte das quais já havia sido destruída por conta de conflitos com espanhóis e portugueses na conquista desse território desde o século XVIII, de modo que essa cultura de Roraima, que foi criada nesse sentido, é extensiva do gado, em que as preocupações eram menores e elas se consolidavam em cima de aldeias, de povos indígenas cujos membros trabalhavam como agregados, como empregados. Alguns também conseguiam ter o seu próprio gado, mas era essa a cultura. Nos últimos anos, ela vem sendo, digamos, efervescida pelas mudanças de ampliação, pela chegada de imigrantes, muitos deles pobres, e, em certo momento, de garimpeiros, por conta da área indígena ianomâmi, que favoreceu muito a entrada de levas e levas de garimpeiros do Maranhão, de outras partes do Nordeste brasileiro e, em seguida, de capitais mais ou menos consolidados, buscando terras com fertilidade para consolidar seus empreendimentos e fazer parte do desenvolvimento do Estado. Tudo isso é parte da história e pode ser feita. Acredito no futuro de Roraima. Acredito que ele tem espaço, mesmo consolidando 46,5% do seu território como indígena, acrescentando sobre isso mais uma parte como terras de proteção ambiental, que, segundo o Senador, chega a 57%. Mesmo com esse território para 340 mil pessoas, dos quais 45 mil são indígenas, nós temos a possibilidade de ter um Estado bem desenvolvido. Acredito nisso e que as lideranças desse Estado terão a base para consolidar um relacionamento de desenvolvimento e um relacionamento com os povos indígenas que sirvam de exemplo para dos demais Estados brasileiros.

Nesse sentido, eu penso que a homologação da terra Raposo Serra do Sol, que tem todo um processo iniciado ainda na década de 70, um processo de reconhecimento de um território Makuxi, em uma época em que os Makuxi, os Wapixana e demais índios estavam sentindo que precisavam já consolidar territórios, em que a Funai começou também a ter uma presença

mais firme na área para ajudar os índios nesse sentido, em que a Igreja Católica também começou a estar presente, é que começou o processo de demarcação de Roraima.

Anteriormente a isso, havia o Serviço de Proteção ao Índio, que havia feito algumas reservas de área, uma chamada Fazenda São Marcos e uma outra, que havia sido decretada ou realizada sem a consolidação efetiva dessas áreas.

Foi praticamente a Funai a responsável pela demarcação dessas áreas no sentido do Estado brasileiro. Foi a luta dos índios, dos Makuxi, Wapixana, Ingarikô, Taurepang, Ianomâmi, foi o sentimento do Brasil de apoiar isso, apoiar essa luta, estar ao lado; foi um sentimento internacional também pelo que está sendo feita essa consolidação desse território. Certamente, foi também com a ajuda de muitos roraimenses, que aí estavam, seja por uma tradição, seja pela vinda, por necessidade, por questão política, não importa. Também eles estavam presentes nesse processo.

A demarcação da Raposa-Serra do Sol foi feita a partir de uma série de ações, portarias criadas pela Funai, que se foram consolidando com estudos que demonstravam a presença histórica e permanente desses índios; de que esses índios não tinham consolidado esse território pela presença de fazendas.

A terra foi reconhecida, ela foi demarcada em 1999. Havia o reconhecimento de 204 propriedades na área, fazendas, e de 04 ou 05 vilas; em 1992, 1993 já era reconhecido isso. Eram 04 ou 05 vilas, 204 propriedades. Dezessete já estavam retiradas – 204 e mais 17 que estavam vazias. Foi dado todo o processo a partir disso, em que já se retiraram, por negociação de indenização nos termos sugeridos e ofertados pela Funai, cerca de 140 propriedades de fazendas, restando portanto só 67. Dessas 67 há estudos sobre pouco mais de 20; há uma recusa de mais de 30 fazendas, que se recusaram ter as suas áreas avaliadas.

Estamos em uma situação em que há talvez... Doze dessas fazendas estão em processo de pagamento das suas benfeitorias para a retirada. Então, estamos em uma situação em que tenhamos umas 50 propriedades, fazendas que lá estão e mais um conjunto de arrozais que estão à beira do rio Surumu, Tacutu e Maú, que compõem pelo menos 09 áreas, pelo que vimos em avaliações. Parece-me que pertencem a 06 ou 07 proprietários.

Do outro lado do rio – vimos pelo depoimento que foi dado pelo líder dos arrozeiros, por filmes e fotos aéreas – que grande parte do outro lado do rio tem fazendas de arroz. Constituem, na verdade, o que os arrozeiros alegam ser sua fonte de desenvolvimento, a única fonte praticamente. Os demais vivem da folha de pagamento do Estado. Planejam que o desenvolvimento seja ampliado para a redenção do Estado.

Creio que tanto os fazendeiros que lá estão, 40 ou 50, e quantos arrozeiros poderão ser ressarcidos. São benfeitorias de boa-fé, a presença é de boa-fé. Os arrozais serão avaliados sob o ponto de vista da presença de boa-fé. Tudo indica que entraram depois do reconhecimento da área indígena.

Temos também uma outra situação. Às vezes, falam que são duas cidades. Quero esclarecer aos Deputados e Senadores, que não são da área, que uma delas está em outra área indígena, Pacaraima. Creio que haverá uma solução razoável para o assunto. A outra é o Uiramutã. É um Município, criado em 1995, cuja população é compreendida por, segundo a Prefeita que estava presente ontem, 92% de população indígena. Estou aqui com os dados do IBGE. Dizem que a população do Município de Uiramutã é de 5.802 pessoas. A população urbana é de 525 pessoas. Então, serão mais ou menos 450 pessoas brancas, não-indígenas. Alguns são professores não-indígenas, pessoas ligadas à medicina. É muito pequeno o número de pessoas não-indígenas que fazem parte do Município efetivamente.

Temos uma área que foi demarcada, passou pelo devido processo, e está para ser homologada pelo Presidente da República. O Presidente está sendo muito cauteloso. Sua Excelência ouviu diversas idéias de políticos, ouviu os representantes dos interesses econômicos e seus próprios assessores. Está fazendo avaliações. Criou uma Comissão Interministerial para fazer algumas avaliações, para ir a Roraima para estudar e observar. Conversou com o Governador diversas vezes, bem como com os seus representantes. O Estado de Roraima é um Estado que ainda não consolidou sua estrutura fundiária. Há uma série de compensações para consolidar o Estado que ainda está em situação colonial, de território, em termos de reconhecimento de terra, de situação fundiária, de prédios públicos. Há uma série de outras questões que fazem parte desses estudos interministeriais: investimentos do Estado brasileiro na região, do Governo Central; consolidação de sua relação com a Venezuela, portanto da saída brasileira para o Caribe; ser uma área de importância regional. Quando perguntam-me por que o Presidente não homologou ainda – há muita ansiedade de ambas as partes, dos que estão a favor e dos que estão contra, avalio que Sua Excelência está fazendo uma avaliação das compensações que são devidas por promessa, por negociações com o Governador do Estado, com sua Bancada Federal, para consolidar o Estado de Roraima e abrir as suas portas para o seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Do ponto de vista da Funai, fica evidente que fazemos parte de uma correia de trabalho que se vem desenvolvendo estes anos todos. Roraima tem 32 terras indígenas, o Brasil tem 618 terras indígenas, das quais 400 foram demarcadas e homologadas, e há mais umas 18 a 20 áreas na mesa do Presidente para serem homologadas, inclusive Raposa Serra do Sol. Assim sendo, todo esse trabalho de 420 áreas demarcadas, todos os estudos, todos os processos, têm sido realizados mais ou menos nos termos que estamos realizando agora, e na expectativa de que seja por esta mesma metodologia de que venhamos a concluir a demarcação das demais áreas que estão faltando.

Assim, concluo essa primeira parte do meu depoimento e me coloco à disposição dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar, ao final, a palavra ao Relator, gostaria de ouvir os Senadores que desejassem fazer intervenção.

Senador Leonel Pavan com a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, nosso querido Senador Delcídio Amaral, que infelizmente não se pode deslocar até Santa Catarina, e o Dr. Mércio, Presidente da Funai!

Não faço parte desta Comissão, mas passo a integrá-la sem ser membro-nato, apenas como interessado na questão. Nós que somos de Santa Catarina temos sido chamados pelos colonos e pelos agricultores, seguidamente, colocando-nos a par da situação em que se encontra Santa Catarina na questão do Vale do Itajaí, na região do Meio-Oeste e do Oeste de Santa Catarina, em função dos conflitos que estão ocorrendo entre os índios e os agricultores. Em função disso, já mandei ofício a V. Exª e também pronunciei aqui no Senado pedindo para que o Governo ou a Funai nos pudesse colocar a par da situação do meu Estado.

Como esta Comissão está analisando a questão geral, a questão nacional, convocamo-la para ir a Santa Catarina e ouvir tanto os representantes de áreas que estão sendo demarcadas, no caso os prefeitos, vereadores, colonos, presidentes de sindicatos, mas também os caciques de algumas aldeias, e lá esteve o João Ribeiro, que também é integrante desta Comissão, e o Mozarildo. E o que conseguimos em Santa Catarina foi saber que lá as coisas não estão tão em paz, que lá existe um movimento de guerra, podemos dizer, estão aflitos e preparados para um enfrentamento. Há 15, 20, 30 dias, não me recordo a data, ocorreu um conflito em Abelardo Luz, para onde alguns índios de Mangueirinha, no Estado do Paraná, se deslocaram e acabaram entrando numa área que tinha sido demarcada pela Funai. Se eu estiver errado quero que você me corrija depois. Estou relatando aqui o que nós ouvimos, até porque eu sou do litoral e não sou lá do Oeste de Santa Catarina, sou natural de lá, mas há mais de trinta anos eu sai daquela região. E me procuraram para que nós ajudássemos a encontrar um caminho, uma saída para que todos possam sair em paz, que eu possa ganhar um caso que não saia ninguém perdendo. E nesta chegada dos índios, o presidente de um sindicato, uma pessoa muito respeitada, um líder sindical, querido por todo o oeste de Santa Catarina, foi baleado na testa, dentro do seu carro, quando estava chegando no local. E os índios seqüestraram, é a palavra, porque impediram os companheiros da vítima de ir embora. Podíamos ver um seqüestro e depois da nossa manifestação aqui no Senado, meia hora depois, a Polícia Federal, acabou nos libertando e os índios foram embora e até hoje não sabe quem foi que deu o tiro na pessoa, mas apreenderam inúmeras armas de grosso calibre. A Polícia apreendeu inúmeras armas de grosso calibre, segundo testemunhas, havia outras armas e os índios retornaram apenas numa boa. Ao lado de Abelardo Luz existe uma aldeia de área indígena que se chama Chapecó, não sei se é o nome. E lá eles vivem totalmente em paz com os demais agricultores em Ipuaçu, inclusive um dos índios é vereador e outro já foi Vice-Prefeito. Os índios lá trabalham junto com a cooperativa, eles têm igreja, escola, creches, ginásio coberto e trabalham totalmente integrados com a sociedade.

No entanto, mais adiante, encontra-se o Município de Saudades as questões não estão muito pacíficas, surgindo agressões verbais, de ambas as partes, na imprensa. Também, em outra região de seara, perto de Concórdia, tem acontecido a mesma coisa. No Alto Vale, na região de Ibirama, o conflito verbal está bastante acirrado. Já se criou a animosidade entre eles e, quando se encontram nas ruas, e é um para um lado e outro para o outro. Já não se vive em paz como se viveu antes. E tudo isto, em função, segundo eles, de que está havendo uma nova demarcação das áreas indígenas que está avançando em regiões onde vivem colonos.

Estou apenas fazendo este relato mais ou menos do que nós ouvimos, de ambas as partes, sendo que os índios argumentam que são donos, e quando os colonos dizem que são agredidos aí os índios dizem que no passado morreram também, como se os atuais fossem os culpados pelas mortes. E como V. Exª acabou aqui de colocar que está havendo uma matança de índio, porque se existe crime, o criminoso tem que ser preso, seja de lado for. Extermínio é coisa

de uma época passada. Se isso existe hoje é preciso punir ambos os lados.

Um acusava o outro. No entanto, alguns índios dizem que houve, no passado, um acordo em relação às terras que eles têm hoje e que estavam até acomodados, que estavam reivindicando por saúde, escolas, insumos agrícolas e máquinas para poderem trabalhar.

Mediante essa nova decisão da Funai, ou do Governo, de aumentar as suas áreas e fazer uma nova demarcação, eles realmente se acham no direito de tê-las, mas há algum tempo essa não era uma luta deles. Alguns não tiveram coragem de dizer isso publicamente, mas acabaram dizendo, depois, em outro local. Inclusive há depoimentos no sentido de que essa nunca foi uma intenção deles. Alguns disseram em depoimento que representantes da Funai os procuram e dizem: Olha, você vai lá, assina, diz que nasceu um filho ali, que o seu pai ou seu avô morou lá, ou que você nasceu em tal lugar para que se possa requerer as terras como se fossem terras indígenas. Estou relatando o que alguns índios disseram e também o que foi dito, publicamente, por alguns colonos, que inclusive indicaram as pessoas.

Quero dizer, Sr. Presidente, Dr. Mércio, que o Governo tem que tomar uma posição. A Funai precisa tomar uma posição e não de um lado só. Sabemos que a Funai representa os índios, mas diz-se também que a Funai cria o processo, demarca e julga e, se não julga, sei que o julgamento é da competência do o Ministério da Justiça, direciona ou dá o seu parecer mais ou menos puxando para um lado.

Tenho dito que não gostaria de tomar posição, nem de um lado, nem do outro, porque tenho muitos amigos de ambos os lados, mas do jeito que está ocorrendo, sem diálogo, sem chamar os colonos, sem garantir a eles os seus direitos, vai haver, como no passado, guerra, luta. Não sei quem estará melhor armado, mas vai haver, porque alguns já estão se protegendo e ameaçando publicamente. Já existem algumas denúncias, na própria delegacia, alguns BOs, e no próprio Ministério Público, de colonos dizendo que se entrarem ali atiram e de índios dizendo que se não saírem eles atirarão ou então expulsarão os colonos da região, melhor dizendo, de suas terras.

A Funai precisa encontrar uma solução, para que aqueles que estão lá, há quase cem anos, não sejam prejudicados, porque ali também nasceram filhos, netos, bisnetos. Existe uma cultura muito grande. Há colonos que têm uma casinha, um casebre, um galinheiro, quatro, cinco ou seis hectares e há outros que não têm nada. Se existe algum latifundiário, algum grande, tudo bem, podemos até discutir, mas não se pode tirar, como vimos em Santa Catarina, o agricultor que estava lá, homens calejados, agricultoras e agricultores, com mãos rachadas, vindo de ônibus, sem condições sequer de pagar um hotel, colonos desesperados e que têm apenas uma esperança, ser indenizados pela propriedade construída, o galinheiro, o galpão, a cerca, se for o caso, e uma casa antiga, daquelas velhas ainda, de madeira. O que essas pessoas farão? Para onde eles irão? Se tem que colocar os índios, não sei onde eles estão, se existe o amparo, se existe a lei, se eram donos – aliás, donos eles eram do Brasil. A minha terra, o Balneário Camboriú, é uma cidade turística, tem uma praia que era um cemitério de indígenas, sambaquis estão lá. Tanto que o nome Camboriú é de origem indígena. E assim vários lugares, como Copacabana, parece-me, e parte de São Paulo. O Brasil era deles.

Tenho o maior respeito pelos índios, pela sua cultura, pela sua preservação. Com certeza, não partirá de nenhum homem público nem de nenhum de nós a intenção de prejudicar os índios, e muito menos acabar com eles. Quando se fala em acabar com os índios, acho que isso é uma agressão, até uma ofensa àqueles que defendem o direito de propriedade, o direito adquirido. Eles têm que ser preservados, precisam receber condições de trabalho, ter posse da terra, mas para colher e plantar e não apenas para ter só a terra ou apenas tirar madeira.

Também sabemos, como V. Exª diz, que somos usados até como chacota no exterior quando se fala que estão querendo acabar com os índios, mas também há o interesse daqueles que não preservaram, de muitos europeus, que desmataram e que têm interesse no Brasil, e a forma com que manipulam.

Fica aqui esse comentário e a minha pergunta: o que a Funai (Fundação Nacional do Índio) está fazendo além de ajudar os índios, que merecem a ajuda e a proteção desse órgão sério, competente, certamente bem dirigido por V. Exª? O que os senhores estão pensando em relação ao colono, ao trabalhador? Qual é o caminho? Existe um projeto, um meio, por parte do Governo, para assentar essas pessoas, ou é mais gente sem terra, mais gente desempregada, debaixo da ponte? Existe um caminho para tudo isso ou é apenas só a questão de um lado?

Para mim também seria muito fácil fazer um discurso e defender o lado A ou o lado B, mas a minha preocupação é qual é o caminho para esses que dizem que querem sentar, conversar e solucionar o problema, como fizeram em Ipuaçu e dividiram terras com os índios, como fizeram em Abelardo Luz com nove famílias de índios, dando-lhes uma área de terra. Estão lá assentados. E esses de Abelardo Luz disseram que estão bem, depuseram em Florianópolis que receberam as terras numa área da universidade agrícola que existe em Abelardo Luz. Receberam dez ou doze hectares, ou por família ou para todos eles, e eles estão bem, bem

integrados com a sociedade. O que ocorreu lá foram os índios que vieram de outros Estados, inclusive tendo sido dito num depoimento para a Polícia Federal e no Ministério Público que foram conduzidos pela Funai. Esse é o depoimento, eles têm fotografias e documentos e certamente mandaram para esta Comissão.

Então a pergunta: além dessa intenção de contribuir, de ajudar, de manter os nossos guerreiros e os primeiros moradores do País, que são os índios, o que se fazer com os colonos? Qual é o projeto, qual é a intenção do Governo? Ou não há nenhum órgão que defenda os agricultores?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Seria bom S. Exª responder logo quanto ao caso específico de Santa Catarina para não misturar e ficar mais objetivo.

Com a palavra o Sr. Mércio Pereira Gomes para responder.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Senador Leonel Pavan, muito obrigado por suas palavras, suas ponderações, suas reflexões, com as quais estou de completo acordo. Acho que V. Exª fez uma análise que eu faria numa aula de antropologia, faria num plenário ou em qualquer situação. Acho que temos em Santa Catarina uma questão muito grave, como o Sr. falou, onde em determinados momentos houve muita tensão que temo aumentar em alguns lugares e diminuir em outros.

Acho que a questão de Abelardo Luz foi a que chamou mais atenção por causa da morte do fazendeiro, desse senhor que fazia parte da liderança do sindicato dos fazendeiros. Vou explicar um pouco essa situação. Lamentei muito essa morte e quero, em primeiro lugar, dizer que a Funai não sabia da vinda de índios na passeata, que estava sendo programada por eles, de Abelardo Luz, e nem da vinda de índios de Mangueirinha, do Paraná, de onde veio grande parte.

A base era de Abelardo Luz, com 130 índios, na área que foi colocada à disposição pela Faculdade de Agronomia, como o Sr. falou, estavam lá há algum tempo, onde eles poderiam estar na expectativa de que uma área ao lado de Abelardo Luz de um mil, novecentos e oitenta hectares. Por isso, temos que fazer diferente. Ali estão brigando por um mil, cento e oitenta hectares, em Santa Catarina, em Abelardo Luz. É uma área do qual, segundo estudos, foram retirados, ainda na década de 60, e levados para Chapecó.

Como o Sr. falou, tem situações diversas em Santa Catarina de consolidação de território, de relacionamento integrado entre Kaingang, Guarani e populações vizinhas, assim como no Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Não devemos nos enganar que é uma relação perfeita, pois há muita discriminação com os índios, mesmo nas boas maneiras...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Peço desculpas mas estamos tendo votação nominal neste momento. Então, suspenderemos por alguns minutos enquanto vamos lá, votamos e voltamos para continuar ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vamos retomar a reunião. Estava com a palavra o Dr. Mércio, respondendo às indagações do Senador Leonel Pavan.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Senador Leonel Pavan, estava dizendo que estava de acordo com as reflexões de V. Exª, com a análise feita por V. Exª, em tantos aspectos do relacionamento entre esses casos específicos dos povos indígenas que vivem em Santa Catarina com os colonos.

Fiz a observação anterior de que qualquer menção de que a Funai tenha levado os índios de Manguerinha para atiçar ou criar um conflito, um caso com os índios que estavam nessa área em Abelardo Luz, não é verdadeira. Fomos surpreendidos, na segunda-feira de manhã, com o fato ocorrido já na madrugada de domingo para segunda-feira.

Neste sentido, gostaria de dizer, porque a Funai já foi acusada de ter esse comportamento em relação à questão de Japorã, dos índios da área Porto Lindo e da questão com os fazendeiros da região, acusações de que a Funai aliciava outros índios. Em Mato Grosso também se falou isso que se aliciavam índios do Paraguai e que estava fazendo essas coisas...

Neste sentido, gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores que a Funai não faz essas coisas, não busca aliciar índios para questões, não toma iniciativa de demarcação de terras, mas respeita, acata, e recebe as demandas dos índios. Não vai buscando onde tem terra, dizendo que é de índio para colocá-lo lá dentro. A Funai é um órgão estratégico do Governo brasileiro. Tem uma função especial dentro do Governo e não é de inventar terras para índios. Pode ser que alguém esteja fazendo isso, mas isso não faz parte da Funai. Então, ela não insufla índios, como às vezes falam, nem atiça índios contra colonos. Isso não fazemos. Se há índios que estão em suas terras e não falam nada sobre reivindicações de demarcações é a Funai. Ela não abre espaço para essas reivindicações. É claro que alguns índios podem ter dito que foi a Funai, que estavam quietos em seu canto e, de repente, a Funai chegou e disse: vamos lá, tem terra. Pode até ter dito isso, mas isso não é verdade. É um modo de analisar a situação, mas isso não faz parte da Funai, buscar, digamos, para usar uma expressão popular, "sarna para se coçar". Se não houvesse mais demandas e situações indígenas, declararíamos que as terras indígenas estão demarcadas. Em havendo, tomamos a responsabilidade de trazer isso para a sua realidade.

No cerne da sua questão, da sua preocupação, Senador, que é a preocupação da tensão, que aqui está o Senador Juvêncio da Fonseca, de Mato Grosso, que também vivencia essa preocupação, o cerne da preocupação de Santa Catarina e de Mato Grosso é a tensão existente e a solução para o problema. Se há um reconhecimento de terra indígena, o que fazer com os colonos? E nisso, têm toda a razão os Srs. Senadores, que defendem esta causa, que é uma causa nobre, a causa dos colonos, que de boa-fé entraram em terras reconhecidas, posteriormente, como indígenas, muitos de boa-fé, muitos.

E há uma solução. Nós estamos procurando uma solução, mas algumas indicações, algumas iniciativas foram tomadas já. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul fez isso durante muito tempo, uma área que era reconhecida indígena e que tinha colonos de boa-fé, que a Funai, como V. Exªs sabem, se é reconhecida uma área indígena, essa área não pode ser comprada, porque automaticamente pertence ao patrimônio da União. As terras indígenas fazem parte do patrimônio da União. Então, a União não pode comprar aquilo que lhe pertence. O que estava ajudando eram os Governos dos Estados. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Funai e a União encontraram uma solução em várias áreas indígenas. Isso é uma alternativa. Uma alternativa que temos pensado muito na Funai, em conversas inclusive com o BNDES. Estive já com o Presidente Lessa falando sobre isso, de criar um fundo para ressarcir valores dessas terras. Mas de nenhum modo, e o Senador já propôs aqui de criar uma mudança, uma emenda à Constituição sobre esse aspecto, iria resolver a questão, mas criaria precedentes constitucionais. O que dificultaria de modo extremo, inviabilizaria o Estado, o Brasil por todo o trabalho que tem sido feito.

Então, a iniciativa dos Estados junto à União, no sentido de recursos pode ser uma solução. A solução negociada é esta. Acredito. Não sei exatamente os termos nos quais se cria um fundo que avalie de modo equânime o valor dessas terras, uma vez reconhecidas, uma vez negociadas, uma vez definidas.

Penso que isso pode ser uma solução, Srs. Senadores. Não digo que a tenho alinhavada completamente, mas o exemplo do Rio Grande do Sul pode ser mais bem discutido em algumas áreas.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Desculpe-me. Permita-me, Sr. Presidente, para tentar elucidar isso. V. Exª diz: estão achando um caminho, achando uma solução, há uma solução, é possível criar um fundo. Está tudo muito vazio, porque as terras estão sendo demarcadas e os índios estão entrando. Ainda está muito assim, não há uma decisão. Vou dizer o seguinte: os índios têm o direito, e acho que vocês não vão fazer bobagem de fazer alguma coisa que não seja o correto, mas é muito vazio ter uma solução, estamos achando uma solução, é possível criar um fundo, pode mudar a lei. Não, mas acontece que eles estão demarcando e os índios já estão entrando e estão brigando com os colonos.

Não houve uma reunião, uma vez, do Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina com V. Exª, na Funai, quando definiram representantes do Governo, representantes dos índios, representantes dos colonos para fazer uma comissão e discutir e se parava a demarcação até que se achasse uma solução? Não houve isso para evitar mortes e conflitos? É isso que tem que se fazer. Se já houve esse pedido, vou dar uma sugestão: deveria parar e formar essa comissão para achar uma solução, porque, se se demarca que aqui é dos índios, pronto, ótimo, é dos índios, eles vão entrar. E os colonos vão para onde? Vocês vão entrar, as terras são de vocês. Agora esses aqui vão para outra, vão para lá, onde tem isso e aquilo. As terras vão ter insumo agrícola, trator, máquina. Também tem que achar solução para aqueles, porque todos são brasileiros. Todos precisamos do País e somos dessa terra. Então, há necessidade de se dizer qual a solução definitiva, sem empurrar ninguém, porque você não vai empurrar para um abismo e arriscar se o cara vai morrer até chegar lá embaixo ou não. A solução precisa ser dada pelo Governo. Eu não sou Governo. Eu sou Senador. Pode ser o Governo do Fernando Henrique Cardoso, o do Presidente Lula, qualquer tipo de governo, não interessa. A União é que tem que resolver. Ela tem que achar a solução também para aqueles que estão saindo. O Geisel esteve em Chapecó, Santa Catarina, onde chamou os colonos e deu um título de terra para eles. Se o Presidente deu, foi a Uniao que deu. Quem é o responsável? Alguém, o Presidente, que é a figura máxima do País.

A minha preocupação, desculpe-me interromper, mas é questão de achar o diálogo, senão vai ficar vazio, sem encontrar uma solução definitiva. Não se pode dizer que a terra é de A ou B, se não tiver o lugar para assentar o outro, ou o índio ou o colono, mas tem que ter o lugar.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, V. Exª tem toda razão, mas ainda não houve a constituição desse grupo. Na última reunião que houve em Santa Catarina, com os representantes de Santa Catarina, ainda no fim do ano passado, foram levados os documentos de uma determinada área de Abelardo Luz, que se chama Toldo Embu, para eles fazerem um estudo sobre essa ela. O Procurador e o Secretário de Segurança estiveram com o Governador para fazer

isso. Parece que o que aconteceu em Santa Catarina, e também em Mato Grosso do Sul, é que, antes até da publicação de decreto de demarcação – no caso de Mato Grosso, antes até do estudo antropológico –, deu-se uma precipitação. É claro que isso estava no horizonte de possibilidades, mas isso é muito raro de se precipitar em cima de algo que ainda não aconteceu. No caso que V. Exª está falando, do Município Saudades, que é uma terra indígena chamada Araçaí, e no caso de Toldo Embu, em Abelardo Luz, elas ainda nem foram declaradas como áreas, mas já se precipitou isso. Fomos tomados de surpresa no caso de Abelardo Luz. Sei que o caso de Araçaí também é muito grave e difícil. V. Exª tem toda a razão também. O caso de Ibirama já é um que o Ministro publicou uma portaria declaratória de demarcação de terra. Então, houve uma precipitação, mas lá, pelo que entendo, está até mais calmo do que nessas outras áreas.

Sempre há essa possibilidade, mas ainda há a formação desse grupo em Santa Catarina, em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso. Com os três Governadores nos comprometemos a fazer comissões e levá-las lá, junto ao Governador. Estive com o Governador de Mato Grosso do Sul diversas vezes no Ministério e também no seu Palácio. Estive com o Governador Luiz Henrique aqui no Ministério por duas vezes, mas ainda não tive o prazer e a honra de ser recebido por S. Exª lá em Santa Catarina. Faremos isso também.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Perfeitamente. Teremos muito prazer em fazer isso e em levar a S. Exª o que temos em mão, o que está ao alcance do conhecimento da Funai sobre esse assunto, dentro das possibilidades que temos para resolver e das dificuldades que surgirão, pois temos de mapear também estrategicamente as dificuldades que aparecerão. O Governador tem ciência de tudo isso e creio terá a premonição de todas as conseqüências que pode haver para montar uma estratégia clara.

O que quero dizer sobre Santa Catarina, Senador, se V. Exª me permite agora, é que estávamos nos preparativos disso, assim como em Mato Grosso do Sul já está mais avançado. Não esperávamos isso que ocorreu, que foi grave – e lamento profundamente pela família, a quem passei um telegrama sobre a morte do filho. Parece que de novo há um incêndio ocorrendo no local.

Às vezes, as coisas se precipitam. Agora, em Mato Grosso do Sul, houve uma nova precipitação. Temo que em algum lugar, e o Senador talvez já esteja ciente de que lá no Município de Antônio João talvez tenhamos mais um acontecimento semelhante ao de Japorã, pelo qual lamento.

A Funai monta uma certa estratégia, tem uma racionalidade no seu Departamento de Assuntos Fundiários e nos outros Departamentos, e busca relacionar-se com os administradores. Estamos descentralizando os recursos, dando autonomia aos administradores para que façam as suas negociações, mas as coisas se precipitam, saem de repente do controle, mas corremos atrás do prejuízo, sempre esperando que haja o mínimo de dano a todos.

Os Senadores do Mato Grosso do Sul e os que acompanham isso sabem do milagre que foi ali em Japorã não ter havido morte, não é Senador? Foi um milagre não ter havido morte. E aos índios também, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não, se V. Exª me permite...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Houve vários que se encararam em vários momentos...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, já que S. Sª disse que...

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não é uma provocação, Senador.

Deixe-me concluir então... Santa Catarina. Acho que, Senador Leonel Pavan, acato a sugestão de V. Exª com muita satisfação e as suas ponderações também, que são muito importantes para nós.

Estamos cientes de que não queremos mortes, confusão, pois tentamos dissuadi-los, sob vários aspectos. Mas a questão indígena, nessas áreas de tensão e de conflito, vem crescendo há uns 15 anos: é uma panela de pressão cujo apito temos de abrir para sair a pressão. Não se pode, de repente, tirá-lo porque isso não ocorre, nem adianta segurá-lo de vez.

Há uma negociação política, uma administração cultural nessa relação toda que deve envolver todas as pessoas de responsabilidade do Governo brasileiro, incluindo naturalmente o Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Já que o Senador Leonel Pavan está satisfeito com a explicação, concedo a palavra...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Estarei satisfeito quando houver a solução.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a explicação pelo menos, não é?

Com a palavra o Senador Augusto Botelho, que já tinha pedido antes do Senador Juvêncio da Fonseca a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente. Mozarildo Cavancanti)

Senador Augusto Botelho, que já havia pedido a palavra antes do Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, e Sr. Presidente da Funai, farei uma pergunta que fiz, há uns trinta dias, ao Sr. Ministro da Justiça, que estava ao meu lado. S. Exª não me respondeu, mas quero resposta para esta pergunta. Por que no Estado de Roraima – não sei como é no Mato Grosso ou em Santa Catarina, etc -, as áreas indígenas são sempre lotadas em cima das reservas minerais ou foram ampliadas, posteriormente, para atingir as reservas minerais descobertas depois? Essa é a primeira pergunta e, provavelmente, não obterei a resposta agora.

O Presidente da Funai, Dr. Mércio, fez umas considerações que deram a impressão de que, nesses últimos vinte anos, em que a população aumentou duzentas mil pessoas, elas foram todas para a área indígena; deu a impressão de que todas invadiram a área indígena.

O senhor precisa conhecer Roraima e ir lá. V. Exª ainda não foi lá e está devendo uma visita ao meu Estado, pois o Presidente da Funai decide sobre a vida dos habitantes do meu Estado e nunca colocou o pé lá. É uma cobrança que faço ao senhor. O Sr. Ministro esteve lá; andou nas regiões, conversou com as comunidades, mas, infelizmente, o papel da Ministério da Justiça e da Funai é defender os índios. Por isso, nós que vemos as coisas de forma a resolver os problemas, não entendemos, muitas vezes, por que eles são assim. Mas, eles são ocupados em defender o índio. Então, eles têm de defendê-lo sempre.

Esses duzentos mil habitantes que foram para lá, Sr. Presidente, ficaram na cidade. A cidade, hoje em dia, tem quase 220 mil habitantes. A maioria foi assentada em regiões no Sul e no Oeste do Estado, pelo Incra. São assentados rurais. Os que tiveram na área indígena foram os garimpeiros, que são como leva; ele vem e vai embora; vem e vai embora. Assim, são os garimpeiros. Os lanomâmis foram postos para fora, mas, quando esgotasse, eles iriam embora. Lá, na área da Raposa Serra do Sol, começaram a garimpar, mas saíram também, e não estão mais lá. Essas pessoas que ele diz que existem lá, que ele diz serem 500, mas acredito que são duas mil pessoas, são os que ficaram. São pessoas que estão na segunda ou na terceira geração e que nasceram no local. Creio que a Funai não se preocupa com essas pessoas. Por isso, era bom o Senador Pavan ouvir, para S. Exª saber que lá, com os colonos deles, que eles chamam de fazendeiros.

Quando a Funai diz fazendeiro na área da Raposa Serra do Sol, é fazendeiro cuja indenização – dos que receberam, pois somente alguns recebem – é R$ 3 mil, R$ 4 mil, R$ 5 mil, R$ 2 mil. Os que receberam maior indenização foram os da área de São Marcos. Eles receberam indenizações sobre as benfeitorias. Eu desafio o Presidente da Funai a fazer o que eles ficam dizendo que vão fazer, ou seja, dizer se a Funai ou o Incra, ou o Governo Federal já reassentou alguma pessoa que foi retirada de suas propriedades, de suas terras, para transformar em área indígena. Eu gostaria que o senhor citasse o nome de um cidadão de Roraima. São mais de três mil pessoas, de pequenos proprietários rurais, chamados fazendeiros pela Funai e pelas ONG's, que fazem um discurso, para dizer que estão lá.

Essas pessoas convivem com os índios há muito tempo. Os que foram aventureiros para lá já saíram, mas os que estão lá e os que vivem nessas vilas e que eles querem tirá-los de lá, a casa do morador da vida não dará nem R$ 7 mil de indenização. A melhor, talvez, dê R$ 10 mil. Aí, o que ele vai fazer? Vem para Boa Vista, viver no subemprego, a filha dele vai ser prostituta, mas isso não interessa nada à Funai nem ao Governo Federal, porque, em Roraima, estão fazendo isso há trinta anos. A culpa não é do Lula, não. O Presidente Lula até que, em relação aos índios, fez muito no meu Estado. S. Exª já reconheceu 800 mil hectares, no ano passado, no ano passado, em cinco áreas indígenas. E os "ongueiros" ficam dizendo que o Presidente não fez nada, pressionando para que S. Exª a demarcação da área Raposa Serra do Sol. S. Exª até hoje não assinou a Raposa Serra do Sol, porque o Lula já esteve lá várias vezes, quando S. Exª era apenas candidato e metalúrgico, fazendo campanha. Então, S. Exª conhece e sabe como são as pessoas, e sabe que lá não há nenhum fazendeiro. O senhor fala, em todo momento, que há fazendeiro na Serra do Sol – Havia um fazendeiro, os outros, se houvesse cinco com mil cabeças de gado, era muito. O restante, eram poucos, cem, duzentos, trezentos, cinqüenta. E os colonos?

Essas pessoas que vivem nessas cidades e Funai quer expulsá-las de lá, elas vivem de agricultura familiar. Um parente ajuda o outro. Essa história de dizer que ninguém será posto para fora, pois é casado com índia, é uma informação inverídica dos senhores, porque há o Sr. Dílson Cabral, que foi colocado para fora e tem até neto. Há descendentes de índios dele lá postos para fora. Ele teve que ir à Justiça para conseguir retornar ao seu lugar de origem, mas na região de Amajari, não é nessa região de Serra do Sol. E as indenizações são assim: o Sr. Altamir Queiroz, que es-

tava esperando indenização há vinte anos. Fazendeiro, segundo denominação da Funai, é igual a invasor. Outra denominação que eu também não gosto e a Funai usa muito, bem como o pessoal das ONGs, em Roraima, é chamar as vilas de corrutelas, que são prostíbulos em área de garimpo. Chamar as pessoas ou as mães das pessoas que vivem lá de prostitutas é falta de respeito com o cidadão. Então, a indenização do Sr. Altamir Queirós, depois de vinte anos, foram R$3 mil.

Em Canoinha foram postas para fora várias pessoas que tinham propriedade no local, algumas já com títulos, algumas foram para lá, outras estavam ali, nasceram lá, pediram uma declaração da Funai para confirmar se aquela área era ou não indígena, já que o Incra titulou algumas áreas e mesmo adiantou o processo de titulação. No entanto, essas pessoas foram postas para fora de lá. Eu gostaria que o senhor citasse o Canoinha, na próxima vez, que o senhor não vai ter isso hoje. No próximo encontro, procure saber quantas pessoas de Canoinha já foram indenizadas? Ninguém, da área indígena de Canoinha, foi indenizado. E lá em Roraima é assim. Então, deverá ser assim também no Paraná e em Santa Catarina.

Esses um mil e oitocentos hectares que estão reivindicando agora são só por três anos. Daqui a cinco ou seis anos chegará um "ongueiro" lá, um antropólogo, fará um estudo e dirá: "Não, tem que ser dez mil hectares!" Aí começa outra confusão, outra instabilidade. E às vezes, como no caso da Raposa Serra do Sol, onde a Funai quer impor uma demarcação em área única, a maioria das pessoas que vivem lá não quer dessa forma. É em área única, mas querem deixar umas das vilas, porque conhecem o pessoal da vila! São parentes deles, a maioria. Então, é isso que eu gostaria de deixar claro e gostaria que o Senador Pavan estivesse ouvindo, para saber o que vai acontecer com o pessoal dele.

Esses conjuntos de arrozais que têm ali e estão na borda da área Raposa Serra do Sol foram incluídos na terceira ampliação da área indígena, porque quando foram para lá não era área indígena ainda, tanto que lá existe terra intitulada pelo Incra.

Passaram essa informação errada para V. Exª. Ontem, eu vi V. Exª falar lá e não quis contestá-lo, para não esticar mais a conversa, porque estava muito tarde, quase nove horas da noite e estávamos ali. Então, foi esticada a área indígena depois. E, realmente, a principal atividade econômica do meu Estado resulta da produção desses 40 produtores de arroz. A atividade deles é responsável por praticamente seis mil empregos diretos e indiretos.

O Governo Estadual fez concurso público e vai desempregar doze mil pessoas no meu Estado agora. Vão ficar fora do concurso doze mil. Se V. Exª desempregar mais seis mil, vão ficar dezoito mil pessoas desempregadas, numa população de trezentos e vinte mil habitantes. É um problema seriíssimo, muito grave. Eu acho que o Presidente Lula precisa ver isso também.

Por isso, definição de área indígena e área ecológica não devem ser decididas por um burocrata ou somente por um antropólogo, mas precisa ser discutida por pessoas que têm representatividade perante a população, são escolhidas pelo voto, criticadas e avaliadas de quatro em quatro anos, ou de oito em oito anos. Isso é uma função que deveria vir para o Senado. É algo muito importante, mexe com a vida de muitas pessoas. Não dá para ser uma decisão somente do ponto de vista antropológico apenas de um lado.

Eu também estranhei – coisa que eu não sabia – o fato de que algumas organizações estrangeiras – nós sempre falamos – têm interferência, no caso da Raposa Serra do Sol. Existe uma carta de alguns Senadores, quatro ou cinco americanos, pedindo para demarcar logo a área. Existe abaixo-assinado de italianos. Por que eles ficam se metendo aqui? Quem pagou o serviço de demarcação, segundo informações, foi a Alemanha.

Então, quando se diz que os estrangeiros têm interesse nessas áreas, é verdade. O Brasil precisa tomar uma posição, ou então nós vamos perder aquela parte, as reservas, as províncias minerais e o povo também, porque o povo dali é meu irmão, são índios de Roraima, brasileiros também! A maioria deles quer ser brasileira.

Quanto a esse deslocamento indígena, V. Exª se prepare que será assim mesmo. Na Raposa Serra do Sol, quando foi feito o primeiro laudo antropológico havia dez aldeias. Depois, mudou para trinta; depois, quarenta. A última, agora, é cento e cinqüenta e uma. Mas as aldeias do CIR, a da Onça, por exemplo, é o marido e a mulher. É uma aldeia. São cento e cinqüenta e uma aldeias. A maioria das aldeias, realmente, são área como a Funai quer, porém, essa maioria das aldeias não é a maioria da população de lá. Eu acho que se a Funai tem certeza de que as pessoas querem o contínuo ou o descontínuo, ela já teria se posicionado.

Os nossos indígenas, graças a Deus, os meus irmãos de Roraima indígenas, já estão num nível de conhecimento em que podem tomar as decisões por eles mesmos, não precisam de um antropólogo estar dizendo nos ouvidos deles ou escrevendo para eles o que querem, não. Então, eles podem muito bem decidir o que eles querem não. Então, eles podem muito bem decidir o que eles querem. Como os Ingarikó, que estão sendo incluindo dentro desse "panelão"

que vocês estão fazendo lá, é um povo que não quer ser incluído. Eles querem a terra deles definidas como deles, e se fizerem da forma que estão querendo fazer, vai haver conflitos e mortes. E essas mortes vou atribuir, na tribuna do Senado, ao Senhor, ao Ministro da Justiça e ao Presidente Lula, infelizmente. Por que a responsabilidade do que houver depois será unicamente dos Senhores.

Era isso o que queria dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passo a palavra ao Dr. Mércio para as explicações e conclusões.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Senador Augusto Botelho, obrigado, uma vez mais, pela sua sinceridade, franqueza e veemência com que defendeu suas posições que são completamente legítimas e dignas do respeito de todos nós. Algumas delas talvez sejam assuntos que eu não poderia dar aqui exatamente ao Senhor, mas posso apresentar aqui a essa Comissão a lista de todos os fazendeiros, todos os pequenos produtores rurais, com o número de suas fazendas, o número do gado que eles têm, que foi feito, desde 1999, sobre a Raposa Serra do Sol. Aqueles que foram ressarcidos, 140 que foram ressarcidos, e os valores com os quais eles receberam. Isso, essa Comissão pode ter, se ela achar necessário, podemos enviar isso, no mais breve espaço de tempo.

De modo que o Senhor entenda exatamente que a Funai despendeu dinheiro com isso e que alguém recebeu, devem ter sido eles próprios. Eles se retiraram de boa-fé, também, não foram expulsos, não foram violados em nenhum sentido físico da palavra, em nenhum sentido administrativo. Essas contas nós temos, apresentamos, são de público, e os Srs. Senadores têm acesso a elas quando quiserem.

Isso pode esclarecer o Senhor quem é que foi ou não assentado. O Senhor cita esse caso, algumas vezes. Eu me comovo que esse Senhor tenha que pedir à Justiça para voltar, no caso desse Dilson Cabral.

Asseguro ao Senhor, que existem tantos outros casos de casamento entre brancos e índios que não precisou fazer isso, de forma alguma. Então, não sei exatamente dizer porque isso aconteceu. Acredito que os Macuxi têm um relacionamento muito consolidado, naturalmente muito mais do que os Ingarikó, muito mais do que os Taurepang e do que os Patamona, que são uma minoria. Os Patamona são uns 50 ou 60, os Ingarikó são uns 700, um pouco mais. E eles têm uma visão muito clara, tanto de uma posição como de outra.

Ouvimos, ontem, na Câmara – alguns dos Srs. Senadores não estiveram presentes o tempo todo, o Senador Augusto Botelho sim – o depoimento dos índios Macuxi, os que defendem e os que não defendem essas novas medidas da Funai. Os depoimentos são muito claros, muito lúcidos nas suas posições. De modo que não tenho a mínima dúvida de que eles são donos do seu destino, e vão trabalhar pelo seu destino.

Também, não sei se o Senhor estava na ocasião em que falei, são 151 comunidades, 125 são favoráveis. Aí o Dr. Rodolpho falou: "Epa, não é isso tudo. O que é isso? A maioria é contra. Não é Jonas Marcolino?". Daí o Jonas foi dizer quem são,..."Não, só temos 25 aldeias a favor. Mas, as nossas são mais populosas." Então, ele disse que as nossas são mais populosas. Temos uma listagem das populações de todas essas aldeias também, de 1999. Podemos também fazer isso chegar as suas mãos para ver esse quantitativo.

De modo que o Senhor disse que uma aldeia são duas pessoas, não vou contestar isso, nem vou trazer os dados para dizer que outra aldeia, que seja possível também ter duas famílias.

Enfim, não vamos entrar no detalhamento, mas, acho que os dados falam por si mesmo, e a presença do Sr. Jonas Marcolino confirmando que só são 25 aldeias, também foi fundamental para esclarecer uma acusação que dois Deputados estavam fazendo, que eu estava trazendo números mentirosos. Isso foi importante naquela altura do depoimento. A sua reflexão, Senador, sobre o processo de demarcação estar no Senado, fazer parte do Legislativo, creio ser uma questão importante que S. Exª poderá trazer. Na tradição brasileira, é o Governo Federal que tem feito as demarcações – e o Senado é do Governo Federal. Contudo, toda vez, na história brasileira, em que os Estados cuidam da questão indígena acontecem mortes com desmembramento de terras indígenas. Pode ser que esteja mudando. Muitos Estados passaram a criar suas Secretarias Indígenas. Roraima, Amazonas, Mato Grosso e Acre são exemplos. Alguns Estados , os Secretários são os próprios índios. Mato Grosso não tem essa Secretaria. A tendência dos Estados é implantar uma política indigenista que, espero, venha auxiliar as deficiências que o Governo Federal tem. Eles darão conta que, quando entrarem no âmbito da questão indígena, vão sofrer. Vão saber o que é a questão indígena. Esperam que sejam dedicados ao assunto. Enfim, o senhor tem essa reflexão.

Por fim, o que é uma preocupação do Senador Leonel Pavan, aonde vão as pessoas? Sempre que a Funai faz esses estudos, ela leva gente do Incra para ver isso. E a preocupação do Governo Federal, no Governo Lula, tem sido maior ainda. Toda essa preocupação do Presidente em relação à demarcação é com a visão de que devemos assentá-las. Há essa tradição, Senador... Não posso dizer sobre qual área de Roraima houve ou não. Em todas as 32 áreas... Está todo

o mundo perdido por aí... Tudo bem, Sr. Senador, é V. Exª quem diz isso. Eu não posso responder, porque este é um dado que não me compete. Como antropólogo, já vi acontecer no Maranhão. A cidade se chama São Pedro dos Caceiros. Está toda assentada pela Governadora Roseane Sarney, que fez um trabalho conjunto com o Incra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu tenho esperança de que Lula, como é um humanista, corrigirá essa injustiça feita no meu Estado. Há 30 anos as pessoas saem e vão ser mendigos na cidade. Creio que o direito de receber... Inclusive, há pessoas nominadas por Presidente da República, determinando que o Incra as reassentasse, juntamente com a Funai, e não foi feito nada. Por isso, tenho a esperança de que o Governo fará coisa certa. Lula veio para corrigir injustiça neste País. É um operário que chegou ao poder com a ajuda do povo. Está com dificuldades porque é difícil fazer as coisas por aqui. Tenho a esperança de que ele corrigirá essa injustiça e reassentará todos os que estão vivos e, os que não estão vivos, terão os seus descendentes em áreas para continuarem a sua vida de agricultor.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor. Acredito que isso acontecerá. E, por essa cautela, ele tem dado tempo de reconhecimento da situação e de ter enviado uma Comissão interministerial para fazer essa avaliação. A Comissão está produzindo o seu relatório. Inclui um relacionamento muito forte com o Incra, inclui colocar à disposição uma série de próprios do Governo Federal para o Estado, de reconhecimento da estadualização de terras em certos níveis, em relação a assentamento de pequenos produtores, em módulos de até 100, 500 e 2.500 hectares. E há o reconhecimento de que qualquer terra dada pelo Estado com mais de 2.500 hectares terá de passar pelo Senado Federal. Cabe ao Senado Federal reconhecer e verificar como é que ela pode fazer. A quem e como instruir isso. Nem mesmo sei se o Senado já fez isso em algum momento da sua história. No entanto, está na nossa Constituição ou é uma questão infraconstitucional, não sei, mas de qualquer forma é parte da nossa lei.

Por fim, Senador, se o senhor me permite mais um tempinho para falar sobre intervenção internacional. Isso também foi questionado pela Comissão Temática Temporária Externa da Câmara por vários Deputados. Isso é uma preocupação. Também os militares têm essa preocupação. Eu já fui a diversas reuniões de militares no Rio de Janeiro para falar sobre a importância ou não de áreas em fronteiras. Se nós olharmos o nosso mapa, as terras indígenas do mapa brasileiro, vemos que o Brasil tem mais ou menos – às vezes, falha um pouco no detalhe do número – 18.800 km de fronteira com outros países; desses, já existem 5.700 que são de áreas indígenas. Não há incidentes de área indígena que não sejam equivalentes a outros incidentes. Na verdade, em área indígena, é mais fácil, sobretudo na Amazônia, de você saber quem entrou, se é uma coisa que possa ser de importância para o Estado brasileiro do que quando não é. Por exemplo: recentemente, alguns madeireiros do Peru invadiram uma área no Acre. Em uma semana, nós sabíamos daquilo, levamos ao Ministério da Justiça, fez-se uma reunião com o Ministério da Defesa, um pelotão de Taumaturgo Ferreira, cidade do Acre, foi lá, conseguiu prender um dos madeireiros, espantá-los e conseguiu consolidar uma política de defesa do território. Isso foi feito porque estavam lá os Axaninca. Na medida em que temos em Roraima tantas áreas de fronteira sendo indígenas e houver resolvido todo esse problema de contrabando ou então delimitado, definido as prioridades da política brasileira policial em relação ao contrabando – faz parte de atividades ali naquela fronteira – a presença dos índios e o seu auxílio são tão bons quanto de qualquer outro branco que tenha nessa área. Então não há dificuldade sobre isso.

Agora, há também essa de que há um movimento internacional que visa demarcar áreas indígenas, talvez tendo algum outro interesse de consolidar nações indígenas: os Makuxi da Guiana com os de Roraima, os Ianomâmi de Roraima com os da Venezuela, os Ticuna do Brasil com os da Colômbia, os Axaninca do Acre com os do Peru e da Bolívia, os Guarani do sul do Brasil com os do Paraguai. Falam em nações que pipocariam, e um dia a ONU e os interesses iriam transformar isso em nações. Olha, essas acusações e outras do medo que temos de perder a Amazônia, isso é uma coisa atávica entre nós. Sabe por que a gente defende tanto fronteira, Senador? Porque somos descendentes de portugueses. Sabe por que os portugueses, aquele pequeno país de nada, englobado pelo orgulho de uma população dez vezes superior, a Espanha, se mantiveram independentes? Porque os portugueses são um povo tarado por fronteira, e isso eles nos transmitiram. Por isso é que o Brasil – Portugal com 900 mil habitantes e a Espanha com 9 milhões – pegou esse território com uma língua, que é a Última Flor do Lácio, que se está espalhando por aí. É por essa tradição. Então não tem jeito nenhum de alguém chegar e ousar tomar nossas fronteiras; estamos alertas. Isso é uma tradição portuguesa boa que temos. Ninguém tasca o que é nosso; pelo contrário, nós, na nossa tradição, tascamos o que é dos outros. O Mato Grosso do Sul... O Senador aqui sabe muito bem que a Guerra do Paraguai favoreceu ao Brasil, inclusive por causa da presença dos Guaicuru e dos

Terena que ajudaram naquela guerra. O Acre, tomara que não tenha um século – aliás, tem um século, foi comemorado o ano passado. Enfim, essa tradição de expansão brasileira assusta-os, os peruanos nos chamam de **imperealistas brasilenõs**; os paraguaios também têm uma afirmação mais ou menos equivalente. Então não tenho receio disso Senador. Não tenho receio de europeus e americanos querendo, eles tascam o Brasil. É claro que nos preocupamos, tem a água, tem todas essas coisas que são muito importantes para o futuro, mas mais importante que temos que nos preocupar é o fato de outros países de altas populações. Mas isso não tem nada a ver com a Amazônia. Um dia quando a China tiver comprando todo o gado, toda proteína brasileira nós estaremos de joelhos diante da China. Porque essa expansão do soja se deve à China e à Índia e eles vão crescendo a um nível de cinco, seis, oito, nove; dizem que é 10% que é a China, com uma população de 1.300 bilhão de pessoas, a outra 1.100 bilhão. A Índia cresce, está chegando lá.

Eles estão precisando de proteína.

Então nós é que devemos nos assustar daqui a 30 anos. E a única salvação para isso é a gente consolidar o nosso espírito nacional. Isso é uma outra questão de grande importância para o Senado brasileiro. ... cinco anos com o americano querendo a Amazônia, com a Alemanha. A Alemanha vive eternamente culpada com que fez durante a Segunda Guerra mundial. Eles têm medo de qualquer coisa que o acusem. Então não há a mínima possibilidade de ocupação, já que existe um sentimento de culpa.

Tem preocupação com a Amazônia? Tem.

Preocupação com o meio ambiente? Tem.

Preocupação com a biosfera? Tem.

Preocupação com a situação climática? Tem.

E nós devemos também ter. Porque nós temos e devemos veicular esse nosso temor e saber encontrar a nossa solução. Não é que seja compatível desenvolvimento agrícola com o meio ambiente. Não é.

Mas temos que fazer com que a nossa expansão de soja, que vai se expandir, porque esse mercado tem ainda 30 anos para frente, os chineses vão comer soja aí mais uns 30 anos. Que a gente saiba defender também, encontrar uma forma que os fazendeiros incluam na sua contabilidade de investimento a proteção dos mananciais, a proteção das florestas de galeria.

Então não temo. Os alemães não estão aí. Alguém disse aí, saiu com acusações da Funai, o Senador Mozarildo repercutiu aqui no Senado, não existe isso de alemão mandar em política indigenista no Brasil, não tem a mínima condição. Então acredito que temos que nos preocupar com um futuro maior aí, com o desenvolvimento da Amazônia, com consolidação do nosso sentimento nacionalista, sim, mas isso sem excluir os índios.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Funai, Sr. Relator, nobre Senador Delcídio Amaral, Augusto Botelho, meu companheiro aqui de Plenário, vou ser o mais objetivo possível que a gente possa compreender o que é que nós estamos tendo que resolver. Tudo isso está se dando em razão do conflito que pode existir, que é eminente, que já aconteceu, mas, às vezes, muito fragilmente. Conflito entre índios e não-índios; conflitos, às vezes, que não chega a vias de fato e à morte, como diz Dr. Mércio, por milagre.

Só queria rebater de início o milagre em Mato Gross do Sul foi por parte dos proprietários das terras. Imagina o senhor dentro da sua área de 300, 400 hectares, com a sua família, com a sua propriedade, com a sua atividade toda lá dentro e chega os índios e te põe para fora, dali com a sua família, sob violência, você é colocado no olho da rua e em seguida derrubam sua casa, roubam seu gado, corta o seu arame. Então se existe o milagre hoje, o milagre foi a paciência dos proprietários.

Os índios têm razão?

Têm. Eles estão aflitos querendo expandir suas aldeias em cima de propriedades privadas já tituladas.

Muito bem, mas a grande questão é o seguinte.

A Constituição define terra indígena como sendo a terra tradicionalmente ocupada pelos índios. Ao pé da letra, de acordo com a Constituição, tudo aquilo que estiver titulado está fora do tradicionalmente ocupado. E a terra está titulada e com posse do proprietário. É isso que está ocorrendo em Mato Grosso do Sul, em grande parte das terras em litígio.

Ora, se as terras estão tituladas e na posse dos proprietários, não há ocupação tradicional. Portanto, não se trata de terra indígena, porque, para ser caracterizada como terra indígena, de acordo com o laudo histórico e antropológico da Funai, deveria preencher o requisito recomendado para essas áreas de demarcação e de litígio. Não é preciso gastar dinheiro com antropólogos, que precisam ganhar dinheiro, são bons profissionais – V. Exª é um excelente profissional, um grande antropólogo. É preciso apenas que o território, historica e antropologicamente, seja terra indígena. Não adianta discutir.

Há, no Brasil, hoje 400.000 índios e 170 milhões de não-índios, todos brasileiros. O que restou para os índios e o que restou para nós? Uma história de violência, de expulsão, de morte e dizimação de índios. Não adianta dizer que devemos resgatar a história in-

vadindo terras de terceiros, de um dos 170 milhões de brasileiros. Sabemos perfeitamente, como V. Exª mesmo disse, que essas terras em conflito não podem ser desapropriadas, porque terra de índio é terra devoluta. Analisem ao pé da letra essa expressão terra devoluta e não invadam terra de terceiro, que já está titulada. Se está titulada, foi a União que deu o título, então, não é mais terra devoluta. Acabou. Não tem a natureza de terra devoluta a terra titulada pela a União e que já foi transferida de um, para dois, para três, para quatro proprietários, até mesmo por herança. E há pessoas na posse dessas áreas.

Em Roraima, a questão não está como em Mato Grosso do Sul – eu já disse isso em outra audiência pública. Nesse Estado, há uma expansão de áreas demarcadas sobre terras devolutas e demarcação sobre áreas devolutas, às vezes ocupadas por não-índios, mas também não tituladas. Esse é outro fato. Deve ser dado um tratamento diferente daquele das terras de Mato Grosso do Sul, onde terras tituladas foram invadidas por índios.

A solução que apresentei na última reunião, repito, está na PEC apresentada por 27 Senadores, da qual sou o primeiro signatário, que visa propiciar a desapropriação de áreas tituladas de terceiros legítimos proprietários, indenizando o proprietário, se não quisermos deixar o índio ao desamparo. Desapropriar para o índio e demarcar para o índio, como se desapropria para a reforma agrária, para o MST. É o mesmo; não há diferença.

V. Exªs foram testemunhas da resposta infeliz dada, nesta Comissão, pelo Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. S. Exª disse que conhecia a nossa proposta de emenda constitucional, mas era contrário, porque a União não tem dinheiro para pagar as desapropriações. Isso significa renunciar à obrigação do Estado de dar qualidade de vida para todos e compor a paz entre as pessoas, a paz no território. O Ministro da Justiça jamais poderia fazer uma afirmativa como essa, porque não é própria ao exercício da União, que deve trazer paz, tranqüilidade e prosperidade para a população. Se for preciso gastar dinheiro, gastem, sim. É obrigação do Estado.

Os índios invadiram terra que não é devoluta, mas particular, titulada pela própria União. Não posso desapropriar e lavar as mãos, deixar brigar, deixar derramar sangue de índio e não-índio. Esse milagre, citado por V. Exª, é próprio do brasileiro. O brasileiro não gosta de ódio, não nutre ódio contra ninguém. Não há como fazer com que a nossa sociedade tenha aquilo que existe em outros países, em outras culturas: o ódio, seja por motivo étnico, religioso, social ou outro. Não nutrimos ódio. E o milagre foi justamente esse estado de espírito cristão do brasileiro, porque se fosse pela Funai ou pela Procuradoria-Geral da República, já tinha havido morte. Por quê? Porque acontece o conflito, lavam as mãos.

O Superintendente da Polícia Federal de Mato Grosso do Sul me disse que esse acordo em Ijaporã estava pronto e acabado. Os índios se retirando pacificamente das áreas, voltando os não-índios para as áreas, o processo de demarcação tramitaria em seguida, mas chegaram os Procuradores da República – que são advogados dos índios, têm que fazer isso, não sei se V. Exª tem conhecimento disso – e disseram o seguinte: queremos ir com os índios, mas só nós com os índios. Houve a reunião, acabou a reunião, acabou o acordo também.

Não é assim que o Estado tem que resolver o conflito entre brasileiros, é diferente. Lembro-me que V. Exª falou que se está procurando um Fundo para ressarcir os proprietários que seriam desapropriados. Só se for um Fundo Constitucional para isso, como é o do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. A União já tem recursos para essas questões, é só ter obrigação legal, autorização legal para desapropriar que ele desapropria. Se não quer fazer essa desapropriação, não quer aderir a essa proposta, é porque não deseja desapropriar. E força essa interpretação da Constituição: terra tradicionalmente ocupada pelo índio é toda terra que antropólogo der o atestado. Não é bem assim. Estamos forçando muito essa questão, a Funai, desculpa a minha sinceridade, adota isso como princípio fundamental.

Não precisa mandar fazer laudo antropológico, todas as terras são indígenas, pela sua origem, pela sua natureza de origem e memorialmente falando, todas são indígenas. O Sr. falou de Antonio João, lá de Antonio João são terras que os índios invadiram, ocuparam e deram atestado antropológico que era terra indígena, com todo aquele processamento que o Sr. sabe e a justiça não permitiu, quer dizer, houve a reintegração de posse, não consegue fazer a reintegração de posse, porque ninguém quer machucar índio numa reintegração de posse. São os não-índios que não querem que isso aconteça.

Uma família com 70 anos dono da propriedade, passou de pai, para filho e para neto, toda vida econômica, tradicionalmente ocupando essa área, esses não índios e não são respeitados. O que está acontecendo hoje na Justiça com referência a isso? É muito simples, é o milagre do brasileiro de novo. Aplique-se a Constituição como aplicou em Ijaporã e em Iguatemi, a terra está ocupada, a invasão é um esbulho, o juiz dá a reintegração de posse, na hora de fazer a reintegração de posse, tirar os índios lá de dentro, há um recurso pelo Tribunal Regional Federal da Justiça

Federal, em São Paulo. Uma juíza, dentro desse milagre brasileiro de entendimento que não pode haver conflito, nem ódio, nem nada, ela se preocupou tanto com essa reintegração que ela deu uma solução esdrúxula, constitucionalmente falando. Absurda, judicialmente falando.

Reconhece o domínio de terceiro, reconhece o esbulho, mas dá um prazo para a Funai fazer demarcação e estabelece uma comissão de 20 índios na porteira de cada fazenda aguardando a demarcação. Isso é o fim do mundo, mas esse é o milagre do coração brasileiro e da brasileira que deu essa sentença que satisfez para ela. Ela não viu, em razão da "penada" dela, às vezes, uma situação de violência, mas, por outro lado, tem "n" famílias sofrendo miséria por causa disso, que também são brasileiros.

Sr. Presidente, país que tem lei, a lei não aplicada, sentença não é cumprida, é pais da anomia, país da anarquia. Há necessidade e se exercer a autoridade, doa a quem doer. No primeiro instante, pode ser que seja uma grande injustiça, mas o país amadurece, passa a ter regras que todos respeitam e não fica essa baderna que está aí na área rural. Não pode continuar isso. E estamos vendo que a insegurança que temos hoje na sociedade brasileira, nas grandes cidades, principalmente, Rio de Janeiro, São Paulo, nas regiões metropolitanas, é justamente porque estamos deixando de exercer autoridade. O Direito Penal, a execução penal está se flexibilizando demais e facilitando para o bandido tudo, até você cometer crime, você vai para a cadeia, sai, já está com prisão domiciliar, com **sursis**, com tudo e não precisa cumprir pena nenhuma. Então, está muito mais fácil cometer o crime. Este é o País da anomia, que, para mim, é país da anarquia. Vamos todos nós direcionar nossos esforços para que a União tenha condições, sim, de indenizar as propriedades para as quais ela própria deu o título, foi a própria União que deu o título. Como é que vai negá-lo? Não tem condições de negar. E vamos indenizar e compor a questão. O índio não será forçosamente reintegrado, tirado da sua invasão, porque temos pena do índio, temos resgate, uma dívida com o índio, mas também não causamos prejuízo àquele que não é índio, pessoas de mãos calejadas, cheias de filhos, que só sabem mexer com a terra, não têm outra atividade, graças a Deus, estão trabalhando, cuidando da sua vida. E vamos criar esse grande conflito, tirar pessoa da família, tirar do trabalho, jogar na rua, às vezes, até têm situação muito mais insuportável que o índio, porque este ainda tem o sacolão que dão para ele, têm a Funai para dar uma satisfação, para socorrê-los, têm as Procuradorias que estão aí para socorrê-los judicialmente e aquele que foi expulso da sua terra só tem o Poder Judiciário nessa circunstância que coloquei e não tem nenhuma assistência pessoal de recomposição da sua família. E todos, Sr. Presidente, são brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Dr. Mércio para as respostas.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Senador Juvêncio, mais uma vez, tenho muita satisfação em ouvir as suas ponderações e análises sobre a situação indígena brasileira, sobre as soluções.

Eu queria, primeiramente, responder por lealdade genuinamente sentida, e não só administrativa, para esclarecer a objeção que V. Exª fez ao Ministro Márcio Thomaz Bastos. O que o Ministro falou não é que o Estado não tem dinheiro para fazer as indenizações que virão, que poderão vir dessa avaliação que está analisando de terras que já estavam tituladas de boa-fé e que poderiam ser, dentro de uma nova concepção da relação dos índios com as terras então ressarcidas. S. Exª não estava se referindo a isso, mas que, se uma emenda à Constituição for realizada nesse sentido, o Brasil vai ser inundado de recursos de 420 terras que já foram demarcadas e homologadas nos últimos 50 anos. Então, é pelo perigo da retroação dessa medida sendo constitucional em que então o Estado estaria falido de fato e incapacitado para fazer isso. Não foi...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – V. Sª me dá um pequeno aparte?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O grande argumento dos indigenistas é o ressarcimento, é o resgate dos prejuízos causados aos índios. Imagine se essas demarcações causaram prejuízos a terceiros, legítimos proprietários, que não acredito, devem ser pouquíssimas áreas que estavam tituladas e foram demarcadas, pouquíssimas.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Que estão demarcadas no Brasil?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Demarcadas e tituladas para terceiro.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – No Brasil?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – No Brasil.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não, senhor, todas as áreas do Nordeste...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – .... tituladas e já demarcadas?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, sim, no Nordeste, tem muitas áreas assim que foram demarcadas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas é hora de ressarcir, é hora de indenizar, precisa-se indenizar, é a mesma coisa a dívida que temos

com os índios. Por que, para um vale o argumento, e, para outro, não? Por que dois pesos e duas medidas? E o sofrimento daqueles que ficaram sem suas terras e pagaram por elas? Penso que têm que ser ressarcidos. A União e o Estado não podem ter esse medo. O Estado é feito para isso. Então, não seria Estado.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Mas a minha objeção à sua observação, Senador, é no sentido de que ele estaria fugindo da obrigação do Estado, o que não é verdade.

Nós temos pensado muito em como encontrar essa solução. Alguma solução há de vir. Essa coisa do Fundo que V. Exª está falando que seria uma coisa imaginável, um Fundo Constitucional, um modo de encontrar uma solução plausível. E, talvez, seja alguma relação do Governo do Estado em que haja algum reconhecimento nessa análise que V. Exª faz de terras que já são tituladas, sobretudo, em áreas, Senador, em que houve uma primeira demarcação o que, necessariamente, diz que, então, aquilo que não foi demarcado não é indígena. Então, se o Estado errou, então, o Estado tem que pagar. Nesse sentido, de áreas que já foram demarcadas. V. Exª está compreendendo é um pouco circunstanciado da sua análise. Eu demarco essa área, automaticamente, eu digo que essa é indígena e, automaticamente, eu excluo os seus arredores como não indígena. Não é verdade.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – O raciocínio é de maneira diferente.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Eu demarquei a área tradicionalmente ocupada pelo índio. Se aquelas outras não estão ocupadas, eu não demarco, ficam, ainda, devolutas. E o Estado vai usar essa terra devoluta como bem entender. Não há correlação.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não é devoluta, não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim. Porque se ela é devoluta, mas se o índio não estiver tradicionalmente ocupando, elas podem não ser demarcadas pelo índio. Demarca aquela área realmente que é de necessidade do índio. Se deixou de demarcar é porque realmente não era uma área tradicionalmente ocupada pelo índio. E se não é tradicionalmente ocupada e se ela é devoluta, não é titulada por ninguém, continua na mão da União.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – V. Exª há de ver que, no Mato Grosso, o processo não foi assim. O processo é que foram projetadas diversas áreas indígenas a serem demarcadas naquele sentido quadrilateral: uma légua quadrada, uma légua e meia. Em geral era de 3.600 hectares. Isso é que foi projetado num certo momento. E, no processo, foi encolhendo – por pressão das pessoas que estavam lá – e terminou muitas áreas com 1.600, 800 hectares que são essas áreas.

Em outros casos, Senador, que os índios reivindicam, no Mato Grosso do Sul, é de áreas em que eles estavam até a década de 60 e que, por força da demarcação de já umas áreas, como Dourados, onde há uma área de 3.400 hectares ao lado da cidade de Dourados, foram levados. Aqueles nove mil índios que tem em Dourados –nove mil guaranis, mais mil em poucos Terena – sua grande maioria vieram de outras áreas. Isso já é do tempo da Funai. Pegava-se caminhão das fazendas, dizendo: se os índios estão nessas fazendas, retiram-lhes de lá e trazem-nos para cá.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – É de Parambizinho que V. Sª fala.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não de diversas, Senador. Diversas áreas que foram levadas para áreas que estavam tradicionalmente demarcadas com esse tamanho.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – A mais grave de Dourados é Parambizinho. Parambizinho fez parte da Colônia Agrícola Nacional de Getúlio Vargas que deu os títulos, assinou e registrou para os colonos. Aí, chega lá a Funai e com os dados antropológicos, dizendo isso aqui é área indígena. Então, essa contradição que é inaceitável. A Funai, a Procuradoria-Geral da República, o Ministério da Justiça têm que entender que isso é um absurdo, isso é inversão de valores. Não pode acontecer. Vamos indenizar as terras daqueles que foram titulados de boa-fé, legitimamente, foi o Estado que deu o título e foi o grande Getúlio Vargas que assinou o título.Está lá assinado pelo Getúlio Vargas e registrado. Não vale. Vale mais o laudo antropológico. Eu acho que para demarcação não pode acontecer isso.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Muito bem!

A minha opinião sobre essas áreas de Mato Grosso, Senador, a solução nós nos aproximamos. Mas a minha opinião do diagnóstico é bastante diferente de V. Exª Mas nós poderíamos aqui discutir isso aqui **ad aeternum** Eu respeito a sua posição.

Só para dar também satisfação a outras questões que V. Exª falou. Quando V. Exª fala nas terras indígenas (art. 231 da Constituição) são as terras tradicionalmente ocupadas, mas há outras coisas. Aquelas que são necessárias para a sua sobrevivência também é uma das condições que está na Constituição.

E isso quer dizer, ademais a questão de tradição já foi discutida de várias vezes o que é tradição. Não é aquilo...V. Exª tem toda a razão. Se nós fôssemos

levar em consideração o Brasil inteiro é indígena. Não é mais assim. A tradição não é compreendida como uma imemorialidade, como era feita. Se fosse uma imemorialidade, estaríamos aí eternamente presos a essa situação.

O caso dos Guarani e o caso dos Terena é questão de tradição, no sentido de ter duas ou três gerações, que estavam lá e foram retiradas.

O SPI quando demarcou, o próprio Porto Lindo, uma dessas originárias, era para ser de 3.600 hectares, ficou com 1.600 hectares, nessa própria área que o senhor está vendo; outras, eram oito áreas dos índios Guarani.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Áreas para demarcar.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Em outras, Senador, os índios foram retirados de lá. Esses índios estão espalhados nas fazendas. Ora, estão espalhados nas fazendas!

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Quer dizer, essa interpretação, Sr. Presidente, os índios estão espalhados nas fazendas é como se disséssemos que está bom, seria como se eles viessem do ar e caíssem nas fazendas, e não o contrário, ou seja, que as fazendas entraram em área indígena.

Agora, humildemente, como V. Exª conhece os Guarani, eles ficam no seu canto, respeitando e vivendo a sua vida. Durante muitos anos eram poucos Guarani, então caçavam aqui, viviam das suas coisas, têm uma religiosidade profunda, um sentimento do mundo que é muito próximo dos sentimentos católicos, o sentimento de que o mundo tem passagens e pode se acabar. Eles têm um sentimento muito religioso.

Então, o senhor conhece a humildade que têm os Guarani.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)– Faria uma proposta para o senhor.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Faria uma proposta só. Existem duas injustiças graves aí: uma, contra o índio; outra, contra o não-índio.

Se a União quiser aceitar a nossa PEC, que corrija a injustiça ao índio, trazendo-o de volta para suas terras que foram desocupadas à força. E indenize o proprietário, porque este pagou à União, pagou por esta terra, indenize-o, porque estamos vendo aqui que eu não posso ficar de um lado e V. Exª do outro. Temos que ficar dos dois lados. Estou dos dois lados.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Acho que estamos nos aproximando disso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quero que o índio volte para a terra. Por isso, há a minha proposta de emenda A Constituição. Quero que o índio volte para a terra. Não quero que haja reintegração de posse em cima do índio.

Mas não posso aceitar, como brasileiro, que não haja integração, com prejuízo para quem não é índio, que pagou a terra. Vamos dar justiça para os dois. É o Fundo? Qual é o Fundo? Vamos rapidamente saber que Fundo é esse. Se não é o Fundo, é a PEC. Não tem como fugir dessas duas coisas. Se fugir dessas duas coisas, ...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Existe também a possibilidade da relação do Governo Federal com o Estado, em que o Estado faça isso, Senador, mesmo que seja com recursos federais. Mas tem uma intermediação que já foi feita pelo Governo do Rio Grande do Sul. E esse modelo podemos tentar ampliar e transferir para Santa Catarina.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sr. Presidente, vou dar mais um depoimento.

Os Estados Unidos estão falidos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas não estou dizendo que seriam recursos do Estado não, seriam recursos federais.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, mas via Estado, sem Unidades da Federação, os 27 Estados.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, mas eles não são os 27 Estados.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Ele ressarcir?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Mas as terras ....

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Mesmo porque, algumas dessas terras pode ser, mas, em muitas delas, os títulos são estaduais. No caso de Santa Catarina, quase todos são estaduais.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não, não, é só a faixa de fronteira, porque era tudo devoluto, era da União.

Houve uma lei que colocou que com 66 quilômetros da faixa de fronteira seriam terras devolutas, mas de propriedade da União, o resto podia ser do Estado. Depois estendeu para 100 quilômetros. Depois, para 150 me parece. E ficou nessa faixa de fronteira terra da União.

O que aconteceu? Os Estados venderam parte dessas terras e a União tenta trazer de volta, com o tal do título de ratificação. Isso é um engodo também, porque quem tem título já está ratificado, porque se

pensarmos no Acre e dizermos: não, mas o Acre conseguimos, foi um espetáculo. Foi graças a quê? Ao espírito de fronteira do português. Não é só isso não, é que lá no Acre já estava o homem nosso, o homem branco já estabelecido lá e o Barão do Rio Branco conseguiu, por meio de uma demanda internacional, fazer com que prevalecesse.

Também estamos na fronteira com um homem que fincou a sua atividade na fronteira. Foi graças a isso que mantivemos a nossa soberania, que garantimos a nossa expansão de fronteira.

Agora, querem tirar o homem branco de lá, o homem que não é índio, tirá-lo de qualquer maneira, porque ele não ratifica o título que a União deu.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Para concluir as minhas observações a V. Exª, Senador, por último a sua observação de que estamos vivendo num país anômico, num País sem regras, sem sentido global de normatização, de regularização e até de hierarquia. Concordo com V. Exª, pois estamos vivendo momentos assim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, mais uma ressalva. Eu disse que o País que não cumpre suas leis é um país que vive na anomia e um país que vive na anomia é um país que vive na anarquia. Não podemos deixar que aconteça isso de forma nenhuma. Queremos que as leis sejam cumpridas. Eu não estou dizendo que o País está sem hierarquia, está sem leis, está sem isso ou sem aquilo. Há momentos em que a gente sente que um segmento ou outro não quer cumprir a lei de jeito nenhum. É o caso, por exemplo, que estamos vendo aqui. Ou seja, o art. 231 da Constituição Federal tem dúbia interpretação porque querem. Isso porque na verdade temos só uma interpretação. Ela é lógica e simples. Assim, se a Constituição já definiu isso, vamos respeitá-la.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Coincidentemente, três Senadores falaram: um de Santa Catarina, um de Roraima e um do Mato Grosso do Sul. Portanto, o Presidente Mércio prestou esclarecimento sobre os três, embora possa obviamente não ter atendido àquilo que desejava cada Senador. Para isso mesmo temos nosso Relator que vai ao final.... O último procedimento desta Comissão é ouvir o Presidente da Funai, pois não poderíamos concluir nossos trabalhos sem isso. Ouvimos, tanto em Roraima, quanto em Mato Grosso do Sul e Santa Catarina os índios, os não-índios envolvidos na questão, ouvimos todas as autoridades, tanto federais quanto estaduais, agora vamos concluir ouvindo o Presidente da Funai.

Evidentemente que a partir daqui vamos, com o apoio dos nossos consultores legislativos, colher todo o material. Talvez precisemos de algum documento ou informação complementar. Se for preciso vamos entrar em contato...

Antes de encerrar a reunião, vou passar a palavra ao nosso Relator, Delcídio Amaral, para suas considerações.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, quero cumprimentar o Presidente da Funai, Dr. Mércio Pereira Gomes, pela sua exposição e pela sua lógica bem colocada e bem argumentada.

Vou pegar carona nos comentários do Presidente, Senador Mozarildo, e dizer que com esta audiência nós concluímos o programa de trabalho estabelecido e que começou em Roraima. Tivemos contatos com os principais atores dessa questão, com as lideranças indígenas, com os produtores, com o Ministério Público, com a OAB, com a Pastoral da Terra, com o CIMI. Começamos por Roraima, depois fomos a Mato Grosso do Sul e agora concluímos essa etapa de Santa Catarina, inclusive visitando todas as áreas atingidas.

Por orientação do Senador Mozarildo, ao longo da próxima semana, com a nossa equipe, com os Consultores do Senado, vamos começar...Já temos um roteiro, um esboço estruturado e que foi, inclusive, apresentado ao Presidente da República e também ao próprio Ministro Márcio Thomaz Bastos, em uma reunião na semana passada, com o Ministro Aldo Rebelo, com o Ministro José Dirceu, com o Ministro da Defesa.

Entendemos e o Governo também tem manifestado permanentemente preocupação com o andamento não só dos trabalhos, mas também com a busca de uma solução. Esse é um problema sério, grave e de certa maneira diferenciado de Estado para Estado. Talvez Santa Catarina, um pouco mais próximo de Mato Grosso do Sul, Roraima numa especificidade muito própria da Região, muito própria do Estado, e a nossa intenção, Sr. Presidente, é exatamente apresentar, trabalhando com o Ministério da Justiça, com a Funai, enfim, com todas as pessoas e os segmentos que ouvimos, apresentar uma proposta não só para o Poder Executivo, mas também levando em consideração ações do Legislativo, se necessário. A intenção é aproveitar os instrumentos já disponíveis exatamente para poupar ou inclusive considerar muitas conquistas que foram produzidas ao longo desses últimos anos, Já na próxima semana teremos uma reunião prévia para discutir Roraima, mas, é evidente, isso vai não só ser feito com a equipe técnica, mas também com os Senadores. Vamos conversar com a Funai, com o Ministro da Justiça, com o Ministro da Defesa. O Senhor falou muito bem sobre essa questão da soberania, Forças

Armadas também. Ouviremos os militares até que a gente venha a colocar em apreciação dos Senadores da Comissão essa proposta, que vai levar não só as sugestões de caráter geral, mas as sugestões de caráter específico de cada Estado. Até por que o quadro está se complicando. Hoje, inclusive, tive uma audiência com o Governador Zeca, na Casa Civil, existe uma ameaça no nosso Estado de uma outra invasão ou de uma outra ação lá na área Caimã, e o Governador Zeca veio novamente demonstrar a sua preocupação com a aceleração desses movimentos que o Senhor colocou muito bem. Houve, não interessa o porquê, mas houve precipitação em função até dos trabalhos desenvolvidos pela Funai, mas temos agora um cronograma bem rígido, que vamos perseguir ao longo das próximas semanas, até por que acho que esta Comissão, no Senado, foi um divisor de águas e acho que o Senado se fez presente de uma forma absolutamente necessária, o Senado como Casa da Federação e, evidentemente, o Senado não poderia ficar omisso com relação a uma questão de tamanha importância hoje para o País. Acompanhamos com bastante atenção o que a opinião pública tem discutido, analisado e cobrado, inclusive informações da própria Comissão, pois esse tema hoje ganhou uma dimensão nunca vista. Não por questões atuais, mas acho que de um processo que já se estende por muitos anos. Queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, porque o Senhor já fez uma abordagem sobre os Estados, os nossos Senadores foram também bastante veementes, coincidentemente um Senador de cada Estado, o meu caro Senador Juvêncio, amigo, ilustre Senador do Mato Grosso do Sul, meu caro Senador, também amigo, Augusto Botelho, meu Presidente e o Senador Leonel Pavan, mas queria ouvir do Senhor uma avaliação. Como está a Funai, Sr. Presidente? Como é que o Senhor, como Presidente da Funai, coloca a Funai estruturalmente? Como é que está a Funai no que se refere ao seu quadro de pessoal, à sua qualificação, ao seu orçamento, às suas ações? Pelo que entendi, existe hoje um esforço grande do Senhor até no sentido de descentralizar essas ações, se entendi bem a exposição que o Senhor fez nesta Comissão. Gostaria de ouvir um pouco porque um capítulo de todos esse trabalho vai ser absolutamente centrado na questão da Funai. E gostaria de aproveitar, pela experiência que o senhor tem e pelo antropólogo que o senhor é, e pela responsabilidade também, gostaria de ouvir um pouco como o senhor vê o posicionamento da Funai no Governo, no Ministério da Justiça e essas ações nos vários Estados.

Nessa oportunidade quero agradecer a atenção, a paciência do senhor que está até agora conosco.

Sr. Presidente, com isso encerro a minha participação nesta reunião, especificamente.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Senador Delcídio, muito obrigado pelas suas considerações e por ter me dado essa oportunidade de falar sobre a Funai. Agradeço também aos Senadores aqui presentes, as observações sempre brilhantes, fortes e definidas.

Quero dizer, como Presidente da Funai, mas digo também como cidadão e como antropólogo, a minha posição faz uma média entre essas três atitudes que tenho perante o mundo, como cidadão brasileiro, que pensa no Brasil, como antropólogo, que pensa a cultura brasileira e a sua relação com os povos indígenas e como presidente da Funai, que é de ter a responsabilidade de estar comandando a Funai neste momento.

Sinto que algumas coisas precisam ser ditas sobre a Funai, para esclarecer, já disse algumas. A Funai não quer ver o circo pegar fogo, a Funai não está aí para incitar índios a invadir terras. A Funai demarca as terras que ela considera, pela demanda dos índios, como sendo terras indígenas. Esse é um processo que temos já de 40, 50 anos. É um processo consolidado. A Funai é um órgão brasileiro que dá continuidade e tem dado saltos de qualidade do ponto de vista do processo de demarcação ao serviço de proteção aos índios, que foi criado dentro desse contexto, que falei aqui sobre o Brasil e seus povos autóctones.

Ela tem dado alguns saltos de qualidade, apesar de todos os pesares. Se os senhores pensarem, qual é o órgão brasileiro que num período de 30, 35 anos realizou 70% de sua missão principal. Alguém aqui conhece? O único órgão que tinha uma solidez de conhecimento que era efetivo, um orgãozinho pequeno, mas que tinha uma solidez imensa era a Sucam, que sabia de tudo da Amazônia e que foi extinto. Perdemos essa capilaridade. E que efetivava, não quer dizer que tinha acabado a malária, mas está aí presente, estava melhorando e tudo.

A Funai é um órgão milagroso do Estado brasileiro, a Funai já teve 5.600 funcionários, hoje está com 2.170. Nesse período a Funai demarcou 40% das terras demarcadas até agora. São 70%. Ela passou por todas as suas fases, fase dos coronéis, começou com generais. A Funai começou com servidor público, depois teve quatro generais, baixou para coronel, sargento, no final foi um sargento, coronel, capitão, sargento. Aí começou o período indigenista. Aí ela começou a recuperar o indigenismo. Eu estou como Presidente da Funai com sete ex-Presidentes da Funai, para o meu orgulho. Sete ex-Presidentes da Funai. Hoje já estão aposentados e voltam, porque querem trabalhar por essa causa. Então, eu me orgulho de ser Presidente da Funai e acho que é o ápice da minha carreira de antropólogo. É um órgão

que tem essa situação, mas é um órgão carente. Nesse período da Funai, a população indígena passou de 150 mil para 410 mil, temos 612 áreas indígenas. E o número de funcionários caiu. Tivemos uma capilarização em 25 Estados, só o Rio Grande do Norte e o Piauí não têm índios. Temos 370 postos indígenas, 45 administrações regionais e 16 administrações que não são propriamente como administrações. Temos 61 administrações, 370 postos. Antigamente, a Funai era monolítica e controlava tudo, saúde, educação, meio ambiente, economia, qualquer coisa. Ainda é da memória de todos, se alguém triscasse em algum índio em algum lugar, gritava pela Funai. Em alguns momentos, o índio, na década de setenta, era uma figura tão exótica, que se aparecesse num supermercado, ou mesmo em uma cidade, as pessoas logo se espantavam e diziam: Olhem um índio! Chamem a Funai. Agora, nesse processo todo, não. Os índios estão consolidados na realidade e no imaginário brasileiro, e a Funai não é mais monolítica. A política indigenista brasileira não é monolítica, é multicefálica. Tem a Funasa com um orçamento de 260 milhões de reais para índio e está com recursos em empréstimos que podem chegar a quase 50 milhões de dólares. O orçamento da Funai é de 93 milhões de reais, dos quais 30% são atividade meio, postos indígenas. Não estou chorando as pitangas para os senhores, mas o orçamento da Funai deveria ser o dobro para que possamos concluir isso, e não é para fazer o ressarcimento não. Para isso, precisamos ter outro meio. Isso é só para fazermos algumas atividades específicas de assistência aos índios, de consolidar seus territórios. O Senador Pavan disse: Não,.até que estamos satisfeitos. Como ninguém fazia nada por nós, queremos mais terra. Isso não é bem assim, é uma parte do discurso, mas tem um fundo de verdade. Há uma necessidade de o Estado estar perto, se não, tentar consolidar. Mas, Srs. Senadores, é muito difícil consolidar economias indígenas que dêem autonomia. É muito difícil. Alguém fala assim com uma ilusão, de boca cheia; deixa que eu resolva isso. Já vi um Programa da Farmasul dizer isso: "Basta ver que a gente bota uns técnicos e ajuda os índios". Todo mundo que tem experiência com índio sabe que é uma bazófia, não é fácil. Os índios não querem ser patronozados e nem paternalizados. Temos sido muito rigorosos com este orçamento e dizendo não quando preciso, e sentindo muito, mas dizemos não para os índios. Não fazemos paternalismo. Diante das carências indígenas que vimos no Nordeste, de índios Xavante, de índios passando por diversas situações, sem falar nos índios Guarani, que é uma prioridade nossa encontrar-lhes esse caminho, onde se sintam satisfeitos e que projetem sua vida para o futuro. Isso inclui encontrar fórmulas, atividades e assistências econômicas. A Funai tem sido também relegada pelo Estado brasileiro. Os piores salários da União estão na Funai. Levamos ao Ministro uma estruturação para criar um Plano de Cargos e Salários equiparando a Funai ao Ibama. Senadores, o Ibama trata de tatu, nós tratamos de seres humanos. Os salários da Funai são a metade dos do Ibama, apesar de mesma equivalência de atividades e responsabilidades. O Ministro já aprovou nosso Plano de Cargos e Salários. Já vamos encaminhá-lo ao Ministério do Planejamento. Os Senhores que estão preocupados – sei que o Senador Mozarildo tem feito muitos discursos, buscando encontrar caminhos. Queremos também realizar um concurso público para suplir cerca de 500 vagas e ampliar o nosso contingente funcional e que inclua engenheiros florestais, economistas, antropólogos, indigenistas. Foi também aprovado pelo Sr. Ministro. S. Exª sentiu a necessidade dessa reestruturação para que tenhamos condições de fazer todo esse trabalho de conclusão das terras. A conclusão das terras, Senadores, significa a conclusão do processo de resgate dessa dívida. É um processo que estamos fazendo também na área de saúde. A saúde é sempre um item não muito fácil, apesar de todo o orçamento, mas os índios estão aumentando sua população, apesar de eles terem um índice de mortalidade infantil de 75 por 1000, um índice muito alto em relação com o Brasil que é de 35. Há 20 anos o Brasil tinha um índice de mortalidade infantil de 130 por 1000. Os Senhores que são médicos, há dois médicos aqui, o senhor também é médico, Senador Juvêncio? É advogado. Estava só querendo honrar os médicos. Enfim, estamos aí, crescimento, o Brasil pagou essa dívida, vamos melhorar a saúde, vamos concluir o processo de demarcação, será concluído. Isso significa dizer que você ficou com um milhão setecentos e trinta e um mil hectares e você ficou oito mil e quinhentos hectares, oito mil e quinhentos hectares é o que você receberá . Vamos crescer, vamos não sei o quê, vamos encontrar outros caminhos, projetem a sua vida em outros caminhos. Então vai ser isso, estamos achando que a regularização das terras era uma coisa, não estou dizendo que é definitivo. Nós não somos positivistas, mas é aquilo que o Estado brasileiro vai dizer: resgatamos, e vamos apresentar isso ao mundo. Tem dois Estados brasileiros que estão tranqüilos: Rio de Janeiro e Amapá. Nos outros falta aqui e acolá. Daqui a pouco é Roraima e que vai estar antes dos demais, para a nossa felicidade. Amazonas com tantas terras, mas o processo é muito acelerado, tem área indígena que tem 600 mil hectares, Senadores, e não tem nenhum ocupante. A consolidação dessas terras da Amazônia é dizer que está aí garantido, é o patrimônio do Brasil para o futuro. Quero dizer que a Funai ficaria muito honrada com o apoio dos Senadores para

essas reestruturações, o Plano de Cargos e Salários, o concurso público para aumentar o seu efetivo e o aumento do seu orçamento, o que inclui não somente a partir de abril de escrevermos no nosso PPA, mas agora quero um crédito suplementar de 64 milhões e vou levar essa solicitação ao Ministro. Espero que o Ministro leve ao Presidente, e o Presidente apresente ao Senado Federal e à Câmara para aprovar isso. É muito pouco, outro dia estava com umas pessoas dizendo que o orçamento era de 93 milhões, calcula-se US$30 milhões, isso não é nada, são 410 mil pessoas com um milhão de quilômetros quadrados que cabem à Funai, é grande, não é um botequim não. Quer dizer, temos 270 milhões na Funasa, temos mais ou menos, não sabemos bem, 80 a 100 milhões no Ministério da Educação, caso do Fundef. Claro que o Fundef é sempre difícil mesmo para os não-índios, é difícil que toda aquela verba seja utilizada, tem várias maneiras de se utilizar para outros fins, temos isso, estamos com quase 380 milhões. O Ministério do Meio Ambiente tem recursos para melhoria de meio ambiente etc, mas tudo se concentra para a Amazônia. Estou querendo puxar um pouco para o sul, para o Mato Grosso, ajudar a resolver o problema dessas terras. Os senhores conhecem Dourados. Não existe mais um pé de árvore em Dourados. Aqueles campos de soja contendo uma população concentrada de 9,5 mil pessoas em 3,4 mil hectares. Sente-se o cheiro dos pesticidas e dos insumos agrícolas colocados ali para produzir soja. Então é preciso melhorar as verbas, fazer uma reestruturação da Funai. O Ministro da Justiça está sabendo disso, e eu gostaria, certamente, de receber o apoio do Senado neste sentido. A Funai, acredito, Senador, mesmo concluindo esse processo de demarcação, portanto, fechamos a nossa conta, a Funai tem ainda 25 a 30 anos de vivência, quer dizer, vamos chatear ainda muito tempo. Porque tem um espaço de tempo para os índios encontrarem o seu próprio caminho. Ou eles vão controlar a Funai, ou ela depois de um certo ponto vai dizer está aí o Brasil, 20 anos daqui ou 25 anos pode ser que muita coisa continue a mesma coisa, pode ser que outras tenham mudado também. A renda agrícola brasileira vai transformar ou não, a indústria, não sabemos, não temos um plano estratégico de longo prazo para o Brasil porque as mudanças são muito rápidas. Estamos aí também assoberbados por dívida que nos foi imposta e temos que encontrar o nosso caminho nesse sentido.

Acho que os índios vão ajudar o Brasil a ter a nossa cara. Servem de parâmetros para a gente pensar no modelo de existência, modelo de relacionamento. Eles próprios têm a sua visão de mundo, relacionam-se com os brasileiros da sua forma. O Senador Mozarildo Cavalcanti sabe muito bem como é isso lá, os Senadores sabem em seus Estados como esse relacionamento se dá. Há ainda um espectro grande de relacionamento de índios que estão isolados. Alguns povos indígenas que a gente sabe de sua existência porque estão as malocas. E dizemos: Não, não toquem neles não, vamos deixar que eles vivam mais o seu tempo. Se a gente consegue proteger as suas terras, deixa eles lá. Sabemos que de repente opera um contato, aí aparece uma doença, aí tem que fazer o contato. Mas, por enquanto, tem isso. Até os índios que os outros próprio índios dizem: – Oh! Esses aí não são índios não, são sem-terras esses aí. Porque, pela questão da mestiçagem, parecem muito com nós mesmos, com a nossa gente rural e mesmo assim têm identidade de índio, têm sentimentos, no Nordeste tem rituais e tem um sentimento de confraternização.

Por fim, uma coisa que vamos fazer, que acho que é importante também o Senado saber e nos ajudar, é fazer um censo nacional indígena. Nunca houve no Brasil uma idéia de quantos são. A Funai tinha bastante capilaridade, sabia, mas não sabia qual o crescimento, como é que estão as terras, quais são os seus potenciais de terras.

Falando nisso, tenho mais uma resposta para dar para o Senador Augusto Botelho sobre minerais em terra indígena, já é a terceira, quinta vez e agora ele vai ter a resposta dele. Mas, enfim, sobre esse assunto do censo indígena, é importante sabermos essas coisas, é importante criarmos um IDHI, um Índice de Desenvolvimento Humano Indígena, isto é, que defina o que é, digamos, para usar uma frase mais poética, o que é felicidade indígena. Felicidade é você ter a sua terra demarcada. Você ter um poço artesiano trazendo água limpa. Você ter um lugar para caçar, um lugar para pescar, ter a sua roça, o seu filho ter uma escolinha, depois ele ter condição de ir mais para frente. Isso é dez. Você ter uma televisão, uma geladeira, está na beira da estrada ou está na beira da cidade. Sua filha vai para a prostituição ou seu filho estar com problema de envolvimento em atividades ilícitas. Isso é zero, apesar de estar nos índices normais feito pelo Banco Mundial, é dez, porque tem televisão, tem geladeira, tem não sei o quê. Então, a gente compreender isso, para que sirva também de parâmetro para a nossa vida rural. Porque os senhores sabem muito bem que está perdendo sentido cultural a nossa vida rural. Vivemos em vida rural, ninguém mais tem uma cultura própria no rural para se consolidar e está todo mundo correndo para a cidade. Não é que não haja desenvolvimento econômico, é que não tem sentido. Perdeu-se aquele momento em que você no rural tinha as festas, tinha não sei o quê, era bom ser rural. Então, um desenvolvimento e um IDH indígena vai ajudar a entender um

IDH rural brasileiro, da pequena cidade e você viver o que é o IDH de uma pequena cidade.

Enfim, para não me alongar mais, agradeço imensamente a recepção dos Senadores, agradeço profundamente ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Tenho muita alegria em estar aqui, respeito a todos e mantenho a fé de que vamos encontrar uma solução que contemple os índios e contemple os colonos, os pequenos produtores, os fazendeiros que também dedicam a sua vida ao trabalho agrícola.

Senador Botelho, o senhor viu, ontem, o rapaz da Embrapa – o senhor estava já presente? – mostrar o mapa dos minérios em Roraima? A maioria do ouro está fora da área indígena, Senador, do nióbio não sei o quê, está tudo lá. Sim senhor. Vi aquela área. Pode acreditar, nióbio.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A maior reserva de nióbio está na área Ianomâmi, do mundo, está na área Ianomâmi. Lá, na área Ianomâmi, tinha uma reserva de vanádio de fosfato, a única que tem de fosfato no meu Estado. Atravessaram o rio – porque os índios não atravessam porque é um rio grande – e esticaram a área para pegar, justamente, a mina de vanádio de fosfato. Eu estou lhe falando porque eu sei que fazem isto.

A área Wai-Wai que foi ampliada agora – aquela que tem fronteira com a Guiana Inglesa e que aumentaram – são 400 indivíduos que tinham 300 mil hectares. O Presidente Lula aumentou em 400 mil hectares. Por que aumentaram 400 mil hectares? Num estudo mais bem-feito agora, descobriu-se que a maior reserva de cassiterita está ali e não está em Surucucu, como se pensava mas ali.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – As fazendas de Waimiri-Atroari?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não – aquela parte vai.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Você lembra de Vilhena e Atroari, tinha a Paranapanema....

O SR.AUGUSTO BOTELHO (PDT– RR) – Não – vão a Wai-Wai.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – "...que foi objeto de discussões eternas?

Não é área indígena não.

O SR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Em Roraima, tem duas Wai-Wai – tem uma a oeste, na fronteira com a Guiana e a outra na fronteira com o Pará. Certo? Os Wai-Wai que foram trazidos para o Brasil há mais ou menos uns 15 anos – eles já estão aqui há 15 anos e já são brasileiros – trazidos pelo missionário americano para aqui mas eles já têm 700 mil hectares e são 400 indivíduos. E, coincidentemente, por quê? Porque a área de cassiterita é bem maior do que se imaginava, com o melhoramento dos aparelhos e tal. Então, aumentaram mais 400 mil hectares. São 400 pessoas e 700 mil hectares mas não tem problema. Para mim, pode dar a área que tiver que dar. Agora, eu quero que respeitem a pessoa que já vive há 100 anos ou 200 anos – o colono que vive lá, o pequeno proprietário que vive lá e que vocês, apesar de dizerem que indenizam, não indenizam. Nunca – eu repito mais uma vez – foi reassentado um só cidadão que foi retirado de suas áreas em Roraima, para ser transformada em área indígena. Até hoje, nunca foi reassentado em outro lote rural.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Concluindo...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu queria fazer mais uma observação.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Veja aquele mapa e você irá ver que tem ouro em várias partes – você vai encontrar ouro em Roraima inteira.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas os antropólogos não gostam de geladeira porque não tem água gelada mas eles, sim, de água gelada em geladeira e gostam de ver televisão, de se informar pela televisão. Então, não somos nós, antropólogos – nem o senhor, antropólogo e nem eu, Senador, que vou dicidir isto. Eles têm que decidir.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – E é lógico que de acordo com o estadiamento.

O SR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Esse seu IDH indígena vai ser um pouco difícil porque cada cultura tem a sua característica. Seria bom se nós conseguirmos chegar no médio – não sei se seria bom para Ianomâmi, para Atroari, para Makuxi. Aí, vai ser meio complicado, mas se criar, é bom.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sim, senhor. Obrigado.

Obrigado, então, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar, eu quero dizer....

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Será bem rapidinho. Eu não poderia deixar, ao final desta audiência, de parabenizar o Dr. Mércio. Desde o primeiro contato, nós sempre tivemos posições muito antagônicas, falamos sempre com muita firmeza, mas eu o parabenizo pelo seu trabalho. Eu acho que desde a primeira audiência, a sua presença foi marcante e importante e direcionou muito, às vezes, até a cabeça da gente – porque tínhamos alguns conceitos e poderemos ter outros diferentes – e nos deu a oportunidade

pela sua presença, pela sua franqueza e pela sua ação democrática de estar conosco, nos propiciou colocar as nossas idéias para o senhor. Acho que isto é fundamental. Parabéns e muito obrigado pela colaboração que nos deu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavacanti) – O nobre Senador Juvêncio da Fonseca até adiantou um pouco o que eu iria falar.

Eu entendo, exatamente, que um dos grandes objetivos desta Comissão é a busca democrática de uma discussão que envolvesse todos os lados da questão, porque eu creio que a situação só chegou onde está porque, realmente, eu até diria que o Congresso, como um todo, ficou afastado da questão, a não ser, isoladamente, um ou outro Parlamentar, uma ou outra Bancada. Quando houve, realmente, a mobilização em Roraima, quando houve conflitos em Mato Grosso do Sul, em Santa Catarina, fora em outros Estados de que já recebemos informações, realmente, o Senado tomou uma posição que acho que foi importante – que é a de constituir uma Comissão para discutir e ouvir, de maneira a sistematizar uma proposição que tanto pode ser – como disse o nobre Senador Delcidio Amaral – no âmbito do Legislativo como pode ser como pode ser, também, até ao mesmo tempo, no âmbito do Executivo e envolvendo todo mundo para que nós possamos encontrar o objetivo maior tanto desta Comissão, como a da Câmara, que é buscar uma solução pacífica que possa, de uma vez por todas, acabar com os problemas. Portanto, em vez de, daqui para frente, ficarmos discutindo problemas desse nível, possamos discutir soluções para os índios.

Registro a presença do tuxaua Jonas Marcolino, líder indígena. Não sei se há outras lideranças indígenas aqui.

Registro também a presença do Procurador do Estado de Santa Catarina, que veio aqui acompanhar esta audiência.

Vamos envidar todos os esforços no mais curto espaço de tempo possível para que possamos propor pelo menos para as questões emergenciais dos três Estados - Roraima, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina - uma solução que possa ser a mais consensual possível e também encontrar uma formulação legal, de forma que não fiquemos tendo que criar outras Comissões para discutir outras casos que apareçam neste Brasil. Quer dizer, que possamos colaborar com a Funai e que a Funai possa colaborar mais conosco; que a Funai não seja vista como alguém que está querendo prejudicar, querendo fazer o circo pegar fogo, como disse V. Sª, a fim de que possamos como todos nós, brasileiros e dos diversos órgãos, encontrar uma solução que definitivamente acabe com essa angústia.

Não posso entender como nós, o Governo brasileiro, o Parlamento brasileiro, a sociedade como um todo, não encontremos solução. Aqui há três números da população indígena: 320 mil, 410 mil e 720 mil, como diz o IBGE. Ainda que a população indígena fosse de um milhão ou 1,5 milhão, não encontrarmos solução para equacionar de vez os problemas dos índios, seja com relação à terra, à saúde, à educação, à produção, realmente seria passar um atestado de incompetência que nenhum de nós quer passar.

Por isso, tenho certeza de que vamos encontrar soluções que certamente serão boas para todos os lados. Ao contrário do que algumas pessoas e entidades dizem, não estamos tomando partido de um ou outro lado, como bem disse o Senador Juvêncio da Fonseca. Queremos é resolver a questão para os dois lados e, portanto, para o Brasil.

Agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 529, DE 2003-SF "COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA E AO MATO-GROSSO DO SUL, SANTA CATARINA E MATO-GROSSO, INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS".

Ata da 3ª Reunião realizada em 1º de abril de 2004

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com a presença do Senador Delcídio Amaral, Romero Jucá e Jonas Pinheiro, membros, e ainda a presença do Senador não membro Augusto Botelho e dos Deputados Federais Lindemberg Farias e Alceste Almeida, reúne-se a Comissão Especial Temporária **criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Inicialmente a Presidência concede a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, que discorre da necessidade da Comissão estender os seus trabalhos também ao Estado de Mato Grosso, para tanto apresentou Requerimento nº **350/2004**, o qual foi deferido de acordo com o art. 70 do Regimento Interno do Senado Federal, no dia 25/03/2004. A seguir, foi concedida a palavra ao Rela-

tor Senador Delcídio Amaral que passou a fazer uma Apresentação do Relatório sobre a viagem ao Estado de Roraima sobre Raposa/Serra do Sol e, solicitou ao Assessor Tarcísio Dal Maso Jardim para que fizesse a Apresentação do referido Relatório, sendo que na ocasião foi questionado pelo Senador Romero Jucá e Deputado Alceste Almeida. Na ocasião, foi concedida a palavra ao Dep. Lindemberg Farias, Presidente da Comissão que trata do mesmo assunto na Câmara dos Deputados e, que concluiu já o seu Relatório, ficando acordado que as duas Comissões irão fazer uma Proposta Conjunta para ser apresentada ao Sr. Presidente da República. Ainda, a Presidência solicitou aos Senhores Parlamentares que fosse agendada uma reunião preliminar no próximo dia 06 de abril com o Ministro Aldo Rebelo. Ficando, ainda, deliberado que será realizada uma reunião no dia 14 de abril para Votação Final do Relatório de Roraima. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Francisco Naurides Barros*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 3ª reunião da Comissão temporária externa criada por meio do Requerimento nº 529, de 2003, do Senado Federal, com a finalidade de ir a Roraima e ao Mato Grosso do Sul, inicialmente, inteirar-se sobre as questões fundiárias daqueles Estados.

Posteriormente ao requerimento do Senador Leonel Pavan, que solicitava essa visita, esta Comissão foi também a Santa Catarina. Agora o Senador Jonas Pinheiro apresenta requerimento solicitando nossa ida ao Mato Grosso após a Semana Santa.

Informo ao Plenário que esta reunião se destina especificamente à apresentação e discussão do relatório da Comissão.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Delcídio Amaral, para a apresentação do seu relatório. Antes, porém, tem a palavra pela ordem o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srªs e Srs. Senadores, pedi a palavra para agradecer a V. Exªs a possibilidade de aprovarmos, no plenário do Senado, logo após a apreciação da pauta – se esta estiver livre para a votação, depois de votadas as medidas provisórias –, o requerimento que solicita que os trabalhos desta Comissão se estendam até o Mato Grosso.

No Estado do Mato Grosso, há 15 milhões de hectares de terra em litígio. Trata-se das áreas mais produtivas do Estado. Os índios não querem a terra, estão apenas entusiasmados por falsos impulsos.

O Governador Blairo Maggi ficou muito satisfeito por termos feito esse requerimento, evidentemente, com a anuência dos Srs. Senadores. A Secretaria Agrária Nacional, órgão ligado à Casa Civil, cujo coordenador é um indigenista que conhecemos, o Dr. Rogério Sottili, está fazendo um entendimento para receber esta Comissão.

O Sr. Presidente disse-me agora que solicitasse à Secretaria desta Comissão Especial que tratasse do assunto, mas não considero necessário, porque o Dr. Sattili estará em Brasília semana que vem para tratar da questão, principalmente da programação que está fazendo no Estado do Mato Grosso. Faremos uma viagem próxima a Cuiabá, a 150 quilômetros, a fim de visitar uma área indígena onde existe bom entendimento entre as autoridades, o Governo do Estado, os produtores e os índios. O Governo do Estado tem investido muito naquela área, construindo estradas e casas na reserva.

Sr. Presidente, ocorreu hoje no Mato Grosso um grande evento, a Festa do Arroz, em Sinop, capital do arroz. Produzimos 1,8 milhão de toneladas desse produto. Estamos viajando com a Diretoria do Banco do Brasil, com representantes da Conab e do Ministério da Agricultura. Por isso, quero justificar esse pedido de apoio.

Também informo que não poderei ouvir o Senador Delcídio Amaral, mas posteriormente lerei o relatório de S.Exª, ao qual prestarei bastante atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a intervenção do Senador Jonas Pinheiro, até porque esclarece à Comissão que o requerimento foi apresentado, está na Mesa, e não foi votado ainda porque a pauta está obstruída. Somente depois de votarmos as medidas provisórias poderemos aprová-lo. Como foram aprovados todos os outros requerimentos, não tenho dúvida de que este também o será. Iremos também a Mato Grosso fazer esse estudo e colaborar para que haja uma solução pacífica e para que possamos realmente equacionar a questão. Creio que, com o trabalho desta Comissão, poderemos terminar de vez com esses conflitos, oferecendo uma legislação que seja capaz de ordenar essa questão fundiária indígena, a fim de que todos possamos ter tranqüilidade, tanto os índios, ao saber exatamente quais são suas terras, quanto os não-índios, sabendo onde podem e como podem produzir, para os estados brasileiros estarem em harmonia.

Dando prosseguimento, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, conforme já tinha sido anunciado, para apresentar o seu relatório.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Senador Jonas Pinheiro, mais uma vez sou atuante e estaremos muito juntos nesse novo desafio, fruto do requerimento aprovado para o Mato Grosso.

A idéia hoje é fazer, por meio do data-show, uma apresentação resumida do nosso relatório parcial, especificamente focado em Roraima, fruto das audiências públicas que ali realizamos. Evidentemente, vamos repeti-la para Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e, através de relatórios parciais, na seqüência, Mato Grosso e outros estados que, eventualmente, venham a requerer a presença da Comissão.

A apresentação será feita pelo Tarcísio, resumindo rapidamente o que disseram todas as pessoas ouvidas em Roraima, a freqüência de algumas sugestões, como demarcação, procurando evitar que elas atinjam áreas urbanas, a questão das estradas, enfim, um sem-número de tópicos que foram apresentados nessas audiências públicas em Roraima. Ao mesmo tempo, dividiremos em duas etapas: a primeira mostrando as ações de caráter geral que vamos sugerir para não só discutir essa questão de Roraima. Apresentaremos soluções para Roraima, mas também para o restante do Brasil, pois essa questão não afeta só aquele Estado, e sim o Brasil inteiro.

No segundo ponto, apresentaremos a proposta especificamente focada nessa questão de Raposa Serra do Sol.

O Relator na Câmara, Deputado Lindberg, está aqui presente também. Ontem S. Exª apresentou o seu relatório do qual foram pedidas vistas.

Depois desta reunião vamos estabelecer um encaminhamento, Presidente Mozarildo Cavalcanti, no sentido de fazer um relatório de comum acordo entre Câmara e Senado. Essa é a importância da presença de S. Exª, para afinarmos a viola com relação a Roraima e depois levar aos órgãos competentes essas sugestões das duas comissões, tanto da Câmara quanto do Senado.

Vamos apresentar um resumo, a ser relatado pelo Tarcísio. Depois, vamos distribuir o relatório para que cada um leia, discuta, avalie, a fim de encaminhar essas soluções todas, no caso específico de Roraima, além de propostas para resolver essa questão pensando no País.

Sr. Presidente, temos com um probleminha, para variar. A informática, ao invés de ajudar, atrapalha.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Delcídio prepara a explicação, queria fazer uma sugestão. Estamos discutindo a questão de Roraima e um modelo para a pacificação da demarcação indígena no País, que é uma coisa importante. O Deputado Lindberg já apresentou o relatório, mas foram concedidas vistas. Provavelmente, dessas vistas vai surgir um voto em separado de alguém, o que vai levar a uma discussão maior. Isso quer dizer que, na prática, provavelmente até o final de abril não teremos aprovado esse texto comum da Câmara e do Senado.

Então sugiro que os dois Relatores, os Presidentes das Comissões e todos nós preparemos um documento preliminar ou um informe ao Palácio do Planalto, dizendo que foram identificadas questões preocupantes, inclusive alguns equívocos nesse processo e que o Congresso está se debruçando para entregar uma proposta completa. A partir daí, alertaremos a Presidência da República e, efetivamente, entregaremos um documento consistente no momento certo.

A minha preocupação, tendo em vista o dia 19 de abril, que é Dia do Índio, e as pressões internacionais que temos acompanhado pela Imprensa, se não fizermos isso oficialmente, é alguém pensar que o Congresso não tem proposta ou não está entregando a contribuição no prazo que deveria.

Essa questão é tão grave que sugiro que se faça um documento preliminar, informando ao Governo, ao Ministro da Justiça, ao Presidente Lula, aos Ministros José Dirceu e Aldo Rebelo, exatamente para resguardar a nossa posição aqui no Congresso. Amanhã, se o Governo tomar alguma medida o fará sabendo que teríamos um outro tipo de posicionamento no sentido de contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Lindberg, já que estamos fazendo uma reunião, diríamos assim, conjunta e é importante a colaboração dos membros da Comissão da Câmara.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – Muito obrigado, Senador. Estou querendo falar agora, inclusive porque tenho um compromisso às 10h30min e terei que me ausentar.

O objetivo é o que o Senador Delcídio expôs: chegar a um texto conjunto da Câmara e do Senado que, com certeza, terá muito mais força.

Estamos trabalhando, Senador Romero Jucá, com a previsão de votar na Comissão o mais tardar no dia 13, que é daqui a 15 dias. E estamos abertos a todo tipo de sugestão, para tentar compatibilizar o máximo com o contexto do Senado.

Penso que deveríamos tirar uma representação da Câmara e do Senado para ir ao Ministro Aldo Rebelo e tentar programar a melhor data para o Presidente da República nos receber. Inclusive, eu falava da dúvida sobre se era melhor fazer no dia 16, no final da próxima semana, ou se depois do dia 19. Temos que

aprofundar a discussão para saber qual é a melhor forma de entregarmos um documento.

Entendo a preocupação do Senador Romero Jucá. De fato, tendo em vista o dia 19 de abril, é importante ter uma posição da Câmara e do Senado, porque sabemos que haverá uma pressão também para que o Presidente da República assine, entre outros, o processo da Raposa Serra do Sol.

Então a minha idéia seria marcar uma reunião com o Ministro Aldo Rebelo e consultá-lo para saber qual é a melhor data na agenda do Presidente da República, para realizar essa reunião antes do dia 19. Da nossa parte, estamos abertos.

Devo dizer também, Senador Romero Jucá, que me esforcei ao máximo para tentar construir um acordo e uma proposta consensual na Câmara. Conversei com o Presidente da Funai duas vezes, com os representantes do Cir e cheguei, Senador Mozarildo, a uma proposta que eu chegava a dizer que era a mínima, de tirar menos de um por cento de toda a área, Senador Romero Jucá, porque sabemos, em relação às fazendas de arroz, que a produção representa 10,25% do PIB do Estado de Roraima, tem um peso enorme. Fui verificar. Na verdade, são 12 mil hectares de áreas plantadas, 0,6% do que existe plantado hoje. Se se retirasse o Município de Uiramutã, 1%.

Não conseguimos avançar no acordo e apresentamos, então, uma proposta que, digamos assim, surgiu de debates com vários outros setores, inclusive as Forças Armadas, ligados ao Ministério da Defesa, que têm uma preocupação grande com a área de fronteira.

É claro que o nosso relatório está em aberto para negociação, se a Funai assim o quiser, como também o Cir, se largarem essa posição de intransigência, mas principalmente para tentar compatibilizar com o Senado e levar um texto em conjunto para o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Senador Delcídio Amaral deseja manifestar sua posição.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, a sugestão do Senador Romero Jucá é absolutamente procedente.

Creio que podemos encaminhar o seguinte procedimento: buscaremos um relatório consensual entre Câmara e Senado, até porque, como o Deputado Lindberg Farias disse, foram feitos pedidos de vistas. Então, estamos numa situação muito boa, como também no Senado, após esta reunião que estamos realizando.

Já agendei por conta disso, preocupado com ponderações do Deputado, do Senador Romero Jucá e do Presidente Mozarildo Cavalcanti, numa conversa que tivemos ontem, relativas ao dia 19 de abril, no sentido de fazermos algo consistente, coerente, com o Ministro Aldo Rebelo, uma reunião para terça-feira. Depois revelarei o horário para V. Exª, porque, no momento, eu não me lembro. Não sei se será às 12h ou às 17h, mas está agendado, terça-feira, com o Ministro Aldo Rebelo.

O assunto será este que a nossa Comissão está tratando, exatamente com o intuito de fazer uma coisa coerente, buscando um encaminhamento que corresponda a essas preocupações que foram aqui externadas. Então, creio que estamos no bom caminho, Senador Mozarildo Cavalcanti. Vamos perseguir, ao longo da próxima semana, este desafio.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Deputado Alceste Almeida solicita a palavra.

O SR. ALCESTE ALMEIDA (PMDB-RR) – Esta audiência realmente não retira a importância desse documento comum às duas Casas, que deverá estar pronto antes de terça-feira, antes dessa audiência, pelo menos para resguardar uma posição que poderá não ser a contento. Creio até que poderíamos manifestar que seria inexeqüível a possibilidade de ter isso pronto antes do dia 19, porque eu não vejo possibilidade de estar com tudo isso afinado, nas duas Casas, dentro do mesmo propósito, antes do dia 19.

Acredito que essa informação oficiosa talvez desse um compasso de espera maior ao Executivo diante das pressões dessas ONGs, enfim, para que as pressões nacionais em que incidem sobre a questão não se precipitassem, possibilitando ao próprio Presidente da República um escudo para argumentar que está esperando um trabalho mais consistente, mais minucioso e que atenda de forma mais amadurecida a questão.

Esta é a minha proposição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, já fui informado pelo meu gabinete que está marcada a reunião para terça-feira, às 18h, com o Ministro Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, podemos fazer as duas coisas: uma, como disse o Deputado Alceste Almeida, confeccionar um documento das duas Comissões dirigido ao Presidente, informando que estamos ultimando os trabalhos e, portanto, devemos apresentar, no máximo até o final de abril, um relatório conclusivo das duas Comissões com indicações das soluções que consideramos convenientes. Ao mesmo tempo, faremos questão de levar ao Ministro Aldo Rebelo os detalhamentos que S. Exª deverá repassar

ao Presidente, para que possamos ter tranqüilidade e não ser surpreendidos por uma decisão.

Está nos jornais que o Conselho Indigenista de Roraima mandou uma advogada à OEA para denunciar o Governo brasileiro, e a Imprensa está repercutindo isso. Vimos, lá em Roraima – não sei se saiu em outros jornais –, notas de vários movimentos, inclusive, da CNBB e do Cimi. É evidente que a pressão está muito violenta, tendo em vista essa data emblemática do dia 19.

Então, nós decidimos fazer duas coisas...

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – Sr. Presidente, na Câmara, pretendemos votar no dia 13, quando ficará pronto. É claro que se não estiver pronto aqui, no Senado, deverá haver alguma coisa parcial, mas também se esse relatório parcial sair com algo finalizado, será de grande ajuda. Se as duas Casas finalizarem e entregarem ao Presidente a versão final, isso ajudará, não é?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Como vamos discutir outras áreas, por exemplo, o Mato Grosso, e, necessariamente, outras demandas aparecerão, penso que poderia ser votado um relatório específico do caso de Roraima, ou do caso de Roraima e de Mato Grosso – não sei se já está pronto – até porque essas questões pontuais são fundamentais potencialmente para cada Estado. Mas o que realmente vai ser fundamental para o futuro é o novo modelo que vamos propor aqui, num processo de demarcação equilibrado. Esse é um processo que demora um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, se todos concordam, faremos um documento ao Presidente. Vamos a uma audiência com o Ministro Aldo, terça-feira, às 18h, e também envidar esforços para que o relatório de Roraima esteja pronto antes do dia 19, com a tranqüilidade de que estamos pedindo que não seja tomada alguma decisão antes que os nossos relatórios cheguem lá.

Agora, devolvo a palavra ao Senador Delcídio, para que S. Exª possa apresentar o seu relatório.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Tarcísio, por favor.

O Tarcísio trabalhou comigo na elaboração desse relatório e vai fazer um resumo rápido de todas as principais propostas e de tudo o que ouvimos nas audiências públicas.

O SR. TARCÍSIO – Bom-dia a todos. A metodologia implementada pela relatoria foi a de apresentar um panorama exaustivo das declarações e manifestações feitas à Comissão Externa do Senado, fazendo um mapeamento dessas declarações. Esse mapeamento foi medido, inclusive, em termos de freqüência de certas propostas que foram enumeradas ao final desse panorama.

A partir dessa construção, digamos assim, de diálogo da Comissão Externa do Senado com vários interlocutores, sejam indígenas, autoridades políticas, associações civis, produtores, enfim, todos os principais atores envolvidos no processo demarcatório Raposa Serra do Sol, é que se debruçou, a fim de encontrar soluções de índole técnico-jurídica e de análise política e sociológica.

Então, vamos repassar, inicialmente, esse panorama do diálogo da Comissão Externa com os atores em Roraima, que foi uma visita **in loco**.

Basicamente, temos, dentro dessa metodologia, quatro grandes blocos de opiniões que foram colhidas: primeiro, um bloco de opiniões de um grupo de técnicos especializados, que foi criado pelo Governo Estadual de Roraima, a respeito da área a ser demarcada; segundo, uma audiência pública feita na Assembléia Legislativa do Estado; terceiro, uma visita **in loco** às aldeias da etnia Ingaricó; por fim, visitamos o Uiramutã e Raposa, que está aí também, mas não foi contemplada.

O panorama inicial foi do grupo técnico especializado de estudos das áreas indígenas, feito pelo Governo de Roraima, que tem vários integrantes: o Alcir, o Carlos Alberto, o Daniel, o Jonas, o Marcolino e o Juscelino Pereira, todos envolvidos de uma forma ou de outra com a questão indígena e abarcando, eles mesmos, uma série de interesses indígenas, agrônomos, jurídicos, enfim.

Começamos com uma introdução do Governador Flamarion Portela, detectando problemas homologatórios da área indígena. Percebemos que o processo histórico demarcatório não é consensual, até mesmo pelos documentos oficiais que foram historicamente produzidos pela própria Funai.

De 1917 até a década de 90, há uma série de posturas demarcatórias contraditórias entre si mesmas, com áreas definidas diferenciadas: seja por uma perspectiva que vai para uma área diminuta, infinitamente diminuta em relação à que hoje foi proposta, seja por uma divisão de várias áreas. Inclusive em determinado momento se dividiu a área Ingaricó em separado.

Assim, há realmente toda essa preocupação contraditória do processo demarcatório. Há inclusive o reconhecimento desse exagero demarcatório. Constatam-se também estratégias de ocupação, a fim de se ampliar uma área que originalmente não era indígena. Há o reconhecimento dessa contradição através de uma portaria ministerial.

O Vice-Governador ressaltou alguns pontos que depois foram contemplados, como a regulamentação do § 2º do art. 20, da ocupação da faixa de fronteira.

Há um parágrafo que determina que a política nacional de fronteira seja efetuada por uma lei federal. Existe apenas uma lei que está materialmente revogada, que é a de 1979. Depois podemos explicar por quê. Então há uma série de argumentos, como a definição de exclusão das rodovias, a exclusão do parque ambiental, que é a exclusão do Parque Monte Roraima.

Aqui o grupo começa a começar as suas preocupações, como a internacionalização da Amazônia, que é uma tese existente, falhas na atuação do Incra, pelo não reconhecimento de certos títulos dominiais, um problema federativo provocado pela criação de áreas típicas da União, sejam áreas ambientais, sejam áreas indígenas. Isso corresponderia a um total de mais de 50% do território do Estado, o que torna inviável, política e economicamente, o Estado.

Outro tópico é a produção existente na região, principalmente de arroz. O relatório apresenta inclusive gráficos dos últimos anos da produção por município. Realmente os municípios estavam envolvidos, principalmente os Municípios de Normandia e Pacaraima, que são os protagonistas da produção arrozeira estadual. Na realidade são produções que circundam a área indígena, são franjas na área indígena. Portanto, não se trata de uma divisão do território indígena. São produtores que, conforme os relatos que vamos escutar a seguir, possuem uma tradição de gerações naquelas localidades.

Outro problema que surgiu é o da eliminação de municípios e vilas que existem há muito tempo como tais. Não só Uiramutã, que é relativamente novo como município, mas como vila é bastante antigo, e outras vilas, como Socó, Motum e, é claro, a viabilidade de municípios como o de Normandi e Pacaraima. Excluímos da área não só essas vilas, mas também as próprias vias rodoviárias que inviabilizariam economicamente aquela região.

Outro dado que perpassa os depoimentos é a divisão de responsabilidades no processo demarcatório, homologatório. Hoje, está fundamentalmente concentrado dentro da perspectiva meramente administrativa: Funai, Ministério da Justiça e, posteriormente, o Decreto Presidencial Homologatório. Embora haja indícios históricos nos instrumentos que regulam a demarcação, como a admissão do contraditório, a partir do Despacho 80 do Ministro Jobim, ou o próprio Decreto de 96, que regula a demarcação. Há sempre a intenção de escutar outros atores, embora esses atores, sejam eles governamentais ou entidades civis, não tenham poder deliberatório. E uma idéia que perpassa várias declarações é a necessária participação do Senado Federal dentro desse processo.

Inclusive, como se sabe, há proposta de emenda constitucional, de autoria do Senador Mozarildo, nesse sentido, de entre o processo de definição antropológica e outros laudos, enfim, da proposta demarcatória passar, antes do decreto homologatório, haver uma prévia aprovação legislativa, no caso, do Senado Federal, porque há um problema federativo que está sendo notado dentro dessa discussão de norte a sul, como a Comissão tem verificado. Isso tem criado um problema verdadeiramente federativo e nada melhor que o Senado, que representa essa perspectiva federativa da União brasileira. Então, essa é uma outra proposta de divisão de responsabilidades não só necessária para a eficiência, mas também para a legitimidade e a tranqüilidade do projeto de demarcação de áreas indígenas no Brasil.

Algo que foi plenamente verificado é que não há consenso interno, como foi anunciado politicamente, em determinado momento, entre os índios. Há um enorme dissenso. O Jonas é um representante Macuxi. Há um dissenso entre os indígenas e isso é muito importante de ser ressaltado, pois foi verificado com tranqüilidade. Há posturas diferentes entre os indígenas, entre os Ingaricós, entre algumas aldeias Macuxis em contraposição a outras, como a Maturuca.

Então, é preciso verificar que não se pode ter uma visão estereotipada dos indígenas, a visão essencialista de que o indígena faz parte da natureza e quer ficar apenas vivendo em um meio natural, como se ele se confundisse com essa natureza. Parte dos relatos foram de no sentido de busca de integração e para se beneficiar de certas características da tecnologia, de mecanismos de transporte, até tecnologia de produção. Então, na realidade, parte dos índios vem às vilas para ancorar essa perspectiva de desenvolvimento próprio, a partir da manutenção de seus costumes e desenvolvimento, por exemplo, de piscicultura. As estradas são vistas como uma forma de não isolamento. Freqüentemente se acusam outras demarcações, como a de São Marcos, que teria provocado um grande isolamento, e não é isso que parte dos indigenistas buscam. Então há um dissenso manifesto entre os indígenas. Não é uma dualidade índio/não-índio, como muitas vezes a discussão parece ser ideologizada.

Outra preocupação é a perda da capacidade produtiva do estado, como já foi comentado.

A manutenção de terras com titularidades, títulos dominiais consolidados há tempo. Realmente há que se reconhecer que no mínimo há uma grande... Há um desenvolvimento um pouco confuso no Brasil para reconhecer ou não titularidades, ou se revisam títulos que foram feitos há 50, 60, 70 anos, e agora passa a não se reconhecer. E há que se pensar tam-

bém que a Constituição de 1988 apenas consagra a indenização de benfeitorias se houver propriedades em áreas indígenas.

Então, realmente há uma grande contradição histórica que não pode, evidentemente, significar uma grande injustiça para parte do povo brasileiro.

Outra questão que aparece também é a dos Ingaricó, porque eles, ao contrário do que diz o laudo antropológico atualmente defendido pela Funai e pelo Ministério da Justiça, não querem participar da mesma área indígena. E falaram isso de forma muito veemente. A Comissão Externa do Senado foi muito bem recebida, com ritual de recepção Caxiri e Aluá; dançamos com eles. Há um determinado momento em que, falando em idioma próprio, eles disseram que esperavam que nós não distorcêssemos as suas palavras. É como se dessem a palavra como um presente, pedindo o favor de não a descaracterizarmos. E a palavra é que não querem se misturar com os Macuxis; querem a terra própria, com os seus costumes próprios. E, de fato, se analisarmos as perspectivas Ingaricó em relação às Macuxi, elas são bem diferentes. Até mesmo do ponto de vista de relacionamento e integração com não-índios.

É importante dizer que os Ingaricó, ao defenderem essa idéia, pretendem manter as estradas e os municípios. Não é o fato de demarcarem terra própria para se isolarem. Eles se reconhecem eticamente, em termos de costumes e de usos, como distintos, historicamente colidindo com a perspectiva Macuxi. Portanto, afirmo, pretendem essa divisão.

No grupo estadual da Assembléia Legislativa, verificamos boa parte desses argumentos. Escutamos o Presidente Seccional da Ordem, que volta a se preocupar com áreas de fronteiras, a injustiça que pode ocorrer quando se menosprezam certos direitos em contraposição a outros. Não pode haver sobreposição de direitos igualmente fundamentais. Preocupa-se com a distorção do debate em torno dos direitos indígenas, ao colocar a terra acima de tudo, ignorando um direito que precede, conforme o art. 231 da Constituição, que é a garantia dos usos, costumes, tradições e idioma. Muitas vezes, quem está defendendo uma perspectiva meramente territorial, por detrás, descaracteriza esses próprios costumes com ações missionárias, por exemplo. Então essa postura é bastante contraditória. E o Presidente da Ordem ressaltou isso.

Outra idéia interessante é a da segurança alimentar, que foi apresentada também em algumas propostas, ao dizerem que, na realidade, os plantadores e os produtores, índios e não-índios, associam-se para manter a segurança alimentar local. A expulsão daqueles produtores historicamente ali localizados e o *apartheid* entre índios e não-índios do ponto de vista produtivo afetaria sem volta a garantia da segurança alimentar daquela região.

Essa associação não só de transferência de tecnologia, mas de coordenação produtiva e da boa convivência entre índios e não-índios na região afetaria a segurança alimentar. Eles citam outras áreas indígenas em que realmente os índios, nesse isolamento, estão padecendo de fome.

Outra importante discussão é a respeito das rodovias, já que há um projeto governamental mais amplo, o Arco Norte, que envolveria os países caribenhos, as Guianas e a Venezuela, por outro caminho, e os Estados do Norte num grande arco rodoviário, que permitiria um desenvolvimento regional, principalmente através do escoamento de produção e da viabilidade de uma perspectiva de exportação, mas não é só isso. Também haveria uma perspectiva de turismo e de integração mesmo da área norte do Brasil. Há, inclusive, associações e Roraima poderia ser um ponto de partida até para a integração regional, sob o ponto de vista econômico e político.

Se essas rodovias forem retiradas da área indígena, isso permitirá não só um melhoramento a partir de...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quero apenas consertar ali, porque não é Parque Anauá, mas Projeto Anauá. O Parque Anauá é em Boa Vista; o Projeto Anauá é no sul do Estado.

O SR. TARCÍSIO – São reproduções do que foi dito. Então é projeto.

Sodiúra é uma associação indígena. E o depoimento do silvestre Leocádio foi muito veemente, ao dizer que o índio tem a sua própria opinião e quer que ela seja respeitada. Apresenta o Município de Uiramutã como uma conquista indígena, o que é muito interessante.

De fato, em visita ao Município de Uiramutã, vimos, não só nos rostos, mas até nos depoimentos que às vezes precisavam de tradução, que era um Município marcadamente indígena, ou ao menos formado por casais interétnicos, de índios e não-índios. Então há uma integração e o Uiramutã é considerado como uma conquista dos índios daquela região.

Se for demarcado como está, isso provocará conflito entre índios. Várias vezes isso nos foi falado pelos próprios indígenas.

Outra consideração é o problema de uma discussão missionária dentro da região, que provocaria e estimularia um conflito entre os indígenas locais. Então há uma certa divisão missionária também dentro da região que poderá acelerar o conflito.

De qualquer forma, uma conclusão é certa: não há o menor consenso entre eles para a demarcação

de terra contínua. É importante lembrar que o decreto que define o processo demarcatório estabelece claramente que os indígenas devem ser escutados em todas as fases. Portanto não se esgota em declarações ou percepções de um antropólogo que fará o laudo inicial. Em todas as fases os indígenas deverão ser escutados, inclusive os que são representativos.

Há várias acusações contra a Funai, de negligência, de cooptação, enfim. Há demonstração de alguns administradores locais de que não há antagonismo, como se quer expor, da presença de municípios e vilas em relação à garantia do bom viver indígena. Ao contrário. Na realidade, essas vilas e municípios estimulariam e apoiariam uma série de projetos para fornecer melhor condição de vida ao indígena.

Os Ingaricó dizem claramente que querem cooperar com o desenvolvimento, querem integração, os municípios e as estradas, mas querem uma área independente. Essa foi uma posição bem clara.

Também se preocupam com a retirada de não-índios da localidade, porque eles têm um grande relacionamento. Muitas vezes, como eu disse, há casais interétnicos, há uma parceria. E eles querem o direito de ir e vir. Consideram as estradas como uma mecanismo de locomoção.

Criam uma diferença de percepção de ethos indígena, portanto, apesar do laudo dizer que não haveria diferença alguma do ponto de vista mítico e de relacionamento entre os indígenas da localidade, escutamos, dentro de uma aldeia, em idioma próprio, que isso não é verdade. Essa é uma constatação que foi bastante forte na nossa visita. Todos falam, entre os Ingaricó, que deve haver limite interno, sem isolamento.

Em Uiramutã, como se sabe, o VI Pelotão Especial de Fronteira fica localizado nas cercanias da sede do Município e foi defendida a sua presença. É claro que, até mesmo na portaria do Ministro Renan Calheiros, é estabelecida a área contínua, mas com a presença do VI Pelotão. Então, até mesmo no decreto que está em debate não se exclui esse Pelotão.

O que também se reconhece, e está expressamente mencionado no art. 20, § 2º, portanto, é a necessidade de uma política de fronteiras. Em nenhum momento se recusa isso. São estranhos os argumentos defendidos do ponto de vista de antítese entre política de fronteira e defesa da população indígena. Essa é uma falsa antítese.

Em Uiramutã, escutamos, portanto, a defesa desse VI Pelotão e uma serie de benefícios trazidos que dariam segurança e até auxílio em outras áreas. Todos lá, sem dissenso, defenderam a presença do Município. Falaram do impacto social que pode ser causado pela retirada daquele Município. Realmente, vencemos de maneira unânime e até houve uma posição de hostilidade, caso se negasse a existência. Inclusive, nas nossas costas existia uma série de representantes indígenas armados sinalizando isso. E várias vezes foi apontado um símbolo de flecha ou de algo equivalente, simbolizando que não aceitariam a remoção do Município, falando muitas vezes até mesmo em idioma próprio.

Salta aos olhos uma velha senhora indígena que tinha uma espada do Marechal Rondon, usada como simbologia de que não poderia haver uma traição à perspectiva de que o Município era uma conquista indígena. Ela estava com a espada dada pelo Marechal Rondon, o que foi bastante simbólico. Então, lá no Município há uma defesa de permanência, sem nenhum dissenso. Havia várias pessoas lá e não houve dissenso.

Muitos perguntaram por que, em vez de discutir essa separação entre índios e não-índios, não se criar um projeto de desenvolvimento, destinando esse ânimo político e o dinheiro gasto em torno da discussão demarcatória para financiar o desenvolvimento das comunidades indígenas. Isso foi bastante simbólico também.

Outro ponto comentado é que realmente há uma divisão. E, do ponto de vista quantitativo de malocas, os ligados ao Cir, ao Cimi são em maior número. Mas do ponto de vista de números de indígenas, os contrários à demarcação tal como está é superior aos que pretendem deixar como está, significando, no mínimo, que há uma divisão bem significativa entre posturas.

Em determinados momentos discutiu-se sobre o plebiscito, perguntando quem votou a favor. Todos levantaram a mão, entusiasmados, favoráveis à criação do Município.

Volta-se à defesa do Exército, às dificuldades de manutenção, tendo que gastar dinheiro com a manutenção de escolas, honorários advocatícios, enquanto se poderia estar investindo na comunidade.

Raposa é uma localidade indígena muito mais integrada que Ingaricó. Realmente, possui uma disposição de maior integração com a comunidade circundante e o setor produtivo, enfim, e tem um discurso bem desenvolvimentista, digamos assim, que deveria ser considerado.

Não se pode levar em consideração o estereótipo de se pensar que o indígena quer isolamento, inclusive do ponto de vista do desenvolvimento clássico. Fala-se muito do não-isolamento, até de que estariam sendo traídos. Lá em Raposa, também, todos foram pela demarcação não-contínua, permanecendo as franjas de áreas produtivas em torno da área, as estradas, os municípios e as vilas e a presença do Exército brasileiro. É interessante essa vinculação com o Exército, dizendo

que até 40% dos índios servem ao Exército e têm um status diferenciado na aldeia: são mais bem vistos.

A conclusão é essa, com razoabilidade.

Vamos passar, então, para um gráfico de todos esses depoimentos colhidos, com as propostas mais incidentes no discurso sobre a presença das Forças Armadas e a necessidade de um controle de fronteiras.

O "B" é a manutenção dos municípios e vilas; o "C" é a responsabilidade do Senado no processo demarcatório; o "D" é a exclusão de rodovias da área indígena; o "E" é a exclusão de áreas produtivas; o "F" é a exclusão da área ambiental do Parque; o "G" é para relevar a criação artificial de malocas, para contestar a perspectiva antropológica de que área foi sempre aumentando, e houve, segundo depoimentos, uma estratégia de ocupação; o "H" é para relevar a ocupação antiga de não-índios e de uma antiga titularidade do ponto de vista de título dominial por certas pessoas; no "I", relevou-se o cuidado que se deve ter nesse processo demarcatório de se evitar conflito entre índios. Isso é muito forte. E, por fim, a idéia de se separar, em Ingaricó, a pedido dos próprios Ingaricó. Este é o panorama.

Sob o ponto de vista de discussão, não vou esmiuçar todo o relatório – todos receberão essa minuta de relatório – mas, quanto à proposta de caráter nacional, já que esta Comissão se distingue da Comissão da Câmara dos Deputados porque tem uma perspectiva nacional, é abrangente e envolve experiências de outros Estados, como Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, que já foram visitados, a fim de se formularem propostas que incluam também Roraima, é necessário, primeiro, que o Conselho de Defesa Nacional seja ouvido, de acordo – não foi colocado ali – com o art. 91, §1º, inciso III, porque se trata de faixa de fronteira e também porque a idéia da demarcação envolve questões de defesa do território nacional, que, em nenhum momento, se contrapõe ou é a antítese da garantia dos direitos indígenas. Pelo contrário. Está lá a fim de evitar contrabando, tráfico de entorpecentes, biopiratataria , agressões externas. Trata-se de uma área em que há disputa de fronteira entre a Venezuela e a Guiana. Então, não há uma antítese entre os arts. 231 e 91. Portanto, o Conselho de Defesa Nacional deve ser ouvido, lembrando que ele envolve o Parlamento, uma série de ministérios, é bem representativo dos Poderes da República. Como não foi ouvido neste caso concreto, receiamos que haja vícios, inclusive de nulidade, da portaria de demarcação.

Outra proposta de caráter nacional é a regulamentação do art. 20, § 2º, que versa sobre faixa de fronteira. Há um decreto regulamentador, de 1979, que reputamos materialmente revogado, porque usa o linguajar da outra Constituição. Menciona-se segurança nacional e Conselho de Segurança Nacional, mas há uma perspectiva diferente da Constituição de 1988, que é de defesa do território. Então, ele tem que ser revista. Há sérias discussões sobre se ele tem alguma aplicabilidade. Hoje, se houver, é mais em termos de analogia.

Talvez uma das grandes contribuições desta Comissão instalada no Senado seja a oferta ou a negociação pelo menos dessa lei com o Poder Executivo, já que podemos considerar, inclusive, que ela seria de iniciativa do Poder Executivo, pois deverá ser ouvido o Conselho de Defesa Nacional sobre essa lei. Enfim, há um debate que tem que ser travado também na esfera executiva. Aliás, esse é um bom caminho esta Comissão pode tomar.

Definimos finalmente uma política sólida de faixa de fronteira, o que se quer e o que se pretende.

Outro ponto, tomando como base o que escutamos, é apoiar a proposta de emenda à Constituição quanto à intervenção do Senado no processo homologatório. Também foi bastante ouvido, não só em Roraima, mas em Mato Grosso e Santa Catarina, que há um desequilíbrio federativo em que estão em jogo, por vezes, 50% do Estado ou uma discussão, como em Santa Catarina, sobre áreas que participaram de uma proposta da própria União, de colonização, que, agora, cem anos depois, pode ser revista. Enfim, há problemas federativos envolvidos, portanto o Senado seria um interveniente necessário, assim como o Congresso Nacional, conforme o art. 231, no caso, por exemplo, de remoção de indígenas.

Portanto, há, em vários momentos, no art. 231, esse indicativo da necessidade do Congresso Nacional se envolver na questão indígena. Não seria um elemento estranho na metodologia de tratamento dos direitos indígenas; é mais um que discute uma questão igualmente séria.

Por fim, em termos de propostas de caráter nacional que serão amadurecidas no decorrer do tempo, pois temos um relatório parcial, há outros relatórios que seriam discutidos durante a Comissão externa, no sentido de elaborar uma lei federal sobre processo demarcatório, que, hoje, está regulado por decreto. É preciso que se reveja esse decreto, que se contemple a perspectiva de ouvir vários atores com maior vínculo dentro do processo demarcatório, enfim, é preciso rediscutir esse processo demarcatório. Por que não fazer uma lei federal para consolidar, sem deixar esse processo à mercê de um ato do Executivo? Quando muda o Ministro da Justiça, mudam-se as regras de algo muito sério, que é o processo demarcatório.

Em relação à Raposa Serra do Sol, pelo que escutamos, a conclusão do Relator, a partir de todo esse diálogo da Comissão, é de que sejam excluídas da proposta atual as franjas correspondentes à área de plantio, assim como as áreas do Município de Normandia, a sede do Município de Uiramutã e as vilas lá existentes; de que seja mantido o 6º Pelotão, como está na atual proposta; sejam excluídas as estradas estaduais e federal existentes, permitindo o livre trânsito e também a unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima, porque chegamos à conclusão que há uma certa incompatibilidade entre a concepção de unidade de conservação e área indígena.

É claro que a manutenção da unidade de conservação permitiria o acesso dos indígenas à localidade, e poderia até ser concebido dessa forma, afinal de contas o Monte Roraima é, do ponto vista mítico das comunidades indígenas, de extrema importância. Aliás, a palavra Roraima deriva etimologicamente do idioma piemom, que é "Rorai-ma", que diz respeito ao grande verde e azul que simbolizam aquele monte. Estamos falando da demarcação de uma área cujo nome do Estado deriva de um acidente geográfico. Há uma série de mitos interessantes e, evidentemente, é importantíssimo o acesso indígena a esse parque nacional.

Contudo, quanto à conservação ambiental, o Ibama se contrapõe à idéia de finalidade de proteção da concepção de área indígena. Assim, essa área seria excluída para manutenção do Parque Nacional de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Informo que o Senador Delcídio Amaral teve sair porque tinha audiência marcada.

A apresentação preliminar do relatório será distribuída a todos os membros da Comissão. Queremos marcar reunião interna, para discussão e apreciação das eventuais sugestões de mudanças e a votação final do relatório, no dia 14, quarta-feira, às 10 horas. Portanto, daqui até o dia 14, serão duas semanas para analisarmos as sugestões e compatibilizarmos com o relatório da Câmara dos Deputados, a fim de que possamos apresentar um trabalho semelhante, se não for exatamente igual, o que gostaríamos que acontecesse porque ouvimos as mesmas pessoas, andamos nos mesmos lugares, consultamos as mesmas fontes e estamos lidando com o mesmo problema. Buscaremos produzir um relatório igual para que exista posição oficial tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, a fim de levarmos as sugestões do Congresso Nacional ao Poder Executivo, apresentarmos as proposições legislativas que sejam de competência das duas Casas legislativas e sugerirmos outras que sejam de competência do Poder Executivo.

Esse foi o cronograma estabelecido. Repetindo, terça-feira, dia 06, haverá uma reunião interna para que o Relator possa acolher as sugestões e alterações apresentadas até esta data. Independentemente disso, qualquer membro da Comissão ou Senador interessado poderá procurar os consultores ou os Senadores para fazer sugestões. No dia 14, vamos nos reunir para discutir o Relatório final e votá-lo.

Deputado, V. Exª quer fazer alguma consideração?

O SR. ALCESTE ALMEIDA (PMDB – RR) – Acredito que os relatórios das duas investidas **in loco** a Roraima, ainda que não coincidentes, complementam-se. Compõem-se de alguma forma que ajusta melhor, inclusive, porque não seria possível a cada uma das Comissões visitar toda a problemática regional.

Quanto à questão colocada na conclusão, seria muito bom que fossem coincidentes as propostas conclusivas. Considero tímida a posição quanto à manutenção do pelotão do Exército em Uiramutã. Primeiro, porque é um direito constitucional a existência desses pelotões na área e é inerente ao Ministério da Defesa. Quando se pede para se manter algo que, por direito, já deve existir se dá margem a que seja discutível a situação. Há um fato consumado. Estão ali resguardando a fronteira de forma gloriosa e preventiva.

Sugiro que, nessa conclusão, não seja apenas referido o pedido da manutenção do pelotão, mas que também a criação de novos pelotões. Ainda que o Estado seja pequeno, a linha demarcatória da fronteira tem uma extensão muito significativa. Se esticada em uma linha reta, haverá uma quantidade enorme de quilômetros, onde só se vê a presença de um pelotão de fronteira a oeste do território. Deveria ser incentivada a criação de outros pelotões também, além do Uiramutã e não apenas se limitar, na conclusão, apenas à manutenção, que já é um direito conseguido a duras penas.

Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Levamos em consideração a sugestão do Deputado Alceste ouvida pelos consultores.

Antes de encerrar, farei uma complementação de informação dada, inicialmente, a respeito de nossa ida futura ao Estado do Mato Grosso, que já foi deferida pela Mesa do Senado.

Após o dia 14, definiremos a ida ao Mato Grosso. O Senador Jonas Pinheiro já está articulando junto ao Governo do Estado, à Funai e a outras instituições para que tenhamos um calendário e um roteiro adequados. A exemplo do que fizemos em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Roraima, devemos trazer um detalhado estudo sobre a questão indígena no Estado.

Apresentando, no dia 14, o relatório de Roraima, possivelmente, se houver oportunidade, logo na semana seguinte, esperamos ter os relatórios de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, para, portanto, concluirmos nossos trabalhos dentro de um prazo razoável, sem nenhum açodamento a fim de que colaborarmos, de maneira definitiva, não só para a solução dos casos emergenciais e conflituosos que estamos vendo, mas, acima de tudo, evitar novos conflitos e estabelecer regras permanentes e duradouras que norteiem a política indígena do País, dando tranqüilidade aos índios e aos não-índios para que tenhamos, como brasileiros, um País pacificado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h57min)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF **"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA E AO MATO-GROSSO DO SUL, SANTA CATARINA E MATO-GROSSO, INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS".**

Ata da 4ª Reunião realizada em 20 de abril se 2004.

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às quinze horas e dois minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com as presenças dos Senadores Delcídio Amaral e Jefferson Peres, membros, e ainda com as presenças dos Parlamentares não membros Senadores Juvêncio da Fonseca, Augusto Botelho e Valdir Raupp e ainda os Deputados Lindemberg Farias e Moacir Micheletto. Também presente, o Governador de Roraima, Flamarion Portela, reúne-se a Comissão Especial Temporária **criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Inicialmente foi feita a apresentação do Relatório da Câmara dos Deputados, pelo Deputado Lindemberg Farias e a seguir, a apresentação do Relatório do Senado Federal pelo Relator Senador Delcídio Amaral. A palavra ainda foi concedida ao Deputado Moacir Micheletto, ao Senador Juvêncio da Fonseca, que propôs uma monção de repúdio ao Presidente da FUNAI, ocasião que a Presidência solicitou que a mesma fosse votada ao final da reunião. A seguir foi concedida a palavra ao Senador Valdir Raupp que, por ter tido o seu Requerimento aprovado de número 444/04, em reunião do dia 15/04/2004, para que a Comissão estenda também os seus trabalhos ao Estado de Rondônia, inclusive sugeriu as datas de 06 de maio para a realização de uma Audiência Pública na cidade de Porto Velho e no dia 07 de maio, uma Audiência Pública na cidade de Espigão D'Oeste, daquele Estado, e uma visita ao garimpo da Reserva Roosevelt no dia 08 de maio. Fez uso ainda da palavra o Governador Flamarion Portela. Colocada em votação a monção proposta pelo Senador Juvêncio, a mesma foi aprovada por unanimidade. Ficou ainda decidido que haverá uma Reunião administrativa no dia 26 de abril e outra Reunião normal no dia 27 deste. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Francisco Naurides Barros*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003, do Senado Federal, com a finalidade de ir a Roraima e a Mato Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados.

Indago ao Plenário se dispensa a leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a dispensa.

Informo ao Plenário que esta reunião destina-se à discussão do relatório referente ao Estado de Roraima. Estamos aqui com a presença do Relator da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, Deputado Lindberg Farias, que fará a apresentação do relatório da Comissão da Câmara dos Deputados.

Convido o Senador Delcídio Amaral, que é o Relator da Comissão, e o Deputato Lindberg, a tomarem assento à mesa, assim como o Governador de Roraima, Flamarion Portela.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Lindberg, que fará a apresentação dos trabalhos da Comissão Externa da Câmara, comunico que já foi deferida a ida desta Comissão ao Estado de Mato Grosso e, agora, por requerimento dos Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas, também a Mesa deferiu a ida ao Estado de Rondônia, em face de conflitos, de conhecimento de todos, envolvendo indígenas e garimpeiros na reserva Roosevelt.

Concedo a palavra ao Deputado Lindberg Farias para fazer sua apresentação e comentários sobre os trabalhos da Comissão Externa da Câmara dos Deputados.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – Senador Mozarildo, Senador Delcídio, Governador Flamarion Portela, Senador Jefferson Péres, Senador Augusto Botelho, Deputado Micheletto...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria de convidar também o Deputado Micheletto para tomar parte da mesa dos trabalhos, já que S. Exª está presidindo a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que tem o mesmo objetivo da Comissão do Senado.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – O grande objetivo, Senador Jefferson Péres, desta reunião é aproximar os trabalhos da Comissão da Câmara com os desta Comissão do Senado. Estamos com o relatório pronto. Estabelecemos o dia 27, próxima terça-feira, para aprovação desse relatório na Câmara.

Participei de uma reunião, na segunda-feira passada, no Palácio do Planalto, e o Presidente da República deu um prazo de 15 dias para alguns Ministros tentarem chegar a uma proposta que mais atendesse ao objetivo do Presidente, que no caso foi expresso, ou seja, homologar a área, observando o critério de pacificação, tentar achar uma saída política para o problema. Essa é uma preocupação que temos que ter em mente. Não podemos transformar Roraima numa nova Rondônia. Temos que aprender com esses fatos que aconteceram agora no caso da área indígena Roosevelt. Queremos e achamos que há possibilidade de construir um caminho que pacifique o Estado de Roraima e possibilite a garantia dos direitos indígenas, mas também resolvendo problemas que envolvam outros setores do Estado de Roraima.

Acredito que esse é o objetivo central desta reunião, Senador Mozarildo. Fiz aqui o meu relatório. Estamos abertos a ponderações. A votação é na terça-feira. Temos que inclusive conversar mais até terça-feira, porque os relatórios da Câmara e do Senado teriam muito mais força se tivessem um mesmo pedido ao Presidente da República. E Sua Excelência deixou isso claro o tempo todo: queria, antes de decidir, ter a posição da Câmara e do Senado, queria ter os relatórios do Senador Delcídio e o meu.

Gostaria também de falar a respeito de um outro aspecto que considero importante. Esta reunião conta com a presença do Governador e dos Senadores de Roraima. E todos os Deputados Federais também estão participando dessa luta, existe unanimidade da representação legal no Estado de Roraima.

De fato, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal têm tentado, nas comissões, exercer um grande papel: conversar com todos os agentes envolvidos. Conversei com todos na Câmara dos Deputados. Fiz duas reuniões com a Funai e conversei com o CIR, com o Cimi, e com todos os agentes envolvidos nesse processo no Estado de Roraima.

Na audiência com o Presidente da República, esclareci que não conseguimos firmar um acordo mais por intransigência do Presidente da Funai. Realizamos uma audiência na Câmara dos Deputados, em que o Presidente da Funai foi taxativo ao dizer que não seria possível ceder um milímetro, nada.

Faço este registro, porque, de fato, conversamos e procuramos negociações com todos os agentes do Estado de Roraima. O Governo, inclusive, está estudando uma proposta para apresentar, e o Presidente da República realizará reunião novamente, no Palácio do Planalto, na próxima segunda-feira.

Sr. Governador, creio que seria fundamental que os Senadores e os Deputados do Estado de Roraima presentes nesta Comissão elaborassem, até segunda-feira, uma Carta de Roraima – evidentemente, o Presidente da República já conhece os fatos, mas seria um reforço nas discussões –, que determinasse abertamente quais são os pontos centrais para o Estado de Roraima, os pontos que não podem ficar fora de uma discussão como essa. Sei que há problemas no Município de Uiramutã; que há discussão sobre as atividades econômicas existentes que são indispensáveis para o Estado. A meu ver, seria interessante se V. Exªs conseguissem progredir, apresentando uma proposta mínima do Estado de Roraima que estabelecesse: daqui não dá para passar, esses são pontos inegociáveis.

Considero isso importante, pois facilitaria o nosso diálogo com o Governo Federal. Na mesa de negociação, surgem propostas aqui e lá. Sendo assim, seria importante para o Estado de Roraima, por meio de toda sua representação legal, com o Governador, os Senadores e os Deputados Federais à frente, a elaboração de um documento que mostrasse essa busca do diálogo, essa busca de uma saída política, como uma proposta do Estado de Roraima. Esse procedimento reforça as nossas posições na mesa de negociação e fortalece tanto o relatório do Senador Delcídio Amaral quanto o meu.

Era o que eu tinha a dizer. Estamos abertos ao debate e, de hoje até terça-feira, precisamos caminhar para obter avanços. Estamos abertos a aceitar sugestões e a modificar pontos no relatório. A nossa força, no caso, é a junção do relatório da Câmara dos Deputados com o do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, Relator da Comissão Externa Temporária do Senado que trata da questão da reserva indígena Raposa/Serra do Sol e de outras questões fundiárias do Estado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, serei breve.

Cumprimento o Governador, os Deputados Moacir Micheletto e Lindberg Farias, o Presidente da nossa Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, o meu caro Senador Jefferson Peres, o Senador Juvêncio da Fonseca, ilustre Parlamentar do meu Estado, o Senador Augusto Botelho.

Estamos entregando hoje um relatório parcial, que creio já ter sido distribuído aos Parlamentares, para cotejarmos não apenas o nosso relatório, mas também o da Câmara dos Deputados, com esse conceito que o Deputado Lindberg Farias abordou de maneira muito enfática. Precisamos tentar levar uma proposta única da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o que nos fortalecerá. Foi um trabalho de muitas semanas, que contou com a determinação de todos os Senadores da Comissão Externa.

Elaboramos esse relatório juntamente com os consultores do Senado, que realizaram um trabalho muito dedicado, muito importante e muito detalhado, e nos ajudaram em todas essas caminhadas pelos Estados. Fizemos um histórico, falamos dos atores, analisamos a freqüência com que cada sugestão aparecia em todos os debates que foram promovidos e também estabelecemos conclusões de caráter geral e específico. E, no caso do relatório que está sendo distribuído, focado no Estado de Roraima. O próximo Estado sobre o qual vamos apresentar relatório é o Estado do Mato Grosso do Sul, dentro da seqüência de viagens que fizemos.

Concordo, Lindberg, com sua opinião. Nós, Senadores e Deputados, precisamos fazer uma análise dos dois relatórios, cotejando-os. Sr. Presidente, poderíamos fazer uma reunião conjunta do Senado e da Câmara, se possível, na segunda-feira ou, no mais tardar, na terça-feira, tendo em vista chegar a uma única posição, até para dar mais consistência às nossas argumentações e ao trabalho que foi desenvolvido.

Basicamente, são estas as ponderações que gostaria de fazer. Queria, ainda, ouvir as sugestões e propostas dos Senadores. Presidente Mozarildo Cavalcanti, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Consulto o Deputado Moacir Micheletto se gostaria de fazer algumas considerações, já que presidiu essa importante Comissão na Câmara.

O SR. MOACIR MICHELETTO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator da Câmara, Srs. Senadores, Sr. Governador, demais representantes que se encontram presentes, nunca existiu um momento histórico tão oportuno para analisar a política indígena do Brasil como este.

A Câmara e o Senado fazem **feedback**, fazem uma avaliação profunda de uma realidade que já há muito tempo deveríamos ter analisado, haja vista os casos que estão acontecendo, como o de Rondônia, o do Sul do Brasil, onde ocorreram, inclusive, assassinatos de pessoas ligadas a esse movimento.

Tanto no Senado como na Câmara, existem três vertentes importantes para analisar esses dois relatórios. Do ponto de vista social, uma análise profunda dos brancos e dos indígenas que lá vivem. É uma realidade. Deve-se analisar nas audiências públicas o comportamento da Funai, das entidades, das ONGs; em síntese, o que está sendo feito naquela região. Evidentemente, essa tem que ser uma vertente muito importante.

A outra vertente é econômica. Não é possível o Governo e a sociedade verificarem – está presente aqui o nosso Governador – um Estado ter apenas 7% de seu território para a agricultura, para o agronegócio. Estamos questionando em profundidade inclusive o número de indígenas e a forma como os laudos antropológicos estão sendo feitos, com erros crassos. A Funai tem um poder tão forte que não temos condições de adentrar em dados que ela tem.

Para se ter uma noção, a Câmara fez essas audiências públicas, e, como Presidente da Comissão, recebi um ofício do Presidente da Funai autorizando o Congresso Nacional a adentrar as áreas indígenas. Creio que se trata inclusive de uma agressão à soberania nacional. Estou tentando ponderar isso, partindo até dessa avaliação. Não é possível virar as costas para o aspecto econômico daquele Estado, no grito. Essa é uma realidade, porque, quer queiramos, quer não, Roraima é um portal do Brasil para outros continentes. É uma realidade que temos que analisar.

A outra vertente é também muito questionada por nós, Deputados, e, acredito, pelos Senadores. Trata-se da segurança nacional. Se negarmos que devemos ter um olho voltado para esse aspecto, estaremos também virando as costas para a questão.

Sr. Presidente, tem de haver o bom senso da Funai e do Governo, que terá uma posição histórica visto que temos até brasileiros denunciando o Brasil na OEA e na ONU. Isso é uma vergonha para nós.

Há, inclusive, relatórios e documentos do Congresso Nacional americano interferindo nas nossas demarcações. O Congresso tem de verificar essas coisas. Se é verdade ou se não é, teremos que analisar. Temos fatos e documentos. Portanto, o bom senso tem que prevalecer.

Finalizando a minha observação, Sr. Presidente, temos os dois relatórios e poderia ser feito apenas um único com aquilo que converge entre o Senado e a Câ-

mara, para que pudéssemos entregá-lo ao Presidente da República. Precisamos ter uma posição histórica perante o Governo e a sociedade brasileira e perante a sociedade internacional. Esse seria o caminho.

Que o Congresso Nacional não ande de joelhos, não fique com receio de ter a sua posição. Essa é uma posição que esta Casa terá que verificar com muita seriedade, com muita tranqüilidade e com muita responsabilidade. Não podemos ter uma entidade com uma força tamanha.

Tenho que colocar aqui a minha indignação com o Presidente da Funai pela forma como tratou a Comissão. Tivemos que segurá-lo pelo braço para que continuasse seu depoimento em uma audiência pública da Comissão, em que ele deveria estar presente.

Ficaram ausentes das discussões a Igreja em Roraima, a Funai, o Cimi e o CIR. Não é possível que tenhamos de ficar calados. Não queremos errar, essa é que é a realidade. Estou aqui como brasileiro, como Deputado que defende os interesses do Brasil e não apenas do meu Estado. Estou aqui para depois não ter o peso na consciência de não ter essa condição junto com o Relator. O Presidente da Funai debochou do relatório consistente e responsável do ilustre Deputado Lindberg Farias, que não merecia ser tratado dessa forma perante as mídias nacional e internacional.

O Congresso Nacional tem que ter uma posição firme e entregar ao Presidente da República uma proposta dos Srs. Parlamentares do que é bom para a política indígena, para o Estado de Roraima e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço as palavras do Deputado Moacir Micheletto que ressaltam o momento histórico em que a Câmara e o Senado tomam uma posição de maneira independente, mas tentando torná-la conjunta.

Antes de abrir a palavra aos Senadores, passo a ao Governador de Roraima para que faça as suas considerações, uma vez que esta deve ser a última reunião antes da votação do nosso relatório. Essa decisão terá um significado muito importante não só para o seu Governo, mas para o futuro do Estado de Roraima.

O SR. GETULIO ALBERTO DE SOUZA CRUZ – Boa tarde a todos.

Peço vênia para cumprimentá-los em nome do Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta Comissão, saudando tanto Deputados como os Senadores.

Em primeiro lugar, mais uma vez, trago o agradecimento da sociedade roraimense aos membros do Senado e da Câmara. Pessoas como o Deputado Lindberg Farias que não têm uma vinculação com Roraima e, certamente, como bom brasileiro conhecia a geografia do Brasil e um pouco do nosso Estado, mas ao ir a Roraima procurou construir uma idéia ouvindo aqueles que têm uma posição favorável e uma posição contrária.

Hoje, o Lindberg, permita-me chamar assim, tem domínio da questão e na mídia nacional expõe o assunto com muita clareza, com muita propriedade. Portanto, fica em nome do Deputado Lindberg e de toda Comissão, os agradecimentos da sociedade de Roraima por termos conseguido levar também a questão para uma discussão nacional não localizada, pontualizada somente no território roraimense.

Da mesma forma, agradeço os Senadores na pessoa do Senador Delcídio Amaral, que já conhecia Roraima, pois de 1988 a 1989, ao trabalhar na Eletronorte, resolveu questões energéticas no Estado. Portanto, o Senador conhece muito melhor do que conhecia antes o Deputado Lindberg Farias as questões amazônidas, mas tendo a sensibilidade, também construindo juízo da mesma forma, ouvindo pessoas, ouvindo entidades, ouvindo a sociedade roraimense, e, a partir daí, tive a oportunidade de colher um juízo sobre a questão.

Agradeço profundamente a Bancada de Roraima. Pela primeira vez na história de Roraima, um Estado novo, que foi implantado em 1991, conseguimos reunir os onze representantes da sociedade roraimense no Congresso Nacional. E teve início, então, no ano passado, uma discussão. Primeiro, montamos um grupo de trabalho e realizamos uma discussão com a sociedade. O grupo pesquisou, juntou dados dos mais variados órgãos, e construiu uma pré-proposta. Em seguida, a Bancada, juntamente com o Governador, foi ao Ministro José Dirceu, que criou um grupo interministerial a fim de discutir a questão fundiária de Roraima. E é bom que se diga que nossa primeira proposta foi sempre a de resolver a questão fundiária de Roraima como um todo, de forma global. Claro que nesse contexto passa, pela importância e pela simbologia, a discussão mais forte sobre Raposa/Serra do Sol. E mais uma vez, com toda a clareza, digo para a sociedade brasileira que nós roraimenses nunca fomos contra a demarcação de terras indígenas. Ao contrário. Somos plenamente a favor. Mas desejamos uma saída boa para todos. O Estado de Roraima é um Estado pobre, um Estado fraco, politicamente falando, e não temos energia para brigar. Temos energia, sim, para juntar forças, unir inteligências e construir a melhor proposta para a sociedade de Roraima, que consiga elevar nossa qualidade de vida, que consiga oportunizar emprego para os índios e para os não-índios. Ou seja, com essa intenção, trouxemos a discussão para além de nossas

fronteiras. A Bancada, de forma uníssona, coesa e irmanada, trabalhou nesse período todo.

Deixo também o nosso reconhecimento e a nossa gratidão. Agradeço o comportamento de grandeza de todos no sentido de construir algo que seja consensual, que possa levar ao Poder Central da República uma proposta que representa o sentimento do Senado Federal, que representa o sentimento da Câmara dos Deputados, mas que, acima de tudo, colha a sensibilidade, o sentimento e a idéia da sociedade roraimense, e isso seja conduzido para o melhor. Destaco, mais uma vez, a confiança que temos no Congresso Nacional. Não me canso de dizer. Há pouco, conversava com os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, citando o exemplo do Deputado Lindberg Farias, que poderia estar cuidando de sua campanha na cidade do Rio de Janeiro, poderia estar sendo mais dedicado aos problemas do Rio de Janeiro, que também são muitos, não são poucos, mas, além de dar atenção ao seu Estado, está preocupado, como grande brasileiro que é, em dar sua contribuição a fim de resolver o problema de Roraima.

É claro que há algo que também nos preocupa, que é a violência no Estado de Rondônia. Estou preocupado, sim, também tenho dito de ontem para cá, principalmente com o que isso possa despertar nas etnias que existem na área Raposa/Serra do Sol, que amanhã possa existir conflito. Nós, como brasileiros, como autoridades mandatárias que somos, não podemos permitir isso. Além disso, como disse o Deputado Moacir Micheletto, não podemos esquecer da nossa soberania, de manter nossas fronteiras tranqüilas, habitadas, e evitar que sirvam para o transporte de drogas e de armas, que tanto prejudicam as famílias brasileiras.

Portanto, fica aqui o nosso reconhecimento, a nossa gratidão, a esperança de resolver a questão fundiária no Estado de Roraima e também construir uma boa equação para a emblemática questão da demarcação Raposa/Serra do Sol.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço as palavras do Governador Flamarion Portela.

Concedo a palavra aos Senadores da Comissão, inicialmente ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr. Governador, Deputado Moacir Micheletto, Senador Delcídio Amaral, como disse o Deputado Moacir Micheletto, será muito importante a decisão que o Congresso Nacional tomar, porque, até aqui, por uma razão ou outra, ele omitiu-se numa questão de tamanha relevância, que tende a se agravar muito. E vamos romper com uma jurisprudência que a Funai quer estabelecer, principalmente seu atual Presidente, que – respeitando sua ausência – é um homem extremamente arrogante e intransigente, não é de diálogo absolutamente, o que é imperdoável em quem ocupa um cargo tão importante.

A jurisprudência é a de que o laudo antropológico é um documento definitivo, que o Presidente da República tem que aceitar. S. Sª disse na Comissão que o Presidente tem apenas que homologar; não soube responder por que ir à homologação de Sua Excelência. Então, que se deixe logo a decisão definitiva aos antropólogos e à Funai. Por que ir ao Presidente, se Sua Excelência não pode modificar o laudo? Não faz nenhum sentido isso. As terras indígenas são de propriedade da União, cedidas em usufruto perpétuo às populações indígenas. Muito bem, mas querer que aquelas áreas sejam intocáveis pelo Poder Nacional, que o Congresso Nacional precise de autorização da Funai para entrar lá?

Vejam esse trecho do relatório do Deputado Lindberg, Item 5:

> *A comissão externa constatou ainda uma oposição sistemática de organizações não-governamentais à ação das Forças Armadas, a ponto de ajuizar ação judicial, para tentar, sem êxito, evitar a instalação de um pelotão do Exército no Município de Uiramutã.*

Veja, Deputado: em uma área de fronteira com a Guiana e com a Venezuela – aliás, uma área da Guiana reivindicada pela Venezuela, num velho, antiqüíssimo litígio ainda não resolvido. Se aquela área for demarcada como está atualmente, sem uma faixa de fronteira, imagine qual será a dificuldade de o Exército e a Polícia Federal se instalarem ali. Imaginemos, nós que conhecemos a má-fé de certas organizações não-governamentais, não sei com quais propósitos: quando se instalar o primeiro pelotão, será muito fácil para eles criarem fatos: tentar um estupro, uma agressão, até a morte de um índio, a fim de mobilizar a opinião pública internacional para retirar o Exército de lá. Podemos estar criando um enclave ali, porque, além do problema da soberania nacional, há o câncer que o País não controla, que se chama narcotráfico. Uma área intocada onde as autoridades não poderão entrar, com índios aculturados, portanto muito mais suscetíveis à corrupção do narcotráfico, à cooptação. Isso é muito preocupante.

De forma que eu faria até uma sugestão ao Senador Delcídio Amaral, cujo relatório estou lendo – ainda não o li de todo –, para que procurassem ambos uma convergência. Creio que, se sair uma proposta do

Senado e da Câmara, se não consensualmente, pelo menos pela maioria, será um respaldo muito grande ao Presidente da República, sem dúvida, para que tome uma decisão.

Senador Delcídio, concordo inteiramente com V. Exª, quando quer excluir da reserva o Parque Nacional de Monte Roraima: primeiro, porque ele está bem na tríplice fronteira; segundo, porque, como parque nacional, deve ser um santuário ecológico, uma área de riquíssima biodiversidade, de beleza paisagística incomparável. Se ele for incorporado à reserva deixa de ser santuário ecológico, e não se sabe o que aquelas populações indígenas poderão fazer àquele parque, inclusive tentar uma exploração econômica, destruindo, portanto, ou descaracterizando aquele nicho ecológico.

Creio que a exclusão do Parque Nacional do Monte Roraima é muito importante, assim como a criação da faixa de fronteira – o tamanho dessa faixa, de cinco ou de dez quilômetros, para mim é discutível –, afora as outras propostas de manter as estradas, excluir o município de Uiramutã. Enfim, quanto à criação da franja na fronteira, o Parque Roraima e ainda a faixa já ocupada por agricultores, há muito tempo, dada a sua importância econômica para Roraima, creio que esse três pontos são inegociáveis. O Governo pode até não considerá-los, mas penso que deveriam constar do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Governador, Sr. Deputado, acredito que demos um passo muito grande neste assunto de regularização fundiária, não só com referência às invasões indígenas, às demarcações de terras indígenas, à faixa de fronteira. Essa junção, esse trabalho harmônico entre Câmara e Senado produz uma força muito grande na proposta que possa sair em unidade depois. Isso é fundamental. Parabéns aos relatores Delcídio Amaral e Lindberg por procurarem essa convergência, que considero de suma importância.

Eu gostaria de fazer duas sugestões para, se possível, serem adotadas como iniciativas legislativas da Comissão, para facilitar a solução do problema. A questão de terra indígena, do art. 231, na atual regra jurídica, tanto pela Constituição como por lei ordinária, não é possível à União, em conflito indígena sobre terra titulada, fazer intervenção, desapropriando e demarcando a área em favor dos índios, porque não há autorização legal. E há uma vedação pela Constituição, no art. 231, de desapropriação de terra para esse fim, a não ser o pagamento apenas das benfeitorias de boa-fé.

A PEC nº 03/2004, da qual fui o primeiro signatário, juntamente com mais de 20 companheiros, propõe justamente o § 8º do art. 231, que diz, resumidamente, que fica facultado à União desapropriar terras nessa circunstância e, querendo, pode demarcá-la em favor da comunidade indígena, desde que esses títulos tenham a posse mansa e pacífica, por mais de 10 anos, dos titulares do domínio. Considero essa PEC nº 03 importante.

Essa matéria não pode ser definida em lei ordinária infraconstitucional porque a vedação de indenização é condicional.

A outra proposta legislativa pela qual venho lutando já há bastante tempo é a da ratificação pura e simples dos títulos da faixa de fronteira, independentemente da intervenção do Incra. É a lei que ratifica, é a União ratificando todos os títulos. A tese contrária diz que não é possível, porque o Incra fica impossibilitado de fazer regularização fundiária e de identificar os títulos nulos ou anuláveis, o que cria um problema muito grande e significa também uma diminuição do poder do Incra de regularização dos títulos de fronteira.

Isso não é verdade, porque essa ratificação de ofício, pura e simples, apenas ratifica os títulos que estão com defeito na sua expedição quanto ao autor do documento, quanto à parte do documento que foi o Estado e não a União. Essa ratificação, de forma nenhuma, vai convalidar todo e qualquer visto que possa ter o contrato ou título de expedição de domínio expedido pelos Estados. Não muda a natureza jurídica, jamais, de nulidade ou anulabilidade dos títulos.

Com isso, tiramos o Incra da ratificação. E o Incra fica apenas na regularização, não só da faixa de fronteira como de todo território nacional. Todas as áreas merecem, por parte do Incra, uma verificação da sua legitimidade, se realmente o proprietário é ou não o legítimo dono. Isso é de fundamental importância. Não queremos, de forma nenhuma, diminuir a competência do Incra, mas que fique com a competência de ratificação dos títulos, que não é tão necessária assim, e morosamente guarde esses requerimentos na gaveta. Já prorrogamos o prazo três ou quatro vezes para ratificação. Não se chega nunca a essas ratificações e os proprietários da faixa de fronteira ficam com seus títulos inquinados de nulidade ou anulabilidade. Essa propriedade não pode servir como objeto de financiamentos, porque sua legitimidade está contestada. Isso tudo acontece em razão de uma filigrana que o Incra está colocando, opondo à ratificação de ofício pura e simples.

Penso que a Comissão poderia, se possível, adotar essa proposta legislativa, que consta de uma emenda substitutiva minha ao PLS nº 664. E posso formular essa proposta por escrito, se sua assessoria desejar.

O terceiro ponto que considero de fundamental importância é justamente uma moção de repúdio desta Comissão, se for possível regimentalmente, às declarações do Presidente da Funai, Sr. Mércio Gomes. A índole do brasileiro é pacífica. Não temos o perfil da agressividade, de matar o próprio irmão, do sangue de brasileiro ser derramado por brasileiro. Isso não existe no coração do brasileiro. Até se diz que Deus é brasileiro, justamente porque Ele ama e é solidário e o brasileiro é assim. O Presidente da Funai, contrariando essa formação, baseado não sei em qual cultura adquirida por ele, está fomentando a violência entre índios e garimpeiros. Diz ele: "Sou humanista. Não acredito na morte nem na violência, mas também não posso ficar condenando os índios por defenderem seus territórios. Eles (os garimpeiros) sabiam dos riscos que corriam." Ele está propondo à Nação brasileiro que se defenda, matando aqueles que invadem a sua área. Então, ele está autorizando isso também à UDR e aos fazendeiros, de modo geral, quando um sem-terra invadir suas fazendas.

E como estão invadindo as fazendas! Todos os dias. Cortam arame, depenam as propriedades, tocam fogo no patrimônio, destroem plantações, transformando terra produtiva em terra improdutiva. Naturalmente, então, esses proprietários teriam o direito de sacar das suas armas, de criar milícias e de dizimar os invasores. É isso o que quer o Presidente da Funai? É o que ele está propondo? Tristemente propondo.

Nossa Comissão, nós do Senado Federal e da Câmara dos Deputados não podemos de forma nenhuma concordar com uma posição dessa. O pior é que a Funai é uma instituição do Governo Federal. Será que essa proposta do Presidente da Funai é proposta do Governo Federal? É proposta de quem? Somente do Presidente da Funai? Se for somente dele, é muito fácil: basta o Governo Federal extirpar essa dificuldade existente na sua estrutura, exonerando o Presidente da Funai.

Essa posição vem ao arrepio de todos os sentimentos de solidariedade e de democracia que o povo brasileiro tem. Será que é somente o Presidente da Funai que pensa assim, contra todos os princípios democráticos, de solidariedade humana e de preservação desse sentimento de humanidade do brasileiro?

Se não houver uma decisão, uma tomada de definição do Governo Federal a respeito desta declaração, significa também que o Governo Federal está adotando a mesma teoria? É o que está indagando o povo brasileiro hoje.

E vejam os senhores como a coisa é mais grave do que pensamos: o Governador de Rondônia, Ivo Cassol, pediu a presença da Polícia Federal e do Exército. E foram para lá uns 400 homens para compor a situação. E diz assim: "No passado, eles trabalhavam harmoniosamente: índios e garimpeiros. Dizem eles que chegou a ter até 5.000 garimpeiros dentro da reserva Roosevelt. Quando chegava o dia, paravam, iam para a cidade e vendiam toda a produção, garimpeiros e índios. Todos juntos dividiam 50% para cada um.

Com a chegada de Bross" – deve ser o superintendente da Funai – "esse acordo teria sido desfeito, por isso a volta da tensão na reserva", disse o Governador.

Então, vejam os senhores que a coisa é muito mais grave do que pensamos. Não são os índios, aqueles nossos irmãos naturais da selva, que estão vivendo da caça e da pesca, sem nenhum outro interesse, que entraram em conflito com os garimpeiros de forma alguma. Já existia uma sociedade anterior.

Pelo que se observa – e não tenho bola de cristal –, parece que tiraram dos garimpeiros a parte deles, ficou só a parte do índio. Promovido isso pela própria Funai, e o índio está explorando essa riqueza. Ninguém pode entrar. "Se entrar a gente mata. Se expurgar dessa maneira, se a defesa for feita com essa violência, o Presidente da Funai nos protege, nos defende".

Isso é a propagação da violência no País.

Em nome do espírito de cristão do brasileiro, em nome da paz que o brasileiro sempre quis neste País é que proponho essa moção de repúdio às declarações do Presidente da Funai, Sr. Mércio Pereira Gomes. Que seja encaminhada a ele, se for aprovada, essa moção em nome do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de colocar em votação a moção apresentada pelo Senador Juvêncio, tem a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Quanto às palavras do Senador Juvêncio da Fonseca, sou favorável à moção, inclusive eu iria fazer uma proposição semelhante. Mas como já foi feita, já se adiantaram as minhas palavras.

Infelizmente, há trinta anos, tenho visto as coisas serem feitas em meu Estado, em relação a essas questões indígenas, baseadas em mentiras que ofendem as pessoas. Já vi saírem de suas propriedades, mais ou menos, entre 4.000 a 5.000 pequenos proprietários rurais, que chamam de fazendeiros, maldosamente, como se fossem fazendeiros aqui do sul do

Brasil. Saem de suas propriedades com promessa de indenização, que não recebem.

Desafio a Funai e o Incra a mostrarem um proprietário, uma família – e falei em 4.000 –, que foi assentada. Não precisa ser em um lote equivalente ao que ela tinha, em um lote de 10 ou 15 hectares. Não fizeram isso até hoje e não vão fazer.

Então, dentro dessa solução que estamos fazendo, quando o Governo Lula, que é um popular, foi eleito, fiquei satisfeito porque, durante a campanha, detectei que Sua Excelência já havia estado na região de Raposa Serra do Sol e passado um dia no Caracaranã, com o Sr. Joaquim Correia. Então, ele sentiu como são as pessoas. Joaquim Correia é considerado rico. Mas, coitadinho, ele é uma pessoa humilde. Aqui há um lago, lá há um pouco de gado, terra. É a sua segunda geração que está lá. Então, por isso que sei porque o Lula não assinou isso da forma como essas ONGs querem.

E Lindberg, você entende mais de índio e do povo lá de Roraima do que esse que te chamou de ET. Lá em Roraima, ele é o ET, porque ele nunca pisou lá. Ele é responsável pelas causas, mas nunca teve a responsabilidade de ir até lá. Agora vejo que ele não tem muita responsabilidade porque quem estimula a violência como ele está estimulando, não tem responsabilidade para ocupar o cargo. Espero que, quando ele for trocado, seja a vez de colocarem um índio na Funai. Há índios que têm condições de dirigir a Funai. Espero que, quando ele for trocado, um indígena passe a dirigi-la. Tenho certeza de que será uma nova era para a Funai.

Tenho muito carinho e respeito pelos senhores que estão organizando essas duas comissões. O povo de Roraima agradece, e mais uma vez agradeço em nome do meu povo, da minha gente, de todos, indígenas e não indígenas.

Os senhores estão abrindo um caminho, uma porta para uma mudança na política indigenista neste País. É preciso ouvir as comunidades. Não é preciso um antropólogo para falar pelo indígena. Poucas comunidades precisam de alguém que fale por eles. Há as mais primitivas, mas até os ianomâmis já têm cinco ou seis professores com condição de falar o que querem. Mas os antropólogos ainda falam. Quem fala é o CIR e essas ONGs todas.

Essa faixa de fronteira, de exclusão, de que tratam o Deputado Lindberg e o Senador Amaral, vai ficar na história do País. Vai ser uma forma de defenderemos essa faixa. Ninguém sabe quem é o dono da área. A Guiana e a Venezuela estão brigando constantemente. Os mapas dos dois países mostram o local como zona de conflito. Como vamos ficar bem no meio, sem ninguém guardando?

Essa violência atual no Rio de Janeiro é também conseqüência da falta de proteção nas nossas fronteiras. Existem 11 mil quilômetros de fronteira por conta do Calha Norte, mas não há uma unidade do Calha Norte de 500 metros em 500 metros. Entre Bonfim e Tiriós, são quase mil quilômetros de fronteiras sem ninguém para defendê-las – sem nenhuma unidade do Estado, do Município ou do Governo Federal. As armas entram sem problemas e vêm para cá.

Até agora, o problema é maior no Rio de Janeiro, mas, se não tomarmos uma atitude – os Governos e nós –, essa violência vai se estender a todas as cidades. Lá no Rio, chamam de favela, mas normalmente toda cidade tem uma favela ao lado. Não é uma favela no alto do morro, mas uma casa de pessoas pobres que são excluídas socialmente. No contexto geral de mudança, de melhora social das pessoas, temos de bloquear para não entrar. A droga é trocada pela arma.

Os indígenas, recentemente, em duas oportunidades, prenderam drogas quando fizeram aquela barreira para não entrar estrangeiros na Raposa/Serra do Sol. Prenderam drogas duas vezes vindo da Guiana. Na Guiana, eles podem plantar. O Governo não obstaculiza o plantio de maconha. Então, plantar maconha é fácil. A maconha serve de moeda de troca para as outras coisas.

Gostaria de parabenizar os membros das duas Comissões e de dizer que fiquei muito feliz de ver esse foco nacionalista, principalmente quando percebo esse traço em um Deputado novo, que freqüentou a escola na época em que o nacionalismo nas escolas públicas era proibido. Fomos criados assim – eu e Micheletto. O Mozarildo é um pouco mais novo, do tempo em que não havia culto à Nação. No meu tempo, todos os hinos eram cantados nas escolas. Lutávamos pelo Brasil, tínhamos uma noção de brasilidade. Sei que, na época dos meus filhos, da turma mais nova, isso acabou. Quando um Deputado novo começa a puxar o nacionalismo é porque as coisas estão voltando. Vamos trabalhar para voltar a defender a nossa Pátria. Somos descendentes de pessoas que morreram lutando pelo nosso País, pelo nosso Estado. Vamos continuar a luta.

Meus parabéns! Espero que o relatório saia em conjunto, para que tenha mais força.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero registrar a presença do Senador Valdir Raupp, de Rondônia, a quem concedo a palavra para fazer alguma consideração.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs, membros da Mesa, Srªs e Srs. Senadores, ainda há pouco, eu estava fazendo um pronunciamento na tribuna do Senado sobre a grave situação que está ocorrendo na reserva dos índios cintas-largas, em Rondônia.

Sempre tive uma convivência muito boa com os índios de Rondônia. Quando governei o Estado, talvez tenha sido o único Governador que firmou convênios com as nações indígenas e destinou recursos até para compra de viaturas, de Toyotas para transportar índios para tratamento de saúde fora das tribos, para construção de casas, de escolas, de postos de saúde nas reservas.

E vejo que a situação hoje está um tanto complicada. Com o conflito, foram achados 29 corpos na reserva. Como foi dito, não chegou a ser bem um conflito; tenho muito respeito pelos índios, mas foi uma chacina praticada pelos cintas-largas.

Não sei, mas até duvido que tenha sido uma iniciativa única e exclusiva dos índios. Creio que haja alguma coisa por trás, talvez contrabandistas que estão comprando diamantes dos índios a preço vil. Lá já foi vendida pedra por R$1,2 milhão. Uma única pedrinha de diamante por R$1,2 milhão! Vejam bem a que situação estão expostos os índios dessa reserva! Eles recebem compradores de diamante, que vêm de avião de não sei onde – lá há pistas! E todos os membros da Funai que lá chegaram para chefiar missão de varredura, de força-tarefa, acabam se envolvendo, de uma forma ou de outra. Há gente do Ibama presa, como também da Funai; há também empresários presos; só não há índios, porque não pode – não sei se não pode. Enfim, há gente presa de todas as áreas.

Parece que, com a atual operação, pretende-se prender mais uma grande quantidade de gente. Prender, tudo bem, mas o mais grave é a ocorrência de mortes. Até agora, foram encontrados 29 corpos, mas há possibilidade de se encontrarem mais. Uns falam em 60; outros, em mais de 100, porque há quase 200 garimpeiros desaparecidos, de todas as partes do Brasil. Há famílias de garimpeiros de São Paulo que estavam dentro da área. Os familiares estavam à procura de seus parentes, e não os encontraram. Então, a suposição é de que o número de mortos seja muito maior, pois a matança na reserva já vem ocorrendo há mais tempo.

Anteontem, ouvi de um pastor de Cacoal, em Rondônia, o Presidente da Convenção das Assembléias de Deus de Rondônia, ainda no aeroporto de Porto Velho, que conheceu pessoas que foram ao garimpo e não voltaram mais. Perguntei-lhe onde poderiam estar, se foram embora, se fugiram de casa. Pode ser que, em um caso ou outro, tenham fugido de casa e não tenham voltado mais para a família; mas são vários casos, não se trata de um só.

Portanto, creio que o caso merece uma investigação mais apurada. Sugiro a esta Comissão, ou melhor, até faço um apelo para que vá à reserva o mais rápido possível e faça um levantamento. Hoje, 400 homens do Exército encontram-se na reserva – passou agora no Jornal da Globo. Rondônia vive uma espécie de intervenção branca do Exército Brasileiro. Até porque, depois da chacina, a Polícia Federal esperou oito dias para obter autorização da Funai para entrar na reserva. Nessa ocasião, recolheram 3 corpos. Ontem, 13 dias depois da chacina, foram retirados mais 26 corpos, totalizando 29 mortos. Devido ao estado de decomposição dos corpos em, serão necessários médicos, odontologistas para que sejam identificadas as arcadas dentárias.

Mesmo corpos de soldados em guerra, mortos em país inimigo, não demoram tanto tempo para serem resgatados e transportados para o país de origem. As autoridades brasileiras estão encontrando mais dificuldade para entrar na reserva, que é nacional, do que autoridades estrangeiras para recolher seus mortos em país inimigo. A situação é muito grave, muito difícil!

Sugiro que a nossa ida seja no dia 6 de maio, quinta-feira. Poderíamos ficar na quinta-feira e na sexta-feira. Na quinta-feira, pela manhã, realizaríamos uma audiência pública na Assembléia Legislativa. À tarde, iríamos à Câmara de Vereadores do Município de Espigão d'Oeste, sede do Município em que está sediada a reserva dos cintas-largas. E, no dia seguinte, visitaríamos a reserva de helicóptero ou de avião.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Se a Funai deixar!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É, Senador Jefferson Péres, se a Funai deixar! Bem lembrado.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado pela atenção da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Gostaria de agradecer a participação do Senador Valdir Raupp.

Informo também que, no início desta reunião, comunicamos que foi deferido requerimento assinado por V. Exª e pelo Senador Paulo Elifas, para que programemos nossa ida a Rondônia. Conforme sugestão de V. Exª, devemos programá-la para o dia 06 de maio. Esperamos que possamos, realmente, completar esse trabalho que está sendo feito pela Polícia Federal para que, dentro desse contexto de avaliação de vários problemas, em vários Estados brasileiros, esta Comissão possa, ao final, realmente produzir não só iniciativas

legislativas, mas também desde emendas constitucionais até legislação ordinária, para que possamos realmente colocar uma ordem, de vez, nessa questão da política indigenista do nosso País.

O Deputado Lindberg Farias pede a palavra para fazer uma consideração.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – É breve. Primeiro, eu queria falar sobre esse episódio em Rondônia. Achei completamente despropositada, Senador Jefferson Péres, a declaração do Presidente da Funai. Não dá para justificar o acontecido. Dizer, num momento como aquele, em que foram localizados 26 corpos a mais – já três haviam sido encontrados –, que os índios estavam ali defendendo suas terras, não é assim que se defende terra, ainda mais no momento que vivemos, de crises em relação ao problema fundiário do País. De uma autoridade do Governo Federal, uma declaração como essa significa que, no caso do problema que existe entre sem-terras e fazendeiros, quer dizer que estão autorizados os fazendeiros. Pela lógica do Presidente da Funai, estão.

Essa declaração, por si só, eu considero uma das mais desastradas feitas por uma autoridade pública, no último período. Mas esse não foi o único problema da Funai no episódio de Rondônia. O fato de a Funai, no caso, com a figura do Dr. Walter Blos, que é assessor especial do Presidente da Funai, impedir a entrada da Polícia Federal naquele primeiro momento, talvez tenha impedido que 26 vidas tenham sido salvas, porque esses outros 26 foram aprisionados, vimos que foram executados, caminharam por dentre as árvores e foram executados num lugar distante; eles estavam amarrados. Talvez, se fosse autorizada – isso ninguém sabe, mas talvez, se a Polícia Federal... Eu, inclusive, acho que a Polícia Federal errou. Não era para ter ficado esperando autorização da Funai num caso como esse. Devia ter tentado entrar lá, porque essa discussão sobre a autorização da Funai... Aqui falou o Presidente da nossa Comissão Moacir Micheletto. Quando fomos à Raposa Serra do Sol, a Funai, sem pedirmos, enviou um ofício autorizando a nossa visita à Raposa Serra do Sol.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – Claro.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Creio que a Polícia Federal agiu com muita prudência, porque esses agentes da Funai poderiam insuflar os índios a se oporem à própria Polícia Federal e provocar um massacre, até deliberadamente, com má intenção. A Polícia Federal poderia cair numa armadilha da própria Funai, se insistisse.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – V. Exª pode ter razão, mas veja bem como o que falo, na verdade, dessa intransigência da Funai, Senador Jefferson Péres, pode ter ocasionado essas 26 mortes, que poderiam ser vidas salvas.

O terceiro ponto sobre esse aspecto de Rondônia, que também nos causa preocupação, é o fato de que ali o garimpo ilegal contaminou tudo. Não são só os garimpeiros que entram lá. Os índios, caciques, inclusive dois, segundo notícia do jornal **O Globo** do dia de ontem, o Cacique João Bravo e Pio, com alguns agentes da Funai estão sendo processados pela Justiça Federal em Rondônia. Há um processo que corre em segredo de justiça, por envolvimento no contrabando ilegal. E há declarações do João Bravo, que diziam que existia um pedágio, os garimpeiros pagavam ali para entrar.

O mais grave, no entanto, não é isso. O mais grave, no entanto, é uma declaração do Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, Deputado Eduardo Valverde, que me motivou a apresentar um requerimento de informações naquela Casa, na Câmara dos Deputados, que dizia que de fato a Funai tem problemas, o dinheiro da Funai demora a chegar para desenvolver os projetos dela. Então lá, no caso dessa área indígena Roosevelt, o assessor especial do Presidente da Funai, Dr. Walter Blos, utilizava dinheiro, recursos que vinham do garimpo ilegal para desenvolver projetos da própria Funai. Isso merece uma investigação mais aprofundada.

Vejam bem: se o assessor especial do Presidente da Funai utiliza recursos do garimpo ilegal... E citou o projeto: era um projeto de piscicultura coordenado pelo Dr. Valter Bloss.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT - AM) – Enquanto a Funai se beneficiava do garimpo ilegal, os índios não podiam matar os garimpeiros. Agora podem, não é?

No entendimento da Funai, antes o garimpo era admitido, porque ela angariava receitas ilegalmente por isso. Agora ele vem justificar o homicídio, o assassinato, alegando que eles estavam invadindo as terras indígenas, o que ocorreu com a própria conivência da Funai? O caso é muito grave.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – Claro, Senador. E nos impressiona o seguinte: qual é o valor dos recursos arrecadados na área, pelos indígenas também, se existia a anuência da Funai, que desenvolvia projetos lá com esses recursos? É algo muito sério. Ninguém da Funai tem a coragem agora de dizer que, de fato, não existia essa prática por alguns caciques da região...

Então, esse caso me preocupa muito. Penso que há uma perda da condição do Presidente da Funai para o seu exercício. A atuação do Presidente da Funai na Câmara foi de um grande desrespeito aos Parlamentares, e é sempre de provocação.

O Senador Delcídio Amaral falava agora de Mato Grosso, de uma declaração do Presidente da Funai, incitando invasões lá. Então, penso que há uma perda de controle e que o agente público, no caso uma autoridade como o Presidente da Funai, em todo esse processo, Senador Jefferson Péres, tem que ter em mente a defesa dos direitos indígenas, mas também a pacificação de conflitos. Esse devia ser o centro de atuação dele.

Na verdade, como um relator que chegou para conhecer o problema e que estava disposto a conversar com todo o mundo, conversei com uma ONG, o CIR, que sabemos ser muito radical na defesa dos seus direitos; mas encontrei ali uma possibilidade de discussão. No entanto, não encontrei possibilidade alguma de discutir com o Presidente da Funai, o Dr. Mércio. Pedi a ele que se colocasse não como autoridade do Governo Federal, mas como alguém que tentasse construir esses processos de mediação, de busca de saídas.

Ontem, em um discurso no plenário da Câmara, eu disse pensar que o Presidente da Funai não tem condição alguma de continuar no exercício de suas funções. E vou dizer isso ao Presidente da República. Quem estava ontem no plenário da Câmara viu Parlamentares assomarem à tribuna sucessivamente e criticarem a postura do Presidente da Funai, que, em vez de agir como um bombeiro neste momento, em vez de pedir moderação depois dessas mortes todas, em respeito às famílias das vítimas, colocou mais lenha na fogueira, agiu como incendiário.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Quero fazer um pequeno aparte.

Gostei da palavra moderação, usada por V. Exª. Quando o Presidente da Funai disse que os índios poderiam fazer o que fizeram, ele estava buscando a figura da legítima defesa para justificar o ato dos índios. Mas a legítima defesa tem uma definição muito especial. Entende-se por legítima defesa o ato de quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão. Se se repele uma injusta agressão com a chacina, isso é legítima defesa? Não é, de forma alguma. Nada justifica essa posição do Presidente da Funai. E V. Exª tem toda a razão: o Presidente da Funai tem que ser exonerado imediatamente.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – V. Exª sabe que, no episódio de Eldorado de Carajás, no Pará, foram 19 corpos. Na verdade, no caso de Rondônia, de ontem para hoje, houve uma operação para fazer com que os corpos não aparecessem. Mas foi uma chacina cruel, violentíssima! Foram 29 pessoas mortas até agora, Senador! Foi algo bárbaro! Pessoas foram mortas a pauladas! Isso não pode passar despercebido pela Câmara e pelo Senado. Penso que temos que nos debruçar sobre este assunto, que não é um assunto menor em todo esse debate.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sabemos que não é fácil a tarefa de administrar a Funai. Tanto que nunca, em nenhum Governo, um Presidente da Funai permaneceu por todo o mandato. Trata-se de administrar centenas de nações, dentro de uma Nação. Hoje, uma reserva indígena é uma nação. Tanto que todos esses problemas ocorrem porque eles têm imunidade praticamente a tudo, até às autoridades mais altas do País.

A princípio, o Presidente da Funai me parecia uma pessoa séria, boa, mas, com essas últimas declarações, ele foi muito infeliz. Ele disse que os índios estavam defendendo suas terras. Não estou aqui para acusar nem índios, nem garimpeiros, nem ninguém; mas, na verdade, sabemos que eles sempre chamavam as pessoas lá para dentro e cobravam pedágio de R$5 mil. Há muitos depoimentos em Cacoal, em Espigão d'Oeste, em Pimenta Bueno, em Vilhena e em Ji-Paraná de que eles cobravam pedágio de R$5 mil para que um garimpeiro ou empresário pudesse entrar lá com uma máquina no garimpo.

Durante a campanha, passei na sede da Funai e nessa tribo cinta-larga em Riozinho, no Município de Cacoal. A reserva é no Município de Espigão d'Oeste, mas eles têm uma casa de trânsito em uma cidadezinha pequena, em um distrito de Cacoal chamado Riozinho. Vi lá duas Mitsubishi, que deviam ser dos Caciques João Bravo e Pio. Isso há dois anos. Eles já andavam de Mitsubishi há dois anos! Não sei se índio tem dinheiro, tem verba para comprar Mitsubishi.

Se é ilegal os garimpeiros exercerem suas atividades lá, com relação aos índios é ilegal também, porque o subsolo é da União, e não há nenhuma regulamentação permitindo aos índios garimpar. E a Funai é conivente com a situação, sim; o Ibama tem sido conivente com a exploração da reserva cinta-larga, em Rondônia, que hoje é tida como a maior jazida de diamantes do mundo! Então, a cobiça é muito grande; tanto é que foram garimpeiros de São Paulo, de todos os lugares para lá, não só de Rondônia. O que mais me entristece é que isso poderia ter sido evitado.

Não estou aqui para criticar o Governo. Creio até que esse problema já vem do Governo passado. Mas, se hoje há 400 policiais do Exército dentro da reserva, mais não sei quantos policiais federais, por

que isso não se deu há 30 dias? Teriam evitado tudo isso se tivessem feito essa varredura, limpado tudo, tirado garimpeiros, proibido índios de garimpar. Certamente, esse Valter Bloss, da Funai, foi enviado para lá como chefe de uma missão para controlar essa situação do garimpo já há algum tempo – há 60, 90 dias, não sei quanto tempo. Ora, ele não estava sabendo o que estava ocorrendo? Será que ele não sabia que os garimpeiros estavam lá dentro? Será que ele também não sabia que os índios estavam armados? Como é que os índios vão estar com carabina? Nessa chacina, deve ter havido até metralhadora. Como se assassinam 29 garimpeiros – estão falando em até 60 homens –, sem que nenhum índio tenha morrido? Eles falam em troca de tiros; como é troca de tiros, se não morreu nenhum índio? Morreram só de um lado? Em uma guerra, não se morre só de um lado. Até os americanos, que têm a maior tecnologia de guerra do mundo, estão morrendo aos montes no Iraque, como morreram no Vietnam e morrem em qualquer guerra em que entram. Nessa guerra, não morreu índio nenhum; só morreram garimpeiros.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – Para concluir, só queria dizer que há essa preocupação com Rondônia. E as forças do Exército estão lá. Nós temos que paralisar qualquer atividade ilegal de garimpo, exercida por índios ou garimpeiros. Temos que zerar o processo. Esta, inclusive, é uma atribuição deste Congresso: regulamentar esse artigo sobre o garimpo em áreas indígenas.

Se existir no futuro, que vendam para a Caixa Econômica Federal. Eu vi, por cima, informações no jornal **O Globo** de estudos que diziam que, em 10 anos, aquela que é a maior jazida de diamantes do País, não sei se do mundo, será esvaziada, pelo ritmo da exploração. É predatória e envolve todo o mundo.

A intervenção, a declaração do Presidente da Funai, na verdade, revela uma concepção. Quando esteve na Câmara dos Deputados, ele dizia: "Aqui no País, os índios só conquistaram quando foi na marra; ocuparam e depois consolidaram". Esse tipo de declaração de um representante do Governo Federal não ajuda. É por isso que, cada vez mais, estou embasando a minha convicção de que, pela situação gerada por esse episódio de Rondônia, seria bom senso do Governo a substituição desse Presidente da Funai, Dr. Mércio.

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, queria finalizar, dizendo que me dedicarei agora ao relatório do Senado. Essas preocupações com o Parque Nacional de Monte Roraima são justificadas. Na verdade, tenho uma grande dúvida que queria expor aos senhores. Existem vários problemas envolvidos nessa discussão da reserva Raposa/Serra do Sol. Há o Parque Nacional de Monte Roraima, como também as atividades econômicas. De fato, hoje, a área plantada de arroz – sempre menciono esse número, precisamos ter cuidado com pedido no final do relatório – é de 12 mil hectares. Isso significa 0,6% de toda a área Raposa Serra do Sol, mas equivale a 10,25% do PIB, quando 80% do PIB do Estado é do FPF. Então, é mais da metade de todas as atividades econômicas do Estado. Não é uma coisa simples. Não é de bom senso. Acho que tem de mandar passar o trator e destruir aquilo.

Então, há esse problema e também o problema federativo – a existência do Município. Há esse problema de fronteira. De fato, Senador Jefferson Péres, temos muitas preocupações. Aquela área da Guiana é área de litígio histórico, da Guiana Inglesa com a Venezuela. E muita gente pensa que foi só no século passado. Não, tivemos problemas agora, no final da década de 60, em 1969. Em 1982, acabou a moratória. A Venezuela está reivindicando aquilo. É uma área problemática. A oposição sistemática dessa ONG me preocupa. Isso é algo mais articulado. Entrei, há pouco, no *site* da ONU e vi que ainda não foi aprovada a redação da Carta dos Direitos dos Povos Indígenas. O primeiro considerando, Senador Jefferson Péres, é a desmilitarização das áreas indígenas.

Vejam bem. Não acho correto, tendo em vista a segurança nacional, o antropólogo achar que deve prevalecer o laudo antropológico. Eles acham que é só o laudo antropológico – o Presidente só tem que assinar –, como se não existissem outros aspectos. Não existe apenas o art. 231 da Constituição. Existem vários outros artigos na Constituição. Há vários outros aspectos que o Presidente da República tem de levar em consideração, tais como: aspectos econômicos e federativos, ligados à segurança nacional. Há alguma coisa com que não me conformo. Perguntei ao presidente da Funai, e ele não conseguiu me responder, se é antropólogo que vai responder se isso coloca ou não em risco a segurança nacional.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Cassando o mandato do Presidente da República.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – Pois é. Há o art. 91 da Constituição, o qual diz que o Conselho de Defesa Nacional tem de ser ouvido nesse debate. Tive o cuidado de conversar com instituições que tratam do assunto. Conversei com o Ministro da Defesa, com o Comandante do Exército, conversei também com o pessoal da USP e da Unicamp, que trata da área de estudos estratégicos. Eles têm uma visão da qual podemos até discordar. Entendo que há quem discorde disso, porque de fato é uma tese. Isso é uma preocupação com a Amazônia, por ter 20% da água doce do mundo – na Turquia hoje, um barril de água doce vale

mais que um de petróleo –, ser o maior banco genético da humanidade... Eles não falam aqui. A tese não é de invasão, mas da crescente campanha em relação à autonomia de determinadas áreas indígenas. Listei mais de 30 ONGs que defendem a autodeterminação e a soberania de áreas indígenas. Algumas diretamente da área ianomâmi; falavam que é um povo só, que fala cinco, seis línguas e com cultura própria. Essa é uma tese. Isso é questionável aqui e lá. Porém, o que questiono é esse método de que basta apenas um laudo antropológico que decida tudo. Acho que temos, inclusive, que mexer na legislação, trazendo o assunto ao Congresso Nacional.

Concluo a minha intervenção, dizendo que esse relatório pode expor todas as preocupações que existem na Câmara e no Senado, ou pode ser um relatório que, até a próxima semana – é uma discussão difícil –, aponte para a construção de uma saída política para esse episódio.

Em relação à proposta mínima de um processo de discussão e de negociação – não significa dizer que não votemos o relatório do jeito que está –, tenho dito ao Presidente da República, Senador Jefferson Péres, que não existe um acordo político por intransigência da Funai. Estou convencido disso. Fico disposto a abrir mão de coisas que considero muito importantes, para tentar buscar esse consenso, essa saída política.

Estou convencido de que essa área de exclusão de faixa de fronteira é muito importante, mas sei que precisamos salvar da violência o Município de Uiramutã, porque é uma violência extinguir-se um Município como aquele . Fui lá. Não é um Município de invasores, de garimpeiros. Há uma história antiga de miscigenação na área. Havia uma índia que dizia: sou casada com cearense. Vou ter que sair daqui? Porque há a tese da saída dos que não são índios.

Quanto à questão da segurança nacional, a presença do Município naquela região de fronteira com a Guiana mantém um ente da Federação ali. Tendo a achar que há algumas questões inegociáveis nisso tudo. Há nossa opinião sobre vários aspectos, mas algumas coisas são inegociáveis. Acho o Município de Uiramutã e as atividades econômicas já existentes essenciais para a existência do Estado de Roraima. Esse é um debate delicado. Constantemente, tenho sido chamado para relatar sobre o andamento das coisas. Não sei se os senhores de Roraima poderiam nos ajudar também, ou seja, se poderiam, até a próxima semana, produzir uma carta de Roraima.

Tenho dito ao Presidente que temos nosso projeto. Se quiserem tentar falar de uma proposta de acordo, creio que esses são os pontos inegociáveis. Não sei se é a mesma opinião de todos no Estado de Roraima. De fato, como a homologação é um ato agora do Presidente da República e o nosso poder é apenas de sugestão, uma indicação à Presidência da República, é preciso que tenhamos a nossa posição geral sobre tudo, mas que nós – inclusive eu, como Relator – saibamos até aonde podemos ir nesse aspecto dessa negociação. A minha opinião é essa, Senador. Acho que há aspectos econômicos, fundamentais para a sobrevivência do Estado e o Município de Uiramutã.

Se existir – é claro que ouvindo a Comissão – por parte do Governo a possibilidade da construção de um acordo, acho que seria uma boa saída política para todos esses problemas da Raposa/Serra do Sol. Desculpe-me. Acabei falando muito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de V. Exª sair e antes de passar a palavra ao Senador Delcídio Amaral, que vai concluir a sua apresentação, submeto à aprovação da Comissão a moção proposta pelo Senador Juvêncio da Fonseca de repúdio às manifestações do Presidente da Funai, tanto com relação à questão de Rondônia – neste caso, até aduziria com relação a chamar de ET o Relator da Comissão da Câmara, desconsiderando-a. Esta Comissão não pode, realmente, fazer de conta que não ouviu ou viu tudo isso. Submeto à apreciação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordarem com a moção permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Portanto, vamos enviar essa moção.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral para as suas conclusões.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, para encerrar, os dois relatórios estão aí. Creio que os Senadores irão avaliá-los ao longo desses próximos dias e, na segunda-feira, faremos uma discussão sensata, serena para, efetivamente, verificar aquilo que vai ser levado como uma contribuição da Câmara dos Deputados e do Senado. Quer dizer, fazer uma avaliação e principalmente, Augusto, com a Bancada de Roraima, que é fundamental nessa discussão. Ela é absolutamente importante.

Eu não poderia também deixar de registrar – e V. Exªs verão no relatório – que há propostas, inclusive, de alcance nacional e mais ou menos alinhadas, mas não entrarei no mérito.

Anotei aqui o que o Senador Juvêncio apresentou. Mas existe uma série de sugestões, principalmente no que se refere à uma legislação específica, com relação à área de fronteira e à demarcação. Creio que esta Comissão, aprovados os relatórios, deve encaminhá-los ou apensá-los a projetos. Creio que devemos consignar os projetos que estão tramitando no Senado, como o Senador Juvêncio falou, ou na Câmara; eventualmente,

estudar um apensamento àquelas propostas e verificar como operacionalizar isso, porque esta Comissão, como também a da Câmara, tem de surtir efeito.

Para encerrar – e também para não repetir aqui o que já foi exaustivamente falado –, o exemplo de Rondônia é um paradigma e uma constatação de tudo aquilo que foi discutido ou do que, em muitas situações, foi até duvidado. Está aí o exemplo. Somente não está na fronteira; está na divisa com Mato Grosso. Mas o raciocínio é de que Rondônia é emblemática em tudo aquilo algumas vezes negado ou que, algumas vezes, induzia à opinião pública como uma grande articulação no sentido de denegrir a imagem de determinado segmento de pessoas, de instituições. Rondônia ocorreu em um momento crucial desse nosso debate. Parece que esse assunto eclodiu próximo ao dia 19 de abril, próximo às decisões da Comissão do Senado e da Câmara dos Deputados. Então, creio que agora temos inclusive, além de tudo o que já foi levantado, um caso prático que demonstra nitidamente que assim não é possível; que assim não é possível construir uma política indigenista competente para o País.

O Raupp falou algo aqui importante, e que está muito bem caracterizado. Foram os índios que mataram os garimpeiros. Existem pessoas infiltradas na região. Exatamente essa conceituação de soberania nacional, de contrabando, de crime organizado, que foi discutida ao longo de todas essas semanas. Creio que agora, Senador Mozarildo, chegou a hora. Este é o momento de, com serenidade, com equilíbrio e, acima de tudo, com brasilidade, efetivamente, encaminharmos e consolidarmos sugestões que venham a trazer tranqüilidade e pelo menos, criar racionalidade em um conflito que está saindo do bom senso e caminhando para uma linha absolutamente sem sentido. Infelizmente, estamos vendo esses acontecimentos lamentáveis, não somente para o País e para os cidadãos que aqui vivem, mas para o mundo.

Creio que temos uma responsabilidade enorme, como Parlamentares, de ajudar o Governo Federal a buscar uma solução definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar os nossos trabalhos, quero fazer alguns registros. Primeiro, da presença do nosso irmão Silvestre Leocádio, índio de Roraima, que preside a Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima, e está aqui acompanhando os trabalhos desta Comissão e da Comissão da Câmara; o Dr. Valdemar, que representa os produtores da região da Raposa Serra do Sol. Também agradeço muito a presença do Governador Flamarion, que veio aqui justamente ratificar a posição do Governo do Estado de defender a proposta apresentada pelo grupo de trabalho do Estado, que esta Comissão basicamente encampou na sua totalidade, e lembrar também – para as duas comissões, já que vamos nos reunir na segunda-feira, conforme combinado, para tentar produzir um relatório único – que esta questão está *sub judice*. Há uma liminar do Juiz da Justiça Federal de Roraima excluindo a sede do Município de Uiramutã, as áreas produtivas e também as vias de acesso. Então, há uma decisão judicial. Portanto, esta matéria está *sub judice*. Então, deve até haver – porque a informação que eu tenho é que os peritos designados pela Justiça Federal de Roraima já concluíram o seu trabalho, e o Juiz deve, nos próximos dias, dar uma decisão do mérito da questão. Então, isso deve ser levado em conta pelos nossos consultores legislativos na produção do nosso relatório final. Gostaria também de fazer um registro. Até para ficar bem gravado na mente de todos os que estão nos ouvindo e assistindo, quero dizer que essa reserva indígena Raposa Serra do Sol já é a 32ª reserva que vai ser demarcada no Estado de Roraima. Portanto, não é uma reservazinha que está sendo demarcada; é a 32ª, e é uma reserva que tem 1,7 milhão de hectares. O que se está propondo nesse relatório é excluir algo em torno de 300 mil hectares. A comissão tem se havido com muita serenidade. Estivemos no Estado, ouvimos todos, analisamos todos os aspectos jurídicos, e temos certeza, Governador, que vamos produzir – Câmara e Senado – um relatório que vai subsidiar, sim, uma decisão acertada do Presidente da República e até mesmo subsidiar, talvez – espero que não seja necessário – futuras batalhas judiciais. Porque não podemos, de maneira alguma, nos conformar com que predomine a insistência rancorosa – como disse o Deputado Lindberg – de um Presidente da Funai que não aceita dialogar, que, em vez de buscar um consenso, de pacificar, busca, realmente, complicar as coisas e incendiar os ânimos quando estamos buscando aqui uma solução pacífica. Espero que, na segunda-feira à tarde, nos reunamos – será uma reunião administrativa – nas duas comissões para produzir o desejado relatório consensual, e na terça-feira possamos aprovar – já numa sessão pública – os relatórios e, com isso, portanto, não apenas subsidiar o Presidente, como adotar as medidas legislativas no âmbito da Câmara e do Senado.

Espero que possamos nos reunir a partir das 15h da segunda-feira. Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h34min.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF **"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA E AO MATO-GROSSO DO SUL, SANTA CATARINA E MATO-GROSSO, INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS".**

Ata da 5ª Reunião realizada em 27 de abril de 2004.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às dez horas e quarenta minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com as presenças dos Senadores Delcídio Amaral, Jefferson Peres, Jonas Pinheiro e Romero Jucá, membros, e ainda com as presenças dos Parlamentares não membros Senadores Juvêncio da Fonseca, Augusto Botelho e ainda os Deputados Lindemberg Farias e Rodolfo Pereira, reúne-se a Comissão Especial Temporária **criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Inicialmente foi feita a apresentação do Relatório Parcial do Senado Federal pelo Relator Senador Delcídio Amaral, sobre o Estado de Roraima no que concerne a reserva Raposa/Serra do Sol. Discutido o presente Relatório o mesmo foi aprovado por unanimidade. A Presidência consignou as presenças de várias lideranças indígenas que encontravam-se no recinto, usaram da palavra ainda todos parlamentares presentes que elogiaram o trabalho desenvolvido pelo senhor Relator. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Francisco Naurides Barros*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Temporária Externa, criada através do Requerimento nº 529, de 2003, com a finalidade de examinar as questões fundiárias do Estado de Roraima e Mato Grosso do Sul. Posteriormente, foi ampliada para Santa Catarina e agora para os Estados de Mato Grosso e Rondônia.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da quarta reunião, realizada no dia 20 de abril deste ano, ou se podemos considerá-la aprovada.

Aqueles que concordam com a sua aprovação permaneçam sentados.(Pausa)

Está aprovada, portanto, a ata.

Informo ao Plenário que a presente reunião destina-se à discussão e votação do relatório da Comissão a respeito da questão de Roraima.

Realizamos duas reuniões com a Comissão da Câmara apenas para afinar os nossos relatórios.

Esclareço que não pode haver, regimentalmente, já que as Comissões foram criadas separadamente, a fusão dos relatórios. O que ocorreu foi um debate e um acordo para que houvesse identidade nas conclusões. Ontem chegamos a um entendimento. Agora, pela manhã, a Comissão Externa Temporária do Senado discute e aprova o relatório do Senador Delcídio Amaral, que é o Relator da Comissão, e à tarde a Câmara discutirá e votará o seu relatório.

Passo a palavra ao Relator, Senador Delcídio Amaral, para apresentar a conclusão final do seu relatório sobre o Estado de Roraima.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Bom-dia, Senadores, lideranças indígenas aqui presentes, produtores, enfim, toda a sociedade do Estado de Roraima.

Sr. Presidente, como o relatório é extenso, sugiro limitar a minha exposição às conclusões. Então, gostaria de ler rapidamente as principais conclusões, para debatermos e cumprirmos a programação estabelecida pelo Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, absolutamente relacionadas com as discussões que ocorrerão na Câmara, no período da tarde de hoje.

Vou separar as conclusões entre as de caráter geral e as específicas do Estado de Roraima. No caso, estamos falando da Raposa Serra do Sol. Nas próximas semanas, discutiremos as soluções para os outros Estados, como Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e assim por diante.

Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, gostaria de ler as conclusões:

Item 8 – Conclusões

Colocada a problemática nesses termos, exsurge a premissa de que esta Comissão Externa Temporária do Senado Federal possui dupla finalidade, qual seja: por um lado, propor soluções de cunho geral que venham a atender à expectativa nacional de localização de alternativas para os conflitos envolvendo interesses indígenas e, por outro, apresentar medidas específicas e pontuais que tenham o condão de resolver as

contendas que emergem nos Estados visitados pela Comissão.

Gostaria de registrar que iremos a Mato Grosso e Rondônia. São requerimentos já aprovados pela Mesa do Senado.

Dessa forma, o relatório parcial referente ao Estado de Roraima, mais especificamente à polêmica criada em torno da terra indígena de Raposa Terra do Sol, conclui pela apresentação das seguintes propostas:

Propostas de caráter nacional:

a) de acordo com o art. 91 da Constituição Federal, ouvir o Conselho de Defesa Nacional, principalmente no que se refere à região de fronteira, conforme estabelece o art. 91;

b) elaborar lei regulamentando o art. 20, § 2º, sobre faixa de fronteira, ou seja, a necessidade de efetivamente estabelecermos uma legislação para a faixa de fronteira, a regulamentação tão aguardada e esperada;

c) apoiar a PEC de intervenção do Senado no processo homologatório;

d) elaborar lei federal sobre processo demarcatório.

Tais propostas guardam afinidade com o entendimento dos membros desta Comissão de que existem dispositivos constitucionais e infraconstitucionais de alcance nacional que carecem de total ou melhor regulamentação.

Assim, as duas primeiras propostas encerram semelhança, pois ambas cuidam da política de fronteira que será adotada pelo Estado brasileiro, nos termos mencionados no bojo desse relatório.

Portanto, só para lembrar, o item "a" é relativo ao Conselho de Defesa Nacional e o item "b", à regulamentação da faixa de fronteira.

A terceira proposta tem intenção de fortalecer ponto falho da Constituição Federal, restabelecendo a figura do Senado da República como palco adequado para as discussões que possuem repercussão no princípio federativo.

Destarte, nada mais razoável do que inserir a participação desta Casa Legislativa no bojo dos processos demarcatórios, assim como ocorre nas indicações para Diretores do Banco Central, de agências reguladoras, membros de tribunais superiores, entre outros.

Por fim, esta Comissão entende que é chegado o momento de participar de forma mais intensa do processo demarcatório. E uma das formas mais eficazes de se alcançar tal intuito é aprovar a legislação que, substituindo o hoje vigente Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, venha a estabelecer um procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas mais justo e razoável, atendendo a todos os atores envolvidos, de forma equânime, respeitando os sagrados princípios constitucionais que regem a matéria.

Quanto ao Item 2, que inclui as propostas para Raposa Serra do Sol, gostaria de registrar que:

Outrossim, avaliando acuradamente a questão política, econômica e social que envolve a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol e sem prejuízo das observações colhidas na visita **in loco**, esta Comissão elegeu como prioritárias as seguintes propostas:

a) sejam excluídas da proposta atual áreas necessárias à exploração econômica;

b) sejam excluídas as sedes do Município de Uiramutã e das Vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum e respectivas zonas de expansão;

c) sejam excluídas as estradas estaduais e federais presentes na área: RR-171, RR-407, RR-319, BR-433, BR-401, permitindo-se o livre trânsito nas referidas vias;

d) seja excluída da área a unidade de conservação ambiental Parque Nacional Monte Roraima;

e) excepcionalmente, no caso de Roraima, ex-território federal, sejam excluídas as áreas tituladas pelo Incra e aquelas referentes a imóveis com propriedade ou posse anterior ao ano de 1934;

f) seja convocado o Conselho de Defesa Nacional para, **ex vi** do que dispõe o art. 91, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, opinar sobre o efetivo uso das áreas localizadas na faixa de fronteira (art. 20, § 2º, da Constituição Federal de 1988);

g) seja excluída a faixa de 15 quilômetros ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela.

Conforme sobejamente explicitado no corpo deste relatório, hão de ser resguardadas da demarcação áreas que acaso incluídas na terra indígena venham a acarretar à região graves problemas de ordem política, econômica e social, bem assim as que violem atos jurídicos perfeitos e ofereçam risco potencial à defesa de fronteiras.

Assim, acolhendo-se parcialmente a proposta do Estado de Roraima da forma supra-explicitada, a Comissão decide por rejeitar a proposta de inclusão das áreas com redes elétricas, na medida em que bastaria a instituição de servidão administrativa para solucionar tal problema.

É esse o parecer da relatoria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra para os Senadores que desejam discutir o relatório, registro a presença das seguintes lideranças indígenas que são moradores da área Raposa Serra do Sol: Sr. Gilberto Macuxi, Presidente da entidade indígena Aricon; Sr. Anísio, Presidente da

Alidici, que é outra organização indígena; o Presidente da Sodiú, outra entidade indígena, Sr. Silvestre; Sr. Jonas, Diretor de Assuntos Extraordinários da Sodiú, da comunidade do Contão; Sr. Abel Barbosa, do Flexau, que é tuxaua da comunidade – é bom esclarecer que tuxaua é o mesmo que cacique; Deusuita, do Uiramutã II, que também é cacique da comunidade; Valdísia, da comunidade do Pé da Serra, que é a segunda cacique; Dílson, da comunidade Manalai, em Garicó, Presidente da Coping; Humberto, da Água Fria, assessor indígena da Prefeitura de Uiramutã; Patrício, da comunidade do Guariba, que também é cacique; Danilo, do Monte Murai II, que também é cacique; Bernardo, índio e Vereador do Município de Uiramutã; Terêncio, da comunidade do Ubaru, que também é cacique; Jocerlania, que é secretária da entidade Alidici; Genival, que é cacique da comunidade do Contão; Lauro, professor da comunidade do Flexau; José Novais, índio e Vice-Prefeito do Município de Uiramutã; Amazonas, cacique da comunidade de Nova Vida; e o Caetano, da comunidade da Raposa, que também é cacique.

Registro essas presenças, para demonstrar que esta Comissão se preocupou muito em ouvir os índios moradores daquela região, a tão falada Raposa Serra do Sol, deixando claro que a Comissão agiu e está agindo com isenção, procurando efetivamente atender a todas as partes e pacificar a questão.

Registro também a presença dos Deputados Federais Rodolfo Pereira, do PDT de Roraima, e Lindberg Farias, do PT do Rio de Janeiro, que é Relator da comissão da Câmara dos Deputados, que eu gostaria de convidar para participar dos trabalhos da Mesa.

Agora, concederei a palavra aos Senadores que queiram debater o relatório do Senador Delcídio Amaral.

Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, membro da Comissão que esteve em Roraima e ouviu a todos lá também.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento o Senador Delcídio Amaral pelo relatório, que traduz, sem dúvida, o consenso desta Comissão. Consenso não quer dizer unanimidade, mas a opinião média ou da maioria dos integrantes da Comissão. Essa decisão é sobretudo de bom senso.

O episódio recente de Rondônia demonstra, com muita eloqüência – a eloqüência de uma tragédia, de um fato sangrento –, o perigo de se continuarem criando no Brasil enclaves, principalmente quando se trata de índios aculturados, suscetíveis, portanto, de, em conluio com a sociedade envolvente, se corromperem e tentar ficar à margem da soberania nacional, chegando ao ponto daquele absurdo do Presidente da Funai, que já devia ter sido demitido, tentar justificar o injustificável, como se o massacre tivesse sido praticado por índios inocentes, vítimas de invasores violentos. Na verdade, são índios manipulados por caciques corrompidos que andam de camioneta Mitsubishi. O Presidente da Funai quer que esses chefes sejam criminalmente inimputáveis, Senador Delcídio Amaral.

Voltando ao assunto da Reserva Raposa Serra do Sol, ela nos preocupa muito. Estivemos em Roraima e ouvimos todas as entidades envolvidas. Deputado Lindberg Farias, uma das entidades que defende com mais veemência a delimitação na forma proposta, o Cir, foi convidada, mas não compareceu à audiência. Ouvimos todos que desejaram falar.

Por tudo que temos lido a respeito, aquilo nos preocupa muito. Há multiplicidade de etnias lá; não há homogeneidade étnica. São povos indígenas que, no passado, foram até hostis uns aos outros. São índios aculturados. Há apenas uma etnia semi-integrada e os outros são totalmente aculturados. Há um risco muito grande de, numa região de fronteira, índios aculturados criarem realmente um enclave no qual não se faça presente o Estado nacional brasileiro. Vejam que presente magnífico aos contrabandistas e aos narcotraficantes para corromper aquelas comunidades e ficar blindados contra a ação das autoridades federais, o que é, a meu ver, inadmissível. Há um risco de que ali se crie, no futuro, um problema seriíssimo.

Além disso, há necessidade de se resguardar direitos de não-índios que não são invasores, pois vivem lá há gerações, e que não poderiam se ver privados de suas propriedades mediante a promessa de serem indenizados.

Disse ao Ministro da Justiça, naquela audiência, que é muito fácil dizer a alguém que vive num lugar, numa casa herdada do pai, do avô, que vá embora, nós indenizamos. Não sei como o Ministro Márcio Thomaz Bastos se sentiria se o retirassem do seu apartamento no Rio de Janeiro, mandando-o para outra cidade, e dissessem "o senhor será indenizado". Como é fácil resolvermos a vida dos outros!

Então parabenizo V. Exª, Relator, porque, além de ter atendido às reivindicações dos que não concordavam com aquela demarcação proposta, incluiu o Parque Nacional do Monte Roraima. Não creio, Senador Delcídio Amaral, que, se aquele parque fosse incorporado à reserva, ele se manteria como área preservada. Um parque nacional é um santuário realmente, onde não podem ser exercidas atividades econômicas. Como dizem os norte-americanos com relação à Yellowstone, parque pioneiro, o visitante só leva dos parques nacionais duas coisas: fotografias e lembranças. E deixa apenas pegadas. Nada mais. Então, é santuário ecológico mesmo. E o Parque Monte

Roraima, pelas suas características, merece continuar como está.

Por outro lado, V. Exª não concordou com a exclusão das áreas potenciais de produção de energia elétrica e de turismo. Creio que isso abriria campo para que áreas enormes fossem realmente excluídas da reserva, porque, em princípio, tudo é potencialmente turístico.

Essa será, portanto, a palavra do Senado. Espero que a Presidência da República, ouvido o Conselho de Defesa, seja sensível à opinião expressa pelo Congresso Nacional.

Meus parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Relator para os seus comentários.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Jefferson Péres, V. Exª sabe que me honra muito, principalmente partindo de V. Exª, uma referência de homem público, uma referência nacional. Agradeço muito as palavras e gostaria de fazer um pequeno registro, Senador, com relação às conclusões de Raposa Serra do Sol.

No item "a", fizemos uma pequena alteração, inserindo a exploração econômica, e não agrícola. Inclusive, estamos distribuindo. Com isso, retiramos o último parágrafo relativo às questões de energia e de turismo, até para que se faça uma avaliação mais qualificada e equilibrada dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Calvalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, para discutir e indagar sobre o relatório do Senador Delcídio.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Cumprimento a Comissão, porque conseguiu captar o sentimento das pessoas que vivem na área Raposa Serra do Sol, com a apresentação desse relatório.

Tenho certeza de que não poderíamos satisfazer todas as partes em discussão, inclusive porque o Cir não admite discutir; não participou da reunião dos Senadores nem da dos Deputados. A Comissão teve uma reunião posterior com o Cir.

Se fizermos da forma como a maioria das pessoas que lá vivem, que estão aqui representadas por vários tuxauas das nossas aldeias de maior número de pessoas que costumam dizer que a maioria das aldeias são favoráveis... Existem aldeias de duas pessoas e de uma pessoa. O Zé da Onça era casado, mas agora a mulher dele morreu e ele é sozinho numa aldeia lá perto do Contão.

Aqui não; os tuxauas aqui presentes representam as comunidades de maior número de pessoas, duas mil, setecentas, oitocentas, quinhentas. Se houvesse um plebiscito hoje para saber quem seria favorável a fazer como quer o Ministério da Justiça ou como querem as representações indígenas, certamente a representação indígena ganharia esse plebiscito.

Depois dessa solução que esperamos que o Presidente Lula adote, respeitando o direito de todas as pessoas que vivem lá, teremos que fazer um trabalho para mudar a política indígena do País, elaborar uma política conforme as necessidades de cada grupo, etnia ou pessoa.

Os habitantes da Raposa Serra do Sol, os indígenas que lá vivem, não precisam de um antropólogo, um estrangeiro para dizer o que eles pensam. Eles sabem o que querem fazer de sua vida e qual é o futuro que querem para os seus filhos. Então não há necessidade de haver uma ONG estrangeira por trás, cutucando: você diz isso e aquilo. Também alguma parte dos ianomâmis está alcançando formas de se comunicar, porque o índio sempre sabe o que quer. Pode não ser de acordo com o que pensamos, como vemos a coisa, mas eles sempre sabem o que querem. Podem não ter forma de se expressar, mas, depois que começam a dominar o Português, eles dizem o que querem. Temos em Roraima o caso dos ingaricós, que querem que a parte deles seja delimitada. Não só os ingaricós; todas as comunidades querem que sejam delimitadas as suas áreas para evitar conflitos posteriores.

Essa seria uma segunda etapa que seria resolvida entre nós mesmos – refiro-me aos habitantes da Raposa Serra do Sol. Certamente esta Casa os apoiará na hora de definir essa solução, que seria posterior.

Gostaria de agradecer mais uma vez, por esta Comissão ter captado o sentimento da minha gente lá de Roraima. Tenho certeza de que, depois dessa solução, dias melhores virão para o povo do nosso Estado.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Democraticamente, concedo a palavra ao Deputado Rodolfo Pereira, que é do PDT de Roraima. S. Exª é da região de Raposa Serra do Sol, conhece de perto os problemas. Eu gostaria que S. Exª registrasse o seu depoimento neste dia.

O SR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR) – Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Relator da Comissão na Câmara, Lindberg Farias, o Senador Jefferson Peres e também as lideranças indígenas presentes.

Costumo falar sobre a Raposa Serra do Sol com muita propriedade por ter nascido na Raposa Serra do Sol, porque meus pais nasceram na Raposa Serra do Sol, assim como parte dos meus avós. Conheço a maioria das pessoas pelo nome, conheço bem aquela região, bem como a maioria dos igarapés e

das estradas, inclusive toda essa história dentro do nosso Estado.

Tenho 36 anos e vivo há 36 anos essa questão da invasão dos estrangeiros que começaram a trabalhar para tirar de dentro de Roraima, deixando uma área cada vez mais isenta da presença do Governo, já não sei mais por qual objetivo. Antes pensávamos que era o diamante, porque havia muito, depois o ouro, a água, agora um novo país ou mesmo a questão indígena, mas, na verdade, há uma retirada total das instituições governamentais daquela região. É contra o Exército, dizendo que o Exército é estuprador, que o pequeno proprietário que vivia lá era grande fazendeiro, latifundiário e matador, que o índio que se opõe à política é manipulado por alguém, que os políticos que se opõem àquilo são inimigos dos povos indígenas. Na verdade, é a sociedade roraimense inteira desrespeitada por algumas igrejas, ONGs e, muitas vezes, pelo Governo Federal.

E vínhamos denunciando isso gerações após gerações. Estou falando da Raposa Serra do Sol e sou a terceira geração lá dentro.

Quanto aos índios aqui presentes, está o Caetano Raposo, que é da comunidade indígena Raposa, que foi criada por seus pais e avós, e que não nos deixa falar o que não é verdade; o Abel, no Flexau, que é a segunda comunidade maior; o Jonas, no Contão, que é outra comunidade indígena grande; o Davi, ianomâmi; o Ingaricó, que representa aqui, trazendo a verdade, e não implantando mentira em jornal para depois ser um projeto de governo que acaba como o de Rondônia.

O índio tem sido tratado neste País como se fosse um animal. No momento em que se demarca uma reserva de proteção ao jacaré-açu – Senador Jefferson Peres, isso é freqüente no seu Estado –, aquele animal vai viver ali com seus 90% de índice de mortalidade infantil, mas vai viver, porque ele é incapaz de se integrar à sociedade que cerca o ribeirinho. Nunca se conseguirá fazer um jacaré-açu negociar com o ribeirinho.

No momento em que a política indigenista brasileira, acoplada à estrangeira, que são as ONGs, põe o índio na mesma condição da darora, da jibóia, do jacaré, ocorrerá aquilo que o Senador Jefferson Peres falou há pouco, que é a oportunidade de se implantar a contravenção dentro daquela região, comandada pela necessidade do índio integrado de ter dinheiro para viver, de melhorar a sua vida. Ele se submete à corrupção, então ocorrerá o que houve em Rondônia: o traficante de pedras preciosas mandou que o índio matasse o garimpeiro. E até acredito que seja porque o garimpeiro vendia o diamante um pouco mais caro do que o índio naquela região. Apresentamos ao País a verdadeira palavra presunto, coberto por lonas pretas e amarelas, cidadãos brasileiros mortos, torturados e queimados pelos nossos índios, sob o comando de uma política irresponsável do Governo Federal.

Hoje foi o garimpeiro. Não sei bem qual foi a razão. Só sei que não foi por ter invadido, porque nunca ouvi falar de índio matar alguém por ter invadido suas terras. Já ouvi que índios morreram por suas terras terem sido invadidas e não matando.

O mesmo ocorrerá amanhã se houver uma guerrilha para mandar o índio invadir nossos quartéis. Os homens do quartel de Uiramutã, que são sessenta, eles matariam em dois dias. Isso porque mataram quase trinta homens em Rondônia. Com certeza os narcotraficantes matariam os homens da Polícia Federal, como fazem nos morros do Rio de Janeiro, e mandariam o nosso índio. Por quê? Porque deixar o índio sem condição alguma de fazer a sua economia crescer, sem condição de viver como cidadão, como ser humano, e não como jacaré-açu ou qualquer animal, é fazê-lo vender o que estiver na sua frente para continuar mantendo a sua sociedade. Eles fizeram isso no sul do Pará, onde venderam a madeira. Como ela não tinha muito valor, todos esses anos se passaram, desde as grandes demarcações, e ninguém questionou isso.

No meu Estado, na área São Marcos, a economia é norteada pelo contrabando de combustível da Venezuela. Agora o Ministério Público Federal quer que todos os índios e não-índios daquela região sejam presos porque estão vendendo...

Quando o Governo demarcou aquela área, não deu oportunidade nem para quem saiu nem para o índio que ficou de continuar produzindo ali. Se ele pudesse vender o milho, o gado, o feijão ou qualquer produto que tivesse lá dentro, não faria tráfico de combustível. Se o índio tivesse condições de viver em Rondônia de outra forma, ele não estaria depredando a mata nem vendendo seus diamantes para contrabandistas nem matando. Assim também o garimpeiro que morreu – parte do Governo Federal justificava a sua morte como sendo natural – , é filho de cidadão pobre do nosso País, que não tem emprego, bem como o MST, que invade terras privadas. Imaginem se os fazendeiros ou qualquer proprietário de terras privadas resolvessem metralhar cada sem-terra que entrasse em sua propriedade para defendê-la? Eles estariam matando gente desempregada, como aconteceu.

Se vocês procurarem a família de qualquer um daqueles garimpeiros, vão encontrar um cidadão de bem e não um marginal, filho de pessoas pobres, que não têm oportunidades de emprego nas nossas metrópoles, porque são vinte e um milhões de habitantes que estão abaixo... O cidadão da Amazônia é o último a ser pensado em qualquer projeto que se implante

naquela região. E estão nos deixando à margem da sociedade. Hoje é o índio,mas amanhã poderemos ser nós, porque a nossa sociedade é muito pobre na Amazônia. O narcotráfico tem dinheiro suficiente para corromper não só o índio, mas também o não-índio ribeirinho, o cidadão das nossas próprias cidades. O Senador Jefferson Péres sabe que a sua cidade é cheia de pessoas pobres, como é a minha e qualquer outra daquela região.

Essa é a questão que temos que começar a discutir, Senador Mozarildo. O índio tem que estar dentro da sua área demarcada, mas deve ter a opção de vender o que produz, senão ele vai começar a vender maconha, cocaína, diamante, ouro, água, madeira, gasolina, qualquer coisa que esteja na sua frente para sobreviver, porque ele é cidadão igual a qualquer um de nós e pensa como nós pensamos. Qualquer cidadão que não seja índio, se não lhe dermos opção, vai sustentar a sua família com o que encontrar pela frente. Essa é a realidade, isso é o que tem acontecido.

Esperamos que o Governo Federal tenha sensibilidade suficiente para ouvir este Congresso, que tem procurado uma forma de consenso para mostrar que a maioria dos índios de Raposa Serra do Sol são contra a homologação do Governo. Toda a sociedade roraimense também é contra. Todos os políticos de Roraima são contra. O que está errado? Será que todos nós que lá vivemos estamos errados e o Presidente da Funai é tão soberano no conhecimento daquela região que pode afrontar a decisão de uma sociedade, de um Estado?

Que o Governo analise o relatório aprovado pelo Senado e o relatório da Câmara e tenha a sensibilidade de acompanhar o que este Congresso está fazendo, comparecendo pessoalmente lá para conhecer os dois lados; que o índio tenha a sua terra demarcada e a opção de produzir, dentro da sua terra, para que não entre na marginalidade e que aquele que não seja índio tenha condição também de viver, para que não tente invadir ou entrar num processo de corrupção, o que tem acontecido em todas as áreas de demarcação contínuas e gigantescas que existem na nossa Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Registro a presença do Sr. Paulo César Quartiero, que representa os produtores que estão nessa área pretendida da Raposa Serra do Sol, do Dr. Waldemar, que é advogado dos produtores, do Dr. Vicente Jean Lupp, que é membro do Grupo de Trabalho do Estado de Roraima e técnico da Embrapa, portanto, uma autoridade na questão.

Passo a palavra ao Deputado Lindberg Farias, que é o Relator da Comissão da Câmara, para que S. Exª faça os seus comentários e possamos, portanto, partir para a fase final de votação do relatório.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – Senador Mozarildo Cavalcanti, serei muito breve.

O fato desta Comissão do Senado aprovar um relatório com a mesma sugestão da Câmara dos Deputados reforça muito a nossa posição.

Ontem realizamos uma reunião. Conversei com os Senadores Delcídio Amaral e Mozarildo Cavalcanti, trocamos sugestões e opiniões que estou incorporando ao meu relatório. Inclusive o Senador Jefferson Peres falou, na última reunião, da importância do Parque Nacional de Monte Roraima. Era um equívoco do nosso relatório não ter contemplado isso. Estamos acatando também essa sugestão a partir do debate aqui do Senado. Creio que a nossa posição terá muita força.

Câmara e Senado com o mesmo pedido, entregando-o ao Presidente da República, de fato, é um grande peso político. Não só esse peso político, mas tem toda a representação legal do Estado de Roraima. Todos os Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Governador; é preciso que sejam ouvidos. É preciso que se escute o clamor que existe desse povo.

Com relação aos índios, eu estive lá com outros Parlamentares de Roraima, e observamos a profunda divisão que existe entre eles também, com visões diferentes de todo o processo. Estou convencido de que é necessária a homologação da área, buscando a pacificação; é preciso encontrar uma saída política para todo esse conflito.

Quando apresentei aquela zona de exclusão dos 15 quilômetros, alguns, precipitadamente, nos atacaram de forma violenta. Esse episódio lamentável de Rondônia veio mostrar, Senador Jefferson Péres, que nós estávamos certos naquele debate. O que há de semelhante entre o caso da área indígena Roosevelt e a Raposa Serra do Sol? Há duas grandes semelhanças: primeiro, em Roosevelt, há diamantes; na Raposa Serra do Sol, também há diamantes, ouro, ametista, cobre. São recursos vastos. Há garimpo ilegal, também, em Raposa Serra do Sol, feito por garimpeiros e por índios.

Quando o Sr. Júlio, representante do Cir, esteve na nossa Comissão, falou abertamente que, em Maturuca, em determinado momento, eles fizeram garimpo ilegal. Existe garimpo ilegal feito por garimpeiros e por índios. Mas há um agravante, Senador Jefferson Péres, que é o fato de a Raposa Serra do Sol ter uma enorme área de fronteira contígua com dois países: a Venezuela e a Guiana.

Na reunião passada, o Senador Jefferson Peres até ponderou que se a Polícia Federal tivesse entrado, naquele primeiro momento, na área Roosevelt, o conflito poderia ter tomado outras dimensões, poderia ter

até piorado a situação. Mas o que é grave, a meu ver, não é isso; é a Polícia Federal ter que pedir autorização à Funai para entrar numa área dessas. Se for assim, Senador, o que estamos dizendo? Há toda uma área extensa de fronteira que não tem fiscalização. O Exército, que tem pelotão de fronteira, infelizmente, não tem ainda, em faixa em fronteira, poder de polícia. Deveria ter, mas não tem. Existe um projeto do Senador César Borges, muito importante, que tramita aqui e dá poder de polícia ao Exército.

Estou convencido de que, se homologarmos assim, deixaremos a faixa de fronteira completamente descoberta. Estaremos anunciando para traficantes e contrabandistas do mundo inteiro: venham, porque existe uma grande porta de entrada aberta, sem fiscalização alguma. A exclusão dessa faixa permitiria não só a vivificação das áreas, mas uma maior liberdade de atuação da Polícia Federal e do Exército, porque não há só garimpo ilegal, mas também problemas de tráfico.

Sou do Estado do Rio de Janeiro. Existe o debate sobre as fronteiras, não é? A violência do Rio, das armas, do tráfico. Devemos ter uma preocupação grande em relação a isso.

Estou convencido de que o Congresso Nacional está prestando um grande serviço ao País. Esse é um debate muito difícil, Senador Jefferson Péres. Em alguns momentos parecia haver uma incompreensão quanto aos direitos indígenas. Logo nós, que passamos a vida toda defendendo a causa dos povos que são oprimidos neste País.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. Exª me permite?

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – É claro.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Este é um debate sempre sujeito ao desvirtuamento malicioso, que, maniqueísta, estabelece o seguinte: quem não concorda conosco, com o que estamos propondo, é inimigo dos índios.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – Exatamente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – É a demonização de quem discorda. É típico da intolerância dos totalitários.

O SR. LINDBERG FARIAS (PT – RJ) – Exatamente, Senador. Inclusive, em determinados momentos em que o debate estava mais difícil, eu disse: "Temos que agir como Parlamentares, não pensar no reconhecimento fácil, momentâneo, da hora, mas pensar como brasileiros, como Parlamentares, como homens públicos que têm o dever de preservar o nosso País, de pensar no futuro".

O Senador Delcídio Amaral está de parabéns, assim como o Senador Mozarildo Cavalcanti, que está presidindo esta Comissão, e todos os Senadores. A Câmara e o Senado estão prestando um grande serviço ao País com a aprovação deste relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Indago se o Senador Juvêncio da Fonseca deseja fazer alguma observação antes de passar para as conclusões finais do Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, cheguei no final da reunião, não pertenço à Comissão, mas tenho acompanhado de perto os seus trabalhos, fazendo, inclusive, propostas.

O trabalho desta Comissão foi primoroso. Parabéns ao Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, ao Relator, Senador Delcídio Amaral, ao Relator da Câmara dos Deputados, Deputado Lindberg Farias. Avançamos muito e conseguimos mostrar ao País que nos acompanha que a questão indígena é bem diferente daquela que é pregada publicamente, demonizando aqueles que lutam em favor da pátria brasileira.

Parabéns pelo trabalho. Estamos atentos. Quero contribuir para que, no final, esta Comissão tenha propostas realmente objetivas, como vem fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra para as considerações finais do Relator, registro voto de agradecimento desta Presidência no que tange a esta primeira etapa, relativa ao Estado de Roraima, mas também ao trabalho feito em Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina.

Ressalto o trabalho dos consultores Bruno Dantas Nascimento, Tarciso Dal Mazo Jardim, Rogério de Melo Gonçalves e Eugênio Arcanjo, que acompanharam todos os trabalhos e vão acompanhar até o final de nossa missão, que vai ainda incluir o Mato Grosso e o Estado de Rondônia, para que possamos, como foi dito aqui, prestar uma colaboração serena, equilibrada e embasada, realmente, na verdade, visando colocar a política indigenista do País nos trilhos em que ela deveria sempre ter andado. Pretendemos pacificar essa questão e oportunizar aos nossos irmãos índios condições de progredir, de viver melhor, de ter tranqüilidade e não viver esse iminente *apartheid* entre índios e não-índios e até entre índios de diversas etnias. Então, precisamos realmente, como brasileiros, de acordo com nossa tradição pacífica, buscar uma solução que harmonize, e não, como pregam esses que se dizem donos da questão indígena, criar conflitos e animosidades entre nós, brasileiros.

Ao final, passo a palavra ao nosso Relator, para suas considerações finais, antes de submeter o relatório à votação.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, Sr. Presidente, queria registrar todo o empenho e dedicação dos Senadores. Sou testemunha do esforço dos Senadores desta Comissão externa do Senado Federal, do quanto foi difícil. Tenho que registrar, Senador Mozarildo Cavalcanti, não só a atuação dos Senadores em Roraima, mas também no nosso Estado, o Mato Grosso do Sul, quando fomos impedidos de retornar no horário previsto e fizemos uma viagem quase de risco de vida, mostrando o empenho dos Senadores e a importância desta Comissão.

Aproveito a oportunidade para destacar mais uma vez o trabalho da Consultoria do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e o seu trabalho, Deputado Lindberg Farias. Não tenho dúvida de que V. Exª já é e será uma grande liderança deste País e do nosso Partido, porque enfrenta situações e externa as suas posições de uma maneira absolutamente clara e lúcida. Não se importe com as críticas, porque as pessoas que são líderes efetivamente são criticadas. Isso faz parte da política e da vida. Foi, para mim, uma excelente oportunidade de acompanhar o seu trabalho, a sua determinação e o seu empenho. V. Exª está desempenhando um papel fundamental na discussão dessas questões indígenas.

Registro, Senador Mozarildo Cavalcanti, o seu trabalho como Presidente determinado, sereno e equilibrado ao conduzir a discussão de uma maneira isenta e tranqüila. Estamos discutindo com os principais atores que fazem parte das nossas visitas. Alguns, mesmo convidados, não marcaram presença, mas em outros Estados houve o comparecimento total dos principais agentes que intercedem e discutem as políticas indigenistas no País. Portanto, queria registrar sua tranqüilidade e a sua referência na condução dessas questões, que são delicadas.

Senador Jefferson Péres, não posso deixar de pegar uma carona no que V. Exª comentou, sobre a forma como, infelizmente, algumas áreas têm procurado demonizar essa discussão, como se todos nós fôssemos apátridas ou contra o Brasil e as etnias indígenas. Estamos tentando resgatar o equilíbrio, em que se respeite a nossa história, a nossa cultura, as nossas etnias, aqueles que nos ajudaram, efetivamente, a construir o Brasil, e outros segmentos da sociedade que têm todo o direito de viver, de trabalhar, de produzir e de construir um futuro melhor para seus filhos.

A discussão está ligada ao desenvolvimento do País, a uma brasilidade forte, à defesa dos nossos interesses. O sonho é bonito, mas temos analisar de uma forma um pouco mais equilibrada esse antagonismo, como disse o Senador Jefferson Péres, e esse maniqueísmo apresentado, porque – e não generalizo, porque sou uma pessoa moderada – partem de organismos que se dizem defensores das etnias indígenas e carregam consigo outras bandeiras também. Na verdade, os interesses são bastante diferenciados. É um pouco aquele velho adágio: "Façam o que digo, mas não façam o que faço". E precisamos varrer do País esse discurso dicotômico que pode prevalecer ao longo do tempo, mas que não engana a população para sempre.

Há o exemplo claro, emblemático, do que aconteceu em Rondônia. Ninguém deve negar o que ocorrer em outros Estados do Brasil também. É um exemplo prático, claro, mostrando que não estamos aqui discutindo apenas a questão de Raposa Serra do Sol. Entretanto, em função dessas ações da Câmara e do Senado, vamos, junto ao Presidente da República, ao Governo Federal, aos Ministros e ao Congresso, buscar uma política indigenista que nos dê um horizonte de respeito, de paz, de tranqüilidade ao País e impeça que aproveitadores de ocasião não apenas roubem a nossa riqueza mas, acima de tudo, a nossa história.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Submeto agora à votação o relatório apresentado e discutido.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, portanto, o relatório do Senador Delcídio Amaral.

Antes de finalizar esta reunião, deixo os meus agradecimentos a todos os membros da Comissão e àqueles que, mesmo não sendo membros, como os Senadores Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho, participaram ativamente dos trabalhos, estiveram inclusive nas localidades que visitamos. Tenho certeza de que, a partir da aprovação desse relatório, marcamos um novo momento na discussão e na solução dos problemas indígenas do País.

Agradeço a todos, portanto, principalmente ao Relator, o Senador Delcídio Amaral, ao Deputado Lindberg que, paralelamente, trabalhou conosco nessa questão.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11h35min)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF **"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA E AO MATO-GROSSO DO SUL, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO E RONDÔNIA, INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS".**

Ata da 6ª Reunião realizada em 5 de maio de 2004.

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às quatorze horas e cinqüenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com as presenças dos Senadores Delcídio Amaral, Jefferson Peres, Jonas Pinheiro e Valdir Raupp, membros, e ainda com as presenças dos Parlamentares não membros Senadores Juvêncio da Fonseca, Augusto Botelho e Paulo Elifas e ainda os Deputados Rodolfo Pereira e Alceste Almeida, reúne-se a Comissão Especial Temporária criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente Reunião tem por finalidade ouvir os seguintes depoimentos: Dr. Leonel Pereira da Rocha – Juiz de Direito da Comarca de Espigão D'Oeste; Paulo Roberto Borges de Oliveira – Presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia; Francisco das Chagas Cortez da Silva – Garimpeiro; Gilton Muniz Simões – Delegado Sindical em Espigão D'Oeste. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Delcídio Amaral, Paulo Elifas e Valdir Raupp. Às dezessete horas, a Presidência comunica que a presente reunião está suspensa em razão da Ordem do Dia que está acontecendo no Plenário do Senado Federal. Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às quinze horas e vinte e dois minutos, na mesma sala, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, que nomeou o Senador Valdir Raupp, para funcionar como Relator "*ad-hoc*", foi reiniciada a Reunião do dia anterior com o depoimento do Senhor Gilton Muniz. O depoente Valter da Silva solicitou à Presidência que o seu depoimento tivesse caráter reservado, o que foi aceito pelos presentes, ficando estabelecido que o mesmo se dará após a oitiva dos demais depoentes. A seguir foi ouvido o Senhor Antônio Rosa de Carvalho – Garimpeiro sobrevivente da Chacina. O próximo depoente foi o Senhor Carlos Roberto Barbosa, também Garimpeiro. Os depoente foram questionados pelos Senadores: Valdir Raupp, Paulo Elifas e Delcídio Amaral que assumiu a relatoria da Comissão. Às dezessete horas e cinco minutos, a presente reunião tornou-se reservada para ouvir o depoimento do Valter da Silva. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Francisco Naurides Barros*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Temporária Externa de Questões Fundiárias, criada por meio do Requerimento nº 529, de 2003, do Senado Federal.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, está aprovada a Ata da reunião anterior.

Informo ao Plenário que a reunião desta Comissão destina-se à exposição dos senhores: Dr. Leonel Pereira da Rocha, Juiz de Direito da Comarca de Espigão d'Oeste; Dr. Valter Bloss, Coordenador da Funai em Rondônia; Sr. Paulo Roberto Borges de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia; Sr. Francisco das Chagas Cortez da Silva, Garimpeiro; Sr. Gilton Muniz Simões, Delegado Sindical; Sr. Walter da Silva, Sr. Antônio Rosa de Carvalho e Sr. Carlos Roberto Barbosa, Garimpeiros.

Convido o Senador Valdir Raupp para funcionar como Relator **ad hoc** até a chegada do Relator titular, Senador Delcídio Amaral.

Convido o Dr. Leonel Pereira da Rocha para iniciar sua exposição. (Pausa.)

S. Exª ainda não se encontra presente.

Convido o Dr. Valter Bloss para iniciar sua exposição. (Pausa.)

S. Sª também não se encontra presente.

Convido, portanto, o Sr. Paulo Roberto Borges de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Rondônia, para tomar assento à mesa.

Para um esclarecimento mais adequado, informo que esta Comissão foi inicialmente instituída com a finalidade de investigar as questões fundiárias em Roraima e em Mato Grosso do Sul, especialmente aquelas relacionadas às terras indígenas. Posteriormente, ampliaram-se as atividades até Santa Catarina, a requerimento do Senador Leonel Pavan. Agora, foram incluídos os Estados de Rondônia, por requerimento do Senador Valdir Raupp e do Senador Paulo Elifas, e de Mato Grosso, a requerimento do Senador Jonas Pinheiro.

Então, nesta reunião, vamos ouvir pessoas do Estado de Rondônia, portanto, relacionadas ao conflito envolvendo a terra indígena Roosevelt.

Portanto, inicialmente, estabeleço o prazo de dez minutos para cada expositor fazer sua explanação; posteriormente, o Relator fará suas indagações, e os senadores presentes também poderão argüir ou complementar qualquer pedido de explicação.

Concedo ao Sr. Paulo Roberto Borges de Oliveira dez minutos para sua explanação.

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Senhores aqui presentes, Senadores, Deputados e componentes desta Comissão, é com tristeza que hoje estamos aqui para relatar fatos que aconteceram no nosso Estado de Rondônia. O que vem acontecendo é do conhecimento de todos os senhores, por meio da mídia nacional e internacional, principalmente sobre a reserva Roosevelt. Trata-se de uma área de constantes conflitos, e isso não é de agora, já vem ocorrendo há vários anos. Mas se agravou a partir do ano de 2000, quando, na realidade, começou-se a extração, em grande escala, de diamante na região de Espigão do Oeste, ou seja, reserva Roosevelt.

Iniciou-se, há quatro anos, naquela reserva, uma garimpagem, que podemos dizer que é clandestina, porque tudo que é garimpado sem o consentimento e sem o conhecimento do NPM é irregular. A partir dessa data, houve vários confrontos dentro da reserva, sempre denunciados, e nunca foi tomada providência nenhuma.

Os fatos foram se agravando até o atual momento, pois até hoje o problema ainda continua, originando dezenas de mortes. Não foi uma morte, nem duas, nem três, senhores; morreram mais de cem pessoas – que eu digo –, sendo que só o sindicato contou 64 desaparecidos. Creio que foram resgatados apenas 35 ou 34 corpos, o resto encontra-se lá dentro.

Esses conflitos originaram-se a partir da chegada da Força Tarefa dentro da reserva Roosevelt. Até então, a garimpagem era feita lá dentro, em parceria com os índios – entre índios e garimpeiros. Essa é a realidade: o garimpeiro pagava um pedágio, além de pagar a sua percentagem na extração do minério que era feita nesta área. O garimpeiro pagava entre dez e trinta mil, às vezes, chegava a R$100 mil, conforme o número de máquinas lá dentro. Os caciques davam permissão para a entrada de garimpeiros – davam permissão, não, eles levavam os garimpeiros e davam uma autorização.

Tenho aqui uma autorização original de um garimpeiro – que está até plastificada para não molhar, pois o garimpeiro tem que carregá-la junto com ele – emitida por Nacoça Pio Cinta-Larga. Esta é uma autorização de doze garimpeiros, datada de 5 de novembro de 2000. Vejam os senhores que isso aqui não é recente. Esse cidadão da Associação Pamaré do Povo Indígena Cinta-Larga. Autorização. Está aqui: "Ao chefe da barreira do Roosevelt". Quem é o chefe da barreira do Roosevelt? Nada mais do que a Funai. Então, eles davam essa autorização e, mediante o pagamento, esse era o passaporte para adentrar na reserva. E, mais tarde, após um ano, eles se organizaram – já ficou mais moderna a coisa – e criaram essa ficha cadastral aqui e um contrato de serviço. Está aqui: consta o nome do cidadão, com todos os dados, permitindo que ele adentrasse na reserva. Quem assinava isso aqui – essa aqui está datada de junho de 2001, ou seja, eles já estavam organizados – era João Cinta-Larga, Cacique, Jacinto Cinta-Larga, Cacique, e Raimundo Cinta-Larga, Cacique.

Temos dezenas dessas autorizações e podemos fornecê-las a essa CPI que está se instalando. Espero que o Senado Federal conclua isso aí. Não sei se esse assunto será tratado nesta Casa ou na Câmara dos Deputados, mas espero que se possa apresentar nessa CPI, senhores, os uniformes que esses caciques forneciam, que essa entidade fornecia, há três anos, para que adentrassem na reserva as pessoas com uniforme, que eram diferenciadas para que a Polícia não as molestasse e nem os elementos da Funai. Então, quando havia esses confrontos, retirava logo... Ah! a Federal vai entrar e tal... E aí já corriam lá e tiravam da reserva os outros que estavam lá.

Então, como foi aumentando a extração de diamante, e se passou a tirar – eu digo – milhões de dólares/dia lá de dentro... Em nenhum lugar do mundo se trabalha em um dia e se tira seguidamente um copo de diamante. Nunca.

Então, o que houve? Cobiça. Aí já deixou de ser os garimpeiros que estavam lá dentro em parceria com os índios. Entraram as grandes forças ocultas que o nosso País tem até hoje: esses mineradores internacionais, as ONGs, que patrocinam isso aí... Já criou a discórdia entre os garimpeiros.

Quero deixar bem frisado aqui que esses incidentes começaram quando a Força-Tarefa chegou lá dentro, comandada por esse cidadão chamado Valter Bloss. O Governador do Estado denunciou, houve uma CPI da Garimpagem lá no meu Estado, pediu-se a prisão, o Governador pediu a prisão, e as coisas até hoje estão assim. Pode ser que agora daqui para frente se tome um partido e, realmente, chamem esse cidadão que já foi chamado por diversas vezes e nunca deu "bola" para os convites desta Casa e dos Deputados.

Esses cidadãos, hoje, que se dizem índios, têm carteira de identidade, CPF, título de eleitor, conta no banco, andam de automóvel último tipo, têm celular via satélite e se dizem tutelados da Funai. Então, a Funai é tutora desses índios.

Nao sou contra os índios de maneira específica. O garimpeiro não é contra isso aí, não. Somos contra esses índios aculturados que incitam os demais índios que não têm conhecimento e nem contato direto com o branco a fazerem essas revoltas lá dentro. Esse

deve ser punido, porque, neste País em que vivemos, esse cidadão, cujo nome consta aqui, que deu a sua autorização – Pio Cinta-Larga – assumiu que eles realmente mataram os garimpeiros para defender as suas terras! Esse cidadão assumiu isso publicamente na mídia nacional e internacional! Se essa moda pegar, vamos ter problemas sérios porque, aí, os sem-terra vão ser todos mortos também. Então, um erro não justifica o outro.

Peço aos senhores do Senado Federal, porque os senhores têm poder de mudar, de fazer uma emenda na Constituição, que seja regulamentada a extração de diamante, ouro ou outros minerais dentro da reserva indígena. Isso é do poder dos senhores. Todos nós, brasileiros, quando nos deparamos com isso, somos informados que somente o Senado Federal pode mudar isto aí. Não sei de que maneira isso é feito, mas pelo menos falo que existe um jeito de se fazer uma emenda, e só os senhores do Senado é que podem mudar. Estou com 54 anos e só escuto isto aí. Só quem pode mudar é o Senado. Então, eu estou pedindo aos senhores para que mudem, que encontrem um jeito junto ao Presidente da República, junto à Câmara dos Deputados, com os Deputados Federais, para que encontrem uma solução para a regularização desses garimpos na região de Rondônia.

E vejam bem, Srs. Senadores: não é só o problema do Roosevelt. Temos, hoje, na região de Rondônia, vários lugares com esse mesmo problema. Existem 2.000 garimpeiros assentados em outra região, uma região de cassiterita, que se chama Cachoeirinha, onde se pode originar outro problema sério. Dependemos – já expliquei isso ao Senador Valdir Raupp, que está interferindo para nós – para regularizar e acolher esse povo lá dentro que seja liberado um processo que está encalhado, há quatro anos, no Ministério Público, e que não dá legitimidade à coisa. Pode ser que, agora, vá funcionar também. Há também o rio Madeira, que é uma reserva garimpeira que abriga 5.000 homens. Eles também estão com problemas, pois querem arrumar problema na reserva garimpeira.

Então, temos um monte de conflitos. Peço aos Srs. Senadores que interfiram nisto.

Quero deixar claro, aqui, que não sou contra a etnia indígena porque, hoje, temos irmãos índios que convivem nas cidades conosco e penso que eles também têm direito de viver decentemente. O que eu quero, aqui é que esses culpados que incitam os menos esclarecidos sejam punidos na forma da lei, permitindo, assim, que os garimpeiros possam ocupar o seu espaço juntamente aos seus irmãos, por meio de uma cooperativa. Creio que essa lei será sancionada – não sei de que maneira – para que consigamos, num futuro bem próximo, sermos todos irmãos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra aos demais Senadores, concedo a palavra ao nobre Relator, para fazer as suas argüições ou considerações.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não. V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – O nosso nobre Relator chegou praticamente no final da exposição do Sr. Paulo. Parece-me que seria muito importante para um melhor convencimento de S. Exª que o Sr. Paulo repetisse os primeiros cinco minutos de sua exposição, sobre como se processa a exploração lá dentro do garimpo. Não sei se V. Exª, Relator, já conhece as palavras dele, que é o Presidente do Sindicato dos Garimpeiros. É impressionante o envolvimento da Funai, de ONGs, como é se paga e como é que não se paga, os uniformes para se poder identificar quem está lá dentro, quem pagou pedágio, sendo excluídos aqueles que não pagaram pedágio pela Polícia e pela Funai. Não sei se V. Exª já tem todos esses dados e, se não os tem, seria interessante que ele repetisse para que V. Exª pudesse ter um retrato fiel do que está acontecendo lá.

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Srs. Senadores, volto a repetir, porque o Senador pediu, e eu vou expor novamente para que fique tudo mais esclarecido. O tempo aqui é muito curto, e não podemos falar tudo, porque é muito rápido.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Seria só aquela primeira parte.

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Sim, sobre o trabalho.

Vejam bem, senhores: em 1958, já existia o garimpo de diamante na região Roosevelt. A reserva foi explorada por um cidadão espanhol chamado Gusmão. Ele garimpou até o ano de 60 ou 70. Essa reserva indígena não ficava ali, em cima da reserva de diamantes. Só passou a ser ali depois que esse cidadão achou os diamantes. Aí, estenderam a reserva indígena até lá, naquela área, que é para cobrir os interesses de alguma ONG internacional, ou sei lá o que pode ser, porque eu também não posso afirmar, mas parece isso aí. E essa reserva se estendeu até lá em cima. Partindo disso aí, movidos pela cobiça, os índios viram que o negócio era todo em parceria.

Senhores, nunca houve conflito, anos atrás, entre índio e garimpeiro. Isso se originou de quatro anos para cá. Antes, não existia isso aí. Lá, eles sempre

trabalhavam em harmonia. Harmonia que eu digo é o seguinte: nós, garimpeiros, concordávamos que os índios eram os donos e, como eles eram nossos parceiros, adentrávamos a reserva, o cacique ia lá fora, buscava doze homens, como consta aqui, e entrava de sócio com eles. Os índios não tinham máquina, mas, sim, um maquinário pequeno, maquinário esse que era todo na picareta e pequenos motores para secar as catas. E eles eram levados de parceiros. Como os caciques são mais espertos, diziam que iam vender a entrada. Aí, vendiam a entrada na reserva, que variava conforme a situação econômica de cada garimpeiro. Então, se o caboclo tinha 5 mil, era 5 mil; se o índio achasse que esse cara era mais rico, era 10 mil ou 15 mil. E aí depois pegava ainda a comissão de 20%, 30%, que era o acerto que havia entre os índios e os garimpeiros.

Agora, os senhores vejam bem: como vão ser colocados esses equipamentos lá dentro, Srs. Senadores? São equipamentos pesados que pesam 30, 40 toneladas, escavadeiras de última geração, PCs – creio que os senhores sabem o que é esse equipamento, é uma escavadeira que tem um braço que escava com sete metros –, tratores pesados, carregadeiras. Como esse equipamento vai passar na portaria dessa Força-Tarefa que está plantada lá? Não adianta gastar 6 milhões e botar esse povo lá dentro, não. Quer dizer, elas "desceram de pára-queda"? Só existem as estradas onde eles estão. Como é que ninguém viu e ninguém sabe? Quando apertei sob esse ponto de vista, o camarada teve o descaramento de falar assim: "Vamos ter que encontrar uma situação para legalizar essas máquinas". Aí, inventaram um projeto que era pra fazer tanque de piscicultura para os indígenas. Isso é um descaramento total! E maquiaram a entrada das máquinas quando denunciei a primeira vez. "Essa é para fazer lá dentro os tanques para o povo ter desenvolvimento, melhor qualidade de vida etc."

Então, criou-se isso aí pra encobrir essas entradas desse equipamento pesado dentro da reserva. Para os senhores terem uma idéia, para se transportar uma máquina dessas aí, precisa-se de uma plancha de 40 toneladas. Como isso vai entrar dentro da reserva sem ser visto? Como vão entrar na reserva com um trator de esteira que pesa 30 mil quilos, uma pá carregadeira, que pesa 10 mil quilos, e centenas de motores grandes, de três a quatro cilindros, além de resumidoras, sem a anuência desse povo que está lá, a Funai? Depois, eles sentem-se no direito de acobertar esses crimes todos que estão acontecendo lá. Tenho colegas que depois vão depor aqui que vão provar e vão dizer o nome dos funcionários que pegavam dinheiro lá dentro. Não era só um, não, inclusive, um dos cabeças está preso, além de vários outros componentes, esses contrabandistas que a Federal prendeu. Não podemos dizer que a Federal e o Poder Judiciário não estão fazendo nada. Estão fazendo, sim. Estão prendendo lá, mas não está resolvendo a situação.

Os senhores vejam bem, vou dizer aos senhores. Hoje de manhã, recebemos um telefonema de lá do Espigão d'Oeste em que se relatou o seguinte: "Agora está bom a coisa *(sic)* aqui dentro. Agora ficou bem como o diabo quer. Estamos guarnecidos pela Polícia Federal fora, e o Exército e a Marinha, Aeronáutica, FBI e..." Isso porque, de dia, o helicóptero da Federal – eles não entram por terra, até hoje não entraram, só vão lá sobrevoar de helicóptero – voa até lá aonde estão os índios com as máquinas. Quando escurece, depois das quatro horas da tarde, saem os brancos que tão lá dentro da reserva – relatado por esse cidadão – e assumem o controle das máquinas onde está a produção.

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone – inaudível.) – São os brancos que estão lá dentro, porque os índios não sabem trabalhar, Senador. Eles não sabem. Quem entra dentro do barranco, que vai lá e sabe como é que tira é o branco. O senhor pode acreditar nisso aí. O índio não trabalha. O índio só vai pegar a produção dele, a parte da sociedade dele. Ele falou pra mim hoje que tão trabalhando a mesma coisa dentro da reserva.

Agora, os senhores vejam bem. Ficamos aqui discutindo, os senhores tendo muitas coisas também para resolver, mas é um assunto importante isso aí, e nós também estamos nessa luta, e esses cidadãos ficam lá, e a Imprensa fica dizendo aí pra todo mundo que não existe ninguém dentro da reserva, que eles tão dentro da reserva. Não estão dentro da reserva. Eles não estão. Eles não estão na reserva, não. Está lá... Disseram que, quarta-feira, fizeram uma reunião em Cacoal. As Câmaras convocaram este cidadão, o Valter Bross, o da Funai, e os representantes para virem aqui dar explicação, e eles se negaram vir, mas mandaram o representante em Cacoal, numa reunião no dia 04, em que chamaram os poderosos caciques acobertados pela Funai para fazerem um acordo, senhores, com esses bandidos – porque estes aqui eu os considero bandidos. Não considero todos os índios bandidos. Estes caciques são bandidos, são co-autores em todas as mortes. Sentar numa mesa, fazer um acordo e dizer que lá dentro só pode entrar, autorizando a Funai a entrar.

O Funai e os caciques autorizam a Polícia Federal e a polícia ambiental do nosso Estado de Rondônia, mais a comissão da Funai, a entrarem na reserva e negaram um pedido que fizemos para depor nesta

Comissão os garimpeiros que conhecem onde estão os corpos lá dentro. Negaram.

Quer dizer, aqui, ao Senado, eles não podem vir, mas creio que, com uma CPI instaurada aqui, eles vão ser convocados, virão na marra aqui. É o único jeito, porque com convite não vêm.

O Presidente da Funai deu aquela declaração para a Imprensa dizendo que mataram porque estava no direito de matar. Esse Valter Bross teve a petulância de falar isso para mim – quando fui lá dentro, quando se deram as primeiras cinco mortes, pois instalamos uma delegacia, um braço do Sindicato em Espigão do Oeste, senhores, para ajudar a coordenar esse negócio, para evitar maiores conflitos.

Criamos lá dentro, Senadores, fora da reserva, frentes de trabalho, mesmo consideradas ilegais pelo DNPM. São áreas em que as mineradoras "sentam em cima", ficam lá por 20, 30 anos "em cima", só pagando aqueles direitos, que são uma mixaria, que o DNPM faz, dando com isso o direito das mineradoras internacionais ficarem de donas da nossa área, porque elas vão lá e mapeiam tudo. Para se encontrar um quadrinho, que caiba numa agulha... Não existe mais. É tudo requerido por essas empresas.

Então, digo "Não, vamos lá e vamos trabalhar fora da reserva." O Sindicato criou frentes de serviço. Quando a Comissão for lá, eu os levo ao garimpo para mostrar, fora da reserva. Mas o que acontece? Essas forças poderosas chegam no meio do garimpo e ficam lá. Infiltram um, dois, e dizem que não dá, que é muito pouco diamante. Os garimpeiros, que já estão acostumados a pegar um copo de diamante num dia, não se contentam com aquele pouco lá e começaram a abandonar essas áreas e voltar para dentro da reserva de volta.

A mídia vai cada vez mais dando enfoque a isso, e vão chegando, Senadores, mais pessoas de fora. E vai se inflando o negócio.

Essa é uma das realidades. É muito triste isso. Nunca chega a verdade para os senhores. Sempre chega distorcida. Vejam, não é possível o Presidente da Funai acobertar uma situação dessas. Esses cidadãos, o Presidente da Funai e essa Força-Tarefa, ficam usando a Funai. Talvez a palavra Funai não seja tão comprometida assim, mas, sim, os seus funcionários, os seus representantes é que ficam usando o nome da entidade, essa entidade que se chama Funai.

Não acredito que a Funai toda seja podre. Tem que haver alguém que preste lá dentro. Não acredito nisso aí. Creio que as pessoas que estão lá dentro é que devem ser removidas e daí deve-se arrumar funcionários sérios. Corrupção nunca vai acabar. Sempre vai haver no meu Sindicato, no Senado, na Presidência e em tudo que é lugar. Os juízes... A mídia está falando, todos os dias, sobre isso e provando. Não vai mudar, mas, pelo menos, podíamos tentar mudar um pouco este País.

Penso, Senadores, que os senhores são as pessoas que podem fazer isso.

Se os senhores quiserem alguma explanação sobre isso, estou pronto, como também quando instaurar essa CPI, vou trazer centenas de fichas destas daqui, com firma reconhecida dos caciques e os uniformes que eram usados lá dentro, com fotos para os senhores.

Se o senhor quiser saber mais alguma coisa que eu possa falar, eu estou pronto para responder o que perguntarem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vamos ouvir o Senador Delcídio Amaral, Relator desta Comissão.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Cumprimento o Presidente desta Comissão, Senador Mozarildo; cumprimento também os demais Senadores aqui presentes, de Rondônia, de Roraima, do meu Estado do Mato Grosso do Sul; todas as Lideranças aqui presentes; a Consultoria do Senado Federal, e eu, Sr. Paulo Roberto, gostaria de fazer algumas perguntas em razão até desse relato que o senhor acabou de fazer, inclusive registrei alguns pontos, entre os quais, principalmente, a regulamentação da questão do garimpo em áreas indígenas.

Mais do que nunca, já não é sem tempo que votaremos essa legislação para que, pelo menos, evitemos tragédias como a do Roosevelt, que consternou o País inteiro e que colocou absolutamente às claras o que muita gente já dizia, exatamente em função do dualismo, do maniqueísmo com que essa questão foi tratada, sempre existiu o lado do bem e o lado do mal.

Acredito que ficaram bastante fundamentadas as preocupações externadas ao longo dos trabalhos desta Comissão em outros Estados com relação não só às áreas de garimpo como também às regiões de fronteiras, assim como os diferentes pontos de vista das etnias, dos produtores.

Agora, de forma muito dura e realista, a exposição que o senhor acabou de fazer aqui para esta Comissão externa do Senado Federal mostrou que, desde 1958, esse garimpo é explorado e que, de quatro anos para cá, efetivamente, a situação começou a se alterar e que vocês começaram a enfrentar problemas. Ficou muito clara a forma como estava sendo explorado o garimpo nessa reserva até pela minúcia, pelos detalhes todos apresentados pelo senhor.

Outros expositores e senadores terão oportunidade de falar, mas eu gostaria de saber do senhor,

que conhece bem a questão e que fez um relato extremamente dramático da situação, quem é o grande responsável pelo massacre ocorrido na reserva do Roosevelt em sua visão?

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Digo que o responsável, na realidade, é toda entidade da Funai, que nunca tomou providências. Mas há um cidadão em especial que foi denunciado pela CPI da Garimpagem, instalada pelos Deputados estaduais de Rondônia, que confirmaram, constataram e pediram a prisão de Valter Bloss como responsável. Esse só não fez isso aqui, mas no Estado de Rondônia fez o maior pandemônio e saiu ileso de lá. Ele pensou que fosse chegar ao meu Estado e que ia acontecer a mesma coisa. Depois que esse cidadão chegou lá, o Governador pediu sua prisão em razão do relato colhido entre os garimpeiros, todos com provas. Esse cidadão é o principal culpado por toda essa confusão.

Sr. Presidente, quando cheguei a Espigão d'Oeste para tentar coordenar a situação, fui falar com esse cidadão no garimpo, localizado na boca da reserva para encontrar uma solução pacífica para o problema. Encontrei-o no meio do caminho. "Sr. Valter Bloss, sou Presidente do Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Rondônia, e o senhor é o chefe da Força-Tarefa. Temos de achar uma solução para esse problema." "Não tem que achar solução, não. Aqui quem garimpa são índios, a terra é deles." Eu disse: "Muito bem. O senhor está falando de quem? Da Nação toda ou em nome de um simples funcionário que vem aqui a serviço da Funai para amenizar essa situação?" Ele disse: "O garimpo aqui é dos índios." Perguntei-lhe: "Então, o senhor confirma para mim, Sr. Walter Bloss, que sabe que os índios estão garimpando?" Ele respondeu: "Sei". " O senhor confirma que existem máquinas de alta potência?" "Afirmo." "O senhor me diz que o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sabe da situação?" "Sabe." "O Senado sabe?" "Sabe." "O Presidente sabe." E ficou ironizando: "Paulo, não adianta o senhor vir aqui querer colocar palavras na minha boca porque todos, em Brasília, sabem dessa situação." Eu disse: "Como vamos resolver esse problema, então?" Ele me respondeu ironicamente: "Bote o Ministro da Justiça embaixo de seu braço e o traga para conversar com a gente aqui dentro".

Tenho testemunha de que isso aconteceu. Ele ironizou quem botasse o Ministro embaixo do braço, Sr. Presidente, para falar com ele. Isso demonstra que temos um país dentro de outro país, que não é regido pela mesma Constituição. Qualquer dia, aparecerá um cidadão maluco da Funai candidato a "Presidente da República Democrática da Funai", porque haverá um país dentro de outro. Eles não respeitam regras. Os senhores não podem entrar nas reservas sem a Funai dizer que podem. A Federal não pode, o Judiciário não pode. A meu grosso modo – não sou advogado nem tenho conhecimentos profundos da área jurídica –, entendo que a Funai criou, dentro de nosso País, outro país.

Isso é algo que o Senado tem que mudar. Esta Casa tem que achar um maneira, Sr. Presidente, para que sejam mais bem distribuídas essas funções antes que esse cidadão entre num departamento desse e esteja preparado... Não acredito que o Presidente da Funai, um cidadão responsável por um órgão desse, de conhecimento internacional, tenha dado um depoimento daquele em cadeia nacional e internacional, dizendo que apoiava o massacre.

Sr. Presidente, as coisas têm que mudar neste País.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Muito obrigado, Sr. Paulo Roberto.

Para encerrar o início dos debates, gostaria de fazer mais duas perguntas: qual é a o número de mortos? Hoje, a Imprensa fala, com muita freqüência, em 29 garimpeiros assassinados. Esse número é efetivamente o que corresponde à realidade? Existem mais corpos na reserva?

A última pergunta é: depois do acidente, depois de todo o transtorno causado, qual é a realidade da reserva do Roosevelt? O senhor falou, rapidamente, como as coisas estão acontecendo durante o dia e, depois, com o garimpo mecanizado. Gostaria que o senhor enfatizasse um pouco mais a realidade pós-massacre.

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, posso dizer que, após o massacre, a única coisa que mudou no garimpo foram os nossos companheiros que tiramos de lá. Foram retirados 29 corpos. Havia mais cinco. Portanto, são 34 corpos retirados de outubro para cá. Retiramos e constatamos.

O cidadão que estou falando para o senhor, o Sr. Valter Bloss, falou para mim que a Funai está me processando por calúnia e por difamação. Dizem que eu estava difamando a entidade e a pessoa dele. Provamos, graças a um juiz de Espigão do Oeste – que estava hoje conosco e era para estar aqui –, que lá dentro... Esse juiz tem um relato importante para os senhores. Não sei de quê maneira, mas esse juiz e uma promotora conseguiram uma ordem para entrar na reserva. E, simplesmente, meia dúzia de policiais da nossa Polícia Civil e mais a Polícia Militar do nosso Estado entraram na reserva, e tiramos os primeiros cinco corpos de lá.

Originando-se daí, senhores, tudo isso que foi desencadeado e veio à tona. Tiramos os cinco cidadãos mortos de lá. Não foi preciso ir um batalhão de

Brasília, não, nem gastar seis milhões como gastaram nessa operação lá. Simplesmente, esse juiz conseguiu essa proeza e entrou na reserva. Ele levou nossos humildes policiais da Civil e os policiais militares de Rondônia. Sem nenhum incidente, trouxeram para fora cinco corpos. A partir disso, desencadeou-se a descoberta da realidade.

Friso isso, porque não tinha dito isso. A partir daquele momento, falei para o Walter Bloss: "Você é o co-autor da morte desses cinco homens que estou enterrando, porque avisei a você que iam acontecer as mortes". Só estou frisando isso aí.

Vou responder ao senhor o que está acontecendo após toda essa confusão, essa mídia toda, esse enterro dos nossos companheiros, essas CPIs que estão saindo, essas comissões que estão acontecendo aqui: o garimpo continua trabalhando normal. Continua trabalhando normal.

O pessoal vai declarar em depoimento que, nessa semana, a Polícia Federal escoltou três viaturas da **(Fora do microfone – Inaudível.)** lá de dentro. Os senhores não pensam que é muito suspeito o fato de o garimpo não ter parado de trabalhar? Está trabalhando, está operando normalmente. E a Polícia Federal – não estou referindo-me à instituição, que é a única, neste País, que, apesar de todos os problemas, ainda mantém a ordem –, ou melhor, alguns de seus componentes, que foram presos em Rondônia – e isso já está comprovado –, escoltaram uma caravana de índio. Será que os nossos diamantes não estavam indo juntamente e não está continuando a ocorrer a mesma coisa? Ou os senhores pensam que índio vai pegar os diamantes, colocá-los num saco e vendê-los lá fora? Eles continuam vendendo a mesma coisa. O contrabando de diamante continua operando normalmente lá dentro. A Sivam está aí, só para enfeitar papel, gastando não sei quantos bilhões de dólares e não servindo para nada. Desculpem a minha franqueza, pois sou um ignorante.

Sr. Presidente, como é que os aviões descem e sobem livremente lá nas reservas? Agora seria imbecilidade dizer que eles estão descendo e subindo, porque o espaço aéreo está sendo monitorado 24 horas, creio eu. Como é que eles entravam e saíam? Creio que eles tinham o conhecimento, por intermédio de alguém, de como é que funcionava o esquema lá dentro.

Digo para os senhores, com toda certeza, que o garimpo está funcionando lá dentro. Desafio qualquer um aqui a me provar o contrário. Srs. Senadores, podem colocar a Polícia Federal, FBI, **Scotland Yard**, quem quiser, mas, sobre o serviço de informação nosso, dos garimpeiros... Não somos autorizados, mas sabemos o que acontece lá dentro da reserva.

Pode a Polícia Federal não saber, podem os senhores não saber, pode o serviço de inteligência não saber, mas nós sabemos o que acontece lá dentro e não agüentamos as coisas lá dentro, Sr. Presidente. Recebemos informações constantes de lá, e informaram que o garimpo está funcionando normalmente lá dentro. Quer dizer, cercaram a área, não adentraram a reserva – só se entraram hoje, agora. Vão lá, passeiam de helicóptero, verificam se está todo mundo trabalhando. Está publicado, em todos os jornais – **O Globo**, **A Folha de S.Paulo** –, na primeira página, que os índios trabalhando etc.

Sr. Presidente, continuam os interesses, as forças ocultas que andam neste País continuam imperando da mesma forma. Quer dizer, um garimpo que produz 450 mil quilates, que representa bilhões de dólares, o senhor acredita que vai fechar facilmente? Se deixarmos todo o nosso Exército de lado, Sr. Presidente, assegurando em volta da reserva... Mas são 2,7 milhões de hectares!

O senhor acredita, Sr. Presidente, que as nossas Forças Armadas teriam homens para colocar, a cada metro, para vigiar a reserva? A Polícia Federal abandonaria todos os seus problemas de fronteira, de tráfico, de arma e tudo mais para se concentrar lá na reserva? Não há condições. E vai agora dispor de R$6 milhões para a operação, Sr. Presidente? Que não vai servir de muita coisa, porque, em dois ou três meses, esse dinheiro já se escafedeu. Aí, sai todo mundo, e a mesma ciranda se repete da mesma forma que aconteceu nesses quatro anos.

Levantem e vejam quanto dinheiro foi destinado para aquela Força-Tarefa desde 2000! Mande verificar! E agora mais R$6 milhões! Se esse dinheiro fosse usado para resolver essa situação, ótimo! Isso não seria nada para o nosso País! Mas nada vai ser resolvido, Sr. Presidente. Tudo vai continuar do mesmo jeito, Sr. Presidente.

Acredito que só V. Exªs, Senadores, com a ajuda dos Deputados Federais, e a força de vontade do nosso Presidente, em que acreditamos e em quem votamos, talvez possam mudar o destino deste País.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Gostaria de perguntar, só mais uma vez, Sr. Paulo: as mortes são, efetivamente, as 34? Não?

E, para encerrar aqui minhas perguntas, Sr. Presidente: se houve todo esse problema, se os garimpeiros ficaram fora do processo e existe alguém que faz essa articulação toda em nome da Funai, pelo que o senhor acabou de descrever, quem é que estava operando no garimpo além dos índios, além de representantes da Funai? A quem interessava mais uma saída do garimpo,

especialmente nessa situação, criando esse ambiente que foi criado lá em Rondônia?

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Bem, eu digo para o senhor, Sr. Presidente, primeiramente sobre as mortes. As mortes no garimpo se somam a 34 cadáveres retirados agora esses últimos dias, e as mortes lá dentro... Os senhores vejam bem: existem nas delegacias daquela região 200 desaparecimentos registrados; existem 21 processos que o Ex.mo Dr. da Comarca de Espigão d'Oeste – que acredito que deve vir depor aqui, está em outra reunião – vai dizer para os senhores. Existem mandados de segurança para punir os culpados dessa chacina, que publicamente assumiram a autoria dos crimes. Lá dentro, vê-se um cemitério – lá dentro dito pelos garimpeiros, eu não posso dizer porque não estive lá, mas o nosso pessoal se propõe a ir lá mostrar o que é – com centenas de cadáveres lá dentro. É horrível isso aí.

Nesse lugar lá, os senhores vejam bem, nessa grotinha, que até apelidaram de "grotinha do sossego", porque ela é bem fora da reserva, e os índios não acreditavam... Essa máfia que está lá dentro não acreditava que fosse haver diamante, o garimpeiro, com sua bateia, com sua picareta, foi lá e achou, porque era longe da aldeia. Aí eram cinco, eram seis, eram sete, depois já eram 300, e em conveniência com os índios. Não pensem que eles entraram sozinhos, os índios botaram de novo, nesses últimos dias agora aí.

E aí onde eles chegaram? Esse povo que está lá dentro manipula – lá são várias etnias lá dentro, os ricos e os pobres – eles e jogam uns contra os outros para que eles provoquem esses incidentes e essas áreas fiquem nas mãos desse pessoal que tem equipamentos que podem escavar. Essa é que é a realidade da coisa lá quanto às mortes.

Lá dentro, tem-se notícia de uns que falam em 300 mortos, outros, em 200. Há vários depoimentos. Os senhores vejam bem: o sindicato tinha cadastrado esses mortos, 64 pessoas; só saíram 34, faltam 30; e 15 não eram cadastrados, o que foi confirmado, não apareceram mais na cidade, e o garimpeiro um fala com o outro. Nem para Mato Grosso, nem para lugar nenhum. Essas pessoas não saíram.

Vejam bem, uma grande parte dessas pessoas que foram lá para o IML não tinha intestino, porque eles têm o costume de cortar a barriga dos garimpeiros para ver se não engolem diamantes. Não é piada isso aí, não. Não é piada, não, senhor. Eles cortaram a barriga da mulher, da filha e do marido vivos para ver se tinha diamante que tinham engolido – há as testemunhas que vão depor sobre aí. Os senhores vejam bem, então, o que se pode esperar de um negócio desses daí? É terrível o que acontece dentro da reserva.

Por gentileza, o que o senhor me perguntou da outra, que já até me fugiu aqui a...

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – A quem interessava? É evidente que existe alguém atuando lá, que não são os garimpeiros, quer dizer, outros grupos ou outras pessoas, que, efetivamente, agindo articuladamente, levaram a essa tragédia que aconteceu lá no Roosevelt.

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Bem, Sr. Presidente, foram presos recentemente aí alguns cidadãos estrangeiros, envolvidos em contrabando de pedras. Está preso, não posso precisar o nome dele. Está preso, na Federal, um cidadão desses aí, que era um dos cabeças lá do negócio. Mas existem ainda compradores de Israel, da Europa todinha, que vêm aqui e compram o diamante. Por que eles compram? O diamante é barato, eles levam lá para aqueles países, os judeus levam para lá, não tenho nada... Desculpem a minha expressão, não sei se há algum judeu aqui, considero os judeus grandes comerciantes, são responsáveis pela compra de toda a pedra preciosa do mundo, eles é que manipulam tudo. O que eles fazem? Vêm aqui e compram o diamante ao preço de mixaria e os levam lá para a Europa; lá, eles esquentam o diamante junto com aquele diamante "de sangue", que é da África.

Então, uma pedra que vale aqui, vamos dizer que ele chegue e pague 500 mil, ela vai valer 3 ou 4 milhões lá. Vai continuar sempre isso aí, porque esses grupos... Senhores, se vocês pensam que prenderam alguém e que o nosso Judiciário prendeu alguma coisa grande, vocês não prenderam, não. Não prenderam, não. Podem acreditar, os maiores estão soltos, estão soltos aí. Eles estão soltos e põem em risco a minha vida e a dos que estão depondo aqui. Essa é a verdade. Não se pode citar nem esse nem aquele, porque, quando eu sair aqui do Congresso, posso morrer no meio da rua. Prefiro não falar o nome desses cidadãos, mas é facilmente identificável pelo seu poder econômico na região. Isso a CPI só não descobre se não quiser, porque vai haver centenas de pessoas que estão em outro patamar, hierarquicamente abaixo de mim, que podem falar. E contemos alguns já sob proteção policial. Isso só não se descobre, Presidente, se não quiserem. Porque ali estão as evidências da riqueza desse povo que manobra isso lá. É fácil descobrir.

Continuam esses estrangeiros a manipular o negócio. Eles usam brasileiros como testa-de-ferro para manipular as riquezas do nosso País, que são os diamantes. O Governador Casol já denunciou isso várias vezes; o nosso Senador Valdir Raupp já expôs isso; os nossos Deputados da bancada de Rondônia também já denunciaram o fato; alguns Senadores de outras

regiões também já denunciaram, e eles continuam. O Senado vai ter que se mobilizar, o País, os senhores, para pôr um fim, porque esses contrabandistas internacionais detêm os milhões e milhões de dólares. Não vou nem falar em cifra de moeda nacional, do nosso cruzado; falo em dólar, porque nesse ramo só se fala em dólar. Lá dentro, não se ouve falar em mil dólares, só se fala em cem mil dólares, trezentos mil dólares. Há pouco tempo, foi vendido um diamante rosa por US$6 milhões, um negócio assim; um vendeu por US$1.800 milhão e, depois, o mesmo foi vendido por seis. Isso é o que circula no nosso meio.

Então, em um lugar que produz 450 mil quilates, às vezes, na semana, o senhor acredita que alguns bilhões de dólares não mudam as coisas aqui? É meio complicado dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Já que o nosso Relator se dá por satisfeito momentaneamente, vamos dar oportunidade aos outros Senadores.

Passo inicialmente a palavra ao Senador Valdir Raupp para suas indagações.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Eu queria sugerir à Mesa, ao Presidente e ao Relator, para atentarmos um pouco ao tempo dos expositores, porque demoramos quase uma hora para ouvir um, e são oito. Talvez um não venha, são sete: seriam sete horas. Se pudesse abreviar um pouco as respostas, porque as perguntas foram até rápidas, mas as respostas demoraram muito.

Eu gostaria de fazer uma pergunta, enfatizando a do Relator Delcídio Amaral. Falam muito em "eles", em "peixe grande", em "poderosos", "mineradores internacionais", mas nomes, nomes de empresas, nomes de pessoas, é isso que as comissões, tanto da Câmara quanto do Senado, mais precisam, que alguém possa dar nomes. Porque, sem nomes, o próprio Governador sempre fala em "peixe grande", que estão pegando só "lambaris", mas se ninguém falar o nome desses "peixes grandes", dificilmente, as comissões vão poder fazer alguma coisa concreta para colocar essas pessoas nas barras da Justiça, dos tribunais. A pergunta seria essa, se o Presidente pode dar nomes. Se ele não pode, se os outros que estão aqui na sala podem contribuir um pouco mais em dar nomes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Valdir Raupp, considerando a situação que ele mesmo colocou, de repente coloca aqui e sai ali e pode ser assassinado... Se houver conveniência tanto de um depoente como de outros, podemos fazer reservadamente a reunião, para que possam ser dados esses nomes, porque precisamos evoluir, embora esta Comissão Temporária Externa tenha uma missão mais restrita que uma CPI. Já temos até as assinaturas para instalar uma CPI mista, com o objetivo exatamente de aprofundar esta questão e ter, portanto, os poderes de uma CPI, tanto no que tange ao poder de polícia quanto a uma investigação mais ampla. Mas, mesmo assim, um adiantamento de nomes ajudaria muito o trabalho da própria instalação da CPI.

Portanto, se o depoente ou os depoentes que se apresentarão assim desejarem, poderemos realizar uma reunião reservada, portanto, sem filmagem, sem imprensa, para obtermos esses números de forma sigilosa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, para concluir, registro que o que mais nos tem intrigado é a demora da Polícia Federal em entrar nessa área. O único fato ocorrido até agora foi a autorização da Funai para se retirarem os corpos. Nem a Polícia Federal nem o Exército conseguiram entrar por terra na reserva para fazer uma varredura, conforme prometeu o Ministro da Justiça. E nada foi feito ainda.

Há um comentário e até afirmações enfáticas de que existem mais de 100 mortos. Segundo um garimpeiro que se pronunciou hoje na reunião da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados – em que eu estava presente – e que falará nesta Comissão em instantes, houve 300 mortes no garimpo. Porém, a Polícia Federal não consegue chegar ao local, e a situação está piorando. Em poucos dias, a ONU poderá fazer, conforme acordo, uma inspeção em outro país.

No entanto, as autoridades brasileiras não conseguem entrar em uma nação indígena – há várias nações na Nação brasileira – sem autorização da Funai. Será que um Juiz Federal não consegue dar uma autorização para que a Polícia Federal ou o Exército adentre uma reserva para retirar corpos ou fazer escavações? Dizem que, naquela região, há um cemitério clandestino com mais de 100 corpos enterrados. Puxa vida! Os atuais acontecimentos são piores do que as guerras. É uma situação realmente muito grave e muito revoltante.

Pergunto apenas a V. Sª se pode citar alguns nomes.

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Sr. Senador, nobre Presidente, prefiro não falar. Há outros companheiros nesta Comissão que podem dar mais informações, se quiserem falar livremente. Prefiro não falar, porque estarei colocando em risco a minha vida e a dos meus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a participação ao Sr. Paulo Roberto Borges de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Rondônia.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta. O Sr. Paulo,

no início de sua exposição, falou que havia um passe livre para que os garimpeiros pudessem garimpar naquela área. Questiono: por que houve essa chacina, se esses garimpeiros estavam na área indígena com um passe emitido pelo próprio índio? Havia autorização para os índios e, como o senhor falou, para que essa Força-Tarefa emitisse essas licenças para a exploração do diamante?

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Sr. Senador, talvez eu tenha me expressado de forma errada, mas creio que não. Provavelmente, V. Exª não entendeu minha explicação. Falei que quem expedia as licenças não era a Funai. São os caciques que expedem as licenças, como essas que estão escritas aqui. Logicamente, ao entrar na reserva, o cidadão deveria mostrar a licença a um representante da Funai.

Para V. Exª ter uma idéia, mostrarei uma licença plastificada pertencente a um garimpeiro que se encontra nesta reunião – ele veio de Frutal. Essa licença é de uso próprio e foi plastificada para não molhar, porque geralmente os garimpeiros só colocam na boroca e levam. Por isso, ele plastificou essa autorização que é original. Sr. Senador, 12 garimpeiros mostraram essa licença ao chefe da barreira na reserva Roosevelt, haja vista que os policiais, numa Força-Tarefa, e a Funai montaram barreiras nas estradas da terra indígena Roosevelt.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Quanto a essa questão do conflito em si, se os garimpeiros estavam na área com essa autorização, pagando esse passaporte para entrar no local, por que houve essa chacina de 300 ou 200 ou 100 garimpeiros, como V. Sª alega? E como 200 pessoas são assassinadas sem que haja um mínimo de reação, sem que haja baixa do outro lado, porque sabemos que a quantidade de índios que detém a hegemonia da guerra entre os Cinta-Larga não é tão grande para dizimar 300 garimpeiros. Isso está muito pouco esclarecido. Como é que foi feito? Há também conivência de grupos de outros garimpeiros, outras empresas envolvidas, estimulando os índios a cometerem esses crimes? E como fizeram isso?

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Não morreram 300 pessoas de uma vez. A morte das 300 pessoas que foram mortas no garimpo ocorreu ao longo de quatro anos. V. Exª vai ficar estarrecido quando a CPI entrar lá, pois verificará a quantidade de mortes que ocorre lá.

V. Exª indagou por que houve as mortes. É uma boa pergunta. V. Exª vai ouvir quem sobreviveu a essa chacina – são dois ou três elementos que estão lá dentro, juntamente com o delegado. Todos os corpos que chegaram ao IML foram de indivíduos mortos a paulada, a flechada, e não à bala. V. Exª acredita que garimpeiro vai correr de flechada, Sr. Senador? Não corre, não, senhor. Ele corre de rajada de fuzil, de metralhadora.

Segundo o depoimento, esses 30 que foram mortos morreram amarrados. Arrancaram-lhes os olhos, castraram-nos. Segundo se conta – não tenho provas e, se não entrarem na reserva, não terão provas –, os outros corpos assassinados à bala foram enterrados em covas com PC, que escava sete, oito metros. Não posso afirmar que seja verdade isso, mas é o que se leva a crer. Imagine um lugar onde haja 200, 300 homens trabalhando. V. Exª acredita que garimpeiro vai correr de índio com cassete? Não corre. É bala mesmo que faz correr. Por que não reagiram? Vou dizer por que não reagiram: porque os indivíduos que entraram naquele local são humildes trabalhadores que o Ibama fez correr da serraria... São pessoas que não têm emprego na cidade. Esse pessoal, com a bateia e a picareta, que os rodava, conforme nós e V. Exªs dizemos, é que foi morto, porque fazia poucos dias que estavam lá dentro. O índio tem condições de comprar metralhadora, fuzil, porque ele pega uma pedrinha e troca por uma caixa de fuzil. O garimpeiro, porém, não tem condições de comprar um canivete.

Vou responder para V. Exª : se tivesse sido o pessoal veterano de garimpo da região de Pará, esses do centro do País, de Minas Gerais, teria ocorrido o contrário: 300 índios mortos, em vez de 300 brancos mortos, porque o garimpeiro legítimo mesmo, aquele andador do Pará e do centro-sul, de Minas Gerais, são garimpeiros; morrem, mas não arredam. Os que foram mortos eram garimpeiros, levados àquele local pela riqueza fácil, Sr. Senadores. Esse povo, com fome, foi induzido a entrar na reserva com a bateia e a picareta. Por isso, foram assassinados.

Digo-lhe uma coisa, Sr. Senador, Sr. Presidente, o coitado, que só tem uma bateia e uma picareta, não pode comprar um fuzil, mas o traficante, o contrabandista de diamante que entra lá pode comprar, mas o miserável daquele homem com fome não pode comprar, não.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Segundo entendi, na realidade, existem três tipos de associações ou sindicatos. Os índios, que são os donos da área, que estão dentro da reserva; existe o outro grupo de garimpeiros e compradores de diamantes, que exercem atividade legalmente, legalidade construída pela tribo dos Cinta-Larga, com a conivência da Funai, e também existiu um grupo de garimpeiros que seriam desempregados, garimpeiros eventuais, que estão vindo de outros garimpos, que são os que adentraram na área e interferiram no trabalho que supostamente estava legalizado. É isso o que o senhor...

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – Não, Senador, legalizado nunca esteve.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Supostamente legalizado no sentido de que existia uma legalidade oferecida pela tribo indígena e pelos membros da Força-Tarefa que estavam para proteger a área, não é isso?

O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA – O senhor veja bem. É impossível que uma Força-Tarefa dessa não sabia que havia um movimento de 300 homens dentro de uma reserva.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço ao Paulo Roberto e gostaria de dar oportunidade para ouvirmos os outros depoentes. Senão, ficaremos somente nesse.

Considerando que chegou o Dr. Leonel, Juiz de Direito da Comarca de Espigão d´Oeste, que era o nosso primeiro depoente, que está saindo de outra reunião exaustiva, quero convidá-lo para participar de nossa mesa e termos oportunidade de ouvi-lo, em seguida ao depoimento do Dr. Paulo Roberto.

Quero convidar o Sr. Valdir Raupp para assumir a Relatoria **ad hoc**, uma vez que nosso Relator terá que comparecer a um compromisso, mas depois S. Exª retornará.

Dou as boas-vindas ao Dr. Leonel Pereira da Rocha, que muito honra esta Comissão e dizer da nossa intenção de colaborar para esclarecer os fatos lamentáveis ocorridos na reserva Roosevelt.

Esta Comissão tem um encargo de estudar os conflitos de terras indígenas em Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rondônia e também vamos ao Mato Grosso. Portanto, temos a honra de ouvi-lo.

Concedemos a palavra a V. Exª para que faça sua explanação sobre o que tem conhecimento do assunto em Rondônia.

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – Boa tarde a todos. É uma honra estar depondo aqui perante os Srs. Senadores.

Quero deixar bem claro que não estou aqui para defender nem índio, nem garimpeiro. Vim para colaborar com o Parlamento, que é daqui que nascerá a solução para o problema que tem entristecido a nossa região. As riquezas que ali existem eram para trazer alegrias e prosperidade, mas estão trazendo mortes e sofrimento para todos.

O último conflito que ocorreu agora, o massacre, está bem retratado. Os garimpeiros vão dizer para V. Exªs, a Polícia Federal tem investigado. Procurei trazer desde 1991, o que aconteceu no passado. Começo falando sobre os inquéritos que foram abertos e dos homicídios que ocorreram.

Em agosto de 2001, houve um homicídio na reserva em que um cacique desses que estão na mídia, que foram convidados para depor na Comissão da Câmara, assumiu a autoria de um homicídio que ocorreu iniciando, pelo menos oficialmente, os primeiros conflitos na reserva. O cacique matou um branco, confessou a autoria e alegou legítima defesa.

Esses casos estão correndo na Justiça estadual porque, até então, não havia a dimensão que esses casos têm agora. No último caso que aconteceu, o do mês passado, a Polícia Federal começou a atuar, mas anteriormente havíamos mandado um inquérito para a Policia Federal que nos devolveu com um parecer dizendo que era de competência da Justiça estadual.

Entraram com o **habeas corpus** e foi firmado, naquela ocasião, o entendimento de que a competência seria da Justiça estadual, mas com a dimensão que atingiu, não sei se é mais da nossa competência.

Como a Polícia Federal está atuando nesse último, suscitei um conflito de competência no Superior Tribunal de Justiça, para que o Tribunal decida; se for realmente da competência da Justiça Federal, não existe só esse inquérito, que é o último, existem mais 20 inquéritos, conforme está anotado aqui.

Então, é isso que está acontecendo.

Em março de 2002, houve mais uma morte no interior da reserva.

Em junho de 2002, foram retiradas de lá sete ossadas humanas; dois foram identificados, os outros, não.

Em agosto de 2002, mais uma ossada. Sobre isso tudo, existe inquérito apurando esses fatos, alguns deles já com autoria e materialidade comprovadas nos autos; de outros, não.

Em novembro de 2002, mais quatro garimpeiros foram mortos no interior da reserva.

Em setembro de 2002, mais um garimpeiro.

Em outubro de 2003 – esse foi amplamente noticiado na mídia –, 16 índios mataram, segundo consta lá, eles falam que foram vários garimpeiros, mas foram encontrados quatro corpos. Tivemos dificuldade para tirar esses quatro corpos da reserva. Conseguimos fazê-lo depois de 12 dias, com muita dificuldade.

Nesse caso, um desses garimpeiros trabalhou muitos anos com os índios, então, ele conhecia todo mundo e sobreviveu, ele estava nesse grupo e sobreviveu. Então, ele pode apontar os índios, quem foi, o nome de todo mundo, certinho, está nos autos. Foi com base nisso que foi decretada a prisão de alguns índios, e essas prisões nunca foram cumpridas por conta da dificuldade que se tem de entrar na reserva. Ninguém entra na reserva, a menos que tenha autorização dos índios. Fora disso, não se entra na reserva.

Fiz algumas considerações, baseadas nesses inquéritos, que é de conhecimento, parece-me, de todo mundo: há extração ilegal de diamantes lá na reserva. Não sei se já foi falado para V. Exªs: existem três ou quatro tipos de garimpeiro: o sócio, o dono de máquina. O problema lá é com o rodado, que eles chamam de rodado, aquele que entra ilegalmente, sem autorização. São esses que são objeto desses massacres que estão acontecendo.

Há provas de que quem leva a maioria dos garimpeiros para trabalhar lá dentro da reserva são os próprios índios. Existem depoimentos muito relevantes, interessantes, de mulheres que cozinhavam lá dentro da aldeia, quer dizer, os índios levavam elas para trabalharem como cozinheiras. Então, elas já presenciaram reunião.

Havia um camarada, não sei se foi falado para o senhor, dentro da aldeia, que se passava por índio lá, mas, na verdade, ele é de outro país. Ficou comprovado, inclusive na Justiça ele falou que foi índio, que era da Regional de Vilhena, mas ficou comprovado que ele era de outro país. E os índios, então, contrataram ele. Não estou dizendo isso aqui para denegrir os índios, não é nada disso, mesmo porque não é toda etnia, são alguns que estão provocando isso. Ele tinha técnica de guerrilha, segundo fiquei sabendo, ele era muito bravo e tinha técnica para treinar, então, ele ganhou respeito e comandava esses 300 guerreiros, não sei quantos guerreiros. Ele que ensinava. Essa senhora presenciou a reunião dele, falando: "Encontrou aqui, tem que matar, tem que deixar dois dias amarrado."

Esse moço andava, segundo fiquei sabendo por meio dessas declarações, de carro pick-up, avião e, ultimamente, ele perdeu a confiança lá, não sei por conta de quê, brigou com o cacique, não sei com quem. Hoje, ele é mecânico lá em Rondônia.

Então, foi esse moço que ensinou e que comandava esses massacres, tudo isso. Havia lá... Há declarações falando que ele estipulava em R$500 por morto; para cada branco que fosse morto ali dentro, era pago R$500. Então, foi descoberto que ele não é nem brasileiro, ele é de outra nacionalidade.

Depois que esse Luiz perdeu a confiança dos índios e saiu de lá, veio um índio de Juína para comandar, para assumir o lugar dele. E parece-me que é ele hoje quem comanda lá.

Os próprios índios foram ouvidos e confirmam que há duas mil pessoas lá dentro, que tem não sei quantas dragas. Isso aqui está tudo declarado.

Existem inquéritos em que caciques, índios são apontados como autores por testemunhas que presenciaram tudo.

Existem também declarações dizendo como é feita a divisão do diamante encontrado, quanto vai para quem, para dono de máquina...

Existem declarações também – as quais depois a Comissão pode requisitar, posso passar documento – com nome de empresários envolvidos na extração ilegal de diamante, que pagariam meio milhão, um milhão para cacique; além de fornecerem as armas para armá-los, davam caminhonete...

Srs. Senadores, desde o início do conflito, oficialmente, morreram 66 pessoas, sendo 64 brancos e dois índios. Esses índios não morreram no interior da reserva, morreram na cidade; um eles, fala-se que foi acidente de trânsito, e outro, foi homicídio mesmo. Foram abertos 21 inquéritos e um processo. Um cacique ia ser julgado na comarca de Espigão d'Oeste pelo tribunal do júri. Não foi possível fazer esse julgamento pela situação na cidade, havia uma comoção muito grande. Nessa ocasião, havia denúncia de uma menina que foi morta, isso nunca foi comprovado, mas havia denúncia que corria na cidade sobre a menina de quem cortaram a barriga para ver se tinha diamante dentro. Então, não havia clima para realizar esse júri.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – Sim, está bem.

Então, foi suspenso, e o pedido de desaforamento está no tribunal para ser julgado em Porto Velho, em outra comarca.

Talvez essa informação seja relevante para V. Exªs aqui: na maioria dos inquéritos, os índios não são ouvidos, porque é oficiado várias vezes o órgão de proteção ao índio, e ele não apresenta o índio. Existe um caso que foi oficiado cinco vezes, não responderam a nenhuma. A Funai não colabora, não posso acusar ninguém da Funai, porque não tenho prova, mas, colaborar com a apuração do crime, com a punição dos culpados, ela nunca colaborou, não.

Constantemente são encontrados, segundo declarações que tenho, corpos de garimpeiros na reserva e são enterrados sem conhecimento das autoridades. Existem denúncias nos autos de que os índios estão armados. Isso é fato notório: os índios estão muito bem armados, inclusive as crianças, segundo consta de declarações de pessoas que moram lá dentro, das cozinheiras que trabalhavam lá, crianças a partir de 12 anos.

De relevante também, há um relatório que a Polícia Federal fez na reserva, no ano de 2000, quando foi feita uma operação para retirar garimpeiros. O delegado da Polícia Federal que comandou a operação fez um relatório em janeiro de 2002 e o encaminhou

para o superintende da Polícia Federal. Ele confirma tudo o que falei e aumenta o número de garimpeiros. Ele falou que havia quatro mil garimpeiros na reserva garimpando, e alerta, já em janeiro de 2002, para um futuro conflito, com mortes. Isso está tudo no relatório que, se V. Exªs quiserem, depois posso lhes passar. Ele fala que os caciques realmente cobravam comissão para a extração do diamante, acusa funcionário público e sugere uma mega operação. Fala também que naquela operação que estava sendo feita lá, gastou-se um milhão, parece-me, e depois ficamos sabendo que na outra semana estava lotado de gente de novo. Quer dizer que não surtiu muito efeito essa operação.

São essas as informações que teria para passar a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Sr. Senador Valdir Raupp, que está funcionando como Relator **ad hoc** da Comissão, para suas perguntas.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Dr. Leonel. O Juiz da Comarca de Espigão D'Oeste tem competência para autorizar uma operação, uma busca e apreensão dentro da reserva?

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – Não, não. É terra da União, é competência federal.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Se negativo, por que a competência do julgamento fica com a Justiça Estadual?

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – No início, estava sendo conduzido pela Justiça Federal porque não havia essa idéia do conflito fundiário que se instalou; era litígio individual. Agora, ficou bem claro. Mas sempre que precisávamos ouvir um índio, ou entrarmos na reserva, pedíamos à Funai. A Funai demorava; às vezes, não respondia o ofício e, quando autorizava, como foi o caso para retirar aqueles corpos, em outubro do ano passado, foi depois de 12 dias. Mas a área é da União, a competência é da União.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – E os processos dos crimes cometidos dentro da reserva, ficarão a cargo da Justiça Estadual ou da Justiça Federal?

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – Eu suscitei um conflito no Superior Tribunal de Justiça para ele dizer se é da União ou não.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Então, não está claro?

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – Ainda não. Esse último conflito que houve lá está sendo conduzido pela Polícia Federal; os outros estão sendo conduzidos pela Justiça Estadual. Mas desses 20 inquéritos, há casos que, na verdade, são da Justiça Estadual. Por exemplo, nessa megaoperação que a Polícia Federal fez em 2002, tirou o pai de um garoto, e o motor ficou lá dentro. Ele foi buscar o motor e foi morto.

Então, parece-me que esse caso é da Justiça Estadual, mas a maioria é da competência da Justiça Federal. É lógico que precisamos esperar o pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça. Mas parece que a competência será da Justiça Federal.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – A situação é tão confusa, Sr. Presidente, que, para retirar os primeiros corpos desse massacre, demoraram oito dias.

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – Com muita dificuldade. Os últimos corpos a serem retirados levaram 13 dias. Foi impossível se fazer a identificação. Nem os peritos, odontólogos, médicos conseguiram identificar as vítimas, dado o tempo que a Funai demorou em dar autorização. Agora, não se sabe de quem é a competência. Porque, quando oficia a Funai, eles mandavam para Brasília decidir. E aí ficava aguardando, aguardando...

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os Srs. Senadores que desejarem fazer alguma pergunta ao Juiz depoente...

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Eu gostaria de saber sobre o que o senhor citou, esse chefe estrangeiro que depois foi substituído por outro índio. O senhor tem conhecimento de quem contrata?

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – Pelas declarações, os caciques.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – São os caciques que contratam?

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – Para limpar, eles dizem. Quem deu a declaração disse que era para limpar a reserva de rodado. Rodado é o garimpeiro que entra sem autorização dos caciques.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – E os garimpeiros mortos nesse massacre são todos garimpeiros rodados?

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – Rodados.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Os garimpeiros que fazem parte desses dois mil, que tem máquinas e tudo, são os garimpeiros autorizados?

O SR. LEONEL PEREIRA ROCHA – Autorizados, sócios. Esses só quando eles fecham e saem. Os que eles matam mesmo, depois os garimpeiros vão conformar aqui, são os rodados, que entram sem autorização. Quando está autorizado, acredito que não há problema. Está funcionando normalmente. Mas já houve casos como o do garimpeiro ali que era autorizado, ficou enquanto era autorizado, depois fechou,

queriam matá-lo também. Mas enquanto estava autorizado, salvo engano não tinha problema não.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Se não há mais quem queria fazer nenhuma pergunta, agradeço ao Dr. Leonel as explicações, que foram muito importantes para esta Comissão.

Depois, caso esta Comissão julgue necessário, pediremos alguma documentação que possa instruir os nossos trabalhos.

Muito obrigado pela sua participação.

Convido agora para prestar os seus esclarecimentos, o Sr. Francisco das Chagas Cortez da Silva.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Francisco das Chagas Cortez da Silva que, segundo as informações colhidas por esta Comissão, é um dos sobreviventes da chacina havida na Reserva Roosevelt. Portanto, o senhor dispõe de dez minutos para fazer seus esclarecimentos. Vamos tentar observar o prazo para termos oportunidade de ouvir os demais.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS CORTEZ DA SILVA – Senhores, muito boa tarde.

Em primeiro lugar, eu queria fazer uma pergunta ao Senador Valdir Raupp. Eu pude ler uma matéria no jornal dizendo que o Senador está dando um certo apoio a um projeto de lei do Senador Romero Jucá que está em tramitação – não sei exatamente como está a situação desse projeto. Segundo meu conhecimento, esse projeto traz condições para que grandes empresas sejam regularizadas e possam trabalhar em terras indígenas. Nesse projeto, não há espaço para nós, garimpeiros, porque, segundo o meu conhecimento, o nosso direito de trabalhar foi excluído. Hoje, não existe uma lei que nos ampare e em que nossa profissão seja reconhecida na sociedade. Se assim for, eu gostaria que esse projeto fosse apoiado pelos senhores, mas que fosse acrescentado nesse projeto uma forma que nos desse condições de trabalhar também e que a nossa profissão seja reconhecida como a de qualquer cidadão.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Eu gostaria que o senhor prestasse o seu depoimento e, no final, quando eu for fazer alguma pergunta, eu posso responder.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS CORTEZ DA SILVA – Tudo bem.

Observando o Sr. Paulo dando o depoimento dele, eu gostaria de esclarecer algumas coisas. O Sr. Paulo é da região de Porto Velho e não tem, segundo eu o ouvi falar, uma real posição para passar para os senhores, em relação a nós, que convivemos lá dentro.

Eu sou um garimpeiro que há quatro anos também trabalho lá dentro. Durante quase três anos, tive um trabalho efetivo lá dentro. Presenciei e acompanhei muitos fatos. Acredito que tenho um amplo conhecimento da realidade do que se passa lá dentro. Dentro do possível, conforme as perguntas forem sendo feitas, irei respondendo, de acordo com meu conhecimento, sobre aquilo que considerarem mais interessante.

Em relação à quantidade de corpos, como o senhor perguntou para o Sr. Paulo, nessa chacina, nós, do Sindicato dos Garimpeiros do Espigão d'Oeste, somamos a falta, entre os que foram resgatados, os 29 corpos, de 64 corpos, sendo que uma dessas pessoas conseguiu sair. Hoje, são 63 corpos ao todo, nessa chacina atual. Essa informação foi colhida pelas pessoas que estavam presentes na hora da chacina.

Quero rebater a questão, que sempre vem sendo discutida aqui, sobre uma questão de conflito. Lá dentro, na reserva, nunca houve um conflito. Isso, para mim, está fora da realidade, porque não é possível que haja um conflito e só de uma parte tenha pessoas sendo mortas constantemente. Durante esses três anos, somente morrem garimpeiros. Então, devem reconhecer isso. Inclusive, a mídia tem divulgado constantemente que há conflito. Lá não há conflito. Eu sou contra isso e me sinto prejudicado.

Eu quero passar para vocês uma questão que foi colocada aqui sobre os interesses da comercialização do diamante. Diante da atualidade que está acontecendo, desde que Valter Bloss foi designado para acompanhar as ações lá dentro e instruir os índios da forma como hoje acontece, houve um acerto entre Valter Bloss e compradores, grandes compradores de diamante. Após a chegada de Valter Bloss foi aberta uma pista de avião dentro da aldeia de João Bravo. Na região existem hoje quatro pistas de avião operando, certo. Duas foram abertas depois da chegada de Valter Bloss. Uma fica dentro do garimpo, e outra fica na aldeia do João Brabo, conhecido como índio João Brabo. Também na aldeia do Ruço, que é a aldeia do Pio e outra do Tenente Marques. Isso para facilitar a negociação do comércio do diamante.

Sobre a questão da permanência do garimpeiro trabalhando lá dentro, realmente há um acerto entre o pessoal da Funai e os índios, e lá só ficam as pessoas de interesse da Funai e dos Índios.

Quando alguém dessas pessoas passa a não servir mais para ele, são retirados, e eles colocam outros, porque lá, segundo informações dos índios – eu estou fora há um ano e pouquinho, não estou mais tendo acesso lá dentro, para trabalhar – de todas as máquinas dos índios que lá são montadas para traba-

lhar, como acertado entre os índios e a Funai, o Valter Bloss fica com 25% da produção.

O acerto da comercialização cabe ao Valter Bloss, e só descem lá dentro de avião pessoas que têm acerto com o Valter Bloss, porque ele tem, fora desse acerto com os índios, parceria com o valor comercial do diamante.

Quando um garimpeiro, por exemplo, está trabalhando lá dentro e esse garimpeiro tem um conhecimento do valor comercial do diamante atrapalha o comércio dele. Geralmente, ele quer comprar o diamante bem abaixo do custo para que ele passe a ganhar mais diante do comprador. Geralmente isso dá conflito entre o índio e o comprador, porque o garimpeiro orienta o índio no valor que ele tem costume de vender certa pedra. Na hora do negócio, entra em contexto a situação. Muitas vezes, os garimpeiros são expulsos e maltratados pelo próprio Valter Bloss.

Quero colocar aqui sobre a dificuldade da Polícia Federal entrar lá dentro para resgatar os corpos. Há um grande interesse na Funai para que o número de pessoas assassinadas lá dentro não venha despertar o conhecimento da Nação, porque, enquanto isso, eles estão trabalhando livremente, e a coisa está acontecendo normalmente.

Então, geralmente o Valter Bloss passa para a Polícia Federal, que também acredito que tem – acredito, não; tenho certeza – conivência com a situação. Eles passam para os agentes federais que pode haver conflito entre os índios.

Disso eu discordo, porque vivi lá dentro e sei a forma como os índios agem. Isso não passa de um... A Funai – como posso falar – coloca medo nos agentes da Polícia Federal para que eles passem a ter medo do índio em conformidade de um confronto, enquanto eles vão trabalhando livremente, e nada acontece.

O pessoal da Polícia Federal tem medo de ir lá dentro e fica com medo de ir até lá e ser atacado pelos índios, com medo de perder o emprego. Ao contrário, há outros agentes federais que têm acerto. Fui convidado a ir até lá mostrar os corpos. Estava recente. Sobrevoei a área, tendo em vista o meu conhecimento, e mostrei: aqui estão os corpos. Solicitei que requisitassem ao menos três garimpeiros que pudessem estar presentes para mostrar e comprovar a realidade, quantos corpos existiam na região. Os garimpeiros sabem onde estão. Nós sabemos. Ele se negou não sei o porquê. Disse que sua equipe era competente e que, se não tivesse sucesso na operação, requisitaria algum de nós para ir lá mostrar. Até agora não houve. Já solicitamos, mas não houve resposta.

Acredito que essas dificuldades estão acontecendo porque não querem que vamos lá provar. Há muito tempo, a gente vem denunciando de todas as formas no Estado. Nossas denúncias são recebidas como mentirosas. Depois dessas duas vezes em que mataram pessoas lá dentro, fomos lá e comprovamos a realidade. O que está acontecendo atualmente ainda não está comprovado de fato. Isso despertou todos para a realidade. Toda a mídia está divulgando, apesar de sair um pouco distorcido. As pessoas estão começando a tomar conhecimento.

Quero falar, agora, sobre minha situação lá no Estado. Nosso Governador esteve em Espigão do Oeste assim que aconteceu a chacina. Houve várias discussões. Prestei um depoimento diante do Governador. Foi gravada uma fita. Acredito que, talvez, V. Exªs tenham uma cópia desta fita aqui no Senado. Ele falou-me que tinha enviado umas cópias – e não sei se V. Exªs têm em mãos – para os Deputados. É um relato sobre a situação de lá. Depois de eu ter sido ouvido, o Governador entendeu que eu deveria ficar sob a proteção da Justiça.

Na realidade, creio que a minha situação com relação à proteção, a partir de minha vinda aqui – não só a minha como a de outras pessoas –, vai ficar bastante complicada. No ano passado, prestamos depoimento a uma CPI do Estado. Está aqui a documentação dos depoimentos e das pessoas que lá depuseram. Uma dessas pessoas já foi assassinada. A outra sofreu uma tentativa de homicídio. Hoje, vive sob a guarda da Justiça.

Nossa situação, no Estado, não é diferente. Diante de todos os fatos que aconteceram, sempre fomos discriminados como assassinos e desclassificados. Como garimpeiros, reconhecemos que aqueles que desconhecem nossa profissão, nosso trabalho, acham que realmente somos criminosos, assassinos, o que não é verdade.

É meio longo o meu depoimento. Quero passar aos Senadores que, devido a minha convivência com aquele pessoal, tenho um esclarecimento bem maior do que o que exponho aqui. Não tenho tempo para expor-me da forma que entendo necessária.

Desde que V. Exªs entenderem que é interessante, estou à disposição, e talvez, conforme os senhores quiserem, posso vir outras vezes aqui. Está certo?

Gostaria de dizer que, atualmente, essas mortes que estão sendo cometidas lá são o seguinte: há muitos garimpeiros que entram lá, levados pelos índios, acertados para irem trabalhar, porque os índios, em si, não sabem realmente operar as máquinas. Eles passam o tempo todo gastando o óleo diesel que vai lá para dentro, mas ele depende da mão-de-obra do garimpeiro. E a Funai não permite que todos os índios tenham garimpeiro.

Então, os índios, como não produzem, certamente levam pessoas lá para dentro, escondem essas pessoas no mato, e, à noite, essas pessoas saem para trabalhar. O índio fica sustentando com o alimento lá e, à noite, vai lá buscar e pôr para trabalhar.

E, quando índios de outras máquinas, de outras aldeias, descobrem, denunciam, esses outros índios vão lá e autorizam a execução. E essas pessoas são assassinadas lá, por quê? Estão escondidas no mato, esperando eles virem buscar para trabalhar e, quando vêem, são executados, porque são inocentes, esperando que venham para trabalhar, e é uma execução. Assim que acontece.

Gostaria só de colocar aqui uma situação que ficou meio censurada para mim, durante o vôo que fiz, para mostrar a área onde estavam os corpos. Durante o vôo, ouvi do delegado responsável pela operação, na área, comentando com uma outra pessoa que estava conosco no avião, que, se nós, por exemplo, tivéssemos matado um índio, como estaria a situação no garimpo. Aquele garimpeiro falou um palavrão? Falou. Aí aquele garimpo ia parar e como eles iam fazer? Ele demonstrou para mim que não há interesse que o garimpo pare e que continue operando, certo?

E fiquei surpreso, porque pensava que ali estavam indo pessoas sérias para resolverem o problema, por meio da Justiça, mas, com aquilo, demonstrou fraqueza, dando todo o apoio para o garimpo funcionar daquela forma.

E, hoje, está lá o Exército segurando as fronteiras, e o garimpo operando normalmente.

Se alguém tiver alguma pergunta, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Vou responder à pergunta que o Francisco fez no início, quanto ao Projeto de Lei do Senador Romero Jucá.

Na verdade, o Projeto de Lei do Senador Romero Jucá já foi aprovado no Senado, já está na Câmara dos Deputados há algum tempo, creio que há mais de ano, e autoriza a extração mineral nas reservas indígenas, ou por meio de mineradoras ou por meio de cooperativas, sejam elas cooperativas dos índios ou cooperativas dos garimpeiros. Não somos contra a extração mineral em reserva. Isso deve ser regulamentado, o mais rápido possível, para acabar com esses conflitos.

Agora, o que não podemos, e acredito que o Governo Federal não vá regulamentar dessa forma, é autorizar a garimpagem indiscriminada. Porque onde entram 100, entram 1.000; onde entram 1.000, entram 5.000. E não podemos também admitir que, daqui a pouco, haja 5.000 ou 10.000, como já houve, lá no Garimpo do Roosevelt, 4.000 garimpeiros garimpando na reserva. Aí, depois, começaram a entrar os grandes, com máquinas pesadas, e foi diminuindo o número de garimpeiros.

Então, é inadmissível também que uma reserva indígena se transforme numa Serra Pelada. Isto é uma coisa bastante difícil de se conceber, uma abertura geral para a garimpagem. Porque aí não vão ser só os garimpeiros de Rondônia. Seria muito bom que pudessem ficar só os garimpeiros de Espigão do Oeste, de Rondônia, dentro do garimpo da extração mineral. Aí, vai garimpeiro de São Paulo, como, lamentavelmente, morreram rondonienses, mas morreram também pessoas de outros estados, cujas famílias, depois de resgatados os corpos, foram lá para prestar homenagem aos seus entes queridos.

Então, se abrir o garimpo, vai ser uma explosão, vão ser 10.000, 20.000 pessoas lá, e aí a coisa fica muito complicada!

Entendemos que essa regulamentação deva ser, ou por meio de cooperativas, de índios, de garimpeiros, porque, se você autoriza para a cooperativa de índios, por que não autorizar para cooperativa de garimpeiros, com número reduzidos de pessoas?

Uma pergunta que gostaria de fazer ao Francisco, se desdobrando em duas ou três respostas é a seguinte: o senhor chegou a ser uma pessoa de confiança dos índios, ficou lá por um bom tempo na reserva, dentro da aldeia. Assisti a parte do seu depoimento na Câmara dos Deputados e até entendi que lá o senhor colocou mais conteúdo no seu depoimento do que aqui neste momento no Senado. Talvez o tempo até tenha sido maior em função do tempo o senhor não pôde expor tudo o que aconteceu lá.

De que forma você entrou na reserva e adquiriu confiança dos índios e assistiu inclusive a execuções e barbaridades feitas com mulheres, trabalhadoras que lá estiveram e por que você saiu e o que faz hoje fora da reserva?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS CORTEZ DA SILVA – No começo do garimpo, eu procurei os índios e fiz um acerto com eles e comecei a trabalhar com eles e daí para frente o meu conhecimento cresceu, porque eu já conhecia alguns índios de Juína e, conforme o tempo passava, eles adquiriam em mim uma certa confiança. Então, aquilo para mim às vezes era prejudicial, porque passei a bancar a alimentação e manutenção da caminhonete deles, e me passavam a cobrar demais e paravam quase mais na minha casa do que na aldeia. Então, eu tinha uma despesa muito alta com eles, e isso foi a questão de estar constantemente no meio deles trabalhando com eles.

Sobre eu ter saído de lá, isso aconteceu porque eu não fiz parte dos acertos feitos entre Walter Bloss e os índios. Então, ele preferiu tirar aquelas pessoas lá do Espigão do Oeste, porque essas pessoas futuramente poderiam estragar a forma de negociação deles. Então, eles pegaram muitas pessoas para trabalhar lá de Minas Gerais... Lá existe um hotel em que se hospedam muitas pessoas de Minas Gerais, e as pessoas de Espigão do Oeste e Cacoal, talvez duas ou três pessoas foram contempladas e lá permanecem até hoje trabalhando junto com eles, mas nós mesmos... Eu fui excluído, e eles pregaram uma forma de doutrina para os índios que, mesmo tempo acerto com a gente há muito tempo, eles se afastaram da gente.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Parece que o senhor falou no começo que já estava fora há mais de um ano da reserva, mas o Walter Bloss não tem um ano que está lá?

Concedo o aparte ao Deputado Paulo Elifas.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS CORTEZ DA SILVA – Assim que parou o garimpo, ele chegou. Quando ele chegou, fez todos os contatos e reuniões com os índios e daí para frente fui excluído, assim como outras pessoas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Sr. Francisco, gostaria de um esclarecimento. Tanto o senhor quanto o Presidente do sindicato têm enfatizado sobre a coordenação, do gerenciamento das ações do garimpo por meio da Funai, sobre o Walter Bloss. Gostaria de saber se há outras pessoas que são funcionárias da Funai dentro da área de garimpo e se realmente alguém, algum dos garimpeiros que estavam lá, como esses que foram rodados, tiveram oportunidade de negociar pedras de diamante com esse cidadão, o Walter Bloss.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS CORTEZ DA SILVA – Em relação aos garimpeiros rodados, eles não negociam com Walter Bloss, porque este exclui os garimpeiros de lá. Então, o índio, quando faz um acerto com um garimpeiro, separado, como esse que o senhor está falando, têm alguns, a minoria, que são privilegiados. Estar do lado do Walter não tem problema. Mas esses outros que citei têm que ficar escondidos no mato, produzem o diamante e nem pegam o diamante. Agora, o rodado, o trabalho manual, que é outra classe, que trabalha separado do índio, aí, sim, como ele colocou, que ele morre, ele mata, eles vão. Só que no meio desses rodados, aqueles garimpeiros que estão trabalhando escondidos com índio, só trabalham à noite, eles fazem grupos e, durante o dia, ficam no mato, porque são conhecidos, certo? Junto com rodado também. De repente, eles estão lá esperando até um outro índio precisar de outro garimpeiro para vir e ele ter a oportunidade de, de noite, trabalhar e pegar umas pedrinhas lá. E muitas vezes acontece de outros índios, que são várias aldeias, descobrirem e, como citei, vão lá e executam todos. E aquele que foi levado por um índio morre, e aquele que não foi morre também.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Então, o senhor quer dizer que têm garimpeiros que estão agenciados pelos caciques e pelos funcionários da Funai, e também garimpeiros que outros índios da etnia lá, outros que não são chefes, não são caciques, que também protegem esses garimpeiros, e que ainda têm outros garimpeiros que entram dentro da área sem autorização de ninguém que vão por sua conta e risco, é isso?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS CORTEZ DA SILVA – Exatamente.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Uma segunda questão: esses garimpeiros que garimpam sob a custódia desses outros índios, que não são chefes, que não são caciques, e os rodados comercializam o diamante com quem? Com esses compradores internacionais ou eles retiram esse diamante da reserva e comercializam dentro da cidade de Espigão do Oeste ou de Cacoal. Ou se lá no Espigão do Oeste existem compradores que fazem a compra simultânea dentro da Funai e também dentro do Município.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS CORTEZ DA SILVA – Primeiro vou explicar a situação do garimpeiro que trabalha com índio. Este garimpeiro não fica com o diamante. Quem fica com o diamante é o índio. Aí esse índio – lá tem um grupo dos índios mais inteligentes, mais habituados; tem índio lá como o Pio, o presidente, tem o João Bravo, o Ita, o Panderê – geralmente negocia com outros índios; esses índios compram o diamante daqueles índios mais despreparados, que não têm conhecimento. Aí eles formam o lote só entre a liderança. Aí na hora da venda, quem está assessorando é Valter Bloss, lá o comprador desce. Hoje, acho que não desce, não é possível que ele está descendo hoje lá dentro de avião. Então, na hora, Valter Bloss acompanha a venda e faz toda a negociação dentro da aldeia. Desce na aldeia e compra os diamantes e vai embora.

Agora, quanto ao rodado, ele vai lá dentro e, quando tem sucesso, que ele pega, uma, duas, quatro, cinco pedrinhas, ele vem na rua e vende. Lá existe compradorzinho pequeno, e tenta sobreviver também com pouco dinheiro e compra aquela mixaria. Agora, o lote grande, quem vem de fora descia, antes dessa operação, direto dentro. E quem tem contato direto é Valter com os compradores.

Agora, antes do Valter ir pra lá, houve vários compradores que iam lá, compravam e negociavam com tudo mundo. De qualquer parte do mundo que vocês imaginar, ia comprador lá.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não havendo pergunta a ser feita ao seu Francisco da Chagas, indago se ainda quer acrescentar alguma coisa ao que já falou, esclarecendo que esse depoimento, embora tenha um tempo limitado, pode ser que, em indo a Rondônia, como iremos, ou mesmo amanha, se for o caso, poderemos solicitar novos esclarecimentos seus. Mas se você tiver algum esclarecimento para concluir, pode usar.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS CORTEZ DA SILVA – Não, eu tenho assim uma fonte de informação muito extensa, mas, de acordo com o que pude expor aqui, há outros companheiros que também desejam expor, e vão ser convidados. Gostaria de deixar o tempo para eles. Se V. Exªs acharem interessante algum esclarecimento futuro, estou à disposição a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Gostaria de agradecer e, caso V. Sª tenha algum documento que considere importante encaminhar a esta Comissão, V. Sª pode se dirigir à Secretaria depois, com calma.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS CORTEZ DA SILVA – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido para prestar seus esclarecimentos o Sr. Gilton Muniz Simões, Delegado Sindical.

O SR. GILTON MUNIZ SIMÕES – Exmº Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Sr. Relator, Senador Valdir Raupp; demais Parlamentares, acredito que os garimpeiros, especialmente os que residem no Estado de Rondônia, estão iniciando uma batalha em que os pequenos tomaram coragem e vai ser mudada a história do País. O Governo Federal aplicou R$6 milhões para fazer essa Força-Tarefa que está lá no Estado. Apenas para V. Exªs terem idéia, a Força-Tarefa bloqueou todas as entradas do nosso Município. A nossa cidade está quase indo à falência. O Governo Federal colocou essa Força-Tarefa lá para, em primeiro lugar, buscar os corpos que ainda se encontram ali. Temos certeza disso. No entanto, os nossos munícipes que ali se encontram, em cada barreira que há, têm que ser identificados e revistados se têm armas. Os nossos munícipes que vão para a faculdade, tanto na ida, quanto na volta, passam por esse mesmo problema.

Pergunto: R$6 milhões para fazer o quê? Não sabemos. Hoje mesmo recebi um telefonema de um garimpeiro que saiu de dentro da reserva. Ele me disse que, lá dentro, estava até melhor para se trabalhar porque estava tudo cercado e podia trabalhar tranqüilo. Ele estava há 20 dias lá dentro, veio ver a mulher e os filhos dele e voltaria na segunda-feira.

Estamos lá com 34 corpos dessa chacina de pessoas filiadas ao sindicato e mais uns tantos que não são filiados. No entanto, a Polícia Federal, até hoje pela manhã, ainda não havia feito a varredura dentro da reserva para retirar os corpos. Hoje, o que queremos é que retirem os corpos que ali se encontram. Não os corpos, as carcaças humanas. É lamentável aos companheiros que já apresentaram os fatos e aos sobreviventes que estão aqui e ainda vão falar que providência nenhuma foi tomada porque continua do mesmo jeito ou até melhor.

Excelências, falei há poucos instantes, na Câmara, que ainda acredito nos políticos do nosso País. Gosto muito de política; não pretendo ser político, mas amo a política e sei que, neste País, tudo se faz por meio da política.

Se V. Exªs, agora, não resolverem a situação, não somente do Laje, mas de todos os Estados da Federação, V. Exªs podem ter certeza de que, assim que acabar os R$6 milhões, que foram enviados para lá para não se fazer nada, que é o tempo de 180 dias para acabar essa Força-Tarefa, não serão mais 100 ou 64 garimpeiros, mas tenho certeza de que serão mais 200 garimpeiros que provavelmente serão mortos, porque tenho certeza de que essa nova geração de garimpeiros não matarão índios, porque só se preocupam com trabalho; só se preocupam em colocar o alimento em seus lares. Tanto isso é verdade que, até a presente data, graças a Deus, nunca foi morto um índio por problemas de diamante.

O Governo Federal sempre tem se preocupado com algumas coisas no País, mas tem se esquecido das riquezas que estão no subsolo. Nós, garimpeiros, não queremos intrigas ou inimizade com nenhum índio, porque nunca, nenhuma vez, tivemos nenhum conflito com os índios. Ao contrário, estávamos ali, em Espigão, em harmonia. Éramos todos amigos. Creio que ainda somos, porque a nossa esperança é trabalhar ali dentro. A nossa esperança é trabalhar ali, no Laje. A forma que vamos trabalhar no Laje compete a V. Exªs, porque são V. Exªs que fazem as leis e que também podem derrubar as leis. Nós só queremos é trabalhar em parceria, porque, antes, trabalhávamos em parceria. Por que depois desse conflito não podemos trabalhar em parceria? É claro que podemos!

Tem um ditado que fala que "tem jeito para tudo; só não tem para a morte, porque depois de morto ninguém faz mais nada. Eu acredito em cada um dos senhores. Eu acredito nos políticos. Essa questão não é

questão de os senhores tratarem para daqui um ano, um ano e meio, ou quando chegar o final do pleito dos senhores. Essa é uma questão para agora. Essa questão não pode ficar no esquecimento, para daqui a 30, a 60 dias, não, porque a barriga do povo dói, porque se o camarada estiver com os seus familiares passando fome, ele entra lá. Ele não quer nem saber se ele vai morrer. Ele entra, Senador, como tem entrado.

O Governo Federal sabe das limitações dele. A área é muito grande e muito rica. Eu sempre tenho falado para os meus companheiros lá que devemos acreditar nos senhores; mas o tempo é muito curto para que esse povo possa esperar cinco, seis meses, para sair uma decisão.

É só o que eu tenho a falar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Deputado Paulo Elifas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Entendo que a grande questão hoje, após essa chacina em Espigão do Oeste, na reserva, é a questão de que essa Força-Tarefa, Sr. Presidente, foi designada realmente para que trouxesse primeiro a tranqüilidade naquela área onde aparentemente existia o conflito. Pelo depoimento e pelos corpos, na realidade, hoje sabemos que foi uma tragédia, uma grande chacina que cometeram contra os garimpeiros. E também essa questão de que o crime assumido pelos índios parece que foi promovido, catalisado pela influência de pessoas não índias que pertencem à própria Força-

Tarefa designada para colocar ordem naquela área.

Sabemos que o garimpo dentro da área indígena é proibido tanto para o índio quanto para o não-índio. Então, existe um conflito da ilegalidade, uma etnia garimpando, trazendo garimpeiros para fazer o serviço que eles não conseguem desempenhar com destreza; e um conflito por garimpeiros que adentram a área não legalizados por esse aparente poder, essa aparente organização efetuada entre a Funai ou a Força-Tarefa e os índios, que compuseram uma espécie de domínio sobre a área do Roosevelt, para garimpagem e benefício próprio, em conivência, provavelmente, com compradores e traficantes de pedras preciosas.

O que nos causa muita estranheza é o fato de que essa Força-Tarefa, designada para ir à reserva após essa chacina, deveria estar fazendo realmente uma varredura dentro da área no sentido de proibir, extensivamente, qualquer tipo de garimpagem, até que se colocasse essa questão em estudo, para viabilizar, como disse o Senador Valdir Raupp, uma situação de organização do garimpo, de como deveria ser realizado, premiando tanto os índios, que são detentores da reserva, como também os garimpeiros, que exercem uma profissão legal e tão importante, principalmente num País hoje com tanto problema de desemprego.

Nós, desta Comissão, e eu gostaríamos de pedir ao Presidente que fizesse uma solicitação ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, porque até agora essa Força-Tarefa não proibiu ou evacuou essa área, retirando dali os maquinários que estão dentro hoje exercendo atividade ilegal. E como dizem os depoentes, fazendo isso na surdina da noite, num evidente acinte à lei e também cometendo uma grande injustiça para com esses garimpeiros que foram retirados da área dessa maneira tão cruel e violenta.

Então, precisamos ressalvar o direito da posse daquela reserva indígena aos índios, mas também temos que ressalvar o direito dos brasileiros, desses garimpeiros que dedicam a sua vida à lavratura, produzindo riquezas para a Nação, para que eles possam exercer a sua atividade, os índios possam ter lucro com essa atividade e que o Brasil também ganhe com a venda dessas pedras preciosas.

É muito importante que o Senado, a Câmara, o próprio Governo se atenham com muita rapidez, porque, como disse o Delegado Sindical, a barriga vazia desses garimpeiros vai começar a roncar, e tenho certeza de que, brevemente, milhares deles vão entrar nessa área, que é muito extensa, e vamos ter, não chacinas, mas realmente grandes conflitos, que podem trazer perdas, tanto para o lado dos indígenas, quanto para o lado dos garimpeiros.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Sr. Gilton Muniz, o senhor um dia falou que fazia transporte para garimpeiros. E esse transporte era só de mercadorias ou era de máquinas também? E o senhor tem conhecimento da quantidade de máquinas pesadas que existem dentro do garimpo e se essas máquinas entravam com autorização dos índios? E, pelo que me consta, hoje, a grande maioria dessas máquinas já está em poder dos índios, e os próprios índios estão operando essas máquinas. O senhor tem conhecimento de que os próprios índios estão operando essas máquinas? E se elas hoje estão funcionando ainda a pleno vapor?

O SR. GILTON MUNIZ SIMÕES – Como o senhor sabe, tudo que acontece dentro do Lage, dentro daquela região, temos conhecimento. Ali não acontece nada que a gente não saiba. Acontece uma coisa hoje, amanhã chega um garimpeiro e conta para nós. Ouvi o relato de um garimpeiro, que ele vendeu a casa dele, foi morar de aluguel, comprou um maquinário e levou para lá. Com 5 dias que ele estava lá dentro, ele não tinha nem terminado de assentar a máquina, o garimpo

fechou e ele perdeu tudo. Hoje ele mora de aluguel. E hoje esse garimpeiro é rodado.

E assim, Srs. Senadores, não é só esse caso. Existem centenas. Tenho um companheiro que conheci, ele hoje está em Roraima. Ele trouxe para Espigão uma máquina PC e fiz muito frete para esse rapaz, Sr. Joaquim. Transportei para ele: óleo diesel, peça para essa máquina, transportei também alimentos. E quando fechou o Laje, no dia 25 de janeiro de 2003, fechou a garimpagem para todos os brancos. No dia 30, chegou a Força-Tarefa na região. Acontece que, quando fechou o garimpo, teve uma promessa que, com 15 ou 20 dias, o garimpo seria aberto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero comunicar que haverá votação nominal neste instante no Plenário, porque já começou a Ordem do Dia. Então, peço desculpas, pois teremos que suspender a reunião, porque o Regimento do Senado manda que, começando qualquer votação nominal na Ordem do Dia, temos que interromper as reuniões de qualquer comissão.

Então, vamos suspender essa reunião e, se houver tempo, ainda retornaremos hoje. Se não, avisaremos aos depoentes se faremos isso amanhã, pela manhã, e o horário adequado.

Obrigado.

(A reunião é suspensa às 17h03min do dia 05/05/04 e reaberta no dia 06/05/04.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro reaberta a 6ª Reunião da Comissão Temporária Externa, do Senado Federal.

Convido o Senador Valdir Raupp para funcionar como Relator **ad hoc**, até a chegada de nosso Relator, que já está a caminho. Convido, também, o Sr. Gilton Muniz Simões, que estava depondo ontem quando interrompemos essa reunião, para tomar assento à mesa e prosseguir com os seus esclarecimentos.

O SR. GILTON MUNIZ SIMÕES – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Valdir Raupp e demais pessoas aqui presentes. Para continuar nosso trabalho de ontem, passei um documento, uma carta, para o Senador, com algumas reivindicações que os garimpeiros daquela região de Espigão do Oeste, Pimenta Bueno e Cacoal estamos pleiteando.

Também estamos pleiteando, Srs. Senadores, que todos os sindicatos de todos os Estados possam se reunir e trazer a esta Casa as nossas reivindicações para que os senhores possam trabalhar sobre elas. Sabemos que, tanto o Senado quanto a Câmara, procuram um novo meio para que se possa extrair o minério de nosso País.

O que tenho a falar é que peço, mais uma vez, a esta Casa, que entre em entendimento com o Diretor-Geral da Polícia Federal para que o nosso município não continue sofrendo da forma como se encontra hoje e que se possa adentrar na reserva.

Ontem, recebi uma ligação; novamente, recebi outra ligação hoje, pela qual soubemos que se encontra da mesma forma: o pessoal trabalhando e nada sendo feito. Peço aos Srs. Senadores que entrem em contato com o Diretor-Geral da Polícia Federal e perguntem para ele por que ainda não foi feito o trabalho para o qual eles foram designados: a retirada dos corpos e parar com todo o serviço de garimpagem que lá se encontra. Da forma como está, não está sendo resolvido nada. Se parar o serviço de garimpagem até que esta Casa possa achar uma solução, acredito que é assim que deve ser feito. Da forma em que está – com a Casa aqui procurando meios para que sejam solucionados os trabalhos, e lá continuando a trabalhar –, não se resolve nada. É capaz de até acontecer algum conflito mesmo.

É tudo o que eu tenho para falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a participação do Sr. Gilton. Convido, para o seu depoimento, o Sr. Walter da Silva.

O SR. WALTER DA SILVA – Boa tarde, senhores. Queria falar poucas coisas. Queria pedir ao Senador que eu queria falar fechado. Não queria falar aberto para a câmera, se for para mim *(sic)* fazer a denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Atendendo à solicitação do depoente, solicito que...

Para avançar os nossos trabalhos, vamos inverter a ordem. Vamos ouvir os demais e, ao final, ouviremos o Sr. Walter, já que ele quer falar reservadamente.

Portanto, a Comissão vai atendê-lo, Sr. Walter.

Convido então o Sr. Antônio Rosa de Carvalho.

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Boa tarde a todos.

O que tenho a dizer é que entramos lá na reserva para trabalhar liberados pelos índios. Saiu no jornal que nós podia trabalhar, de uma área, chamada Lucas Preto, para baixo. Só não era para nós ultrapassar aquela área, mas, para baixo, nós podia trabalhar à vontade que não tinha perigo, era só para nós se livrar da Funai. Nós, se livrando da Funai, podia trabalhar à vontade, só que nós tinha que esconder da Funai. Os índios liberou, o cacique... E aí nós fomos surpreendidos lá. Eles falaram: nós vamos deixar branco trabalhar, porque branco vem e descobre o minério. E aí, na hora que eles descobrir, nós tira eles e toma conta da área que eles acharam.

E aí nós tava trabalhando tranqüilo, ninguém esperava aquela reação deles, porque eles tinham liberado, só não era para nós ir na área onde que eles tavam com o maquinário trabalhando que era para não ver o que estava acontecendo.

E aí, do jeito que eles pediram, nós tava fazendo, nós tava uns 15km longe da área que eles estavam trabalhando. E aí nós fomos surpreendidos lá por eles com arma de todo calibre, agente da Funai junto e o branco, que estava vestido com a farda da Funai, gritava: "Não corre, não, magote de branco filho da puta. Nós vamos matar é tudo". Ele gritava.

Só que a gente não pode citar o nome porque, naquela correria, a gente não teve jeito de ver quem era quem; a gente só viu pelo emblema da jaqueta que era agente da Funai.

De lá, o que tenho a dizer é só isso.

A gente queria um apoio de vocês para ver a nossa situação, que se encontra difícil. A gente até fome está passando lá, na espera desse trabalho. Nós não temos apoio de ninguém.

Então, a gente está caçando um apoio com vocês para que a gente possa trabalhar honestamente. Nós quer que todo mundo pega seu direito. Nós quer que o índio receba o direito que ele tem. O País também receba aquilo que é do País, que está sendo jogado fora, está indo para fora tudo sem ninguém ter direito a nada. Só quem está tendo esse direito só é o pessoal de fora, os contrabandistas que estão levando o diamante do nosso País.

É só o que tenho a pedir a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Eu gostaria de fazer uma pergunta de cada vez para que o senhor possa responder. O senhor estava no local lá na reserva, no garimpo, no dia em que houve o conflito e as mortes dos garimpeiros?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Eu estava e eu corri. Do meu lado, foi baleado um; ele caiu, acho que já caiu morto. Outro foi baleado também; ele correu baleado no pé. Depois, voltamos lá e vimos o sangue. Eles já tinha pegado os corpos, já tinha enterrado. Aí dois corpos nós achamos dentro do mato; eu vi dentro do mato, que é do senhor de Parazim, e o outro não conheço – o Parazim é conhecido meu. E esse corpo eu acho que ainda está lá até hoje, porque não está incluído naqueles que pegaram lá no baixo, não.

Depois do tiroteio, nós voltamos e vimos, em todo lugar, as poças de sangue, na varação que a gente vinha embora. A gente andava e em determinado local tinha roupa rasgada, jogada fora, flecha cheia de sangue, capa de bala de todo calibre e onde eles arrastaram para o mato. Mas já estava de noite, nós não tinha lanterna. Nós saímos de lá de noite, passamos por "riba" de toco, cobra. Tínhamos que sair à noite; o único tempo que tínhamos para sair de lá era a noite. Durante o dia, não podia transitar...

Na beira de uma grota, tinha um monte de bagaceira. Não gosto nem de citar, parece que eles estupraram os caras que eles vinham trazendo. Uma coisa esquisita.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Durante quantos dias você esteve lá no garimpo?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Estive lá durante uns 19 dias.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Desses 19 dias vocês não receberam a visita de nenhum índio?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Não.

A visita que recebíamos lá era de gente que trabalhava com eles, porque trabalhávamos à noite. Talvez durante o dia eles iam lá, ficavam por lá e voltava de novo lá para o serviço onde eles trabalhavam.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Vocês entraram por conta própria, ou foram levados pelos índios?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Entramos por conta própria. Mas naquele sentido que falei, que eles tinham liberado para trabalharmos, mas não era para ultrapassar aquela margem do Luca Preto para cima. Do Luca Preto para baixo, nós podia nos virar.

Enquanto estávamos trabalhando e não estava achando nada, não tirava nem o da comida, a gente ficava o tempo todinho indo e voltava. Pedia para um, pedia para outro; um entrava com R$50, outro entrava com R$20, e aí comprava a comida para a gente voltar de novo para trabalhar. Não tínhamos outro serviço para fazer. Estávamos praticamente passando fome.

O lugar que temos que arriscar nossa sorte é nessas grotas, procurar uma grota até achar essas grotas com esse diamantizinho. Inclusive o diamante que achei sempre deixava ele amarrado dentro da rede; esse diamante eles levaram também, dois diamantinzinho que tinha lá.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Quantas pessoas mais ou menos tinha no dia?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – No dia lá tinham umas 250 pessoas.

O SR. RELATOR AD HOC (Valdir Raupp) – Você conseguiu escapar?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Consegui escapar. Quando eles começaram o tiroteio que os caras caiu, eu caí para o chão e saí arrastando,

saí por baixo; se eu tivesse tentado sair em pé, tinha morrido também.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Como não há mais ninguém que queira fazer nenhuma pergunta, agradeço a participação do Sr. Antônio Rosa de Carvalho.

Registro na Comissão que o Sr. Antônio Rosa estava no momento da chacina e é um dos sobreviventes desse episódio.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Paulo Elifas.

O Sr. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Sr. Antônio, vocês entraram dentro da área por conta própria. Essa área fica dentro da Funai ou é fora da Funai?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Dentro.

O PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Fica quantos quilômetros do garimpo?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Estávamos a uns quinze quilômetros.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Você falou aí que você viu pessoas identificadas com uniforme da Funai e que ameaçaram vocês?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – É, eles gritavam: "Não corre não, magote branco filho da puta."

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Antes do ataque?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Não. No meio do ataque. A gente correndo e escutando os gritos deles.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Essas pessoas com uniforme da Funai eram brancos?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Branco.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Não eram índios?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Lá tinha; tem índio também que é da Funai.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Em quantos eles eram?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Índio eram dois.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Vocês conheceram esses?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Não. Uma que não tenho muito acesso com esse pessoal. A gente vê eles no local lá, mas de conversar com eles, saber quem é quem, eu não conheço.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Se vocês virem eles, você reconhece cada um deles?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Se eu vê eles, eu sei quem é.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Junto com eles estava esse Valter Bloss?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – O Valter Bloss não vi. Uma que não conheço, já vi pessoalmente.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Quer dizer que na realidade eles atacaram em dois homens e vocês estavam em 250?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Dois homens, não. Eles eram em 60 mais ou menos. Dois brancos só, o resto era tudo índio.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Dois brancos e o resto tudo índio.

Os brancos vinham na frente e estavam armados?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Era tudo misturado. Sempre tinha um branco num setor aqui e no outro setor.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Mas os índios estavam armados com armas de fogo só?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Eles estavam armados com espingardas calibre 12, repetição; 380, eles tinham metralhadoras e fuzis também.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Esse ataque foi durante a noite?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Foi às 11h10min. da manhã. O cara olhou no relógio e me contou a hora que começou o ataque.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Quantas pessoas morreram naquele ataque?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Naquele ataque? Calculo terem morrido de 80 a 90 pessoas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Vocês voltaram ao local?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Nós voltamos ao local, mas eles tiraram os corpos do local. O tiroteio começou às 11h da manhã e durou até às 3h da tarde.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Vocês estavam cercados?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Não, corremos para cima da serra e ficamos de lá escutando o movimento, gente gritando para não matar ou para matar depressa, pedindo para matar logo, porque eles estavam cortando os corpos das pessoas devagarzinho. A pessoa que estava sofrendo pedia para matarem logo, porque eles iam matar mesmo.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Durante todo esse tempo do ataque, eles cometendo essas atrocidades, arrancando órgãos – como vocês falaram

–, vocês viram durante todo esse tempo pessoas de dentro da Funai presentes?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Durante o tempo nós não víamos, porque se estivéssemos lá para presenciar, tínhamos morrido também. Estávamos escutando os gritos e os apelos das pessoas de cima da serra.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Você falou que viu que eles estavam com metralhadoras calibre... Identificaram as armas e não identificaram as pessoas, que são muito maiores, em movimento, que caíram?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Dois eu vi cair, os outros eu não vi, depois voltei e vi os mortos lá. Eu disse que havia metralhadora. Quero que o senhor me diga qual é a outra arma que dá mais de 50 tiros.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Vocês ficaram lá quantos dias?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Passei 19 dias trabalhando.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Chegaram a achar diamantes lá?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Achei. Meu diamante estava na barraca, eles levaram. Fazemos as barraquinhas individuais, cada um faz pequeno, porque a qualquer hora se desmancha, para mudar de lugar, caçar outra grota. Ali eles fuçam tudinho. Todo mundo trabalha e tem essas coisas amoitadas. Eles vasculharam todas as coisas para achar o diamante.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Sr. Antônio, vocês estavam trabalhando há vários dias e tiveram algum contado anterior com os índios, eles ameaçaram vocês ou simplesmente atacaram de repente, sem haver uma ameaça antes? Como foi?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Não houve ameaça, não. Fomos atacados de uma vez, não teve ameaça, não teve nada, nem aviso. Quem disser que teve aviso, está mentindo, porque não tivemos aviso. Foi como uma noite de trovoada, quando se está distraído, dá aquela trovoada brava. Era tiro que qualquer um ficava doido. Passei umas quatro noites sem conseguir dormir. Eu ia dormir e escutava a gritaria dos índios e aquele tiroteio, passei umas quatro noites sem dormir. Eu deitava para descansar o corpo e não conseguia dormir.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Depois que passaram dias, vocês voltaram àquela área?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Só voltei na hora que terminou o tiroteio, no mesmo dia, saímos e nunca mais voltamos lá.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Vocês não viram os corpos no chão?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Víamos os corpos no chão porque, na tarde em que terminou o tiroteio, começando a escurecer, descemos para ver se carregávamos alguma coisa da gente, roupa, um calçado para sairmos, porque trabalhamos descalços, o calçado fica no barraquinho em que a gente pára. Tivemos que sair descalços, porque eles cortaram, botaram no fogo.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Esses corpos que ficaram lá são os 29 corpos que foram resgatados ou dentre esses 29 corpos resgatados da reserva posteriormente havia algum deles que estava junto com você?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Não, estávamos todos juntos, estávamos todos trabalhando tudo pertinho um do outro.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB-RO) – Desses corpos que foram resgatados que foram já examinados, alguns deles eram de pessoas que estavam nesse agrupamento ou não?

O SR. ANTÔNIO ROSA DE CARVALHO – Era. A gente era praticamente tudo conhecido, tinha chegado muita gente que não conhecíamos, mas estava tudo naquele meio. Só de conhecido, que a gente conhece, que estava lá dentro, falta muito, falta mais de 30; só dos que já foram identificados no IML, lá dentro ainda faltam uns 35 só desses conhecidos que a gente conhece, a gente sabe que estava lá. E está lá dentro, está só a caveira, mas está lá dentro. Isso a gente sabe, se não achar em cima da terra, eles enterraram, esse povo tem que estar lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço ao Sr. Antônio Rosa pela sua participação e registro que o Sr. Antônio Rosa estava no local na hora da chacina e sobreviveu com os detalhes que ele já contou.

Convido agora o Sr. Carlos Roberto Barbosa. (Pausa.)

Como ele não está presente e como foi solicitado pelo Sr. Walter que o ouvíssemos de maneira reservada, vamos pedir à TV e à Rádio que encerremos aqui a nossa divulgação. Solicito também aos presentes que deixem a sala para que possamos ouvir reser-

vadamente o Sr. Walter a quem convido a vir tomar assento à mesa.

(Passa-se à reunião secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tendo ouvido todos os depoentes para esta reunião, agradeço a todos os presentes, principalmente ao Relator, Senador Delcídio Amaral, e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF **"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA E AO MATO-GROSSO DO SUL, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO E RONDÔNIA, INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS".**

Ata da 7ª Reunião realizada em 11 de maio de 2004.

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às onze horas e doze minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com as presenças dos Senadores Delcídio Amaral e Valdir Raupp, membros, e ainda com as presenças dos Parlamentares não membros Senadores Juvêncio da Fonseca e Augusto Botelho e ainda o Deputado Alberto Fraga, reúne-se a Comissão Especial Temporária **criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente Reunião tem por finalidade ouvir a exposição do Deputado Alberto Fraga, à respeito da visita que os Deputados Federais fizeram no Estado de Rondônia, precisamente na cidade de Espigão D'Oeste, onde ouviram diversas pessoas à respeito da chacina ocorrida na Reserva Roosevelt. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Francisco Naurides Barros*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003, do Senado Federal, com a finalidade de, **in loco,** verificar, em Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rondônia e Mato Grosso, as questões fundiárias, principalmente as indígenas, daqueles Estados.

Informo ao Plenário que a presente reunião destina-se à exposição do Sr. Dr. Valter Bloss, Coordenador da Funai em Rondônia.

Solicito ao Plenário a dispensa da leitura da Ata anterior que foi previamente distribuída aos Srs. Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam sentados. (Pausa)

Está aprovada a ata, dispensada a sua leitura.

Informo aos Srs. Senadores que, devidamente convidado o Dr. Valter Bloss por intermédio do Presidente da Funai, recebemos o seguinte expediente do Chefe de Gabinete da Fundação Nacional do Índio, Sr. Roberto Aurélio Lustosa Costa:

"Sr. Presidente, cumprimentando-o, refiro-me ao Ofício nº 175, de 2004, desta Comissão, para informar a V. Exª que, lamentavelmente, o servidor Valter Nicanor Fontoura Bloss, no momento, encontra-se acometido de problema de saúde, impossibilitado, portanto, de comparecer, amanhã, dia 11, a essa digna Comissão, conforme atestado médico, cópia anexa. Ass. Dr. Amaral da Silva."

Esta Comissão, diante da impossibilidade do comparecimento do Dr. Valter Bloss e atendendo às sugestões e solicitações, marcará para amanhã, em caráter reservado, às dez horas da manhã, a audiência do Dr. Valter Bloss, esperando que tenha condições de comparecer e prestar a esta Comissão os esclarecimentos devidos.

Aproveitando o fato de estar aqui presente o Deputado Fraga, coordenador da Comissão Externa da Câmara que teve o objetivo específico de investigar o conflito havido na reserva Roosevelt, em Rondônia, gostaria de lhe conceder a oportunidade de falar a esta Comissão, perguntando antes ao nosso Relator, Senador Delcidio Amaral, se tem alguma consideração a fazer.

Passo a palavra ao Deputado Fraga, para que nos faça um relato de como foi a ida da comissão da Câmara até a reserva Roosevelt.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Muito obrigado, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti. É um prazer me dirigir aos Srs. Senadores para falar sobre o que foi visto na reserva.

Saímos daqui no dia 20, à noite, para chegarmos no feriado e abordar o assunto da Reserva Roosevelt, para não protelar e chegar a algum entendimento.

A primeira providência foi fazermos uma audiência pública na Assembléia Legislativa, porque sabíamos

que tinha havido uma CPI e o assunto certamente chegara à Reserva Roosevelt.

A Comissão era composta de nove Deputados Federais. Três ou quatro eram de Rondônia, mas há Deputados, como eu, o Deputado Luiz Carlos Heinzi e a Deputada Perpétua Almeida, que não são da região de Rondônia, proporcionando a essa Comissão fazer algo de uma maneira suprapartidária.

O assunto diz respeito a uma tragédia tão grande que não merece ser tratado como política. Devemos realmente entender o que houve, até mesmo para evitar futuras tragédias.

Diante dos resultados da CPI, a primeira coisa que nos deixou preocupados... Porque houve o expediente ao Ministro da Justiça pedindo a presença de tropas federais para que se impedisse o derramamento de sangue. Esses documentos estão conosco.

Foi feito também um expediente ao Presidente da República, por intermédio do Governador de Rondônia, e ao Ministro, e o que nos causa muita estranheza é que realmente nada foi feito. Então, o conflito era iminente e a tragédia foi anunciada.

E vejam os senhores: começamos a oitiva lá em Porto Velho para ouvir os sobreviventes. Ouvimos sobreviventes em Porto Velho e também lá em Espigão do Oeste, que é o local mais próximo do massacre.

Os sobreviventes afirmam, a maioria deles, que estavam numa grota chamada Grota do Sossego, um local previamente acertado com alguns caciques, e que eles poderiam fazer a extração do minério nessa grota. E eles dizem que, ao encontrarem diamantes – a notícia corre rapidamente –, ocorreu o fato. Eles estavam trabalhando. Afirmam, de uma maneira unânime, que eram quase 200 garimpeiros que se encontravam trabalhando.

E quero dizer aos senhores que sou coronel da Polícia Militar e tenho uma certa maneira de tratar essa questão. Interroguei o rapaz e fiz a seguinte pergunta: por que você afirma que havia 200 garimpeiros? Para saber se realmente havia 200 garimpeiros. E ele: "Não, eram 200".

Abri a porta, havia uma aglomeração do lado de fora, e eu perguntei: "Por favor, quantas pessoas estão ali?" Ele falou: "Umas 20 a 30 pessoas". Havia exatamente 26 pessoas, ou seja, o sentido de quantidade dele não estava distorcido. Mas ele me citou um dado. Ele disse: "Olha, Deputado, entendi a sua pergunta, mas vou lhe dizer o seguinte: tínhamos lá 60 barrancos, em cada barranco, trabalham de três a quatro garimpeiros. Esses 60 barrancos estavam todos ocupados".

Essa é a preocupação, Senador Mozarildo. Se trinta a quarenta garimpeiros chegam atirando num grupo de aproximadamente 200 pessoas, e evidentemente a maioria fugiu correndo diante dos tiros, só regressaram para Rondônia 47 garimpeiros. Os outros garimpeiros não apareceram.

Vamos aos fatos: após a morte, a Funai apresentou apenas três corpos. Com a pressão do Governo e da Polícia Federal, imediatamente, dois ou três dias depois, eles apresentaram mais 26 corpos. Agora vem o que mais nos deixa intrigados: a Polícia Federal não entra na reserva, o Ibama não entra na reserva, ninguém consegue entrar na reserva. Esses corpos apresentados foram entregues por eles.

Fomos ouvir o delegado encarregado do inquérito, Dr. Guilherme: "Dr. Guilherme, como estão suas apurações? Temos depoimentos de que existem armas pesadas, inclusive metralhadoras".

Confesso que, nos depoimentos dos sobreviventes, eu pensava que era fantasia, mas o delegado confirmou que existe metralhadora no local. O delegado confirmou que inclusive existem crianças de 12 anos de idade que passam o dia atirando treinando na reserva, ou seja, existe munição farta lá dentro, bem como armamento pesado. E eu perguntei: "Por que você não entra para fazer a investigação?" E ele falou: "Porque não é permitida a nossa entrada e, se eu entrar, haverá o confronto, porque os índios não vão permitir. No confronto, se porventura viermos a matar um índio, as ONGs internacionais estarão aqui presentes, etc., etc". É um quadro preocupante.

Procuramos, então, ouvir os representantes da Funai. Não conseguimos, não alcançamos o nosso objetivo. Fizemos uma audiência pública na Câmara dos Deputados, onde compareceram representantes de todos os segmentos. Os do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral explicaram o que estava acontecendo, inclusive uma portaria que só foi editada três dias depois do massacre.

Para surpresa nossa, diante daquelas declarações desastradas do Presidente da Funai, ao dizer que os índios estavam defendendo as terras, preocupou-nos bastante não aparecer ninguém da Funai para explicar.

Agora, o que nos deixa preocupados? Informações de que em Riozinho contrabandistas compram diamante do índio, do cacique, à luz do dia, onde querem e vão embora. Os caciques andam com carros importados, o que já foi anunciado; foi comprada casa, e vi o médico que vendeu a casa, em torno de R$4 milhões a R$5 milhões. Quem conhece Espigão D'Oeste sabe que para se comprar uma casa de R$4 milhões lá, Senador, tem que ser a casa, mas existe monitoramento, dizem que é uma cosia fantástica.

Há a presença constante de aviões. Existem quatro pistas na reserva, a Funai diz que não existe

nenhuma. Existem imagens de aviões aterrissando e decolando duas vezes por semana da reserva, inclusive numa pista que fica em frente à principal, que é na aldeia. Quer dizer, são dados confirmados. Eles até chamam o avião que tem uma bolinha vermelha. Duas vezes por semana aterrissa e decola.

Apareceu uma testemunha que conhecia, trabalhou e morou por dois anos lá na aldeia e começou a dizer que há o envolvimento da Funai. Como são feitas as contratações, há carteirinhas de pessoas brancas contratadas como se índios fossem, pela Funai, para trabalhar na extração do minério. Então há contratação, ou seja, a pessoa paga, o índio é quem faz esse contrato e fala com o branco: você me paga. E isso varia. Começou com R$3 mil, R$5 mil. Ele disse que hoje há cifras de até R$40 mil, R$100 mil do branco que vai trabalhar e paga ao índio. Quando encontra o diamante, fazem a divisão. Muitas mortes têm acontecido em virtude de, vamos dizer assim, uma má partilha.

São declarações que nos deixam tristes. Já foi confirmado pela polícia que uma jovem de 14 anos de idade teve a sua barriga aberta por índios, porque disseram que ela tinha engolido um diamante. Então abriram a barriga dessa jovem; mataram essa jovem de 14 anos. Esse crime está impune.

Existem, Senador Mozarildo, 21 inquéritos que tratam da morte de garimpeiros. Havia uma briga lá para saber de quem era a competência, se era da Justiça Federal ou da Estadual. Os 20 inquéritos passados estão com a Justiça Estadual, com esse agora será o vigésimo primeiro, mas agora serão da competência da Justiça Federal. Os autores desses homicídios são citados em todos os outros inquéritos: os índios Panderé, Pio, Brizolinha, João Brava... Tenho uma relação enorme.

Conversei com o juiz federal, que disse que não consegue nada com relação à Funai. Quando expediu um mandado de prisão preventiva do índio, apareceu um procurador da Funai que disse que iria lá e traria o índio se o juiz revogasse o mandado de prisão preventiva. O juiz revogou o mandado, e o procurador não apresentou o índio. Ou seja, os crimes estão acontecendo e a Funai, lamentavelmente, está impedindo todo esse processo de apuração.

Há essa afirmação de que a Funai não permite a entrada, porque não permitiu aos deputados entrarem, não se pronuncia. Só existe uma versão, é bem verdade, porque não se consegue ouvir a outra parte. Eles não querem participar do debate, e a polícia só vai conhecer o outro lado quando entrar na reserva.

Ainda anteontem, a Prefeita de Espigão D'Oeste teve uma audiência como o General Félix, que disse que existem afirmações de pessoas que moram na aldeia de que os índios, entre eles, afirmam que mataram 70 garimpeiros. Eu ainda insisto, de acordo com essas declarações de que havia 200 pessoas trabalhando... Ah, mas os familiares não reclamaram. Mas há garimpeiros que são andarilhos, aventureiros, não têm famílias.

Um fato nos deixa mais intrigados: os corpos que foram apresentados. Várias testemunhas disseram que viram o seu companheiro morto a tiros, mas os corpos que foram apresentados. Todos eles apresentam flexadas, golpes de bordunas, com o crânio esfacelado.

Fomos ver, no IML, cenas deprimentes. Percebemos claramente que os camaradas foram amarrados, assassinados. Há depoimentos de garimpeiros que fugiram, esconderam-se na mata e durante horas ouviam os gritos de tortura e depois um tiro. Ou seja, torturavam e depois matavam.

Disponho de imagens, fitas gravadas, depoimentos, indícios suficientes. Acredito que o Governo Lula não vai deixar isso ficar assim, porque não é possível. O depoimento que dei é de que o Carandiru e o Eldorado dos Carajás, perto do que aconteceu lá, são fichinha. E não vejo repercussão, não existe nem apuração. Não se consegue fazer absolutamente nada. E o mais grave disso tudo é percebermos que a riqueza do País está indo pelo ralo, ninguém tem controle, porque os diamantes estão sendo vendidos de uma maneira ilegal.

Consegui localizar um dos contrabandistas que compra diamantes. Está rico, mas muito rico, numa cidade do nosso País, comprando a cidade inteira. Até hoje ele continua comprando diamantes de maneira ilegal.

O índio que vende uma pedra por R$200 mil acredita que está fazendo um bom negócio, mas aquela pedra vale R$5 milhões! Já foi dito que é a maior reserva do mundo, os melhores diamantes do mundo. Por que o País não regulamenta logo essa questão? Pelo que sei, a Constituição diz que o subsolo pertence à União. O art. 231 diz que os índios podem explorar, mas tem que haver uma regulamentação.

Acredito que se as comissões da Câmara e do Senado unissem tudo isso poderíamos pedir ao Governo que regulamentasse, pelo menos para impedir essa matança. O que mais nos preocupa é que agora está havendo invasão de garimpeiros. Eles estão entrando na reserva. E eu não acredito que esses garimpeiros vão entrar nas reservas desarmados. Agora poderá haver o confronto. Agora haverá matança, mas dos dois lados, porque os garimpeiros estão indo para lá armados. O Governador já afirmou isso e há declarações de pessoas da região – a Prefeita confirmou – de que eles estão invadindo a área.

Na África, o diamante é encontrado numa profundidade de sete metros e meio; lá, está a um metro da terra. À flor da pele! Então, agora acredito que haverá confronto, porque os garimpeiros não vão entrar mais desarmados; os índios estão armados. Há declarações de pessoas presas.

Um senhor, chamado Marcos Glicas, o maior contrabandista, está preso na Superintendência. Ele foi preso com três advogados, mas continua vendendo diamantes, porque o avião continua descendo e subindo.

Em Riozinho, quem quer comprar um diamante basta procurar os caciques.

O Governo não pode assistir a tudo isso simplesmente paralisado, porque acredita piamente no Sr. Mécio Pereira ou no Sr. Valter Bloss. Já existem depoimentos de que esse cidadão veio de Roraima praticamente corrido. Tem antecedentes lá.

No Maranhão também existe história do Sr. Valter Bloss. Hoje, ele está lá, intocável, travando tudo.

Então, esse é o relato, de uma maneira muito sintética, do que foi feito. Realmente, manifesto a preocupação de que o Governo tem de fazer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a exposição do Deputado Alberto Fraga.

Primeiro, farei uma solicitação – vamos fazer formalmente, mas já a faço nesta reunião – a V. Exª, no sentido de que, por gentileza, encaminhe a esta Comissão todo o material que a Comissão da Câmara dos Deputados pôde apurar, tanto depoimentos quanto gravações, para ajudar nos nossos trabalhos.

Agora, passo a palavra ao nosso Relator, Senador Delcídio Amaral, para as suas perguntas e considerações.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço a presença do Deputado nesta comissão. Eu ia também pedir, como o Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, tudo aquilo que foi colhido nessa viagem de trabalho de V. Exª e dos outros companheiros da Câmara dos Deputados.

Senador Mozarildo Cavalcanti, eu gostaria, mais uma vez, de registrar a importância de ouvirmos o Dr. Valter Bloss. Devemos ouvir os principais atores desse processo, como já estamos fazendo. Ouvimos várias pessoas ao longo da semana passada. Nossa intenção é prosseguir ouvindo não somente garimpeiros, mas representantes da Funai, da OAB, do Ministério Público e Parlamentares, como já fizemos. Ouvimos um juiz, na semana passada, e o fizemos com muito equilíbrio, no caso de Roraima, no caso de Mato Grosso do Sul, no caso de Santa Catarina. Nos demais Estados, muito provavelmente, vamos repetir a dose, exatamente para conduzir os trabalhos com o maior equilíbrio possível, com serenidade e não, como já foi dito aqui várias vezes, demonizando um ou outro lado.

Acima de tudo, é um trabalho para o País, para que não somente respeite as etnias, mas os produtores, as pessoas de bem, a sociedade como um todo, para que tenhamos não só a oportunidade de buscar soluções, junto com a Funai e o Ministério da Justiça, para essas questões, como também de discutir com outros setores.

O Deputado citou aqui o General Félix. Os militares também, em alguns casos, têm apresentado posições muito veementes, muito claras, especificamente em relação às faixas de fronteira. Naturalmente, esta Comissão Externa vai trazer à tona esse debate.

Não quero me estender muito, mas gostaria de fazer um registro.

Todos nós, da Bancada do Mato Grosso do Sul, recebemos um comunicado urgente da Prefeitura de Naviraí. Já estamos tomando providências imediatas, em função da gravidade da situação. Esta correspondência é assinada pelo Sr. Euclides Antônio Fabris, Prefeito Municipal de Navaraí, foi enviada para toda a Bancada do Mato Grosso do Sul e diz o seguinte:

"Comunicado urgente.

Venho comunicar-lhe, Sr. Parlamentar, em caráter de urgência, a iminência de um grande conflito indígena no Município de Sete Quedas, Mato Grosso do Sul, envolvendo mais de vinte propriedades rurais. Trata-se de terras produzidas, legalizadas e ratificadas pelo Incra, em que a Funai está promovendo a criação de uma aldeia, com o nome de Sombrerito, pretendendo mais de vinte mil hectares. É uma barbaridade o que o Presidente da Funai está fazendo.

Pedimos, incontinenti, com clemência, às autoridades, Senadores, Parlamentares, a suspensão das comissões já designadas do processo fundiário dentro de um prazo mínimo possível."

Sr. Presidente, o meu Estado também sofre e tem sofrido muito com essas questões e eu pediria que nós todos, em nome da Comissão, encaminhássemos, em caráter emergencial, ofício no sentido de pedir ao Ministro da Justiça que não se crie um outro foco de conflito além do que já estamos infelizmente tentando administrar para buscar uma solução definitiva.

Era isso que eu queria comentar.

Espero que amanhã venhamos, em caráter sigiloso, ouvir o Dr. Valter Bloss. E espero também, aproveitando que hoje a Câmara realiza uma audiência pública com várias lideranças indígenas, que tenhamos oportunidade para, dando continuidade ao nosso trabalho, ouvi-las.

Entendo que na discussão das questões indígenas vamos ajudar muito ao País. Vamos discutir não só

a questão da política de demarcação adotada, como também questões relativas à soberania nacional em regiões de fronteiras e, ao mesmo tempo, como muito bem disse o Deputado Alberto Fraga, colocar um ponto final nas barbáries que têm acontecido. Com muita razão S. Exª aqui se manifestou de que, e eu tenho total convicção, o Presidente Lula jamais admitirá o que efetivamente está acontecendo em Rondônia, porque isso depõe contra o País, é uma vergonha.

Precisamos tomar medidas urgentes para que isso se acabe e para que as etnias, os produtores, os garimpeiros, os governadores, os parlamentares, enfim a sociedade de todos os Estados tenha efetivamente tranqüilidade para trabalhar e viver em um país melhor, em um país que respeite acima de tudo as suas diferenças, a sua cultura e a sua história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Deputado Alberto Fraga, ouvi atentamente não o depoimento, mas o relato do membro da Comissão da Câmara, Deputado Alberto Fraga, que esteve em meu Estado. O que me impressionou foi o valor da casa.

Conheço o Estado, até porque moro lá há mais de 30 anos. Fui Governador do Estado e, como Governador, a casa em que morei em Porto Velho, sendo a residência do Governador, deveria ser de valor elevado, mas era avaliada entre 300 e 400 mil reais. Eu pagava aluguel e não conheço em Rondônia nenhuma casa ou residência, mesmo de médicos ou advogados, que têm casas mais valorizadas, ou mesmo de políticos, que possa valer mais de 500 ou 600 mil reais. Rondônia é um Estado novo, de grande potencial, mas é considerado um Estado pobre. Não conheço nenhuma mansão no Estado de Rondônia que possa valer entre 500 a 600 mil reais, muito menos em Espigão d'Oeste.

Com todo respeito aos empresários, comerciantes, a todas as pessoas que moram em Espigão d'Oeste, cidade de povo ordeiro e trabalhador, não conheço lá nenhuma casa que possa valer 4 milhões de reais, como essa.

Os índios nunca tiveram noção de dinheiro. Eles compram e vendem um carro perdendo 10 ou 15 mil reais em 30 ou 60 dias, só porque gostaram mais de um carro que viram na rua na cidade. Vendem aquele que compraram por 50 a 60 mil reais por 30 mil, para comprar outro por 70 ou 80 mil reais.

Eles não têm noção do dinheiro. Pela facilidade com que entra o dinheiro do diamante, pode-se dar ao luxo de vender perdendo muito dinheiro e de compar acima do valor legal. Então não duvido que realmente tenham pagado R$4 milhões nessa casa, muito embora não deva valer mais do que R$400 mil ou R$500 mil, com certeza.

Há outra coisa que nos intriga muito. Inclusive a reunião com o General Félix foi o meu gabinete que marcou, com a Prefeita Lúcia Teresa, que estava agora há pouco em meu gabinete. Não pude ir a essa audiência, porque estava em reunião já agendada, na semana passada, com o Ministro Guido Mantega, para discutir a questão da PPP, porque sou Relator na Comissão de Assuntos Econômicos. Pedi à minha esposa, que é sua colega, a Deputada Marinha, para acompanhar a Prefeita e o Senador Paulo Elifas, que é de Cacoal, próximo a Espigão d'Oeste. Lá estiveram o Deputado Nilton, que é capixaba, o Senador Paulo, a Deputada Marinha. Não sei se foram outros Deputados.

A Prefeita tem sofrido muito, até chorou. A cidade está sitiada. O comércio diminuiu as vendas, principalmente depois dessa operação da Polícia Federal e do Exército. Hoje, para entrar em Espigão, as pessoas pensam duas vezes. Os carros são revistados e podem sofrer constrangimento, humilhação. Os ônibus que saem da cidade com os alunos para a faculdade de Cacoal; na volta, têm que ser revistados. Isso está ocorrendo com ônibus, alunos e carros dos empresários, dos comerciantes. Enfim, tudo o que passa pela barreira está sendo revistado, vasculhado. A cidade está sitiada, o constrangimento é grande.

Estive há poucos dias em Cacoal, numa reunião do Partido, na Câmara dos Vereadores. Lá estiveram 30 empresários de Espigão d'Oeste para conversar comigo, com o Ministro Amir Lando, com o Senador Paulo e a Deputada Marinha. Estavam lá vários Deputados Federais. Foram pedir uma providência para flexibilizar um pouco essa força-tarefa, essa fiscalização na entrada da cidade. O comentário é sempre o mesmo, as alegações são as mesmas: não estão fiscalizando a reserva, não estão fazendo um trabalho de investigação para saber se há mais corpos do que os 34 que já tiraram da reserva em duas ou três etapas. Os depoimentos todos nos dão conta de que há muito mais corpos enterrados e queimados dentro da reserva. E a Polícia Federal não está lá, bem como o Exército. Pergunto por que.

Já pedi ao Presidente, que depois poderia nos informar se a Comissão fez um ofício para encaminhar ao Diretor-Geral da Polícia Federal, solicitando uma explicação. O Senado precisa saber por que a Polícia Federal não está na área. Por que essa força-tarefa não conseguiu entrar na área? Será que estamos vivendo em um País diferente? Tudo bem, chama-se de nação indígena. Nada tenho contra os índios.

Quando fui Governador, tive um relacionamento espetacular com os índios. Firmei convênio com quase todas as etnias, com quase todas as nações indígenas de Rondônia para construir escolas, postos de saúde, comprar viaturas. Não as do diamante, mas viaturas Toyota com carroceria para atender as nações indígenas. Realizei um programa com o Banco Mundial que me permitiu firmar mais de 300 convênios com entidades e associações. Chamava-se projeto de iniciativa comunitária, os PAICs. Eu firmava convênios de R$50 mil, R$70 mil, R$100 mil. Era algo muito bom. Foi reconhecido esse relacionamento com as nações indígenas do meu Estado, inclusive por organizações não-governamentais.

Afirmei nada ter contra os índios. Não estou aqui para ser parcial, nem só do lado dos garimpeiros nem só do lado os índios. Temos que agir com justiça. Mas essa questão dos Cinta-larga está nos intrigando muito. É algo isolado. Hoje, todos os depoimentos de garimpeiros dão conta de que ainda estão extraindo diamantes. Estão extraindo com máquinas e manualmente. Há homens brancos lá dentro operando as máquinas. A Funai sabe disso, e a Polícia Federal não consegue entrar, nem o Exército.

Meu Deus, isso não está certo! Morreram lá, oficialmente, 34 pessoas, 34 garimpeiros. As nossas autoridades, nossa área de segurança, não conseguem entrar nessa reserva. Não está certo! Ontem vi o Ministro Aldo Rebelo, em uma audiência que houve, à noite, com a Bancada, à qual só faltou um Parlamentar, porque estava doente. Todo o resto da bancada de Rondônia estava lá reunido com o Ministro Aldo Rebelo, quando foi abordada essa questão.

E, quando falaram que a Polícia Federal não estava conseguindo, ele deu um pulo da cadeira e disse: "Mas não é possível!" Ninguém consegue entender, por que a Polícia Federal, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não consegue entrar nessa reserva!

Precisamos ir lá; estamos adiando mais uma vez! Era para esta Comissão ter ido semana passada, não fomos. Estava previsto para ir amanhã, em função do depoimento do Sr. Valter Blos, que está praticamente acertado para amanhã, e desses caciques que estão dispostos a prestar depoimento também a esta Comissão. Estamos adiando mais uma vez, mas não podemos demorar muito para ir lá, porque temos que dar uma satisfação. O Senado da República, o Congresso Nacional têm que dar uma satisfação à Nação brasileira e até a outras nações também que estão de olho nessa situação do Brasil. Isso não pode mais continuar desse jeito!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Sr. Presidente, permita-me, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não!

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Não frisei essa questão.

A sugestão, Sr. Presidente, é porque penso que, se o Governo realmente quer fazer qualquer tipo de apuração, tem que trocar todo aquele pessoal que está lá da Funai. Percebemos claramente que as investigações não vão avançar se não houver uma substituição. Até que seja apurado, tem que haver a troca do pessoal da Funai.

Como o Senador Valdir Raupp falou, a cidade está sitiada, a arrecadação caiu de R$35 mil para R$4 mil diariamente. É algo que está deixando todos os moradores sem entender, porque, se o grande problema é na reserva, que fica a 20 quilômetros da cidade, por que não fazer o cerco na reserva, até mesmo para impedir entrada de novos garimpeiros, novas pessoas que querem ganhar a vida ali dentro, possibilitando outro conflito?

A presença de máquinas continua, como se nada tivesse acontecido. As máquinas estão lá funcionando, sendo operadas por brancos, como disse o Senador, e ninguém faz nada. Não se suspendeu. Por que a Funai, pelo menos, não toma a decisão de suspender o garimpo, a extração? Não, continua funcionando. As máquinas que lá existem são grandes, são máquinas, Senadores, que não entram no bolso de uma calça. São máquinas de devem entrar em cima de um caminhão. E existem postos de fiscalização. Aquelas máquinas entram ali autorizadas. Não há como entrar com uma máquina daquela na reserva sem a conivência, a autorização dos órgãos competentes. Então isso mostra claramente a conivência da Funai.

E não disse aqui, mas faço questão de frisar que ouvimos denúncia, nobre Presidente, sobre o Governo. Para sermos imparciais, dissemos que tínhamos que ouvir todos. Existia uma denúncia de alguém que foi preso e era funcionário do Governo de Rondônia. E fomos apurar essas denúncias.

Em relação ao cidadão que foi preso, após ouvir as declarações das pessoas que o acusavam, a própria Polícia Federal e a Polícia Civil disseram o seguinte: "Não, não foi bem assim a história. O cidadão que foi preso, que se dizia passar por um funcionário do Governo de Rondônia, era funcionário do Marcos Gricas. Ele desceu de um avião e foi preso na hora, lá na pista, pela Polícia Federal." Ele declarou que era funcionário do Governo, mas está comprovado nos autos dos inquéritos que é funcionário desse contrabandista que está lá preso, para quem quiser ir lá e fazer a in-

dagação. Mas senti que existia uma certa prevenção contra essa questão.

Não quero entrar no mérito, porque continuo afirmando que não pode haver política partidária, mas investigamos até essas denúncias de que havia envolvimento do Governo de Rondônia. E a pessoa que é apontada como funcionária do Governo de Rondônia não o é; é funcionário do contrabandista que foi preso.

Então, Sr. Presidente, urge realmente a troca do pessoal da Funai, pois a cidade está sitiada. V. Exª não tinha conhecimento do que vou dizer: fiz uma denúncia no Plenário da Câmara dos Deputados com relação àquela reportagem da **Carta Capital**, de que US$5 milhões são depositados em contas de delegados da Polícia Federal. Os senhores ouviram essas denúncias que foram noticiadas na revista **Carta Capital.** Esse delegado é o Sr. Gerson e, para surpresa minha, o coordenador é o Dr. Mauro Spósito, citado nas declarações, que recebe os depósitos do DEA ou do FBI de US$5 milhões na conta pessoal do delegado. Isso ocorreu numa audiência pública, na Comissão de Segurança Pública, por requerimento assinado por mim.

Fico abismado ao saber que quem está na direção, na coordenação da Operação Mamoré – se não me engano o nome é esse – é o Dr. Mauro Spósito, que é citado como sendo recebedor dessa quantia em dólares, e o Governo não faz nada.

Aquilo lá se transformou em território intocável. Creio que o Sr. Valter Bloss tem que ser afastado do cargo para se apurar. Esse delegado não pode continuar, se existem acusações pesadas de outras denúncias contra ele com relação a dinheiro que chega de fora, pois ele é o coordenador. Mauro Spósito é citado pelo Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais como sendo um recebedor de depósitos feito pelo DEA dos quais não há prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar os nossos trabalhos, gostaria de fazer algumas perguntas ao Deputado Fraga. Gostaria de saber se a Comissão pôde apurar se a entrada desses garimpos ao longo desse período todo, segundo consta desde 1999, era feita com a autorização e participação dos índios e também com o conhecimento e/ou participação da Funai.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Senador, em grande parte, sim. Houve período em que havia cinco mil garimpeiros, então o controle era impossível, mas eles têm várias associações que contratam através da Funai. Então, existe um cadastro por essas associações indígenas e cada cacique tem uma área, uma região para explorar. Acredito que não na totalidade, mas existe o controle da contratação de garimpeiros.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Finalmente, para deixar bem claro, a Comissão tentou ouvir o Dr. Valter Bloss tanto em Rondônia quanto aqui e não conseguiu?

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Ao chegar ao local, procuramos ouvir o Sr. Valter Bloss. Fizemos o convite, mas ele estava inalcançável, ninguém conseguiria falar com ele. Mandamos alguns mensageiros, mas ninguém conseguiu falar com ele. Então, foi externado o sentimento da Comissão para ouvir o Sr. Valter Bloss. Tentamos transformar isso em audiência pública e pedimos para que viesse o Presidente da Funai, que se recusou e mandou apenas o Sr. José Apoemsa. Mas nem com o Sr. Mércio nem o Sr. Valter Blós a Comissão da Câmara conseguiu chegar a conversar.

Parece-me que o Deputado Agnaldo Muniz, antes da nossa Comissão se dirigir até Rondônia, conseguiu falar com o Presidente da Funai, que estava exaltado, conforme as palavras do Agnaldo Muniz, dizendo que os Deputados estavam fantasiando a situação e que não tinha acontecido, que nada daquilo era verdadeiro. O único que conseguiu falar com o Mércio foi o Agnaldo Muniz, antes da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, antes de encerrar, quero comunicar que esta Comissão resolveu adiar a sua ida a Rondônia para colher mais subsídios e também, em função do depoimento do Dr. Valter Bloss, que seria hoje, ele apresentou atestado médico sobre a sua impossibilidade de comparecer hoje. Ao mesmo tempo, houve solicitação de que ele fosse ouvido em caráter reservado. O que já fizemos, inclusive, com relação a garimpeiros, nesta Comissão, até para garantir qualquer possível retaliação contra os depoentes. Estamos marcando reunião para as 10 horas de amanhã, para ouvir o Dr. Valter Bloss em caráter reservado.

Encerro os trabalhos de hoje, ficando, portanto, convocada uma reunião para amanhã.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, perguntaram-me se a Comissão poderia marcar para ouvir a Prefeita de Espigão d'Oeste hoje ou amanhã. Ela está aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Adiantaríamos o nosso serviço.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Ela está indo embora hoje.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Ela estava indo, porque íamos para lá. Deve ter até adiado, mas confirmarei essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Se for possível, gostaríamos de aproveitar e, assim, adiantar o nosso trabalho.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Para hoje ou para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pode ser hoje às 17h30, porque já está convocada uma reunião para ouvir os caciques, mas parece que eles não vieram para a reunião da Câmara, segundo informação da Assessoria. Então, poderíamos ouvir a Prefeita ou hoje às 17h30 ou amanhã às 10 horas, na reunião em que ouviremos o Dr. Valter Bloss.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Então, vou conversar com a Prefeita e lhe darei uma posição daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência agradece e encerra a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h58min)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF **"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA E AO MATO-GROSSO DO SUL, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO E RONDÔNIA, INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS".**

Ata da 8ª Reunião realizada em 12 de maio de 2004.

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com as presenças dos Senadores Delcídio Amaral, Jonas Pinheiro e Valdir Raupp, membros, e ainda com as presenças dos Parlamentares não membros Senadores Augusto Botelho e Paulo Elifas, reúne-se a Comissão Especial Temporária **criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente Reunião tem por finalidade ouvir a exposição da Prefeita de Espigão D'Oeste, Senhora Lúcia Tereza. A Presidência concede a palavra, inicialmente, à expositora que fez um breve relato sobre o seu Município, sendo aparteada pelos Parlamentares presentes. Durante o seu depoimento, solicitou que a Comissão devesse ir àquela localidade para colher maiores informações, não só sobre o garimpo, como também, sobre o aspecto social em que vive a população, depois das ocorrências com os Índios Cinta Largas e garimpeiros. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Francisco Naurides Barros*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 8ª reunião da Comissão Temporária Externa do Senado Federal, criada por meio do Requerimento nº 529, de 2003, com a finalidade de investigar, nos Estados de Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rondônia e Mato Grosso, as questões fundiárias, notadamente as questões indígenas.

Solicito ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Informo ao Plenário que esta Comissão se reúne, hoje, para ouvir a exposição da Drª Luzia Tereza, Prefeita do Espigão do Oeste, Município do Estado de Rondônia, a quem convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos.

Convido também o Senador Valdir Raupp para atuar como Relator **ad hoc** até a chegada do Relator titular, Senador Delcídio Amaral.

Inicialmente, concedo a palavra à Prefeita, Drª Luzia Tereza, para S. Exª possa, ao fazer a sua exposição, esclarecer esta Comissão acerca dos incidentes ocorridos na reserva Roosevelt, que faz limite com o Município de Espigão do Oeste.

Com a palavra, a Prefeita Luzia Tereza.

A SRA. LUZIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, mesmo tardio o meu depoimento, acredito que ainda em tempo, gostaria de me apresentar. Eu me chamo Luzia Tereza Rodrigues dos Santos. Tenho 58 anos. Moro há 32 em Rondônia. Sou professora e estou Prefeita. Fui a primeira mulher eleita Prefeita no Amazonas, em 1982. Fui Deputada por duas vezes, inclusive fui Deputada estadual quando o Senador Valdir Raupp era o Governador, oportunidade em que tínhamos uma boa convivência, uma vez que o nosso Estado é novo e carente de inúmeras coisas e a união é premente e necessária para que haja pelo menos o acalento para aquelas pessoas que para lá de dirigiram, induzidas que foram pelo Governo Federal que, à época, prometeu-lhes terras das quais eles seriam os donos. Então, induzidos e incentivados, nos dirigimos para lá. Portanto, lá, temos o testemunho, pois somos brasileiros de braços fortes, e não queremos ser parasitas das grandes capitais, nem necessitamos

de cestas básicas. Precisamos, sim, trabalhar. E todos os trabalhadores, nas suas diferentes atividades, têm esse direito, porque somos brasileiros. Mais do que tudo isso, não só o massacre de 70 índios – e ninguém vai encontrar os corpos dos garimpeiros, disso tenho a certeza –, apenas um índio foi morto em Espigão, por causa de bebedeira, na praça, envolvendo-se com brigas com outros bêbados, também índios.

É bem verdade que outros índios morreram por outras causas, mas não por conflitos entre garimpeiros. Se algum índio tivesse morrido em decorrência de conflitos com garimpeiros, tenho certeza de que aviões de todo o mundo para lá se dirigiriam. E lá, relegados e sozinhos, aconteceram muitas coisas.

Tínhamos uma convivência harmônica, até o ano de 2000, com os índios. Inclusive havia a participação de índios em campeonatos de futebol. Começou-se o garimpo. Temos sabido que há muitos anos esse garimpo está escondido lá, inclusive poucos sabiam da existência dele. Tanto é verdade que, por incrível que pareça, na minha ignorância, eu fico a pensar: por que só na terra indígena está o diamante e ouro? Por que as reservas indígenas estão localizadas justamente nessa área de 300 mil hectares, para uma aldeia de 1.200 índios, e mais 272 mil hectares, para 800 índios? Por que tanto ouro, tanta madeira nobre, diamante e outras riquezas naturais?

Então, começamos a observar que o desmatamento nas reservas indígenas, onde o mogno reinava; era muito grande a área de mogno e cerejeira.

Gostaria de pedir desculpa se o meu discurso é confuso. É que o meu íntimo, o meu psíquico está confuso. Há mais de 35 dias que praticamente não como nem durmo.

Venho de uma família humilde e se eu quisesse, se eu fosse gananciosa seria uma pessoa muito rica hoje. Nenhuma inteligência... tenho certeza que muitos de vocês ... duvido que, morando tão próximo, na barranca de um diamante desse, não tenhamos também a ganância, pelo menos a curiosidade de pegar diamante. Mas sempre usamos da verdade. Fui legisladora e a lei é para ser cumprida. Nunca incentivei. Sempre dizia que isso teria que vir para Brasília. Viemos a Brasília, outras pessoas vieram, representantes de garimpeiros, trabalhadores em garimpagem vieram para que fosse ou regulamentada ou fechada para todos.

Isso foi acontecendo, primeiro às escondidas e depois a olho nu, e vergonhosamente aquilo foi se estampado e Espigão do Oeste serviu somente de passagem. Você via ir e você via vir, e você ficava somente com os rodados, aqueles pequenos trabalhadores em garimpagem que não tinham patrões, índios ou brancos. Esses sobraram para nossa sociedade. E aqui estou clamando aos Senadores do meu Brasil, porque, apesar dos pesares, a minha bandeira continua sendo verde, amarela, azul e branca. E nós que estamos lá embaixo, que assistimos a **TV Senado**, estamos muito, não esperançosos, mas otimistas neste Senado. Estamos otimistas neste Senado – é o que nos resta. Vemos valorosos homens que não estão neste poder, para passar, porque todos passam, os cargos também. Nome, é muito fácil ter-se, mas tenho certeza que muitos dos Senadores, jovens também, antigos e jovens há mais tempo, têm um nome a zelar. Isso é importante. Os senhores não estão passando por este cargo à toa. O acaso não existe. Se estamos aqui todos juntos hoje, o acaso para mim não existe. O acaso é o pseudônimo que Deus usa para não acenar com todas as suas obras.

Quero agradecer ao Presidente desta Comissão, Senador do qual temos ouvido as posições. A verdade é uma só, não há dois caminhos. Estou correndo risco de vida mas nem minha comunidade sabe disso. Estou lá para promover, de fato, a paz e o desenvolvimento do meu Município. Estou arcando com todas as despesas e todas as amarguras desse malfadado garimpo, que é irregular, ilegal para todos. Esse Brasil para todos, que muitos estão apregoando, fico entre aspas, porque parece que este Brasil continua para alguns. É isso que vim aqui dizer. Vim pedir socorro. Somos em 23, ou 24 mil habitantes pelo IBGE, mas tenho 40 mil habitantes, tenho 23 mil eleitores; só na zona rural, tenho 2500 crianças; nasce no meu Município, só na minha rede municipal, 35 a 38 crianças/mês. Então, é impossível ter 25 mil habitantes. Tenho 2500 quilômetros de estradas vicinais que só esse Município arranha patrolando, só arranhando, onde, de 100 quilômetros, tenho famílias assentadas, jogadas, delegadas à própria sorte.

Não acredito num Brasil, não acredito numa Rondônia do jeito que está indo. Só acredito no homem, no trabalho e na produção. Como está, estamos inibidos, não só para trabalhadores em garimpagem, mas também trabalhadores em madeira sem o apoio e a orientação do Ibama há muitos anos. Quando um madeireiro tirava a madeira, ele pagava o fundão para ser reflorestada, e até hoje o dinheiro do fundão não voltou para Rondônia. Eu dizia e penso: onde estará esse dinheiro? Deve estar aqui em Brasília, porque para lá não voltou para o reflorestamento.

Estamos inibidos também porque o Ibama é um órgão sobre o qual não tenho muito conhecimento. Há coisas sobre as quais não tenho cultura para falar à altura de V. Exª. Sou mais popular, sou mais arroz com feijão. Quando não posso entender uma coisa às claras, do arroz com feijão, às escuras eu não enten-

do. Não entendo o Ibama, não entendo a Funai e não estou entendendo também a Sedam do meu Estado, nem o Incra, há muito tempo. Em 28 de abril de 1975, numa povoação espontânea, fomos pegos de surpresa e apanhamos para ser retirados daquela terra, porque, à época, havia o plano diretor do Governo Federal e outros colonos iriam ser colocados. E diziam que éramos subversivos – eu nem sabia o que significava isso; hoje já sei.

Então, neste 28 de abril, por incrível que pareça, foi aniversário de minha filha Giovana, que os Senadores de Rondônia conhecem bem, e fazia também 29 anos que havíamos apanhado e que eu enterrara mais de 16 pais de famílias pobres e sem maldade, que tinham apenas vontade de trabalhar. Comiam apenas uma vez por dia, porque não lhes restou senão o cascalho, o resto dos grandes poderosos.

Falo aqui em nome de Rondônia, e não em nome de Espigão. Na minha cidade, conhecemos todos por apelido e sabemos o que todos fazem – quem gosta de quem, quem não gosta, quem namorou, quem casou, quem está devendo. Eu sei de tudo, e não sou maria fuxiquenta, mas lá até o bêbado tem confiança, porque nascemos e crescemos juntos. Estamos lá construindo nosso País. Não estamos sendo parasitas, nem peso para a nossa Nação.

No nosso Município, havia pessoas do Canadá, da Itália, em botequins e lanchonetes, falando em outras línguas. Eu não sabia por quê. A Polícia Federal desceu de helicóptero no campo que, em 1984, drenei e onde construí um campo de futebol, uma das poucas opções de lazer da nossa cidade. E queimou com querosene o campo que eu estava gramando novamente, pois fora abandonado por outros prefeitos. Foi queimado, sem que nos dessem qualquer satisfação. Parece que a prefeita é a escória da Nação, porque ninguém dava satisfação ou perguntava nada. Pensando que quem usa cuida, pensavam que eu também estaria envolvida nessa máfia da garimpagem ilegal.

Pergunto a V. Exªs: estamos aqui porque esse garimpo não tem condições. Será uma inverdade, uma utopia, tapar o sol com a peneira se alguém falar ou comprovar que vai fechar o garimpo. Vai fechar para nós, brasileiros, e vai ficar para meia dúzia. Isso é humanamente impossível.

Quero-lhes dizer também que lá morreram homens, mulheres, brancos, o que não importa no momento. Eram trabalhadores induzidos pelo desemprego, pelo chamamento pela televisão, pois dizem que é a maior jazida do mundo, inesgotável. E, no Brasil, onde o desemprego é total, obviamente, o homem que ainda tenta ser honesto para manter sua família dirigiu-se para Espigão D'Oeste. Hoje, mais de 800 pessoas estão no meu Município e em sua periferia sem condições de voltar para seus Estados, nem para lugar algum. Estão à mercê da própria sorte.

Creio que não foi o garimpo que levou a marginalidade, o crime e a prostituição a Espigão D'Oeste. Isso existe. Os garimpeiros foram até lá para trabalhar.

Parece bem confusa a minha declaração, mas gostaria que V. Exªs fizessem as perguntas. Apenas digo-lhes que o que mais me emociona – os Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas sabem disso, bem como Rondônia inteira – é quando toca o Hino Nacional naquele matão aonde V. Exªs nunca irão. Nem Senador de Rondônia vai até lá pedir voto. Eu vou, porque temos serviços prestados e temos amor. Sou humanista e filha de um pai que nunca viu o filho acordado, mas morreu pobre. Ele me dizia – eu era sua ajudante como caminhoneiro quando tinha 14 anos: "Lúcia, um dia você vai ter vergonha de falar que é honesta, mas continue, porque eu acredito num Deus, e parece que a essência do homem está-se esgotando. Não estamos chegando no fim. Já estamos no fim, porque quando vemos que um homem mata ou manda matar outro por causa de um diamante ou para tirar uma pedra preciosa maldita dentro da barriga de uma menina..." E dizem que é mentira, que não existem mais garimpeiros lá.

Tenho certeza que vocês não vão achar mais corpos. Podem vasculhar, porque agora não se acha mais. Deu-se tempo. É tudo estratégico. Tem pessoas que têm tempo de sentar e maquinar. Nós, não. Não podemos trabalhar muito com a cabeça porque temos que trabalhar com as pernas e com os braços. Lá, o sol é escaldante. O meu Município parece os Estados Unidos, porque lá tem pessoas do Brasil inteiro: do Pará e de outros Estados. Enterrei dois que moravam aqui em Brasília. E me fiz de mãe. Não que eu seja boa – cinismo –, tenho os meus defeitos e são muitos. Penso que tenho mais defeitos do que todo mundo. Mas tento acertar.

Gostaria de dizer para vocês que pari dois filhos, mas tenho mais oito que peguei para acabar de criar. E não é só comida que dou, mas também carinho, porque fui uma pessoa muito discriminada na vida. Mas não essa discriminação que apregoam por aí e que nós mesmos fazemos. Fui discriminada porque eu só tinha um caminho: se eu quisesse ser rica, seria rica e famosa. Não por beleza física, obviamente, mas por dinheiro, pois já tive várias oportunidades. Mas apesar dos pesares, quero dizer que o que mais me entristeceu na vida – e o Raupp sabe disso – é que o hino de Rondônia, fizemos com o Cel. Teixeira, não é Senador, e V. Exª era prefeito naquela época. E aquele hino traduz tudo o que quisemos ser e não tivemos oportunidade. Aquele Estado que sonhamos e idealizamos, e não

só sonhamos, mas também corremos atrás do sonho para que os nossos filhos não passassem o que nós passamos: a discriminação, a falta de oportunidade. Então, ali está a nossa vida.

E pensei: no dia 28 de abril, na hora em que estava enterrando aqueles homens com o fedor, com o mal cheiro que até hoje sinto, ainda tocamos o hino nacional em um carro de som. Quando chegou na metade do hino nacional, minhas senhoras e meus senhores, fiquei tão... me deu vontade de chorar e sair gritando, mas agüentei firme, pois se eu saísse correndo e gritando o povo saía junto. Portanto, não vim aqui para que vocês abram ou fechem o garimpo. Isso é problema do Brasil. Isso é vergonhoso para o Brasil. O estrangeiro está comendo o resto que sobra. Os índios estavam guardando para eles. E nós estávamos servindo de estuque, também guardando para eles. Não podemos comprovar que somos ignorantes e que no Brasil, como disse um senhor do Canadá que estava em um bar, só existem políticos ignorantes e prostitutas e que, portanto, seria muito fácil tomar tudo do Brasil. E se vocês me derem oportunidade, trago o nome desse homem.

Gostaria de dizer a V. Exª que estou sofrendo muito porque não estou dividindo, mas somando. E vim aqui pedir para que me ouvissem e dizer que, se não tomarem nenhuma decisão, pessoas vão continuar morrendo, instigados e induzidos. Mas o porquê e quem estão por trás disso não sei, não me perguntem. Mas a inteligência do Governo, da Polícia Federal ou de alguma polícia secreta deve saber o nome. Sabem quem pega os diamantes, quem vende e para onde vão. Mas ao invés de irem atrás, nos endereços certos, estão ilhando a minha cidade com 480 homens, na estrada que nós abrimos e fizemos as pontes. Eles estão lá, revistando. E vou dizer mais: não precisam ser educados, basta que cumpram com o dever. Como é que vamos nos iludir pensando que ali vão passar ladrões traficantes de pedras, onde há barracas do Exército. Isso é gastar dinheiro à-toa. Com esse dinheiro, levanto Rondônia, pelo amor de Deus! Construo hospitais, quadras poliesportivas para os nossos jovens que não têm lazer, dou condições de tratamento de saúde para que as pessoas não precisem ir a Goiânia, Cuiabá, Campo Grande, Brasília. Tratamos nossos doentes lá. E esse dinheiro está sendo gasto à toa, indo para o ralo. Não sei qual é a intenção, sou curta para entender isso.

Estão revistando meus leiteiros para ver se tem pedra nos galões de leite. Estão revistando os frangos que vêm para Avenorte, nossa única indústria. A Sudam, por intermédio de convênio, ainda não terminou de dar à Avenorte tudo o que ela queria. E é um dos poucos projetos no Brasil acima de qualquer suspeita, produzindo 30 mil a 40 mil frangos, gerando mais de 500 empregos no meu Município. Os frangos estão morrendo no sol quente, porque são revistados pelos policiais para ver se há tráfico de pedras e drogas. E eu, com meu galão, para fazer minha roça de milho, colher o milho ou plantar o arroz, sou investigada. Estamos muito constrangidos. Essa operação teria que estar sendo feita no garimpo, porque índio continua garimpando.

Sei que V. Exªs são bastante inteligentes e vão entender meu discurso sem nexo, porque enquanto estou olhando para V. Exªs estou pensando em outra coisa. Estou pensando na mãe que chegou de Pimenta Bueno e mostrou a foto do filho dela de 20 anos e disse: "A senhora é a Prefeita de Espigão? Dizem que a senhora é muito boa, muita humana, veja onde meu filho está preso. O vizinho me disse que ele estava preso. Meu filho estava há mais de cinco meses desempregado e o vizinho chamou-o para ir para o garimpo. Faz dez dias que ele está lá e ainda não voltou." E eu estava com o filho dela dentro de um saco preto de lona, morto. Eu sou mãe. Não há mais tempo para esperar, porque tem gente incentivando garimpeiro, usando garimpeiro para ir lá, mas tem gente também usando índio.

Tenho idade para dizer tudo o que penso, porque vem do meu coração, não é premeditado, não tenho cultura e nem tempo para ficar maquinando as coisas. Mas não me venham dizer que índio pode andar com relógio Rolex. Ele pode andar, você pode fazer o que quiser da sua vida, sem que massacre, expurgue e mate.

Preciso que V. Exªs me ouçam. Estou dizendo coisas que V. Exªs já sabem. Estou apenas dando satisfação. Preciso que V. Exªs façam alguma coisa pelo nosso Brasil, talvez pelas últimas riquezas do nosso País. Aquela reserva precisa ser regulamentada. Não pensem que tenho ganância de receber impostos. O meu Município não receberá nem um tostão, porque não fica dentro do meu Município. É Mato Grosso e Vilhena, mas estou aqui porque tudo sobrecarregou dentro do meu Município. Lá, estão as mães, as esposas, as crianças com 30 a 40 dias cujos pais já enterrei. E elas não podem voltar para seus Estados, estão sem opção de vida. Em Espigão d'Oeste também está essa força tarefa, com o objetivo de acabar com o crime organizado em meu Município.

A minha bandeira ainda continua sendo verde, amarelo, azul e branco e nela está escrito "ordem e progresso". Quando falaram que iria à cidade uma comissão de Senadores, o povo já estava preparado para recebê-los. Acreditamos no Parlamento, nos

Senadores do Brasil. V. Exªs têm condições de tomar decisões para isso imediatamente. Como eu disse no meu ofício, poucos comem e muitos sofrem e morrem. Esse não é o Brasil para todos.

Estou à disposição. Não tenho mais o que falar. Nem sei mais o que falar, porque é tanta coisa. Eu queria que vocês estivessem comigo por dois dias apenas. Hoje faz 34 dias que nós não dormimos nem comemos. Não estou aqui fazendo sensacionalismo, porque, se eu quisesse, usaria a mídia.

Garimpeiro queria arrebentar tudo com a mão: "Vamos lá lutar com a mão, com a unha, com os dentes, com o chapéu". São meus garimpeiros porque estão lá. Sou prefeita, sou política; não sou empreiteira, não sou garimpeira. Sou mãe, sou dona-de-casa, estou prefeita, sou professora e sou cidadã brasileira. Esse espírito de "mãezona" é de origem italiana, herdei da minha mãe. Ninguém pode chegar em casa, que é convidado a comer. É aquele espírito que temos. Não é porque quero ser boa ou humilde, não. É porque não tem jeito de ser diferente.

E estamos lá com essa carga que quero dividir com V. Exªs, porque é uma caixa-preta mesmo. Não entendo como pode, há tanto tempo, o diamante sair, e a maioria dos índios estar pobre, as mulheres e as crianças carecendo de tudo, brigando por escola, por saúde, por médico. E poucos enriquecendo. Disso V. Exªs já sabem.

Coloco-me à disposição e que não seja em vão esse tempo tão precioso que V. Exªs estão perdendo em me ouvir. Fico honrada e me sentindo muito gente. A Lúcia Teresa, lá de Espigão, que nasceu em Presidente Prudente, que foi empregada doméstica. Detesto esse negócio de passado, mas hoje sou prefeita e cumpro a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas também tenho que tirar todo o meu orçamento da saúde até dezembro, para atender 240 pessoas por dia no meu hospital. E não são apenas doenças graves, não. São as doenças da alma que me pesam mais. Essas rugas, meus senhores, não são de mordomia, nem de festas, nem de farras, são de preocupação, porque eu lutei tanto, a minha vida sei que está mais perto do fim e sei que não fiz quase nada. Meus filhos, nem os filhos deles e seus netos terão condições de passar o que nós, a nossa geração agüenta passar.

Não quero que seja em vão todo o sacrifício, naquele isolamento, sem ser ouvida. Preciso ser ouvida. Preciso que a lei seja cumprida. Se é vedado a um, é a todos. Se serve para um, serve para todos. Esse negócio de preto, branco, índio, loiro, amarelo, isso tudo é mentira. A essência do homem é que não pode estar sendo extinta, usada e nós aqui batendo palmas. O Brasil não está levando proveito disso, ou alguns poucos brasileiros. Confio em V. Exªs, tenho a certeza da atuação de V. Exªs. E, mais do que confiar nos Senadores do meu Brasil, confio e tenho certeza de que Deus existe e que a justiça do homem pode tardar e falhar, mas a de Deus nem tarda, nem falta, ela chega na hora certa.

Por isso, em tempo, é o agradecimento que V. Exª me dá, de ser ouvida por pessoas tão... V. Exªs são celebridades, sabemos que o são. E estamos a mercê da tomada de decisões de V. Exªs.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço à Prefeita Teresa.

Inicialmente, passo a palavra aos Senadores que se encontram nesta bancada. Depois, ao final, ouviremos o Relator.

Inicio pelo Senador Valdir Raupp, com fará suas perguntas e considerações à Prefeita Teresa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, SRA.Prefeita Lúcia Teresa, Srªs e Srs. Senadores, somente nós, de Rondônia, sabemos o que V. Exª tem passado e está passando em seu Município, com as receitas despencando. Hoje, tive a informação de Vereadores de Espigão, dei entrevista nas duas rádios da cidade sobre o adiamento da nossa ida àquela localidade. Deveria ter ido há uma semana, mas adiamos para esta semana por motivo de força maior, até porque ouviremos amanhã o depoimento do Valter Bloss, que é um dos atores mais falados no Estado de Rondônia. A oitiva será às 10h...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Às 16h .

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Passou para as 16 horas. Tudo bem, algumas horas a mais não vão alterar. Foi esta a informação que passei para a população de Rondônia e Espigão do Oeste: que a nossa ida a Rondônia seria adiada em função do depoimento de Valter Bloss, um dos mais esperados – com todo o respeito aos que já falaram –, por ser ele o agente número um de todo esse episódio. Após a chegada dele a Rondônia, foi deflagrado todo o conflito, culminando com a morte de 29 garimpeiros, segundo o que foi achado até agora. O comentário, no entanto, é o de que há muito mais.

Sei que V. Exª tem passado por maus momentos. V. Exª já foi Prefeita, a primeira de Espigão – eu era, na época, Prefeito de Rolim de Moura –, Deputada Estadual por dois mandatos e talvez tenha presenciado muitas tragédias em nosso Estado, como acontece em qualquer outro Estado brasileiro. Mas igual a essa eu não tinha visto, ainda, em Rondônia e talvez no Brasil. Foi uma das mais trágicas, com muitas vítimas.

Eu gostaria de fazer quatro perguntas a V. Exª, SRA.Prefeita: primeiro, se V. Exª viu aviões de outros Estados pousando nas reservas indígenas Roosevelt e Cinta-Larga, ou próximos a elas, em pistas de fazendas, para comprar diamantes dos índios ou de garimpeiros e se, ao ver isso, informou as autoridades estaduais e federais; segundo – V. Exª já mencionou em sua fala –, se viu pessoas estrangeiras, no seu Município ou na região, comercializando, comprando diamantes e sabe de onde eram, se pertencem a alguma empresa multinacional; terceiro, se V. Exª tem – ou teve – equipamentos, máquinas trabalhando no garimpo da reserva; quarto, se é verdadeiro que a receita do seu Município vem caindo nos últimos dias, segundo as informações, em função dessa força-tarefa que lá chegou, que está, de certa forma, inibindo o comércio, a indústria, o transporte de produtos para as indústrias de Espigão do Oeste. São essas as perguntas que faço a V. Exª.

A SRA. LÚCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – V. Exª me pergunta se vi aviões na reserva. Não; moro no primeiro sítio após a área urbana, e esses aviões passavam justamente em cima da minha casa, indo, logicamente, para a reserva, pois sabemos onde ela fica. Esses aviões passavam duas a três vezes por semana. Inclusive, eu questionava, porque aqueles aviões – não víamos aquilo – não desciam no meu campo, e lá não há outra fazenda que tem campo. Onde desciam? Eu fui informada de que desciam na reserva de diamantes. Lá foram feitos dois grandes e bem-feitos campos de pouso de aviões. Esses aviões desciam lá. Realmente, duas vezes por semana, no mínimo, esses aviões iam e voltavam. Não víamos para onde eles iam, mas, quando iam para o garimpo, passavam em cima da minha casa, em cima da minha cidade. Não sabíamos a hora em que voltavam, porque não víamos. Não sabíamos por onde voltavam. Pelo mesmo caminho, não voltavam, porque eu ficava atenta a isso. É uma observação que parece boba: para onde esses aviões foram, se não voltaram? Mas eram sempre os mesmos aviões. Uma vez, havia um avião com oito lugares; era um grande avião, com uma bola vermelha. Eu até liguei para o Coronel, para o Assessor do Governador, explicando. Ele me disse que o Coronel ia ligar para mim, para me dar detalhes. Eu dei detalhes desse avião que pensei ser do Sivam ou de alguma pesquisa, algo assim, mas achei estranho, pois ia lá para o garimpo e voltava, ia e voltava, voando muito baixinho. Eram pequenos aviões, duas, três vezes na semana. Agora, depois do massacre, não vi mais esses aviões irem para lá, mas comuniquei o fato a todas as autoridades, inclusive estadual e federal.

Inclusive, isso foi motivo de virem aqui a uma audiência, mas, no dia, não pude vir. Até a prefeita Inês veio, com outros Deputados, Senadores, a Deputada Marinha. Como eu havia perdido a minha irmã, não pude vir a essa audiência com o Ministro, mas tenho registrado, inclusive por fax, por ofício, o comunicado dessa transação. Aliás, dessa transação, não! Não sei o que o avião foi lá fazer, porque eu não estava junto para ver se eles iam comprar diamante. Mas na rua, à noite, nós sabíamos, porque inclusive saiam negócios, com índios comprando gado, comprando casa, comprando carro. E era dinheiro de diamante. Obviamente seria de diamante.

Quanto à segunda pergunta que V. Exª me fez – sobre a qual eu já havia falado – achei muito estranho, lá em Espigão, gente do Canadá, da Itália, até chinês! Houve até um embaixador não sei de que país – não lembro agora –, vestido com roupas diferentes, e as pessoas estavam todas entusiasmadas. Mas eles não tinham relacionamento com pessoas da minha cidade, e não sabíamos com quem eles iam se encontrar ali. Eles iam de dia, davam uma volta; à noite iam para Cacoal e voltavam no outro dia, tentando ali alguma coisa. Eram pessoas estranhas à minha comunidade, e diziam que eram compradores de diamante, que queriam instalar uma empresa ali.

Inclusive, chegaram a alugar uma casa com todos os móveis dentro – eu fui ver, porque a porta era de vidro. Acho interessante contar isso, porque até a vassoura era importada. Havia sofá, e todos os equipamentos dentro do salão que alugaram, com um helicóptero pequeno, de dois lugares. Eles queriam fazer o pouso do helicóptero no meio da minha cidade. Então, o advogado foi perguntar para mim se podia, e eu falei que não: "Que loucura é essa? O que é isso? Virou o quê aqui?" E perguntei: "Quem é?" Disseram que era uma empresa de mineração. Só que foi fechada e nunca mais apareceu. Depois, essa mudança sumiu, um dia à noite, e esse helicóptero não apareceu mais também. Se vocês quiserem, posso mandar por escrito o nome – que não lembro neste momento – que me foi dito dessa pessoa, dessa empresa que foi lá.

Havia bastante gente, do Canadá, da China, de um monte de lugares, de outros países, bastante gente da Bélgica, inclusive com carros diferentes, com placas diferentes, dentro da minha cidade.

Sobre a outra pergunta de V. Exª, Senador, pela amizade que temos, pelo conhecimento, vou ater-me apenas a respondê-la, sem usar jamais a liberdade que temos.

Sou uma pessoa que... A revista **IstoÉ** fez uma reportagem dizendo que eu era dona do garimpo, que eu tinha várias máquinas lá dentro, que eu comandava,

mandava matar, para pegar os diamantes. Essa reportagem – eu nem trouxe essa revista, porque ela me dá até uma repulsa – causou-me danos morais, políticos e até familiares. Meu marido caiu em depressão. Ele é um mineiro, uma pessoa idônea – V. Exª bem sabe disso –, incapaz de andar sequer com a carteira de habilitação vencida, porque ele cumpre. Ele nasceu assim, foi criado assim. E eu digo sempre que pode haver alguém igual, mas melhor do que ele não existe. E a reportagem levou o meu marido à depressão, inclusive sofrendo agora de Parkinson. Um homem jovem, trabalhador, que levou um choque muito grande, sabendo que, a qualquer momento a Polícia Federal poderia me prender porque eu era dona do garimpo.

Eu não tenho garimpo, nunca tive, e desafio qualquer um a comprovar isso. Tanto é que, amanhã, dia 13, às 14 horas, o meu advogado, que é meu amigo, estará em uma audiência com a revista **IstoÉ**, em São Paulo, na tentativa de conciliação. O juiz mandou, e ele estará lá, amanhã, porque, como eu disse, na minha moral quem vai pôr preço sou eu. Eu não tenho... Nunca incentivei e sempre disse que era ilegal e que o que era ilegal não tinha meu apoio. Sempre disse isso para todos.

Eu nunca incentivei. Eu incentivei a que nós nos juntássemos e nos organizássemos. Eu não tenho. Minha família não tem. Não sou garimpeira, mas, se eu fosse, falaria com orgulho porque eu seria uma trabalhadora e não teria vergonha nenhuma em dizer que era garimpeira. Não sou. Não tenho e nunca tive. E – quem sabe? – quando for legalizado, também não terei. Porque não é só riqueza material, com certeza. E eu já tenho meu lugar ao sol. Tenho como sobreviver. Não tive, não tenho e vou pedir a V. Exª que procure investigar. Meus telefones são bloqueados há muito tempo. A minha vida é vigiada. Mas eu sou muito pequenininha. Isso foi uma maneira de disfarçar. Eu sou Prefeita de Espigão D'Oeste. Esta é uma maneira mórbida: jogar para desviar a atenção de uma pessoa tão...Não que eu seja insignificante, mas sou muito pequena. Sou um grão de areia. Enquanto verificavam a minha vida, os grandes comiam. E quero dizer mais uma vez: não foi só para mim que jogaram isso. Falaram que políticos tinham. Mas foi meu nome que surgiu. Eu não tenho, nunca tive e não terei, porque não tenho habilidade para ser garimpeira.

A Receita do meu Município caiu mesmo. Há 30 mil dias não consigo arrecadar. Por quê? A operação está inibindo. O ir-e-vir dos meus alunos, do leiteiro que tem de abrir o latão do leite para tirar as coisas, do cara que vai levando alguma coisa, para ver se está portando diamante ou crack. É o crime organizado. O meu Município está assim: sitiado. E não é por isso que estamos seguros com a Polícia ali. E diz estar preocupada com o menino que está fazendo racha na rua ou empinando uma moto. Mas é muita coisa... Parece dois carecas brigando por um pente. O que isso? Uma grande organização, grandes homens do Governo Federal vão lá pela primeira vez para ver se a moto do Zé está com o documento em dia e quantas armas pegaram. Você acha que alguém é besta de ficar passando lá? Quem está com diamante não está no Espigão, não, gente. Isso eu estou falando e tenho certeza disso.

E a Polícia Federal, com a eficiência que ela tem e com as condições que ela tem, com o tempo que já teve de estar investigando, sabe onde está o diamante, quem comeu, quem pegou, quem mordeu, quem está atrás do índio, quem está à frente do índio, quem está atrás de garimpeiros, dos grandes garimpeiros de máquinas. E não estou falando dos rodados, dos pequenos. Foi preciso que pequenos garimpeiros, mesmo sendo grandes homens, pais de família, morressem para que vocês ou o Governo Federal nos ouvissem. Digo que sou humanista. Mas, para ser humano, tem que ter uma diferenciação do bicho.

E ali o massacre foi tão grande que Carajás, Candelária e Corumbiara perderam, infelizmente. E eu quero o resgate moral do meu Município. Meu Município foi tachado no mundo inteiro. E é se lá só estivessem garimpeiros bandidos que foram lá brigar e roubar diamantes. Meu Município foi enxovalhado! E meu Município é composto de homens, mulheres, brasileiros de braços fortes, trabalhadores, ordeiros. Não somos parasitas do Estado nem da União. E compõem a minha comunidade brasileiros que não tiveram oportunidade em seu Estado de origem. E Espigão acolheu. E nós fizemos... E lá, Senador, Espigão D'Oeste, o senhor sabe bem – e vou responder a sua pergunta – que a minha Receita caiu. Eu não tenho como manter um hospital de 36 leitos, o qual V. Exª construiu quando foi Governador. Eu não tenho como manter; não tenho como pagar mais de doze médicos; médico algum consegue atender. Um ortopedista, ou um ginecologista, ou um clínico geral, ou um pediatra não consegue atender 80, 100, 120, 240 pessoas por dia porque estou com todos os brasileiros nos recantos, nas periferias da minha pequena cidade de Espigão do Oeste. Eles já têm fome e, além disso, doenças.

A minha receita, 80%, estou deixando no gabinete de V. Exª. Peço ao Governo Federal e ao Ministério da Saúde que não me mandem convênio porque demora muito. Não quero convênio para remédio. Mande remédio para cuidar dos brasileiros que estão lá, que meu município não tem dinheiro para tratar de todos os brasileiros que estão lá, marginalizados de verdade.

Estou à disposição para outras perguntas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pelo que conheço de você, pela amizade que temos com seu marido, eu sabia que você não tinha, nunca teve e não tem máquina no garimpo. Só fiz essa pergunta para dar oportunidade para se defender, porque tudo está sendo gravado pela TV Senado, pela Rádio Senado, e isso, a qualquer momento, vai sair em todo o Brasil. Você estava sendo acusada de ter máquinas no garimpo.

Marquei ontem uma audiência com o Ministro do Gabinete Institucional do Presidente da República, que ficou sensibilizado com o seu leito e está dispondo-se a ir pessoalmente a Espigão do Oeste. Tenho certeza de que, com essa sua maratona aqui nos últimos dias, você está convencendo não só o Senado, mas também as mais altas autoridades do nosso País a irem ao seu Município para prestar-lhe ajuda. Espigão do Oeste e Rondônia estão precisando de ajuda.

Tivemos ontem também, depois da audiência à qual não pude comparecer, tendo em vista que já tinha uma reunião marcada com o Ministro do Planejamento, Guido Mantega, para discutir o projeto da PPP, as Parcerias Públicas Privadas, ainda acompanhou a minha esposa, o Senador Paulo Elifas, que está presente, o Deputado Nilton Capixaba, e, à noite, estivemos do o Deputado Aldo Rebelo. Dos onze parlamentares de Rondônia faltou apenas um porque estava com problema de saúde. Os demais estiveram com o Ministro Aldo Rebelo fazendo o mesmo apelo. S. Exª já tinha conhecimento do problema, já sabia de sua audiência com o General Félix e disse que estava à disposição para Rondônia ajudar Espigão do Oeste. Nessa oportunidade, pedimos ao Ministro Aldo Rebelo que intercedesse junto ao Presidente da República na questão de Espigão do Oeste. Convidamos Sua Excelência para lançar algumas obras, inaugurar outras que já estão prontas, a fim de dar ânimo àquele povo. Afinal, eles estão precisando de alguém que levante o astral da nossa população, pois está muito baixo com todos esses episódios que vem acontecendo por lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Paulo Elifas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Prefeita Lúcia Teresa, nós a conhecemos há 22 anos, desde que foi candidata à prefeita pela primeira vez em Espigão do Oeste. Conhecemos seu trabalho, sua firmeza, a intensa dedicação que tem mostrado no Município de Espigão do Oeste, ao ponto de os prefeitos de Cacoal, quando querem votos na sua região, vão solicitar sua intercessão junto às pessoas que moram perto da divisa do município.

Entendemos que há esse problema indígena, que é uma questão antiga, desde 1960. Aliás, antes ainda, todos em Rondônia conhecem a lenda de Urucumacuã. Dizem que, quando Rondon estendia a linha telegráfica, numa noite, num acampamento perto de um rio, eles perceberam que havia no chão um brilho intenso. Foram procurar e viram que se tratava de uma extensa e rica mina de diamantes. Isso está escrito no relatório de viagem do Marechal Rondon, e o tenente que fazia a cartografia colocou no mapa a localização exata, de acordo com o relato. Depois, esses documentos vieram a ser de conhecimento público, e várias expedições foram seguindo os roteiros da cartografia do documento, mas realmente jamais foi achado esse tesouro de Urucumacuã. Acredito que o Marechal Rondon, já percebendo que havia ambição humana e que aquilo seria fatalmente motivo de grandes desavenças, brigas, disputas, colocou no documento dados errados para que realmente aquela mina não fosse jamais descoberta.

Mas, felizmente para alguns e infelizmente para o Estado de Rondônia, essa mina hoje está numa reserva indígena. Trata-se de uma reserva já delimitada, demarcada. Reconhecemos que os índios têm direito de estar na reserva e que a reserva não pode ser invadida. Sabemos que a mina não pode ser explorada pelos índios, por ser uma atividade ilegal, visto que o subsolo é da União e não, dos índios.

Na realidade, a exploração dessa grande mina é ilegal tanto se for feita pelos garimpeiros como pelos índios. E o Governo Federal tem recebido denúncias de que existe esse garimpo, de que existe a possibilidade de conflitos na região. No ano retrasado, mataram cinco garimpeiros na reserva. No ano passado, foi designada uma força-tarefa para cuidar da mina. Houve seguidos comunicados ao Governo de que o garimpo estava ativo, de que havia garimpeiros na área, de que havia possibilidade de conflito. Mas a força tarefa que estava designada para proteger a reserva, para evitar a garimpagem, realmente, em vez de evitar que isso ocorresse, acabou sendo realmente a promotora desse massacre.

Como uma pessoa que está numa reserva indígena para proteger essa reserva não percebe que existem garimpeiros, que existem máquinas, que há campo de aviação, que há aviões descendo e subindo, que há helicópteros. Então, é de admirar que exista toda essa complacência do Governo, da força-tarefa que estava no local exatamente para proteger a área e que acabe acontecendo esse conflito.

Ficamos admirados ao saber que a Polícia não podia adentrar a área para retirar os corpos. Deram permissão para que se fizesse uma vasculhada rá-

pida, em que encontraram 29 corpos. Depois disso, a Polícia Federal ficou com medo de entrar na área, porque dizem que os índios vão entrar em confronto com a Polícia Federal, o que torna a situação delicada e sem solução.

Uma situação delicada e sem solução.

A tragédia ocorreu no dia 7 de abril, depois de tantos dias, como disse a nossa Prefeita, é muito provável que não se encontrem mais corpos.

Ficamos realmente estarrecidos com a situação e temos certeza de que deve haver uma ação enérgica do Governo no sentido de evacuar a área, retirar o maquinário, todos os garimpeiros, para impedir qualquer tipo de lavra mineral na área. Imediatamente, deve-se fazer com que se promova uma lei, por meio de medida provisória ou projeto de lei, para que essa área de garimpo seja útil tanto para os garimpeiros quanto para os índios, como também para o Estado de Rondônia, para o Município de Espigão d'Oeste e para o Brasil, porque ali, segundo dizem, há grande riqueza, a ponto de se falar que se vende diamante não por unidade, mas por quilo, litro, numa demonstração da quantidade de riqueza ali existente.

A ambição não vai acabar e, caso continue a existir o garimpo, é muito provável que os garimpeiros se reúnam e voltem para lá, porque, se há permissão para que índios e garimpeiros protegidos estejam na área exercendo suas atividades, porque outros garimpeiros, também cidadãos brasileiros, não têm o mesmo direito?

Então, o Governo Federal deve utilizar a força-tarefa para retirar todos os garimpeiros de imediato da área e também deverá promover um debate buscando resolver a questão da exploração da área.

Quanto ao seu Município, Prefeita, reconhecemos que a sua proximidade com o garimpo traz grandes dificuldades administrativas, principalmente pelo aumento desordenado da população. Sabemos também que essa força-tarefa, ao realizar uma repressão no Município, ao investigar a população, ao fechar serrarias ou impedir que elas trabalhem, ao procurar por drogas, traficantes e pessoas que não andam dentro da lei, realmente traz grandes problemas para a Prefeitura de Espigão d'Oeste.

SRA. Prefeita Lúcia Tereza, temos ouvido que há conluio de índios com pessoas da Funai para a venda de licenças de garimpo na região. Eles confeccionam documentos, alguns deles no Município de Espigão d'Oeste, e os repassam para que garimpeiros com máquinas possam entrar na reserva. Dizem que os funcionários da Funai são os intermediários dessas operações.

A SRA. LÚCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – Nobre Senador, V. Exª que tão bem nos representa, em tão pouco tempo, já tem tantos problemas. Como o gabinete de V. Exª é vizinho do Senador Valdir Raupp, parece que as coisas caminham mais rapidamente e fluem melhor.

Senador, agradeço o empenho e a atenção de V. Exª aos problemas de Rondônia. Mas gostaria de dizer que lá não há garimpeiro realizando seu trabalho. Os garimpeiros que lá estavam morreram todos. Ninguém voltou. Se não chegaram até hoje, eles morreram, porque ninguém está garimpando. Eles eram, mais ou menos, cento e setenta garimpeiros. Tenho certeza de que setenta estão mortos. Nunca disse isso para ninguém; estou dizendo aqui pela confiança que me inspirou a Comissão, como disse no início da minha exposição. Ninguém vai mais achar os restos, os ossos daqueles garimpeiros.

Nós enterramos trinta e três. A Funai nos dizia que não tinha nenhum corpo de garimpeiro, porque não havia morrido nenhum. Nós conseguimos, na marra, trazer três, depois, cinco, oito, nove e, por fim, quinze.

Os garimpeiros não estão garimpando, mas os índios estão. O senhor me pergunta se eles têm conta bancária, se possuem documento, se têm aquiescência, orientação do próprio órgão criado para manter os índios sob a tutela, sob orientação dele. Dizia-se que os índios não tinham discernimento para ministrar, ou pensar na vida, na cultura eternamente. Então é óbvio que existe isso, mas diria que não provo, porque ninguém assina corrupção, até hoje não vi ninguém assinar corrupção. Então não posso provar, porque, enquanto eles estão fazendo essas falcatruas, estamos lá tomando conta de todas as áreas do nosso Município, de todos os brasileiros que lá estão. Mas que é verdade é, tanto que a Polícia Federal, com eficiência, com tantos homens, delegados, no meu Município, já deve ter pegado algum documento desse já, nota promissória ou alguma coisa. Eles sabem onde estão, Excelência. É só convocar a Polícia Federal que, secretamente, ela conta tudo pra vocês. Mas isso existe mesmo e é verdadeiro.

O índio tem a reserva dele, mas ele só tem direito de usufruto; se é madeira, ele podia comer o fruto da árvore, usar a sombra e a madeira da árvore para construir sua casa. Mas é o mogno, a cerejeira que ele já derrubou e vendeu a madeira? O que ele fez com o dinheiro? Para onde foi o dinheiro? Quando acabar todas as riquezas naturais da reserva indígena, o que o índio vai comer? Para onde ele vai? Qual a orientação da Funai para preservar a reserva? Construindo tanques de peixe para o índio pescar?

É tudo engodo. Como disse no início, eles estão sorrindo da nossa classe, principalmente da classe política. Mas isso tudo o que o senhor disse é verdade, é público e notório. Só não posso provar para o senhor, porque não faço parte do dia a dia dessa transação e não em mão nada para lhe provar. E, em se tratando de corrupção, nunca vi ninguém assinar nada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra ao Relator, gostaria de assinalar as presenças do Dr. Raduan, Professor de Direito da Faculdade de Rondônia, e da turma de Direito que está em visita ao Congresso. Esta Comissão se sente muito honrada com a presença de V. Sªs.

Passo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Agradeço a Prefeita pela presença nesta Comissão, pela maneira enfática, incisiva com que a senhora se pronunciou. Acredito muito nas pessoas que colocam o coração naquilo que fazem, e a senhora age assim. São essas pessoas que transformam o País, Rondônia, o Espigão do Oeste. É assim que se constrói um grande país, com gente que, acima de tudo, tem coração.

Ouvi atentamente o depoimento de V. Sª e gostaria de dizer-lhe que esta Comissão já passou por vários Estados. Não imaginávamos, pelo que ouvimos de duas semanas para cá, a gravidade dos fatos na reserva Roosevelt, em Rondônia. Acompanhamos situações conflituosas em Roraima, no meu Estado Mato Grosso do Sul, em Santa Catarina e outros locais que muito provavelmente esta Comissão irá visitar e realizar audiências públicas, e atuamos sempre de forma muito equilibrada, ouvindo todos, prefeitos, OAB, Ministério Público, Cimi, Conselho Indigenista Missionário, Pastoral da Terra, lideranças indígenas, produtores, a sociedade como um todo. Evidentemente, é importante registrar que em muitas situações algumas das pessoas convidadas não compareceram. Lamentei muito a impossibilidade desse comparecimento, porque essas pessoas trariam outros subsídios ao debate e enriqueceriam o conteúdo dos relatórios.

Apresentamos o relatório de Roraima, aprovado não só pela comissão no Senado, mas também pela comissão na Câmara; é um relatório igual que, se não atende a todos, majoritariamente atende às aspirações do Estado de Roraima. Mato Grosso do Sul é um caso diferente de Roraima; nesse caso o relatório avança e nossa intenção é discuti-lo ao longo da próxima semana. Agora nos defrontamos com esse quadro desolador retratado muito bem pela senhora na sua exposição.

Sou Senador pelo PT do Mato Grosso do Sul e fui escolhido pelo Governo para a relatoria desta Comissão até porque minha história dentro do Partido não é associada a essas questões indígenas. O Governo Federal me escolheu exatamente por ter isenção maior para avaliar essas questões. Meu Estado é o segundo em população indígena; portanto, a comunidade indígena mato-grossense é fundamental. Estou tendo oportunidades de me aprofundar mais desta vez nesse tema. Ouvimos muita coisa. Algumas pessoas querem tratar esse assunto demonizando uns e santificando outros.

De forma muito curiosa também, parece que nesse debate algumas pessoas se sentem mais brasileiras do que outras; consideram-se arautos da preservação da nossa história, nossa cultura, embora todos nós sejamos brasileiros e amemos nosso País. Respeitamos nossos Estados. Aqui é a Casa da Federação, aqui estão representados todos os Estados de forma igualitária.

Algumas observações são extremamente importantes para o encaminhamento e para a busca de soluções. Primeiro, a Funai é absolutamente desapetrechada, sem estrutura, sem orçamento, sem quadro de pessoal, operando num nível de terceirização grande. A Funai é uma instituição estratégica para o nosso País, até pelas responsabilidades que têm. Ao mesmo tempo, o processo demarcatório exige uma discussão mais ampla, até porque na demarcação de todas essas áreas indígenas são várias as realidades. Nós hoje vivenciamos os problemas enfrentados nas fronteiras do nosso País. Roraima é um caso específico, uma fronteira complicada, de difícil administração com a Venezuela e com a Guiana. No meu Estado, Mato Grosso do Sul, uma fronteira com o Paraguai e com a Bolívia. Em alguns Estados, a biopirataria, a mineração, o contrabando. No meu Estado, o narcotráfico, o contrabando de armas, e tudo isso dentro de um contexto, de um caldeirão maior, de que fazem parte desse processo como um todo agricultores, pecuaristas, produtores rurais, empresários, a Igreja, as etnias, as Ongs, muitas com objetivos muito claros e com intuito de efetivamente prestar um bom serviço ao País. Outras, carregando na sua alma interesses muito diferentes, para não dizer alienígenas, no que se refere ao futuro do nosso País.

Estamos muito determinados, Prefeita. A queda de receita, a dificuldade de ir e vir, quando ao mesmo tempo também, em função desse massacre, criou-se uma espécie de zona neutra, que é o próprio garimpo, onde efetivamente os principais interessados, ou talvez ou eventualmente os principais responsáveis hoje têm condição de operar com absoluta tranqüilidade dentro da área, ainda sob proteção das forças policiais. Essa é a realidade que, infelizmente, estamos percebendo, em função de tudo aquilo que ouvimos, fruto até dessas

observações, muitas delas diretamente associadas a decisões governamentais, decisões do Executivo, do Ministério da Justiça, da Funai, enfim, de outros órgãos do Governo, e outras de caráter legislativo.

Para a senhora ter uma idéia, Prefeita, e também para eu não me estender muito, no meu Estado muitas áreas são ocupadas por pequenos produtores que já vivem ali há 50 anos nessas áreas, que as compraram há décadas e que, de uma hora para outra, estão vendo com absoluto risco a sua permanência. São leiteiros, produtores de queijos, que com a sua família levam esses produtos para vender nas pequenas cidades.

Na questão da mineração, que é o caso específico de Rondônia, vemos outras atividades absolutamente alheias à nossa vontade, à vontade das Forças Armadas, do amor que as Forças Armadas têm pelo País, e a preocupação permanente no que se refere à preservação das nossas fronteiras. Nós vemos a violência atacando sordidamente os grandes centros brasileiros, e que na verdade não passam mais do que um reflexo do que as nossas fronteiras promovem.

No meu ponto de vista – e eu vou me empenhar muito, Prefeito, pode ter certeza –, primeiro é absolutamente urgente que o Senado apresente, Senador Mozarildo Cavalcanti, uma legislação clara com relação à mineração especificamente em áreas indígenas. Peço aos consultores do Senado aqui presentes, que nós preparemos, além de uma legislação específica para as faixas de fronteiras, como também com relação às questões de demarcação, até porque a realidade em cada Estado muda, e portanto, essa legislação tem que ser flexível para entender a realidade de cada Estado, mas que preparemos também uma legislação sobre mineração, no sentido de regulamentar essa realidade nua e crua, como foi aqui descrita pela Prefeita de Espigão D'Oeste. Penso que precisamos colocar um basta nisso, e na minha visão não podemos esperar muito mais. Precisamos colocar essas questões no debate, para que se forem necessários aperfeiçoamentos que discutamos nas comissões do Senado; Comissão de Infra-Estrutura, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, enfim, precisamos acelerar essas decisões, ou seja, precisamos precipitar os fatos, para que tais fatos não se repitam e não continuem.

E agora, Prefeita, entrando um pouco no depoimento que a senhora acabou de fazer, primeira conclusão, meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, não se vai, a não ser por outras maneiras, mas fisicamente, é quase que impossível hoje se definir quantas pessoas morreram; porque o tempo passou. Como a Prefeita disse aqui, 34 dias. O que já não ocorreu nesses 34 dias, simplesmente com uma área totalmente isolada, onde ninguém tem acesso? Portanto, na minha visão, Senador Mozarildo Cavalcanti, essa missão ligada a Rondônia, precisamos dar uma dimensão ainda maior, junto às lideranças no Senado, junto às outras comissões, no sentido de discutir essa questão e punir os responsáveis exemplarmente, porque isso é uma vergonha para nosso País, é uma vergonha para todos nós brasileiros. Não estou aqui nem entrando no mérito das responsabilidades, mas é uma barbaridade o que aconteceu em Rondônia.

Eu gostaria, Prefeita, aproveitando essa oportunidade de tê-la conosco às vésperas de um depoimento do responsável pela Funai em Rondônia, de extrema importância, o Sr. Valter Bloss – como disseram os Senadores Raupp, Paulo e também o Senador Augusto, que tem acompanhado todo esse trabalho conosco –, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta.

A senhora tem o conhecimento de mulher guerreira, que luta pela vida, que tem uma história política e de trabalho, mais do que nunca, pelo Estado de Rondônia. Eu ouvi a senhora falar do Governador Teixeirão. Eu andei muito por Rondônia, principalmente quando eletrificamos o trecho Porto Velho–Ariquemes–Ji-Paraná, que foi também um desafio heróico. Nós eletrificamos toda aquela região. O Senador Raupp conhece muito bem e acompanhou a realidade que enfrentamos para que levássemos energia para um Estado pujante. E vejo a sua expectativa por Rondônia, pela decepção que depreciou a cidade, o Estado e o Brasil também. Com a praticidade que a senhora tem, aqui foram apontadas várias soluções executivas, estruturais e legislativas. Se a senhora fosse o governo federal, a Funai ou o Ministério da Justiça, com a vivência e experiência que possui, que providências sugeriria a essa Comissão para darmos celeridade aos trabalhos na busca de uma solução rápida para o desastre que aconteceu, infelizmente, em Espigão D'Oeste?

A SRA. LÚCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – Senador Amaral, é muito bom quando se pensa estar empobrecendo sozinha, relegada, e de repente um jovem senador com uma cabeça bonita como essa me dá atenção. Eu me sinto valorizada. A mulher não exige muito para ser feliz, basta ter carinho, respeito, não é mesmo? Não é jóia nem carro que faz a nossa felicidade. E quando o senhor fala, eu penso que valeu a pena. Nunca terei vergonha de ter sido honesta, porque um jovem fala isso de mim. Eu gostaria que os meus filhos tivessem ouvido o que o senhor está falando. Valeu a pena!

Quem sou eu? Se eu fosse o Governo Federal... Se fosse fácil, não seria ele, seria outro. Se fosse fácil

resolver, já o teriam feito, porque faz muito tempo que estamos gritando.

Quando se está de fora, parece fácil resolver. Mas lá dentro é diferente, como V. Exª disse. Eu vou falar o que penso, na minha parca, humilde e singela – mas não simplória – experiência. Às vezes, fico a noite inteira sem dormir e, às três horas, perco o sonho pensando como será o dia seguinte, fico imaginando como poderia ser. Penso que aquela riqueza não pode ser de dois ou três, porque os índios não têm discernimento para gastar aquela riqueza. Estão vendendo algo que vale R$100 mil por R$10 mil, estão sendo enganados.

Trabalhadores em garimpagem, como temos milhões no Brasil, em todos os Estados, poderiam ter geração de emprego e renda decentes, também, numa ação coordenada. Eu penso que todos têm receita; é fácil para quem está de fora. Mas eu não estou de fora, estou vivenciando o problema. E V. Exª me permitiu falar isso grosseira e empiricamente.

O que penso quando estamos todos sentados no chão, o peão, o bêbado, o comerciante, o madeireiro, o leiteiro, o açougueiro, o vereador, o prefeito, sem saber como será o dia seguinte, se haverá óleo para a máquina. Há trechos de vinte quilômetros onde há 14 pontes a serem construídas. E dali a cinqüenta ou sessenta quilômetros não há mais madeira. Fico com pena do outro Prefeito, pensando como ele irá fazer para colocar cimento em tudo, são 632 pontes.

Tão rico o meu Estado e eu morrendo pobre. Tanto diamante e eu comendo cascalho. São essas coisas que nós ficamos falando. Por aí que vemos a solução e V. Exª me oportuniza...um jovem.

Aquela riqueza não vai ficar ali. Vai continuar sendo furtada para fora do nosso País. Isto é o que mais me revolta: os outros tirarem onda com a cara da gente ainda.

O Governo Federal – em que acredito, pois todo mundo tem filosofia, ideologia e eu não sou de oba-oba, não sou muito de reunião e conferência, sou muito de produção e trabalho, pois foi assim que aprendemos; não tenho muito amor por Partido, tenho amor pelo homem. Eu não tenho muito essa coisa de "a minha bandeira é o PTB..."sou ignorante nessa questão. Sou uma política que não gosta muito de comício, de rojão, porque fico com medo de alguém se machucar. Que político não gosta de barulho? Eu não gosto.

Então, se eu fosse o Governo Federal, o Lula, eu ia, imediatamente, com o Senado que tem agora – muitos Senadores atuais não têm aquela idéia arraigada, egoísta, individualista, todo mundo vê isso, pela TV Senado, criada pelo Ramez Tebet, meu padrinho de casamento – porque eu morei e casei em Três Lagoas, fui barrageira, lecionei na Barragem de Jupiara, na Vila dos Operadores. Essa TV Senado foi uma boa idéia porque nós, brasileiros, ficamos sabendo o que acontece aqui, aquele que trabalha, aquele que faz, aquele que tem posição. Todo mundo, até um peão, sabe qual é o Senador bom, que tem posição, que não fica em cima do muro.

Se fôssemos Governo, nós faríamos o seguinte: aquela mina de ouro...na hora em que descobrirem o ouro bom que existe para lá um pouco aí é que a coisa vai complicar. Por isso, tem que se acudir agora. E é essa legislatura que tem que fazer isso, porque – como eu já disse – o acaso não existe.

O Governo não pode deixar na mão do Zé ou do Mané, porque se não ele sempre vai puxar a sardinha para um só grupo. E aquilo pertence a todos os brasileiros, índios, pretos, amarelos.

Primeiramente, tem que se perguntar para o índio o que ele quer, se ele quer trabalhar ou se quer pôr o cocar só na hora em que a televisão aparece, se ele quer manter a tradição ou se quer preservar a mata – o que eu acho muito bonito, pois o equilíbrio é vital, tem que existir em tudo na vida –, se ele quer ficar em um hotel cinco estrelas ou quer ficar na floresta, o que ele quer aprender. Eu acho que o índio tem o direito de mandar seu filho para a faculdade, tem que ter esse direito, ele tem que evoluir. Mas nós temos que andar juntos, com equilíbrio.

Essa mina de diamante não pode ir para o Japão, não pode ir para o Canadá, Itália e outros países. Ela tem que ser revertida em benefício do País, para o equilíbrio da nossa natureza, do nosso meio ambiente.

O Governo Federal é que tem que tomar conta dessa mina de ouro, porque é ele que tem que dividir as riquezas entre os Estados e Municípios e coordenar. Aquela terra não é dos índios, é do Brasil. É de responsabilidade do Governo Federal ou uma estatal, que não seja uma Funai, um Ibama, que seja um órgão criado...quem sou eu para dar palpite, Excelência?

Será que o senhor está pedindo isso mesmo para mim?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não só pedindo como gostaria de ouvir, Prefeita, porque eu acredito muito em gente que faz. Conversa fiada já temos ouvindo demais. Gente que faz é que é importante para mudar o Brasil.

A SRA. LÚCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – Tem que ter garimpeiro, gente que nasceu... tem gente que diz que não sabe fazer outra coisa, só garimpar. A esposa do rapaz que morreu e nós enterramos lá em Espigão é professora em Cardoso e ficou 15 dias comigo lá e nos penalizamos muito dela. Ela disse: "D. Lúcia, o meu irmão é caminhoneiro e o meu marido só gosta de garimpar, nasceu para isso."

Então tem que ser uma coisa mista, composta por brasileiros que tenham essa ideologia, essa filosofia de V. Exª e que tenham tempo para fazer muita coisa e rapidamente.

No meu entender, Exª, deveriam ser os índios, juntos. Não eram eles que estavam guardando essa terra até agora para que ninguém tirasse os diamantes? Então, os índios, mais os garimpeiros do Brasil, e que o Governo Federal tivesse uma estatal mista com cooperativas. Mas que fizesse coisas que já deram certo e expurgasse as que deram errado. Deveria colocar gente honesta, como V. Exª disse, gente da pastoral, porque há religiosos honestos, há políticos honestos, há garimpeiros honestos, há até índios honestos. Em todos os segmentos, há gente honesta. Portanto, ele deveria expurgar as coisas que deram erradas e deveríamos compor um quadro, porque há tanta riqueza que ela não pode ficar na mão de meia dúzia de pessoas.

Quem tem de participar? Todos os brasileiros, porque isso tem de ser revertido em benefícios duradouros para o nosso País. O índio já comeu a madeira, vai comer diamante; e depois, vai comer o quê? Ele não sabe nem aproveitar, ele também está jogando fora! É mal-informado, mal-orientado. Estão se aproveitando deles também.

O que não admito é matarem covardemente jovens, filhos de mães, filhos de pais do jeito que mataram.

Está aqui, Exª. Não tenho muito porque sou muito carente de máquina, de filmadora. V. Exªs não acreditam, mas sou mesmo. Está aqui uma fita que quero que V. Exª veja. Há poucas fotos.

No Dia da Criança, enterrei cinco. Juntamos os bichos para serem enterrados juntos. Até o caixão foi difícil eu comprar, porque custa R$220,00 cada um, e eu não tinha dinheiro. Enterrei gente que nem sei quem é.

Vou passar as fotos às mãos de V. Exªs, e o que V. Exªs precisarem podem falar.

Não adianta que a exploração não vai parar mais. Vai morrer gente, porque "se você pode, eu posso". Não posso comprar uma máquina e não posso ficar sob a tutela do índio. Então, vou utilizar a minha peneira.

Não vai parar, Exª! Quero lhe dizer isso seriamente. A minha humilde sugestão – fiquei tão animada agora! Não sou muito esperançosa, mas sou otimista, rapaz! Quando se fala assim, parecer que se vai resolver mesmo o problema. Vou acreditar! Tenho certeza de que essa não vai ser mais uma decepção na minha vida, porque já não tenho mais tempo para isso – é que teria de ser por meio de cooperativas idôneas, sérias, mistas, estatais; e o Governo Federal observando, orientando – não sei bem como se faz isso. Não sei como que se vai proceder, Exª, mas acho que teria de ser assim. Nem só índio pode comer, nem só aquelas pessoas que estão por trás, manuseando os índios, nem só os grandes, que falam que são garimpeiros, mas não são. São os donos do dinheiro. Compram o maquinário para os coitadinhos receberem só um pouquinho. E, ainda, quando os coitados têm muito a receber, morrem também, para não receberem o que trabalharam.

Então, há muita ilusão ali, muita ganância! Isso é que não é perdoável.

Aquilo não tem mais jeito de parar. E o Mato Grosso, o seu Estado, também vai ser regulamentado, porque grande parte desse garimpo fica lá.

Há gente ali de Ariponã, há gente de Pontes e Lacerda, de Juína. As pessoas estão jogadas. São 10, 15, 20 em um barraco só ali, na minha cidade. Há gente de Colnisa – acudo muitas pessoas doentes lá –, que também pertence ao Estado do Mato Grosso.

Então, Exª, teria que ser rápido. Sabe por quê? Porque continuam roubando o nosso diamante, continuam iludindo os índios. Há alguns que não se iludem.

Não é admissível inverter. Tenho muito medo porque os valores estão tão invertidos, que começo a ficar temerosa!

Conheço o Apoena Meirelles desde 1974, quando ele me empurrou, na porta do meu barraco. Eu estava ensinando o Apoena e o Nambu a ler e a escrever, que era do suruí. Ele falou que era a Funai que tomava conta e bateu no meu peito e do Carlos Roberto Pires, no barraco. Eu o conheço, ele era jovem, hoje está bem velho. Eu o achei esquisito, com o cabelo preto, bem forte. Ele falou que quem tomava conta eram a Funai e ele, porque eles são do lado do índio. Do lado do índio é uma coisa, estar junto com o índio é uma coisa. Estar do lado tirando proveito do índio é outra coisa.

Eu não sei, mas a Funai tem que rever isso, porque é tanta coisa que se ouve falar, tanta coisa. Não é só esse Walter, não. Tem mais. Pergunta para o Walter, amanhã, quem são os funcionários da Funai que estavam lá, também, no dia do massacre, que foram lá olhar em volta. Ficam dando recado, gente da Funai.

Como a Funai consegue ficar lá, junto com os índios, ter essa convivência, os índios respeitá-los e obedecê-los, e os índios não os obedecerem quando falaram para não matar?

Então, está tudo errado. É hora, agora, de ter coragem, mesmo, de acabar com a Funai. Não acabou com a Sudam? Não acabou com a corrupção? Acabou.

Quero dizer a V. Exª que admiro muito o cara que tem uma bandeira como o senhor tem, do PT, dizer que não somos arraigados, não somos extremistas. O se-

nhor sabe o que é certo e o que é errado. Isso que é bom saber, que o Governo está depositando confiança num homem tão certo como o senhor. Pode saber que ninguém, de Partido nenhum, quer que aconteça o que acontece lá, agora, todos nós queremos que aquilo se legalize urgentemente. Eu não vou falar aqui e, numa hora, se o senhor me der oportunidade, vou falar com o senhor, mas o senhor não acha estranho falar que morreram não sei quantos mil índios, quando nunca vimos mais de 300 índios ali?

Vê-se que tem índios de outras tribos, de longe, que vieram para ali, chamados para ali. Quem faz esse intercâmbio? Não é a Funai que faz isso?

É muita coisa, então tem que se legalizar de maneira onde o índio possa dizer também o que ele está querendo, o que ele quer – dizer que índio é inocente é triste, mas é risível – , e pôr para funcionar com equilíbrio, com compensação para o nosso ecossistema, para o nosso meio ambiente. Falam muito em meio ambiente os ecologistas do asfalto, mas lá eu quero ver. Vai lá. Tem muita gente que fala em equilíbrio, em meio ambiente, que você planta o boi que come na mesa. Tem ecologista que come carne, mas a grama, o capim que o boi come tem que ser entre árvores, então tem que ficar cada um com um cabresto fazendo o boi pastar, segurando – pelos ecologistas do asfalto, que não entendem de equilíbrio.

É óbvio que se não cuidarmos do meio ambiente, nós vamos ser prejudicados. Isso é consciência que todo mundo já tem, mas em detrimento de pedras preciosas, já deve ter o Minas e Energia e o próprio Ministério do Meio Ambiente, deve ter o impacto que faz tirando essa pedra. Por que essa pedra existe? É riqueza natural? É para ser retirada? Não é para ser retirada?

Então, eu acho que, se for para ser retirada, o Brasil tem que ser beneficiado, não meia dúzia de índios e meia dúzia de gente que nem vota aqui, não tem nada com o Brasil.

A conversa é essa, o que mais me irritou, que supitou a minha ignorância, foi esse italiano, sentado numa lanchonete, com umas menininhas novas, porque o senhor sabe que no lugar tem as menininhas novas, falar: "Eu não falei que era fácil?" Era um senhor de idade, o que acho mais ridículo ainda, com uma menina nova, de 18 anos, que disse assim: "Eu não falei que aqui no Brasil era fácil? Aqui só tem político burro, ignorante e prostituta." Não pode deixar acontecer isso. Ser passado para trás por irmão ainda vai, mas por gente de fora, que só vem aqui e vai embora? Quem está sofrendo somos nós.

É uma fonte riquíssima de ação: o nosso Governo Federal colocaria em dias o compromisso – eu não digo promessa, porque tem muita gente que confunde promessa com compromisso – da geração de emprego com que se comprometeu na sua campanha.

Olha como Deus está mostrando para ele: ali, seria uma grande fonte de geração de empregos para famílias e não para bandidos, mercenários, que são contratados para matarem garimpeiros. O que mais me entristeceu, Exmº Sr. Senador – nem todos são excelência como V. Exª o é – foi o que um policial federal me disse: " Não se desespere, Prefeita – isso faz quatro dias –, tudo isso vai se acalmar. Estamos aqui para dar-lhes segurança. V. Exª observou que a mídia já parou de publicar o caso?"

Nobre Senador, se for para chamar a atenção, eu, uma senhora de 58 anos, que estou ameaçada de morte, e ninguém sabe disso, e que tenho no meu celular as ligações registradas, e nem por isso incomodei a polícia para me disponibilizar um segurança, porque a minha segurança é o meu Deus, porque Ele pode mais, porque Ele existe. Então, ele disse: "A imprensa já parou, sequer está dando ênfase ao assunto, fique quieta que tudo vai se resolver". Resolver, o quê? Mas Deus me fez vir até aqui e ser ouvida por V. Exªs. Estou satisfeita.

O meu sofrimento, o da minha família, o dos comerciantes de Espigão D'Oeste* e dos pequenos agricultores, é grande. Sr. Presidente, em Espigão D'Oeste tenho cinco assentamentos que foram jogados pelo Incra, não se trata de invasões, aliás, muitos falam que propriedade improdutiva pode ser invadida, então garimpeiro pode invadir as reservas indígenas! Não é assim.

Portanto, se não tivermos respeito, em primeiro lugar, pelo próximo, respeito de divisa, respeito pelas atribuições, respeito por propriedade, enfim, coisas básicas que se aprende quando se é criança, coisas que os grandes filósofos e estudiosos querem incrementar, que, no final das contas é o velho ditado do Donato dos Santos que ainda prevalece: nós não vamos a lugar nenhum. E vai continuar pai matando filho, filho matando pai por causa de dinheiro. Isso é bíblico. Mas Deus dá inteligência ao homem para cortar e bloquear isso. Deus dá inteligência para os Senadores do meu Brasil, que estão lá com faixas prontas há 15 dias esperando por V.Exªs para que tudo isso possa ser resolvido.

Legalizem o garimpo em benefício da nossa Nação! Paguem a dívida externa para que não fiquemos com o pires na mão! Libertem-se, porque nós sabemos tomar conta das nossas riquezas. Eles é que não souberam. Destruíram lá e querem mandar em nós aqui, colocando índio para tomar conta de riqueza escondi-

da. Estou falando empiricamente. S. Exª mandou que eu fosse o mais fiel possível.

Sr. Presidente, esses garimpeiros que morreram – está na fita – estão de costas, cortados os testículos, furados os olhos e com as mãos amarradas. Eu vi, ninguém me contou, com um cipó amarrado naquele plástico preto. Eu ouvi um índio dizer para um outro que branco, quando não se mata direito, ele grita muito. E cheio de bicho, e de costas, com certeza estamos pedindo para que os nossos Senadores façam justiça. Nada acontece por acaso. Não eram meus conhecidos, mas poderia ter sido o meu filho, ou de V. Exªs que ali estivessem. São filhos que sequer seus pais sabem de seus paradeiros. Saíram para o mundo, foram trabalhar de peão nessas fazendas e que nunca retornaram. Mãe, pai, esposa, filhos, enfim, ninguém sabe do paradeiro daquelas pessoas. Estão lá, mortos e enterrados. Sabem o que o índio contou: que naquelas poças, na hora em que eles punham a cabeça, eles os matavam. Os índios estavam bem instruídos, com flechas e bodoques, porque não tem um crânio inteiro. Eles têm muitas armas, eles adoram armas. Quando a televisão chega eles se comunicam em suas línguas e colocam o cocar; Aí o povo fala: "Lúcia, será que eles compraram aquele cocar em Parintins, quando foram na festa de avião?" Porque eles não usam mais, não têm mais o costume, nem uso nem costume. Agora, as mulheres de índios são obrigadas a aparecer pintadas.

Fui um dia que tinha escola lá e passei para o Estado, que não quis mais tomar conta de escola do índio, devido a esse garimpo que tem lá. As mulheres estavam lá sem comer quase nada. Tinha piruá de pipoca lá. Mulher, criança de índio, índio com subnutrição. Alguns filhos de índios vão com o carro da Funai para hospital particular. E os outros?

Então, Excelência, tem jeito sim. Só não tem jeito para a morte. Mas se os senhores quiserem, quem tem a força, quem tem o jeito são os senhores. Se quiserem, os senhores resolvem amanhã. Conforme disse o Senador, tira todo mundo de lá: índio e branco. Vamos agora resolver o problema, vamos legalizar o garimpo. A terra é da União; a União é que manda. Vamos extrair o garimpo de maneira organizada, equilibrada, onde possam participar branco, preto, índio e amarelo – brasileiros. Se acontecer isso, Excelência, acho que vai resolver. Nós é que complicamos às vezes, mas, no dia-a-dia vemos que está fácil de resolver – pensamos assim – a não ser que haja algum trato, algum conluio por baixo do pano que não possamos saber, que ninguém possa resolver. Nesse caso, não sei, porque tem uns negócios esquisitos que acontecem, pessoas que engatam a primeira, Senador, que parece que vão resolver, mas no outro dia já não engajam a segunda e desaparecem. E vemos que já está com máquina, já está vendendo diamante e, daqui a pouco tem caminhonete Mitsubishi, Toyota, e aí fica esquisito. Não entendo. Sou curta para entender.

Gostaria de dizer que o que V. Exª mandar eu faço. E, mais uma vez, como é bom saber que estamos sendo ouvidos por pessoas tão inteligentes e preparadas que Deus colocou em nosso caminho!

Não sou nada. Na minha cidade, muitas pessoas poderiam dar sugestão melhor que eu. Não tenho casa na praia, não tenho férias, nunca tive, nunca fui passear, então vamos empobrecendo, sozinha, mas tem muita gente em Espigão do Oeste, no meu Estado, que poderia lhe sugerir outras formas. Mas, grosseiramente, a única maneira é esta. Não tem mais jeito de fechar aquele garimpo, porque o índio não vai parar, ele já se acostumou com a pedrinha boa, muito dinheiro, muito bom – quem não gosta de coisa boa? Qual o homem que não gosta de entrar num carro com ar condicionado, andar com mulher nova, cheirosa e bonita, comer bem em restaurante? Até eu que sou mais besta gosto. Agora, a maneira que está errada. O branco também precisa ter um lugar ao sol, precisa trabalhar.

Se V. Exª quiser, estou à disposição. Fico agradecida a Deus. Tenho vontade de sair gritando de alegria, apesar de não esquecer dos que morreram. Estou olhando para o senhor e vendo as pessoas que morreram. Eu queria muito que o senhor assistisse essa fita, que não é sensacionalista, as pessoas foram gravando, me deram e eu trouxe.

Não é só neste Governo que gritei – já estou berrando; desde o outro Governo Federal, do outro governo estadual que estou pedindo que isso não acontecesse. Parece que estávamos prevendo. Por quê? Porque víamos a ganância, essa maldição entre os homens.

Gostaria de agradecer, pedindo desculpa pelas minhas palavras. Tantas coisas que eu gostaria de dizer que, no fim, perco o fio da meada. Se eu soubesse que seria assim, eu teria escrito, me preparado. Hoje, às três horas da tarde, o Senador ligou informando que eu seria ouvida, senão eu teria me preparado teria sido mais objetiva com os senhores. Mas, o que o senhor quiser de mim, pode ver que é uma mãe que está falando aqui, que teme a Deus e que torce pelos senhores. É tão difícil chegar a ser Senador! São três Senadores em cada Estado. Todos os milhões dependem dos senhores, que decidem. Os senhores têm que ajudar o Presidente. Essas pessoas que ficam em volta do Presidente – nós que somos políticos sabemos –, alguns querem apenas agradar... Ninguém me agrada, ninguém canta parabéns para mim, ninguém me dá um maço de cigarros, pois sabem que não gosto dessas coisas.

Ajudar o Presidente da República, levando seriamente as coisas. Registro aqui que senti muita firmeza nas palavras do General Félix. Aquele homem, no mínimo, tem bom senso.

Estou à disposição de V. Exªs a noite toda, não ganho por hora. Se trabalharmos para resolver esse problema, até o pessoal de Brasília e os funcionários públicos serão beneficiados. Todos nós, brasileiros, seremos beneficiados, e não só os trabalhadores em garimpagem, mas todos no Brasil. Primeiro, pela respeitabilidade em relação às nossas reservas e riquezas. Os estrangeiros não podem chegar aqui mandando e determinando. Trata-se de orgulho pessoal, no bom sentido. Tenho tanta raiva, que nem Coca-Cola eu tomo...

Desculpe, Excelência, eu vou parar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Delcídio Amaral, concedo a palavra a V. Exª para suas considerações.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/ PT – MS) – Prefeita, nós vamos trabalhar muito juntos.

A SRA. LÚCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – Amém.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/ PT – MS) – Amém. E tenho certeza de que, pelo menos, a nossa vontade nos levará à efetividade em nosso trabalho. Falo muito com o Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, que o nosso empenho não será em vão.

A SRA. LÚCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – Amém.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/ PT – MS) – Esse trabalho trará resultados ao País, e espero que, com o nosso mandato, possamos contribuir para um Brasil melhor, soberano e de todos nós – índios, mulatos, negros, brancos, amarelos –, como V. Exª disse. Acredito nisso. Esse é o nosso desafio.

Para encerrar, faço-lhe apenas uma pergunta, fruto de tudo o que foi falado, a respeito das instituições que representam o Governo Federal. Não vou dar nomes, mas falarei de uma maneira mais ampla sobre aquilo que diz respeito às instituições federais lá representadas, como Funai, Polícia Federal, Incra. Dentre as instituições lá presentes, as marcas do Governo Federal, V. Exª entende que, em razão de tudo isso que aconteceu, as pessoas que estão lá efetivamente estão dando o suporte que se espera, a tranqüilidade a Espigão D'Oeste, até com os comentários que acabou de relatar. A mídia deixou de repercutir aquilo que aconteceu. Então, qual é o grau de confiabilidade e respeitabilidade das autoridades federais constituídas em Espigão D'Oeste?

Essa é minha última pergunta, Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – Eu tenho que responder?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Exª pode responder, ou não. Tem liberdade para isso.

A SRA. LÚCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – Responderei ao nobre Senador, mas não gostaria de generalizar, porque, em todo saco de laranja boa, há sempre uma podre. A podre nunca fica boa, e deixa outras podres. É nisso que fico pensando, porque sempre há na ponta, ou no meio, alguém bom e bem intencionado. Então, não posso generalizar. Mas funções, ou todos esses órgãos com a mesma função, está dando tranqüilidade? Não. Não está. Está evitando um conflito entre índios e garimpeiros? Talvez. Porque não estamos tranqüilos, mas amedrontados. Já disse que no tempo da ditadura já apanhamos, já passamos por isso. Ninguém no espigão pode ver coturno que se assusta. Mas não porque somos bandidos. Mas aí podem dizer: quem é ordeiro e trabalhador não precisa ter medo da polícia. Aí que V. Exªs se enganam. Tem hora que temos medo. E não sabemos por que, se é para se criar um fato, ou seja, qual o fator determinante que vai ser criado, que vai ser inventado. Não falaram que eu era a dona, a rainha do garimpo. Não falaram tantas coisas. Então, tenho muito medo do que está por trás.

Gostaria, então, de dizer a V. Exª que nem o Incra está resolvendo, tanto é que lá existe uma invasão há cinco anos, e agora estão colhendo café, milho, etc. São 52 famílias em meu Município e todo dia dizem que vão legalizar e não fazem nada, mas chegou uma ordem de reintegração de posse da viúva. E essas famílias que já estão produzindo, vão para aonde? Não é para dar terra para quem não tem. Então por que não deixa lá, por que não resolve? Não é fácil resolver? Precisam tantas reuniões, tantos fóruns, tantas conferências? Isso está pegando mal. Como V. Exª falou – não sei a palavra técnica –, tem que se resolver. Não se pode ficar só na promessa. Tem que se resolver. Acredito. Vim aqui e acredito que alguma coisa vai ser resolvida.

O que está acontecendo nesses órgãos é o seguinte: muito cacique para pouca tribo. Fizeram barulho enquanto estava na mídia. Depois que paramos, ficamos todos quietos. Pensamos que seria melhor ficar quieto, porque quanto mais se mexe, mais fede. Tudo vai resolver. Quando soubemos que uma comissão de Senadores iria lá, pensamos que ia resolver. Porque ouvimos os Senadores falando, e há alguns se sobressaindo, pela TV Senado e pela Rádio Senado. Já sabia, mas ao mesmo tempo não sabia que era V. Exª, que era do PT, mas não tão arraigado como muitos que estão

lá e que estão somente do lado do índio. Tem que se estar do lado do ser humano. Não é mesmo?

Gostaria, então, de dizer que não generalizaria. Não sinto que essa operação, essa junção de órgãos esteja resolvendo, mas, sim, escondendo, paliando, procurando coisas onde não existem, enfim, desassossegando, causando impacto, presença, mostrando que estão lá, com dezenas de carros do Exército. Por que não foram quando eu pedi, para que pessoas não morressem? Precisou que o miserável, o coitado do "josé", do "joão" do "sebastião" da vida morrer para que eles aparecessem. Agora não precisamos mais deles. É só falar para que os índios fiquem lá ou eles têm que ir à reserva, à 108, ao Bradesco, no "Zé Doido". É lá que eles têm que ficar e não na entrada da minha cidade. Nós temos Prefeita, moço! Estão me desrespeitando demais. Não me dão satisfação. Estou revoltada. E não é que eu queira mandar, que eu seja mais ou menos brasileira que os outros. Mas eles não respeitam.

Portanto, não está resolvendo. Eles têm que ficar lá cuidando dos índios, para que não venham... Para que os compradores de diamantes não irem até as reservas. Pode deixar que a polícia militar, que é valorosa no meu Estado, resolve as brigas e os rolos na minha cidade. Não precisamos de 480 homens. E para resolver o quê? O que é que eles estão resolvendo por lá? Só sei que estão sendo gastos R$20 milhões nessa operação. Mas isso não vai resolver. Quem vai resolver são V. Exªs, que vão tomar uma posição. O que essa operação montada lá está resolvendo? A força tarefa? Se eles saírem de lá volta tudo ao que era antes? Tem que se resolver. Os 480 homens vão ficar eternamente no espigão? Será que não temos capacidade de, juntos, resolvermos esse problema e não preocuparmos o Presidente com essas coisas? Vamos encontrar soluções. Essa equipe de 480 homens vai ficar a vida inteira guardando esse garimpo, para apenas meia dúzia comer, porque continua.

O que V. Exª quiser da minha pessoa, quero responder. Porém, tenho medo de falar algumas coisas, porque ainda tenho muita coisa para fazer e não quero morrer. E não mereço morrer numa batida de fusca, de infarto ou de um tirinho. Não mereço morrer assim. Se V. Exªs precisarem, falarei. Se forem a Espigão, sentaremos no barraco e falaremos. Porém, o que eu puder falar, não tenho medo, porque, para mim, é como dizia meu pai, dá no tutano, porque no osso já deu. E agora ou nunca. E vi que agora vamos resolver mesmo. Primeiro, se é jovem ou tem experiência, vontade, dignidade, compromisso e vi que teme a Deus. Então, não tem como não dar certo. Dará certo agora.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a presença da Prefeita. Como disseram os dois Senadores de Rondônia, estamos muito preocupados. Estamos conscientes de que o problema é muito maior do que a mídia apresentou. Foi importante o requerimento dos Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas pedindo que esta Comissão também analisasse a questão de Rondônia, porque, como disse V. Exª, se não existisse esta Comissão, talvez o fato estivesse completamente abafado. Não deixaremos que isso aconteça, vamos investigar profundamente o caso.

Adiamos por duas vezes a nossa ida a Rondônia por estratégia, pois surgiram fatos importantes e precisávamos nos documentar. A nossa ida para lá tem que ser produtiva. A presença de V. Exª acrescentou muitas informações às que ouvimos do Juiz de Direito de Espigão e dos garimpeiros, inclusive dois deles sobreviventes do massacre. Pretendemos, ouvindo amanhã o Dr. Valter Bloss, caminhar mais. Em nossa ida a Rondônia pretendemos visitar a reserva, ver a realidade, além de ouvir outras pessoas que não podem deslocar-se para cá.

Como disse o Senador Delcídio Amaral, os Senadores são representantes dos Estados, e o Senado estava demorando muito para tomar conhecimento da questão indígena, que é federativa. Na realidade, quando se cria uma reserva indígena, está-se tirando do Estado uma terra em favor da União. Portanto, a União tem que se preocupar com o Estado ou Município cuja terra é retirada. Tem que se dar tranqüilidade ao índio e ao não-índio. Temos que trabalhar para evitar a continuação desse *apartheid* étnico que se está montando no Brasil. Portanto, teremos a maior tranqüilidade, mas também muita firmeza para apurar até o fim essa questão e dar uma solução a ela, porque apenar apurar é um papel meramente policial. Queremos apurar e indicar soluções para essa questão.

Agradeço a presença de todos, especialmente do Senador Delcídio Amaral, nosso Relator, e dos Senadores Paulo Elifas, Valdir Raupp e Augusto Botelho.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF **"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA E AO MATO-GROSSO DO SUL, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO E RONDÔNIA, INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS".**

Ata da 9ª Reunião realizada em 13 de maio de 2004.

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dezesseis horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com

as presenças dos Senadores Delcídio Amaral, Jefferson Peres e Valdir Raupp, membros, e ainda com as presenças dos Parlamentares não membros Senadores Augusto Botelho, Paulo Elifas, Ana Júlia Carepa e Fátima Cleide e ainda os Deputados Federais Elimar Máximo Damasceno, Eduardo Valverde, Rodolfo Pereira, Miguel de Souza e Alberto Fraga, reúne-se a Comissão Especial Temporária **criada pelo requerimento nº 259, 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima e ao Mato-Grosso do Sul inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente Reunião tem por finalidade ouvir a exposição do Dr. Walter Bloss – Coordenador da FUNAI em Rondônia, que fez uso da palavra, explicando os acontecimentos nas terras indígenas do Parque do Aripuaña, onde se localiza o garimpo da Reserva Roosevelt. O depoente ainda informou que, coordena um grupo tarefa composto por um Procurador Federal e três Técnicos Indigenistas, sendo que existem no local três pistas de pouso, sendo uma na Reserva Roosevelt, outra na localidade de Tenente Marques onde a Funai mantém um chefe de posto e a terceira, na Aldeia de João Bravo. Às dezesseis horas e cinqüenta e minutos, o Senhor Presidente determina à Secretaria para que tome as devidas providências, no sentido de transformar a presente reunião em reservada, para o depoimento, à pedido, do Dr. Walter Bloss e acatado pelos membros da Comissão. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Francisco Naurides Barros*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003, do Senado Federal, com a finalidade de ir aos Estados de Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rondônia e Mato Grosso, a fim de se inteirar das questões fundiárias, notadamente nas terras indígenas.

Peço ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, considerando que ela foi distribuída. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, considero-a aprovada.

Informo que a presente reunião destina-se à exposição do Dr. Walter Bloss, Coordenador da Funai em Rondônia.

Contamos com a presença dos Deputados que compõem uma comissão idêntica da Câmara dos Deputados e a Comissão da Amazônia, também daquela Casa.

Esclareço que, atendendo ponderação do Dr. Walter Bloss, esta reunião será feita de forma reservada. Portanto, peço a todos os presentes que não sejam Senadores ou Deputados que deixem a sala e que a gravação seja interrompida, para convidarmos o Dr. Walter Bloss a comparecer a esta sala.

(Passa-se à reunião secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço ao Relator, Senador Delcídio Amaral, aos Senadores Valdir Raupp e Fátima Cleide e aos demais Parlamentares que aqui compareceram e participaram desta longa reunião, em que tivemos a oportunidade de ouvir o Dr. Walter Bloss, Coordenador da Funai em Rondônia.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h28min.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF **"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO DO SUL, RONDÔNIA, MATO-GROSSSO, MARANHÃO, RIO GRANDE DO SUL E PARÁ INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS E APRESENTAR AO SENADO RELATÓRIO MINUCIOSO DE SUA MISSÃO".**

Ata da 10ª Reunião realizada em 18 de maio de 2004.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas e dez minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com as presenças dos Senadores Delcídio Amaral e Valdir Raupp, membros, e ainda com as presenças dos Parlamentares não membros Senadores Augusto Botelho e Paulo Elifas e ainda o Deputado Federal Nilton Capichaba, reúne-se a Comissão Especial Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 259, de 2003-SF criada pelo Requerimento nº 529, de 2003-SF **"com a finalidade de irem a Roraima, Santa Catarina, Mato-Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul e Pará, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados e apresentar ao Senado relatório minucioso de sua missão".** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente

Reunião tem por finalidade ouvir a exposição do Dr. Ivo Cassol – Governador do Estado de Rondônia; Dr. Osni Ferreira – Indigenísta; Nadir Razini – Agropecuarista e Dr. Carlos Antonio Siqueira – Antropólogo. Inicialmente foi ouvido o Dr Osni Ferreira, que é Indigenista, com vários anos de convivência com os índios de Rondônia, sendo questionado pelo Relator, Senador Delcídio Amaral e demais Parlamentares presentes. Em seguida, fez uso da palavra o Dr. Ivo Cassol – Governador de Rondônia, que disse ser o responsável pelos acontecimentos ocorridos na Reserva Roosevelt, a pessoa do Sr. Walter Bloss. Foram ouvidos ainda, os dois outros depoentes, que são conhecedores das terras dos índios em Rondônia. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Francisco Naurides Barros*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Temporária Externa do Senado, criada por meio do Requerimento nº 529/2004 – SF, com a finalidade de levantar questões fundiárias e indígenas nos Estados de Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rondônia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Pará.

A presente reunião destina-se à audiência do Governador do Estado de Rondônia, Dr. Ivo Casol, dos senhores Osny Ferreira, Nadir Rasini e Carlos Antonio Siqueira.

O Governador chegará em poucos minutos a Brasília. Convido o Sr. Osnir Ferreira para tomar assento à mesa para os seus esclarecimentos a esta Comissão.

Passarei a palavra ao Sr. Osny Ferreira, que é indigenista. V. Sª dispõe de vinte minutos para falar a respeito dos problemas da reserva Roosevelt e sobre outras que entenda importantes.

O SR. OSNY FERREIRA – Cumprimento os Srs. Senadores na figura de seu Presidente e do Senador, por Rondônia, Valdir Raupp.

Sou indigenista do curso-piloto indigenista da Funai, dos anos de 1968 e 1969. Cheguei a Rondônia no final de ano de 1969, década de 70 e, juntamente com o saudoso sertanista Francisco Meireles e seu filho Apoena Zebel, Possidônio Bastos e outros indigenistas, montamos a 8ª Delegacia Regional da Funai. Iniciamos o trabalho em Rondônia em uma época de grandes progressos, quando os projetos de colonização estavam começando naquele Estado.

Nosso primeiro trabalho em questões fundiárias foi exatamente no ano de 1971, juntamente com o Sr. Baiochi, do Incra, o Capitão Sílvio, Assis Canuto e Dr. Modesto. Foi realizado um estudo físico e demográfico das etnias indígenas do Estado de Rondônia e as plotações do que hoje são as reservas indígenas homologadas em nome da União, onde habitam os indígenas de Rondônia.

Demandaria muito tempo para falar sobre esse tema. Senti, desde a minha chegada à Rondônia, a responsabilidade quanto aos aspectos fundiários envolvendo indígenas e também uma leva grande de colonos que chegavam ao Estado nessa década. Foi honroso para o nosso trabalho. Fomos pioneiros nessa área, o que me leva a dar maior importância ao momento, neste pronunciamento que faço.

Infelizmente, com o passar desses 34 anos em Rondônia, muitas vezes, como indigenista, defendendo as comunidades indígenas, vi-me à frente de litígios, de contendas e de entoações envolvendo o órgão tutelar indígena, que é a Fundação Nacional do Índio, o Instituto de Terras e Colonização de Rondônia, o Iteron e outros órgãos que foram criados por ocasião da implantação do Estado de Rondônia.

Por diversas vezes, ocupei cargos em Rondônia, como Administrador da Funai, Chefe do Setor Administrativo e também fui demitido das minhas funções por tomar uma posição em defesa dos indígenas de Rondônia, mas, sobretudo, respeitando aquele pequeno agricultor, os projetos de colonização e os contornos da reserva, porque, muitas vezes, por desconhecimento de causa e por influência de más pessoas, vinham-se praticando involuntariamente litígios com indígenas por questões de terra.

Meu nome como indigenista figura na imprensa escrita e falada, em Rondônia, nesses 30 anos. Muitas vezes, vi meu nome no jornal com críticas infundadas e sempre soube superar, com paciência, com abnegação, o que de mim falavam. Não estou fazendo uma autodefesa, mas esse é o preço que o indigenista paga ao ser autêntico em seus propósitos.

O primeiro grande problema que tive lá foi com referência à área do Mequéns. Quarenta e três famílias de agricultores estavam assentadas na Reserva Indígena do Rio Branco e, por ocasião da demarcação, foram retiradas pelo Incra e instaladas no controle da Reserva Mequéns, onde só havia oito índios, compondo sessenta e poucas pessoas mestiças, entre as quais nordestinos, bolivianos e indígenas, numa área que, por pesquisa profunda minha, era um seringal.

Mais tarde, uma antropóloga da Funai fez uma linha reta de seis quilômetros, alterando essa divisa, e o Incra se viu obrigado, junto com o Governador do Estado à época, o ilustre Senador Valdir Raupp, a contornar essa situação para não haver maior litígio, desa-

propriando uma área e deslocando novamente essas famílias. Nessa ocasião, fui demitido da Funai.

O segundo grande problema em que me envolvi em Rondônia foi da Gleba Massaco, em que a Reserva Biológica do Guaporé, uma reserva federal, foi alterada pela mesma equipe que ocasionava essas alterações diárias, procurando acrescer as áreas indígenas em detrimento de pequenos e médios produtores.

Criaram uma área indígena dentro da reserva biológica e a alteraram em quase 300 mil hectares. Novamente me envolvi nessa questão e, felizmente, por entendimento de bons servidores da Funai, com a participação do Incra e do próprio Governo do Estado, contornamos essa situação e a área indígena sobreposta à reserva biológica foi resolvida satisfatoriamente, sem maior problema.

O caso mais sério que ocorreu se refere à área indígena Omerê. Eu havia deixado a administração da Funai em Cacoal, no final do ano de 1995, e estava prestando serviços numa entidade do Estado, a Sedam, Secretaria do Estado do Meio Ambiente, quando assisti ao Fantástico, no dia 17 de novembro de 1995, e meu causou espanto como indigenista, como servidor da Funai, desde 1968, com toda a experiência, tendo passado já pelo Xingu, trabalhado com o Orlando, com o Claúdio, Bananal, quando vi o Sr. Marcelo Santos, dos índios isolados da Funai, fazendo um primeiro contato com índios Omerê, levando consigo um cinegrafista e um repórter do "O Estadão", de São Paulo com a máquina fotográfica. Senti naquele ato uma grande ofensa ao indigenista e ao sertanista brasileiro como um todo, porque, tendo participado da atração dos Suruís e principalmente dos Cinta-Largas, em 1971, tive o desprazer e o sentimento de perda. Um repórter de "O Globo" que fez curso de indigenismo comigo, Possidônio Bastos, e um telegrafista foram mortos no Roossevelt. Eu realmente fiquei abalado com aquilo, porque sabia, de antemão, que o Marcelo fazia parte, junto com Inês Hargreaves, com Isa Rogedo, da Funai e com outros funcionários, dessa prática de alterações em área de reserva e da identificação de índios isolados.

Eu trouxe aqui um dossiê de documentações referentes a esse caso que vou passar à Comissão. Mas naquela noite de 17 de novembro, do Fantástico, logo que terminou o programa, eu liguei para o Apuena Meireles, que estava fora da Funai, já estava aposentado, em Cuiabá. E falei: Apuena você viu isso no Fantástico? Ele falou: "Vi". Perguntei: o que você acha? Ele falou: "Osny, isso é coisa do Marcelo mesmo".

Esses dois índios que apareceram, esses jovens, são filhos de uma índia que é oriunda da região do Guaporé, do Rio Branco, e muitas vezes ela apareceu nos acampamentos da atração do Uru-eu-uau-uau. O Sertanista Hugo, da Funai – perdoem-me, porque eu não lembro o sobrenome dele; tenho dificuldade em guardar nomes –, muitas vezes recebeu esse pessoal lá. Essa índia foi trazida de lá pelo Marcelo e colocada nessa região do Omerê.

No dia 18, pela manhã, os índios Cinta-Larga estiveram na minha casa, todos constrangidos: "Osny, viu o que o Marcelo fez?" Eu falei: vi. "Osny, nós vamos lá, porque queremos ver. Se é uma aldeia que tem lá, nós vamos defender esse povo, porque é gente nossa, parente nosso. Se não é, nós vamos saber também".

A primeira coisa que eu fiz foi receber um convite deles, por escrito, que está aqui neste dossiê, e a segunda coisa que fiz foi, como indigenista, identificar se a área era ou não interditada pela Funai.

Conversando com o Apuena novamente, fiquei sabendo que a área havia sido interditada em 1986, aproximadamente, se não me falha a memória, por um período de seis a oito meses, quando o próprio Sidney Possuelo, que é da diretoria de índios isolados, junto com o Marcelo e alguns servidores, passou um período identificando a presença de índios naquele local.

Deixando a Presidência da Funai e assumindo o Sr. Romero Jucá, com os relatórios negativando a presença de índios, a área foi desinterditada. Por essa razão é que eu segui com os índios Cinta-Larga, levei uma câmara de vídeo e, quando chegamos ao terreno, vimos uma derrubada de cerca de 300 metros, sem nenhuma característica possível de ser uma construção de uma aldeia, por pequena que fosse.

O que encontramos de comestível lá foi mamão, pimenta e bananeira. Uma caucheira, com um diâmetro de aproximadamente três metros, cortada de motosserra e lavrada com machado por cima. Encontramos uma índia já idosa, com a sua filha, que era uma das que apareceu no filme, passando necessidade, com um caldeirão de milho já meio apodrecido dentro da maloca. Quando eu cheguei aquela moça veio me abraçar e senti que ela estava aflita, com fome. Fizemos alguma coisa para comer, que elas comeram ali.

Fiquei abismado com aquela situação, comuniquei o pessoal das fazendas que estavam ali o que havia encontrado, fiz o filme e, retornando à cidade, fui ao cartório e registrei um depoimento. Pedi ao Alzac Cinta-Larga, que é um cacique que fala razoavelmente português, que registrasse também o seu depoimento livremente, com testemunhas, além de um companheiro foi conosco, ajudando a carregar as cargas. Meus dois filhos foram comigo para fazer a filmagem e ajudar a carregar o material.

Fizemos um contorno de cerca de oito quilômetros por trás do acampamento até sair onde estava essa derrubada. Dali nós saímos para a beira do pasto,

onde andamos menos de um quilômetro; era onde se encontrava o acampamento do Marcelo, que estava lá junto com a Inês Hargreaves. Esse local...

Como membro da Congregação Cristã do Brasil, estou acostumado a prestar testemunho diante do Senhor. O Marcelo pôs a mão na cabeça e disse para mim: "Osny, você estragou tudo. Eu estou trabalhando nisso há tanto tempo e você vem aqui estragar tudo". A mesma coisa fez a Inês Hargreaves, que me tratou até mal. Foi preciso segurar o Oita Matina, o cacique Oita, cujo depoimento eu colhi na hora, com a fita, para ele não agredir o Marcelo lá dentro. Essa foi a verdade.

Depois de comunicar o Presidente da Funai, Márcio Santilli, se não me falha, na época, e o Ministro da Justiça, além de solicitar, por meio da Associação Pamaré, a presença de alguém da Funai que não pertencesse ao grupo do Marcelo, para verificar **in loco** o que estava sendo feito no Omerê, não obtivemos resposta alguma.

Passados alguns meses, o Sr. Marcelo fez uma denúncia ao Ministério Público Federal, dizendo que eu tinha levado gripe para aquelas índias. E eu passei, com parcos recursos, sete meses sem poder constituir advogado para me defender do Sr. Francisco Marinho e do Sr. Osni Belisse, que me acusaram de ter levado gripe para as índias.

Estou relatando isso porque é a verdade. Não estou inventando uma história. O que eu documentei lá está gravado em vídeo que vou deixar também nas mãos da Comissão. É o depoimento dos índios Cinta-Larga sobre o que viam, a situação daquelas duas índias lá.

Houve um comentário posterior do próprio Orlando, dizendo que eu estava induzindo a resposta dos Cinta-Larga. Eu sinto muito pelo Orlando já não estar entre nós, mas gostaria de tê-lo encontrado para dizer: Orlando, tantos anos como sertanista do Xingu, tendo trabalhado com você mais de um ano e meio, você sabe da dificuldade que o índio tem para falar, para encontrar palavras ou argumentos para descrever uma situação e eu, como indigenista, apenas os alertei sobre o que estávamos encontrando ali, deixando-os falar livremente.

Eles aguardaram a Presidência da Funai, falaram verbalmente no depoimento, esperando que a Funai tomasse providência para ver o que estava sendo feito pelo Marcelo e pela sua equipe, o que já havia sido feito na Gleba Massaco, conforme documentação, e o que havia sido feito na região do Mequéns.

Sou indigenista e nunca precisei dessa prática para defender o índio. Plotei, junto com Meireles e o saudoso Capitão Sílvio, todas as áreas indígenas de Rondônia. Lutei pela demarcação e fui difamado muitas vezes. O Senador Valdir Raupp que está aqui e sabe, porque era Governador, do tipo de defesa que fiz dos indígenas de Rondônia, sem precisar nunca usar artifícios para aparecer na mídia ou vender um filme para a Globo, como fez o Sr. Marcelo, junto com o Careli e um jornalista de **O Estado de S.Paulo.**

Quando fui à Globo, junto com os Cinta-Larga, um dos diretores disse que acreditava em mim: "De hoje em diante, essas imagens do Almeirim não saem mais na Globo, porque acreditamos que a verdade está aqui e não na filmagem que recebemos", o que recebi como elogio.

Gostaria de falar mais alguma coisa, mas sei que haverá perguntas e estou disposto, dentro da verdade, a responder aquilo que tiver conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Valdir Raupp, com a palavra para as suas indagações.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Osny Ferreira, indigenista conhecido e respeitado em Rondônia e no Brasil, gostaria de fazer apenas duas perguntas.

Conheço pouco, só de ouvir falar, essa questão de Almeirim de Corumbiara. O senhor falou numa índia e depois falou em índias. Quantos índios no total estavam na reserva?

Sabemos, por comentários, que realmente esses índios foram levados de outra aldeia para depois pretender essa área na região de Corumbiara. A outra pergunta é, quanto ao tamanho da área pretendida por esses índios supostamente isolados da região de Corumbiara, que quantidade a Funai está pretendendo demarcar para atender a esses supostos índios isolados?

O SR. OSNY FERREIRA – É preciso identificar, Senador, o que é realmente um índio isolado. Tivemos exemplo daquilo em uma família de Cinta-Larga, porque há cerca de 32 anos o seu chefe havia matado um outro silvícola Cinta-Larga. Ele e a esposa se alongaram na mata e ficaram, por 30 anos, completamente alongados. Meu filho estava fazendo uma vistoria, uma vez que eu estava enfermo, pedi que ele fosse até lá para saber se na Flor do Prado haviam derrubado, se era madeireira ou não. Quando eles estavam fotografando aquelas madeiras, chegaram dois índios Cinta-Larga, nus completamente, com um feixe de flechas na mão, algumas com sangue de um porco matado recentemente, e meu filho ficou abalado, pois eram exatamente Cinta-Larga que estavam alongados e que facilmente poderiam ser identificados como índios isolados de uma outra tribo ou coisa parecida. Até o dialeto tupi-

nondé eles falavam, o arcaico bem antigo. O próprio tataré não entendeu o que eles falaram.

Então, fazendo um levantamento histórico da ocupação demográfica do Vale Guaporé, que foi a veia vertente da ocupação de Rondônia, desde a época do Império, conforme estudo de Franz Kappa e outros mais que estiveram na região, muitas tribos indígenas, muitos grupos étnicos lingüísticos tribais foram desaparecendo, sendo que os maiores eram os Tuparis. Também havia os Tapacuras, os Macurapes e poucos Canoés.

Ocorre que naquela região do Corumbiara e do Mequéns havia realmente exploração, desde a época do Império, dos seringais e até de minérios. Então essas aldeias não existiam mais ali. Eles vagavam por ali, pequenos grupos dessas etnias que estavam já desaparecendo. Os Canoés, essa mulher com os dois filhos, que eram vistos no Uru-eu-uau-uau, com certeza foram levados pra lá. E parece que cinco ou seis índios também foram levados pra lá oriundos de outra região, provavelmente de Tararus – não tenho certeza de onde é, porque não os conhecia.

Quando localizei essas duas índias, no dia em que fui lá, estavam a mãe e a filha. O rapaz, naquela época – isso já faz nove anos –, tinha aproximadamente 17 anos; é o que aparece no filme do Marcelo, mas não estava lá. E os akuntsus estavam mais avançados cerca de três quilômetros e meio ou quatro quilômetros de lá. São dois grupos da chamada língua isolada. Então, havia provavelmente oito, nove índios, algo assim.

Eu não aprofundei, não fui mais fazer pesquisa na área toda, porque o meu objetivo não era esse, e sim aquele acampamento que estava menos de 800 metros do pasto. Foi o que localizei ali.

Não havia mandioca, nada; elas estavam lá passando fome com um pouquinho de milho. Então, o que identifiquei depois, pelo próprio comentário do pessoal, é que havia cerca de oito a nove índios somente. Não se tratava de aldeia. Não existia aldeia lá. Isso é fácil de verificar nas filmagens que fiz lá e que vou deixar com a Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Quanto ao tamanho da área pretendida e quantos índios existem lá hoje, o senhor tem alguma informação?

O SR. OSNY FERREIRA – Sei que morreu uma menina num acidente. Uma das índias ficou grávida; parece que um dos filhos dela morreu também e morreu uma outra senhora, a mais velha que aparece no filme. Acredito que haja talvez seis índios. Não voltei mais lá, dado o problema da interdição da Funai. Eu não teria a liberdade para estar lá. Mas a área derrubada não ultrapassava 300 metros. Quanto à área pretendida, eles primeiro interditaram 51 mil hectares; atualmente caiu para 26 mil hectares, alguma coisa assim, a área pretendida.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O senhor tem alguma informação de outras reservas do Estado, como a região de Monte Negro? Ali é a reserva Uru-eu-uau-uau?

O SR. OSNY FERREIRA – Monte Negro, Uru-eu-uau-uau.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – E a de seringueiros é a mesma?

O SR. OSNY FERREIRA – Em Uru-eu-uau-uau são aproximadamente sessenta índios. É uma das maiores reservas de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – E tem uma demanda muito grande, porque estão querendo demarcação e pegando áreas de produtores que estão há 30, 40 anos ali.

O SR. OSNY FERREIRA – Exatamente, é outro problema.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – E a informação que tenho é de que os mapas dessa reserva foram alterados dentro do escritório da Funai de Porto Velho.

O SR. OSNY FERREIRA – Exatamente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O senhor tem alguma informação?

O SR. OSNY FERREIRA – Tenho informação, com anuência do Procurador...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Para poder falar alguma coisa nesse sentido?

O SR. OSNY FERREIRA – Não estudei esse caso diretamente, mas o que ocorreu foi isso mesmo. Há um senhor, que é um missionário alemão, do grupo Jocum, que trabalha com sementes e está lá. Inclusive tem feito um trabalho razoável. Ele me mostrou uma listagem de nomes dos índios uru-eu-uau-uau. Na época, há um ano e meio, eram 62 índios, 1 milhão e 800 mil hectares aproximados de terra sendo alterados exatamente pela Funai e uma quantidade enorme, abrangendo todos aqueles assentamentos, com mais de 340 e poucas famílias.

Como indigenista, não aceito essa postura. Defendo a reserva indígena. A área Cinta-Larga tem o problema do garimpo e, há dois anos e meio, tenho tentado transformar um ilícito criminal em ilícito fiscal, quem sabe, com o auxílio do Senado. Tentei fazer isso junto com os Cinta-Larga que vieram muitas vezes a Brasília. São 2.732.550 hectares, o que corresponde a mais de 24 mil quilômetros quadrados. É uma manchinha dos Estados de Rondônia e Mato Grosso para cerca de 1.200 índios, distribuídos entre Serra Morena. É uma área bem grande. Espero ter respondido.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

Apenas para fazer um rápido comentário, são essas coisas que não entendemos. Alguns agentes da Funai – é lógico que não podemos generalizar – parece que ficam cassando o problema para criar o conflito com essas alterações de área sem necessidade. Se há 60 e poucos índios em uma área de 1 milhão e 800 mil, por que têm que ficar alterando os mapas para depois brigar, questionar e expulsar colonos assentados há 30, 40 anos, como nesse caso da reserva uru-eu-uau-uau? Essa pendenga lá já vem há 10, 15, 20 anos. Vão lá e expulsam. A Funai vai com a Polícia Federal, tira os produtores de dentro das suas próprias casas, evacua a área. Depois, os produtores voltam novamente e ficam, como nesse caso de Corumbiara, inventando, levando índios de outras tribos, de outras reservas, para criar um pretexto para demarcar mais uma área de 50 mil hectares, também expulsando colonos, pessoas que estão lá há 30, 40 anos. Parece que a Funai fica cassando esses problemas, criando essas confusões para gerar o conflito.

Nesse caso, a Funai tem uma parcela – não podemos generalizar –, pois fica criando o conflito para ficar sempre questionando.

Um dia, há muito tempo, ouvi um Presidente que não é o atual dizer que a Funai nunca perdeu uma questão, por isso eles ficam inventando essas alterações, porque sabem que também podem ganhar essas ações.

O SR. OSNY FERREIRA – Se ainda for possível falar ao Senador, gostaria de exemplificar: esse caso da Reserva Biológica do Guaporé é muito interessante, um caso em que a Funai realmente retrocedeu um pouco. Foi criada a área indígena Massaco na reserva. A reserva está aqui; essas são fazendas com mais de vinte anos. Existe um igarapé que passa aqui em cima. A mesma equipe – Denise Malt, já falecida e antropóloga, esposa do Apuena, Marcelo, Inês Hargreaves e Isa Rojedo, Diretora Fundiária da Funai – alterou daqui aqui para cima, colocando todas essas fazendas aqui.

Fiz uma contraditória disso: cadê os índios da biológica, que nunca apareceram? Inclusive, enfrentei: se vocês me apresentarem um índio isolado ou uma aldeia em que houve qualquer vestígio que justifique alterar até a reserva biológica, tudo bem, vamos defender. Mas cadê?

Quanto a essa, eles realmente retrocederam, mas, se não houvesse uma contraditória, eles também estariam usurpando todas essas fazendas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tem a palavra o Senador Paulo Elifas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Osny, apenas queria perguntar o seguinte: qual é o interesse real da Funai em criar essa questão? Como o senhor expôs, os próprios funcionários da Funai levaram índios daquela área, já que somente existia aquela família que o senhor citou, a qual havia fugido da região de Cinta-larga.

Mas qual é o interesse real, se a Funai não tem interesse econômico sobre as áreas demarcadas, ao permitir que haja esse aumento de área, prejudicando a economia da região, porque gera conflitos nos colonos que estão produzindo? E isso acaba gerando uma insegurança para as pessoas que estão ali há vinte, trinta, anos, desenvolvendo as suas atividades, criando as suas famílias. De repente, vem uma contestação de que o limite da Funai se estende um pouquinho mais para lá, um pouquinho mais para cá, sendo que não há necessidade disso, já que a reserva já está delimitada. E é uma reserva substancialmente muito grande, até em demasia, pela quantidade de índios que a estão solicitando.

O SR. OSNY FERREIRA – É fácil e bem compreensível essa situação. Eu militei na Funai por muitos anos. De 1970 a 1971, fui para Rondônia como servidor da Funai, o que me levaria a honrar o nome da Fundação Nacional do Índio, porque existem na Funai excelentes servidores, homens de hombridade a toda prova. Mas o que ocorre é o seguinte: a Funai, de uns anos para cá, aliás, foi exatamente na época do Presidente Collor, sofreu um declínio muito grande no seu orçamento. E o envolvimento de funcionários na Funai ligados a Organizações Não-Governamentais fez com que algumas diretorias da Funai, como é o caso dos índios isolados, não tivessem condições financeiras e orçamentárias para exercer as suas funções.

Então, o que ocorre? Recorrem aos recursos externos, oriundos de diversas fontes, para fazer o seu trabalho. Extemporaneamente, como foi o caso do Marcelo, ele necessitava de recursos para a sua vida de andanças em Rondônia, de baixo para cima, porque, como sertanista que se intitula, ele nunca viu um índio isolado.

Havia o Planaforo – e o Senador Valdir Raupp se lembra bem disso que alocava recursos também para a Fundação Nacional do Índio. Fiquei sabendo, embora não tenha tido o processo em mãos, que para o caso do Omerê, havia, em 1994, uma equipe da ONG da Carmindé visitando-o, já preparando surdinamente o ambiente daquela derrubada. Para quê? Para o projeto de R$400 mil, que seria alocado para o atendimento daquelas aldeias do Omerê. Isso, com certeza, não era de conhecimento de todos da Funai-Brasília.

Quanto à diretoria dos índios isolados, o envolvimento do Sidney e do Marcelo era autêntico. Toda vez que se promovia essa alteração de área, financeiramente para a Funai não tinha valia alguma, mas, na mídia, publicitariamente, a Funai, como Estado dentro do Estado, fazia valer o seu poder de mando.

Senti isso na pele como indigenista. Durante a minha vida toda eu senti isso e sinto até hoje, tanto é que, em dois processos, peguei federal: um quando bati em um ianomâmi em Roraima, quando fui fazer o levantamento lá, e a Funai me acusou de ter roubado uma máquina fotográfica. O processo veio para cima de mim, ficou por sete anos, e eu nem sabia. Depois, recebi, em Pimenta Bueno, um comunicado do juiz, vindo de Roraima, dizendo nada constava sobre mim, que não houve punibilidade alguma. E o segundo, foi do Omerê, dizendo que levei gripe para os índios.

Então a Funai atua assim. É o poder de mando. Nasci e fui criado em roça, e me lembro – faço questão de dizer isto – do meu avô me dizendo: "Meu filho, você quer conhecer um homem? Ponha o poder na mão dele. Se ele for bom, é um grande homem. Mas, geralmente, ele mostra o que é". Então, creio que respondi mais ou menos. Sempre houve a necessidade e ainda há, até os dias de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a explanação do Sr. Osny Ferreira, que foi muito valiosa para a Comissão.

Gostaria que o senhor deixasse essa matéria com a Comissão, para que possamos aprofundar essa questão. Teremos imenso prazer em receber e analisar esse material. Como ainda haverá outras audiências, pode ser que precisemos ouvi-lo novamente, para conhecer as suas opiniões. Quem sabe, na nossa ida a Rondônia, possamos ouvi-lo novamente.

O SR. OSNY FERREIRA – Gostaria de, ao me despedir, Sr. Presidente, dizer, quanto às questões de garimpo e aos Cinta-Larga, que tenho o maior apreço àquela comunidade, porque desde 1971 os conheço e convivo com a comunidade, tendo o respeito deles. Batalhei muito para que houvesse uma regularização daquelas questões de garimpo e conheço alguma coisa sobre isso, embora nunca tenha ido ao garimpo. Por questões políticas, fui exonerado da Funai. Mas, estou disposto, na mesma linha de conduta que sempre tive e com a mesma postura que tenho, se for requisitado novamente, a apresentar algumas documentações que fiz, inclusive recentemente, em 2003, entregando à Senadora Fátima Cleide um projeto de fiscalização contínua da área dos Cinta-Larga e uma exposição de motivos da Associação Pamaré do Povo Indígena, solicitando ao Presidente do Senado, José Sarney, que tomasse uma atitude com referência ao garimpo.

Quero também, na oportunidade, dizer que me sinto honrado com a presença do Governador, com sua postura e, sobretudo, com sua coragem quanto à defesa das questões do nosso Estado.

São cinco membros da Comissão. Vou deixar três livros meus e, depois, trarei mais dois. Faço questão dá-los para apresentar o trabalho em Roraima.

Muito obrigado e me desculpe as palavras.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Apresento as boas-vindas ao Governador de Rondônia, Ivo Casol, que gentilmente atendeu ao convite dessa Comissão para prestar esclarecimentos sobre esses lamentáveis episódios acontecidos na Reserva Roosevelt, que foram motivo inclusive do requerimento apresentado à Mesa do Senado, dos Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas, para que esta Comissão, que já vinha investigando a questão fundiária indígena de Roraima, de Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina, também estendesse sua atuação sobre Rondônia. E iremos ao Mato Grosso, ao Rio Grande do Sul e ao Pará por requerimento de Senadores daqueles Estados.

Já ouvimos bastantes pessoas com relação a Rondônia. Teremos, agora, o prazer de ouvir o Governador do Estado, a quem passo a palavra neste momento.

O SR. IVO CASOL – Obrigado. É com muita alegria que cumprimento o Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti. Em nome dele, cumprimento nossos Senadores de Rondônia, Paulo Elifas e Valdir Raupp, e os demais Senadores aqui presentes.

Peço desculpas pelo atraso, pois cheguei nesse instante de lá, e o vôo acabou atrasando 15 minutos.

Infelizmente, o abril vermelho nos pegou exatamente em Rondônia. Tivemos duas situações difíceis: uma foi a rebelião do Urso Branco. Parece que é encomendada, pois a cada mês um estado sofre com a superlotação carcerária; a outra é a questão do garimpo Roosevelt.

Se o Presidente me permitir, farei uma retrospectiva ao começo do meu mandato.

No final de 2002, fui procurado pelos índios de Roosevelt, os Cinta-Larga. Duas vezes consecutivas, fui procurado, em Rolim de Moura, meu Município, onde fomos Prefeito eu próprio e o Senador Raupp. Eles me pediram apoio na extração do diamante, com a parceria que tinham com os garimpeiros naquela área. Dizia para eles, naquela época, que o Estado só participaria se houvesse a legalização. Se fosse legalizado, se fosse ordenado, com a presença do Governo Federal, o Governo de Estado não se omitiria.

Posteriormente, fomos procurados, mais duas ou três vezes, em Porto Velho, quando os próprios garimpeiros – até houve uma reunião com o Ministro

da Justiça – tentaram novamente, e eu tornei a frisar que o Estado só daria cobertura se houvesse a participação do Governo Federal, a legalização.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo, ficamos preocupados, porque a extração dos diamantes nunca parou, pois havia a conivência dos garimpeiros com os índios. Pelo que eles nos disseram, sempre deu certo. Até ontem foi matéria do Record Repórter, do qual assisti o final, em que eles tratavam da parceria.

Depois que houve a presença de funcionários da Funai no trecho, na pessoa do Sr. Valter Bloss, começou a acontecer esse incidente na área indígena. Ao mesmo tempo, preocupados com a preocupação interna...

O Globo Repórter foi a Rondônia. Ao conversar com o repórter José Raimundo, disse-lhe que, se pudesse fazer uma matéria, mostrasse como estava a extração do diamante. Entramos em contato com o índio, tentamos entrar na área. O próprio índio João Bravo só me atendeu na divisa do Estado, no Rio Roosevelt. Enquanto fui lá dentro, a Prefeita de Espigão d'Oeste, Zé Raimundo e o pessoal da Globo esperavam em Espigão d'Oeste. Se dessem o sinal verde, iríamos para dentro da área.

O próprio servidor da Funai que está preso, Nazareno, como também Valter Bloss não deixaram... Fiquei sabendo posteriormente que eles não deixaram o pessoal da Globo entrar.

O que eu queria provar com isso? Que o diamante estava sendo extraído, e o Município, o Estado e o Governo Federal não ficavam com nenhum centavo. Estava sendo saqueado, roubado e contrabandeado; a riqueza estava indo embora.

Preocupados com a situação e com as mortes que já estavam acontecendo lá dentro, ao mesmo tempo tínhamos a Polícia Ambiental dando cobertura, não internamente, mas na divisa com a área indígena. Naquele momento, percebi que estávamos fazendo papel de bobos, porque, de um lado, os próprios índios chegavam com os garimpeiros, antes da guarita, os garimpeiros desciam do veículo, davam a volta por trás e entravam na mata. Que papel o Estado fazia lá? Simplesmente, dava cobertura para continuar a ilegalidade lá dentro. Fiquei chateado e falei: isso não é justo.

Retiramos o Pelotão Florestal lá de dentro. Isso foi motivo para o próprio pessoal da Funai fazer um estardalhaço e comentar. Houve discursos de um lado e de outro. Coloquei, novamente, a Polícia Ambiental não dentro da área, mas na divisa, sabendo que faríamos papel de otários, para depois o pessoal não dizer que o Governo do Estado era culpado porque deixou entrar. O Governo do Estado não deixou nada. Eles levavam, traziam, faziam tudo.

No momento em que trocava o pelotão florestal, até entrar outro, o pessoal ficava um tempo desguarnecido, então eles levavam a máquina que queriam.

Quem estava pagando a diária do pessoal do pelotão florestal sempre foi a Ambiental. A Ambiental, não; era a Funai que pagava as diárias do pessoal da ambiental. E o nosso pessoal nunca participou internamente da operação que acontecia lá dentro, mas sabíamos pelos garimpeiros que estava morando gente lá dentro.

Com essa preocupação, nós estivemos aqui – até a Bancada Federal esteve junto, os Senadores e Deputados Federais. Entreguei um documento, se não me engano, no dia 23 ou 25 de setembro, para o Presidente Lula, já prevendo que poderia acontecer uma chacina lá dentro. Entreguei um documento posteriormente ao Ministro Thomaz Bastos, no dia 30 de setembro, comunicando que poderia acontecer uma chacina lá dentro, porque estava havendo extração, e as pessoas simplesmente estavam desaparecendo. O pessoal ia lá dentro para retirar as coisas ou para simplesmente na divisão e sempre ficava aquela incógnita: por quê? Comentava-se que morria gente, mas ninguém provava nada.

Documentamos pela segunda vez, no dia 7 de outubro, para o Ministro, que poderia acontecer uma chacina dentro da área indígena. Resultado: acredito que o próprio Presidente Lula e o Ministro Thomaz Bastos, acreditando na competência da Funai e na seriedade com que eles deveriam exercer seu trabalho, pensaram que não estaria acontecendo nada daquilo que o Governo do Estado estava denunciando. Infelizmente, o pessoal da Funai faltou com a verdade, tanto com o Presidente Lula, como com o Ministro Thomaz Bastos, e aconteceu a chacina. No dia em que ela aconteceu e eu fiquei sabendo, a primeira ligação que fiz foi para o nosso Diretor da Polícia Federal em Porto Velho, Dr. Moura, comunicando-lhe: "Ligaram para mim agora, porque aconteceu uma chacina lá dentro, há muitas pessoas desaparecidas". Logo em seguida, liguei também para a Rede Amazônica de Televisão, para o Campanari.

A Polícia Federal já se prontificou a ir de helicóptero para dentro da área, mas ela estava em greve. Não conseguiram ir de helicóptero, não conseguiram nada. O Estado arrumou um avião para se deslocar até a cidade de Espigão d'Oeste, onde chegou em torno de 18h30, mas já estava escuro, então foram para Ji-Paraná e voltaram no outro dia.

Estamos num País que é uma maravilha. É rico e extraordinário este País chamado Brasil, e infelizmente assistimos, dentro dele, a um outro órgão chamado Funai, que trabalha como se fosse um país indepen-

dente, com leis próprias, à sua maneira, numa área à qual nem sequer a Polícia Federal tem acesso.

Já sei pessoas fizeram discurso para dizer que o Governador fez isso, estava dentro da área. Eu jamais entrei dentro daquela área do garimpo. Estive só na divisa, dentro da sede do João Bravo. Quanto à área do garimpo, não conheço, a não ser por fotos aéreas e televisão, pelo que foi filmado. Nunca, como Governador, estive lá dentro. E houve alguém com coragem de denunciar em nível nacional fui eu. Até agora só estamos pegando lambari. Quero saber quais são os peixes graúdos que estão levando vantagem com esses diamantes, porque eles estão sendo comercializados por 30% do valor, pelo que escutamos nos comentários. Quem está levando a maior fatia?

Estive no Sivam, na semana passada, CCSivam, que é o Sivam de Rondônia, e eles diziam não tinham o controle aéreo. Fui lá com a minha cara de humildade, com a maneira que sempre tive, e comecei a olhar os equipamentos todos, mas fiz de propósito, e vi que lá mostrava, em cima da Reserva Roosevelt, os aviões que estavam voando. Eu falei: vocês falam que não têm controle; isso aqui não é uma aeronave? "É". Então como vocês não têm controle das aeronaves que entram e saem da Reserva Roosevelt? Têm controle, sim, gente. Por que está acontecendo isso? Esta é a pergunta que eu gostaria que respondesse não para mim, mas para a sociedade brasileira, para o povo de Rondônia, o Presidente da Funai. Ele simplesmente defende o funcionário da Funai – não estou generalizando a Funai; refiro-me à pessoa da Funai responsável pela região de Cacoal e Roosevelt. Como ele disse que não sabia que estava sendo explorado? Como ele disse que não sabe que está descendo avião se ele é responsável por aquela área? A não ser que ele esteja cego; infelizmente, não está vendo. É o mesmo que um madeireiro tirar madeira da área indígena e dizer que os índios estão vendendo sozinhos. Sempre existe a parcela de um servidor corrupto e desonesto por trás.

E o pessoal fala: mas a população de Espigão, os garimpeiros são culpados disso. Vocês assistiram ontem, na TV Record, que na verdade não é nada daquilo. Quando houve o conflito do índio com o garimpeiro e morreu um índio, os índios entraram, fizeram aquele discurso todo, fizeram a festa dentro do Espigão, e ninguém fez nada contra eles.

Então o povo é pacífico, é ordeiro. Ele simplesmente quer trabalhar, quer ganhar o pão, sem ficar com o pires na mão, pedindo esmola.

Infelizmente, do dia em que aconteceu a chacina até o dia em que foram retirados os corpos lá de dentro, quando saíram os primeiros três corpos, eu queria ir lá. O Ministério Público entrou com uma ação no Juizado Federal para deixar entrar uma força-tarefa formada pela Polícia Federal e pela Polícia Civil, para tirar os corpos lá de dentro, porque aquilo estava inchando de tal maneira que estava ficando incontrolável. Aqui fora, o responsável sou eu; lá dentro, eu não podia fazer nada. Mas os familiares queriam as vítimas que estavam lá dentro.

Um funcionário, sozinho, da Funai conseguiu inviabilizar o serviço de todos. Foram pegar os primeiros três corpos por pressão da Prefeita de Espigão d'Oeste e dos garimpeiros. E diziam que não havia mais mortos lá dentro.

Fizemos as gravações, cujas fitas estão aqui, com depoimento das pessoas, que vou deixar aqui com Presidente. As fitas foram divulgadas em nível nacional. Inclusive fomos nós que divulgamos, com autorização das pessoas que também já fizeram parte desta Comissão, como também da Câmara dos Deputados. Ficou lá a Polícia Federal, na quinta-feira da Semana Santa, sexta, sábado, domingo, segunda.

Terça-feira viemos para Brasília, os Senadores me acompanharam ao Ministro Thomaz Bastos. Levamos o documento e lhe pedimos que fizesse uma força-tarefa para retirar as pessoas lá de dentro. Quer dizer, no dia 7 aconteceu a chacina; só no dia 20 que foi possível retirar as pessoas de lá. Ah! Mas o índio faz isso, o índio faz aquilo.

O índio sabe o que está fazendo, sabe que está sendo manipulado; ele está sendo teleguiado por contrabandistas, por ladrões que estão sugando a nossa riqueza e levando embora, porque o índio não faz aquilo sozinho. Ele sentiu o gosto da mordomia, da riqueza, do conforto, mas alguém por trás está levando vantagem e simplesmente acaba colocando o índio contra o branco lá dentro. Isso começou a acontecer a partir do momento que o João Bloss começou a fazer o trabalho da Reserva Roosevelt, em Espigão d'Oeste.

Falar sobre isso, como Governador, é uma tarefa difícil. Dizem que a força-tarefa foi para lá e está dentro de Espigão d'Oeste, inviabilizando todas as ações. Mas os índios continuam agindo por via Pujuína; está entrando combustível. Estão saindo porque existem duas entradas. E tudo está normal. Ontem mesmo, vocês souberam que está normal a exploração. E quem está comprando esse diamante se a exploração é ilegal? Alguém está comprando isso? Até quando vai ficar dessa maneira?

Ontem, vocês viram o depoimento de pessoas falando que ainda há muita gente morta lá dentro. Cadê a força-tarefa que devia estar lá dentro com o grupo? Peço ao Sr. Presidente e aos Senadores que esse grupo seja constituído pelo Senado, pela Câmara dos

Deputados, pelo Exército e pela Polícia Federal. Não é preciso muitos homens, apenas a quantia necessária para entrar ali. Ele será formado pelo Estado, juntamente com a nossa Polícia Ambiental, a Polícia Civil e a Polícia Militar, para fazer uma varredura dentro da área indígena.

Por que gostaria que se fizesse uma varredura dentro da reserva indígena?

Para não ficar esse mito que existe hoje: morreram dez, vinte, trinta. Até hoje ninguém sabe o número exato de mortos. Mas podem ter certeza de que há muita gente morta lá dentro.

Vou citar um exemplo. Está aqui o Senador Raupp e o Senador Paulo Elifas, que conhecem o Deputado Daniel Nery, da cidade de Cacoal. Um primo dele foi dentro da área indígena buscar os equipamentos já acertados com os índios, só para isso, e nunca mais voltou. Além de divisão, os garimpeiros eram assassinados e roubados depois, quando voltavam lá de dentro. O Estado nunca pôde, dentro da área, nem sequer dar cobertura, porque não tem acesso, não tem nada lá dentro.

Não vou admitir que se acuse o Estado, porque ele não é responsável por nada. Assumimos os nossos atos em público, em todo lugar, mas não é justo. Dois bilhões de dólares saíram lá de dentro. Se tivessem pelo menos deixado 1% de imposto, teríamos no mínimo 20 milhões de dólares em impostos para o Estado e para os Municípios. Só ficaram os problemas sociais para nós; ficou o desgaste na mídia nacional, na mídia internacional e os problemas sociais. A fama ficou para nós, do Estado de Rondônia, enquanto a riqueza está indo para os outros países.

Essa força-tarefa lá dentro é fundamental, com a presença de todos os órgãos. Junto com essa força-tarefa, gostaria, se fosse possível, de contar com a presença de um grupo de garimpeiros e de familiares de garimpeiros para fazerem uma devassa em todos aqueles locais. Com isso poderemos, simplesmente, passar para os parentes daquelas pessoas que foram vítimas, pelo menos para que saibam o que aconteceu. Hoje, a maioria das pessoas não sabe o que aconteceu. São viúvas, pais que perderam filhos, enfim, várias pessoas, e vocês ouviram diversas histórias de garimpeiros.

O que o Estado defende? Defendemos a legalidade. Podem falar o que quiserem. Vamos legalizar somente para os índios? Quero dizer para vocês que vai continuar a guerra, por mais que lutemos, tanto Governo Federal quanto Governo dos Estados, juntos. Por que vai continuar? Porque os garimpeiros, por si próprios, já adentraram pela mata para buscar vida melhor.

Não cabe a mim, e sim ao Congresso Nacional e ao Governo Federal legalizarem. Hoje os índios vendem por 30% do valor do diamante, repartindo com o garimpeiro, dando propina para servidores corruptos, como alguns da Funai que foram presos, e policiais federais, enfim, outros que estavam envolvidos. Não sobra nem 20% da produção para os índios. Se se fizesse uma extração ordenada, legalizada, com a presença do Governo Federal, se fosse preciso até criaria uma empresa estatal para isso, porque é muita riqueza.

O Governo do Estado entra como parceiro também e recebe **royalties** de 20%. Defendo **royalties** no mínimo de 20% para os índios, para que não só os índios Cinta-Larga de lá tenham vida melhor, mas os outros índios também. No estado de Rondônia e em vários lugares, há índios passando necessidade, passando fome.

Qual é o trabalho que a Funai faz? Quase nenhum. Não adianta a Funai vir aqui dizer que está fazendo isso, pois é conversa fiada. Ela faz muito pouco. No dia que fui lá dentro visitar e queria levar o repórter José Raimundo, do Globo Repórter, o João Bravo me mostrou a única coisa que a Funai tinha levado para aquela aldeia: era uma privada que havia lá. Até escola, tudo era dinheiro deles, do trabalho deles lá dentro, do diamante, das coisas que tinham feito lá dentro, da madeira que eles tinham vendido para construir ali.

A Funai precisa ser mais ativa junto com os índios. Temos um Programa do Fome Zero, e assistimos a brasileiros com pires na mão, pedindo esmola para americano. Isso é injusto, quando sabemos que a nossa riqueza está sendo saqueada, roubada, indo para os outros países.

Como Governador, vejo isso com tristeza, porque, ao mesmo tempo, não tivemos força. Nós nos sentimos pequenos diante do tamanho do problema que havia lá dentro, sem poder dizer nada, sem poder simplesmente fazer algo, a não ser no lado de fora. Se tivesse acontecido alguma coisa com os índios, o Estado seria responsável. Como aconteceu no Pará, quando houve sem-terra mortos no confronto agrário e foi feito o maior carnaval, essas mesmas pessoas que hoje tentam acobertar o que houve com os índios junto com os brancos. Nem os índios têm direito de tirar a vida dos garimpeiros, e também não é a solução o que disse o Presidente da Funai em nível nacional, que os índios estavam certos em defender a sua propriedade daquela maneira.

No dia em que eu estava na Câmara dos Deputados, havia um Deputado que mostrava até a Constituição, dizendo que ele estava certo. Já imaginaram se todos os proprietários de terra, também com Constituição na mão, fossem defender sua propriedade da

mesma maneira? O que seria do nosso País? Seria puro sangue em todos os lugares. Não seria apenas o abril vermelho, mas os doze meses do ano vermelhos em nosso País. Ninguém tem direito de tirar a vida de ninguém, mesmo que seja o proprietário de uma fazenda ou os índios na sua reserva indígena. Simplesmente, os índios estão sendo usados, manipulados pelos próprios funcionários da Funai.

Estou à disposição para o pessoal que quiser fazer perguntas. Deixarei os ofícios que encaminhei ao Presidente Lula e ao Ministro Thomaz Bastos antes do prazo. Também há um relatório da área indígena de Espigão d'Oeste com todos os dados. Quero deixar aqui depoimentos colhidos pelo Ministério Público de Espigão d'Oeste de garimpeiros. Um deles conseguiu sair um dia antes, sabia que ia acontecer a chacina. O servidor da Funai também sabia, por depoimento do próprio garimpeiro e do próprio índio João Bravo, que ia acontecer a chacina no outro dia, portanto, esse servidor da Funai João Bloss devia ser responsabilizado por ocultação de cadáver. Sabendo que ia acontecer a chacina, deveria ter avisado as autoridades federais, inclusive o Ministro Thomaz Bastos, o Governo do Estado e o Governo Federal. Podia até ter deixado de lado o Governo do Estado, porque é uma questão ligada diretamente ao Governo Federal, mas não avisou. Não sou eu que estou dizendo isso. Quem está dizendo são as próprias palavras do garimpeiro ao Ministério Público de Espigão d'Oeste. Está aqui a declaração que também vou entregar.

Aproveitar a oportunidade, ao encerrar, para dizer que, por ter coragem de denunciar o que estava acontecendo lá dentro, em nível nacional, para o Governo Federal e os responsáveis, fomos vítimas da Revista **Istoé**, que disse que tínhamos um servidor. Na verdade, não era servidor. Aqui está a declaração que vou entregar em suas mãos, Presidente, da CML do Estado de Rondônia. Apenas foi dado um credenciamento para o Sr. José Roberto Gonzalez representar o Estado, para trazer investimentos para Rondônia em outras áreas, porque dentro da área indígena não tinha poder para isso, nunca tivemos. Então, o que a Revista publicou não é verdadeiro. Não era servidor nem assessor nosso.

Pedimos informação sobre ele ao pessoal da Abin, que não tinha nada contra ele e, quando soubemos que ele tinha ido para a área indígena e tinha mostrado a credencial – foi dada a credencial para ele no dia 25 de setembro; no dia 15 de novembro ele foi descredenciado –, falaram que a pessoa era contrabandista, isso e aquilo.

O que faço quando levanto a vida de uma pessoa? Eu o faço dentro do meu Estado. E aqui está o nada consta da pessoa; não havia nada. Resultado: tentaram nos imputar a incompetência, a falta de coragem, a falta de determinação para pegar os verdadeiros culpados de Roosevelt e puni-los.

Eu gostaria que os culpados fossem punidos, não importa se índio ou branco; eles são cidadãos, sabem o que estão fazendo e o que querem.

Gostaria de deixar também para V. Exª tanto o nada consta quanto o credenciamento e o descredenciamento da pessoa, o nosso relatório e os termos de declaração de vários garimpeiros dentro da área.

Quero agradecer. Fiz questão de vir participar desta audiência pública e de conversar com os Senadores, porque, às vezes, a história que é passada aqui é bem diferente da vivida em Espigão d'Oeste. Nada mais é do que aquilo que V. Exªs estão fazendo: ouvindo as próprias pessoas, vítimas e envolvidas em tudo. No começo, tudo isso estava escondido a sete chaves, mas agora veio à tona.

Graças a Deus, nosso Pai Celestial tem me dado força e me iluminado. Aos nossos companheiros, aos nossos amigos da Bancada Federal, Senadores e Deputados Federais que têm nos ajudado: nós queremos passar Rondônia a limpo em todos os sentidos e as riquezas que temos.

Como brasileiros, devemos ter a responsabilidade de pelo menos aproveitar para gerar renda e riqueza. Mas da maneira como está, deixam os problemas sociais, os conflitos e as viúvas e o Brasil está perdendo.

E não é só a reserva indígena de Roosevelt. A maioria das reservas indígenas brasileiras tem riquezas extraordinárias que nós, brasileiros, desconhecemos. Pessoas de outros países sabem tudo o que há dentro dessas áreas. Onde 1.500 índios têm 2.197 milhões hectares de terra? É muita terra para pouco índio. O que há, na verdade, é muita riqueza sendo guardada. De repente, o próprio Governo Federal, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados não sabem o que existe ali, mas todas as áreas têm uma riqueza extraordinária.

E para termos mais investimentos e desenvolvimento, o caminho é aproveitar não só aquela riqueza de Roosevelt, mas onde houver, mesmo que alguém de fora queira simplesmente inviabilizar. Quando alguém está contra é porque alguma coisa há debaixo daquilo. Mas quando o pessoal fala: "Ah, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo", é porque há coisas boas lá.

Se nós conseguirmos, amanhã, com essas riquezas só de dentro dessas áreas indígenas, pagar a dívida externa, podem ter certeza de que o povo do Brasil não precisará mais ficar com o pires na mão, pedindo

esmola para governo, para ninguém, porque vai haver muito emprego sendo gerado neste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradecer o Governador de Rondônia.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Elifas para as suas perguntas considerações.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Primeiro, queria cumprimentar o Governador Ivo Casol pela coragem que S. Exª tem demonstrado, pela presteza com que S. Exª tem acudido àquela área e também ser solidário a S. Exª, porque acreditamos que, durante todo esse tempo em que S. Exª estava prevendo essa situação – eu já não falo mais de conflito, de massacre –, esteve comunicando ao Governo, solicitando ajuda no sentido de solucionar aquele problema que estava se avolumando e que, fatalmente, pelo descaso do Governo, até, talvez, pelo desconhecimento dos relatórios que a Funai fazia, acabou acontecendo aquela tragédia lá em Espigão d'Oeste.

É fundamental que, hoje, Senado e Governo Federal nos debrucemos sobre essa questão e procuremos uma solução que traga paz para aquela região e, como disse o Governador, o benefício daquela riqueza imensa que está depositada no subsolo da reserva, que será estendido para os índios, para os garimpeiros, para o Município de Espigão d'Oeste, que sofre uma imensa repressão, para o Estado de Rondônia e para o Governo Federal.

Não temos pergunta para fazer ao Governador, porque estamos na mesma situação de S. Exª ao fazer indagações para aqueles que administram a extração do minério lá na reserva. Supomos muitas coisas, supomos que exista realmente corrupção, porém, pelos depoimentos que temos obtido, verificamos que aquela reserva é povoada, sim, mas só de anjinhos, pessoas que não têm nenhum interesse econômico, não têm interesse na violência. As coisas acontecem, e não sabemos realmente o que fazer.

Parabenizamos, mais uma vez, o Governador e agradecemos a presença de S. Exª nesta Comissão. Realmente as palavras de S. Exª foram muito úteis para o nosso julgamento aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, não tenho nenhum pergunta a fazer; apenas um pequeno comentário.

O depoimento do Sr. Governador foi esclarecedor nesta Comissão, elucidando muitas dúvidas sobre as questões não do conflito, mas do massacre da reserva Cinta-Larga. É sabido que os culpados não são os pobres garimpeiros que foram lá em busca do pão de cada dia para sustentar as suas famílias, no desespero da falta de empregos. Tampouco os índios foram culpados, porque foram corrompidos. Ninguém tem dúvida de que os índios Cinta-Larga, assim como os de outras nações indígenas de nosso País e do nosso Estado, na época da madeira, no auge do mogno, da cerejeira, foram corrompidos também com armas de fogo, espingardas, isqueiros e caminhonetes para permitir a retirada do mogno das suas reservas.

O mesmo ocorre agora com o diamante. A cobiça, a ganância de pessoas muitas vezes já ricas, milionárias, que contrabandeiam diamantes corrompeu os nossos índios Cinta-Larga. Na verdade, se verificarmos quem são os culpados, os índios ou os garimpeiros, constataremos que são esses que não foram apanhados ainda: os compradores, os contrabandistas. Eles sabem que o garimpo é ilegal, que o minério está saindo ilegalmente e usam outras vias ilegais para corromper os índios, principalmente os caciques.

Eu falava ainda há pouco que os caciques da reserva Cinta-Larga viraram capitalistas, pois compraram casas de R$4milhões e encheram fazendas de gado. Essa é a triste realidade. Isso reforça a minha tese e a do Senador Paulo Elifas, a exemplo de V. Exª, Sr. Presidente, e do nobre Senador Augusto Botelho, de Roraima, que está do meu lado, que levaram esta Comissão a Roraima para tentar solucionar aquela situação de Reserva Raposa Serra do Sol.

Isso reforça a nossa tese de levar esta Comissão a Rondônia o mais rápido possível, com a força que o Senado da República tem. Acredito que o Senado seja mais forte que a Funai, a Polícia Federal e o próprio Exército brasileiro. Isso porque a maioria desses órgãos tem que se reportar ao Senado em algumas ações, principalmente ações externas, como é o caso da força de paz do Brasil que vai ao Haiti. Esse assunto precisa passar pelo Senado da República.

Se a nação indígena Cinta-Larga é mesmo independente, mas está dentro do Brasil, o Senado da República tem condições de entrar nessa reserva, requisitando o Exército brasileiro e a Polícia Federal. Nós precisamos disso.

Na semana passada o Sr. Governador chamou de João Bloss, porque estava com o cacique João Bravo, mas é Valter Bloss. O cacique é muito bravo. O Valter Bloss falou, na semana passada, que não estão garimpando, que recolheram tudo. Ele falou, sentado ao lado do Presidente, que sobrevoaram lá e recolheram todos os equipamentos, amontoaram tudo em um canto e não estão garimpando.

Esta Comissão precisa ir o mais rápido possível ao garimpo. Precisa requisitar o Exército e a Polícia Federal para nos acompanhar. O Sr. Valter Bloss falou

aqui, na semana passada, repito, que recolheram as máquinas, e o Governador acaba de afirmar que estão garimpando, que os aviões continuam sobrevoando a reserva, pousando lá para pegar os diamantes que estão sendo extraídos.

Faço este apelo ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator e a todos os membros desta Comissão, no sentido de que possamos agendar, o mais rápido possível, uma ida da Comissão a Rondônia, a Porto Velho, a Espigão d'Oeste, sobretudo dentro da reserva Cinta-Larga, para que possamos ver de perto mesmo, com os nossos próprios olhos, se ainda existe ou não garimpagem lá, até que o Congresso Nacional possa regulamentar essa jazida de diamante, que será a saída. Seria bom que ela não tivesse existido nunca, porque só assim não teriam morrido, pelos comentários, cem, duzentas, trezentas pessoas. Se só existissem as florestas, e não as jazidas de diamantes, certamente não teria havido tantas mortes lá, mas já que existe essa reserva de diamante, que ela seja explorada de forma regular, legal, pois vai continuar a ser explorada, está lá há décadas sendo explorada de forma ilegal. Isso já ocorre desde o início da descoberta da jazida, então que ela seja regulamentada, legalizada, explorada por intermédio de uma companhia.

Tenho ouvido falar que o Governo Federal pensa em criar uma companhia estatal para explorar o mineral, mas já existe uma estatal federal, que é a CPRM, com muitos técnicos renomados. Se ela pode fazer pesquisa, pode também explorar o diamante. Que se possa criar a cooperativa dos índios e a cooperativa dos garimpeiros, que todos possam explorar, delimitando áreas para não haver conflito, acompanhado pelo Governo Federal; que se coloque um posto da Caixa Econômica Federal dentro do garimpo para comprar, para que todo minério, todo diamante extraído lá seja legalizado e comprado pela Caixa Econômica Federal, que é um órgão respeitado em nível nacional e internacional; que esse diamante possa sair com um certificado lá de dentro do garimpo para ser exportado e vendido para qualquer parte do mundo. Essa é a nossa opinião. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exmº Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Exmº Sr. Relator, Senador Delcídio Amaral, Governador Ivo Casol. Não sei se entendi bem o que o senhor falou: que as instabilidades, as confusões, o problema começou a surgir depois da chegada do Valter Bloss. Esse homem é um santo, ele nunca tem nada a ver com a história; foi o que ele nos falou. E lá em Roraima também, só vou fazer um registro, houve uma instabilidade quando ele era o chefe da Funai. Foi a primeira vez que os índios seqüestraram uma família de pequenos proprietários, começaram a tomar atitudes de violência. Foi a primeira vez que tentaram cercar o Município de Uiramutã com uma cerca como a de gado, e quase houve um conflito. Foi quando eles cometeram mais atos violentos contra os produtores.

O Companheiro Valdir Raupp fala de os índios terem comprado casa, isso e aquilo. É muito bom que eles comprem para que se prove que essa teoria indigenista, desses que querem colocar o índio no zoológico, andando nu, sofrendo de dor de dente, morrendo cedo, de parto e de complicações. Eles querem colocar no zoológico seres humanos que são iguais a nós. Isso prova que quando eles têm oportunidade de melhorar de vida, eles querem melhorar. A sociedade indígena não é essa coisa romântica de não ter isso ou aquilo. Quando não há mulher numa aldeia, eles vão em outra aldeia, brigam, lutam, matam um bocado e tomam as mulheres. É assim que o Ianomâmi funciona. Estou falando de Ianomâmi, não sei de Cinta-larga. Só entendo de índio no meu Estado de Roraima, mas a cultura é parecida.

Os nossos índios da Raposa Serra do Sol não querem fazer em área contínua, porque sabem que serão prejudicados. Eles querem se integrar na sociedade, querem ser produtores de arroz irrigado. Lá já se fala em arroz irrigado, não querem fazer arroz de sequeiro. Então, querem melhorar de vida e terão essa oportunidade, pois creio que o Presidente Lula não os deixará voltar à miséria anterior.

Lá em Rondônia, a tristeza pela morte desses garimpeiros é uma prova de que tem de haver uma mudança na política indigenista deste País e essa mudança vai acontecer agora, infelizmente, depois da morte dessas pessoas. Um que morresse por causa disso já justificava uma mudança na política indigenista. E V. Exª, um Governador que trabalha e sente o problema, vai contribuir muito para isso com as suas posições firmes, defendendo os interesses tanto dos indígenas como dos garimpeiros, porque todos têm direito.

Os garimpeiros são tratados neste país como marginais, como bandidos, mas eles não são isso. Tenho 56 anos e, desde que me entendo, convivo com garimpeiros. Houve maior fluxo de garimpeiros lá em Roraima quando começaram a explorar ouro na área dos Ianomâmis. No meio de garimpeiros, há os marginais, como em qualquer sociedade. Mas aqui os indigenistas tratam os garimpeiros como marginais, como bandidos.

Temos a obrigação de regulamentar o garimpo nas áreas indígenas e nas outras áreas. O Brasil tem algo errado, que é deixar explorarem o minério grandes

companhias. Dizem: mas cooperativas de garimpeiros podem explorar também. Os garimpeiros não têm dinheiro nem para comprar papel, nem para comprar um livro de ata para se organizar em cooperativa. Como vão se organizar em cooperativa?

Devemos evoluir. Quando os nossos garimpeiros são perseguidos lá em Roraima, ou fogem para a Guiana ou para a Venezuela. Lá em Rondônia, eles voltam andando. Em Roraima eles levam de 12 a 18 dias para chegar à área de ouro, e vão a pé, enfrentando malária, enfrentando tudo. Por quê? A única chance que esses garimpeiros brasileiros têm de melhorar de vida é no garimpo.

E os indígenas também vão melhorar de vida com o garimpo. Temos que regulamentar para eles entrarem e terem lucro. Por que essa riqueza tem que ficar guardada? Para quê? A pessoa morre de fome e pisa no diamante? No ouro? Temos que mudar essas coisas neste País.

A ecologia vai reclamar e tal, mas na Venezuela e na Guiana, principalmente na Venezuela, eles garimpam e o garimpeiro é obrigado a reconstituir a área antes de ir para outra. Aqui no Brasil não existe nada disso. Talvez tenhamos que evoluir trilhando esse caminho.

Gostaria de me solidarizar com V. Exª. Tenho certeza de que vai contribuir muito para mudarmos, juntamente com a nobre Comissão do Senado que tem um trabalho brilhante, inclusive no meu Estado, que foi agraciado com o parecer da Justiça. Agora a Justiça está favorável a fazer como quer a maioria dos habitantes de Serra do Sol, e o Senado e a Câmara querem também, assim como povo do meu Estado. Não é possível que o Presidente faça como as ONGs internacionais querem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Delcídio Amaral, nosso nobre Relator da Comissão.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Governador, peço desculpas a V. Exª. Naquela hora em que nos encontramos, na saída, houve um problema no meu Estado e eu tive que me retirar por alguns minutos, em função de coisas inesperadas que acontecem e que exigem, muitas vezes, uma atitude precisa na hora. Por isso, Governador, peço desculpas pelo fato de não ter acompanhado a sua exposição.

Ao longo dessas últimas semanas, temos ouvido muitas pessoas. Estamos fazendo um trabalho, sob a orientação do Senador Mozarildo, como fizemos em outros estados, ouvindo a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público, a Funai, as lideranças indígenas, os produtores, enfim, temos tornado a Comissão a mais plural possível, exatamente com o intuito de buscar soluções que, se não atendem a todos, pelo menos vão disciplinar um pouco essa questão tão importante para o nosso País, não só no que se refere à preservação da nossa história, da nossa cultura, das etnias, como também à tranqüilidade de quem trabalha. O meu Estado tem sido permanentemente castigado por esses conflitos. Talvez seja uma realidade um pouco diferente da de Rondônia, mas mesmo assim preocupa bastante.

O trabalho desta Comissão encontrará uma solução, assim como apresentou uma solução para Roraima, e houve, como o próprio Senador Augusto Botelho acabou de falar, inclusive a ratificação pela própria Justiça, o que foi uma grande vitória para todos nós. Portanto, a vinda do senhor aqui é muito importante.

Gostaria, em decorrência do que ouvimos aqui, de fazer algumas perguntas ao senhor.

Fico surpreso com a afirmação do Senador Raupp de que a mineração continua. Essa era a informação que nós tínhamos até hoje pela manhã, não é meu caro Senador Mozarildo? Fomos informados pela manhã de que a mineração tinha parado. Então é muito bom ouvir o Governador falar nisso, até porque confirma tudo o que ouvimos e debatemos nas últimas duas semanas pelo menos.

Governador, gostaria de, sucintamente, perguntar ao senhor se, nos depoimentos, surgiu muito o nome de uma pessoa chamada José Roberto Gonzalez, que falaria lá no garimpo em nome da Companhia de Mineração de Rondônia. Aproveitando a presença do senhor, gostaríamos de conhecer um pouco mais as atividades e quem era efetivamente esse José Roberto Gonzalez.

Tudo o que vou relatar aqui é o que ouvimos, como estamos verificando os depoimentos, tentando interagir e chegar a conclusões sensatas no que se refere ao que aconteceu. Esta é a primeira pergunta, quer dizer, esse Sr. José Roberto Gonzalez, o que ele efetivamente fazia? Quais seriam as atribuições dele na Companhia de Mineração de Rondônia?

Uma outra pergunta que gostaria de fazer ao senhor, Governador, porque tem sido insistentemente mencionado aqui em outras audiências públicas diz respeito à retirada da polícia ambiental, em 2003, da Reserva Roosevelt. De certa maneira, tentam explicar que o ocorrido, pelo menos em parte, se deve à retirada da polícia ambiental.

Um outro ponto, inclusive mencionado pelo Sr. Valter Bloss, coordenador desse grupo-tarefa que pretendia implementar um plano emergencial junto aos Cinta-Larga, foi que, normalmente, quem orientava a polícia ambiental lá na Reserva Roosevelt seriam os

garimpeiros. Isso, de certa maneira, leva a uma interpretação, pelo menos nos deixa em dúvida efetivamente. Enquanto alguns diziam que a polícia ambiental, ao ser retirada, trouxe conseqüências, eventualmente a não-retirada poderia ter evitado esse massacre, ou pelo menos ajudado a evitá-lo.

Também ouvimos depoimentos de que a polícia ambiental era controlada pelos garimpeiros. Ou seja, havia uma tese de que o Governador teria tirado a polícia ambiental de lá, e outra de que quem mandava na polícia ambiental eram os garimpeiros. Então são opiniões absolutamente diferenciadas e ininteligíveis.

A última questão se refere ao encaminhamento que o senhor fez, alertando sobre um novo conflito com derramamento de sangue, por meio de um ofício encaminhado pelo Governo do Estado ao Ministério das Minas e Energia.

São basicamente essas as questões que gostaríamos de encaminhar ao senhor, as quais, no meu ponto de vista, são importantes, afinal de contas, Governador, já ouvimos tantos depoimentos que a cada dia fico mais estupefato, porque cheguei à conclusão de que 34 pessoas morreram, se é que não morreram mais pessoas, e não sabemos de quem foi a responsabilidade. Parece que o que aconteceu foi um fenômeno que os alquimistas chamavam de geração espontânea.

Então gostaria de aproveitar a experiência que o senhor tem. Sei que o senhor é um homem determinado, que tem sempre acompanhado isso com muita preocupação, até pela sua responsabilidade. Se o senhor pudesse responder a essas perguntas seria muito bom para todos nós.

E, por último, o seguinte: do seu ponto de vista, com a experiência que o senhor tem, quais providências mais imediatas deveriam ser tomadas, depois de tudo isso que aconteceu e que trouxe uma consternação não só para Rondônia, mas para todo o Brasil, para aprendermos com toda essa tragédia que aconteceu e evitar que isso se repita, trazendo tranqüilidade, acima de tudo, ao Estado de Rondônia?

O SR. IVO CASOL – Tenho um compromisso às 19 horas, então serei breve. Peço desculpas ao Senador Amaral.

Quanto a essa pergunta, o senhor não esteve aqui presente; naquele momento o senhor tinha outro compromisso. Abordei tudo isso, está registrado, mas mesmo assim vou dizer para o senhor.

Falei muito de João Bloss, que, na verdade, é Valter Bloss. Não sei como pode. É um santinho esse cara. Passou pelo seu Estado, Senador, passou pelo nosso e não sei como existe gente defendendo essa pessoa, apesar de tudo o que aconteceu em Rondônia. E disse agora há pouco, Senador: só estamos lidando com lambari. Os peixes grandes estão voando por aí de jatinho. Porque comprar diamante a 30% da maneira que estão comprando... Se houve alguém com coragem para denunciar fui eu. Paguei caro por isso, porque usaram meu nome indevidamente na revista **Istoé.** Fizeram isso, porque aquelas pessoas que querem ver o circo pegar fogo no meio do caminho.

Essa pessoa que o senhor frisou, se não me engano, é José Roberto. Já deixei até um documento com a equipe. José Roberto Gonzalez nunca foi funcionário nosso. Ele tinha uma credencial para trazer investimentos para o Estado de Rondônia. Eu nunca tive força dentro da área indígena, nem como governador nem como cidadão, nem antes e nem depois, para entrar na área indígena. Portanto, no momento em que soubemos que ele tinha ido para dentro da área indígena – está aqui o documento – e falou que representava a empresa de mineração, 45 dias depois fizemos o cancelamento. Para se ter uma idéia, falaram que ele era contrabandista; pegamos o nada consta na Polícia Federal e não existe nada contra o homem.

Alguém tenta colocar a culpa hoje no Governo do Estado de Rondônia. Se existe alguém culpado nisso tudo é a Funai, na pessoa do Valter Bloss, na pessoa do Nazareno, que estavam lá dentro e sabiam de tudo. Há um documento que deixei aqui, do Ministério Público, em que o pessoal deu um depoimento um dia antes de acontecer. O Valter sabia que ia acontecer, segundo o depoimento dos próprios garimpeiros que foram vítimas daquilo tudo.

Antes de o Valter Bloss ir para o garimpo, os garimpeiros entravam e saíam junto com os índios e dividiam a produção. Depois que o Valter Bloss foi lá para dentro, começou a morrer gente.

Quanto à nossa polícia ambiental, no dia que fui lá e tentei entrar na área indígena, só cheguei dentro da aldeia do João Bravo. O José Raimundo, que é do Globo Repórter, da TV Globo, estava em Espigão d'Oeste esperando para fazer a filmagem, porque eu queria mostrar para o Brasil que continuavam explorando ilegalmente o garimpo e que o nosso diamante estava sendo contrabandeado. O pessoal da Funai me engambelou lá; não o pessoal da Funai, os índios, e não mostraram coisa alguma. E o pelotão da polícia ambiental estava na divisa.

Resultado: fizemos papel de otário a vida inteira. Quando vi que estávamos fazendo papel de otário, saí zangado de lá e falei: vou tirar a polícia daqui. Algumas pessoas vieram aqui fazer um carnaval, fizeram até um discurso. O que não falta é alguém para fazer discurso. Resultado: coloquei a polícia ambiental de volta, sabendo que o Estado estava fazendo papel de

otário. Se alguém pagava diária para a nossa polícia florestal, era a própria Funai. Então, essa conversa de vir funcionário da Funai dizer que eram os garimpeiros que estavam com o policial ambiental, é conversa para boi dormir. Desculpe-me a expressão. Não é verdadeira. O culpado disso tudo, da chacina, ocultação de cadáver e tudo, é a Funai, na pessoa do Valter Bloss, do Nazareno, que está preso, que sabiam de tudo.

Exploração sempre houve. Eu nunca compactuei. Desde antes de assumir o governo, os índios me procuraram para que lhes fosse dada cobertura. Falei que não dava, porque não aceito nada ilegal. Sempre fui educado desta maneira. Agora estamos sendo roubados, saqueados. Não sobra um tostão para o Município, para o Estado, nenhum centavo para pagar a dívida externa do Governo Federal; a riqueza está indo embora.

E hoje tentam colocar a culpa em quem? Ah, o Governador é o culpado. Quando mataram em Rondônia – aquela questão de Corumbiara –, fizeram o maior carnaval em nível nacional e internacional. Quando aconteceu – falei agora há pouco – , lá no Pará, a questão dos Carajás, foi a mesma coisa. As mesmas pessoas que fizeram um carnaval tentam, hoje, colocar a mão em cima, para dizer que a Funai é santa. A Funai não tem ajudado os índios. Os índios têm ficado no desleixo em todos os lugares. Não é só a questão dos Cinta-Larga.

Quando eu estive lá, porque queria levar o pessoal do Globo Repórter, o João Bravo me mostrou e falou: "Olhe, Governador, a única coisa que a Funai trouxe para mim, aqui dentro, foi esta privada". O dinheiro que ele tinha vinha lá de dentro. Todo o resto eles tinham obtido com recursos próprios. E, desde o ano passado, Senador, eu venho denunciando. Informei ao Presidente da República, ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, reiterei ao Ministro Márcio Thomaz Bastos. Quer dizer, se eu tivesse algum comprometimento, não estaria denunciando em lugar algum. E paguei caro por isso, mas vou continuar pagando, porque vamos consertar. Não é justo estarmos num País que tem o Programa Fome Zero e ficarmos com o pires nas mãos, pedindo esmola para os americanos, sabendo que, até agora, foram extraídos lá de dentro mais de US$2 bilhões em diamante. Se tivesse ficado 1% para o Estado, seriam US$20 milhões. Não deixaram nada para o Brasil, para ninguém; está indo tudo embora. E vai continuar. Esta história: "Ah, vai ficar o Exército lá". Vai ficar por 30 ou 60 dias.

Para o senhor ter uma idéia, a força0tarefa está lá dentro atrapalhando o Espigão d'Oeste e a região. Estão entrando e saindo por Juína. Eu coloquei policial civil lá, mas não tem ação porque é outro Estado. Estão entrando e saindo como se nada tivesse ocorrido. Dizem que parou o garimpo; é conversa fiada. Essa historia do João Borges vir aqui dizer... Eu não sei o que esse cara tem. Creio que ele tem um pacto com alguém superpoderoso – desculpe – como o Valter Boss, porque não pode. Ele não aparece em lugar algum. Ele é santinho, o pessoal o defende, o Presidente da Funai o defende. Ele diz para vocês que não está funcionando. Ontem à noite, assistimos a uma reportagem da Record onde mostraram que está funcionando, e a TV Record estava lá dentro. Filmaram tudo e mostraram que está funcionando. Então até agora não parou; continua a exploração.

O que ficou para o Estado, Senador? Só restou o problema social. Faltam recursos, falta dinheiro, a Prefeita está numa situação difícil.

Outro ponto importante que o Senador Augusto Botelho falou: garimpeiro não é bandido. Garimpeiro é pessoa trabalhadora, que quer se sustentar, ganhar o seu pão com o próprio suor. Enquanto nós vemos o que acontece no Rio e em vários lugares por aí – bandidos roubando, seqüestrando e matando –, as pessoas só querem se sustentar.

Da mesma maneira, o Presidente da Funai não tinha força para dizer que os índios poderiam fazer aquilo, que estavam corretos. Eu até estava na Câmara dos Deputados quando um Deputado levantava a Constituição e dizia: "Olhem, os índios podem fazer isso porque está aqui a Constituição". Se isso valesse, os proprietários de terra poderiam, então, fazer a mesma coisa, porque a Constituição garante o direito de propriedade também. Nem os índios nem os proprietários têm direito de tirar a vida de alguém. Ninguém tem direito de tirar a vida de alguém. O que tem acontecido lá com os índios é que eles são usados por brancos, por contrabandistas, por ladrões. Essa história de dizer que eles não têm o controle aéreo de lá é conversa fiada. Eu estive lá no Sivam – CCSivam, como eles chamam lá em Rondônia, e fiz de conta que não tinha nada. Fui conhecer aquela estrutura e falei: vamos ver como está, em que estado se encontra. Mostrem para mim. Mostraram para mim e fui puxando. E falei: e essa região? Como tenho facilidade para ver as coisas, falei: esta não é a região de Roosevelt? E eles falaram: "É." Eu tinha as coordenadas dos locais. E perguntei: E esses aqui se movimentando? E eles falaram: "Esses aqui são aviões." E eu falei: então vocês não sabem nada dos aviões que sobrevoam. Quer dizer, o pessoal ficou sem graça, porque, na verdade, eles sabem dos aviões que entram e saem, têm controle, têm tudo.

Agora, não concordo que a nossa polícia ambiental pague pelos erros da Funai. Não quero generalizar a Funai em todo o Brasil, mas, infelizmente, estamos

num País que é rico, um País extraordinário como é o nosso Brasil. Dentro deste nosso País temos um outro que se chama Funai, e ninguém tem força para entrar lá dentro. Nem a Polícia Federal nem o Exército, ninguém. Um funcionário, sozinho, da Funai inviabiliza todo o resto.

A chacina aconteceu no dia 7, e só conseguimos resgatar os corpos no dia 20. Então botam medo: índio mata, índio faz isso, faz aquilo.

Os índios são todos civilizados, vivem no meio da sociedade. É como o senhor falou: um toma a mulher do outro. Eles tomam até a mulher do branco se facilitar. Existe índio lá com quatro, cinco mulheres. Eles vivem a vida, estão curtindo; está lá a riqueza e eles estão aproveitando.

Não tenho nada contra isso, mas, infelizmente, eles estão sendo teleguiados por pessoas que estão por trás. Até agora nós só descobrimos lambari. Eu gostaria, como Governador, de saber quem são esses peixões que estão por trás. Não tenho força para isso. Minha polícia está aqui, meu Secretário de Segurança Pública, Paulo Moraes, está aqui – além de Deputado Estadual, ele é Secretário. Eu não consegui entrar lá dentro. Não conheço a área do garimpo até hoje, como Governador. E se alguém teve coragem, Senador, de denunciar tudo isso, fomos nós. Como nós já avisamos que a situação vai se complicar mais ainda lá dentro. Por quê? Até agora mostraram três corpos. Nós viemos aqui e denunciamos, dizendo que havia muito mais, e apareceram mais vinte e seis. Existe muito mais lá dentro.

Sugeri ao Presidente, agora há pouco, criar uma comissão envolvendo o Senado, a Câmara dos Deputados, o Exército, a Polícia Federal, a nossa Polícia Ambiental, a Polícia Militar, a Polícia Civil e uma comissão de garimpeiros que conheça toda a área, para fazer uma devassa ali, algo que não aconteceu até agora, para acabar com esse mito, parar de dizer que é isso, aquilo e aquilo outro. A devassa seria para verificar quantos corpos existem lá dentro. V. Exªs vão ficar horrorizados, porque há muitos corpos lá dentro.

Infelizmente nós assistimos a isso e ficamos impossibilitados de fazer algo. Por isso fiz novo ofício e reitero-o, porque do jeito que está o garimpeiro vai para o fundo e entra de novo lá.

Eu disse, na Câmara dos Deputados – não sei se o Senador Raupp estava presente –, que os garimpeiros já haviam entrado de novo lá. E a maioria dos garimpeiros não entra sozinha; há sempre um índio que os leva lá para dentro. Sempre são seduzidos por um índio. Talvez agora não, mas sempre foram seduzidos para isso.

Portanto, não temos envolvimento algum e está aqui o documento que entreguei. Essa pessoa não é funcionário, não é nada. Tenho o nada consta dele aqui. Nunca esteve lá dentro para negociar nada em nome do Estado. Primeiro, porque não tem autorização, não tem autonomia. Alguém tentou culpar o Governo do Estado para tentar desviar o trabalho de V. Exªs. O Estado está à disposição, Senador. Eu gostaria que V. Exªs fossem a Espigão d'Oeste e ouvissem a população. Já ouviram muita gente. Escutem a população, pois quando político está envolvido podem ter certeza de que ficarão sabendo em seguida.

Se eu estou denunciando é porque quero que o minério seja extraído na legalidade e que o Brasil pelo menos consiga pagar a dívida externa, porque temos muita riqueza nessas áreas indígenas. Não podemos ter uma área de 2,197 milhões de hectares de terra para 1.500 índios. É muita terra para pouco índio! Há muita riqueza ali embaixo. Hoje o Governo Federal tem dificuldade para pagar a dívida externa. Se explorasse só essa riqueza que há em terras indígenas, faria muito.

Outro ponto que apresento para encerrar: não culpo o Presidente Lula. Fiz o ofício ao Ministro Thomaz Bastos, comunicando anteriormente. Culpo os funcionários da Funai, porque eles não foram sinceros nem com o Presidente nem com o Ministro. Qual era o órgão responsável em Rondônia pelos índios e pelo que pudesse acontecer? Era a Funai. E ele acreditou nesse Valter Bloss, que posa de santinho em todo local em que está.

Se há alguém responsável e que deveria ser preso é o Valter Bloss por ocultação de cadáver, pois, mesmo sabendo, conforme depoimentos prestados no Ministério Público, que ia acontecer a chacina, não avisou a ninguém, nem à Polícia Federal nem ao Governo Federal. Ele é, portanto, responsável por tudo isso que aconteceu lá dentro.

Se o Presidente me permitir, peço desculpas aos Senadores porque terei um compromisso agora no Palácio, com o Deputado Aldo Rebelo. Portanto, se tiverem mais alguma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Queremos apenas agradecer, Governador, a sua presença e dizer que os seus esclarecimentos foram muito importantes para esta Comissão, assim como os documentos e as fitas aqui deixadas, que serão examinados pelos membros da Comissão e pelos consultores do Senado que estão assessorando esta Comissão, de forma que possamos daqui tirar os elementos importantes para fazer um trabalho, como já estamos fazendo nos outros Estados, para dar uma solução rápida para

a emergência, mas também uma solução de médio e longo prazo para essa questão.

Portanto, agradeço a presença do Governador e libero-o para o seu compromisso em seguida.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Só queria, de público, Presidente, pedir desculpas ao Governador por não acompanhá-lo à audiência, pois eu tinha uma audiência, às 17h30min, com o Presidente da República e não fui. Da Comissão de Turismo, foi o nosso Presidente. O Senador Mozarildo também é da Comissão de Turismo. Não fomos ao compromisso para ouvir o depoimento do Governador.

Se há mais duas pessoas ainda para serem ouvidas na Comissão, teremos que ficar aqui. Então, peço desculpas. Leve o nosso abraço ao Ministro Aldo Rebelo. Estivemos com S. Exª na semana passada. Eram dez Parlamentares cobrando providências para o Estado de Rondônia.

O SR. IVO CASOL – Obrigado. Só para completar, na questão, por exemplo, da Polícia Militar. Quanto tempo ficou fora? Não ficou uma semana.

No dia em que tirei, veio o pessoal fazer um discurso – não vou nem citar nome. Não tem nada com os Senadores, mas o pessoal do Estado veio fazer um discurso para toda a nação. Coloquei a Polícia de volta, mesmo sabendo que eles chegavam com os garimpeiros – índio mesmo – e trezentos metros antes da guarita descarregavam os garimpeiros, davam a volta por trás e passavam do outro lado. Quer dizer, só fizemos um papel de decoração.

Infelizmente, foi por isso que só estávamos lá plantados. Fiquei agüentando até o final, porque, se não tivesse deixado, eles iam dizer que eu era o culpado por tudo que aconteceu lá. Por isso eles permaneceram esse tempo todo lá.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vamos, então, dar continuidade aos nossos trabalhos. Convido o Sr. Carlos Antônio Siqueira, Antropólogo, para prestar os seus esclarecimentos a esta Comissão.

Dr. Carlos, conforme já observado, o senhor terá vinte minutos para fazer a sua explanação e, portanto, discorrer sobre a questão da Reserva Roosevelt e outros assuntos que quiser abordar em relação a essa questão em Rondônia.

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Agradeço o convite da Comissão e cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Mozarildo Cavalcanti e os demais presentes.

Para ser breve, vou me ater especificamente à questão da terra indígena Omerê, que outrora, por ocasião da CPI que investigou a ocupação de terras irregulares pela Funai, também foi tema da Casa. Entre os Deputados que participavam dessa Comissão, há o ex-Deputado Federal que se encontra no plenário, Deputado Antônio Feijão.

Quando portaria declaratória foi publicada, em 18 de dezembro de 2002, os fazendeiros não ficaram sabendo da sua existência, até porque a portaria que constituiu o grupo de trabalho da Funai para identificar e delimitar a reserva indígena Omerê foi assinada em 1999. Um ano e sete meses depois, o relatório ficou pronto, tendo sido assinado às vésperas do Natal, período ao qual sucederam-se as férias forenses, quando a maioria dos proprietários estava de férias com suas famílias. Esses proprietários foram pegos de surpresa com a assinatura da portaria no dia 18 de dezembro.

Eu estava de férias com minha família em Caldas Novas, quando fui contactado e sondado para ser constituído assistente extrajudicial pericial do trabalho. Se eu aceitasse o convite, teria três horas para estar em Brasília. Levei três horas e 40 minutos para deixar minha família em Anápolis e chegar a Brasília. Li o processo e encontrei algumas falhas.

Sou ex-servidor da Funai. Fui Chefe de Etinologia e Indigenismo da Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, na gestão do Presidente Sulivan Silvestre, que faleceu em janeiro de 1999. Também assumi parte das atribuições da Coordenação de Acompanhamento de ONGs, que chamarei de subcoordenação para não confundir com a Coordenação-Geral. Fui nomeado para o cargo de Chefe de Coordenação de Etinologia e Indigenismo, mas respondia também pela Coordenação de Acompanhamento de ONGs.

Como eu era do órgão, quando avaliei o relatório circunstanciado da terra indígena Omerê e, por sua vez, o processo, sabia identificar falhas processuais. Identifiquei uma delas no início do processo, em relação à frente de contato Guaporé, que localizou supostamente os dois grupos étnicos presentes na terra Omerê: o grupo Akuntsu e Kanoê.

Notei que a primeira expedição da frente de contato Guaporé que constava dos autos era extra-oficial, porque não existia a portaria de nomeação da equipe, embora houvesse membros da Funai nela. Todos nós que estamos aqui e que somos oriundos de órgãos públicos sabemos que os trabalhos oficiais são constituídos por portarias. A segunda expedição também era extra-oficial.

Outro fator era que os membros das duas expedições, em sua maioria, eram membros de ONGs. Nunca vi um caso como o da primeira expedição em que, dos cinco membros, quatro eram de ONGs.

Na terceira expedição, coordenada pelo Marcelo – a primeira sequer foi coordenada por ele, o indigenista que supostamente localizou o grupo isolado na área –, dois membros eram de ONGs. Só havia ele como

membro da Funai, mas também não havia a portaria da sua nomeação, assim como não havia papel timbrado da Funai, tendo sido datilografado "Ministério da Justiça".

Fui localizando esses erros. Fomos para a área, sobrevoamos, fizemos observação **in loco**, observação participante. Fui às duas aldeias e fiz um trabalho detalhado. Não fui no grosso, mas no detalhe. Considerei interessante a forma de ocupação do pátio da aldeia, longe de água; as bitolas das malocas eram cortadas fora do padrão. Por trás de uma das malocas, na pressa de construírem ou montarem o cenário, ficaram dois caibros cortados no serrote, sem serem lavrados.

Na nossa volta dessa primeira aldeia, que foi a Kanoê, para entrar – era janeiro e havia chovido em Rondônia – , passei com água no queixo por um igarapé, pois era a única forma de chegar. Não havia como entrar lá, segurando em cima do ombro a máquina fotográfica, gravador e diário de campo. Na volta, o Purá**(?)** estava acompanhando-me. Eu não falava a língua dele, nem ele a minha, mas, com toda aquela dificuldade, eu apontava para as árvores e perguntava quem havia plantado ou não. Ele dizia: "Marcelo", "alemão", "Purá".

Quando fui pisando na água do igarapé para atravessar, ele riu e pôs a mão no meu peito, para que entrássemos numa picadinha, numa vereda. Entrei na vereda, demos a volta de uns 300 metros e passamos em cima de um tronco – não me lembro se era de um bacuri, ou de uma palmeira.

Nessa hora, estávamos procurando as evidências, e ali vi um tronco bem rente ao chão, já coberto com um pouco de folhas, com uma bitola de uns 20, 25 centímetros, cortada com motosserra. Ponderei que, quando entramos na propriedade do Sr. Antenor Duarte, que inclusive está aqui, a cerca era de aroeira, madeira normalmente usada em fazendas. Não se usa motosserra para cortar aquilo.

Não havia, em um raio de 15 quilômetros dali, necessidade de uso de motosserra. Ou seja, quem cortou aquilo, coberto de liquens e lodos, tinha feito aquilo há muito anos. Aquilo não tinha sido cortado em 1998 e muito menos em 1997, pois já estava apodrecendo, mas estava lá. Tirei **close**. Está aqui o meu trabalho. Deixei cópia deste com a Comissão. Peço desculpas, pois as fotos estão fotocopiadas em preto e branco, mas, se for necessário, farei as mesmas fotos coloridas. Eu as revelo e as trago para a Comissão.

Tirei **close** de tudo isso. Então achamos uma seqüência de muitas madeiras cortadas por motosserra. Índio isolado, usando machado de pedra polida, ou facão sem corte, muito menos que se usasse machado... Cheguei lá, na árvore comentada pelo sertanista Osny, e ainda vi o resto do seu tronco. Era uma árvore enorme. Aqueles índios isolados jamais cortariam aquilo. Eles fariam uma derrubada para fazer uma rocinha, a fim de plantar milho. Ele planta junto com aquilo. Não há necessidade de derrubar uma árvore de um metro e meio, dois metros de diâmetro. Pode até ser que isso aconteça usando-se um machado de mão.

O que eles fizeram? Eles serraram a árvore com uma motosserra, atearam fogo e pensaram que a queimada eliminaria as evidências da motosserrra, mas isso não aconteceu. Quando o Professor Osny chegou à aldeia, achou ainda os cortes da motosserra. Quando eu cheguei lá, não os achei, porque foi ateado fogo por cima do tronco, sumindo assim os sinais da motosserra. Achamos mais sinais, tais como a forma de amarrar a embira nas malocas que era diferente, ou seja, foi amarrado por pessoas diferentes.

Saindo dali, fomos para a maloca dos Akuntsu. Passamos no posto da Funai, mostrei as minhas identificações de ex-servidor da Funai, dizendo que era antropólogo do trabalho e que gostaria de ir à área e falar com a responsável. Quem estava lá era um garoto, um rapazinho, servidor parceiro da Funai de uma ONG – não me lembro se era a Canindé ou outro. Ou seja, não tinha que dar satisfação para um servidor de uma ONG, mas para um servidor da Funai. O posto da Funai, de servidor, estava abandonado. A nossa comunicação, os nossos contatos, para que pudéssemos trabalhar, eram no final de semana. Tentamos comunicar ao núcleo de apoio da Funai em Vilhena, mas não deu também.

Tive que entrar na área. Foi o que fizemos. Subimos a picada, fomos para Akuntsu e lá encontrei a enfermeira. Então expliquei, disse quem eu era, o que estava fazendo ali, pedi permissão para fazer a perícia e tirei todas as fotos. Fiz perguntas e tive contato com eles.

Então, a conclusão que... A pergunta que não respondi e que o Professor Osny... Posso ter a honra de chamá-lo, como outro sertanista de honra da Funai, de professor, pois fui também ex-aluno do Hoklarai**(?)**, na Católica de Goiânia, que seria uma banda boa do extinto Serviço de Proteção ao Índio, da Funai e tudo o mais. Aprendi muito na Funai. Aprendi mais nos corredores da Funai e em elevador, dentro do restaurante, comendo, do que no banco da faculdade.

Por ocasião da morte do Dr. Sulivan, éramos cinco goianos, levados, junto com ele, para a Presidência da Funai – dois antropólogos e demais servidores de área jurídica – e fui convidado para ficar. Mas, por um desgaste – fui refém na terra indígena de Pacararu, em 1998, que apareceu na **Globo**, por uma semana. Eu era chefe do GTI de trabalho daquela equipe – no

meu casamento, tive que sair. Havia um convite para a Escola Técnica Federal em Goiânia, a Citem, até refazer meu casamento, minha vida pessoal, que estava muito complicada. Fui convidado para voltar, e não quis, porque notei que na Funai ou se entra no esquema de quem é corrupto ou se fica fora.

Desde então, comecei a trabalhar como autônomo, prestando consultoria para algumas ONGs na área de desenvolvimento comunitário, terceiro setor. Recentemente montei uma empresa de consultoria para fugir do Leão, dos tais 27% do Imposto de Renda. Mas um dos Senadores – não me lembro quem – me fez uma pergunta ao Professor Osny sobre o porquê de se demarcar essas terras.

Houve boatos de que havia um acordo de gabinete *in off* e que o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaforo) liberaria R$400 mil para a frente de contato Guaporé se tudo concretizasse ali. Foi por isso que o Professor Osny falou que, na conversa deles lá, o Marcelo pôs a mão na cabeça e disse que ele atrapalhou tudo, porque o departamento de índios isolados tem uma certa autonomia para gastar verba da Funai que é diferente dos outros departamentos, uma vez que trabalha com mateiros, com pessoas que não têm CPF nem identidade. Então ela tem uma certa liberdade para assinar recibos, contratar canoas, motores, etc., e R$400 mil para serem gastos no projeto com tempo delimitado é muito dinheiro para uma frente de contato apenas. Então, havia muito dinheiro em jogo.

O relatório circunstanciado foi entregue um ano e sete meses depois, e os senhores sabem que, de acordo com o Decreto nº 1.775 e a Portaria nº 014, a assistência jurídica tem 90 dias para apresentar contestação. E foi uma correria para nós.

Eu gostaria de ter feito um trabalho mais aprofundado, mas creio que o que tenho aqui é suficiente para demonstrar que aquele é um cenário de A Muralha, da Rede Globo. Mas, para quem trabalhou na Casa, como eu e o Professor Osny, é fácil descobrir os detalhes. Isso passa a olho nu por um leigo, como passou por aquela matéria da Rede Globo de que V. Exªs receberam cópia. V. Exªs vão notar índio isolado com short, vestindo bermuda, o Marcelo a 15 metros chamando índio de "amigo", porque aquela fita que passou na Rede Globo foi editada. O Professor Osny, conforme mostramos aqui, está entregando a fita sem edição. Gente, isso não existe! A pessoa de uma frente de contato, o primeiro contato ser documentado por um canal de televisão, e ele, a vinte metros, chamando índio "amigo, amigo". Isso não existe, é palhaçada, é teatro! Desculpe, mas é teatro!

Então, houve uma série de arbitrariedades, ilegalidades; as expedições sendo feitas por articulações de ONGs de Rondônia, esperando a verba do Planaforo.

E outra coisa que considerei interessante é que a Funai estava ciente da terra indígena Tubarão Latundê, a poucos quilômetros, mais precisamente 22 quilômetros do perímetro da terra demarcada ali. Eles sabiam muito bem. Muitos deles já estavam ali desde final da década de 60, quando foi montada a primeira delegacia, onde o Professor Osny foi delegado também da regional da Funai. Na demarcação da terra indígena Tubarão Latundê, houve uma destinação de 37 mil hectares para os grupos que porventura fossem contactados no Estado de Rondônia naquelas imediações.

Ou seja, numa distância de poucos quilômetros, dando volta pelas estradas – em linha reta talvez fossem uns 14, 16 quilômetros – eles poderiam muito bem colocar dentro da terra, que tem mais de 100 mil hectares. Eles sabiam disso. Então houve uma série de ingerências administrativas. Basta ler os autos do Processo nº 2.224/95 da Funai. Quem é técnico mesmo vai descobrir os dados truncados ali.

Além de chamar a atenção para os índios, hoje, as duas etnias estão abandonadas aí. Fiquei com muita pena do garotinho de sete anos, Kanoê, filho da Tiamantu com o velho Baba, o cacique Iacontiçu. O menino tinha uma espécie de deficiência mental que não vou chamar de Síndrome de Down, nitidamente por desnutrição, babando, com fome. Foi a criança que faleceu no ano passado. Foi uma das três mortes que houve lá. Eu não dei dois anos para aquela criança. Tenho o **close** desse garotinho, magro, magro, magro. Parecia que aquele menino era da Etiópia. Eu o peguei no colo; ele pesava uns cinco quilos, era leve, desnutrido. E, agora, não consta do meu trabalho.

Pesquisando na Internet, busquei a palavra Kanoê, sabendo que viria a esta Casa, e achei um artigo de um professor da UnB que assina o verbete Kanoê no **site** do Instituto Ambiental, onde o professor assume que houve um deslocamento, que devido às brigas constantes dos dois grupos – inclusive uma índia faleceu por causa dessa morte da Aimorô –, os sertanistas resolveram separar os dois grupos, constituindo uma segunda aldeia. Acontece que na matéria da Rede Globo de 1995 eram duas aldeias. Era para existir uma terceira aldeia, e não existe.

Hoje eu até perguntei: Professor Osny, o senhor sabe se existe uma terceira aldeia, para eu não falar besteira na Comissão? Ele falou: "Não, Carlos. A aldeia onde eu filmei com o Cinta-Larga é aquela mesma onde você foi, Iacontiçu. Era para existir uma terceira aldeia". Creio que nas conversas da frente de conta-

to com o professor da UnB ele não guardou detalhes. Ele acabou deixando no seu artigo um dado... Não sei onde o Marcelo está, mas ele deve estar perguntando por que esse cara colocou isso lá. Ou seja, deslocou para os grupos não continuarem se matando. Ele pegou um grupo e colocou noutro lugar. As duas aldeias estão lá, as mesmas até hoje. As aldeias que todos viram na Rede Globo são as mesmas e existem lá até hoje; não existe uma terceira aldeia.

A mentira tem perna curta. O Professor, na tentativa de demonstrar solicitude ou a tradição da ocupação, acabou falando mais que devia no seu artigo. E não coloquei aqui, mas consta no dossiê do Osny Ferreira.

Era o que tinha a dizer.

Entrego o meu relatório, o relatório da perícia na área, com mapas e imagem de satélite. Há dois anos temos a imagem de satélite do INPE, da qual não constam as aldeias no lugar. Os senhores notarão que as aldeias estão ausentes no lugar. Aqui temos parte de um texto da CPI que investigou a ocupação ilegal de terras públicas na Amazônia Legal, da qual o Deputado Federal Antônio Feijão era membro. Estou aberto a um confronto, a uma acareação, a qualquer tipo de debate público com a Frente de Contato Guaporé, com os antropólogos chamados pela frente de contato para justificar. Penso o seguinte: nos documentos da Funai, no processo completo, existem vários laudos e relatórios de antropólogos para testificar aquilo ali. Se fosse verdade, bastava um dizer: "É fato, é verídico e existe. Está ali". Não eram necessários três, quatro, cinco, e Virgínia Valadão nem era preciso uma série de sertanistas e antropólogos para dizer que existia aquilo, e muito menos um para falar que não existe.

Apenas não consegui responder de onde vieram os Akunt'su e os Kanoê. Com certeza, do Guaporé ou do Mequéns, mais provavelmente do lado boliviano. Assumo que não dei conta de responder a esse quesito. Estou aberto a perguntas não apenas de V. Exªs, mas de quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu gostaria de perguntar ao Dr. Carlos Antônio Siqueira quem é Marcelo. Qual era o cargo que ele ocupava na Funai na época em que o Sr. Carlos o encontrou na região? E o que ele faz hoje? Onde ele se encontra? Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: na sua opinião, o que a Funai deveria fazer com os índios dessa área?

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Quanto à primeira pergunta, não vi o Marcelo na área. Naquela época, ele já tinha sido exonerado da Funai; não fazia mais parte dos quadros da Funai quando estive lá. Não tenho notícia dele. Na minha ida à região, ouvi boatos de que ele se divorciou da esposa, que era enfermeira, e abandonou a frente de contato também por evidências de malandragem. Parece que hoje ela mora em Porto Velho, e tive notícias de que ele mora em Goiânia. São essas as notícias que tenho. Ele não está mais na Funai.

Qual é a segunda pergunta, Senador?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O que a Funai deveria fazer com os índios que estão nessa área?

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Trabalhamos com a seqüência de procedimentos de legislação, de jurisprudência ou de antropologia forense, sejam quais forem os aparatos legais ou até mesmo administrativos.

Por ocasião da demarcação da terra indígena Tubarão Latundê, foram determinados quase 40 mil hectares para os índios desconhecidos, porque, naquela época, não havia detalhe no uso da terminologia – não era amplo o uso do termo índio isolado; usava-se desconhecido.

A justificativa do GT do Tubarão Latundê para a demarcação de uma terra daquela dimensão era de destinar uma parte dessa terra – praticamente um terço da terra – aos índios desconhecidos que, porventura, viessem a ser localizados na região sul do Estado de Rondônia e que, alguns anos depois, foram supostamente localizados. Por que não alguns quilômetros da linha, pouco mais de duas léguas, como diz o goiano? Estão ali as duas aldeias. Por que não fazerem companhia, inclusive para facilitar a assistência médica e os acompanhamentos do posto indígena de Tubarão Latundê, que possui acesso mais fácil de estrada e de locomoção?

Se alguns servidores estivessem na terra indígena Tubarão Latundê, talvez não tivessem ocorrido tantas mortes naquela área.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Elifas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar, após a exposição do Sr. Carlos Antônio Siqueira e do Professor Osny...

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Osny Ferreira.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Percebemos que houve uma grande fraude com relação à presença da aldeia.

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Exatamente. Desculpe-me interrompê-lo, Senador. Quero demonstrar que houve uma maquiagem. Na primeira visita técnica à área para obter mais detalhes, foi o Ser-

tanista Sidney Possuelo, hoje Diretor de Departamento de Índios Isolados, que atesta - está aí nos autos - que não localizou evidências nas cinco áreas ao redor da gleba Corumbiara, onde estão as propriedades. Ou seja, o Sidney Possuelo, que tem vasta experiência, disse que não havia vestígios de ocupação no local.

Passados sete anos, apareceu na região banana e pupunha, e a variedade da pupunha que existe lá também não é da pupunha brasileira. Entre outros detalhes, quem conhece pupunha - conheço um pouco, pois trabalhamos prestando consultoria para projetos de desenvolvimento comunitário – sabe que a variedade não é brasileira, mas peruana. As mudas da pupunha provavelmente devem ter sido pedidas por algum técnico de algum órgão de extensão agrícola lá de Rondônia. Com certeza, essas mudas devem ter sido pedidas dessa forma, como as mudas de bananeira que são plantadas na região. Não havia inhame, nem cará, não havia algo para se comer no dia seguinte.

Quando um grupo decide formar uma nova aldeia, várias vezes, vai antes ao local para plantar e poder comer depois. Tem-se que comer amanhã. Não se come banana que vai dar cacho de 90 em 90 dias. Nem pupunha. Comemos o palmito da pupunha; eles não o comem. Eles comem a polpa da castanha. Fotografei **close** das duas variedades que há no local, o que também está nos autos. As duas variedades não são brasileiras, mas peruanas. Existe uma muda da variedade com espinho e o restante das outras mudas é da variedade sem espinho.

Então, há uma série de detalhes e o cenário mais bem montado que já vi até hoje.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Por quem foi financiado esse cenário?

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Por ocasião do depoimento do Marcelo dos Santos na Câmara, perguntou-se a ele como a Funai não havia destinado verba para as suas viagens e expedições. Ele disse, em um dos relatórios, que as bancou do próprio bolso. Devolvo a pergunta para o Plenário: que interesse o Marcelo tinha em financiar do próprio bolso expedições para localizar índios isolados? Havia, com certeza, outros interesses por trás, gente com interesse de bancar aquilo, porque uma expedição é cara. Hoje, um servidor da Funai pode ter função gratificada ou DAS 1. Um chefe de posto ou um chefe de frente de contato não tem gratificação além disso. Na época, uns R$800, R$900. Então, de onde vai tirar dinheiro para custear as despesas dele e da família, ainda mais expedição de frente de contato?! Não existe isso. Quem pagou não sei. A Funai não foi. Ele disse que foi ele mesmo, mas não sei de onde veio o dinheiro. E ele não respondeu isso aqui na Casa.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Outra questão: depois que ele fez esse suposto contato, houve a liberação desses R$400 mil?

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Não houve, porque deveria ter havido aquele estardalhaço do contato, para comover a comunidade nacional e a imprensa e assustar os proprietários e todos que tivessem interesse. Eles jamais pensavam que o Professor Osny ou técnicos fossem ao local, pouco depois, com os Cinta-Larga, pois haveria uma contestação judicial.

Até alguns anos, os contraditórios elaborados por proprietários agrícolas no Brasil – desculpe-me a OAB – eram um pouco difíceis. Recentemente, acompanhei um processo em Mato Grosso em que o laudo antropológico é assinado por um engenheiro-agrônomo. Não existe isso. Um engenheiro-agrônomo não tem a mesma formação, a mesma perspicácia de um antropólogo. Então, havia muita dificuldade com a montagem dos contraditórios. De lá para cá, contratando antropólogos experientes, de formação, os trabalhos têm sido melhor referendados e justificados tecnicamente.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Quando foi criada essa reserva do tubarão?

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Tubarão Latundê, para a etnia Cainé.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – O senhor falou que foi deixada uma parte excedente da reserva para um suposto achado de outra aldeia, para que ela fosse deslocada dentro dessa área. Foi isso que entendi.

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Isso.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Mas queria saber se essa demarcação foi anterior ou posterior ao cenário.

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Não, foi anterior. Era uma terra com assinatura daquela leva de assinaturas do Presidente Collor.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Na descrição da demarcação, especificamente se diz que 30% da área são destinados à possibilidade de encontro de uma ou outra aldeia próxima daquela que existe.

O SR. CARLOS ANTÔNIO SIQUEIRA – Existe. Está no trabalho e também no dossiê do Professor Osny.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a presença do Dr. Carlos Antonio Siqueira nesta Comissão para prestar esclarecimentos importantes e justifico a ausência do Relator, que teve que se retirar devido a compromissos assumidos.

Convido o próximo depoente, Sr. Nadir Razini, que disporá de vinte minutos para expor os seus conhecimentos a respeito do episódio de Rondônia ou

sobre algum outro fato atinente à questão indígena no Estado.

O SR. NADIR RAZINI – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou agrônomo e administrador de uma das propriedades que estão dentro da pretensa reserva a ser criada.

Cheguei à região como empresário do Paraná para montar um projeto agropecuário da região de Corumbiara em 1975. Quando adquirimos a área, percorri todas as divisas a pé, e o antigo proprietário que vendeu a propriedade ao meu patrão havia feito uma venda muito grande de madeira. Assim, essa região em que se encontra essa área interditada teria tido sua madeira totalmente explorada.

Como havia um prazo para eles fazerem a exploração da madeira, fiscalizei muito de perto para que, no dia que expirasse o prazo, o pessoal retirasse as equipes que estavam explorando a madeira na propriedade. Estava cheio de carregadores, trilhos e estradas internas, e nunca se percebeu nenhum vestígio de indivíduos que morassem na região, em malocas, em nada.

Por volta do ano de 1995, fomos procurados pelo Marcelo dos Santos, que veio nos comunicar que ia entrar nas áreas para fazer pesquisa, para verificar se havia índios. Estranhei e mostrei para ele um documento que já foi entregue, uma certidão negativa da Funai, por exigência do Incra, quando da licitação daquelas áreas, de que não havia índios na região. Então falei: "O senhor está querendo procurar uma coisa que a Funai já disse que não existe dentro da área". Ele falou: "Mas eu vou fazer essa pesquisa", e tal. Ele foi um pouco agressivo. Ou talvez também eu, na hora, tenha me sentido um pouco ofendido. E falei: "Não, não vou permitir que você entre, a não ser que me traga um documento. Esta é uma propriedade particular. Você tem que trazer uma ordem judicial. Daí você pode entrar nas áreas". Ele falou: "Está bem. Vou providenciar".

Como a entrada da fazenda é longe da sede, nós temos um cadeado na porteira. Então, cada pessoa que tem acesso à fazenda tem uma chave. Ele arrebentou o cadeado e entrou na propriedade. Daí, eu tive uma oportunidade e o procurei. Falei: "Marcelo, no dia em que você quiser entrar me avise. Eu vou arrumar uma chave ou mandar alguém abrir o portão, e você pode entrar".

Questão de uns quinze dias depois dessa primeira visita, apareceu gente na sede da fazenda. Existem duas entradas, só para se entender um pouquinho: uma que tem cadeado e fica longe e a entrada da sede, com um pessoal que atende quem chega na fazenda. Chegaram lá quatro indivíduos; nenhum deles falava português. Um era holandês, outro era belga, pessoas jovens, usando brinco, cabelo comprido, parecendo hippies. E nós falamos: "Vocês não podem entrar aqui", e tal. E eles: "Não, mas nós temos que fazer pesquisa aqui dentro, nós queremos fazer análise de minerais". Nós desconfiamos também, não os deixamos entrar e falamos a mesma coisa: "Se vocês tiverem autorização de uma autoridade brasileira para entrar aqui na região, vocês vão entrar. Até porque vocês são estrangeiros e não podem entrar à revelia".

Passaram-se alguns dias. Eles entraram também por aquela outra porteira. Arrebentaram o cadeado e entraram. E assim foi um tal de trocar cadeado durante alguns anos. O Marcelo nunca pediu para entrar lá. Ele sempre entrou à revelia.

Depois de uns dois ou três anos, ele tinha uma autorização. A área foi interditada por um promotor de Porto Velho, que deu autorização para eles entrarem ali. Então, ficou combinado que, quando fosse entrar, ele nos avisaria e nós abriríamos a porteira. Nunca aconteceu isso. Na verdade, ele sempre entrou à força, por conta dele. Então, nós nos sentíamos um pouco agredidos por essa violência. Procuramos um advogado, que entrou com uma defesa, e não tivemos sucesso, acho que por motivos técnicos, não conseguimos derrubar aquela ordem judicial.

Há pouco tempo, apareceu lá na área um topógrafo de Brasília, que tem uma empresa de engenharia, dizendo que ia fazer a demarcação da área. Ficamos surpresos, mais uma vez, porque não tivemos notícia de que havia... Ele disse que tinha uma ordem do Presidente da Funai para demarcar a área. E até perguntamos a ele: "E se nós não permitirmos a sua entrada na área para fazer a demarcação?". Ele falou: "Então eu não vou entrar, mas vou mostrar para você o documento que tenho aqui", do Presidente da Funai, autorizando a entrar usando a força na propriedade. Eu falei: "Não, a força vocês não vão usar". Consultei meu patrão, consultei nosso advogado, e fomos lá, abrimos a porteira para eles e num pedaço da área já fizeram inclusive a demarcação, nessa área de 26 mil hectares, onde estão querendo criar essa reserva.

Já estivemos diversas vezes na Funai, tentando mostrar às pessoas que aquela área, no nosso caso, faz parte da reserva legal que temos que deixar lá. Não queremos mais explorá-la, mas não gostaríamos de perdê-la, senão teremos problemas pela frente, porque temos que deixar uma área de mata como reserva da fazenda. Não houve condição de acordo.

Pensamos em fazer uma escritura, doando aquela área para a Funai, mas que continuasse como nossa reserva florestal. Nunca foi possível fazer nada disso.

Então vim aqui mais para trazer essa visão para V. Exªs. Já montamos um projeto, criamos gado, plantamos milho, soja, sorgo, fazemos confinamento de gado na região e estamos ameaçados de perder uma parte considerável dessa área para a criação dessa reserva indígena.

Modestamente era o que tinha para contar para V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os Senadores quer fazer alguma pergunta?

Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Só estão lá esses quatro indivíduos ou levaram mais índios para lá?

O SR. NADIR RAZINI – Eu não poso lhe responder, porque nunca fui lá. O acesso a essa reserva não se dá pela nossa área. Mas é fato que tem lá, não se sabe ao certo, porque ninguém pode ir lá, já que a área está interditada. O que se sabe é que o proprietário, o Sr. Antenor Duarte, explora essa área a 800 metros dos pastos, onde ele tem gado e existe essa reserva. O pessoal da Funai não tem ido lá, está um verdadeiro abandono aquilo lá, então não temos mais condições de saber quantos indivíduos existem ali, mas não são mais do que seis ou sete indivíduos. Isso podemos lhe garantir.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O senhor acredita que esses indivíduos foram levados para lá pela Funai?

O SR. NADIR RAZINI – Eu tenho convicção – não sou dono de nenhuma verdade, mas todas as evidências apontam para isso – de que todos foram levados para lá.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Creio que o senhor está certo, porque lá em Roraima eles fazem isso. Trazem da Guiana os indígenas para lá, e deslocam, espalham, usam aldeias com uma casinha para dizer que existe uma família, um cidadão e uma senhora, três filhos que passam a ser tuxaua, e o cunhado dele faz uma casa do lado. Acredito que até ganham para fazer aquela casa, mas ficam por um tempo, depois abandonam, mudam-se. Deve ser uma tática utilizada pelas ONGs para desestabilizar a produção, já que não querem que a Amazônia se desenvolva. E Rondônia está na frente de todos os novos Estados em desenvolvimento, por isso são mais perseguidos também.

O SR. NADIR RAZINI – Nós nos sentimos injustiçados, porque as evidências são tão grandes de que tudo é uma farsa, e ninguém que tenha autoridade para dizer que não é dessa forma poderia ir lá e falar, para desmistificar essa mentira.

Procuramos todos os meios que estão ao nosso alcance, tentamos mostrar. Mais do isso não estamos conseguindo fazer, infelizmente. Sabemos que as pessoas da Funai que fizeram isso têm um histórico muito grande de um trabalho não sério, vamos dizer assim, um trabalho que não condiz com a função que deviam estar exercendo, um serviço que deviam estar prestando à sociedade brasileira. Então nos sentimos meio impotentes para fazer alguma coisa a mais do que estamos fazendo. Esperamos que esta Casa, que tem seus membros eleitos pelo povo, para fazer valer as leis e os direitos do País e possa mudar um pouco os rumos desse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Nadir Razini.

O Sr. Nadir praticamente já respondeu se a Funai está dando assistência a esses índios da área pretendida. A demarcação já foi feita mas não homologada.

O SR. NADIR RAZINI – Não foi homologada. Tanto assim que só foi feito parte, porque é um polígono. Só foi feita uma lateral. Fomos os premiados, os primeiros procurados pelo pessoal da demarcação, quando eles disseram que se não deixássemos usariam a força. Está escrito lá que o Ministro...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Acredito, Sr.Presidente, que para a Funai seria muito mais fácil devolver, já que são índios de duas etnias, como falaram o Dr. Osny e o Dr. Carlos Antônio Siqueira. Seria muito mais barato e melhor para os índios que estão lá. Talvez eles tivessem melhores condições de vida se fossem devolvidos às suas etnias de origem do que ficar ali, insistindo numa situação, com meia dúzia de índios sem nenhuma assistência naquela região, abandonados. Muitos já morreram por falta de assistência, por falta até de alimentação.

O SR. NADIR RAZINI – Com certeza, sendo que a 22 quilômetros existe uma reserva.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu só queria fazer uma observação. Deve haver algum minério naquela sua área, porque lá, em Roraima – não sei de Rondônia –, onde fazem área indígena existe ouro, diamante, cassiterita, vários minérios. Onde existe minério, a Funai e as ONGs fazem uma área indígena.

A leste do meu Estado, havia 300 mil hectares e 700 pessoas trazidas da Guiana há mais ou menos 20 anos. Já são brasileiros, mas foram trazidos de lá. É uma das maiores reservas de cassiterita, mais do que onde aquela empresa está explorando, a Pitinga e mais do que Sorocucus, e detectaram que a mina era maior um pouco.

Creio que o Presidente Lula respeitará os direitos e a justiça, porque lá em Roraima nunca foi feita justiça com nenhum produtor rural, ou pequeno produtor foi retirado da sua terra por causa de área indígena. Acredito que o Presidente Lula vai fazer, inclusive porque conhece a minha terra e sabe como é. Lá em Rondônia deve ser um pouco parecido.

Eles dizem que Lula não fez nada de área indígena. Só em Roraima foram 800 mil hectares homologados no ano passado. Temos 32 áreas no meu Estado. Em Rondônia, ainda existe pouca área indígena. Para chegar perto de nós, tem que fazer mais um pouco.

O SR. NADIR RAZINI – Mas é grande, posso afirmar ao senhor. Existem muitas reservas indígenas lá.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a presença do Sr. Nadir, as explanações aqui feitas e a todos que já depuseram na noite de hoje.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h49min)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF

"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO DO SUL, RONDÔNIA, MATO-GROSSSO, MARANHÃO, RIO GRANDE DO SUL E PARÁ INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS E APRESENTAR AO SENADO RELATÓRIO MINUCIOSO DE SUA MISSÃO".

Ata da 11ª Reunião realizada em 19 de maio de 2004.

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dezesseis horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com a presença do Senador Valdir Raupp, membro, e ainda com as presenças dos Parlamentares não membros Senadores Augusto Botelho e Paulo Elifas, reúne-se a Comissão Especial Temporária Externa, criada pelo criada pelo Requerimento nº 529, de 2003-SF **"com a finalidade de irem a Roraima, Santa Catarina, Mato-Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul e Pará, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados e apresentar ao Senado relatório minucioso de sua missão".** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente Reunião tem por finalidade ouvir a exposição do Dr. Deolindo Carvalho Neto – Chefe do Distrito do DNPM em Rondônia. O Senhor Presidente convida o Senador Valdir Raupp, para funcionar como Relator "*ad-hoc*". O Presidente concede a palavra ao expositor que em seguida, foi questionados pelos Parlamentares presentes. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Francisco Naurides Barros*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 11ª reunião da Comissão Temporária Externa do Senado Federal, criada através do Requerimento nº 529, com a finalidade de apurar, nos Estados de Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Rondônia e Rio Grande do Sul, questões ligadas às terras indígenas.

Solicito ao Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, já que foi distribuída.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Informo que esta reunião se destina a ouvir a exposição do Dr. Deolindo Carvalho Neto, Chefe de Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral em Rondônia.

Concedo, portanto, a palavra ao convidado, Dr. Deolindo Carvalho Neto, para dar início a sua exposição.

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Boa-tarde. Inicialmente, agradeço o convite formulado pelo Senador Mozarildo. Tenho satisfação em estar aqui prestando esclarecimentos à Comissão. Espero prestar a minha contribuição ao que a Comissão se propõe.

No que diz respeito à extração de diamante no Estado de Rondônia, especificamente no Roosevelt, quero fazer um breve histórico, para que possamos nos situar no tempo e no espaço e entender melhor.

Primeiramente, fizemos um mapa com as principais áreas de localização de garimpo do Estado. O Roosevelt está na parte este do Estado, o que pode ser constatado. Há outras áreas de extração mineral, com destaque para a extração de ouro do rio Madeira, tem extração de ametista, cassiterita, columbita-tantalita nessa porção de faixa de fronteira. Há o Bom Futuro também, que teve grande expressão e, mais recentemente, Cachoeirinha.

Ainda há pouco, eu conversava com um repórter que me fazia perguntas a respeito de diamante e, como citei anteriormente, a garimpagem de diamante no Estado de Rondônia remonta ao final da década de 30, justamente nessa região de Pimenta Bueno e do rio Machado, que, em termos de geologia, quando

posteriormente eu mostrar o mapa aqui, possuem muita similaridade com a área de extração do Roosevelt.

Em 1966, quando o DNPM se implantou no Estado de Rondônia, foi feito um trabalho de geologia pelo professor Saião Lobato e já era feita a citação de ocorrência de diamante justamente nessa área de Pimenta Bueno, que tem a ver hoje com o garimpo de Roosevelt.

No início da década de 70, a Sopeme, pertencente ao Grupo De Biers, ela foi pioneira, iniciou os primeiros trabalhos de pesquisa e foram detectados os corpos quimberlíticos. Para quem não familiaridade com a terminologia, é justamente a rocha que produz o diamante. Foi encontrada nessa região, constatando-se dessa forma que, sem dúvida nenhuma, seriam prósperos os trabalhos ali para detecção de ocorrência de diamante.

Posteriormente, em 1982, a CPRM também executou trabalhos nessa porção de baixo, nesse círculo que está na parte inferior, onde foram desenvolvidos os trabalhos. Na parte de cima, situa-se o garimpo do Roosevelt.

Para o geólogo, que tem bastante familiaridade com o tipo de rocha, vemos que a ocorrência é propícia, está dentro dessas zonas de falhamento, que são muito comuns. O que restava, na realidade, era pesquisa bem detalhada, fato esse que não ocorreu com grande precisão nessa área.

Também tomamos a liberdade de mostrar, em termos de requerimento, alvarás de pesquisa, portarias, no Estado de Rondônia, para que V. Exªs possam ter uma idéia. O garimpo de Roosevelt está nessa porção oeste. Hoje, há cerca de 170 requerimentos de pesquisa dentro dessa área que envolve a reserva do rio Roosevelt, alguns com entrada no DNPM desde o início dos anos 80, que até hoje se encontram no arquivo da Funai, aguardando a regulamentação do Art. 231 da Constituição.

No campo, em uma das vezes em que estivemos com a Polícia Federal, fizemos uma tomada de ponto com o GPS e detectamos que essa área se encontra dentro de uma área de requerimento da mineração Rio do Norte, feito no DNPM, se não me falha a memória, em 1982.

Essa é uma imagem de satélite feita no início dos anos 90. Na parte direita, no meio da imagem, percebemos uma pequena coloração vermelha. Essa já era justamente o resultado do trabalho ocorrido no primeiro ano de extração mineral na área de Roosevelt.

Essas áreas à esquerda, em coloração vermelha, representam o desmatamento que ocorre na região. Na parte superior, vemos um clarão maior, de coloração vermelha também: é o posto da Funai da reserva Roosevelt. Isso é para que possamos ter uma idéia de localização no que diz respeito à distância, por exemplo, do posto de fiscalização da Funai. Está marcado com a seta amarela. Essa imagem tem três anos e hoje deve ter sofrido bastantes alterações.

Como citei anteriormente, a CPRM, no início da década de 80, requereu duas áreas de 10 mil hectares, em áreas próximas e fez uma pesquisa com a qual realmente foi constatada a existência dessas rochas portadoras de diamantes. Foram detectados três corpos, sem que, no entanto, apresentassem valores expressivos que justificasse a existência de uma mina. Foi feito um trabalho de sondagem, de abertura de poços e trincheiras. Os valores não foram significativos, de forma que se pudesse dar continuidade a um projeto mais específico para uma futura lavra.

Sem dúvida nenhuma, a área de Roosevelt apresenta – conforme citei no início da minha exposição – todas as condições geológicas favoráveis. Quem tem familiaridade com geologia pode observar, por meio de imagem de satélite, que ela possui todas as condições para vir a ser, realmente, uma mina de grande potencial, como hoje se tem verificado. A expressão com que ocorreu a extração nos últimos três anos mostra que é um grande jazimento, embora não tenha sido pesquisado. Há, portanto – esta é minha opinião particular e creio que do DNPM –, que fazer um trabalho mais aprofundado, para se ter uma visão muito mais global da área.

No primeiro ano de existência do garimpo, houve uma série de reportagens – isso foi bastante vinculado na imprensa escrita e falada – e surgiu a primeira Comissão da Amazônia de Desenvolvimento Regional. O DNPM e a Polícia Federal foram convidados a depor, nesta Casa, a respeito da existência do garimpo de Roosevelt. Foi ouvido, na época, o Chefe do 19º Distrito, para que se pudesse, dessa forma, traçar metas no sentido de resolver a problemática daquela região.

É de todos o conhecimento de que, no início do garimpo, os índios permitiam a entrada na área, desde que houvesse o pagamento de R$10 mil por equipamento. Esses equipamentos são os jigues e as máquinas de sucção. Além disso, pediam mais R$1 mil por pessoa e 20% da produção – a parte mais interessante. Isso logrou êxito e atraiu a presença de compradores dos mais diversos locais do País e, sobretudo, de estrangeiros.

Consta de um inquérito da Polícia Federal que apenas um dos compradores – constava o movimento de um mês – adquiriu 7.176 quilates, para lhes dar uma idéia da expressividade.

Devo dizer também que, durante todo o transcorrer do período, desde o início do garimpo, em 1º

de dezembro de 2001, o DNPM denunciou o fato da ocorrência, da existência daquele garimpo à Procuradoria da República, como exige a lei. Em função disso, foi desencadeada uma série de reuniões com Polícia Federal, órgão de inteligência do Governo, Gabinete de Segurança Institucional, para que se elaborassem operações no sentido de que fosse feita a desintrusão daqueles que se encontravam na área. Este foi o nome dado: desintrusão do garimpo. Um termo muito mais leve para não dizer que seriam retirados, expulsos, algo do tipo.

Então, pudemos observar que, no ano de 2001, apenas no primeiro ano, segundo os dados da Polícia Federal... Estivemos poucas vezes no garimpo, em função de se tratar de uma área da Funai. Eu, pelo menos, estive apenas uma vez, quando me convidei ao delegado que estava chefiando a operação. Eu disse que era do DNPM e que considerava importante a nossa participação, porque, até então, a Funai nunca havia nos convidado para entrar na área. Em função disso, foram desencadeadas três operações para a retirada de garimpeiros naquele local.

Como se pode observar, o número de pessoas e equipamentos dobrou, do primeiro para o segundo ano; no terceiro ano, houve uma diminuição. E desde setembro do ano passado, novamente foi elaborada uma operação – com GSI, DNPM, Funai, Polícia Federal – que culminaria no início deste ano, para atuar naquela área, não somente na área do Roosevelt, mas também em todo o Estado de Rondônia, visando sobretudo a atos ilícitos. Infelizmente essa operação deveria ter sido iniciada no dia 08 de março, mas, por problemas financeiros, foi adiada e acabou sendo iniciada no dia 18 de abril, infelizmente, após já haver ocorrido o massacre – assim denominado – naquela área.

Segundo os dados dos inquéritos policiais que a Polícia Federal nos forneceu, até o final do ano passado, esta era a quantidade de pedras que haviam sido apreendidas: 4.106. Sendo que, no pátio do DNPM, no segundo ano de operação... Todo o material que se encontrava no garimpo encontra-se no pátio do DNPM, porque a legislação determina que deva ser leiloado e, posteriormente, destinado ao patrimônio do DNPM. Então, há 115 resumidores – os índios cobravam R$10 mil para quem entrasse na área –, também temos 12 mil metros de mangueira, 300 tambores, além de outros materiais como tratores, caminhões, enfim, tudo se encontra no pátio do DNPM.

Já esse outro se refere ao segundo ano de existência da operação. Houve necessidade de mobilização de um helicóptero de Brasília e, juntamente com esse outro carro que transportava o combustível do helicóptero, ficava retirando os garimpeiros da área, levando-os para um local conhecido como "Zé Doido". Foi o segundo ano da operação de desintrusão, com a participação de DNPM, Ibama e demais órgãos que ali atuavam.

Neste momento, devo frisar que a nossa participação restringia-se tão-somente a identificar equipamentos. Nunca, na realidade, entramos na área da Fundai. Identificamos equipamentos e até os diamantes apreendidos. Prestamos todo o apoio logístico. Inclusive a compra do combustível utilizado no helicóptero foi feita com recursos do DNPM.

Essa imagem mostra os últimos índios que se encontravam na área. A Polícia Federal foi retirando-os de helicóptero, para que ficassem o mais distante possível. Esses que estão embarcando – quem fez essa fotografia fui eu – eram os últimos índios que se encontravam na área. Esse é parte do denominado Igarapé Lage.

Essa outra foto, na realidade, não entrou bem na seqüência. Ela se refere ao primeiro ano da operação. A Polícia Federal, juntamente com a Funai, solicitava que os garimpeiros abandonassem a área. Havia um posto de triagem, onde todos eram identificados e revistados. No caso de alguém portar diamante era apreendido. Um grupo de índios se encontrava no local da nossa barreira. Se nós os observarmos, perceberemos que têm o corpo pintado de preto em sinal de guerra – uma forma de represália. E a foto é do dia 27 de março de 2002. Foi quando se realizou a nossa primeira operação de retirada, nossa não, digo, a operação da PM e da Polícia Federal para retirada de garimpeiros daquela área.

O material que citei encontra-se no pátio do DNPM. Era esse material que estava sendo utilizado para extração de diamante na área do Roosevelt. Como se pode observar, é material de grande porte. Verificaremos em outras fotografias que existe material mais possante do que esse. Na realidade, não é um garimpo. É uma lavra, e muito mal feita e, na nossa concepção, sem trabalho nenhum.

Essa é outra parte de equipamentos que se encontram no pátio do DNPM. Lá no fundo, pode-se observar uma parte do prédio do DNPM.

Essa foto do maquinário foi feita no dia 30 de abril. A propósito, ontem o Governador do Estado afirmou que o garimpo ainda estaria sendo desenvolvido. Na realidade, não temos certeza disso, porque a força-tarefa iniciou seus trabalhos no dia 18 de abril e essa foto foi tirada no dia 30 de abril. Pelo que parece, o maquinário está em operação. A posição da lâmina e a disposição do equipamento demonstra que estão em operação. Isso é uma retroescavadeira que custa entre 300 e 500 mil reais.

Essa foto tirada por um técnico do DNPM em um helicóptero. Nós não chegamos a entrar na área. O técnico bateu essa fotografia e aquela lá. Eu bati as primeiras fotos dentro do garimpo. Essa nada a tem a ver com o garimpo. A televisão já mostrou isso anteontem em um programa da TV Record, se não me falha a memória. Na realidade, não é garimpo coisa nenhuma. É uma mineração muito mal feita, na minha opinião particular.

Esse é o helicóptero que presta serviço atualmente na área.

Essa é outra área. Essa foto dispensa comentários. É uma dimensão de em torno de 300 metros; pelo menos 200 metros de largura.

Essa é a forma mais errada de fazer mineração.

Nós do DNPM, com o intuito de auxiliar o trabalho, procuramos alternativas. Inicialmente, em junho de 2003, foi realizado um seminário, com a presença do Governador e demais atores envolvidos na questão garimpo, para que se traçassem as metas. A partir do seminário, foi criada uma comissão paritária e estamos fazendo bastante progresso. Realizamos várias reuniões e estamos encontrando soluções. Uma delas é a criação de uma reserva garimpeira na área de inundação da hidrelétrica do Apertado, se não me falha memória. Já houve até requerimento junto ao DNPM. O DNPM tem um trabalho nesse sentido, para aliviar a tensão existente no local. Estamos analisando as perspectivas e sabemos que existe o potencial. Por exemplo, a força-tarefa atuou de forma a detectar áreas bastante promissoras – e há fotografias, as quais vamos ver posteriormente – fora da área do garimpo do Roosevelt. Então, existem outras áreas. O fato é que aquela é a melhor. Infelizmente a legislação não permite que o trabalho seja feito daquela maneira.

O DNPM hoje está integrado à força-tarefa. Quatro técnicos de outros Estados estão participando do trabalho em Rondônia. Recentemente, no dia 13 de abril, foi feita uma regulamentação da permissão de lavra garimpeira que antes era impeditiva. Antes era preciso, junto ao DNPM, para requerer a referida permissão, apresentar licença ambiental. Agora foi regulamentado, há um prazo de até 90 dias para ser negociado de modo que facilitasse a vida do garimpeiro.

Também foi criado um grupo de trabalho para verificar as áreas promissoras, próximas à reserva, que deve orientar sobre os trabalhos que devem ser feitos e a possível criação de novas reservas no intuito de aliviar a tensão no local.

Participei pessoalmente, como técnico de distrito, das duas operações realizadas pela polícia federal e outros órgãos. Fizemos relatórios e uma série de sugestões para a sede. Uma delas foi que cogitamos a possibilidade de um levantamento feito pela CPRM, evidentemente com o apoio da Funai e de demais órgãos envolvidos na questão, para que seja feito um trabalho realmente sério ali dentro no sentido de quantificar o potencial.

Não quero fazer aqui nenhuma crítica, mas hoje se fala em torno de dois ou três bilhões de dólares que teria sido já produzido em diamantes. Não quero contestar, mas, se eu disser que foi a metade ou o dobro, também ninguém me contestaria, porque não temos qualquer parâmetro para a avaliação disso. Não foi feita pesquisa nenhuma, não se possui dimensão nenhuma de espessura de aluviões. Se houvesse um geólogo aqui presente, decerto que poderia concordar comigo. São terminologias geológicas, e não temos qualquer parâmetro avaliativo. De modo que a produção é evidentemente significativa, não seria uma ocorrência expressiva se não houvesse essa quantidade toda de garimpeiros lá. No entanto, na minha opinião, deve-se realizar um trabalho sério, com um levantamento por órgãos oficiais, pela CPRM, com mapeamento expedido, para quantificar e orientar aqueles que queiram ali trabalhar.

Não quero fazer crítica a garimpeiros ou a índios, mas eles deveriam trabalhar sob uma direção. Caso contrário, corre-se o risco de malbaratear o bem, com prejuízos maiores, como o dano ambiental, já percebido por todo o mundo. Se entregarmos isso a quem não tem sequer endereço, a quem não se pode cobrar depois, o país é que receberá a cobrança do dano ambiental que certamente já está sendo causado naquela área.

Quanto às áreas circunvizinhas, existe uma série de requerimentos. Se houver pesquisa, vão ser detectadas novas ocorrências. As condicionantes geológicas também são muito propícias para que essas ocorrências venham a se tornar lavras no futuro.

O DNPM nunca renovou guia de utilização. Sobre a idéia de que alguém tenha aventado a possibilidade de que garimpeiros tivessem utilizando algum tipo de documento para esquentar diamante produzido fora da reserva, na realidade, devo dizer que foram concedidas guias de utilização naquela área. Assumi o distrito há cerca de um ano e tomei a liberdade de não renovar nenhum tipo de documento nesse sentido.

O cerne da questão é este: a Constituição de 88 prevê que pode ser feita a extração dentro de área indígena desde que haja regulamentação. Gostaria de chamar atenção para o fato de que isso deva ser feito de maneira bastante responsável, sem aquele ufanismo que hoje ocorre: quanto custa? O diamante não é como o ouro. Mil gramas de ouro vale mil vezes mais

do que um grama. Agora, um diamante de um quilate pode valer até mil vezes mais do que um de dez quilates. Vai depender da pureza, da coloração, enfim, de uma série de parâmetros. Não se pode pegar apenas um parâmetro para fazer avaliação de um bem mineral. É o que entendemos.

Fica a questão: de onde vem essa informação acerca dos dois bilhões? Com base em quê? Desconheço. Sou geólogo de formação e não aprendi isso na faculdade. Existem informações de que a avaliação seria feita por meio de satélite. Se realmente isso pode ser feito, eu faltei a essa aula. Até o trabalho, a profissão do geólogo seria desnecessária se se pudesse mapear a área e fazer a avaliação utilizando apenas esse tipo de instrumento.

Vemos aqui as áreas de inundação de barragem. O DNPM já está bastante adiantado. Estamos em conversações com a Companhia Vale do Rio Doce, que possui requerimentos naquela área. Já conversamos com a empresa Eletrogoes, que está desenvolvendo o projeto de criação da hidroelétrica. Uma das alternativas que surge de acordo com os embasamentos legais seria relativa às cessões parciais. Trata-se daquelas empresas que possuem requerimento ou alvará de pesquisa nessas áreas que, de certo, poderiam ser cedidas para garimpeiros, para que pudessem trabalhar em depósitos menores.

Muito do que eu disse já foi veiculado pelos meios de comunicação, jornais e televisão. Fiz apenas um enfoque mais específico, procurando mostrar fotografia, para que se pudesse ter uma visão mais precisa do que ocorre ali.

É isso que eu tinha que apresentar. Espero ter atendido a expectativa de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço e louvo V. Sª pela maneira concisa e didática como apresentou a sua explanação.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Deolindo Carvalho, Diretor do DNPM de Rondônia, realmente a sua apresentação foi muito boa e esclarecedora. Ainda não tínhamos visto imagens como essa de equipamentos apreendidos, da lavra do garimpo, do estrago ambiental da reserva. Já tínhamos ouvido esse comentário de que já houve no garimpo cinco mil pessoas. Se existem mais pessoas hoje, são apenas técnicos, operadores de máquinas que os índios ainda utilizam na área.

Por outro lado, não é correto dizer que os órgãos federais – o DNPM, a Polícia Federal, o Ibama e a própria Funai, que está hoje apanhando mais com o episódio relativo à reserva Roosevelt –, não fizeram nada. Não é justo dizer que esses órgãos fizeram nada. Se houve no passado cinco mil, três mil, dois mil garimpeiros e se hoje praticamente não existem mais, vemos o resultado do trabalho desses órgãos, que retiraram da área esses cinco mil garimpeiros que estiveram na região.

Esse massacre, como muitos falam, que ocorreu há pouco tempo, culminando com a morte de 29 garimpeiros, e os seis mortos no passado somam 34, 35. Pelo menos esses 29 últimos não estavam na área pelas mesmas vias que dos primeiros cinco mil, que entraram com consentimento das lideranças indígenas. Esses entraram por fora, e houve revolta dos índios, principalmente do baixo clero das tribos. Segundo depoimento do Walter Blos, até hoje não se conseguiu detectar o que verdadeiramente ocorreu naquele episódio. Os próprios caciques dizem que não sabiam, que ficaram desesperados e não entenderam o aconteceu para que os guerreiros tenham cometido aquelas ações, tenham agido daquela forma, tendo executado, assassinado 29 garimpeiros.

Em outras oportunidades, disse que não estamos aqui para condenar garimpeiros nem índios. Os índios erraram barbaramente ao executar 29 garimpeiros naquele garimpo. Por outro lado, o garimpo é ilegal. Isso é do conhecimento de todas as autoridades brasileiras; providências foram tomadas, mas muitas tardiamente. Se as autoridades federais tivessem ouvido os depoimentos, as denúncias de pessoas como a Prefeita Lúcia Tereza, dos Vereadores, dos Presidentes de sindicatos, dos delegados, do próprio Governador do Estado, muito poderia ter sido evitado, talvez até a morte desses 29 garimpeiros.

De forma que queremos que esse garimpo seja regulamentado, o que já deveria ter acontecido há muito tempo.

Tenho algumas poucas perguntas para o Sr. Diolindo. Antes, porém, gostaria de relatar a lamentável ocorrência, ontem, às 20 horas, em Rondônia – quando Governador entreguei ambulância, construímos estradas na região –, no Município de Espigão d'Oeste, bem próximo à reserva indígena dos Cintas-Largas, o assassinato, quando três pessoas realizaram uma emboscada na região, culminando com a morte de um jovem índio de apenas 14 anos. O homem branco que pilotava a moto, provavelmente um moto-taxista, entrou na reserva. Na região, a utilização desse meio de transporte é muito comum. Falei ontem com a Prefeita, que me ligou hoje para relatar a emboscada feita por três homens encapuzados que atiraram no motoqueiro atingindo o índio. Não se sabe se a emboscada era dirigida ao índio ou ao motoqueiro. A Polícia Federal está trabalhando no caso. É de se lamentar mais essa morte, que não aconteceu na reserva, mas na região.

Gostaríamos que mais essa ocorrência seja esclarecida o mais rápido possível. Não sabemos se o atentado era dirigido ao índio, mas sabíamos que algo poderia acontecer, pois há a revolta dos garimpeiros.

A Operação Mamoré foi ao local justamente para coibir o confronto, pois há a ameaça de que garimpeiros poderiam vir a matar índios da região. Até índios de outras tribos, aqueles das reservas dos Suruí e dos Gaviões, temem alguma represália em função do assassinato dos garimpeiros.

Então, queremos que as autoridades federais continuem trabalhando no sentido de regularizar o garimpo.

O Sr. Deolindo falou em 4.176 mil pedras de diamante apreendidas...

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Quando citei esse dado, ainda não constava a apreensão ocorrida em Cuiabá. Esse número deve ser bem mais expressivo. A Polícia Federal, em seu trabalho, se resguarda no direito de prestar determinadas informações.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – V. Sª poderá anotar a pergunta e responder depois. Serão três perguntas. Primeiramente, ele disse que, em pouco dias, um único comprador adquiriu 7.176 quilates. Esse é o único dado de que dispomos em um mês: um único comprador adquiriu 7.176 quilates de diamante. Certamente comprou clandestinamente, porque o garimpo não está legalizado. Há um outro dado que mostra a apreensão de 4.106 pedras.

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Quatro mil cento e seis pedras até dezembro de 2003. Essa é a informação...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – A pergunta que faço é a seguinte: Quanto valeria 4.106 pedras de diamante apreendidas? Se isso foi vendido, o dinheiro está sendo usado para quê? Se essas pedras estão ainda apreendidas esperando...? V. Sª pode responder depois.

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Posso sim. Desculpe-me, qual a primeira pergunta?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Ainda vou fazer mais uma pergunta. O que o DNPM tem feito para ajudar nessa questão? Sei que O DNPM é apenas um órgão regulador, que emite as guias de autorização. O que o DNPM poderia fazer para ajudar os garimpeiros de Rondônia, tanto em relação à questão da reserva, quanto na exploração de ouro, de cassiterita, tantalita e outros tantos minérios existentes naquele Estado, para talvez amortecer um pouco o conflito da reserva dos cintas-largas?

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Pois não. Vou começar respondendo a última pergunta. Parte dela já foi citada durante minha explanação.

Um dos pontos para o qual o DNPM tem atentado, visando aliviar o conflito, seria a criação de reservas garimpeiras em áreas próximas. Já estamos desenvolvendo essa idéia, mantivemos contato com empresas que possuem alvará de pesquisa. Com certeza, serão criadas reservas de garimpeiros para extração do diamante próximas àquelas áreas.

Estamos também trabalhando com equipes constituídas por geólogos de diversos Estados brasileiros. Em função do nosso quadro reduzido de técnicos, esses geólogos estão hoje atuando em Rondônia. Estamos trabalhando com forças-tarefas nesses processos em Rondônia. Estamos olhando com bastante carinho o caso de Cachoeirinha, por exemplo, pois, do ponto de vista do DNPM, não há nenhum impedimento. É necessário apenas fazer-se certas adequações. Hoje, Cachoeirinha, que situa-se dentro de uma reserva, não está funcionando a contento, mas não é por ato do DNPM e sim por falta de posicionamento do Ministério Público. Esse é o trabalho que estamos fazendo.

Na próxima segunda-feira, três técnicos se deslocarão para Rondônia, para nos ajudar nesse trabalho de concessões diárias, de verificação de permissão de lavra garimpeira, principalmente na área do rio Madeira. Está é a primeira parte do trabalho que está sendo feito para ajudar a garimpagem no Estado de Rondônia.

Quanto ao material apreendido, essas 4.107 pedras, foram apenas no ano passado. Ainda existe um número bem mais expressivo. Não podemos dizer ainda o valor das pedras, pois, no momento, elas estão sendo avaliadas por peritos da Polícia Federal. Então, ainda não sabemos o valor. O diamante, como disse aqui, não é como o ouro, e uma pedra de dez quilates não representa um valor dez maior do que a de um quilate. Ela vai depender da pureza, da coloração, enfim, de uma série de parâmetros. Somente compradores muito experientes podem avaliá-las. Mas a Polícia Federal possui um quadro bastante capacitado, que, há seis meses, vêm fazendo esse tipo de trabalho.

De acordo com a legislação, todo esse material será entregue ao DNPM. Serão leiloados em hasta pública diamantes e todo aquele material que se encontra no DNPM: resumidoras, tambores, tratores, enfim, todo aquele equipamento. É assim que a legislação determina. Todo esse material é incorporado aos bens do DNPM. Estamos apenas aguardando o resultado das tratativas que estão sendo feitas com a Caixa Econômica. Em função do expressivo valor que de certo esses diamantes possuirá, eles não podem ser guardados em qualquer lugar. Então, o DNPM já manteve contato com a Caixa Econômica Federal para depositá-los nos cofres daquela instituição até seja feito

o leilão; no momento eles se encontram com a Polícia Federal. A partir do momento em que sejam repassados para o DNPM, aí sim, o órgão utilizará o cofre da Caixa Econômica; posteriormente, depois que o juiz autorizar, será feito um leilão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, o Senador Paulo Elifas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Gostaria de cumprimentar o Senador Augusto, Presidente, e o Sr. Deolindo Carvalho, representante do DNPM. Na Reserva Indígena Roosevelt, nós temos muitas coisas certas. É certo que lá existe muito diamante, que a área é extensa, que é difícil o controle dessa imensa reserva devido à dimensão em que esses diamantes se espalham, haja vista que o rio Machado fica bastante distante, e ali perto de Carcoal, até hoje, existe garimpo dentro do leito do rio Machado, e que ainda se encontra diamante naquela região. Então é de se supor que realmente essa mina é uma imensa jazida que contém imensa riqueza. É certo também que se conhece e se garimpa nessa área há muitos anos por meio da Sopeme. Apesar de os relatórios da Sopeme dizerem que acharam quimberlito. Naquela época, em 1970, nós já morávamos em Carcoal; conhecemos o diretor da Sopeme que nos confidenciou que eles haviam detectado diamante na área da Reserva Roosevelt e que quando ele saísse da Sopeme, quando a Sopeme saísse da pesquisa naquela área, ele voltaria para explorar aqueles diamantes naquela área. Também é certo que depois de 1999 o garimpo foi realmente descoberto, iniciou-se a lavra e desde esse momento nós começamos a ter grandes problemas ali com entrada e saída de garimpeiros e intervenção dos índios. No início, os índios eram mais inocentes e não detinham, não sabiam realmente o valor daquelas pedras. Mas, na medida em que eles começaram a perceber que aqueles diamantes poderiam trazer de benefício para eles, começaram com aquela ambição desenfreada em relação à reserva. Hoje nós sabemos também que a partir de 2001 o Governo colocou, como o senhor expôs, o DNPM, a Funai, a Polícia Civil, a Polícia Militar para livrar a área dos garimpeiros e do garimpo dos indígenas porque se tratava de uma reserva indígena. O que nós queremos realmente é esclarecer, com todas essas reuniões, com todo esse tempo em que estivemos aqui reunidos, indagando, é reconhecer aquilo de que desconfiamos na prática: que aquela chacina de garimpeiros tem, na autoria dos índios, alguma coisa por trás disso, alguma conivência com o Poder Público, com os contrabandistas. É de se supor porque durante tantos anos houve esse convívio entre índios e garimpeiros naquela área e de repente os índios tomaram uma decisão de assassinar o que sabemos 34 garimpeiros, embora se fale até em 50 e 100. Mas não é a quantidade realmente que é relevante. É o crime em si, é essa chacina, essa cruel resolução que um dia os índios tomaram de assassinar os garimpeiros.

A função da nossa Comissão é verificar a participação de cada um. Sabemos que os índios assassinaram porque os corpos tinham ferimentos por flechas, contusões próprias de assassinatos por armas que caracterizam as armas dos índios, que seriam as flechas. Porém, alguns corpos também tinham perfurações de bala, o que caracteriza que também índios estavam portando armas de fogo ou estavam acompanhados de brancos, que chefiavam esses índios. Há relatos de garimpeiros que estavam naquele dia da chacina que viram pessoas com coturnos. Até houve um garimpeiro que citou que havia dois brancos que comandavam a turma de índios.

Essa questão do assassinato é que nos preocupa. Sabemos que o relacionamento dos índios com os garimpeiros era uma coisa já antiga. Os índios tinham contratos com garimpeiros, que faziam a lavra para eles com máquinas, conforme fotografias que o senhor apresentou aqui. Então, existia uma conivência, uma convivência, uma troca de favores, no caso aí, troca em dinheiro, porcentagens. O que nos preocupa realmente é saber se aquilo ali tinha também a participação dos órgãos públicos – Polícia Federal, membros da Funai e até do próprio DNPM.

Achamos que os índios não devem levar sozinhos a culpa por esses assassinatos. Cremos e estamos quase convictos de que não só contrabandistas, mas outras pessoas que tinham o dever de proteger aquela área, as pessoas, também indiretamente participaram desse massacre tão cruel e desumano.

Sr. Deolindo, queria lhe dizer que a minha mãe chama-se Deolinda. Então, dificilmente vou esquecer o seu nome. Quando o DNPM passou a dar essas concessões, essas portarias para a lavra nas áreas vizinhas do garimpo, não passou pela Diretoria do DNPM que as pessoas poderiam usar essas áreas para ficar na espera de vendedores de diamantes, de contrabandistas de diamantes, para dar uma conotação de que esses diamantes que eles estavam comercializando, ou tirando da área, eram diamantes retirados fora da reserva? Essa é a primeira pergunta.

O senhor acha que durante os três anos que vocês estavam lá, desde 2001, dentro dessa área, vendo aquele movimento todo de aviões, máquinas entrando e saindo, a retirada de garimpeiros e a volta deles, índias se casando com garimpeiros e os colocando na área, ou até os próprios índios casando-se com mulheres brancas, que levam seus filhos, seus tios para

dentro da área, dando uma conotação que realmente poderia legalizar aquela lavra de diamantes, e fazer uma sociedade até, de certa forma, harmônica, entre o trabalho do índio e o trabalho do garimpeiro, e vendo também esse movimento do DNPM junto com a Polícia Civil e Polícia Militar, Polícia Federal e Funai, não se suspeitou em nenhum momento que aquilo poderia deflagrar uma ambição, ou uma invasão da reserva por outros garimpeiros que não estavam sendo privilegiados nessa concessão, ou compra de passagem através do dinheiro, ou então com esses casamentos, esses arranjos amorosos que havia ali. Com essa permanente denúncia de conflitos, será que a DNPM não suspeitou em nenhum momento que poderia haver um conflito, ou uma briga, até por áreas de garimpo com mais intensidade de diamantes?

Uma terceira pergunta: o senhor acha que legalizando essas áreas vizinhas vai resolver o problema da invasão da área do Roosevelt? Como o senhor falou, permitir a lavra nos alagados do Apertado, ou na beira do rio Barão de Melgaço, legalizando essas áreas, simplesmente os garimpeiros vão ficar trabalhando longe da reserva, sem querer entrar na reserva, onde realmente existe o centro da mina?

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Vou começar a responder pela última pergunta. Eu não posso afirmar o que resolverá o problema. O DNPM se restringe simplesmente a cumprir o seu papel, que seria o de fazer concessão. Nós estamos fazendo o nosso trabalho, para tentar aliviar essa pressão que está ocorrendo. Se isso vai resolver o problema, eu não posso afirmar, porque ninguém sabe o potencial dessas intervenções de lavras garimpeiras que serão concedidas. Enquanto não se resolve o problema de Roosevelt, definitivamente, através da regulamentação do art. 231, da Constituição, estamos vendo esse caminho e estamos abertos a outras sugestões. Então, o DNPM fiscaliza, fomenta e orienta a pesquisa mineral em todo território nacional. Nós estamos trabalhando no sentido de aliviar a pressão no que está ocorrendo no momento. Não posso afirmar com segurança se irá resolver. É aquela questão; aqui tem dois, ali tem dez, por que eu vou para o dois? Logo, não posso afirmar com 100% de garantia. Estamos apenas desempenhando o nosso papel. Não podemos tapar o sol com a peneira e ficar criando uma série de coisas irreais. É essa a nossa função.

Quanto a esses casamentos, eu até desconhecia. Esse fato para mim é novo. Mesmo porque quando o DNPM participou das operações de desintrusão do garimpo, nós não limitamos a operação. Na primeira operação passamos cerca de 40 a 50 dias, não foi mais do que isso. A Polícia Federal nos avisou que não nos dava garantia de vida. Então, nos retiramos da área, mesmo porque nunca entramos na reserva. Ficamos nos postos de fiscalização próximos, cerca de 30, 40, 50 quilômetros de distância, onde eram feitas a fiscalização dos garimpeiros. V. Exª citou que isso deveria facilitar, eu até desconhecia esse fato, apesar de estar lá há bastante tempo e ser filho de Rondônia.

Ontem, os expositores citaram aqui esse tipo de argumento que se utiliza, casando o branco com o índio. Se isso vai facilitar, somente quem age dessa forma poderia responder.

Quanto à liberação de guia de utilização, só posso responder pela minha pessoa. Estou há um ano na chefia, e tomei a liberdade de não renovar nenhuma guia de utilização naquela área. Se isso foi utilizado como instrumento para esquentar diamante somente a Polícia Federal poderia responder, observando a qualidade. Foram realmente liberadas guias de utilização. Posso citar, por exemplo, um fato que ocorreu em dezembro do ano passado. Uma empresa de Minas Gerais tentou exportar diamante, dando como origem Rondônia em uma guia de utilização expedida pela SRA.Quênia. O distrito de Minas Gerais consultou-nos a respeito. Nós consultamos o Ibama e a Sedam para checar se haviam concedido alguma licença ambiental, mas não haviam. Então, a Dona Quênia vendeu ou supostamente usou essa guia de utilização um mês depois do seu tempo de vencimento. E foi feito de maneira completamente irregular porque não havia licenciamento algum de órgão ambiental. O instrumento que usamos como guia de utilização, que poderia ser comercializado pela pessoa, foi usado indevidamente neste caso. Diz a legislação que a guia deve estar obrigatoriamente acompanhada de licença ambiental, fato que não ocorreu no caso, para a Dona Quênia.

O nosso procedimento foi comunicar de imediato que não havia autorização de órgão ambiental alguma que desse legalidade àquela exportação. Hoje, para sair com pedra bruta do Brasil, segundo o certificado de Kimberley, há necessidade de que o DNPM certifique a origem. Nós comunicamos o distrito e a Superintendência de Polícia Federal de Rondônia e de Minas Gerais, para que adotassem as providências para esse caso.

A empresa retirou simplesmente o pedido de exportação. Não conformados com isso, pedimos a nossa procuradoria autárquica do DNPM que agisse de outra forma, para que se penalizasse o exportador, porque é muito fácil tentar praticar um ato ilegal, não obter sucesso e deixar por isso mesmo. Nós temos toda a documentação a respeito disso. Que eu tenha conhecimento, essa foi a única ocorrência de tentativa. Mas tomei a liberdade de não conceder nenhuma

guia de exportação sem antes vistoriar a área. Dessas quatro guias de utilização fornecidas, em duas delas nossos técnicos estiveram presentes no local e constataram que realmente houve garimpo lá, ainda que tenha sido uma pequena extração. Ocorreu na área do Sr. Almir Mendonça, e não me recordo agora o nome da outra área.

Para o DNPM, aquilo deveria ser uma lavra experimental feita com técnica, com pesquisa, acompanhada do trabalho de um geólogo ou de um engenheiro de minas. Mas isso não ocorreu. A pessoa utilizou o documento do DNPM para legalizar um garimpão.

Como citei anteriormente, tomei a liberdade de não conceder nenhuma guia de utilização sem que antes fosse vistoriada a área. Só posso responder pelos meus atos.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – V. Sª tem conhecimento dessas áreas autorizadas de garimpagem na vizinhança?

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Sim.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – V. Sª tem conhecimento da quantidade de extração que eles tiveram durante esses anos todos? Eles comercializaram esses diamantes legalmente? Isso era do conhecimento do DNPM?

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Eles informam ao DNPM. Quando a guia de utilização é emitida, são obrigados a informar ao DNPM quando existe a comercialização. Isso consta do processo dessas pessoas no DNPM.

Houve casos em que solicitaram renovação de guia de utilização, quando, realidade, havia garimpo lá dentro. Nós enviamos dois técnicos para vistoriarem a área, verificamos que não havia trabalho algum desenvolvido cientificamente e não renovamos a guia de utilização. Esse foi o nosso procedimento.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Nesse caso, o DNPM supôs que eles estavam comprando diamantes?

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Não que estariam comprando. Veja bem, o DNPM fornece a guia de utilização para que seja feita pesquisa com geólogo ou engenheiro de minas, linhas de sondagem, trincheiras e cubagem de uma determinada área. A guia de utilização é um instrumento que aparece antes da concessão de lavra para ajudar financeiramente na pesquisa. Só que nesse caso verificamos que não houve pesquisa alguma. A guia prescinde de que seja feita uma pesquisa técnica. E, na realidade, não houve pesquisa nenhuma. O que houve foi que alguém fez um garimpo ali e ele nos solicitou que renovasse essas guias e nós mandamos técnicos na área, que verificaram que não houve trabalho nenhum de pesquisa. Portanto, as guias não foram renovadas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – É exatamente isso que eu estou falando. Que eles solicitaram a licença, não faziam o garimpo, simplesmente cavucavam a terra enquanto compravam o diamante que vinha pela floresta. Prova disso é que vocês não viram experiência nenhuma naquela áreas concedidas.

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Nós não vimos trabalho técnico, mas se tem diamante lá ou não só se for feita uma perícia técnica. Não posso afirmar que não existe diamante naquela área. Por exemplo, nós temos fotografias e a área está bastante trabalhada onde foram fornecidas as guias, mas para comprovar se existe ou não diamante teria que ser feita uma perícia no local. Se perguntarem se isso foi utilizado para esquentar eu não posso afirmar que foi. Talvez tenha sido feito um garimpo. Para se ter 100% de certeza, teria que ser feita uma perícia técnica. Existe garimpo? Acredito que até exista, porque quando iniciou a operação, foi preso, inclusive, no local o Sr. Almir Mendonça, que estava trabalhando.

Então, eu acredito que nessa área deva ter diamante. A Polícia Federal prendeu esse senhor, mas não pelo fato de ele estar... parece que ele portava uma arma.

Pelas fotografias observa-se a quantidade de maquinário, deve haver diamante lá. Deve haver, com certeza.

Para dar legalidade ao nosso instrumento, que é o guia de utilização, teria que ser feito um trabalho científico, acompanhado de geólogo ou de engenheiro de mina, com linha de sondagem, execução de trincheira e coisas dessa natureza.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Dr. Deolindo, nós sabemos que há requerimento de empresas, inclusive em reserva indígena. Toda ela está coberta de requerimentos e existe uma prioridade de quem entra primeiro para requerer o direito de pesquisa e lavra. É lógico que não estão autorizados, porque se trata de reserva indígena, que não tem regulamentação ainda do Congresso, do Governo Federal para que se possa explorar minérios em reservas indígenas.

O general Félix, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, esteve na segunda-feira em Rondônia, em Espigão d´Oeste, foi ver **in loco**. Depois da visita da Prefeita Lúcia Teresa, que foi acompanhada pela Deputada Maninha Raupp e o Deputado Nilton Capixaba, bem como do Senador Paulo, eu não pude ir porque tive, na mesma hora, uma audiência com o Ministro do Planejamento. Até fui eu que marquei essa audiência para a Prefeita e ela fez um apelo dramático e o General prometeu

– e cumpriu a promessa – de visitar o Município de Espigão d´Oeste.

Ele também é o comandante da força-tarefa da Operação Mamoré, em Rondônia. Ele esteve lá, ficou impressionado com tudo o que viu e garantiu à Prefeita e a todas as autoridades locais que, em seis meses, o Governo Federal estaria regulamentando e regularizando a extração de minério na reserva.

Então, eu pergunto de que forma o senhor acha que o Governo vai regulamentar essa atividade e se o Governo pode, já que toda a área está requerida, passar por cima desses requerimentos e fazer a pesquisa e lavra nessa jazida de diamante dos Cinta Larga. Se o Governo pode fazer isso, pode licitar para que empresas explorarem esses minérios, pagando *royalties* aos índios e contratando garimpeiros. E os índios podem, por meio de cooperativas, extrair esse minério e também os garimpeiros, que almejam e querem a autorização, por meio de cooperativas, com número limitado. Não se pode deixar entrar lá dois mil, três mil, quatro mil garimpeiros naquela reserva, até porque a agressão ao meio ambiente seria muito grande, e os índios também seriam dizimados. Se entrarem lá cinco mil garimpeiros e ficarem lá, dentro daquela reserva, por alguns anos, certamente a nação indígena cinta-larga seria dizimada.

Creio que o Governo Federal e o Congresso Nacional jamais poderiam permitir que cinco mil garimpeiros entrassem em uma reserva indígena e ficassem lá revirando o solo e os rios.

Portanto, de que modo poderia ser feito isso legalmente? Os índios e os garimpeiros, por meio de cooperativas, e o próprio Governo Federal, por intermédio da CPRM, Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais. Essa empresa poderia, ela mesma, fazer a pesquisa e a lavra da exploração dessa jazida?

São essas as perguntas.

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Foi bastante longa a pergunta. Espero que me lembre de todos os questionamentos.

O Senador me fez uma pergunta. A nossa preocupação – até citei, durante a minha fala – é a de que, quando fosse feita a regulamentação, se atentasse para este detalhe: simplesmente não se fornecesse a índios, garimpeiros ou a quem quer que fosse, de maneira vã, essa autorização.

Já existe um projeto de lei, elaborado por uma equipe que foi designada pelo Presidente da República, que se encontra hoje sobre apreciação. Desconheço também o texto do Senador Romero Jucá, que estaria regulamentando o art. 231.

De modo que eu não poderia responder, com grande precisão, à sua pergunta. Porém, sou inteiramente partidário da sua idéia, de que não se deve colocar lá simplesmente cinco mil, dez mil índios. Isso, Senador, seria competência exatamente do Poder Legislativo; como isso seria feito. Já existe um anteprojeto de lei nesse sentido. Logo quando ocorreu aquele conflito, uma comissão foi designada para fazer esse trabalho, e ele já está pronto. Desconheço o teor do mesmo.

Há que se ponderar dois pontos – sou formado em geologia: a Constituição de 88 estabelece que seria permitido. Portanto, os requerimentos que existem no DNPM, que, no caso daquela área, são 145, somente no Estado de Rondônia – se se considerar Amazonas e Mato Grosso, esse número é bem maior; preocupei-me apenas com o Estado de Rondônia. Há que se separar de duas formas: os que entraram antes da Constituição e os que entraram após. O que se vai fazer antes com esses requerimentos? Eles simplesmente serão indeferidos? Isso quem vai dizer é a regulamentação da lei. E os que entraram após? Portanto, as respostas vão depender da interpretação do legislador e de advogados. Por exemplo, aqueles que entraram lá serão simplesmente esquecidos?

Quanto à CPRM, dentre as suas atribuições, não consta a lavra, Senador. Então, ela não poderia lavrar, a menos que houvesse a modificação no seu estatuto social. No caso de Rondônia, por exemplo, a CPRM já descobriu uma mina de calcário e, no entanto, ela teve que negociar com uma empresa que, posteriormente, passou para o Governo do Estado. Então, de acordo com o bojo da sua concepção, ela não pode lavrar, a menos que seu estatuto seja mudado. Isso pode ser feito de maneira bastante fácil. Os senhores são legisladores e sabedores dessa situação. Porém, hoje, a CPRM não pode lavrar.Ela não está nem mais pesquisando.

Em função de contenção de despesas, hoje a CPRM executa trabalhos para prefeituras. Como a pesquisa mineral é muito onerosa, muito cara, a CPRM não está mais fazendo esse papel. Ela tem uma outra linha de trabalho atualmente que não é a pesquisa. Quando era feito anteriormente, isso era de amplo conhecimento e servia até de incentivo ao trabalhador.

O Governo não dispõe de bastante dinheiro para que isso seja feito, porque, no setor mineral, quando os recursos retornam, no mínimo isso é feito com dez anos. Qualquer empresário da mineração sabe disso. Então, para o Governo, no momento, não é interessante investir nisso. Ele deixou a critério do empresário.

Pode ser feito, e acredito que deva ser o melhor caminho, Senador, se for feito pelo Governo Federal, com a presença de todos os seus órgãos, DNPM, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Ibama, Funai. Vamos organizar isso para que depois não depredem

e a própria Nação não seja descaracterizada, como o senhor citou na sua fala.

Se entrarem cinco mil garimpeiros lá, vão depredar um bem mineral e daqui a cinco anos não vai ter mais índio lá. Então, há que se ponderar.

O texto que está pronto deve ser analisado com bastante cautela. Desconheço o texto do Senador Romero Jucá, por isso eu não poderia tecer comentários com maior profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu gostaria, antes de terminar, de fazer uma pergunta, em termos de mapa: a ocorrência mineral detectada pelo DNPM abrange toda a área indígena Roosevelt? Tem ocorrências em toda a área ou só numa parte?

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Não, veja, o diamante ocorre em diversos locais, uns mais interessantes e outros menos. Por exemplo: no caso da reserva Roosevelt, ele é muito expressivo no igarapé Lages, isso é fato contundente, mas existem outras ocorrências nos rios Pimenta Bueno e Machado em que há 40 ou 50 anos está sendo feita a exploração. O pequeno garimpeiro nunca deixou de trabalhar ali. Inclusive, no início da década de 50, isso era feito utilizando-se mergulhadores com escafandros. Então, nunca deixou.

Na realidade, para se saber o prolongamento desse jazimento vai-se cair no questionamento que citei anteriormente: teríamos necessidade de conhecer em profundidade a dimensão desse jazimento, coisa que não foi feita até hoje. Eles dizem: "Ah, não, porque os americanos interpretaram utilizando imagens de satélite". Seria temeridade afirmar isso, na minha concepção. Os conhecimentos que tenho de Geologia não me autorizam a dizer isso.

O bem mineral ocorre ali, existem inúmeros corpos quimberlíticos, a rocha portadora do diamante, em toda a região, o cenário geofísico é propício, como citei na minha exposição, e espero que isso seja pesquisado de maneira bastante coerente e séria. É assim que entendemos. Rondônia é muito promissora e decerto, na minha concepção de geólogo, não se trata apenas de um jazimento, não foi só uma jazida que gerou aquilo tudo, mas uma série de ocorrências geológicas.

Nós dizemos que a ocorrência de bens minerais na natureza é uma aberração, porque eles não são muito freqüentes. Se fossem freqüentes, não teriam o valor que têm. Então, aquilo é uma aberração da natureza, principalmente no caso do Roosevelt.

No temos, no caso de Rondônia, um jazimento expressivo de cassiterita. Já que a natureza precisou de um processo de milhões e milhões de anos para concentrar aquele bem mineral, é preciso respeitarmos a natureza, de maneira inteligente. Esse é o meu pensamento, é assim que eu vejo o questionamento do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Muito obrigado.

Quero perguntar sobre esse material de V. Sª.

O SR. DEOLINDO CARVALHO NETO – Pois não. Ficará à disposição e esse material está gravado, também, no computador, caso dê algum problema. Eu me colocaria à disposição dos senhores para qualquer outra documentação a respeito de alvarás de pesquisa, números de alvarás de pesquisa, o que for necessário para complementar o trabalho de V. Exªs. Estamos à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Muito bem. Agradeço a presença de V. Sª e dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h52min.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF **"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO DO SUL, RONDÔNIA, MATO-GROSSSO, MARANHÃO, RIO GRANDE DO SUL E PARÁ INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS E APRESENTAR AO SENADO RELATÓRIO MINUCIOSO DE SUA MISSÃO".**

Ata da 12ª Reunião realizada em 8 de junho de 2004.

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas e dez minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com a presença do Senador Delcidio Amaral, Jefferson Peres, Jonas Pinheiro e Valdir Raupp, membros, e ainda com as presenças dos Parlamentares não membros Senadores Augusto Botelho e Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão Especial Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003-SF "**com a finalidade de irem a Roraima, Santa Catarina, Mato-Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul e Pará, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados e apresentar ao Senado relatório minucioso de sua missão".** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente Reunião tem por finalidade a apresentação, discussão e votação do Relatório Parcial do Estado de Mato-Grosso do Sul. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Delcidio Amaral, para dar início a apresentação do Relatório. A Presidência suspende a reunião

da Comissão, uma vez que os Senhores Parlamentares terão que ir ao Plenário para votação nominal. Ao reabrir os trabalhos, o Presidente concede a palavra ao Senador Delcidio Amaral, para dar continuidade a apresentação do Relatório e, em seguida coloca em discussão. Fizeram uso da palavra para discutir o Relatório Parcial, os Senhores Senadores Augusto Botelho, Valdir Raupp e Juvêncio da Fonseca, sendo que este último, faz algumas ressalvas à respeito das recomendações finais à respeito das Proposições Legislativas sugerindo o acréscimo da PEC de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, assim como, no tocante às indenizações plenas, acrescentar as recomendações contidas na PEC nº 003/2004, sendo as sugestões do Senador Juvêncio acatadas pelo Relator com a aquiescência dos membros presentes. A seguir, o Senhor Presidente coloca em votação o Relatório Parcial do Estado de Mato-Grosso do Sul, sendo o mesmo aprovado por unanimidade dos seus membros. O Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão, informa ao Plenário que já foram aprovados no Plenário do Senado Federal os Seguintes Requerimentos: 0350/04, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, deliberando a ida da Comissão ao Estado de Mato-Grosso; 0444/04, de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas, deliberando a ida da Comissão ao Estado de Rondônia; 0577, de autoria do Senador Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, deliberando a ida da Comissão ao Estado do Rio Grande do Sul e 0587/04, de autoria dos Senadores Luiz Otávio e Dulciomar Costa, deliberando a ida da Comissão ao Estado do Pará. Em cumprimento aos trabalhos desta Comissão, o Senhor Presidente informa aos presentes da confirmação da ida "in loco" da Comissão ao Estado de Rondônia no próximo dia dezoito de junho do ano em curso. Após, o Senhor Presidente informa também que fica agendado para o dia de amanhã, nove de junho do ano em curso, às dezessete horas, a exposição do Presidente da FUNAI a esta Comissão, para prestar esclarecimentos quanto ao ocorrido no Estado de Rondônia e demais informações que se fizerem necessárias. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada por meio do Requerimento nº 529, de 2003, do Senado Federal, com a finalidade de inteirar-se das questões fundiárias relacionadas a terras indígenas nos Estados de Roraima, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Solicito ao Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à apresentação, discussão e votação do Relatório Parcial desta Comissão relativamente ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Concedo a palavra ao Relator desta Comissão, Senador Delcídio Amaral, para leitura do seu relatório.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos fazer uma apresentação bem resumida do relatório, falando um pouco dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, da sua história, que está muito associada também à Guerra do Paraguai, aos posicionamentos de vários governos, à política de colonização e a todas as conseqüências advindas desses fatos históricos e desses procedimentos governamentais.

Até a presente data, faz-se um diagnóstico claro das principais dificuldades encontradas em Mato Grosso do Sul e das propostas que ora estão sendo encaminhadas para a Comissão Externa do Senado que trata das questões indígenas.

Como boa parte dos membros da Comissão já sabe, ou ficou sabendo, pois recebeu uma série de relatos **in loco**, Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil – são 60 mil índios entre aldeiados e não-aldeiados –, basicamente pertencentes a essas etnias registradas, sendo que destaco, especialmente, a Garani, a Terena, a Kadiwéu, Guató, e outras que foram listadas nessa tela.

Dentre as etnias, precisamos registrar a importância da etnia Guarani, são cerca de 27 mil em Nhandeva e Caiová, sendo que eles estão espalhados em 25 áreas. Evidentemente, entre essas áreas, existem problemas de limites ou de disputas judiciais. Como é conhecido de todos, há uma estimativa de que, desse total de 27 mil índios, 4 mil estão em Nhandeva e Caiová, vivendo desaldeiados nas periferias das cidades sul mato-grossense.

É importante registrar que existem 20 áreas indígenas reconhecidas oficialmente, homologadas e registradas, somando 40.472 hectares. Desse total, 8 mil estão em poder de não-índios, e outra parte constitui objeto de disputas judiciais e administrativas como acabamos de relembrar.

Há uma breve notícia do contato dos não-índios com o território em Nhandeva e Caiová – são quase 5 séculos de presença não-índia nas terras guaranis,

no Mato Grosso do Sul, sendo essa presença sempre incentivada pelo Governo Federal, ou seja, sob sua chancela.

Vamos ter oportunidade também de tomar conhecimento, ao longo da exposição, do porquê dessa afirmação incentivada pelo Governo sob sua chancela, fruto de várias políticas adotadas pelo Governo Federal.

Os Guaranis resistem, mantendo suas tradições, sua língua e, segundo a Funai, com cerca de 1% do seu território original.

É importante relembrar a história, falar sobre o serviço de proteção ao índio que antecedeu a Funai e sobre o aldeamento dos guaranis, que ocorreu na época do conceito de comunhão nacional. Houve uma integração dos guaranis visando promover a comunhão nacional.

É importante lembrar que as reservas estabelecidas pela Lei nº 725, de 1915, fixava glebas de 3.600 hectares.

Com relação à titulação de terras indígenas, é importante registrar que era uma especificidade de Mato Grosso do Sul, com terras tituladas ainda no século XIX. Esse Estado era o vendedor originário autorizado pela União, segundo o art. 64 da Constituição Federal de 1891. Em muitos casos, o próprio Estado do Mato Grosso considerou devolutas as terras indígenas, vendendo-as. Por causa dessa história, tiveram início as dificuldades que enfrentamos ainda hoje em Mato Grosso do Sul.

Também é importante destacar que, na ocasião, o SPI – Serviço de Proteção aos Índios atuou de forma decisiva, até mesmo alojando os índios e administrando a colonização estabelecida pelo Governo Federal.

Cumpre notar também que a ratificação dos títulos expedidos pelos Estados na faixa de fronteira foi determinada pela Lei nº 9871, de 23 de novembro de 1999. Devo dizer que está tramitando no Senado um projeto do Senador Juvêncio da Fonseca visando convalidar esses títulos expedidos, até mesmo em função do prazo, porque essa ratificação já tem seus prazos totalmente ultrapassados.

Falo do processo de colonização, da criação das várias colônias. O território federal de Ponta Porã, criado em 1943, de acordo com o Decreto Lei nº 5.941, relativo à colônia federal de Dourados, no então território de Ponta Porã, principalmente com o intuito de facilitar o aproveitamento dessas terras férteis, que continuam sendo uma realidade na região da Grande Dourados. Na ocasião, o Governo Federal definiu uma área de 300.000 hectares divididos em 10.000 lotes de 30 hectares cada para a cessão a esses imigrantes que vinham de todas as partes do Brasil. Não havia nenhum documento oficial dando conta da presença dos guaranis, cujas terras, na ocasião, foram divididas em lotes e doadas ou vendidas.

Em 1950, temos uma série de incentivos que foram concedidos aos colonos pelo Governo Federal, especialmente focados na pecuária, atraindo, evidentemente, pecuaristas de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, entre outros Estados. Com a Lei nº9.871, de 23 de novembro, estabeleceu-se, como foi dito, esse prazo para as ratificações de concessões e alienações, lei essa que o Senador Juvêncio da Fonseca tem sugerido, como eu disse anteriormente, S.Exª propôs mudanças com o sentido de convalidar todas essas áreas.

Entre 1986 e 1990, foram detectados suicídios dos Nhandeva e dos Caiová: foram 305 casos. E isso levou, por uma série de motivos, a uma posição de enfrentamento com os proprietários de terra, fruto dos condicionantes sociais criados, especialmente com relação aos Nhandeva e aos Caiovás. É importante, de 1991 a 1999, os Nhandeva e os Caiová retomaram 16 áreas ampliando significativamente seu espaço físico e evidentemente, melhorando sua qualidade de vida.

Na verdade, em função dos suicídios e das dificuldades enfrentadas pelos Nhandevas e pelos Caiovás, essas áreas retomadas fizeram parte de uma estratégia dessa etnia na busca de uma resposta aos problemas que eles enfrentaram, os quais já foram citados nas telas anteriores.

Depois, uma outra etnia muito importante situada no município de Porto Murtinho, que é a Kadiwéu. Hoje, essa etnia, em números de 1999, é composta de 1041 indivíduos, estão sob a jurisdição do posto indígena Bodoquena. É importante notar também que a população referente ao posto indígena São João, que envolve as aldeias São João e Tomás, tem hoje cerca de 551 índios. Essa demonstração é para V. Exªs terem uma idéia dos Kadiwéu, comparativamente também com a etnia Terena, o número de indivíduos e a realidade de cada um.

É importante registrar – já falei rapidamente sobre os Guaranis e sobre os Kadiwéu – agora a etnia Terena: são 16 mil pessoas e, principalmente, eles ocupam esse território entre Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, quer dizer, próximos a essa região do Pantanal.

Há outro fato também que faz parte do relatório apresentado: essas reservas indígenas foram demarcadas nas décadas de 1920 e 1930. O conflito presente, 4 horas em conflito, envolve os Nhandeva e os Caiová, em Dourados especificamente, no Distrito de Panambizinho.

Vamos ter que interromper a exposição, porque estão pedindo verificação de **quorum**. Vamos nos di-

rigir ao plenário para votação e depois retornaremos a esta Comissão para continuarmos a exposição, a discussão e os debates.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcati) – Suspendo a reunião por alguns minutos até que possamos proceder à votação.

(A reunião é suspensa às 17h24min. e reaberta às 17h31min.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcati) – Declaro reaberta a reunião da Comissão Externa que trata de questões fundiárias.

Concedo a palavra ao Relator para continuar a leitura do seu relatório.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Peço desculpas pela interrupção, até porque houve um pedido de verificação de **quorum** no plenário do Senado Federal.

Dando continuidade, vamos focar um pouquinho naquilo que foi relatado com relação à história de cada etnia, a localização, os processos de colonização. Hoje, especificamente, os conflitos que estamos vivenciand são: primeiro, quatro áreas de conflitos, dos Nhandeva e dos Caiovás, especificamente em Dourados, num Distrito que chamamos de Panambizinho. São 1.600ha, e foi objeto de reforma agrária do próprio Governo Federal, sob o Governo do Presidente Getúlio Vargas. Lá, foram assentadas 32 famílias, às quais o Estado conferiu títulos dominiais, alguns com mais de 50 anos. Esta é uma característica do Mato Grosso do Sul, onde existem esses certificados, esses títulos dominiais.

Então, esta é a razão da crise, a razão dos conflitos que vivenciamos ao longo dos últimos meses.

Em 2003, houve também conflitos em Sidrolândia e Dois Irmãos, com enfrentamento direto. Quem teve oportunidade de ir a Campo Grande na Assembléia Legislativa pôde sentir claramente a crise enfrentada pelas etnias, pelos produtores. É importante registrar também, pois é uma característica importante: são áreas de pequenas dimensões. Os laudos antropológicos que foram realizados concluíram pela necessidade de aumento das dimensões das aldeias e, à época, foi celebrado um acordo judicial entre indígenas e fazendeiros até que a Justiça Federal se pronunciasse.

Também existem processos, hoje, de ocupação de terras na região de Iguatemi, Eldorado e Japorã, inclusive, estivemos visitando essa região toda de Iguatemi. São 14 propriedades, quase todas elas de pequenas dimensões, entre 15 ou 40 hectares, que foram invadidas, e é importante registrar que, nessas invasões, ocorreram várias suspeitas, inclusive, de participação de índios vindos do Paraguai e de civis ligados a organizações não governamentais. A Justiça Federal de Mato Grosso do Sul determinou a desocupação da área, mas essa decisão foi parcialmente reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que ordenou, na ocasião, a desocupação de apenas 11 propriedades. É importante registrar que é uma das áreas mais conflituosas do Mato Grosso do Sul, em função dessas divergências ocorridas entre as etnias indígenas e produtores. E mais importante, às vezes, o discurso é o de que são grandes propriedades, mas na verdade, as propriedades invadidas são de 15, 20 hectares, pequenos produtores rurais que vivem de uma pequena produção para sustentar suas famílias e criar seus filhos. A situação chegou a tal nível de conflito que os fazendeiros optaram pela não retomada das terras invadidas, até por que houve uma depredação grande de muitas propriedades, inclusive, tivemos ocasião de visitar essas propriedades que foram bastante depredadas, houve, praticamente, em algumas situações, quase que as benfeitorias foram colocadas abaixo. Isso foi filmado, amplamente documentado, fotografado. É importante registrar que, em função dessas divergências, que os índios, como tomaram conhecimento dos laudos antropológicos, não aguardaram nem o processamento natural de todas as fases relacionadas a um processo demarcatório, que passa pela Funai, por uma portaria declaratória do Ministério da Justiça e, posteriormente, pela homologação do Presidente da República. É curioso e interessante registrar o seguinte: não se coloca, de maneira nenhuma, a palavra invasões como um procedimento adotado, quer dizer, eles chamam de retomada. Até segundo orientações da própria Funai, nós temos inclusive documentos, filmes mostrando isso, nitidamente.

Dando continuidade, – e aí vem um dos grandes problemas enfrentados lá pelo Estado de Mato grosso do Sul – em quase todas essas áreas identificadas como indígenas as propriedades rurais tituladas pelo Estado. E com um detalhe importante: essa região de Iguatemi, Japorã é uma região de fronteira que traz um outro complicador também que nós vamos ver mais adiante.

Existe uma questão muito debatida, lá na região, que é decorrente da regra constitucional que impede que sejam concedidas indenizações pela terra nua. Hoje, é simplesmente o foco são em cima de benfeitorias. Então, aí nós entramos numa situação dicotômica. Quer dizer, alguém, que comprou a terra, alguém que tem o título da terra, alguém que trabalhou durante, trinta, quarenta, cinqüenta anos, eu só posso indenizar uma benfeitoria e não uma terra nua. E quando as benfeitorias pela depreciação quase que nada vale.

É importante registrar também uma inoperância da Funai no Estado do Mato Grosso do Sul. Isso é quase que um consenso, uma unanimidade não só com relação às etnias indígenas, os produtores e muitas crises, crises permanentes, principalmente pedindo uma mudança no comando da Funai no Mato Grosso do Sul. Infelizmente, em função dessas dificuldades todas o Governo do Estado foi obrigado a suspender temporariamente o Programa de Segurança Alimentar dedicado às aldeias indígenas em função de dificuldades de acesso, de trânsito das pessoas encarregadas pelo Governo na implementação desses programas.

A situação das terras indígenas, no Mato Grosso do Sul, homologadas trinta terras indígenas, entre homologadas e já registradas, declaradas que vão ser posteriormente homologadas são quatro terras, em fase de identificação oito com uma área aproximadamente de 63 mil hectares e população de 719 índios. Essa é a situação atual. Portanto, aí é um quadro resumo da situação das terras homologadas, declaradas em identificação e a identificar (46), a população atendida e a área redundando aí em 710. 506 mil hectares.

Mas o importante – é até bom registrar que a Assessoria do Senado mudou, Senador Juvêncio da Fonseca, e isso é uma coisa interessante: num **site** do próprio Governo, temos o desenho do nosso Estado, quer dizer, temos o mapa do nosso Estado, só que identificado como Mato Grosso e Cuiabá. É isso. Não é? Então, fizemos alguns ajustes. E, depois, precisamos até informar lá no nosso Estado sobre esse equívoco. Essa situação fundiária e esse mapa mostram que 61% já estão homologados. E estamos falando aí em taxas próximas a... Estamos entre áreas que estão sendo levantadas e em processo de demarcação; estamos falando aí de alguma coisa próxima a quarenta por cento.

Um outro ponto importante – e que eu falei lá atrás – é que muitas dessas áreas estão localizadas em área de fronteira. E o interessante é que existe hoje um trânsito muito grande da etnia guarani nessa faixa entre o Brasil e o Paraguai. E essa questão, por ser faixa de fronteira e pelas suspeitas todas nesse processo todo de enfrentamento ocorrido, traz um outro tema à discussão, que é o tema da defesa nacional, que foi exaustivamente debatido e discutido quando apresentamos o Relatório de Roraima.

É importante ressaltar que uma conseqüência do que comentamos é esse trânsito aí, à completa revelia das leis dos Estados, do Estado brasileiro, acarretando, evidentemente, um cem número de problemas, como esses que verificamos em função do enfrentamento ocorrido, principalmente lá na região de Iguatemi, de Japorã, que foram mais duramente atingidas pelos conflitos.

Aí é uma constatação, essas terras situadas em áreas de fronteira, que devem ser reivindicadas pelos Inhandevas e pelos Caiová, com o apoio da Funai. Isso é um exemplo muito típico e muito parecido com as terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, situadas no Estado de Roraima e na faixa de fronteira internacional.

Quer dizer, é uma coisa também recorrente, ou seja, a reivindicação de áreas de fronteira. Isso aparece sistematicamente, de uma maneira absolutamente nítida em Roraima, e em Mato Grosso do Sul no é diferente.

E é importante registrar que a Procuradora Ela Volkmer diz que há 116 pontos de áreas, incluindo as já declaradas e as que se encontram em processo de identificação.

Esse é o retrato da demanda indígena que existe há muito tempo.

Retiramos o depoimento dela, exatamente para mostrar também como é o contraponto a essa questão, qual é o comportamento, principalmente da Procuradoria da República, com relação a esses assuntos, de fundamental importância para o País.

Dentre os atores sociais, como já citamos, os Nhandeva e os Caiová, a reivindicação é por aproximadamente cem mil hectares, localizados em diversos municípios, especialmente no cone sul do Estado. Eles tomaram uma decisão. Houve uma série de suicídios e, por conta disso, eles, efetivamente, buscaram uma situação de enfrentamento, exatamente com o intuito de encontrar uma solução, uma vez que, fruto da própria atuação da Funai, fruto de uma série de problemas que foram detectados na região, eles aparentemente não viram outro tipo de solução a não ser o enfrentamento.

Com relação aos produtores rurais, e aí eles tocam num ponto de absoluta importância, eles dizem que não podem ser prejudicados. Se as terras em disputa vierem a ser consideradas indígenas, e como eles receberam títulos do próprio Governo Federal, e já ocupam essas áreas em várias regiões, eles têm que, de alguma maneira, ser indenizados por isso. E dentro desse conceito não só de indenização e de benfeitorias, mas de terras nuas também.

Por isso, nós com a consultoria do Senado, estudamos formas de fazer frente a isso, sem ferir aquilo que a Constituição de 1988 tanto se esforçou no sentido de preservar e dar uma atenção especial às questões indígenas no Brasil.

Um outro ponto importante, no que se refere aos atores políticos, é isso que estou apresentando também já é uma resenha de todos os comentários que ouvimos nas audiências públicas. Primeiro, uma posição do Governo do Estado muito clara, que devem ser considera-

dos os títulos de propriedade expedidos pelo governo federal e estadual, ao longo do século passado, bem como a circunstância de que diversas propriedades se encontram sob o domínio de colonos e que estão ali há várias gerações. O Governo do Estado tem se posicionado claramente, no sentido de que, invalidados os títulos dominiais expedidos, deve ser conferido aos atuais proprietários das terras indenização plena e irrestrita , e isso, inclusive, é um tema que o Senador Juvêncio tem se batido com freqüência.

Com relação à Assembléia Legislativa, os deputados estaduais ouvidos se manifestaram contrários à demarcação das terras indígenas guaranis, em Mato Grosso do Sul, condenaram as ações levadas a efeito pelos índios e a forma como a Funai tem conduzido esse processo.

O que está aí nessas telas é absolutamente o registro do que foi gravado e escrito ao longo das audiências públicas de que a Comissão participou.

Os deputados denunciam a participação de órgãos indigenistas federais e de organizações não governamentais estrangeiras nos recentes conflitos. Quer dizer, participação de outros atores nesse conflito indígenas. Ressaltaram ainda que os produtores rurais são os responsáveis pelo desenvolvimento do Estado e que caso as terras sejam consideradas como de ocupação tradicional indígena, deve haver pagamento de indenização pela terra nua. É importante registrar que esses conflitos estão provocando da desvalorização das terras em Mato Grosso do Sul. Essa situação tem desestimulado o agronegócio, a agricultura e a pecuária. Esse é um tema importante e que vai ser ressaltado ao longo da exposição. A Justiça Federal ouviu o Juiz Odilon, num depoimento muito claro e objetivo do Juiz Odilon. Ele tem demonstrado, na prática, que é preciso buscar, primeiro, soluções por meio do diálogo e do consenso. O Juiz Odilon defendeu também uma reforma constitucional de modo a possibilitar o pagamento de indenizações pela terra nua. Ele colocou isso claramente, na exposição que fez na Assembléia Legislativa.

O Ministério Público Federal, por sua vez, posiciona-se firmemente a favor de uma ampla demarcação de terras para os Nhandeva e para os Caiová; apresenta como solução para os produtores rurais o recurso da via judicial; ou seja, se essas áreas vierem a ser demarcadas eles têm que abandoná-las e depois procurar seus direitos na Justiça. Essa foi a posição que o Ministério Público colocou claramente, na audiência pública, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

A Funai também expressa uma posição clara com respeito à necessidade de demarcação de terras; considera as atuais reservas insuficientes e tem apoiado claramente a demarcação. Até porque a Funai é a responsável pelo desenvolvimento da política indigenista e tem promovido várias ações indígenas, não só em Mato Grosso do Sul, mas também em outros Estados do território nacional.

É importante registrar que nós ouvimos, dentre os atores econômicos, especialmente os produtores rurais, a associação de criadores, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul. Nessa ocasião foram colocadas questões que enfatizam o posicionamento dos proprietários de terras. Voltou-se novamente à questão dos títulos dominiais expedidos pela União e pelo Estado em Mato Grosso do Sul, bem como a posse de boa-fé. Há diversas pequenas propriedades que há mais de cinqüenta anos estão nas mãos desses produtores. Os fazendeiros destacaram a necessidade, na impossibilidade de manutenção de suas terras, de uma indenização ampla e completa.

O Movimento Nacional dos Produtores, a Associação de Criadores e a Federação da Agricultura e Pecuária reivindicaram mudanças nas normas que regem o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, para facilitar a ampla defesa. O argumento que eles apresentaram é simples: é inadmissível um antropólogo fazer um estudo com um grupo, depois fazer a demarcação daquela área e aquilo ser simplesmente encaminhado ao Ministério da Justiça, ser sancionado pelo Presidente da República, sem o direito de ampla defesa de parte de quem se situa nessas áreas que estão em litígio.

Dentro desse processo, evidentemente, os atores religiosos têm um papel fundamental, é o caso do Conselho Indigenista Missionário, a Comissão Pastoral da Terra, que tem posições muito claras, muito parecidas com as do Ministério Público e com as da Funai, e agora entramos nas conseqüências jurídicas da demarcação. São pontos importantes que vão nos levar às principais conclusões desse trabalho apresentado. Primeiro, a transferência da propriedade de áreas atualmente pertencentes a particulares, portadores de títulos reconhecidamente legítimos, porquanto expedidos pelo Estado para a União. Isso é um problema jurídico sério! Impossibilidade de trânsito de não índios em áreas atualmente pertencentes a municípios de Mato Grosso do Sul. A história se repete, com Roraima foi a mesma coisa. Quer dizer, áreas indígenas que não podem ser freqüentadas, a não ser com autorização da Funai, por governadores, senadores, deputados, enfim, os não-índios, a população como um todo. É importante registrar também, e esse é um foco que não pode ser deixado de lado, é a diminuição das receitas do Estado e dos municípios afetados. Isso está trazendo uma série de

conseqüências e mostra que esse trabalho, o trabalho de demarcação, não está só ligado à cultura e à história, mas à sócio-economia também. Precisamos olhar isso com cuidado. Tivemos, inclusive, nos depoimentos sobre Rondônia, um depoimento muito claro da prefeita de Espigão do Oeste mostrando o que os conflitos indígenas de Roosevelt acabaram trazendo, o que aquilo acabou complicando a vida principalmente dos moradores de Espigão. É absolutamente claro que, com a remoção dos plantadores de soja e de outras culturas e dos criadores de gado, cujas terras encontram-se hoje em áreas consideradas como indígenas, a questão de como é que vai ser feita essa indenização com base única e exclusivamente em benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. Esse é um outro problema que tem também aparecido sistematicamente nos debates. Depois de fazer uma abordagem rápida e sintética sobre esses pontos todos, desde a história, a realidade de Mato Grosso do Sul e o que os atores falaram, o posicionamento do Ministério Público, da Justiça do Mato Grosso do Sul, da Justiça Federal e depois as conseqüências de ordem legal dessas ações, entramos agora nas considerações finais. Primeiro, as propostas de caráter nacional, algumas delas já discutidas amplamente quando aprovamos o relatório de Roraima, quer dizer, a necessidade da participação do Conselho de Defesa Nacional principalmente quando o assunto se referir à demarcação de terras indígenas em faixa de fronteira. Isso é absolutamente importante, já previsto, mas não utilizado e fizemos questão de reiterar porque a questão de fronteira hoje, no Brasil, é de fundamental importância, porque nas regiões de fronteira temos vivenciado o contrabando, o crime organizado, o tráfico de drogas, com conseqüências ruins para todo o país, principalmente para os grandes centros brasileiros. O segundo ponto, uma lei regulamentando o art. 20, §2º da Carta Magna, sobre faixa de fronteira. Temos uma limitação de até 150km, mas é absolutamente necessária uma regulamentação para as faixas de fronteira, fundamental, é uma questão de soberania nacional apoiar a proposta de emenda à Constituição de intervenção do Senado no processo homologatório. Isso já foi discutido quando falamos sobre o relatório de Roraima e volta novamente a esta Comissão, é um assunto sério, grave e não pode ficar restrito única e exclusivamente aos antropólogos, e a elaboração de uma lei federal sobre o processo demarcatório, contendo cláusulas que disponham sobre a impossibilidade de se declararem como indígenas as terras invadidas pelos índios antes, de ultimado o pertinente procedimento demarcatório, exatamente com o intuito de fazer o contraponto para que não ocorram invasões, porque, ocorrendo invasões, fica inviabilizada efetivamente essa definição de novas áreas indígenas e é um assunto de absoluto interesse por parte das várias etnias.

Outro ponto importante: a proposta de emenda à Constituição que permite a plena indenização das propriedades tituladas e não apenas das benfeitorias, o apoiamento do projeto de lei que institui o título; não o título de dívida agrária, seria um título de dívida indígena, que é um importante instrumento para tornar efetivas as indenizações e têm funcionado. Títulos assemelhados funcionam na Reforma Agrária.

Falamos de tópicos de caráter geral, mas, focando o Mato Grosso do Sul, entre as propostas principais, gostaríamos de enfocar que, excepcionalmente, sejam excluídas as propriedades em que haja títulos dominiais legítimos expedidos pelos Governos Federal ou Estadual, o que é absolutamente fundamental e é a realidade do nosso Estado, a faixa de fronteira de 15km, adotando o mesmo critério estabelecido para Roraima.

É evidente que vamos ter a oportunidade, Presidente Mozarildo, de fazer uma discussão maior sobre faixa de fronteira trabalhando em cima das propostas que já transitam no Congresso. Hoje, inclusive, tivemos dúvida com a Assessoria do Senado com relação a essa extensão de faixa de 15km. Existem outros argumentos que levam até a uma faixa mais extensa, de cerca de 50km, mas mantivemos assim porque vamos evoluir nesse tema ao longo das próximas semanas.

É importante registrar que estamos apresentando hoje um projeto de lei sobre o processo administrativo de demarcação. A substituição do Decreto 1.775/96, dando mais segurança jurídica às partes envolvidas, pois a eventual alteração dependerá de aprovação de lei específica e não mais de decreto. Descentralização do poder para dirigir o processo, atribuindo-o a grupo técnico especializado e não mais exclusivamente a antropólogos.

Temos na proposta, não tenho a proposta aqui, mas a nossa sugestão é de que o grupo técnico que se apóie nas demarcações seja composto por um antropólogo indicado pelo Ministério da Justiça, do quadro e não de terceiros, um advogado representando a AGU, um economista indicado pelo Ministério da Fazenda. Percebam, V. Exªs, o seguinte: as questões de história, de cultura, das etnias, o lado jurídico do processo, os impactos sócio-econômicos, a questão do Legislativo com um técnico do Senado, e um técnico, evidentemente, indicado pelo Estado. E, fundamentalmente, que todos os membros tenham que necessariamente ser servidores públicos efetivos para que não haja terceirização e não haja a possibilidade de outras pessoas, não pertencentes ao quadro de servidores públicos,

virem a opinar ou virem a estabelecer propostas num assunto tão importante.

Um outro item, no nosso ponto de vista, de destaque: a notificação pessoal dos interessados e não mais por meio de editais, obrigatoriedade de consignação no relatório do grupo técnico do parecer de todos os membros, obrigatoriedade de apreciação das impugnações apresentadas por colegiado independente.

Antes de ir à homologação do Presidente da República, a demarcação será submetida à apreciação do Senado Federal, obrigatoriedade de convocação do Conselho de Defesa Nacional quando a área demarcada estiver localizada em faixa de fronteira; anulação de todas as demarcações atualmente em curso com a finalidade de reiniciá-las em obediência ao disposto neste projeto. Imóveis invadidos não serão incluídos nos estudos de identificação e delimitação pelo prazo de dois anos posteriores à desocupação. Entidades que participarem, direta ou indiretamente, de invasões não receberão recursos públicos.

Em poucas linhas, essa é a proposta que está sendo levada à discussão pela Comissão externa do Senado presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sr. Presidente, esse é o relatório, que espero que leve efetivamente o Senado Federal à propostas concretas, objetivas e que tramitem rapidamente dentro do Congresso Nacional até porque ninguém mais pode esperar: nem o Governo Federal, acredito, nem as etnias indígenas preocupadas com essa situação, nem os produtores. O Mato Grosso do Sul, como os demais Estados, precisa de paz para trabalhar e para criar solidariedade, fraternidade e cidadania. Com isso, o Senado Federal estará prestando um grande serviço não só ao nosso Estado, mas ao Brasil.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Indago se algum Senador deseja fazer alguma abordagem. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Fico feliz por ouvir esse relatório, mas estou vendo a história se repetindo. Essas propriedades invadidas e que começaram a perder o valor, daqui a um tempo – mais um ou dois anos –, se não for dada a solução, chegará lá um técnico da Funai com uma ONG e dirão que estão fazendo uma avaliação com o intuito de indenizar. Eles convencem os produtores pois são pessoas simples. Eles farão uma avaliação mínima dentro das condições que já estão. Depois disso, eles se desestimulam, para de investir, ficam com medo de fazer algo e vão decaindo. Quando eles já estiverem bem miseráveis e quase nem mais plantando, chega uma ONG ou a Funai para comprar o título de propriedade. Fizeram e estão fazendo isso na Raposa Serra do Sol até agora, em Normandia, onde havia alguns títulos. Isso vai acontecer no Mato Grosso também se não tomarmos uma atitude e não resolvermos o problema.

Quanto à faixa de fronteira, é ótimo que isso tenha voltado a ser discutido. Esse negócio de área contínua entre o Brasil e outro país com a mesma etnia indígena serve para, futuramente, criar um estado indígena, o que as grandes ONGs querem fazer.

Pergunto a V. Sª se, no Mato Grosso, as áreas indígenas também são alocadas em cima de reservas minerais. É o que acontece em meu Estado. Em Roraima, toda área indígena é em cima de uma província mineral. É capaz de, no Mato Grosso, haver algo bom e que ninguém está sabendo na nova área indígena.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Senador Augusto Botelho, respondo a V. Exª o seguinte: a situação, em nosso Estado – o Senador Juvêncio da Fonseca é uma pessoa que tem debatido muito isso permanente e sistematicamente –, é grave, conflituosa e exige uma ação muito rápida. Por isso, tomamos a decisão de apresentar um projeto de lei. Se for possível – estamos analisando isso –, iremos dotá-lo de urgência urgentíssima, fazendo com que matéria tramite rapidamente na Comissão de Assuntos Econômicos ou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Precisamos avaliar bem como podemos dar, Sr. Presidente, encaminhamento a esta questão exatamente com o intuito de que, se não viabilizarmos imediatamente uma legislação, entraremos num processo muito parecido – e isso já está acontecendo – com o de Roraima: depreciação das terras, decadência. Começamos um processo que desestimula quem produz, principalmente num Estado muito focado no agronegócio, como é o Mato Grosso do Sul, que tem uma pujança forte na pecuária, agricultura e agroindústria.

Essa é a razão do projeto de lei, que contém medidas duríssimas exatamente com o intuito de disciplinar e tranqüilizar não só o Estado em si, mas também o restante do País, e lá em Mato Grosso do Sul a realidade é um pouco diferente da realidade lá de Roraima, onde vemos nitidamente essa presença de bens minerais nas áreas indígenas. Mato Grosso do Sul tem um perfil um pouco diferente de Roraima. As nossas áreas minerais mais ricas ficam na região de fronteira, lá na minha cidade, em Corumbá, é minério de ferro e manganês basicamente. Não temos riquezas minerais tão intensas, de uma maneira tão generalizada como se verifica em Roraima. Mas acredito que com esses instrumentos podemos encaminhar rapidamente soluções definitivas para um problema que

aflige a todos nós sul mato-grossenses e tem tirado o sono de muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para continuar a discussão, concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, prezados companheiros, primeiro a minha palavra é de parabéns a este relatório que é um verdadeiro tratado sobre a questão indígena do Mato Grosso do Sul.

O Senador Delcídio, com inteligência, com uma boa equipe de trabalho e que parabenizarmos, traz para o Brasil um documento precioso para analisar não só a questão de Roraima mas especialmente o meu Estado Mato Grosso do Sul que o Estado está vivendo uma aflição muito grande, uma aflição um pouco diferente de Roraima. Em Mato Grosso do Sul temos a questão fundiária mais ou menos regularizada onde existem dúvidas sobre a legitimidade de títulos na faixa de fronteira, aquela faixa de fronteira que foi conquistada pelo homem sul-mato-grossense, que lá fincou sua propriedade, sua atividade econômica, e garantiu a soberania nacional, e que, às vezes, se vê até perplexa diante da legislação atual que não lhe dá tranqüilidade fundiária em razão da falta de ratificação dos seus títulos, que foram alienados pelo Estado quando deveria ser pela União. Fato de somenos importância. Mas o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul é a tentativa das aldeias indígenas de expansão, praticamente de expansão. São propriedades não tão grandes como é Roraima, propriedades, às vezes, pequenas mas tituladas. Essa que o Juiz Odilon de Oliveira sentenciou lá de ... eram onze ou doze propriedades, todas tituladas, todas invadidas, todas depredadas pelos índios. Tituladas há muito tempo, há 30, 40, 50 anos e em plena atividade de terra produtiva. A pretensão da Funai, que incentivou essas invasões, está claro isso lá em Mato Grosso do Sul, era propiciar a oportunidade de uma expansão da aldeia. Agora para propiciar a expansão da aldeia não precisa invadir terra de ninguém. Vamos tratar da questão legislativa primeiro, de autorização legislativa para que o Estado possa sim dar guarida a essa pretensão. Sabemos que há certas aldeias que necessitam até de uma expansão; outras sabemos que é mera pretensão, é para criar conflito, tem 800 mil hectares, 1 milhão de hectares e quer mais 500 mil hectares, com a densidade indígena pequeníssima, como foi dito aqui pelo garimpeiro nesta reunião é que, numa das reuniões de audiência pública, se pretendia expandir a área demarcada justamente para alcançar as reservas minerais que fala o Senador Augusto Botelho, colocar a mão nessas reservas.

Mas o relatório está muito bem colocado, é um tratado espetacular, primoroso, e só faria o seguinte: gostaria, por uma questão de encaminhamento, que na questão da participação do Senado Federal, nas demarcações que fossem explícitas aqui a PEC, é PEC ou projeto de lei, não sei se é do Mozarildo, já explicitando o número dela, porque já começa com instrumento proposto, especificamente até para que identifique onde está a legislação onde está sendo proposta. Como também nesse item "e" apoiar a proposta de emenda à Constituição que permite a plena indenização das propriedades tituladas e não apenas das benfeitorias.

Que não é só de minha autoria, mas de mais de 27 Srs. Senadores. Eu fui o primeiro signatário e me envolvi para que houvesse essa PEC que acrescenta o § 8º ao art. 231 da Constituição, permitindo que nessas áreas tituladas, tituladas com posse mansa e pacífica por mais de dez anos pelos proprietários atuais, se houver interesse da União para dirimir conflito de invasão de índio e discussão de terra indígena e etc, propicia à União uma autorização constitucional que possa indenizar o legítimo proprietário que tenha o seu título registrado e dar a composição social entre o índio e o proprietário rural, permitindo que os índios expandam as suas aldeias ou a sua aldeia, mas mediante régia indenização da terra nua e das benfeitorias, que já são autorizadas hoje.

Então, diz assim o § 8º proposto pela PEC nº 003, de 2004, disposto no § 6º deste artigo que não permite indenização da terra nua e só das benfeitorias de boa-fé e traz outros princípios também de anulação, anulabilidade ou nulidade de atos jurídicos relativos a terras indígenas – diz assim:

> "O disposto no § 6º deste artigo não se aplica aos títulos de domínio expedidos e devidamente registrados com posse mansa e pacífica por mais de dez anos consecutivos, cujas áreas poderão ser desapropriadas para demarcação em favor da comunidade indígena na forma da lei".

Como pode também tirar essa "na forma da lei". Mas aqui é o permissível. É a permissão legal para que a União chegue lá em Japorã – MS, chegue nas outras áreas, Dois Irmãos, Sidrolândia e todas aquelas regiões e diga assim: o índio invadiu, a terra não é dele! Mas eu, Estado, eu União, quero compor essa situação. Vamos desapropriar, indenizar o proprietário e deixa o índio aí. Tudo Bem. Agora, o que não pode continuar acontecendo é o que ocorre hoje. O índio invade a terra titulada, título, comandado por encapuzados, criminosos juntos com os índios, Ongs

às vezes facilitando esse processo, a Funai por trás desse processo de expansão das aldeias agindo ao arrepio da lei, invadindo, desalojando os verdadeiros proprietários.

Em Mato Grosso do Sul são propriedades pequenas. Há pessoas lá, famílias que são proprietários de 50 hectares junto com as outras naquela região que são colocados para fora da sua propriedade, onde vivem com a sua família e tiram dali o seu sustento. E para esse pessoal que é expulso das suas áreas não existem as cestas dadas pelo Estado. Apenas para o índio. Existe para o sem-terra. Existe para todos os desamparados, mas para o desamparado desta hora da expulsão da sua área de pequena propriedade não existe amparo nenhum. Fica de uma hora para outra sem nada, sem a terra para trabalhar, e são vocacionados para a terra, sem a sua colheita que é iminente às vezes. Essa colheita é destruída, é carregada, a casa é destruída e fica-se sem nenhuma indenização.

Então, essa PEC propicia justamente essa indenização pela União.

Eu me lembro, aqui, de numa audiência pública, que era um assunto que estávamos conversando sobre o Incra, faixa de fronteira etc. Falei sobre essa PEC para o Ministro da Justiça Thomaz Bastos, que era... Creio que essa PEC resolveria o problema, estava aqui também o Presidente da Funai, ele disse que era contra essa PEC pelo seguinte fato: "É que a União não tem dinheiro para pagar as indenizações das terras".

O Ministro da Justiça não pode dizer isso, Senador Delcídio Amaral e Senador Mozarildo Cavalcanti. A União tem que ter dinheiro sempre. Arranje de onde tiver de arranjar para compor uma situação que seu povo pede proteção. É igual à indenização de uma área para a reforma agrária. Não há diferença. A indenização é a mesma coisa. É o grande interesse social de compor essa situação terrível, difícil, injusta que está acontecendo entre índio e não-índio. Mas o Ministro da Justiça dizer que é inviável, que é contra, bater nota técnica contra porque não tem dinheiro para a União fazer essa indenização?! Não é esta a justificativa de forma nenhuma.

Então, eu pediria, se possível, essas duas ressalvas, tanto na questão da participação do Senado ao fazer referência à proposta legislativa quanto a essa da indenização plena da área invadida em favor dos produtores. Peço que se acrescente na PEC nº 003/2004 para que se possa direcionar, objetivamente, a Proposta Legislativa que está aí à disposição do Senado Federal.

No mais, mais uma vez, quero elogiar a Presidência desta Comissão tão bem exercida pelo nosso Senador Mozarildo Cavalcanti que começou lá em Roraima, sua terra, seu norte, e acabou chegando a Mato Grosso do Sul e, aí, basta chegar, também, até ao Paraná. E a condução de V. Exª nesta Comissão, até agora, com determinação e com presença, nos cutucando e dando telefonemas – Temos que fazer! – foi muito importante e muito necessária a inteligência de V. Exª por ter escolhido o nosso Senador Delcídio Amaral para ser o Relator. Isto foi significativo e importante.

Penso que o País – o Executivo e, também, o Legislativo – tem que aproveitar esse trabalho. Esse trabalho não pode ficar solto, aí, perdido nos Anais do Senado. Seria uma incompetência nossa se não aproveitássemos esse primoroso trabalho.

Parabéns pelo que foi feito.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Obrigado, meu caro conterrâneo, Senador Juvêncio da Fonseca. Vamos incorporar as sugestões de V. Exª, porque são absolutamente pertinentes e dizer, Senador Juvêncio da Fonseca, que V. Exª tem trabalhado muito e, ao longo de todos esses anos, tem sido uma pessoa extremamente atenta com relação às questões indígenas. Como um homem que está sempre ligado nos anseios do seu povo, o senhor tem defendido, permanentemente, a busca da paz e a busca de soluções sensatas e equilibradas para que, exatamente, Mato Grosso do Sul cumpra seu papel para com os seus filhos e com o futuro. Disso, não há dúvida alguma.

Agradeço as sugestões que serão incorporadas ao Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PPS-RR) – Com a palavra o Senador Waldir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, não conheço profundamente a situação fundiária do Mato Grosso do Sul, mas tenho certeza de que o Relator trabalhou com brilhantismo e com muita competência e, acima de tudo, com responsabilidade.

Essa questão fundiária de Mato Grosso, com certeza, após esse Relatório, será outra – vai trazer mais tranqüilidade para o povo de Mato Grosso. Assim como espero, na questão de Roraima, a questão de Rondônia – estaremos lá nos dias 17 e 18, fazendo um trabalho junto à reserva indígena Cinta-Larga e junto à reserva Roosevelt. Há, também, outros assuntos que deverão ser abordados sobre reservas que foram alteradas porque expulsaram centenas de produtores com títulos de 30 anos – no Projeto Burari, na região de Ariquemes, com títulos de 30 anos –, e essas famílias ficaram lá sem pai e sem mãe, sem indenização, sem as suas propriedades e, até hoje, as autoridades federais ainda não resolveram esse problema.

Esta Comissão, Sr. Presidente e Sr. Relator, está de parabéns por esta iniciativa que começou leve e devagarzinho e já está chegando ao Paraná, a Santa Catarina, a Rondônia, a Mato Grosso e a Roraima e, por que não dizer, a todo o Brasil? Tenho certeza de que os problemas eram tantos e acumulados, a demanda reprimida era tão grande que, a todo o momento, chega à Comissão pedidos e mais pedidos para que a Comissão estenda a sua atuação a outros Estados da Federação. Então, estava na hora mesmo de o Senado se posicionar sobre esta questão tão grave e tão delicada que é a questão fundiária do nosso País.

Parabéns, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PPS-RR) – Antes de colocar o Relatório em votação, concedo a palavra ao nobre Relator para as suas considerações finais.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, eu só gostaria de, pegando um pouco uma carona no que o Senador Augusto Botelho, o Senador Juvêncio da Fonseca e o Senador Valdir Raupp comentaram. Com esse Projeto, precisamos olhar e fazer uma avaliação clara de como vamos encaminhá-lo para que ele tenha efetividade.

Entendo que esta Comissão, Sr. Presidente, tem pautado a sua atuação na efetividade, na objetividade e na concretização dessas ações. Precisamos avaliar muito bem como vai ser o encaminhamento dentro do Senado para que efetivamente aprovemos essas propostas, que vão ser fundamentais para o País, principalmente para os Estados que têm áreas em conflito.

Para encerrar, na próxima semana iremos a Rondônia, finalmente, não é, Senador Valdir Raupp? Estou programando com a nossa equipe, que sempre tem nos ajudado muito, uma equipe competente que procura se esforçar, trabalhar, buscar as melhores soluções, para que essas propostas sirvam de orientação e de caminho para tudo aquilo que foi diagnosticado nessas audiências públicas. Pretendemos apresentar o relatório de Santa Catarina na semana seguinte à visita a Rondônia.

Em princípio, Senador Mozarildo, o que eu gostaria de sugerir é que, na quarta-feira seguinte à visita a Rondônia, nós apresentássemos para aprovação da Comissão Externa do Senado o relatório de Santa Catarina para colocar absolutamente em dia a nossa pauta e, depois da visita de Rondônia a comissão e a equipe técnica ficarem focadas principalmente naquilo que está sendo levantado e diagnosticado com relação ao massacre na reserva do Roosevelt e às questões indígenas associadas a Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Coloco em votação o relatório apresentado.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado com louvor.

Quero, antes de encerrar a reunião, fazer alguns registros. Primeiro, esta Comissão, atendendo a requerimento lido na sessão do Senado do dia 25 de março, também irá ao Estado do Mato Grosso, atendendo a requerimento do Senador Jonas Pinheiro. Também já estamos apurando Rondônia e iremos visitá-la na próxima semana. Estamos indo também, por conta de requerimento dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, ao Estado do Rio Grande do Sul e, por requerimento dos Senadores Luiz Otávio e Duciomar Costa, ao Estado do Pará.

Portanto, a Comissão teve o seu trabalho bastante ampliado e fico até satisfeito, porque isso demonstra que realmente, como foi dito aqui, havia já uma demanda represada e o Senado estava, eu diria, se omitindo até, de efetivamente assumir o papel, por tratar-se de uma questão que, entendo, federativa, e portanto completamente ligada às atribuições do Senado Federal.

Portanto, estamos concluindo tanto o relatório de Roraima quanto do Mato Grosso do Sul e se mostrou efetivamente a necessidade de se fazer um trabalho isento, um trabalho que pudesse ouvir todo mundo e não apenas ter a versão de um lado ou somente do outro lado. Creio que, ao final, vamos realmente produzir um trabalho que seja bom para todo o País, respeitando, evidentemente, as peculiaridades de cada Estado.

Quero também avisar – embora vá chegar a cada gabinete – que amanhã, às 17 horas, vamos ouvir o Presidente da Funai a respeito de Rondônia e/ou outros assuntos que a Comissão julgar interessante em outra reunião.

A presente reunião está encerrada, com louvor à aprovação do relatório do Senador Delcídio Amaral sobre o Mato Grosso do Sul

(Levanta-se a reunião às 18h26min.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF

"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO DO SUL, RONDÔNIA, MATO-GROSSSO, MARANHÃO, RIO GRANDE DO SUL E PARÁ INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS E APRESENTAR AO SENADO RELATÓRIO MINUCIOSO DE SUA MISSÃO".

Ata da 13ª Reunião realizada em 16 de junho de 2004.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas e vinte e cinco minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com a presença do Senador Delcidio Amaral e Valdir Raupp, membros, e ainda com as presenças dos Parlamentares não membros Senadores Augusto Botelho e Paulo Elifas, reúne-se a Comissão Especial Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima, Santa Catarina, Mato-Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul e Pará, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados e apresentar ao Senado relatório minucioso de sua missão". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente Reunião tem por finalidade ouvir a exposição do Presidente da FUNAI, Dr. Mércio Pereira Gomes. O Senhor Presidente convida o expositor para tomar assento à Mesa dos trabalhos, concedendo a palavra ao expositor para suas considerações iniciais. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Valdir Raupp, Paulo Elifas e Augusto Botelho. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Delcidio Amaral para questionar ao expositor. Ao término, o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. Mércio, pela contribuição com os trabalhos da Comissão, declarando encerrada a presente reunião. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003, do Senado Federal, com a finalidade de ir aos Estados de Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rondônia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Pará, a fim de levantar questões fundiárias relacionadas a terras indígenas.

Solicito aos Srs.Senadores a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado. (Pausa.)

Portanto, está aprovada a ata.

Informo que a reunião desta Comissão destina-se à exposição do Presidente da Funai, Dr. Mércio Pereira Gomes, especificamente sobre o Estado de Rondônia, mas, evidentemente, podendo, se assim desejar, abordar questões dos outros Estados já visitados ou até mesmo os que iremos visitar.

Convido, portanto, o Dr. Mércio a tomar acento à mesa dos trabalhos.

Concedo inicialmente a palavra ao Dr. Mércio, Presidente da Funai, para as suas considerações e explanações sobre a questão das terras indígenas, no Estado de Rondônia, especificamente sobre a Reserva Roosevelt e os incidentes ocorridos, que são fatos notórios e publicados amplamente pela imprensa.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Sr. Presidente desta Comissão Temporária Externa, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr. Secretário desta Comissão, Senador Delcídio Amaral, Sr. Senador Augusto Botelho, Senhoras e Senhores, é uma satisfação muito grande estar aqui presente nesta Comissão para traçar um quadro, apresentar algumas idéias sobre a questão indígena no Brasil, especificamente sobre a questão indígena em Rondônia.

Talvez seja importante, já que essa Comissão foi criada inicialmente para tratar da questão de Roraima e Mato Grosso do Sul, sobre os quais já tive a oportunidade, em uma ocasião, de falar e rememorar esses acontecimentos nesses Estados, o que nos levou a vir aqui naquela ocasião, antes de entrarmos no caso de Rondônia.

Trouxe aqui comigo um mapa das terras indígenas brasileiras e gostaria de ter a licença do Sr. Presidente para que possa mostrar a esta Comissão, para que sirva de parâmetro e de base para as minhas explicações mais gerais, antes de entrarmos no caso específico.

Já disse, em outras ocasiões, que é uma honra e uma glória para o Brasil estar no processo de finalização de demarcação de suas terras indígenas. Na conclusão desse processo, teremos cerca de 12,5% do território nacional demarcado como terras indígenas, dentro da Constituição brasileira, com os direitos garantidos de imprescritibilidade, de inviolabilidade e de exclusividade do usufruto dos bens dos territórios indígenas, sem que haja uma propriedade da terra.

Estou querendo fazer, para o próximo ano, uma reunião com todos os órgãos indigenistas das Américas, para fazermos uma avaliação de como está a questão indígena nas Américas, em que pé estão as situações nos diversos países, desde o Canadá, que se orgulha de ter mais de 30% do seu território como terras indígenas, entre as quais inclui naturalmente as terras dos índios Inuit, que antigamente eram chamados de esquimó, terras do Ártico, passando pelos Estados Unidos que têm menos de 1% do seu território de terras

indígenas e que teve um processo de destruição dessas populações muito forte a partir da expansão para o oeste e passando por países em que, praticamente, não há índios ou muitos poucos, como em Costa Rica e, ao final, chegando à Argentina. E em preparação para esta reunião maior, eu queria fazer uma reunião só dos países limítrofes ao Brasil. Teve uma reunião preparatória, agora na Colômbia, que eu mandei o meu diretor de assuntos fundiários, para verificar na avaliação dele, como está essa situação. Como a Colômbia tem feito, como a Venezuela, o Peru, o Brasil, fazendo essa primeira avaliação. E os colombianos vêem com muito orgulho quase 20% do seu território demarcado como terras indígenas, mas com uma legislação completamente diferente. Sobre essas terras indígenas, os índios, não necessariamente têm usufruto exclusivo. Tem terras indígenas em que a presença de empresas ou de fazendas é aceita pelos índios. Mas, por outro lado, os índios da Colômbia têm direito político sobre o seu território, que não existe no Brasil da forma em que a gente concebe. As terras indígenas no Brasil são em enclaves federais, nos Estados e nos Municís. E é a legislação específica nossa. Lá, as terras indígenas são uma terceira categoria depois dos Departamentos, que são equivalentes ao Estados, às Municipalidades e uma outra categoria chamada Entidades Territoriais Indígenas. Em que eles têm, como... se quiserem ser Municípios, eles são; se quiserem ter uma Câmara, têm uma Câmara... a representação que aceitarem é a que fazem. E eles estão muito orgulhosos desse avanço na sua legislação. Por outro lado, nós temos em alguns lugares, como no Peru, uma legislação e uma atualização em que o Estado doa terras, pedaços de terras para aldeias, por aldeias. Essas aldeias podem fazer o que bem entenderem com as suas terras. Vendê-las, arrendá-las, alugá-las a empresas... e nesse sentido o Peru quer se espelhar no Brasil, porque está havendo uma pressão imensa no Peru Oriental, amazônida, por conta da chegada facilitada que existe para madeireiros e para garimpeiros que pressionam sobre essas terras, fazem acordos com os índios e estão devastando de uma forma quase absoluta aquela região, estão pressionando índios isolados a entrar no Brasil por conta dessa fronteira difusa que existe no Brasil, inclusive um funcionário nosso da FUNAI, há três semanas, foi flechado por um grupo de índios isolados, que alguns anos vem entrando na fronteira do Brasil etc e pressionados por madeireiros. Então eu queria ter uma reunião, estou entrando em contato, queria ter o apoio do Senado para isso, vamos fazer uma avaliação das políticas indigenistas da América Latina, um reconhecimento das políticas indigenistas das Américas. Porque embora cada país tenha a sua política, dado às questões de globalização, as influências exteriores, estão chegando de um modo muito consistente em todos esses países, e está havendo um reagrupamento dessa relação dos países com os povos indígenas, tal qual as legislações dos nossos países sobre assuntos variados como economia. Nós atravessamos todo esse período de neoliberalismo que houve uma determinação internacional pelo Consenso de Washington e por um movimento que derivou, teve como seu fulcro as determinações de uma política americana e inglesa sobre o capitalismo.

Então, no mapa do Brasil, queria mostrar aqui para se ver, que dá para entender não somente a nossa história, ele torna visível a nossa história, como reflexo da história indígena e mostra também os pontos em que o Brasil pode avançar, encontrar um reequilíbrio do seu passado, da sua relação com os povos que aqui eram autóctones e que determinaram, de vários modos, natureza da colonização portuguesa.

O que vocês verão aqui é uma divisão entre a Amazônia e o resto do Brasil, sendo a Amazônia um pouco mais de 50% do nosso território. Nela estão 95% da extensão das terras indígenas e aproximadamente 60% dessas terras.

Elas compreendem, agora, cerca de 22% da Amazônia, um milhão de quilômetros quadrados estão nessas terras, e os cem mil quilômetros é onde está o resto do Brasil. Então é uma diferença substantiva que demonstra o processo de colonização arrasador brasileiro do litoral e da sua parte central até Minas Gerais e a Bahia; e como no processo de expansão da Amazônia, que foi se dar a partir da década de 20, 30 é que os enclaves, a existência de povos indígenas foi permitindo o reconhecimento dessas terras como terras indígenas, aí nós temos essa condição.

O Brasil talvez não seja o País que vai garantir aos seus povos indígenas a maior porcentagem do seu território, se considerarmos que 30% do Canadá é indígena, e que talvez 18 a 20% da Colômbia seja indígena, mas certamente será o País que vai garantir com mais certeza a incolumidade dessas terras.

Esses pedaços de terra que estão aí, em amarelo, significam que elas já foram demarcadas, homologadas e registradas nos cartórios.

As que estão em vermelho é que estão em processo de demarcação, conclusão e ainda para serem homologas.

E as verdes é que estão em processo de identificação.

Então o que temos aí é um afunilamento, um processo conclusivo de demarcação. Todas as grandes áreas, exceto Trombeta-Mapueras e a terra indígena Deni, já foram demarcadas e estão em processo de

homologação. Esse é o caso da Raposa Serra do Sol, que está nesse assoreamento, que é o ponto mais setentrional do Brasil.

Em vermelho, está aqui essa terra indígena do Mundurucu, de 2.300 milhões hectares, que foi homologada, recentemente, pelo Presidente Lula, 2.310 milhões de hectares. De modo que temos o processo de Baú com 1.530 milhão hectares que, está em processo de conclusão de demarcação, tem sido objeto de críticas, por parte do Ministério Público, uma ação que foi retraída por parte dessa área, quando, na verdade, foi uma reavaliação que os próprios índios fizeram em relação aos sem teto.

Temos aqui, está em processo de início de demarcação, terra indígena Apitereua, dos índios Paracanã. Tem aqui na terra do meio e nessa onde vai até 163 um conjunto de terras em processo conclusivo, em processo de demarcação no rio Iriri, que é um afluente do rio Xingu. Cuatá-Laranjal já foi homologado também, recentemente. Então é para estar em cor amarela, assim como o Mundurucu.

De modo que o que senhores estão vendo aqui é uma pintura amarela praticamente, 12% do território brasileiro, 22% da Amazônia. Raposa Serra do Sol está aqui nesse limiar de conclusão, que acredito, uma vez mais, digo com todo respeito aos Exmºs Senadores da República pelo Estado de Roraima, que será homologada em breve. Então, temos esse processo em continuidade, com as pequenas partes.

Vemos que aqui está a grande parte da terra brasileira. Acredito que chegaremos a esse ponto conclusivo no final deste Governo, senão, proximamente, haverá essa conclusão, o que será uma honra de nossa geração, dessa Legislatura do Senado. E penso que esse processo iniciado com a República e o espírito republicano deste País merece o apoio do Senado nos termos em que está.

Nesse sentido, não li o artigo, mas já sabia porque saiu em jornais, que uma das proposições que está sendo colocada aqui ou está cogitada é de que as demarcações de terras indígenas em fronteira voltem para o Creden, sejam passados pelo Creden e também pelo Senado.

E quero, com toda sinceridade, com toda a objetividade, dizer que sou contra essa proposição, se é que ela vai ser votada como está, porque vejo a conclusão desse processo acontecendo. E uma vez feito isso, a repactuação da relação do Brasil com os povos indígenas. O pagamento de uma dívida histórica feito, realizado, de um processo de colonização deste País e conclusivo em pouco tempo. E a repactuação dessa relação, o reconhecimento da existência desses índios no Brasil, da sua continuidade étnica, do seu crescimento demográfico é uma honra e uma glória para o nosso País.

Penso que o Senado, o Congresso Nacional, juntamente com o Executivo e o Judiciário, deveriam entrar num acordo para dar finalidade e conclusão a esse processo, porque daí por diante teremos uma nova repactuação dessas relações.

Embora digamos que ainda falte 30%, é porque são pequenos pedaços de terra, e aqui é onde eu entro fora dessa Amazônia. São 30% em números, se for em termos de extensão e se tivermos concluído Raposa Serra do Sol, Trombetas– Mapueras e essas outras que têm um certo tamanho, chegando a 500, 600 mil hectares, estamos em 92%, 93% de extensão de terras já demarcadas.

Em Rondônia está praticamente concluído o processo. Rondônia tem em torno de 22% do seu território, Senador – algo assim. Mato Grosso tem 18% a 19%. Roraima tem 47%, que é o que possui mais. O Estado do Amazonas tem 25%. A Amazônia como um todo tem 22%. O Pará... O nosso querido Estado do Mato Grosso do Sul não chega a 3% do seu território, sendo o segundo Estado em população. E isso ao contarmos a grande terra dos índios Kadwell, que são os antigos Guaicuru, um dos povos que mais ajudaram o Brasil na Guerra do Paraguai, junto com os índios Terena.

Recentemente, até para pensar um pouco nisso, comprei o livro do Visconde de Taunay, A Retirada da Laguna, um dos clássicos da literatura brasileira, em que eles saem de Aquidauana e entram, penetram no território paraguaio e depois rapidamente têm que voltar, porque essas dificuldades, é um desastre, em que saem mil e seiscentos soldados e voltam seiscentos, quinhentos soldados, acossados pelos paraguaios e tudo mais, em que estavam presentes Kadiweu e Terena, e que nem era numerado, engraçado. Soldados, mil e seiscentos, índios, um monte, e mulheres. Que não são numerados. Você não sabe quantos índios estavam nem quantas mulheres, mas as mulheres acompanhavam os seus maridos, mas era aquele tempo em que o que valia era só o numerário de soldados. Mas isso é uma coisa importante. Por isso é que essa terra foi consignada até com antecedência, o povo Kadiweu foi o único povo brasileiro que fez um tratado, assinou um tratado com o Vice-Rei de Portugal no Brasil, em 1791, no Rio de Janeiro.

Porque eles dominavam toda essa parte do Mato Grosso e do Charco Paraguaio, que era antes o Charco Paraguaio. E isso é o que permitiu e que valorizou a entrada desse "pedação" de Brasil aqui para o Brasil, que era espanhol. Foi a aliança dos Kadiweu com o Vice-Reinado do Brasil no Rio de Janeiro, em 1791. Nunca, depois, ou antes, o Brasil, por meio de portu-

gueses ou por meio da cultura brasileira, fez tratados com povos indígenas. Essa é a prática inglesa. Foi assim que os ingleses instalaram nos Estados Unidos e no Canadá. A prática espanhola, Ibérica, portanto em geral, não fazia esse tipo de concessão, esse tipo de relacionamento, mas fez com os Kadiweu. É uma terra que tem quinhentos e treze mil hectares, porque as demais terras aqui, que são dos Guarani e uma pequena parte dos Terena, são pequenas terras demarcadas em alguns momentos históricos, no sentido antigo de lote, que é o sentido de gleba, que é o sentido de sesmarias, que eram doadas no século XVII e XVIII a povos indígenas, em geral com um tamanho que se dizia assim: uma légua de testada, isto é, na beirada do rio, por três léguas de fundo, ou duas léguas em quadra, ou uma légua em círculo. Era assim que eram dados. E foi mais ou menos, ainda no Brasil, quando começou essa demarcação. Depois da entrada de Orlando Villas Bôas, do Parque Nacional, de Darcy Ribeiro e Rondon etc., que se começou a pensar em territorialidade. E o Parque Nacional do Xingu foi a primeira grande terra que surgiu depois dos Kadiweu, repercutindo essa nova visão.

Portanto, vê-se aqui Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, que foi aqui objeto também de uma conversa nossa com o Senador Leonel Pavan, que estava conosco, os problemas que teremos mais adiante com Santa Catarina e com Mato Grosso, porque são os índios Guarani, índios testemunhos, índios presentes desde então, que foram colocados em pequenos lotes de terra, inicialmente com três mil e seiscentos hectares, isto é, uma légua em quadra, e às vezes era uma légua em retângulo, que dava três mil e seiscentos hectares, uma légua considerada, grosso modo, de seis quilômetros. E que até foram retraídos, porque havia acordo: Não, eram só vinte índios, eram só trinta índios, era não sei o quê. Aí se retraiu naqueles cantinhos etc. E vamos, infelizmente, e digo, com toda a lealdade ao Senado, que vamos ter problemas mais adiante, e a Funai vai estar ao lado dos índios nessa defesa. Estamos procurando uma solução melhor que possa contribuir para a paz nessa região de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, em áreas que já foram antecipadas, em estudos com dez, quinze anos. Porque não estou mais levantando novos estudos de áreas, estou fazendo aquilo que foi antecipado, feito há dez, quinze anos, porque o dever de lealdade do Presidente da Funai é de trabalhar pela conclusão dessas terras aí, em que vamos infelizmente ter problemas.

Portanto, completando esse painel, temos umas breves relações aqui no Rio Grande do Sul, uma área aqui, acolá que também têm litígio. Tem aqui no Nordeste, em Pernambuco, uma outra área que foi ampliada, um outro grupo indígena que apareceu, demandando uma proteção e um reconhecimento da Funai e que vamos estar ao lado. Há muito mais demandas, e é preciso que o Senado saiba disso, tem demandas trazidas por ONGs, por outras organizações que chegam a 170 terras novas, por aí, de povos indígenas chamados ressurgidos que estão aparecendo, e que a Funai faz um estudo para ver se ele responde à conceituação do Estatuto do Índio e a à Convenção 69 da OIT, isto é, se se auto-reconhece como índio, se têm tradições de índios, são reconhecidos como índios por não-índios. Essas três condições são essenciais, está na OIT, porque, às vezes se supõe que basta que você se auto-reconheça. Na OIT diz assim: "É fundamental o auto-reconhecimento para que seja reconhecida a identidade indígena". Seria como se o senhor dissesse: eu sou índio, então, a Funai tem que reconhecer. Era assim que estavam querendo que fosse. Com isso, vários processos de índios que estavam sendo reconhecidos simplesmente porque diziam que se auto-reconheciam como índio. Onde estava sua tradição? Qual a sua relação com o passado? Eram antes reconhecidos ou não como índios? São pontos essenciais e estavam querendo excluir esses critérios do processo de reconhecimento. Estamos avaliando isso. É o caso, por exemplo, como este dos índios Craô-Canela, que talvez V. Exªs tenham visto na televisão, uma área que não é reconhecida pela Funai, foi feito um estudo, não há ainda evidências de que sejam, e, num caso deste, vão ter que ser retirados, porque não há evidência de ser terra indígena.

Então, quero dizer isso também para mostrar que não há um radicalismo **tout court** sobre demarcação de terras. Temos que seguir as determinações do Estado brasileiro, da Constituição e da tradição que há do que é ser índio no Brasil. Ser índio no Brasil não é ter sangue exclusivamente nem unicamente, mas ter tradição, ser etnicamente constituído, se não, teríamos de acordo com as genéticas brasileiras cerca de 30% da população de sangue indígena, e ser índio é ser cultural, é ter um sentimento, seja de coletividade, seja de relação com o passado, seja de oposição cultural, seja de complementaridade, mas que seja reconhecido assim. Desse modo é que penso que o Brasil está dentro da sua tradição de ter uma cultura hegemônica, mestiça, forte de ter também nas suas relações, nos seus entrepassos, nos seus desvãos, para usar uma imagem de Guimarães Rosa, ter os povos indígenas como parte essencial, constitutiva e permanente da sua população.

Bem, então, era esse pano geral que eu queria dar e poderei atender a mais questões.

Agora, está na minha pauta falar um pouco sobre Rondônia. Como vimos, temos em Rondônia quase todas as terras demarcadas, se não me engano, tem uma chamada Omereque que está em processo de reconhecimento e demarcação. E há uma série de medidas, de vontades e de demandas de ampliações de áreas que foram demarcadas, algumas de maneira errada, etc., que estamos avaliando de algum modo. Bem, então, Rondônia entrou em pauta muito fortemente por causa dos Cintas-Largas e do caso da morte dos garimpeiros. Sei que o Senado tem feito um esforço muito grande, esta Comissão também, para ouvir todo mundo, penso que ouviu com profundidade os reclamos dos garimpeiros, do Governador do Estado, dos administradores, da Polícia Federal que estava presente, o nosso Coordenador daquele processo, na ocasião, foi convidado para vir, eu o retirei da área, devido a perigo de vida. E ele foi ouvido numa sessão mais constrita a Senadores. Não sei quem estava aqui presente. Se o Senador Valdir Raupp estava presente. Foi uma reunião secreta. Eu acho que o Senador Mozarildo Cavalcanti estava presente – do Valter Bloss. Então, ele foi recebido, eu acho que todos estavam. Quer dizer, então, eu acho com as informações devidas sobre esse assunto.

Eu não sei se V.Exª querem que eu dê algum detalhamento a mais, alguma coisa que eu possa saber. Eu acho que todos os Srs. Senadores já sabem de todos os acontecimentos que vêm acontecendo, que aconteceu, os anos anteriores isso, o processo de demarcação dos Cinta-Larga, do seu contato, o processo de expansão da sociedade rondoniense naquela área, a antecedência da retirada de madeiras, a descoberta dos diamantes, a entrada de garimpeiros, o uso que estavam fazendo durante dois, três anos, a retirada dos garimpeiros, os conflitos internos entre garimpeiros e índios.

Eu acho que dei uma apresentação na Câmara em que um Deputado trouxe um número de 52 pessoas que haviam sido mortas, que é contando os 29 garimpeiros, mais os outros que morreram. Houve atribuições de que todas essas mortes teriam acontecidas por conta ou perpetradas pelos índios. Há evidências muito fortes de que muitas dessas mortes, anteriores às dos garimpeiros, aconteceram entre conflitos de garimpeiros, que é bastante freqüente. De modo que acho que esses dados estão aí presentes.

O que nós temos agora? Nós temos agora uma equipe da Polícia Federal, do Gabinete de Segurança Institucional, do Ibama, do DNPM, que estão presentes, lá, há algum tempo, desde abril. Infelizmente, isso aconteceu pouco depois. Estavam todos os planos dessa operação, em Rondônia. Mas o acontecimento se deu, no dia 6 ou 7 de abril, e a operação foi desencadeada, estava planejada para o dia 15. Foi, digamos, um dos atrasos, um dos descompassos de datas que infelizmente resultou nessa tragédia imensa para o Brasil e motivo de muito sofrimento por parte das famílias e de reflexão por parte de todos nós.

Eu acho que os índios pararam de garimpar. Não há mais presença de garimpeiros e dos índios também. Há uma pressão para se reabrir o garimpo de novo. Uma pressão difusa porque vem de diversas áreas, vem dos próprios garimpeiros, vem de pessoas da área interessada, vem de outras áreas que estão querendo que haja uma garimpagem ou abertura de mineração.

Há, na Casa Civil, há um estudo sobre a legalização da mineração. Esse estudo está sendo feito pelo Ministério de Minas de Energia, pelo Ministério da Justiça, pela Funai. Foram avançadas algumas idéias e propostas, de modo que eu acho que, em algum tempo, vai ser enviado um aditivo ou um substitutivo para aquilo que foi votado aqui nesta Casa, com proposta do Senador Romero Jucá, que contemple algumas das necessidades e a variação de mineração.

Mineração não é só ouro, o diamante, o ferro, é também metais pesados, como o urânio e o nióbio, que há em terra indígena; a tantalita e outras mais que têm um valor estratégico para a Nação. E também as coisas simples. Minério é também água mineral que tem em algumas áreas do Mato Grosso. Minério é brita, que se tira para fazer casas, para fazer estradas. Minério é barro, é areia. E tudo isso tem que ser regulamentado na sua devida proporção.

Então, há vários estudos sobre isso. Não sei quando, mas em breve isso vai ser enviado à Câmara para a sua avaliação.

Preocupo-me, em demasia, com mineração. Toda a história da mineração no Brasil com índios é repleta de destruição, é uma das frentes de expansão, para utilizar a terminologia consignada, desde a década de 50, por Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso e outros, para explicar a expansão brasileira, das mais ferozes e mais avassaladoras em relação aos povos indígenas, haja vista o miolo de falta, de ausência de índios que há em áreas de mineração no Brasil, especialmente Goiás e Minas Gerais.

De modo que, a preocupação é grande pelo que ela pode fazer de estrago à área, é grande pelo volume de recursos que entra, é grande pela desproporcionalidade de atuação e de trabalho em relação ao seu produto, no caso dos minérios de valor maior, como o diamante, ouro, prata e outros mais.

Então, há uma preocupação muito grande nisso. Há uma vontade de quem tem minério de que acon-

teça de imediato. Estamos fazendo essas avaliações. Penso que o Senado e a Câmara vão contribuir muito com isso, têm preocupações, têm idéia de criar uma Mineralbrás, uma empresa, uma agência que seja capaz de controlar isso.

Em todas as propostas há uma responsabilidade muito grande do órgão indígena, porque ele vai mediar a primeira relação de pesquisa, vai mediar para obedecer ao 231 ou a legalidade disso, da proporção, dos índios, do valor, etc., os problemas e a segurança. Enfim, são tantas as questões que acho que essa Casa tem o sentido de responsabilidade para encontrar a forma adequada. Acho que isso vai demorar muito mais do que algumas pessoas em Rondônia estão esperando com relação a isso.

Tenho falado com as pessoas e procurado comunicar aos índios que é melhor aguardar por um tempo, retrair-se, centralizar-se novamente na sua cultura antes de entrar num trabalho que tem tudo de aventura, de perigos e de responsabilidade que nenhum órgão em si é capaz de resolver agora, nem a Funai, que é o órgão mais adequado, nem o DNPM, nem o Ibama, nem alguma coisa no Ministério de Minas e Energia sejam capazes de fazer isso nesse momento com a clareza necessária, para termos uma coisa progressiva.

Há sobre mineração, acho que já estou me prolongando, pedidos anteriormente à Constituição posterior, que chega a mais de 7.500 pedidos de pesquisa e lavra em terra indígena.

Do ponto de vista de mapa, isso compreende que em mais de 90% das terras indígenas há pedidos de companhias, desde a Companhia Vale do Rio Doce até aquela pequena cooperativa de garimpeiros, pedidos para lavra, que isso impõe uma certa resposta que, até agora, não foi dada, porque não há nenhuma regulamentação.

Então, há várias idéias sobre essa montanha de pedidos.

Para finalizar, quero dizer que se houver, digamos que amanhã aconteça de estar tudo regulamentado e aparecem vinte pedidos de pesquisa para a Funai, digo que a Funai nem nenhum órgão brasileiro está aparelhado para atender a esses vinte pedidos, porque ela teria que ter um antropólogo, um indigenista, um geólogo, um ambientalista acompanhando essa pesquisa de cinco ou dez pessoas que estariam furando, soltando bomba, fazendo alguma coisa, avaliando com o GPS, dormindo não sei onde. E dizer para os índios que o pessoal só está passando uns dias lá, pode ser que descubram ouro, pode ser que descubram cobre, pode ser que descubram areia, pode ser que descubram água mineral, pode ser que não dê certo. Vocês aguardem aí, não tem nada. Daqui a seis meses e outra pessoa dizer: achamos não sei aonde e entabular relações com os índios. É preciso uma coisa maior, é preciso que o Congresso saiba que isso é uma coisa grande e que deva entender isso como um processo do interesse público nacional, que se opera em terra indígena após a ausência de tal mineral em outras áreas. Que, tal como esse mapa maravilhoso de terras indígenas, uma das grandes coisas é uma questão estratégica de defesa brasileira do seu meio ambiente, de futuro da Nação. Você ter 12 milhões de hectares não quer dizer terra demais. Terra de mais para quem? Terra demais para um português, mas aqui não é Portugal, é terra de mais para um gaulês, mas aqui não é o País de Gales, é o Brasil, um país continental, um país metade amazônico, e que a proteção da sua floresta, a defesa permanente das suas águas, dos seus rios, é o que vai dar o valor estratégico desta Nação para o futuro. De modo que essa discussão de que é terra demais é para português, para maltês, que não têm terra, mas para nós não é, para um país como o Brasil não é. Acho que era isso o que tinha a dizer, apresentando esse plano geral, dizendo um pouco sobre a questão dos Cinta-Larga. Quero louvar o trabalho desta Comissão por ter escutado tantas pessoas. As suas conclusões e definições serão devidamente recebidas e analisadas pela Funai, dentro das possibilidades daquilo que cabe à Funai e à responsabilidade do seu Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passo à segunda parte, concedendo a palavra aos Senadores que desejarem. Inicialmente, ao Senador Valdir Raupp para suas perguntas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, Srs. Senadores Paulo Elifas e Augusto Botelho, inicialmente, queria dizer que a Funai, creio que não seja da época do Presidente atual, do Dr. Mércio, foi de uma certa forma conivente com a invasão da garimpagem, com a invasão de garimpeiros na Reserva Cinta-Larga, porque a Funai tem agentes que trabalham diretamente junto às nações indígenas. Inclusive, antes do Valter Bloss, certamente, havia outro lá que tomava conta dessa área com alguns auxiliares e entraram nessa reserva 5 mil garimpeiros. Houve uma época em que havia 5 mil garimpeiros. Agora, eu pergunto: como que 5 mil garimpeiros entram numa reserva indígena se a Funai não afrouxar, não abrir as porteiras da reserva? Fiquei surpreso quando o Valter Bloss falou que a Funai não tem domínio sobre as tribos, sobre os índios, que ela apenas aconselha a fazer o que é certo, mas a decisão final é dos próprios índios. Eu, pelo menos, não sabia dessa situação. Agora, deixar entrar 5 mil garimpeiros para devastar uma reserva,

para criar um problema, o caos que foi criado lá... Ainda bem que durante a permanência desses 5 mil lá ocorreram, pelo menos oficialmente, poucas mortes. Era para ter ocorrido mais. Depois que foi evacuada, que foram retirados esses 5 mil garimpeiros com entrada clandestina, porque aí já não era mais com a autorização dos caciques, do , do João Bravo e de outros. Aí que os índios tomaram essa atitude deliberada de executar 29, pelo menos, oficialmente, foi o número encontrado de corpos. Tinha ocorrido 5 mortes antes, depois mais 29, somando 34. Isso é o que se tem oficialmente. Se bem que os representantes dos garimpeiros falam em 100, 150, até em 300. Talvez seja um pouco de exagero, mas eles afirmam categoricamente que foram assassinados mais garimpeiros dentro desse reserva. Índios morreram também, em torno de 2 ou 3, parece que a tiros mesmo foi um, inclusive um garoto de 14 anos que estava na garupa de uma moto agora, recentemente. Realmente, o caos nessa reserva continua ainda tenso. Outras nações indígenas como os Suruís, os Gaviões estão amedrontadas, com medo de andar nas ruas, nas cidades de Ji-Paraná, de Cacoal, em cidades vizinhas, devido à possível represália dos garimpeiros contra os índios, mesmo de outras nações, porque são parecidos, os índios são quase como japoneses, todos se parecem um pouco. Então, essa situação realmente é muito tensa.

Agora, o senhor falou, essa já é uma pergunta e poderemos constatar isso pessoalmente depois de amanhã – vamos estar lá na reserva, o Presidente está afirmando que vamos entrar na reserva – , que o garimpo parou, cessou, não estão mais garimpando. Recentemente, no final da semana passada, estava em Rondônia e a imprensa local dava conta, inclusive em entrevista do Governador do Estado, de que o garimpo teria voltado a funcionar. Estava em letras garrafais, com título em letras grandes que o garimpo teria voltado a funcionar na Reserva Cinta-Larga, isso está na imprensa de Rondônia, quatro, cinco dias atrás.

O Presidente não está há muito tempo na Funai... não me lembro qual foi o ex-Presidente da Funai que ouvimos aqui sobre outras questões, ele teria falado alguma coisa, não foi nesta Comissão, acho que foi em outra, e eu ainda falava que é uma das missões mais ingratas, cargo mais ingrato que existe no Brasil hoje é o de Presidente da Funai, porque tem que administrar várias nações dentro de uma Nação chamada Brasil, não sei quantas, 300, 220. São 220 nações indígenas dentro do Brasil e principalmente porque não tem, o Valter Bloss, falou, que a Funai não tem poderes totais sobre essas nações indígenas, eles podem fazer o que quiserem. Inclusive, achei estranho, uma das coisas que eu queria falar é que o Presidente, com todo o respeito ao seu trabalho, e creio que esteja fazendo um trabalho sério e que é uma pessoa séria, mas o senhor foi muito infeliz quando falou que os índios agiram nesse massacre lá dos garimpeiros em legítima defesa, ou defendendo suas terras, foi mais ou menos assim. Isso foi muito forte, porque lá estavam famílias, pai de família desesperado por falta de emprego e tentando uma semana, talvez, de garimpo, podendo ganhar ali 100, 200, 300 mil reais e com um pouco de sorte talvez até um milhão, porque já foi comercializada lá pedras de diamante de um milhão e duzentos. Informação até pedra de um milhão e duzentos reais, talvez por um preço vil, se fosse bem avaliada possivelmente fosse mais, e quase todo o diamante lá extraído foi vendido a contrabandistas. É ilegal, o comércio também, e se a lavra estava sendo ilegal, o comércio também, certamente, desse diamante foi totalmente ilegal. Se fosse legal poderia ter um preço melhor. No desespero esses garimpeiros vieram de São Paulo, não eram só pessoas de Rondônia, vieram de São Paulo e for falta de empregos, atraídos pela cobiça do diamante, se deslocaram à Rondônia. As famílias ficaram fora e foram lá só para enterrar os corpos.

Se cada um que se sentir ameaçado dentro de sua propriedade tiver que matar quem tiver invadindo hoje o País teria chacina para todo o lado, porque os sem-terra estão aí invadindo fazendas a todo o momento e nem por isso os fazendeiros estão chacinando, estão matando os invasores. Acontecem muitos conflitos, mas não generalizados.

Quanto à extração, eu sou contra, eu sou radicalmente contra a garimpagem, não tenho medo de falar isso, talvez muitos, lá de Rondônia mesmo tenham incentivado os garimpeiros entrar na reserva por fins políticos e eleitoreiros, não vamos entrar, vamos ganhar votos, vamos entrar, criar sindicatos, penso que foi errado, e pressionar as autoridades para legalizar o garimpo. Aí é outra história.

Entrar três, quatro, cinco mil pessoas ou cem ou duzentas que sejam, numa área indígena sem a devida autorização legal, penso que estão errados também, assim como os índios de terem assassinado esses garimpeiros.

Temos a CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, que é uma empresa estatal, penso que poderia, de repente, fazer esse trabalho da Mineralbras, que está sendo idealizada. Não sei se deve se criar mais uma empresa estatal no País se já temos várias. Se pudesse dar poderes para a CPRM fazer esse trabalho de lavra, porque se ela faz pesquisa é só dar o dinheiro para fazer a lavra também, com um pouco de estrutura.

Penso que Poder Público tem que agir mesmo nessa questão. Tenho falado que o Ministério das Minas e Energia tinha que se chamar apenas Ministério de Energia, porque de minas ele não tem feito nada. Não tenho visto nenhuma ação do Ministério das Minas e Energia no sentido de trabalhar, de ajudar nessa regulamentação dessas questões minerais do País, sempre ficando em segundo plano. Se vai ficar a questão mineral no Ministério das Minas e Energia vai ter que haver uma ação mais intensa, mais forte e mais pesada nessa questão mineral do País.

Repetindo a questão de extração mineral é uma situação extremamente delicada. Penso que abrir, mesmo que seja para companhias, garimpagem, temos até defendido, de repente, algumas cooperativas de pequenos grupos de pessoas, mas que esteja vinculado ao Poder Público, porque é uma questão séria.

Sei que hoje a preservação ambiental é muito importante e as reservas indígenas têm ajudado muito nisso. Penso que até no Amazonas, talvez Rondônia já tenham bastante. Roraima já tem até demais, é o Estado que tem o maior índice de reserva indígena. O Acre tem pouco. Estou vendo o Acre ali, que faz uma propaganda tão grande e tem até a Secretaria do Índio, o Povo da Floresta, mas tem pequeninas áreas. Podia até destinar mais áreas no Acre. As reservas indígenas fazem uma propaganda tão grande, mas estou vendo ali no mapa que são três pequenos pontinhos, enquanto Rondônia, Roraima e outros Estados têm mais. O Amazonas tem pouca também. Penso que pelo tamanho do Estado poderia destinar até um pouco mais, porque talvez as únicas áreas que serão preservadas verdadeiramente serão as reservas indígenas.

Quanto a conflito em Rondônia tem também um problema na reserva do Suruê-Au-Au, onde estão despejando algumas famílias que foram assentadas há 30 anos. Isso tem que ser revisto. Se o Incra assentou na época, deu documento, não pode agora depois de 30, 40 anos despejar essas pessoas. Se pudesse compensar numa outra área até para compensar o que eventualmente está perdendo ali, mas não despejar famílias com 30, 40 anos na propriedade, para poder demarcar uma área, com tanta terra que temos, tanta floresta que temos ainda na Amazônia.

Talvez não caiba nenhuma pergunta, só essa questão que falou, não sei se o senhor já pediu desculpas publicamente pelo menos às famílias dos garimpeiros por ter falado que os índios agiram em legítima defesa ou defendendo a sua propriedade. Penso que os índios agiram erradamente. Se existe lei para o homem branco tem que existir para o índio também.

Tenho o mais profundo respeito pelas comunidades indígenas de Rondônia e do Brasil, mas, sobretudo de Rondônia, fui Governador, fui Prefeito, sempre convivi muito bem com as nações indígenas, inclusive firmando convênios com as associações indígenas, distribuindo Toyotas zero quilômetros, caminhonetes, construindo escolas, postos de saúde. Convivi muito bem com os índios, mas nessa questão dos Cinta-Larga, lamentavelmente, tenho que ficar contra essa ação dos índios Cinta-Larga.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Dr. Mércio para as suas considerações.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Senador Raupp, muito obrigado por suas palavras, avaliações e conclusões sobre esse assunto. Queria falar sobre algumas que me chamaram a atenção. Eu, de fato, não sei se houve negligência da Funai em relação à entrada de garimpeiros, mas acho que a visão de que a Funai não tem controle sobre os índios, isso é verdade. Os índios são cidadãos deste País, são culturas. A Funai não diz o que deve ser, o que é que os índios devem fazer. Então, eles tomam decisões que ultrapassam os limites da capacidade do Estado de fazer coisas. Às vezes, o Estado corre atrás e, às vezes, ele está ciente de que isso vai acontecer. A Funai tem capilaridade nessas seiscentas áreas que existem. Há uma capilaridade, seja porque tem posto indígena ou tem algum tipo de atuação. Então há conhecimento. Quando acontece qualquer coisa na fronteira brasileira, é muito mais fácil ser de uma área indígena porque os índios dizem logo: Olha, entrou o fulano de tal, tem um barulho não sei das quantas. Isso aconteceu recentemente no Acre, nos Axaninca, quando entraram madeireiros peruanos, que é o que eles estão fazendo com freqüência. Isso foi imediatamente colocado. Mas não temos o controle, ninguém pode dizer que a Funai..., ninguém é dono de ninguém, não existe isso não. Há um reconhecimento da parte da grande maioria dos índios do trabalho da Funai, da necessidade de um órgão estatal brasileiro estar ao seu lado. Tem atuações que são importantes e por isso se tem uma influência, um conhecimento que resulta numa capacidade de diálogo e de dissuasão ou persuasão em vários momentos. Mas têm outras coisas que são das suas vidas, mudanças, para onde vão, para onde não vão, onde é que estão, decisões deles.

Agora, não sei como foi o processo de fato, da entrada desses cinco mil garimpeiros, mas acredito que não foi a Funai abrindo não, o processo entrou.

Mas quero dizer também para o senhor – os Senadores Mozarildo e Augusto Botelho sabem muito bem disso – já houve na terra indígena Ianomâmi vinte mil garimpeiros de ouro, no período de 1987 até 1992. Vinte mil havia lá. E era uma área muito mais inacessível,

você ia a pé, o garimpeiro de trecho, carregando, depois abria uma pista de pouso para suplementos e não sei o quê, e os índios se sentiram avassalados por isso. Os índios lanomâmi nem usufruíram de nada nessa história, a não ser doenças terríveis, em que morreram mais de mil e quinhentos lanomâmi nos processos de expansão de malária, oncocercose e outras doenças que são provocadas pelo desmatamento ou pela destruição das barreiras de rio e tal. E mesmo assim foram retirados. Quando aconteceu o caso de Haximu, foram retirados também. Então, existe isso. Descobriram-se diamantes. Os índios, como o senhor sabe, os Cinta-Larga, o , o João Bravo e outros, eles já tinham uma relação com madeireiros ali. Então, quando chegou ali, entraram esses garimpeiros. E eles entraram avassaladoramente. Entraram, estavam lá, tinham trechos do fulano de tal, trechos do político sicrano, textos de não sei quem. Estava aquela coisa. Que é um investimento, não era garimpeiro de trecho, não era garimpeiro de bateia. Quer dizer, parece que tem bateia também ou tem uma facilidade, mas o grosso vinha dessas semi-empresas, desses capitais feitos de última hora. Levaram essas máquinas pesadas, não é?

Portanto, não quero eximir a Funai de culpa em nada dessa história. E a Funai, como o senhor mesmo falou, é a Geni, o senhor não falou isso não, mas a Funai é a Geni do governo, ela leva porrada de tudo que é lado. Ou ela tem um couro grosso ou ela tem uma missão a cumprir. E sou Presidente da Funai e me orgulho disso. Não tenho nenhum receio, não estou forçado, estou porque acho que é uma tarefa, é uma honra para mim ser Presidente da Funai. E sou antropólogo, com livro escrito em inglês, em português. Tenho uma carreira de antropólogo, mas para mim é uma honra. E estou aí nesse trabalho, sem medir esforços pessoais e intelectuais.

Então, há coisas que a Funai não consegue resolver. Há coisas em que ela é atropelada; isso acontece. Nós corremos atrás, para vermos como fazemos as coisas. Esse caso recente, aqui, é um desses atropelos, e estamos tentando resolver, com perigo de morte. Não podemos deixar que isso aconteça.

Nesse sentido, quero, também, dizer a V. Exª, sobre essas mortes de garimpeiro, que todas as frases, desde o início, foram muito lamentáveis. E disse que lamento demais a morte de pessoas. Não tenho nenhuma dificuldade em me relacionar com o espírito cristão, de justiça, humanitário. Aconteceram essas mortes, mas a única justificativa que vi para isso acontecer – não acredito em maldade, que tenha sido feito por maldade, nem em selvageria, que era também o que estava implícito nas acusações – é que era um desespero de causa. A única razão factível é a defesa de suas terras, como parte de sua cultura; é não terem conseguido mais encontrar uma solução, senão essa expulsão, que, no calor dos acontecimentos, resultou nessas mortes.

Já pedi desculpas pessoais à família, lamentei às famílias. Não sei se isso teve algum eco entre as famílias ou na população brasileira, mas a minha desculpa é feita a elas. Sinto muito pelas famílias que perderam seus entes queridos.

Também sou, como V. Exª disse, contra a garimpagem ilegal. Em algum momento, tem que regularizar isso da forma mais adequada, aqui e em outras áreas brasileiras. Acho – não digo isso com nenhuma convicção completa; essa é uma discussão maior – que deveria haver uma empresa para cuidar disso, que tivesse uma capacidade indigenista, Senador. Porque também não é só uma empresa, não é uma racionalidade possível, mas antropológica. Tem que haver uma negociação permanente. Os conflitos anteriores – V. Exª falou em vinte e nove e, depois, em cinco –, em que houve mais uns índios, dois ou três, conforme V. Exª citou, aconteceram nesses entreveros, nessas incompreensões. Então, tem que haver uma capacidade de controle, de segurança. Tem que haver, também, uma capacidade indigenista nisso, quer dizer, de mediação entre culturas e entre interesses díspares, contraditórios, que entram em embate.

V. Exª imagine, Senador, se, em algumas dessas áreas... E acho que é até o caso – esse que estamos citando – de os índios dizerem: "Não, não, não. Não quero terceiros; eu quero garimpar". Ele tem que ter isso, e a empresa tem que ser capaz de fazer isso. "Eu determino como vai ser feito; eu contrato o terceiro." Nós não temos o controle disso. V. Exª conhece o Piu, os índios Cinta-Larga. Eles têm uma argumentação muito bem-feita, sabem argumentar. Sabem chegar a algum lugar e argumentar em defesa de seus interesses. Outros, não; estarão necessitados de algum apoio específico, que garanta interesses posteriores, permanentes, e podem muito bem ser ludibriados por interesses imediatos.

Tem-se que saber qual é o interesse da nação também. Por isso, acho que... A CPRM, talvez, quem sabe? Se ela se posicionar, tiver a capacidade de se abrir, especificamente, para esses casos; posteriormente, se for uma área que tem minerais, ouro. Há áreas indígenas em que, certamente, há essas coisas todas, que os índios não querem. Por exemplo: coincidentemente, uma semana depois deste acontecido, apareceu uma história de que havia garimpeiros na área dos Kaipó que fica aqui ao norte – uns 400 ou 500 quilômetros, aqui, ao norte de Mato Grosso e Pará. E, imediatamente, os índios souberam disto e nós contata-

mos a Polícia Federal e foi – tuc. Aí, saiu todo o mundo – as balsas. Havia três balsas lá no rio, num afluente do rio Xingu, e os garimpeiros fugiram, etc. e já houve garimpos nessa área. O senhor se lembra – acredito – quando era Governador de Rondônia nessa época. Tinha uma época em que havia 8 mil garimpeiros num lugar chamado Maria Mãe Bonita ou Maria Bonita, no rio Fresco, um grande afluente do Xingu.

O SR. (Orador Não Especificado) – Não é lá em Rondônia?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Aonde?

O SR. (Orador Não Especificado) – Em Rondônia.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não, não. Eu estou dizendo se o senhor se lembra só de ouvir falar aí? Os Kaiapó, cheio de dinheiro, não sei o que mais, etc. Aquilo acabou. Eles estão voltando para os seus cantinhos novamente, comendo jabotis nas grandes cordas que vão caçar. Pode ser que estejam querendo novamente, mas pode ser que a coisa agora seja feita com mais racionalidade. Pode ser que o índio precise de 100 milhões por mês mas, talvez, com R$50.000,00 uma aldeia sobreviva muito bem, enquanto que se esse garimpo de diamante aí pode muito bem dar R$100 milhões por mês, pelo que entendo. Enfim, tem essas coisas. Eu acho que nós devemos ter a seriedade de pensarmos no futuro e pensarmos com profundidade. Pode ser que seja uma empresa, mas eu não sei. Quem vai decidir isto é o Congresso. Eu não sei, exatamente, qual será a proposta final do Governo sobre essa atividade, mas eu acho que se for uma empresa que tem uma capacidade de relacionamento muito próxima com a Funai e que tem um indigenismo dentro dela e que tem uma negociação ou uma capacidade de intermediação, tal com nós temos em algumas coisa que tem que melhorar – a Funasa que é da saúde e que precisa recriar um indigenismo. Ela precisa estar próxima da Funai porque se não ela, de certa forma, tem que, ao se posicionar nesse mundo político com mais clareza – e quando digo no mundo político é num mundo de uma sociedade mais ampla – ela tem que começar a coordenar essas ações indigenistas que existem no Brasil e que são muitas e são difusas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Paulo Elifas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Presidente da Funai, Sr. Mércio, a questão do garimpo lá foi – aquela chacina – em abril e nós estamos em junho. Pelo que nós percebemos é que, na realidade, tudo ficou sem uma situação conclusiva com relação ao que se vai fazer com aquela área. Como disse o Senador Valdir Raupp, na semana passada, o Governador do Estado denunciou que estava havendo garimpo, novamente, dentro da área e garimpo feito, talvez, até pelos próprios índios e em volta daquela área – uns 150 quilômetros – em tudo que é rio que aparece – o pessoal está procurando diamante porque dizem que toda a região é muito rica em minério. Mas o que nos preocupa realmente é que toda a vez em que há uma atividade ilegal – o senhor vê: o cigarro se vende e é legal e ninguém mata por causa de cigarro, mas mata-se por causa de maconha, se mata por causa da cocaína porque é uma atividade ilegal e assim se mata, também, pela posse do diamante, pela posse do ouro, pela posse do terreno. Então, o que realmente nos preocupa é que não há uma pressa, e sim, procurar um caminho legal para a exploração daquele minério. Não tem, não existe nada no mundo que vá refrear nem a ação do índio e nem a ação do garimpeiro. Os garimpeiros, hoje, estejam talvez um pouco reprimido mas eles já estão procurando lugar para poder entrar dentro da reserva para agir e retirar diamantes, e os índios já estão com o dinheiro – acabou o dinheiro dos diamantes. Os índios têm promissórias vencidas com fornecedores e eles precisam pagar essas promissórias. Os fornecedores estão protestando os índios que emitiram aquelas promissórias, porque receberam dinheiro adiantado, e esses índios já estão sendo pressionados a exercer o garimpo.

Então, é uma questão que o Governo precisa realmente agilizar a situação, no sentido de legalizar a extração do garimpo, sempre, lógico, privilegiando o índio, que é o verdadeiro dono da terra, porque o garimpo está dentro da reserva do indígena.

Não é culpa do índio de a reserva indígena conter diamantes. Poderia estar fora, mas, infelizmente ou felizmente, a reserva de diamantes está dentro da área indígena, e o índio é proprietário. É como se, na nossa propriedade, aparecesse uma mina de diamante, ou um poço de petróleo, ou qualquer coisa, ficaríamos indignados se não participássemos em lucro pela extração daquele minério ou daquilo que fosse encontrado na sua propriedade.

Creio que, realmente, há uma lentidão do Governo. São dois meses. O pessoal está lá, polícia revistando cidadãos, impedindo as pessoas de transitar livremente pelas rodovias que passam próximas do garimpo, porque existem colonos ali próximos.

Isso traz uma grande dificuldade. Os índios estão com medo de vir à cidade. Esses dias estava em Cacoal, moro lá perto, passou um índio. Não reconheci assim se ele era Cinta-Larga ou Suruí e perguntei: você não está com medo de ficar no meio da rua? Ele disse: Não, doutor. Eu sou Suruí. Digo: Mas o camarada não

vai te conhecer, não. Se você é Suruí ou Cinta-Larga. Ele disse: É, sabe que o senhor tem razão.

Na realidade, há essa angústia dentro da nossa região ali, comprometendo a cidade de Cacoal, Pimenta, Espigão, e o que queremos realmente é que haja essa urgência, no sentido de achar um caminho legal para que a mina possa ser explorada e que o índio não fique fora desse processo do lucro, ou se ele vai trabalhar, ou se ele vai receber **royalties**, ou se ele vai receber porcentagem, se vai ser uma empresa, ou se vai ter garimpeiro, não vai ter, mas, realmente, há uma necessidade de legalizar isso urgentemente.

Uma coisa que também acho estranha, Relator Valdir Raupp, é que, por exemplo, a Funai não tem um indigenista, um funcionário seu que está dentro de uma reserva, lógico que ele não tem condições de determinar o que os índios vão fazer, mas ele tem uma capacidade de orientação. E, no garimpo, uma área que está fervilhando de garimpeiros entrando todo dia, o pessoal retirando e fazendo negócios, porque ali os negócios foram vultosos, o que estranhamos é que, em nenhum momento, no relato do Valter Bloss, durante todo aquele período, pediu socorro. Estava vendo todo aquele movimento, aviões descendo, comprando diamante e ele, em nenhuma vez, pediu socorro para ninguém, como se realmente os negócios ali fossem legais, como se tudo aquilo fosse normal.

Essa situação de todo aquele movimento que levou àquela chacina dos garimpeiros, de certa forma, eu culpo o pessoal da Funai que estava dentro da área, porque eles perceberam, sabiam que existiam aquele movimento. Não digo que eles participaram. Já houve até garimpeiros que relataram que viram pessoas brancas armadas junto com os índios chegando naquela ... Com colete da Polícia Federal...

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – Com colete da Funai.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – E da Funai.

Houve relatos sobre isso.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – A Funai não tem colete.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Mas ele relatou que havia coturnos, pessoas com coturnos, mas o Valter Bloss nos esclareceu que os índios mesmo usam coturnos até por espírito de imitação para adquirir poder, porque eles vêem a Polícia Federal, então, possivelmente, eles os imitam.

Mas quero dizer que esse movimento todo que levou a essa chacina, tenho certeza, que as pessoas que estavam convivendo com os índios sabiam que aquilo ia acontecer ou, pelo menos, perceberam e não pediram socorro, para evitar que aquilo realmente acontecesse.

Os relatos foram que os corpos foram 29, mas os relatos das pessoas desaparecidas foram muito mais. Pode ser que os garimpeiros fugiram. Os demais que não retornaram às suas casas devem ter fugido para outros garimpos, mas, realmente, há uma diferença muito grande entre os que desapareceram e aqueles corpos que foram achados.

Uma outra questão sobre a política da Funai com relação ao índio. O índio ganha a sua reserva florestal. Não sei se existem critérios de, como o senhor relatou ali, que era uma légua. Chegava lá, uma légua para os índios. Que critérios que se faz para demarcar a área indígena? E, uma vez demarcada a área indígena, qual é a ação da Funai para que esses índios possam sobreviver da terra? Possam sobreviver, porque se deduz o seguinte: se o índio adquire a sua reserva, ele passa a ter a sua vida de silvícola da mesma maneira como ele tinha antes da sua vizinhança ser ocupada pelos brancos. De que maneira o índio é assistido para sobreviver dentro da sua terra e manter a floresta? E se a Funai despende dinheiro mensal para cada índio fazer compra ou se o índio tem que viver da exploração da terra ou da floresta, ou de fruto, de pesca?

É isso que eu gostaria de saber.

Uma segunda pergunta: se a Funai tem um plano com relação a esse aspecto da socialização do índio. Como é que o índio, que está dentro da sua reserva, é socializado? Ele será capaz de ter noção de investimento, de negócio ou de plantação, de criação de gado, para que a tribo dele sobreviva ou a família dele sobreviva ali dentro da área? Porque o que a gente percebe, dentro das reservas, é que o índio, na realidade, passa a sofrer pressão da sociedade, uma sociedade que utiliza o automóvel como locomoção, uma casa com televisão, geladeira, quartos com ar condicionado, portões elétricos, bares, restaurantes, hotéis, e o índio está vivendo aquela proximidade. Está próximo, está convivendo com isso e ele não pode participar. Ele não tem meios de participar com a renda só de vender a madeira, e a venda da madeira é ilegal dentro da Funai.

Isso causa uma pressão muito grande sobre o índio e, de certa forma, o transforma em um ser infeliz dentro da sua reserva. Percebemos que há índios deprimidos nas tribos indígenas, entristecidos, como se tivessem sido abandonados, porque não conseguem mais viver como índios. Eles querem viver como brancos, mas não podem viver como brancos. Às vezes, o índio não consegue utilizar a assistência médica do branco porque ele não entende que tenha de participar de uma fila, que sua mulher será operada e que

ele tem de ficar do lado de fora, não podendo ficar no quarto com ela e com os filhos, mesmo que seja deitado no chão.

Sentimos que a política de socialização da Funai em relação ao índio é muito cruel porque é demarcada a reserva, mas não é dada uma assistência efetiva que dê segurança ao índio e que o transforme em um ser útil e pronto ao trabalho para que possa se orgulhar de ganhar o seu sustento. Até para se sustentar tem que vender a madeira ilegalmente, tem que ir para a cidade pedir aos comerciantes, tem que implorar na Funasa para que seus filhos sejam atendidos na doença, tem que brigar para colocar uma escola dentro da sua área indígena. Isso realmente nos deixa com uma dívida com os índios que habitam a Amazônia, muito embora muita gente considere que o percentual de 22% das terras da Amazônia destinadas aos índios seja um exagero. Penso de forma diferente, desde que se ensine aos índios como usar as terras para sustentar suas tribos.

É preciso realmente que haja preocupação da Funai nesse sentido. Talvez não haja uma efetiva ação do Governo no fornecimento do material econômico para que Funai atue no sentido de dar aos índios a oportunidade de se transformarem em uma geração de índios que possam participar do processo econômico de crescimento que a Nação precisa para que não permaneçam como ônus em que estão se transformando.

Quanto à questão do garimpo, acredito que há uma certa responsabilidade de quem estava diante da Funai na questão daquela chacina porque perceberam todo movimento que havia de compra e de venda de diamantes, assim como a entrada e a saída de garimpeiros.

Agradeço a presença de V. Sª. Acredito que V. Sª representa realmente o pensamento dos índios, das necessidades dos índios e do nosso dever para com esses brasileiros também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Dr. Mércio, com a palavra.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Senador Paulo Elifas, muito obrigado pelas palavras.

Eu gostaria de começar por sua primeira observação de que a Funai talvez não deu conta, tenha sido irresponsável diante do eminente conflito. Senador, se pensarmos sobre o conflito ocorrido, a novidade é que foi de sinal trocado, porque os conflitos sempre resultaram de morte de índios. O que foi de inaudito e que causou tanta perplexidade foi o sinal trocado, ou seja, os índios é que cometeram os assassinatos.

Ingressei na Funai no começo de setembro, no dia 02 ou 03, e desde então uma das coisas era o que é Cinta-Larga? Havia um projeto com os Cinta-Larga. A grande maioria dos garimpeiros – 4.500, quase 5.000, como falou o Senador Valdir Raupp – foram retirados em janeiro. Outra parte foi retirada em abril. Havia um recurso de R$3 milhões previsto anteriormente pelo Ministério da Justiça, que foi sendo repassado para segurar os índios, realizar projetos dentro da área. Havia um projeto de piscicultura. Pessoas da Embrapa foram lá fazer um projeto de cultivo intensivo de pupunha, outras frutas e outras coisas que tivessem sustentabilidade. Depois, falarei a V. Exªs sobre sustentabilidade, colocada como possibilidade de sobrevivência e socialização, como V. Exª falou, as dificuldades, inadequações à vida exterior e às pressões que sofre. Isso foi feito. Havia várias dificuldades: o dinheiro não saía, o recurso adequado não tinha recursos. Como o próprio Senador Valdir Raupp falou, há promissórias não sei das quantas, há dívidas anteriores, etc. Há de se convir que havia muita pressão. Entrei em setembro. E, no final de setembro, todos os jornais de Rondônia repercutiam em jornais da Amazônia que os índios estavam matando garimpeiros, como quem mata moscas; que os índios cortaram a barriga de uma menina para retirar não sei o quê. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados foi lá, esteve entre os índios, filmou e teve discussões e conversas com eles. Foi uma Comissão da Funai com a 6ª Câmara. A Drª Vieco de Castilho com os direitos humanos. Estava-se alertando, buscando e encontrando. As pessoas davam alertas, preocupados com como se segura, depois, com a entrada de alguns garimpeiros em algumas áreas a convite dos índios e, depois, a retirada deles. Subitamente, V. Exª há de convir que ninguém sabia de 150 numa outra área, como V. Exª sabe, chamada ironicamente Grota do Sossego. Foi de supetão. Ninguém estava sabendo daquilo. Eu não estava sabendo de Grota do Sossego. Eu estava sabendo naquela área tal, perto do rio Roosevelt, onde havia esse conjunto de máquinas. A preocupação e o alarme eram permanentes.

A tragédia aconteceu. É uma tragédia anunciada? Podem dizer que isso estava preanunciado. Se pensarmos assim, no Brasil, tudo, como tragédia preanunciada, existe. Quem há de convir que um dia não acontecerá com o MST? Mas há um jeito de se prever isso? Onde pintará algum desastre, algum acontecimento, alguma tragédia? Todos sabem que o índice de mortes com automóveis no Brasil é 42.000 por ano. Em Brasília, 200 – sei lá quantos – morrem. Mas não se pode prever isso. Ninguém poderia prever que ia haver a morte de 29 garimpeiros. Nos conflitos anteriores, havia a mor-

te de um ou dois, inclusive de índio ou de garimpeiro contra garimpeiro. Nunca se viu algo assim. O alarme era grande. A preocupação era grande. A busca pela solução de garimpagem interna dos índios era grande. O DNPM, o Ministério da Justiça e a Funai estão com projetos. Havia dificuldades: será que é legal, será que o art. 44 do Estatuto do Índio permite a garimpagem, será que não, que tem ser o 231, visto federal? Estavam tentando encontrar essa solução. Mas estavam alarmados. A Funai estava alarmada. Não somente o coordenador de lá, mas eu estava alarmado com o que poderia acontecer. Aconteceu o mesmo no caso dos Ianomâmi. Eram 22 mil garimpeiros e terminou acontecendo. No caso, ali, foi aquele caso de Haximu, e o Senador se lembra muito bem, em 1991, 1992, que foi de sinal correto, estava ali no quadro geral da sociedade brasileira. Esse aqui foi de sinal trocado. Mas havia essa preocupação.

Imputaram uma responsabilidade à Funai, ao Estado brasileiro, é muito fácil de fazer isso, mas essa tragédia do garimpo aconteceu durante Mãe Bonita ou Maria Bonita, não sei. Aquela coisa lá do...

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – O que é Haximu, o que foi isso aí?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Haximu foi um episódio em que os garimpeiros de ouro, numa região limítrofe do Brasil com Venezuela atacaram os índios, houve várias coisas com índios Ianomâmi, 14 índios foram mortos.

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – Na Venezuela.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Na Venezuela. Na área limítrofe, na Venezuela, enfim, mas eram garimpeiros brasileiros em áreas, em uma aldeia chamada Haximu, que só depois é que constatou que estava na Venezuela, porque os garimpeiros estavam também atravessando a fronteira sem saber de fato, sem reconhecer, a não ser pelo GPS.

Então, ficou conhecida como a tragédia de Haximu, que foram 14 índios que foram mortos, que foi um escândalo também, e essas pessoas estão punidas, aliás. Creio que dos quatro ou cinco, existem quatro na cadeia, não é, Senador? E existe um foragido. Parece-me que um deles também já faleceu. Houve isso.

Então, não pediu socorro, usei essa metáfora de não pedir socorro, mas estávamos clamando por socorro, por solução e por um equacionamento da situação. E equacionamento que foi interpretado antes, no Governo anterior, que aprovamos. Eu não era Presidente da Funai, mas assumo o que aconteceu. Era a retirada dos garimpeiros e era a legalização disso. A legalização que se pretendia com o acordo com os índios era uma legalização do conceito de garimpagem ou faiscação ou cata, que está previsto no Estatuto do Índio, mas não está previsto na Constituição.

São esses motivos. Havia clamor e pedido de socorro.

O Senhor faz duas perguntas e duas ponderações que o Senhor fez são perguntas que, desculpem-me, é dificílimo. Isso é ação da Funai, isso é ação do Estado brasileiro.

Como fazer os índios auto-suficientes? Em outras palavras, é isso que o senhor está dizendo. Como uma sociedade indígena, para usar uma terminologia marxista comunista primitiva, vai produzir um excedente que permita o seu relacionamento equilibrado com a sociedade brasileira, que ele chega e não tenha que pedir recursos; que ele chega e tenha a sua roupa, tem o seu lugar para estar na cidade, tenha o seu filho na escola e, ao mesmo tempo, seja índio e não precise da assistência do Estado.

Isso, não sei quando vai acontecer, mas está acontecendo muito lentamente. Creio que até os Senadores de Roraima estão muito mais contentes com o que há em Roraima, do ponto de vista de um encaminhamento de uma economia que produz um excedente do que em outras partes do Brasil, por conta do gado, de uma atividade secular que é a produção de gado naquela área, em que os índios Macuxi ou Wapixana e outros mais encontraram.

Em outras áreas, há uma agricultura razoável, Senador, em que se produz aquele excedente, mas não é um excedente que permite se ter um médico. Não é. Então, a Funai ou a Funasa, no caso, tem que ter. Não é excedente que vá lhe permitir produzir uma escolaridade. Não é ainda, e não sei quando será. Talvez não seja necessário, porque também os nossos próprios... Temos uma universidade gratuita, não é verdade? Não estou trabalhando para colocar meu filho na universidade, para pagar como os americanos estão desde a idade economizando para colocar seus filhos na universidade, porque não existe universidade gratuita americana, nem as estaduais, nem as privadas propriamente ditas, embora haja milhares de facilidades de empréstimos, de bolsas, etc, que premiam as pessoas mais dedicadas ou mais inteligentes, as mais competentes nessa área.

Enfim, o Senhor tem razão. As terras são demarcadas, o Estado brasileiro demarca, porque reconhece como território, há uma legislação sobre isso, que é o art. 231, § 1.º, que consigna isso, que consigna a idéia de direito originário, que é uma idéia que antecede a Constituição de 88, mas que consolida um pensamento chamado "indigenato" – que os Senhores advogados aqui sabem que foi feito ainda no início do século por um grande jurista brasileiro chamado João Mendes,

dessa família Cândido Mendes de Almeida, um dos filhos do velho Cândido Mendes de Almeida – , a idéia de que o índio tem uma antecedência histórica, tem uma antecedência originária sobre essa terra, tem um direito originário, que antecede a formulação do Estado brasileiro. Então, aquilo que é reconhecido como terra indígena é um direito originário, que nenhum de nós, não-indígenas, tem – nem eu, como cidadão, nem nenhum outro de fora que venha aqui tem um direito originário sobre a terra, que é reconhecida como tal. Bem, então ela reconhece por esse princíPiu, há uma legislação geral sobre isso, há uma legislação específica, um Decreto chamado 1.775, criado, instituído como consolidação de outros decretos em 1996, anteriores, que já vieram de outras épocas, que consolidam esse conceito de terra indígena, de direito originário, de tradicionalidade, tem uma relação sobre o que é uma tradicionalidade, o conceito de tradicionalidade, tem um conceito de proteção ambiental e tem um conceito de terras para a reprodução cultural. São três critérios, mais ou menos, que consignam a interpretação do que é uma terra indígena. Agora, é verdade, o senhor diz: "Está feito", e depois, os índios? Então, há essa variação, há um índio que tem uma possibilidade de sobrevivência porque encontrou, numa economia mista, uma possibilidade, e acho que os índios de Roraima, os Macuxi e Wapixana vão encontrar isso antes de muitos outros índios. Outros vão encontrar, porque há várias coisas possíveis: produção agrícola – esses índios do Nordeste, os índios Kaingangue do sul do Brasil têm uma produção agrícola, há índios que estão mecanizando a agricultura; então, estão conseguindo meios. Agora, verdade, 90% deles estão numa relação ainda de dependência do Estado, não somente para esses serviços, que são essenciais, mas que são extensivos a todos os brasileiros, são decorrências de sua condição de cidadão brasileiro, mas desse outro, de simplesmente terem o que comer. E há desequilíbrios também, Senador, há desequilíbrios de sociedades indígenas de contato recente que, de fato, estão ainda numa situação de ambigüidade, de liminaridade, de indecisão, de falta de reconhecimento de sua condição. E são muitos. Em Roraima, o caso mais evidente são os Ianomâmi. Você deixar os Ianomâmi por sua própria conta para decidir essa... vai ser um deus-nos-acuda. Quando Pombal resolveu fazer isso e retirou os jesuítas, todas essas áreas que tinham terra indígena... está aí, o sinal brasileiro está aí, no século XVII foram sumindo; quando o Brasil se tornou independente, os Governadores anulavam a terra indígena, em tacadas. O Governo do Ceará, de Sergipe, de Aracaju, extinguiu aldeamentos, assim, em decretos. Por isso é que é a briga por aqueles que conseguiram sobreviver, aqueles restinhos: perderam língua, perderam cultura, e estão lá só no seu sentimento étnico, brigando por uns tiquinhos de terras. Então, é difícil, Senador, e acho que, das cinco atuações de uma política indigenista do Estado brasileiro, que seria demarcar terras – um dia vai estar concluso; saúde – já está encaminhado, porque os índios estão em crescimento permanente e sustentado no Brasil; educação – é razoável isso que o senhor está falando, o senhor usou uma palavra até mais interessante, que não é usada na Funai nem por antropólogo, naturalmente, mas que é uma palavra muito mais adequada, que é: "Qual é a política de socialização?", isto é, qual é a política de relacionamento participativo com a sociedade brasileira? O senhor está se relacionando a isso, não é?, porque eles se socializam entre si naturalmente, têm famílias, etc. Quer dizer, de contato, qual é essa política? São os espaços da educação, são os espaços do conhecimento, são os espaços da participação que eles têm. Há índios participando, está aqui o Senador dizendo que está ajudando os índios a ser candidatos a prefeito, etc. Ele está dizendo que sutilmente vai ajudar. Vários são candidatos. Tivemos aqui um homem no Congresso, que dignificou esta Casa, que foi Mário Juruna. Aliás, apelo para que esta Casa faça alguma coisa para homenagear Mário Juruna. Na sua morte, ele foi velado aqui...

Então, esse processo de socialização de que o senhor está falando, de relacionamento interétnico, que alguma vez já foi chamado de integração, de aculturação, digamos que seja de relacionamento interétnico cordato, real, isso é que estou chamando de repactuação das relações. Ela se dá por esses caminhos. Mal e mal acontece o caminho da educação. Temos 1.300 índios em faculdades brasileiras. Várias universidades em Roraima, Universidade Federal; em Mato Grosso do Sul, Universidade Dom Bosco; a Universidade Federal no Paraná; a Universidade Estadual de Mato Grosso, a Unemat, estão fazendo esses programas de atualização – up grade – de professores indígenas, para ministrarem aula mais adequadamente em aldeias, num nível universitário, nas suas escolas fundamentais, bem como no ciclo médio, depois da oitava série. Roraima tem 60 estudantes, a Unemat tem 200. Há um programa, um convênio com a Funai. A Funai tem convênios com universidades de diversos Estados brasileiros. Há 1.300 índios em universidades. É um processo de socialização, usando a sua terminologia. É um processo em que eles vão aos poucos encontrando caminhos. Alguns não voltam depois disso, preferem participar no mundo da competição. Aí é por conta e risco de cada um, todos têm direito, e moram nas cidades, moram em Campo Grande, em Porto Alegre, em Altamira do

Pará, em Boa Vista, em Manaus e, certamente, em Porto Velho. Eles entram num mundo da competição, da terra, da vida, vão virar o que for possível. E nisso aí o Estado brasileiro tem que dizer: está aí sua vida. Um dia o Estado brasileiro vai dizer: vocês são cidadãos comuns, procurem o seu emprego, a sua terra, o seu trabalho, os seus direitos, tal como outro cidadão. Mas na terra indígena ainda cabe a assistência do Estado. É difícil, Senador, mas é o terceiro ponto.

Então, temos terra, saúde, educação, participação, que é essa socialização que o senhor está dizendo que é multifária. E tem o mais difícil, que é encontrar o etnodesenvolvimento, o desenvolvimento endógeno que permita uma produção de um excedente sem desafiar os termos da sua cultura. São essas coisas que vamos encontrando. Às vezes é a madeira, mas sabemos que isso não é sustentado. Seja porque a madeira acaba ou porque realmente é um processo devastador e poucas chances se têm de ter permanência. Ou essas outras coisas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – É sabido que hoje há um interesse global, mundial em preservar as florestas, principalmente as da Amazônia e, de uma certa forma, as reservas indígenas. Está sendo feito algum trabalho nessa questão do seqüestro de carbono, que poderia ser comercializado na Bolsa de Londres, na de Chicago? Há duas Bolsas no mundo comercializando título de seqüestro de carbono. E as florestas amazônicas poderiam seqüestrar milhões de toneladas de carbono. Isso poderia dar um retorno para a subsistência dos índios?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – É muito boa a sua lembrança, Senador. Tenho tentado acompanhar isso e o que entendo é que está tudo preso na indecisão americana de não assinar o Tratado de Kyoto. O principal, que gasta, digamos, 40% da energia e da poluição do mundo, vem dos Estados Unidos. Se o maior de todos os poluidores não quer saber de seqüestro de carbono, ou seja, não quer pagar pela sua poluição nem quer projetar objetivos e diminuição progressiva da utilização do carbono, a situação fica difícil. Os outros países estão na cola e na expectativa...

O SR. – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Por exemplo, alguns países menores, como Nicarágua e Costa Rica, e algumas ONGs dizem: "Se você preservar esse pedaço de terra na Bolívia, ofereceremos uma compensação". Há várias dessas situações, e isso ocorre nos países em que o Estado não tem qualquer controle. De fato, está bom. Existe essa compensação, mas não é ainda uma coisa de Bolsa, porque os Estados Unidos não assinaram. Por isso, os europeus estão de pé atrás. Pensam: "Esse país vai ficar gastando à toa, e nós ficamos no sacrifício?" Faz-se esse jogo de empurra-empurra, e os Estados Unidos têm a faca e o queijo na mão porque são maiores.

Creio que isso ocorrerá em algum momento, mas não sei quando. Não sei se apenas no fim do petróleo. Infelizmente, cada vez se descobre mais petróleo, e as outras energias possíveis são deixadas de lado. Descobriu-se, recentemente, uma bacia ainda maior debaixo da Bacia de Campos. Se resolverem furar mais um quilômetro, haverá uma quantidade que já tinha antes de três quilômetros. Passarão mais 30, 40 anos para se começar a pensar sério em alternativas energéticas. Enfim, há outros interesses.

Alguns cientistas dizem que esse negócio do buraco de ozônio não tem importância, porque sempre existiu, etc. Os americanos estão armados para dizer que se trata de uma bobagem de ambientalistas. Considero esse assunto importante, e um dia será fundamental para o Brasil ter suas terras, suas florestas. Isso não quer dizer que seja eternamente, mas que haja um manejo florestal racional. Um dia o Brasil também terá esse manejo. O Canadá e os Estados Unidos têm, depois de anos e anos sem isso. Um dia, essas coisas vão ser racionais. Vai-se tirar, de fato, um mogno com dois metros de circunferência e um metro de diâmetro; um dia vai ocorrer isso. Com certeza, isso terá um valor. Por enquanto, tudo é selvagem, não no sentido de selva, mas de broto, de um capitalismo que projeta o mínimo de custo em relação à vida humana, à proteção, à preservação. É uma sustentabilidade por um lucro muito rápido e efêmero que não dá acúmulo de capital e vira opulência para uns e estragos finais para outros.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, ouvimos a exposição do Dr. Mércio.

S. Sª deixou bem claro que a Funai e todo o seu pessoal sabiam do risco iminente que havia na área de Roosevelt. A minha pergunta é a seguinte: por que a Funai, sabendo de todas essas condições – V. Sª e todos os membros da Funai sabiam disso –, quando houve as três primeiras mortes e a Polícia Federal procurou dar uma solução, por que levaram quase treze dias para autorizar que a polícia entrasse na área indígena? Eu gostaria de saber por que foi feito isso. Qual foi o motivo do retardamento para autorizar a polícia a entrar na área e saber o que estava ocorrendo?

O SR. – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Entrar para saber o que havia ocorrido. Houve três mortes e deveria haver mais. Por que levaram esse tempo todo para autorizar essa entrada?

Farei ainda outras considerações. Divergimos de pontos de vista, mas o nosso objetivo é o mesmo. Temos apenas formas diferentes de apresentação.

O Sr. Mércio expôs belamente o assunto, dizendo que seriam definidas todas as áreas, mas omitiu um pouco a verdade, porque, no meu Estado, por exemplo, na área dos Uai-Uai, que já estava demarcada, homologada, foi expandida. Quer dizer, esta história de que vai acabar é conversa. Por isso, os indígenas têm que ser donos. Enquanto os antropólogos decidirem por eles, haverá confusão. Quando eles começarem a decidir, quando o pensamento dos indígenas for o pensamento deles, vamos chegar a conclusões, a soluções, não vamos ficar nesta história.

Acredito que o indígena tem direito de explorar o vegetal, o minério. Se o usufruto da terra é dele, por que ele não tem o direito de explorar? Mas estamos falhando, porque não definimos ainda como isso será feito. É ruim e complexo. Cada etnia terá que ter um método para definir o negócio. O garimpo na área indígena é uma coisa útil. Nem o senhor, nem a Funai são culpados de entrar garimpeiro em área indígena. Desempregados, quando estão desesperados, até assaltam. Por que não vão entrar em um lugar para garimpar? Entram escondidos. Trabalham à noite e se escondem de dia nas áreas indígenas. É assim que fazem.

Tenho experiência lá de Roraima, dos 20 mil que saíram de lá. Eles faziam isto: trabalhavam à noite, escondiam-se de dia e saíam. E, de vez em quando, há um monte, que já sabe disso, entra e garimpa. Lá no caso do Roosevelt, essa violência que houve não foi para resgatar a terra. Foi briga de interesses. Os indígenas já são comerciantes, são cidadãos integrados à nossa economia de diamantes, de pedras preciosas, que é uma economia violenta mesmo, pois, mesmo os garimpos que não têm índios, que não têm nada, sempre há violência. Na Venezuela, há muita violência nos garimpos de ouro e diamante. O povo que trabalha nos garimpos é violento. A lei não chega aos garimpos. Isto é que é ruim. Lá em Roraima, no tempo em que havia esse tipo de coisa, havia barbaridade de garimpeiros se matando, garimpeiros matando índios, toda hora sabíamos de histórias de barbaridade que eles faziam.

Ele perguntou por que a Funai é culpada. A Funai realmente não tem culpa de terem entrado cinco mil lá. Não há como evitar isso. Não conseguimos cercar toda a área. Mas acredito que a Funai tem que ser mais rápida em suas decisões, quando for uma coisa assim. O Ministro foi em Haximu, no dia seguinte ao episódio. Houve também um massacre de indígenas. Disseram que tinham matado vários índios e queimado 50 índios, mas foi um alarme falso. Depois ficaram assustados com a história daquele grupo que matou aqueles outros naquela área indígena.

A minha pergunta é só esta: Por que a Funai levou mais de 13 dias para autorizar depois que houve as mortes no Roosevelt, sabendo que ali era uma área de conflito iminente há muito tempo?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Senador, não sei se começo pela boa pergunta. É o caso de os antropólogos escolherem. Pode acreditar, Senador, os antropólogos não escolhem do inefável o que é uma terra indígena. Eles estão lá com os índios. Os índios é que determinam, é que dizem onde está a sua história. Se fôssemos seguir todas as demandas dos índios, pode acreditar: o Brasil seria 90% de terra indígena, porque até os Xavante dizem que Niterói é uma palavra xavante e que eles vêm de lá e que um dia os Xavante vão chegar lá na Universidade Federal fluminense, onde eu dou aula, e vão dizer: "Aqui é uma terra xavante". Os antropólogos não fazem isso. É uma demanda, que tem certa razão ou fulcro na Constituição brasileira. Mas sei que sua opinião é mais ou menos assim. Um dia vamos chegar a um denominador comum. Procrastinar isso não convém. Um momento de tragédia é quando há um frenesi de opiniões. O senhor pode acreditar que eles falavam com a convicção de que tinham sido 300 mortos: "Furaram a barriga da menina!" E eu fiquei calado, porque sabia que não era assim. Eu estive na Câmara dos Deputados dizendo isso. Como o senhor está dizendo que só são 29? São 300 porque vieram aqui pessoas dizendo isso. Houve um frenesi, uma espécie de histeria coletiva, do qual o Congresso Nacional infelizmente não deixou de fazer parte, de querer encontrar o bode expiatório nisso, que durante um certo tempo chamava-se Valter Bloss. Em outro momento, foi o Presidente da Funai, porque o Valter Bloss era o agente dele. Houve um momento em um Senador disse isso nesta Casa. A minha mãe me ligou dizendo que estava com medo de sair na rua com o anel de brilhante que meu pai lhe deu quando nasci. Disse que se encontrasse com o Senador ele poderia pensar que é o brilhante de lá. Respondi-lhe que não era bem isso, mas era uma coisa histérica.

Não é verdade que a Funai não tenha permitido a entrada. A Polícia Federal estava indecisa, não sabia como fazer ou como estava isso? Nunca ocorreu o fato de não permitir, não entrar. Quando a Funai diria isso para a Polícia Federal em um caso desses? Não, não entre. O que aconteceu? Os garimpeiros queriam ir lá. Era sim. Os garimpeiros queriam entrar lá para resgatar os corpos, e a Polícia Federal disse não, assim como a Funai, porque haveria um massacre muito maior ali. Então, era nesse sentido. A Polícia Federal

não pediu permissão para ver isso. Não era isso. Foram lá, procuraram...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, o próprio Governador relatou que a Polícia Militar não foi autorizada a entrar lá. S. Exª esteve lá, e a Funai não deixou a Polícia Militar e a Polícia Civil entrarem na reserva para verificarem a quantidade de mortos, resgatar os corpos ou mesmo encontrá-los.

Com relação à informação de eram 300, todos os garimpeiros que fizeram relatos aqui nos disseram que eram em torno de 150, ou seja, que menos de 200 garimpeiros estavam na Grota do Sossego e que só voltaram...

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Mas em todo o conjunto o número de 300 garimpeiros saiu em várias coisas. Quando estive na Câmara dos Deputados, eram 300 garimpeiros.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas os que estiveram na nossa audiência não relataram que havia 300 garimpeiros. Eles relataram que eram em torno de 150.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Não. Trezentos mortos. No garimpo do Sossego havia 150, e que voltaram vários estropiados. Estavam faltando quantos? Eles disseram que eram 50, 100. Mas no conjunto de mortes, não nesse..., mas desde de não sei quando, eles falaram no início esse número alarmante.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR)– Quanto à autorização, Sr. Presidente, conversei com o Superintendente da Polícia Federal e com o Delegado da Polícia Federal da região de Vilhena, o Dr. Guilherme, e eles falaram que não tinham autorização da Funai para entrar na área. Eles estavam aguardando a autorização porque a Funai tinha que autorizar a Polícia Federal a entrar na área para resgatar os corpos.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Isso faz parte dessas coisas. Quanto à Polícia Militar o senhor tem razão, porque estava naquela área como parte da coisa dos garimpeiros. Se vai a Polícia Militar com os garimpeiros, não vai. Mas a Polícia Federal, no momento em que se dispôs e houve a possibilidade, isso foi feito. Buscar imediatamente onde era a localização, que não era distante. Estava há dois quilômetros de distância desses três primeiros que foram resgatados.

Não houve proibição da Funai para a Polícia Federal. A Funai não proíbe. Mas houve a proibição de garimpeiros para resgatar os corpos como estava em seus planos ou nos da Polícia Militar porque eu sabia que haveria alguma coisa muito séria.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Senador acabou de afirmar aqui que a Polícia Federal falou que não tinha autorização da Funai.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Eu não sei o que dizer. O senhor não...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Essas coisas são sempre assim mesmo. Por exemplo, estou me baseando em torno de 150 para os 300 garimpeiros de que falaram, e talvez ainda haja alguns desaparecidos. É mais ou menos como o caso dos 5 milhões de índios que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses. Essa é uma hipótese como o é a dos 300 garimpeiros. Se houvesse 5 milhões de índios aqui, nossa cultura deveria estar como a dos Incas e dos Astecas e não apenas como a dos nossos índios. Nossos índios seriam muito primitivos porque havia 5 milhões de pessoas e ficaram naquele estágio de civilização. Não acredito que os brasileiros fossem tão burros assim. Nossos brasileiros são muito inteligentes e os nossos índios, meus irmãos, índios de Roraima, são muito inteligentes e defendem suas opiniões.

Só estou reafirmando o que o senhor disse, que a Polícia Federal disse que não havia autorização. Então, fica o senhor dizendo que não era, e o Senador dizendo que recebeu outra informação. A informação não está clara.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Nesse sentido, eu me coloco, com humildade, diante do Senador. Mas não é a opinião da Funai, a visão da Funai, de que a Polícia Federal entra, em qualquer momento que for necessário. O que houve, desde o início, foi de garimpeiro querer fazer grupo para entrar. E era o que estava logo no início. "Ah, os garimpeiros. Nós queremos entrar". E ficavam: "Não. Não entra não. É garimpeiro, não vai lá não. Porque vai acontecer um desastre maior."

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vamos ouvir agora o Relator, Senador Delcídio Amaral.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Gostaria de cumprimentar, mais uma vez, e manifestar a alegria de contar com o senhor a fim de que conversemos sobre questões tão importantes, não só com relação à política indigenista no País, as dificuldades da Funai, o trabalho que a Funai tem desenvolvido, e também trocando opiniões e idéias com os Senadores sobre essas questões tão relevantes. Eu queria, primeiro, saudar esse encontro para discutir as políticas indigenistas, principalmente com os países limítrofes, e também fazendo um apanhado das políticas indigenistas nas Américas. É muito importante. É uma iniciativa fantástica. E não tenho dúvida alguma de que o Senado Federal vai estar muito presente. Porque temos um interesse grande também em comungar essas experiências com outros países.

Mas serei bastante objetivo, Mércio, até para que possamos aproveitar a oportunidade da sua presença

no sentido de buscar soluções práticas e soluções que, efetivamente, busquem alternativas concretas para as questões indígenas que têm afligido o dia a dia de muitos Estados brasileiros. Sou testemunha do que meu Estado tem passado, as dificuldades, as dissensões, V. Sª conhece bem, pois tem ido com freqüência ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Primeiro, discutimos Raposa Serra do Sol. Existe um posicionamento da Funai muito claro nesse sentido, V. Sª foi bastante explícito, e existe uma posição das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no que se refere à Raposa Serra do Sol. É importante também destacar que, no caso de Raposa Serra do Sol, existe uma liminar, um processo judicial, hoje correndo. Inclusive, tive a oportunidade de ter acesso ao parecer da Desembargadora, que, de certa forma, ratifica um posicionamento anterior e muito alinhado com o que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram. Depois veio Mato Grosso do Sul, como bem disse o Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, dentro da seqüência toda que a Comissão Externa do Senado Federal tem realizado, de visitas a vários Estados brasileiros, onde foram apresentadas propostas que demonstravam o consenso da Comissão, principalmente com relação a atitudes mais duras, atitudes mais firmes, principalmente em função da realidade de Mato Grosso do Sul. Não estou fazendo aqui um juízo de valor ainda das políticas e das ações todas na Funai em meu Estado. Mas sugestões propostas que levassem a soluções rápidas, porque lá as dificuldades continuam, e esse assunto tem sido sistematicamente tratado pelos meios de comunicação, pelas lideranças políticas. Quer dizer, é um assunto em que ainda há absoluta ansiedade em relação a uma solução. Quer dizer, um processo de pacificação e, mais do que nunca, de harmonia, especialmente ali no cone sul do Estado, ali na região, que você esteve lá, de Iguatemi, de Japorã e assim por diante.

Santa Catarina, vamos discutir na próxima semana. Amanhã, estaremos indo a Rondônia, para fazermos uma visita à Reserva de Roosevelt.

Entendo que estamos encaminhando todo um conjunto de propostas no sentido de discutir com o Governo Federal, discutir com o Ministério da Justiça, especialmente com a Funai, buscar soluções, onde cada um venha, dentro da sua experiência, prestar bons serviços ao País. Quer dizer, dentro de uma ótica que não é a Funai, que está acima do bem e do mal, não são os Senadores os inimigos das várias etnias indígenas. Eu nem poderia fazer isso, porque meu Estado é quase que uma referência. Temos a segunda população indígena do Brasil. Então, entendo que esse conjunto, esses debates todos que estão sendo promovidos e essas propostas, algumas mais suaves, outras mais duras, mas isso é do processo. E o Parlamento é assim. E tenho visto algumas opiniões de pessoas: ah, essa Comissão é contra índio; ah, porque o tratamento é um tratamento parcial, tendencioso. Muito pelo contrário. A regra do Parlamento é a negociação, o bom senso, ouvir, ter humildade, não discutir as questões todas já com posições do tipo: não li, não gostei. Acho que estamos num processo de interação, um processo interativo que vai ajudar a Funai e, mais do que nunca, vai mostrar que esta Comissão vai trazer bons resultados para a política indigenista no País. Ninguém está querendo aqui assumir o comando da política indigenista no Brasil por meio do Senado Federal. Temos uma série de atividades, como Senadores, em função das responsabilidades que temos nos vários Estados, desde infra-estrutura, educação, saúde, enfim, um sem-número de temas.

O que precisa ficar mais claro do que nunca é que queremos ajudar a Funai. Agora fui perguntado pela imprensa do meu Estado sobre dívidas da Funai lá em Dourados. E respondi, claramente: – A Funai, com as dificuldades que tem... Observamos tantos problemas em vários setores do Governo, imagine se a Funai... Ontem foi dito aqui que ser Presidente da Funai é um castigo, como alguns Senadores aqui, como nós nesta audiência pública tivemos a oportunidade inclusive de, com alguma sutileza, mostrar as dificuldades que você, como Presidente da Funai, tem. Quer dizer, os desafios da Funai. Um orçamento que a Funai faça frente às responsabilidades que tem com relação às várias etnias. Falamos aqui, e o Senador Paulo Elifas foi muito consistente nisso, a auto-suficiência, e você respondendo muito bem, como homem experiente que é. Não adianta, o Estado vai ter que ter uma presença muito forte para que essas etnias indígenas subsistam. E para isso você tem que ter o quê? Você tem que ter instrumento, orçamento, pagar suas contas em dia. Você tem que ter quadro próprio. Você hoje opera uma série de aldeias onde você depende da educação de um Ministério que não está vinculado a sua área, onde você depende, na saúde, da Funasa. Será que, com a força que o Senado tem, com a vontade que os Senadores e o Congresso têm de ajudar a Funai, será que não podemos buscar alternativas e soluções que fortaleçam sua posição e a da Funai?

E agora, outro assunto que vamos abordar, fruto dessa visita a Rondônia, as questões minerais. Como vamos nos defrontar com esse posicionamento relativo aos garimpos, à regularização dessa exploração mineral, se é que essa é a decisão mais coerente. Vamos criar uma empresa para fazer esse tipo de atividade, uma empresa estatal ou não, ou vamos ado-

tar a sugestão do Senador Raupp, e fazer com que a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais assuma essas atribuições.

Penso que temos que discutir francamente com V. Sª e com os Ministérios da Justiça, de Minas e Energia, do Planejamento e da Fazenda, porque existem outras questões complexas também. As indenizações, muito produtores querem sair, mas eles vivem e produzem há muito tempo. E como foi dito, existem títulos dominiais, são gerações. E como fica isso? E entendo nitidamente a sua defesa em relação à indenização de benfeitorias. Tudo isso tem toda uma conceituação que pautou inclusive um artigo específico para a política indigenista na Constituição de 1988.

São questões que agora vão ficar cada vez mais claras e não tenho dúvidas, e conto com a Funai, para que tenhamos efetividade nesta Comissão. Penso que não adianta simplesmente dizer que não vamos discutir, vamos empurrando com a barriga a solução. Isso não leva a nada, não constrói nada para o País.

O Brasil precisa mais do que nunca de soluções, de propostas corajosas, às vezes até bastante questionadas, polêmicas, mas tenham a certeza de que com o diálogo chegamos lá. Penso que todos os Senadores aqui estão absolutamente imbuídos desse propósito.

Queria fazer só alguns comentários, aproveitando a oportunidade, Mércio, e peço que o senhor fale um pouco. Quando tratamos de Rondônia, o senhor fez uma afirmação sobre o controle das ações indígenas, controle feito pela Funai. Queria que o senhor detalhasse mais um pouco essa questão do regime tutelar que está previsto no Estatuto do Índio e como o senhor está vendo isso.

Segundo, no que se refere à exploração mineral, na verdade, para entender um pouco essa questão, os índios têm, no meu entendimento, direito à participação na lavra, mas não poder decisório, que é da União e ainda, em última análise, é quem detém a propriedade das terras e do subsolo, quer dizer, esse conceito dito aqui de que os índios têm o usufruto sobre o solo, rios e lagos e não sobre o subsolo. Queria que o senhor aproveitasse a oportunidade e esclarecesse esses pontos.

O terceiro ponto. Estamos com o Estatuto do Índio, temos vários projetos que estão tramitando no Congresso. Qual é a sua leitura, para otimizarmos, tanta gente já perdeu tanto tempo, já debateu tantas vezes. Como podemos objetivar, quer dizer, deixar que essa discussão de políticas indigenistas como um dogma, uma coisa quase intocável e que está, muito pelo contrário, trazendo problemas para as etnias e para sociedade em geral. Como o senhor vê isso e como é que poderíamos construir uma solução conjunta *vis-à-vis* os projetos todos que tramitam aqui no Congresso.

O quarto ponto. É evidente que vamos a Rondônia amanhã, ouvimos muitas pessoas. Ouvimos prefeito, garimpeiros, juízes; ouvimos um mundo de gente, como fizemos em outros Estados. No caso específico de Rondônia, quase que fomos à exaustão. Tivemos uma série de sessões, uma série de audiências públicas onde ouvimos os principais atores desse processo.

Quero aqui externar uma opinião muito pessoal de tudo que ouvi. Você falou um pouco da tragédia anunciada, e essas coisas todas. Às vezes, uma falta de controle sobre as atitudes dos Cinta-Larga, quer dizer, essa posição, que você colocou muito claramente, de certa maneira vulnerável da Funai com relação a esses acontecimentos que, dentro do enfoque que você colocou, foram acontecimentos pontuais, circunstanciais, como se fosse... Aliás, o Bloss quando esteve aqui, disse que era como se fosse um curto circuito. Ele não sabe por que, não sabe como, não entende direito, mas, na verdade, quase que houve um ponto fora da curva que levou a esse massacre que todos tomamos conhecimento. Isso é muito ruim para o País, para a política indigenista, ruim para todos nós.

Quero dizer a você que, infelizmente, de tudo que ouvimos, o que aconteceu em Rondônia não foi circunstancial, não foi um episódio, um fato pontual; aquilo estava absolutamente sinalizado que ia acontecer, não só mostrando essas preocupações que você externou muito bem, mas autoridades do próprio Estado já alertavam para isso, a sociedade civil já alertava sobre isso. Vivi na Amazônia por muitos anos, sei como é garimpo. Vivi naquela região de Serra Pelada, de Marabá, a região do Xingu.

Essas questões de garimpo são questões cruciais, preocupantes. Foi dito aqui, testemunhado. O garimpeiro é ágil, conhece bem a mata, transita fácil e conversa muito. Você até usou uma expressão "Grota do Sossego", que é um nome completamente atípico numa situação tão dramática como a que ocorreu. Eles disseram, vários deles, quem em garimpo – é verdade porque quando vivi na Amazônia eu percebia nitidamente isso, – quando eles descobrem alguma coisa, rapidamente aquilo se espalha, porque o garimpeiro conversa demais e eles trocam, por sinal, por conversa, de todas as formas eles se comunicam, e, até em pontos distantes, um acaba sabendo a realidade do outro e a fofoca corre solta. Então o que eu penso é que Rondônia - não quero aqui responsabilizar ninguém, até porque vamos conversar, estamos levantando essas audiências todas, refletindo sobre o que estamos ouvindo - mas Rondônia, não tenho dúvida nenhuma de que o que aconteceu, a base e a origem vem de atos ilegais.

Ela está pautada em atos ilegais; ela está pautada em uma operação de terceiros dentro de uma área que deveria ser preservada em função da demarcação, da própria realidade dos Cinta-Larga e do trabalho que a própria Funai vinha desenvolvendo. O que aconteceu em Rondônia não foi meramente uma simples defesa de uma área invadida ou de um direito – essa palavra é importante – que os Cinta-Larga têm sobre aquela área. Por todas as indicações, por todas as variáveis, por tudo aquilo que ouvimos, existe uma atividade terceira marginal, que teve como conseqüência o massacre. Agora, quem foi o responsável? Vamos procurar saber isso, mas isso ficou um assunto absolutamente mal resolvido. Aliás, por meio de vários depoimentos, constatamos nitidamente que as atividades continuam, não durante o dia, mas, durante a noite, quando o "pau come". As atividades continuam.

Vejam a situação absolutamente dramática com que nos defrontamos: um massacre em que as causas ficaram absolutamente incompreendidas; depois, um cerco do Exército, da Polícia Federal, mas não se procurou constatar se aquilo que efetivamente aconteceu restringe-se aos 34 corpos encontrados ou se existem outros mais. Depoimentos de pessoas aqui, que conhecem muito bem a região, dizem que não se vai achar mais nada lá, porque o tempo passou. Não foi feito um processo que é absolutamente natural, até para apurar, até por uma questão de humanidade: uma varredura na região. Não foi feita a varredura. Estou falando de uma varredura para valer, para olhar efetivamente as conseqüências de um massacre, que não me cabe aqui dizer quem foi o responsável.

O que temos hoje? Uma questão mal resolvida, a área isolada e aparentemente os terceiros, porque as evidências mostram que existia uma terceirização operando ali dentro... Não é possível que tudo isso tenha acontecido e os fatos que foram aqui relatados não levem a algum tipo de operação terceirizada. O próprio Valter Bloss citou aqui que uma das coisas recorrentes era falar de avião, aviões desciam, aviões subiam, aviões com uma bola vermelha, aviões não sei o quê. O foco apresentado pelo Valter Bloss era exatamente de que os aviões de que ele tinha conhecimento eram os que levavam suprimento. Mas ele mesmo não garantiu naquilo que ele nos contou, porque, segundo ele, existiam alternativas também de pouso e de decolagem de aviões. Pelo que ouvimos aqui, é inacreditável que as pessoas tenham montado uma realidade tão coincidente. Nem nós, que somos articulados, conseguimos. Se se fizer uma reunião com dez Senadores e se combinar uma estratégia, pode-se colocar no plenário que não vai ser algo absolutamente unânime. Certamente, entrará a história, a cultura, o ponto de vista de cada um e não se conseguira dar a uniformidade que verificamos aqui, com detalhes, coisas citadas por pessoas que conviveram com os Cinta-Larga, dizendo até como as pedras saíam. Eram garrafas de Coca-Cola de dois litros, que aquilo era negociado. Não podemos achar que aquilo foi um acidente de percurso pura e simplesmente. A questão de Rondônia demonstra nitidamente que aquilo foi manipulado. Uma manipulação, fruto de interesses econômicos, levou a essa situação onde os índios também são vítimas. Os índios também são vítimas de um processo que foi "externacionalizado" e operado via terceiros lá em Rondônia. Essa é a verdade. Muitas pessoas que inclusive depuseram nessas audiências públicas sabem até os endereços, como os aviões saiam de lá, para onde esses aviões partiam, as pessoas que viviam nessa região, as operações que eram detectadas em cidades próximas. O próprio Valter Bloss, no depoimento dele, chegou sutilmente a sugerir alguns nomes que eram sabidamente conhecidos, que atuavam lá na região.

Então, é inacreditável achar que simplesmente - e acho até que a posição que foi colocada inicialmente de defesa lá da reserva, é as vezes até, o argumento utilizado pueril, perto do que ouvimos. Aquilo foi uma operação mesmo, montada onde se detectou no meio do caminho que havia um risco iminente em função de uma ação fortíssima dos garimpeiros, e sem controle, como você falou, porque eles entram mesmo. Garimpeiro conhece a área como ninguém.

Então, para concluir, pode ser que cheguemos a uma conclusão totalmente diferente, sem querer culpar ninguém, mas que tem mão de terceiros nesse processo não tenho dúvida alguma, porque as evidências, Mércio, são absolutamente consistentes, desde o transporte, do acesso, da comercialização, de como saía, das pessoas. Todos eles têm conhecimento disso.

No caso, e eu até entendo, a Funai, pela estrutura não tinha condições de fazer frente a isso. Eu vivi processos de garimpagem na Amazônia incontroláveis. Você não conseguia controlar. E olha que naquela época nós tínhamos uma estrutura violenta lá dentro do Pará, porque tocávamos vários projetos de infra-estrutura na região e mesmo assim era difícil.

Então, para resumir, eu acho Mércio, que a despeito de todo esforço da Funai, Rondônia efetivamente não foi um ponto fora da curva ou o episódio não foi um caso circunstancial. Em Rondônia, foi uma seqüência de ações mal intencionadas que levaram a esse desastre que aconteceu lá, e que foi ruim para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passo a palavra ao Dr. Mércio Pereira Gomes, para as suas considerações finais, para que possamos concluir essa reunião, que está sendo muito proveitosa.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, muito obrigado Senador Delcídio Amaral por suas considerações muito profundas e por suas avaliações de todo esse processo.

O senhor fez quatro indagações, como fez quatro ponderações, e outras anteriores. Primeiro, agradeço muito a sua ponderação sobre o papel do Congresso Nacional em relação à política indigenista, ao Governo Federal, do Legislativo e do Executivo.

Eu acho que tem havido uma tradição. Aliás, foram o Senado e a Câmara, em uma Assembléia Constituinte, que fizeram a Constituição de 88. Então, nós estamos seguindo uma norma constitucional criada por este Congresso, por esta Casa.

Creio que tudo pode ser analisado em qualquer situação. Nós estamos para fazer análise, mas estamos seguindo a Funai. Mas a Funai segue esses preceitos constitucionais e essas determinações. Acho que deve continuar fazendo isso até que haja uma reconsideração da Casa a respeito do que é o papel do Estado brasileiro em relação aos índios.

Quero, no entanto, dizer que acho que essa Constituição de 88 é o ápice, o ponto mais alto da trajetória de reconhecimento dos povos indígenas, do valor dos povos indígenas, do reconhecimento de uma dívida brasileira, da busca de uma solução e de uma nova pactuação dessas relações. Animo-me muito com o fato de que o Congresso esteja se debruçando sobre a questão. Trato, exatamente, do fundamental para o Congresso: a modificação do Estatuto do Índio. A criação de um novo Estatuto que seja condizente com os tempos, com as dificuldades, com os progressos que houve nos últimos anos, desde 1973, com as transformações que aconteceram nesses 30 anos.

Comemoramos o Estatuto do Índio em 19 de dezembro do ano passado. Fiz essa comemoração. Alguns antropólogos entenderam que era algo caduco, que o Estatuto era caduco. Houve críticas, mas entendi que era importante. Sou um homem que me considero parte da História brasileira. Considero-me descendente de Darcy Ribeiro e de Rondon. Considero-me descendende de Gonçalves Dias e José Bonifácio, do espírito que, desde o início do Brasil, formou um sentimento de que os índios fazem parte da nossa História. Creio, portanto, que deve haver um respeito à História. Respeito as possibilidades, pois o avanço é o que importa.

Esta Casa tem que pensar no Estatuto do Índio. As propostas que há, que foram discutidas, estão aí há algum tempo. Desde 1991. Houve mudanças em 1996. Há discussões, também, no seio do Governo, do Executivo, sobre isso.

O Estatuto de 73 é uma das leis mais defensoras, mais fortes, que o Brasil já produziu em relação aos índios. O tema na Constituição de 1988 só existiu por causa do Estatuto de 1973. Certamente, essa modificação virá, também, com esse mesmo sentido de ampliação dos direitos indígenas, do reconhecimento do Brasil e de abertura de possibilidades para a repactuação dessas relações já em bases consolidadas, com terras demarcadas, homologadas, com direitos consignados, demarcados, com uma visão do que é saúde, de continuidade, de permanência e de futuro para todos os povos indígenas. O Estatuto do Índio deve ser pensado desse modo. O Executivo também está pensando nisso. A junção desses dois Poderes brasileiros é que vai transformar isso, juntamente com os índios, com populações, com lideranças que estão nas cidades, com lideranças locais. Com a avaliação de tudo isso é que vamos fazer um Estatuto do Índio para o futuro do Brasil.

V. Sª fala do regime tutelar. Eu também. É uma das coisas que os mais acirrados querem mudar. Tutela! O Índio não pode ser tutelado, é um cidadão. Apresentam a tutela com uma diminuição do **status** do índio, de Estatuto do Índio, de sua condição de cidadão. Várias outras figuras jurídicas importantes no País, como Aristides Junqueira, que foi Procurador durante quatro anos ou o Professor Dalmo de Abreu Dallari têm analisado a questão. Dizem que o sistema tutelar foi alguma coisa reconhecida no Estado brasileiro há muitos anos, na verdade desde 1831, no Ato Adicional nº 1, do mesmo ano, que permitiu a regência e tudo o mais, também está consignado aí. A idéia de tutela foi o modo jurídico pelo qual o Estado tinha responsabilidade sobre os índios. Essa tradição permaneceu. A tutela significa para pessoas que estão relativamente capazes para certos atos. Não é "relativamente capaz" no sentido de alguma coisa diferente dos demais. Lembrem-se que o Código Civil de 1916 consignava também às mulheres a tutela. Eram relativamente capazes para certos atos e não a todos os atos. Elas só podiam comprar com a assinatura do marido, do pai. São coisas que, naturalmente, o Direito mudou. O índio também é cidadão, tem passaporte. Desde a época do Juruna, quando ele foi para o Tribunal de Direitos Humanos, na Holanda, em 1980, que acabou. Qualquer idéia de que a tutela é um impeditivo dos direitos humanos e dos direitos de cidadão de poder ter carteira, de votar, de ser votado. Não é um impedimento, a tutela é em relação a certos atos, atos de comércio, atos de relação de contrato sobre direito, sobre terra, sobre recursos, sobre venda.

Aí é que a Funai se interpõe com essa capacidade tutelar, que não precisa, de certa forma, se houver um

outro mecanismo. Por exemplo, o Ministério Público não tem essa capacidade tutelar, mas está consignado na Constituição que é uma parte que deve acompanhar as demandas das comunidades e associações dos povos indígenas, ou seja, os seus direitos.

Não vejo vergonha alguma nesse negócio de tutela, inteira tutela, mas muita gente vê e pensa que isso seja um impeditivo da capacidade indígena, ou é um simbólico de um sentimento de desrespeito à capacidade intelectual dos índios e aos seus direitos de cidadão. Não creio numa coisa nem em outra. Mas essa é uma discussão que tem que ser colocada.

Penso que, se tirar a tutela, que se encontre, então, um mecanismo adequado, próprio, para vermos qual o tipo de intervenção que deve haver no caso de mineradores invadirem área dos Ianomâmi. Por que você vai tirar a tutela? O que lhe dá o direito de proteger os índios? Onde está consignado? Qual é o elemento jurídico de se fazer isso? Então, tudo bem! Que se faça! Essa é uma discussão do Estatuto dos Povos Indígenas.

Certamente que, quando essa discussão vier, vai cair a tutela por terra, mas creio que, enquanto não cair, ela tem essa dimensão mínima, que não é nem de desrespeito nem de sobreposição do Estado sobre os índios. O Estado não pode dizer "você faz o que quero, por causa da tutela". O índio não é criança por ser tutela. Ele é relativamente capaz a certos atos. Somente essa que é a interpretação dos juristas brasileiros sobre a tutela.

Então o Estatuto do Índio e isso daí estão mais ou menos respondidos, acredito.

O que os índios detêm sobre o subsolo? Essa foi uma ponderação importantíssima que o senhor fez. Em nenhuma Constituição brasileira houve algo, mas, no Estatuto do Índio, arts. 44 e 45, fala-se isto: a mineração, em terra indígena, é usufruto e direito dos próprios índios. Aí usa esses conceitos de cata, faiscação e garimpagem, e não a palavra mineração propriamente dita.

Então os índios têm direito à cata. O que é a cata? É o que está na superfície? O que é faiscação? É o que está na superfície? Esses são conceitos geológicos cuja interpretação estão aí buscando. Essa era uma das razões que permitia à Funai e outros dizerem: "Bom, Cinta-Larga, você pode catar, porque está no art. 44, e terceiros não o podem, porque tem que ser regulamentado pelo 231" Então o Dr. Dalmo Dallari falou-me isto: "Olha, está aqui consignado, e ele pode catar; e não pode terceiro, porque o 231 diz que não pode".

Agora, a Legislação Maior brasileira diz que o subsolo é da União. É verdade! Aí tem que ver onde é o subsolo, do que se constitui o subsolo etc. O subsolo é mineral, em geral, é isso? Porque há minérios que não estão em subsolo, e outros. O rio, a água mineral é um minério também. Ou, sei lá, você chegar a um rio e usar uma bateia não é subsolo. Você está peneirando ouro, faiscando.

Isso tudo tem que ser colocado e resolvido. Mas, em tese, portanto, se o subsolo não é de ninguém, só da União, os índios também não têm direito ao subsolo. Nesse "em tese", você pode entender "em tese".

Mas aí é que estão as discussões. Penso que foi o Senador Augusto Botelho que disse: "se alguém descobrir petróleo na minha terra...", ou foi o Senador Elifas, "se descobrir, na minha terra, o petróleo, vou querer alguma coisa desse petróleo". Qual o direito que tenho sobre isso? Qual é? É uma porcentagem, é uma indenização, é um **royaltie**? Tem que saber direito o que é isso.

As companhias de mineração de água mineral entram, furam e buscam água mineral. Pedem o direito ao DNPM, isso é uma concessão de uma lavra, então depois disso se ganham essas coisas.

Acho que isso é uma legislação a ser feita. O que eu sei é que se nesse momento você pegar dois juristas e dizer, o índio Cinta-Larga tem direito a fazer o que estava fazendo com os garimpeiros que foram retirados? Um vai dizer que sim e outro vai dizer que não. Acho que vai ser assim. Creio que vai ser assim, 50 a 50. Aí eles vão entrar de cabeça um no outro, porque tem uma lei, tem uma lei que é o Estatuto do Índio de 2000, a Lei nº 6.001, de 1973 e tem outra Lei nº 231, que diz que evidentemente está falando de terceiros que estejam interessados. Tem que ser na forma da lei a utilização disso tudo. E tem a outra lei maior que diz que subsolo é da União. Então, eu fico nesta dúvida também. Mais os índios tinham convicção de que eles podem fazer e eles vão dizer para o senhor quando os senhor estiver lá, que eles vão dizer, nós queremos fazer isto, porque tem isso na lei.

Agora o senhor falou com muita propriedade e com muita capacidade filosófica sobre o que foi a tragédia, eu fico pensando em tragédia grega, porque é que os gregos evitaram esta palavra. Essa imagem que o senhor usou de curto circuito. Bom para os gregos não era curto circuito, estava escrito, de todo modo, nós mortais é que não sabíamos o que ia acontecer. O Édipo casou-se com a Jocasta, que era a sua mãe, não porque ele soubesse, mas os deuses sabiam, estavam sacaneando o Édipo, e a tragédia é isso. É nós não termos a capacidade de saber o que estamos fazendo; E a derrota vir como um significado maior, que depois a gente vê. É muito fácil depois dizer, é mais estava escrito que esses índios Cinta-Larga iam

matar 29 garimpeiros. Estava escrito. Nunca haviam feito isto antes de tal modo. Nunca tinha havido uma história dessas desde 1.600. Ao contrário. Então, aí o senhor também faz uma avaliação de uma ordem que eu não posso dizer, Senador, que eu não concordo e nem discordo do Senhor, que havia terceiros nisso, que havia insuflamentos nisso. O Senhor insinuou e aludiu a diversas possibilidades que, certamente, a Polícia Federal está avaliando isso. Compradores, terceiros, etc. Mas do ponto de um antropólogo, que tem alguma experiência nisso ou indigenista, ninguém faz uma coisa desta com índio. Vão dizer: Olha, arruma um jeitinho aí em dar uma parada nesses caras que estão aí porque a sua vida vai ficar melhor.

Então, o sentido da tragédia grega ou no sentido mais inteligente sobre isso, porque eu não tenho digamos essa capacidade de avaliar com tanta clareza. A minha experiência de antropólogo, o meu conhecimento limitado de Presidente de Funai, de antropólogo, de brasileiro, é de que você não alicia índios para fazer um ato desse por uma promessa, por uma coisa, por um entendimento de que ia ser melhor e tal, porque isso é muito difícil de se fazer isso, sobretudo quando tudo indica de quem cometeram esses atos não foram aqueles que têm um trato, mais foi um troço intempestivo de guerreiros em condições diferentes que nem estavam compreendendo a dimensão do rolo, das confusões, etc.

Por isso é que eu tenderia a não concordar com essa sua análise. Você está fazendo uma análise jogando uma hipótese não sei se a sua crença é tão absoluta também. Eu tenho a impressão de que V. Exª está jogando uma hipótese que talvez tenha um fundamento. Certamente, a Polícia Federal pode até avaliar melhor.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Inclusive, Sr. Presidente, o senhor deve saber que esse programa do **(ininteligível)** é tão grave, tão sério, que existiam inclusive escutas telefônicas autorizadas e existem pessoas presas, hoje, em função dessa investigação. Quer dizer, nós notamos, nitidamente, que era uma estrutura montada em cima desse garimpo, de uma maneira absolutamente intensa e muito bem concebida, porque isso já vinha sendo motivo de uma investigação dos órgãos de segurança e da Polícia Federal, exatamente pela suspeição que já havia.

Quer dizer, são fatos concretos, são fatos palpáveis, são fatos detectáveis, que qualquer pessoa pode absolutamente compreender. Então, já existia alguma coisa que caminhava errado, porque isso não ensejaria toda essa estrutura montada de supervisão e de monitoramento, inclusive os diálogos todos acontecidos e as pessoas que efetivamente operavam naquela região. Um deles, inclusive, que é um empresário de São Paulo, é um dos indiciados, indicando nitidamente que ele era um dos intermediários desse processo como um todo de comercialização de pedras. Quer dizer, isso você pode acessar em qualquer órgão de comunicação, de imprensa, enfim, está muito claro, está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ao encerrar esta reunião, quero agradecer a presença do Dr. Mércio, e dizer que o Senado está fazendo, por meio desta Comissão, designada pela Mesa do Senado, um trabalho que entendo deveria estar sendo feito há mais tempo, que é justamente discutir a política indígena do País, de uma maneira serena, equilibrada, ouvindo todas as partes, procurando o diálogo e procurando acabar com determinadas posições sectárias que existem, às vezes de um lado, às vezes de outro. Buscaremos, daqui para frente, uma situação nova, em que não haja pessoas demonizadas, como são demonizados hoje os garimpeiros, os fazendeiros e os agricultores ou, por outro lado também, demonizando a posição de algumas organizações indígenas.

Entendo que podemos, a partir desta Comissão, produzir um trabalho que possamos harmonizar, para que possamos ter soluções compatíveis com os interesses dos índios e os da população não-índia, portanto compatível com o interesse do Brasil.

Quero, portanto, agradecer mais uma vez a sua presença e a dos Senadores e declarar encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF

"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO DO SUL, RONDÔNIA, MATO-GROSSSO, MARANHÃO, RIO GRANDE DO SUL E PARÁ INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS E APRESENTAR AO SENADO RELATÓRIO MINUCIOSO DE SUA MISSÃO".

4º Relatório da visita "in loco" ao Estado de Rondônia, realizada nos dias 18 e 19 de junho de 2003

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às 10 horas, na Reserva Roosevel, localizada no Estado de Rondônia, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senadores Delcidio Amaral e Valdir Raupp, membros, desta Comissão, reúne-se a Comissão Especial Temporária Externa, criada pelo Requerimento

nº 529, de 2003-SF **"com a finalidade de irem a Roraima, Santa Catarina, Mato-Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados e apresentar ao Senado relatório minucioso de sua missão".** Presentes também os Senadores Augusto Botelho, Paulo Elifas e a Deputada Marinha Raupp. O Presidente esclarece aos líderes indígenas e membros da comunidade Cinta Larga, residentes na Reserva Roosevelt, o objetivo da presença da Comissão e em seguida, os Senhores Parlamentares se apresentam individualmente.Fizeram uso da palavra, pela ordem, o Cacique Nacoça Pio Cinta-Larga – atual Presidente de Associação Pamaré; Carlão – Cacique dos Cinta Larga; Panderê – – Índio Cinta Larga; Senador Delcídio Amaral; Uitá – Índio Cinta Larga; Senador Valdir Raupp, Senador Paulo Elifas, Senador Augusto Botelho; Cacique João Bravo e o Senador Mozarildo Cavalcanti. Ao encerrar a Audiência na Reserva Roosevel, os membros da Comissão dirigiram-se para a cidade de Espigão D'Oeste, nos Helicópteros cedidos pela Polícia Federal. Ás doze horas e dez minutos, a Comissão é recebida na Câmara de Vereadores da cidade de Espigão D'Oeste. A Senhora Lúcia Teresa Rodrigues dos Santos – Prefeita de Espigão D'Oeste e o Vereador Antônio José Pereira do Nascimento – Presidente da Câmara de Vereadores, recepcionam os membros da Comissão, convidando-os para uma breve explanação no Auditório da Câmara de Vereadores. Ao iniciarem uma breve Audiência Pública, o Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti convida para tomarem assento à Mesa dos Trabalhos os Senhores Senadores membros da Comissão e a Deputada Federal – Mariinha Raupp; convida também os Senhores: Presidente da Câmara de Vereadores; a Prefeita de Espigão D'Oeste; o Vereador Valter Gonçalves Lara – Representante do Governador do Estado de Rondônia; Sr. Cristiano Fleger – Representante dos Produtores Rurais; o Sr. Luiz Valadares – Representante do Setor Madeireiro; Gilton Simões – Presidente do Sindicato dos Garimpeiros e o Sr. Agnelo de Arruda Pereira – Representante dos pequenos Mineradores e Garimpeiros. Ao iniciar a Audiência, o Senhor Presidente concede a palavra aos convidados que compõem a Mesa dos Trabalhos e a seguir, concede a palavra pela ordem aos Senhores Senadores Delcídio Amaral, Valdir Raupp, Augusto Botelho, Paulo Elifas e a Deputada Federal Mariinha Raupp. Após, a Presidência registra a presença dos Vereadores: Walter Gonçalves Lara; Cosmo de Novaes Ferreira; Célio Renato da Silveira; Cícero Sampaio Leite; Pedro Cândido Cesário; Marisane Lucila Turatti; Aildo Josué Nogueira; Nestor Romeu; Jadir Schultz e a Prefeita de Cacoal – Sra. Sueli Aragão. Ao encerrar os trabalhos na Câmara de Vereadores de Espigão D'Oeste, o Senhor Presidente agradece a presença de todos os Parlamentares e demais participantes e representantes da sociedade civil. Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na sede da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti e ainda com a presença dos Senadores Delcidio Amaral e Valdir Raupp membros, desta Comissão, reúne-se a Comissão Especial Temporária. Presentes também os Senadores Augusto Botelho e Paulo Elifas e a Deputada Mariinha Raupp. Inicialmente usou da palavra o Deputado Carlão de Oliveira – Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, dando boas vindas aos membros da Comissão O Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti comunica aos presentes o objetivo da Comissão que ora realiza visita "*in loco*" ao Estado de Rondônia, e fez um breve relato aos presentes a respeito da visita dos membros da Comissão à Reserva Roosevelt como também, da acolhida aos mesmos na Câmara de Vereadores de Espigão D'Oeste e em seguida, comunica aos presentes a ausência da Senadora Fátima Cleide que se encontra hospitalizada. Após, o Presidente registra a presença do Magnífico Reitor da Universidade de Rondônia – Professor Ênio Glória da Silveira, e concede a palavra ao Deputado Nereu klosinski, que foi relator de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de Rondônia, que investigava a situação dos garimpeiros e dos índios Cinta-Larga na Reserva Roosevelt. A Presidência passa a leitura do comunicado de ausência da Sra. Emilia Altini – Representante do CIMI de Rondônia, comunica também a ausência do Dr. Paulo Roberto – Secretário de Segurança, o qual estaria acompanhando o Governador em viagem ao interior do Estado, também registra a ausência, sem prévia justificativa dos Senhores: Dr. Sílvio Roberto Amorim Júnior – Procurador-Chefe do Ministério Público Federal de Rondônia e do Dr. Oswaldo Pittaluga e Silva – Gerente-Executivo do Ibama de Rondônia. Após, a Presidência concede a palavra pela ordem aos Senhores Expositores: Dr. José Carlos Vitachi – Procurador Geral de Justiça do Estado de Rondônia; Dr. Marco Aurélio Moura – Superintendente da Polícia Federal em Rondônia; Dra. Conceição Baena – Promotora de Justiça; Sr. Antônio Morinoto – Representante da União Nacional dos garimpeiros e Mineradores do Brasil e finalmente ao Sr. José Alves da Silva – Presidente da Federação Nacional dos Garimpeiros. Os expositores foram questionados pelos Senadores Delcídio Amaral, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Paulo Elifas e pela Deputada Mariinha Raupp. Ao encerrar os trabalhos, o

Senhor Presidente agradece a participação dos convidados e demais representantes da sociedade civil pela contribuição aos trabalhos da Comissão. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei o presente Relatório de visita "in loco" ao Estado de Santa Catarina que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

RESERVA ROOSEVELT

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero desejar um bom dia a todos vocês. Somos cinco Senadores que estamos compondo uma comissão e viemos aqui para conversar com vocês pessoalmente para ver como vocês estão, o que podemos fazer para ajudar vocês, saber da realidade, como vocês estão vivendo hoje, saber se estão vivendo melhor do que ontem. Enfim, viemos ouvi-los e tentar encontrar uma solução baseados na sugestão de vocês.

Eu gostaria de ouvir o Pio ou quem ele designar. Depois poderemos fazer alguma pergunta se acharmos que alguma coisa não ficou bem entendida.

O SR. NACOÇA PIO CINTA LARGA – Em primeiro lugar, eu queria dar bom dia. Queria que cada um se apresentasse para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sou o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta Comissão. Este é o Senador Delcídio Amaral, Relator.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sou o Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sou o Senador Augusto Botelho, do PDT de Roraima.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sou o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, membro da Comissão.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Senador Paulo Elifas, do PMDB de Rondônia.

A SRA.MARINHA RAUPP (PMDB – RO) – Não sou Senadora; sou a Deputada Federal Marinha Raupp e estou acompanhando a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – As outras pessoas que estão aqui conosco são nossos assessores no Senado, que nos acompanham e nos ajudam nesse trabalho de fazer relatórios e apresentar soluções. Não estamos vindo especificamente aqui; já estivemos em Roraima, já estivemos em Mato Grosso do Sul, já estivemos em Santa Catarina. Estamos hoje aqui. Vamos, depois, a Mato Grosso, ao Rio Grande do Sul e ao Pará. Estamos estudando os problemas que estão afligindo principalmente as comunidades indígenas, para ver o que nós, no Congresso, podemos fazer para ajudar a resolver esses problemas.

O SR. NACOÇA PIO CINTA LARGA – Eu me chamo Nacoça Pio Cinta-Larga. Hoje sou o atual presidente de nossa Associação Pamaré.

Quero só dar boas-vindas a vocês. Acho que vocês criaram coragem de chegar até aqui. O cacique desta aldeia é o Carlão. Não sei se ele vai se apresentar.

Quero só dar boas-vindas em nome da comunidade da terra indígena Roosevelt, onde está havendo esse grande problema, que está preocupando nossos governantes, nossos Deputados e Senadores – não só Senadores, mas também o Estado de Rondônia. Quero dar boas-vindas a todos em nome do povo Cinta-Larga.

O SR. CARLÃO – Bom dia! Sou o cacique daqui. Muito obrigado por vocês terem vindo conhecer esta aldeia. Se vocês quiserem perguntar a cada liderança, que vai explicar o que está acontecendo aqui.

Muito obrigado por vocês terem vindo para cá.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pio, gostaria que você fizesse uma explanação para a gente, dizendo como está a situação, o que você acha, o que a comunidade está pensando. Depois, a gente alguma pergunta, e quem quiser responder...

O SR. NACOÇA PIO CINTA LARGA – Em nome da comunidade, quero dizer que hoje nós estamos aqui parados, esperando que o Governo dê uma solução para a gente sobre o garimpo. Nós, a comunidade indígena, não temos saída. Vocês sabem que nosso País hoje não dá valor a agricultor. Sei lá... Então, a única solução que nós achamos hoje para a gente explorar esse minério, mas só que nós hoje achamos que não dá para trabalhar do jeito que estava sendo. Então, queremos que o Senado ou o Governo Federal dê uma solução para nós, porque hoje órgãos do Governo estão falidos. E nós, na aldeia? Estamos sem estrada, sem escola. Nossa preocupação, hoje, é com escola. Por que nos preocupamos? Porque nossas crianças estão crescendo como nós. Não tivemos estudo. Não queremos isso. Queremos que o Governo dê uma solução para melhorar nossa vivência aqui dentro.

Outra coisa. Queremos saber qual a posição do Senado nesse caso do garimpo. Queremos saber se há como resolver esse lado. Queremos saber do Governo se vai legalizar, se vai demorar, porque precisamos decidir nossas vidas, se vamos comer macaco, frutas. Não somos mais daquele tempo. Hoje queremos aprender e defender nossos direitos, defender nossa área. Hoje pensamos assim: se o Governo não quer que mexamos, que dê um projeto para nós trabalharmos, que dê condições para trabalharmos. Hoje não podemos fazer empréstimo no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica porque temos que dar garantia para

o banco. O Governo fala que não pode. Vamos dar o quê? Como vamos fazer esse projeto? Então, dos senhores, que fazem leis, que votam as leis, que aprovam as leis, queremos saber qual a posição do Senado hoje para a comunidade indígena.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Alguém mais vai falar?

O SR. PANDERÊ – Bom dia a todos. Meu nome é Panderê e faço parte da comunidade.

O que eu queria deixar claro para os senhores é que o Governo Federal, antes de tomar uma providência, deve lembrar a comunidade, lembrar o povo Cinta-Larga e que não viemos de outro lugar, que somos daqui. Eu queria que o Governo Federal tomasse conhecimento disso antes de aprovar e passar por cima da comunidade indígena. Eu queria deixar bem claro aos senhores que devem se lembrar de nós antes de decidir.

Falamos sobre o garimpo. Não vou dizer que o senhor está aqui por outra coisa. Eu queria deixar isso bem claro. Que os senhores, antes de decidirem, nos procurem e nos digam o que será decidido. Queria pedir que vocês não se esqueçam do povo indígena antes de tomar alguma decisão.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mais alguém deseja falar? (Pausa.)

Vou, primeiramente, pedir para o Senador Delcídio falar, porque ele é o Relator. É ele que, depois de ouvir tudo, depois de ouvir a Comissão, vai apresentar as sugestões. Vou deixar de falar. Depois concluiremos. Mas quero dizer que é muito importante que vocês digam para nós até o que querem desse ponto que falaram, para levarmos isso em conta.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Quero cumprimentar a todos e, basicamente, dizer que cada Estado que esta Comissão tem visitado corresponde a uma realidade. Em Roraima há uma realidade; em Mato Grosso do Sul, meu Estado, há outra realidade; em Santa Catarina, também. Em Rondônia, evidentemente, a Comissão discutiu bastante o caso específico do Roosevelt, até em razão de tudo que aconteceu aqui, nas últimas semanas.

Como foi dito aqui pelo Pio, o foco principal da nossa conversa é a questão da mineração. Depois de tudo que aconteceu, que instrumentos o Senado precisa discutir para que, como foi muito bem dito, vocês continuem trabalhando, gerando riqueza, tendo perspectivas e um futuro melhor não só para vocês, mas para as crianças que estão aqui, em grande número.

Então, qual é a nossa intenção? Nós fizemos várias propostas, tanto para a Raposa Serra do Sol, em Roraima, como para Mato Grosso do Sul. No caso específico de Rondônia, queremos ouvir, como comentou o Senador Mozarildo Cavalcanti, como vocês enxergam essa questão do garimpo, da exploração de minério na região Cinta-Larga. Por quê? Porque essa Comissão Externa do Senado pretende fazer um projeto e aprovar uma legislação que regularize essa atividade, até para que vocês tenham tranqüilidade para trabalhar, para produzir. Mas é claro que não queremos fazer nada sem ouvir vocês. Uma das razões de termos vindo aqui foi ouvir o que vocês querem, o que acham razoável, o que acham bom, para que continuem trabalhando aqui. Com base no que vocês nos disserem, vamos conversar também com a Funai, o Ministério da Justiça e o Ministério de Minas e Energia, porque vocês sabem que esse órgão também tem relação com esse assunto específico. Depois que fizéssemos um acordo, encaminharíamos um projeto de lei para, rapidamente, regularizar essa situação, a fim de que vocês tenham também tranqüilidade para viver melhor.

Então, o objetivo importante dessa nossa conversa é realmente saber como vocês entendem a questão de garimpeiros trabalhando aqui ou não, a mecanização do garimpo, a comercialização do que é produzido aqui. Nós queríamos ouvir isso de vocês, exatamente para tentar fazer um projeto que atenda principalmente vocês. Mas de uma maneira tranqüila, que não traga nenhum tipo de problema para vocês, para que tenham condições de trabalhar aqui com segurança, zelando pela área e pelo garimpo que é de vocês.

É importante aproveitarmos essa reunião para discutir, porque estamos gravando, e isso será incorporado a um relatório que a Comissão Externa do Senado vai discutir no Senado Federal, nas próximas semanas. Ao nos dizerem o que estão pensando, vamos trabalhar, mais do que nunca, alinhados com vocês, porque essa área lhes pertence.

Nós queremos trazer tranqüilidade e evitar que venham a acontecer outros problemas que acabem prejudicando a todos, ao Estado de Rondônia e a vocês, especificamente. Estamos precisando ouvir vocês, para que montemos uma legislação que atenda ao que os Cintas-Largas esperam.

Era o que tinha a dizer.

O SR. UÍTA – Bom dia. O meu nome é Uíta. Eu quero agradecer a presença dos senhores, do Senador, que a gente conhece, já foi Governador do Estado de Rondônia.

Sejam bem-vindos dentro da nossa casa!

Eu estava ouvindo o que o Senador estava falando, mas fico meio com dúvida ainda desse depoimento. Muita gente já veio prometer que ia resolver nosso problema aqui e, muitas vezes, o branco traz mais problemas ainda para nós. Então, quero dizer para o

senhor que, aqui, é a minha casa. Aqui que vive o meu povo; vivia muito o meu povo aqui. Tem mais de 20 mil índios mortos aqui dentro.

Quero agradecer vocês, porque estão preocupados com esse diamante. Vocês não estão preocupados com nós, não; vocês estão preocupados com o diamante.

Quero deixar bem claro para vocês: eu não admito que vocês, que são autoridades lá em Brasília, Senadores... Lá vocês estão bem; lá vocês sentam bem tranqüilos, trabalhando, ganhando dinheiro. E aqui não estamos ganhando dinheiro não. Lá, vocês cuidam bem da saúde de vocês, da saúde do filho de vocês; vocês comem bem. E nós não. Vocês, brancos, trouxeram um problema maior para os índios. Então, por isso, aqui está o meu povo sofrendo na mão do branco por causa desse diamante.

Quero dizer para os senhores, que são Senadores, que os senhores lembrem de nós. Não só lembrem de vocês, não só lembrem do filho de vocês. Nós somos filhos de Deus também.

Então, quero dizer que vocês não vão pensar que vocês vão fazer as coisas lá em Brasília sem consultar a nossa comunidade. Nós vamos cuidar do que é nosso. Vou cuidar do que é meu. Igual o cacique já falou aqui, faço parte da liderança da comunidade. Quero dizer para vocês: não vão pensar que o branco vai trazer empresa aqui e que vai trazer mais problemas. Não quero isso. Quero deixar bem claro para os senhores, que são Senadores, são autoridades. Leva isso para o Presidente da República, para o Ministro da Justiça, para ficarem sabendo que nós queremos cuidar do que é nosso, como vocês estão cuidando do que é de vocês, como vocês estão cuidando do salário de vocês, cuidando do emprego de vocês.

Nós também, aqui, não dependemos de governo, não. O Governo nunca tratou de nós. Educação está difícil para os índios, a saúde acabou. Depois que tiraram a saúde da Funai, a saúde dos índios piorou.

Então, quero dizer para vocês, Srs. Senadores: quero cuidar do que é meu, dos diamantes. Não vamos deixar o branco explorar, não vamos deixar. Enquanto ele estiver vivo, não vou deixar.

Quero que o Governador, o Presidente da República reconheçam que somos nativos. Nós não viemos de outro país, não viemos da Alemanha. Deus deixou nós aqui, nesta terra. É por isso que temos ciúme desta terra.

Quero dizer para vocês que não vamos permitir que o Senado faça projetos para tirar o que é dos índios – "como é que vamos convencer os índios!". O Senado está fazendo isso, mas quero dizer para vocês, Srs. Senadores, que não quero que vocês façam isso. Quero que vocês lembrem bem da comunidade que está sofrendo, que essa riqueza que Deus deixou, deixou para nós. A empresa aqui nunca vai entrar.

Senadores, vocês são sabidos, vocês sabem escrever, mas vocês pensem bem. Não vão trazer mais problemas para os índios não. Depois que acontecer alguma coisa, vocês vão dizer: "Por que está acontecendo isso?" Vocês mesmos que estão trazendo problemas para os índios daqui. O próprio branco, o próprio Governador incentiva é o garimpeiro, querendo acabar com os índios.

Eu não quero que vocês, que são autoridades – Governadores, Senadores, Deputados – que ficam só ameaçando os índios, fazendo projetos: "Como vamos acabar com os índios? Nós temos poder para tomar essa terra dos índios." Quem tem o poder para tomar terra aqui é só Deus. Eu não quero que aconteça mais isso. Eu quero que vocês, Senadores, ajudem-nos, porque dependemos de vocês e vocês vão depender de nós também.

Eu quero que vocês pensem bem nisso. Não pensem que vão trazer empresa grande e deixar os índios chupando o dedo, não. Eu não quero isso, não. Eu quero que vocês nos ajudem e deixem-nos sossegados, ajudem para nós trabalharmos. Devagarinho, nós vamos trabalhar e nós sabemos o que vamos fazer.

Se vocês quiserem vir junto com a gente, a gente vai ajudar vocês aqui, porque nós não somos bravos não. Nós somos bravos quando o branco atira em nós. Aí, nós matamos mesmo. Se trouxer problema de novo, nós vamos matar. Não sou eu que vou matar, os outros vão querer matar. Eu não quero que o branco traga problema de novo. Nós queremos viver bem.

Avisem para o Governador do Estado de Rondônia ficar sossegado, cuidar da fazenda dele e cuidar do povo, mas eu não quero que aconteça mais isso.

Senador, lembre bem disso. Você já foi Governador aqui, nós votamos em você para Governador e nós votamos em você também para Senador. Eu quero que você lembre isso, Senador. Eu não quero que você vá em Brasília meter o pau nos índios, não, Senador! Eu quero que você nos respeite, também! Como nós somos os índios, nós respeitamos Senadores, delegados, a Polícia Federal e nós respeitamos aqui também!

Eu quero que o senhor nos ajude, como ajudamos você. Eu quero que o senhor fale bem firme desse povo, como nós acreditamos em você. Em quem nós vamos acreditar?

O senhor é o Senador. Por favor, Senador, ajude-nos nessa parte, como nós ajudamos você. Eu não quero que você esqueça.

Aqui, você está-me olhando bem, você está desejando paz aos índios. Quando sair daqui, você vai

dizer: "Eu quero que os Cintas-Largas se "f..."! Eu não quero que você faça isso mais. Eu quero que você nos ajude. Está certo, Senador? Eu quero que você ajude nessa parte, está bom? Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Bom dia a todos os senhores, às senhoras, aos jovens Cintas-Largas. Viemos aqui justamente para tentar encontrar uma solução para a reserva dos Cintas-Largas. Esse é o nosso dever, o dever da Comissão, do Presidente Mozarildo, do Delcídio, o Relator, do Augusto Botelho, do Paulo Elifas, de outros Senadores que não puderam vir aqui, da Fátima, que está doente e não pode vir.

Em momento algum nós desejamos mal a vocês. Ficamos muito tristes, mas muito tristes mesmo, quando ocorreu esse episódio passado, há dias. Lamentamos profundamente, porque isso trouxe tristeza para todos, tanto para vocês, da aldeia, quanto para as famílias das pessoas que estavam trabalhando aqui. Tudo isso porque não existe uma regulamentação, uma legalização da extração do minério, do garimpo nessa área. Sabemos que a área é de vocês, e nós, o Senado da República e o Governo, respeitamos isso, assim como respeitamos todas as etnias e todas as aldeias, porque vocês são os verdadeiros donos dessas áreas. Em momento algum nós desejamos outra coisa a não ser o bem de vocês. E nós sabíamos, pelo menos desde que se iniciou o garimpo aqui, que não iria terminar bem. Estive por três vezes com o Ministro da Justiça e com outros Parlamentares para lhes colocar a par do que estava acontecendo aqui desde o ano passado. Portanto, desde meados do ano passado nós já havíamos alertado às autoridades federais do que poderia ocorrer nesta reserva de Cinta-Larga, pois preocupavanos. Infelizmente as decisões são lentas, o País é muito grande e os problemas existem em todos os Estados praticamente, e não só nas reservas indígenas, mas em todas as áreas, como educação e saúde.

Acredito que vocês devem se lembrar que o Governo sempre tratou com muito respeito todas as comunidades indígenas, seja por meio de reuniões, de congressos, de convênios até, em que o meu Governo firmou com os povos indígenas. Inclusive tenho dito repetidas vezes no Senado que a nossa convivência, durante o período em que fui Governador, foi pacífica, harmoniosa. Espero que ela continue nos mesmos moldes para com o Senado da República, onde estou representando o nosso Estado – além do Senador Paulo Elifas, da Senadora Fátima Cleide e a Deputada Marinha – que também são vocês. Podem ter a certeza de que vamos fazer o possível e o impossível para poder encontrar uma solução que seja a melhor possível. Está certo? Não estamos aqui para condenar vocês! Aqui estamos, para, em conjunto, encontramos solução para os seus problemas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Aliás, aqui estamos – eu deveria ter dito no início – tendo em vista requerimento de autoria dos Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas, já que esta Comissão foi constituída para percorrer alguns Estados e, em face dos problemas que aqui surgiram, S. Exªs fizeram requerimento endereçado ao Presidente do Senado pedindo que a Comissão para cá se dirigisse com o objetivo de encontrar solução para os problemas. Como disse o Pio, como pode vocês terem uma mina de diamante sem ter condições de explorá-la e terem lucro com isso, no sentido de uma vida melhor. Então, estamos aqui para isso. Ou seja, quando apresentarmos uma proposta, possamos dizer que aqui estivemos e o que vocês querem, principalmente que atenda os interesses de vocês. É claro que os seus interesses deveram estar casados com os do Brasil. Como vocês mesmos disseram, vocês estão no Brasil, vocês nasceram aqui, vocês são nativos.

Para encerrar a fala dos Srs. Senadores, passo a palavra ao Senador Paulo Elifas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Muitos aqui já me conhecem. Sou de Cacoal. Era médico até fevereiro. Para essa situação, como expôs o Senador Valdir Raupp e o Uíta, existem pontos convergentes, porque tanto temos uma preocupação com a situação não só da Reserva Cinta-Larga como também a do Suruí, ou seja, a questão da sobrevivência dessas tribos por sabermos que há um grande abandono das tribos indígenas por parte da Funai, que talvez também não tenha culpa porque ela sempre se queixa de falta de recursos para dar aquilo que realmente o índio precisa.

A questão fundamental que surgiu nesta área foi a do diamante. Trata-se de uma pedra preciosa de grande valor, capaz de provocar bem-estar a todos vocês, um bem-estar que poucos podem usufruir; mas, ele também traz problemas, como já trouxe. Quando se tira o diamante da terra e não se tem para quem vendê-lo, ele não vale nada – pode colocar no estilingue e jogar para matar passarinho. É preciso ter alguém para comprar esse diamante.

Se os índios estão garimpando e os compradores estão chegando para pegar o diamante, de repente eles podem achar que a produção que a tribo consegue extrair dali é insuficiente para a ambição deles, que eles querem comprar muito mais. Fora o aspecto dos garimpeiros que estão em volta. Uma floresta imensa como essa, vocês dificilmente conseguirão controlar a presença do garimpo aqui. O pessoal entra de noite, entra por cima, entra por baixo, entra pelo rio. Então,

vocês não vão ter condições de controlar o garimpo em si, vocês como exploradores únicos da reserva.

A nossa preocupação é que se encontre uma solução para que os índios sejam reconhecidos no seu direito sobre o diamante, que está dentro da área dos índios e que, portanto, deve ser por eles explorado.

Mas, vocês hão de convir que o comércio do diamante exige produção; há a ambição dos garimpeiros que estão em volta querendo entrar na área. Como vocês vão conseguir garimpar e cuidar da área? Não tem jeito.

Foi essa a questão que trouxe aqui os Senadores. Estamos querendo encontrar uma real solução, sempre com o princípio básico de que quem deve ser beneficiado com a exploração do diamante é o índio, no caso, os Cintas-Largas, porque está dentro da sua reserva.

Era isso o que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu disse que era para encerrar mas estava me esquecendo do Senador Augusto. Deixarei S. Exª falar também.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Tenho muito prazer em estar aqui. Sinto-me feliz porque vi que até uma casa fizeram para nos receber aqui, um salão de festa. Viemos aqui também de coração aberto.

Todos nós – acho que vocês entendem assim, porque ouvi o Uíta falar em Deus duas vezes – todos nós somos filhos de Deus, não somos? Todos viemos da mesma origem de Deus. Cada um tem o seu destino, opta por trabalhar de um ou de outro jeito.

Sou de Roraima. Lá já houve garimpo no meio dos índios, eles já ganharam dinheiro, tiveram alguma coisa, e tal. Eu gostaria só de dar um conselho. Dizem que se conselho fosse bom a gente vendia, não dava. Quando vocês regularizarem isso... Entendi que ninguém quer empresa. Eu também acharia isso, se fosse dentro da minha terra um garimpo desse; eu queria ganhar uma parte dele, com todo mundo que trabalhasse. Podia até deixar as outras pessoas trabalharem, mas de acordo comigo. Só que o comércio de diamante é complicado – vocês já conhecem – um dá um preço, outro dá um outro, e ficamos no meio da confusão e os compradores grandes, que têm muito dinheiro, nos passam para trás. Eles não compram só aqui; compram no mundo todo, é um grupo que domina o diamante do mundo todo.

O conselho que eu gostaria de dar para vocês: um dia esse diamante vai acabar. Vamos supor que consigamos fazer uma lei para que o diamante seja explorado por vocês; só que um dia o diamante vai acabar. Como o diamante é uma riqueza que vem muito rápido, há uma tendência de gastamos também rápido a riqueza. Aconselho vocês a, quando começarem a explorar e que tiverem dinheiro, encher aqui de gado – já vi gado, sei que vocês sabem mexer com gado. Encham de gado, façam agricultura, o que puderem fazer e outras coisas também com o dinheiro que tirarem de lá, para vocês sobreviverem depois que acabar, porque os ianomâmis sabem tirar ouro. Tiram pouquinho, mas não ficaram folgados. Têm algumas casas na cidade, mas não estão folgados. Para ir à terra deles, é preciso pagar R$6 mil o avião, só para ir, e R$6 mil para voltar. Quer dizer, fica pesado fazer qualquer coisa lá. Então, gostaria de falar isso para vocês.

Outra coisa: quanto aos garimpeiros que vêm garimpar aqui, ficam ricos com o garimpo apenas aqueles que compram o diamante; aquele que veio comprar aqui e que levou, esse fica rico. Nós, que trabalhamos no garimpo, vocês e os garimpeiros também, que estão desempregados geralmente do outro lado da cidade, são pessoas que têm filhos e família, como vocês – iguais a vocês todos esses –, que querem escola para os filhos. Vêm pela esperança de melhorar de vida e dar uma bamburrada. Aí, vêm para cá rodados, não sabem nada, começam a trabalhar... Vocês já aprenderam alguma coisa sobre diamante. Esse conhecimento que vocês tiveram não pode ser perdido.

Viemos aqui para ouvi-los, e não para julgá-los. Somos eleitos e representamos 170 milhões de brasileiros. Cada brasileiro tem o seu problema. Nós trabalhamos ouvindo as pessoas e, depois, discutimos para ver o que é possível adaptar para defender o lado de cada um. Às vezes não conseguimos defender todos os lados de tudo, mas é possível defender uma parte de um e outra de outro.

Esse aqui não quer empresa aqui dentro. Eu também não ia querer empresa se fosse dentro da minha terra. Uma empresa fez isso no Amapá; chegou, foi embora, e o povo ficou pobre. Então, vocês têm de pensar.

Como ele falou, não é possível vocês guardarem e vigiarem tudo. Então, teremos de encontrar uma forma de aprovar uma lei de acordo com o jeito que vocês entenderem melhor para vocês. Então, vocês precisam reunir-se numa sala dessas, conversar juntos e concluir.

Os meus irmãos índios de Roraima sentam numa assembléia, discutem – estão acostumados a votar para decidir as coisas – e escrevem. Todos lêem para ver o que é e assinam.

É bom que vocês façam uma proposta desse tipo para mandar para nós. Assim, teremos mais um documento de vocês para defender seu ponto de vista.

Vocês querem uma coisa, os de Roraima outra, os de Santa Catarina outra. Então, temos de fazer uma lei que sirva para todos os brasileiros. Nós todos

somos brasileiros. Todos nascemos aqui, nossos avós nasceram aqui, muitos já morreram aqui e gostamos dessa terra. Sou cristão e também sei que, quando morrermos – lá em Roraima, o costume é enterrar a pessoa descalça –, não levamos nada para o buraco. Não adianta morrer para querer tudo, porque não adianta. Precisamos ter para viver com conforto. Gostei de ver a preocupação. É importante, e vou sair feliz daqui, porque é o que ouço nas comunidades da minha terra. Todo pai quer que seu filho estude. Eles não gostam muito de ir para escola, mas depois se acostumam. Esse é o desejo de todo pai, porque, estudando, vão progredir.

Em Roraima, minha terra, tenho companheiros índios que já são professores de faculdade. Os professores das comunidades indígenas estão estudando na faculdade para serem professores de nível superior.

Vocês só vão conseguir as coisas se escreverem e reivindicarem. Na Funai, o dinheiro é pouco. Vamos tentar aumentar os recursos da Funai. Mas, se não pedir, não vem. Não adianta apenas falarmos aqui. Neste caso, estamos gravando tudo, mas geralmente as reclamações eram faladas, e nada se anotava. Quando vier uma pessoa aqui conversar com vocês, escrevam antes ou reúnam-se em assembléia para discutir e anotem tudo. E entreguem. É isso o que queremos. Fiquem com uma cópia como recibo, assinada pela autoridade que aqui esteve, entendeu? Assim, no futuro, vocês podem reclamar.

Então, isso que houve foi algo desagradável, um incidente desagradável, uma confusão, e espero que isso não ocorra mais, nem de um lado, nem de outro. Como há garimpeiros pais de família, há também garimpeiros bandidos no meio também. Todos somos iguais: há pessoas com espírito ruim e outras com espírito melhor. Isso faz parte do homem. Todos somos assim. E temos de conviver com as pessoas e evitar que aconteçam coisas piores.

Creio que suas idéias são boas, mas gostaria que vocês se reunissem, conversassem e redigissem... Tem algum professor da comunidade aqui? (Pausa.) Em geral, o professor escreve as coisas. Deve ler bem para ver se todos concordam. Não pode sair uma coisa que um queira e outro não queira. Aí, sai com a concordância de todos. Chegando lá, vamos juntar tudo. Nosso trabalho é este. Estamos ouvindo as pessoas, juntando, para defender o ponto de vista, porque o voto que vocês deram para o Senador Valdir Raupp faz parte do mandato dele. Então, o mandato do Senador Valdir Raupp representa a vontade de vocês lá também, como o meu representa a dos meus companheiros de Roraima e do Brasil, porque todos somos brasileiros.

Espero que Deus ilumine vocês para acharem a melhor solução, mas sugiro que vocês, daqui para frente, comecem a anotar as coisas que vocês estão pensando. O chefão aqui – ele se parece até com o tuxaua Caetano, que é muito nosso amigo, do Raposa. O Caetano, lá de Roraima, é parecido com ele, é o mesmo jeitão...

O SR. PIO NACOÇA CINTA LARGA – Não é não.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É jeito de tuxaua.

(Risos)

O SR. (orador não identificado) – O outro é mais velho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O outro é o tuxaua mais antigo de Roraima – Caetano Raposa é o nome dele.

Foi um prazer estar aqui com vocês. Nós todos ficamos felizes de vir aqui. Gostei de ver as crianças com saúde, as crianças de vocês estão com saúde, a gente vê que estão com saúde...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ele é médico.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exato, eu sou médico.

Ele me falou que a malária está chegando aqui. Lá em Roraima, temos, nas comunidades... Vou dizer isso ao tuxaua para ele cobrar do pessoal da Funasa e da Funai.

Nós treinamos um membro da comunidade para fazer microscopia e fazer o tratamento. Geralmente... É o professor que carrega tudo meu, já vou logo avisando, o senhor ou um aluno bom do senhor, que o senhor escolhe da classe mais adiantada... Para fazer o exame da malária para não ficar... Ele disse que tem um outro com malária a quinze minutos de helicóptero daqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Está chegando.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Malária é assim: deu febre, tem que fazer a lâmina na hora e tratar logo, porque se a gente levar três dias para tratar a malária, a gente deixa a malária se espalhar para outras pessoas, para os nossos parentes. Então, você, tuxaua, vai começar a exigir que tenha um microscopista em cada comunidade para acabar essa confusão, para combater a malária. Eu não quero saber de história de malária grande aqui não, quero malária bem pequenininha, tá bom?

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos e que a gente continue trabalhando. A gente tem que viver do nosso trabalho mesmo. Ninguém gosta de viver de coisa dada pelo outro. A gente quer viver do trabalho

da gente, e sei que é isso que vocês querem e isso vocês vão conseguir. Não sei se a lei que a gente vai conseguir fazer vai ser uma lei boa para todos, mas pode ter certeza de que é o melhor que vamos conseguir, porque lá em cima é uma briga geral para a gente conseguir fazer as coisas, né?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Chegou o João Bravo.

O SR. (orador não identificado) – Entra, João.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quer falar?

O SR. PIO NACOÇA CINTA LARGA – A nossa preocupação é o que o Uíta falou. Nós não queremos pensar assim: "Vamos acabar com o minério hoje, este ano". Não, nós queremos poder trabalhar. O Senado aprovar, a Câmara aprovar... É reconhecer o nosso lado também. Nós não queremos destruir, sabendo que estão vindo filhos e netos. É isto que nós queremos: melhorar as nossas estradas, melhorar a nossa saúde, melhorar as casas.

Hoje, nós não temos maloca, porque a palha não agüenta mais. Se nós tira palha daqui – Açaí –, vamos acabar com o Açaí também. Como é que vai produzir de novo? Hoje, vinho do Açaí é bom. Antigamente nós não tomava vinho, hoje nós toma, com açúcar, farinha. Lá em Porto Velho tem muita tapioca branca: com açaí é bom. Então, nós queremos trabalhar, os índios.

Eu sei que governador nosso, aqui do Estado, não quer isso. Já vi reportagem dele: diz que índio não trabalha, que produz pouco. Ele quer enricar o Estado. Está certo, ele precisa trabalhar com dinheiro. E nós também precisa, para poder viver e fazer alguma coisa para a comunidade. Isso é que estamos querendo.

Somos contra trazer empresa de fora. Será que nosso Espigão vai ganhar dinheiro com isso? Será que Cacoal vai ganhar dinheiro com isso? Sei que empresa tira daqui, vai vender não sei para onde... Como é que é...

O SR. (orador não identificado) – Amsterdã, Israel.

O SR. PIO NACOÇA CINTA LARGA – Israel. O diamante vai parar lá. Nós não. Nós compra diesel, compra gasolina, compra peça aqui. O nosso Estado vai melhorar. Eu sei que as coisas lá fora... tá brabo, isso eu já sei... Por que a Funai hoje está sem dinheiro? Porque o Governo Federal não libera. Então, nós queremos que vocês ajuda nós esse lado. Muitas vezes, pessoa chega: o índio pode trabalhar. Trabalha. Como vai vender? Se nós sair daqui, a Polícia Federal prende nós. E aí? Vai ser trabalho perdido para nós. Isso nós sabemos. Isso nós queremos que os Srs. Senadores reconhece esse lado. Vamos ajudar o índio legalizar, aprovar um projeto. Nós temos uma viagem marcada para dia 21. já não vai dar certo mais. Eu ia procurar vocês lá, pedir socorro lá pra gente discutir as nossas propostas também. Eu vou pra Brasília, só que nós queremos nós trabalhar e não empresa. Não queremos estrangeiro entrar nossa área. Então, esse lado nós queremos que vocês ajudem nós e mostrar solução. O que adianta o Brasil ficar proibindo: – não pode trabalhar, não pode trabalhar, e os caras trabalhando escondido? Então esse lado o Governo tem que reconhecer. Nós queremos trabalhar tranqüilo, nós queremos vender, sair sem problema. Eu sei que vem muito problema.

Vou contar um pouco da história minha. Na época... Quando era pequeno, eu não sabia o que era escola. Eu ia na escola todo dia e ficava pensando: o que estou fazendo aqui? Comecei pegar carro e tal. Achei bom aquilo lá. Eu falei: ah, fico aqui todo dia preso na escola e tal. Para mim, não era importante escola. Hoje eu sinto falta. Por isso nós queremos que nossos filhos estuda. Aí eu falei: vou trabalhar no mato, vou juntar dinheiro e vou comprar um carro. O que adianta eu ter carro e não saber ler? Eu não sabia que para poder dirigir precisa habilitação. Eu não pensava isso. Hoje a gente sabe. Hoje a gente sabe quem é Senador, quem é Deputado, quem é Governador, quem é Presidente da República, quem é Ministro. Tudo isso a gente sabe hoje, né? Agora meus parentes aqui ainda precisa aprender ainda. Eu não. Eu já andei um pouco aí em Brasília, no Palácio. A gente ia só visitar. Hoje eu quero que vocês reconheçam esse lado porque eu sei um pouquinho. Não sou estudado. A gente sabe, nós precisa... Nossas crianças precisam. Eu vou começar a estudar na segunda-feira, vou aprender um pouquinho.

Então, eu agradeço a vinda de vocês, a preocupação de vocês.

Então, é isso, gente.

Obrigado.

O SR. JOÃO BRAVO – Bom dia, pessoal! Vou apresentar você. Vou agradecer você. Agora consegui você conhecer. A mesma coisa... Autoridade... Antigamente assim criação a gente antigamente. Agora não sei. .. A cidade não. Antigamente não sendo... aí para mim fui... sempre vem aí meu confiança, Pio, chefe meu, num sozinho... (inaudível) autoridade. Vai chegar agora, não muito bom ainda, febre demais agora. Tivemos (inaudível) agora... você... Ninguém conhece bem (inaudível) você. Me falaram pra nós mudar meu nome João Bravo. Tá ok?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu queiro...

O SR. (orador não identificado) – Teria de saber como eles estão vendo a situação agora.

O SR. PANDERÊ – Quero falar um pouquinho aí. Esqueci a palavra, Senador. É como o Pio falou. Só o que quero que os senhores Senadores, como falei de uma empresa... Não quero uma empresa aqui, mas queremos criar uma empresa do índio. Mas quero que vocês levem esta palavra. Queremos a ajuda de vocês. Vocês são autoridade. Vocês têm o poder para resolver o nosso problema. Queremos criar a nossa própria empresa índia aqui. Tenho certeza de que, com isso, o Estado de Rondônia vai melhorar. Cacoal vai melhorar; Espigão vai melhorar; Porto Velho vai melhorar; Pimenta vai melhorar. O Estado de Rondônia vai melhorar em cima disso. Por favor, Senador, lembre-se disso. Nós vamos levar nossa proposta ao Senado. Nós vamos procurar o Senador Augusto Botelho. Vocês são Senadores, e nós vamos procurá-los lá. Quero que vocês nos recebam. Aqui, vocês são bem-vindos. Na hora em que vocês quiserem vir, poderão vir. Estamos prontos para receber vocês.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero dizer uma coisa para vocês. Gostaríamos de ficar o dia todo aqui, mas ainda temos de ir a Espigão. Vamos dormir em Porto Velho, pois teremos uma audiência pública, amanhã, na Assembléia. Como sugeriu o Senador Augusto Botelho, se vocês quiserem escrever um documento e mandá-lo, por intermédio do Senador Valdir Raupp, para a Comissão, poderão fazê-lo e que seja o mais rápido possível. Levaremos o documento em conta, assim como o que vocês disseram aqui, que, para nós, foi muito importante. Vocês disseram que não querem uma empresa de fora, mas uma na qual tenham participação, que seja de vocês. É uma sugestão muito importante, mas se quiserem completar com mais alguma informação, escrevam uma carta e mandem-na por meio do Senador Valdir Raupp o mais rápido que puderem.

Podem estar certo de que se não estivéssemos preocupados em ajudar vocês, não teríamos vindo aqui, numa sexta-feira. Estamos preocupados sim. Repito que estamos aqui devido a um requerimento dos dois Senadores de Rondônia que pediram que esta Comissão viesse até aqui. Estamos cumprindo determinação do Presidente do Senado.

Estejam certos de que vamos tentar fazer o que nos pediram com o coração de seres humanos e de brasileiros.

Muito obrigado.

(Palmas.)

(Encerramento às 12h50min.)

ESPIGÃO d'OESTE

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Boa tarde a todos. Quero dizer da nossa satisfação de estar aqui hoje, com a presença do Senador Delcídio Amaral, Relator da Comissão externa do Senado, do Senador Augusto Botelho e dos Senadores deste Estado, que foram os autores do requerimento para que viéssemos até Rondônia, Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas.

Estamos trabalhando nesta Comissão a respeito de Rondônia há quase dois meses. Já ouvimos o Governador do Estado, a Prefeita de Espigão d'Oeste, vários garimpeiros, o Juiz de Direito, e hoje estivemos na reserva dos índios Cinta-Larga, conversando com a comunidade. Ouvimos várias pessoas, para sentir o que pensam, o que esperam daqui para frente, principalmente em termos da mineração.

Estamos, hoje, em Espigão d'Oeste, não propriamente para fazer audiência pública, porque já ouvimos a Prefeita em Brasília, que, por sinal, prestou um excelente depoimento, que sensibilizou a Comissão, com a riqueza dos detalhes e com a emoção com que S. Exª falou. Nós todos, da Comissão, ficamos muito satisfeitos de fazer este trabalho. Sabemos da responsabilidade deste trabalho, que começou com o problema em Roraima, depois em Mato Grosso do Sul, em Santa Catarina; portanto, Rondônia é o quarto Estado em que estamos trabalhando e vendo, **in loco**, problemas.

Esperamos, assim como já fizemos com Roraima e Mato Grosso do Sul, apresentar um relatório sobre a situação de Rondônia, que contenha soluções práticas e duradouras para a questão indígena e da mineração, principalmente para dar a todos os habitantes do Município tranqüilidade e possibilidade de prosperar e viver melhor.

Como a reunião é mais uma visita da Comissão a Espigão d'Oeste, quero ouvir, mesmo que seja de maneira informal, as pessoas daqui, começando pela Prefeita.

A SRA. LÚCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – Hoje é um dia de otimismo e grande esperança. Quero saudar, na condição de representante do povo espigãoense, composto de pessoas do Brasil todo, de todos os Estados do País e de todos os Municípios de Rondônia, que estão em Espigão d'Oeste, na esperança de continuar sendo cidadão.

Quero agradecer e dar as boas-vindas à Comissão: ao Presidente Mozarildo Cavalcanti, que a encabeça, ao Senador Delcídio Amaral, aos queridos amigos Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas e ao nosso Senador Augusto Botelho.

Agradeço a presença do Deputado Estadual Daniel, da nossa irmã e amiga, Prefeita Sueli Aragão, e de todos que aqui estão. Quero dizer, Sr. Presidente

Mozarildo, que, hoje, na expectativa de tantos acontecimentos, os que aqui estão representam 40 mil pessoas de Espigão. Não viemos todos, porque seria um tumulto, muita gente.

Sabemos que V. Exªs vieram colher informações, para depois trazer o resultado. E nosso povo está cansado, faminto, sedento de decisões de fato, por isso estão aqui essas pessoas representando segmentos. E nós estamos aguardando, meu jovem, meus amigos, Senadores de Espigão d'Oeste, que V. Exªs nos ouçam rapidamente.

Eu queria dizer que, depois que estivemos no Senado, depois do massacre dos nossos garimpeiros, dos pais de família, continuamos ainda sem resposta. O que a União está fazendo para as famílias, para os filhos de quem morreu, para a mãe de quem ficou sem o filho, para o pai que ficou sem o filho? Não temos para onde ir ou para quem perguntar o que está acontecendo principalmente com os órfãos. Também estamos, Exªs, sem saber quais foram os que morreram, quem são e cadê o resto. Estamos sem respostas.

Também estamos sem respostas porque temos que trabalhar. O desemprego todos sabem que é generalizado em nosso País. E estamos aqui na periferia da nossa cidade, sem transtorno, mas estamos sofridos aqui, com mais de 800 famílias de trabalhadores em garimpagem. E vemos, temos certeza de que a mídia parou de falar, e por isso não sentimos que estamos aqui esquecidos, porque confiamos, Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas – que nos conhecem mais do que os outros três Senadores –, temos confiança, Gilberto Preto, em que esses homens de que falei – fui lá contar as coisas para eles – é que vão tentar decidir as coisas.

Sabemos também que, por meio desta comissão, minha Deputada Marinha Raupp – companheira, amiga que não faz parte da comissão, mas amiga certa da hora incerta, que aqui também está hoje –, querer dizer para vocês tudo o que o coração quer falar demoraria muito tempo. Então, darei as boas-vindas, mas não queremos que vocês vão embora e nos deixem sem resposta.

Depois que estivemos lá, V. Exª me perguntou o que eu ia fazer com o Ibama e com o Incra. E, como falei, estamos sofrendo as conseqüências aqui, agora. Temos trabalhadores na madeira, e fomos mal orientados desde 1973, quando o Incra mandava a gente entrar aqui e, se não derrubasse, a gente perdia a terra. Aí, vai derrubar. Depois, veio o Ibama dizer que não pode derrubar.

Depois a gente denunciou certas falcatruas que não eram para falar – não é, Luiz Valadares? –, mas agora temos que falar, porque, de todo jeito, estamos levando bordoada, cedo, de tarde, de noite, como se fôssemos o câncer do País. E nós não somos. Nós queremos trabalhar com madeira. Nós temos que reflorestar, mas o Ibama tem que nos devolver o dinheiro do "fundão" para a gente começar a reflorestar.

Enquanto isso, o pai de família, o empregador e os empregados de laminadores, de serraria, de madeireiro, de "toreiro", não podem ficar sem trabalhar, porque ninguém tem capital guardado, ninguém tem esse dinheiro guardado para usar nesse período de nova reeducação para o setor madeireiro. O setor madeireiro foi que abriu o Espigão d'Oeste. O setor madeireiro é que matou a fome de muita gente que não teve oportunidade em outros Estados e veio aqui para Rondônia comer e trabalhar dignamente.

Por isso, temos que ser respeitados, errados ou certos. Fomos induzidos a trabalhar errado também. Não procurando facilidade, mas também nos foram vendidas ilusões aqui. E agora, quando um madeireiro ou um agricultor vai derrubar ou fazer uma queimada, o chefe do Ibama diz assim: "Não é só para multar; é para levar preso", como se fôssemos bandidos, e eternos bandidos.

Nós queremos o equilíbrio. Nós queremos, Sueli Aragão, e precisamos explorar essa reserva mineral, porque a madeira você corta, você planta e ela nasce de novo. Então, existe um ciclo para a madeira em que temos que estar reeducados, mas o material, a riqueza mineral, quando é tirada, não nasce de novo. Por isso, temos que ter um projeto sério, coordenado, equilibrado, mas para nós todos, porque acreditamos, Sr. Presidente, que o Brasil é para todos que estamos aqui.

Eu disse para vocês – quando eu estava lá com esses Senadores –, contei para vocês que senti também que há políticos que pescam em aquários e que há políticos que fazem. E senti nesses homens aqui – também tive a conversa com Valdir Raupp e com o Dr. Paulo – que eles são pessoas que estão na comissão certa. São as pessoas certas, porque Deus existe, e precisamos ter o equilíbrio, precisamos legalizar a extração desse minério para que tenhamos também 20, 30, 100 anos, perdurarem essas riquezas não para meia dúzia de pessoas, mas para um povo carente que quer trabalhar. Vou finalizar para deixar que outros falem, porque senão falo o dia inteiro. Dou minhas boas-vindas. Escrevemos uma faixa pequena e simples como foi o almoço caipira – arroz e salada. Na faixa, escrevemos assim: "Senadores do meu Brasil, do nosso Brasil, Espigão d'Oeste confia e acredita em vocês. Sejam bem vindos. Deus os abençoe".

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero registrar a presença dos Srs. Vereadores Walter Gonçalves Lara, Cosmo de Novaes Ferreira, Célio Re-

nato da Silveira, Cícero Sampaio Leite, Pedro Cândido Cesário, Mariane Lucila Torate, Aildo José Nogueira, Antonio José Pereira Nascimento, que é o Presidente da Câmara, e Joaldir Shultz. Vou conceder a palavra ao Presidente da Câmara. Há outros inscritos para falar. Embora eu quisesse ouvir demoradamente a todos, há um limite de horas para a decolagem, eu solicito que sejam breves e que utilizem três a quatro minutos. Quero ter o prazer de ouvir a todos. Com a palavra, o Presidente da Câmara.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA NASCIMENTO – Sr. Presidente da Comissão Especial das Questões Fundiárias, do Senado Federal, agradeço a V. Exª e aos Srs. Delcídio Amaral, Valdir Raupp, Augusto Botelho e Paulo Elifas. Vou quebrar o protocolo e pedir a V. Exª, Sr. Presidente, pedir permissão para convidar para fazer parte da Mesa o Juiz de Direito Dr. Leonel, o Sr. Luiz Valadares, que deseja se pronunciar, o Sr. Gilton Simões. Essas pessoas fazem parte das comissões.

Peço a paciência de V. Exªs. Sabemos que são pessoas muito ocupadas. Mas esta audiência tem sido tão esperada pelo povo de Espigão d'Oeste. Quero registrar diante do público que nós Vereadores temos cobrado e esperado e aguardado a vinda dos senhores. Não quero me alongar, mas peço um pouco de paciência. Essas pessoas vão se pronunciar e os senhores estão aqui para ouvir nossas reivindicações. Então, peço paciência de todos vocês.

Quero neste momento agradecer a Deus por estarmos aqui reunidos, meus senhores e minhas senhoras, e pedir a esta Comissão que ouça com atenção as reivindicações do nosso povo. Estou magoado e entristecido por ver e ouvir aquela reportagem na Rede Bandeirantes, que veiculou imagens tão negativas, tão horríveis sobre Espigão d'Oeste. Espigão d'Oeste é constituída de homens ordeiros, trabalhadores que merecem o respeito da sociedade. V. Exªs, Representantes nacionais do nosso Estado, Valdir Raupp e Paulo Elifas precisam nos representar bem e quebrar essas imagens ruins transmitidas na televisão sobre nossa cidade de Espigão d'Oeste. Foi horrível!

Lembro que, quando o Presidente Lula estava em campanha, houve a chacina de 17 pessoas em Corumbiara. Eu era policial lá. O Lula ficou três dias lá visitando as pessoas e dando-lhes atenção. Representantes dos Direitos Humanos estavam lá também. Vinte e nove mortes foram registradas só em um dia. Falei dos atos inconstitucionais com o Ministro-Chefe da Presidência da República e lhe disse que merecia que o Presidente da República desse atenção especial para o caso e viesse aqui ouvir nosso povo.

Como vocês são representantes nacionais, peço-lhes encarecidamente que voltem as atenções para o nosso povo de Espigão d'Oeste. Não vou me alongar porque vocês têm horário marcado, mas eu lhes peço paciência de ouvir as outras pessoas se pronunciarem para fazerem as nossas reivindicações.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra agora ao Dr. Leonel Pereira da Rocha, Juiz de Direito. Não está? (Pausa.)

Então, concedo a palavra ao Dr. Flávio Maldonado de Barros, Promotor de Justiça de Espigão d'Oeste. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Vereador Walter Gonçalves Lara, representante do Governador do Estado.

O SR. WALTER GONÇALVES LARA – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Senador Delcídio Amaral, Senadores Augusto Botelho, Valdir Raupp, Paulo Elifas, que é do nosso Estado, Deputada Federal Marinha Raupp, existem pessoas como os senhores que ainda enfrentam os problemas de frente. A situação do povo do nosso Município, Espigão, tem constrangido os vereadores que, às vezes, não tem a quem se apegar para que seja talvez legalizada a área indígena que hoje os senhores sobrevoaram. Esses dias tive oportunidade de sobrevoar a área do garimpo, que está parada. Também sabemos que estão explorando diamantes. Os garimpeiros têm reivindicado a legalização da área, mas a exploração de diamantes tem continuado naquela reserva. Ficamos entristecidos porque vão acontecer de novo, se não for legalizado, outros massacres. Já aconteceram dois. Ficamos entristecidos porque não vi o Presidente Lula pronunciar-se sequer uma vez a esse respeito. Mas tenho certeza de que os senhores levarão até ele o nosso apelo. Já veio aqui o Ministro tratar da situação, mas já está saindo da mídia, como disse a Prefeita, e pode cair no esquecimento. Ainda bem que os senhores vieram aqui depois de um tempo. Sei que há outros Estados, não é apenas o caso de Rondônia, mas queremos acreditar nesse trabalho, principalmente do Senador Valdir Raupp, em Brasília, que tem lutado com o Governador para tentar uma saída para esse problema. Hoje, de nosso município, onde falta tanta coisa, tem saído clandestinamente milhões de dólares. Ficamos numa situação... Por que não a legalização desse garimpo? Sei da intenção dos senhores de virem até aqui para buscarem uma saída.

Os garimpeiros hoje já fazem parte da sociedade de Espigão d'Oeste. É um povo que mora, já vive há muito tempo no município e está aguardando isso. Se não houver pressa por parte do Governo Federal, há o risco de ocorrerem outros massacres porque eles foram convidados pelos índios para irem lá para dentro.

Sei que os senhores estão aqui para tentar uma saída. Entendemos um pouco como funciona o Poder Legislativo por isso estamos aqui para cobrar dos senhores ainda mais um pouco de ajuda.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de dizer que a Senadora Fátima Cleide foi convidada para estar aqui presente, mas hoje ela se encontra hospitalizada em São Paulo, no Incor. Ela se justificou a mim, pessoalmente, e também mandou uma carta ao Presidente da Câmara dos Vereadores justificando sua ausência. É, portanto, relevante o motivo pelo qual a Senadora não pôde estar presente hoje.

Convido a fazer uso da palavra o Sr. Cristiano Fleberg, representante dos Produtores Rurais. (Pausa)

O SR. CRISTIANO FLEBERG – Em nome do Sindicato Rural de Espigão d'Oeste, em nome da nossa população de Espigão d'Oeste, que está sendo massacrada ultimamente, só pensamos uma coisa: aqui veio o pessoal da Polícia Federal, vieram fora da área indígena, onde houve o massacre de verdade não foi ninguém. Quem ficou sofrendo as conseqüências foram o nosso comércio e o nosso município. Não acredito que essa situação vai parar; ela vai continuar, principalmente agora que esse minério, riqueza da nossa Nação, e essa situação são do conhecimento mundial.

Por que não legalizar esse garimpo? Porque ali há meia dúzia de pessoas garimpando, enriquecendo e contrabandeando a nossa Nação. *(Palmas.)*

Inclusive, a Funai sabe de tudo o que se passa ali dentro.

Agora peço a vocês. Falei com os federais, que disseram que a legalização do garimpo depende do Senado Federal. Por que não legalizar esse garimpo? Por que não colocar a Caixa Econômica para comprar os nossos minérios? Por que não colocar o Exército para fiscalizar? Por que não pegar essa riqueza nossa e aplicar principalmente nas nossas estradas? O nosso País está aí na maior calamidade pública, e a Nação não tem dinheiro. Por que não pegar esse dinheiro do nosso garimpo e investir na nossa Nação e principalmente pagar parte da nossa dívida.

Esse é um meio fácil, não tão fácil de resolver, mas temos condição de resolver isso aí, porque a nossa Nação tem uma riqueza. Não é justo deixar essa riqueza para futuros grupos estrangeiros vir dominar, sendo que nós brasileiros não temos condição de usar. *(Palmas.)*

É só isso que quero dizer a vocês.

Estou com 30 anos em Espigão d'Oeste e aqui é Município de paz, não é Município de baderna. Depois do garimpo, com meia dúzia matando, até hoje não apareceu um responsável pelo crime lá de dentro. *(Palmas.)*

Peço a vocês. Isso envergonha a nós que tanto lutamos, que amamos nosso Município, que amamos Rondônia e que estamos passando por essa situação. Isso depende de vocês, Senadores. Nós que votamos em vocês para resolver essa situação. Espero que o Presidente da República junto com vocês resolva essa situação. *(Palmas.)*

Senão, vai ficar pior a situação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Luiz Valadares, representante do setor madeireiro.

O SR. LUIZ VALADARES – Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão do Senado; Senador Delcídio Amaral; Senador Valdir Raupp, Senador de Espigão d'Oeste; Senador Augusto Botelho; Senador Paulo Elifas, Senador de Cacoal e agora também Senador de Espigão; Deputado Federal Marinha Raupp Nascimento, Presidente da Câmara; Prefeita Lúcia Tereza; Prefeita Sueli; vereadores – em nome do Célio, saúdo os outros vereadores –; autoridades em geral, coube a mim representar o setor madeireiro de Espigão d'Oeste nesta audiência pública. Quando falo em nome do setor madeireiro de Espigão d'Oeste, as palavras que direi representam o setor madeireiro de todo o Estado.

Para vocês terem uma idéia, o setor madeireiro hoje, contanto números de empregos e as indústrias, alimenta com certeza dois milhões de pessoas no Estado de Rondônia. Hoje é a pauta de maior riqueza e a maior arrecadação de impostos.

Mas no nosso Estado e no nosso País houve e está havendo uma confusão de valores, uma confusão de análise e de coisas. Certas vidas de pessoas valem mais que outras. Faz-se hoje homenagem à morte dos trabalhadores sem terra que ocorreu em Eldorado dos Carajás. A cada ano se faz solenidade e se sente a morte deles. Realmente eram brasileiros que mereciam viver e que mereciam seu pedaço de terras. Só que os garimpeiros que morreram também eram brasileiros, também queriam seu pedaço de terra. *(Palmas.)*

Só que para a nossa polícia, para a nossa mídia, para a população em geral, para o pessoal da Funai, a vida do garimpeiro não vale nada. Já morreu, já enterrou, já queimou, já esqueceu. Mas se fosse um só trabalhador sem terra que tivesse morrido seria tratado de forma diferente. Por que essa divisão? Por que uma vida vale muito e a outra vale pouco? Senadores, nós queremos justiça.

Se eu hoje for proprietário de uma área de terra que eu comprei com o meu dinheiro, com o meu suor,

e quiser derrubar 20% dela e queimar, tacar fogo, eu posso; é legal, é permitido. Se eu tirar uma árvore dali para construir uma casa, para dar um abrigo para uma família, o Ibama vai e cama a Polícia Federal e corre atrás de mim e prende como se eu fosse um bandido. Isso não é justo, isso não é justiça. E só quem pode resolver isso são os senhores que são os nossos representantes. *(Palmas.)*

Eu queria que hoje estivesse aqui o Sr. Oswaldo Pittaluga, que é o gerente do Ibama para o Estado de Rondônia, infelizmente, porque no Estado do Acre tudo é permitido e no Estado de Rondônia, nada é permitido. Ele veio là reunião que tivemos com o Governador do Estado e nos disse que fizéssemos os projetos que eles aprovariam. Quando chegou no seu gabinete, "não, não vou aprovar projeto nenhum". E a prova é que, neste ano e no ano passado, o Ibama não aprovou único projeto para a exploração de madeira, e os madeireiros são jogados na clandestinidade, passam a trabalhar numa operação ilegal. Mas o que é ilegal? Invadir terras é ilegal, mas depende de quem faz, depende de quem julga. Não fornecer projeto não é legal, pedir propina não é legal, mandar a Polícia Federal correr atrás de madeireiro não é legal. Não acho que seja legal, não acredito que aqui ninguém acredite que seja legal a Polícia Federal ficar correndo atrás de garimpeiro. E por não achar legal, nem eu e nem uma pessoa desta cidade, fizemos um movimento e fomos até o trevo e pedimos que eles fossem embora dali. Que fossem, realmente, cumprir as suas funções constitucionais, que não inclui correr atrás do cidadão que trabalha. A função constitucional é dar segurança ao País e fazer justiça, e não era o que estava sendo feito e não foi feito justiça quando se tratou do assassinato dos garimpeiros. A Polícia Federal cruzou os braços. *(Palmas.)* E não sou uma pessoa que fala pelas costas. Falo agora porque aqui tem Polícia Federal, tem representantes da Polícia Federal e tem os Senadores, que representam o nosso povo.

Felizmente os Senadores estão do nosso lado. Quero nos ajude para que a Polícia Federal fique de fato fazendo seu trabalhão e não correndo atrás do trabalhador e não correndo atrás do madeireiro porque se há uma dificuldade na legalização da exploração de madeira há de se olhar aquele povo que passa necessidade e passa fome se a madeira deixar de ser explorada hoje. Como falou Lúcia Tereza, é uma fonte de riqueza inesgotável que pode ser explorada indefinidamente enquanto houve critério para a elaboração, mas um critério justo. Não justo para cá ou para lá, mas pra todos. Todos nós somos brasileiros. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Agnelo de Arruda Pereira, representante dos pequenos mineradores e garimpeiros.

O SR. AGNELO DE ARRUDA PEREIRA – Em primeiro lugar, cumprimento a todos, uma boa tarde. É um prazer imenso termos as nossas autoridades federais da nossa constituição nacional brasileira, que são os Senadores e nossos representantes legislativos, os Vereadores, também a nossa Prefeita Lúcia Tereza e demais companheiros que residem em Espigão d'Oeste e todos os Municípios que se encontram presentes. É um prazer muito grande para nós de perto falarmos com as nossas autoridades e reivindicarmos o direito. Agora, constituída a Coopemcal, Cooperativa de Pequenos Mineradores da Amazônia Legal, viemos agora em público declarar ao nosso Presidente da Comissão Externa de Assuntos Fundiários,que são os nossos Senadores que se fazem presentes em Espigão d'Oeste. Viemos reivindicar nosso direito e mostrar também que somos garimpeiros, que somos povos e que queremos reivindicar o direito de trabalhar dignamente, de acordo com a lei, de acordo com os regimentos da nossa Nação. Por isso que estamos aqui para mostrar e dar continuidade aos nossos trabalhos de forma legal. Também pedimos encarecidamente a todos os Senadores que venham punir de verdade os responsáveis pelo massacre de nossos companheiros, de nossos irmãos. Escapei também, por uma semana, de ter morrido, podia estar morto e enterrado como indigente, como muitos companheiros nossos foram. Muitos companheiros foram enterrados como indigentes, sem se saber identificar quem era. Então, isso é muito lamentável, muito triste.

Há muito tempo morreu aquele pessoal no Eldorado dos Carajás, a chacina daqueles sem-terra. Agora, nós, garimpeiros, já estamos ficando no esquecimento. Sobre essas chacinas que aconteceram na reserva Rooselvet e que sucessivamente vêm acontecendo, nenhuma providência vem sendo tomada para que os responsáveis por aqueles massacres, pelas matanças sejam punidos de acordo com a lei. *(Palmas.)*

É a nossa indignação, nosso pedido de justiça em favor daqueles companheiros que morreram inocentemente, desarmados, foram covardemente massacrados, tinham somente suas armas de garimpagem, que são: a picareta, a enxada, a peneira e a pá. Eles foram mortos, torturados brutalmente, de tal forma que até emociona a gente, que vimos, que sentimos a realidade na pele. Quero que os Srs. Senadores, que estão aqui presentes, saibam que estamos, nada mais, nada menos, cobrando aquilo que nos é devido. Como seres humanos, queremos o direito que cabe a cada um de nós.

Quero que os senhores tomem parte nessa nossa causa e façam com que sejam aprovadas leis imediatamente, que venham nos dar o direito também de garimpar nessa reserva tão desejada por todos os brasileiros. Quero deixar presente para os senhores que nós estamos organizando várias cooperativas nesse município. Todos nós estamos querendo que os senhores nos dêem parecer favorável e que abram de fato uma linha de trabalho que nos garanta trabalhar na reserva Roosevelt, na reserva do índios.

Assim, quero deixar este apelo de todos nós, pequenos garimpeiros, que sofremos, que fazemos caminhada de dois, três dias, varando a mata, pra buscar o sustento para as nossas famílias. Quero deixar aqui o nosso apelo para que os senhores façam aquilo que é possível, que não demore muito para que essa lei seja cumprida, para que mais coisas não aconteçam com os nossos garimpeiros.

Quero agradecer, desde já, e passar esse documento para os Senadores. Deixo aqui o nosso apelo, a nossa petição, para que todos os Senadores da República venham nos dar uma resposta certa, uma resposta concreta daquilo que precisamos: trabalhar e ter o sustento necessário a cada um de nós, para não precisarmos fazer coisas absurdas como muito fazem por aí. Não queremos isso; somos cidadãos de bem, somos cidadãos que pagam os nossos impostos em dia e andamos de acordo com a legislação e a Constituição brasileira. Então, reforço o apelo para que andem depressa, façam logo um projeto que nos dê o direito de trabalhar, de exercer nossa atividade.

Agradeço, nessa oportunidade, os Senadores, a Prefeita Lúcia Tereza, a todos os Vereadores, que não têm medido esforços, aqui em Espigão d'Oeste, para nos ajudar na medida do possível. Agradeço pela oportunidade em nome de todos os garimpeiros. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Sr. Gilton, Presidente do Sindicato dos Garimpeiros. É isso?

O SR. GILTON SIMÕES – Excelentíssimo Sr. Presidente da mesa, demais Senadores, Excelentíssima SRA.Prefeita, Excelentíssima SRA.Deputada, demais autoridades, Srs. Vereadores, não temos muito a falar, porque o que tivemos que falar, falamos em Brasília. Estivemos lá na Comissão, demos nosso depoimento. Os Senadores já conhecem nossa posição, sabem também do nosso sofrimento. Estou aqui com um documento, Sr. Presidente, que entregamos para o ministro na ocasião em que esteve aqui, estou passando as mãos de V. Exª, é um projeto piloto. Solicito que V. Exª o receba e dê ciência porque V. Exª sabe da nossa preocupação. Mas temos certeza que o Senado está trabalhando porque hoje no nosso País só o Senado e a Câmara Federal podem reverter essa situação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra aos Senadores para encerrar a nossa reunião, quero ouvir a Deputada Marinha Raupp.

A SRA. MARINHA RAUPP (PSDB – RO) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão Externa do Senado Federal, os Senadores que o acompanham e fazem parte desta Comissão, a nossa Prefeita Lucia Teresa, os nossos Vereadores, e toda a comunidade de Espigão d'Oeste. O Senado assumiu a responsabilidade de discutir uma situação séria no País que é a questão fundiária. Depois de ter feito um trabalho em vários Estados, a Comissão, a Prefeita Lucia, entendeu que era necessário ainda vir a Rondônia. Entendo, Srs. Senadores, que o Congresso tem que ter a sua posição definida com relação à exploração das nossas potencialidades tanto minerais quanto florestais na área indígena. O Município de Espigão d'Oeste sofreu com a falta de legislação, o que ocasionou muitos conflitos. A comunidade indígena está desamparada porque ela não tem orientação da Funai, do Poder Público, do Governo Federal mediante a legislação devida. Qualquer ser humano deve ser respeitado diante da legislação. O Congresso Nacional, por meio do Senado da República, numa iniciativa do Senador Mozarildo e Senador Delcidio, veio ouvir para que possam concluir o relatório e apresentar propostas dentro do Congresso para o Poder Executivo, fazendo com que os nossos cidadãos índios e não índios sejam respeitados e tenham a sua oportunidade de trabalho no Brasil. Com certeza, na Câmara dos Deputados, nós também teremos a responsabilidade e o dever de legislar para todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Elifas.

O SR. (orador não identificado) – Se a Mesa me permite, gostaria de dizer algumas palavras. Eu resido aqui em Espigão d'Oeste há 32 anos e eu nunca pensei, eu nunca esperei que fôssemos passar por uma situação dessa, com esse massacre. Eu morava no Rio Grande do Sul em Tenente Portella; nós convivíamos com os índios normalmente; os índios casam com brancos, os índios têm colégio, têm salão de baile, serralheria, tem tudo lá, é uma vila, é uma cidadezinha quase igual a Espigão d'Oeste. Os índios de Tenente Portella são civilizados porque lá o chefe da Funai civiliza, temos lá índios que são até aviadores, tem índio até no Congresso lá do Rio Grande do Sul. E o chefe da Funai tem o papel, tem o dever de ensinar aos ín-

dios o que é certo e o que é errado porque Deus não botou ninguém no mundo para matar, nem o índio, nem o branco, porque todos nós somos irmãos e somos filhos de Deus. Tudo isso aconteceu por causa do chefe da Funai, que não tem a capacidade de fazer a orientação como deveria aos índios, e não mandar vir armas que nem aqui em Espigão tem, talvez nem em Porto Velho tenham essas armas modernas, automáticas, que os senhores não ficaram sabendo porque consumiram com tudo e guardaram, mas alguns garimpeiros viram e sabem que armas havia lá dentro. Então, isso é uma vergonha, como diz o Bóris Casoy. Isso é uma vergonha para o Brasil e para nós aqui do Espigão d'Oeste. *(Palmas.)*

Então, não vou me prolongar mais. Não tenho muita experiência, muita prática em falar. Eu represento aqui os idosos do Espigão d'Oeste no Fórum da Comunidade Ativa. Eu gostaria de parabenizar os Srs. Senadores e todos os Senadores lá de Brasília que aprovaram o salário mais do que os R$220,00 *(Palmas.)*. Peço que convençam os Deputados também para que aprovem os R$270,00, pelo mínimo, porque R$20,00, para nós, dá para comprar umas balinhas para os netos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, o Senador Paulo Elifas.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Sr. Relator, Senador Delcídio Amaral; Senador Valdir Raupp; Senador Augusto Botelho, nossos colegas; Deputada Marinha Raupp; demais membros da Mesa, Vereadores, Prefeitos; povo de Espigão d'Oeste, as questões que hoje o Estado de Rondônia vive, não só especificamente o Município de Espigão d'Oeste, são questões com as quais nós convivemos desde que entramos no Estado de Rondônia, no sentido de habitar o Estado de Rondônia e recuperar o Estado de Rondônia para o Brasil. Nós temos vivido, durante todos esses anos, o problema do Ibama, a preservação, no início, de 50% das nossas terras, depois 80% das nossas terras e, recentemente, houve um acerto com S. Exª o Governador do Estado para que voltássemos a preservar 50% e que o zoneamento no Estado de Rondônia fosse válido. São propostas que não vêm, de maneira nenhuma, de encontro aos anseios da população de Rondônia, porque a população de Rondônia, principalmente a de Espigão d'Oeste, Cacoal, Rolim, não veio aqui para ficar preservando mata, porque ninguém sobrevive comendo folha de árvore, ou vendendo fruta, ou vendendo látex. Nós precisamos plantar, nós precisamos produzir. São questões que nós, Senadores, devemos, ainda, a partir deste momento, a partir deste acordo, continuar a debater, a insistir para que tenhamos o reconhecimento completo do zoneamento ecológico do Estado de Rondônia, que vai, de certa forma, nos devolver mais 30% de nossas áreas. Não podemos admitir que um agricultor que tem dez alqueires preserve 50% da sua área, ou que tenha vinte e tenha de preservar 50% da área. Isso é uma coisa impossível, é uma maneira de fazer com que os agricultores vendam suas terras, venham para a cidade e se transformem em garimpeiros, se transformem em sem-terra, e fiquem com problemas sociais em nossas cidades.

A outra questão específica de Espigão d'Oeste, é a questão do garimpo, desse massacre. Na realidade, todo mundo fala conflito, mas isso é um massacre. São 29, 30, 35, não sei quantos, garimpeiros que foram mortos nessa área e que realmente todos têm razão e até hoje ninguém achou culpados. Todos falam que foram, realmente, os índios que fizeram o massacre, mas os culpados não foram apontados e não foram punidos.

Sobre essa questão do garimpo dentro da reserva indígena, estamos aqui para escutar os garimpeiros, os habitantes da cidade de Espigão d'Oeste, a opinião dos índios, procurando, assim, em consenso, achar uma boa solução para o problema, pois, se não se legalizar esse garimpo, sabemos que haverá outros conflitos, outros massacres, tanto do lado dos garimpeiros quanto do lado dos índios. Esta Comissão vem ao Estado de Rondônia exatamente para isso. Ainda não chegamos a conclusões, através do Relator Delcídio Amaral, sobre o que se vai fazer para que o garimpo de Espigão d'Oeste possa ser legalizado. Mas são questões que estão sendo estudadas e sabemos – compartilhamos isso – que há uma necessidade de se fazer, urgentemente, esse processo andar, para que, novamente, não haja conflitos naquela região. Sabemos que há milhares de entradas para a região do garimpo, que a área é perfeitamente devassável, que ela pode ser penetrada por qualquer parte, pelo sul, pelo norte, pelo leste, pelo oeste. É uma área que precisa ser legalizada. Vamos ver o destino que vamos dar a essa mina de diamantes. Não queremos nos adiantar quanto aos resultados desta Comissão, quanto àquilo que a Comissão concluirá, mas podemos dar certeza de que estamos nos empenhando exatamente para que a conclusão não venha a punir nem o povo de Espigão d'Oeste, nem os garimpeiros, nem os índios, que são os verdadeiros proprietários daquela área.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Sr. Relator Delcídio

Amaral, Senador Valdir Raupp, Senador Paulo Elifas, SRA.Prefeita Lúcia Tereza, senhores vereadores, senhores produtores rurais, senhores garimpeiros, estamos aqui numa Comissão para ouvir as pessoas. Não temos o poder de resolver tudo, de mudar as coisas, de fazer tudo rapidamente. Somos uma Casa que ouve as pessoas, que, aliás, ouviu a Prefeita, quando representou muito bem o Município de Espigão d'Oeste e o pensamento de vocês. Mas viemos aqui para ouvir vocês falarem, para sentirmos e para tentar achar uma solução.

Infelizmente, nossa Constituição reserva o subsolo para as grandes empresas. A verdade é essa. Dizem que as cooperativas podem garimpar, mas pergunto se existe alguma cooperativa de garimpeiros garimpando em algum lugar deste Estado. Sei que não existe aqui, como não existe em Roraima, que também é uma grande reserva mineral. Vamos tentar avançar mais no sentido de permitir que as pessoas possam garimpar. Essa é uma intenção que tenho de defender e de lutar, que nós todos temos. Mas temos muitas paredes, muitos obstáculos a vencer, porque as grandes empresas defendem o subsolo para elas sempre neste País. Como estamos com um Governo que foi eleito pela população, o Governo do Presidente Lula, que ainda acredito que irá acertar as coisas, apesar de estar batendo com a cabeça, de vez em quando, em um obstáculo ou em outro, ele está tentando fazer as coisas certas. A corrupção não está grassando livremente como era antigamente, pelo menos no meu Estado. Todos ouviram falar da história dos "gafanhotos", de que já ouvíamos falar há muito tempo, mas que nunca tinha acontecido nada. Só aconteceu porque o Presidente Lula permitiu que houvesse o que houve lá.

Então, apesar de ficarmos um pouco desanimados, acho que ninguém pode perder a esperança. Já passamos por isso que vocês estão passando aqui quando fecharam nosso garimpo de Surucucus. Lá em Roraima se vendiam três caminhões só de bombas, aquela bomba de jogar água no garimpo. Eu conversei com o dono da empresa, ele trazia de São Paulo três caminhões e vendia três caminhões. Estou falando só de uma parte do garimpo, sem contar dos motores, do maquinário e tudo. O nosso garimpo chegou a ter 50 mil homens na área de ouro. Aí veio o Collor, transformou tudo em área ianomâmi, expulsou todos e acabou com os empregos. O que os nossos garimpeiros fizeram em Roraima? Uma parte foi para a Venezuela, outra parte foi para a Guiana, outra parte ficou com a Bolsa-Família, com a Bolsa-Escola, recebendo rancho do Governo, que dizer, passou a sofrer a vergonha de ter de viver de esmola do poder público.

Então, assim o garimpeiro é tratado por muitas ONGs, principalmente essas que dirigem os índios. Esses índios são chefiados por ONGs, podem ter certeza disso. Agora é que estão começando a ter vontade própria. Por isso, quando um índio começa a dizer que quer isso ou isso, devemos apoiá-lo. Em Roraima, apoiamos os índios que querem ter fazenda e gado e querem estudar. Realmente, todos agora querem que os filhos estudem, como todos aqui querem, porque ter uma profissão é uma forma de não se depender de ninguém.

Podem ter esperança e certeza de que esta Comissão trabalha dia e noite para tentar encontrar uma solução em que o direito de todos seja respeitado. É para isso que estamos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti; Sr. Relator, Senador Delcídio Amaral; Senador Augusto Botelho; Senador Paulo Elifas; Deputada Marinha Raupp; Prefeita Lúcia Tereza; Presidente da Câmara, Vereador Nascimento, em seu nome eu cumprimento todos os Vereadores presentes; Sr. Luiz Valadares, em seu nome eu cumprimento todos os representantes de classe de Espigão d'Oeste que aqui se pronunciaram; minhas senhoras e meus senhores, costumamos abrir um pronunciamento dizendo da alegria, mas, diante desse momento de tristeza que Espigão d'Oeste viveu, nem posso falar da satisfação.

Eu gostaria de ter vindo aqui naquele em que Espigão mais precisava, mas antes tarde do que nunca, porque ainda precisa. Não foi possível, em virtude de outros compromissos. Por duas vezes adiamos esta agenda de vir a Rondônia, mas chegou a hora. Mesmo a distância, sem ter vindo aqui, já estávamos trabalhando no Senado Federal para diminuir um pouco o sofrimento do povo de Espigão e de Rondônia. Ouvimos lá várias pessoas, o juiz de direito, a Prefeita Lúcia Tereza, o Governador, o delegado do sindicato, o Gilton, presidente do sindicato, alguns garimpeiros e muitas outras pessoas. Fomos ouvindo lá em Brasília para adiantar o expediente até vir aqui. De forma que, mesmo distantes, já estávamos trabalhando para diminuir o sofrimento do povo de Espigão.

O meu gabinete marcou uma audiência com a Prefeita Lúcia Tereza e o General Félix, do Gabinete Institucional da Presidência da República. Foi muito importante a vinda do General a Rondônia, Luiz Valadares, senhoras e senhores empresários e comerciantes, porque culminou na flexibilização, no alívio da pressão que estavam colocando em cima do povo de Espigão

d'Oeste. Após a vinda dele e a manifestação da população do município, houve um alívio na opressão que as autoridades estavam colocando naquele momento, pensando que a culpa de todo que tinha ocorrido no garimpo era do povo de Espigão, quando, na verdade, o povo foi quem menos teve culpa e quem mais sofreu as conseqüências de tudo isso.

Eu mesmo fui informado de que três ou quatro garimpeiros que estavam lá dentro eram de Espigão d'Oeste, mas a grande maioria era de fora, de São Paulo. Por que veio gente de São Paulo, de Minas Gerais, do Espírito Santo e de outros Estados para garimpar na reserva Roosevelt, em Espigão d'Oeste? Pela falta de emprego, de perspectiva e de oportunidade vieram essas pessoas para cá.

Então, o que quero dizer é que o garimpo, muitas vezes, traz muito mais prejuízo do que lucro, traz muito mais tristezas do que alegrias. Eu vejo hoje que nem mesmo os índios, que foram os que massacraram os garimpeiros, estão felizes.

Lamentamos profundamente pelas famílias, pelos garimpeiros mortos, mas sabemos que não houve vencedor nessa história, nem mesmo os índios. Hoje, eles estão numa situação muito difícil. Não tanto quanto as famílias dos garimpeiros. Eu até dei entrada a um projeto de lei, no Senado, Prefeito, para que a União possa indenizar as famílias dos garimpeiros mortos na reserva. *(Palmas.)*

Eu acho que a União, de certa forma, é responsável, também – não o atual Governo e os Senadores –, por décadas de mazelas, pois não conseguimos dar empregos e condições dignas para que os pais de famílias sustentem os seus filhos; e aí vem o desespero, o garimpo.

Eu quero dizer que o garimpo é muito triste, muito difícil. Poucas pessoas se saem bem em um garimpo, se olharmos a situação do ouro do rio Madeira, de Serra Pelada, dos Ianomâmis, em Roraima, que reuniu 50 mil pessoas. Permaneceram dentro da reserva, por um tempo, cinco mil garimpeiros. Desses, quantos têm hoje uma poupança ou condições de passar um tempo sem ter que voltar ao garimpo e arriscar as suas próprias vidas? A atividade é difícil, principalmente quando é ilegal.

O que estamos fazendo neste momento, além de ouvir as senhoras e os senhores, é também auxiliar o Presidente da República, o Ministro da Justiça, numa tomada de decisão para a regulamentação do garimpo. *(Palmas.)* Precisamos fazer isso, senão essa panela de pressão poderá explodir novamente.

Nós sobrevoamos o garimpo hoje, pousamos na aldeia, ouvimos os caciques, os índios, e lá existem alguns vestígios. Não vou dizer que havia máquinas trabalhando, mas tinha terra fresca e as estradas nas áreas mineralizadas estavam sendo refeitas. Vimos que a qualquer momento começam a garimpar novamente, sem que tenha havido a legalização dessa área.

O Senado, representado pelo Presidente da Comissão, Mozarildo Cavalcanti, e pelo Relator, Delcídio Amaral, vai trabalhar com o Governo Federal para que haja uma solução. Não vamos dizer que liberaremos o garimpo para que entrem cinco mil pessoas novamente, não podemos criar ilusões. Agora, por meio de cooperativas, de pequenos grupos organizados e legalizados, será possível, ordenadamente, trabalhar na questão do garimpo.

Quero também corroborar as palavras do Paulo Elifas na questão da Medida Provisória nº 2.166, na qual conseguimos uma vitória. Não foi a vitória que desejávamos, mas já mudou algo. Tínhamos 20% de uso do solo, e já passamos a ter 50%. Recuperamos o prejuízo, porque, no passado, já tínhamos 50%. A Medida Provisória nº 2.166 tomou-nos o direito a 30%, porque já tínhamos o direito de explorar 50%, e passaram para 20%.

O zoneamento que ajudamos a elaborar – oitenta por cento dele foi realizado no meu governo, e foi concluído no governo do meu sucessor – dava um pouco mais de direito. Nas zonas 1, 2 e 3, onde está concentrada a grande quantidade de produtores rurais, em torno de 90 mil, chegava a haver 80% de mata derrubada. Não estávamos inovando. A grande maioria dos produtores dessa região já tinham derrubado mais de 60% ou 70%, então, estávamos regularizando a situação e criando condições de preservar outras áreas mais afastadas, nas zonas 4, 5 e 6, para compensar o que já tinha sido derrubado aqui. Infelizmente, a Medida Provisória nº 2.166 tirou-nos esse direito de fazer valer o zoneamento e voltou à condição de 20% para uso e 80% para preservação.

O acordo feito agora entre a Assembléia, a bancada federal e o Governo do Estado foi uma recuperação do prejuízo, que é voltar aos 50%, até que haja a aproximação de um novo zoneamento, para tentarmos recuperar um pouco mais.

Deixo a minha palavra solidária à prefeita e aos vereadores. Quero cumprimentar o Célio, presidente do nosso partido em Espigão, e todos os vereadores que têm trabalhado e me ligado quase semanalmente, em Brasília, para saber notícias sobre o que poderia vir de bom para Espigão d'Oeste.

Infelizmente, não pudemos trazer ainda uma notícia concreta sobre a questão do garimpo – por falta de vontade e por falta de cobrar das autoridades federais é que não foi. Estive por três meses com o Ministro da Justiça – o Senador Amir Lando, os Deputados Fede-

rais e eu –, cobrando uma solução – que era até uma idéia minha: a de se regulamentar o garimpo e colocar um posto da Caixa Econômica Federal lá dentro para não deixar os contrabandistas saírem e levarem o contrabando para fora. *(Palmas.)*

Esta continua sendo uma sugestão nossa: quando for regulamentado o garimpo, instala-se um posto da Caixa Econômica Federal lá dentro; e que o negócio seja acompanhado pelas autoridades federais, pela Polícia Federal, para que não se permita que o diamante saia no contrabando, que praticamente não deixa nada para ninguém. Quem mais lucra são os grandes compradores, muitas vezes, estrangeiros. Nem brasileiros são.

Então, precisamos realmente tomar uma decisão urgente para se evitar mais conflitos e mais mortes nesse garimpo.

Um abraço a todos e até outra oportunidade, se Deus permitir.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nosso Relator da comissão externa do Senado, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria cumprimentar a nossa querida Prefeita Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos; o Presidente da Câmara de Vereadores de Espigão d'Oeste, Vereador Antonio José Pereira do Nascimento; quero cumprimentar, em nome do Presidente da Câmara, todos os vereadores aqui presentes, líderes sindicais, líderes de associações; quero cumprimentar a nossa querida Deputada Federal Maninha, competente e dinâmica; quero cumprimentar o nosso Senador Paulo Elifas; quero cumprimentar o nosso Senador Augusto Botelho; quero cumprimentar o nosso querido amigo Senador Valdir Raupp e, especialmente, parabenizar o meu caro Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo trabalho desenvolvido pela comissão externa do Senado Federal, presidida por S. Exª. Quero também cumprimentar todos os nossos assessores aqui presentes, que têm nos dado um apoio inestimável.

Eu gostaria SRA.Prefeita, a senhora que é uma mulher despachada, que diz o que pensa e que fala as coisas com o coração – e construímos um Brasil diferente com pessoas que falam com o coração, porque são sinceras e estão antenadas com aquilo que o povo espera e aspira; alguém que, por meio de um mandato, dirige uma cidade, dirige um País e o representa no Congresso Nacional, nas câmaras de vereadores e nas assembléias legislativas – de tranqüilizá-la.

Esta comissão externa do Senado teve início em janeiro deste ano para tratar de um assunto de vital importância para o País: as etnias indígenas, a nossa história, a nossa cultura. E, no início, o que se pensava no Senado Federal é que essa seria, talvez, mais uma comissão com resultados escassos, que produziria ações que muito provavelmente iriam se perder ao longo do tempo. Assim, iniciamos essas atividades. Primeiro, focando Roraima, mais especificamente Raposa Serra do Sol, que, hoje, é assunto não apenas nacional, mas internacional – e já de muitos anos.

Preparamos um relatório sucinto, mas extremamente objetivo, por meio de várias audiências públicas – como esta que estamos realizando aqui –, em Boa Vista, visitando as aldeias, conversando com todas lideranças, com todos os atores, com todos os participantes desse processo. Fizemos um relatório tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal, e conseguimos, efetivamente, estabelecer conclusões consensuais, que foram aprovados por unanimidade na Câmara e no Senado Federal, com medidas absolutamente lúcidas, de bom-senso e fruto de todo o trabalho dos Senadores e Deputados Federais.

Tamanha a pertinência daquilo que foi aprovado, que a Justiça Federal, depois de enviar peritos para a região, praticamente incorporou todas as conclusões dos relatórios da Câmara e do Senado Federal, no sentido de buscar uma solução definitiva para a Raposa Serra do Sol.

Depois, nos defrontamos com os conflitos ainda existentes no meu Estado, Mato Grosso do Sul. Fizemos várias audiências públicas na nossa capital, Campo Grande, na Assembléia Legislativa, e fomos às zonas de conflitos. Estivemos em Iguatemi, em Japorã, regiões fronteiriças, e aprovamos, há duas semanas, um relatório extremamente rigoroso com relação às medidas que deverão ser tomadas, não só pelo Governo Federal, mas também no âmbito do Legislativo.

É importante registrar, Prefeita, que nesses debates surgiram questões não só importantes para os Estados, mas para o País, acima de tudo.

Abordamos o problema de fronteiras, a regulamentação de faixa de fronteira, o combate ao crime organizado, ao contrabando, ao narcotráfico. Nós discutimos a biopirataria, principalmente na região de Roraima. Nós falamos sobre as ONGs, algumas que executam um trabalho excepcional, ajudando nosso País, e outras com interesses absolutamente fora daquilo que é importante para o Brasil. Analisamos o problema da demarcação de terra, as dificuldades que temos enfrentado, fruto, inclusive, do trabalho de antropólogos, que têm trazido, em alguns Estados, muita insegurança, colocando em risco uma história de famílias, de gerações que produzem, há anos e anos, em suas propriedades, e hoje, de uma hora para outra, em função de um laudo, se vêem com o futuro pre-

judicado, inclusive correndo o risco de simplesmente abandonarem suas atividades e saírem indenizadas única e exclusivamente pelas benfeitorias introduzidas. Uma história de gerações simplesmente desaparece da noite para o dia.

Como diz o Senador Mozarildo, uma guerra é assunto muito importante para se deixar na mão só de generais. Demarcação é assunto muito importante para se deixar na mão só de antropólogos. O Senado Federal tem que, efetivamente, assumir o seu compromisso com relação às demarcações.

Hoje, minha querida Prefeita, nós estamos já na fase final das audiências públicas, com esta visita a Rondônia, com esta visita a Espigão d'Oeste. Nós estamos na reta final das audiências públicas do Estado de Rondônia.

Um requerimento do Senador Valdir Raupp, do Senador Paulo Elifas e da Senadora Fátima Cleide nos trouxe aqui. Vou ser absolutamente sincero, Prefeita: acho que em nenhum desses Estados nós ouvimos tantas pessoas como ouvimos no caso do Estado de Rondônia. Nós ouvimos advogados, nós ouvimos garimpeiros, nós ouvimos produtores, nós ouvimos lideranças indígenas.

Foi muito importante o que foi feito pela Comissão, pela manhã. Nós fomos às aldeias, fomos conversar com as lideranças indígenas, conversamos com a SRA. Prefeita, que fez um depoimento memorável naquele dia e que serviu para nos subsidiar no que se refere a um cem número de ações no tocante a essa questão indígena aqui em Rondônia. Na próxima semana iremos aprovar o relatório de Santa Catarina e, dentro da nossa programação, em um prazo de quinze dias, aprovar o relatório de Rondônia. Inclusive eu gostaria, e peço um pouco mais de paciência, de tecer alguns comentário sobre Rondônia.

Evidentemente que, para amanhã, nós temos um roteiro de audiências pública já programado pela nossa equipe, junto à Assembléia Legislativa de Porto Velho. Mas, primeiro, SRA.Prefeita, tenha V. Exª a certeza absoluta de que este processo o Senado fará justiça e buscará, incessantemente, a punição para os responsáveis por essa tragédia e esse massacre na Reserva do Roosevelt. Segundo ponto são as famílias dos garimpeiros que não podem, simplesmente, ficar ao relento. E Espigão d'Oeste, assim como as famílias, tem que ser ressarcida pelos prejuízos que esse massacre trouxe para a economia não só a de Espigão d'Oeste, mas também para a de Rondônia. Há um outro assunto que nós já debatemos muito na Comissão Externa do Senado: a legalização do garimpo e a necessidade de esta Comissão preparar um projeto de lei em caráter de urgência urgentíssima para regularizar o garimpo em terras indígenas. Nós já temos, Prefeita, muitos subsídios. Ouvimos autoridades na área mineral do País, já discutimos esses assuntos com o Ministério de Minas e Energia, mais especificamente, com a Ministra Dilma Rousseff e hoje temos, com assessoria e com todos os subsídios que já coletamos, não só de consultores, mais de pessoas ligadas às questões indígenas, o subsídio necessário para construir uma solução e uma proposta definitiva para, de uma vez por todas, acabe com essa pouca vergonha e traga tranqüilidade não só para Espigão mas para toda a Rondônia.

Para concluir, sou um sul-mato-grossense, nascido em Corumbá, mas que já andei por este País inteiro, já morei em vários Estados da Federação e quero registrar que fiquei bastante surpreso, porque vivi em Estados em que a mineração é muito forte. No meu Estado há mineração, principalmente na região de fronteira, na minha cidade, Corumbá. Mas vivi em Serra Pelada, porque, na época, eu trabalhava na Eletrobrás, construindo linhas de transmissão e subestações e tive oportunidade de conviver com todos aqueles projetos, além dos de Serra Pelada, os da Vale do Rio Doce, lá na área de Carajás, no Pará. E fiquei extremamente surpreso com o sobrevôo que fizemos hoje, porque a constatação e os sinais são muito claros de que o garimpo continua. E nós temos que parar. *(Palmas.)*

Portanto, amanhã, vamos concluir todo esse processo de uma quase auditoria que fizemos, no que se refere a esse assunto, que trouxe tantos transtornos à sociedade de Espigão d'Oeste e, se Deus quiser, não tenham dúvidas nenhuma, em um prazo de quinze dias, Prefeita, estaremos discutindo na Comissão Externa do Senado, em Brasília, propostas que vão nos levar a um trabalho forte dos nossos Senadores junto à área política do Governo, aos Ministérios de Minas e Energia e o da Justiça para que, efetivamente, possamos trazer, acima de tudo, esperança e futuro melhor para a gente de Espigão d'Oeste, de Rondônia e para todos nós, brasileiros, índios e não-índios.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerramos, concedo à Prefeita Tereza a oportunidade de se despedir desta reunião histórica.

A SRA.LÚCIA TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores e todos aqui presentes, para finalizar, como digo sempre, alguém tem que estar na intermediária, pondo pano quente, abafando, tendo jogo de cintura. Aqui estamos em casa. Eu gostaria de dividir todos os avanços com todos e com vocês.

Sem incentivar, sem estar querendo motivar alguma coisa – o senhor já percebeu pelo nosso feitio que

somos da paz, pela produção, pelo amor – gostaria de dizer que Deus gosta muita de justiça. Vocês tiveram que vir aqui e permitido que vocês fossem lá; vocês não são homens só especiais, são dotados de inteligência; e sem ninguém aqui que ouça a Polícia Federal e sem ninguém que falasse aos ouvidos de vocês com medo de ser identificado, o garimpo continua muito pior. O garimpo continua sendo trabalhado e continua meia dúzia comendo e nós morrendo de fome.

Quero dizer aos nossos padrinhos, encabeçados pelos três Senadores presentes, Dr. Mozarildo, Dr. Delcídio e Dr. Augusto Botelho – não estou querendo incentivar de forma alguma – que estamos quietos, parados, esperando só a resposta de vocês, mas nem por isso pensem que Espigão d'Oeste tem um povo fraco, temeroso e desanimado. Não somos. Somos pela legalidade, pela paz, mas se continuar e se essas respostas demorarem, estejam preparados, não são garimpeiros, não são madeireiros, são a empregada doméstica, o empregador, o empregado, sou eu, é você, somos todos nós, vamos lutar e vamos vencer, porque existe o sol para todos. O que não pode acontecer é rir da nossa cara, continuar gozando com a nossa casa, continuar meia dúzia comendo diamante à custa do sacrifício e lágrima de todos nós aqui. E nós continuamos trabalhando, continuamos nos esforçando; não é para parecer que vocês estão aqui dando melzinho na boca e ficamos parados. Agora piorou! Porque agora nem madeireiro, por quê? Porque a Funai, Ibama etc. etc. e tal fizeram com que os índios cortassem relações com madeireiros, com boiadeiros, com vaqueiros, com fazendeiros e com garimpeiros, para apertar a gente, fechar o círculo em nós, e continua o descaramento, a corrupção, a evasão de divisas de diamante aqui no nosso País.

Ainda bem que não fui eu que contei, não foi você; vocês que viram, que não são bobos, são inteligentes. E não precisa ser muito inteligente para saber que a pouca vergonha continua acontecendo no nosso País. Espero que no tempo limitadíssimo vocês tomem conta disso.

Senadores do nosso Brasil, Espigão confia e acredita em vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a presença de todos.

Ao encerrar esta reunião, quero fazer algumas afirmações, até reiterando o que disse o nosso Relator. Estejam certos de que estamos aqui por requerimento dos dois Senadores de Rondônia e com apoio da Senadora Fátima Cleide que, embora esteja doente, está acompanhando esta questão, muito seriamente envolvidos para resolvê-la. Vamos nos empenhar para, até duas semanas no máximo, ter uma solução, partindo da Comissão, que esperamos seja adotada. Vamos inclusive levar, já na segunda-feira, as informações do que vimos aqui para as autoridades competentes.

Muito obrigado a vocês, e vamos em frente.

(Intervalo)

O SR. (orador não identificado) – Vamos reabrir os trabalhos, desejando boas-vindas aos Senadores que estão na Comissão Externa Temporária do Senado. Sintam-se à vontade aqui. Entrego esta Presidência ao Senador Mozarildo Cavalcanti, cumprimentando o Senador Valdir Raupp e a Deputada Federal Marinha Raupp, do nosso Estado, que estão acompanhando os trabalhos, assim como outras autoridades, o Superintendente da Polícia Federal, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Carlos Vitachi.

Neste momento, passará a presidir os trabalhos o Presidente da Comissão Temporária, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Bom dia a todos. Inicialmente, convido o Senador Valdir Raupp para compor a Mesa de trabalhos. (Pausa.)

Registro que esta Comissão, que está investigando e buscando elementos para levantar um diagnóstico sobre a questão fundiária indígena, começou o trabalho por Roraima e já esteve em Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Desde ontem, está em Rondônia, até onde estendeu os trabalhos por requerimento dos Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas. Ontem, estivemos na Reserva Roosevelt conversando com os índios Cintas-Largas; depois, estivemos em Espigão d'Oeste. No entanto, há pelo menos dois meses, logo após a ocorrência daquele incidente na reserva, estamos ouvindo pessoas envolvidas com a questão, como garimpeiros e outros atores. Ontem, ouvimos os índios, já ouvimos o governador do Estado, a prefeita de Espigão d'Oeste e, portanto, estamos buscando ouvir o maior número possível de pessoas, para ter dados suficientes para fazer um relatório que realmente contenha as medidas necessárias para resolver a questão.

Cada Estado tem uma peculiaridade. Roraima tem uma situação, Mato Grosso do Sul, outra mais ou menos assemelhada, mas diferente, Santa Catarina também. Eu diria que, em Rondônia, torna-se muito mais gritante, porque implicou a perda de vidas humanas e também uma questão fundamental para o desdobramento disso, que é a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas.

Inicialmente, quero dizer que esta Comissão tem procurado agir com muita isenção e equilíbrio. Já produzimos o relatório sobre os Estados de Roraima e Mato Grosso do Sul. Já devemos votar na semana que vem o relatório de Santa Catarina e, portanto, no

máximo em duas semanas, estaremos também apresentando o de Rondônia, que considero – repito – um quadro emergencial.

Para começar os nossos trabalhos, dada a nossa disponibilidade de tempo, cada pessoa convidada a prestar os seus esclarecimentos e informações, aqui relacionada, disporá de 10 minutos para sua exposição. Espero que compreendam que essa limitação de tempo é quase uma rotina. Isso se reveste de uma importância ainda maior aqui, porque devemos retornar no vôo das 13h, e queremos ter condições de ouvir a todos.

Pergunto se o Deputado Estadual Nereu Klosinski se encontra presente, porque S. Exª disse que gostaria de fazer a leitura de uma mensagem da Senadora Fátima Cleide. Quer fazê-lo agora ou depois? (Pausa.)

Depois. Então, está ótimo.

Começaremos ouvindo o Presidente da Assembléia Legislativa de Rondônia, Deputado Carlão de Oliveira, que, como Presidente da Assembléia, obviamente estará expressando o pensamento dos deputados estaduais.

O SR. CARLÃO DE OLIVEIRA – Vou me abster de me pronunciar, tendo em vista que falará o representante da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Muito bem, o presidente está se abstendo de prestar o seu depoimento, já que o deputado que é o relator da comissão aqui da Assembléia vai se pronunciar sobre o assunto de forma mais detalhada.

O SR. NEREU KLOSINSKI – Componentes da Mesa, Senadores que fazem parte da comissão, deputados federais, deputados estaduais, demais convidados aqui presentes, cumprimento-os todos.

No ano passado tivemos uma CPI nesta Assembléia Legislativa em função da preocupação que tínhamos quanto às ameaças que ocorriam em nosso Estado de invasões, de ocupação da reserva indígena e, é claro, principalmente em função do garimpo. Havia a expectativa, por parte da população dos garimpeiros, de se encontrar uma fortuna, pelo menos comentava-se na imprensa que lá existia uma.

A preocupação maior era com a segurança, a CPI tinha como objetivo apenas a questão específica de segurança do povo – dos indígenas, dos garimpeiros e da sociedade que vive neste Estado. Estivemos em Espigão d'Oeste, ouvimos a Polícia Federal, a prefeita, os representantes dos garimpeiros, ouvimos representantes de ONGs – com os indígenas não tivemos oportunidade de conversar porque não chegamos até a aldeia, não chegamos ao garimpo. Pelos relatórios, pelos depoimentos que obtivemos dos garimpeiros e dos representantes, tratava-se, justamente, da questão de segurança. Os garimpeiros queriam explorar a área, não há dúvida, na expectativa de emprego, na expectativa de gerar renda, e os índios tinham a preocupação de preservar, mas de preservar o que era considerado ser dos indígenas.

Na nossa avaliação, não havia controle quanto à segurança, não havia garantias relativas à manutenção da segurança por parte do Estado nem por parte da União. A exploração corria solta, havia acesso direto para quem pagasse – segundo os relatórios, tinha-se que pagar para as lideranças indígenas para se ter liberdade para explorar o garimpo, mas, passado o tempo, o pagante era convidado a se retirar; se não se retirasse, poderia ser retirado na marra, havia essa ameaça.

Diante de todos esses relatórios, cujas cópias vamos passar na íntegra, inclusive uma cópia do nosso relatório, com depoimentos de garimpeiros, das lideranças. Então, vamos tentar colocar na base, rapidamente, essas pessoas que ouvimos, a situação que encontramos e a proposta que apresentamos. Os Senadores estiveram visitando e sabem de toda a situação do garimpo. Penso que podemos dispensar o histórico de como lá funciona.

Protocolamos o relatório no dia 13 de novembro no gabinete do Ministro da Justiça, onde estiveram, conosco, na oportunidade, os Senadores Valdir Raupp e Amir Lando. Apresentamos o relatório e colocamos essas preocupações com nossas sugestões para a solução dos problemas. Uma delas era o fechamento do garimpo, o controle ou pelo Exército ou pela Polícia Federal, para que fosse leiloado todo o patrimônio que havia lá, do maquinário, porque era uma estrutura muito grande.

Diante dessas questões, apresentamos o relatório ao Ministro da Justiça. Aqui o Estado tinha todas essas informações também e era uma preocupação da Assembléia Legislativa justamente a segurança que não tinham nem os garimpeiros e nem os indígenas. O encaminhamento, a solução imediata era a intervenção federal no garimpo. Depois que foge à nossa alçada, passando a ser matéria do Congresso Nacional, deveria ser discutida a liberação, a forma como seria explorado o garimpo, se será uma liberação para garimpeiros ou para os indígenas ou para empresas.

O que nos preocupou muito foi que, pelas informações que colhíamos, a reserva de diamantes é muito grande. Milhões de reais passavam por aqui de forma totalmente ilegal. O Estado não tinha benefício, o Governo Federal não arrecadava nada, os próprios indígenas, na avaliação que fazemos, também tinham uma contribuição muito pequena. Então, de forma ilegal, o recurso ia para fora sem o Estado de Rondônia e sem o País poder receber algum benefício em troca.

No Estado de Rondônia, já tivemos a era do ouro, principalmente aqui na região de Porto Velho. Éramos um Estado rico em madeira e muito disso foi embora sem gerar arrecadação. A exploração do ouro passou vários anos proibida, mas, no entanto, foi explorado sem gerar recurso para o Estado e ainda causando a degradação do nosso meio ambiente.

Na questão da madeira muito pouco se aproveitou. O nosso Estado, rico, teve sua riqueza, de forma ilegal, retirada. Como uma das últimas riquezas, tivemos a cassiterita e a última seria o diamante, que fora explorado de forma ilegal. Se não houvesse o controle do Governo Federal nesse caso, poderíamos, daqui a dois ou três anos, perceber que acabou o diamante do Estado de Rondônia, que acabou o diamante da reserva indígena e que ninguém ganhou nada. Poderiam até acabar com os índios Cinta-Larga. Num resultado final, a Rondônia mais uma vez perderia.

Diante dessas questões, vamos apresentar, na íntegra, o relatório, com todos os segmentos que ouvimos. A nossa preocupação foi em relação à segurança das pessoas, dos índios, dos garimpeiros e à riqueza de nosso Estado, que estava indo embora. Diante disso, precisávamos de uma solução imediata, que era na linha colocávamos. Como não cabia à Assembléia Legislativa tomar providências por ser considerada uma área de responsabilidade federal, fizemos o relatório e cobrávamos, constantemente, ações das esferas federais. Tanto é que apresentamos o relatório ao Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, quando estivemos em Brasília.

Essa é uma rápida explanação do trabalho que fizemos. Estaremos protocolando a cópia do nosso relatório. Não sei se posso fazer a leitura neste momento. Se houver perguntas, estaremos à disposição.

Passo a fazer a leitura da Carta Aberta a Rondônia, da Senadora Fátima Cleide:

"A Comissão Externa do Senado que examina conflitos fundiários em terras indígenas visita hoje o Estado de Rondônia.

Convidada a acompanhar essa visita, lamentavelmente, estou impedida de fazê-lo, devido a internamento hospitalar a que tenho de me submeter neste fim de semana, a partir de hoje.

Contudo, mais que do que publicamente justificar a minha ausência, quero contribuir com essa missão, apontando alguns aspectos da delicada situação que se desenvolve em meu querido Estado natal e que referencia toda uma discussão no Congresso Nacional sobre a regulamentação da mineração em terras indígenas e, em sentido mais amplo, sobre o relacionamento do Estado e da sociedade brasileira com as comunidades indígenas, seus direitos naturais e constitucionais, suas práticas e planos em relação aos recursos em seus territórios.

Nesse sentido, julgo importante ressaltar que, sobretudo nos últimos 40 anos, os Cintas-Largas têm vivido sob violenta ação de empresas seringalistas, de projetos agropecuários, construção de estradas e a criação do pólo noroeste. Uma CPI de 1960 encheu cinco mil páginas com registros de como milhares de índios foram dizimados com alimentos envenenados com arsênico, bombas de dinamite e brinquedos contaminados com vírus de gripe, sarampo e varíola, que eram lançados de avião sobre as aldeias cinta-larga. Nos anos 80, foi a exploração ilegal de madeiras nobres. A partir de 99, a garimpagem de diamantes.

Dessa fase mais recente, os Cintas-Largas, após três anos de agressões e traições, compreenderam que as parcerias com brancos lhes era drasticamente prejudicial social, cultural, ambiental e economicamente e, a partir dessa experiência, desistiram, decididamente, de todas as parcerias tentadas naquele período. Desde então, passaram a sofrer redobrada campanha de invasões, calúnias e discriminações. Assim, gestou-se o conflito que culminou no lastimável confronto com garimpeiros em 7 de abril passado.

No entanto, na reserva Rooselvelt, apesar da sucessão de acontecimentos que lhes tolhem a liberdade e lhes ameaça a vida, pessoal e coletivamente, os Cintas-Largas não estão abatidos. Ao contrário, mantêm-se imobilizados, concentrados em produzir, a partir de sua própria história, as soluções para seus problemas e a orientação de sua luta, para superar as adversidades do presente e construir um futuro mais tranqüilo. E tem os mais justos motivos para não adotar nossos modos de produzir e distribuir a riqueza.

Portanto, desejo e pressuponho que a visita da Comissão Externa do Senado ao meu querido Estado de Rondônia se dê sob a inspiração da justiça e da solidariedade, somando-se ao grande esforço da sociedade rondoniense, no sentido de converter a rota equivocada do desenvolvimento predatório e genocida em um destino de abundância e fraternidade.

São Paulo, 18 de junho de 2004.

Senadora Fátima Cleide (PT – RO)."

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço ao Deputado Nereu Klosinski a objetividade de sua explanação, que realmente se circunscreveu aos 10 minutos dados. Aproveito para registrar a presença neste plenário da Deputada Marinha Raupp, que ontem nos acompanhou na visita aos Cintas-Largas e a Espigão d'Oeste e está aqui, neste momento.

Também registro a presença do Procurador-Geral de Justiça do Estado e da comarca de Espigão d'Oeste, do Magnífico Reitor da Universidade, Professor Ênio

Glória da Silveira, e convido, para fazer uso da palavra, a Drª Emília Altini, coordenadora do Cimi. (Pausa.) S. Sª não está presente.

Vamos prosseguir; se a Drª Emília chegar antes do final, terá direito a usar da palavra.

Convido o Dr. Marcos Aurélio Moura, Superintendente da Polícia Federal de Rondônia.

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA MOURA – Exmº Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, em nome de quem cumprimento os demais componentes da Mesa, demais Parlamentares presentes, senhoras e senhores, autoridades federais, estaduais e municipais, bom dia.

A Polícia Federal tem acompanhado essa situação do garimpo desde o seu início, aproximadamente no ano de 1999. Já participamos diretamente, em parceria com a Funai, com a Polícia Militar Ambiental e com outros órgãos, de cinco extrusões de garimpeiros. O garimpo chegou ao seu ponto máximo, quando, em uma dessas ações, conseguimos retirar do local aproximadamente cinco mil garimpeiros.

De início, as ações da Polícia Federal estavam dirigidas especialmente à retirada desses garimpeiros. Com o passar do tempo, a situação ficou um pouco mais complicada, porque algumas lideranças indígenas começaram a cobrar a participação nos resultados do garimpo e direcionou suas atividades a alguns garimpeiros empresários, de forma que aqueles garimpeiros chamados rodados, sem estrutura econômica, não eram mais vistos com bons olhos no interior da reserva. Isso, naturalmente, dificultou um pouco o nosso trabalho, porque, a partir dessa fase, os problemas da Polícia Federal não se resumiram apenas à retirada dos garimpeiros e tivemos, sim, problemas mais sérios com as lideranças indígenas. Por quê? Porque era pretensão daquelas lideranças que a Polícia Federal retirasse do garimpo apenas os garimpeiros rodados, aqueles que não estavam dando retorno econômico para aquelas lideranças. E, naturalmente, não poderíamos permitir esse tipo de conduta dos índios.

Dessa forma, a partir de determinado momento, a presença da Polícia Federal no local já não era mais bem vista, e o nosso relacionamento amistoso com as lideranças indígenas terminou, quando requeremos a prisão preventiva de cinco lideranças, e a Justiça Federal concedeu-nos o pedido.

De forma que mantivemos, por alguns dias, alguns sob a nossa custódia, aqui em Porto Velho. Das cinco lideranças que tiveram a prisão preventiva decretada, conseguimos cumprir quatro mandados. Esse foi o estopim da crise entre a Polícia Federal e as lideranças indígenas.

A situação se agravou ainda mais, quando, em parceria com a Funai mais uma vez, suspendemos toda a atividade no local. Em razão das dívidas contraídas por aquelas lideranças, e a pressão dos garimpeiros empresários também foi muito grande, determinado cacique chegou a expulsar uma equipe da Polícia Federal que se encontrava acampada, em condições bastante precárias, no interior da reserva.

Para evitar um conflito maior, achamos por bem que todo o efetivo da Polícia Federal fosse retirado do local. A situação foi-se agravando cada vez mais, e, no final do ano de 2002, o Governo Federal criou um grupo-tarefa composto basicamente por servidores da Funai. Esse grupo-tarefa tinha por missão conscientizar os índios de que a exploração do garimpo era ilegal e de que se deveria obedecer à Constituição.

De início, esse grupo nos procurou. Expusemos o nosso ponto de vista e, e comum acordo, concluímos que, pelo menos durante aquele trabalho inicial, a Polícia Federal não faria parte desse grupo-tarefa, até em função dos problemas que já havia ocorrido com os índios. E, após alguns meses, os garimpeiros foram retirados no local, em um trabalho feito por esse grupo-tarefa e pelas lideranças indígenas. Houve também a participação, em uma determinada fase, da Polícia Militar Ambiental.

Com o passar do tempo, os garimpeiros já não estavam mais trabalhando na reserva. O garimpo passou a ser explorado diretamente pelos índios, mas estes não tinham como vender o mineral. E o nosso trabalho, a partir dessa fase, começou a ser dirigido a algumas organizações criminosas.

Pudemos rastrear que algumas pessoas saíam de São Paulo, de Minas Gerais, pousavam, em pequenos aviões, no interior da reserva indígena, ali recebiam o diamante, efetuavam o pagamento em espécie e retornavam para os seus Estados. Então, começamos a trabalhar exclusivamente na parte de inteligência.

Podemos até concluir que o nosso trabalho – talvez seja um pouco de pretensão da nossa parte – surtiu o efeito que desejávamos. Conseguimos desarticular três organizações criminosas. Digo organizações, porque eram formadas por empresários com razoável poder aquisitivo e por servidores públicos, tanto da Funai quanto da nossa instituição, a Polícia Federal.

Em uma determinada ocasião, conseguimos prender 15 pessoas, incluindo um agente da Polícia Federal, que se encontra preso ainda aqui na nossa superintendência, à disposição da Justiça. Concluímos esses três trabalhos, relatamos o inquérito e o encaminhamos à Justiça, de forma que hoje temos todos esses membros dessas organizações criminosas processados, incluindo algumas lideranças indígenas.

Chegou-se a cogitar também, em determinada ocasião, que os índios estavam fortemente armados, com armas fornecidas por essas organizações criminosas. Então, procuramos a Justiça Federal e o Ministério Público, expusemos essa situação e propusemos à Justiça Federal que, se fosse autorizada, a Polícia Federal tentaria conversar com os índios para que eles entregassem essas armas em troca – como prevê a legislação – de algum benefício processual.

Isso foi acertado com a Justiça Federal, de forma que os índios entregaram espontaneamente dez armas, incluindo algumas de calibre restrito. E a situação chegou a esse ponto, com essas 29 mortes, em abril deste ano.

Questionou-se bastante com relação ao não-ingresso da Polícia Federal imediatamente na reserva indígena após a ocorrência do conflito. A situação estava bastante tensa e, por nossa orientação, nenhum policial federal deveria ingressar na reserva sem que o trabalho fosse feito com absoluta segurança e em parceria com a Funai. Como disse há pouco, a situação estava bastante tensa e o nosso objetivo era evitar mais mortes.

Então, tivemos uma parceria muito boa da Funai nesse episódio. Há de se ressaltar que todos os corpos foram encontrados pela Funai após longas conversas com os índios. Após o conflito, as lideranças ficaram receosas de prestar qualquer tipo de apoio à Polícia Federal e à Funai. Isso demandou um certo tempo, para que os próprios índios apontassem o local onde houve o conflito. Então, o trabalhou demorou um pouco. Como disse o Deputado há pouco, a área é imensa. Tivemos de contar com o apoio incondicional e absoluto da Funai. Felizmente, localizamos os corpos, instauramos imediatamente o inquérito e estamos agora na fase de oitiva dos índios. Creio que todos têm acompanhado e sabem que nosso trabalho aqui é feito com total isenção. A imprensa chegou a especular na época que a Funai e a Polícia Federal estariam protegendo os índios. Isso jamais aconteceu. Sempre apuramos os fatos com total isenção. Tanto é assim que já apreendemos índios, servidores públicos, empresários, advogados, contadores. Enfim, para todas as pessoas que tiveram envolvimento com a extração ilegal de diamantes na reserva indígena, quando o fato chegou a nosso conhecimento, inquéritos policiais foram instaurados. Alguns, naturalmente, demandam certo tempo, porque tratam de investigações complexas. O nosso efetivo é reduzido e as nossas condições de trabalho não são tão eficientes quanto gostaríamos. Mas, felizmente, temos contado com o apoio da nossa Direção-Geral, que tem dado suporte às nossas ações aqui, naturalmente dentro das limitações do órgão como um todo. Em suma, foi o que aconteceu. Sem querer alongar, encerro aqui minhas palavras, colocando-me à inteira disposição dos membros da Comissão ou de outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecer ao Marcos Aurélio Moura, Superintendente da Polícia Federal de Rondônia.

Desejo dar conhecimento ao plenário de um fax que recebemos neste momento e que estava aqui na Assembléia do Conselho Indigenista Missionário vazado nos seguintes termos:

Sr. Presidente, na qualidade de Secretária do Conselho Indigenista Missionário – Cimi de Rondônia, venho através desta, neste ato representando a instituição acima citada, em resposta a Ofício nº 0222, de 2004, da Comissão Externa do Senado, informar que a Coordenadora, a SRA.Emilia Altini, está desde o dia 02 de junho realizando visitas a aldeias indígenas, onde permanecerá até o próximo dia 21 do corrente mês, razão por que, infelizmente, não poderá comparecer na Plenária do dia 18, na Assembléia Legislativa.

Assina a SRA.Joselina Alves Cabral, do Cimi de Rondônia.

Portanto, fica justificada a ausência da Coordenadora do CIMI.

Está inscrito o Dr. Paulo Roberto, Secretário de Segurança, mas ele nos comunicou que estaria hoje acompanhando o Governador em viagem ao interior do Estado. Justificou verbalmente sua ausência à Secretaria da Comissão.

Em seguida, passo a palavra o Dr. Sílvio Roberto Amorim Júnior, Procurador-Chefe do Ministério Público Federal de Rondônia. Não se encontra presente.

Chamamos a seguir o Dr. Oswaldo Pittaluga e Silva, Gerente-Executivo do Ibama de Rondônia. Também não está presente.

Convido, então, a Drª Conceição Baena, Promotora Pública do Estado de Rondônia.

A SRA.CONCEIÇÃO BAENA – Meus cumprimentos a todos os presentes e aos Senadores que compõem a Comissão. Eu era Promotora de Justiça de Espigão d'Oeste. Hoje eu sou titular da Comarca de Colorado.

Cheguei à Comarca de Espigão d'Oeste em janeiro de 2003. Na chegada, ouvia comentários acerca da garimpagem ilícita que era praticada no interior da reserva indígena, do envolvimento de servidores da FUNAI... Mas são e eram comentários extra-oficiais. Não existia nenhum fato, e a oportunidade já estava em Pimenta, acumulando com Espigão, que é uma cidade próxima. Marquei uma reunião para fixar alguns pontos porque já havia notícias de grave devastação ambiental. É uma área federal porque é uma reserva

indígena. A princípio, a fiscalização dessa área, no que diz respeito à degradação ambiental, que é imensa, que vem sendo praticada por lá, é atribuição do Ministério Público Federal, mas, mesmo assim, como pertence a essa reserva e também ao nosso Estado, e os problemas no que tange à criminalidade, refletem na comarca local. Marquei uma reunião, pedi que fosse feito o levantamento das polícias e da situação que se praticava. Não tivemos, entretanto, um resultado muito bom porque a comissão foi até a reserva e viram que ela dista 170 quilômetros da cidade. A situação ficou por aí e nada foi feito.

Espigão d'Oeste tem hoje aproximadamente 35 mil habitantes. É uma comarca de primeira instância, e a rede pública de hospital, delegacia de polícia, etc, tem um sistema pequeno para suportar a demanda social local.

O que aconteceu? Vamos aos fatos. Em outubro do ano passado, ocorreu a primeira chacina dentro da reserva indígena. Em abril de 2004, ocorreu a segunda chacina. Como Promotora de Justiça local, eu soube que o Ministério Público Estadual foi acionado nos seguintes termos: a chacina primeira chacina, em outubro de 2003, ocorreu, salvo engano, num domingo. Os familiares foram até a cidade, falaram com a delegacia de Polícia Civil, com o delegado, que disse que não tinha condições de entrar na reserva para recolher os corpos. Até então era uma questão simples: havia garimpeiros mortos dentro da reserva, e não havia como buscar os corpos.

Parece brincadeira, mas o grande drama da família dos garimpeiros, tanto em outubro de 2003 como em abril de 2004, era uma: os corpos estão jogados dentro da reserva, e o Estado não tem força para entrar lá e recolhê-los. Esse é o primeiro problema. O segundo problema é a segurança. Não estou nem entrando no mérito: na questão da responsabilidade de quem praticou essas chacinas ou o que motivou a prática dessas chacinas. Então, o primeiro ponto a ser elencado é a estratégia. O que deve ser feito? Qual a participação do Estado? Quando digo Estado, digo União, Polícia Federal, Ibama, FUNAI, para dar esse aparato para a sociedade, para a família desses garimpeiros para entrar na reserva. Esse é um problema.

Vou ao relato de outubro de 2003, quando ocorreu a primeira chacina. Estava na promotoria e apareceu um grupo de garimpeiros. Eram de 12 a 15 garimpeiros dizendo: "Promotora, estive na delegacia da polícia civil. E lá, o delegado falou que não tem como entrar no garimpo, e ele não vai entrar. E os corpos dos nossos parentes estão lá jogados. Se nós não conseguirmos entrar lá para pegar, a gente vai invadir a cidade e vai saquear tudo." Aí entrei em contato por telefone com o delegado: "Dr. Raimundo, Dr. Raimundo, o que está acontecendo?" Ele falou: "Olha, Drª, já entrei em contato com a FUNAI, mas esse órgão não quer autorizar a entrada." Eu falei: " Mas como não quer autorizar? Tem que entrar! É o caso de recolher a materialidade do crime! É flagrante delito! É recolher o corpo! Não estamos discutindo nada." Aí, entrei em contato com a FUNAI, vi o ofício. Era um ofício dirigido ao Trajano e Valter Blos, dizendo que queria uma autorização para que as polícias pudessem entrar lá e recolher os corpos. Esse ofício demorou a ser respondido. Entrei em contato verbal e falei: "Olha, eles estão ameaçando e ameaçam na promotoria de justiça. É à promotoria de justiça local que vêm pedir justiça. E eles estão dizendo que, se não tomar providências, vão entrar... E eles estão no direito deles. Eles não querem nada. Eles querem só recolher os corpos. Então, a gente tinha um problema administrativo com relação à Funai para estabelecer um procedimento rápido para que Estado entrasse lá e se fizesse presente. Como já foi dito, os crimes que acontecem e que aconteciam dentro da reserva indígena eram como se fossem praticados num Estado onde a terra era de ninguém, onde o Estado não existia. Dentro da reserva, é terra sem lei. Por quê? Porque não tem segurança, porque não tem polícia efetiva a cargo da União para dar proteção a quem está lá dentro. Por quê? Porque a União não regulamentou e, ao mesmo tempo, é omissa e não fiscaliza, não impede a garimpagem que ocorre lá dentro. E as mortes ocorrem. No Município, temos notícia de que foram mais de 30 mortos em outubro. Aliás, extra-oficialmente eram mais de 30, mais oficialmente tivemos a notícia de cinco apenas.

Bom, aos fatos! Voltando àquela comunicação da Funai. Entrei em contato por telefone com Valter Blos e falei "olha, se não sair autorização da Funai", porque na verdade não é uma autorização, é uma mediação. Eles fazem a mediação. Eles entram em contato com os índios e fazem aquele trabalho de intermediação, e a polícia entra e faz o papel dela lá dentro. Eu falei "não queremos mais nada, queremos só isso". Para o Valter, eu falei assim "se não sair autorização até duas horas da tarde do dia seguinte, vamos entrar à força", porque é certo que os Cintas-Largas têm que ter preservados os seus direitos, mas é certo também que a família dos garimpeiros tem o direito de ter os corpos recolhidos dali de dentro.

Eles não quiseram assentir a princípio, e o Valter Blos me disse que iria pedir autorização para o Presidente da Funai. Eu falei "que brincadeira é essa? Estou falando de morte. Têm que ser recolhidos já os corpos, senão os corpos desaparecem". Discutimos verbalmente sobre essa questão e acabamos conseguindo

entrar. Nessa entrada, a Polícia Federal não participou. Entraram a Polícia Militar local e a Polícia Civil. Tenho gravado isso numa fita VHS. Foram recolhidos os corpos e estavam em estado de decomposição. Mandei essa fita VHS para o Presidente da República, para o Lula. Temos essa fita gravada.

Dessa chacina que ocorreu em outubro de 2003, foi instaurado o Inquérito Policial nº 107 e posteriormente o Inquérito nº 110. Por quê? Porque havia um garimpeiro que presenciou essa chacina e que, quando presenciou, identificou alguns índios Cinta-Larga que participaram dessa chacina. Ele disse que, a princípio, viu mais ou menos 15 a 17 índios, todos armados, que chegaram atirando sem motivo nenhum. Essa testemunha depois, na promotoria, pela manhã, temia pela vida dela. No dia seguinte, essa testemunha recebeu três tiros à noite. Não faleceu e hoje encontra-se no Programa de Proteção à Testemunha federal. Ela está recolhida nesse programa e assim tem a proteção.

Quando o conflito acabou, foi instaurado o inquérito, que ainda não tem ação penal, porque até hoje não conseguimos ouvir os índios. A Funai é muito displicente, porque não traz o índio até a delegacia para ser ouvido. Às vezes, é chamado ao fórum, é intimado, não comparece. Então, finalizou aparentemente o conflito de fato. A cidade acalmou. Acalmou entre aspas, porque há um número enorme de garimpeiros lá dentro. E, aí, aumenta a criminalidade local, e quem suporta isso é o Ministério Público Estadual, porque ali ocorrem mais crimes, mortes, estupros. A comunidade é prejudicada, porque os problemas sociais aumentam, e esses garimpeiros não têm o que fazer. E a garimpagem continua.

Isso ocorreu em outubro de 2003.

Em conversa com o nosso Procurador-Geral, eu já falava à época que precisávamos que o Estado se fizesse presente, que a Funai estabelecesse um procedimento, que ela continuasse intermediando, mas que possibilitasse que a polícia entrasse lá dentro, que o Estado entrasse de forma rápida para não ter esse problema.

Em abril de 2004, houve o último conflito lá. O problema novamente aconteceu. O fato ocorreu dia 7 de abril. Era quinta-feira pela manhã, dia 8, e o presidente do sindicato local dos garimpeiros me ligou e disse "Doutora, tenho uma péssima notícia: ocorreu outra chacina dentro da reserva. Dessa vez a gente acredita que temos mais de 60 mortos."

Eu estava em Ji-Paraná, voltei em Espigão, comuniquei o fato ao nosso Procurador-Geral, Dr. Vitachi, falei na oportunidade, com o Delegado da Policia Federal, Dr. Guilherme, estava o Dr. Fábio também na cidade, em Espigão d'Oeste, acionados pela Prefeita local. E eu falei: "Vocês vão entrar quando para recolher os corpos?" Eles disseram: "Estamos aguardando autorização da Funai." E eu disse: "Mas como autorização da Funai?! A Funai não tem que autorizar nada. Ela tem que intermediar a entrada. É um absurdo novamente o problema de outubro de repetir. E vocês sabem o que os garimpeiros queriam:? Eles nunca quiseram matar aquele índio que foi capturado. Eles só queriam uma coisa, a família das vítimas apavoradas e a cidade em pânico, fechando a Promotoria e fechando todos os cantos. Eles queriam só uma coisa: recolher os corpos.

Eu falei com o Presidente do Sindicato dos Garimpeiros e eles disseram: "Doutora, se não recolher os corpos, os garimpeiros vão invadir tudo agora." E eu falei: "Não, não pode." Falei com o Delegado, Dr. Guilherme, e ele disse que estava aguardando autorização da Funai. Eu falei: "Um absurdo!" Se a princípio quem cometeu os crimes foram os índios, não estou nem questionando a responsabilidade deles, mas a notícia inicial era essa. Se a princípio a noticia era essa, como é que pode aguardarmos autorização da Funai? Mas que autorização? A Funai tem que provar que está havendo um conflito, porque, a princípio, não foi conflito, foi assassinato. A Funai não pode falar: "Estamos pacificando um conflito." A princípio, foi assassinato, porque, quantos índios morreram? Há uma diferença entre conflito e assassinato. Foi assassinato o que ocorreu em abril de 2004.

Disseram para mim que o Superintendente Moura, da Polícia Federal, tinha dito que ia entrar na sexta-feira, Sexta-feira Santa. Não entraram. E o clima ficou mais tenso e vocês viram o que aconteceu na televisão, em nível nacional. Aquele índio Marcelo estava num carro e a família das vítimas, que foi constatado isso, viu esse índio no táxi, entrou no táxi, tirou o índio e levou para a praça pública, não para fazer nada com o índio, para dizer "o estrado tem que entrar lá, nós queremos os corpos." Era só isso que a família dos garimpeiros queria. Novamente o problema se arrastava. Havia notícia na cidade de que tinham sido vendidos mais de 280 litros de gasolina para ser levado para o garimpo para queimar os corpos. Que providências tomei? Quatro dias, 96 horas, e a Polícia Federal dizendo que só iam entrar quando a Funai dissesse para entrar. Brincadeira, não é? Se são eles, a princípio, os responsáveis, primeiro os índios queimam os corpos e depois que deixam uma meia dúzia de corpos ali, vocês dizem entra para recolher?

Não estou aprontando, dizendo que eles são irresponsáveis, mas a princípio, se ocorreu na terra deles, e se nem um índio morreu, só os garimpeiros morreram, os responsáveis são eles. Isso tem que se

apurado, mas para apurar temos que recolher os corpos, é materialidade do crime. O problema novamente se arrastou.

Eu ajuizei uma cautelar inominada na Justiça Federal pedindo simplesmente duas coisas, que o Juiz Federal dissesse á Funai que comparecesse a Espigão d'Oeste com um grupo de indigenista para fazer a intermediação e permitir uma entrada pacífica ali dentro, e que, junto com a Polícia Federal, que é quem é a polícia responsável, entrasse lá e recolhesse os corpos. Protocolei isso por fax e isso não aconteceu.

A Funai foi intimada, e acabou acontecendo vários dias depois. Vocês viram, os corpos foram encontrados, salvo engano, sete dias depois, treze dias depois em estado de completa decomposição. No dia 10 de abril, no dia que protocolei via fax o pedido na Polícia Federal, tivemos uma reunião na sede dos garimpeiros da associação. Nessa reunião, estavam presentes os três delegados da Polícia Federal: Guilherme, Fáio e um outro delegado. Ninguém encontrava ninguém da Funai em Cacoal. Telefonávamos e não sabíamos onde estavam. Precisávamos de um contato. Por quê? Porque queríamos só a intermediação da Funai para entrar. Era só isso que todo mundo queria. Então, o que aconteceu? Nesse dia, houve uma reunião, e o índio ainda estava amarrado na árvore. Eu falei com o sindicato para liberar o índio, que não podia fazê-lo de refém. Conseguimos levar o índio para o ginásio de esportes em total segurança. A população ficou fora: os garimpeiros, a família dos garimpeiros. Eles diziam para liberar o índio desde que simplesmente nos seja permitido entrar lá e recolher os corpos. É o que a gente quer. A gente não quer nada. Era isso o que eles queriam.

O que aconteceu? O índio ficou no ginásio, conversei com o Dr. Tavares, da Funai, por telefone. Ele me ligou umas cinco, seis vezes, dizendo que ia fazer um acordo. O Presidente do Funai estava autorizando a entrada – isso no dia dez – pela manhã. Queria mandar Vitorino e Apoena, da Funai de Brasília, a Espigão d'Oeste para intermediar a entrada. O fato não aconteceu. Eles não chegaram pela manhã. O índio foi liberado à noite. Conseguimos ainda conter os ânimos. Como vocês vêem se os garimpeiros quisessem fazer alguma coisa, teriam feito. Mas ele foi liberado tranqüilamente pela Polícia Federal, que levou o índio para outra localidade. Depois, foi o que se viu nos jornais.

Vejam só: extra-oficialmente, os garimpeiros diziam que eram mais de cem mortos. Oficialmente, a notícia foi de 29 mortos. Fica uma interrogação do porquê da demora da Funai em mediar a questão.

Fiquei sabendo, no mesmo dia dessa reunião, que o Valter Blos estava no garimpo, na reserva, no dia da negociação com a Funai. Ele estava com um *Globalstar* e podia ser localizado. As autoridades locais cumpriram o seu papel; fizemos nossa parte. O Ministério Público Estadual cumpriu seu papel. A questão da criminalidade e os problemas que ocorrem em relação à garimpagem estouram ali, embora a garimpagem ilícita de diamante seja um problema da União, o Ministério Público Federal é que tem atribuição para tal.

Outra questão que deve ser pontuada e esclarecida. Estou sendo repetitiva ante minha grande indignação. Por que a Funai demorou e demora tanto para permitir a entrada do Estado para cumprir o papel que cabe a ele? É a grande pergunta. Não entendo por quê.

Registre-se que no dia dessa audiência, 10 de abril, que o Dr. Tavares, da Funai, disse que autorizaria a entrada, o Valter Blos, que era de Cacoal, diretor do grupo tarefa, que intermediava a entrada, estava no garimpo, entretanto, não sabíamos disso.

Outro ponto: colhi declarações de alguns garimpeiros – os senhores também tiveram oportunidade de verificar –, nas quais eles diziam que não houve conflito, mas chacina. Os garimpeiros estavam trabalhando e foram cercados por todos os lados, recebendo tiros.

Um terceiro ponto: deve ser avaliada a questão da imputabilidade penal dos Cintas-Largas. Os direitos dos índios devem ser preservados sim, mas deve avaliada a questão da imputabilidade, da responsabilidade penal. Por quê? Porque é sabido que, na região, eles andam de L-200, da Mitsubishi, têm celular, andam bem vestidos. Não são todos, mas há uma boa parte que deve ser avaliada.

Uma quarta questão: a Funai deve provar que houve um conflito, porque, pelo que se sabe até então, não houve conflito; houve assassinato em massa. A União tem que tomar uma providência com urgência, ou efetivamente controla, fiscaliza e impede a garimpagem, ou autoriza cooperativas ou empresas a garimparem ali; que façam um programa de preservação ambiental naquela reserva. Se isso não for feito urgentemente outros conflitos virão. Enquanto essa questão dos indígenas não for vista de perto e fiscalizada, enquanto não for levantada a responsabilidade penal deles, outras chacinas ocorrerão com toda a certeza. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu agradeço a participação da Drª Conceição. Eu quero lembrar aos membros da Comissão e aos que assistem a esses depoimentos que após o depoimento de todos que estão listados os senhores Parlamentares farão perguntas. Por essa razão peço aos depoentes que permaneça no plenário para que possamos ao final, se necessário, fazer as perguntas devidas.

Considerando que não compareceram a Drª Emília Altini, coordenadora do Cimi, o Dr. Paulo Roberto Morais, Secretário de Segurança, o Dr. Sílvio Roberto Amorim Júnior, Procurador Chefe do Ministério Público, além do Dr. Oswaldo Sarmento Pittaluga e Silva, Gerente-Executivo do Ibama, vou conceder a palavra ao Dr. José Carlos Vitachi, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS VITACHI – Excelentíssimo Senador Mozarildo Cavalcanti, em nome de quem cumprimento os demais Senadores e Parlamentares federais, estaduais, senhoras e senhores, compareço a esta reunião que trata das questões fundiárias e investiga as terras indígenas no País. Pegando carona nesta Comissão, eu quero, em primeiro lugar, justificar aqui a minha estada. Evidentemente que eu não havia sido convidado, mas como chefe do Ministério Público Estadual, e presente a promotora Drª Conceição Forte Baena, que desde o início esteve envolvida nessa questão do garimpo Roosevelt, resolvi aqui comparecer e pedir a oportunidade de falar a V. Exªs. Lamento, Sr. Senador, a ausência de convidados tão importantes que deveriam estar aqui e prestar esclarecimentos ao nosso Estado e ao Governo Federal; não compareceram, tal qual o Sr. Secretário de Segurança Pública, muito envolvido nessa questão.

Quero deixar registrada nos Anais desta Comissão esta questão pelo Ministério Público Estadual. Srs. Senadores, senhores Parlamentares, as coisas acontecem não em Brasília, no Estado de Rondônia; as coisas acontecem no Município, e lá está o Ministério Público, em todos os Municípios do Estado, enfrentando questões tais como essa do garimpo Roosevelt, as invasões de terras públicas e particulares – daí eu ter me referido a questões fundiárias, muito pertinentes também de discussão em nosso Estado. Venho aqui, Sr. Senador, para hipotecar a minha solidariedade e dar o meu testemunho do trabalho do Ministério Público Estadual em Espigão d'Oeste nesta questão do garimpo Roosevelt. A primeira matança ocorreu em outubro de 2003; houve outra matança de maior proporção em abril deste ano, na quinta-feira da Semana Santa, e – escrevam! – irão ocorrer outras chacinas se o Estado brasileiro, se o Estado de Rondônia não se fizerem presente já naquele garimpo e não intervirem nas questões fundiárias neste Estado. Isso está acontecendo porque nem Ibama, nem Incra, nem Funai, nem Sedam do Estado. Ninguém está presente dentro do garimpo. Os senhores devem ter estado lá ontem, devem ter sobrevoado aquela região e verificado a imensidão do que é aquilo. Por que os garimpeiros querem ir para o garimpo? Por que os indígenas não querem que os garimpeiros entrem no garimpo? Porque ali circula dinheiro, ali circula riqueza, que todos querem, inclusive o Estado brasileiro e que não está sabendo explorar aquilo como deve ser explorado. Estaria sendo até, digo, conivente com esse estado de abandono, com esse estado de faz-de-conta. Aquilo lá – os senhores sabem disso, a imprensa já noticiou, a mídia nacional já denunciou – é estado de ninguém. Os senhores verificaram, e correu o mundo aquela imagem de que 29 garimpeiros enterrados com pá carregadeira, jogados numa vala comum, aqui, em abril deste ano. Isso vai acontecer de novo, tenho certeza absoluta, a não ser que V. Exªs, com a sabedoria e com essa sensibilidade política, dêem novo rumo a essa questão. Onde é que se pode admitir, Excelências, que fique o Estado brasileiro, o estado de justiça, a depender de uma ordem de um cidadão ou de uma autoridade pública para que possa ou não entrar no garimpo por mais de dez dias para resgatar corpos de brasileiros, de cidadãos que, pelo menos, tais como nós, brasileiros, lá foram também pela ausência do Estado, introduzidos, ou chegaram lá com a conivência de funcionários faltosos e corruptos do Governo Federal e também do Estado de Rondônia? Lá estão, certamente, policiais federais, como foi dito aqui, há pouco, pelo Dr. Moura, mas também há policiais do Estado lá dentro. Daí a razão de o Ministério Público querer saber o que está acontecendo lá dentro. Ainda na semana passada, atravessei uma petição na Justiça Federal, que rendo saber o que estava acontecendo com relação a essas investigações, e me foi negado o direito, Sr. Presidente, de ter acesso aos autos porque decretado ali, naquele momento, o sigilo das informações. Ainda esta semana deverei novamente fazer gestões perante a Justiça Federal para que o Ministério Público estadual tenha acesso aos autos para conhecer o que está acontecendo nas investigações. É evidente que o Ministério tem interesse, sim, em saber como andam essas investigações, porque ali, com toda certeza, embora o Ministério Público Federal, não presente nesta reunião, embora a Polícia Federal e a Justiça Federal agora, nesse segundo momento, tenham avocado para si essa responsabilidade, em primeiro lugar, sempre esteve lá o Ministério Público Estadual, levando o primeiro embate, sendo cobrado pela população ordeira daquela terra de trabalhadores. O garimpo faz cócegas em todos. Estamos em meio a uma mina, a uma jazida do maior potencial econômico do mundo. E por que é atraído? Pelo lucro fácil, pelo desemprego, que desencanta este país, pelos desempregados e pelos desvalidos. Mais, verifique se a comunidade indígena quer hoje abrir mão disso. É evidente que não. Sentiram também o valor do poder econômico daquela mina. Por trás disso, tem os atravessadores e tem os

"garimpeiros rodados", como disse o Dr. Moura, mas tem os atravessadores, tem o interesse internacional sobre isso, tem o interesse das grandes empresas, tem o interesse, como disse também – palavras do Dr. Moura —, do crime organizado. Isso é uma realidade, Sr. Presidente. No crime organizado, estão embutidos, sim, servidores do Governo Federal, servidores do Governo Estadual, autoridades, empresários, políticos e tudo mais. É preciso, sim, e agradeço a Deus e aos senhores por estarem presentes neste Estado e chancelar ou, pelo menos, se cientificar do que está acontecendo aqui, saber das dificuldades por que passa o Estado de Rondônia, as dificuldades por que passa o meu Ministério Público. É lá, naquela Promotoria – não sei se estiveram na instalação da promotoria –, mas é lá, naquela promotoria, que diariamente temos um promotor das oito da manhã às oito da manhã do dia seguinte, em regime de 24 horas por dia, residindo na cidade. É na casa desse promotor, às vezes até no hotel onde ele mora, ou na sede da promotoria que vão os garimpeiros, suas famílias e também os indígenas para se protegerem.

Então, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, peço que levem ao Senado a discussão dessa questão. A regulamentação do garimpo, eu sei, não é tão fácil, depende, evidentemente, de alteração na Constituição Federal. Se assim não for, está sendo feita de forma errada – é o que penso –, porque não é medida provisória que irá resolver essa questão, que depende, necessariamente, de dar nova redação, salvo engano, ao art. 130 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Artigo 231.

O SR. JOSÉ CARLOS VITACHI – Então, Excelência, aqui farei meu desabafo de que acho que não vamos, o Ministério Público Estadual ou o Federal – estou descrente –, conseguir responsabilizar aquela população indígena ou aqueles indígenas, irmãos nossos, evidentemente, por essas matanças já ocorridas e por outras que se seguirão, porque, embora se possa até concluir o relatório e o inquérito policial, Dr. Moura, lá no Fórum, onde se estabelecem o contraditório e a ampla defesa, esses indígenas não comparecem. Como eles irão a júri se não comparecerem? Sabem porque não comparecem? Porque, como já foi dito aqui, a Funai não os apresenta, e é necessária a presença dessas pessoas. Todos os dias, em Rondônia, em Espigão d'Oeste, essas audiências que têm indígenas envolvidos não acontecem e são adiadas, porque o oficial de justiça vai até a porta do garimpo e ali ele não tem acesso. E se ele for com alguém da Funai até a aldeia do índio, ele também não será apresentado. E daí? Vai ficar assim a vida toda? Então, não sei, senhores, como resolver essa questão. Penso que não iremos responsabilizar, não. Essa é a realidade. Não vamos fazer vista grossa para isso.

Permitam-me sair um pouco do assunto, apenas para reflexão, pois também estamos tratando sobre as questões fundiárias. Tivemos aqui – os senhores se lembram – a questão de Corumbiara, onde fomos mencionados na Corte Internacional, como estamos sendo mencionados na Corte Internacional, com sanções ao Estado brasileiro, pela questão presidiária – agora é moda uma rebelião atrás da outra – e como seremos responsabilizados daqui a pouco, quem sabe, por causa dos conflitos fundiários. Rondônia não é diferente. Experimentamos aqui, dia a dia, uma invasão atrás da outra, ou de terra particular, ou de terra pública. É preciso registrar aqui esta preocupação do Ministério Público Estadual.

Temos um caso muito próximo de nós, a 180 quilômetros, no Núcleo Bandeirantes. É uma cidade que foi criada da noite para o dia, com quase dez mil pessoas. E tão grave quanto a questão do Roosevelt é a do Núcleo Bandeirantes. A população foi para lá pelas mãos, inicialmente, do Incra, que não os assenta, porque diz que não há como assentá-los, não cadastra ninguém, não sabe quem está lá. E todos os dias chegam mais pessoas, caminhões com levas de pessoas para lá se estabelecerem. E ali também não está presente – tenho dito isso todos os dias, nesta Casa, neste Parlamento, em CPIs, em comissões – nem o Estado de Rondônia, nem o Governo Federal.

Para que os senhores parlamentares tenham uma idéia, a comunidade organizou-se – e este é o meu medo – sem a presença do Estado, e estão quase dando conta do recado. Estão se organizando e fazendo tudo do jeito deles, porque não estamos lá dentro. A mídia registra que, num determinado dia, pensou-se que um jovem de aproximadamente 20 anos houvesse molestado alguém daquela comunidade. Esse jovem foi levado à praça pública, amarrado e castrado perante toda a comunidade. Fez-se a justiça pelas próprias mãos, pela ausência do Estado. E essa mesma ausência existe no garimpo Roosevelt. Então, que isso fique como um exemplo muito vivo nas mentes dos senhores. O pessoal de Rondônia sabe de que estou falando.

Os senhores são bem-vindos. Embora eu não tenho sido convidado a estar aqui, as coisas acontecem no Município, no meu Estado, e como não sou um procurador ausente, aqui me fiz de atrevido para poder dar o meu recado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço ao Dr. José Carlos Vitachi e solicito que

permaneça no plenário, para que, ao final, se assim desejarem, os senhores membros da Comissão possam fazer perguntas.

Quero também, agora, em razão da ausência de quatro dos convidados já citados, a Coordenadora do Cimi, o Secretário de Segurança Pública, o Procurador-Chefe do Ministério Público Federal e o Gerente-Executivo do Ibama, atender a uma solicitação feita ontem diretamente a essa Presidência pela União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil. Fiquei de apreciar esse requerimento, mas, em razão da ausência de quatro convidados, vou deferir a palavra ao Sr. Antonio Morimoto, que representa a União Nacional dos Garimpeiros e Pequenos Mineradores do Brasil.

Lembro que S. Sª dispõe de dez minutos.

O SR. ANTONIO MORIMOTO – Sr. Presidente Senador Mozarildo Cavalcanti; Sr. Relator, Senador Delcídio Amaral; Senador Augusto Botelho; Senador Valdir Raupp; Senador Paulo Elifas, da Comissão Externa do Senado sobre questões fundiárias relativas às terras indígenas; Deputado Klosinski, que representa o Presidente da Assembléia Legislativa, onde se realiza esta reunião de audiência pública, os problemas fundiários nas terras indígenas ou consideradas terras indígenas tem desafiado o Governo, ao longo do tempo, para uma solução de acordo com os interesses maiores da Nação brasileira.

O comprovado massacre dos garimpeiros na reserva Roosevelt não é outra coisa senão a conseqüência da indefinição governamental sobre as questões fundiárias nas áreas indígenas. A falta de definição clara das questões fundiárias das áreas indígenas ou consideradas indígenas tem propiciado ao órgão de assistência aos índios, ou seja, à Funai, agir de forma abusiva, na defesa dos ditos tutelados, levando às últimas conseqüências o princípio da inimputabilidade dos índios. Aliás, nas considerações tecidas pelo Ministério Público do Estado, isso ficou muito claro.

A prova desse procedimento está no fato de a Funai ter impedido a entrada dos órgãos de segurança pública: Polícias Civil, Militar e, provavelmente, Polícia Federal, cujo Diretor-Geral não deixou isso claro, mas, pelo menos, a imprensa, na época, noticiou o fato com grande ênfase, para evitar o massacre do garimpo no rio Roosevelt.

Nós, do grupo Morimoto de rádio – a Rádio Tropical, a Rádio Ji-Paraná e Rádio Vilhena – começamos a alertar. Aliás, no começo, fomos os únicos a alertar e a denunciar as autoridades competentes, desde setembro do ano passado, quando ficou claro o massacre de quatro ou cinco índios. Agora, às vésperas desse massacre de 29 – que nunca se sabe se é 29 mesmo, porque parece que há muito mais pessoas, e cujos corpos já foram queimados e jogados em rio, em valas comuns, não sei –, o massacre está comprovado. Não é conflito, não! É massacre mesmo. Precedeu o grande massacre de abril, para impedir o trágico acontecimento, que enlutou centenas de famílias e chocou a Nação, chocou o mundo. Entretanto, consta que os órgãos de segurança foram impedidos pela Funai, e aconteceu o trágico massacre de índios contra os garimpeiros, com o assassinato de 29 trabalhadores garimpeiros.

Repito: constam – e dizem mesmo – informações, até bem situadas, de que há muito mais garimpeiros que foram assassinados. Esses garimpeiros estavam trabalhando lá aparentemente autorizados pelas lideranças indígenas, porque até já haviam pagado o tal "pedágio", que é uma contribuição que o pessoal cobra. Mas não sei o que houve, não sou polícia! Porém, foram brutalmente assassinados, massacrados. Não houve nenhum conflito, não; quando há conflito, presume-se confronto, briga, etc. Mas foi assassinato mesmo!

Depois da mortandade, depois da porta arrombada, o Governo e o Ministério da Justiça, do Ministro Márcio Thomaz Bastos – que, por sinal, foi colega meu, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco –, não puderam deixar esse assunto da reserva Roosevelt só por conta da Funai, pela pressão da mídia, inclusive a mídia local – entrou todo mundo, a Globo –, inclusive por pressão da mídia mundial.

A comissão externa temporária das questões, relativas às terras indígenas, no Senado Federal, que já estava constituída e vinha trabalhando em nível de todo o País, comparece a Rondônia agora, passado o fragor dos acontecimentos. Eu acho melhor, mesmo, que tenha vindo agora, depois que a coisa esfriou um pouco, porque pode examinar com mais isenção essa questão.

Eu não estou criticando a Comissão por não ter vindo no calor dos acontecimentos. Acho que, agora, é mais oportuna a vinda de V. Exªs, Srs. Senadores.

A Comissão aqui comparece para colher dados, depoimentos, fazer a avaliação dos acontecimentos e propor soluções ao Governo.

Acredito, sinceramente, Srs. Senadores, no trabalho de V. Exªs nesta Comissão especial, cuja proposta servirá de base para o estabelecimento de política pública sobre terras indígenas e de mineração nessas mesmas áreas, quebrando o verdadeiro tabu existente no sentido de adaptação do quadro institucional em nível constitucional e infraconstitucional. Os artigos da Constituição são conhecidos: o 231 e o 332, que trata de índios e terras indígenas. Em nível infraconstitucional, é o Estatuto do Índio, o velho estatuto, se

não me engano, de nº 6001, de 1967, já ultrapassado e que precisa ser adaptado aos reais interesses da Nação brasileira.

Acho que isso é um imperativo, que não tempo por onde, para evitar que a Funai se considere acima do Governo, praticamente um Estado dentro do próprio Estado brasileiro.

Não vou tecer considerações sobre a atuação dessa entidade chamada Funai. Não digo nada contra a Funai como instituição, mas de servidores que há lá dentro efetivamente corruptos e que fazem o jogo de verdadeiras quadrilhas. Não é só lá no Roosevelt, não, mas também em outros casos, e V. Exªs, que estão fazendo esse trabalho em nível nacional, vão encontrar esse mesmo problema em outros Estados da Federação brasileira.

Bom, Srs. Senadores, os interesses dos trabalhadores garimpeiros, cujo assassinato, em grande número, está servindo de inspiração e motivação para consolo, de uma certa forma, e reparação para a família garimpeira, deve ter a sua participação garantida na exploração do garimpo nas terras indígenas, nas de Roosevelt e em outras reservas de mineração que existem pelo Brasil afora.

A exploração planejada e fiscalizada das jazidas minerais nas terras indígenas é uma imposição, com a participação não só dos índios, mas dos trabalhadores garimpeiros, nada justificando, nem moral, nem legalmente a sua proibição.

Rondônia é um Estado da Federação reconhecidamente rico em minério, cuja atividade exploradora pode e deve contribuir, e muito, para reforçar a receita pública, bem como o mercado de trabalho e renda, empregando milhares de trabalhadores desempregados, especialmente os garimpeiros, que, de repente – não só lá no Roosevelt, mas aqui na calha do Madeira, no que diz respeito à exploração de ouro –, ficaram desempregados.

Srs. Senadores, queremos o apoio de V. Exªs para outros setores da atividade mineradora, de ouro, por exemplo, no rio Madeira, para que os garimpeiros possam trabalhar, oficialmente, na linha proposta pelo Ministério de Minas e Energia, na Portaria nº 76, de 3 de junho de 2004, portanto, uma Portaria recente – ainda ontem eu falava com V. Exªs –, constituinte comissão para, num prazo de 60 dias estudar e propor política pública de regulamentação da atividade garimpeira e dos garimpeiros.

Falo Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Senadores Membros desta Comissão e aos presentes a esta audiência pública em nome da União dos Garimpeiros do Brasil, em nome da sua Presidente, Jane Rezende, que aqui não pôde comparecer, e manifestar a confiança e a certeza e fé de que o trabalho desta comissão senatorial vai ser coroado de pleno êxito e não vai decepcionar a populaçao, como ja aconteceu de outras comissão já a terem decepcionado. Como exemplo, citaria a comissão que veio examinar o problema do Presídio Urso Branco.

Falo também como um homem de mídia, presidente do grupo Morimoto de Radio Tropical, Ji-Paraná e Vilhena, mas falo como cidadão rondoniense que quer o progresso do Estado e do País, cujo desenvolvimento depende, fundamentalmente, de trabalho, emprego e renda, principalmente para os que trabalham na atividade garimpeira e mineradora, em que os trabalhadores são os artistas principais da atividade e para quem o Estado e a Nação devem muito.

Muito obrigado pela atenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço ao Dr. Antonio Morimoto pela objetividade e também pelo cumprimento do prazo estabelecido.

Da mesma forma que deferi esse requerimento para a União Nacional dos Pequenos Mineradores e Garimpeiros do Brasil, em face – repito – da ausência de quatro convidados, também deferi a palavra ao Sr. José Alves da Silva, presidente da Federação Nacional dos Garimpos, por 10 minutos.

O SR. JOSÉ ALVES DA SILVA – Sr. Presidente, Srs. componentes da Mesa, a comunidade garimpeira agradece esta oportunidade de aqui estarmos para também colaborarmos com esse processo.

Conheço Rondônia desde 1979 na lide garimpeira e, desde então garimpeiros e índios sempre conviveram, sejam por pactos, sejam por interesses econômicos. Nos assusta quando acontece uma chacina dessa ordem e tem o índio como o agente principal, porque não é prática da relação índio/garimpeiro. Pelo contrário. Sempre se convive por interesse. O índio tem o acesso à mata, ele tem a informação e convida o garimpeiro e ir lá. Isso fica muito claro que nesse processo tem interesses outros, e o interesse econômico de grandes grupos.

Cheguei hoje de manhã, também estava na região do Espigão d'Oeste e ficamos assustados. Parece-me que já existe denúncia registrada no Ministério Público local, onde foi autorizada, esta semana, a entrada de nove mil litros de diesel para dentro da reserva indígena.

Ora, se a sociedade brasileira sabe que a área está paralisada no nível da atividade mineral, por que se autorizou a entrada de nove mil litros? E nós conhecemos bem os equipamentos da Funai. Ela não tem capacidade de consumir esses nove mil litros de diesel.

Qual o interesse que está por trás?

Como também eu estive com pessoas que foram cooptadas nesse período por representantes de grupos internacionais, para que se montem cooperativas de interesse de grupos A, B ou C, porque se prevê uma possível regularização e o art. 174 da Constituição, quando privilegiou as cooperativas, infelizmente, a própria 5764, o Estado não tem autoridade na gestão interna, e não se pode fiscalizar. A conseqüência é que temos cooperativas de interesses de grupos A, B ou C, que muitas delas – posso dizer que talvez 90% delas – vendem notas frias.

Há poucos dias, em Brasília, fui convidado para falar sobre isso nos bastidores da CPI do Banestado, e sobra para o garimpeiro, como o agente de um processo de esquentar dinheiro, de transferir dinheiro para fora do País. O garimpeiro não tem acesso sequer, Sr. Senador, a uma conta bancária. Temos em Juína uma bolsa de diamante. Não é o garimpeiro que vai lá, que vende o diamante lá. Já tivemos várias denúncias sobre isso. Infelizmente, o mau agente público, de todas as ações que o Estado deveria estar presente – sejam policiais federais, sejam agentes da Funai, sejam infelizmente até políticos que tenham interesse econômico no processo – se torna conivente em um processo onde o garimpeiro é simplesmente vítima; vítima de garimpeiros que nos denunciaram, que foram pegos num avião. Saiu de dentro dessa reserva, foi levado para a fronteira da Bolívia e, de lá, foi colocado num jatinho e foi parar em Antuérpia, sem passaporte, sem nada. Ficou trancado em um hotel por 12 horas e foi colocado de volta para trazer um milhão de dólares, de uma única pedra. Tenho imagem para mostrar, se os senhores quiserem, lá em Brasília, de pedras avaliadas em 15 milhões de dólares de diamante. E o garimpeiro recebeu R$250 mil.

A grande questão é: 17 anteprojetos tramitam nas duas Casas do Congresso e não andam. Vivemos os corredores daquelas duas Casas e não conseguimos fazer com que se votem, se discutam. Criam-se comissões e infelizmente continua tudo da mesma forma.

Para que o senhor tenha uma idéia, o *lobby* mais caro da Constituição talvez tenha sido o garimpeiro, para conseguirmos os arts. 21 e 174. Foram as duas primeiras leis que regulamentaram algum artigo da Constituição as Leis nºs 7.805 e a 7.766 – esta última trata do ouro enquanto ativo financeiro, e a 7.805 trata da atividade. E nos foi cassado o certificado de matrícula, o único diploma legal que o Estado tinha para nos autorizar a ser garimpeiros. Até hoje faço a minha declaração de Imposto de Renda como garimpeiro; mas este ano, de todo o processo, não consta a categoria garimpeira como atividade econômica para declaração de Imposto de Renda.

No entanto, os escritórios de contabilidade em São Paulo e vários escritórios de advocacia usam, sim, a atividade garimpeira. Temos um privilégio de 90% de dedução como custo operacional. Estão-se valendo disso aqueles que estão organizados. E nós queremos nos organizar, mas somos impedidos, pois sequer somos uma categoria. Represento a Federação Nacional, que representa 17 sindicatos neste País, porque existíamos antes da regulamentação.

Estive lá dentro – estou chegando também de onde os senhores estiveram – e conheço vários dos caciques, porque já fui presidente do sindicato local. A origem dessa, de fato, chacina, como disse aqui o Sr. Morimoto, não é o conflito índio/garimpeiro.

Para se ter uma idéia, compra-se o diamante de Rondônia entre US$125 e US$250 o quilate. Esse mesmo diamante chega a São Paulo custando entre US$400 a US$600 o quilate. Esse diamante, cujo destino, normalmente, é a Coréia ou a Bolsa de Israel, depois de lapidado – por ser considerado o diamante dessa região um diamante gemológico, ou seja, que tem vida, luz, brilho –, chega ao mercado entre US$4 mil e US$22 mil o quilate. Essa é a grande questão.

A Polícia Federal sempre foi a tábua de salvação dos garimpeiros, a Polícia Estadual. A Polícia Militar sempre foi o algoz, sempre entrou no garimpo para bater e para tirar, e sempre buscamos junto à Polícia Federal o entendimento e o equilíbrio de uma relação. Infelizmente até isso está acabando. A Polícia Federal está-se tornando uma ameaça, Sr. Superintendente. Na comunidade garimpeira o que se ouve é: "hoje, vai chegar a Polícia Federal!". "A Polícia Federal está vindo." E já há notícias dessa ordem interna, em que estamos perdendo o equilíbrio emocional. A comunidade garimpeira está perdendo o equilíbrio emocional.

Para se ter uma idéia, Senador, na minha vinda de Espigão d'Oeste para cá, entrei em uma área próxima daqui, para cá de Ariquemes, onde uma comunidade em torno de 3 mil garimpeiros está sob ameaça; estão escondidos na mata e, cada vez que chega um carro, todos desaparecem, numa área que é decreto de lavra de uma empresa, a Mineradora Céu Azul, que transferiu para uma empresa chamada Metalmig. No entanto, o Ministério Público Federal, na sua 4ª Câmara, impôs R$10 milhões de caução para que essa empresa continuasse trabalhando. E, na própria petição da Exmª SRA.Procuradora, ela diz que não sabe o custo do impacto, um impacto que está lá desde 1982. É um passivo ambiental que está lá, e nós procuramos essa mineradora para gerar emprego, para dar emprego para 3 mil homens que estão lá e que precisam tratar das suas famílias. No entanto, estamos barrados em ter de depositar R$10 milhões. A empresa, sim, aquiesceu a

possibilidade e existe amparo jurídico para isso. O Decreto nº 178, publicado há menos de 90 dias, permite o que se chama de "janela" no Direito Minerário; ou seja, dentro de um decreto, abre-se um espaço para uma PLG – Permissão de Lavra Garimpeira. E, sob um controle absoluto, podemos gerar emprego, em um local que tem capacidade de produzir desgraçadamente, com esses 3 mil homens, em torno de 300 toneladas/mês de cassiterita.

E há que se saber também que toda mineração tem os seus agregados. Eu, quando vou tirar diamante, junto do diamante me sai a chicória, o que muitos conhecem por "rubi brasileiro". No entanto, se o garimpeiro estiver com uma pedra dessa, ele é preso.

No dia 29 de agosto do ano passado, a Medida Provisória nº 125 nos foi imposta pelo grupo que está cooptando os garimpeiros lá dentro para montar cooperativa, o grupo De Beers, que tem o monopólio mundial. Eles nos impuseram – vergonhosamente o País se curvou – os interesses de uma empresa privada por meio de uma medida provisória, e se criou a certificação de Kimberly. Nós somos o quinto maior produtor de diamante do mundo, mas essa medida provisória colocou todos os diamantes brasileiros na clandestinidade, atendendo aos interesses de um determinado grupo.

A Lei 7.805, quando objetivou regularizar a situação do garimpeiro, não cassou o Decreto 227, que é muito claro – "garimpagem, faiscação ou cata". Uma senhora comprou dois frangos caipiras para fazer uma comida, Srs. Senadores, em Coromandel. Na moela dos frangos, saiu dois diamantes – a **Globo** noticiou isso. Pergunto: como essa senhora vai vender o diamante dela? Ela não tem decreto de lavra, a galinha não tinha decreto de lavra. Essa é uma realidade que estamos vivendo.

A Polícia Federal prendeu esses dias, Sr. Superintendente, um garimpeiro com 800 gramas de topázio. O topázio é satélite da cassiterita – eu vou pegar a cassiterita e lá no meio eu acho o topázio. Esse topázio é um satélite, tem interesse econômico, e por que é que não posso transportá-lo? Os jazimentos de cassiterita em atividade hoje no Estado estão tendo em torno de 50, às vezes até 70% de outros minerais associados, mas não se está podendo vendê-los. O Estado de Rondônia é o único estado em que não se pode ir à Secretaria de Fazenda e tirar uma nota fiscal. O garimpeiro quer ir lá tirar a nota fiscal dele para vender e não pode, porque se subentende a origem mineral.

Também há o interesse de dizer que a certificação de Kimberly é para todo diamante. Não é assim, Sr. Superintendente. Apenas o diamante para exportação foi contemplado pela Lei nº 10.743, que é a certificação de Kimberly. Se pego meu diamante para vender dentro do mercado interno, ele vira mercadoria. Eu produzo diamante no Estado de Minas, pego meu diamante, vou à Secretaria de Fazenda e lá eu tiro uma nota, só que sou obrigado a antecipar 17% de ICMS. Aí, eu subfaturo esse diamante, porque eu não tenho o dinheiro para antecipar e ir atrás do comprador. É aí que aparecem os interesses econômicos. Em São Paulo os senhores não imaginam o que tem de grupos comprando – e continuam comprando.

Compram-se neste País mais de cinqüenta mil quilates de diamante por mês – eu sei quem compra –, e isso sai, tudo, irregularmente. Isso, porque o Estado brasileiro não regula, o Estado brasileiro nos impôs essa condição marginal. Por isso, nós encaminhamos, Sr. Senador – talvez já tenha chegado ao seu gabinete –, uma proposta de regularização para a atividade dos garimpeiros – desde o ano passado em nível administrativo.

Precisamos, mais do que urgentemente, fazer a inclusão social do garimpeiro, promover a formalização da atividade, nós não podemos permitir que dentro do garimpo se refiram simplesmente ao Paraíba, ao Manoel ou ao Antônio: é preciso ter em mente que são cidadãos brasileiros, e a gente não consegue saber quem está lá.

Os grupos econômicos não querem essa regularização, porque aí acaba a famosa "boca". Nós estamos em uma situação difícil, e por isso me dirijo ao Sr. Superintendente e ao Senador... Peço o apoio dos senhores nesse sentido.

Estamos com uma barragem no garimpo da Cachoeirinha prestes a romper. Se essa barragem romper, teremos um desastre ecológico no rio Preto do Crespo.

Estou pedindo ao Governo do Estado. O documento tramitou, e foi pedido ao Sr. Pittaluga, que hoje não está presente. Eu fui lá e parei a atividade, porque precisamos ter responsabilidade, e pedi autorização para levar uma máquina para proteger o ambiente. E aí começou o grande drama.

Todo dia dizem que vem uma tal força-tarefa que não sei qual é. Todo dia vem a Polícia Federal, que vai prender todos. E eu não posso entrar lá com uma máquina e proteger o ambiente? Se eu não fizer uma atividade de proteção daquela barragem, ela vai romper na primeira chuva, e vão descer milhões e milhões de metros cúbicos de melechete. Ou seja, a polpa da atividade garimpeira vai para dentro de um rio. E eu não posso entrar porque ninguém me aluga uma máquina, uma retroescavadeira, porque todo dia anunciam, em Ariquemes, que a Polícia Federal vai lá dentro para prender todos. Veja o senhor que a mídia só fala nisso.

Desculpem, Srs. Senadores. Eu assisti, no Congresso Nacional, e tenho a cópia, o Presidente da Funai dizer que a população indígena no País está crescendo muito, como ele enfatizou. Eu tenho cópia gravada da Comissão da Amazônia. No entanto, no fim de semana passado, saiu uma notícia de que a população indígena nacional está diminuindo em 63%, contradizendo o interesse de grupos de defesa, porque todo dia aparece um, com a própria palavra da Funai. Penso que devemos identificar o que há por trás desses interesses. Isso é o que os garimpeiros pedem dos senhores, e eu me coloco à disposição, em Brasília, porque a sede da Federação está lá.

Nós temos a cópia de um projeto que resolve a situação. Nós queremos cidadania. Propusemos ao Governo e bancamos, não estamos pedindo dinheiro do Governo. Queremos simplesmente que, de fato, o Estado esteja presente conosco. Queremos fazer o Cadastro Nacional Garimpeiro, pois a nossa expectativa é cadastrar 500 mil brasileiros, 4 mil áreas identificadas, e fazer toda a gestão administrativa.

O Ministério de Minas e Energia tem acompanhado, e temos declaração desse órgão, que vim para tentar organizar a possível vinda do Ibama, do Ministério Público, da 4ª Câmara, para resolvermos o problema do Cachoeirinha. No entanto, não posso ir e proteger os próprios garimpeiros que estão lá dentro, porque ainda vivemos sob essa ameaça.

Quero pedir aos senhores que nos dêem oportunidade, em Brasília, de mostrar que estamos dispostos a nos sentar com os senhores para encontrar a solução urgente.

Aproveito a oportunidade da presença do superintendente para dizer que precisamos conversar. A Polícia Federal sempre foi nossa grande parceira. Mesmo ao explodir pistas em Roraima, ela sempre esteve no equilíbrio, e hoje ela se tornou ameaça. E não podemos ter as instituições de segurança deste País como ameaça ao cidadão, pois elas foram constituídas para nos proteger.

Estamos trabalhando lá porque precisamos sobreviver. Lá estão muitos garimpeiros que têm seu sítio aqui fora, e se não tirarem a cassiterita de lá, não conseguirão comprar a vaquinha para trabalhar, conforme eles falam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a participação do Sr. José Alves.

Passaremos à outra parte dessa audiência, portanto, concederei a palavra a cada um dos membros da Comissão, que farão as perguntas. Ficará disponível um microfone sem fio, para que as pessoas perguntadas possam responder comodamente de onde se encontram.

Para começar, passo a palavra ao Senador Augusto Botelho para fazer as indagações que desejar.

Recomendo que tenhamos concisão, para concluirmos adequadamente nosso trabalho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Saúdo os Srs. Senadores que fazem parte da Mesa, agradeço a participação e lamento que as autoridades de Rondônia convidadas para prestar esclarecimento para nós não tenham comparecido. Parece que elas não têm um compromisso social. Todos nós sacrificamos algo para virmos até aqui. Queremos achar uma solução maior para esse problema. Também gostaria de elogiar o Dr. José Carlos por conta de sua posição. Concordo que o Ministério Público está em todos os cantos do Município. Ele deveria ter mais autoridade para decidir e não poderia ser impedido por uma instituição burocrática.

A minha pergunta inicial será para a Polícia Federal, para o Dr. Marcos Aurélio de Moura. Em audiência no Senado Federal, o Sr. Mércio, da Funai, afirmou que a Policia Federal levou 13 dias para entrar. Ele não disse que foi porque quis, mas falou bem claro que a Polícia Federal não entrou na área porque não quis entrar. Gostaria de ter a sua resposta, bem como um documento a que a Promotora se referiu, da autorização. Quero tê-lo em mãos, porque não gosto de ser tratado como um imbecil, de ser tratado com mentiras, quando estou defendendo o direito das pessoas. Quero ter esse documento na mão porque quero esfregá-lo na cara dele na primeira chance que tiver.

Portanto, a minha primeira pergunta é esta: gostaria de saber por que a Polícia Federal levou 13 dias para entrar na área depois que soube que havia ocorrido a chacina. Quero a resposta textual do senhor representante da Polícia Federal.

O SR. MARCOS AURÉLIO DE MOURA – Senador, na realidade, tomei conhecimento da situação pelo próprio Governador Ivo Cassol. De imediato, mantive contato com o Chefe da Força-Tarefa da Funai no Estado de Rondônia, Sr. Valter Blos, a quem relatei nas mesmas palavras o que o Governador havia me comunicado. Isso ocorreu – não me recordo o dia certo – por volta das 13 horas. E ele disse que não tinha conhecimento daquele fato, mas que iria manter contato via rádio com o Chefe do posto indígena da Funai, no interior da reserva, e me daria uma resposta até o final da tarde daquele dia. Isso realmente aconteceu. Ele manteve contato pelo rádio e disse que o pessoal da Funai, que estava no interior da reserva, não tinha conhecimento de nada, mas que iria deslocar-se ao local para se inteirar melhor da situação. Disse que

manteria contato comigo na manhã do dia seguinte, por intermédio de um Globalstar. Isso efetivamente foi feito. Disse que a situação estava um pouco intranqüila na aldeia e que achava que alguma coisa teria acontecido, mas que precisaria de mais um tempo para conversar com os índios. Depois de alguns dias, a Funai, diligenciando no interior da reserva com ajuda dos índios, localizou três corpos, tanto é que eles foram resgatados em um curto espaço de tempo. Por quê? Porque já estavam localizados.

Então, concluímos essa primeira fase do trabalho. Retiramos esses corpos, que foram entregues no IML de Ji-Paraná para as medidas cabíveis. Mas surgiram notícias de que mais corpos estavam no local. As informações, até então, eram um pouco desencontradas. Cogitou-se da possibilidade da existência de mais de cem corpos.

Novamente, mantive contato com ele para confirmar esse fato e ele me disse que precisaria de um certo tempo para conversar com os índios.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Ele é o Valter Blos?

O SR. MARCOS AURÉLIO DE MOURA – É o Valter Blos. Todos os contatos da Polícia Federal de Rondônia foram feitos por mim diretamente com o Sr. Valter Blos. E ele, como eu dizia, pediu-me mais um tempo para conversar com os índios para confirmar a existência dos outros corpos, mas que a reserva era muito grande e que não havia condições de se deslocar para um determinado ponto para tentar localizar esses corpos. Isso, naturalmente, demandou um certo tempo, a situação se agravou um pouquinho após o caso com aquele índio de Espigão d'Oeste, que foi retido pelos garimpeiros. Isso dificultou um pouco a conversa que a Funai teria com os índios. Como disse a Drª Promotora da Região, havia uma pressão muito grande dos familiares dos garimpeiros para que ingressássemos na reserva, inclusive fazendo parte de uma força-tarefa. Isso chegou a ser discutido, até por via judicial, pela Polícia Federal.

Eu fui consultado pelo Juiz Federal com relação à petição da Drª Conceição e relatei como estava a situação e as tratativas. Eventualmente, eu matinha contato com o Sr. Valter Blos, aliás, ele mantinha contato comigo, usava o telefone, o Globalstar, porque estava no interior da reserva. Isso foi passando, a situação se agravou, os índios ficaram receosos de auxiliar nas investigações e até de apontar onde esses corpos estavam. Várias vezes, conversei com o Sr. Valter Blos e fui desaconselhado a ingressar por via terrestre, até porque não se sabia o ponto exato do conflito. Também verifiquei que seria mais prudente chegarmos ao ponto onde ocorreu esse conflito, ou massacre, como queiram... E dispúnhamos, na época, de um helicóptero para auxiliar as buscas no local.

Após alguns dias, ele me ligou novamente, dizendo que havia a confirmação da existência de 26 corpos e que iria até local exato, com dois ou três guerreiros e pegaria as coordenadas. Isso também foi feito. Ele se deslocou ao local e manteve contato comigo. Eu estava em Porto Velho e, no dia seguinte, já me desloquei para Cacoal, para participar de uma reunião com representantes da Funai. Estava presente também o Sr. Apoena Meirelles. Eles disseram que foram ao local, viram os corpos e anotaram as coordenadas.

De posse delas, deslocamos um helicóptero até o ponto exato. Era um local de difícil acesso, mata fechada. Tivemos de abrir uma clareira próxima, para que o helicóptero pudesse pousar para resgatar os corpos. Na realidade, tivemos de operar com duas aeronaves: uma, menorzinha, já estava à nossa disposição, e a outra, maior, foi deslocada de Brasília para fazer o resgate desses corpos.

Não houve impedimento da Funai para que a Polícia Federal entrasse. Em momento algum eles disseram "a Polícia Federal não pode entrar". Eles sempre pediram para conversar com os índios, para que os próprios índios pudessem apontar o local exato onde houve o confronto ou massacre. Então, ficamos aguardando. Externamente, a pressão muito forte da imprensa, dos poderes constituídos do Estado, como se a Polícia Federal estivesse impedida de ir ao local. Chegou-se até a ventilar a possibilidade de retardarmos o ingresso dos policiais no local, para que os índios pudessem desfazer-se desses corpos, coisa que, no meu modo de ver, não tem o menor fundamento.

O que aconteceu foi isso. A Drª Conceição chegou a manter contato com a Presidência da Funai, em Brasília, para que fosse permitido o ingresso dessa força-tarefa. Mas a situação estava um pouco conturbada e se agravou mais, quando o índio foi mantido refém. Nós não tínhamos nem como ir para a reserva, não tínhamos nenhum ponto de referência para chegar até esse ponto.

A reserva, o parque indígena, somando Roosevelt e o Parque Aripuanã, salvo engano, são 2,8 milhões hectares. Não tínhamos um norte para seguir, e a nossa intenção era a de que os ânimos se acalmassem, principalmente dentro da reserva. Houve pressão, também, para que os garimpeiros participassem dessa força-tarefa. Isso foi descartado, de imediato, por mim, porque a situação estava muito tensa, e corria-se o risco de haver um novo conflito.

Daí ter ocorrido esse lapso temporal, até um pouquinho extenso, para que pudéssemos fazer o resgate desses corpos de uma maneira segura e evitar um mal

maior. Para o senhor ter uma idéia, tivemos de fazer um pouso forçado com o helicóptero, com alguns corpos, próximo à aldeia. Isso já causou uma inquietação muito grande por parte dos índios. Chegou-se até a ventilar a possibilidade, embora isso tenha sido em nível de boato, de que, se sobrevoássemos a aldeia dos índios, correríamos o risco de haver disparo de arma de fogo contra a nossa aeronave. Então, a situação ficou bastante tensa, e o Sr. Valter Blos pediu-me esse tempo, para que pudesse conversar com os índios e acalmar os ânimos. Isso realmente aconteceu.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mais uma pergunta: as pessoas que trouxeram a informação de que havia esses mortos lá estavam em contato com o senhor, com a Polícia? Elas não sabiam dizer o local onde estavam os corpos?

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA MOURA – Olha, Excelência, as informações, até então, eram um pouco desencontradas.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas alguma pessoa disse que havia gente morta lá. Essa pessoa não sabia dizer a direção, onde era?

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA MOURA – Com relação à existência de mortos, isso foi um fato que já ficou bem esclarecido desde o início da situação.

Agora, nós também temíamos fazer um deslocamento ao local, por terra, e também com a presença de garimpeiros.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas eu queria saber o seguinte: a pessoa que veio dizer "mataram muitas pessoas" não sabia o local onde tinham matado? Ou ela sabia onde tinham matado?

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA MOURA – Eles indicavam assim... Falavam: "Grota do Sossego", "Grota de 'não-sei-o-quê'". E nós, em contato com o pessoal da Funai, eles também não tinham conhecimento, até aquele momento, do local exato.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas e a pessoa... A testemunha que testemunhou a morte, que disse para vocês que "morreu na esquina da rua...", ele não tinha nenhuma referência – perto do morro tal ou do igarapé tal? Ele não sabia onde era totalmente?

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA MOURA – Os depoimentos, como eu disse ao senhor, eles eram, então, um pouco desencontrados...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Desencontrados, eu sei, mas alguns depoimentos convergiam para um ponto. Foi só uma pessoa que presenciou o massacre ou mais de uma pessoa chegou com a notícia aqui?

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA MOURA – Olha, não me recordo, ao certo, como é que foram tomados esses depoimentos. Os que chegaram para mim eram um pouco desencontrados. Na realidade, eu não tinha recebido nenhum depoimento de pessoas que tenham presenciado as mortes. Algumas pessoas disseram o seguinte: "O tiroteio demorou duas, três horas". E, em função desse tiroteio, ele imaginava que tivessem acontecido cem mortes.

Nós partimos da idéia de que, se já tinha ocorrido o conflito, então, pouca coisa poderia ser feita, e o nosso objetivo foi evitar conflitos maiores. Então, nós só ingressamos na área quando a Funai disse que poderíamos ir e que a situação na aldeia estava tranqüila.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É, mas eu lamento isso. E gente ferida? Poderia ter ficado um ferido lá... Quer dizer, a informação... Eu só lamento a polícia não ter considerado a informação das pessoas que vieram fazer aqui. Esperou a Funai vir lá de Brasília, o Apoena... Quer dizer, creio que houve um pouco de retardo em tomar uma atitude, apesar do risco que havia.

O SR. (orador não identificado) – Quero fazer uma pergunta: se havia dificuldade para achar os corpos, por que não chamaram algum garimpeiro sobrevivente para ajudar no resgate dos corpos? Isso é que não entendo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A pergunta que o Senador está fazendo, para mim, é a seguinte: por que não pegaram uma das pessoas que vieram informar para dar a direção dos corpos para fazer alguma coisa? Por que houve essa demora?

Isso nos preocupa, porque queremos que a Justiça seja feita com justiça. Não queremos que haja acobertamento ou acusação de ninguém, mas é muito injusto deixar a pessoa morta ou ferida lá e retardar o atendimento a essa pessoa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passo agora a palavra ao Senador Paulo Elifas, com a mesma recomendação, ou seja, que faça perguntas objetivas. E aos que forem responder peço que também procurem dar objetivamente a resposta.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Gostaria de cumprimentá-lo, Sr. Presidente.

O que temos visto, durante todas essas inquirições e oitivas, é que realmente, como disse o Ministério Público – que se manifestou aqui pelo Sr. José Vitachi –, o que ocorreu na reserva indígena foi uma grande omissão do Estado. Na realidade, nem os garimpeiros e nem os índios são culpados pelo que aconteceu naquela reserva.

Reconhecemos que os índios que cometeram o crime devem ser punidos, porque ninguém tem o direito de tirar a vida de um cidadão, e, como índios socializados, participando hoje da nossa sociedade, eles devem respeitar as leis do País, exatamente como nós respeitamos. Mas o que tem sido muito debatido na imprensa e nos depoimentos é com relação ao número de garimpeiros mortos naquele conflito.

Eu só gostaria de perguntar ao Dr. Marcos Aurélio se já se tomaram medidas para procurar a existência de mais corpos dentro daquela reserva. É só essa pergunta realmente que me deixa muito intrigado, porque foi muito definitivo. A polícia entrou na área e achou 29 corpos. Comenta-se que há mais pessoas desaparecidas. Até agora não se achou pelo menos mais um corpo naquela imensa floresta. Sobrevoamos ontem a área e reconhecemos que é difícil achar algum corpo naquela reserva, na proximidade da chacina, já que no local havia mais de 150 garimpeiros, tendo retornado menos de 60 ou 70 garimpeiros, que relataram os fatos.

Gostaria de saber se se está tomando alguma medida no sentido de procurar, de varrer aquela área à procura de mais corpos.

É a única pergunta que gostaria de fazer.

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA MOURA – Logo que localizamos esses corpos, continuamos com as diligências no interior da reserva. Tivemos o apoio da Funai e também de alguns índios. Como V. Exª pôde verificar, trata-se de uma área bastante extensa. Se não tivermos a noção de algum ponto de partida, as diligências no local ficam bastante prejudicadas. Fizemos incursões usando os helicópteros e por via terrestre, com a intenção de localizar outros corpos. O que dificultou um pouco o nosso trabalho foi o fato de os garimpeiros na sua maioria serem conhecidos apenas por apelido. Tivemos uma dificuldade muito grande nesse sentido.

A título de esclarecimento, na semana passada, o nosso serviço de plantão da superintendência recebeu um telefonema de uma pessoa que se disse naquela ocasião familiar de um garimpeiro que era tido como desaparecido, mas que retornou para sua casa. Temos acompanhados todos os acontecimentos dessa forma. Todas as informações que chegam aos nosso conhecimento são cadastradas. Eu particularmente já recebi algumas fotos de pessoas que estão desaparecidas.

O nosso companheiro da Federação dos Garimpeiros do Brasil sabe que os garimpeiros têm uma mobilidade muito grande. O fato de a pessoa estar desaparecida não quer dizer necessariamente que ela esteja morta. Ela pode estar trabalhando hoje no garimpo de Espigão d'Oeste e daqui a uma semana, no garimpo da Cachoeirinha; na outra semana, pode estar no rio Madeira. O fato de o garimpeiro, infelizmente, ser conhecido apenas por apelo dificultou um pouco o nosso trabalho.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Agradeço a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – O Presidente está dando uma entrevista para a televisão.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, que está acumulando neste momento a presidência e a relatoria dos trabalhos da Comissão, Senador Augusto, Senador Paulo Elifas, Deputado Nereu, que representa a Assembléia Legislativa, senhoras e senhores, imprensa escrita, falada e televisada, em primeiro lugar, lamento a ausência de representantes de quatro importantes autoridades do Ministério Público Federal, do Cimi, da Secretaria de Segurança Pública do Estado e do Ibama. Só motivos de doença poderiam justificar a sua ausência.

Agradeço ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Vitachi, que também se referiu a essa questão. Aproveito para agradecer ao Presidente Mozarildo Cavalcanti, ao Senador Delcídio Amaral, ao Senador Augusto Botelho, os três que vieram de fora e que deixaram muitos compromissos em seus Estados no final de semana, com convenções. Ontem vi o Senador Delcídio trabalhar até meia-noite pelo telefone, junto aos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, administrando as convenções que estão ocorrendo no dia de hoje e que vão ocorrer amanhã no seu Estado. Certamente não são diferentes os Senadores Mozarildo e Augusto Botelho, de Roraima.

Nós, eu e o Paulo, estamos no nosso Estado. Daqui a pouco, vou me descolar para Costa Marques para acompanhar duas convenções, em Costa Marques e em São Francisco. Estamos mais próximos da nossa base.

Mas S. Exªs vieram atendendo aos apelos do povo de Rondônia. Já tínhamos adiado por duas vezes a vinda desta Comissão. De forma que aqui estão. Quero agradecer de coração, Senadores Delcídio, Augusto e Mozarildo, que está dando entrevista aqui na outra sala, a presença dos senhores aqui em Rondônia. Com certeza, vão deixar um alento muito grande, como ocorreu ontem, na reserva, na aldeia Cinta-Larga, ouvindo os caciques João Bravo, Pio, o Pantera, o Lula, e também, depois, Espigão d'Oeste, na Câmara de Vereadores: a prefeita Lúcia Tereza, os vereadores, o Presidente da Associação Comercial, enfim, toda a comunidade de Espigão d'Oeste, que se sentiu, de certa forma, mais

protegida, mais amparada com a presença do Senado da República naquele município.

Agradeço em nome do povo de Rondônia imensamente a presença dos senhores. Isso para nós é motivo de satisfação e honra.

As minhas perguntas vão mais ou menos na mesma direção. Fui até contemplado pela pergunta do Senador Augusto e do Senador Paulo Elifas. O que nos intrigou muito é que ainda esta semana, na Comissão, lá no Senado, ouvíamos o Presidente da Funai, Dr. Mércio. Já tínhamos ouvido Valter Blos e tantas outras autoridades aqui mencionadas, e ele disse que em momento algum a Funai impediu a entrada da Polícia Federal na reserva, inclusive para a retirada dos corpos. A Drª Conceição também falava aqui. Falei por telefone na época, no mesmo dia, um dia depois do episódio da chacina, com o Dr. Moura, com o Dr. Guilherme, que é delegado da região de Vilhena, com a Drª Conceição, e, pelo que entendi naquele momento, a Funai estava realmente impedindo a entrada da Polícia Federal na reserva. Então, está havendo uma grande contradição. Eu gostaria que isso ficasse mais esclarecido para ver de quem foi a culpa. Os primeiros três corpos demoraram alguns dias – não sei se três, quatro ou cinco dias. Os últimos corpos, 26 dos 29 restantes, foram recolhidos 13 dias após a morte. Não houve nem como fazer a identificação. O IML de Rondônia não conseguiu fazer a identificação da maioria dos corpos para as famílias sepultarem seus entes queridos sabendo quem eram.

É realmente uma questão muito séria. Não estamos aqui para condenar nem índios, nem garimpeiros. O garimpo é ilegal. Talvez os dois lados sejam vítimas da ausência de legislação, mais precisamente federal – que não tem –, para regularizar os garimpos neste País. Isso era esperado. O que aconteceu não foi novidade para nós. Tive pelo menos por duas vezes – creio que foram três – mas que lembre por duas vezes, com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, acompanhado de outros parlamentares, de entidades envolvidas naquela região, alertando para esse iminente conflito que ocorreria na Reserva Roosevelt. Até demos idéia de que, enquanto a lei não fosse regulamentada e tivesse uma presença maior da polícia federal... No momento da chacina, o Valter Blos era o chefe do grupo tarefa que estava em Rondônia. Se havia um grupo tarefa já para trabalhar nessa questão, não sei se ele podia evitar, mas, com certeza, poderia ter amenizado esse conflito na reserva. Depois que ocorreu, por que a demora? Por que o Valter Blos demorou tanto, já que é indigenista, a fazer... E o que me estranhou também é que ele não é pago pela Funai. Ele não é funcionário da Funai. Fiz essa pergunta a ele na Comissão. Quem paga o Valter Blos não é a Funai. Quem paga Valter Blos são entidades que não sei nem quais são, se é nacional ou internacional. O que sei é que ele não é funcionário da Funai, não é pago pela Funai, não é pago pelo Governo brasileiro. Penso que todos os funcionários e agentes da Funai deveriam pelo Governo Federal para não dar margem a especulações. O que vamos pensar agora? Quem manda nas áreas indígenas? É o Governo brasileiro ou são entidades externas, entidades internacionais? Fica uma grande pergunta no ar. Qual o interesse? Será que esse agente da Funai vai defender o Brasil, vai defender o povo brasileiro ou vai defender interesses outros que não os interesses nacionais. Se os índios queriam tempo, se sabiam onde estavam os corpos, lógico, pois foram eles que cometeram o massacre, se eles queriam tempo para identificar o local, para levar os agentes da polícia Federal ao local, havia garimpeiros que falavam a todo o momento que sabiam, que foram sobreviventes e que estavam em Espigão d'Oeste, que conheciam o local e que disseram "nós vamos juntos com a Polícia Federal, com a polícia estadual, com a Polícia Militar, com a Civil, com o Exército, vamos lá identificar, pois sabemos onde estão os corpos lá". Isso demorou 13 dias. Acho isso imperdoável.

Quanto ao que falou – e colaborou muito, pois foi muito importante a sua fala – o José Alves da Silva, gostaria apenas que ele pudesse responder quais são os compradores, os contrabandistas de diamantes, porque esse diamante saiu todo na clandestinidade, todos na ilegalidade. Se o garimpo, se a área mineral não é legalizada, não é regulamentada, logo esse minério saiu todo clandestino, todo contrabandeado. Quem são os verdadeiros contrabandistas de pedras preciosas, de diamante, que compraram todos os diamantes? Falam em bilhões, não sei quantos bilhões que foram extraídos nesses últimos dois anos das reservas cinta-largas. Precisamos saber. O Brasil, as autoridades, a Polícia Federal precisa saber quem comprou esse diamante no contrabando para levar para outros países. Isso é evasão de divisa, é crime, porque o garimpo ainda não está legalizado.

Por último, para encerrar, o Governo Federal, estamos lá trabalhando e vamos trabalhar mais acelerado agora na regulamentação desses garimpos. Enquanto houver clandestinidade nas terras, por que está havendo, como falou o Dr. Vitachi, o núcleo bandeirante? Como não é legalizado, como as áreas não foram legalizadas pelo Incra, as autoridades não podem também trabalhar. Então, vira terra sem lei. É o que está ocorrendo também nas áreas mineralizadas, principalmente dentro das reservas, que são terra sem lei. Por isso, a própria Polícia Federal tem dificuldade

de agir dentro dessas áreas, porque não existe uma legalização, uma regularização por parte do Estado brasileiro.

Então, devemos mais que nunca agora cobrar do Governo Lula ou uma medida provisória que seja depois aprovada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados que vire lei ou um projeto de lei que seja trabalhado em regime de urgência no Senado para regulamentar ou por cooperativa ou por uma empresa. Fala-se em criar uma empresa estatal federal, a Mineralbras, para extrair esse minério que é uma riqueza que deve ser revertida em benefício do próprio índio brasileiro. Os garimpeiros estão aí passando pela falta de emprego no Brasil, pela falta de oportunidades. Também entram no desespero para se sustentarem. Em vez de roubar, de partir para o crime, de ir para rua assaltar muitas vezes à mão armada, eles vão para o garimpo, que não é 100% lícito, mas talvez mais lícito que um roubo ou um assalto.

(Interrupção da gravação.)

Quem são os verdadeiros contrabandista de pedras preciosas, de diamantes, que compraram todos os diamantes – falam em bilhões – extraídos nestes últimos dois anos da reserva dos Cintas-Largas, para que saibamos. O Brasil, as autoridades, a Polícia Federal precisam saber quem comprou esse diamante, no contrabando, para levar para outros países. Essa evasão de divisas é crime, porque o garimpo não está ainda legalizado.

Para encerrar, porque já me estendi bastante, quero dizer que estamos, o Governo Federal, trabalhando lá e vamos acelerar os nossos trabalhos na regulamentação desses garimpos. Enquanto houver clandestinidade, como disse o Dr. Vitachi quanto ao Núcleo Bandeirante, como as áreas não foram legalizadas pelo Incra, as autoridades não podem trabalhar. Então, a terra fica sem lei. É isso que está ocorrendo com as áreas que possuem minério, principalmente dentro das reservas. A Polícia Federal tem dificuldade de agir dentro dessas áreas, porque não existe uma regulamentação, uma legalização por parte do Estado brasileiro.

Então, mais do que nunca, devemos cobrar do Governo Lula ou uma medida provisória, que seja aprovada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados e se transforme em lei, ou um projeto de lei que seja trabalhada em regime de urgência pelo Senado, para regulamentar, ou por cooperativas, ou por empresas. Falam em criar uma empresa estatal, a Mineralbrás, para extrair esse minério, porque essa riqueza deve ser convertida em benefício para o índio brasileiro. Os garimpeiros estão sofrendo com a falta de emprego, com a falta de oportunidade, e entram em desespero para sustentar suas famílias. Em vez de roubar, partir para o crime, assaltos a mão armada, esses homens vão para o garimpo, porque, embora não seja cem por cento lícito, talvez seja mais lícito que um roubo, um assalto. Então, foi o desespero que fez os garimpeiros de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e daqui de Rondônia – porque a maioria não era daqui. Fui informado que, dos 29 mortos, só três ou quatro do eram de Espigão d'Oeste. A maioria era de outros Estados. Mas a cobiça, a oportunidade que estavam tendo naquele momento para sustentar suas famílias.

Muito obrigado.

O SR. (orador não identificado) – Peço reserva na declinação de nomes que os senhores (inaudível). Mas, de há muito tempo (inaudível) de Rondônia (inaudível) um destino: bolsa de Antuérpia, bolsa de Tel-Aviv, a bolsa de Hong Kong. E (inaudível) a maior parte vai para o Vietnã.

O SR. JOSÉ ALVES DA SILVA – Então, Senador, eu peço a reserva de não declinar nomes. E posso sentar com os senhores em Brasília, se necessário for? Mas sabemos o destino.

Também devemos esclarecer que a sanha arrecadadora do Estado transformou o diamante em escudo de defesa da ambição do Estado. Para que os senhores tenham uma idéia, carrego no bolso dois, três, quatro, US$5 milhões em diamante. Então, não há coisa melhor para esconder, seja dinheiro, seja lá o que for.

Como esse dinheiro entra no País? Se passar pelo Banco do Brasil, 27% ficam. Então, não passa pelo Banco do Brasil; ele entra irregular. Se não existe a origem minerária, não posso fazer o ato perfeito da comercialização.

Então, o jatinho entra, pousa no Rio de Janeiro com dólar e vai embora. Isso não é segredo.

Aqui, internamente, muitos empresários até guardam, não vendem o diamante para fora. O País tem um grande estoque de diamantes como reserva. Esta é uma grande verdade: talvez tenhamos, no Brasil, guardados mais de US$1 bilhão em reserva de diamante. Muitos fazem isso, até garimpeiros. Conheço garimpeiros que guardam a pedra e vendem o que chamamos de comercial: o chibil, os pontos e daí por diante. O garimpeiro, quando vende uma pedra, não o faz via banco, pois não tem conta. Se entra na conta bancária dele, ele se torna réu confesso. Ele usurpou o patrimônio da União, porque não tem o direito minerário. Um mergulhador meu teve, da parte dele, R$250 mil. Foi à Bahia, comprou uma fazenda. Isso é um sonho. Todos nós, quando voltamos à nossa origem, temos que voltar por cima. Ele voltou lá e comprou a fazenda. Na hora de registrar no cartório, ele não tinha a origem

do dinheiro. Precisei ir lá para dar origem ao dinheiro dele. Por isso, nós precisamos da legalização.

O que acontece? Nós temos o parceiro investidor, que é aquele que compra o par de máquinas e dá para o garimpeiro produzir. Ele é o responsável pela comercialização, é ele que vende. E ele repassa um dinheiro sem origem para o garimpeiro, mas esse dinheiro continua sem origem. Então, temos um grande patrimônio sem origem no País.

Garanto aos senhores o seguinte: no garimpo brasileiro, não só com diamante, a nossa expectativa é em torno de US$2 bilhões por ano. A questão não é nem o diamante. Desde a ágata, que é uma pedra simples, o topázio aqui de Rondônia... Para os senhores terem uma idéia, o topázio de Rondônia às vezes varia de US$8 o quilo para US$800. Essa é a gama de diferença entre o topázio de Rondônia. A ametista está sendo comercializada por US$40 a US$120 em média. Temos esmeralda de US$10 a US$12 mil. Somos o maior produtor mundial de esmeralda. O diamante industrial custa em média de US$15 a US$25 por indústria. Quando se tem uma pedra, 90% da sua produção está na faixa comercial entre US$20 até o máximo de US$70.

Não podemos ter origem, não tem como ter origem enquanto não for regulado o direito minerário e até mudar a Lei 10.743, para que se dê legalidade a essa produção. Conheço pessoas que até se colocam à disposição para mostrar 20 mil quilates de diamante. Ele tem e fala declaradamente que tem isso para me defender da sanha arrecadadora do Estado e que, enquanto não vende, não precisa determinar a origem. Ele nunca vai poder vender. A pedra que, como falei aos senhores, custa US$15 milhões está nessa situação em Belo Horizonte. Há uma outra pedra, que hoje está no Rio Grande do Sul, avaliada em US$12 milhões, e o cidadão não pode vender, porque ele não tem a origem. Essa é a grande verdade.

Existem sim compradores, são conhecidos – não é segredo para ninguém. Mas temos que diferenciar aquele que compra para o mercado externo daquele que compra para investimento. Conheço um garimpeiro que vendeu, há pouco tempo, seiscentas cabeças de bois e comprou diamante. Ele tem que garantir, é a forma. Se compro ouro para me garantir, eu preciso de colocar...

No Brasil, para os senhores terem uma idéia, é proibido custódia: não pegar meu diamante, chegar no Banco do Brasil, declarar e guardar. Tenho que alugar um cofre, colocar o diamante lá. Se o banco for assaltado, leva o meu diamante embora. Não posso declarar o valor dele, porque a legislação do Banco Central não permite. Já tramitei documento para que a Federação constitua uma casa de custódia para resolver essa situação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vamos passar para a fase final da nossa audiência aqui...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O Dr. Vitachi não deu resposta à minha pergunta. Acho que ele queria falar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ah, não deu a resposta. Mas tem uma resposta para ser dada? (Pausa)

O SR. JOSÉ CARLOS VITACHI – Não (inaudível) abertamente (inaudível), eu queria fazer um esclarecimento ao Senador Augusto, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Excepcionalmente vou conceder.

O SR. JOSÉ CARLOS VITACHI – Agradeço.

O Senador Augusto perguntou ao nosso superintendente, Dr. Moura, o porquê da demora da Polícia Federal em adentrar o garimpo para recuperar os corpos.

Quero dizer ao Senador Augusto Botelho – pela ótica do Ministério Público Estadual, que esteve envolvido desde primeiro momento nessa questão e foi o órgão mais pressionado pela comunidade e pelo Estado de Rondônia – que a notícia das primeiras matanças chegaram ao gabinete da Promotora Drª Conceição na quarta-feira dia 7. No sábado, as coisas ainda não haviam progredido, a Polícia Federal ainda não estava lá dentro para resgatar, a população estava revoltada, e isso nos obrigou – e talvez a resposta que o Senador queira –, ao Ministério Público Estadual, a peticionar na Justiça Federal a determinação já no sábado dia 10 de que a Polícia Federal entrasse no garimpo imediatamente com o objetivo de resgatar os corpos que lá se encontravam. Nesse período, quarta, quinta, sexta e sábado até a expedição judicial deferida com muita cautela pelo Dr. (João Carlos) Cabrelon, juiz de plantão no domingo, houve, então, a determinação de que a Polícia entrasse no garimpo. Com toda a cautela. Fizemos muitos contatos naquela semana com a Polícia Federal e sabemos da dificuldade que teve a sua instituição de estar lá dentro. Até porque se iriam resgatar aqueles corpos de que forma? De helicóptero? Naquele momento eles tinham apenas um helicóptero. Não estou saindo em defesa da Polícia Federal, apenas trazendo as coisas para os devidos lugares. A resposta daquela demora está no próprio pedido do Ministério Público, que também não aceitava essa demora. Mas que houve essa demora, houve; e pela nossa ótica causada pela Funai via – e para minha surpresa porque eu não sabia disso – via

Sr. Valter Blos, que esteve durante todo o tempo dentro do garimpo, monitorado, com um instrumento na mão – era um Globalstar – para fazer essas comunicações de conhecimento da Polícia Federal e de desconhecimento do Ministério Público Estadual.

Sr. Presidente, Sr. Senador Augusto Botelho, esta semana ainda farei chegar ao gabinete de V. Exª as petições do Ministério Público Estadual nesse sentido, causando espécie, evidentemente pela demora. O Estado de Rondônia, e o Superintendente sabe disso, já havia disponibilizado em Espigão d'Oeste uma companhia, uma guarnição de policiais estaduais, a Polícia Estadual Militar para se necessário dar o apoio ao contingente da Polícia Federal que sabíamos naquele momento escasso. Sabemos das dificuldades da Polícia Federal. O fato é que isso também nos causou espanto e fomos em juízo buscar essa determinação para que lá estivessem em 24 horas para resgatar os corpos. Isso tudo no sentido de evitar uma tragédia maior.

Ninguém falou aqui num aspecto que nos preocupa muito; e isso ficou para nós. Deve-se saber que deve-se regulamentar o garimpo porque o meio ambiente está sendo agredido todos os dias lá dessa forma, e nós Ministério Público Federal e Estadual também somos responsáveis pela proteção desse bem que é o ambiente. Não se esqueçam, senhores, dessa preocupação maior ao regulamentarem o artigo 231, da questão ambiental. Da mesma forma que se quer de um lado a exploração do diamante – e o Estado brasileiro de Rondônia quer uma participação desses *royalties* – por outro lado temos que nos impor, em razão da mesma Constituição Federal, essa proteção do meio ambiente, que não convive com o garimpo. Infelizmente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Como eu estava anunciando, passarei à etapa final da nossa reunião.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, que é o Relator desta Comissão.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu queria, antes de finalizar, fazer duas perguntas rápidas ao Superintendente da Polícia Federal. Primeiro, com relação ao agente da Polícia Federal, que, de certa maneira, teria algum envolvimento com essa operação, com esse massacre que acabou acontecendo lá na reserva do Roosevelt. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta que eu queria fazer ao senhor é a seguinte: se um agente da Polícia Federal fosse eventualmente emboscado na reserva do Roosevelt, o senhor levaria treze dias para localizá-lo?

O SR. MARCOS AURÉLIO PEREIRA MOURA – Com relação à primeira pergunta, Senador, esse agente nosso foi preso e está sendo processado não por ter participado do massacre, e sim – a denúncia é bem clara, e a nossa investigação também aponta neste sentido – por ter sido membro de uma organização que foi desarticulada. É um agente do Estado de São Paulo, ficou preso alguns dias aqui, mas já teve a sua prisão relaxada. Então, ele não tem participação direta no massacre, e sim na atividade de compra e venda de diamantes.

Com relação à segunda pergunta – eu até estava comentando agora há pouco com o Dr. Vitachi –, o que demorou, na realidade, não foi o resgate dos corpos, e sim a localização dos mesmos, porque, como eu disse anteriormente, estava havendo tratativas, conversas entre o grupo-tarefa, chefiado pelo Sr. Valter Blos, e as lideranças indígenas, para que os índios pudessem apontar o local exato do ponto onde houve o massacre e, em seguida, fazermos a retirada dos corpos. Daí o atraso.

Também – talvez eu não tenha esclarecido isto na minha primeira resposta – ocorreu que a Funai desaconselhou o ingresso da Polícia Federal sem a autorização dos índios. E já era um ponto certo que os índios não tolerariam a presença de qualquer garimpeiro na reserva. Daí também o motivo que impediu que esse grupo-tarefa fosse formado com a presença de garimpeiros. E nós, desde o início do problema, praticamos todos os atos que foram possíveis para evitar um mal maior, ou seja, um conflito maior ainda, envolvendo policiais federais, policiais militares, índios e garimpeiros. Então, a nossa linha de trabalho foi totalmente neste sentido: evitar um conflito maior.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo, eu só gostaria de fazer algumas considerações em função dos depoimentos.

Primeiro, Drª Conceição, foi muito importante o depoimento da senhora, pela precisão de detalhes e pelo próprio conhecimento do assunto.

Segundo: eu não poderia deixar de registrar o depoimento do Dr. José Carlos, do Ministério Púbico Estadual, cioso daquilo que lhe compete, das suas responsabilidades.

Registro o depoimento surpreendente do nosso José Alves da Silva, que não estava previsto na agenda, mas foi bastante esclarecedor. Creio que vamos precisar conversar muito lá em Brasília, ao longo das próximas semanas.

Quero cumprimentar também o nosso caro Antonio Morimoto, pelo seu depoimento. Ele já debate esse assunto há muito tempo e fez uma exposição relativamente ampla sobre essas questões. E cumprimento também o Superintendente da Polícia Federal, aqui presente, Dr. Marcos Aurélio Moura, que também

trouxe alguns esclarecimentos que nós desconhecíamos, principalmente com relação ao Dr. Valter Blos, que era um dos principais atores dentro do processo, utilizando-se de meios de comunicação extremamente avançados, exatamente para, com mobilidade, operar em tempo real todo esse drama vivido lá na reserva do Roosevelt. Era um dado de que nós, também, eu pelo menos não tinha conhecimento. Nós não tínhamos essa informação, que é de fundamental importância.

Eu queria fazer algumas ponderações, porque é isso que me assusta.

Primeiro, constatar uma rotina. Talvez a única exceção foi no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, mas a permanente ausência do Cimi nas várias audiências públicas, do tipo "não li e não gostei".

Se promovemos as audiências públicas para estimular o contraditório, o contraditório fica prejudicado e, depois, os Senadores da Comissão Externa do Senado é que são parciais. Mas, pelo menos, a representante do Cimi nos enviou um fax.

O segundo ponto é o Ibama. O Gerente-Executivo do Ibama, Dr. Oswaldo Pittaluga e Silva, simplesmente não teve nem sequer a fineza e a cortesia de justificar o porquê de não comparecer a essa audiência pública.

Eu vejo algumas coisas muito interessantes, Dr. José Carlos, nesses depoimentos. Nós vemos vários Estados dentro de outros Estados, com absoluta autonomia. Então, nós vemos um Estado, nesse processo todo que levou a Polícia Federal a, insistentemente, junto com o Ministério Público Estadual, junto com a Drª Baena, 13 dias para tentar administrar de uma forma civilizada, pelo menos, o acesso dos principais agentes ou das principais autoridades, aqui em Rondônia, ao local onde aconteceu o massacre. Um Estado dentro de um outro Estado, presente, contando com condições de controle de uma absoluta selvageria e impedidos de tomar qualquer tipo de atitude.

Agora, vejo o outro Estado, também, dentro do próprio Governo Federal, representantes do Governo Federal que simplesmente desprezam a presença de vários Senadores de uma Comissão Externa do Senado, como é o caso do Ibama, como é o caso do Ministério Público Federal, que sequer se justificou.

Essas pessoas estão acima do bem e do mal? Essas pessoas estão acima do que é um País chamado Brasil, ou temos brasileiros de primeira grandeza, de segunda grandeza, de terceira grandeza, de quarta grandeza? Onde nós vamos parar com isso? Onde é que vamos chegar com isso, com essa desfaçatez, com essa cara-de-pau, para não falar uma coisa muito pior? Ou a nossa sociedade é composta de brasileiros pecadores, que, pelo jeito, somos nós, aqui, e os que já se consideram no céu mesmo antes do Juízo Final?

Nós temos que acabar com essa ambigüidade no Brasil. Nós estamos todos, aqui, trabalhando por um País melhor, mais equilibrado, para que os índios e os não-índios tenham espaço na nossa sociedade, no nosso País.

Todos nós somos brasileiros, e ninguém recebeu, aqui, um diploma para ser o defensor das grandes causas, em detrimento dos pobres mortais que estão aqui presentes nesta audiência pública.

Faço questão, Sr. Presidente, de registrar minha indignação com esse tipo de atitude, para depois, sorrateiramente, no subterrâneo, atacar pessoas que querem trabalhar por um Brasil melhor. O País não admite mais esse tipo de atitude covarde, sinuosa, que, a pretexto de se defenderem minorias e grandes causas, na verdade, defendem-se interesses outros, que, em grande parte, absolutamente, não têm nenhuma relação com aquilo que é importante para o Brasil. Não vamos generalizar, porque há muita gente boa nesse processo, e que é o melhor para o nosso País.

Quero registrar e sugerir que novamente convoquemos o Dr. Valter Blos para mais uma audiência em Brasília, fruto de todas essas informações que recebemos aqui e, infelizmente, talvez por não termos suficientemente competentes na formulação das perguntas, algumas informações fugiram para o nosso melhor esclarecimento, questões que hoje foram muito bem colocadas pelas autoridades presentes. Entendo que devemos convidar novamente o Ibama e o Ministério Público Federal, assim como o Secretário de Segurança do Estado.

(Pausa.)

O Senador Mozarildo Cavalcanti está me lembrando que ele já havia informado, antecipadamente, que não viria, mas isso não nos tira o mérito de chamá-lo. Senador Mozarildo Cavalcanti, é importante registrar, já que vamos a Mato Grosso, que a Reserva Roosevelt tem boa parte de sua extensão naquele Estado. Além disso, recebemos, gentilmente, um telefonema do Governador Blairo Maggi, que se colocou à disposição para nos dar um depoimento, juntamente com os seus secretários, que acompanham essas atividades há um bom tempo, exatamente com o intuito de ajudar à Comissão Externa do Senado a fazer um diagnóstico claro do que aconteceu.

Aproveito a oportunidade para dizer aos caros Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas, ilustres Senadores do Estado de Rondônia, e à nossa Senadora Fátima Cleide, que não pôde estar presente por motivos de saúde, que Rondônia é um caso sério. A cada dia, a cada depoimento, aparecem fatos novos, não só os de ordem criminal, mas os de ausência do Estado, e trazendo à tona assuntos de fundamental importân-

cia, como é o caso dos garimpeiros e essa questão de exploração mineral em área indígenas, além de todas as dificuldades colocadas. Quem perde com isso? É o País, que não arrecada. E é um País que movimenta uma economia subterrânea que vai, efetivamente, valorizar ou alguns empresários nacional, ou muito provavelmente os de fora. Foi aqui dito: Israel, Antuérpia, Vietnã, Ásia hoje é sabidamente um continente que tem operado muito essa questão de pedras, muitas delas nossas, contrabandeadas, como foi muito bem dito aqui. Então, há a necessidade dessa legislação, sobre a qual vamos, efetivamente, trabalhar. Não há dúvida nenhuma. Esse é um dos principais resultados desta Comissão Externa do Senado.

Meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, para encerrar, quero dizer que tenho três filhas pequenas e me preocupo quando autoridades do Judiciário aqui colocadas nos passam uma imagem de absoluta frustração com a ausência do Estado, com essa malemolência, essa lentidão, essa lerdeza. Mais do que nunca porque estamos tratando de pessoas da nossa sociedade, e o País, o povo como um todo, indignado, não pode admitir essa incompetência, esse arrazoado, essa soma de más intenções, e que pessoas decentes que têm que zelar pela Justiça do nosso Estado e do nosso País fiquem à mercê dessas contradições que infelizmente a nossa sociedade tem destacado ao longo dos tempos. E que, de uma vez por todas, nós, homens de bem, temos que, definitivamente, encerrar no nosso País. Precisamos de um país justo, ágil e onde, acima de tudo, a nossa preocupação venha a ser com a sociedade. Este é o nosso trabalho e a nossa missão aqui, na Terra, principalmente: zelar pelas pessoas. O maior bem de um país são as pessoas. Eu fico muito preocupado quando ouço aqui pessoas do Judiciário e do Ministério Público sinalizando nitidamente para a inação, a frustração. Não me preocupo quando as pessoas, no debate, fazem um enfrentamento. Podem até xingar, reagir duramente. É a força do debate, do contraditório. Preocupo-me muito quando começam, nos corações e nas mentes das pessoas, a aparecer sentimentos como – esses preocupam, principalmente num país de jovens como ainda somos – a frustração e o medo. Temos que extirpar esse mal pela raiz. Vamos construir um Brasil de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecer a todas as autoridades e personalidades que compareceram, convidados que foram a esta sessão, que prestaram importantíssimos esclarecimentos. Ontem tivemos a oportunidade de pessoalmente conversar com os índios Cinta-Larga lá, na sua reserva. Portanto, tivemos, com isenção, a fala deles. Porque tenho até a impressão de que, se trouxéssemos eles para cá, poderíamos de alguma maneira inibi-los a dizer o que realmente estão pensando. Tivemos oportunidade de ouvir, em Brasília, muitos garimpeiros que estavam naquele episódio – ouvimos novamente ontem em Espigão d'Oeste. Ouvimos autoridades do Ministério Público. Do Judiciário já ouvimos em Brasília um juiz de Espigão d'Oeste. Ouvimos a Polícia Federal. Vamos ouvir, com certeza, o Secretário de Segurança do Estado. E vamos convidar de novo o Ministério Público do Estado de Rondônia para ouvi-lo.

Porque o que esta Comissão quer, uma vez que representa o Senado, por designação da Mesa do Senado, é produzir um trabalho para o bem do Brasil, um trabalho que seja isento, equilibrado e que resulte, portanto, em medidas práticas para mudar essa realidade que está aí, de uma verdadeira anarquia em termos de presença do Estado brasileiro.

Porque aqui não há dúvida de que a União, que é a grande responsável por essa questão de mineração em terras indígenas, está, no mínimo, cometendo omissão. Mas não vamos aqui adiantar nossas conclusões. Entretanto, os indícios são muito fortes. E, realmente, fico orgulhoso de saber que o Senado da República talvez pela primeira vez tenha tomado a iniciativa de criar uma Comissão para ir a vários Estados do Brasil ver em profundidade essa questão.

Quero ressaltar que estamos aqui hoje, num sábado. Ontem, sexta-feira, estivemos na Reserva Roosevelt, em Espigão, por um requerimento dos Senadores Valdir Raupp e Paulo Elifas. Porque como esta Comissão foi criada especificamente para ir a Roraima, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, ela depois só poderia ir a outros Estados mediante decisão da Mesa do Senado. E para que houvesse a decisão da Mesa do Senado, teria de haver um requerimento de algum Senador, e os dois Senadores de Rondônia fizeram isso. Portanto, cumpriram sua tarefa de trazer para o Estado essa investigação.

Na verdade, estamos fazendo uma investigação profunda para, ao final, adotarmos as medidas legislativas que forem da nossa competência adotar e propormos outras medidas que não sejam do âmbito do Senado Federal, mas, acima de tudo, mostrando para a Nação que não há omissão do Senado Federal nessa questão. O Senado está atento e, digo mesmo, até repetindo as palavras dos Senadores que me antecederam, especificamente do Relator: causa espanto ver como se deixou durante tanto tempo essa questão ficar assim, ao deus-dará, sem que nenhuma atitude concreta fosse tomada.

Tenho de ressaltar algo que tenho dito aqui. Pouquíssimas instituições têm-se preocupado de maneira

séria com esse assunto. Talvez as Forças Armadas, a própria Polícia Federal, o Ministério Público. Que realmente possamos, ao final, saber até onde vai a responsabilidade de cada um nas questões que estão acontecendo em vários Estados do Brasil. Precisamos mudar profundamente a legislação no que tange a terras indígenas e à mineração. Quanto ao cidadão-índio, temos de saber evitar, por exemplo, que procuradores falem em seu nome, pois os índios sabem falar e sabem o que querem. Registro inclusive a presença do Sr. Almir Suruí, Coordenador-Geral de uma entidade indígena de Roraima, Cunpir.

É importante haja o debate claro com todos, sem deixarmos que algumas instituições tomem não só o lugar dos índios, mas também do Poder Público.

Vimos exemplos de vários escândalos de ONGs que trabalham com o setor indígena, na saúde indígena. A Funasa verificou recentemente enormes desvios de recursos, algo que a CPI das ONGs do Senado Federal, que tive a honra de presidir, já tinha indicado.

Estamos, portanto, caminhando. Uma batalha atrás da outra, caminhando, realmente, para colocar essas questões fundamentais para o Brasil nos trilhos. Que isso possa, portanto, resultar num amanhã melhor para todos, mas principalmente para o Brasil. Que o Brasil tenha o domínio sobre matérias importantíssimas, como a questão de fronteira, de terras indígenas em faixa de fronteira, como a mineração, por exemplo. Observei claramente que o Brasil está sendo roubado numa riqueza, apenas citando os diamantes, mas, com certeza, em muitas outras, enquanto milhões de brasileiros estão desempregados e passando fome.

Ao encerrar esta reunião, agradeço ao presidente da assembléia, aqui representado pelo Deputado Nereu Klosinski, aos funcionários da assembléia, aqui presentes em um sábado, ajudando-nos nesse importante trabalho. Agradecemos à assessoria do Senado Federal, que também está conosco aqui, e a todos os que aqui compareceram para participar deste debate.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF

"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO DO SUL, RONDÔNIA, MATO-GROSSSO, MARANHÃO, RIO GRANDE DO SUL E PARÁ INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS E APRESENTAR AO SENADO RELATÓRIO MINUCIOSO DE SUA MISSÃO".

Ata da 14ª Reunião realizada em 22 de junho de 2004.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dezoito horas e quatorze minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com a presença do Senador Delcidio Amaral, membro, reúne-se a Comissão Especial Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003-SF **"com a finalidade de irem a Roraima, Santa Catarina, Mato-Grosso do Sul, Rondônia, Mato-Grosso, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados e apresentar ao Senado relatório minucioso de sua missão".** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente informa que a Comissão recebeu Ofício do Senhor João Veríssimo de Souza – Gerente Executivo Substituto do Ibama de Rondônia, justificando a ausência do Gerente Executivo, Sr. Osvaldo Luiz Pittaluga e Silva, que não compareceu à Audiência Pública realizada em Porto Velho, na Assembléia Legislativa do Estado. O Senhor Presidente faz um breve relato a respeito da visita da Comissão ao Estado de Rondônia nos dias 18 e 19 de junho do ano em curso, visitando não somente o Município de Espigão D'Oeste, que é vizinho à Reserva Cinta-Larga, como também a própria Reserva Indígena, na oportunidade, os membros da Comissão conversaram com os próprios índios. Já, no sábado, dia dezenove de junho, a Comissão ouviu diversas personalidades, entre as quais o Superintendente da Polícia Federal, a Promotora de Justiça do Município de Espigão D'Oeste que vivenciou todos os momentos anteriores e simultâneos àquele evento que culminou com a morte de 29 garimpeiros. A Presidência informa que a presente Reunião administrativa em caráter reservado, tem por finalidade avaliar os levantamos em relação ao Estado de Rondônia, uma vez que a Comissão aprovou os Relatórios Parciais dos Estados de Roraima e do Mato Grosso do Sul e o Relatório Parcial de Santa Catarina está sendo finalizado, para ser apresentado e votado nos próximos dias. O Presidente concede a palavra ao Relator da Comissão, Senador Delcídio Amaral, para as suas considerações, que refere-se a questão que aflige o Estado de Rondônia, principalmente no que concerne à feitura do Relatório Parcial daquele Estado, assim como, o Senador Delcídio lembra que esta Comissão solicitou aos Estados de Rondônia, Santa Catarina e à FUNAI, informações que seriam utilizadas para subsidiarem os Relatórios daqueles Estados, não sendo até o momento remetidos à Comissão. O Senhor Presidente suspende por alguns minutos a presente reunião e determina à Secretaria que tome

as providências para transformá-la em reservada. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Temporária Externa do Senado Federal destinada a averiguar questões de terras indígenas em diversos estados do País.

Inicialmente solicito aos Srs. Parlamentares presentes a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que já foi distribuída.

Havendo concordância, está aprovada a ata da reunião anterior.

Antes de abordar o tema da nossa reunião de hoje, registro o ofício recebido pela Secretaria da Comissão do Sr. João Veríssimo de Souza, Gerente Executivo Substituto do Ibama de Rondônia, justificando a ausência do Gerente Executivo, Sr. Osvaldo Luiz Pittaluga e Silva, que deixou de comparecer à audiência pública que esta Comissão realizou em Porto Velho, na Assembléia Legislativa do Estado. Portanto fica justificada, mesmo que posteriormente, a sua ausência. Oportunamente esta Comissão vai deliberar se o convida para completar as audiências necessárias para instruir o nosso relatório.

Registro ainda que estivemos em Rondônia nos dias 18 e 19, visitando não só o Município de Espigão D'Oeste, que é vizinho à Reserva Cinta-Larga, como também a própria reserva indígena, onde tivemos a oportunidade – os cinco Senadores – de conversar com os próprios índios e, portanto, ter um sentimento ao vivo da questão e do momento que eles estão vivendo.

Sábado tivemos a oportunidade de ouvir várias personalidades, entre as quais o Superintendente da Polícia Federal, a Promotora de Justiça do Município de Espigão D'Oeste que vivenciou todos os momentos anteriores e simultâneos àquele evento que culminou com a morte de 29 garimpeiros. Portanto a Comissão praticamente já dispõe dos elementos necessários para concluir o seu relatório.

Hoje faremos uma reunião administrativa, justamente para avaliar tudo o que levantamos em relação ao Estado de Rondônia, uma vez que já aprovamos o relatório dos Estados de Roraima e do Mato Grosso do Sul e o relatório de Santa Catarina está sendo finalizado, para que possamos aprová-lo nos próximos dias.

Indago ao Relator se, antes de passarmos à parte reservada da reunião, teria alguma consideração a fazer.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Senador Mozarildo, a visita a Rondônia, como V. Exª comentou, foi de vital importância para o trabalho desenvolvido pela Comissão Externa do Senado, mas agora, até em função do que foi verificado, do que pudemos testemunhar, precisamos efetivamente fazer uma reunião interna, contando não só com os Senadores da Comissão, mas com a Assessoria do Senado, exatamente para saber como encaminharemos essa questão de Rondônia daqui para a frente, porque exige outras providências.

Ao mesmo tempo, deveremos discutir um pouco o encaminhamento referente não só aos outros estados, pois de Santa Catarina não recebemos ainda todos os dados. Inclusive conversaremos com Valdir Collato, exatamente com a intenção de receber todos os subsídios, de tal maneira que seja possível reunir as condições para aprovar esse relatório na Comissão.

Existem também problemas nessa troca de informações com a Funai, pois elas não estão chegando à nossa Assessoria, como no caso específico de Mato Grosso do Sul ou mesmo de Roraima. O ideal seria apresentar um requerimento à Mesa do Senado devido às conseqüências que a ausência de resposta a esse requerimento trará para todo o processo e os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela Comissão Externa do Senado.

No mais, necessitamos de uma reunião mais fechada para ajustar a estratégia daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, a partir deste momento, solicito tanto à Rádio Senado quanto à TV Senado a interrupção de suas transmissões, porque realizaremos uma reunião reservada para traçar a estratégia e os passos que deveremos seguir daqui para a frente.

(A reunião torna-se secreta às 18h21min)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº **529**, DE 2003-SF **"COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO DO SUL, RONDÔNIA, MATO-GROSSSO, MARANHÃO, RIO GRANDE DO SUL E PARÁ INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS E APRESENTAR AO SENADO RELATÓRIO MINUCIOSO DE SUA MISSÃO".**

Ata da 15ª Reunião realizada em 30 de junho de 2004.

Aos trinta e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas e vinte minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Pre-

sidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com a presença do Senador Delcidio Amaral e Valdir Raupp, membro, reúne-se a Comissão Especial Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003-SF **"com a finalidade de irem a Roraima, Santa Catarina, Mato-Grosso do Sul, Rondônia, Mato-Grosso, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados e apresentar ao Senado relatório minucioso de sua missão".** Presente também, o Senador Augusto Botelho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Senhor Presidente registra a presença dos expositores, convidados pela Comissão, Senhores: Dr. Marco Aurélio Moura, Superintendente da Polícia Federal de Rondônia, Drª Conceição Baena, Procuradora do Ministério Público Estadual do Estado de Rondônia; Dr. Osvaldo Pitaluga, gerente do Ibama naquele Estado e o Dr. Sílvio Roberto Amorim Júnior, Procurador-Chefe do Ministério Público Federal do Estado de Rondônia. O Presidente informa ao Plenário que esta Comissão recebeu Ofícios dos Senhores: Dr. Roberto Aurélio Lustosa, Presidente da Funai Substituto, justificando a ausência do Sr. Walter Bloss; do Dr. Paulo Roberto Oliveira de Moraes, Secretário de Estado de Segurança Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia, justificando a sua ausência na presente reunião; da Drª Maria do Socorro Santos Nunes Tinoco, Delegada de Polícia Federal, apresentando o Delegado de Polícia Marcos Aurélio Pereira de Moura, Superintendente Regional da DPF no Estado de Rondônia que, nesta data, prestará os esclarecimentos necessários a esta Comissão. O Presidente convida o Senador Valdir Raupp para funcionar como Relator "ad hoc", e concede a palavra pela ordem, inicialmente ao Dr. Marco Aurélio Moura, após, ao Dr. Oswaldo Pitaluga, em seguida ao Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior e finalmente a Dra. Conceição Baena, para as formularem as suas considerações. Após a exposição dos convidados, o Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senador Valdir Raupp que questiona o Dr. Oswaldo Pitaluga e o Dr. Marco Aurélio Moura. Ato contínuo, o Senador Mozarildo Cavalcanti concede a palavra aos convidados, Dr. Oswaldo e Dr. Marco Aurélio para responderem aos questionamentos do Relator. Fizeram uso da palavra para questionarem os convidados, os Senadores: Delcídio Amaral, Paulo Elifas e Augusto Botelho. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 15ª reunião da Comissão que trata de questões agrárias.

Quero registrar a presença do Dr. Marco Aurélio Moura, Superintendente da Polícia Federal de Rondônia, Sr. Walter Bloss, coordenador da Funai em Rondônia; Dr. Paulo Roberto Moraes, Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia; Drª Conceição Baena, Procuradora do Ministério Público Estadual do Estado de Rondônia; Dr. Osvaldo Pitaluga, gerente do Ibama naquele Estado e o Dr. Sílvio Roberto Amorim Júnior, Procurador-Chefe do Ministério Público Federal do Estado de Rondônia.

Quero ler correspondência que esta Comissão recebeu dos convidados, do Sr. Roberto Aurélio Lustosa, Presidente da Funai Substituto, nos seguintes termos:

Sr. Presidente, ao tempo em que o cumprimento, refiro-me ao ofício nº 261, de 2004, dessa procedência, para informar a V. Exª que o Servidor Walter Bloss, assistente técnico da Presidência da Funai, encontra-se, no período compreendido entre 21 de junho a 26 de julho, de férias regulamentares relativas ao exercício de 2003 e 2004, estando no momento fora de Brasília e sem nenhuma comunicação com este gabinete

Do Dr. Paulo Roberto Oliveira de Moraes, Secretário de Estado de Segurança Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia:

Sr. Senador, com os nossos cordiais cumprimentos, em atenção ao Ofício nº 254, de 2004, da Comissão Externa das Terras Indígenas, datado de 24 de junho do corrente ano, referente a convite para esta secretaria prestar esclarecimento no Senado Federal no dia 30 de junho, às 17 horas, informamos a V. Exª que por ser este titular deputado estadual e presidente do Partido Liberal nesta Capital e ainda que a convenção partidária está marcada para o mesmo dia, torna-se impossibilitado o comparecimento deste secretário na audiência supramencionada.

Finalmente, o ofício da Drª Maria do Socorro Santos Nunes Tinoco, Delegada de Polícia Federal, nos seguintes termos:

Sr. Presidente, em atenção ao Ofício nº 251, de 2004, da Comissão Externa das Terras Indígenas, de 24 de junho de 2004, incumbiu-me o Sr. Diretor-Geral de apresentar a V. Exª o Delegado de Polícia Marcos Aurélio Pereira de Moura, Superintendente Regional da DPF no Estado de Rondônia que, nesta data, prestará os esclarecimentos necessários a esta Comissão.

Então, conforme vemos, novamente estamos tendo dificuldade de ouvir o Dr. Walter Bloss, que se-

ria importante ser ouvido novamente, já que após a oportunidade que tivemos de ouvi-lo, em caráter reservado, tivemos várias informações, depoimentos e documentos que contradizem as declarações do Dr. Walter Bloss.

Quero convidar o Senador Valdir Raupp, enquanto não chega o nosso Relator titular, funcionar como Relator **ad hoc** para que possamos começar os nossos trabalhos.

Convido o Dr. Marco Aurélio Moura, Superintendente da Polícia Federal, para ocupar uma das cadeiras à minha esquerda. A Drª Conceição Baena também numa cadeira da minha esquerda. O Dr. Osvaldo Pitaluga e o Dr. Sílvio Roberto Amorim.

Por economia processual, até porque sei que alguns dos depoentes vão voltar ainda hoje para Rondônia, vamos conceder a cada um 10 minutos para sua exposição. Depois disso, passaremos a palavra para os Senadores membros da Comissão e aqueles que aqui estiverem, mesmo não sendo membros e, ao final, ao Relator. Portanto, teremos oportunidade de esclarecer os pontos que consideramos relevantes depois de nossa ida ao Estado de Rondônia

Quero inicialmente conceder a palavra ao Dr. Marco Aurélio Moura, Superintendente da Polícia Federal de Rondônia.

V. Sª dispõe de dez minutos.

O SR. MARCO AURÉLIO MOURA – Exmo. Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão, em nome de quem peço licença para cumprimentar os demais integrantes da mesma Comissão; Srs. Parlamentares, prezados companheiros do Estado de Rondônia;

Não tenho muito a acrescentar em relação ao que disse por ocasião da ida da Comissão ao Estado de Rondônia, no dia 18 de junho. Como disse, naquela ocasião, a Polícia Federal acompanhou essa questão do garimpo ilegal de diamantes na terra indígena Roosevelt, desde o seu nascedouro. Isso pelos anos de 1999/2000. Nós participamos efetivamente em operações conjuntas com a Funai, em uma determinada ocasião com o Ibama, com a Polícia Militar Ambiental, com o DNPM e com outros órgãos, que não me recordo no momento.

O objetivo principal dessas operações consistiu na retirada dos garimpeiros que estavam trabalhando no local. Podemos observar que, em determinados momentos, havia até uma espécie de incentivo das lideranças indígenas para que os garimpeiros ingressassem na terra indígena Roosevelt. Isso naturalmente mediante pagamento de uma determinada quantia para ingresso do maquinário no local e também uma participação, uma porcentagem do que era extraído por cada máquina. Podemos verificar também que, tão logo as lideranças indígenas perdiam controle da situação, elas acionavam a Funai inicialmente que, por sua vez, acionava a Polícia Federal, para que providenciasse a extrusão daqueles garimpeiros. Isso foi feito efetivamente em três ou quatro ocasiões, mas podemos verificar que esse tipo de trabalho não estava surtindo efeito desejado. E tivemos também sérias dificuldades com as lideranças indígenas porque havia uma certa hostilidade com o nosso pessoal tão logo os garimpeiros eram retirados do local, porque os índios imaginavam que o maquinário que porventura permanecesse na terra indígena deveria ser rateado entre eles. E naturalmente não podíamos permitir esse tipo de conduta. E isso foi causando um certo mal estar envolvendo as lideranças indígenas e a Polícia Federal. Chegamos a um determinado momento em que mantivemos por alguns meses uma barraca, feita de lona preta, em um dos pontos do garimpo. Tão logo as lideranças indígenas necessitaram de recursos financeiros para saldar as suas dívidas, contraídas junto ao comércio local, principalmente na região do Espigão d'Oeste, Pimenta Bueno e Cacoal, começaram a hostilizar os nossos policiais. Chegou-se a ponto de, em uma determinada ocasião, uma liderança indígena junto aos seus guerreiros expulsarem os policiais federais do local. Para que não houvesse conflito, os nossos policiais se retiraram e tiveram a minha ratificação, porque, em momento algum, era interesse da Polícia Federal, como não é ainda, qualquer tipo de conflito com índios ou garimpeiros, principalmente com relação aos índios.

A par dessa situação, acertamos com a Funai que, a partir de então e até que a situação se normalizasse, que os índios aceitassem de forma passiva e pacífica a presença da Polícia Federal no interior da reserva, o trabalho naquele local seria feito exclusivamente pela Funai. E a Polícia Federal, então, deu um novo direcionamento ao seu trabalho. Iniciamos as investigações pertinentes à área de inteligência policial. E ficou por conta da Funai o controle do garimpo na terra indígena. Durante um determinado período, a atividade garimpeira ficou suspensa. Tivemos oportunidade de participar de várias reuniões realizadas aqui em Brasília, inclusive, numa ocasião, até no Gabinete de Segurança Institucional, e também no Estado de Rondônia, em que os índios queriam que o Governo Federal tomasse providências para regularizar o garimpo. Eles imaginavam que a regularização do garimpo seria a permissão para que apenas eles garimpassem. De igual forma, havia uma pressão dos garimpeiros, que também pretendiam a regularização do garimpo e também entendiam que a regularização seria a permissão para que todos garimpassem: tanto

índios quanto não-índios. Essas decisões demandam um estudo muito aprofundado de forma que os índios não estavam dispostos a aguardar por muito tempo.

Tão logo eles ficaram sabendo que a decisão não ia sair em curto espaço de tempo, novamente começaram a garimpar. Com o passar do tempo, eles adquiriram certo conhecimento que puderam empregar no manuseio das máquinas. Durante um determinado tempo, o garimpo ficou sendo feito quase que exclusivamente pelos índios – extração de diamantes –, com a participação de poucos brancos. Eles alegavam para a Funai que eram apenas operadores das máquinas.

A situação foi se agravando e, lamentavelmente, chegou ao ponto desse massacre que houve, porque eles alegavam para a Funai, principalmente, que não queriam a presença de garimpeiros rodados na reserva indígena. Garimpeiros rodados são aqueles que ingressavam clandestinamente na reserva indígena e faziam a garimpagem manual. Paralelo a esse trabalho, havia a extração por máquinas realizada pelos índios, como disse há pouco.

Tomei conhecimento desse conflito que houve lá por intermédio do Sr. Governador do Estado de Rondônia, que me ligou no dia, por volta das 13h, comunicando-me que havia chegado ao seu conhecimento um massacre ocorrido no garimpo. Tão logo desliguei o telefone, mantive contato direto com o Sr. Walter Bloss, que era o coordenador da força-tarefa da Funai no local, a quem relatei o que o Governador havia me dito. Ele me disse, naquela ocasião, que manteria contato, por meio de radiofonia, com a reserva indígena e me daria uma resposta logo em seguida. Isso, efetivamente, foi feito. Após alguns minutos, não chegou nem a questão de horas, ele me disse que manteve contato com o posto indígena da Funai e que a situação, no interior da reserva, até aquele momento, era de normalidade, mas, em função da gravidade dos fatos que foram relatados pelo Sr. Governador do Estado, ele foi até à reserva indígena, naquele mesmo dia, com a intenção de conversar com as lideranças indígenas. Ficou acertado que manteria contato comigo, no meu celular, de dentro da reserva, utilizando um globalstar. Isso também aconteceu. Ele me relatou, salvo engano, na noite daquele mesmo dia ou na manhã do dia seguinte – infelizmente, não me recordo ao certo –, que as lideranças indígenas também alegaram que não tinham conhecimento dos fatos, mas que algo de estranho estava acontecendo na reserva e que precisaria de mais algum tempo para poder conversar com as lideranças no sentido de convencê-las a falar realmente o que teria ocorrido. O tempo foi passando, aquela situação de enorme tensão na região, até que, depois de uns dois ou três dias, ele manteve contato comigo novamente dizendo que, realmente, teria ocorrido um conflito em um determinado ponto e que ele iria se deslocar para lá com alguns guerreiros porque seria um garimpo novo e nem a Funai teria conhecimento do ponto exato desse novo foco de garimpo. Ele foi ao local e, logo depois, manteve contato comigo, quando providenciamos a remoção dos três corpos. Ele também me disse, naquela ocasião, que achava que a notícia que estava sendo veiculada teria fundamento, mas que necessitava conversar com as lideranças indígenas para que elas apontassem outros pontos em que poderia ter havido outros conflitos. Paralelo a isso, a situação na cidade de Espigão d'Oeste foi ficando bastante tensa e os familiares dos garimpeiros ansiosos por notícias dos seus parentes, porque a notícia se espalhou muito rápido. Chegou-se ao ponto de um índio ser mantido refém, em praça pública. Creio que todos puderam observar aquela situação pela imprensa.

Segundo o Walter Bloss, essa atitude dos garimpeiros teria prejudicado as conversas que a Funai estava mantendo com as Lideranças indígenas e ele achava que teria condições de convencê-los a dizer onde poderiam ter ocorrido outros conflitos.

A situação foi se agravando com essa confusão toda. E, depois de alguns dias, ele manteve um novo contato telefônico comigo, dizendo que havia realmente outros corpos – pelo que os índios me relataram naquela ocasião –, mas que precisaria de mais algum tempo para convencê-los a indicar o ponto exato onde esses corpos estavam. E, tão logo, ele obtivesse alguma informação, ele me manteria informado. Então, ele manteve contato comigo, depois de alguns dias, dizendo que se deslocaria – ele e mais alguns servidores da Funai –, na companhia de alguns índios, até o ponto onde esses corpos poderiam estar.

Depois ele também manteve contato comigo durante algum tempo, novamente, dizendo que teria localizado esses pontos; esse ponto, melhor dizendo, e me adiantou, naquela ocasião, que era um local de difícil acesso e que o resgate dificilmente seria possível por outros meios que não por via aérea, especialmente por helicóptero.

Era uma mata fechada. Nós tivemos de abrir uma clareira, para que uma aeronave nossa, menor, pudesse pousar. Era bem pequena a aeronave, com capacidade apenas para três passageiros. E, logo em seguida, começamos a operar com aeronave maior, para a retirada desses corpos. O Walter Bloss também me relatou que os índios não queriam nem que a polícia federal sobrevoasse a aldeia. Nas palavras dele, disse-me que poderia haver até a possibilidade de uma aeronave ser abatida. Então, a situação já

estava muito tensa. Nós tivemos de ter muito cuidado em relação a isso. Também o Walter Bloss me relatou que os índios não queriam a presença de garimpeiros na reserva indígena.

Paralelo a essa situação, os garimpeiros também criaram uma certa dificuldade em relação ao nosso trabalho, porque queriam participar efetivamente das buscas. Isso, de pronto, não autorizamos, porque o nosso objetivo, desde o momento em que tomamos conhecimento do fato, era evitar mais mortes. E acertamos com a Funai que iríamos fazer o resgate desses corpos, desde que a Funai nos acompanhasse e administrasse a questão interna em relação aos índios, porque, em momento algum, iríamos para o local retirar esses corpos, havendo risco iminente de conflito com os índios.Isso demorou alguns dias, em função dessa situação toda.

No dia 19 de abril, pudemos fazer o resgate dos outros 26 corpos. Então, tivemos de operar nesse dia com três aeronaves, três helicópteros, mais um avião, e ainda tivemos de transportar esses corpos até Porto Velho, onde está sediado o IML, em um caminhão-baú.

Em síntese, foi o que aconteceu com relação a esse conflito que houve na terra indígena Roosevelt.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Bom, então, agora, eu gostaria de ouvir o Dr. Osvaldo Pitaluga, que é o gerente do Ibama, no Estado de Rondônia.

O SR. OSVALDO PITALUGA – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta Comissão; Senador Valdir Raupp; demais Parlamentares aqui presentes. Na realidade, a nossa participação com relação ao conflito, creio que vamos acrescentar muito pouco. Estivemos basicamente, naquela região, no ano de 2003. Quando assumimos o Ibama, em Rondônia, houve duas participações diretas com relação a terra indígena Roosevelt.

O primeiro momento foi no ano de 2003 – se não me engano, setembro ou novembro, final do ano –, quando estávamos num encontro sobre piscicultura. O governador de uma cidade vizinha, chamada Pimenta Bueno, me convidou – quase que me convocou – para ir a Espigão, porque a cidade estaria parada – todo o comércio e madeireiras – por conta de uma ação do Ibama – o Ibama interveio na região e apreendeu alguns caminhões que estavam roubando madeira da terra indígena.

Nós fomos até Espigão e, de fato, havia uma manifestação muito grande na comunidade – em torno de três mil pessoas na praça. Naquele momento, o grande culpado por aquilo que estava acontecendo era o Ibama, ou seja, o Ibama, agindo em cumprimento de seu papel institucional, que é justamente proteger as unidades de conservação das terras indígenas quando há agressão ambiental, era considerado culpado. Os papéis estavam invertidos. Nós fomos lá e deixamos muito claro o trabalho que estava sendo feito em conjunto com o Ibama e a Polícia Federal – foi feita a apreensão das madeiras das madeireiras que estavam agindo de forma irregular.

De qualquer forma, já se percebia naquele momento uma certa insatisfação com os órgãos que estavam trazendo a ordem para a região. Isto é uma coisa muito triste: a gente identifica ainda que, infelizmente, algumas pessoas se preocupam em manter a desordem. Isso é muito ruim para o nosso Estado. Temos tido dificuldades muito grandes e, em alguns momentos, nos parece que quem está errado é quem cumpre a lei. Isso é uma coisa que temos que corrigir e estamos numa parceria muito boa com a Polícia Federal e com a Polícia Ambiental – com a Funai temos trabalhado seguidamente também.

A terra indígena também – é bom que se diga –, no Uruewauwáu, que é uma área de mais de um milhão de hectares, seguidamente há pressão para invasão de suas terras. Inclusive e infelizmente, um funcionário nosso do Ibama, que estava afastado para tratamento de saúde, estava invadindo terra indígena – ele e a sua mulher. Ele já foi demitido, os dois já responderam processo criminal e já foram, inclusive, condenados pela Justiça.

Então, vejam o enraizamento que há, a pressão sobre as terras indígenas no Estado de Rondônia: pelo minério, pela madeira ou mesmo pela descaracterização das terras indígenas para que se façam ocupações de não-índios e uma possível anexação e diminuição das terras.

Num segundo momento, a relação que tivemos direta e especificamente com relação ao conflito que houve entre índios e garimpeiros: num final de semana eu estava numa festa, quando me ligaram de Espigão – uma companheira nossa do Partido dos Trabalhadores – relatando que um índio teria sido amarrado numa praça. De imediato, liguei para o Dr. Moura – era um domingo – , solicitando que a Polícia Federal fizesse as intervenções necessárias. Naquele momento, o Dr. Moura já me comunicou que já estaria se deslocando um helicóptero para assegurar a salvaguarda do índio que estava amarrado na praça. Inclusive, a PM – se não me engano, vinte policiais – ficou numa situação muito ruim, já que a população queria linchar o índio.

Acho que é interessante para a comissão saber que existe um conflito por terras em Rondônia que não é só relativo a terras indígenas. O Estado de Rondônia é o único do País que tem um zoneamento sócio-eco-

nômico-ecológico aprovado e que já definiu a ocupação de seu território. Hoje, as terras indígenas do Estado representam 17% de todo o território; temos a Zona 1, que é a zona de produção agrícola – em torno de 42 a 45%, porque alguns ajustes estão sendo feitos ainda. O Estado já está com o seu estoque de terra passível de ser ocupado para expansão agrícola basicamente em seu limite. Com isso, começa a haver uma pressão muito grande sobre áreas que são chamadas Zona 2 – são áreas para manejo – e uma pressão sobre as áreas de conservação em terra indígena, a demanda por terra é muito grande em Rondônia. Cada vez mais, se acentua esse conflito.

Temos tido um trabalho muito grande – tanto o Estado com o Governo Federal – para ordenar essa ocupação do solo. Outros conflitos são iminentes, como é o caso da região de União Bandeirantes, onde já há uma comissão que trabalha há muito tempo para dirimir essas ações de ocupação ilegal.

Quem faz essas ocupações são justamente aquelas pessoas que não são público da reforma agrária, público do Incra: são funcionários públicos, comerciantes, em alguns casos madeireiros e, em outros, agricultores que já tiveram terra, venderam-na e, como não podem entrar na fila do Incra, não podem se cadastrar, acabam indo para esses movimentos clandestinos, invadindo essas terras e trazendo toda essa desordem. Inclusive, em Bandeirante, tivemos a castração de um senhor em praça pública. Houve um julgamento e a castração em praça pública, em um total desrespeito à legislação.

Assim, por um lado, o zoneamento é ótimo porque regulamenta, disponibiliza e aponta para que a área vai ser destinada, conforme a sua aptidão, mas, de outro lado, diminui o estoque de terras da Região Norte. Esse é o problema que temos que enfrentar. E, obviamente, temos que ter a participação do Governo estadual e do Federal, para que possamos fazer com que as ações de desenvolvimento do Estado venham em consonância com a questão ambiental.

E fiz questão de colocar no jornal uma coisa – e alguns me falaram que eu havia sido irresponsável por ter colocado isso – porque nós, que somos gestores públicos, temos que ter a responsabilidade de apontar. Eu contei a um jornal diário da Amazônia, há um mês e meio, que o crime organizado se instalou, na floresta, em Rondônia. E isso é fato porque antigamente quando nós corríamos atrás de delitos ambientais encontrávamos o agricultor que, às vezes, matava um animal para comer ou derrubava uma árvore para fazer uma casa, uma ponte ou até para vender, mas eram pessoas que tinham uma motosserra ou uma foice na mão.

Hoje, em Rondônia, quem pratica os crimes ambientais são pessoas com pistolas automáticas, armas de grosso calibre, enfim, quadrilhas extremamente organizadas. Então, há uma determinação minha no sentido de que nosso funcionário do Ibama não vai mais para a floresta sem o aparato policial. Até porque, no início do ano, quando assumimos o Ibama, tivemos um funcionário – funcionário da Secretaria do Meio Ambiente do Estado – e um engenheiro autônomo que foram pegos como reféns quando estavam vistoriando um plano de manejo. E teve haver uma ação muito enérgica da polícia do Estado para resgatar os nossos funcionários.

Com tudo isso, pode-se constatar a organização que existe dentro da floresta. Assim, se não houver uma ação enérgica e se não assumirmos que isso está acontecendo no Estado de Rondônia – acredito que em outros Estados da Amazônia também – vamos pagar muito caro pelo fato de não termos um planejamento estratégico de combate esse novo modo operante de crime ambiental. E para nós e para algumas regiões, fica muito claro – acredito que o serviço de inteligência da polícia esteja trabalhando nisso – que há outros interesses que não só o roubo da madeira ou a questão do minério.

Fica evidente que alguns setores da economia implantam empreendimentos no valor de dois ou três milhões em áreas invadidas. E o questionamento que fazemos é o seguinte: que empresário é esse que coloca dois ou três milhões, que não é pouco dinheiro, em uma área invadida? Isso nos leva a pensar que esse empreendimento pode estar servindo para lavagem de dinheiro.

Então, todas essas preocupações têm-nos levado a fazer essas observações porque é interessante que trabalhemos com todas as possibilidades, visto que estamos em uma zona de fronteira que, na maioria das vezes, é desassistida pelo poder.

E tenho levantado uma tese – não chega a ser uma tese, mas uma bandeira – porque me preocupo, já que estou há 14 anos no Estado de Rondônia e sempre trabalhando na área ambiental – sou do quadro do Estado, e hoje estou no Ibama. Acredito que o Exército pode cumprir um novo papel na Amazônia, qual seja, o de estar junto das unidades de conservação tanto estaduais quanto federais, poderia ajudar. E isso não deveria ser algo esporádico, mas sim uma missão do Exército. Sei que isso não é uma missão constitucional, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, mas essa possibilidade poderia ser discutida com as comunidades da Amazônia. Temos um exemplo no Acre, onde existe uma parceria. O Exército já está em uma terra que é região de fronteira e atua em parceria com o Ibama. E quando o Exército colocou um pelo-

tão dentro da unidade de conservação, diminuíram as áreas de conflito.

Portanto, isso é algo que poderia ser pensado para, de repente, construirmos uma nova missão para o Exército brasileiro na Região Amazônica, principalmente porque nós, dos órgãos ambientais, além de termos um orçamento muito reduzido, ainda enfrentamos o problema de que poucas pessoas querem trabalhar nas zonas de fronteira. Inclusive, do último concurso do Ibama, vários já estão pedindo remoção porque não querem mais trabalhar naquelas regiões, todos querem vir para o centro-sul. Então, sofremos do problema da falta de pessoal técnico, da falta de apoio e da falta de segurança.

Esse é o relato que gostaria de fazer, colocando-me à disposição e pedindo desculpas por não ter podido participar da outra reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido o Dr. Sílvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Rondônia para sua exposição.

O SR. SÍLVIO ROBERTO AMORIM JÚNIOR – Sr. Presidente desta Comissão Temporária Externa, Senador Mozarildo Cavalcanti, na pessoa de quem cumprimento todos os demais membros, colegas que compõem a Mesa, autoridades presentes, venho com o espírito de contribuir em homenagem, principalmente, à longa história de cooperação que existe entre o Senado e o Ministério Público Federal, pois pretendo cumprir e manter esse elo.

Inicialmente, falarei a respeito da atuação do Ministério Público Federal desde quando o garimpo foi descoberto e houve o primeiro, vamos dizer, *boom*, para entrada e para mineração. Naquele momento, a Procuradoria da República em Rondônia, como – acredito eu – todos os órgãos da esfera federal, não se encontrava preparada para trabalhar e tentar conter e debelar essa situação.

De 2000 a 2002, o nosso trabalho foi prejudicado pela ausência de um direcionamento, de um norte a seguir.

Em março de 2002, o Dr. Geraldo Brindeiro, ex-Procurador-Geral da República, criou uma força-tarefa dentro do Ministério Público Federal, visando exatamente lidar com as terras indígenas da reserva Rooselvelt. Dessa força-tarefa faziam parte colegas do Mato Grosso, de Brasília, de Rondônia, e a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, que é a câmara que trata dos interesses indígenas.

Essa força-tarefa atuou entre março de 2002 a julho ou agosto de 2003, quando o Dr. Cláudio Lemos Fonteles a extinguiu. A partir de então, dentro da Procuradoria da República de Rondônia, onde trabalhava o colega Francisco Marinho, único integrante da força-tarefa no Estado, todos os procuradores lotados em Rondônia passaram a trabalhar nessa situação. Então, a partir de meados de 2003 a Procuradoria da República inteira pôde trabalhar, e é o que vem acontecendo até o presente momento. Há todo o apoio da Procuradoria Geral e um intercâmbio direto com os colegas da Procuradoria de Mato Grosso, pois a reserva indígena Rooselvelt abrange esse Estado. Todos os quatro Procuradores da República lotados em Rondônia têm um pensamento único direcionado à questão da terra indígena Rooselvelt.

Entre o início do garimpo até a presente data – pedi para fazer um levantamento na Procuradoria –, temos um número aproximado de 600 feitos criminais ajuizados na Justiça Federal, entre denúncias ajuizadas, feitos que foram ao juizado especial criminal federal, restituições, liberdades provisórias. Todos esses feitos criminais são em número de 600 e as denúncias são mais ou menos 100. Não estou contando os feitos que caíram para o juizado e que não houve denúncia, mas a transação penal.

Sob o ponto de vista eminentemente criminal, esse é o quadro que posso demonstrar de uma maneira mais geral. A par disso, há uma representação conduzida pelo colega Reginaldo Pereira da Trindade, lotado em Rondônia, que representa a 6ª Câmara em Rondônia, que é a câmara indígena. Eu represento a 2ª Câmara, que é a criminal. Como mencionei, trabalhamos todos em conjunto, tanto na Procuradoria quanto na Procuradoria Geral da República. A orientação do Dr. Fonteles é que as câmaras criminal e indígena trabalhem em conjunto e, por sua vez, os colegas que atuam em Rondônia também trabalhem em conjunto. Então, o Dr. Reginaldo instaurou uma representação, um procedimento administrativo no âmbito da Procuradoria, onde reuniu todas as outras representações que orbitavam sobre esse assunto e fez um único processo. Esse processo não tem o viés criminal, mas procura analisar a questão indígena sob o ponto de vista da defesa dos interesses dos indígenas, especificamente. Não tanto, como mencionei, a parte criminal, de organizações criminosas, mas a maneira de procurar solucionar, de tentar resolver para que os índios cinta-larga não tenham a sua etnia extinta, ou como aconteceu na década de 60, exterminada, época em que foram exterminadas tribos e aldeias.

Aqui tenho que mencionar, com relação à etnia cinta-larga, no final da década de 60 houve um conflito que ficou conhecido como Conflito do Paralelo 11, em que os índios foram mortos por madeireiros que começaram a entrar na terra deles, ainda naquele mo-

mento não demarcada, mas tradicionalmente ocupada por eles. E essa pressão madeireira inicial fez com que a população dos cinta-largas fosse reduzida em pelo menos 70% o seu número original, de 1960 para cá.

Essa pressão madeireira perdurou até meados da década de 90, quando houve a descoberta dessa jazida de diamantes. Então, a pressão madeireira acabou cedendo lugar a essa pressão pela mineração, apesar de que, como o Dr. Pitaluga acabou de mencionar, esse furto de madeira de dentro da terra deles continuou ocorrendo, em menor escala, até porque as madeiras nobres praticamente, do local onde se costumava retirar, terminaram.

Retornando, o Dr. Reginaldo tem esse procedimento, procurando analisar esse aspecto de defesa, e aí vamos mencionar a questão da educação e da saúde indígena.

Desde o ano de 2000 até a presente data, nós procuramos centrar o nosso trabalho, e aqui tenho que mencionar um trabalho conjunto com a Polícia Federal. O Ministério Público em Rondônia apóia a Polícia Federal, sempre apoiou, e as atuações que ocorreram tinham a ciência e a aquiescência do Ministério Público Federal. Então, procuramos centrar a nossa linha de atuação buscando debelar as organizações criminosas que foram nascendo em função da mineração. Pelo menos três organizações criminosas foram debeladas, principalmente de 2003 para cá. Os processos ainda tramitam e as investigações buscando debelar outras organizações continuam. É bom que se diga que, dentro das denúncias formuladas o Ministério Público Federal denunciou, tanto indígenas quanto servidores da Funai, da própria Polícia Federal, da Polícia Civil, advogados, contadores, doleiros, financiadores de modo geral para o exterior, de maneira que procurasse abranger toda a cadeia que envolvia da extração à venda desse diamante, identificando quem se responsabilizava pela venda desse diamante para o exterior ou internamente.

Na semana passada, foram presos dois delegados da Polícia Federal em Ribeirão Preto, a partir da operação Lince dos colegas de Ribeirão Preto. Foi-me informado pelos colegas de Ribeirão Preto – ainda não tive acesso aos documentos, é bom mencionar isso – que pelo menos um deles tinha ligação com a questão do crime organizado também envolvendo a mineração da terra indígena. Vamos analisar esses documentos e vamos, se for o caso, tomar as medidas no âmbito criminal que forem cabíveis, buscando fechar a questão das quadrilhas.

A respeito dessa conduta, dessa atitude nossa de denunciar – não mencionei os garimpeiros, mas também os garimpeiros –, a linha de atuação do Ministério Público é a mais isenta e imparcial possível, procurando sempre, independentemente da origem, da esfera estadual ou federal, de se tratar de índios ou garimpeiros, denunciá-los. Quando houve caso de denúncias, não titubeamos em denunciar tanto índios como garimpeiros.

Muitas vezes a questão da denúncia para os índios torna-se um pouco mais complicada, porque temos que analisar precipuamente também a questão da integração dos indígenas com a nossa cultura. É óbvio que as lideranças indígenas têm esse contato direto conosco, com os brancos – não no sentido preconceituoso. É óbvio que eles têm esse contato. Mas esse pensamento não pode ser passado para os demais indígenas que não têm tanto contato quanto as lideranças. Procuramos caso a caso verificar quem realmente pode ser imputável, quem pode receber a responsabilização criminal. Quanto aos caciques, de um modo geral, denunciamos todos eles. Com os guerreiros, situação é diferente.

Muitas vezes passa-se uma impressão de que a polícia ou o Ministério Público não vem agindo para condenar, para tentar condenar feitos criminais em torno dos índios, mas o fato é que temos que lidar com muito cuidado por isso e também porque o Ministério Público Federal tem uma atuação muitas vezes em dois aspectos. Se, de um lado, temos que debelar a questão do crime, de outro, temos que defender também, por uma missão constitucional que nos foi conferida, os interesses indígenas. Muitas vezes dissociar uma coisa da outra torna-se difícil no caso concreto. A nossa atuação procura, de um lado, perseguir as lideranças que efetivamente contribuem para essa mineração, mas, de outro, também verificar que existe toda uma comunidade, centenas de mulheres, crianças e índios não tão integrados que não têm a mesma consciência das lideranças. Então, procuramos seguir essa linha de atuação e também por isso o colega Reginaldo fez essa representação buscando acobertar esse lado também. Quanto à questão dos garimpeiros, eu gostaria de mencionar que a nossa linha de atuação, quando é o caso de juizado criminal encaminhar o sujeito para o juizado, quando é o caso de denúncia, denunciar todos, porque até uma mudança constitucional e, aí, a análise da possibilidade de uma mudança constitucional, o fato é que a garimpagem em terras indígenas é ilícita e, enquanto for, o Ministério Público Federal vai ter essa linha de atuação de denunciar os garimpeiros, quem fomenta e quem vai lá e pratica a mineração.

Com relação aos índios, estamos denunciando também como já mencionei, mas há uma controvérsia jurídica que também deve ser mencionada e talvez por isso eles tenham mencionado essa questão à Polícia

Federal, essa vontade de eles mesmos minerarem, porque o Estatuto do Índio acoberta um entendimento, uma linha de entendimento que prevê a lavra e a faiscação de minérios. Então, há também essa outra controvérsia jurídica de que talvez as lideranças tenham conhecimento, e que é passível de um entendimento contrário, apesar da garimpagem estar vedada na Constituição Federal, a questão da mineração não está desde que autorizada, os colegas Senadores têm esse conhecimento também, não preciso repetir, da mineração poder ser autorizada.

Também repisar o trabalho conjunto que temos com a Polícia Federal, acrescentar que, na semana em que esta Comissão se deslocou para Rondônia, o Ministério Público Federal estava presente na reserva indígena participando das oitivas que estão sendo conduzidas no inquérito policial para apurar a morte dos 29 garimpeiros, o Ministério Público Federal está atuando nisso, em conjunto com a Polícia Federal, com Procuradores, eu fui, o colega Reginaldo foi, o colega Heitor está hoje lá participando dessas oitivas e o quanto for necessário o Ministério Público participar, ele vai participar. Estamos tendo esse contato direto com relação a essas mortes dos 29 garimpeiros, e quero acrescentar que, em função de haver a notícia de que foram muitos os indígenas, se isto se confirmar, que participaram dessas mortes, a nossa linha de atuação no inquérito, isso já foi informado também aos delegados da Polícia Federal que atuam, vai se requerer também, além das oitivas, um laudo antropológico e isso vai demandar também, claro, mais tempo para o deslinde do inquérito, porque, se houve a participação de muitos índios, e isso vamos ter que verificar durante as investigações, vamos ter que verificar também, como mencionei, a real integração deles com a cultura da nossa sociedade. Se houve a participação de muitos guerreiros, o Ministério Público Federal quer saber qual é a integração deles conosco, para, num segundo momento, verificar se é o caso de denunciá-los ou de tomar outras medidas de investigação a esse respeito. Então, é certo que vamos, se a Polícia Federal não fizer esse laudo, requisitar a realização desse laudo antropológico para que se verifique realmente qual é a integração de cada um dos indígenas ou da grande maioria dos que foram mencionados pelos garimpeiros e, se confirmados por eles, verificar a integração deles com a cultura da nossa sociedade.

Queria também mencionar novamente a questão do crime organizado. E dizer que hoje, até este momento, encontra-se preso, na Superintendência da Polícia Federal, um doleiro que foi procurado, que foi preso também e condenado pelo governo americano. Ele é um dos que estão fazendo parte num dos processos conduzidos pelo Ministério Público Federal, agora, em que este oficia a uma das Varas da Polícia Federal, em Rondônia. Esse processo ainda não teve uma sentença e, obviamente, não houve trânsito em julgado, não houve condenação. Então, na realidade, as testemunhas de defesa estão sendo ouvidas. Então, por conta disso, eu posso me comprometer. Sugiro que esta Comissão envie um ofício à Justiça Federal de Rondônia, buscando saber as ações penais que tramitam sobre esses fatos, de modo geral, para ter um conhecimento mais amplo da atuação do Ministério Público Federal e da Justiça Federal, em Rondônia e, por via reflexa, também, da Polícia Federal.

Como não há ainda um término desse processo criminal, comprometo-me quando houver um deslinde disso, pelo menos na 1ª Instância, enviar uma comunicação aqui aos Senadores, a esta Comissão. Como se trata de réus presos, isso não vai demorar. Acredito que, no máximo quarenta dias, tenha uma sentença inicial, porque, obviamente, vai haver recurso.

Então, eu reforço aqui a atuação do Ministério Público Federal da maneira mais isenta e imparcial possível, buscando investigar, apoiar as investigações da Polícia Federal sobre esse caso. E se, de um lado, nós temos a obrigação de combater esses crimes que são praticados dentro da reserva indígena; de outro, também, nós não podemos esquecer a missão constitucional também de defender os interesses indígenas. Com essas duas linhas de atuação, que não são contraditórias, mas se complementam muitas vezes, que nós estamos atuando.

Coloco-me à disposição aqui também da Comissão para outros esclarecimentos, agora, se forem necessários. Agradeço a oportunidade que me foi dada, que foi dada ao Ministério Público Federal. Acrescento, finalmente, que de toda a atuação dos colegas do Ministério Público Federal, em Rondônia, o Procurador-Geral da República está ciente e também apóia. Agradeço a todos que me ouviram, e a oportunidade que foi conferida ao Ministério Público Federal. A Procuradoria da República, em Rondônia, está à disposição desta Comissão para futuros esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Convido agora a Drª Conceição Baena, Procuradora de Justiça do Ministério Público estadual de Rondônia, para a sua explanação.

A SRA. CONCEIÇÃO BAENA – Eu perdi a voz pela alergia à poeira do local lá de Rondônia. Mudei de comarca. Agora, estou em Colorado do Oeste. Então, não estou com a melhor voz.

Mas, neste momento, dirijo os meus cumprimentos na pessoa do Senador Mozarildo Cavalcanti

e a todos os membros desta Comissão e aos demais presentes.

Como já disse o Superintendente Moura, não tenho nada diferente do que falei, na Assembléia Legislativa de Rondônia, para dizer hoje. Eu não queria repetir, só queria pegar uns ganchos do que já foi explanado a V. Exªs, só pinçando alguns pontos.

Do que foi exposto, verifica-se que o Ministério Público Estadual, aqui falou o Ministério Público Federal, Dr. Sílvio, não pôde e nem pode fazer muito, porque as atribuições constitucionais são do Ministério Público Federal.

O Dr. Silvo reportou-se a várias denúncias e feitos criminais, reportou-se, também, nessa proporcionalidade entre garantir, verificar a defesa dos interesses indígenas e a questão dos crimes praticados no garimpo e aferir-se a responsabilidade penal desses indígenas.

Apontou essa questão. Quero parabenizá-lo pela exposição, foi muito coerente, e me reportar aos fatos especificamente.

Vejam bem, quero ser um pouquinho objetiva, para não demorar muito, não consigo falar muito hoje.

A reserva indígena é a uma área federal, certo? Então, o que vem ocorrendo? Havia extração ilícita de diamante. A Polícia Federal autuava quem pegava. Tratava-se de um crime, cuja competência é da Justiça Federal, cuja legitimidade para a apuração e denúncia é da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

Então, os crimes que se apuravam e que se apuram, que têm feitos registrados, giram em torno disso aí.

O grande vácuo que existe em tudo o que o Dr, Sílvio explicou reside na questão dos homicídios que foram praticados ali e, a princípio, imputados aos indígenas, aos cinta-largas.

É certo que tem que se verificar, defender a questão indígena, até para se preservar a etnia. Mas é certo também – até peço desculpas por assim falar – que os civis, os garimpeiros, naquela oportunidade foram esquecidos, porque, em outubro de 2003, tivemos a primeira chacina. Agora, em abril de 2004, tivemos a segunda chacina.

Foram pontos cegos, pontos não observados, não queria dizer isso, desculpem-me, mas até para o Ministério Público Federal, se já vinha sendo estudada a questão dos indígenas era para ter se tomado um posicionamento em outubro de 2003, quando houve a primeira chacina. Em outubro de 2003 ocorreu a primeira chacina, repito, e fato semelhante ocorreu em abril de 2004.

Em Espigão d'Oeste o Ministério Público Estadual tem uma promotoria de Justiça única, cuja atribuição é genérica para todos os feitos de ordem estadual: homicídio, divórcio, tudo, tudo o que civil comum, os ilícitos, as relações de que participa, o Ministério Público Estadual acompanha. E às portas da Promotoria de Justiça, em abril de 2004 ocorreu um fato similar ao que ocorreu em outubro de 2003. Houve a primeira chacina. Naquela oportunidade, a denúncia popular era a de que havia mais de trinta mortos. E a Funai criava impedimentos para a Polícia entrar lá dentro.

Esse é fato certo. É isso que, como promotora de justiça, me deixava indignada com a situação, como o Estado era fraco naquele momento, porque tínhamos que entrar e não conseguíamos entrar.

Sem se discutir se a atribuição é do Ministério Público Federal ou Estadual, talvez até de afogadilho tomei providência naquela oportunidade: não, vamos entrar, recolhemos os corpos e depois discutimos de quem é a atribuição, se federal ou estadual.

Na oportunidade, a Funai criou empecilhos, os garimpeiros ameaçaram invadir o garimpo e ali realmente instalar um conflito.

A reclamação dos garimpeiros, naquela oportunidade, foi a mesma do que aconteceu em abril, só que em escala bem menor, é que não houve conflito, houve assassinato. O que acontecia? Os índios se descontentavam com os garimpeiros que, muitas vezes, eles permitiam entrar ali para garimpar em conjunto e, por um motivo ou outro, resolviam instalar um massacre, começando a atirar, matando garimpeiro como se mata galinha. Reuniam-se e começavam a atirar. Esse relato eu trago de depoimento de testemunha ocular que presenciou o fato, um garimpeiro que presenciou. Tivemos outros garimpeiros também. O fato é que a sensação de impunidade é muito grande entre os garimpeiros por conta disso. Por quê? Porque a Funai quer preservar o direito dos indígenas, o Ministério Público Federal está certo, quer preservar, concordo plenamente, só que eles estão lá em Porto Velho e nós estamos em Espigão d'Oeste e foi lá que o povo gritava, dizia que não queria nada, só entrar e recolher os corpos. Não é possível fazer isso? Na primeira tentativa, a Polícia Civil entrou com a Funai para encontrar os corpos, em outubro de 2003, e não encontrou. Eles foram à Promotoria e ameaçaram invadir. Entrei em contato com um delegado da Polícia Civil de Espigão d'Oeste, Dr. Raimundo, e disse que temos que entrar. Ele me disse que não ia entrar porque é muito distante, são 170km, a Funai não está cooperando. E perguntei o porquê disso, pedi prova, pedi que me mandasse a cópia do ofício. Ele me mandou a cópia do ofício. Liguei pessoalmente para o Walter Bloss e disse a ele que tínhamos que entrar, já tinham se passado 48 horas e precisávamos recolher os corpos. Como vamos fa-

zer? E ele disse que a pressão era muito grande, que ele tinha ficado sabendo que os garimpeiros estão ameaçando e que ele precisava de autorização do Presidente da Funai, em Brasília. Eu disse a ele que não era caso de autorização, que eles não tinham de autorizar nada, que o trabalho deles era de mediação, porque eles não eram da Polícia, apenas de mediar, conciliar a entrada, só isso. Ele falou que não. Mandei um ofício, pedindo desculpas até pela estupidez, mas que se não resolvêssemos até às 14 horas do dia seguinte nós iríamos entrar à força, porque a Polícia Militar tinha se disponibilizado a entrar. Sempre tivemos o apoio do Governador do Estado, da Polícia Militar e Estadual. Tínhamos todo o apoio logístico para entrar. Constituí uma Comissão com três garimpeiros para acharmos os corpos. Os garimpeiros, se viram, sabem onde estão os corpos. A Funai não queria deixar os garimpeiros entrarem, mas eu disse que eles entrariam, porque eles já tinham ido e não tinham encontrado. Então, quem tem que encontrar são os garimpeiros, que viram. Então, eles vão junto com a Polícia Militar. Os garimpeiros foram junto, dois ou três garimpeiros, inclusive a testemunha ocular que presenciou os assassinatos. Foram encontrados só cinco corpos, que foram trazidos para a cidade já em estado de decomposição. Somente um pôde ser reconhecido, pois os demais estavam em estado de decomposição. Desse fato foi originado o Inquérito Policial na Delegacia de Polícia Civil nº107, de 2003, e a testemunha ocular, passados alguns dias, sofreu um atentado porque ela presenciou e nominou, dizendo que foram os índios X, Y e Z que participaram da chacina que ocorreu, o fato foi divulgado pela imprensa e essa tentativa originou o Inquérito Policial nº110, de 2003, essa tentativa de homicídio contra essa testemunha, o Sr. Antônio Esmélio Martins. Quando isso ocorreu, logo em seguida, a imprensa divulgou que uma menina de 12 anos havia sido morta no garimpo pelos índios porque, em tese, ela havia engolido um diamante e iria fugir. Novamente, o fato ocorreu, aquela bagunça. Os garimpeiros foram à cidade e disseram que iam invadir, aquela coisa de sempre. Aí eu questiono: E a Funai, qual é o papel dela? Por que ela não permite entrar? Por que ela permite entrar jornalista, qualquer um, mas, quando ocorre um crime, ela não permite. Por que a Funai até hoje não provou que houve conflito? Foi assassinato que ocorreu ali. O conflito pressupõe que a parte contrária também tenha sido vilipendiada, violada, lesada. Não ocorreu isso. Novamente, oficiei para o Walter Bloss e para o Trajano, dizendo que queria que eles autorizassem a entrada, que eles designassem uma comissão para podermos entrar. Esse ofício demorou 30 dias para ser respondido e não foi respondido. Aí liguei novamente e perguntei ao Walter por que eles não queriam deixar entrar. E ele respondeu que o Ministério Público Federal já tinha estado lá, na pessoa da Drª Ella Volkmann, sobrevoou o garimpo e, junto com a Polícia Federal, entraram colheram declarações, e nessas declarações foi dito que o fato não era verdadeiro e que, inclusive, haviam falado com a mãe da menina. Comecei a questionar algumas coisas: se o fato não era verdadeiro, como sabiam quem era a mãe da menina?

Eu disse, então, que queria cópia das declarações. Realmente eu liguei para a Drª Ella Volkmann que dirigia a 6º Câmara, que cuida das questões indígenas aqui em Brasília, ela falou que realmente foi até lá mas não teve tempo de passar na Promotoria e que falou realmente. Mas coloco aquela interrogação: como é que falou com a mãe da menina se o fato é mentiroso. Então, ninguém disse mais nada.

Aquele mal-estar continuou e eu falei que não queria nem saber, que eu queria entrar, que até aquele momento ninguém havia entrado, quem estava tomando conta das questões dos homicídios praticados dentro era a Justiça estadual, era o Ministério Público estadual incumbido de fazer a denúncia, eram a Polícia Civil e Militar que estavam entrando, então, se os crimes relativos diretamente à extração de minérios a atribuição era da Polícia Federal e denúncia do Ministério Público Federal, para os homicídios não era feito nada. Cadê as denúncias dos homicídios praticados lá dentro? Então, vejam, eu falei, até que se decidida judicialmente que o Tribunal de Justiça de Rondônia posicione se a competência quanto aos homicídios ali praticados é da Justiça Federal ou estadual, o Ministério Público tem atribuição, vamos continuar trabalhando, fiscalizando e exigindo providências.

Mandei outro ofício. A esse ofício respondeu o Procurador da Funai Dr. Nailton, subscrito também pelo Walter Bloss, dizendo tudo isso por escrito, inclusive falando que eu estava querendo demais, estava até exagerando, em outras palavras, que eu não tinha nada com isso, que a atribuição era do Ministério Público Federal.

Eu não estou brigando por conflito de atribuições, eu quero é que o problema seja resolvido, porque é no Ministério Público Estadual e na Promotoria de Justiça de Espigão d'Oeste que todos iam reclamar que queriam providencias e as questões eram patéticas, os crimes eram cometidos, passavam 48, 72 horas e nem os corpos sequer a polícia conseguia entrar para pegar.

Oficiei o nosso Procurador-Geral, pedi para ele oficiar o Ministério da Justiça, o Ministério Público Federal, foi oficiado, a Polícia Federal foi comunicada dis-

so. Dessa operação a Polícia Federal não participou, entramos com a polícia militar e a civil.

Tem uma fita gravada, de VHS, sobre essa operação.

Pois bem, se V. Exªs observarem, tudo o que aconteceu em outubro de 2003 se repetiu em abril de 2004, só que em escala muito maior. Na Comarca, na Promotoria de Justiça, a denúncia é que não foram só cinco, foram mais de trinta. Em abril de 2004, quando a cena se repetiu, nessa chacina que os garimpeiros presenciaram, disseram que eram mais de cem corpos, mais de cem homens que foram mortos ali. Se não sabem quem foi, fica a mesma questão, como dizer que foram 29, 29 foram encontrados.

E aí eu criei ... eu não tive boas relações com a Funai a partir de então, e até mandei para a nossa Corregedoria um expediente dizendo desse impedimento que a Funai, dos obstáculos que a Funai instalava de entrar ali dentro não sei por quê.

Pois bem, em abril de 2004, numa quarta-feira, ocorreu a segunda chacina. Eu sempre procurei manter contato direto na comarca com os garimpeiros, com as pessoas que participavam do garimpo porque quem dá as melhores informações são eles. A Funai fala que vai ver, que vai decidir, que quando der certo entram. Então...

Pois bem, abril de 2004, dia 7, ocorreu a segunda chacina. Eu tinha ido a Ji-Paraná porque era Semana Santa, no dia 8 o Presidente do Sindicato dos Garimpeiros local, Sr. Gilton me ligou dizendo: doutora, eu tenho uma péssima notícia para dar a senhora, ocorreu mais uma chacina, a notícia que a gente tem é que foram 65 mortos, mais ou menos, verificamos pelas fichas e tem testemunha presencial, disseram que foi isso. Fomos à delegacia de Polícia Civil e o Dr. Raimundo falou que não iria entrar porque não tinha como entrar lá dentro e a Funai, novamente, não estava cooperando. E a Policia Federal já está aqui. Isso era no dia 08.

Aí eu falei com o doutor, salvo engano dia 08 mesmo, tinham três delegados da Policia Federal em Espigão d'Oeste, Dr. Guilherme, Fábio e Humberto. Falei com o Dr. Guilherme, por telefone: Dr. Guilherme, o que está acontecendo? Ele falou: realmente, tem a notícia disso aqui. Eu falei: está bom, mas vocês vão entrar quando? Porque a Funai vai emperrar para entrar. Já tive o mesmo problema em outubro de 2003 e só entrou porque eu falei: ou vocês vão entrar via terrestre na boa ou a gente vai à força, porque o Estado tem que cumprir o seu papel.

Aí ele falou: não, nós estamos nos comunicando com o Superintendente Moura, e ele está em contato com a Funai. Assim que a Funai disser onde estão os corpos, que foi o Dr. Moura relatou aqui, nós vamos entrar. Eu falei: não. É absurdo. Das outras vezes isso aconteceu e demorou 48 horas ou mais, porque não sabíamos ao certo qual foi o dia que as pessoas foram atiradas, assassinadas, em outubro. A Funai criou o maior empecilho e quando encontramos os corpos e sequer pudemos reconhecê-los. E não tem por que impedir tudo isso. Está tendo conflito lá dentro? Não, mas não sabemos se é conflito, mas a Policia Federal só vai entrar quando a Funai disser onde estão os corpos. Eu falei: não. Vocês vão fazer trabalho de coveiro? Onde estão os corpos vão lá e pegar? Nosso trabalho é de polícia. Então, a polícia tem que ir, verificar, recolher provas. Como é que vai fazer isso?

Não, doutora, mas o local é de difícil acesso e a Funai está fazendo um trabalho conjunto conosco. Se a Funai não autorizar não temos nem como entrar, não sabemos onde estão. Eu falei: não, vamos montar uma operação como montamos em outubro de 2003. Vamos pegar três ou quatro garimpeiros, a gente descaracteriza esses garimpeiros, até veste farda de polícia, se for necessário, de Ibama, do que for, quem vai saber? Eles não conhecem olho a olho. E a gente entra lá dentro para recolher os corpos. Ele falou: não, vai ficar sendo feito esse trabalho.

Deu dia 10 de abril e não tinha recolhido os corpos ainda. Eu fiquei irritada com a situação. Foi nesse dia que os garimpeiros irritados com isso, porque queriam entrar e viam o quanto a Funai emperrava e o quanto ela tinha força, porque eles não conseguiam sequer pegar os corpos lá dentro. Foi esse o motivo da revolta.

Aí eu desci até Portal, em Ji-Paraná, peguei o carro e fui para Espigão d'Oeste, que dá duas horas de Ji-Paraná, 170 quilômetros, e o índio estava na praça amarrado ainda. Eu subi na sala do sindicato dos garimpeiros, estavam lá os delegados, os representantes dos garimpeiros, a sala estava cheia. Tinha representante do Governador Ivo Cassol também, da Sedan, o Tiago, representando o governador. Nós já tínhamos membros efetivos da Polícia Militar suficientes para entrar. Fui lá com o intuito de fazer uma negociação com eles. E já tinha falado o tempo todo, conversando com o Dr. Vitak, por telefone, dizendo: a gente tem que entrar, tem que organizar. Tem que pegar garimpeiro para entrar, senão não entra. Sei como é o procedimento, da outra vez foi assim, assim e a Funai emperra. Parece que faz tudo, não sei se no intuito de proteger, se tem outro interesse, não sei, mas que emperra o nosso trabalho, emperra. Os porquês eu não posso nem falar, porque não tenho provas disso e não sei também.

Mas aí o que aconteceu: 10 de abril fui para lá, fomos conversar. Já levei uma petição pronta que fiz em Ji-Paraná, passei por fax para a Justiça Federal. Nessa petição, datada do dia 10 de abril, pedi para o Juiz Federal que determinasse que a Funai designasse uma comissão para ir até Espigão d'Oeste imediatamente, junto com a Policia Federal e Militar, com membros suficientes que tínhamos da Policia Militar, porque o Governador Ivo Cassol nos deu total apoio, disponibilizou membros suficientes da Polícia Militar para entrarmos. Tínhamos homens para dar apoio logístico, para fazer a busca normal.

Fui com esse intuito, fiz essa petição. Conversei por telefone com o Dr. João Carlos Cabreron de Oliveira, que era o Juiz Federal de plantão, e nessa petição expus tudo isso que o Gilton tinha falado, dessas denúncias, etc. Expus mais que fiquei sabendo até por telefone que os índios tinham comprado 280 litros de gasolina para queimar os corpos lá dentro. Eram denúncias, mas eram fatos que deviam ser analisados.

Fiz essa petição, no final da tarde o Dr. Cabelon despachou. Só que ele procurou manter, nessa decisão ele avocou a competência, que até então era da Justiça Estadual, o Tribunal de Justiça de Rondônia já tinha se posicionado dizendo que a competência era nossa, para apurar os homicídios ocorridos dentro da reserva, embora envolvendo índios. O Juiz Federal, Dr. João Carlos Cabelon, avocou a competência e disse: Não, até para os homicídios praticados aqui dentro é nosso. Então, nesse ato já avoco a competência.

Quanto ao pedido feito pela promotora, por mim, ele disse que era melhor eu manter a linha nessa decisão, que o Dr. Moura vinha fazendo esse trabalho de mediação. Por telefone, conversei: "Doutor, isso não resolve. Por que não? Por conta disso, disso, disso". Então assim, a Polícia Federal, se agiu certo ou agiu errado, ela agiu respaldada na decisão do Dr. João Carlos Cabelon. Não foi atendido o meu pedido na íntegra. Atenderam em parte. E foi intimada a Funai nessa data, via FAX, para que viesse até Espigão d'Oeste resolver o problema. A Polícia Federal foi intimada também, porque pedi que fosse intimada a Polícia Federal. Só que em síntese, nessa decisão foi mantida a orientação que a Polícia Federal já vinha... Não resolveu quase nada. Só resolveu uma coisa: Tomamos providência e isso está registrado por escrito. Nessa petição tem o registro do nosso inconformismo, de sabermos como que era difícil lidar com a situação. Mas até, talvez por desconhecimento dos fatos, foi mantida a orientação que a Polícia Federal já vinha adotando.

Nesse dia 10 o índio continuava amarrado na árvore ainda. E eu, conversando com os garimpeiros, consegui passar o índio e levá-lo para o ginásio de esporte. Lá ele não correu nenhum risco, porque o ginásio é grande. Ficou só ele e um grupo de militares dentro; a Polícia Federal também ficou. Do lado de fora do ginásio ficaram os garimpeiros fazendo contra-ponto, força contrária. Mas a força contrária era só para uma coisa, eles só queriam entrar lá para pegar os corpos. E já eram dez horas da noite e não tinham sido pegos, não tinha sido recolhidos. E nessa ocasião ligou para mim o Dr. Tavares, aqui de Brasília, do gabinete da Funai, da presidência da Funai, ligou várias vezes, umas cinco ou seis vezes, isso foi presenciado pelos delegados, foi presenciado pelo Tiago, representante da Sedan de Rondônia, do Governo Ivo Cassol, pelos militares. E a gente fez uma negociação com os garimpeiros dizendo que iríamos entrar no dia seguinte, ou seja, no dia 11, via terrestre, e que os garimpeiros iriam entrar juntos. Foi tudo combinado, tudo acertado. E ele disse que tudo bem, o Presidente da Funai está autorizando. Eu falei: Mas quero isso por escrito, porque depois vocês dizem que não autorizaram nada. Isso pode ser só uma jogadinha para liberar o índio. Não estou incentivando o cárcere privado não, só que a gente tem que honrar nossa palavra aqui, ao liberar o índio, para isso ser feito de forma pacífica, porque senão, poderemos ter graves problemas na comarca.

O Ministério Público Estadual é muito respeitado na comarca. Conversamos. Conversei com o Presidente do Sindicato. E o índio foi liberado, só que a Funai não autorizou a entrada via terrestre, no dia seguinte, conforme havia sido combinado.

Daí em diante, eu já não tinha mais atribuição. Fiquei nesse dia na comarca até 23:30 horas. Quando foi 23:30 horas, eu estava saindo da comarca para ir para Ji-Paraná, era um sábado, encontrei o Dr. Francisco Marinho, Procurador da República, acho que Procurador Chefe na ocasião, não tenho certeza, que estava indo para lá para verificar. Mas quando ele estava indo, a gente já tinha..., as coisas já estavam tranqüilas. Daí em diante a atribuição já não era mais minha, por conseqüência de o Dr. João Carlos Cabelon ter avocado a competência. A atribuição para fiscalizar agora era do Ministério Público Federal, não era mais nossa. Mas mesmo assim, como era dia 14 e eles não tinham entrado ainda, nosso acordo ficou no vento, porque ninguém cumpriu, fiz outra petição relatando tudo isso que aconteceu para o juízo federal e pedindo mais uma vez: Pelo amor de Deus, mandem entrar via terrestre ali para recolher; os garimpeiros podem entrar juntos.

Depois, foram recolhidos os corpos acho que só no dia 19. Minha indignação também ainda é grande por conta de tudo isso. Não sei por que demorar tanto;

não sei por que não cumpriram o acordo feito verbalmente com a gente.

E mais um ponto me deixou chateada. Dr. Moura, quero lhe pedir desculpas, mas vou falar de uma situação – sei que o senhor não tem culpa disso. Nessa negociação estavam os três delegados – Dr. Humberto, Dr. Fábio e Dr. Guilherme –, e eu tinha uma preocupação: como vamos entrar lá dentro, conforme o Dr. Tavares tinha combinado, que estava autorizado – "estou autorizando verbalmente em nome do Presidente da Funai"?

Falei: "Diga-me uma coisa: quero isso por escrito". Como é que entraríamos no dia seguinte, de manhã, que seria dia 11, se o Apoena e o Vitorino – que iriam chegar pela manhã, conforme acordado – não eram conhecidos dos cinta-larga? Precisaríamos de alguém da Funai que tivesse contato, já que era para mediação.

Fiquei naquela preocupação, lutando junto, até de forma idiota. E a gente pegava telefone para ligar, entrar em contato com a Funai, e não encontrávamos ninguém: "Cadê o Walter Bloss?" Não encontrávamos ninguém. Tudo bem. Vamos fazer a negociação. Está feita. Então, está combinado: vamos sair amanhã cedo, a gente vai esperar.

Mais tarde eu saí – nesse ponto é que quero pedir desculpa ao Dr. Moura, pois vou ter que falar isso, porque fiquei muito indignada –, a gente com todo esse trabalho, passou uma hora mais ou menos, voltei lá para fora e falei assim: "Dr. Fábio, mas como é que o Vitorino e o Apoema vão entrar na reserva" – sofrendo junto ali com tudo aquilo – "se os indígenas não conhecem esses indigenistas tão bem quanto conhecem o Walter Bloss? Então que o ideal era que o Walter estivesse aqui". E não conseguimos telefone. Aí, o Dr. Fábio me diz assim: "Mas o Walter Bloss está lá dentro com um Globalstar". O Dr. Fábio presenciou a nossa negociação. Por que a Polícia Federal não nos deu essa informação? Por quê?

Fiquei no telefone, no celular, várias vezes: "Vamos ver se a gente entra em contato"; "Dá aqui o telefone". Liga para a Funai, ninguém atende. Liga para "não-sei-onde", ninguém atende. Liga para fulano, ninguém atende. E a Polícia Federal, o Dr. Fábio estava do lado, e não disse para a gente que ele tem um Globalstar!

Eu gostaria – desculpe-me tomar a frente do Presidente da Comissão – que o Dr. Guilherme respondesse isso, e o Dr. Moura, porque sei que foi feito um trabalho muito bonito da Polícia Federal, mas quem fez o trabalho de idiota fui eu, porque fiquei até onze e meia da noite lá – essas negociações começaram às cinco horas da tarde –, fiquei até nove horas da noite lá nesse impasse, e a coisa ficou dessa forma.

Só estou falando de passado. Não tenho mais atribuição. A atribuição agora é do Ministério Público Federal. Alguns documentos, se a comissão precisar, tenho registrados, posso fornecê-los. E estou à disposição para qualquer questionamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero agradecer e passar a palavra aos Senadores que desejem fazer alguma pergunta às quatro autoridades que já explanaram. E cada um, por vez, responderá cada pergunta feita.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, é uma pena que não tenha comparecido ninguém da Funai. Hoje seria muito importante haver alguém da Funai para tirarmos a limpo essa situação que a Drª Conceição Baena, Promotora da Comarca de Colorado, ex-Comarca de Espigão d'Oeste, lá em Porto Velho, na Assembléia, já falava, sobre essa demora da Funai em autorizar a entrada das forças federais ou estaduais para a retirada dos corpos. E aqui ela afirma novamente que houve toda essa situação.

Na audiência com o Mércio, Presidente da Funai, ele afirmou categoricamente que não houve nenhuma negativa da Funai na entrada para a retirada dos corpos e que a Polícia Federal ou a Polícia de Rondônia não entraram porque não quiseram. Só faltou ele dizer isto mas que a Funai não negou nenhum pedido e que não tinha havido nenhum pedido para entrar e que, portanto, poderiam ter entrado na hora em que bem quisessem e o Dr. Moura falou, também, lá em Porto Velho que a Funai, realmente, procrastinou a entrada para a retirada e que os últimos corpos a serem retirados demoraram 13 dias. Os primeiros foram em torno de 6 a 7 dias e os últimos corpos em 13 dias.

Eu acredito, então, Sr. Presidente, que a Comissão terá que chamar novamente o Sr. Walter Gross que não pode comparecer porque está de férias e, após terminadas as suas merecidas férias, que ele possa vir à Comissão para explicar isto ou o Presidente da Funai, o Dr. Mércio Pereira Gomes.

Eu quero fazer, aqui, uma pergunta ao Dr. Moura: foi noticiado, inclusive na imprensa de Rondônia e, também, em comentários lá em Espigão d'Oeste, em Rondônia, que houve a entrada de uma remessa de óleo diesel – em torno de 5 a 10 mil litros de óleo diesel para a Reserva. Naquele dia em que nós estivemos lá – que a Comissão esteve na Reserva, quando sobrevoamos os garimpo e, depois, pousamos na aldeia – lá no Garimpo tinham, realmente, caminhões, máquinas e

pessoas. Não conseguimos identificar quantas pessoas tinham lá mas tinham pessoas circulando em volta de um caminhão lá e havia vários acampamentos – não todos habitados – mas os acampamentos estavam lá ainda intactos. Se houve uma evacuação do pessoal do garimpo – porque não houve, também, o desmonte de todas aquelas barracas que estavam lá com lonas azuis, pretas, amarelas. Eram várias barracas montadinhas, em perfeito estado e também máquinas – tinham ainda máquinas e caminhões lá no garimpo – e vestígio novo. Deu para ver, claramente, que tinha vestígio de máquina. Não estavam trabalhando naquele momento porque, certamente, a Comissão estava para ir lá e houve a paralisação mas tinha, inclusive, vestígio das estradas, dos carreadores dentro do garimpo, da lavra, fresquinha – com terra fresca e tinham trabalhado, talvez, um ou dois dias antes.

Então, eu gostaria que o senhor poderia nos responder se a Polícia Federal que está lá investigando, conseguiu detectar essa situação aí.

O Dr. Silvio já falou na questão da prisão. Vejam bem: nem tudo o que os garimpeiros falam pode ser levado em consideração, mas eu acho que muita coisa deve ser levada em consideração e um dos nomes mais falados nas audiências que nós tivemos com os garimpeiros e com algumas autoridades do Estado foi essa situação do Mário Glika que estava envolvido no contrabando e para alguém se corromper tem que ter um corruptor. Na verdade, então, os contrabandistas, os compradores de diamante, é que foram os corruptores e sem eles, certamente, tudo isto que aconteceu no garimpo não teria ocorrido porque a lavra não é legal. Logo, se a lavra não é legal e não houvesse compradores, não teria, também, a extração do diamante porque não teria para quem vender. Então, ali houve uma séria de ilegalidades que ocorreram durante todo esse tempo e acho até que houve uma falta de sintonia do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, do Ibama e eu perguntaria, já de pronto – eu faria uma pergunta ao Sr. Pitaluga: por que o Ibama não agiu rigorosamente com multas, inclusive com pedido de forças federais já que era uma área indígena e de domínio federal, para impedir, também, toda aquela devastação que foi feita naquela reserva – um maquinário que chegou a ter 5 mil pessoas trabalhando com maquinários pesados, com retroescavadeiras potentes e tratores de esteiras e tudo o mais. Então, o que o Ibama fez para conter, também, já que ele não pode agir na área mineral mas, sim, na área ambiental? É que as notícias, Dr. Moura, deram conta, nos últimos dias, que a Polícia Federal poderá reabrir dois inquéritos – e são notícias da imprensa nacional – instaurados em Rondônia, para verificar se existem ligações entre os Delegados Wilson Perpétuo e José Bocamino, presos, anteontem – isto aqui é de alguns dias – em Ribeirão Preto com o empresário Mário Glikas, estavam junto com o empresário, acusados de contrabando de diamantes na Reserva Indígena Roosevelt dos Índios Cinta-Larga. Na investigação, a Diretoria de Inteligência da PF – Polícia Federal, descobriu indícios que vinculam os policiais à extração ilegal de pedras, o que pode estabelecer a ligação com Glikas. Perpétuo e Bocamino foram presos pela Operação Lince, desencadeada para investigar roubo de cargas, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Além deles, o policial federal Luís Cláudio Santana e o assaltante Jair (que não tem muito a ver com o caso) e o advogado Luís José Fauaiss tiveram a prisão temporária decretada. Outros empresários de Ribeirão Preto e interior de Rondônia estão sob investigação.

Em pelo menos dois inquéritos que apuram contrabando de diamantes existem ligações de policiais federais,o que é lamentável!

Nós sabemos do trabalho que a Polícia Federal faz e o trabalho que V. Sªs têm feito no Estado de Rondônia, mas é lamentável que a tentação do diamante tenha atraído o envolvimento dos policias federais. A Polícia Federal, aliás, está cortando na própria carne. E nós temos que reconhecer o mérito da Polícia Federal, que corta a própria carne.

E incluindo o agente José Cadete da Silva, acusado de dar cobertura à retirada ilegal de diamantes da Reserva e repassar informações sobre a ação da Polícia Federal aos contrabandistas. Em abril, além de Glikas, a PF prendeu outro agente: Mário Amélio Soares Bonfim. As suspeitas de que os dois delegados podem ter ligação com Glikas surgiram em escutas telefônicas feitas pela área de Inteligência da Polícia Federal. Outro indício é o local para onde as pedras de diamante eram encaminhadas. O empresário tinha um escritório em Santa Cecília, em São Paulo, onde foram realizadas buscas e apreensões. "O destino era Europa, mas antes passavam por São Paulo", informa um dos investigadores. Glikas era reincidente. Havia sido preso no aeroporto de Nova Iorque por crime de lavagem de dinheiro.

Ou seja, esse cara vem há muito tempo na mira. Ainda há pouco tempo estava envolvido – se é que não está ainda – na questão do garimpo. Os investigadores podem analisar os documentos apreendidos em abril durante a Operação Kimberley, que investigou Glikas, para investigar se há fatos relacionados aos delegados. Todos podem sair em cinco dias, caso colaborem com a Justiça, ou podem ter a prisão prorrogada, dependendo dos depoimentos que serão tomados. A Polícia Federal poderá até mesmo pedir a transformação

da prisão temporária em prisão preventiva. Os presos foram transferidos, na quarta-feira, de Ribeirão Preto para Brasília. Perpetuo, Bocamino e Santana estão na carceragem da Superintendência da Policia Federal no Distrito Federal (estão em Brasília, em sala especial por terem curso superior). Investigadores que atuam na Operação Lince não descartam novas prisões após a análise documental e podem ouvir as pessoas detidas durante as investigações sobre contrabando de diamantes, entre ela Glikas.

O Glikas, pelo que consta agora com sua prisão, já contaminou muita gente. Eu pergunto por que essa demora. Desde o ano passado, no início do garimpo, o nome de Glikas já era comentado. As autoridades de Rondônia e os garimpeiros todos sabiam que Glikas estava envolvido no contrabando, na compra ilegal de diamantes na Reserva. Eu não sei por que tanta demora para colocar as mãos no Glikas. Foi preciso pegá-lo junto com agentes da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra, queria dizer que entendi que V. Exª dirigiu perguntas ao Gerente do Ibama e para o Superintendente da Polícia Federal. Então, primeiramente, passo a palavra ao Gerente do Ibama, Dr. Osvaldo Pitaluga.

O SR. OSVALDO PITALUGA – Como falei no início, tínhamos algumas ações no Estado, sempre que chamados pela Funai ou recebíamos denúncias de índios – e não só na terra indígena Rooselvelt. Em decorrência de uma ação do Ibama, havia toda uma comunidade contra o Ibama. Por isso que digo que é muito triste para nós de Rondônia, onde o culpado, naquele momento, de estar evitando e prendendo caminhões que roubam madeira na terra indígena, o culpado era o Ibama. Quando eu fui lá, para falar foi difícil, porque o Ibama, nesse ponto, é contra o desemprego, é perseguição do Ibama e da Polícia Federal, porque fica perseguindo madeireiros empresários, aquela história toda, que é contra o desenvolvimento do Município, que vai acabar com o Município, inclusive eu falei, na ocasião, na presença do Governador e da Prefeita, Lúcia Teresa, de que se o Município trabalha com atividade ilegal, tem que mudar o modelo do Município. O Município tem que pensar num novo modelo. O Município não pode ser sustentado por meio do roubo de madeira e extração ilegal de diamantes.

Então, os gestores, no caso, o Prefeito, tem que pensar um modelo para o Município, então nos colocamos à disposição do Ministério do Meio Ambiente, para que nós discutíssemos um modelo sustentável para o Município, que é a proposta do Governo Federal.

Tivemos também, como falei antes, uma ação na terra indígena, onde três mil pessoas invadiram uma área, com a conivência de um funcionário nosso, que foi demitido, e uma ex-Vereadora do Município de Ariquemes, aí também infelizmente há envolvimento de políticos, e nós fizemos uma ação com a Polícia Federal, com o Estado, onde nós retiramos três mil pessoas num dia. Quando nós fizemos uma intervenção, colocando uma pessoa para conversar com os índios, que já iriam entrar em conflito com os invasores, nós retiramos numa ação onde foi muito... Nós distribuímos panfletos em helicópteros, pedindo para o pessoal sair. Prendemos os dois líderes, e esvaziou o movimento.

Então, vejam bem. Não é uma questão localizada na terra indígena. E na terra indígena perto de Guajará-Mirim, seguidamente temos perdido o manejo quando há denúncia por parte da Funai ou dos índios. Então é uma questão localizada.

Havia também por parte do Ibama, Funai e da Polícia Federal uma investigação de um cidadão que já morreu, um madeireiro chamado Turate, que, historicamente, era conhecido como ladrão de madeira. A Polícia Federal não conseguiu prender, porque ele morreu no acidente automobilístico. Parece-me que o filho dele – gostaria de confirmar – tem um mandado de prisão, alguma coisa nesse sentido.

Quer dizer, houve várias ações. O Ibama trabalha numa lógica de atacar sobre todas as óticas, para inibir o roubo de madeira, porque, quando a madeira sai, ela tem que ser acobertada depois. Então, não adianta só prender o caminhão ou prender naquele momento, porque existe toda uma quadrilha por trás. E uma das primeiras ações que fizemos no Ibama, gostaria de falar aqui que, no Ibama, de 2003 para cá, foram demitidos treze funcionários do Ibama por corrupção e seis em Rondônia, inclusive o ex-Superintendente já foi condenado pela Justiça e mais dois funcionários; os outros três estão respondendo pela Justiça, mas os seis já foram demitidos pelo Ibama, dos treze, seis foram em Rondônia, numa ação estratégica do Governo, não só do Ibama, mas principalmente com o apoio do Ministério Público Federal e da Polícia Federal.

Identificamos, naquele momento, quando desmanchou a quadrilha que eles tinham no Ibama, que era também público, todo mundo falava. Todo mundo falava, mas ninguém fazia nada. Foram presas, numa ação, treze pessoas, envolvendo-se funcionário do Ibama, funcionário de cartório, madeireiras fantasmas, que é justamente quem faz e dá cobertura legal com documentação falsa para esse roubo de madeira. O documento para transporte de madeira é um documento chamado ATPF, Autorização para Transporte de Produtos Florestais, onde, no Estado, agora em uma ação que estão fazendo de novo em Ariquemes,

já identificamos 600 ATPFs, clonadas, roubadas ou adulteradas.

O **modus operandi** é muito rápido. Em Buritis, também, nós identificamos lá, em uma unidade nossa, que é responsabilidade principal nossa, que é uma unidade de conservação chamada Floresta Bom Futuro, onde tem uma invasão que, historicamente, foi se arrastando, nós tivemos, em 2003, sete madeireiras clandestinas e que existe uma possibilidade muito grande de que elas estavam sustentando madeireiras legais do lado de fora, numa ação também conjunta com o Estado e o Governo Federal, envolvendo o Ministério Público Federal, Estadual, a Polícia Federal, a polícia estadual. Fomos, inclusive, pessoalmente, eu, Dr. Sílvio, Dr. Miguel Mônico, pelo Ministério Público Estadual, junto com os delegados da Civil e da Militar, fizemos uma ação e retiramos as sete madeireiras, com muita cautela. Ficamos três dias, saímos de lá rapidinho, retiramos só as madeireiras. Obviamente que tem vários agricultores lá, alguns comerciantes, que estão lá dentro ainda, mas tiramos aqueles que fazem o primeiro crime e quem sustenta a ilegalidade, que é madeira roubada, que faz com que abra estrada, que financia o gado, que financia o pasto.

Na véspera da operação, de nós entrarmos na Bom Futuro, nós desmontamos e prendemos uma quadrilha também, que, infelizmente, já envolvia também um Vereador do Município de Buritis, como reservar o direito de não falar o partido, até para que não pareça retaliação, porque para nós não interessa. Vereador é vereador. Não interessa o partido para nós. Mas os Senhores vêem que há uma relação muito próxima também em Rondônia do crime organizado, da invasão de terras, com alguns maus políticos que... A população fala assim: se o político está indo, eu posso ir também. Então, isso é muito ruim para nós.

O Senador Valdir Raupp sabe que, infelizmente, esse pessoal atrapalha, inclusive, os bons políticos que têm contribuído para que se possa organizar essa questão no Estado.

Em outro momento, creio que há dois meses, prendemos mais treze pessoas roubando madeira na Bom Futuro de novo. Eram esses que estavam fortemente armados. Não foi uma ação da Polícia Federal, mas uma ação com a Polícia Militar.

Na realidade, temos agido com quem está de plantão. Em Rondônia, a situação está difícil para nós do Ibama. Não temos dificuldade nenhuma de trabalhar com o Polícia Ambiental ou com a Polícia Federal, com quem está mais próximo naquele momento. Na verdade, somos poucos e nossa força é muito pouca, sem falar da questão da falta de recursos financeiros. Como nossa atividade demanda fiscalização em áreas em que o caminhão toureiro entra, mas em que os carros oficiais têm dificuldades e, quando entram, quebram na volta, não temos tido a estrutura necessária para combater todos os crimes.

Em 2203, quando ainda estava na Sedam e não no Ibama – acho que é bom reportar toda ação de Governo não só do Governo Federal, mas também do Governo do Estado...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço desculpas pela interferência, embora as explicações que V. Exª esteja dando sejam muito importantes. Parabenizo o trabalho que V. Exª tem feito no Estado de Rondônia, mas a pergunta é sobre o garimpo na área indígena, sobre a reserva Cinta Larga.

O SR. OSVALDO PITALUGA – Com relação à retirada de madeira, fomos notificados algumas vezes de 2003 para cá. Do passado não sei. Eu poderia até resgatar se houve uma ação no passado. Acredito que sim, que o Ibama sempre interveio quando tenha sido solicitado pela Funai ou que tenha havido denúncia. Obviamente, identifiquei que é possível que exista a participação de funcionário do Ibama nesse caso de omissão, de não ter feito algo em algum momento. Porque se conseguimos prender em uma investigação em período muito curto, e uma investigação é uma coisa que demora muito porque demitir funcionário público não é fácil porque é preciso provas....

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu gostaria que o senhor falasse sobre a lavra de garimpeiros com máquinas pesadas.

O SR. OSVALDO PITALUGA – Que eu saiba, com relação ao Ibama, nunca houve a solicitação da intervenção. A mesma dificuldade que a doutora coloca estamos tendo com relação à Funai porque ela tem o domínio sobre a propriedade. Então, se não há denúncia, se não há o pedido da Funai, ela não vai lá.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Quer dizer que o Ibama não pode agir se não houver uma denúncia?

O SR. OSVALDO PITALUGA – Temos de ter a permissão da Funai.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Também?

O SR. OSVALDO PITALUGA – Também. Temos de ter a denúncia da Funai e estarmos acompanhados pela Funai. Por exemplo, há um parque estadual...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, a situação é muito séria.

O SR. OSVALDO PITALUGA – Há um parque estadual que fica dentro de terras Uruewauwáu todo cercado de terra de Uruewauwáu, e temos de ter autorização da Funai para fazer o plano de manejo porque é uma área sobreposta. O parque é uma área de con-

servação que pode ser visitado e como no entorno há terra indígena até para o plano de manejo temos de a participação da Funai. Inclusive, há um conflito sobre a permanência ou não do parque por causa disso.

A legislação indígena protege não sei por excesso ou não, mas é muito delicada e há todas essas questões.

Como o Dr. Sílvio disse, mesmo que tenha havido – e me parece que sim, ficou claro e evidente – o envolvimento de guerreiros no assassinato, vai haver duas questões antropológicas para saber o grau de contato com a população não-índia para saber se pode imputar crime ou não. Isso foi o que entendi do que o Dr. Sílvio falou.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Agora a garganta coçou para fazer uma pergunta.

Detectamos duas fazendas da etnia Cinta Larga: uma com 1370 cabeças de gado e outra com quase 400 cabeças de gado. As derrubadas que os índios fazem também não têm licença do Ibama?

O SR. OSVALDO PITALUGA – Não. São ilegais, até porque não são permitidas por lei.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passo a palavra ao Superintendente da Polícia Federal para responder à indagação do Senador Valdir Raupp.

O SR. MARCO AURÉLIO MOURA – Antes de responder às indagações do Senador Valdir Raupp, eu gostaria de esclarecer à Drª Conceição que, na realidade, quem mantinha os contatos comigo era o Walter Bloss e não eu com ele. Ele estava usando um globalstar e nem sempre o aparelho estava ligado. Então, eu aguardava o contato dele comigo. Várias vezes tentei manter o contato com ele e não consegui porque, possivelmente, o aparelho estava desligado.

Respondendo às indagações do Senador Valdir Raupp, semana passada apreendemos, salvo engano, cinco mil litros de óleo diesel que estavam ingressando na reserva indígena. O procedimento já foi instaurado. O detalhe que nos chamou a atenção é que havia uma autorização expressa da Funai para que esse óleo diesel ingressasse na reserva indígena ao argumento de que seria usado em máquinas pertencentes a um dos caciques para recuperação das estradas no interior da reserva indígena. Esse é um fato realmente comprovado. O inquérito está instaurado. São 5.000 litros de óleo diesel aproximadamente.

Com relação à participação dos Delegados da Polícia Federal de Ribeirão Preto com a atividade ilegal garimpeira, essa investigação está sendo conduzida, como bem disse a matéria, pela Diretoria de Inteligência da Polícia Federal aqui, em Brasília, em conjunto com o Ministério Público Federal de Ribeirão Preto. Não conheço a investigação. Ela deve ser sigilosa. Dessa forma, infelizmente, não tenho detalhes a esclarecer aos senhores.

Com relação à suposta demora da prisão do Marcos Glikas – como o senhor disse, ele estaria atuando na região há mais de um ano –, geralmente, essas investigações são muito demoradas porque exigem quebra de muitos sigilos, a começar pelo sigilo telefônico. O Dr. Sílvio tem conhecimento dessa investigação.

Infelizmente, em três ocasiões, organizamos as nossas equipes da Polícia Federal para prender toda a quadrilha em flagrante. Tínhamos conhecimento de que alguns membros da quadrilha se deslocaram do interior de São Paulo, salvo engano, da cidade de Americana, em aeronave pequena e alocada, desceram numa reserva indígena, onde efetuaram pagamento dos diamantes em espécie, e, logo em seguida, retornaram para São Paulo. Lamentavelmente, nós, no Estado de Rondônia, não temos a estrutura de que necessitamos e que gostaríamos. Numa dessas ocasiões, postamos nossas equipes em uma determinada pista de pouso do interior da reserva, mas, em função do mau tempo, essa aeronave desceu em outra pista. Então, perdemos a oportunidade de prender toda a quadrilha em flagrante. Tínhamos conhecimento de que esse nosso agente da Polícia Federal de São Paulo – cujo nome a imprensa publicou de forma equivocada – estaria dentro da aeronave. Estávamos realmente acompanhando toda a movimentação da quadrilha há mais de um ano e efetuamos a prisão do Marcos Glikas em Porto Velho. Uma equipe nossa se deslocou com ele dentro do ônibus de Pimenta Bueno até Porto Velho, quando deflagramos a Operação Kimberly. Prendemos o Marcos Glikas, um agente da Polícia Federal em São Paulo, que ficou preso, por alguns dias, na nossa carceragem em Porto Velho. Prendemos advogados, garimpeiros, contadores, empresários e o piloto dessa aeronave. Temos, também, um agente preso, na nossa Superintendência, desde novembro do ano passado em virtude também de investigação realizada pela Polícia Federal no Estado em parceria com o Ministério Público. Infelizmente, temos tido certa dificuldade para acessar esses dados. Como disse agora há pouco, são dados sigilosos. Naturalmente, isso depende de quebras de sigilo que demandam algum tempo até que a Justiça os defira.

Com relação aos maquinários, nós tivemos sérias dificuldades na retirada desse tipo de equipamento da reserva indígena. Quando o senhor estiver em Porto Velho, tiver um tempo e quiser visitar o pátio do DNPM, verificará que o pátio está abarrotado de maquinário do garimpo, da mesma forma o pátio da nossa Superintendência. O que foi possível tirar nós retiramos.

Mas, em várias ocasiões, tivemos sérias dificuldades com as lideranças indígenas. Por quê? Quando os garimpeiros deixavam a área, de forma voluntária ou até por intervenção da Polícia Federal, os próprios índios se apossavam dos maquinários. Então, isso dificultou muito a retirada dos maquinários lá de dentro. O senhor sobrevoou a área e deve ter visto caminhões e retroescavadeiras. A Funai nos tem passado que todos aqueles equipamentos pertencem aos índios. Aquilo, naturalmente, foi fornecido pelos garimpeiros – digo empresários garimpeiros, não garimpeiro da bateia – como pagamento de diamantes. É uma situação bastante delicada. Infelizmente, nem sempre é possível realizarmos as providências que entendemos necessárias.

Não sei se respondi às indagações de V. Exª, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Paulo Elifas, V. Exª deseja fazer alguma pergunta?

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO) – Boa-noite. Na realidade, estamos diante de um problema que se arrasta há tanto tempo e que absolutamente ninguém tem conseguido solucionar porque as atribuições de cada um nessa história toda ficam muito mal definidas. Temos a questão da reserva indígena, o indígena dentro da sua área; temos a Funai defendendo a área indígena, o índio, marcando aquele espaço como se fosse um outro país; índios que estão sob a jurisdição do ministério público federal, e o ministério público estadual não podendo interferir na sua vida. Há ainda a proibição do índio que está confinado à sua reserva, de retirar a madeira e o minério. Como vamos achar uma solução para isso? É algo muito difícil. Vamos passar aqui mais cinco anos discutindo, teremos mais dez massacres em Espigão d'Oeste, porque temos realmente de definir as coisas.

Se há uma reserva indígena, e o Ibama vai protegê-la, não sendo possível efetuar-se garimpo ou a retirada de madeira naquela reserva, então, algumas atitudes deverão ser tomadas. Primeiro, saber quem manterá os índios; como eles serão alimentados. O índio que está socializado, hoje, não sabe sequer atirar uma flecha para caçar ou pescar. Então, se o índio fica jogado na sua reserva, fatalmente, tendo possibilidade de retirar o diamante, ele vai fazê-lo. Se não souber tirar, vai pedir ajuda de alguém que sabe. Então, vai entrar um garimpeiro lá dentro para começar a retirar esse diamante.

No entanto, o que mais nos causa indignação, como diz a Drª Conceição, é a questão da demora, dessa preocupação excessiva de a Funai defender algo indefensável. Crime é crime. Se alguém tira a vida de um ser humano, seja preto, branco, amarelo ou índio, esse indivíduo tem de ser punido. Se houve um massacre, temos de saber quem o comandou. O Dr. Mércio Gomes, Presidente da Funai, nos falou que os corpos dos garimpeiros assassinados não tinham sinais de ferimento à bala. Só foram feridos com burduna.

Não sei se isso é verdade. Pessoalmente, acho um descaramento o camarada chegar aqui, na frente de uma comissão, e dizer simplesmente que os garimpeiros foram mortos com burduna e flechadas, como se os índios estivessem ainda no estado nativo. Não conhecem uma arma de fogo, não conhecem carro.

Estivemos na Reserva, e todos andam de caminhonetes luxuosas, com tração 4x4, que eu mesmo não tenho. Mas essa não é a questão. Creio que eles têm o direito de ter isso. O que eu acho que existe, sim, é isso que já falei em outras ocasiões, é nossa omissão, nossa vagareza, estamos muito vagarosos no sentido, assim, de resolver o problema do garimpo. Nós não vamos resolver o problema da corrupção da Polícia Federal, nós não vamos resolver o problema da corrupção dos funcionários do Ibama, que sabemos que existe em Rondônia – já foram presos seis ou doze e já foram demitidos; existe mais uma dezena de funcionários do Ibama dando nota de transporte de carga; existem milhares de caminhões saindo à noite das reservas indígenas, transportando madeira ilegalmente com conhecimento dos funcionários do Ibama; sabemos que está saindo diamante com o conhecimento de funcionários da Polícia Federal –, sabemos que existe isso, mas a única maneira de realmente resolvermos isso é determinar o que se vai fazer com a reserva indígena, o que se vai fazer com os índios que estão lá dentro dessa reserva, qual é a tutela específica da Funai em relação aos índios, se ela vai manter esses índios sem trabalhar, só comendo, dormindo e andando de carro, se vai dar educação adequada para esses índios, mas, do jeito que está, esse pessoal realmente abandonado, acho que agora já se apreendeu até uma carga de óleo *diesel*, passamos lá, vimos que existe um movimento no garimpo, um garimpo que está abandonado há dois meses, três meses, já deveria estar até com o mato crescendo e, na realidade, estava tudo limpinho, tudo organizado, como se realmente ali estivesse sendo efetuado o garimpo. Eu só gostaria realmente de perguntar ao Delegado da Polícia Federal com relação a esses ferimentos, porque o Presidente da Funai disse que os garimpeiros não sofreram ferimentos por armas de fogo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Superintendente da Polícia Federal.

O SR. MARCO AURÉLIO MOURA – Senador, nós, coincidentemente, recebemos na data de ontem

onze laudos emitidos pelo IML de Porto Velho. Havíamos recebido sete laudos agora, sete não, desculpe-me, não me recordo do número exato, mas ontem recebemos onze laudos, e podemos verificar que foram encontrados projéteis de arma de fogo em alguns corpos, não em todos. Os projéteis já estão conosco, nós pretendemos, na instrução do inquérito policial, fazer até a balística, para verificar, se ainda for possível, de que arma partiram os disparos. Então, esse ponto só restou esclarecido com a emissão dos laudos pelo Instituto Médico Legal de Porto Velho.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO)– Isso para mim é muito importante, porque vejo o seguinte: que os funcionários da Funai que estavam dentro da reserva devem ser responsabilizados por esse crime. Eles não podem ficar simplesmente a distância, como protetores dos índios. Eles têm que ser indiciados criminalmente, porque eles estavam dentro da reserva, eles obstruíram a Justiça de entrar na reserva para resgatar os corpos, esconderam os fatos e os ignoraram, então, acho que o mínimo que se pode fazer hoje é indiciar essas pessoas que estavam dentro da reserva florestal com a finalidade exclusiva de proteger a reserva, de proteger o índio, e não o fizeram. Pelo contrário, acabaram permitindo que 29, 30 ou 40 pessoas fossem assassinadas e até escondidos os corpos – todo mundo fala que houve ocultação de cadáveres dentro da reserva dos diamantes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não. Com a palavra o Superintendente da Polícia Federal.

O SR. MARCO AURÉLIO MOURA – Gostaria apenas de prestar um esclarecimento ao Senador Paulo Elifas. Designamos uma equipe da Polícia Federal para tratar exclusivamente da instrução deste inquérito policial. As oitivas dos índios foram iniciadas há uns 15 dias aproximadamente. O Ministério Público Federal está-se fazendo presente em todas as oitivas. V. Exª sabe da isenção do nosso trabalho lá no Estado de Rondônia e posso dizer até em nível nacional. Não temos interesse algum em proteger quem quer que seja. Estamos apenas buscando esclarecimento dos fatos. Se a autoridade policial concluir no final da sua investigação que há elementos suficientes para o indiciamento de índios e servidores da Funai ou de outras pessoas envolvidas com o fato, tenho certeza absoluta de que ele fará o indiciamento de todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Como o Raupp falou aqui, o Mércio afirmou perante nós que a Polícia Federal praticamente não entrou lá porque não queria, mas também afirmou essa história de que não havia tiros, quer dizer, como já conheço o passado dele, de algumas coisas que não fala de acordo com os fatos reais, ele se enquadra novamente no conceito que eu já tinha de que ele costuma faltar com a verdade, o nosso Presidente da Funai. Mas o caso é que o Ministério Público e a Polícia Federal também têm as suas culpas nesse problema.

Eu gostaria de fazer uma pergunta diretamente ao Dr. Sílvio Roberto em relação ao incidente de outubro de 2003. Se foram ouvidas todas as pessoas nominadas como responsáveis por aqueles homicídios ocorridos naquela época, em outubro de 2003, na reserva Roosevelt.

O SR. SÍLVIO ROBERTO AMORIM JUNIOR – Senador, como a colega Conceição falou, o inquérito foi instaurado junto à Polícia Civil. Então o Ministério Público Federal num primeiro momento não teve acesso aos dados, aos elementos a respeito desses homicídios. Estamos procurando ter conhecimento disso agora com várias manifestações no sentido de atrair a competência para a Justiça Federal.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas ela não deveria acompanhar, já que o Ministério Público Federal é que protege os indígenas, esses inquéritos de perto?

O SR. SÍLVIO ROBERTO AMORIM JUNIOR – Senador, se houve uma requisição de inquérito da colega do Ministério Público Estadual e num primeiro momento uma fixação de competência pela Justiça Estadual, o Ministério Público Federal nesse primeiro momento ficou, até porque não sabíamos a linha de investigação da Justiça Estadual a respeito de questionamentos de competência, numa situação distante dos fatos.

Com o conhecimento de que essas pessoas haviam sido mortas dentro da reserva, o colega Reginaldo e também no início o Dr. Marinho fizeram as ingerências no sentido de atrair a competência para a Justiça Federal. Agora, acompanhar as oitivas é uma outra situação. Não sei nem se a Drª Conceição acompanhou, mas normalmente essas oitivas são realizadas pela autoridade policial. E como era um inquérito tramitando na Polícia Civil não tivemos acesso a isso.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A doutora poderia me responder essa pergunta?

A SRA.CONCEIÇÃO BAENA – O inquérito de outubro de 2003 foi instaurado pelo delegado de polícia local, mediante portaria. Nesse inquérito foi ouvida uma testemunha presencial, o Sr. Antônio Ismério Martins. Ele prestou declarações para mim na Promotoria de Justiça e depois prestou na polícia. Como disse o colega Sílvio, não acompanhamos de perto, porque é a Polícia Civil ou Federal é que faz a oitiva. Alguns casos

a gente vai acompanhar até para sugerir recomendações, para requerer diligências e para exigir mais brevidade também. Nesse caso do IPL 107, fiz questão de ouvir na Promotoria, em separado, o Sr. Antônio Ismério Martins, que presenciou o massacre e, depois, prestou as mesmas declarações na Polícia.

Acompanhei a diligência da oitiva de um índio chamado, salvo engano, Zezinho Cinta-Larga, que deu informações sobre o Pandere na participação daquela chacina e apontou também alguns índios que teriam participado.

Posteriormente, a Polícia Civil, naquele inquérito, requereu a prisão temporária dos índios apontados como autores dos homicídios, inclusive filhos de cacique Uitinha e alguns outros. Até o momento em que a Justiça Estadual e o Ministério Público Estadual estavam acompanhando o processo, não conseguimos falar com esses índios, não conseguimos ouvi-los. Por quê? Porque a Funai ficava de apresentá-los, mas nunca o fazia. Como sempre, a Funai estava obstruindo o nosso trabalho. Inclusive esse índio Zezinho foi ouvido, salvo engano, em novembro de 2003. O delegado me chamou para acompanhar a oitiva para depois não alegar que o índio Zezinho foi coagido a dizer nomes. Fui acompanhada da Polícia Militar, que, na época, me dava proteção, segurança. Acompanhei o relato desse índio, apontando que, na aldeia, o comentário era que os mandantes do crime, os executores eram fulano, sicrano e beltrano. Citou o nome de cinco ou sete índios, salvo engano – não me recordo do número certo –, que teriam participado do massacre.

Na época em que estive em Espigão D'Oeste e antes da ocorrência do outro massacre, o Procurador da Funai fez a proposta de apresentar esses índios, sob a condição de revogarmos a prisão. Eu disse: "Não! Deixe-os prestar esclarecimentos, depois revogaremos." E o que ocorreu? Eles foram até o juiz e fizeram um pedido de revogação por escrito. O juiz revogou a prisão, mas não concordei com essa atitude. Fiz uma cota no processo, dizendo que deveria ter sido condicionada a revogação à oitiva, à apresentação desses indígenas que foram acusados de terem praticado essa chacina.

Bastou revogar a prisão, e em uma semana – não se passaram 10 dias – houve a segunda chacina. No dia 10, quando estive em Espigão D'Oeste e fiz aquele pedido à Justiça Federal, enviei outra solicitação à Justiça Estadual requerendo a preventiva daqueles índios cuja prisão havia sido revogada, dizendo o seguinte: "Dr. Juiz, parece que, para índio, funciona assim em Espigão D'Oeste: se está revogada a prisão, não há lei. Então, vamos praticar de novo o crime. Sendo assim, quero a preventiva deles novamente, por conta do segundo massacre". Fiz esse pedido, e o juiz decretou novamente a prisão preventiva desses índios. A partir de então, não sei se eles foram ouvidos. Acredito que não, porque há uma dificuldade imensa de conseguir localizar esses índios, que somem no interior da aldeia. Vamos até lá – quando nos é permitido entrar –, mas não conseguimos encontrá-los. É uma terra de ninguém. A situação é complicada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Na área de saúde, quando faltam medicamentos, o procurador ou o promotor determina a prisão do Secretário de Saúde para fornecer o medicamento. Se V. Sªs forem mais enérgicos com o Presidente da Funai, talvez apareçam os índios para falar. Devemos também ser um pouco mais... É preciso fazer valer a força de vocês. Se a Funai está fazendo alguma obstrução, precisamos pressionar a Funai ou o funcionário que está obstruindo a justiça. Se tivesse sido tomada alguma atitude nesse primeiro massacre, talvez não tivesse ocorrido o segundo. Eles se consideram acima da lei.

Quero fazer-lhe a mesma pergunta que fiz à Polícia Federal, ao Dr. Moura. Quero repetir esse assunto para esclarecê-lo bem na minha cabeça. Levaram 13 dias, entre a constatação das mortes e a ação efetiva, para recuperar os corpos das pessoas que haviam morrido no massacre. A pergunta é mesma que fiz da outra vez. O Dr. Mércio disse que vocês não entraram porque não quiseram. Por que esperaram 13 dias até a Funai dizer onde estavam os mortos, se os garimpeiros que notificaram o fato já sabiam disso?

O SR. SÍLVIO ROBERTO AMORIM JUNIOR – Eu não posso dizer a V. Exª que a Funai impediu o nosso ingresso na reserva, porque não o fez. Entretanto, em momento algum, a instituição disse: "Podem ir lá para resgatar os corpos que estão em tal lugar". Tão logo tomei conhecimento do fato por intermédio do Sr. Governador, imediatamente mantive contato com o Walter Bloss. A partir de então, todas as tratativas da Polícia Federal e da Funai envolveram a minha pessoa e o Sr. Walter Bloss. Então, ele disse que precisava ir à aldeia para conversar com os índios, a fim de averiguar se realmente havia ocorrido o massacre, ou o conflito. E, num primeiro momento, ele me disse que os índios confirmaram os três corpos. Entretanto, naquele momento em que confirmaram a existência desses três corpos, eles não quiseram indicar o local exato. Então, a Funai – refiro-me ao Sr. Walter Bloss – pediu-me um tempo para convencer os índios a levá-los até o ponto onde estavam esses corpos. Creio que isso tenha demorado três dias. Então, fomos ao local, resgatamos os corpos um ou dois dias depois que os índios levaram os servidores da Funai.

Logo em seguida, também resgatamos esses três corpos e, como havia notícias da existência de outros

corpos, eu novamente mantive contato com o Sr. Walter Bloss e lhe comuniquei o que estava acontecendo. Disse-lhe que ele tinha que convencer os índios, conversar com eles para que dissessem se realmente havia esses outros corpos. Então, ele me pediu mais um tempo para conversar com os índios para que o mesmo procedimento fosse efetuado, e os índios apontassem o local onde estavam esses corpos.

Paralelamente a isso, ocorreu aquele incidente com o índio lá de Espigão d'Oeste. Então, as tratativas, as negociações que estavam caminhando em um determinado sentido, a partir daquele momento, foram todas por água abaixo. Segundo notícias que me transmitiu o Sr. Walter Bloss, os índios estariam se armando para invadir a cidade de Espigão d'Oeste, a fim de resgatarem o índio à força.

Portanto, não houve impedimento por parte da Funai, que apenas me solicitou que eu aguardasse um pouquinho porque precisava conversar com os índios. Tanto que chegamos a participar de uma reunião – salvo engano – na Justiça Federal, quando alguns caciques foram ouvidos. Creio que houve até interrogatório. E participei de uma reunião lá envolvendo os caciques. Não recordo qual foi o juiz federal. Creio que foi o Dr. João Cabelon. Não sei se o Dr. Sílvio chegou a participar dessa reunião. Então, foi isso que aconteceu.

A Polícia Federal, com relação à questão indígena, já adota essa conduta há muitos anos, ou seja, não ingressamos em reserva indígena, seja ela qual for, sem que esteja presente um representante da Funai, justamente para que ele possa acalmar os ânimos e administrar a questão interna. Em momento algum, permiti, nem permitirei, enquanto for Delegado da Polícia Federal, que um agente nosso ou uma equipe um pouco maior vá a uma reserva onde há risco de conflito com os índios. Isto jamais farei, porque o meu objetivo lá, desde o início deste trabalho, foi impedir que novas mortes ocorressem. Lamentavelmente, as 29 mortes já haviam ocorrido. Lamentavelmente! Mas meu objetivo foi evitar um mal maior. Portanto, ingressamos no local. Concordo que houve certa demora no resgate dos corpos. Isto é um fato inegável, porque as mortes ocorreram no dia sete e, no dia onze, salvo engano, resgatamos três corpos e, no dia 19 de abril, resgatamos os 26. E eu só permiti – é uma responsabilidade que assumo – o ingresso na reserva para a retirada desses corpos quando a situação estava tranqüila e não havia nenhum risco de conflito. Não sei se esclareci a indagação de V. Exª.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O senhor disse que só entrou na reserva quando havia sinais de que não haveria resistência dos índios. Ficaram negociando diretamente com os índios ou diretamente com a Funai?

O SR. SÍLVIO ROBERTO AMORIM JUNIOR – V. Exª se refere à Polícia Federal?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A negociação toda foi só com os índios ou só com a Funai?

O SR. SÍLVIO ROBERTO AMORIM JUNIOR – A Polícia Federal, por meu intermédio, tratou apenas com o Walter Bloss, até um determinado momento. Com a chegada do Sr. Apoena Meireles ao local, ele também passou a fazer parte da equipe. Mas, em momento algum, policial federal, pelo menos que eu tenha conhecimento, manteve contato direto com os índios. Até porque dizia-se que havia índios desaparecidos. Ficamos em dúvida sobre se eles estavam realmente desaparecidos ou se estavam espalhados pelo interior da reserva indígena armando uma tocaia. Depois de muita conversa, o pessoal da Funai – o Walter Bloss e sua equipe – convenceu os índios a levá-los ao ponto onde ocorreu o massacre. A Polícia Federal reconhece que, pelo menos esse trabalho, foi feito pela Funai. Bem ou mal, foi feito pela Funai.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passo a palavra agora ao Senador Delcídio Amaral, Relator desta Comissão.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, cumprimento a todos os componentes da Mesa, os Srs. Senadores.

Havia um elenco de perguntas para eu fazer, algumas delas já foram respondidas, umas totalmente, outras parcialmente. Quero fazer três perguntas bem objetivas em função do adiantado da hora.

Antes de formular as perguntas, quero, mais uma vez, ressaltar a ausência do representante da Funai. Temos tido muitas dificuldades para ouvir o Dr. Walter Bloss aqui, desde o primeiro depoimento, em caráter sigiloso. E, agora, as dificuldades continuam. Acho muito importante também ouvir o secretário de Segurança de Rondônia, que, mais uma vez não pôde vir; ele se justificou dizendo que participaria de uma convenção partidária. Eu respeito esses compromissos pré-estabelecidos.

Começa a ficar muito claro que essa questão de Rondônia tem um foco inicial, que é a questão da exploração mineral em áreas indígenas, mas tem como pano de fundo um mosaico de corrupção, um sem-número de relações absolutamente ilegais. Os fatos têm demonstrado ao longo dessas oitivas e, em função de vários fatos aqui que a própria mídia nacional tem agora divulgado, de que essa é uma grande estrutura operando a pleno vapor. Quanto mais ouço as pessoas falarem sobre a reserva do Roosevelt,

mais me convenço de que as grandes vítimas foram os garimpeiros e os índios. Eles foram absolutamente bem manipulados por uma série de pessoas, por uma série de organizações. Portanto, acho até que o encaminhamento dessas soluções ou pelo menos das propostas da comissão externa do Senado, dela vai constar todo um leque de alternativas, propostas de ordem jurídica, legal, assim como propostas relativas à questão da mineração em áreas indígenas também. Estamos trabalhando nisso, a Consultoria do Senado está olhando a questão criminal em profundidade, com especialistas na área.

Queria fazer basicamente três perguntas. A primeira delas é com relação ao papel do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal. Diante desse massacre, do episódio dantesco da reserva Roosevelt, aparentemente, pelos depoimentos, verificamos um comportamento dicotômico entre o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal. Talvez o objetivo seja o mesmo, mas a postura um pouco diferente de um e de outro. Ou bastante diferente. Um talvez mais angustiado, outro mais sereno – é uma observação única e exclusivamente minha – um preocupado em averiguar rapidamente, até pela gravidade da situação, outro encarando a situação de outra maneira, dentro de outro conceito. Portanto, gostaria de entender melhor essa diferença, se é que entendi adequadamente o posicionamento do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual.

A segunda pergunta, que me preocupa muito também, é fruto de tudo que ocorreu. Quais são as pessoas que estão sob inquérito policial, seja civil ou federal? Quantas pessoas estão presas? E quem são essas pessoas? Talvez isso tenha sido repetido aqui ou mencionado em Rondônia, mas é importante registrar quem está sob inquérito, a que instituição pertencem essas pessoas, se estão presas ou não, ou se a prisão foi relaxada.

O terceiro ponto é com relação ao meio ambiente. Todos nós temos conhecimento do que a mineração pode acarretar no aspecto de degradação ambiental, fruto da atividade garimpeira. E que cuidados precisamos tomar, principalmente no caso da reserva Roosevelt. Todos nós que visitamos a reserva observamos o nível de degradação ambiental em função da exploração de diamantes na região. Temos observado uma atitude muito consistente, firme e rigorosa por parte do Ibama, em várias ocasiões, principalmente na busca da conservação e preservação ambiental. Portanto, gostaria de saber por que o Ibama, sempre rigoroso nessas ações, no caso do garimpo de Roosevelt não adotou uma atitude firme nesse sentido. Ou se isso se deve única e exclusivamente à Funai, ou ao próprio Ministério Público, que sempre foi muito cioso principalmente no que se refere ao trato de assuntos ambientais.

Resumindo, o comportamento do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal, a real situação dos inquéritos, as pessoas envolvidas, as instituições a que essas pessoas pertencem, se existe alguma pessoa presa ou não. E, terceiro ponto, o papel, em uma degradação ambiental evidente, como a verificada na reserva Roosevelt, do Ibama e do Ministério Público Federal, que sempre foram muito ciosos, por toda a experiência que tenho, principalmente em relação a algum tipo de risco à preservação de nossa fauna, flora e ambiência aquática. É muito importante aproveitar a oportunidade para ouvi-los.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – No sentido de ordenar as respostas, já que praticamente há perguntas para os quatro convidados, vou passar primeiramente para o gerente do Ibama, Dr. Pitaluga, para responder.

O SR. OSVALDO PITALUGA – Inclusive eu estava me reportando ao Dr. Marcos, porque o Dr. Marcos estava me falando que foi no ano de 2002, e que tem um maquinário que foi do garimpo que está apreendido na Polícia Federal que ocupou quase todo o pátio. Houve ação da Polícia Federal contra a questão da extração ilegal de diamantes na região e o Ibama foi lá fazer a constatação do crime ambiental, para posterior processo de recuperação de degradação. E sempre somos solicitados, porque é uma unidade de conservação mas ela tem uma característica de preservação permanente e a responsabilidade de gestão da Funai. Então, sempre que a Funai solicitou, o Ibama foi.

Agora, a nossa grande dificuldade, Senador, e em Rondônia é complicado, há inclusive uma unidade minha em que tem um garimpo ilegal lá, temos uma ação do Ministério Público Federal que tivemos que recuar, porque, se fizéssemos a operação, teria dado um conflito. Então, muitas vezes nós gestores temos que ter a compreensão de, às vezes, preferirmos um dano ambiental localizado no caso num garimpo do que criarmos um conflito e gerarmos mortes, como é o caso da Cachoeirinha, que estamos investigando, estamos com uma ação, estamos acompanhando, temos feito o que é possível, mas o conflito é tão grande, e o crime organizado, tenho reafirmado isso para mostrar a gravidade, muitas vezes até, digamos, "prevaricamos" ou não fazemos toda a ação necessária, como coloquei na Bom Futuro. Temos três mil pessoas que invadiram uma unidade de conservação, temos sete madeireiras e temos algumas fazendas. Se chegarmos com aparato policial para tirar todo mundo, vocês imaginam o problema que pode acarretar. Porque, no

meio do agricultores, têm fugitivos da polícia, pessoas que estão dispostas a qualquer coisa, criar um conflito que acabe virando um Urso Branco da vida, uma Roosevelt da vida, ou o próprio massacre de Corumbiara como ocorreu no ano passado na região. Então, Rondônia tem essa peculiaridade e acho que o foco principal que temos que ter – e gosto de colocar isso – é que o crime organizado está instalado na floresta. Temos que ter o cuidado com a defesa da questão ambiental, não queremos conflitos que envolvam mortes. Então, temos que ter esse cuidado para que isso não aconteça, como foram retirados os 13 pessoas que invadiram. Porque as invasões lá não são de duas ou três pessoas, são invasões de milhares de pessoas. Temos dificuldade, por exemplo – e coloquei isso no início –, de estoque de terras públicas e temos uma área invadida, uma gleba inteira do Incra invadida. Foi invadida de uma hora para outra. É muito organizado. Onde temos hoje 19 madeireiras, estão ilegais, e não consigo tirar. Porque, quando falamos em tirar – infelizmente temos que falar isso –, o Prefeito é contra, alguns responsáveis colocam que tem que ter calma, não é assim. Então, não se coloca todo o aparato necessário. Estamos discutindo essa situação lá, por exemplo, temos um grupo formado pelo Ministério Público Estadual, Polícia Federal, Ibama, Incra, Governo do Estado, Prefeitura, para buscar uma solução de consenso, um termo de justamente de conduta, para que evitemos o conflito onde haja mortes, mesmo que tenhamos degradação ambiental.

É o que sempre digo: a ponta mais fraca está sendo o meio ambiente, porque temos de levar em consideração a questão do ser humano, e nós do meio ambiente temos perdido essa briga porque, sempre que estamos para fazer uma ação, a primeira idéia que vem é que não podemos prejudicar o homem ou a mulher, então a ação não ocorre, pois privilegiamos o ser humano em detrimento do meio ambiente.

E temos tido esse cuidado. É angustiante isso, porque tenho uma concepção muito clara da importância do meio ambiente. Sei que, sem o meio ambiente de qualidade, o homem também não vai sobreviver. Mas temos tido essa preocupação normalmente, sem prevaricar, porque todas as ações que estão sendo feitas estão sendo comunicadas ao Ministério Público Federal: olha, vamos fazer essa ação, porque é uma ação cautelosa, mas estamos com planejamento. Inclusive fizemos um planejamento em conjunto, do Ibama, onde achamos que, para podermos desocupar uma das nossas unidades, vai demorar dois anos, para que não haja conflito, tamanho o grau de envolvimento do crime organizado na floresta, nas unidades de conservação, e isso é de responsabilidade federal e estadual.

Então, é essa nossa preocupação. Nesse âmbito, vamos fazer efetivamente toda ação que se faça necessária por falta de uma estrutura mínima, tanto de pessoal como estrutura física, mas principalmente com essa situação do conflito. Porque o crime organizado tem a vantagem. Ele tem o dinheiro na hora certa, eles se acobertam na hora certa. Nós gestores públicos, nós todos aqui somos de carreira do Estado, servidor público, temos que cumprir todo o rigor, temos tido sempre esse cuidado, com muita responsabilidade. Porque, se agirmos afoitamente, não vamos salvar nem a questão ambiental e muito menos vamos diminuir os conflitos existentes no Estado.

Mas hoje temos uma força-tarefa que atua em Rondônia, que envolve diversos órgãos, e seria interessante um contato com ela. Mesmo sendo uma força-tarefa do Governo Federal ou estadual ainda há dificuldades.

Rondônia infelizmente é um Estado conflituoso, fruto, obviamente – e temos que resgatá-lo, para não haver erros futuros – de uma ocupação totalmente desordenada. Diversas pessoas vieram para o Estado, de vários pontos do País, inclusive para diminuir a tensão social pela busca da terra em outros Estados, o que provocou um choque cultural muito grande entre as populações de imigrantes que foram para o Estado e as populações tradicionais. Tanto que nosso hino de Rondônia exalta os bandeirantes, mas não exalta os povos tradicionais.

Então a solução não surgirá de uma hora para outra. Temos que ter responsabilidade e compreensão de que um problema que culturalmente foi criado consiga ser mudado de uma hora para outra. Quando foi chamada essa população para morar em Rondônia, na década de setenta, durante o milagre econômico, uma terra do eldorado, as pessoas chegavam lá, mas não tinham assistência médica, não tinham terra, não tinham nada, então as pessoas aprenderam a fazer a sua lei. Não estou justificando, para que essa situação se perpetue, mas é difícil que haja uma mudança de uma hora para outra sem que aconteçam conflitos. Toda essa mediação existente, tanto com relação às populações tradicionais como a questão do meio ambiente e da ocupação para desenvolvimento do nosso Estado foi sempre conflituoso, mesmo com o nosso zoneamento o conflito continua e agora ainda vai se agravar, porque começa a entrar a soja, a pecuária começa a avançar e justamente sobre as áreas de conservação.

Trouxemos o mosaico do Estado hoje com o desmatamento, as únicas áreas que não sofrem processo de desmatamento são as protegidas por lei, o resto, quase todas estão desmatadas com grandes

degradações ambientais, inclusive nas propriedades particulares.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O representante do Ministério Público Federal, o Dr. Sílvio.

O SR. SÍLVIO ROBERTO AMORIM JUNIOR – Vamos primeiro ao papel do MPF e do MPE. Não vejo uma atuação distinta entre os dois ministérios públicos. É claro que a maneira ou o pensamento melhor de as coisas serem feitas muitas vezes é diverso, mas o senhor mencionou muito bem que os fins a que nos propomos, no fundo, são os mesmos. Acredito também que essas divergências que transparecem no relato da Drª Conceição em relação ao meu são naturais como é natural também a divergência que tenho com a Polícia Federal, da maneira de melhor agir nas diversas operações que realizamos e talvez isso tenha transparecido como uma forma de um agir de uma maneira e o outro de outra.

E vou ser bastante sincero, por uma razão de nunca termos sentado e conversado para estabelecer estratégias de atuação conjunta. Então penso que algum momento acabamos sofrendo em função disso, mas não vejo como atuações distintas, desconexas. Volto repetir, alguns pensamentos meus ou dos colegas da Procuradoria podem ser diferentes dos da Drª Conceição, mas isso não influi em nada até porque os membros do Ministério Público têm sua independência funcional e se o colega acha que está fazendo o melhor, respeita-se.

Muito disso também, acredito, é que temos – e o senhor mencionou também – a Drª Conceição que está na ponta, ela mesma lembrou esse fato, ela está sentindo a angústia dos garimpeiros, e o senhor foi bastante sereno na sua exposição, quando disse que eles, tanto quanto os índios, são, na realidade, as grandes vítimas desse processo todo; são pessoas que precisam manter sua família, que não têm uma vida digna e muitas vezes o Estado se omite e eles precisam, de alguma maneira, tentar sobreviver. Às vezes, a idéia do lucro mais fácil muitas vezes inflamados por pessoas que têm dinheiro e poder, muitas vezes não, procuram minerar, sendo garimpeiros rodados ou não, admitidos pelos índios ou não. Então acredito que essa sensação toda, esse sofrimento todo passa para a Drª Conceição muito mais fortes do que para nós que estamos num trabalho de verificar a origem disso, porque o que estamos conversando aqui o tempo inteiro é a respeito das conseqüências em que se deram as mortes. O fundamental, nessa história toda, é procurarmos atacar as origens, quem financia.

O Senador Valdir Raupp infelizmente teve de se retirar, mas deu a impressão de que o Marcos Glikas financia. Ele é um intermediário. Ele é um contato que tem uma grande influência e que tem um certo dinheiro, mas tem alguém atrás dele que financia porque ele vende isso par uma pessoa e nós estamos buscando chegar nisso. As linhas de atuação também divergem em função disso. Procuramos tentar, ao máximo, debelar a origem. A Drª Conceição sente muito a conseqüência e, obviamente, num momento em que estamos tendo uma investigação que é sigilosa, envolvendo interceptações telefônicas, quebra de sigilo de toda ordem, como vamos poder falar isso para a colega? Eu estarei cometendo um crime se eu mencionar informações sigilosas num processo em tramitação. Não posso falar isso no momento da investigação. Depois a gente senta e conversa.

Por outro lado, estamos trabalhando, volto a repetir, com questões e quadrilhas muito bem organizadas, com papéis compartimentados onde muitas vezes, e na imensa maioria das vezes o garimpeiro não sabe quem está dando o dinheiro para que ele chega e minere. Então como vamos também concatenar uma coisa com outra se temos que buscar lá em cima? Mas isso, de nenhuma maneira, quer dizer que trabalhemos de maneira diversa ou de repente causando a impressão de que um quer esvaziar a atribuição do outro, porque o fim disso tudo é procurarmos solucionar essa gama de problemas da melhor maneira possível para os índios, para os garimpeiros, no sentido de que não haja mais mortes.

Quero lembrar também que um mês e pouco depois, houve a morte de um índio e há um inquérito instaurado. Não são apenas os garimpeiros que sofrem isso, porque também eles não são as únicas vitimas como o senhor mencionou.

Um outro aspecto que fala exatamente dessa divisão de tarefas do crime organizado é que no Mato Grosso foi presa a SRA.Joana Amaro de Lima, que tinha uma ligação com toda a organização que Marcos Glikas integrava. Naquele momento, em novembro de 2003, salvo engano, foram presas com a SRA. Joana Amaro mais ou menos 400 gramas de pedras de diamantes. Liguei naquele momento para o colega do Mato Grosso, Pedro Táxi e falei: "Pedro, deixa do jeito que está." Quer dizer, só prende, só denuncia por isso, por receptação, se tiver quadrilha, se tiver mais de três, porque ela fazia parte de algo maior. Naquele momento não foi interessante que o colega do Mato Grosso, provavelmente iria fazer, se eu não tivesse falado com ele, procurar fazer uma quota lá para investigar como chegou e tal.

Então, muitas vezes temos até de trabalhar de maneira que o colega, da outra Procuradoria, acredite no nosso trabalho, mesmo sem saber de tudo aquilo em

que estamos envolvidos. Da mesma forma, os colegas de Ribeirão Preto. Nós, de Rondônia, tínhamos conhecimento dessa suposta ligação, pois já havia aparecido isso. Só que os colegas de Ribeirão Preto é que tinham as provas e toda a interceptação está lá.

Isso também reflete a demora que o senhor mencionou, porque, numa situação de crime organizado, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal têm de encontrar o melhor momento para agir. Isso é algo autorizado pela própria Lei nº 9.034, ação retardada de investigação. Infelizmente, não pudemos pegar o Marcos Glikas, o agente da Polícia Federal e os outros da organização antes, pelos problemas que o Dr. Moura já mencionou. Entretanto, na primeira oportunidade que tivemos, fomos lá e prendemos.

Divaguei um pouco, mas é para se ter uma idéia também de que não podemos ficar – e a sua exposição foi muito serena – apenas no problema dos assassinatos, mas também naquilo que envolve e em como resolver também isso, porque isso reflete também uma falha da União e dos órgãos federais, de um modo geral, em combater isso. Por exemplo, essa falha pode ser não dar à Polícia Federal o apoio em termos financeiros e operacionais, para que realmente o garimpo seja vigiado. Lembro que, em 2002, 2003, tinha uma base da Polícia Federal e como se vai conseguir resolver esse problema com uma base da Polícia Federal, com um Delegado e quatro agentes? Então, não é somente um problema também da Funai. É um problema de a União realmente ter vontade, para poder resolver essa questão, seja fechando de uma vez, seja abrindo uma outra solução, que, nesse momento, em termos constitucionais, não é possível. Então, nesse momento, o essencial é que tenhamos condições de realmente vigiar e fiscalizar. Parece que agora já está havendo uma vontade maior, mas ainda se precisa mais.

Com relação às pessoas presas, eu tinha conhecimento de quatro aqui, mas, dentro da Superintendência, hoje, há seis pessoas de organizações diversas que estão presas. Por que mais outras pessoas não estão presas? Porque, muitas vezes, os papéis da organização criminosa são diversos, como eu falei, e uma participação é de menor importância em relação à outra. Então, é difícil segurar a prisão. E tinham as provas e toda interceptação para lá. Então, muitas vezes...Isso também reflete a demora que o senhor mencionou, porque em uma situação de crime organizado, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal têm de encontrar o melhor momento para agir, e isso é algo autorizado pela própria Lei nº 9.034: ação retardada de investigação.

Infelizmente, não pudemos pegar o Marcos Glikas, o agente da Polícia Federal e os outros da organização antes, pelos problemas que o Dr. Moura mencionou. Mas na primeira oportunidade que tivemos nós o pegamos.

Então, até divaguei um pouco nesse ponto, mas isso até para se ter uma idéia também de que não podemos ficar – e a sua exposição foi muito serena – apenas no problema dos assassinatos, mas também no que envolve e como resolver também isso, porque isso reflete uma falha da União e dos órgãos federais de um modo geral de poder combater isso. Isso seja não dando à Polícia Federal o apoio em termos financeiros e operacionais, para que o garimpo seja vigiado... Eu me lembro de que em 2002 e 2003, eu me lembro de que havia uma base da Polícia Federal. Como você vai conseguir resolver esse problema com uma base da Polícia Federal, um Delegado e quatro agentes?

Então, não é só o problema também da Funai. É problema de a União realmente ter vontade de resolver o problema, seja fechando de uma vez ou abrindo uma outra solução, mas que nesse momento, em termos constitucionais, não é possível.

Então, nesse momento o essencial é que tenhamos condição de realmente vigiar e fiscalizar. Parece que agora já existe uma vontade maior, mas ainda se precisa de mais.

Com relação a pessoas presas, eu tinha o conhecimento de quatro aqui. Mas dentro da Superintendência hoje há seis pessoas, de organizações diversas, que estão presas. Por que não há outras ou mais pessoas presas? Porque, muitas vezes, os papéis da organização criminosa são diversos e uma participação é de menor importância em relação a outra.

Então, é difícil segurar a prisão de dezenove pessoas – como ocorreu agora com a operação Kimberly – se elas não têm uma participação igual. Duas delas tinham uma participação mais proeminente, então, procuramos mantê-las presas.

Também há, portanto, o aspecto processual. Até para não atrapalhar o curso do processo penal... Imaginem os senhores, dezenove réus presos, cada um arrolando oito testemunhas, muitas vezes com testemunhas com foro privilegiado, tendo a possibilidade de serem ouvidas na hora, data e lugar em que desejarem. Tudo isto torna o processo penal inviável para ser resolvido.

Então, temos essas questiúnculas processuais também que temos de solucionar para realmente manter preso quem é perigoso e periculoso. Temos de lidar com tudo isso.

Foi mencionada aqui uma última coisa: as alternativas aos índios.

Veja bem, a questão específica dos Cinta-Largas. Se não houver um projeto que dê a eles a possibilidade de se sustarem, como vamos querer que eles deixem de minerar. Se eles não podem ter lá o gado para poderem se alimentar, estaremos querendo que eles retornem a um passado, o passado de caça, que não é mais o deles. É o passado de caça e de nomadismo. Muito embora não tenham perdido a característica e o sentimento indígena, temos que lidar com essa situação atual de saúde. A Funai, hoje, tem um trabalho de saúde e educação. Aprendem Português e têm acesso a remédios. Temos, também, que olhar por essa lado: que outra forma, que outra solução vamos dar, fechando o garimpo, a eles? Não vão retornar. Continuam sabendo caçar, mas não vão retornar. Trata-se de uma outra questão que precisa ser esclarecida. Muito cedo, já na pré-adolescência, já separam quem vai ser caçador, aquele que vai saber manusear muito bem arco e flecha, de quem não vai, de quem vai ser líder, de quem vai cuidar da aldeia enquanto os caçadores, os guerreiros saem. É preciso, também, verificar as alternativas. De outra forma, vamos levá-los a um auto-extermínio, caso não estabeleçamos alternativas para que possam se sustentar. Não estou querendo, de alguma forma, justificar que garimpam e que estão certos. Não é isso. De forma alguma é assim. O fato é que já se integraram de alguma forma, sem deixarem de ser índios. Todos os reconhecem assim. Falo de todos nós. Mas têm uma outra forma de tratamento. Não são índios isolados. Hoje, são poucos, na realidade, os índios isolados. Nessa gama – e espero não ter sido prolixo –, é necessário mencionar esse tipo de coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra a Drª Conceição.

A SRA.CONCEIÇÃO BAENA – Quanto à questão de uma aparente dicotomia entre os trabalhos do MPE – Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal, faço minhas as palavras do Dr. Sílvio só com algumas considerações a mais.

Desde o início concordei – embora nossa Procuradoria tenha um entendimento diverso – que a competência para processas e julgar crimes, todos eles, inclusive homicídios praticados no interior da reserva indígena do Roosevelt fossem da Justiça Federal. Por quê? Porque a origem desses assassinatos é a extração de diamantes. A origem é essa. Não se trata de conflitos, mas da extração. A área é federal e as autoridades que têm a atribuição de fiscalização, como o Ibama, e da defesa do índio, a Funai, que faz a intermediação, são federais. Se tivermos que processá-los não temos atribuição. É competência da Justiça Federal porque são servidores federais. A competência para responsabilizá-los por eventuais omissões é da Justiça Federal, então a atribuição é do MP Federal. É óbvio que a competência também ter que ser da Justiça Federal para apurar os homicídios. A competência, no meu entendimento, seria da Justiça Federal e atribuição do MP Federal por quê? Porque a causa da extração ilícita de diamantes, a causa maior, o motivo, é da Justiça Federal e do MP Federal.

Com relação à dicotomia. Ela não é aparente, existe mesmo. Existe exatamente por isso. No Ministério Público Federal eles têm um trabalho para verificar como vai ficar a questão dos indígenas, como é que vai ser o trabalho de manutenção, de preservação da etnia. Há uma outra seção para cuidar da investigação da extração ilícita e dos crimes que decorrem da extração ilícita de diamantes. Só que ninguém cuidou dos homicídios que foram praticados lá dentro. Essa é a questão. O MP Federal ficou afeto a investigar a extração ilícita de diamantes e os crimes dele decorrentes. Só que quando ocorreu a primeira chacina e a segunda não foram tomadas providências. É a questão. O que eu, como Promotora Estadual, que nada tenho a ver com relação aos crimes de ordem federal, devia fazer? Fui buscar justiça, tomar providência, no mínimo, para recolher os corpos ali dentro.

Então, se eles tinham um trabalho preventivo, eu tinha um trabalho imediato, tive que tomar uma providência imediata. E aí o porquê da minha angustia, que é o mesmo de toda a sociedade. A máquina estatal, a Funai, com a Polícia Federal, com ou sem culpa, não estou questionando isso, demorou muito para fazer algo que deveria ter sido feito rapidamente.

E o porquê dessa dicotomia? Ela não é aparente, não. Ela existe mesmo. Ela existe, porque, se temos que dar prioridade aos trabalhos para apuração dos crimes relacionados à extração ilícita de diamantes, é urgente a questão dos garimpeiros cuja vida foi tirada ali dentro. Por isso que agi de afogadilho, por isso que me mostrei angustiada em relação a isso.

Vejam bem, não estou fazendo crítica ao MP Federal, mas, se é dada prioridade a essas investigações, por que, em outubro de 2003, quando houve a primeira chacina, o MP Federal não falou: "Não, a gente vai tomar conta. Dá aqui o inquérito. Cadê a Polícia Federal. Vamos colocar a Polícia Federal para fazer uma investigação paralela. Cadê?" Por que não foi feito isso?

Então, vejam bem, é a Polícia Federal, que tem contato com a Funai. É a Funai que medeia a entrada da Federal. Estávamos ali sem braço e sem perna porque a Polícia Civil não tinha estrutura alguma, o garimpo era distante 170 km, tínhamos que brigar no

grito. Foi o que fiz para ver se chamava a atenção e se podíamos fazer alguma coisa.

E digo que o fato só está com a Justiça Federal, hoje, por conta daquela petição que fiz, no dia 10 de abril, falando para o juiz tomar providência, falando à Funai: Vem cá! Vem aqui, vamos resolver isso aqui! Oh, Polícia Federal, vamos resolver isso aqui! Cansei de fazer ofício. Ajuizei uma ação cautelar inominada pedindo uma providência. Então a dicotomia não é aparente, não! É real! Não que tenhamos interesses distintos, mas é que se tratava de um caldeirão onde havia a extração do diamante, a questão indígena e a questão dos mortos, que não era resolvida. Cadê um planejamento para resolver isso? Por isso que agi e não me arrependo da forma como agi. Tinha que ser assim!

Com relação aos IPLs, como se a nossa atribuição até então só era relativa aos homicídios praticados ali dentro, pedi a preventiva, não me recordo agora, de 5 ou 7 índios, montamos uma operação com a Polícia Militar, e não conseguimos localizar esses índios. Diversas vezes, procuramos a Funai para apresentar. Creio que, em março, a Funai se propôs a apresentar. Assim como eles não comparecem às audiências que vocês marcam aqui, não comparecem quando marcamos. Que crime eles cometeram? Eles justificam que estão de férias, que não encontraram, justificam isso e aquilo outro, e não aparecem. Como fazer?

Então temos 5 ou 7 mandados de prisão preventiva decretados, que requeri contra os índios acusados de serem os autores daquela chacina praticada em outubro de 2003. Quanto a essa chacina, agora, a atribuição não é mais nossa. Foi avocada a competência do MP Federal e da Polícia Federal em requererem a preventiva.

Mesmo não sendo minha atribuição e preocupada com a localidade, ouvi umas 4 ou 5 pessoas, dentre elas 2 garimpeiros. Um deles disse, nessas declarações, que trabalhava para os índios e até se tornou amigo deles. Tudo isso enviei à Polícia Federal e ao MP Federal, mesmo não sendo atribuição minha. Colhi, fui lá, requeri, colhi, enviei a eles, sugeri, inclusive, que fosse requerida a preventiva das pessoas ali citadas, ou que fossem ouvidas, que fosse feita uma investigação. Não era mais atribuição nossa, mas fizemos. Então ouvi esse garimpeiro, e ele falou: "Olha, trabalhava para os índios, e, no dia anterior à chacina que ocorreu, no dia 6, no dia 7, o cacique João Brabo me chamou e falou assim: "Oh, você cai fora do garimpo, porque amanhã vai ter uma chacina e eu não quero que você morra, porque você é dos meus." Ai ele falou: "Não, eu não vou sair". Então, o cacique retrucou: "você vai sair por bem ou por mal."

Esse garimpeiro saiu – esse é o relato dele – à noite e veio em uma camionete Toyota da Funai e chegando a Espigão d'Oeste por volta da meia noite e no outro dia, depois do almoço já ficou sabendo que a chacina já tinha ocorrido. Nesse relato, esse garimpeiro disse que o Walter Bloss falou para ele. "Você tem que sair, se você não sair eu vou te matar." Esse é o relato desse garimpeiro dizendo que no dia anterior o Walter Bloss esteve na aldeia.

Eu estou falando não na qualidade de promotora, eu estou falando como testemunha, porque a investigação não é mais nossa é do MP Federal e é da Polícia Federal, pois essa questão foi passada para eles.

Então, isso também para justificar essa dicotomia. Por que essa dicotomia? E o que foi feito por nós. Se se observar, ficamos com os efeitos periféricos de tudo isso, porque até abril de 2004, a única atribuição jurisdicional nossa era com relação aos homicídios que eram praticados. Hoje tem um conflito de competência estourado no Superior Tribunal de Justiça para se decidir de vez se o competente é o Tribunal de Justiça de Rondônia ou é a Justiça Federal. Mas enquanto isso por uma questão jurídica, como o Juiz avocou, prevalece a competência da Justiça Federal. Esse é o posicionamento.

Em relação a questão ambiental, preocupada como sempre com esse problema, eu requeri para o Ibama, eu não sei se foi novembro ou dezembro do ano passado, uma carta imagem da área que retratasse a devastação ambiental no local, porque sempre foi notícia disso, nós tivemos uma reunião... Eu marquei uma reunião em dezembro, inclusive com algumas entidades, inclusive com o Ibama, já dizendo, Olha a gente tem que fazer um trabalho, tem que ir lá, a Florestal tem que ir lá e fiscalizar, tem que pedir. Independentemente de um planejamento o fato é que a Polícia Florestal, o Ibama deveria ter colocado membros dentro do garimpo para fiscalizar aquilo ali, porque era público e notório, fiscalizar pelo menos a questão ambiental, e relatar, tomar providências neste sentido. E eu pedi essa carta imagem e o Ibama mandou para mim, eu não me lembro se foi dezembro do ano passado ou janeiro desse e não é atribuição nossa propor ação civil pública ali dentro por degradação ambiental, porque é uma área federal e volta aquela questão a que já me referi, a atribuição é do Ministério Público Federal. Eu de posse dessa carta imagem eu fiz ofício e enviei essa carta imagem ao Ministério Público Federal para que fossem tomadas as providências.

Então, não sei se respondi os questionamentos do Senador ou não.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vou passar a palavra ao Senador Delcídio Amaral para as

suas conclusões finais já que o vôo dos nossos convidados é às 21horas e 30minutos, portanto está em cima da hora para ir para o aeroporto. Eu gostaria que todos pudessem colaborar.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Quinze segundos. Eu gostaria de fazer só uma pergunta ao Procurador Silvio Amorim se já foram tomadas providências no sentido de ouvir as pessoas em relação a essa sua última chacina. Essa é a sua responsabilidade a outra é deles. Mas que providências o senhor já tomou em relação a isso?

O SR. SÍLVIO ROBERTO AMORIM JUNIOR – Há três semanas nós estamos comparecendo a aldeia para ouvir os índios. Na primeira semana eu fui, na segunda semana o Dr. Reginaldo, e hoje até sexta-feira, quer dizer, o Dr. Heitor está acompanhando o Delegado da Polícia Federal que está ouvindo e o Procurador da Funai que está se fazendo presente, o Dr. Daniel.

Então, o Ministério Público está acompanhando.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, diante do que foi dito aqui, eu teria outras perguntas a fazer, mas, em função do horário, não será possível fazê-las agora. Como está em cima da hora, penso que o melhor é depois formularmos por escrito outras questões, pois os depoimentos foram de muita importância para todo esse processo

Quero agradecer a boa vontade e a paciência de todos os senhores. Estamos reunidos, desde cinco horas da tarde, são mais de três horas e vinte minutos.

Quero cumprimentar a todos, especialmente ao nosso Senador Augusto Botelho, e ao Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de encerrar, quero agradecer, em nome da Comissão, a presença dos convidados, lamentando a ausência, mais uma vez, do representante da Funai, Dr. Walter Bloss. Teremos que convidá-lo, novamente, porque esta comissão tem contradições muito fortes com relação ao seu depoimento anterior aqui.

Gostaria de pedir, tanto ao Gerente do Ibama, quanto ao Procurador do Ministério Público Federal, ao Superintendente da Polícia Federal e à própria Promotora Estadual, se puderem, para remeterem a esta comissão os documentos que possam nos instruir melhor. Se for o caso, podemos formular oficialmente o pedido, mas se puderem, naquilo que não for, digamos, sigiloso ou que possa comprometer a investigação, gostaria muito de ter esses documentos, porque entendo que essa questão de Rondônia é muito complexa, não se limita apenas à morte dos garimpeiros, que já é uma coisa muito séria, não se limita apenas a questão da extração ilegal dos diamantes, mas é muito mais complexa e o Senado está muito interessado, realmente, não só em elucidar os fatos passados, mas em regulamentar a questão para o futuro.

Encerro a sessão e agradeço a todos.

(Encerra-se a reunião às 20h20min)

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA, CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 529, DE 2003-SF "COM A FINALIDADE DE IREM A RORAIMA, SANTA CATARINA, MATO-GROSSO DO SUL, RONDÔNIA, MATO-GROSSSO, MARANHÃO, RIO GRANDE DO SUL E PARÁ INTEIRAR-SE DAS QUESTÕES FUNDIÁRIAS DAQUELES ESTADOS E APRESENTAR AO SENADO RELATÓRIO MINUCIOSO DE SUA MISSÃO".

Ata da 16ª Reunião realizada em 12 de agosto de 2004.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatro, às onze horas e trinta minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, e ainda com a presença do Senador Delcidio Amaral, Jefferson Peres, Valdir Raupp e Jonas Pinheiro, membros, reúne-se a Comissão Especial Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003-SF "com a finalidade de irem a Roraima, Santa Catarina, Mato-Grosso do Sul, Rondônia, Mato-Grosso, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará, inteirar-se das questões fundiárias daqueles Estados e apresentar ao Senado relatório minucioso de sua missão". Presente também, o Senador Augusto Botelho e o Senador Leonel Pavan. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião tem por finalidade a apresentação, discussão e votação do Relatório Parcial do Estado de Santa Catarina. O Senhor Presidente registra a presença do Dr. Valdir Colatto, Secretário de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, e do Dr. Loreno Weissheimer, Procurador-Geral de Santa Catarina. O Presidente submete à discussão e votação do Requerimento de regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 188, de 2004, de autoria desta Comissão. Não havendo nenhum Parlamentar que queira discutir, o mesmo é colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de seus membros. A Presidência informa aos presentes que o Plenário do Senado Federal aprovou Requerimento de autoria

do Senador Edison Lobão, solicitando que a Comissão também estenda suas atividades ao Estado do Maranhão, em razão dos conflitos lá existentes. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Delcídio Amaral para as suas considerações, de posse da palavra, o Senador Delcídio cumprimenta a presença do Dr. Collato e do Dr. Lorenzo e sugere a visita da Comissão ao Estado de Mato-Grosso, no final do mês de agosto ou no início do mês de setembro do ano em curso. A seguir, o Senador Jonas Pinheiro solicita a palavra pela ordem e, após, o Senador Delcídio Amaral concede a palavra ao Consultor Legislativo do Senado Federal, Dr. Tarciso Dal Maso Jardim para proceder a apresentação do Relatório Parcial do Estado de Santa Catarina. Ao final, o Relator faz a apresentação das conclusões do referido Relatório. Não havendo nenhum Parlamentar que queira discutir o Relatório Parcial, o Senhor Presidente coloca em votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente submete à discussão e votação, Requerimento em regime de urgência referente a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999., que já foi aprovada na CCJ, passou pelas cinco reuniões de discussão em primeiro turno no plenário do Senado e, quando da votação em primeiro turno, foi solicitado o seu reexame pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo aprovado pelos membros da Comissão. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Delcídio Amaral para as suas considerações finais. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os apanhados taquigráficos, parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 16ª reunião da Comissão Especial Externa do Senado Federal, criada pelo Requerimento nº 529, de 2003, com a finalidade de examinar, em Roraima, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará, questões fundiárias envolvendo especificamente conflitos em terras indígenas.

Inicialmente, pergunto ao Plenário se concorda com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, em razão de já ter sido distribuída.

Aqueles que concordam com a dispensa queiram permanecer como se encontram.(Pausa.)

Aprovada.

Informo ao Plenário que a presente reunião destina-se à apresentação, discussão e possível votação do relatório parcial sobre o Estado de Santa Catarina.

Registro a presença do Dr. Valdir Colatto, Secretário de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, e do Dr. Loreno Weissheimer, Procurador-Geral de Santa Catarina, que foram muito gentis quando da nossa estada naquele Estado.

Antes de passar a palavra ao Relator, devo comunicar que a Mesa do Senado deferiu requerimento do Senador Edison Lobão solicitando que esta Comissão também estenda suas atividades ao Estado do Maranhão, em razão dos conflitos lá existentes.

Submeto à votação o requerimento vazado nos seguintes termos:

A Comissão Especial Externa do Senado Federal, criada mediante Requerimento nº 529, de 2003, do Senado Federal, com a finalidade de ir a Roraima, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul e Pará, requer, nos termos dos arts. 255, II, c, Item I, e 336, Item II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja conferido regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 188, de 2004, de autoria desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em seguida, passo a palavra ao ilustre Relator desta Comissão, Senador Delcídio do Amaral, para que faça a leitura do relatório e as considerações que julgar necessárias.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª, o Senador Jonas, Dr. Colatto, Dr. Loreno e os companheiros.

Antes de tratar da questão de Santa Catarina, gostaria de sugerir que, como estamos programando sessões do Senado para o final de agosto ou início de setembro, aproveitemos esta semana para visitar o Estado do Mato Grosso, representado pelo ilustre Senador Jonas Pinheiro nesta Comissão, para que possamos dar continuidade ao trabalho que esta Comissão tem muito bem desenvolvido.

Em conversa com o Governador Blairo, na semana passada, fui informado que S. Exª gostaria de falar sobre essas questões indígenas, porque este tema é de grande interesse para o seu Estado. Então, penso que, a partir desta reunião, poderíamos programar essa visita ao Estado vizinho do nosso querido Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, a propósito, agradeço a preocupação. Devo dizer ao Senador Delcídio Amaral que não somos vizinhos; pertencemos ao mesmo Estado. Na certidão de S. Exª, consta Corumbá, Mato Grosso, como local de nascimento; na minha, Santo Antonio do Leverger, também Mato Grosso.

Aliás, há uma história muito interessante, Senador Mozarildo, sobre essas duas cidades, onde o Rio Cuiabá começa a ser navegável, indo até o Rio Paraguai e a Corumbá. Portanto, essas duas cidades são irmãs, ligadas pelas mesmas águas.

Ontem, conversamos a respeito desse assunto com o Senador Mozarildo Cavalcanti. Hoje, já falei com o Coordenador da Área Indígena de Cuiabá; no dia 26, eles estarão nos aguardando.

O melhor esquema, Senador Mozarildo Cavalcanti, seria sairmos daqui na quarta-feira à noite; trabalharíamos o dia todo em Cuiabá - todos nos Senadores temos compromissos com nossas bases - e estaríamos livres no final do dia 26, já que, no dia 27, o próprio Governador me disse que já tem um compromisso fora. Portanto, estou indo para Cuiabá hoje e, amanhã mesmo, já terei montado com o Governador um programa para encaminhar para esta Comissão. Assim, seria atendido aquilo que o Senador Delcídio Amaral está propondo neste instante.

Como mato-grossense, sei que se trata de área preocupante com respeito não aos índios em si, mas aos movimentos indigenistas. Agradeço, e vamos, com isso, dar maior estabilidade para aqueles que são vizinhos de terras indígenas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero só informar ao Senador Jonas Pinheiro que a nossa Secretaria já está à disposição para fazer essa programação, esperando, portanto, ter uma articulação com V. Exª, que é o autor do requerimento para que esta Comissão fosse a Mato Grosso.

Queremos realmente aproveitar a próxima semana – sem ser a próxima, a outra –, que será de esforço concentrado, quando poderemos, perfeitamente, casar as duas coisas: fazer as votações aqui, em seguida, ir a Mato Grosso e depois cada um ficará liberado para voltar aos seus Estados.

Então já ficamos comprometidos, é apenas uma questão de ajuste de agenda para que possamos tomar as providências no Senado para o nosso deslocamento e dos nossos assessores.

Portanto, já está aprovada a nossa ida a Mato Grosso.

Reitero que esse requerimento foi de iniciativa de V. Exª. Registro também que a nossa ida a Santa Catarina deve-se a um requerimento do Senador Leonel Pavan, que não pôde estar presente hoje devido a compromisso de viagem, mas passou por aqui, assinou o livro de presença e levou um exemplar do Relatório do Senador Delcídio Amaral.

Retorno a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Então, Sr. Presidente, estamos programados para o dia 26 de agosto, no Mato Grosso. Dia 25 à noite? Ok.

Presidente Mozarildo Cavalcanti, considero muito pertinente o que esta Comissão acabou de decidir, ao aprovar o caráter de urgência do projeto oriundos desta Comissão Externa.

Informo que participei de uma reunião, anteontem, no Ministério da Articulação Política, exatamente com o intuito de dar velocidade aos projetos de lei que estão sendo submetidos ao Senado devido a um consenso desta Comissão. Alguns Estados precisam de decisões urgentes com relação a essas questões, por isso o Senado tem que se mostrar muito presente, com o intuito de dar celeridade, principalmente a situações de conflito que não podem continuar em vários Estados brasileiros.

Aproveito a oportunidade para também relatar que, fruto do trabalho da Comissão Externa do Senado, comandada por V. Exª, o Relatório foi amplamente debatido no Estado de Mato Grosso do Sul, com várias lideranças indígenas, numa plenária com mais de 800 lideranças, com a Pastoral da Terra, com o CIMI, com a Funai. Evoluímos bastante, partindo das premissas que sugiram desta Comissão e que já foram transmitidas para o Palácio do Planalto, e algumas questões que incorporamos ao Relatório de Santa Catarina, mostrando a procedência dessas ações e soluções que estão surgindo a partir do diálogo e do debate.

Não tenho dúvida de que alcançaremos resultados compatíveis com aquilo que todos nós, Senadores que pertencemos a esta Comissão, esperamos.

Vou passar a palavra para a Assessoria do Senado, para fazer uma exposição rápida do trabalho que foi feito, mostrando a realidade de Santa Catarina. Se V. Exª me permitisse, Sr. Presidente, eu me concentraria basicamente nas conclusões, que já são, de certa maneira, conhecidas, até pelo fato de que Santa Catarina guarda uma similaridade grande com o Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente em função dos problemas e dos conflitos vivenciados por ambos os Estados.

Tarcísio, tem a palavra.

O SR. TARCÍSIO DAL MASO JARDIM – Em auxílio à apresentação do Relatório parcial, fizemos alguns slides, a fim de tornar mais clara a apresentação.

A estrutura dessa apresentação basicamente seguirá essa agenda, que aparecerá sempre que for alterado o tópico de apresentação. O primeiro tópico, que está iluminado, é sobre o histórico e a situação fundiária. Depois, seguirão aspectos sobre a titulação, os atores envolvidos, uma síntese dos depoimentos tomados em audiência pública em Florianópolis, uma

síntese das propostas recebidas, considerações relevantes e a conclusão.

A respeito do histórico, temos que relevar que os grupos indígenas originais que existiam em Santa Catarina, à época da chegada dos europeus, eram, de um lado, a etnia Guarani e, de outro, a etnia Jê. Existem subgrupos, como o Nhandéva, o Mbyá e o Kaingang. Esses agrupamentos indígenas foram recebendo contato europeu de forma bastante gradativa. O primeiro contato, sem dúvida, deu-se a partir da consideração do Estado de Santa Catarina como um intermédio para chegar à Bacia do Prata. Portanto, necessitava-se ali de um certo abastecimento para esse tipo de viagem. Posteriormente, houve uma interiorização da colonização brasileira, a partir de São Vicente, a primeira cidade de São Paulo e do Brasil: o povoado vicentino. Havia sido traçado, como estratégia de ocupação, o chamado caminho do sul, que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. A fundação de Lajes também foi uma perspectiva estratégica do Brasil, a fim de conter o avanço espanhol. O adensamento se dá com a chegada da imigração européia com força, já no séc. XIX, adentrando o séc. XX, principalmente alemães e italianos, mas também de outras origens, como poloneses e russos.

Aqui está um mapa étnico-histórico de Santa Catarina à época de 1500, demonstrando onde existiam essas populações indígenas de modo originário. É claro que, ao decorrer dos anos, houve uma grande mutação desse quadro. Situação atual: temos ainda índios das tribos Guarani, Nhandéva, Mbyá, Kaingang e Xokleng, espalhados pelo Estado de Santa Catarina. Essas etnias e subgrupos étnicos também têm incidências em outros Estados.

Dentro desse contato entre colonizadores e povos ameríndios, temos uma importância central de contato que foi a catequese jesuítica a partir das Missões – dos povos das Missões – em que houve uma relação ora pacífica ora não, porque muitas vezes se fazia apresamento de indígenas. Mas houve, sem dúvida, a partir da fundação das Missões um contato bastante intenso entre esses agrupamentos, ou entre a maioria dos sub-grupos.

Claro que, por exemplo, no caso dos Xokleng essa relação nem sempre foi pacífica e eles muitas vezes agiram de maneira não muito amistosa no decorrer dos séculos, até a entrada do século XX.

A razão de ir a Santa Catarina é, mais ou menos, fruto de um quadro nacional de conflitos entre não-índios e índios. Especificamente, no caso de Santa Catarina, uma situação peculiar de envolver uma série de produtores rurais, na sua maioria pequenos produtores, sobre possíveis reservas a serem demarcadas como indígenas.

A respeito da titulação de terras indígenas no caso de Santa Catarina, teríamos esse quadro: sete demarcadas, identificadas, envolvendo treze Municípios, o que significa uma área de 87 mil hectares, de 277, e 17 com pendências demarcatórias, envolvendo 20 Municípios locais, o que envolveria uma área de 13 mil, e o total de uma área de cerca de 49 mil hectares. Isso corresponde a mais ou menos meio por cento da área de Santa Catarina, demonstrando que o problema não é exatamente quantitativo, mas qualitativo, em razão de um enorme conflito do que praticado no passado, concedendo o título de modo legítimo aos colonos e o que se pretende fazer atualmente, que é uma demarcação incidindo sobre essa mesma área destinada às colônias.

Aqui não está muito claro no slide, mas demonstra pontos onde estão essas áreas localizadas, demarcadas, a serem demarcadas enfim, sendo que o principal conflito está na parte Oeste do Estado de Santa Catarina.

Aqui nós identificamos o impacto social das demarcações previstas, ou das revisões dos limites atuais previstos.

À esquerda estão os nomes das áreas indígenas. Não estranhe, por exemplo, a palavra "Xapecó" sendo escrita com X, porque é o nome da área. É assim que é escrita. Não se confunde com o da cidade, do Município.

Então, temos a área de Pinhal, Ibirama, Embu e Xapecó.

Nota-se que embora do ponto de vista quantitativo possa parecer que área seja relativamente pequena, o impacto social é muito grande. O desalojamento das famílias é muito grande, porque se concentra em uma série de pequenas propriedades na região. Então, em Pinhal seriam desalojadas 303 famílias; em Ibirama, 472, com um impacto bastante intenso no Município de Vitor Meireles, reduzindo 50% o seu potencial econômico, assim por diante. No caso de Xapecó, por exemplo, um assentamento do Incra seria comprometido... (Pausa.)

Sessenta e oito. Sim, ali foi um erro de transcrição para o slide.

Aqui, temos uma comparação demográfica do que existe, de quais são as áreas e dos Municípios que envolvem; de qual é a área total de hectares das terras, a área pretendida; qual a população indígena envolvida e quantas famílias serão atingidas; quais atividades desenvolvidas pelos atuais ocupantes.

Então, às vezes, nota-se uma total desproporção, claro, e um grande impacto do ponto da vista da

demarcação. Aqui já está corrigido. São 68 famílias da área de Imbu. Vejam só, a população indígena compreende 61 índios para 68 famílias atingidas. Há um significativo impacto da demarcação. Os envolvidos foram ouvidos pela Comissão, mais ou menos marca um panorama bastante parecido com as demais visitas da Comissão. Quer dizer, há representações indígenas, produtores rurais, escutam-se as autoridades locais, o Governo, a Assembléia Legislativa, o Ministério Público Federal, a Funai, a Polícia Federal, todos foram ouvidos. Há grupos econômicos, com bastante organização, todos foram ouvidos, como as Associações de Agricultores locais, principalmente na região oeste de Santa Catarina, e há também os grupos religiosos, como os ligados à Igreja Católica, que também marcam essa temática no País todo. Trazemos à baila, com síntese dos depoimentos, para dar um conteúdo mais vivo dos trabalhos da Comissão e demonstrar que as conclusões e os debates não são feitos à mercê da opinião dos interessados e dos afetados.

Temos aqui posições, como a do Governador do Estado de Santa Catarina colocando a longa ocupação nas áreas também relevadas pelo Procurador-Geral do Estado de Santa Catarina. São locais onde há títulos que contam com 50, 60, 80 décadas de concessão legítima aos seus atuais ocupantes ou seus descendentes.

Essa titulação existente na grande maioria das terras envolvidas foi de boa-fé, reconhecida pelo Estado, diretamente ou a partir de companhias de colonização e fazem parte do imaginário local – dos colonos, no caso – e fazem parte da identidade local das pessoas que lá vivem. Também há um impacto do ponto de vista antropológico muito grande, em outras épocas, em relação às populações indígenas. E esse equilíbrio de interesses é reconhecido pelos grupos envolvidos, tantos os colonos quantos os indígenas reconhecem que a demanda de ambos é legítima. Há um levantamento também interessante do ponto de vista do impacto relativo às indenizações necessárias se elas fossem feitas para as terras. O problema é que hoje, a atual legislação menciona apenas indenizações por benfeitorias.

É interessante também dizer que todo o trabalho desta Comissão está marcado com críticas à Funai. Aqui há uma expressão muito interessante feita pelo Secretário de que a Funai parece ser, às vezes, "professor de Deus", não respeita legislação, faz seus relatórios sem os conhecimentos das partes, enfim, há algumas declarações enfáticas. É claro que há posições também que começam entrar num debate mais técnico, a partir da contestação do laudo antropológico feito lá, a confusa interpretação do marco legal. Identificamos, com isso, essas várias considerações. Pelos relatos, demonstra-se que são colonos de pequenas propriedades, como a demonstrada pelo Prefeito Municipal de Abelardo Luz, quando disse que há colono lá, Senador, que possui só 5, 6 alqueires de terra. Se receber somente benfeitorias, sobrará o quê? O galpão, a casa singela? E a conclusão seria que engrossaria a fila dos sem-terra.

O representante da Funai também foi ouvido e defende a posição da Funai, dizendo que o órgão não incentiva as invasões, que executa os seus trabalhos de acordo com a legalidade e teria o Ministério Público como fiscal dessas atividades.

Os agricultores também lamentaram bastante – é preciso que isso fique aqui registrado, até porque foi um dos fatos que ocasionou o debate nacional sobre a questão de Santa Catarina – a morte do líder rural, o Ulisses Stephane, que foi assassinado lá, e um dos testemunhos foi o do representante dos agricultores de Abelardo Luz, que fala da tomada de refém e a respeito dessa morte que todos lamentaram na audiência pública.

Do ponto de vista do laudo, até na última película foi mencionado, há uma série de contestações sobre em que base o laudo antropológico foi fundado, se em cemitérios antigos, se uma estrada serve como marco demarcatório, uma vez que foi feita na década de 40. Quer dizer, há uma série de contradições levantadas pelos que foram ouvidos por esta Comissão em Florianópolis.

E há um clamor geral, até mesmo por parte dos representantes indígenas que foram amplamente ouvidos, para que se busque uma saída negociada e que beneficie ambos os lados, tanto dos colonos quanto dos agrupamentos indígenas.

Demonstra-se que foi ouvida uma ampla representação indígena dos Municípios, quer dizer, a Comissão deu voz a esse Município. Houve uma reclamação por parte de alguns representantes por uma histórica discriminação sofrida por aqueles povos. Há também uma discussão que foi feita de modo paralelo a respeito dos nomes municipais, tendo duas versões basicamente: uma que seria alguma homenagem advinda até mesmo da Argentina; outra que identifica, por exemplo, nomes de Municípios como o de Cunha Porã, como típicos indígenas; outra que, como veremos adiante, denominava que algumas dessas regiões, na verdade, eram travessias de indígenas, mas não eram, de fato, localidades com permanência indígena. Enfim, há uma controvérsia em torno de denominações.

Aqui, essa declaração do representante da etnia Xokleng foi bastante enfática a respeito da relação entre os indígenas e da própria terra, falando que con-

sideram a terra como mãe e, como tal, não a trocam por outro lugar, por outro cenário.

Também foram ouvidos indígenas em reuniões secretas,que se sentiram ameaçados. Esses indígenas contestaram, principalmente em relação à situação de Abelardo Luz, que há a presença indígena lá em termos tradicionais ou memoriais ou seja lá qual o critério a escolher, aventando, inclusive, manipulações de ocupação daquela área. Então há uma declaração forte, por exemplo, nesse primeiro depoimento, dizendo que a Funai junto com o Cimi, que é o Conselho Indigenista Missionário, e a antropóloga do Rio de Janeiro cujo nome foi citado, a Elizabeth, teriam levado indígenas para lá. Essa é uma representação do próprio representante indígena que a Comissão escutou. Aventa também que dentro desta ocupação não havia somente indígenas, mas também pessoas oriundas de outras etnias, de outras características de pessoas, inclusive não-índias, negros, brancos, sem-terra também, conforme outro depoimento. As pessoas ouvidas são todas indígenas, como é essa última, que menciona a presença de sem-terra entre os indígenas.

Como, síntese das propostas recebidas por esta Comissão ao longo dos seus trabalhos... Não sei, Senador, se V. Exª quer seguir a partir de agora...

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – **(Inaudível. Fora do microfone.)**

O SR. TARCÍSIO DAL MAZO JARDIM – Esse aqui é um levantamento que vem sendo debatido ao longo dos trabalhos da Comissão. Lá também houve incidência, que é, primeiro, a proposta a partir de uma ampla composição e debate político envolvendo todos os setores e não uma decisão burocrática da questão. Essa é, talvez, uma das grandes lições com que a Comissão tem se deparado, que é um debate que envolve interesses, muitas vezes, de partes que legitimamente reivindico e não pode ser tratado de um ponto de vista meramente tecnocrata ou burocrata. É preciso um amplo debate, inclusive envolvendo setores do Poder Público que não estavam envolvidos tradicionalmente, como o próprio Congresso Nacional, escutar os colonos envolvidos, notificá-los de forma irrestrita, a fim de permitir ampla defesa, o que não se nota no passado. Agilizar o procedimento demarcatório, para que não se arraste o fator de conflito. Não considerar quem tem posições, digamos, de ambos os lados, de modo mais pontual e mais radical. Digamos assim: de um lado, não considerar as áreas reivindicadas como indígenas como tradicionalmente ocupadas. Claro que também há outra posição, que è demarcar sem relevar as indenizações pela terra nua, o que geraria, evidentemente, um conflito muito grande e, pelo que nós ouvimos em Santa Catarina, não seria o mais justo, até mesmo pelos atores envolvidos. Eles reconhecem os direitos recíprocos.

Dever-se-iam demarcar as terras indígenas, mas relevando uma forma de indenização pela terra nua, quando entraríamos no ponto 6, que é a idéia de uma responsabilização civil do Estado. Se houve, um dia, um responsável pelo título válido, ele foi o Estado, não os atores que sofrerão com uma mera indenização das benfeitorias locais. Dever-se-ia alterar a legislação – e aí já foi citado aqui o projeto de lei, inclusive desta Comissão, regular a demarcação, não deixar isso meramente como alvo de portarias localizadas em certos órgãos da máquina pública.

Há também uma outra posição que tramita na Casa que defende a indenização com títulos públicos. Outra posição defende permitir que o Estado local receba recursos federais para reassentar os produtores e há a posição de compra de terras para registro.

Essas são propostas que muitas vezes se contradizem, mas, na realidade, isso aqui é um levantamento de propostas, não se tratando da conclusão da Comissão. São levantamentos de propostas detectadas ao longo dos trabalhos. Aqui são impactos que se notam a partir da demarcação. No caso de se remarcar essas terras indígenas, a primeira conseqüência seria a transferência da propriedade de áreas atualmente particulares para a União. Ou seja, também há um problema federativo envolvido na questão.

Segundo, ao se declarar indígena uma terra, há problemas no sentido da impossibilidade do trânsito de não-índios nas áreas de grande densidade populacional, como são aqueles Municípios. Há ainda a diminuição de receitas do Estado e dos Municípios, como veremos a seguir, e a remoção de uma grande quantidade de famílias de pequenos agricultores e pecuaristas ali localizados que as ocuparam de boa-fé, o que ficou bastante claro na audiência e pelos documentos apresentados. Aqui há um impacto de prejuízo da produção agrícola, caso se consolidem as demarcações.

Então, ali, no caso, de todo o Imbu e todo o Pinhal, a quebra produtiva seria de acordo com aqueles indicativos: 160 mil sacas ao ano, 70 mil sacas, mil cabeças ao ano, enfim, que teriam que ser retiradas porque passaria a ser área indígena. Evidentemente, caso fossem demarcadas e indenizadas apenas as benfeitorias, haveria uma pauperização geral de produtores locais e também o impacto do ponto de vista de investimento, ante a falta de segurança jurídica de investimento local.

Passamos agora às considerações finais que serão feitas pelo Senador Delcídio Amaral.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, representantes do Estado de Santa Catarina, gostaria, primeiro, de destacar que a questão de Santa Catarina é muito parecida com a de Mato Grosso do Sul.

São áreas, à época, consideradas devolutas, títulos dominiais existentes e com família já estabelecida há quarenta ou cinqüenta anos, produzindo. Processos demarcatórios da Funai dentro de um planejamento estabelecido por ela para esses Estados, mas que, de certa forma, têm trazido muitas preocupações para os produtores.

No caso de Mato Grosso do Sul, como no de Santa Catarina, até pelo perfil de Santa Catarina, são pequenos produtores rurais. Por conta desses relatórios dos antropólogos, têm ocorrido, sistematicamente, invasões e, ao mesmo tempo, com outro componente associado à faixa de fronteira.

O ambiente, a situação, o cenário são absolutamente parecidos. Portanto, algumas das principais conclusões de Mato Grosso do Sul vão efetivamente valer para Santa Catarina.

O primeiro ponto importante a registrar é a questão da oitiva do Conselho de Defesa Nacional. Nós verificamos em outros Estados por onde passamos, é o caso de Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rondônia, que são Estados que têm fronteiras com os países vizinhos – especificamente, o caso de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Bolívia e Paraguai; no caso de Santa Catarina também há fronteira com os Estados vizinhos e no caso de Roraima há fronteira com as Guianas, com a Venezuela – e é absolutamente importante que o Conselho de Defesa Nacional venha a ser convocado pelo Presidente para que opine sobre essas questões, não só as associadas aos problemas indígenas, mas também a todo um processo que efetivamente existe nessas regiões de fronteiras e que colocam em risco inclusive a soberania nacional: narcotráfico, contrabando, bens minerais, temas de absoluta importância para o País. Então, dentre estamos apresentando essa obrigatoriedade de oitiva do Conselho de Defesa Nacional, por ser área de fronteira.

Quanto à legislação sobre faixa de fronteira, já preparamos um projeto que fala sobre essa questão numa visão ampla, de soberania, de desenvolvimento e de uma ação efetiva das populações que ali vivem, sejam produtores rurais ou etnias indígenas.

Há um ponto fundamental proposto por esta Comissão. Encontramos uma aceitação grande dos Senadores para uma Proposta de Emenda à Constituição, já apresentada quando da discussão de Mato Grosso do Sul, que estabelece a intervenção do Senado no processo homologatório, a PEC nº 38. Isso é fundamental. Ninguém quer tirar as atribuições dos antropólogos e da Funai nesse processo, mas a homologação passará pelo Senado como ente que representa a Federação e os Estados. Esse é um dos projetos que o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Comissão, encaminhou em caráter de urgência e que vai tramitar rapidamente no Senado Federal e, conseqüentemente, no Congresso.

Outro ponto de extrema importância é a questão não só da preservação das atribuições da Funai, disciplinando o processo demarcatório. Há uma cláusula que diz que se essas áreas que estão sob análise da Funai forem invadidas, ficarão sobrestadas durante um tempo no que se refere à implantação das políticas indigenistas, até para que venhamos a disciplinar um problema que os Estados têm enfrentado e que tem trazido muita preocupação para a população em geral, que são as invasões.

O quinto ponto é fruto de um processo que começou lá atrás. Muitos processos começaram na década de 40. Em processos de colonização promovidos na época do Presidente Getúlio Vargas, várias áreas foram consideradas devolutas e hoje esses produtores rurais têm efetivamente títulos dominiais e não podem ser responsabilizados, de maneira nenhuma, pelo acontecido. Conseqüentemente, se aquelas áreas, em função de estudos de antropólogos da Funai, forem comprovadamente consideradas áreas indígenas, os proprietários rurais não podem ser penalizados por um processo que aconteceu há 40 ou 50 anos. Eles têm que ser indenizados não só pelo que manda a Constituição atual, qual seja, pelas benfeitorias, mas também pela terra nua.

Esse é um processo que levantamos em vários Estados. O Rio Grande do Sul também passa por isso e estamos discutindo com a Casa Civil e com a coordenação política do Governo Federal uma saída para, eventualmente, não mexendo na Constituição, onde for comprovado que essas áreas foram indígenas, os produtores venham a ser indenizados não só pelas benfeitorias mas também pela terra nua.

Outro tema é a questão da convocação do Conselho de Defesa Nacional, de que já falei anteriormente, para que se tenha uma opinião sobre o efetivo uso de áreas localizadas em faixa de fronteira. Resumindo o que está aí, para algumas pessoas que não acompanham os trabalhos da Comissão e os representantes de Santa Catarina aqui presentes, o ex-Deputado Valdir Collato e o nosso Procurador do Estado, vários tópicos que foram relatados rapidamente e resumidamente aqui já foram consolidados por meio de projetos apresentados em outras reuniões desta Comissão do Senado e

fruto até das observações verificadas. Quero apontar pontos de fundamental importância para equacionarmos essa questão. Primeiro, demarcação, passando pelo Senado. Temos inclusive um projeto encaminhado que foi aprovado no início da reunião, com urgência, exatamente pelo que representa e pelo que vai disciplinar essas ações relativas às questões indígenas.

O segundo ponto é o Projeto de Lei de Fronteira que foi encaminhado por esta Comissão, que não só olha e disciplina a questão de políticas de desenvolvimento como também políticas de soberania indigenistas nessa região de fronteira.

Registro também a convocação do Conselho de Segurança Nacional nessas questões.

O terceiro ponto trata das indenizações de terra não somente de benfeitorias como também de terra nua. Estamos com os entendimentos bastante adiantados para encontrar uma solução específica para Mato Grosso do Sul e Santa Catarina com o Governo Federal para que, não mexendo na Constituição, venhamos a buscar uma saída no sentido de ressarcir os produtores naquelas áreas que forem comprovadamente indígenas não somente no que ser refere às benfeitorias como também no que se refere à terra nua.

É importante registrar que, dentre esses projetos, está o sobrestamento de qualquer ação por parte da Funai, quando ocorrerem invasões.

Então, esses projetos estão caminhando com grande velocidade dentro do Senado Federal, com articulação forte junto ao Governo Federal, especialmente a Casa Civil, junto ao Ministério da Articulação Política. Acredito que, ao longo desse ano, teremos soluções definitivas, especialmente para Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, que tem uma realidade muito parecida no que se refere aos conflitos indígenas e à atuação dos vários agentes que têm vivenciado esses problemas.

Quero encerrar as minhas conclusões e, ao mesmo tempo, me colocar à disposição com relação aos questionamentos que possam surgir do presente Relatório, ao qual submeto à aprovação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pergunto se algum Senador gostaria de fazer alguma observação.

Ninguém deseja se manifestar.

Como acompanhamos de perto essa questão, fomos ao Estado de Santa Catarina, conversamos com o Governador, com o Procurador, com o Secretário de Assuntos Institucionais e com outras autoridades, esse Relatório é consistente, isento, portanto, tem todas as condições para ser aprovado. Por isso, eu gostaria de colocá-lo em votação para aprová-lo nesta reunião e, assim, adotarmos as providências que forem necessárias.

Inclusive quero, a exemplo do que foi feito no início do requerimento, pedir urgência para um dos projetos já mencionados. Peço que esta Comissão aprove o requerimento, que depois será formalizado. Peço igualmente que seja encaminhado para o plenário a Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999. Proposta que já foi aprovada na CCJ, passou pelas cinco reuniões de discussão em primeiro turno no plenário do Senado. No momento da votação em primeiro turno, foi solicitado o seu reexame pela Comissão de Constituição e Justiça, já está lá quase um ano. E a matéria é de relevância pelo terceiro Relatório consecutivo, no caso de Roraima, de Mato Grosso do Sul e agora de Santa Catarina, vê-se a importância dessa emenda constitucional.

Quero submeter essa proposta, inicialmente, para que possamos requerer a ida imediata dessa PEC para plenário para votação em primeiro e segundo turnos.

Os que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento, que será formalizado.

Agora submeto à votação o Relatório apresentado pelo Senador Delcídio Amaral.

Os que concordam com o Relatório permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Relatório relativo ao Estado de Santa Catarina. Esta Comissão adotará todas as providências para acolher as recomendações do relatório emitido.

Está encerrada a presente reunião, a não ser que o Senador Delcídio Amaral deseje usar da palavra.

O SR. RELATOR (Delcídio Amaral) – Sr. Presidente, primeiro gostaria de agradecer o trabalho da Assessoria Técnica do Senado, sempre presente e muito competente, e dizer que estamos absolutamente em dia com os Relatórios da Comissão Externa presidida por V. Exª. Fizemos Roraima. O resultado do Relatório de Roraima está absolutamente verificado em função, inclusive, de decisões judiciais, o que mostra a pertinência das decisões e conclusões desta Comissão. Os Relatórios de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina estão absolutamente vinculados a esse processo que o Presidente Mozarildo Cavalcanti solicitou e caracterizou como urgência para a PEC nº 38, de 1999, ser analisada como de fundamental importância para a solução dessas questões indígenas.

Os outros assuntos que foram aqui tratados também mereceram projeto de lei e hoje têm merecido, inclusive, a atenção do Governo Federal, principalmente no que se refere à indenização dos produtores em

função desse processo histórico de áreas devolutas e dos processos de colonização por que passaram Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Apenas gostaria de solicitar à Assessoria do Senado que disponibilizasse para o Deputado Valdir Collato e para o Procurador do Estado de Santa Catarina os documentos, principalmente, oriundos do Relatório de Mato Grosso do Sul para que haja um bom e claro entendimento de qual o enfoque que está sendo dado não apenas para o meu Estado, mas também para Santa Catarina, que tem questões muito parecidas. Evidentemente, o empenho do Presidente da Comissão e dos demais membros é exatamente no sentido de, rapidamente, ainda ao longo deste ano, buscar soluções para essas questões para que todos nós tenhamos paz e respeitemos a nossa história, cultura, etnias e também os produtores, que têm trabalhado ao longo deste tempo, criado suas famílias e, conseqüentemente, contribuído por um Brasil melhor.

A próxima etapa, dentro das orientações de V. Exª, é Mato Grosso. Vamos continuar trabalhando eficaz e eficientemente nesta Comissão.

Sr. Presidente, agradeço a atenção.

Muito obrigado.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA
PFL Rodolpho Tourinho
PFL Antonio Carlos Magalhães
PFL César Borges

RIO DE JANEIRO
PT Roberto Saturnino
PL Marcelo Crivella
PMDB Sérgio Cabral

MARANHÃO
PMDB João Alberto Souza
PFL Edison Lobão
PFL Roseana Sarney

PARÁ
PMDB Luiz Otávio
PT Ana Júlia Carepa
PTB Duciomar Costa

PERNAMBUCO
PFL José Jorge
PFL Marco Maciel
PSDB Sérgio Guerra

SÃO PAULO
PT Eduardo Suplicy
PT Aloizio Mercadante
PFL Romeu Tuma

MINAS GERAIS
PL Aelton Freitas
PSDB Eduardo Azeredo
PMDB Hélio Costa

GOIÁS
PMDB Maguito Vilela
PFL Demóstenes Torres
PSDB Lúcia Vânia

MATO GROSSO
PSDB Antero Paes de Barros
PFL Jonas Pinheiro
PT Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL
PMDB Pedro Simon
PT Paulo Paim
PTB Sérgio Zambiasi

CEARÁ
PSDB Luis Pontes
PPS Patrícia Saboya Gomes
PSDB Tasso Jereissati

PARAÍBA
PMDB Ney Suassuna
PFL Efraim Morais
PMDB José Maranhão

ESPÍRITO SANTO
PPS João Batista Motta
PMDB Gerson Camata
PL Magno Malta

PIAUÍ
PMDB Alberto Silva
PFL Heráclito Fortes
PMDB Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE
PTB Fernando Bezerra
PMDB Garibaldi Alves Filho
PFL José Agripino

SANTA CATARINA
PFL Jorge Bornhausen
PT Ideli Salvatti
PSDB Leonel Pavan

ALAGOAS
S/Partido Heloísa Helena
PMDB Renan Calheiros
PSDB Teotônio Vilela Filho

SERGIPE
PFL Maria do Carmo Alves
PDT Almeida Lima
PSB Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS
PMDB Gilberto Mestrinho
PSDB Arthur Virgílio
PDT Jefferson Peres

PARANÁ
PSDB Alvaro Dias
PT Flávio Arns
PDT Osmar Dias

ACRE
PT Tião Viana
PSB Geraldo Mesquita Júnior
PT Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL
PDT Juvêncio da Fonseca
PT Delcídio Amaral
PMDB Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL
PMDB Valmir Amaral
PT Cristovam Buarque
PFL Paulo Octávio

TOCANTINS
PSDB Eduardo Siqueira Campos
PFL João Ribeiro
PMDB Leomar Quintanilha

AMAPÁ
PMDB José Sarney
PSB João Capiberibe
PMDB Papaléo Paes

RONDÔNIA
PMDB Mário Calixto
PT Fátima Cleide
PMDB Valdir Raupp

RORAIMA
PPS Mozarildo Cavalcanti
PDT Augusto Botelho
PMDB Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	**Ramais:** 3488/3489/3491 **Fax:** 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	**Ramal:** 3623 **Fax:** 3606

Secretários:	Francisco Naurides Barros	**Ramal:** 3508
	Dulcídia Ramos Calhão	**Ramal:** 3514
	Janice de Carvalho Lima	**Ramal:** 3511
	José Augusto Panisset Santana	**Ramal:** 4854

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	**Ramal:** 3507 **Fax:** 3512

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira	**Ramal:** 3520
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	**Ramal:** 3503

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	**Ramal:** 4608

Secretários:	**CAE**	– Luiz Gonzaga da Silva Filho	**Ramal:** 4605
	CAS	– José Roberto Assumpção	**Ramal:** 4608
	CCJ	– Gildete Leite de Melo	**Ramal:** 3972
	CE	– Júlio Ricardo Borges Linhares	**Ramal:** 4604
	CFC	– José Francisco B. de Carvalho	**Ramal:** 3935
	CI	– Celso Antony Parente	**Ramal:** 4354
	CRE	– Maria Lúcia Ferreira de Mello	**Ramal:** 4777
	CLP	– Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	**Ramal:** 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL
**Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA

(09 titulares e 09 suplentes)

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1.Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1 (vago)
Fátima Cleide	2 (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax:: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: (vago)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

(7 titulares e 7suplentes)

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

(7 titulares e 7suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2–DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO:JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)

Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax.: 3114646
E - Mail: mariacul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995 — **3ª Eleição Geral**: 27.06.2001
2ª Eleição Geral: 30.06.1999 — **4ª Eleição Geral**: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA [13]
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES [2]

PMDB						
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**		**UF**	**Ramal**
(Vago) [10]			1.	Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2.	Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3.	Gerson Camata [11]	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4.	Alberto Silva	PI	3055
PFL [5]						
Paulo Octávio	DF	2011	1.	Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2.	César Borges [4]	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3.	Maria do Carmo Alves [12]	SE	1306
PT [1]						
Heloísa Helena [14]	AL	3197	1.	Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2.	Fátima Cleide	RO	2391
(vago) [8]			3.	Eduardo Suplicy [3]	SP	3213
PSDB [5]						
Sérgio Guerra	PE	2385	1.	(Vago) [16]		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2.	Arthur Virgílio	AM	1201
PDT						
Juvêncio da Fonseca [7]	MS	1128	1.	Augusto Botelho	RR	2041
PTB [1]						
(Vago) [6]			1.	Fernando Bezerra	RN	2461
PSB [1], **PL** [1-15] **e PPS**						
Magno Malta (PL)	ES	4161	1.	(Vago) [9]		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)						
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)						2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

[1] Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

[2] Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

[3] Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

[4] Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

[5] Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

[6] Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

[7] Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

[8] Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

[9] Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

[10] Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

[11] Desfiliou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

[12] Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

[13] Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca,** que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

[14] Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

[15] Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

[16] O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.8.2004, em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB[5]
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PTB-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	**1º SECRETÁRIO** Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	**2º SECRETÁRIO** Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	**3º SECRETÁRIO** Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	**4º SECRETÁRIO** Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	**LÍDER DA MINORIA** Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Maurício Rands (PT-PE)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Carlos Melles (PFL-MG)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO **Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
(constituída na Reunião de 26/06/2002)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

** Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social*

02 - Comissão de Tecnologia Digital
(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
(constituída na Reunião de 02/09/2002)
- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo
(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia
(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	**Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON**
Secretário-Geral: **Senador RODOLPHO TOURINHO**	**Secretário-Geral Adjunto:** **Deputado ROBERTO JEFFERSON**

MEMBROS NATOS (1)	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	**Deputada ZULAIÊ COBRA** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154
cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo **Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8**, ou recibo de depósito via **FAX (0xx61) 224-5450**, a favor do **FUNSEEP**, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

020002029020001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
020002029020002-1 – Assinaturas de Diários
020002029020003-X – Venda de Editais
020002029020004-8 – Orçamento/Cobrança
020002029020005-6 – Venda de Aparas de Papel
020002029020006-4 – Alienação de Bens (leilão)
020002029020007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

EDIÇÃO DE HOJE: 520 PÁGINAS